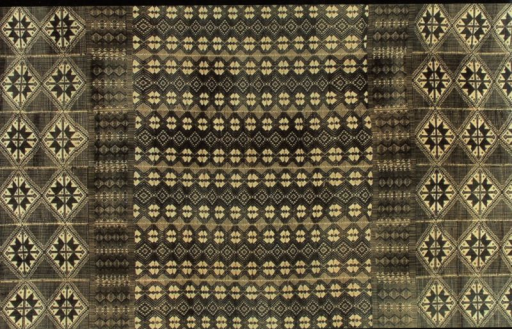


INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
TROPICAL - PORTUGAL - LISBOA

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PROMOÇÃO
E PATRIMÓNIO CULTURAIS DE CABO VERDE - PRAIA



HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE

VOLUME III

HISTÓRIA GERAL
DE CABO VERDE

EDIÇÃO: Instituto de Investigação Científica Tropical
Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património
Culturais de Cabo Verde

ISBN 972-672-915-7

Depósito Legal n.º 93603/95

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Imprensa de Coimbra, Lda.

TIRAGEM: 2000 exemplares

GRAVURA DA CAPA: *Pano d'Obra Bicho*. Linha preta e branca; bandas de 16 cm de largura. Ilha de Santiago. Tarrafal. (Lisboa, fotografia amavelmente cedida pelo Museu Nacional de Etnologia, Reservas).

ESTUDO GRÁFICO: Nuno Madeira Henriques

APOIO FINANCEIRO PARA A REVISÃO GRÁFICA:

FCT Fundação para a Ciência e Tecnologia

Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro
Comunitário de Apoio III

HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE

VOLUME III

COORDENAÇÃO

DE

MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS

AUTORES

ANTÓNIO LEÃO CORREIA E SILVA (Cabo Verde)	MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS (Portugal)
ILÍDIO BALENO (Cabo Verde)	MARIA JOÃO SOARES (Portugal)
IVA MARIA CABRAL (Cabo Verde)	ZELINDA COHEN (Cabo Verde)

Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga
Instituto de Investigação Científica Tropical
Lisboa

Instituto Nacional de Investigação, Promoção
e Património Culturais de Cabo Verde
Praia

2002

História Geral de Cabo Verde : Volume III / Coord. Maria Emilia Madeira Santos. – Lisboa : Praia ; Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga ; Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002. – XI + 326 p. : apêndice, bibliografia, ilust., índices

ISBN 972-672-915-7

*Descritores: Historia moderna / Colonialismo / Administração / Economia / Comércio internacional / Escravidão / População / Fomes / Zonas rurais / Estruturas sociais / Cristianismo / Século 17 / Século 18 / Portugal / Atlântico / Ilhas / África / Cabo Verde

* Grafia dos descritores fixada pelo Thesaurus SPINES. Volume II (UNESCO English-Spanish-Portuguese 1988 edition)

"(...) Fôra mandado pelo governador de Cabo Verde Gonçalo Lemos de Mascarenhas e mais de quatrocentos homens ao matto do citio chamado Julangue pera se prenderem huus negros forros régulos e levantados que havião resistido aos officiais (...) por os ditos negros andarem naquellas terras fazendo muitas insolencias. (...) E os mais escaparão fogindo pera as rochas com armas de fogo e depois ficarão pazeando por toda a ilha cada um com sua espingarda, zagaya e duas pistollas e se lhes havião agregado muitos criminosos e ladrões que andavam roubando os gados e entrando de noite naquella cidade [Ribeira Grande] a comprar polvora e ballas e muitas vezes de dia à vista de todos dizendo que enquanto ouvesse polvora e balla ninguem havia de prender os valentes do Julangue."¹

"(...) Nascem semelhantes contas omitir se ou calar se a verdade porque à applicância que nos homens cria o desvanecimento, antepoem a sua vangloria ao bem comum, ou não prevendo ou desprezando aos ministros e governadores, (...) imaginando que aniquilam a authoridade em proporem o estado de huma Republica atenuada. (...)

Propoem quimeras de cidadãos, homens de governança, tenentes generais, commissarios gerais, coroneis, capitães mores e sargentos mores, capitães de infantaria e cavalaria da guarnição e da nobreza e outros mais postos cargos e officiais (...) o que pressupoe hum povo magnifico, rico, vasto e poderoso (...) donde nasce huma monstruosidade de hum corpo com tantas cabeças ou tantas cabeças sem corpo."²

"(...) Mas depois das Agoas de Agosto, por falta dellas e pela praga de gofahotos passarão todas as mais ilhas e esta mesma capital de S. Tiago a padecer a mesma fome. Como tambem tomei por minha conta fazer eu mesmo, com a assistencia de muitos officiaes a distribuição diária do sustento necessário a huma grande quantidade de miseráveis, pobrissimos, velhos, cegos, doentes, aleijados e desfalecidos pela fome, (...) logo pressentirao a chegada do socorro, acodirão todas a hum tempo, obrigados de necessidade e morrendo muitos pelo caminho. (...) E neste porto [Praia], pela referida cauza que trazião já com pés e rosto inchado e huma grande quantidade na figura de esqueletos, afrontados pela mesma substancia do mantimento, tem morrido athe o prezente 430 o que obrigou a fazer se positivamente hum cemitério."³

¹ Petição de Maria Henrique de Évora, mãe do capitão de Infantaria Francisco Soares, morto na investida contra Julangue, 1718.

² Carta do ouvidor Sebastião de Bravo Botelho ao rei, 18 de Novembro de 1724.

³ Carta do governador Joaquim Salema Saldanha Lobo de 1775, a propósito da grande fome de 1773-75.

ABREVIATURAS

AGS – Archivo General de Simancas

AGU – Agência Geral do Ultramar

AHAM – *Anais de História de Além-Mar*

AHC – Arquivo Histórico Colonial

AHN – Arquivo Histórico Nacional, Praia, Cabo Verde

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

ANTT ou IAN/TT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo ou Instituto dos Arquivos Nacionais,
Torre do Tombo

ARHM – Academia Real de la Historia de Madrid

ARSJ – Archivum Romanum Societatis Jesu (Roma)

BADE – Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora

BAL – Biblioteca da Ajuda de Lisboa

BCGP – *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

BPMP – Biblioteca Pública e Municipal do Porto

BSGL – *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*

CEHCA – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga

CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa.

CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

DHRP – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*

DSE – Direção de Serviço de Engenharia do Exército

GTMECDP – Grupo de Trabalho do Ministério da Educação da

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

HGCV – *História Geral de Cabo Verde*

HGCV, CD – *História Geral de Cabo Verde, Corpo Documental*

ICL – Instituto Caboverdeano do Livro

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

MMA – *Monumenta Missionaria Africana*

SGG – *Secretaria Geral do Governo*

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

NOTA PRÉVIA

Com a publicação do 3.º volume da História Geral de Cabo Verde dá-se mais um passo importante para a finalização de um projecto que considerámos oportunamente como "um acto cultural e político de transcendente significado". Prossegue e materializa-se, assim, paulatinamente mas com a objectividade e a isenção que a História reclama, uma obra nascida de um compromisso entre a Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde – actual Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde – e o Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal, depois reconfirmado por um Programa de Cooperação estabelecido e assinado pelos Governos dos respectivos Países.

O volume que nesta oportunidade se publica é o fruto de um trabalho proficiente levado a efeito pela equipa de investigadores criada e mantida desde o início da obra, o que equivale à garantia de continuidade dos agentes que estão a construí-la e ao mesmo rigor científico das suas abordagens anteriores.

Os anos que decorreram desde a publicação do 2.º volume constituíram o tempo de informação e de maturação individual, necessário para quem trabalha em grupo durante tão longo período.

Devemos esclarecer que, para a época abrangida pelo 3.º volume, os investigadores não dispunham de documentação submetida a prévia triagem, devidamente analisada e seleccionada, como acontecera em relação aos dois primeiros tomos. Foi necessário proceder ao levantamento das fontes primárias em vários arquivos, após consulta de fundos arquivísticos diversos e de apreciável dimensão. Entre outras instituições que zelam pela conservação dos dados históricos, houve que recorrer ao Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, que para a época em consideração apresenta documentação de considerável extensão e muito importante do ponto de vista histórico, considerada absolutamente imprescindível para conhecer com rigor a vida quotidiana e esclarecer as questões regionais que, pelo seu carácter endógeno, não chegavam ao conhecimento da Coroa portuguesa e das instâncias que partilhavam o governo ultramarino.

Desejou-se muito iniciar trabalho de campo com a colaboração de antropólogos e dedicar um capítulo à cultura material, o que não foi possível por razões várias. Essa temática merecerá aprofundada análise no quarto volume, tal como se

procedeu para a Igreja, Religião e Sociedade no segundo volume, já que esta falha, repetida também no I e II volumes, constitui a grande lacuna deste importante projecto.

Registamos com apreço que a mesma distinta equipa de investigadores luso-caboverdeanos, sob a coordenação da Directora do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do IICT, Investigadora-Coordenadora Dr.ª Maria Emília Madeira Santos, trabalha actualmente com dedicação e entusiasmo na preparação do 4.º e último volume previsto desta obra. Com justificado sentimento de satisfação, verificamos que o projecto caminha irreversivelmente para o seu termo, na forma e na dimensão previamente anunciadas.

*Cabe-nos salientar também o notável acolhimento de que foram alvo os dois primeiros volumes, tanto na República de Cabo Verde como em Portugal. Essa entusiástica recepção traduz-se não apenas pelo teor favorável da crítica conhecida, mas também pelos prémios e reedição que esses tomos motivaram. Na verdade, além da Menção Honrosa no âmbito do **Prémio Boa Esperança** concedido ao 2.º volume em 1994, este tomo foi distinguido com o **Prémio Baltazar Lopes da Silva**, em 1998, pela Associação de Escritores Caboverdeanos. De idêntico significado nos parece a reedição dos dois primeiros volumes no início deste ano, sob a égide do IICT, com o alto patrocínio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, apelo que reconhecidamente nos cumpre registar e agradecer.*

É da mais elementar justiça evidenciar que para esta reedição muito contribuiu o empenhamento pessoal do actual Presidente do INIPPC, Dr. Carlos Alberto de Carvalho, que tem posto igualmente todo o seu empenho na prossecução do projecto, pelo que consideramos aquela instituição e o seu dinâmico dirigente credores de todo o reconhecimento do IICT.

Lisboa, 17 de Julho de 2002

J. A. CRUZ E SILVA
Presidente do IICT

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO
Presidente do INIPPC

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Este é um tempo de crise: uma longa crise que quanto mais se conhece, mais apaixona o historiador e esperamos que o mesmo aconteça ao leitor. Um daqueles períodos em que parece nada estar a acontecer à superfície dos documentos e em que o rés-do-solo ferve de vida, sofre fortes mudanças, cria novas condições para, na primeira ocasião, fazer acontecer o inesperado.

Período de grandes mudanças e de pequenas/grandes soluções, conseguidas pelos vários actores em convergência ou em luta, numa sociedade atravessada pelo desassossego/levantamento permanente e contagiante. Soluções obtidas uma a uma na produção, no comércio, na política, na vida quotidiana, na adaptação dos comportamentos, na resistência ao isolamento material e cultural, e aniquiladas ou antes suspensas num dramático impacto colonial, fora do tempo, fora do lugar.

Sociedade de vivência a ritmo acelerado, de emergência de conjunturas precoces, de percursos singulares e anunciadores de um outro tempo, a sua História, a História de Cabo Verde, parece em muitos casos preconizar a de outras Colónias.

Cadinho de gentes e culturas várias, laboratório expedito de experiências originais, terra sujeita às grandes oscilações da fortuna que a frequenta e a abandona, palco de levantamentos em cadeia, Cabo Verde era já uma pátria de homens livres, enquanto as suas congéneres das duas margens do Atlântico estavam ainda dominadas pela ordem escravocrata.

Em contrapartida, Cabo Verde vai sofrer bloqueios por parte da política colonial uns após outros, secundados pela catástrofe natural da fome, tanto mais mortífera quanto exaurido estava o pequeno comércio e usurpado o poder político local.

A ruína da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e o afastamento do marquês de Pombal sobrevêm de imediato, mas a população tinha sido reduzida a metade pelo espectro da fome perante a inanição das forças vivas da sociedade. É aqui que encerra o 3º volume da História Geral de Cabo Verde. Mas como o leitor tem a vantagem de conhecer a República de Cabo Verde hoje, sabe que este povo encontrou o seu caminho. Como? O 4º volume o dirá. O que podemos afirmar, desde já, é que estamos perante uma sociedade que praticara durante dois séculos a autogestão e não vai interromper a busca da auto-organização num processo contínuo de reorganização e de regeneração autónomo.

Lisboa, 9 de Janeiro de 2002

MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS

DINÂMICAS DE DECOMPOSIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE ESPAÇOS E SOCIEDADES

António Leão Correia e Silva

Os ciclos históricos de povoamento do arquipélago

O povoamento do arquipélago de Cabo Verde não se deu em simultâneo. Ilhas houve que só foram povoadas no século XIX, ao passo que outras, como Santiago, por exemplo, o início da ocupação teve lugar logo a seguir à descoberta, em 1460. Na verdade, a penosa tarefa de povoar Cabo Verde processou-se lentamente, isto é, ao longo dum arco temporal de quase quatro séculos. Se observarmos este processo na perspectiva de longa duração, reparamos que o impulso povoador não se manifestou nem de modo contínuo e uniforme no transcurso do referido tempo, nem, tampouco, de forma aleatória. Quer isto dizer que se pode detectar nos impulsos de povoamento uma historicidade descontínua, feita por vagas. É possível localizar a este propósito três grandes ciclos que se correlacionam com as fases do processo histórico, igualmente longo e penoso, da passagem da sociedade escravocrata à camponesa. Senão vejamos. O primeiro ciclo localiza-se nos séculos XV/XVI e abrange apenas as ilhas de Santiago e do Fogo. As demais ilhas do arquipélago mantêm-se desertas, não sendo mais do que terras de pastagem. A elas chamamos, num estudo de geografia histórica, de “ilhas-montado”, tentando exprimir assim o peso da pecuária nesse subuniverso insular¹. O verdadeiro gerador e animador deste ciclo foi o tráfico de escravos. Na mira de participar no comércio com a Guiné, mercadores e nobres reinóis tornaram-se moradores de Santiago, fazendo nesta ilha casa e adquirindo nela terras para a produção de géneros comercializáveis na costa africana. No encalço deles, vieram criados, marinheiros, artesãos, etc. As necessidades de produção demandaram a importação de escravos que, do ponto de vista demográfico, se converteram, pouco tempo depois do início do povoamento, no maior universo social

¹ António Leão Correia e Silva, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, Centro Cultural Português, Praia-Mindelo, 2000.

presente. O crescimento deste grupo, como aliás dos demais, está em função directa da expansão e lucratividade dos negócios com a Guiné.

A perda de quotas do mercado guineense pelos moradores, aliada ao aparecimento de grandes fomes nos finais de quinhentos e princípios de seiscentos (referimo-nos às de 1580-82 e 1609-11) fizeram estancar e decair não só as importações de escravos e a imigração europeia como, ainda, despoletaram fluxos de saída relativamente importantes. Escravos foram vendidos ao desbarato durante as fomes, homens livres e forros desertaram para a Costa da Guiné ou mesmo para as Antilhas e, ainda, muitos dos grandes proprietários rurais ou mercadores abandonaram as ilhas, deixando para trás, nas mãos de procuradores ou de feitores, os seus patrimónios². É o fim do primeiro ciclo. Não quer isto dizer que nestas ilhas em apreço não se vai registar doravante um notável crescimento demográfico. Significa tão-somente que este passará a ser à custa não da imigração mas, sim, dos saldos fisiológicos internos.

O segundo ciclo, objecto de estudo deste capítulo, nasce justamente da falência do primeiro e data dos meados do século XVII, prolongando-se até aos anos 80 da centúria seguinte. No seu transcurso, as ilhas agrícolas e montanhosas do arquipélago, ou seja, a Brava, S. Nicolau e Santo Antão, emergiram como importantes espaços de fixação humana. De campos de gado que eram, as tais ilhas converteram-se, no intervalo das balizas aludidas, em mundos de gentes. De resto, o seu peso demográfico no conjunto do arquipélago fica, no princípio de setecentos, irreversivelmente firmado. Em 1727, escreve o ouvidor-geral Bravo Botelho, estribado nas informações colhidas junto do vigário da ilha, ter Santo Antão mais de quatro mil "pessoas de confissão, das quais são escravas quinhentas e duas"³. Acerca da de S. Nicolau, informa o mesmo magistrado "que está muito povoada"⁴. Alguns anos mais tarde, a ilha de Santo Antão ultrapassa em população a do Fogo, até então segunda do arquipélago. A de S. Nicolau posiciona-se logo atrás da do vulcão. Este reequilíbrio traduz inequivocamente uma profunda recomposição espaço-demográfica do conjunto cabo-verdiano.

Despontaram nesse novo universo pequenos povoados, como que para mostrar que alguma coisa de irreversível havia acontecido. Referimo-nos, a título de exemplo, à Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau, e à Ribeira Grande, em Santo Antão. Trata-se de núcleos proto-urbanos, onde residem comunidades de homens livres e proprietários ou, pelo menos, com acesso seguro à terra. A importância sociológica de tais comunidades no panorama arquipelágico impende as autoridades a atribuírem-lhes a prerrogativa de organização camarária e os magistrados locais a reclamarem para elas a criação de estruturas da administração da justiça. O ouvidor José da Costa Ribeiro afirma, em 1731, haver na Ribeira Grande mais de 360 fogos, "todos dentro da povoação"⁵. Um número significativo para um povoado até então praticamente desconhecido da Coroa. E acerca da Ribeira Brava, em S. Nicolau, assevera ser aquela

² António Correia, *Cabo Verde. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata* (1460-1878), ICLD, Praia, 1983.

³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 12, doc. 39.

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 14, doc. 27.

vila “lugar de mais 260 vizinhos”⁶. Por isso, o ouvidor encoraja o Conselho Ultramarino a criar nesses povoados “villas com Juizes ordinários, vereadores e mais officiaes de câmara e outros a ella concernentes...”⁷. Esta proposta não terá tido por trás a reacção das comunidades nortenhas contra a marginalidade a que estiveram sempre votadas? Ou, então, não albergava a tentativa das mesmas em contornar a sua dependência face ao donatário, no caso de Santo Antão, e relativamente ao feitor da Fazenda Real, no caso de S. Nicolau? Difícil de saber. Seja como for, ela é certamente sinal de reconhecimento régio da importância dos referidos povoados e dos seus habitantes. Contudo, a exiguidade e a precariedade das comunidades em apreço tornam a referida prerrogativa dificilmente implementável. Procurando salvaguardar a proposta apresentada de eventuais contestações, é o próprio José da Costa Ribeiro quem vai deixando claro que nas ilhas aludidas “não há homens brancos do Reino e sim brancos da terra como cá lhe chamão e propriamente sejam mulatos e muitos pretos”, para argumentar depois que nem por isso se deveria deixar de nelas criar câmaras.

Na verdade, as populações das ilhas do Norte e da Brava são eminentemente camponesas. Vivem, na maioria, do cultivo de pequenas courelas de terra, recebidas em aforamento das mãos dos donatários e, com a extinção progressiva destes, das da Fazenda Real. O engenheiro Carlos Andrea, que viveu em Cabo Verde nos meados de setecentos, afirma que na ilha Brava “todas as terras ... são foreiras à Real Fazenda”⁸. É também assim em Santo Antão, onde se computaram em 1732, aquando da fundação do concelho, seiscentos e cinquenta foreiros⁹. Na viagem que, em 1753, o malgrado ouvidor baiano, Custódio Correia de Matos, fez à ilha de S. Nicolau, tendo como objectivo sindicar as contas da feitoria, inventariou no Livro de Foros na posse do feitor 3564 fazendas tributárias, as quais deveriam render anualmente 368 mil e 380 réis¹⁰. Como veremos mais adiante, trata-se de um sub-registo. Diversamente de Santiago e do Fogo, não encontramos aqui casas senhoriais, nem grandes patrimónios vinculares sob a forma de morgadio e capela. Nem, tampouco, linhagens de terratenentes brasonados. A paisagem socioagrária tem nas ilhas periféricas outros contornos. Não predominam nela escravos e escravocratas. A pobreza – uma pobreza “democrática”, diga-se – domina os campos. Da Brava, diz uma fonte anónima, “são tão pobres os moradores, que não podem sustentar outro sacerdote, além do Pároco”¹¹. Acrescenta na mesma sequência que igualmente o são “todas estas ilhas, principalmente as de Barlavento em que não há um homem que se possa dizer abastado de bens, porque ainda as terras que cultivam com as suas lavouras pagam foro à Fazenda Real”¹².

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 40, doc. 9.

⁹ Artur Teodoro de Matos, “Santo Antão de Cabo Verde (1724-1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais”, in *A Dimensão Atlântica da África*, II Reunião Internacional de História da África, Rio de Janeiro, 1996.

¹⁰ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 24, doc. 41.

¹¹ *Notícia Corographica e Chronologica do Bispado de Cabo Verde...* (Apresentação, notas e comentários por António Carreira), Instituto Caboverdeano do Livro, Lisboa, 1985.

¹² Idem, *ibidem*.

Cóntudo, ou então por isso mesmo, os cultivadores beneficiam aqui de maior liberdade e autonomia do que em Santiago e no Fogo. Antes de mais, porque a percentagem de escravos na população é relativamente baixa, quando comparada com aquelas em vigor nas ilhas de povoamento antigo. Este facto leva a um justo questionamento se as sociedades podem ser legitimamente catalogadas de escravocratas. Em 1731, o peso dos escravos na população total é de 5,63 % na Brava e de 10,8 % em S. Nicolau. Só em Santo Antão ele é elevado, chegando a atingir os 15 %, percentagem muito próxima da de Santiago. Todavia, trata-se na sua grande maioria de escravos do donatário da ilha e não de particulares. Ou seja, estamos ante um grande senhor com muitos escravos, ao passo que a maior parte dos proprietários e foreiros cultiva a terra com o recurso apenas ao autotrabalho e à mão-de-obra familiar. Um cenário monossenhorial. O fim da donataria, já pronunciado em 1727, pôs os aludidos escravos numa situação de foreiros de facto, ainda que sobre eles continuasse a impender um conjunto de obrigações. Na Ribeira do Paul, onde estavam situadas as instalações da feitoria, tendo em anexo o alambique, a adega, as hortas e tanques do anil, os escravos que nela trabalhavam tinham ali as suas casas e hortas. Cultivavam o milho, o feijão e mais produtos necessários ao seu sustento. Uma autonomia já protocamponesa, proporcionada por uma escravatura indirecta. Em certos aspectos e momentos, ela chega a ser mesmo frouxa. Tal situação, ao perdurar, tende a cristalizar-se e a ser fonte de direitos, mesmo que costumeiros apenas.

É preciso sublinhar, no entanto, que, em determinados momentos, tais ganhos de autonomia não foram pacíficos. Ainda que profundamente enfraquecido depois de 1724, por razões que não cabem invocar aqui, o donatário subsequente àquela data resistiu em reconhecê-los. Exigiu, em contrapartida, a fundamentação jurídica dos direitos de liberdade reivindicados pelos alegados escravos, direitos esses quantas vezes tacitamente aceites pelos anteriores marqueses de Gouveia. Na década de 40 de 1700, o donatário arripiou caminho, pondo-os em causa. Uma tentativa de recuperar direitos. E de obter novas rendas. Invocando os "grandíssimos danos" que tal liberdade estava a gerar, escreve o marquês de Gouveia o seguinte: "sendo-me perante os grandes enganos e perniciosas equivocções que tem havido na minha ilha de Santo Antão acerca dos pretos que n'ella residem, fazendo-os livres do captiveiro em que foram gerados e ficando consequentemente forros com grande prejuizo das doações que El-Rei meu senhor e seus inclitos ascendentes foram servidos dar aos possuidores da Casa de Santa Cruz"¹³. Estribado nisso, o donatário exigiu aos "escravos" a comprovação, por cartas de alforria, da liberdade reivindicada. Caso contrário, prescreveu o donatário, o capitão reputaria por cativo quem não apresentasse os referidos papéis. Abre-se um espaço de contendas entre o donatário e os seus alegados escravos. Estes invocaram, por sua vez, os costumes antigos para fundamentar as suas pretensões de liberdade. Mais cedo ou mais tarde, serão as próprias autoridades a inclinarem-se perante os equilíbrios alcançados nas relações entre os escravos e o donatário, validando-os.

¹³ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1900.

Nas *Instruções* que o ouvidor-geral, Xavier de Araújo, deixou em Santo Antão, quando ali esteve em correição, em 1753, afirma-se que os tais escravos “se achavam habilitados pelo seu senhor para commerciar, possuir casas como se fossem livres, taes se deviam reputar nas suas heranças, deferindo-se estas a seus filhos, a seus paes e na falta d’estes a seus parentes mais próximos”¹⁴. Pode-se depreender, do que atrás fica dito, que os escravos gozavam na prática de direitos de propriedade e de transmissão de propriedade, equivalentes aos desfrutados pelos forros. De facto, uma escravatura atípica. A confirmar, chamemos uma outra fonte, datada da segunda metade do século XVIII. Ela informa-nos explicitamente que “esses escravos vivião sem mais espécie de escravidão do que serem chamados por um bando, que em certas estaçoens do anno mandava lançar o capitão-mor para hirem fazer certos trabalhos nas respectivas fazendas, e quanto ao mais não sofrião sujeição alguma...”¹⁵. Porque será que as relações escravocratas conheceram aqui uma trajectória abastardante, ousamos mesmo dizer degenerativa, bem diferente daquela que teve lugar no Fogo e em Santiago? Em primeiro lugar, parece-nos ser evidente, ainda que estejamos no domínio de hipóteses, que os diferentes donatários não dispunham de recursos suficientes e apropriados para controlar de perto, através de feitores e capatazes, o trabalho dos escravos que tinham na ilha. Como os teóricos deste Modo de Produção têm mostrado, as relações escravocratas, na medida em que não podem contar com o concurso voluntário do trabalhador no processo produtivo, requerem um forte investimento nos mecanismos de punição, ameaça e repressão¹⁶. O mesmo pode dizer-se em relação aos de vigilância, coordenação e comando. É a condição do seu funcionamento. Logo que os tais mecanismos refluem e percam a eficácia, as relações entram num processo de descaracterização, evoluindo para certas formas de servidão camponesa. É o que parece ter tido lugar na ilha mais setentrional do arquipélago. Além disso, a acentuada dispersão geográfica das propriedades do donatário (terras de vinha e de sementeira nas ribeiras da Garça e do Paul, algodoais no sítio do Cerrado, Guiné, Casas, Janela, etc., montados no Porto dos Carvoeiros, Mesa, etc.)¹⁷ agravava a impossibilidade de um controlo efectivo dos escravos. Em segundo lugar, há também um outro argumento, este talvez de cariz mais culturalista. Os escravos crioulos, isto é, nascidos nas ilhas, tendo delas um apurado conhecimento, que vai da geografia à

¹⁴ Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.* Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa, parte III, Lisboa, 1905.

¹⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 40, doc. 1.

¹⁶ A este propósito Jacob Gorender escreve o seguinte: “... trabalho e castigo são termos indissociáveis no sistema escravista. O escravo é inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado. A reacção ao trabalho é a reacção da humanidade do escravo à coisificação. O escravo exterioriza sua revolta mais embrionária e indefinida na resistência passiva ao trabalho para o senhor. O que, aos olhos deste último, aparece como vício ou indolência inata. Dai se tornarem indispensáveis a ameaça permanente do castigo e sua execução exemplar, conforme o arbitrio do senhor”. *O Escravidão Colonial*, editora Ática, São Paulo, 1980.

¹⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 12, doc. 47, “Treslado do rol das fazendas e mais cousas que entregou Manuel Loureiro Procurador do marquez de Gouvea na Ilha de Santo Antão que entregou ao governador da dita ilha Sebastião de Mendonça e Zuniga” (3 de Agosto de 1727).

língua, passando pelas técnicas de trabalho, detêm geralmente uma maior capacidade de negociação e de barganha face aos feitores do que os boçais e os provenientes do continente. Muito escassamente ligada ao tráfico, foi Santo Antão conhecendo, ao que tudo indica, menos realimentações no seu plantel de escravos do que as ilhas meridionais, ainda que estas também estivessem quase sempre à míngua deste tipo de mão-de-obra. Por isso, é de supor que os referidos ganhos nas relações escravocratas tenham sido alcançados devido a uma taxa excepcionalmente elevada de escravos crioulos na ilha do Norte. Lembremo-nos que ao se referir aos escravos, o próprio donatário argumentou que a condição dos mesmos derivava do facto do “cativeiro em que foram gerados”. Estamos ante escravos quase todos nascidos na ilha e tendo atrás de si várias gerações de ascendentes crioulos. Inclusive, foram-se estabelecendo ao longo do tempo laços intrincados de parentesco entre o universo dos escravos e o dos forros. Para nós, deve-se a este facto, isto é, à capacidade de serem naturais, a notável capacidade de resistência que tais cativos demonstravam. Atesta-nos esta hipótese, o depoimento de Cláudio Roquete da Silva, dado em 1733, então recém-nomeado capitão-mor da ilha. Escandalizado com o que ele classificou de sobranzeria dos escravos e, ao mesmo tempo, receoso pela sua vida e pela do feitor, quando ambos tentavam disciplinar os cativos, escreveu Roquete da Silva, numa carta endereçada ao governador-geral, serem em Santo Antão “escravos e forros todos parentes”. Por isso, argumentou que “coando se quer castigar hum, todos são por elle e já lhe digo que são como carneiros, e em falando hum falão todos”¹⁸.

Contudo, independentemente da controvérsia acerca do estatuto dos descendentes de escravos e da natureza desta escravatura, o certo é que esta instituição tem aqui um conteúdo bem diverso do que possui em Santiago e no Fogo. Mas a diferença reside também no mundo dos forros. A maior parte dos moradores livres da ilha mais setentrional de Cabo Verde era foreira. Ou seja, cultivava a terra sem outro impedimento que não fosse o pagamento do foro ao donatário. Dada a distância e também a dificuldade de controlo por parte do donatário, esta parte da população foi, sempre que pôde, maximizando as suas margens de liberdade no exercício de direitos sobre a terra aforada. A prática violava e ultrapassava os limites da lei. O já aludido capitão-mor constatou, indignado, que os foreiros estavam tão convencidos dos seus direitos que entendiam “que ainda que crime fizem se lhe não podião tirar as fazendas e com este seguro estavam aubsolutos”¹⁹. A esta estratégia dos moradores, respondiam as autoridades com acções de contenção mais ou menos veementes. A forma dominante de relação social é a que se estabelece entre os foreiros e o donatário. Relação em muitos aspectos antagónica. Instável, feita de avanços e recuos. Os ganhos de um lado fazem-se quase sempre à custa das perdas do outro lado.

Não é muito diferente o que se passa em S. Nicolau. Nesta ilha, mesmo contra o espírito das leis novas, os foreiros adquiriram a quase-propriedade plena das terras que possuíam de aforamento. Na prática, não eram tolhidos por nenhum tipo de limitação, mesmo aquele respeitante à transmissão *post mortem*. Ou à venda. Nisso contavam com a conivência dos juizes ordinários. O que indicia que tais práticas

¹⁸ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 16, doc. 17.

¹⁹ *Idem, ibidem*.

estavam muito possivelmente a coberto das tradições ancestrais e de um direito consuetudinário local. Daí a resistência dos camponeses às disposições contrárias a elas, trazidas pelo ouvidor Correia de Matos em 1753. Firme na sua vontade de restringir a extensão das prerrogativas, a seu ver ilegítimas, dos foreiros sobre as terras, o ouvidor baiano começa por advertir os juizes acerca da inadmissibilidade de tais direitos. Ouçamos o ouvidor: “os juizes ordinários têm permitido a retalhação das terras foreiras, repartindo-as entre os herdeiros, aprovando tão bem, em vez de anularem, não só as vendas voluntárias, que de bocado dellas fazem os foreiros, mas também as vendas necessárias que em Praça Pública se processão dos bocados de terra”. O magistrado investe o feitor da faculdade de vigiar o procedimento dos juizes ordinários nesta matéria e da obrigação de tudo fazer para que “as terras fiquem inteiras e de nenhuma sorte partidas”. A racionalidade do ouvidor é a de impedir a tendência à minifundiarização através das partilhas, o que poderia implicar a prazo a diminuição das receitas dos foros devidos à Fazenda Real. Comportamentos deste tipo conduziriam à fragmentação da propriedade fundiária nas “ilhas de aforamento”, tendência travada em Santiago e no Fogo quer pela instituição vincular quer pelo arrendamento.

O aforamento, ou seja, a autonomia que ela confere aos cultivadores, parece ser um forte factor de diferenciação sociológica da sociedade agrária das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau e Brava, relativamente à do reduto escravocrata de Santiago e do Fogo. Ele constitui naquele espaço a forma dominante de acesso à terra. Pelo menos no tocante aos forros, estatuto social maioritário nestes dois subuniversos. Esta instituição fundiária permite ao cultivador uma relação mais estável com a terra do que fazem as formas de arrendamento a que vão lançar mão os grandes proprietários de Santiago para colmatar, na segunda metade de setecentos, a falta e o alto preço dos escravos. O campesinato foreiro, digamos assim, é, sob muitos aspectos, bastante diferente do campesinato rendeiro, dominante em Santiago.

O que significa ser foreiro propriamente? Em princípio, era ter acesso à terra em troca do pagamento anual de uma quantia. Normalmente, o laço contratual criado pelo aforamento assim como o montante anualmente pago pela terra concedida mantinham-se fixos ao longo do tempo. Este facto possibilitava a realização, por parte do cultivador, de investimentos como a construção de casas, levadas, socalcos, currais, etc. Não se pode no entanto deduzir apenas a partir da natureza jurídica deste instituto fundiário a real condição dos foreiros. Até porque ela não é uniforme. Há no conjunto deste subarquipélago em análise situações bastante diferenciadas. Um dos factores da referida diferenciação, por exemplo, é a instituição outorgadora da terra. Onde esta é a Fazenda Real ou a câmara, como acontece em S. Nicolau, a partir de 1696, data em que a ilha reverte definitivamente para a Coroa²⁰, o foro tende a ser módio e estável. Existe, inclusive, por parte daquela instituição uma manifesta incapacidade de ultrapassar as dificuldades que se interpõem na cobrança efectiva dos réditos provenientes da terra. Em primeiro lugar, faltam meios de transporte, assim como estruturas locais de armazenamento. Em segundo, destacam-se, dentre os factores que explicam a ineficácia tributária da Coroa, a natureza precária dos

²⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 8, doc. 29.

produtos agrícolas e pecuários e, também, como insinuou “maliciosamente” o ouvidor sindicante Custódio Correia de Matos, a cumplicidade dos funcionários da feitoria para com os foreiros. Tudo isso acaba por pôr os agricultores a salvo das pressões tributárias. Ademais, é de realçar que uma parte significativa das terras exploradas não se encontrava sequer matriculada no Livro do Tombo, portanto impassível de qualquer tributação. “Fiz outros dous livros”, escreveu o ouvidor, tentando pôr fim ao que apelida de “descaminhos”, nos quais “tombei as terras, depois de as medir, declarando o foro de cada uma conforme a sua qualidade e quantidade”. Os esforços disciplinadores do magistrado de origem baiana vão ser transpostos para o Regimento, ficando como uma das obrigações dos guardas do campo da feitoria inquirirem “se algumas pessoas contra a forma do regimento tomarão por sua própria Authoridade terras nesta Ilha sem pagarem o foro a Fazenda Real e se estão possuindo algumas sem estarem medidas e lançadas no Livro do Tombo, que para esse efeito se tem ordenado; dezemcaminhando por esta forma os forros que devem pagar a Feitoria”.

Outro vector da actuação deste ouvidor foi a regulamentação das mercadorias dadas como pagamento dos foros das terras. Ordenou Correia de Matos que só em três géneros se recebessem os foros, isto “pela falta que há de dinheiro”. A saber: tabaco, vinho e algodão. Da eleição dos dois primeiros, argumenta ser por não haver perigo de se perderem, “como tem o milho com o gorgulho” e de terem “boa saída na mesma terra”. E quanto ao algodão, advoga que é “o melhor dos géneros porque d'elle se fazem panos para o negócio de Guiné, ... sendo tam precizos aos Navios Portugueses para o resgate da escravatura...”. A Coroa pretendia drenar por via fiscal o sobreproduto arrancado a este campesinato nascente, lançando-o nas correntes de tráfico internacional, donde obteria como contrapartida rendimentos elevados e de grande liquidez. Mas o projecto tributário da Coroa esbarra em mil dificuldades. Uma delas, quicá a mais importante, é a resistência dos funcionários locais da feitoria, a quem o ouvidor acusa de conspirarem para “meter em confusões esta Provedoria para que pareçam imperceptíveis os seus descaminhos”. Cabe dizer, em jeito de parêntesis, que a Brava não se encontrava numa situação estruturalmente diferente da descrita em S. Nicolau. José da Costa Ribeiro, ouvidor que ali esteve em 1738, esmoreceu nos seus ferverosos propósitos de fazer aumentar as receitas públicas, quando enfrentou as incontornáveis dificuldades da falta de liquidez da produção, da baixa monetarização da economia e da inexistência de circuitos de transporte daquela ilha. Por isso, justificou-se, dizendo: “esse pouco que rende a Ilha Braba [é] por ser terra de tam pouca comunicação, como se deixa entender de seu próprio nome”²¹.

O certo, contudo, é que este relaxamento ou incapacidade fiscal da Fazenda Real, fruto tanto das contradições entre os interesses locais e os da Coroa como também da desarticulação do espaço arquipelágico, contribui para a estruturação de um modo de vida mais autónomo e menos pobre do que aquele desfrutado por foreiros dependentes de donatários. Neste último caso, encontrava-se a ilha de Santo Antão até meados da década de 1750. Nesta ilha, o donatário, com mais sucesso do que a Fazenda Real em S. Nicolau, tendia a utilizar o aforamento como fonte de exação e de exploração de cultivadores. O ouvidor-geral Xavier de Araújo, verdadeiro aliado

²¹ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 16, doc. 40.

das populações pobres do Norte do arquipélago, denunciou, em 1753, que os feitores e outras autoridades postas pelo então donatário, marquês de Gouveia, constrangiam moradores forros “a ir pessoalmente cultivar vinhas e fazer outros serviços nas terras que eram da imediata administração dos feitores”²². Prática pelos vistos corrente. Era-o também o levantamento arbitrário do valor dos foros a pagar pelos beneficiários dos contratos de aforamento. Por esta razão, fizeram-se sentir por diversas vezes os protestos do povo. Em 1745, a população levantou-se contra o capitão e o feitor do marquês de Gouveia. De resto, situa-se aqui uma das linhas do conflito socioagrário da ilha. A draconiana exploração que o donatário exercia por intermédio dos seus feitores mantinha a população a um nível de vida ralo, mau grado as consideráveis potencialidades agrícolas de Santo Antão. Por isso, o magistrado deixou as seguintes determinações à Câmara: “... os juizes não consentirão que os feitores obriguem os forros a irem trabalhar contra sua vontade nas fazendas do donatário, nem que se lhes levatem os foros mais do antigo, nem que se lhes altere o preço dos fructos da terra que costumavam pagar...”²³.

Apesar de a condição de foreiro não ser idílica e de ele não estar de modo algum isento das formas extremas de exploração, o certo, porém, é que, ainda assim, o aforamento, seja patrocinado pela Fazenda Real seja pelo donatário, propiciava mais segurança na tenência da terra do que o arrendamento. Tanto assim é que quando a Companhia do Grão-Pará e Maranhão pretendeu substituir os contratos de aforamento pelos de arrendamento, desencadeou-se em Santo Antão uma onda de protestos. É que nos contratos de arrendamento, logo que o rendeiro, com o seu trabalho, beneficiasse a terra com infra-estruturas, aumentando-lhe o valor de mercado, o proprietário tendia imediatamente a subir o montante da renda. Ou então a dá-la a outro cultivador disposto a pagar mais por ela. Esta relação tensional leva à queda do nível do investimento fundiário, trazendo consequências sobre a produtividade agrícola. O aforamento, pela sua estabilidade, gera, ao inverso, maiores níveis de investimento e de produtividade.

Uma questão que se pode levantar é a de saber que tipo de paisagem agrária resulta desta nova dinâmica social e demográfica nas ilhas do Norte e na Brava? Nestas como nas demais ilhas, o solo agrícola conhece uma organização tripartida. O montado, as terras de sementeira e o regadio. Para montado destinavam-se terras áridas e semiáridas sem outra possibilidade de utilização que não fosse a pastagem. O que é interessante constatar é que o montado, que havia ocupado a totalidade do espaço agrícola durante os dois primeiros séculos de colonização, encontra-se historicamente em recuo nos anos setecentos. Ele vai estar mesmo confinado. E, não raras vezes, sobre a pressão das terras de sementeira. São os sinais físicos e exteriores da passagem de uma sociedade assente na pecuária extensiva, portanto pouco povoada, descrita por nós no I volume desta obra, a uma outra sociedade que tem na agricultura intensiva e no modo de vida camponês as suas bases²⁴. É esta a situação

²² Barcellos, *op. cit.*, parte II.

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ *História Geral de Cabo Verde* (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), vol. I, Lisboa, Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Insti-

no século XVIII nas três ilhas em consideração. O engenheiro António Carlos Andrea escreve que o montado em Santo Antão “era tão inapto para a cultura que, ainda para pastos de gado vacum não é muito próprio...”²⁵. Em S. Nicolau, além dos pertencentes à Fazenda Real, os montados estão em recuo em favor das terras de semeadura dos foreiros. E na Brava, a mais agricultada das ilhas deste subuniverso, isto é, onde o cultivo é mais intensivo, e talvez também a ilha com maior densidade populacional de todo o arquipélago, o montado não tem expressão relevante. Por isso, aliás, afirma a fonte que vem sendo citada “ter esta ilha menos terra inculta” do que as demais.

Em contrapartida, por todo o lado expandem-se as terras de sementeira. O crescimento destas faz-se à medida do alargamento da rede de povoamento. Em S. Nicolau, “a defeza e a segurança dos gados bravos que ... na Ilha teve a Real Fazenda” mostrou-se impossível devido ao “damno, que semelhantes cabras cabras fazião nas sementeiras” e nos trabalhos dos foreiros. Daí a luta inglória do ouvidor Correia de Matos para travar a irreversível queda das receitas de peles auferidas pela Fazenda Real. É como se houvesse um jogo de soma nula entre a população e o gado, entre a semeadura e o montado, entre o interesse do campesinato pobre e o dos donatários e da Fazenda Real. No século XVIII, é a população quem marca pontos, desbancando o gado, mesmo o acantonado e defendido nos montados. A própria Fazenda Real vê-se em dificuldades para manter a segurança dos rebanhos em diminuição. No Regimento que o ouvidor Correia de Matos deixou ao feitor da ilha de S. Nicolau, este ficou com o encargo explícito de indagar “se algumas pessoas fora das ocazioens das vegias sahirão da villa com espingardas e caens para as partes, onde pastão os gados da Fazenda Real; e se matarão algum, ou sapanharão e se apanharão tão bem algumas bestas bravas pertencentes à Feitoria”. A agravar o recuo da criação extensiva do gado, registem-se o fim da última donataria e a instalação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Detendo uma forte motivação para obter ganhos mercantis imediatos, sobretudo com a revenda nos mercados guineenses da panaria cabo-verdiana, a companhia vai confiscar, sempre que possível, terras aos montados, transformando-as em seguida em algodoais. É, por exemplo, o que vai suceder em Juncalinho e nas Figueirinhas, sitas na parte leste da ilha de S. Nicolau.

Tudo isso se passa de modo muito semelhante na Brava. O gado, que havia sido criado solto e bravo, com o crescimento da população passou a ser defendido pelo feitor da voracidade dos habitantes. Assim registou o capitão Roberts, que ali esteve em 1722: “o privilégio de matar as cabras bravas pertence ao Feitor sem a licença de quem ninguém se atreve a caçar”²⁶. Impunha-se vigiar de perto os movimentos da população. Tinha também o feitor sob o seu controlo os cães de caça existentes, geralmente os de raça sabujo e galgo. Deste modo, limitava as possibilidades do exercício autónomo da caça por parte dos camponeses. Segundo o viajante inglês: “Foi esta a lei

tuto de Investigação Científica Tropical e da Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde), 1991.

²⁵ *Doc. cit.*

²⁶ In “As Ilhas de Cabo Verde nos anos de 1720. Quatro anos de Viagens do Capitão George Roberts,” *Ponto & Virgula, revista de intercâmbio cultural*, nºs 10 e 11, Julho/Outubro de 1984.

feita pelos portugueses, quando ao princípio povoaram as ilhas e puseram gado nelas, com o fim de evitar que a criação fosse completamente destruída²⁷. Agora, na centúria setecentista, era o contrário que se passava: avanço do povoamento, recuo do gado. Em Santo Antão, Roquete da Silva, capitão-mor, publicou a 14 de Setembro de 1732 um bando “para os que armão Laços às cabras bravas que apanhandoce algum seria prezo e confiscadas as fazendas e remetido a Cabo Verde²⁸”, retomando assim os bandos anteriores sobre a matéria. Missão no entanto impossível. Nada pode atalhar a irreversível vitória das sementeiras.

Nos meados do século XVIII há claramente o triunfo de uma nova paisagem agrária nesta parte do arquipélago. Uma paisagem mais diversificada. Mais policromada. Mais plena de homens e das suas instalações imobiliárias. Nada que se compare ao aparente vazio que a função de montado produzira. O império da pecuária extensiva, que durante tanto tempo dominou estas ilhas, está definitivamente desmontado. Nas terras altas da Brava, já que grande parte da superfície da ilha é montuosa, se cultiva, durante quase todo o ano, em razão da humidade que a altitude propicia, mandiocas, bananas, milho e feijão verde. A batata é também uma cultura de grande expressão. Nas terras baixas, próximas ao mar, o gado disputa lugar com o algodão. Mas a grande motivação popular para manter pujante a criação é a frequente aguada que a navegação inglesa e norte-americana ali faz. Em Santo Antão, apesar da pressão do donatário e depois da dos administradores locais da companhia para que a população não se dissemine pela ilha, as terras de sementeiras estão em crescimento. A pressão traduz-se por vezes na ocupação de espaços íngremes que demandam por causa disso muito mais trabalho e esforço do cultivador. Nada no entanto parece poder travar este inexorável movimento. Um bom conhecedor da ilha atesta que ali as terras de sementeira galgavam “por impinadas ladeiras” e que os “homens que trabalham correm ... os perigos de se precipitarem”. Produzem milho, feijões e abóboras. Nas ribeiras impera a banana. Aliás, Santo Antão é muito provavelmente o maior bananal do arquipélago. Encontra-se a mesma tendência em S. Nicolau. Nas poucas, exíguas mas preciosas terras de regadio destas três ilhas, a videira, produtora de vinhas de latadas, figura como a cultura rainha.

Qual o custo desta vitória camponesa? Qual a factura a ser paga pela transformação das ilhas-montado em campos de sementeira? Que débito se criou pela disseminação do povoamento onde a presença humana era até então ténue e discreta? Sim, porque tamanha mutação não pode ter sido impune. Em primeiro lugar, este processo de expansão cria uma fonte de pressão sobre as virtualidades agrícolas das referidas ilhas. Como é sabido, a dinâmica ecológica deste arquipélago alterna a sequência de anos chuvosos com os de seca. Uma temporalidade pendular. Durante os anos chuvosos, a produtividade agrícola da terra é geralmente elevada, gerando excedentes. O problema de equilíbrio entre os recursos e a população não se coloca sequer. Inclusive, há vários desperdícios. Feijões não colhidos nas cordeiras. Tubérculos que apodrecem na terra, etc. Contudo, com a chegada do ciclo de anos estios, a relação entre as necessidades alimentares e as disponibilidades descompensa-se

²⁷ *Idem, ibidem.*

²⁸ Cláudio Roquete da Silva, *doc. cit.*

bruscamente em desfavor daquelas. A penúria, a subalimentação e depois a fome, geradora de mortandades, surgem. O crescimento da população caminha a par do aumento do risco alimentar. Vive-se doravante à mercê dos caprichos das secas. É este o custo mais penoso dessa expansão camponesa.

Ao longo do século XVIII, estas novas frentes de povoamento, situadas nas ilhas do Norte e na Brava, se consolidam. Novas, não apenas no sentido de serem espaços recém-povoados onde antes predominava o povoamento rarefeito, imperando neles o gado, como também na acepção de que o povoamento ali vai ter outros fundamentos e contornos, senão completamente diferentes daqueles que modelaram o processo de ocupação de Santiago e do Fogo, ao menos bastante diferenciados dos destas ilhas. A influência do tráfico de escravos é nestes espaços periféricos relativamente esbatida. Ousamos mesmo dizer que o próprio comércio oceânico, pilar do paleurbanismo insular, que teve na Ribeira Grande quinhentista a sua expressão mais plena, não excede neste universo um estatuto de actividade secundária e marginal, ainda que presente. Expressão disso será porventura a localização interiorânea dos novos povoados, em contraposição à dos burgos de nascimento quatrocentista ou quinhentista, que nasceram e se reproduziram, primordialmente, enquanto portos de escala (técnica, comercial e militar) transocénica²⁹. Na Brava, a povoação, segundo o que as fontes da época registam, "fica em um palmo no meio da Ilha"³⁰. O contacto com a navegação transatlântica faz-se por intermédio de numerosos portos mais ou menos distantes do povoado. Os principais são o da Furna, da Fajã de Água e o dos Ferreiros. A Ribeira Grande, na ilha de Santo Antão, apesar de próxima do mar e servida pelo porto de Ponta-do-Sol, é descrita como um burgo de má acessibilidade marítima. O mesmo se passa em relação à vila da Ribeira Brava, em S. Nicolau. Ela tomará o devido distanciamento face aos principais portos de mar. Serve-se, para os contactos com a navegação de pequeno porte, do da Preguiça, sendo o do Tarrafal, mais distante e amplo, deixado para o tráfego marítimo de maior calado. Além destes, há ainda a destacar o Porto Velho, o do Inglês, o de Palha Carga do Inglês, dos quais, realça o engenheiro António Carlos Andrea, "há bons caminhos para a povoação". Contudo, o que se nos afigura importante é que o povoado se exime de se instalar na boca do porto. Trata-se, ao que tudo indica, de uma separação consciente e desejada. Algumas fontes afirmam que o primeiro povoado de S. Nicolau se situara no porto da Lapa, na parte sul da ilha³¹. Fora ali que tivera assento a casa do feitor dos condes de Portalegre, os aposentos dos caçadores, as instalações para o curtimento das peles, o salgamento das carnes e o armazenamento do sebo. Esta localização garantia a facilidade de escoamento à produção local. No século XVII, porém, este núcleo de povoamento entrou em decadência e praticamente desapareceu. O povoado principal reemerge tempos depois, agora no centro da ilha, aninhado no fundo de uma ribeira

²⁹ António Correia e Silva, "Para uma Sociologia de uma Cidade-Porto. As Especificidades do Mindelo no Contexto das Cidades Cabo-verdianas", in *Anais*, nº 1, Mindelo, 1999.

³⁰ *Notícia Corográfica...*, *ob. cit.*

³¹ José Conrado Carlos de Chelmicki, *Corographia Cabo-verdiana ou Descrição Corographico-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, tomo I, Lisboa, Typographia de L. C. da Cunha, 1841.

rica em água, expressivamente apelidada de Ribeira Brava. Este recolhimento é por certo portador de muitos significados.

A dissociação porto-cidade, uma desconstrução relativamente ao urbanismo quinhentista, é corolário de duas tendências: a dispersão e a atomização da actividade portuária, por um lado, e o adentramento-interiorização dos povoados, por outro. Que fundamentos sociais, económicos e políticos sustentam estas novas tendências? Dito de outro modo: Que lógica de localização estará por detrás destas implantações? Trata-se de uma questão incontornável para quem se propõe pensar a recomposição do espaço insular ocorrida nos séculos XVII e XVIII.

As explicações avançadas têm naturalmente valor de hipóteses. A nosso ver, o comércio transoceânico, seja o tráfico de escravos seja qualquer outro, é, no subarquipélago em análise, inexpressivo, ocasional e difuso. Ele não possibilita, por isso, dinâmicas fortes de concentração portuária. É como se lhe faltasse força magnética suficiente para atrair e fixar no litoral os povoados sediados no interior. Deve-se acrescentar a este factor o medo da pirataria. Este está presente, de forma real ou virtual, durante todo o período em estudo neste volume. A localização interiorânea ou nos lugares de má acessibilidade traduz as estratégias de defesa e “escondimento” segregadas pelos ilhéus face às ameaças externas vindas do mar. A pressão da pirataria contribui para modelar a geografia humana das ilhas do Norte e da Brava mais do que de Santiago e do Fogo, cujos assentos populacionais foram configurados antes da atlantização dos conflitos intra-europeus.

Os camponeses das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau e Brava buscam no mar o complemento à agricultura

Não se pode no entanto ajuizar, do que atrás fica dito, que as populações do subarquipélago em exame viviam de costas voltadas para o mar e para os contactos interinsulares. Nada mais inadequado. Em primeiro lugar, a pesca costeira ou “longínqua” (é preciso relativizar o adjectivo às possibilidades técnicas existentes e às distâncias interilhas) era para as populações camponesas daquelas ilhas uma actividade complementar. Desde muito cedo aventuram-se em embarcações precárias para alcançar as reservas pesqueiras, salineiras, energéticas e outras, das ilhas desertas. Várias fontes coevas captaram indícios de uma intensa actividade popular de construção naval. O já citado engenheiro António Carlos Andrea atesta que na Brava os habitantes lançavam mão de figueiras-bravas “de cuja madeira fabricam lanchas para a pescaria e passaram aos ilhéus do Baixo e do Rombo, a matar pássaros aquáticos, dos quais fazem azeite para luzes”³². Compensavam assim a falta de purgueiras, das quais se extraía tradicionalmente o óleo, utilizado em Santiago como fonte de iluminação popular.

Em Santo Antão, os forros adquiriram ao longo do tempo o direito de ir à pesca longe das costas da ilha, nas imediações de S. Vicente, Santa Luzia e dos ilhéus. Ali

³² António Carlos Andrea, *doc. cit.*

estava situada, segundo os relatos da época, uma das mais ricas reservas pesqueiras existentes no arquipélago. Os recursos que estas viagens proporcionavam (sobretudo o peixe, as cagaras e o sal) faziam parte integrante da economia dos forros da ilha do Norte. Com eles, compensavam e complementavam o que a terra lhes dava. Portanto, um precioso complemento. As autoridades, porém, não cessaram de levantar obstáculos legais a esta mobilidade. Um dos expedientes adoptados para este fim era o controlo do acesso ao Porto Carvoeiro, sem dúvida o melhor e o mais estratégico ancoradouro da ilha. Em Setembro de 1732, o contestado e recém-nomeado capitão da ilha, Cláudio Roquete da Silva, publicou um bando, proibindo que se utilizasse o “caminho grande” para o porto dos Carvoeiros, ficando livre apenas o da Corda e Ribeira da Torre. Caminho penoso, feito por entre montanhas, altas e escarpadas, da região da Cova. A infracção a esta determinação daria pena de prisão, pela primeira vez, e remissão a Santiago, se o réu fosse reincidente. Três meses depois, perante a incapacidade em controlar o acesso ao porto e ao mar das *Dezertas*, o referido capitão vedou, por um outro bando, o uso do caminho da Ribeira da Torre, ao mesmo tempo que impôs “que nenhum lancheiro levace em lancha pesoa alguma sem licença”³³.

As resistências dos camponeses a estas disposições resultam da importância que a pesca interinsular tem na estruturação do seu modo de vida. É a sobrevivência que está aqui em causa. A tal ponto que quando o feitor do marquês de Gouveia, então donatário, tentou nos finais da década de 40 tolher esta liberdade de movimentos, os forros reagiram. Fizeram chegar os seus protestos ao ouvidor Xavier de Araújo que, sensibilizado, estipulou, no ponto 5º das já citadas *Instruções* deixadas aos oficiais da câmara, que todos os “moradores forros poderiam ter lanchas que quizessem para fazer as suas pescarias e passar às ilhas desertas a fazer sal”³⁴. Em seguida, prescreveu, explicitamente, a proibição de os feitores obstarem tais viagens, queimando as lanchas “como até agora”. O que está em jogo neste conflito? A nosso ver, a mobilidade marítima e interinsular dos camponeses forros conferia-lhes fontes alternativas de rendimentos. Claro está que quanto mais rendimentos dispusessem, menores seriam as suas margens de dependência face aos feitores. Neste caso, a capacidade dos forros para resistir à proletarianização ou às tentativas de submissão diminuiriam significativamente. Por isso, os feitores investem na “imobilização” deles, adoptando para isso procedimentos violentos e arbitrários.

Para dissuadir estes comportamentos impõe o magistrado que “... quando algum feitor mandar queimar alguma lancha, elle a pagará”. E se os juizes assim não agissem, incorreriam eles também “na pena de pagar a lancha a seu dono e mais 6000 reis cada uma”. Também o engenheiro Andrea registou o abate das figueiras-bravas em algumas ribeiras da ilha, tendo por objectivo a construção de lanchas. Nelas, observou o engenheiro, os insulanos “arrojam a passar o canal que divide esta ilha da de S. Vicente para nos mares desta fazerem maiores pescarias, cujo peixe secam para o conservarem”³⁵. Penoso trabalho o de atravessar o bravo e temido mar do canal. Por causa desta actividade, tão necessária quanto perigosa, Andrea reputou ser este o mais

³³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 16, doc. 17.

³⁴ Barcellos, *ob. cit.* parte II.

³⁵ António Carlos Andrea, *doc. cit.*

duro viver de todos os viveres do arquipélago. De volta destas viagens tormentosas, divisava-se ao longe a silhueta da ilha: enorme e compacta; uma imponente muralha de montanhas erguidas sobre o mar imenso. Mas para quem pertence a este universo é difícil o distanciamento que permitiria um olhar estético sobre a paisagem. A natureza mostra-se aqui grandiosa e transcendente. Soberba ante a precaridade das sementeiras, cruel face a fragilidade dos botes e indomada frente a ousadia dos homens.

Passava-se o mesmo em S. Nicolau. Os seus pescadores lançavam-se quer a sudeste, em direcção à ilha do Sal, quer a noroeste, em demanda do complexo subarquipelágico composto por Santa Luzia, S. Vicente e os ilhéus Raso e Branco. Nestes mares capturavam baleias e recolhiam o âmbar nas praias. Para a ilha do Sal em particular, enviavam-se equipas relativamente grandes de sanicolauenses, com o fito de ali se organizar a seção da apanha de tartarugas verdes. Delas extraíam o óleo, salgavam a carne e vendiam, quando possível, as carapaças. Narra o capitão Roberts ter encontrado na referida ilha, em 1722, sessenta pessoas naturais de S. Nicolau, que tinham sido para ali levadas por uma chalupa inglesa, comandada por James Peer, morador em Bristol, para tomarem parte no apanho de tartarugas. As condições de estadia prolongada na ilha estavam longe de ser boas. Os insulanos – homens, mulheres e, por vezes, até crianças – construíam cabanas precárias e, além do peixe abundante, caranguejos e melões bravos, estes normalmente utilizados como purgantes, não havia mais nada para comer. O não aparecimento do navio no tempo previsto obrigou a tal expedição a demorar no Sal. Por isso, os seus membros imploraram ao capitão Roberts para os levar para S. Nicolau porque “estavam quase a morrer de fome”.

Em segundo lugar, o mar também proporciona a possibilidade de contacto com comerciantes e navegantes estrangeiros. Abrem-se, deste modo, oportunidades de trocas reciprocamente vantajosas, longe dos olhares gulosos dos agentes fiscais da Coroa. A partir da década de 30 de 1700, os habitantes de S. Nicolau frequentam regularmente as *Dezertas*, sobretudo a ilha do Sal, para apanhar ali o produto do mesmo nome, e a Santa Luzia e S. Vicente, onde adquirem a urzela. Revendem aos comerciantes ingleses tais produtos. Ou põem, a troco de contrapartidas, o seu conhecimento dos canais, baías e ilhéus a favor dos “intrusos”. Nos meados do século, o ouvidor Custódio de Matos impôs ao feitor de S. Nicolau a obrigação de mandar devassar as testemunhas, inquirindo “se algumas pessoas foram às Ilhas Dezertas por lingos e práticos dos Navios Estrangeiros”³⁶. A Coroa criminaliza tais comportamentos, enquadrando-os como contrabando. Mas, para as populações são simplesmente a busca de fontes suplementares de recursos necessários à sobrevivência. Na Brava, por exemplo, é de tal modo grande a cumplicidade das populações com as tripulações estrangeiras que, quando ali se instala o administrador da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, reivindicando para a referida empresa o exclusivo de todo o comércio externo da ilha, ocorre uma rebelião. Regista uma fonte oficial que para ali foi mandado imediatamente José de Évora Macedo, capitão de um dos regimentos da

³⁶ “Regimento da Fazenda Real que Devem Observar o Feitor e mais Officiães da Mesma Ilha de São Nicolau...”, in “A Sindicância do Desembargador Custódio Correia de Matos”, in *Svrdia*, 2, 1958.

ilha de Santiago e Almotacé, na cidade da Ribeira Grande, com a “diligência de hir prender à Ilha Brava huns Régulos que se levantarão contra o Administrador da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, por lhes impedir os contrabandos que frequentemente fazião em grave prejuizo da mesma companhia em os Navios estrangeiros que entravão naquela Ilha...”³⁷.

Por fim, já no ocaso do século XVIII, portanto nas fronteiras cronológicas deste trabalho, situa-se o terceiro e último ciclo de povoamento, impulsionado quer pelas dificuldades de reprodução das sociedades agrárias já instaladas nas ilhas em apreço, quer pelas políticas de fomento postas em marcha pelos fisiocratas durante o consulado do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho Melo e Castro, e, mais tarde, do de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. É no bojo desse movimento que se desencadearam as iniciativas de povoamento da ilha de S. Vicente, Santa Luzia e, muito tempo depois, do da ilha do Sal.

As ilhas baixas e salineiras do Leste: Boa Vista e Maio

Regista-se, ainda, um interciclo que se liga ao povoamento das ilhas do Maio e Boa Vista. Escassamente povoadas durante o primeiro ciclo, estas só se tornaram objecto de um povoamento mais expressivo aquando da abertura dos seus portos à navegação inglesa e norte-americana no século XVIII.

Contrariamente às anteriores, estas não são ilhas de vocação agrícola. Se, como mostrámos para Santo Antão, S. Nicolau e Brava, os séculos XVII e XVIII representaram momentos da expansão de terras de sementeira, como consequência do alargamento a estes espaços da rede de povoamento, tais centúrias não tiveram o mesmo significado para as ilhas orientais, baixas e arenosas. As suas limitações ecológicas para a prática da agricultura não as tornam objecto de intensa fixação de populações com vocação agrícola. Basta dizer que a Boa Vista, a quarta maior ilha do arquipélago em extensão, não alberga mais do que 2 % da população cabo-verdiana em 1731. Nesta data, segundo o mesmo censo, a ilha do Maio não alcança as quatro centenas de almas. As ribeiras, terrenos de grande produtividade agrícola e, por isso mesmo, lugares privilegiados do ponto de vista de uma ecologia humana, conhecem aqui uma muito limitada expressão. Na Boa Vista, elas estão sob a pressão constante das areias que vêm do mar e se espalham pela ilha pela mão do vento, a partir da costa do Norte. Por isso, quase todos os leitos das ribeiras são secos e cobertos de areia. Mas, ainda assim, a agricultura pratica-se, numa luta tenaz contra o vento e a areia. Quando chovia, segundo conta o engenheiro António Carlos Andrea, e ocorriam cheias, os moradores tinham que desarear as ribeiras “até encontrarem a terra, que é pingue e boa e se acha em quatro até cinco palmos de profundidade” para então fazerem as sementeiras de milho, abóbora e melancias. No Maio, a única ribeira digna de realce, pelas possibilidades de produção, é a Ribeira de Santo António, onde se cultivava com algum sucesso as hortícolas, a mandioca e as bananas.

³⁷ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 27, doc. 46.

Baixas, portanto sem o benefício da humidade que a altitude proporciona, estas ilhas albergam na verdade uma agricultura medíocre e confinada. Grande parte do seu património fundiário é destinado aos montados, onde pastam em liberdade milhares de cabeças de gado vacum, cabrum, cavalos e bestas. A dimensão destas manadas é justificada não pelas necessidades de consumo local, mas, sobretudo, pelas solicitações do comércio externo. As bestas e os cavalos são alugados aos estrangeiros que demandam estas ilhas em busca do seu abundante sal. Nos períodos de pico comercial convertem-se em fonte de expressivos rendimentos. Cabras e vacas são vendidas às embarcações em trânsito bem como aos comerciantes americanos que, depois, as revendiam com elevado lucro nas *West-Indies*, ou seja, nas Bermudas, Barbados, Jamaica, etc. O comércio de peles é também um dos sustentáculos da actividade criatória das ilhas orientais. Da captação dos rendimentos comerciais e dos da produção do sal, os habitantes destas ilhas importavam, de Santiago, do Fogo e mesmo de S. Nicolau, alimentos que precisavam. Algumas fontes registam indícios de uma intensa, ainda que mal documentada, relação entre certos portos de Santiago, como o da Ribeira da Barca e o de Santa Cruz, com a ilha do Maio. Por razão desta abertura à rede de comércio oceânico, estes insulanos são relativamente mais prósperos do que os de Santo Antão, Brava e S. Nicolau, onde, no entanto, eram maiores as potencialidades agrícolas. A constatação deste aparente paradoxo levou Carlos Andrea a ajuizar, julgando tratar-se de uma prova sem réplica, ser preferível "nestas ilhas haver menos gente e mais gados que menos gados e mais gente"³⁸. No entanto, foi o contrário disso que os séculos em apreço promoveram.

A convergência em Santiago e no Fogo

O segundo ciclo de povoamento, que temos vindo a analisar, é o resultado tanto de um crescimento "silencioso" das populações locais como da imigração de homens livres provenientes de Santiago e do Fogo. Naquelas ilhas, a disponibilidade de terras era maior e as populações, ainda que formalmente escravas, como acontecia em larga percentagem em Santo Antão, por exemplo, possuíam todavia bastante autonomia no processo de trabalho, o que as assemelha mais a sociedades camponesas do que as agro-escravocratas. Se este ciclo alarga a base espacial do povoamento às ilhas agrícolas do Norte e à Brava, nem por isso ele deixa "impunes" os espaços de povoamento antigo. Também em Santiago e no Fogo se assiste a uma profunda reestruturação nos modos de ocupação do espaço e da organização da sociedade. A antiga classe de armadores-proprietários rurais, convertida depois em agro-mercadores, já não armadores, em torno da qual se estruturara a sociedade e o território, entra em falência em meados de seiscentos. Como fora o interesse desta classe que servira de motor ordenador da sociedade e do espaço, a decadência dela vai engendrar a desestruturação da ordem. Social. Económica. Política. E espacial. Por todo o lado, o campesinato expande-se no século XVIII. Em Santiago, pode assistir-se,

³⁸ António Carlos Andrea, *doc. cit.*

do mesmo modo que nas ilhas do Norte, à dispersão da actividade portuária, anteriormente concentrada na Ribeira Grande e na vila da Praia. Pelas infinitas enseadas que é recortada a costa da ilha, sobretudo do seu lado oriental, instala-se um comércio miúdo e difuso entre marinheiros das embarcações europeias em trânsito e os pobres camponeses das localidades. Este processo é acompanhado de muito perto pela decadência das cidades. As novas tendências tocam igualmente a paisagem agrária. A alforria, a fuga de escravos e o êxodo urbano intensificam a tendência à hiperdispersão do habitat rural. É de facto neste sentido a informação do governador Francisco de Oliveira Grans, que se orgulhava de não haver em toda a ilha "rigaxo que ... não tenha visto"³⁹; "em toda ella", afirma o governador em 1732, "não vy sinco funcos juntos, que são as cazas que há, mas sim huma grande distancia de huns a outros e coaze todos em Partes aonde senão Pode hir a cavallo e a Pée com muito trabalho"⁴⁰. Em Santiago e no Fogo, no coração do sistema escravocrata, como em Santo Antão, na Brava, em S. Nicolau e nas demais ilhas, o campesinato soma pontos. Cabo Verde camponês, falemos assim, possui uma rede de povoamento muito mais diversificada do que aquela que a sociedade escravocrata havia criado no século XVI, excessivamente centrada nas ribeiras de Santiago e do Fogo, como ficou demonstrado nos volumes anteriores desta obra. Isso mostra-nos que o povoamento é um processo dinâmico, inacabado e susceptível de amplas redefinições. Exploramos neste capítulo a perspectiva de uma elevada correlação entre as dinâmicas do espaço e as da sociedade.

Também em Santiago – dizíamos –, no mais antigo reduto escravocrata do arquipélago, a vitória camponesa é, contrariamente a uma certa ideia-feita, clara e expressiva. Segundo o censo realizado pelo bispado em 1731, a percentagem de escravos na população total da ilha não ultrapassa os 16,28 %. Em contraposição, os forros sozinhos perfazem dois terços da população. Àquela data, o quadro social que vigorou durante dois séculos encontrava-se já completamente subvertido. Estaremos perante uma sociedade escravocrata sem escravos? Parece-nos que a ideia de haver um enclave escravocrata no meio de um oceano camponês traduz bem a configuração social então existente na maior ilha cabo-verdiana. O recurso ao conceito de formação social, albergando diferentes modos de produção (escravocrata, camponês, etc.) parece-nos pertinente. O que distingue o modo de produção camponês do escravocrata é o facto de naquele a terra ser explorada com base em mão-de-obra livre e familiar. O cultivador tem bastante autonomia na organização do processo de trabalho. É ele que decide da sequência das tarefas a empreender, do ritmo a imprimir, dos géneros a cultivar, etc. O trabalho não é um processo directamente dirigido de fora e assente na coerção física e psicológica de um feitor, como o é na escravatura⁴¹. Aceitando a autonomia como critério central de classificação sociológica (o que torna o estatuto de camponês incompatível com o de escravo ou mesmo com o de assalariado) é, pois, forçoso concluir-se que a esmagadora maioria da população, que então vivia da

³⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 14, doc. 25.

⁴⁰ *Idem, ibidem*.

⁴¹ Sidney W. Mintz, "Nota sobre a definição dos campesinatos", in *Histórias & Ideias*, Revista Trimestral de Histórias e Ideias, nº 2, Porto, Edições Afrontamento, 1978.

agricultura em Santiago, era indubitavelmente camponesa. O enclave escravocrata, minoritário, encontrava-se tendencialmente em regressão. Tradicionalmente assente na produção de géneros de exportação para o mercado guineense, o sector escravocrata vê-se em sérias dificuldades para se manter no século XVIII. Os escravos estão caros e inacessíveis, e a competição nos mercados torna problemático o escoamento da sua produção.

A crise do modo de produção escravocrata obriga os senhores a engendram, como via de sobrevivência, novas formas de articulação com o campesinato em expansão. Uma delas será o arrendamento de terras. Não tendo recursos em mão-de-obra para manter em laboração as suas grandes fazendas, facto de resto testemunhado por diversos observadores que recorrentemente falam da existência de terras devolutas, incultas e abandonadas, os grandes proprietários vão fragmentar as suas explorações, dando-as em arrendamento a muitos forros, com fome de terra. É este o quadro que nos fornece, por exemplo, António Carlos Andrea, profundo conhecedor da ilha. Procurando explicar as razões da baixa intensidade produtiva dos campos e da aparente falta de interesse dos grandes fazendeiros pelo fomento agrícola, afirma o seguinte: "... como quasi tudo isto seja de Morgados e Capelas da mesma natureza, os donos só cultivam o preciso para o sustento de suas casas, e o resto, que certamente é muito mais, o arrendam a muitos e diversos rendatários"⁴².

Na verdade, Andrea dá-nos conta, por estas singelas palavras, de uma profunda mudança social. As relações escravocratas haviam-se já degenerado em grande parte das situações, cedendo gradualmente espaço à expansão de um campesinato rendeiro, constituído por forros. Muito dependente dos proprietários de terra, isto é, dos morgados, nem por isso, no entanto, deixam-se de encontrar neste campesinato as condições de autonomia e de liberdade relativa que caracterizam sociologicamente esta classe. Cultivam as muitas terras de sementeira das regiões serranas, situadas no Pico de António, no Monte Chaminé, em Montanha, Pilão Cão, Palha Carga e nos infinitos cutelos da ilha. Produzem entre Junho e Outubro, na estrita dependência do calendário das quedas pluviais, o milho, o feijão e a abóbora. Para a defesa dos seus campos de cultura contra os "numerosos bandos de corvos, galinhas de mato, macacos imensos e, ... inumeráveis ratos que nesta ilha há..." se vêem obrigados a assentar moradias junto dos "lugares", "que assim se chamam nesta ilha as terras ditas arrendadas"⁴³. O habitat expande-se pelos cutelos. Outra componente do campesinato são os escravos fujões que se instalam como posseiros nas zonas de montanha. Estes como aqueles necessitam para o seu sustento manter uma pequena actividade criatória, sobretudo de gado cabrum. Dela extraem o leite, que bebem associado ao milho, sob a forma de papa e de cuscuz. Consomem também, para espanto dos estrangeiros que passam pelas ilhas, o leite dormido. Além disso, a manteiga, onde não há oliveira nem palmeiras de dendê, constitui uma preciosa fonte de gordura. O certo, porém, é que este campesinato, rendeiro ou não, vai assentar o seu modo de vida sobre terras frágeis. E o seu crescimento demográfico representará uma fonte de pressão e de desgaste sobre elas. A erosão aumentará em consequência. Por isso, o

⁴² António Carlos Andrea, *doc. cit.*

⁴³ Idem, *ibidem*.

campesinato vive sob constante risco. Um risco que os anos chuvosos ocultam numa momentânea e exuberante abundância. Porém, basta uma sequência de anos secos ou de chuvas mal distribuídas para que as colheitas se percam e a fome se instale. Esta é um dos custos, não pequenos, desta vitória camponesa. A fome traduz-se quase sempre em grandes mortandades.

As terras de regadio, situadas quase na totalidade nas ribeiras, estão na sua grande maioria monopolizadas pelos morgadios e capelas. São geridas pelos descendentes legítimos das linhagens brasonadas da ilha. Protegidas da erosão do vento e detentoras de água, as ribeiras representam a possibilidade de praticar a agricultura sem estar na dependência das chuvas incertas. Além das hortas e de uma rica fruticultura, albergam privilegiadamente a cana-de-açúcar. São quase sempre laboradas por escravos. Constituem estas terras património dos últimos redutos escravocratas do arquipélago.

O Fogo é durante o século XVIII o maior bastião escravocrata de Cabo Verde. É ali onde o avanço camponês, que temos vindo a descrever, é mais lento, o que não quer dizer de modo algum inexistente. Basta dizer que, segundo os dados da Lista do Bispado de 1731, $\frac{1}{4}$ da população da ilha era escrava. Trata-se de uma percentagem incomparavelmente superior às existentes nas outras ilhas. Em contrapartida, é também nesta ilha que o peso relativo dos brancos na população atinge o valor mais elevado do arquipélago. Tais dados revelam uma maior resistência das estruturas locais ao movimento de mudança social imperante no arquipélago. Talvez não seja alheio a isso o facto de no Fogo os algodoais resistirem mais do que nas demais ilhas ao avanço das terras de semeadura. Aqueles chegam mesmo a ocupar as raríssimas terras de regadio. António Carlos Andrea informa que nesta ilha "todas as terras de algodões são tiradas das ribeiras que pertencem a regadio..."⁴⁴. O algodão, recorde-se, é a planta por excelência que representa a velha agricultura escravocrata-mercantil. A sua disseminação expressa a vitalidade dos interesses da velha classe agro-escravocrata. A mesma fonte que vem sendo citada espanta-se com a dimensão que tem no Fogo a "fábrica dos panos da Costa". Segundo Andrea, o que concorria para o maior avanço da produção de panos na ilha do vulcão do que no resto do arquipélago era o facto de nela haver muitas mulheres tecedeiras. Mas, na verdade, o que sustenta esta resistência do algodão e os interesses que lhe estão subjacentes é o intenso contrabando praticado pelos agricultores. É este que garante à panaria local um escoadouro compensador. Por isso, abatiam figueiras-bravas e construíam lanchas, com as quais, driblando a vigilância das autoridades, passavam aos portos da ilha Brava, vendendo panos aos estrangeiros que ali iam em razão da excelência dos portos.

No entanto, o peso relativo dos algodoais não nos deve fazer subestimar a importância das terras de sementeira. O milho é quase onnipresente nas terras de sequeiro húmido da ilha. Nos Mosteiros, na encosta oriental do vulcão, predominavam os feijoads, além de uma rica fruticultura assente na cultura de goiabas, papaías, melancias, ananases, etc. Na parte sul da ilha, outrora pertença dos viscondes de Vila

⁴⁴ *Doc. cit.*

Nova de Cerveira, então família donatária, praticou-se durante muito tempo a pecuária extensiva. Mas nos anos setecentos, talvez mercê da degradação ecológica provocada pela intensidade da actividade criatória que ali teve lugar, já que ainda em 1748 a tradição registava que os donatários haviam tido ali “muitos gados com a sua caza de feitoria, aonde todos os annos mandavam hum navio buscar couros, pelles e carne de chacina”⁴⁵, imperava na parte austral da ilha do vulcão uma grande secura.

Espaços urbanos: decadência e recomposição

Se é justo argumentar ser o período em exame o da vitória do rural sobre o urbano, da dispersão sobre a concentração espacial da população, nem por isso devemos ignorar ou invisibilizar as urbes. Elas são portadoras tanto quanto os campos de signos da mudança social em curso. O próprio habitat urbano reflecte na sua desvitalização as tendências de recomposição espacial que constituem o foco deste capítulo. Concorrem no espaço temporal em análise diversos factores de crise urbana. Uns são antigos, diríamos até quase perenes, ao passo que outros, ao inverso, resultam da redefinição das condições comerciais decorrentes da marginalização de Santiago nos circuitos do tráfico negroiro.

Dado o povoamento ser sempre um processo de enraizamento no espaço de uma determinada população, impõe-se ver como é que tal acontece na Ribeira Grande, a maior formação urbana do arquipélago. Em primeiro lugar, cabe-nos dizer que, no ciclo anterior ao que estamos a analisar, o crescimento demográfico foi corolário do desenvolvimento urbano. No início, a vila de António constituiu um pequeno núcleo de casas acantonadas no lado oriental da baía da Ribeira Grande. As primeiras ruas deixaram-nos entender da sua toponímia a orientação económica do povoado. Elas eram a Rua do Porto e a do Calhau. No outeiro, do lado do poente, dominando o burgo, situava-se a Capela de São Sebastião, santo protector das doenças que ensombravam a existência colectiva. Durante muito tempo foram estas as principais artérias do povoado. Só depois veio a aparecer o largo, onde se foi instalar a ágora da Ribeira Grande, ou seja, o Largo da Câmara. Trata-se do espaço urbano por excelência. Ainda nos alvores de 1500, o burgo alcançou a margem ocidental de um pequeno lago que existia no meio da ribeira. Nasceram, já do outro lado, a Rua da Banana e a da Carreira. O rápido crescimento que o andamento dos negócios atingiu levou a vila a avançar para o interior da ribeira, estruturando-se em torno de um longo eixo, corporizado na Rua Direita ou na de S. Pedro. No prolongamento desta, foram aparecer novas zonas residenciais. O Bairro da Figueira de Portugal é um exemplo. A estrutura do lugar engendrou bloqueios à expansão urbana, impulsionada pelo ritmo dos negócios. Um deles foi a falta de espaço contínuo para o alargamento do povoado. Entre os anos 30 e 60 de 1500, a cidade extravasou os limites da ribeira e galgou as achadas. Primeiro, a ocidental, criando o Bairro de S. Brás. Segundo, a oriental, gerando o de S. Sebastião. A construção deste último bairro coincidiu com o início do fim do ciclo de prosperidade comercial. Em todo o caso, ele apresenta elementos

⁴⁵ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 22, doc. 8.

modernos, tipicamente renascentistas na concepção do espaço urbano. Sinal deste facto é a regularidade da malha urbana. Além disso, ele alberga edifícios de volumetria muito superior à existente nas construções da “cidade baixa”. Referimo-nos por exemplo à Sé Catedral e ao Palácio Episcopal. O arquitecto Fernando Pires descobre, ao analisar na sua tese de mestrado a planta da cidade, claras preocupações de ordenação na malha deste bairro, facto que contrasta com a malha orgânica predominante no resto do burgo.

Por ser a primeira que os portugueses ergueram num espaço tropical, a cidade da Ribeira Grande não deixou de levantar vários problemas aos seus moradores. Situada numa ribeira, o povoado era, em razão disso, frequentemente invadido pelas cheias durante a estação das chuvas. Tal situação levava amiúde quer à destruição e à danificação de edifícios quer à interrupção temporária do trânsito urbano. Mas pior do que isso, no entanto, era a acumulação no interior e nas imediações da cidade de águas estagnadas após as chuvas e as cheias. Formavam-se assim verdadeiros focos de febres palúdicas que dizimavam grande parte da população da urbe, sobretudo a de origem europeia, que não havia tido contacto anterior com este tipo de enfermidade. Ademais, a localização da cidade, incrustada no fundo de uma ribeira, tornava o espaço urbano abafado e mal arejado. A pouca circulação do vento só contribuía para criar um ambiente doentio. Tudo isso era devido à falta de conhecimento de regras de sanidade tropical dos portugueses, falta essa que os tinha induzido às soluções urbanas profundamente inadaptadas. Recém-chegado à Ribeira Grande, o padre Baltasar Barreira apercebe-se do verdadeiro impasse sanitário em que se encontrava o burgo. Em carta ao padre João Álvares, datada de Agosto de 1606, escreve que a cidade “está situada a par do Mar entre montes e rochedos tão altos que não tem outra vista senão a do Mar, pella qual causa e por ficar encuberta ao Norte”, assevera, “foi sempre muy doentia...”⁴⁶. Por conseguinte, informa Barreira, “hé muy ordinário adocerem os que vem a ella de outras partes, especialmente se o tempo hé das agoas...”⁴⁷. O perigo não era apenas para os de fora. Baltasar Barreira é mesmo quem o diz inequivocamente: “neste tempo nem os moradores se dam por seguros na cidade, a mayor parte delles a desemparão e vão passar a quintas que tem pella Ilha e sitios mais sadios e muy amenos”⁴⁸. Com o tempo adoptam-se comportamentos defensivos como o retiro sazonal da população para o interior, descrito pelo relato de Barreira. Mesmo muitos navios evitavam fazer aqui escala durante a estação das chuvas. Pequenos remédios para um grande mal.

Pela acção conjugada da insalubridade, da crise comercial e dos ataques, ou tão simplesmente do perigo de investidas de corsários e piratas, os poderes públicos sentem-se motivados a mudar a capital do distrito para a vila da Praia de Santa Maria. Herdeira do nado-morto povoado de Alcatrazes – sede, ao menos *de jure*, da donataria do Norte da ilha, a Praia nascera pelo impulso do seu amplo e abrigado porto, recortado entre a ponta da Mulher Branca e a ponta Temerosa. Vários foram os factores que, no ocaso do século XVI, contribuíram para dar sustento à ideia da

⁴⁶ ARHM, *Papeles de Jesuitas*, ms. 185, publ. in António Brásio, *MMA*, 2.ª série, vol. IV, doc. 45.

⁴⁷ *Idem*, *ibidem*.

⁴⁸ *Idem*, *ibidem*.

mudança da capital. Um deles é a defensabilidade. Numa altura em que a questão da segurança se encontrava na ordem do dia, dada a grande pressão que os ingleses, franceses e, um pouco mais tarde, os holandeses exercem sobre a ilha, afigurava ser de primordial importância a defensabilidade da sede de governo. Ora, a vila da Praia, por se situar num planalto de cerca de 30 metros acima do nível do mar, conferia aos seus habitantes maiores possibilidades de defesa. Em primeiro lugar, por permitir uma grande visibilidade sobre o espaço marítimo de aproximação, retirando com isso o factor surpresa ao atacante. Em segundo lugar, porque a altura conferia vantagem bélica. Por fim, por estar frente a uma ampla e abrigada baía, caso não fosse muito bem apetrechada e defendida seria ali o lugar ideal para o desembarque dos inimigos.

Outro factor de peso a favor da Praia é a salubridade. O planalto, onde o burgo estava assente, tornava-o um espaço arejado e “lavado de ares” e não um lugar de morte ou de morbilidade dos europeus, sobretudo dos recém-chegados. Além disso, para os finais do século, talvez sob a influência da cultura castelhana, predominavam concepções urbanistas que privilegiavam espaços amplos e planos. Por isso, muitos advogaram a causa da tal transferência. Um dos primeiros foi Diego Florez de Valdez, estrategista espanhol que fez escala em Santiago na sua viagem ao estreito de Magalhães. Trazia a missão de criar um plano efectivo da vedação do Atlântico. O seu olhar é obsessivamente orientado pelas virtualidades estratégicas e defensivas dos lugares por onde ia passando. Na sua comitiva vinha o engenheiro militar italiano Bautista Antenelli. Das observações e levantamentos, Valdez escreveu: “Eu sou de parecer que Vossa Magestade devia passar o trato deste porto de Santiago para o da Praia, por ser muito melhor porto, e grande e abrigado de todo o temporal, e lugar donde, se o inimigo se apoderasse, seria senhor da Ilha, e podia fazer-se forte com muita facilidade e a pouco custo e é lugar mais são...”⁴⁹.

As ideias da transferência da capital para a Praia eram animadas adicionalmente pelo crescimento populacional de que o burgo vinha sendo objecto. Em 1572, a vila, segundo a Relação das freguesias, possuía 30 fogos e 447 almas, além das “que se ensinão para isso”. Dez anos depois, Francisco de Andrade, sargento-mor, regista no burgo 200 vizinhos, tendo ao seu serviço, ali e no termo do concelho, cerca de 1000 escravos. Trata-se sem dúvida do segundo centro populacional do arquipélago. Contudo, a crise comercial e a insegurança que atingem a Ribeira Grande nos inícios do século XVII não deixam a Praia impune. Somos mesmo de opinião que esta se ressentia mais do que aquela da crise que se instala. Abre-se assim um longo ciclo de desurbanização que se traduz na persistente e irreversível tendência ao êxodo urbano. A malha do povoamento altera-se profundamente. O impacto deste facto não é apenas geográfico. Há também mudanças profundas nos modos de vida.

A decadência das cidades

O fenómeno urbano em Cabo Verde, já o dissemos em diversos trabalhos sobre esta questão, resulta da integração de Cabo Verde nos circuitos comerciais

⁴⁹ António Brásio, *MMA*, 2.ª série, vol. III.

transatlânticos. Foi o comércio de escravos que permitiu à Ribeira Grande atrair mercadores externos, funcionários régios (fiscais, judiciais, militares), clérigos. Foram os rendimentos extraídos do tráfico, por modalidades e processos diversos – lucros, impostos, mercês, etc. –, que possibilitaram a constituição de modos de vida urbanos. A população retirou do tráfico recursos para remunerar atrativamente aqueles que vinham de fora, alguns do interior da ilha, outros, porém, de muito longe, Reino, Castela, ilhas, trazer-lhe alimentos, vestuário, materiais de construção e tantas outras coisas. As escavações arqueológicas recentemente levadas a cabo encontraram na antiga Ribeira Grande objectos das mais diversas paragens: cerâmica de origem portuguesa e africana e até porcelana da China, da dinastia Ming. A cidade importava quase tudo que consumia. Uma dependência bem paga. Mas logo que o tráfico deixou de proporcionar rendimentos, como aconteceu, a partir da segunda metade de seiscentos, tornou-se impossível aos moradores da cidade custearem não só a expansão urbanística e demográfica mas também a própria sustentação do burgo tal qual ele existia até então.

A desurbanização e a corolária intensificação da ruralização inscrevem-se então como tendências de fundo do processo de povoamento dos séculos XVII e XVIII. Uma tendência que se traduz na dolorosa asfixia da cidade e dos seus moradores. Uma das facetas deste processo é a crise de abastecimento urbano, o que torna ali a vida impraticável. A 12 de Julho de 1727, escreveu o governador Francisco Manuel de Nóbrega a propósito da Ribeira Grande o seguinte: "... nesta cidade já não há asougue nem o senado da camera dela trata dessa prevenção porque como os que andam na governança dela são os mais que tem os gados e não há quem os possa tirar das suas fazendas aonde se sustentavam e os mais que assistem na cidade padecem como estou experimentando".

Os grandes agricultores da ilha, à medida que foram perdendo oportunidades de exportação, anteriormente proporcionadas pelo fluxo portuário da Ribeira Grande, foram reorientando a contragosto a sua produção para o autoconsumo. Até porque a cidade, sem a frequência de navios no seu porto, deixou de poder pagar. Do ponto de vista económico, o interior agrário tende a fechar-se sobre si próprio e os agricultores, por sua vez, sentem-se menos motivados a ocupar as casas e cargos que têm na Ribeira Grande. Os funcionários régios e reinóis, que têm por obrigação viver nela, vêm-se insularizados. Por isso, pedem à Coroa para que, através de expedientes administrativos, implemente medidas que reconstituam as condições de vida urbana. Nesse sentido, Nóbrega de Vasconcelos requer: "... V. Magestade deve acudir mandando ao senado da camera desta cidade que os oficiais dela assistam na cidade e façam meter gados no asougue para o sustento dos moradores dela e obriguem a quem tiver mantimentos como milho, arroz, feijões, manteigas e azeite e tudo mais preciso e necessário a virem vendê-los aos moradores da cidade". Não havendo razões económicas para atrair fluxos de mercadorias, homens e capitais, as medidas administrativas revelar-se-ão completamente inoperantes e impotentes. A cidade vai viver então uma longa agonia. O êxodo urbano é por definição incontível por corresponder a uma tendência estrutural. Ainda que os cálculos não sejam neste período frequentes e rigorosos, os poucos dados existentes confirmam claramente a tendência para o decrescimento acentuado da população na capital do arquipélago. Senão vejamos os quantitativos que nos são disponíveis.

QUADRO 1
A evolução da população da Ribeira Grande

Anos	População	Varição %
1582	62808	
1731	1733	-72,08
1778	724	-58,22

Fonte: Quadro construído a partir das seguintes fontes: "O Primeiro Censo de População da Capitania das Ilhas de Cabo Verde (1731)", in *Revista de História Económica e Social*, 1984.

Em teoria, qualquer fenómeno de diminuição da população é consequência de resultados negativos num dos ou nos dois saldos, a saber: o fisiológico (diferença entre a natalidade e a mortalidade) e o migratório (diferença entre a imigração e a emigração). A nossa hipótese é a de que será pela acumulação dos resultados negativos no segundo saldo que a população da cidade decresce. Isso é-nos confirmado pelo facto de a população da cidade decrescer ao mesmo tempo que a do *hinterland* rural aumenta. Os dados induzem-nos à ideia de uma persistente transferência de população dos centros urbanos para as freguesias do interior. Nessa transferência, a vila da Praia chega a ser quase tão afectada como a própria Ribeira Grande, ainda que muitos historiadores tenham advogado o contrário.

QUADRO 2

Anos	Ribeira Grande	Vila da Praia	Interior
1582	6208	1200	6000
1731	1733	728	15664

Fonte: Construído a partir do "O Primeiro Censo de População..." e António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. III.

Entre as datas em apreço, enquanto a população urbana diminui para cima de três vezes na Ribeira Grande e uma vez e meia na vila da Praia de Santa Maria, ela expande-se vigorosamente no interior, onde cresce mais de duas vezes e meia. É possível até que esta última cifra peque por defeito, na medida em que nas freguesias agrárias o cômputo da população é, em razão da dispersão do habitat e do fenómeno da fuga dos escravos, muito mais difícil de ser "fiel". Mas outras informações corroboram a ideia de uma expressiva transferência da população da cidade e da vila da Praia para o interior. Em Abril de 1729, atesta o governador Francisco de Oliveira Grans que os moradores da Ribeira Grande "... fugiram para as suas fazendas e nelas sentaram casa, por cuja causa se acha esta cidade despovoada, além de serem poucos e só tem nella auspícios em que vêm pousar quando servem na camera, ou quando são chamados pelo governador...". Alguns anos mais tarde, são os próprios oficiais da Câmara da Ribeira Grande, numa carta datada de Dezembro de 1738, a afirmarem que não podem os "poucos cidadãos que há assistir na cidade por se acharem as principais casas arruinadas e faltarem a seus donos meios de as reedificarem..."⁵⁰.

⁵⁰ AHU, *Cabo Verde*, *Papéis Avulsos*, caixa 19, doc. 11.

A dispersão dos homens pelo interior agrário não é apenas uma realidade de relevância demográfica. Ela cria bloqueios ao funcionamento de instituições por definições urbanas, ou, melhor dito, políticas, no sentido grego do termo. Por exemplo, o funcionamento do exército demanda a reunião de homens no próprio lugar. O mesmo pode dizer-se em relação ao senado da câmara. Dada a fixação de residência no interior e a crescente dificuldade de mobilidade, os eleitos para os cargos públicos bem como os nomeados para as funções militares tendem a faltar às sessões, a sonegar as responsabilidades, ou a escusar pura e simplesmente a aceitação dos lugares. A crise de concentração urbana engendra a do funcionamento do aparelho institucional do Estado. Não será aquela, afinal de contas, o suporte deste? A própria ideia do público não será profundamente tributária da cidade enquanto forma de habitat? Neste aspecto, a decadência da cidade contém não só a regressão de determinados modos de vida mas também a de certas formas de organização política. Nesta medida, torna-se difícil, para não dizer impossível, ao Estado resistir com sucesso às dificuldades do seu funcionamento. As medidas geralmente empreendidas são de natureza repressiva. A obrigatoriedade de comparência nas sessões da câmara, e de acudir às ordens de ajuntamento na formação da milícia é recorrentemente proposta pelos governadores. Alguns trazem do Reino disposições, contendo a instituição de pesadas sanções para os contraventores. Foi o caso de Francisco Manuel de Nóbrega e Vasconcelos que escreve a 17 de Setembro de 1727 o seguinte: "Por ordem de sete de Setembro de mil setecentos e vinte e seis me ordena V. Magestade nomeie os Postos que se acham vagos nos regimentos das ordenanças desta ilha nas pessoas que achar são mais capazes nela e quando recuzem a servir nelles os obrigue e prenda para o dito efeito para que os assistem e os não recuzem não tendo cauza justa e que remeta todos os anos uma lista de todos os postos que há nos ditos regimentos e a gente de que se compoem cada companhia"⁵¹. Determinações claras e firmes. Será o próprio governador que, mau grado isso, constata a completa inaplicabilidade das tais determinações. Constatação que dá conta ao rei nos seguintes termos: "Ao que me obriga a Representar a V. Magestade tenho com incansável disvello e cuidado a dar cumprimento a esta Real ordem de V. Magestade, publicando alardos mandando prender os que faltam e não querem aceitar os postos em que os nomeio em que tenho provido alguns; e outros se escondem, metendo-se nas suas fazendas, não querendo sair delas..."⁵².

A impotência em contrariar eficazmente os efeitos políticos do êxodo urbano com a aplicação de medidas repressivas é também expressivamente confirmada, anos mais tarde, pelo governador João Zuzarte de Santa Maria. Na sua carta de 10 de Junho de 1744, aconselha o governador que "... V. Magestade deve dar providência pois os mais dos oficiais da guerra vivem fora da cidade e apenas há nella três ou quatro e muitas vezes nenhum e querendo-os obrigar pedem deixação dos postos e alegam moléstias que não há médico ou cirurgião que lhes averigue"⁵³. Não estando animado por uma vida social intensa, o parque arquitectónico e urbanístico da cidade vai

⁵¹ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 12, doc. 36.

⁵² Idem, *ibidem*.

⁵³ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 19, doc. 65.

conhecer, a prazo, uma lenta mas persistente e irreversível decadência. A ruína avança, tocando não apenas as habitações privadas mas também as públicas. Neste último caso, o que se encontra em desagregação é a própria logística do político. Em Março de 1764, durante a demolidora acção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, os vereadores da Câmara da Ribeira Grande, numa espécie de canto de morte da cidade, afirmam o seguinte: "Pomos na Real prezença de Vossa Magestade a última e total ruína em que se acha esta cidade e Ilha e para firmeza de sua decadência basta dizermos a Vossa Magestade que não há cadeia nella, aonde se prendam os criminosos por cuja razão se não pode administrar a justiça: as casas da Câmara destruidas: o assougue por terra: as calçadas arruinadas e finalmente Senhor é a segunda Troya destruida".

A ruralização triunfante ao longo do século XVIII impõe uma nova paisagem, que é simultaneamente geográfica, demográfica, sociológica, cultural e política. A diversidade profissional, social e cultural, bem como o cosmopolitismo, que o pequeno cadinho urbano, que era a Ribeira Grande, havia brilhantemente albergado durante quase dois séculos, se degradam.

A vila da Praia de Santa Maria de Esperança: a resistência do espaço urbano

Perante a penosa decadência da Ribeira Grande, a vila da Praia surge aos olhos dos poderes públicos como o espaço urbano alternativo. As virtualidades portuárias, aliadas às condições higiénico-sanitárias vigentes, fazem do burgo objecto de concurso e procura por parte da navegação transatlântica, sobretudo aquela que tem por destino as colónias portuguesas, francesas, inglesas e holandesas das Américas. O facto de aqui o controlo fiscal ser imensamente mais relaxado do que na Ribeira Grande só serve para aumentar ainda mais a afluência ao porto da Praia. "Nos Capitulos porque se descrevem os defeitos com que serve a Vossa Magestade nesta Ilha o Provedor da Fazenda João Freire de Andrade", escrevem os oficiais da Câmara da cidade da Ribeira Grande que na "villa da Praia entram comumente vários estrangeiros e estes vendem muitas fazendas a troco de géneros da terra"⁵⁴. Acrescentam, logo depois, o que parece ser uma das razões desta grande animação comercial: "nem do que se compra se vende se paga direitos..."⁵⁵. Na verdade, a partir de 1670, o porto da Praia ganha reanimação, despertando da longa crise da primeira metade do século. As escalas crescem. Navios que a ele vêm fazer aguada, abastecendo-se no poço da Fonte Ana, a pouca distância da praia de Santa Maria, fazem desembarcar ali multidões de marinheiros norte-europeus, que realizam com os camponeses vindos do interior da ilha um espontâneo e ruidoso comércio. Para a gente da ilha, a boca do porto passa a ser uma das poucas e preciosas oportunidades de vender seus excedentes agrícolas e de adquirir bens manufacturados, ainda que de qualidade duvidosa. Mas também, diga-se de passagem, que não são elevadas as

⁵⁴ AHU, *Cabo Verde*, *Papéis Avulsos*, caixa 7, doc. 49.

⁵⁵ *Idem, ibidem*.

exigências locais. Roupas usadas, chapéus, sapatos velhos, de tudo um pouco vendem os marinheiros bretões, flamengos e ingleses aos camponeses que, em troca, lhes dão galinhas, cabritos, verduras, etc. O viajante Guillaume Dampier reconstitui, de modo expressivo e vivo, esta espécie de renascimento portuário e comercial da Praia. Salienta Dampier ser no porto da Praia e não na cidade “le lieu où les vaisseaux avoient accoutumé de relacher pour prendre de l’eau et des rafraichissements comme les vaisseaux Anglois, François & Hollandois...”⁵⁶. Documenta este viajante que “Quand il y a là des vaisseaux les gens de la campagne apportent leurs marchandises...”⁵⁷. Deste comércio intenso entre as gentes da terra e as do mar, regista numerosas rixas e queixas. Sob este pretexto, o governo local tentou, por diversas vezes, controlá-lo. Uma das vias era a fixação de um lugar onde as transações deviam ser feitas. Em 1697, o governador D. António Salgado, aproveitando o assassinato por um escravo de um marinheiro que vinha no navio da embaixada inglesa ao Grão Mejor, na China, ordena que “se não vendessem os refrescos aos estrangeiros se não no sítio da igreja de Nossa Senhora da Esperança...”⁵⁸. A mesma intenção terá mais tarde o governador Joaquim Saldanha Lobo, ao determinar que o comércio se faça em cima da Achada, frente à câmara, na Praça do Pelourinho.

A Fazenda Real, ciosa de réditos, não resiste à tentação de fazer deste comércio uma fonte de proventos públicos. Se é certo que enfrentará, a este propósito, firme oposição das partes envolvidas, não é menos verdade que ela saberá inventar formas de a contornar. No dealbar do século XVIII, a Coroa, ciente da impossibilidade de financiar as obras públicas pela via fiscal, outorga privilégios de participação neste comércio tanto à Câmara da Ribeira Grande como à própria Fazenda Real. Assim, institui-se que, em cada navio chegado ao porto, aquela tinha prioridade em vender as duas primeiras vacas solicitadas e esta as dez seguintes. Só depois de completado este número, o povo podia então atender a procura dos navios em trânsito⁵⁹. Tentação de tributação e controlo do contrabando.

Para nós, o que importa reter é que esta nova fonte de procura externa, criada pelo concurso da navegação transatlântica à baía da Praia, revaloriza este burgo como centro de povoamento. Se isto nos parece, contudo, incontestável, é preciso que se note que este ciclo de desenvolvimento urbano-portuário, apesar da sua aludida intensidade, está no entanto longe de recentrar o espaço e a demografia da ilha em favor de um pólo urbano, como fizera no século XVI o ciclo de abertura atlântica protagonizado na Ribeira Grande. De resto, o desenvolvimento comercial praiense, ao longo dos séculos XVII, XVIII e inícios da centúria oitocentista, tem uma fruste tradução urbana e demográfica. Por volta de 1770, a vila da Praia continua a ser um pequeno povoado quase todo situado em cima da Achada, no fundo da baía. Na baixada existem apenas a Ermida de Nossa Senhora da Esperança, armazéns da Companhia do Grão-Pará e

⁵⁶ Guillaume Dampier, *Nouveau Voyage autour du Monde*, tome premier, 4^e édition (revue & corrigée), Amsterdam, 1724.

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 8, doc. 59.

⁵⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 16, doc. 54.

Maranhão e algumas casas das fazendas sitas a ocidente. Em cima do *Plateau*, virada para o mar, situa-se a Igreja de Nossa Senhora da Graça, sede da freguesia, tendo em frente o cemitério. Uma longa via que liga o terreiro da câmara, onde tem assento o pelourinho e faz-se a feira, ao interior agrário forma uma rua de casas alinhadas.

Um ou vários arquipélagos: que imagem de conjunto?

Esta volta pelo território leva-nos a ver que, no início do século XVIII, o arquipélago não é único e uniforme. Há pelos menos quatro conjuntos bastante diferenciados. Um primeiro subarquipélago, composto pelas ilhas de Santiago e Fogo, representa as ilhas de povoamento antigo, onde o avanço camponês se confronta, mais do que no resto das ilhas, com resistências escravocratas. Um segundo conjunto é formado pelas ilhas montanhosas e de vocação agrícola, a saber: Santo Antão, S. Nicolau e Brava. Não sendo ilhas de povoamento branco, não albergaram por isso uma classe de terratenentes escravocratas como as anteriores. O domínio de um grão-senhor absentista, a quem o rei havia doado a exploração e a administração da ilha, dá a este conjunto uma configuração sociológica bem diversa da existente nas ilhas do grupo anterior. Tendo sido exploradas inicialmente como ilhas-montado pelos seus donatários, portanto a necessidade da mão-de-obra menos sentida, porque a pecuária extensiva não requer tanta força de trabalho permanente como a agricultura o faz, a escravatura não conheceu aqui uma grande expressão. O povoamento, ao longo dos séculos XVII e XVIII, de tais ilhas, por homens livres, cria uma ambígua e tensa relação entre estes e os donatários e, mais tarde, entre estes e a Fazenda Real. A liberdade dos cultivadores leva-os à criação de uma agricultura camponesa, isto é, autónoma. Contudo, como a terra pertence ao donatário ou à Fazenda Real, engendram-se relações de dependência via aforamento. O terceiro universo é o das ilhas orientais, baixas e salineiras. Por fim, as Desertas, geralmente espaços de reserva.

Se o arquipélago se apresenta diferenciado, nem por isso ele é feito de conjuntos estanques e não-comunicantes. A mobilidade interinsular é, como mostrámos, um dos imperativos de sobrevivência das populações. Por isso, mesmo com todos os perigos naturais e legais que ela acarreta, os camponeses estavam fortemente motivados, para não dizer constrangidos, a lançar-se nela. Driblam os obstáculos impostos pelas autoridades, enfrentam o mar dos canais e suportam os custos dolorosos da abertura de novos povoados. Esta circulação, feita à custa de enormes sacrifícios humanos, tece malhas de parentesco sanguíneo e cultural entre diversos mundos insulares de que se compõe o arquipélago de então.

Uma questão que se coloca é a de se saber se os diferentes ciclos de povoamento e os espaços a eles ligados constituem processos independentes uns dos outros ou, pelo contrário, resultam de desdobramentos espaciais e temporais de um único processo iniciado em Santiago no século XV. A questão não é irrelevante, como à primeira vista pode parecer. A hipótese da monogénese, segundo a qual as diferentes ilhas foram povoadas menos com influxos externos directos do que com imigrantes brancos, mulatos e negros vindos de Santiago e do Fogo, em razão das secas, da escassez de terras livres, da busca da liberdade, tende a ver o arquipélago, a despeito

das variações locais e regionais, como uma única unidade demográfica e cultural. Seria, nesse entender, a vinculação entre os diferentes ciclos de povoamento a responsável pela notável homogeneidade cultural de um arquipélago povoado, afinal de contas, por uma infinidade de identidades étnicas e em ritmos e tempos diversos. Assim sendo, pode argumentar-se que Santiago e em parte o Fogo terão desempenhado o papel de um estágio primeiro e arcaico de insularização, amestiçamento e criouliização da população, que depois, e só depois então, se irradiou para o resto do arquipélago. Isso estaria na base de um fundo cultural comum, a despeito das variações que os processos de adaptação subsequentes vieram a provocar nos diferentes e posteriores assentamentos. As fomes, recorrentes a partir do século XVII, terão estimulado a população a uma grande mobilidade interna. É provável que tenham funcionado como verdadeiras bombeadoras de populações camponesas ou protocamponesas para fora do reduto escravocrata. Foi deste modo que se abriu historicamente o segundo círculo de povoamento? Algumas fontes induzem-nos a atribuir uma certa credibilidade a esta hipótese. Antônio Carlos Andrea, já por diversas vezes citado, é uma delas. O laço causal entre as fomes e o alargamento do povoamento é claramente firmado no seu texto. Assim, escreveu o engenheiro a este propósito: "... é constantemente certo ter havido muitas fomes a que estas ilhas são sujeitas principalmente as de Barlavento. Quando isto acontece, é tão bem certíssimo acudir em aqueles povos às costas do Mar a procurar neste o alimento que a terra lhes nega; e como estas ditas costas não sejam suficientes passam muitos às desertas ao mesmo fim"⁶⁰. Desta constatação, concluiu Andrea: "eu creio que desta forma foram povoadas algumas de Barlavento e também a Braba"⁶¹. Na mesma linha de argumentação invocamos aqui o depoimento do tenente do Corpo de Engenheiros, José Chelmicki, acerca da Brava. Escreveu, já no século XIX, o seguinte a propósito desta ilha: "Principiou ella a ser mais povoada desde 1680 quando na occasião d'uma grande fome, alguns habitantes pobres vieram do Fogo e onde acharam segundo parece, já famílias de Negros, que tinham muito gado vacum, cabras e grande abundância de porcos..."⁶². Outro indício a favor da hipótese da monogénese e da irradiação demográfica e cultural a partir de Santiago é o facto de se poder encontrar fora daquela ilha instituições e práticas que até há bem pouco tempo se pensavam ser exclusivas dela, isso por só existirem ali. Um exemplo disso são as zambunas, género musical de tipo de afinação, de inspiração africana, acompanhado de batidas, palmas e violão. No século XVIII podia encontrar-se a prática de zambunas em quase todo o arquipélago. O governador Joaquim Saldanha Lobo emitiu na década de 70 da centúria setecentista diversos bandos, proibindo zambunas em S. Nicolau. O naturalista brasileiro João da Silva Feijó, na sua correspondência epistolar com o ministro Martinho Melo e Castro, datada do ano de 1783, dá-nos conta que na ilha Brava, supostamente a mais europeizada do arquipélago, os habitantes "todo o tempo empregam em bailes a que chamam zambunas..."⁶³.

⁶⁰ Antônio Carlos Andrea, *doc. cit.*

⁶¹ *Idem, ibidem.*

⁶² José Conrado Chelmicki, *op. cit.*, 1841.

⁶³ "Itinerário filisófico que contém a rellação das ilhas de Cabo Verde...", BNL.

Apesar de bastante atractivas, do ponto de vista de informação histórica, manda a prudência metodológica que estas fontes sejam relativizadas, por não serem depoimentos coevos aos tais movimentos de transferência da população. Por isso, se, por um lado, subsidiam a ideia da existência de uma única fonte de formação da população cabo-verdiana, elas, por outro, não são suficientes para invalidar a posição contrária. Inversamente, a hipótese da plurilingue, sustentando que cada ilha ou conjunto de ilhas foi povoado por influxos africanos e europeus próprios, originários directamente da Costa e do Reino, respectivamente, perspectiva o arquipélago como uma pluralidade de populações diferentes entre si, cujo parentesco sociológico e cultural se deve fundamentalmente não tanto à origem comum mas, sim, ao paralelismo dos diferentes processos de povoamento.

Ainda que não se possam tomar as duas hipóteses como absolutamente exclusivas, não deixam no entanto de espelhar explicações relativamente diferenciadas do modo de povoamento e formação da sociedade cabo-verdiana. A opção por uma das duas hipóteses explanadas implicaria uma observação documental sistemática e de longa duração de modo a detectarmos os movimentos internos da população e o impacto dos mesmos na expansão do povoamento. Infelizmente, porém, a história demográfica de Cabo Verde encontra-se por fazer. Além disso, a confirmação das hipóteses supramencionadas demandaria a conjugação de saberes disciplinares (como a arqueologia, linguística, tradição oral e antropologia) e seus respectivos métodos, numa interdisciplinaridade ainda pouco possível para uma historiografia incipiente como a cabo-verdiana.

Voltemos ao nosso período. Ao longo de quase um século e meio, isto é, da segunda metade do século XVII aos anos 80 de setecentos, altura em que se fecha o ciclo das companhias exclusivas e inicia-se o terceiro movimento de povoamento do arquipélago, concretizado pela ordem de colonização da ilha deserta de S. Vicente, ocorrem mudanças profundas nas formas de ocupação do espaço e nas relações entre os grupos humanos. As cidades litorâneas, até então importantes pólos de concentração da população, estamos a falar da Ribeira Grande e vila da Praia, entram em decadência, irradiando para a periferia rural parte significativa das suas gentes. Como adiante mostraremos, esta mudança não é meramente geográfica e demográfica. Ela bole com os modos de vida, ou seja, com a economia e a cultura dominantes. Localiza-se aqui um ponto de viragem. A própria organização do poder, que assenta sempre numa estrutura espacial dada, ou que tem nesta a sua pré-condição, não sai incólume deste processo. Assistimos, igualmente, ao crescimento da importância demográfica das ilhas agrárias como Santo Antão, S. Nicolau e Brava. A hegemonia social das ilhas de Santiago e do Fogo esbate-se, ainda que estas continuem a conservar um peso significativo no quadro global do arquipélago. Torna-se preciso recuarmos um pouco para localizarmos o nascimento e o desenvolvimento das novas tendências: redistribuição da população, ruralização da economia, desescravização da sociedade e a sua correlativa camponização.

O que se encontra na base de mudanças tão profundas como as que acabámos de enunciar? Iniciamos este capítulo com a explanação de algumas hipóteses explicativas que, ao longo do texto, vão ser objecto de comprovação. O imperativo da inteligibilização parece-nos incontornável. A descrição, por mais pormenorizada que

seja; por maior base documental que tenha, só ganha sentido e coerência quando ao serviço de uma proposta de explicação. O longo processo de transformação agora em análise, superior a um século de duração, de tão múltiplo e diverso, não é sequer apreensível senão com uma proposta integradora de explicação. Esta longa trajetória processa-se sob o signo da crise e da mudança.

O quadro de hipóteses

Para uma complexificação da ideia de crise

O que está na origem da mudança da relação escravo/senhor, campo/cidade, colónia/metrópole, e de centro/periferia coloniais? Não terão todas estas alterações causas estruturais comuns? Estamos em crer que sim. Contudo, só algumas destas relações cabem, por razões de planeamento da obra como um todo, no âmbito deste capítulo.

A nosso ver, a crise comercial dos inícios do século XVII criou a prazo entraves profundos à reprodução da relação escravo/senhor. Apesar de no primeiro momento a crise ter apresentado um aspecto puramente comercial, pela conexão estrutural que a circulação mercantil externa tem com o mundo interno da produção, os seus efeitos vão ser rapidamente transmitidos a este. Dá-se o que se pode chamar de interiorização da crise comercial externa. Os bloqueios então surgidos no acesso ao mercado exterior vão ter um efeito dissolvente sobre a estrutura produtiva interna e a estrutura de classes sociais a ela ligada. O processo de dissolução é longo, complexo e múltiplo. Ele mobiliza uma multiplicidade imensa de sectores e camadas da realidade social. A sua tradução fenomenal é polifacetada. Citemos algumas das suas manifestações mais exuberantes: a baixa de rendimentos, o crescimento da dívida das instituições e dos particulares, a desmonetarização, a desescravização, a redução do número de brancos, o aumento dos escravos fugidos, o aumento da frequência das fomes, a multiplicação dos crimes contra a autoridade, etc.

Reputamos, no entanto, que mais importante do que uma enumeração assistemática das facetas da crise é a tentativa de descortinar nela uma estrutura interna. As variáveis acima apontadas tecem entre si relações estáveis e estimulam-se reciprocamente, aprofundando o processo. Por isso, não basta decompor e identificar individualmente cada uma das várias facetas da crise. Trata-se, antes de mais, de encontrar a sintaxe, ou seja, de descobrir a rede de relações, as teias de interdependências e as causalidades. Isso porque a simples enumeração das causas e consequências não tem qualquer alcance explicativo. Partimos do pressuposto que o desenvolvimento diacrónico da crise não é errante, caótico e anárquico do ponto de vista do historiador, ainda que ele se apresente aos actores que a vivenciam de forma aberrante e patológica. Para eles, é o próprio ruir da ordem natural do mundo. A crise é, em primeira mão, um período de desconstrução. Depois, somente depois, de reconstrução. Como é que se passa de uma sociedade escravocrata, na qual a escravatura é não só a principal forma de trabalho mas também a relação social fundamental para uma outra sociedade, onde predomina o trabalho livre? Por que mecanismos a cidade da Ribeira

Grande perde centralidade espacial, demográfica, económica e política em favor da emergência de uma nova espacialidade, no interior da qual a centralidade se esbate? Interessa-nos em primeiro lugar o movimento, a transmutação, a transformação e a transição das estruturas. Da escravatura à agricultura camponesa, da dominância urbana ao império do rural, da centralidade santiaguense à dispersão arquipelágica. São estes os termos da mudança social.

Um outro problema é o de conhecer, já não os sentidos, mas, sim, os ritmos da mudança. Estamos ante um processo contínuo, uniforme, lento e imperceptível àqueles que a viveram ou, pelo contrário, o ritmo é descontínuo, feito de síncope? Do nosso ponto de vista, este longo processo de transformação conhece no seu transcurso variações cíclicas de grande intensidade, alternando momentos “quentes”, rápidos, com os de desaceleração, estagnação e de equilíbrio estacionário. Ele regista por vezes até mesmo pequenas retomas, inversões conjunturais. No decurso deste capítulo teremos a oportunidade de acentuar a importância de determinadas conjunturas no agravar das tendências de fundo, ou seja, aquelas inscritas na longa duração. Situa-se aqui o segundo nível de hipóteses que se centra não sobre as origens da crise, mas, sim, no seu desenrolar, ou seja, na processualidade histórica.

Existe uma discussão clássica e consagrada que tende a opor as causas internas às externas, procurando descortinar neste confronto quais das duas ordens de causas são as determinantes para a ocorrência de um processo ou fenómeno. A pertinência deste exercício para o nosso propósito parece-nos duvidosa. Se é certo que a origem da crise é externa e comercial, como foi mostrado no volume anterior, não é, porém, menos verdade se dissermos que a mera identificação desta causalidade se mostra insuficiente para explicar a intensidade e as modalidades de que a mesma crise se reveste. A marginalização de Cabo Verde – sobretudo as ilhas de Santiago e do Fogo – relativamente às rotas negreiras não determinam em absoluto o percurso mesosseiscentista e setecentista do arquipélago. Com isso queremos dizer que não existe um determinismo unívoco das condições comerciais externas sobre a sociedade insular. Sob as mesmas condições externas, as ilhas poderiam eventualmente resistir à decadência irreversível das estruturas escravocratas e mercantis com mais sucesso do que aquele que realmente tiveram. Tal facto, isto é, o desmoronamento das velhas estruturas, só ocorreu porque as condições mercantis externas se conjugaram com determinadas características da sociedade e economia internas. São, pois, as vulnerabilidades destas que permitem a interiorização da crise externa. Sendo neste capítulo os nossos alvos de interesse, o espaço, a sociedade e a economia produtiva, são pois para eles que centramos o nosso olhar, de modo a procurar nestes sectores “fissuras” por entre as quais as consequências negativas da marginalização de Santiago das rotas transatlânticas vão penetrar, subvertendo as estruturas. Que vulnerabilidades são essas?

As ilhas não dispunham de nenhuma fonte interna de recrutamento de mão-de-obra, factor essencial para a produção de mercadorias necessárias à sua inserção dinâmica nos circuitos comerciais transatlânticos. As explorações agrárias só podiam funcionar lançando mão de escravos, adquiridos no comércio com a Costa da Guiné. A única fonte de mão-de-obra disponível às unidades de produção é de origem externa e adquirida por via comercial. Este facto criou um constrangimento, compensado

enquanto o comércio foi intenso e as condições do seu exercício favoráveis aos terratenentes de Santiago. A prosperidade mascarou o elevado custo desta forma de recrutamento da força de trabalho. Na verdade, estava incutido no preço que o terratenente insular tinha de pagar pelo escravo, isso antes mesmo da sua utilização, os custos da captura, alimentação, conservação, transporte e, ainda, o lucro devido ao comerciante negreiro. Enquanto as mercadorias cabo-verdianas tiveram muito valor, puderam compensar estes onerosos custos. Outra forma de compensação fora a revenda para mercados sobreremuneradores, como os das Américas, por exemplo, da parte dos escravos que os agricultores de Cabo Verde adquiriam. Mas o carácter sobreoneroso da escravatura não se restringe apenas ao modo de recrutamento. Também a utilização do escravo revela-se caro e portador de enormes, porém incontornáveis, gastos. O plantel de cativos estava submetido a constantes desgastes provocados pela morte, fuga, alforria, envelhecimento, etc. Isto fazia com que as explorações estivessem sempre na dependência de novos influxos do mercado fornecedor. Não podiam desconectar-se imponentemente do mercado costeiro.

A depressão comercial, ao fazer subir o preço do escravo, onera adicionalmente e de forma gravosa um regime de recrutamento de mão-de-obra já de si caro. A subida persistente do preço do escravo (factor excepcional) torna-se desestruturante na medida em que as explorações não tinham nenhuma fonte alternativa de força de trabalho (factor normal). Se o primeiro não existisse, o segundo seria inconsequente.

O emprego do escravo nas fazendas agrícolas cabo-verdianas é, em circunstâncias normais, muito oneroso. Ele está evado de desperdícios e inflexibilidades que, sob o estímulo das novas condições comerciais emergidas no século XVII, se revelarão profundamente bloqueadores. Além dos custos normais, inerentes a qualquer processo de produção, como os que se prendem, por exemplo, com a reprodução da força de trabalho, o trabalho escravo comporta ainda custos específicos e particulares. Um deles é o custo de vigilância e controlo. Mas a especificidade de custos não fica por aqui. Como se sabe, toda a economia, agrícola ou industrial, está submetida a ciclos, isto é, à alternância de conjunturas de sobre e subprodução, embora cada uma tenha um modo específico de gerir esta dinâmica. Na verdade, não existem economias estacionárias. As flutuações cíclicas representam a inserção das economias no tempo histórico.

No nosso caso, cabe dizer que a economia agro-escravocrata cabo-verdiana se adapta mal às variações cíclicas a que estava submetida. Senão vejamos: Neste arquipélago, as variações ecológicas jogam um papel importante, embora não exclusivo, na produção de ciclos. A baixa de pluviosidade e a ocorrência de ventos secos e destruidores, de pragas de gafanhotos e de ratos, etc. fazem com que certos anos sejam improdutivos ou de produção quase nula. Ao inverso, os anos chuvosos, aliados às boas condições atmosféricas, criam conjunturas propícias a uma elevada produção. Assim sendo, a utilização da mão-de-obra vai ter que estar submetida, ela também, a estas variações. Nos anos secos, a terra não produz, as necessidades de trabalho são naturalmente reduzidas. Ao contrário, nos anos pluviosos e favoráveis, o volume da produção é grande, o que faz com que sejam precisos muitos braços para semear, mondar e colher. A nosso ver, o regime de trabalho escravo revela grandes dificuldades em adaptar-se a estas flutuações da economia agrária.

Registam-se, igualmente, no interior do processo de produção agrícola cabo-verdiano, pequenos ciclos. Meses de baixa intensidade de trabalho sucedem-se aos de alta, em que se faz a sementeira, a monda e a colheita. Naqueles, o escravo encontrase relativamente ocioso. Mas, mesmo assim, o senhor não pode libertar-se dele, evitando assumir os custos do seu sustento. Se assim procedesse, perdê-lo-ia. A relação escravo/senhor é, pois, permanente, contrastando com as variações sazonais e cíclicas da economia. A adaptação do trabalho escravo à dinâmica agrocomercial é por isso algo problemática. Se, por razões conjunturais, o senhor se visse obrigado a vender parte do seu plantel, tornada entretanto excedentária por uma seca prolongada, de modo a poupar despesas de manutenção, ele teria, passados os anos estéreis, de voltar a fazer os pesados investimentos iniciais não só na aquisição como na aculturação de novos escravos. O mercado, com todos os possíveis inconvenientes, surge como a única via de regulação possível, isto é, de adaptação da mão-de-obra às flutuações cíclicas. A depressão comercial, retirando Santiago das rotas negreiras e fazendo subir o preço da força de trabalho, obstaculiza esta fonte de flexibilidade.

Mas não foi o regime de trabalho a única fissura da sociedade insular através da qual se deu a interiorização da crise mercantil externa. O regime fundiário era outra. Desde o século XVI, que grande parte das terras de Santiago e do Fogo está vinculada, quer sob o regime de morgadio quer sob o de capela. Deixemos por ora de lado a distinção de natureza jurídica que entre estas instituições se costuma fazer⁶⁴. Interessam-nos tão-somente o facto de ambas criarem propriedades indivisíveis e inalienáveis. Se o instituto vincular visava, acima de tudo, proteger a classe terratenente contra a pulverização da propriedade resultante das partilhas por herança e afastar com isso o espectro da pauperização, o certo, porém, é que ele não deixava de engendrar alguns efeitos perversos⁶⁵. Um dos quais constituía exactamente a rigidez ante variações conjunturais. Um proprietário de terras vinculadas, perante a perda de escravos devido a uma seca e à baixa de vendas, não podia redimensionar a seu bel-prazer a sua fazenda, adaptando-a à sua capacidade de exploração efectiva. Tinha, sim, de conservar forçosamente o património vinculado. Este facto levava à subexploração das herdades. É por esta razão que encontraremos terras incultas e “em mato” em Santiago durante quase todo o século XVIII. Ademais, não sendo a terra livremente alienável não se possibilitava a passagem do património fundiário das mãos de terratenentes empobrecidos e falidos para as dos endinheirados e activos.

Por fim, as terras vinculadas eram quase todas “encarregadas”, ou seja, recaíam sobre elas tributos em forma de pensões, esmolos e missas por honra e memória dos instituidores. Estes encargos, muitos dos quais incomportavelmente pesados para as possibilidades produtivas dos patrimónios sobre os quais estavam assentes, desviavam para as despesas não reprodutivas parte apreciável dos rendimentos gerados. Quem no-lo diz serão os próprios administradores dos vínculos, como mais adiante mostraremos. As missas e as esmolos consumiam o pouco excedente que poderia ser canalizado e aplicado na compra de escravos e na construção de benfeitorias. Há aqui

⁶⁴ Manuel de Almeida e Sousa Lobão, *Tratado Prático dos Morgados*, 2ª edição, Lisboa, 1841.

⁶⁵ Raymond Boudon, *O Lugar da Desordem*, Gradiva, Lisboa, 1990.

uma espécie de conflito entre a economia mercantil terrena e a afectiva e religiosa. No confronto entre as duas, era a primeira que saía derrotada. Mesmo perante a impossibilidade financeira de satisfazer os encargos, estes não eram eliminados ou diminuídos, como requererão os administradores, na segunda metade do século XVIII. A solução era o endividamento. O cumprimento dos tais encargos constituía tarefa de fiscalização régia através da Provedoria das Capelas. Ora, o carácter teleológico da instituição vincular não retira toda e qualquer capacidade adaptativa face a posições como a da queda das vendas e da subida do preço da mão-de-obra, situações perante as quais se impunha redefinir a estrutura de gastos, eliminando despesas não reprodutivas? A nosso ver, a impossibilidade de alienar partes e de mudar a estrutura do património, de abolir certos encargos constitui uma das tais vulnerabilidades que permitem a interiorização da crise comercial externa. A tradução fenomenal dessa incapacidade de adaptação é expressiva: défice de mão-de-obra, pensões e esmolas não satisfeitas, dívidas crescentes às instituições crediárias.

Esta situação conhecia agravamentos conjunturais, ou seja, momentos em que a desagregação lenta das unidades produtivas se acelerava. As secas constituem estes tempos. Ou, melhor, uma temporalidade caracterizada pela aceleração circunstancial de tendências inscritas no movimento secular. Elas são para nós verdadeiros catalizadores, na medida em que intensificam, exacerbam e aceleram os processos destruturadores em curso. Elas fazem aprofundar o défice de mão-de-obra a níveis máximos. As estiagens matam os escravos, conduzem-nos à alforria forçada e levam à sua venda ou fuga para o exterior. Aliás, uma das condições mais pauperizantes para a classe terratenente é a deterioração dos termos de troca entre Cabo Verde e o exterior, provocada pelas secas. Durante os anos estéreis, os bens alimentares fornecidos pelos comerciantes externos apresentam-se sobrevalorados. Atingem preços elevadíssimos. Este facto conduz à saída abundante dos poucos meios de pagamento válidos a nível internacional de que dispõe a colónia. Escravos, panos, moedas de ouro e marcos de prata, de tudo saiu durante os anos de 1773-76 para pagar as caras importações de alimentos. O assalto foi feito pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão, mas também por comerciantes franceses, estes sobretudo na ilha de S. Nicolau. Não é por acaso que o número de panos adquiridos aos moradores de Cabo Verde pela companhia pombalina triplica entre 1774 e 1775, início da fome. A facturação, no entanto, essa mais do que quadruplica.

Os curtos períodos em que as ilhas estiveram sob o exclusivo comercial das companhias metropolitanas constituem outros tantos "momentos quentes", rápidos e intensos no longo processo de desagregação da sociedade escravocrata. As companhias, em virtude da posição exclusiva, tendiam a deprimir os preços de mercadorias que compravam internamente⁶⁶. Esta subcotação era-lhes vital. Disso dependia a lucratividade das revendas no exterior das mercadorias cabo-verdianas. Quanto mais baixo comprassem no arquipélago, maiores eram as possibilidades de terem lucros nas revendas no exterior. Por isso, trabalhavam sempre no sentido de fazer baixar a

⁶⁶ António Carreira, *As Companhias Pombalinas, de Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

cotação das mercadorias localmente adquiridas. Correlativamente, tentavam sobre-cotar os bens que ofereciam aos moradores, fim facilmente alcançável visto serem os abastecedores exclusivos do mercado. O diferencial entre o preço de aquisição na origem e o de revenda em Cabo Verde na maior parte das vezes excedia o de 100 %. Não sendo este capítulo sobre as relações comerciais, interessa-nos a acção das companhias apenas enquanto meio e processo de pauperização da classe terratenente. E, portanto, de reconfiguração da sociedade e do espaço do arquipélago.

A crise e o universo dos actores

A transição duma sociedade assente no trabalho escravo para outra de base camponesa, normalmente designada de processo de decadência, não constitui uma trajectória colectiva cujo ponto de chegada estava *a priori* predeterminado. O percurso colectivo da sociedade passa, antes de mais, pela acção concreta dos homens. Pelas suas opções ou pela ausência delas. A classe terratenente local, apesar de todos os constrangimentos que sobre ela pesavam, já enunciados nas páginas anteriores, formula, ou tenta formular, saídas históricas mais consentâneas aos seus interesses. Será adequado falarmos então de projectos de classe? A rigor, não estaremos perante a dimensão assumidamente política da sociedade escravocrata? Estamos em crer que sim. A classe terratenente esforça-se, utilizando recursos materiais e simbólicos, para impor ao resto da sociedade uma ordem que lhe seja conveniente. Estes projectos de classe, segregados pelos terratenentes, vão no entanto esbarrar na sua realização com outros projectos, formulados e desenhados por outras racionalidades de classe, de natureza antinómica relativamente a eles.

Para que viesse Cabo Verde a ter a configuração social e cultural que o caracterizará no século XIX – ou seja, uma sociedade de contornos predominantemente camponeses – foi necessária a sincronização de dois processos: a falência da terratenência crioula e escravocrata, por um lado, e a desescravização cumulativa e irreversível da força de trabalho, por outro. Foram, pois, estas duas tendências (*trends*), nascidas no século XVII, mas atingindo valores críticos na centúria seguinte, que definiram fundamentalmente o percurso cabo-verdiano. Tais tendências, note-se, diferenciaram e singularizaram o processo cabo-verdiano relativamente às trajectórias das sociedades escravocratas antilhas e sul-americanas. O que aqui nos propomos, é penetrar nos segredos dessa singularidade de trajectória. Partindo de um modelo de organização social comum ao das sociedades antilhas e americanas, que definimos *grosso modo* de escravocratas, agro-exportadoras e coloniais, a sociedade cabo-verdiana, mau grado a sua prioridade histórica em relação às aludidas, vai conhecer, no transcurso dos séculos XVII e XVIII, um longo processo de abastardamento que a descaracterizará. A nossa hipótese de base é de que o percurso escravocrata cabo-verdiano não é apenas resultado da geografia e dos factores internacionais, como vulgarmente se divulga, mas também da luta de classes, ocorrida na sua sociedade.

Neste sentido, entendemos ser útil lançar mão de conceitos como o de actor, luta de classes, estratégia, mobilização, resistência e outros que configuram o patri-

mónio de uma Sociologia construída na confluência de várias correntes como o Marxismo, Weberismo, Individualismo Metodológico, Sociologia da Acção, etc. É adentro deste recorte conceptual que nos movemos em direcção à explicação do triunfo da sociedade camponesa sobre as ruínas da escravocracia.

Neste ponto, analisaremos a disputa havida entre a terratenência crioula e os fujões, tendo em vista o controlo da força de trabalho destes últimos. No século XVIII, devido a aguda crise de mão-de-obra que atinge o sector da agricultura comercial de Santiago, os forros e os fujões, "viventes sobre si próprios", passam a ser percebidos como um imenso e alternativo reservatório de força de trabalho. Todavia, estes mantêm uma firme e tenaz resistência às tentativas de recrutamento laboral e de integração cultural, propostas e impostas pelos senhores e funcionários régios. A recusa, consciente e obstinada, de integração vai traduzir-se na automarginalização dos fujões, homiziados e também de um certo tipo de forro relativamente à sociedade escravocrata. Esta marginalidade caracteriza-se por ser múltipla e global: geográfica (o refúgio nos espaços serranos), social (condutas insubordinadas) e cultural (criação de novos padrões de cultura). Ambos os actores em conflito lançam mão de recursos de luta para fazer valer as suas intenções. Alguns desses recursos são materiais, isto é, armas, prisões, dinheiro, etc., ao passo que outros, como leis, conceitos, preconceitos e argumentos, são de natureza imaterial. Uma dimensão importante da dinâmica conflitual a ser analisada neste capítulo será justamente o discurso ideológico segregado pelos "morgados" e funcionários do rei acerca dos forros e fujões. A figura de homem vadio, preguiçoso, "zambuneiro" e imprevidente, que se liga normalmente ao forro, constitui um poderoso recurso de luta, utilizado estrategicamente e sistematicamente pela terratenência contra aqueles a quem a força de trabalho ela pretende controlar. A questão central, caracterizadora do conflito social setecentista em Cabo Verde, pode ser anunciada da seguinte forma: a quem deve pertencer legitimamente o usufruto da força de trabalho inculcada nos homens livres? A eles próprios ou aos terratenentes?

Como geralmente acontece nos períodos de mudança social profunda, a unidade do que é socialmente legítimo esboroa-se. A quebra de hegemonia da classe dominante dá à disputa entre os actores um aspecto de confronto aberto. Quem vai conseguir controlar e usufruir da força de trabalho dos forros, fujões e homiziados? Estes ou antes os terratenentes que exportam o algodão e os panos, que produzem o açúcar nos trapiches e detêm as terras de massapé das ribeiras?

Da resposta a esta questão crucial dependerão as linhas de rumo do percurso histórico futuro. Caso vencesse a primeira alternativa, abrir-se-ia caminho a uma sociedade maioritariamente camponesa, construída sobre a ruína da sociedade escravocrata. Nesse cenário, a classe terratenente entraria num processo irreversível de plebeização, que é correlativa ao da sua mulatização. A vitória da segunda possibilidade conduziria, inversamente, à restauração, ainda que com alguns elementos novos, da sociedade escravocrata e à recuperação da hegemonia interna dos terratenentes, então em vias de desaparecimento. Uma coisa que torna os processos de mudança interessantes é o facto de os actores neles envolvidos não conhecerem os resultados finais dos mesmos. Esta indeterminação permite-lhes mobilizar recursos, delinear estratégias, complexificar acções. É importante que o historiador ou o estudioso de

qualquer outra filiação disciplinar recupere, ele também, a indeterminação, o sentido de futuros alternativos, o universo dos possíveis, para poder compreender o comportamento, a racionalidade e as estratégias dos actores. O conceito de determinismo, acarinhado em excesso por vezes pelo Marxismo, Estruturalismo e pela Escola dos Annales, tem frequentemente levado a uma interpretação teleológica dos processos históricos. A principal consequência desta atitude para as análises de processos concretos é o apagamento dos actores e de suas estratégias do campo da História. Mas, igualmente, há o risco de submersão do leque de possibilidades de futuro não realizadas. Com isso perde-se uma parte importante da riqueza do objecto histórico. Desde os finais de 80, têm sido várias as contestações ao paradigma determinista que, apesar disso, continua a ser dominante em História⁶⁷. O historiador Sidney Chalhoub, um dos renovadores dos estudos sobre a escravatura no Brasil, criticou e mostrou os limites heurísticos do arraigado paradigma determinista. Este, segundo ele, postula “uma espécie de exterioridade determinante dos rumos da história”, isso “como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais”⁶⁸.

Igualmente em Cabo Verde, o processo da decadência da sociedade escravocrata tem sido analisado como um teatro sem actores. Ele vem sendo pensado como resultado de factores que agem independentemente da acção dos homens, classes, organizações, etc. São referidos neste contexto as secas, a pirataria, a crise comercial, como se todos estes factores não fossem reintegrados pelos actores, como se estes não segregassem estratégias de rentabilização dos seus interesses perante a manifestação de tais constrangimentos. É esta a nossa perspectiva e o nosso eixo de análise.

Definição de perspectiva epistemológica

Ao longo deste texto, abordaremos o processo social que constitui o nosso objecto de estudo, segundo três níveis de análise sociológica, a saber: primeiro, as manifestações fenomenais do conflito; segundo, as estratégias, as atitudes e o discurso ideológico dos actores em presença; e terceiro e último, as determinações estruturais do referido processo. Dito de outro modo: a inteligibilização do processo em estudo exige não apenas a análise dos comportamentos, como também das atitudes e representações que enformam estes mesmos comportamentos e, ainda, o descortinar das causas sociológicas que, não obstante ultrapassarem no mais das vezes a percepção clara dos actores em cena, imprimem directividade ao processo.

O primeiro nível de apreensão cognitiva do conflito social é, pois, através da manifestação factual. O acontecimento. O facto explosivo. Este é, por definição,

⁶⁷ Pierre Bourdieu tem amiúde denunciado a ilusão teleológica, subjacente a muitos estudos. Ele critica a transformação do fim da História em fim da acção histórica. Depois de conhecer a última palavra, muitos historiadores recriam uma coerência retrospectiva, amputadora do processo real. In *O Poder Simbólico, Memória e Sociedade*, Difel, Lisboa, 1989.

⁶⁸ Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

aberrante ou escandaloso, por contrário às expectativas socialmente firmadas. Ele chama a atenção e cativa o observador. Trata-se de algo que rompe o quotidiano, tal como ele se encontra organizado. Referimo-nos àqueles eventos que a sociedade tem imensas dificuldades em integrar, sem pôr em causa a estabilidade das suas hierarquias. Começemos exactamente por um facto desta natureza para nele ver um sintoma, um signo, sinal de algo que o ultrapassa.

A fuga, um traço estrutural da sociedade escravocrata

Pela carta do rei, dirigida ao então governador-geral de Cabo Verde, escrita a 1 de Fevereiro de 1709, temos notícia de um ruidoso evento que, no ano anterior, tivera lugar. O governador, que ao tempo era Gonçalo Lemos de Mascarenhas, havia mandado o capitão Francisco Araújo Veiga, o sargento-mor Belchior Monteiro, o juiz ordinário António de Sousa, o capitão de Infantaria, Francisco Soares, acompanhados por mais de quatrocentos homens, segundo a correspondência régia, ao sítio do mato chamado Julangue, no centro da ilha de Santiago, para “se prenderem uns negros forros régulos e levantados”⁶⁹. Estes tinham resistido já a outros oficiais da justiça que antes haviam ali se deslocado com o mesmo fim. A justificação imediata para a organização desta verdadeira expedição judicial e militar, segundo as régias palavras constantes da carta, é “por os ditos negros andarem nas minhas terras fazendo muitas insolências”. A acção, mau grado os enormes meios que mobilizara, salda-se por um rotundo fracasso. Registam-se mortes de ambos os lados. O grupo rebelde não é capturado e nem sequer mesmo disperso, isso apesar do grande aparato da expedição miliciana. Deve-se mesmo dizer que a tentativa de repressão, longe de inibir o fenómeno da fuga ao cativeiro, terá mesmo contribuído para o seu recrudescimento. É o que pelo menos parece indiciar o testemunho do ouvidor Xavier Lopes Vilela, dado um ano depois da ocorrência do evento em análise. Ainda mal chegado a Cabo Verde, nos inícios de 1710, Lopes Vilela constata, alarmado, que “andavão mais de seiscentos escravos fugidos a seos senhores nas serras”⁷⁰. O facto em si próprio tinha pouco de inédito. Bem vistas as coisas, desde os inícios do século XVI, pelo menos, que os forros, fujões e homiziados “infestavam” as serras, onde se organizavam em bandos, ensombrando a “pax” senhorial. Em circunstâncias determinadas, assaltavam propriedades agrícolas e resistiam violentamente às tentativas de captura pelas autoridades.

Na verdade, estamos ante um fenómeno assaz frequente, não apenas em Cabo Verde como nas demais sociedades escravocratas do Atlântico. Em todas elas, a fuga do escravo afirma-se como parte integrante da vivência social. Na expressão de Perdigão Malheiro, eminente historiador brasileiro, trata-se mesmo de algo inerente à própria escravatura⁷¹. A sua omnipresença nesse universo histórico-geográfico

⁶⁹ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 9, doc. 95.

⁷⁰ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 9, doc. 36A.

⁷¹ Agostinho Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil. Ensaio histórico, jurídico e social*, 3ª edição, Petrópolis, Vozes/INL, vol. II, 1976.

reflecte-se na enorme quantidade de designações que nele se atribuem ao referido comportamento. Nas colónias espanholas da América, os fujões eram designados de palenques, cumbes ou mesmo cimarrones; em S. Tomé e no Brasil, por quilombolas ou mocambeiros; nas Antilhas francesas, por marrons, etc.⁷². A universalidade do fenómeno decorre do facto de a fuga resultar de uma contradição estrutural ao Modo de Produção Escravocrata. Neste, as relações de trabalho não contam com o concurso voluntário do trabalhador. O controlo da força de trabalho assenta maioritariamente na coerção e na ameaça, embora não exclusivamente. Ainda que se deva reconhecer ser a fuga uma característica proveniente do próprio código genético do funcionamento do sistema, a sua ocorrência representa, no entanto, sempre um perigo. Para os actores dominantes, o acto de fugir significa, antes de mais, a violação da "ordem natural das coisas". Em cada fuga é o princípio estruturador da ordem social que se encontra posto em causa. O escravo que foge, ao fazê-lo, inflige um dano, não apenas ao seu proprietário, que dele fica privado, como também à ordem social no seu conjunto. O produto do seu trabalho, que em caso de fuga fica assim suprimido, é disseminado, através das redes comerciais, caritativas e fiscais de distribuição, a toda a sociedade. Vejamos esquematicamente a amplitude da circulação social do trabalho cativo. A riqueza produzida pelo escravo constitui objecto de troca comercial, de imposto devido à Coroa, de dádivas e esmolas atribuídas às capelas, igrejas, hospitais e aos pobres, velhos, doentes e deficientes. Por intermédio de sucessivas formas de distribuição, o produto do trabalho escravo é transmitido a todas as camadas da sociedade global. Compreende-se desse modo o potencial destruturador que contém a fuga. Este, no entanto, não se esgota nos seus efeitos directamente económicos. O acto põe em questão o próprio direito de propriedade do homem sobre o homem, direito esse sobre o qual assenta afinal de contas a sociedade. No que ao político diz respeito, a fuga representa um atentado à ordem. O fujão constitui, assim, um inimigo público.

Não o é, mas apenas no momento da ruptura com a escravidão. As condições sociais faziam com que a própria reprodução social e biológica do liberto entrasse em colisão com as instituições sociais dominantes. Pesando sobre si uma acusação judicial e vivendo sob o medo permanente de ser recapturado, o ex-escravo ou o homiziado estava condenado a viver longe dos centros urbanos ou das comunidades rurais sob o controlo das instituições judiciais. O seu distanciamento geográfico relativamente aos centros de poder deve ser interpretado como uma estratégia de defesa. A sua obsessão defensiva leva-o a andar distante e quase sempre armado. Nas sociedades escravocratas de grande dimensão geográfica ou demográfica como o Brasil, por exemplo, o escravo fugido podia dirigir-se para os centros urbanos e beneficiar ali do anonimato que a dimensão propicia. E, assim, desta forma, retornar a uma vida pacífica. Mas, nos espaços exíguos como Cabo Verde, o recurso às monta-nhas pouco acessíveis do interior parece ser o único meio seguro de refúgio e de preservação da liberdade, ilegalmente adquirida. Entre o fujão e a sociedade, apesar do distanciamento geográfico, imposto por aquele, não existe, no

⁷² Clóvis Moura, *Quilombos. Resistência ao escravismo*, São Paulo, Editora Ática, 1987.

entanto, uma ausência de relação, como se poderia à primeira vista pensar. Entre a sociedade dominante e o seu pólo negativo, as relações são, ao inverso, tensas e intensas.

Se o escravo fugido se encontra permanentemente ameaçado pela sociedade dominante, não é menos verdade se dissermos que o contrário também se verificava em várias ocasiões. Por imperativo de sobrevivência material e social, os fugitivos tendem a associar-se. Criam redes de solidariedade e inventam mesmo novas formas de sociabilidade, embora se imponha reconhecer aqui que pouco ou quase nada se sabe acerca desta questão. Quando os fugitivos se juntavam e formavam grupos relativamente grandes, a questão da sobrevivência, numa área de recursos nem sempre abundantes, se punha com mais acuidade ainda. O recurso à violência surge então como estratégia de sobrevivência, dada a grande concentração de terras férteis nas mãos de morgados e da Igreja. Nesse quadro, os fugitivos começam a perturbar a paz dos caminhos, a assaltar as propriedades agrícolas, etc. Tudo isso era provavelmente agravado nos anos e períodos de seca, como adiante mostraremos.

A fuga torna-se assim um problema central na agenda das preocupações dos proprietários fundiários (grandes e pequenos). Mas não só a eles, como adiante veremos. O fugitivo gera em grande parte da sociedade preocupações económicas (subtracção da força de trabalho), de segurança (assaltos e ataques), sociais (estímulo à fuga dos companheiros em cativeiro) e, por fim, políticos (o perigo de uma tomada de poder). Por isso, a sociedade cedo põe de pé mecanismos e expedientes de repressão do fenómeno. Estes começam por ter um carácter excepcional e extraordinário. De início não eram mais do que organizações espontâneas de proprietários de terra, incentivadas e com o beneplácito do aparelho administrativo régio. Recordemos, por exemplo, que, em 1528, o almoxarife Rodrigo Óbidos recompensava a 300 reais cada escravo que alguém capturasse. No entanto, dada uma provável ineficácia deste expediente e face à intensidade crescente do fenómeno, cria-se, em 1534, o ofício de meirinho da serra. Apesar do carácter oficial do cargo, este permanece, tanto pelo financiamento como pelo recrutamento, largamente na dependência dos grandes agricultores, denunciando nisso a motivação de classe que origina a criação de tal ofício. O meirinho era pago a meias pela Feitoria Real e pelo Conselho da Câmara, ou, então, na ausência de receitas deste, directamente pela contribuição do povo⁷³. Note-se, porém, que, mesmo a relativa institucionalização dos mecanismos de repressão da fuga e das actividades dos escravos fujões, a solução não parece de todo eficaz, pelo menos nos períodos de recrudescimento conjuntural da actividade dos mesmos, como eram as secas.

Em 1546, os moradores, homens baços e pretos, que representavam a classe de pequenos proprietários fundiários (categoria sociologicamente híbrida, situada entre o campesinato e a terratenência escravocrata), pedem a sua admissão nos cargos do concelho, alegando que, caso assim sucedesse, “não andariam tantos escravos no campo fogidos” e nem estes “terião animo para se poerem em quadrilha a virem fazer

⁷³ *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, Praia/Lisboa, Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde/Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995.

danos nos que pouco podem...⁷⁴. Vivia-se, entretanto, uma das primeiras secas de que há registos, ainda que estes sejam de facto um tanto vagos. Durante a violenta seca dos anos 1609 a 1611, o governador Francisco de Sequeira, incapacitado de combater as actividades dos fugidos e homiziados, dado o recrudescimento das mesmas, propõe uma ampla amnistia para que assim “não fizessem roubos no campo”⁷⁵. Entre as autoridades e proprietários, de um lado, e os fujões e homiziados, de outro, instala-se um verdadeiro estado de guerra. Se as manifestações de confronto têm uma dimensão cíclica, isto é, ganham grande virulência em determinados períodos para a perderem noutros, o medo, que nos lugares cimeiros da sociedade se cria em relação aos fujões, enraíza-se e torna-se permanente.

Diz-nos o jesuíta Sebastião Gomes que “há de ordinário muitos homiziados, e com ser esta ilha mui pequena dizem que averá nella alguns quinhentos quasi tudo gente preta, sem pera eles aver justiça e com razão se teme deles...”⁷⁶. Estas verdadeiras classes perigosas, que são os homens das montanhas, alimentaram nos terratenentes e nos funcionários reinóis um medo constante de um levante em massa. O que constituía a verdadeira ameaça, na imaginação dos poderosos, era a possibilidade de união dos fujões e homiziados com os forros e escravos, ainda em cativeiro. Tal facto, a acontecer, redundaria na morte dos brancos e terratenentes escravocratas e, em extremo, na perda definitiva da ilha pela Coroa. Visões verdadeiramente apocalípticas, cozinhadas pelo fogo do pavor senhorial. O que atormenta o espírito das classes possidentes era a crença de que os fujões pudessem desempenhar o papel despoletador da rebelião, catalizando o descontentamento social e incendiando com o seu exemplo as aspirações dos escravos, então contidas e abafadas pela hierarquia, pelo cativeiro e pelo paradigma cultural dominante. Este medo, muitas vezes hiperbolizado pela imaginação e por interesse, encontra-se presente na própria carta que o rei escreve ao governador a propósito do incidente do Julangue. Segundo o monarca, o mais alto funcionário militar da colónia deveria utilizar todos os meios ao seu dispor para prender os “referidos delinquentes”, porque graves danos poderiam resultar de tal “insolência”, isto é, o de não se deixarem capturar, porque sendo a ilha mais de gente preta do que de branca, isso poderia alimentar o espírito propício a uma revolta de grandes proporções. Na verdade, cada grupo de fujões, que se mostrasse com duradouro sucesso na sua resistência, poderia funcionar como um íman, atraindo para si novos escravos. O governador afirma, no que se refere ao grupo de Julangue, que “se lhe havião agregado muitos criminozos e ladroens...”⁷⁷. Daí o perigo transcendente que o grupo de Julangue encerrava. Por isso, o Conselho Ultramarino recomenda que se pusesse todo o cuidado na captura do bando rebelde “porque se se fossem engrossando o poder dos ditos criminozos seria ao depois mais difícil o seu castigo...”⁷⁸. Todas as vezes que qualquer grupo de fujões

⁷⁴ Carta dos Moradores de Santiago a El-Rei, 26-5-1546, in António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963.

⁷⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 1, doc. 35.

⁷⁶ António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. V, AGU, Lisboa, 1979.

⁷⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 9, doc. 95.

⁷⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 9, doc. 95.

ou homiziados se apresentasse bem sucedido na sua resistência, tendia a crescer e tornava-se então urgente às autoridades uma intervenção severa e punitiva. Fora assim ao longo da História. Na Residência que o ouvidor Manuel Delgarte da Costa fez de Veríssimo Carvalho da Costa, em 1690, afirma-se que aquele “mandou prender uns negros que estavam levantados e começavam a agregar a si muitos criminosos, fazendo-se fortes em uma serra asperíssima desta Ilha”⁷⁹.

Quase uma década depois do incidente de Julangue, um dos líderes do grupo, e presumivelmente o assassino do capitão Francisco Soares, Domingos Lopes de seu nome, é preso. O parecer do conselho sobre esta prisão é revelador da extrema ansiedade e temor com que a sociedade dominante enfrenta a questão dos escravos fugidos. Afirmam os conselheiros que “sendo a sua culpa qual se insinua de matar e roubar o possão condenar à penna de morte inclusive...”⁸⁰. A radicalidade do castigo é “para que por este caminho se dê não só a satisfação a justiça no castigo deste negro, mas se evite a que os mais rompão em maiores ouzadias e ponhão em grande risco a conservação daqueles moradores, formandose mocambos delles que não seja fácil conquistaremse pois mostrou a experiencia de Pernambuco o muito que geremão os povos daquela cappitania com os que ali houve e o quanto foi custoso pôr se limite às suas insolências havendo milicias pagas compostas de dous terços e tanta gente para os sogear o que não há em Cabo Verde...”⁸¹. O conselho faz referência explícita à prolongada guerra contra o célebre quilombo dos Palmares, levada a cabo pelas autoridades de Pernambuco durante o século XVII⁸². Este facto prova a ampla audiência e a importância política atribuídas à fuga de escravos no universo imperial.

A fuga como factor de mudança social

À luz dos dados atrás arrolados, o que há de inédito, de novo e de inesperado no incidente de Julangue, com que achemos por bem iniciar este ponto? Incidentes semelhantes não terão afinal de contas ocorrido bastas vezes ao longo da História de Cabo Verde antes de 1709? Estamos em crer que sim. Nesta óptica, tal facto tem muito de repetitivo e mesmo de cíclico. Contudo, sob uma outra perspectiva, ele pode ser percebido — esta é uma das nossas hipóteses de trabalho — como expressão de um processo irreversível de mudança social. O que confere importância ao incidente de Julangue não é o facto em si próprio. Tomámos o incidente, como nos ensina Edgar Morin, em *Princípios de uma Sociologia do Presente*, como revelador⁸³. Para o sociólogo, o acontecimento constitui um sinal que nos permite inteligir as linhas tendenciais de evolução social, linhas essas ainda apenas em esboço e pouco

⁷⁹ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 7A, doc. 124.

⁸⁰ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 9, doc. 95.

⁸¹ *Idem*, *ibidem*.

⁸² *Liberdade por um Fio, História dos Quilombos no Brasil* (orgs. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes), São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁸³ Edgar Morin, *Sociologia. A sociologia da microsociologia ao macropianetário*, Publicações Europa-América, Lisboa, s/d.

perceptíveis. Mais uma vez: o que contém, do ponto de vista sociológico, o incidente do Julangue? O que ele nos releva em termos de processo social? Primeiramente, projectos de classe. Os terratenentes e os funcionários, que detêm o controlo da tropa miliciana da ilha, arregimentam-na, visando a punição e captura de homens livres das montanhas. Por detrás desta acção, acobertada pelos valores da manutenção da ordem, do perigo da perda de soberania régia sobre a ilha e também da reacção contra a prática de actos gentílicos lesivos à Religião, não estarão interesses de classe, daqueles que pretendem recapturar fugitivos, desestimular a fuga, impor uma certa ordem nos campos? Não estará subjacente a esta expedição punitiva, a este expediente entre uma acção de justiça privada dos senhores e um acto de Estado, um indisfarçável projecto de reescravização? Para os senhores, diga-se de passagem, tal intenção não é mais do que a restauração da ordem natural do mundo.

Mas estão também presentes nesse mesmo incidente atitudes e estratégias dos fugitivos, expressivamente autodesignados de "valentes do Julangue". Há aqui muito provavelmente uma inversão de valências. De insolentes e criminosos, que é como a eles se referem as autoridades, passam a heróis e corajosos nas suas próprias expressões. Ao entrarem na cidade, ostentando pistolas, zagaia e bacamartes, não exprimem a capacidade de se defender dos dispositivos institucionais de poder? Neste ponto, cabe-nos levantar uma outra questão: Será a acção dos escravos fugidos e homiziados de natureza política? Ou, formulando a pergunta de outro modo, ela conterá, além da defesa da liberdade conquistada, uma estratégia de subversão das relações de poder dominantes na sociedade? Trata-se de uma questão de difícil resposta. Seja como for, caso se se inclinar por uma resposta positiva, há que relativizar historicamente as formas e modalidades de acção entendíveis como políticas. Talvez seja de lançar mão da opção conceptual de Eric Hobsbawn que classifica de "formas arcaicas" de acção política determinadas modalidades de banditismo e de resistência, bem como os movimentos milenários e dos pobres urbanos⁸⁴.

Passemos agora de actores e suas estratégias ao processo social em que estão implicados. A estrutura no seio da qual este facto ocorre, marcada por mudanças profundas que se vinham a processar, não lhe atribui um significado completamente diverso do de actos semelhantes, ocorridos no entanto um século e meio atrás? Aqui, a importância não reside no acto em si, mas sim na estrutura que o produz. O acontecimento remete-nos assim para a estrutura. Mau grado o confronto de Julangue parecer accidental e casual, como tal, algo isolado e isolável, ele é por nós percebido como manifestação ruidosa de contradições sociais, económicas e políticas que subjazem à estrutura social. Não sendo nós muito apologistas da utilização nas Ciências Sociais de metáforas biológicas, apraz-nos dizer, contudo, que a fuga poderá ser pensada como determinadas bactérias existentes no nosso organismo que, de inofensivas ou mesmo benéficas, podem tornar-se no entanto perigosas, quando há perda de vitalidade do sistema imunitário. A fuga e o comportamento dos fujões e homiziados não constituem em si próprios factores de mudança estrutural. Mas podem

⁸⁴ E. J. Hobsbawn, *Rebeldes Primitivos. Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, 2ª edição revista e ampliada, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1978.

sê-lo. Tudo dependerá da natureza da relação que entretecem com o Modo de Produção Escravocrata. Quando este se encontra dotado de mecanismos de compensação dos efeitos que eles engendram, como por exemplo da capacidade de aquisição de novos escravos, da posse da força punitiva para lançar operações bem sucedidas de recaptura, neste caso, a fuga e o comportamento dos fujões não têm poder suficiente para pôr em causa o funcionamento do sistema. Todavia, se tal deixar de acontecer, isto é, se por cada escravo que foge o senhor já não possuir a capacidade financeira de adquirir outro em sua substituição, de recapturá-lo ou, ainda, de dispor de um aparato repressivo que desincentive os demais a segui-lo, então, neste contexto, a fuga pode significar um perigo mortal para a continuidade do sistema.

O que torna o acontecimento de Julangue um sinal de mudança estrutural? Avançamos duas hipóteses explicativas. A primeira, mais directamente ligada ao facto, relaciona-se com o enfraquecimento da força punitiva à disposição dos agentes defensores do *statu quo*. O poder, como nos ensina M. Foucault, é um dado eminentemente relacional. Os terratenentes escravocratas só podem empreender o projecto de reescravização dos fujões, o que inclusive passava por acções de recaptura, se dispuserem de recursos repressivos, organizados e operacionais. Se, por algum motivo, estes recursos perderem operacionalidade, diminuindo assim também a força repressiva que os anima, o balanço de poder entre terratenentes e os fugitivos se reequilibra em favor destes últimos. A segunda hipótese prende-se com a perda progressiva, por parte dos terratenentes, da capacidade económica de compensar desgates normais verificados nos seus plantéis de escravos.

Começemos, pois, pela primeira das hipóteses enunciadas. Às tentativas de punição e recaptura promovidas pelas autoridades judiciais ou directamente pela milícia da terra (dirigida sempre por grandes terratenentes, quase todos eles coronéis e capitães), os fujões desenvolveram estratégias eficazes de resistência. Uma delas é o assentamento em áreas de difícil acesso, geralmente zonas de altitude ou montanhas. Uma das acusações, judicialmente formuladas contra o grupo de Julangue, é o de se acoutar “em hum lugar onde não he facil conceguir-se colhellos”⁸⁵. Outro expediente de defesa adoptado é a extrema dispersão dos grupos de fujões, comportamento contrário aos grandes aquilombamentos como aconteceu no Brasil ou em Suriname. Por fim, os fujões, os homiziados e mesmo os legalmente alforriados eram quase sempre portadores de armas, a ponto de serem identificados socialmente como rebeldes e perigosos para as autoridades. O ouvidor Sebastião Bravo Botelho refere-se a eles como “pretos vadios, que não têm mais fazenda que zagaia, bacamartes, pistolas e espadas; e vivem nas serras, sustentando-se dos frutos silvestres e do que furtam, por cuja razão fazem muitas mortes...”⁸⁶. Todas as descrições históricas que têm por objecto este conjunto social revelam estes traços: a utilização sistemática de armas, por um lado, e hostilidade e desconfiança em relação aos agentes da ordem, por outro. O capitão inglês Roberts, que, em 1720, estabelece um fortuito contacto com um grupo de fujões, a norte da ilha de Santiago, na região entre Tarrafal e Santiago Maior, regista que “a maior parte tinha lanças e grandes facas ... e alguns

⁸⁵ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 9, doc. 95.

⁸⁶ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 10, doc. 95.

tinham espadas". Depois de manifestações de hostilidade por parte do grupo contra o capitão, Roberts relata que, por fim, chegaram a um entendimento, quando os fujões perceberam que ele não constituía nenhuma fonte de ameaça à liberdade deles. Pediram-lhe desculpas pelos actos de hostilidade, justificando-se que haviam pensado, conta Roberts, "... que eu tivesse ido mandado pelo Rei de Portugal para prender alguns deles que tinham fugido para lá da opressão do ouvidor e dos outros brancos da cidade, quer dizer dos portugueses que viviam na cidade ou perto dela"⁸⁷.

Ante a tenaz resistência dos fujões, os terratenentes e as autoridades não dispunham de um aparelho repressivo que fosse operacional e eficaz e, como tal, pudesse neutralizar a oposição dos homens das montanhas. O exército miliciano, peça fundamental de qualquer projecto de reintegração forçada de fujões na ordem socioeconómica dominante, encontrava-se minado, ele também, por contradições sociais. Compostas basicamente por pretos forros, na maioria pequenos camponeses, cuja condição social se aproximava da dos fujões das montanhas, as milícias formavam uma organização heterogénea. A multiplicidade de interesses dos actores que a integravam, frena e bloqueia o processamento de ordens repressivas. Ou seja, os pretos forros, pelos seus interesses e comportamento, curto-circuitavam as ordens emanadas dos coronéis e capitães, geralmente terratenentes escravocratas, ou, então, dos funcionários régios, em princípio reinóis. O exército, enquanto aparelho repressivo, constituía mais um campo de luta de classes do que um instrumento nas mãos da classe dominante, como postula o paleomarxismo. O governador-geral das ilhas, em 1733, expôs de forma clara a baixa de eficácia do aparelho militar, causada pelas contradições sociais entre o nível cimeiro e o de base desta instituição. Mal chegado a Cabo Verde escreve o seguinte acerca do estado da ilha: "... não faltam vadios, pelo interior dela, ainda que tenha dado as providências necessárias para os evitar, passando ordens aos Alcaldes Gerais para serem presos, não tenho conseguido porque como estes que hão-de fazer as execuções são parentes, compadres e amigos, uns dos outros é mais dificultoso prender...". O mesmo acontecia com a Ouvidoria. Este facto foi, aliás, magistralmente captado pelo ouvidor José da Costa Ribeiro, numa carta dirigida ao rei, datada de 16 de Abril de 1731: "Além dos furtos de que não fazem escrupulo, as mortes são, e os delitos innumeráveis; tiram-se devasas mas não se prende criminoso algum, porque como os que hão-de fazer estas deligencias são outros da sua cor, preto não prende preto e nesta forma serão mais de 300 criminosos..."⁸⁸. A computar ainda, entre os factores que concorrem para a perda de eficácia do exército e do aparelho repressivo em geral, destacam-se as dificuldades orçamentais, o elevado absentismo e as escusas requeridas pelos oficiais.

Passemos agora à segunda hipótese. Deve-se dizer, em abono da verdade, que o impacto da fuga não é necessariamente destruturador. Aliás, na própria lógica do funcionamento das sociedades escravocratas estão inscritos vários mecanismos que conduzem à perda do escravo. Se alguns deles constituem modos clandestinos e antinormativos, outros, bem ao contrário, são institucionais. Dentre os primeiros

⁸⁷ "As Ilhas de Cabo Verde nos anos 1720. *Quatro Anos de Viagens do Capitão Georges Roberts*", in *Ponto & Virgula*, nº 17, Dezembro 1987.

⁸⁸ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 14, doc. 27.

situar-se-á a fuga, ao passo que dentre os segundos pode destacar-se a alforria. A manumissão constituía, tal como a fuga, ou até mais ainda do que ela, uma poderosa fonte de erosão e perda voluntária de mão-de-obra escrava em Cabo Verde. Determinadas situações sociais quase que impunham ao senhor a obrigação ou a conveniência de alforriar parte dos seus escravos. Coloquemo-nos numa perspectiva microsociológica, para podermos observar como se formam os comportamentos ligados à redução constante e voluntária da base escrava. A esta dimensão, eles são lógicos, ainda que o não possam ser à escala macro. Por exemplo, uma espécie de direito costumeiro postulava que, nos momentos de mudança de estatuto social, fizesse parte dos ritos de passagem, que geralmente envolvem estes actos, a manumissão enfática e publicitada pelo senhor de parte dos seus escravos. Ao casar, ou pelo nascimento de um filho ou, ainda, mais frequentemente, no momento de elaboração do testamento, perante a evidência da morte, o senhor libertava um conjunto de escravos, invocando “Amor de Deus e obra pia”. Este tipo de comportamento tem a ver com a religiosidade dominante na sociedade cabo-verdiana de então, mas também com as formas de aquisição de prestígio social. Por ora, no entanto, interessa-nos ver apenas as consequências destes múltiplos actos individuais. Pela sua agregação e acumulação, estes actos de manumissão representam uma forte fonte de erosão sobre a base escrava disponível à sociedade. Outra situação, que geralmente conduzia à libertação do escravo, era a mestiçagem. O escravo mulato era amiúde alforriado pelo simples facto de o ser.

Mas, havia situações conjunturais que criavam ciclicamente formas de alforria forçada, porque a contragosto do senhor. As secas, surgindo de tempos a tempos, mas sempre de surpresa, tornavam ociosa uma parte significativa do plantel de escravos. Estes não apenas deixam de poder produzir, por impossibilidade ecológica, como, ainda, se convertem em pura fonte de dispendio para o senhor. Perante a perspectiva do prolongamento da seca, torna-se muito mais rentável ao senhor desfazer-se do escravo do que mantê-lo, até à “volta das águas”. A solução ideal seria a venda para o exterior, visto que internamente seria impensável que alguém quisesse comprar escravos em tais circunstâncias. Mas as oportunidades de venda para o exterior implicam a existência de um mercado, o que quer dizer, no nosso caso concreto, compradores externos que viessem adquirir este tipo de mão-de-obra em Cabo Verde. A partir de 1647 diminuem drasticamente, ainda que seja certo impor algumas *nuances* nesta avaliação, as oportunidades de venda para o exterior, isso em razão da manifesta marginalização de Santiago das rotas negreiras. Neste caso, as secas prolongadas induziram à alforria massiva de escravos e, em certos casos, a actos de puro e simples abandono. Invoquemos a este propósito o testemunho inequívoco do governador Luís da Cunha d’Eça, feito a respeito da fome de 1748 a 1750: “... quem tinha escravos, os dava de graça pelos não ver morrer a todos de fome como sucedeu a muitos.”⁸⁹ As secas são a nosso ver a mais poderosa fonte de criação de libertos em Cabo Verde. Estando elas inscritas na identidade ecológica deste arquipélago, funcionam como um mecanismo regular de desgaste da base escrava disponível à

⁸⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 25, doc. 25, citado por António Correia e Silva, *Histórias de um Sahel insular*, Praia, Spleen edições, 1995.

sociedade. Ainda que o inventário completo e rigoroso das fomes ocorridas ao longo do nosso período resta fazer, é, porém, certo que a frequência destas hecatombes fora elevada e recorrente. A listagem que tentamos realizar, estribada em grande medida nos trabalhos de António Carreira, é evidentemente um sub-registo, ou seja, peca por defeito. Contudo, ainda assim, ela traduz a presença constante deste fenómeno destruturante da economia e sociedade escravocratas. Vejamos: 1660-1662, 1685-1689, 1704-1712, 1719-1721, 1730-1732, 1738-1740, 1741-1742, 1745-1746, 1748-1750, 1754-1755, 1764-1765 e 1773-1775⁹⁰. Depois de cada fome, o défice de escravos era tal que a agricultura escravocrata ficava por uns tempos praticamente paralisada. A 25 de Junho de 1663, passados os anos estéreis, atestam os oficiais da Câmara da Ribeira Grande que “poucas são as fazendas que possam beneficiar por falta de escravos”, porque no entender deles, “as fomes e as necessidades dos anos atrazados acabou (*sic*) sem aver nos presentes com que possam recuperar a dita falta”⁹¹. A cada estiagem não era só o plantel de escravos que diminuía mas também a própria capacidade do sistema para se regenerar, ou seja, para “recuperar a dita falta”. Mas talvez nenhuma fome tenha representado tanto desgaste sobre as disponibilidades de mão-de-obra escrava como a de 1773-1775. O governador Joaquim Saldanha Lobo na mira de recuperar a economia agrária, profundamente abalada pelos efeitos da fome dos anos imediatamente anteriores, escreveu o seguinte, a 20 de Março de 1776: “... o que mais se necessita nesta ilha é de escravos boçais de Guiné, porque dos que havia, morreram a maior parte com a fome, e outros se venderam pela mesma causa”⁹².

Ora, a reprodução da sociedade escravocrata nas condições anteriormente definidas (ou seja, um catolicismo de Contra-Reforma, onde a falta da mulher branca impõe relações sexuais inter-raciais e também sob o predomínio de condições sahelianas) implica a disposição de mecanismos de compensação das formas de erosão actuanes sobre o plantel de escravos existentes. A longo prazo, devido aos desgates atrás aludidos, os escravos importados não se reproduziam. Os efectivos tendem a diminuir pela dinâmica sociodemográfica normal. Impõe-se por isso realimentar o *stock* com novas importações. Esta é a razão de o tráfico constituir uma actividade constante em todas as sociedades escravocratas. Mas, como já dissemos, a partir do século XVII, dada a marginalização de Cabo Verde relativamente aos circuitos transatlânticos de tráfico de escravos, a vital realimentação dos *stocks* não pode ser feita em quantidade e qualidade suficientes às necessidades de reprodução do sistema. Assim sendo, compreende-se agora a importância que neste contexto adquirem os fujões e os homiziados. Representam, tendo em conta a impossibilidade de realimentação externa, uma fonte interna e alternativa de mão-de-obra escrava. Nas condições decorrentes da crise comercial externa do século XVII, os homens montanheses figuram como a bóia de salvação dos terratenentes escravocratas de Santiago. Daí a extrema ansiedade que estes demonstram quanto aos projectos de

⁹⁰ António Carreira, *Cabo Verde. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, Praia, ICL, 1983.

⁹¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 5A, doc. 138.

⁹² AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 35, doc. 11.

repressão e de recaptura dos fujões, instrumentos fundamentais da estratégia de reescravização de que são portadores. Vêm nestas acções, mesmo quando promovidas pelos agentes da ordem, a busca de mão-de-obra por outros meios, isto é, judiciais e ideológicos. Não deixam de ter uma visão clausевичiana da repressão à fuga.

Da fome da mão-de-obra escrava às tentativas de assalariamento: do escravo ao proletário rural, a história de uma reconversão impossível

Reafirmamos aqui o postulado de se compreenderem os processos de mudança, fazendo recurso às estratégias dos actores e às formas de interacção que eles criam. Os terratenentes escravocratas perante bloqueios nos mecanismos da sua reprodução, enquanto classe social, vitalmente dependente do mercado de escravos, delineiam um programa de acção. Impunha-se-lhes restaurar as condições externas e internas necessárias ao funcionamento do Modo de Produção Escravocrata. O seu campo de luta é portanto duplo: a produção interna e o mercado externo. Nas primeiras décadas do século XVIII, os terratenentes escravocratas aumentam a pressão sobre a Coroa, através de altos funcionários, ou mesmo directamente, por Representações, para que ela volte a impor aos traficantes, idos aos portos de Cacheu, Bissau e demais centros negreiros da Alta Costa da Guiné, a obrigação de, na torna-viagem, escalarem Santiago, antes de rumarem às Américas. Deste modo, venderiam naquela ilha parte dos escravos adquiridos no continente, satisfazendo assim a "sede de mão-de-obra" de que padeciam os moradores de Santiago. Estas pressões atingem o seu auge na segunda década de 1700. Era a forma dos agricultores escravocratas de Santiago continuarem a ter acesso ao mercado externo de mão-de-obra, em relação ao qual mostravam-se irremediavelmente dependentes. Contudo, a Coroa não só não atende a este tipo de reivindicação como mantém e reforçará mesmo a prazo as orientações tendentes a tornar exclusivo das companhias metropolitanas ou de comerciantes reinóis em geral o comércio externo de Cabo Verde. Nestas condições, o escravo africano torna-se para os escravocratas de Santiago um bem, apesar de essencial, cada vez mais raro e caro.

É, em parte, a perda da luta para a restauração das condições comerciais externas, isto é, para reconstituir mecanismos que garantissem aos escravocratas, como acontecera outrora, a possibilidade de comprar escravos baratos e abundantes, de modo a compensar os desgastes aludidos, que faz aquela classe virar-se, com grande ansiedade, para a questão das fontes internas de provimento da força de trabalho. A nosso ver, é no interior deste colete de forças, imposto pelo bloqueio colonial, que nascem na terratenência santiaguense projectos mal disfarçados de reescravização. Tal empreendimento demandava o recurso sistemático a um aparelho repressivo dotado de grande operacionalidade e eficácia. A força é um agente económico. Mas como esta falta, e o exército e a ouvidoria existentes não têm capacidade real de reintegrar os fujões e homiziados nas malhas da agricultura comercial — daí os acontecimentos do tipo dos de Julangue —, só restava à terratenência escravocrata a invenção de novos expedientes, até então inéditos, de

recrutamento de mão-de-obra. Até ali a desescravização, fenómeno incontornável derivado da fuga, da alforria e da marginalização face às rotas negreiras, significou perda de mão-de-obra disponível à agricultura comercial. Mais alforria equivalia a menos força de trabalho. Eis uma equação histórica dificilmente contornável. Para os terratenentes, o homem livre não conta. No entanto, dadas as novas condições de acesso ao mercado de escravos, a classe terratenente se propõe alterar este estado de coisas. É assim que surge o projecto de assalariamento de forros, fujões e homiziados. Agora, a mudança de estatuto jurídico de escravo ao livre, ou mesmo a passagem de estatuto, já não *de jure* mas *de facto*, de escravo ao fujão, ou, ainda, a queda das importações de escravos não viria a ter impacto na disponibilidade da força de trabalho. A opção por este novo regime de trabalho, que constitui o salariado, é de certo modo estimulado pelo alto preço de aquisição de mão-de-obra escrava. Esta particularidade característica da escravatura, que impõe ao patronato a realização de um avultado dispêndio antes mesmo da utilização produtiva do trabalhador, despesa não produtiva e inexistente no regime assalariado, constituía certamente uma das motivações às tentativas de assalariamento, mormente agora que o preço do escravo alcançava valores incomportáveis. Mas, além de ser extremamente elevado o preço a pagar pela aquisição do escravo, a utilização deste tipo de mão-de-obra comportava, ela também, custos e inaptações contornáveis no regime de trabalho assalariado. Senão vejamos:

A compra do escravo era um investimento não desprovido de riscos futuros. A sua fuga, uma possibilidade sempre presente, representaria uma dupla perda para o senhor: a do dinheiro investido, por um lado, e a da força de trabalho, por outro. Como a maior parte das vezes o escravo era comprado a crédito, amortizado com o trabalho do mesmo, a sua fuga lança o senhor num perigoso processo de endividamento. No assalariamento este tipo de adiantamento arriscado e volumoso não existe. Nele, o senhor não compra o trabalhador, como na escravatura, mas apenas a sua força de trabalho. Em termos práticos significa que ele não adianta recursos em relação ao processo produtivo, antes pelo contrário é o trabalhador que adianta trabalho ao patrão, do qual este retira o salário a pagar ao assalariado.

Outro factor que tornava o investimento na compra de escravo uma operação de alto risco são as secas cíclicas. Estas crises de subprodução agrícola tornavam o plantel de escravos repentinamente sobredimensionado. Perante isso, o senhor possuía várias alternativas de comportamento. Podia desfazer-se do escravo pelo abandono ou pela alforria. Este tipo de conduta deriva da estratégia do senhor em diminuir os gastos com a manutenção do trabalhador, tornado, pela força das circunstâncias, improdutivo. Note-se que o custo da sustentação do escravo durante as secas aumenta substancialmente, tendo em conta a elevação do preço dos víveres, no mais das vezes de origem importada. Mas, ainda assim, tanto o abandono como a alforria forçada conduzem à descapitalização das propriedades agrícolas, o que obriga, passada a seca, à realização de novos investimentos em força de trabalho. A solução menos penosa para o senhor era a venda do escravo. Deste modo, pouparia os gastos de manutenção do mesmo e, simultaneamente, conservaria o dinheiro da tal venda para reaquisição da força de trabalho com o fim do ciclo de estiagem. Contudo, esta possibilidade muito raramente se apresentava realmente compensadora como à primeira vista prometia.

Durante a seca, o número de vendedores de escravos aumentava, o que, pelo simples jogo da oferta e da procura, fazia baixar o preço. A consequência lógica deste facto é que o senhor iria vender o escravo abaixo ou mesmo muito abaixo do preço que o havia adquirido. A conjugação das secas com a escravatura é extramamente onerosa aos próprios escravocratas⁹³.

Se as secas aparecem de modo absolutamente imprevisível, há, contudo, ciclos económicos normais, no sentido de serem completamente previsíveis e esperados. O regime ecológico, marcado pelo calendário sazonal, impõe-se à agricultura mais do que a qualquer outra actividade humana. Entre Julho e Janeiro situa-se a fase alta dos trabalhos agrícolas. São os meses de sementeira, monda, remonda e colheita. Os restantes meses correspondem a um período de baixa. Como é que o senhor adaptava os seus recursos em mão-de-obra a estas variações sazonais, tendo em conta a sua estratégia de evitar desperdícios? As alternativas de comportamento existentes eram pouco satisfatórias. Ou o escravocrata dimensionaria o seu plantel de trabalhadores em função das necessidades de mão-de-obra da época alta, e teria então nos meses de baixa uma parte significativa do plantel em inactividade, ou o inverso, isto é, comporia o plantel em função da actividade praticada nos meses secos, o que levaria a que na época alta houvesse a impossibilidade de dar resposta às tarefas necessárias. A escravatura mostra-se assim profundamente inadaptada aos ciclos ecológicos da agricultura cabo-verdiana. No século XVIII, os escravocratas terratenentes têm plena consciência destes constrangimentos.

Em contrapartida, o regime assalariado, pela sua flexibilidade, permite ao senhor a defesa eficaz contra os constrangimentos aludidos. Durante os períodos de baixa de actividade ou nos anos de seca ele poderia despedir trabalhadores, adaptando assim as despesas ao nível da laboração do momento e, ante a retoma, voltaria a contratar mão-de-obra, eliminando inúmeros desperdícios que a escravatura, pela sua rigidez estrutural, era incapaz de proporcionar.

É dentro da estratégia de contenção de custos que os escravocratas lançam uma verdadeira campanha de assalariamento de forros e “vadios”. O que propõem é uma autêntica reforma do regime de trabalho na agricultura comercial de Santiago. Na verdade, estamos ante uma fuga em frente. Visando alcançar um assalariamento pacífico e massivo dos fujões, homiziados e forros, os terratenentes praticam salários relativamente elevados, pensados como engodo. O que está crucialmente em causa é a sobrevivência da classe terratenente. O desafio resume-se assim: reconversão ou morte. No entanto, mau grado os investimentos dos proprietários fundiários na reconversão do regime de trabalho, esta não conta com o concurso dos assalariáveis. Bem pelo contrário. Os apelos ao assalariamento serão objecto de uma tenaz recusa por parte dos fujões, forros e homiziados. Ouçamos uma testemunha presencial destas acções, cujo registo foi realizado em 1731: “ainda que pelo jornal de hum dia se dé a hum preto forro dés tostões, não há de hir trabalhar, nem servir e antes querem andar nús e roubar, que sogeitar-se a trabalho...”⁹⁴. Em consequência, a agricultura perde

⁹³ Ver detalhes em António L. Correia e Silva, *Histórias de um Sahel insular*, Praia, Spleen Editora, 1995.

⁹⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 14, doc. 27.

intensidade produtiva. Tornam-se devolutas as terras anteriormente ocupadas com culturas intensivas, altamente rentáveis. O grau de mercantilização da produção agrícola diminui e a classe terratenente vê acelerar o processo da sua pauperização, plebeização e mulatização. O testemunho que a este propósito nos dá o ouvidor José da Costa Ribeiro, em 1731, é claro e enfático:

“... há ainda outros iguaes, que hé ficarem as terras por cultivar e a terça parte dellas será a frutifera, porque se achão hoje Fazendas, que forão grandiosas feitas mattos; e na mesma forma terras de sementeira não por falta de gente, porque os pretos forros vivem pelos campos, e montanhas são innumeráveis, mas porque não querem trabalhar e vivem como gentios, furtando muitos o que os poucos trabalham e desta forma sempre vem a haver necessidade, pois os que fabricão nunca hé senão o que entendem lhe basta só para elles e os que paixão sem este trabalho, e vadio hé dobrado número e como os senhores das Fazendas e das terras estão hoje pobres e não tem escravos para fábrica dellas ficão perdidas e se fazem pastos de gados o que erão canaviaes e outras lavouras...”⁹⁵.

Quais são as razões do insucesso das tentativas de assalariamento postas em marcha pelos terratenentes? A nosso ver, duas ordens de razões explicam o boicote dos assalariáveis aos apelos dos terratenentes. A primeira é de natureza económica. Apesar de relativamente elevado, o salário oferecido não funciona eficazmente como um estímulo junto dos forros, fujões e homiziados. Isso deve-se ao facto de não haver um mercado minimamente desenvolvido de bens e serviços nas ilhas que permitiria aos assalariados adquirir bens considerados por eles como importantes. Vivendo num regime de subsistência, grande parte das necessidades dos “recrutados” ao trabalho assalariado era satisfeita pela autoprodução ou pela troca directa. Assim sendo, o atractivo do salário diminui grandemente. A segunda ordem de razões é de foro mais sociopolítico. Nas montanhas e terras marginais, os fujões e os forros criam um modo de vida camponês. Ainda que haja no seio da Sociologia diferentes conceptualizações em torno do que é o camponês, e aqui não é certamente o lugar indicado para entrarmos nesta questão, tomamos como úteis três parâmetros para definir o campesinato forjado em condições de dominância escravocrata: o acesso à terra (*de facto* ou *de jure*), a relação directa com o mercado (ainda que este seja exíguo) e, por fim, a autonomia na gestão do processo produtivo⁹⁶. Tendo em conta estes critérios pode dizer-se que a fuga para as montanhas tenha criado um amplo campesinato de origem escrava, cuja sobrevivência dependeu sempre da sua capacidade de defesa face à sociedade escravocrata dominante. Ora, este campesinato, do qual deriva a classe popular cabo-verdiana, segrega uma difusa ideologia igualitária, hostil à reconstituição dos processos de trabalho assentes na dependência hierárquica, como é o salariato.

A identidade social e cultural deste campesinato é construída tanto pela negação da sociedade escravocrata (ligada culturalmente ao Reino e à Costa da Guiné) como

⁹⁵ Idem, *ibidem*.

⁹⁶ Ver a este propósito Ciro Flamarion S. Cardoso, *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Editora Vozes, 1982.

pela recriação de uma cultura profundamente identificada com o espaço ecológico das ilhas. A nosso ver é este subproduto social, não assimilável pela sociedade escravocrata (inicialmente designada por ela de “vadios”, “brutos”, “selvagens”), que fornecerá o húmus da formação da futura identidade nacional cabo-verdiana.

A ruína da classe terratenente

A partir dos anos 80 de 1600, a classe terratenente passou a estar permanentemente submetida ao regime de exclusivo metropolitano. Este podia ter diferentes configurações. E teve. Contudo, daquela data em diante, o direito de compra da panaria, produção de maior valor comercial das ilhas, passava a ser exclusivo dos comerciantes portugueses. O desrespeito a esta determinação legal fazia incorrer o seu infractor em pena de morte. A penalidade deixa-nos ver claramente a importância atribuída pela Coroa à panaria cabo-verdiana⁹⁷. No transcurso do tempo, publicaram-se inúmeras leis do mesmo teor, concretamente em 1700, 1717, 1721 e 1723, reafirmando a interdição expressa de vender panaria aos comerciantes ingleses e franceses. As razões invocadas são tanto de natureza comercial como religiosa. Uma vez que os terratenentes das ilhas já não tinham capacidade de fazer armações próprias à Costa da Guiné, ficariam na prática sob a completa dependência dos mercadores reinóis de escravos. O exclusivo era um instrumento precioso da transferência de renda da classe agro-escravocrata local para a burguesia comercial metropolitana. Ele possibilitava a esta deprimir o preço da panaria e onerar o das mercadorias dadas em pagamento. Na verdade, era esta a principal via de exploração colonial⁹⁸. Aos agricultores, ao inverso, interessava um regime comercial aberto na medida em que o aumento da procura, induzida pela inclusão de estrangeiros, faria valorizar a oferta de panos. Instaurava-se, assim, um campo de luta. A burguesia reinol, representada pelo aparelho burocrático, batia-se pela imposição de exclusivo, ao passo que os agricultores locais lutavam desesperadamente pela abertura e pela liberalização do comércio externo.

Contudo, esta fonte potencial de lucros elevados, oferecida como privilégio político à classe mercantil do Reino, é subaproveitada por ela. A rigor, a exclusão de concorrentes estrangeiros não se converte por si só em lucros reais aos comerciantes portugueses. Seria preciso que estes tirassem partido dela. Ou seja, realizassem armações às ilhas, adquirissem grandes *stocks* de panos, investissem em armazenamento e na reexportação desta mercadoria para a Guiné, etc. A não ser esporadicamente, tal não foi feito, exceptuando, é claro, os curtos mas draconianos períodos da vigência das companhias⁹⁹. Por isso, bem vistas as coisas, o bloqueio à livre comer-

⁹⁷ O Alvará em forma de lei, que institui o exclusivo metropolitano da aquisição da panaria cabo-verdiana, foi publicado a 16 de Janeiro de 1687.

⁹⁸ Ver sobre este assunto: Novais, Fernando, *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial* (Séculos XVI-XVII), 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.

⁹⁹ Veja-se a este respeito o capítulo de Ilídio Baleno, neste volume, sobre o comércio, “Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão”.

cialização do pano cabo-verdiano acabava por não se traduzir em benefícios efectivos para ninguém. Mas nem por isso ele deixava de ser menos lesivo aos interesses locais. A consequência imediata do exclusivo é o não escoamento dos panos, uma vez que os estrangeiros não os podiam comprar e os portugueses, podendo, não estavam interessados ou se encontravam descapitalizados para o fazer. Conclusão: o sistema produtivo vai enfrentar o risco de paralisia. Esta situação conduzia a um processo de pauperização crescente dos agro-escravocratas. Em Janeiro de 1743, o governador João Zuzarte de Santa Maria, dando conta à Coroa do estado crítico da colónia e das reivindicações dos oficiais da Câmara da Ribeira Grande, de quem se sentia de certa forma porta-voz, escreveu no remate final da sua longa exposição que: "Pretende[m] os oficiais da Câmara, pelas razões referidas, e mais que alegam que Vossa Magestade seja servido levantar a proibição que há para se não fazer negócio com os estrangeiros com a panaria".

A suspensão do exclusivo torna-se para a classe terratenente uma questão de sobrevivência, mobilizando para este fim um número cada vez maior de pessoas. Não só em Santiago, onde os interesses agro-exportadores eram de longe superiores aos das restantes ilhas. Também na ilha do Fogo, as reivindicações e os protestos contra o exclusivo metropolitano se fizeram ouvir. A 30 de Julho de 1745, os oficiais da Câmara de São Filipe requereram ao rei a suspensão da proibição de venda da panaria aos estrangeiros, argumentando que este regime vinha arruinando a ilha e empobrecendo os seus habitantes. Segundo os subscritores deste documento, os moradores do Fogo só podiam conseguir bens de que necessitavam para o seu condigno sustento, comprando-os aos estrangeiros, isso porque "não vêm Navios Portugueses a negociar onde possa cada um comprar com que remir a sua necessidade". Por isso, escrevem: "Rogamos a Vossa Magestade queira como Pai dos seus vassallos permitir-nos que acontecendo vir a esta ilha algum navio estrangeiro possam os moradores dela negociar com elles, comprando-lhes o que lhes for preciso para remirem as suas necessidades a troco de panos, por ser o único dinheiro que há na terra". Em troca, mostraram-se dispostos a "... pagarem os direitos dobrados, que são sacenta reis por cada pano", argumentando que deste modo as vantagens seriam recíprocas: "... ficarão os moradores dela remediados e a Fazenda Real com aumento...". E o sistema, por seu turno, livrar-se-ia do espectro da paralisia, ou seja, caso fossem atendidos, os terratenentes "se animarão a fabricar mais panos, que o não fazem pela pouca ou nenhuma saída que têm eles por falta de quem lhos compre...".

Na verdade, o comércio português exíguo e fraco não disfrutava de facto do exclusivo que lhe fora concedido. Não realizava compras em quantidades capazes de escoar os *stocks* acumulados, facto que desestimulava os investimentos e desarticulava o sector. Ademais, as mercadorias que os comerciantes reinóis forneciam à colónia eram caras, poucas e imperfeitas. Com efeito, os produtores de panos estavam dispostos a tudo para pôr fim a esse monopólio. Inclusive, a pagar impostos dobrados. Aliás, passam a demonstrar à Coroa, numa clara estratégia persuasiva, de que o exclusivo, ao fazer baixar o nível da intensidade comercial, comprimia a massa colectável, gerando reflexos negativos nas receitas fiscais. Portanto, o regime comercial era, segundo esta linha de argumentação, lesivo também à Fazenda Real. Mas, apesar da multiplicação dos actos de protesto, a Coroa mostrava-se completa-

mente irredutível. A opção pelo exclusivo metropolitano tem razões profundas. Ela decorre dos fundamentos do mercantilismo e do Pacto Colonial, referenciais ideológicos do Estado absolutista. Outrossim, a vedação do acesso dos estrangeiros à panaria cabo-verdiana veio a revestir-se de dimensões religiosas. Mas há também razões práticas. O exclusivo tornava o pano artificialmente barato e acessível aos negreiros portugueses, quase sempre descapitalizados e mal apetrechados para enfrentarem a concorrência dos estrangeiros na Costa da Guiné. Portanto, este regime era em parte a condição da manutenção da participação portuguesa no comércio de escravos na região. Por isso, de nada valem os protestos. Apesar de por vezes sensíveis e permeáveis às reivindicações locais, os altos funcionários da colónia rejeitavam liminarmente, nos seus pareceres, a possibilidade de alguma concessão, mesmo que pequena, nesta matéria. Foi o caso do governador João Zuzarte de Santa Maria que, solicitado a pronunciar-se acerca do levantamento da proibição da venda de panos aos ingleses, requerido entretanto pelos agricultores de Santiago, escreveu o seguinte, a 2 de Janeiro de 1743: "... nesta parte lhe não deve diferir pelo assim ter determinado por repetidas ordens e os motivos considerados para essa proibição dos panos ainda são os mesmos para se não haver consentir porque faltando este género aos Navios portugueses que navegam para Cacheu cessará o comércio, e ficará sendo dos estrangeiros que irão com a roupa resgatar negraria ficando fora do gremio da Igreja o que por nenhum princípio se deve consentir"¹⁰⁰.

Se é certo que a contestação institucional está fadada ao fracasso, a verdade também é que os terratenentes vão lançar mão de outros procedimentos de atenuação, neutralização e mesmo negação dos efeitos advindos do exclusivo. Um desses procedimentos, talvez dos mais radicais, é o contrabando. A ilha de Santiago, como de resto as demais, tendo numerosos portos naturais, enseadas, baías de fácil acessibilidade, proporcionava condições ideais à prática do contrabando. Além disso, o Estado, sabiam-no bem os terratenentes, não tinha meios efectivos de controlo e fiscalização do território. Comummente estas tarefas estavam entregues à milícia local, na qual os latifundiários ocupavam geralmente cargos de coronel, capitão e sargentos-mores, facto que, evidentemente, debilitava a eficácia de qualquer acção repressiva passível de ser posta em acção pela Coroa. A 4 de Abril de 1740, o ouvidor-geral das ilhas informou o Reino que alguns capitães de navios ingleses andavam a negociar no Tarrafal e na Praia Formosa, sítios na costa leste de Santiago, e que ele, sabendo do facto, havia "mandado alguns oficiais àqueles sítios para evitarem o referido". Contudo, perante a reacção dos contrabandistas, "elles lhe atiraram com artilharia com balas e mais armas de fogo", nas palavras do magistrado, os oficiais com medo puseram-se em fuga. Presente-se mesmo das fontes oficiais que havia todo um conjunto de cumplicidades entre os membros das milícias, as populações e os comerciantes estrangeiros.

Ademais, muitos oficiais do exército miliciano encontravam-se eles próprios envolvidos na venda de panos e de urzela aos navios ingleses. Isso não só nos portos recônditos das ilhas mas também na própria vila da Praia de Santa Maria, o mais frequentado dos portos cabo-verdianos de então. O sistema de cumplicidades e

¹⁰⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 19, doc. 11.

solidariedades locais, colocado ao mais alto nível nos aparelhos repressivos, acoberta os contraventores. Neutraliza e sabota as directrizes metropolitanas. Torna-as incumpridas. Impotentes. Assim, testemunhou escandalizado o governador Luís António da Cunha d'Eça, a 24 de Janeiro de 1756, a completa não observância das determinações régias a propósito do exclusivo:

"Olhando com asombro as reais ordens de Vossa Magestade não o crera se não vira com os meus olhos, que se não executam as minhas que passo, em virtude das que Vossa Magestade recebo repetidas ao capitão mor da Villa da Praia Francisco Alvares de Almada para que tenha um vigilante cuidado nas ocasiões em que naquele porto se acham embarcações inglesas ancoradas que a elle não vem a outra couza, senão comprar panos para levarem para Guiné, e não só as executa senão é o primeiro contrabandista"¹⁰¹. Contudo, apesar do comportamento insubordinado do capitão-mor, filho de uma das principais e tradicionais famílias de Santiago, declarou o governador ser completamente impossível proceder judicialmente contra ele porque os moradores bloqueavam as informações e acobertavam-se uns aos outros. "Quando vão jurar", observou, "ainda que sejam inimigos capitais, como se mete de permeio as conveniências próprias todos juram falso, e todos vendem panos sem lhes poder vedar"¹⁰². Face a isso, Cunha d'Eça aconselhou a Coroa a levantar a proibição da venda de panos aos estrangeiros, argumentando que, pelo menos assim, a Fazenda Real ganharia nos direitos. Apesar da atitude irredutível do Reino, alimentaram esperanças de uma mudança até à instituição da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Com ela tudo mudou. A balança de luta entre os interesses pró-exclusivo e os a favor da liberalização guinda-se completamente para o lado daqueles. Inicia-se então o dobre de finados da classe dos agro-escravocratas, que havia dominado a sociedade durante quase três séculos.

Os terratenentes escravocratas e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão

A partir de 1757, com a instalação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão no arquipélago, o cerco montado pela burguesia reinol à classe terratenente cabo-verdiana, já então asfixiante, aperta-se ainda mais. Agora o exclusivo não é mais privilégio de todos os comerciantes portugueses mas tão-somente de uma companhia. Quer isto dizer que o leque dos parceiros externos se reduz drasticamente para os cabo-verdianos. Mais ainda: ele passa a ser centralmente administrado pela direcção da aludida companhia. Portanto, nem sequer os terratenentes podiam contar doravante com a competição interportuguesa. Depois, o exclusivo recaía agora não só sobre o pano e a urzela mas também sobre toda a relação comercial com o exterior. Na verdade, são amplas as prerrogativas atribuídas pelo rei à companhia¹⁰³.

¹⁰¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 26, doc. 6.

¹⁰² *Idem, ibidem*.

¹⁰³ Ver a este propósito António Carreira, "Cabo Verde e Guiné e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão" (Um documento inédito para a sua história), *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XXII, n.º 87 e 88, Bissau, 1967.

Mau grado a amplitude das prerrogativas recebidas, a acção da companhia em Cabo Verde restringe-se quase exclusivamente à intermediação comercial. Ela muito raramente investiu em mão-de-obra e na formação do capital fixo ou mesmo na gestão dos processos produtivos. Interessou-se apenas e exclusivamente pelas operações de compra, venda e transporte. Foi na esfera da circulação, e não na produção, que ela se centrou e criou mecanismos eficazes de apropriação da mais-valia. Inclusivamente, a companhia mostrava alguma indiferença por questões, em princípio essenciais, como as que se prendiam com o barateamento dos custos de produção. Ou seja, com a introdução de técnicas e formas de organização de trabalho que poupassem recursos e aumentassem os ganhos. O mundo da produção foi-lhe completamente estranho. Como compreender este comportamento, já que a continuidade dos seus lucros dependia necessariamente da reprodução do sistema produtivo cabo-verdiano, fornecedor de mercadorias que ela revendia no exterior?

A nosso ver, a explicação só pode ser encontrada na estratégia de intervenção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Munida de um privilégio de 20 anos apenas, ela não estava propensa a realizar investimentos fundiários cujo ciclo de retorno é, como se sabe, mais longo do que o puramente comercial. Ora, almejando lucros imediatos, com menos dispêndios possíveis, a estratégia da intervenção da companhia em Cabo Verde vai ser simples: vender o mais caro que puder e comprar o mais barato possível. É na diferença destas operações que se situava a dimensão dos ganhos da companhia e das perdas dos terratenentes. Entre as partes, o comércio é um jogo de soma zero. Se um ganha, o outro perde e vice-versa. Não há possibilidade, dada a estratégia de rapinagem adoptada pelo Reino, de enriquecimento simultâneo das partes. E o regime de exclusivo criava condições de modo a que os ganhos ficassem todos do lado da companhia e que do lado cabo-verdiano se situassem apenas as perdas equivalentes.

De facto, durante os 20 anos da sua vigência, a companhia impôs ao arquipélago mercadorias europeias caras, cotadas no limite das possibilidades de aquisição dos habitantes. Nas lojas, as únicas detentoras de oferta de manufacturas europeias, como tecidos, calçado, materiais de construção, livros, etc., os preços subiam incessantemente. Regista-se durante os referidos 20 anos uma forte inflação via importação, fenómeno deliberadamente provocado pela estratégia da companhia, por este meio, extrair mais-valia da colónia. Note-se, porém, que o mercado dos bens importados é vital à manutenção da classe terratenente. Era através dele que ela reproduzia a sua identidade de classe. O seu estilo de vida. A sua memória de descendente de linhagens de famílias nobres das ilhas. Por conseguinte, ela não se podia furtar a este tipo de consumo sem o perigo de desqualificação social. É nesta perspectiva que se devem compreender os numerosos protestos que ela emite contra os preços praticados pelos caixeiros da companhia.

Em consequência, os termos de troca entre a companhia e a classe terratenente local deterioraram-se em desfavor desta, poucos anos passados sobre a instalação da empresa pombalina em Cabo Verde. Os proprietários fundiários aperceberam-se rapidamente que, à medida que o tempo passava, tinham de fornecer mais dinheiro, panos e urzela para adquirir a mesma quantidade de bens importados da Europa. Em 1761, quatro anos após o estabelecimento da companhia, o ouvidor-geral e provedor

da Fazenda, Carlos José Souto Maior, fazendo-se de porta-voz dos interesses locais face ao Reino, escreveu: “Queicha geralmente este povo de que sendo exclusivo todo o comércio da Companhia se tenham alterado os preços de alguas fazendas, que se lhe vende a troco das suas manufacturas, e mais géneros que conservão no seu antigo e inalterável custo”¹⁰⁴. A razão deste mal era para o povo, segundo o ouvidor, clara: “porque não tendo liberdade de permutá-los com outrem se sujeitão a vendê-los à mesma Companhia com lezão do acrescimo que esta lhe vai augmentando nas ditas fazendas e mais géneros”¹⁰⁵.

Com o tempo, o fenómeno da inflação dos bens de origem europeia, vendidos em exclusivo pela companhia, longe de cessar ou diminuir, agrava-se. Ele ter-se-á mesmo abeirado do ponto de ruptura no ano de 1773, altura em que o próprio governador, Joaquim Saldanha Lobo, protestou contra “o aumento que em cada dia dão [os caixeiros da companhia] ao preço do que vendem, ao que, nem ainda a troco de panos já ninguém pode chegar”¹⁰⁶. Adicionalmente, o governador forneceu ao Reino uma pequena amostra da prática especulativa da companhia, o que para facilitar a consulta organizamos em quadro.

QUADRO 3

Mercadorias	Preço 1758-1765	1765-1773
Barril de arroba de biscoito	2\$000	8\$000
Frasco de ½ canada de vinho	\$300	\$400
Milheiro de Telha	10\$000	25\$000
Barricada de Cal	2\$100	13\$000
Vara de pano de Linho	\$400	\$600
Vara de Anagem	\$200	\$250
Libra de Pimenta	\$300	\$600
Táboa de Casquinha	\$500	1\$275
Táboa de Pinho da Terra	\$150	\$530
Dúzia de Ripas	\$350	1\$100
Outava de Retrós	\$066	\$120
Frasco de ½ canada de azeite	\$500	1\$000
Chapéu Grosso	\$600	\$750
Côvado de Tafetá	\$400	\$620
Côvado de Baeta	\$600	\$770
Vara de Esguião	\$800	1\$200
Côvado de Doroguet Encarnado	\$800	1\$000

Fonte: Conta dos preços das fazendas que se venderam na Administração da Companhia do Grão-Pará e Maranhão nas ilhas de Cabo Verde..., AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 33, doc. 11.

Aceitando os dados fornecidos pelo governador, os preços dos bens do cabaz aumentaram entre os dois períodos em avaliação cerca de 128,7 %. O que fica subentendido por detrás destes dados é a correlativa baixa dos preços dos géneros da terra, dados como meio de pagamento.

¹⁰⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 27, doc. 18.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁶ Ofício datado de 22 de Maio de 1773, dirigido ao secretário de Estado Martinho de Mello e Castro, AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 33, doc. 11.

A política especulativa da companhia não se confinava às mercadorias provenientes da Europa. Ela detinha, igualmente, o exclusivo de comercialização, nas ilhas, de produtos de origem africana. Dentre estes, destacamos pela sua importância o escravo. Fracassadas que foram as várias tentativas de obtenção de uma fonte interna alternativa e mais barata de recrutamento de mão-de-obra, que passava, como vimos, pelo assalariamento dos forros e fujões, os terratenentes ficaram na total dependência dos abastecedores externos de escravos. Sendo a companhia, em razão das prerrogativas contidas na sua criação, a única empresa com capacidade legal de fornecer escravos aos terratenentes, ela não deixou de encarar esta faculdade como um meio e mais uma oportunidade de extorsão. As sugestivas ideias de fomento, que deveriam implicar uma política de fornecimento de factores produtivos a baixo preço, foram completamente ignoradas. Antes de mais, porque a companhia, solicitada por mercados mais vastos e mais remuneradores, como os do Pará e do Maranhão, subalternizou e descurou a introdução de escravos em Cabo Verde. E dos poucos que ela vendeu no arquipélago, fê-lo a preços exorbitantes. Durante os 20 anos da sua vigência, os agricultores vão enfrentar a tendência altista do custo da força de trabalho.

Mas convém reflectirmos um pouco sobre o alcance e o significado desta política. O escravo era o factor de produção fundamental da agricultura exportadora. Sem ele, não havia produção possível. O abastecimento à colónia de cativos constituía, com efeito, a condição número um para assegurar a continuidade da produção de panos e de outros bens exportáveis. Quem pretendesse a segunda, deveria cuidar da primeira. Ou seja, na medida em que a companhia praticava a política da venda do escravo caro, ela punha em causa a obtenção de panos de algodão, vital aos seus interesses mercantis. A política de ganhos especulativos na venda de escravos podia levar à rotura do sistema produtivo, acabando assim por prejudicar em retroacção a própria companhia que a havia engendrado. Um acto a prazo suicidário. Aliás, várias foram as vozes que alertaram para a virtualidade mortal desta política. O ouvidor-geral e provedor da Fazenda, Carlos José Souto Maior, na sua mencionada carta, advertiu as autoridades, fazendo eco das preocupações dos lavradores, para o seguinte:

“Queicha-se também de que pelo mesmo de ser exclusivo o comércio da companhia respectivamente à compra dos escravos, decairá forçosamente a agricultura dos ditos algodões, fábricas e mais lavoira das terras; porque sendo muito numerosas as pessoas livres, que podião aplicar-se ao trabalho, nenhuma se sujeita a elle por jornal, querendo antes viver com suma inopia pela inacção, que em todos predomina: ficando por este respeito os Lavradores mais ricos obrigados a agricultar as suas terras com os seus escravos somente, e vindo estes a falecer pelo decurso do tempo futuro não haverá quem continue a agricultura indispensavelmente precisa para a subsistência dos Povos, conservação e aumento”¹⁰⁷.

Não nos cansamos de sublinhar o facto de o escravo constituir um factor de produção que tem de ser constantemente renovado, em razão das tendências à sua

¹⁰⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 27, doc. 18.

diminuição provocadas pelas fomes cíclicas, alforrias, fugas, envelhecimento, etc. Contudo, devido à política do pano artificialmente barato, promovida pela companhia, os terratenentes não ficavam com recursos suficientes para financiar a renovação dos seus plantéis. Mas se não o fizessem, não era possível, a breve trecho, manter a produção e a venda de panos, pelo menos nos mesmos níveis quantitativos. Para que a companhia prosseguisse a compra de panos baratos, vitais à aquisição de escravos na Costa da Guiné, escravos esses que depois revendia com avultado lucro no Pará e no Maranhão, alguém teria de subsidiar os moradores na obtenção da força de trabalho. Ou seja, alguma entidade deveria assumir os custos de reprodução não passíveis de serem suportados pelos agricultores devido à depressão dos preços das suas mercadorias. Se eles não tinham fundos próprios, então deviam recorrer a quem os tivesse. Por isso, sugeriu o ouvidor Souto Maior, na carta aludida, que a companhia devesse tomar medidas especiais como, por exemplo, a de avançar recursos, a fim de facilitar a aquisição de escravos por agricultores empobrecidos. A este propósito afirmou: "... não tendo possibilidade para comprá-los [escravos] por este modo, se venderia a cada 3 ou 4 Lavradores um escravo fiado com obrigação de aplicá-lo a plantar algodoeiro e agricultar as terras frutíferas para do seu produto satisfazerem o custo delles..."¹⁰⁸.

A companhia devia avançar recursos em escravos para que a produção se pudesse efectuar mesmo que nas novas condições resultantes do monopólio. Sem estes adiantamentos, o sistema produtivo não funcionava. Mas, ainda assim, a política monopolista, muito interessada nos lucros imediatos, não atendeu a estes apelos. Ao invés disso, explorou os agricultores até pôr em perigo a própria continuidade do processo produtivo. A 26 de Junho de 1771, o governador Saldanha Lobo, em carta dirigida a Martinho Melo e Castro, expôs a situação de falência iminente em que se encontrava a agricultura escravocrata-mercantil. Descreveu nos termos seguintes o panorama: "Devo também representar à V. Excia que nesta ilha está quase extinto o algodão que chegam já a comprar algum que aqui necessitam para fabricarem do que vem das ilhas, e até disso mesmo já estão muitos deixados, quando era negócio forte desta ilha, e inquirindo eu de alguns destes moradores a causa disto, em tanto prejuizo seu e da Real Fazenda, alegam que se acham pobríssimos com grande grande falta de escravos para a cultura e sem meios de alguns os poderem haver, na falta do comércio e ainda que a companhia os trouxesse por esse, lhes ficam custando em dobro"¹⁰⁹.

A fome, em consequência de anos de seca, iniciada em 1773, fez reduzir drasticamente o nível da produção do algodão. Sem esta matéria-prima, o fabrico de panos, tão essencial à companhia, estava profundamente comprometido. Por conseguinte, vai ser ela a encarregar-se do abastecimento da matéria-prima às unidades produtivas. Comprando algodão nas ilhas do Barlavento ou mesmo no Maranhão, a companhia vendia-o depois a preços elevados aos terratenentes de Santiago. Abria-se assim mais uma via de dependência. De submissão e de exacção. Em carta de 20 de Março de 1776, o governador Joaquim Saldanha Lobo denunciou a prática levada a cabo pelos administradores da companhia, de maneira inequívoca e contundente.

¹⁰⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 27, doc. 18.

¹⁰⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 32, doc. 14.

Assim, declarou: “É igualmente necessário ordenar a mesma companhia aos seus Administradores que mande vir os algodões das ilhas de Barlavento para esta capital e para a do Fogo e que o vendam por preço mais racionável e proporcionado à suma pobreza, a que presentemente estão reduzidos estes miseráveis habitantes, e não como eles o vendem a dez tostóis a arroba com o caroço porque comprando-o os moradores por esse preço para o descarregar, fiar, tingir e tecer e para depois vender à mesma companhia, por fazendas que tão bem lhe dá com excessivo preço não lhes fica resultando conveniência alguma do seu trabalho; principalmente com a diminuição de preços a que os ditos Administradores tem reduzido o valor dos panos, alterando o costume nas condições da qualidade e assim ficam sendo inteiramente escravos da companhia os que obrigados da necessidade o fazem”¹¹⁰.

O controlo pelo capital mercantil monopolista dos *inputs* produtivos – matéria-prima e mão-de-obra – e depois das condições de comercialização dos *outputs* deu-lhe a possibilidade real de subordinar completamente os agro-escravocratas. Sendo a companhia quem fornecia escravos, algodão, bens alimentares aos agricultores, para depois lhes adquirir o pano, era, naturalmente, quem ditava a seu bel-prazer as regras. E estas eram simples: ganhar o máximo e em tudo. Aos agricultores não havia como escapar a elas. Daí não ser grande o exagero do governador ao afirmar que naquelas condições os terratenentes de Santiago e do Fogo não constituíam mais do que “escravos da companhia”. Estes haviam perdido já todo o controlo sobre as vias de aquisição de factores de produção, com excepção da terra, como também lhes escapavam completamente os mecanismos de determinação dos preços dos seus produtos. Apenas dirigiam, e mesmo isso com cada vez menor liberdade e espaço de manobra, o trabalho no interior das suas fazendas. Na verdade, estas haviam-se transformado já em unidades produtivas semiautónomas. A companhia dominava-as indirectamente. Ela não via, de resto, qualquer vantagem em arcar directamente com os custos e encargos de gestão e organização do processo produtivo. Deixava aos agricultores a gestão das técnicas de produção, dos métodos de organização do trabalho e das tensões laborais. É na esfera da circulação que o excedente é apropriado e desviado para o Reino.

A conjuntura que mais contribui para precipitar a ruína da classe dos agro-escravocratas foi a fome de 1773-1775. Esta fome aumentou o ritmo da descapitalização da economia agrária e facilitou a sua submissão ao capital mercantil metropolitano. Fê-lo pelo menos por duas vias: a do aprofundamento da desescravização, por um lado, e, por outro, a do agravamento dos termos de troca. Vejamos. A estiagem prolongada reduziu as formas de auto-sustento criadas pelos escravos no seio da fazenda. Referimo-nos à conhecida brecha camponesa, fenómeno bastante estudado pela historiografia dedicada às sociedades escravocratas. Reduziu igualmente as disponibilidades alimentares dos senhores. Por isso, ela converteu-se em fome generalizada, vitimando uma parte apreciável da população escrava. Recordemos o testemunho do governador Saldanha Lobo, dado em 1776, como que num balanço do que fora a fome. Observou que dos escravos “dos que havia, morreram a maior parte

¹¹⁰ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 35, doc. 11.

com a fome". O défice de mão-de-obra atingiu níveis críticos. Para os senhores a solução menos penosa, face à iminência da fome, era a venda da parte dos seus escravos. Assim, perdia-se o escravo mas não a capacidade de o reaver, ou melhor de o substituir. Contudo, esta não deixou de ser uma solução problemática e sem as virtualidades revitalizadoras esperadas. Primeiro, porque dado o estado generalizado da crise, todos os agro-mercadores tornaram-se vendedores de escravos. A oferta aumentou e a procura interna reduziu-se, por razões óbvias, a zero. A única saída fora a venda de escravos para o exterior. Segundo, atendendo ao crescimento brusco e repentino da oferta, o preço de venda dos escravos caiu. Estes foram vendidos ao desbarato a troco de alimentos sobrecoitados. Estamos já perante a deterioração dos termos de troca. O governador, vendo o perigo da economia agro-escravocrata atingir com a fome um ponto de não-retorno, tentou por todas as formas obstar os termos deste comércio pauperizador. Na verdade, tratava-se de uma contradição dilacerante: apesar da grande necessidade interna de escravos, a economia agrária, em razão dos constrangimentos conjunturais, encontrava-se compelida a desfazer-se deles. Não havia nada a fazer. Se é certo que o governador se viu obrigado a aceitar a venda de escravos, mesmo que aos comerciantes estrangeiros, a verdade, porém, é que ele tentou ao menos regrá-la. Torná-la o menos penalizante possível de modo a que, passada a crise, a economia agrária não ficasse tão descapitalizada a ponto de não ter condições de compensar o défice de mão-de-obra. Foi o seu objectivo. A 27 de Julho de 1774, Joaquim Saldanha Lobo, a contragosto, publica um bando cuja intenção é permitir a venda de escravos. Afirma o governador que "todas as pessoas desta ilha que possuem escravos e aos que pela presente ocasião de fome os comprem para o negócio, que, posto não estar em uzo a extraírem da ilha, nem ser conveniente por serem poucos para a sua cultura, com tudo atendendo-se na sobredita necessidade e a serem alguns dos sobreditos escravos por sua condição e costumes actualmente inúteis a seus senhores e a terra, se tem permitido poderem-se vender semelhantes aos Francezes..."¹¹¹.

Dado o grande desequilíbrio de forças entre os agro-escravocratas e os comerciantes externos, as relações de comércio tendiam a ser penalizantes aos primeiros. É isso que Saldanha Lobo tenta minorar, instituindo tabelamentos. Escravos lotados, determina o governador, deviam ser vendidos por cento e quarenta patacas, as escravas da mesma qualidade por cento e quinze e os mascavados, isto é, escravos de menos valor, ficavam sujeitos à avaliação da alfândega¹¹². Apesar de estes artifícios administrativos, tendentes a atenuar a exploração comercial dos agricultores, propiciada pela seca, serem bem intencionados, não conseguem efectivamente pôr a classe terratenente local, a salvo da voracidade dos grupos mercantis. O escravo acaba por ter de ser vendido a baixo preço. O valor dado em contrapartida não assegura a sua reaquisição, passada a seca. Neste aspecto, a seca representa uma conjuntura de desescravização acelerada. Um outro mecanismo que contribui para que assim seja é, por vezes, o comportamento dos próprios escravocratas. Perante o prolongamento de uma estiagem, não tendo oportunidade de vender os seus cativos,

¹¹¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 33, doc. 54.

¹¹² *Idem, ibidem*.

muitos escravocratas abandonavam-nos pura e simplesmente, evitando, ao menos, os gastos com a manutenção deles. Seja pela venda ao desbarato seja pela alforria forçada ou pelo abandono, o certo é que após a seca de 1773 a 1775 se torna profundamente deficitária, face às necessidades de mão-de-obra despoletadas pelo regresso das chuvas, a oferta de trabalho escravo existente. Saldanha Lobo constata-a inequivocamente. Recordemos: "O que mais se necessita nesta ilha", escreve o governador, "é de escravos boçais de Guiné, porque dos que havia, morreram a maior parte com a fome e outros se venderam pela mesma causa"¹¹³.

Outro mecanismo de empobrecimento da classe terratenente, que as secas põem em acção, é o que se pode chamar de confrontos de classe. Acoissados pela fome, as franjas pobres do campesinato libertam-se das amarras da ordem social vigente e desenvolvem, como os escravos fujões, uma intensa campanha de pilhagem contra aqueles que detêm terras de regadio, hortas e casas assobradadas. Numa carta dirigida ao marquês de Pombal, Saldanha Lobo escreve que "na presente esterilidade acreceu um sem número de salteadores, roubando toda a qualidade de gado, cavalgadas, arrombando casas, furtando nas ortas, até chegarem a arrancar as plantas, raivosos de não acharem frutos e logo se seguiu porem fogo às casas..."¹¹⁴. A seca exacerba o conflito de classe. Leva-o ao extremo do confronto directo e violento. Imagens muito semelhantes foram igualmente registadas pelo ouvidor-geral das ilhas, João Gomes Ferreira. Afirma o ouvidor que, no auge da estiagem, houve "muitos furtos e ainda roubos pelos caminhos e pelas hortas, e fazendas de regadio, para matarem a mesma fome; e algumas mortes por essa causa de parte a parte; e tornando-se por isso a costumar os vadios a andar armados..."¹¹⁵. Dentre os vários grupos de homens armados, que semearam o pânico entre os morgados de Santiago durante os anos de 1773 a 1776, destaca-se o do lendário Matias Pereira, homem forro, originário da freguesia de S. Miguel. Em Janeiro de 1775, por constar ao governador que "no interior desta ilha andam alguns bandos de salteadores armados, principalmente o de que é cabeça um Matias Pereira, da freguesia de S. Miguel, cometendo os maiores insultos de morte, roubos graves e outros atrocíssimos delictos..."¹¹⁶, instruiu o coronel José Maria Cardoso que procedesse à prisão do referido bando e que caso este opusesse uma "tam forte resistência", então o coronel deveria executar "a deligência a todo o risco"¹¹⁷. Ainda que se revestindo de carácter conjuntural, estas violentas manifestações de conflito de classe engendram efeitos que se projectam sobre o porvir. Passada a seca, os terratenentes ficaram com os seus bens e terras danificados. A retoma implica gastos acrescidos na reabilitação de infra-estruturas, agora inacessíveis aos agricultores.

Atacada pelo topo (Coroa e companhia) e pela base (forros e escravos fugidos), a classe terratenente santiaguense não tem condições de se reerguer após a seca de 1773 a 1776. Por causa da política de exclusivo comercial da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e da resistência dos forros em se deixarem assalariar, agravada

¹¹³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 35, doc. 11.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹¹⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 33, doc. 46.

¹¹⁶ Idem, doc. 54.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*.

ainda pela guerra aberta destes contra as fazendas nos anos de seca, os terratenentes estão profundamente descapitalizados. Faltam-lhes escravos, sementes, algodão, teares e dinheiro. Pior ainda: estão profundamente endividados. A maior entidade credora é a companhia que, estribada nas suas prerrogativas monopolistas, deprimiu os preços locais e especulou nos dos produtos importados. Em 1777, perante a iminência da não renovação do exclusivo à companhia e, portanto, à consequente execução das dívidas de que esta era portadora, o pânico instala-se entre os agricultores. A 24 de Abril de 1778, a Câmara da Ribeira Grande escreve que “ficaram estes pobres moradores empenhadíssimos na companhia, por terem tomado o mantimento fiado” e que por isso com a extinção dela, ocorrida em 1777, “se espera que os administradores da dita companhia mandem executar a todos”. E, desta sorte, acrescentam: “havemos de chegar ao lastimoso estado de miséria, por não meios para a satisfação”. Numa outra representação ao rei, datada do mesmo ano, advogam os oficiais da câmara a impossibilidade de os agricultores pagarem à companhia “de um jacto ... o que lhes estão devendo” e também a inconveniência de darem como meio de pagamento os escravos que lhes tinham restado, sem que isso constituísse a paralisação total da actividade produtiva, uma vez que, como já haviam dito bastas vezes, os forros se recusavam a trabalhar à jorna. Por isso, suplicam ao rei que lhes conceda “a graça de uma moratória por tempo de dez anos com a condição de que no fim de cada um delles se pague a mesma companhia de dez por cento das suas dívidas, porque assim viriam ellas a extinguir-se com suavidade no referido termo”¹¹⁸.

Todavia, apesar das boas intenções expressas, os terratenentes encontram-se longe de poder saldar as suas dívidas para com a companhia, mesmo nos termos propostos por eles. Para que tal fosse possível, alguém teria de avançar recursos, de modo a financiar a reabilitação das infra-estruturas, a reaquisição de escravos, a reconstituição dos *stocks* de algodão e de sementes, enfim, um verdadeiro programa de recapitalização e de relançamento. A Coroa, a entidade que poderia servir de alavanca, não está disposta a sê-lo. Deve dizer-se, no entanto, que a companhia não era a única entidade credora dos agro-escravocratas. A Santa Casa da Misericórdia, a mais antiga confraria do arquipélago, era outra. Em 1787, o montante da dívida dos agricultores para com esta instituição é de tal modo avultado que chega a comprometer o funcionamento da confraria. Perante a não satisfação pelos agricultores das rendas, juros e foros devidos à Santa Casa, esta ordena que se faça “penhora e corporal apreensão” nos bens das pessoas devedoras. Entre elas encontram-se os maiores terratenentes da ilha, herdeiros dos grandes patrimónios fundiários, alguns deles constituídos ainda no século XVI. Citemos, a título de exemplo, os nomes do coronel João Freire de Andrade, o do sargento-mor João de Spínola e do igualmente sargento-mor Cândido de Almeida, etc.

As razões deste endividamento prendem-se com as características institucionais do regime fundiário implantado em Santiago e no Fogo, desde a descoberta. Grande parte das terras aráveis destas ilhas encontrava-se sob o instituto vincular o que quer dizer que os patrimónios fundiários não eram desmembráveis (nem por venda, partilha ou doação) e que sobre eles recaía um conjunto de despesas pias (esmolas aos pobres,

¹¹⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, caixa 37, doc. 41.

missas por honra da memória dos instituidores e seus familiares) de carácter obrigatório para os administradores. Estas características institucionais contribuíram para a desadaptação da agricultura à lógica de mercado. Isso de duas formas. Em primeiro lugar, é preciso realçar que toda a agricultura exposta ao mercado se encontra perante a dinâmica de falências e sucessos, empobrecimentos e enriquecimentos de agentes. Ora, não sendo a terra um bem livremente alienável, como prescrevia o morgadio, ela não podia passar das mãos de sectores falidos para as dos agentes em ascensão. O imperativo da inalienabilidade impede a capitalização dos patrimónios fundiários à custa da transferência da propriedade. Em segundo lugar, as obrigações pias capturavam parte substancial das receitas, que poderiam ser reinvestidas quer no aumento da produção quer no da produtividade, através de melhorias tecnológicas. À medida que as condições comerciais se vão agravando, não podendo os agricultores reconfigurar o seu património, vendendo-o em parte, diminuindo o volume das despesas pias feitas com a Santa Casa, com as demais confrarias, com os pobres, etc., o endividamento surge como a única solução possível de compatibilizar a inserção no mercado, por um lado, e o instituto vincular, por outro. Trata-se de um tipo de endividamento que podemos considerar de estrutural. A única maneira de se lhe escapar era pela reforma do instituto vincular, mau grado o seu profundo enraizamento na cultura local. Mas a crise da dívida, despoletando o espectro de uma ampla execução, incita a comportamentos inovadores.

Em Julho de 1784, perante o incomportável peso dos encargos pios sobre uma estrutura agrária em perda acelerada de pujança mercantil, os administradores dos principais vínculos de Santiago endereçam à rainha D. Maria I uma súplica, cujos termos são os seguintes: “Dizem os moradores da ilha de Santiago de Cabo Verde abaixo assignados que sendo os suplicantes administradores de vários vínculos, que os instituidores delles gravaram com excessivos encargos se acham os mesmos suplicantes por causa das grandes estirilidades, que padeceram os anos pretéritos, reduzidos a maior indigência e impossibilitados a dar cumprimento aos ditos encargos, que são tão onerosos, que se presentemente lhes fossem vendidos apenas de que compõem os referidos vínculos certamente não chegaria o seu produto para o inteiro cumprimento dos mesmos encargos”¹¹⁹. Mediante isso, requerem da rainha a aplicação em Cabo Verde do parágrafo 19 da Lei de 9 de Setembro de 1769, mandada publicar pelo marquês de Pombal, que fazia reduzir os encargos pios à décima parte do rendimento dos bens vinculados. É curioso notar que vão ser exactamente os administradores das capelas e morgadios que pressionam a rainha para uma reforma do instituto vincular. Face ao aperto das condições económicas, os administradores virão mais tarde a propor a própria abolição dos vínculos. Ainda que tal não venha a suceder, a sua simples formulação é já indicador seguro do processo de desgaste a que estava sujeita a terratenência escravocrata de Santiago.

Enredadas nas teias do endividamento, asfixiadas pela falta de escravos, inviabilizadas pelas resistências ao assalariamento e profundamente fustigadas pelas secas, as fazendas agro-escravocratas viradas para a exportação, inventadas aqui, antes de serem levadas e difundidas nas Antilhas e Américas, sucumbem precocemente.

¹¹⁹ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, caixa 42, doc. 31.

A ADMINISTRAÇÃO DAS ILHAS DE CABO VERDE PÓS-UNIÃO IBÉRICA: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Zelinda Cohen

Introdução

Ponto assente e passível de demonstrar sem maiores dificuldades parece ser o de que toda a administração, qualquer que seja ela, em âmbito, tempo, espaço ou extensão, será sempre marcada por um conjunto de ideais sociopolíticos, os quais, por sua vez, pelo movimento dialéctico de assimilação e de projecção institucional, serão também expressos, estes ideais, na ordem ditada por seu intermédio. Assim, como em muitos outros aspectos da realidade histórica, na administração também se podem observar valores específicos, por vezes, até, já em fase descendente ou em combinação com outros que haverão de os substituir, mas que, em todos os casos, a enformam e condicionam, imprimindo feição à gestão da coisa pública. Pensar a administração sem ter em conta esses valores ou os critérios norteadores das escolhas em cada momento, interpretar as ocorrências ou factos administrativos e, ainda, as leis ou as normas que as implementam, ignorando o que se encontra por detrás da cortina que separa os actos da intenção ou dos objectivos menos evidentes que os motivam e justificam, é penetrar superficialmente neste campo tão pouco explorado nesta sua dimensão mais subjectiva.

O nosso esforço, aqui, caminhará, em primeiro lugar, no sentido de trabalhar, ainda a um nível muito reduzido, é certo, alguns aspectos desta dimensão ausente em quase todos os estudos sobre a administração em Cabo Verde. A opção por esta via, a que envereda pelo descortinamento de algumas das lógicas, mesmo que pontuais, presentes nas instituições em vigor, constitui para nós um instrumental importante para o entendimento de muitas ocorrências no campo administrativo. Encarámo-la, por isso, como uma mais-valia irrenunciável, mesmo em se tratando de estudos de síntese e generalistas como deste se espera. Nesta ordem de valores é que passamos um certo número de páginas a tentar demarcar, em algumas das suas características, o universo, no qual o quadro de oficiais da administração implantado para Cabo Verde se move. Debruçamo-nos sobre os critérios e pressupostos tidos no recrutamento dos

funcionários da administração e, assim mesmo, sobre as vias institucionais válidas na época para a reprodução e manutenção do modelo proposto. Vimos vários processos e com a documentação pertinente em mãos avançamos, em alguns momentos, para o perfil perseguido para certas funções, nomeadamente as mais elevadas, e em outros, para as possibilidades de resposta do meio aos quesitos proclamados. Tentámos pôr em confronto a ordem ditada pelo centro com a realidade resistente do nosso espaço periférico; o ideal, com o conseguido. Tentámos também esboçar, do ponto de vista dos candidatos reinóis aos cargos administrativos em Cabo Verde, os factores que podiam ser catalogados como de atracção e de repulsão para aqueles postos; examinámos a questão da interinidade no caso dos postos mais elevados.

A par disto, e caracterizando-a como outra preocupação do capítulo, muito diversa da anterior, deslocámos o foco da nossa análise para o interior do arquipélago. Para a iluminação do todo insular, em termos da sua administração, fixámo-nos no percurso dos núcleos cabo-verdianos menos considerados pela economia internacional e cuja reversão para a Coroa deu-se mais tardiamente. Afora as de Santiago e do Fogo, estas outras ilhas, inclusive as que mereceram até bem tarde ser chamadas genericamente de "Desertas"¹, no século XVIII, do ponto de vista administrativo, já começam a ser consideradas como realidades menos distantes e passíveis de serem melhor conhecidas e controladas pelos centros periférico e metropolitano. Investimos, particularmente, na recuperação das suas histórias institucionais, mesmo as dos tempos mais recuados, uma vez que até agora estes espaços têm sido os mais relegados pela nossa historiografia.

Os homens da administração régia

O provimento

O processo, os procedimentos e as entidades provedoras

Nos longínquos anos vinte do século XVI, Álvaro Rodrigues, escrivão do almoxarifado da então vila da Ribeira Grande, mas que também servira, interinamente, o cargo de almoxarife do mesmo órgão, viu-se acusado de uma série de "erros" que se dizia ter praticado no exercício de ambos os ofícios. No leque das irregularidades que então se lhe imputavam e que haviam de redundar, salvo provado o contrário, na destituição do ofício de que era possuidor, alegava-se em primeiro lugar o facto de "que a carta do dito ofício não tinha nas costas asento como lhe fora dado juramento pelo escrivão da chancelaria segundo costume e regimento"². O exemplo

¹ "Desertas", como se sabe, é o nome pelo qual ficou conhecido o subconjunto de ilhas cabo-verdeanas de povoamento mais recente. Formado pelos núcleos de São Vicente, Sal, Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso, mantiveram-se praticamente inabitadas (mau grado algumas tentativas frustradas de povoamento da primeira delas), até inícios do século XIX. Cf. António Leão Correia e Silva, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, Coleção "Documentos para a História de Cabo Verde", Centro Cultural Português, Praia / Mindelo, 2000, cap. I.

² ANTT, *Chanc. D. João III*, L.º 47, fl. 132, in HGCY-CD, vol. I, doc. 116, 14 de Novembro de 1520.

acha-se recuado no tempo, mas não no seu conteúdo prático e simbólico, permanente nos séculos vindouros.

O juramento aos *Santos Evangelhos*, seguido do respectivo registo comprovativo, posto no verso da carta de nomeação dos diferentes oficiais e encarregados, constituía-se, na verdade, no primeiro procedimento de importância e que devia expressar a submissão do novo agente à organização a que doravante passava a pertencer. Como tal, a sua não efectivação, parcial ou totalmente, era apontada como uma falta grave e que podia pôr em causa a validade do provimento. Não será, por isso, por acaso, levarem todas as cartas de ofício, a título de arrematamento dos seus termos, a indicação de que o sujeito em questão já havia jurado na chancelaria régia, nela juraria ou, então, que antes de ser metido em posse, a autoridade local indicada deveria dar-lhe, primeiro, o juramento dos *Santos Evangelhos*³. Mesmo aos governadores e capitães-mores instituídos, que antes disto até tinham de prestar *preito e homenagem* a *el-rei* pela capitania que haviam de governar, a todo o tempo estipulado e com toda a fidelidade e subordinação requeridas, não era dado dispensar o mesmo juramento, exigido como acto sequente ao da afirmação do pacto e que vinha reforçar ainda mais o compromisso de obediência ao monarca⁴.

De registo obrigatório, significando uma espécie de "rito de passagem" para o estado de oficial ou encarregado régio, o juramento, precedido ou não do *preito e homenagem* a que os agentes com postos de governança haviam de prestar, pode ser perspectivado como a primeira das cláusulas contratuais a ser acatada pelo novo oficial. Eivado da grande carga simbólica que encerra, constituía-se no preciso acto em que o sujeito, admitido pela organização, selava o seu compromisso para com a salvaguarda do real serviço e direito do *povo*. Na sua forma mais comum ou, ao menos, naquela que se mostrou mais adequada aos providos para os ofícios em Cabo Verde, aparece nos documentos de nomeação, salvo uma ou outra alteração ligeira, nos seguintes termos: [...] e fulano de tal "jurou em a nossa Chancelaria aos Santos Evangelhos que bem e direitoamente use e obre do dito ofício, guardando a nós nosso serviço e ao povo seu direito"⁵.

Já neste primeiro nível de exigência para com o novo integrante da organização, fundado no importante valor social do cristianismo, é possível apontar para um quesito, em qualquer dos casos não dispensado a nenhum oficial e que, por isso mesmo, há-de ser utilizado para a exclusão ou inibição da candidatura dos sujeitos que não se mostrassem conformes. Ser cristão era, de facto, a condição que enchia de sentido o juramento de admissão proposto sobre o *Livro Santo*, logo, uma "opção" religiosa a ser comungada por todos os integrantes do quadro. Tratava-se, de facto, de uma qualidade básica e essencial e que devia estar sempre na linha de conta das instituições provedoras na altura do preenchimento das vagas dos ofícios e cargos criados para Cabo Verde.

³ Cf. Zelinda Cohen, *Controle e Resistência no Quadro do Funcionalismo Régio Insular*, Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 109.

⁴ V. Carta de Capitania de Cabo Verde a Duarte Lobo da Gama (7 de Agosto de 1587) (ANTT, *Chanc. Filipe I*, L.º 17, fl. 152) in Padre António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964, pp.151-152.

⁵ Zelinda Cohen, *Controle e Resistência no Quadro do Funcionalismo Régio Insular*, p. 109.

No período pós-Restauração, a par do monarca, que é quem em última instância continuava a ter a palavra final nos provimentos, o organismo a que se debitou maior responsabilidade na matéria foi o *Conselho Ultramarino*. Criado no ano de 1643, um pouco sob a inspiração do efêmero Conselho da Índia (1604-1614), em cujas atribuições também constou a de propor ao rei a nomeação das autoridades e oficiais para o ultramar⁶, o novo conselho, no qual se fizeram concentrar todas as questões relativas às possessões portuguesas⁷, vinha dotado daquela mesma faculdade que o constituía no tribunal examinador de todos os concorrentes aos diversos cargos e ofícios para as colónias. Incumbido, portanto, do recrutamento e da apreciação dos candidatos às vagas então surgidas, o mesmo se mantinha como a instância competente para avaliar as condições dos pretendentes e emitir parecer, segundo o qual o rei procedia às escolhas. Mediante a decisão real, o conselho, então, concluía o processo, expedindo todos os papéis necessários ao provimento dos oficiais⁸. Neste sentido, ficava assim estabelecido no capítulo 2º do seu regimento: "e por este mesmo Conselho Ultramarino se me consultará o provimento de todos os oficiais de Justiça, Guerra e Fazenda; e passarão as cartas e Provisões que deles se houverem de fazer, e as Patentes e despachos, que houverem de levar os Vice Reis, Governadores e Capitães, que para as ditas partes forem providos"⁹.

Quando da vaga dos postos ou da aproximação do fim dos mandatos dos oficiais em exercício, o *Conselho* punha editais (por quinze dias ou mais) solicitando aos opositores ao lugar que apresentassem os seus papéis. Estes, então, eram analisados e sumariados pelos conselheiros que sugeriam, por ordem (e com destaque aos três primeiros), os sujeitos mais indicados para a função. Havendo, entre os opositores, algum natural ou que morasse em Cabo Verde, a avaliação individual, levada a efeito por este conselho, considerava, para além do mais, as referências do governador e/ou do ouvidor-geral locais, a quem ordinariamente se pedia que atestassem a fidedignidade dos papéis apresentados por estes concorrentes e, ainda, que se pronunciassem acerca das aptidões, serviços e capacidades de cada um deles. Assim, os candidatos "da terra" também eram avaliados pelos examinadores, segundo a opinião e parecer das maiores autoridades régias existentes nas ilhas.

O rei, que ordinariamente acatava a proposta final do *Conselho*, optando pelo primeiro sujeito inscrito na sua lista, teria a faculdade, no entanto, de proceder de modo diverso. Poderia, por exemplo, escolher qualquer um dos outros candidatos indicados ou, simplesmente, escusar a proposição deste tribunal e decidir-se por um novo indivíduo para o preenchimento do lugar. Mas esta última atitude, longe de

⁶ Cf. Marcello Caetano, *O Conselho Ultramarino – Esboço da sua história*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1967, pp. 31-32.

⁷ No capítulo 5º do seu regimento atribuiu-se-lhe a exclusiva competência sobre "todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade que forem, tocantes aos ditos Estados da Índia, Brasil e Guiné, Ilhas de São Tomé e Cabo Verde, e de todas as mais partes Ultramarinas e lugares de África", *cit.* por Caetano, *O Conselho Ultramarino*..., p. 43.

⁸ Cf. Zelinda Cohen, "O provimento dos oficiais da justiça e da fazenda para as ilhas de Cabo Verde", in *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical, nº 51, Lisboa, 1992, pp. 147-148.

⁹ Caetano, *O Conselho Ultramarino*..., p. 43.

constituir-se regra, só ocorria excepcionalmente. Bastante ponderado nos pareceres, o *Conselho* impunha-se pela pertinência e consonância das suas análises e opiniões. Compunham-no os mais doutos indivíduos da Corte, pessoas de letras e experiência¹⁰, que, pela familiarização com os assuntos do ultramar e sentido dos interesses e valores em vigor, podiam, com destacada mestria, ajuizar as condições dos pretendentes aos ofícios na Capitania de Cabo Verde e Rios de Guiné. Assim, na maior parte das vezes, o rei dignava-se somente a referendar o candidato apontado pelo tribunal, o que, no entanto, fazia sem abdicar, quase nunca, da formalidade de lhe serem propostos, no mínimo, três nomes para a escolha¹¹. A prévia "recomendação" ao *Conselho*, para que incluísse nas suas listas alguém que o monarca quisesse fazer mercê de um determinado posto ou ofício, era um recurso utilizado de modo a salvaguardar, formal e processualmente, a competência dos conselheiros e a ordem "natural" da selecção¹².

O processo descrito era normalmente seguido para o provimento dos oficiais e encarregados a todos os níveis. No entanto, sendo o Reino distante e as necessidades imediatas, ainda que necessário o mesmo procedimento para legitimar a sucessão nos ofícios, conferia-se ao governador das ilhas autoridade para poder sanar, sem demora, as lacunas que iam surgindo. Já o primeiro capitão-geral do arquipélago, Duarte Lobo da Gama, havia levado, em 1587, instruções para "prover todas as serventias dos ofícios da justiça das ditas ilhas de qualquer qualidade que sejam cujos proprietários não estiverem nelas ou forem de maneira impedidos que por si não possam"¹³. O alvará, para além de munir o capitão-geral de tal capacitação, expressava também as regras comuns e obrigatórias que o mesmo havia de observar no dito provimento. Daí a advertência: "e as pessoas que o dito capitão assim prover serão por ele examinados e sendo aptos lhes dará as posses de tais serventias dando-lhes primeiro juramento dos Santos Evangelhos"¹⁴.

Nos regimentos dados aos governadores posteriores, esta instrução foi sucessivamente detalhada e acrescentada. Assim, nos de 1605¹⁵ e de 1651¹⁶, conferidos a

¹⁰ Entre outros, destacaram-se como ministros do Conselho Ultramarino, Salvador Correia de Sá e Benevides, Domingos A. Portugal e Alexandre de Gusmão. Cf. Caetano, *O Conselho Ultramarino...*, pp. 49-51.

¹¹ As excepções aparecem, no entanto, quando os argumentos do conselho, como o da total falta de atractivos do cargo, não podem ser contestados. Veja-se, a propósito, o parecer que emitiu a favor da nomeação do único candidato que se apresentou ao concurso aberto, em 1670, para o ofício de almoxarife e feitor das ilhas e com o qual el-rei veio a concordar plenamente. Era esta a sua ponderação: "[...] que visto não sair outro opositor ao ofício de almoxarife e feitor de Cabo Verde, mais que Manuel da Silva Freire, nem o Conselho conhecer outras pessoas que hajam de o pretender; lhe deve Vossa Alteza fazer mercê da serventia dele por tempo de três anos, visto ser ofício de pouco rendimento, e haver poucos que o pretendam pelo mau clima da terra, e com obrigação de dar contas e fiança ao recebimento dele" (V. Arquivo Histórico Ultramarino, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 37).

¹² Cf. Zelinda Cohen, "O Provimento dos oficiais da justiça e da fazenda ...", in *op. cit.*, p. 149.

¹³ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Tip. da Academia Real das Ciências de Lisboa, parte 1, 1989, p. 160.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ BAL., 51-VIII-21, fls. 176-178, in Padre António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, vol. IV, 1968, pp. 81-87.

¹⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 29A.

Francisco Correia da Silva e Jorge de Mesquita de Castelo Branco, respectivamente, com teor similar no item referente a esta matéria, estabeleceu-se: "Hei por bem que vagando alguns officios da justiça ou da fazenda desta capitania, assim por morte dos officiaes como por culpas, e erros que cometerem, ou porque mereçam ser suspensos, que vós possais prover as serventias dos tais officios* em pessoas aptas e suficientes que os sirvam até eu delas prover, e os ditos officiaes serem livres das culpas; e havendo criados meus suficientes os provereis neles primeiro que outras pessoas e na primeira embarcação que para este Reino partir me enviareis certidão dos officios* que assim estiverem vagos, e porque modo e se for por culpas me enviareis os autos delas e não o cumprindo assim, os providos por vós nas ditas serventias não poderão servir mais de quatro meses, sob a pena de a vós e a eles se vos dar culpa"¹⁷. Mais adiante, acrescentava o regimento de 1605: "[...] mandareis declarado na dita relação todos os officios de minha justiça e de minha fazenda que há nesta dita ilha, e quem os serve, e os que estão por mim providos e por quanto tempo e assim os que estiverem vagos e se servirem de serventia"¹⁸.

Seguiram-se os regimentos de 1671¹⁹ e de 1676²⁰, com alguns acrescentos. Por uma adenda comum incluíam-se, entre os que haveriam de ser priorizados no provimento, "pessoas que também tenham Alvará de lembrança" e por outras, expressas na sequência dos textos, a ordem se actualizava da seguinte forma: "[...] me avisareis enviando-me certidão dos officios que assim estiverem vagos, e porque modo [...] e se ficaram filhos dos que foram proprietários, e se for por culpas me enviareis os autos delas, e não o cumprindo assim os providos por vós nas ditas serventias não poderão servir mais que seis meses sob pena de a vós e a eles se vos dar em culpa não fazendo uns e outros aviso na primeira embarcação que houver". Por fim, vedava-se ao governador "criar algum officio de novo, assim de justiça, fazenda ou guerra"²¹.

Note-se, pelos regimentos, que aquando da morte, impedimento ou suspensão dos officiaes, os governadores só podiam prover alguém para a vaga, em carácter precário, não havendo os providos de servir mais do que quatro ou seis meses sem a devida confirmação régia ou até que a entidade central viesse a preencher, definitivamente, o lugar. A escolha desses officiaes interinos, estando submetida ao arbítrio da autoridade máxima estabelecida em Cabo Verde, fiava-se na ideia e confiança de ter esta o senso de eleger as pessoas mais *aptas e suficientes* para o exercício da função. Nesta consideração, é que o dito governador era ainda instruído para que, entre os recrutáveis, fossem preferidos os criados *d'el-rei* ou os indivíduos munidos de *Alvará de lembrança*, ou seja, aqueles que, pelos serviços e lealdade manifestos, antes de

* No texto, officiaes.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ BAL, 51-VIII-21, fls. 176-178, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 81-87.

¹⁹ Regimento ao governador Manuel Pacheco de Melo, AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 45.

²⁰ Regimento ao governador João Cardoso Pizarro, AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 101.

²¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 45 e cx. 6A, doc. 101. Trata-se aqui de uma mera tradução da lei geral para o regimento, já que para aquela a criação de officios era uma faculdade exclusivamente régia. Cf. António Manuel Hespanha, *História das Instituições – Épocas Medieval e Moderna*, Livraria Almedina, Coimbra, 1982, p. 396. V. também referência a esta lei, AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 63, 1734.

qualquer outro, houvessem de ser recompensados com a honra e respectiva fonte de rendimento que representava um ofício.

É de reparar ainda, nesta delegação de poderes ao governador, no controlo que a entidade central procurava ter sobre estes provimentos, o que fazia pela imposição (extensiva ao ouvidor-geral), de manter a Coroa sempre informada acerca dos assuntos relacionados com os detentores dos ofícios e os que se conservavam no exercício dos mesmos. O ouvidor-geral foi-se tornando, aliás, no que aos provimentos diz respeito, um consultor obrigatório e com quem o governador devia concertar-se antes de nomear qualquer oficial que a ele se achasse submetido²². Neste caso, os pertencentes ao quadro da justiça, naturalmente, e quase que a todo o tempo também aos da fazenda, órfãos e defuntos pela frequente ocupação, pelo mesmo ouvidor, das correspondentes provedorias. As várias ordens régias emitidas neste sentido (em geral, em resposta às inúmeras queixas de uma e outra partes) denunciam, no entanto, a grande dificuldade que tiveram os governadores em aceitar a participação ou o aconselhamento dos magistrados em matéria que julgavam ser da sua exclusiva competência²³. Numa delas, dirigida, em 1745, ao governador João Zuzarte de Santa Maria, que enfrentou graves problemas com o ouvidor Inocêncio Álvares da Silva a este respeito, notifica-se-lhe, a título de esclarecimento, mas ao mesmo tempo de censura, que "para proverdes algum oficial de novo deveis primeiro informar-vos dos requisitos dele, ouvindo o ministro perante quem o oficial que há de servir, o que se vos ordena cumprais mandando registrar esta ordem na secretaria deste governo, e nos livros da câmara, e ouvidoria, remetendo certidão de ficar registada"²⁴.

Nesta esfera de competência do governador relativa ao provimento dos ofícios públicos, um aspecto que, de facto, se deve reter é o dos seus limites, face, obviamente, às instituições centrais, mas também, em alguns casos, ao poder local

²² Ao que parece, tratou-se primeiro de uma conquista individual dos magistrados sobre o capítulo 16 do Regimento dos governadores (que é o que trata dos provimentos, os quais estava autorizado a fazer) e que depois veio a tornar-se norma. O ouvidor João de Coimbra Socioi foi quem primeiro pôde obter a sua ratificação (12-10-1694), vindo a suceder o mesmo com o ouvidor Manuel Carneiro Ramos (22-08-1722) e com Sebastião Bravo Botelho (11 de Setembro de 1727). V. AHU, *Cabo Verde*, cx. 20, doc. 12.

²³ Veja-se, a propósito, a longa exposição do desembargador José da Costa Ribeiro, que, na qualidade de provedor da fazenda das ilhas, fazia contra o governador Bento Gomes Coelho, a quem acusava de abuso de jurisdição, também nesta matéria: "E desta forma [seguia lamentando] há de servir o Provedor da fazenda real com os oficiais que os governadores querem precisamente sejam fiéis e capazes ou não e já tenho ensinado a dois escrivães da fazenda a escrever o que não sabiam, e o ouvidor igualmente tem o mesmo encargo, tudo originado desta faculdade que têm de proverem uns e outros ofícios; se cumprissem segundo o direito e como V. Mgde manda em suas leis, bom era; porém abusam desta graça, fazendo-a regalia sua e próprio património, praticando somente a sua vontade que sempre propende mais para as razões de conveniência. Em todos os tribunais de V. Mgde e ainda nos de donatários onde se costumam mandar estes provimentos o que vi praticar e é observado estilo, o primeiro despacho com que se se defere ao pretendente é que informe o ministro a cuja jurisdição toca, e sem esta informação se não conseguem os provimentos mas aqui, estando o corregedor e provedor na mesma cidade, seja em uma ou outra jurisdição do ofício se não olha para esta tão precisa circunstância e se há de prover nos ofícios quem os governadores quiserem seja idóneo, capaz ou não, sem restar outro recurso mais que servir com eles e ensinar cada dia um porque não entram por vacância ou impedimento, senão por haver outros pretendentes" (AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 63, 1734).

²⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 20, doc. 20.

instituído. Se, em regra, os provimentos levados a efeito pelo governante seguiam-se à confirmação ou rejeição dos organismos metropolitanos, no caso dos almoxarifes, recebedores e feitores da real fazenda, as escolhas feitas pelo governador acharam-se, inversamente, submetidas a uma selecção anterior. Deparamo-nos, pois, a partir de certa altura, com a obrigatoriedade de as escolhas serem efectuadas, considerando uma lista tríplice apresentada pela Câmara da Ribeira Grande²⁵. A esta forma de "eleição" participada refere-se a ordem real enviada, em 1699, ao governador D. António Salgado e, ainda outra, endereçada à câmara no ano seguinte, na qual ficava estipulado que a mesma "nomeasse pessoas, para uma das nomeadas haver de ser provida, no cargo de almoxarife da fazenda real desta ilha"²⁶. O governador, de facto, escolhia e provia, mas num quadro normativo em que antes ou depois de lançar-se nestes procedimentos havia de conformar-se com os ditames de outros agentes ou instâncias.

Outros documentos haverão de confirmar este processo de "feitura" dos tais oficiais²⁷, tão importante e prestigiante para a câmara como instituição, mas, dependendo das circunstâncias, nem sempre considerada tarefa fácil para o órgão concelhio. Numa representação dirigida a *el-rei*, no ano de 1729, em que chegam a pedir, até, a dispensa da apresentação da lista tríplice naqueles casos em que tinham de o fazer, acusam os ministros do concelho da Ribeira Grande a dificuldade que sentiam em dar cumprimento a tal atribuição. A terra, segundo eles, estava falta de homens brancos e capazes "e o maior incómodo [afirmavam] é a obrigação que tem a câmara de nomear três sujeitos para almoxarife desta cidade, três para a vila da Praia e três para a Praça de Cacheu, ficando por fiadora dos nomeados"²⁸. Daí suplica para que se lhes livrasse "do encargo da nomeação de três sujeitos para as ditas ocupações, mandando V. M. que seja obrigada a dita camara a nomear um sujeito para as ditas ocupações". A experiência recente, descrita em reforço do argumento, demonstrava bem o embaraço sentido pelos tais ministros na realização de semelhante escolha e, por isso, relatavam-na: "presentemente [escreviam eles, acusando a situação-limite a que haviam chegado] nomeamos três sujeitos para a ocupação de feitor de Cacheu, que nos custou muito para os achar e estivemos em termos de nos nomear a nós próprios"²⁹.

Do ponto de vista da administração central, o envolvimento da câmara nestas escolhas revelava-se, porém, de grande alcance, pois, para além de tratar-se de uma medida de algum modo bloqueadora dos possíveis favoritismos do governador (numa área tão sensível como era a da arrecadação e gestão dos recursos da Coroa), fazia logo comprometer os seus membros como fiadores do oficial eleito. De facto, a apresentação, pelo senado, da lista tríplice para aqueles ofícios e a sua consequente

²⁵ Com relação ao provimento dos feitores, ver Luiz de Bivar Guerra, "A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde em 1753 e o regimento que deixou à Ilha de São Nicolau", in *Stvdia*, n.º 2, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1958, pp. 34-35.

²⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 29A, 1703. Ver, para o caso dos feitores de Cacheu, cx. 18, doc. 5 (1740).

²⁷ Veja-se, por exemplo, AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 20, 1727.

²⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 13, doc. 36.

²⁹ *Ibidem*.

responsabilização por "todo o dano que tiver a fazenda real, se a pessoa que se prover não der aquela satisfação ao seu recebimento igual ao que são obrigados"³⁰, era de todo conveniente. A organização régia tentava precaver-se a dois níveis: de uma possível tentação do governador, em pôr alguém "de sua mão"³¹ nas referidas funções, o que aparecia como uma aliança potencialmente perigosa, e dos virtuais danos à sua receita, provocados pelo simples mau desempenho ou por alegados desvios do oficial em exercício.

Para o cômputo geral dos oficiais "feitos" pela mesma via, registre-se, ainda, o escrivão da vila da Praia que, nomeado pela respectiva câmara, devia, entretanto, ser provido pelo governador³². Já o carcereiro da cidade e os alcaides locais e gerais parecem ser, do conjunto dos oficiais do quadro existente, aqueles que passaram a ser providos regularmente pelo capitão-governador³³.

Entretanto, com a instituição da Companhia do Grão-Pará e Maranhão nas ilhas e seu distrito, é o próprio governador que passa, em fins de 1757, a ser alvo de uma nova modalidade de escolha e provimento. A alteração, verificada precisamente na altura em que a Junta de Administração da *Companhia* obtém, por concessão adicional, "o comércio exclusivo das Ilhas de Cabo Verde, suas anexas e da Costa de Guiné", surge como uma imposição do contrato estabelecido entre ela e as autoridades metropolitanas. É aí que, na somatória de poderes outorgados, pelos vinte anos em que havia de vigorar o monopólio da dita junta, fica logo incluído como cláusula o do seu encargo para com os "governos político e militar das ilhas de Cabo Verde, suas anexas e Costa de Guiné"³⁴. Isto quer dizer que, enquanto estivesse em vigor e actuante na zona da capitania das ilhas, a *Companhia* havia de substituir o *Conselho Ultramarino*, em toda a sua competência relacionada com a escolha e apresentação dos governadores, pois, pedia mesmo em relação a estes espaços "para que ela, sem dependência de algum outro tribunal que não seja o Real, e imediata proteção de V. M., os mande administrar pelas pessoas que bem lhe parecer"³⁵.

No interesse da solicitante, e muito provavelmente também da Coroa, esta prerrogativa, derivada da secreta ampliação da área em que a *Companhia* podia

³⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 29A.

³¹ É no entanto óbvio que alguns governadores, através da sua abusiva influência sobre a instituição camarária, tenham conseguido contornar a eficácia da medida, logrando, apesar da observância formal da ordem, impor os seus candidatos. O desembargador José da Costa Ribeiro denunciou a ocorrência ao tempo do governador Bento Gomes Coelho: "Que importa [declarava ele, em carta de 1734] ordenar V. Mgde, que os almoxarifes e feitores de Cacheu sejam nomeados pelos oficiais da câmara se eles neste caso não têm livre vontade, nem eleição própria, e hão de ser sempre quem os governadores quiserem, não digo que por suas conveniências mas por suas inclinações e empenhos; como agora vi na eleição do feitor, que foi este ano para Cacheu, que até que os vereadores não nomearam João Delgado Figueira que o governador queria, nunca foram bem feitas as eleições, e isto com seus ameaças de castigos" (AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 63).

³² AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 63, 5 de Outubro de 1734; cx. 18, doc. 5, 31 de Março de 1740.

³³ Consta, numa lista elaborada pelo ouvidor-geral, João de Coimbra Soeiro (30 de Julho de 1693), serem certos ofícios providos pelo governador (AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 147); quanto aos alcaides-gerais v. também cx. 15, doc. 63, 1734.

³⁴ V. Alvará Secreto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (14 de Novembro de 1757) in Antônio Carreira, *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*, vol. II, Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro, São Paulo, 1988, p. 49.

³⁵ Idem, *ibidem*.

manter o monopólio comercial, deveria, porém, ser exercida em completo sigilo, de modo a não dar ideia de tratar-se de uma concessão usurpadora das competências dos organismos de Estado. A segunda cláusula da referida petição que faz, em seguida aprovada como *Alvará Secreto*, dá bem conta disto. Eis o seu teor: "Que a Junta consultará a V. M. as pessoas que nomear para exercerem os governos político e militar em todos os domínios que pela presente concessão lhe forem encarregados, as quais, sendo particularmente aprovadas por V. M., baixarão decretos de moto próprio de V. M. ao Conselho Ultramarino, para lhes passar as suas patentes na forma costumada e para assim ficar esta outorga dissimulada com o segredo que nela se faz precisamente necessário por mais de um motivo"³⁶.

A companhia não só havia de escolher os governadores vindouros como estabelecer, por meio de "novos regimentos que se lhes darão no Real nome de V. M.", a eles e aos ministros de Justiça, os novos limites das respectivas jurisdições³⁷. A exorbitância das exigências económicas, disseminadas pelas dezasseis cláusulas que compunham a petição, conduziam a equivalentes concessões político-administrativas. Outra destas e que bem demonstra a condição a que ficaram de facto reduzidas as mais altas autoridades providas para a capitania encerra-se na sumária proibição de poderem, tanto os governadores como os ouvidores-gerais, "intrometer-se com a Fazenda da Companhia e suas dependências"³⁸. Com o alvará em vigor, iniciava-se o tempo em que a margem de autonomia dada antes a tais oficiais se minguava ao extremo. Passando, de certa forma, a ter como primeira missão a de zelar pelas actividades comerciais da companhia monopolista (que logo opta por instalar os seus armazéns na "boca do porto" da vila da Praia)³⁹, os governadores vêem-se também compelidos a fixarem a sua residência na dita vila. "O presídio no cimo da Achada, sobranceiro à baía, será o lugar onde os governadores ficarão instalados a maior parte do tempo"⁴⁰. O abandono definitivo da Ribeira Grande como sede de governo e o seu respectivo assento na vila da Praia, "sem ambiguidades", dar-se-ão com o governador Joaquim Saldanha Lobo, por volta de 1776⁴¹.

*Dos proprietários e serventuários dos ofícios*⁴²

Todos os ofícios da administração régia eram ocupados pelos seus "proprietários" ou pelos seus "serventuários".

³⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 50.

³⁸ Idem, *ibidem*.

³⁹ V. António Correia e Silva, "*Praia, a lenta emergência de uma capital*", in *Revista Cultura*, nº 2, Ministério da Cultura da República de Cabo Verde, Praia, 1998, p. 196.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹ Idem, *ibidem*.

⁴² Grande parte da elaboração aqui feita, assim como no item anterior, consta no já citado artigo de nossa autoria publicado na *Revista Studia*, no ano de 1992. Em função da sua pertinência, resolvemos actualizá-lo e incluí-lo neste item do capítulo sobre a Administração das ilhas de Cabo Verde. Cf. Zelinda Cohen, "O provimento dos oficiais da justiça e da fazenda", in *Studia*, nº 51, pp. 166 e segs.

A concessão de um ofício em regime de propriedade era uma mercê exclusivamente real, sendo o soberano o único que podia conferir a um indivíduo a sua posse perpétua. Ao proprietário, uma espécie de "dono do ofício", reconhecia-se não somente o direito de o manter em toda a sua vida como de vir a transmiti-lo hereditariamente. Ao contrário daqueles, cuja posição perante o rei encontrava-se bastante protegida⁴³, os serventuários eram providos por um tempo determinado (expressamente limitado ou não, podendo inclusive ser vitalício) ao fim do qual perdia o sujeito todo o vínculo com a função. Eram estes últimos também providos pelo rei, embora, como se viu, em circunstâncias previstas e regimentadas fosse facultado aos governadores esse mesmo direito.

No processo normal conduzido pelo *Conselho Ultramarino*, a publicação de éditos, por quinze dias consecutivos, era o acto que marcava o início dos trabalhos que haviam de redundar na nomeação de um novo proprietário ou serventuário para um ofício determinado. Podia esta publicação seguir-se logo ao comunicado das autoridades locais acerca da existência de um ofício vago em alguma das circunscrições da capitania das ilhas ou, então, o que não era incomum, dar-se somente com o requerimento de alguém que, interessado no ofício e sabendo-o sem proprietário, encaminhava o seu pedido de concessão. Nestas solicitações, a apresentação de uma folha curricular, demonstrando as virtudes cívico-militares do sujeito, tornava-se indispensável. Daí, no caso dos concorrentes com residência nas ilhas, a anexação, aos seus pedidos, de inúmeros "papéis" emitidos pelas autoridades da terra a título abonatório. A publicação de éditos, no Reino e em Cabo Verde, era a resposta que o *Conselho* podia dar a um requerimento singular comum que, no entanto, havia de ser avaliado em concurso, juntamente com o dos outros opositores que se oferecessem. Isto, se não se tratasse, o requerente, de algum descendente directo do antigo proprietário do ofício. Senão, vejamos:

Quando da morte do proprietário de um determinado ofício, se o mesmo possuísse herdeiros directos (na linha vertical), era o mais próximo deles considerado candidato natural à vaga deixada. Como opositor obrigatório e preferencial, o "herdeiro" do antigo titular constituía-se, por isso, num candidato praticamente imbatível pelos demais que pretendessem ser agraciados com a propriedade daquele ofício. Podia, assim, um filho varão herdar a propriedade do ofício do pai ou, então, uma filha, no caso de não haver filhos homens mais velhos. A lei aceitava qualquer uma destas possibilidades. E mesmo que o agraciado estivesse, por algum motivo, impedido de receber esta herança plenamente, não era caso para preterir-lo na escolha, pois, como se sabe, nem sempre coincidia na mesma pessoa, quem detinha e quem servia o ofício. Um exemplo bastante adequado à demonstração da norma sucessória em vigor e que também dá conta de algumas das suas variantes é o que damos a seguir:

A Manuel Fernandes, em virtude de "haver servido com cuidado nas ocasiões que ali [Santiago] se ofereceram", *el-rei* havia feito mercê, em 1624, da propriedade dos ofícios de escrivão da câmara e dos órfãos, que andavam anexados. Posteriormente, concedeu-lhe também a propriedade do ofício de escrivão do almoxarifado⁴⁴.

⁴³ Cf. António Manuel Hespanha, *História das Instituições*, p. 399.

⁴⁴ AHU, Cabo Verde, cx. 3, doc. 42.

Em 1645, a viúva do referido proprietário requereu, através do *Conselho Ultramarino*, que os dois cargos passassem aos dois filhos do casal: Luís e Violante. Luís, que deveria herdar o ofício de escrivão do almoxarifado, era, entretanto, menor de idade e, por isso, pediu a sua mãe "que enquanto não tiver idade para o servir, sirva o licenciado Manuel Henriques, dando-lhe a terça parte para a ajuda do seu sustento". A Violante, por outro lado, ainda solteira, requereu-se a propriedade dos ofícios de escrivão da câmara e dos órfãos "para a pessoa que casar com a dita sua filha"⁴⁵. *El-rei* assentiu integralmente ao requerimento, depois do parecer favorável do *Conselho*, que apurou ter o falecido servido "com toda a satisfação e limpeza os ofícios em que foi ocupado e com grande limpeza e verdade muitos anos"⁴⁶. Algumas conclusões devemos daí tirar:

a) Os ofícios foram concedidos a Manuel Fernandes em carácter perpétuo e, por isso, passaram a pertencer-lhe como bens adquiridos. "Os ofícios, uma vez dados incorporavam-se ao património do seu proprietário"⁴⁷. Não havendo nenhuma falta grave que depusesse contra o falecido ou herdeiro, confirmava-se neste a sua propriedade;

b) A Violante, como acontecia com todas as "herdeiras" casadoiras, o ofício foi dado a título condicional, isto é, como dote ao seu eventual marido;

c) Concedeu-se a propriedade de um ofício a Luís que, por impedimento (de idade), não o podia exercer;

d) O monarca consentiu que a própria requerente, viúva do antigo proprietário, indicasse alguém que exercitasse o ofício enquanto durasse o impedimento do seu filho; assim, "arrendou-se" a escrivania do almoxarifado a Manuel Henriques, que ficou sendo o "serventuário" do ofício, com um terço do rendimento do mesmo;

e) No caso do antigo proprietário e, de certa forma, também da sua filha Violante, herdeira dos ofícios de escrivão da câmara e dos órfãos, puderam, um e outro, receber "em propriedade" mais de um ofício (três e dois, respectivamente), sendo que os que a ela couberam andavam, de facto, juntos.

A cada uma das evidências a que aqui se pôde chegar, podemos reforçar com outros exemplos que, no entanto, trazem consigo alguns elementos novos capazes de alargar ainda mais a compreensão tanto da filosofia como das regras em vigor para tais provimentos. Atentemos:

a.1) António Serrão de Leão apresentou no *Conselho* "sentença de justificação pela qual consta que Diogo Serrão, seu pai, o nomeou em seu testamento, no direito que lhe podia nomear, para lhe suceder no ofício de meirinho da serra da ilha de Cabo Verde". Nos papéis que apresentou, constava ainda que o solicitante já estava servindo o ofício, por provimento dos governadores. Por resolução real de 20 de Outubro de 1662, concedeu-se-lhe a propriedade do referido ofício "na forma que

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ Hespanha, *História das Instituições*, p. 399.

estava dada a seu pai"⁴⁸. O novo exemplo não só confirma a ideia de que "os ofícios, uma vez dados, incorporavam-se ao patrimônio do seu proprietário" como vem ainda ampliá-la com a noção de poder o proprietário, por via testamentária, vir assegurar-se do direito de transmissão do ofício a um filho nomeado⁴⁹.

b.1) Valentim Fernandes Lucas, que exercia (por provimento dos governadores) o ofício de juiz dos órfãos da Ribeira Grande, requereu, em 1645, a sua propriedade. E isto, no seu argumento, porque "há anos" havia morrido o respectivo titular. Pedindo, o *Conselho*, informações ao ouvidor das ilhas, Pedro do Canto Pacheco, a respeito da petição do pretendente, este deu logo conta de que do antigo proprietário do ofício havia ficado uma filha, de nome Ana Coelho, já viúva e também com filhos. Puseram-se éditos e não obstante o dito Valentim Fernandes Lucas ter aparecido como único opositor, *el-rei* anuiu com o parecer do *Conselho*, que se manifestou da seguinte forma: "Vossa Magestade deve fazer mercê da propriedade do dito ofício à filha do proprietário, para a pessoa que com ela casar. E da serventia dele o suplicante Valentim Fernandes Lucas para o servir enquanto ela não casar"⁵⁰. Mais um caso de transmissão de ofício por via feminina, como dote a um possível casamento, já em segundas núpcias. Aqui, há que reparar no máximo respeito à regra de sucessão hereditária, pois, ainda que os direitos de sucessão recaíssem numa mulher e não fossem imediatamente solicitados, priorizava-a na escolha. Consequência disso era a permanência de um ofício, por várias gerações, numa mesma família.

c.1) Numa lista de funcionários, apresentada pelo governador Jorge de Mesquita Castelo Branco, no ano de 1652, consta que: Martim Tavares de Sousa, proprietário do ofício de feitor e recebedor da Fazenda Real "não serviu nunca, e tem feito renúnciação dele na pessoa do capitão Pedro Semedo Cardoso; hoje o está servindo Matias Quaresma por tempo de três anos"⁵¹. O provável impedimento de Martim Tavares de Sousa em servir o ofício não implicava nenhuma perda dos seus direitos enquanto proprietário do mesmo. Daí, poder apresentar a sua "renúncia" em outrem, nomeadamente em Pedro Semedo Cardoso que, ao que tudo indica, havia de comprar-lhe o ofício pelo preço que estipulassem⁵². Entretanto, surge uma terceira pessoa a ocupar o posto – Matias Quaresma –, certamente por nomeação do governador.

⁴⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 131.

⁴⁹ Cf. Hespanha, *História das Instituições*, p. 399.

⁵⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 40.

⁵¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 36.

⁵² Acerca da venda dos ofícios públicos a rigor, não admitida, "no plano da prática, tal proibição não parecia muito efectiva". António Manuel Hespanha aborda a questão mostrando as contradições e subterfúgios utilizados para driblar as leis existentes acerca da venalidade do ofício. Sustenta que, não obstante os títulos constantes nas Ordenações contra a venda de ofícios (V. Filipinas, I, 96 e II, 46), havia sempre a possibilidade de *el-rei* conceder aos proprietários "o direito de vender, de renunciar noutrem ou de nomear sucessor no ofício". Em nota de rodapé, no entanto esclarece: "A proibição de renúncia directamente a favor de outrem visava impedir a fraude à lei que proibia a venda; por isso, a renúncia devia ser feita 'nas mãos do rei', a quem competia, então, nomear livremente um novo proprietário. Em todo o caso, admitia-se que o renunciante pedisse ao rei o provimento do cargo renunciado em pessoa de sua nomeação; e admitia-se ainda que o nomeado 'gratificasse' o renunciante". V. Hespanha, *História das Instituições*, pp. 389-390.

c.2) Em 1725, Manuel Dias Carvalho, morador de Lisboa, que possuía o ofício de escrivão da correição das ilhas desde 1702, ainda não havia tomado posse do cargo. E o mesmo já contava 70 anos de idade!⁵³ Trata-se de mais um exemplo de concessão da propriedade de um ofício a pessoas que de antemão não se mostravam aptas ou com suficiente interesse em o servir. O critério utilizado para a concessão do ofício como patrimônio fincava-se muito mais na fidelidade pessoal ao soberano e na confiança que este podia depositar no sujeito do que na eventual vontade e "competência" deste para a realização da função⁵⁴. Os serviços ou feitos cívico-militares, prestados muitas vezes com os próprios meios e recursos, traduziam-se na maior prova desta fidelidade. No entanto, havia o problema prático e incontornável do exercício dos cargos que, com a complexificação e especialização das funções públicas, foram requerendo, cada vez mais, uma capacidade técnica nem sempre encontrada nos beneficiados com a propriedade dos mesmos. Sendo assim, era bastante comum que, a par da nomeação do proprietário, fosse provido um serventuário para o mesmo ofício. "Na verdade, e apesar da legislação em contrário, era frequente que os proprietários dos ofícios não servissem pessoalmente (até por estarem providos em mais de um e os seus exercícios simultâneos serem incompatíveis) e os 'dessem' em serventia ficando a receber uma parte do cargo"⁵⁵. Abaixo e a propósito de novos exemplos de indicação dos serventuários pelos próprios proprietários dos ofícios, confirmamos esta prática.

d.1) Violante casou-se com Francisco de Sequeira que, com já se sabe, coube receber, a título de dote, a propriedade dos ofícios de escrivão da câmara e dos órfãos. Como, porém, este seu marido alegasse ser incompatível servir os dois ofícios conjuntamente, pediu licença a Sua Magestade para indicar para escrivão dos órfãos "pessoa de toda a satisfação para que o sirva"⁵⁶.

d.2) Jorge de Araújo de Mogueimes, proprietário do ofício de escrivão da fazenda e feitoria, porque já contava com mais de 60 anos e achava-se servindo de juiz ordinário, declarou estar impossibilitado de exercer o dito ofício. Pediu, entretanto, que fosse ele próprio a designar o serventuário por "não ser conveniente que o cartório dele ande por diversas mãos, com que se ocasionaria perderem-se muitos papéis de importância em dano da fazenda de V. Magestade e das partes". Argumentava, para além do mais, com a acusação de os governadores de Santiago terem por costume "prover as serventias dos ditos ofícios em seus criados, cada vez que querem, de que resulta muito grande confusão da justiça por os muito oficiais serventuários, e ele suplicante quer apresentar pessoa apta e suficiente para servir os ditos ofícios, a contento do ouvidor geral que é provedor da fazenda, ou dos oficiais da camara, com que ficarão os ditos ofícios servidos e autorizados, e a justiça satisfeita"⁵⁷.

d.3) Jerónimo Dias Velho, que logrou, em 1645, contar com a propriedade do ofício de tabelião do público judicial e notas, em 1658 apresentava um requerimento com o seguinte teor: "e porque ora se ordenou de ordens sacras, e tem um cunhado de

⁵³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 10.

⁵⁴ V. Hespanha, *op. cit.*, p. 386.

⁵⁵ Hespanha, *op. cit.*, p. 390.

⁵⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 36 e cx. 5, doc. 21, 16 de Junho de 1654.

⁵⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 41, 26 de Abril de 1645.

nome Manoel Serra [...] Pede a V. Magestade lhe faça mercê de licença para que possa nomear no seu cunhado⁵⁸. Todos os três solicitantes foram atendidos nos seus pedidos e assim puderam, eles mesmos, indicar temporariamente⁵⁹ os serventuários para os respectivos ofícios.

Detenhamo-nos, por fim, num outro ponto avançado pelo primeiro exemplo desta última série e que serve para colorir, ainda mais, a ideia que se pretende vincar acerca da propriedade e serventia dos ofícios. Trata-se da concentração de dois ou mais ofícios numa mesma pessoa o que se pode verificar pelos mesmos estarem definitiva ou circunstancialmente anexados ou, então, por alguma conveniência ou favoritismo especial por parte da entidade provedora.

e.1) Anexados desde sempre encontravam-se, por exemplo, os ofícios de contador, distribuidor e inquiridor da Ribeira Grande, pleiteados em 1647 por um morador da ilha de Santiago. Alegando estarem os mesmos vagos já há muitos anos, em função do falecimento de Luís de Almeida Martins "de quem não ficou filhos nem herdeiros", e de ter tido, por algum tempo, a sua serventia, Antônio Peres de Souto requereu no *Conselho Ultramarino* a "propiedade dos ditos ofícios [...] que sempre andaram juntos em uma só pessoa". O requerimento, não podendo ser deferido fora de concurso, serviu logo de pretexto para que o *Conselho* desencadessse o processo de candidaturas para a concessão da sua propriedade⁶⁰.

Outros ofícios tradicionalmente mantidos juntos foram os de escrivão da correição, a que "andam anexos os ofícios de escrivão da chancelaria e chanceler e os serve a mesma pessoa"⁶¹ e os de alcaide e carcereiro⁶². Acresça-se a estes, os que, nas vilas de São Filipe e da Praia de Santa Maria, não eram exercidos ou dados a diferentes indivíduos pelos volume de trabalho e rendimentos locais não o justificarem. Indicamos a tal título os ofícios de escrivão do almoxarifado, da câmara, e do público judicial e notas da vila da Praia⁶³, e que no caso da ilha do Fogo inclui, para além de todos estes, também o de escrivão da almotaceria⁶⁴. Por fim, há ainda que referenciar

⁵⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 89, 24 de Junho de 1652.

⁵⁹ Num artigo da BNL, intitulado "Papel Curioso sobre a serventia dos ofícios", s/d (Código 6752), muito provavelmente elaborado por um jurista da Corte, pode-se ler o seguinte: "E quando um proprietário tem Alvará de S. Magestade para nomear serventuário, feita a nomeação pelo proprietário, e tomadas as informações sobre a capacidade do nomeado lhe dá o Desembargador do Paço Provimto para um ano, dentro do qual não pode ser tirado a serventia na forma da lei de 23 de julho de 1667: mas findo o ano provido, pode o proprietário nomear outro: e findo o tempo do segundo, pode nomear o terceiro, e fazer muitas nomeações sem que os que tem já servido possam impedi-las: porquanto findos os tempos dos Provimtos ficarão sem direito às serventias, e assim se tem julgado". Foi, porém, prática mais comum em Cabo Verde, acabado o prazo do primeiro serventuário designado pelos proprietários (no caso, por seis meses), serem os governadores a nomear os seguintes. Isto, é claro, quando não fosse o caso de o proprietário do ofício obter permissão para que o sujeito por ele indicado servisse por "x" anos ou, então, por todo o tempo enquanto durasse o seu impedimento.

⁶⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 73.

⁶¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 36, 1652.

⁶² AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 36, 1654.

⁶³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 63, 1734.

⁶⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 36, 1652. Esta composição de "ofícios anexos" tendeu, na verdade, conforme a época e as circunstâncias, a sofrer alguma variação. Por isso, não há que estranhar que, em meados do século XVIII, Manuel Lopes de Fontes e seguidamente Jorge Gomes Brandão tenham

a adopção desta mesma prática nas ilhas onde a administração reinol surge mais tardiamente como na de Santo Antão. Quanto a esta, conhecem-se, por exemplo, certidões, de 1734, em que Luís Fortes de Oliveira imprime a sua assinatura enquanto escrivão da câmara, público tabelião de notas e do judicial e almotaceria da vila da Ribeira Grande da ilha de Santo Antão⁶⁵. A opção pela manutenção de alguns officios "juntos numa só pessoa" obedecia e alinhava-se claramente com certos critérios utilizados no Reino fundados no estatuto e dimensão das circunscrições então existentes. O desembargador José da Costa Ribeiro, ouvidor-geral de Cabo Verde, na altura em que, por parte d'el-rei, tratava-se de estabelecer alguns officios para as ilhas de reversão mais tardia para a Coroa, acusou o facto. Ao referir-se, em carta de Abril de 1731, ao quadro que, em seu entender, as ilhas de Santo Antão e São Nicolau podiam económica e socialmente suportar, recomendava, cautelosamente: "Bastará também que o escrivão da câmara o seja juntamente do público judicial e notas, almotaceria, como acontece em muitas vilas do Reino, que o alcaide seja, carcereiro, que um dos juizes o seja dos órfãos, porém o escrivão separado, e a pessoa mais capaz, e abonada, que houver no povo"⁶⁶.

e.2) Mas se alguns officios estiveram, desde o início, reunidos em uma só pessoa, outros, por sua vez, acabaram por se ver anexados em função da dinâmica local. Deu-se o caso, por exemplo, com os de feitor e almoxarife da Ribeira Grande que, tendo sido exercidos por largo período separadamente, ao tempo em que a função da feitoria de Santiago já se achava bastante diminuta, houve que optar por uma solução mais económica. Coube ao governador Pedro Ferraz Barreto, que encontrou os officios vagos, a iniciativa de propor a sua junção, o que, de facto, veio a ser aceite em meados de 1655⁶⁷. Para os cofres reais, o argumento de poder poupar com isso 66.000 réis de ordenado, numa terra em que "o feitor tem tão pouco exercício, [e] onde há almoxarife", mostrou-se irrefutável e assim consentiu el-rei com a nomeação de Francisco Tavares da Fonseca para almoxarife da ilha de Cabo Verde "com jurisdição de feitor". O provimento, conseguido apenas por três anos e não "em propriedade" como havia requerido Francisco Tavares, deu no entanto a este alento para reivindicar que dos ordenados pagos anteriormente a um e outro official lhe dessem direito de escolha, pois, como dizia, achando-se o de feitor já anexado ao de recebedor "podem ter maior ordenado que o de almoxarife"⁶⁸. O fenómeno da junção de officios antes separados ou, se se quizer, de órgãos administrativos distintos reflecte, certamente, algum refluxo, neste caso em particular, da economia local.

e.3) Respondendo aos éditos, para além de António Peres de Souto, mais um opositor apenas à concessão da propriedade dos officios de contador, inquiridor e distribuidor da Ribeira Grande e sendo este último o que, de facto, veio a ser provido para a dita vaga, não contente com a decisão, recorreu o concorrente à nulidade do

servido de escrivães da câmara, órfãos e ausentes, tabeliães do público judicial e notas "e mais officios anexos desta vila de São Filipe da ilha do Fogo" (AHU, Cabo Verde, cm. 22, doc. 9, 1748).

⁶⁵ AHU, Cabo Verde, cx. 15, doc. 57, 1734.

⁶⁶ AHU, Cabo Verde, cx. 14, docs. 27 e 28, 1731.

⁶⁷ AHU, Cabo Verde, cx. 5, doc. 29.

⁶⁸ *Ibidem*.

acto com base em argumentos vários, entre os quais o de já possuir, o agraciado, a propriedade do cargo de alcaide do mar "de que Vossa Magestade lhe fêz mercê haverá dois anos". Na sua exposição, António Peres de Souto que clama, inclusive, pela punição de Domingos Dias, "por ter calado a verdade" no referido concurso, não deixa de evocar como fundamento essencial para as suas pretensões o "decreto que há que nenhuma pessoa que tiver de Vossa Magestade algum officio não possa pretender outro"⁶⁹. O relato, que se mostra pedagógico na diferença que aponta entre officios anexos e officios "acumulados", sendo aqueles acessíveis a um proprietário e estes formalmente negados pela lei no mesmo regime, remete-nos à ideia de que, não obstante a declarada proibição (e há exemplos que isto comprovam), havia de facto pessoas que chegavam a acumular officios, nem sempre entendidos como compatíveis. Fosse pela própria vontade régia de agraciar duplamente alguém com dois officios diferentes ou pelo não-controlo absoluto das instituições sobre as concessões efectuadas, na prática a proibição foi muitas vezes contornada. É de pensar se não teria sido este o sucesso de Domingos Dias se a denúncia não fosse levada a efeito.

A propriedade de um officio implicava, na verdade, não só a plena garantia, alcançada pelo agraciado, de poder exercer uma função pública até à sua morte, como ainda de vir a estender este mesmo direito a sucessivos herdeiros. Além disto, constituía-se numa fonte certa de rendimento arrecadável, ou pelo exercício da função ou pelo seu arrendamento. O arrendatário, *i. é*, o serventuário, podia ser indicado pelo próprio proprietário ou não. Mas qualquer que fosse a modalidade, aquele deveria dividir com o titular o salário atribuído ao posto comum. Devido a esta sua natureza patrimonial não há que estranhar que, mediante licença régia, o officio chegasse mesmo a ser vendido. Em Cabo Verde, como nos foi dado verificar, esta prática, tendo sido mais frequente em épocas mais recuadas da sua história, tendeu a esbater-se muito com o passar dos tempos. Ou terá sido mantida em moldes mais discretos, mais camufladamente?

No caso de o proprietário morrer sem deixar herdeiros directos, nos quais a sucessão era praticamente certa, findava-se o monopólio de uma família sobre o officio e, a partir da vaga, escolhia-se um novo proprietário. Na ordem de priorização para a escolha, seguiam-se os indivíduos que possuísem *Alvará de Lembrança* e os criados *d'el-rei*. Depois destes, vinham os que já tivessem exercido o officio como serventuários, desde que, com reconhecida lisura e competência. Sendo esta também uma das vias para se alcançar a propriedade de um officio, muitos indivíduos entravam como seus serventuários perspectivando, mais tarde, a posse do mesmo. Citemos apenas o exemplo de Manuel Garcia, provido, pelo governador Manuel da Costa Pessoa, na serventia do officio de meirinho do mar da Ilha de Santiago e que, após tê-lo exercitado durante um ano, foi-lhe concedida propriedade do mesmo (1679), "atendendo ao estar actualmente servindo, e com bom procedimento"⁷⁰.

Repare-se no contraste das exigências. Se no caso dos serventuários, a comprovada qualificação para a função, adquirida pelo seu exercício, era o trunfo de que dispunham para tornar-se proprietários dos officios, em se tratando dos sujeitos

⁶⁹ AHU, Cabo Verde, cx. 3, doc. 79, 1647.

⁷⁰ AHU, Cabo Verde, cx. 6A, doc. 149.

munidos de *Alvará de Lembrança*, a estes não se reclamava, de antemão, nenhuma familiaridade para com a função. Aliás, estas cartas eram normalmente concedidas pelo soberano em recompensa de outros serviços prestados pelo agraciado ou mesmo por um seu ascendente. Manuel Cardoso Pinto e Mariana de Miranda foram dois concorrentes à propriedade do ofício de escrivão da correição das ilhas, que se apresentaram no concurso de 1657 munidos de *Alvarás de Lembrança*⁷¹. Ambos tinham sido agraciados com o tal *Alvará*, que os habilitava a pleitear qualquer ofício de justiça ou fazenda, pelos feitos dos seus antepassados: o primeiro, "pelos serviços do monteiro mór Garcia de Melo, feitos nas fronteiras do Alentejo, e no Reino do Algarve, por espaço de cinco anos, achando-se neste tempo nas ocasiões que se ofereceram"; a segunda, "pelos serviços que António Abreu de Miranda, seu tio, fez no Reino de Angola, desde o ano de 1602 até 1643, de soldado, alferes, capitão de infantaria, e de fortalezas, cabo de companhias, capitão-mór do campo, e da guerra, e de Governador daqueles Reinos [...] achando-se neste tempo em várias ocasiões de peleja contra o gentio, com felizes sucessos das armas portuguesas, em que se houve com singular valor, castigando e matando a muitos inimigos e sujeitando outros poderosos a esta Coroa, despendendo no decurso deste tempo muito de sua fazenda, no sustento dos soldados e obras das fortificações"⁷². Nenhum dos dois concursistas pedia o ofício para si próprio. Mariana de Miranda, como é óbvio, pelo impedimento que tinha por ser mulher, requeria o ofício para a pessoa com quem casasse, e Manuel Cardoso Pinto, "por estar servindo de escrivão do eclesiástico, de que é proprietário", pretendia-o para um seu sobrinho, morador da ilha, de nome Lourenço Pinto Cardoso⁷³. A resolução deu-se em favor de Mariana Miranda. Mas mais importante do que o desfecho deste processo é a ponderação dos *Alvarás de Lembrança* para aquisição de um ofício. *Alvarás* concedidos, na maior parte das vezes, a título de serviços militares prestados por um ascendente próximo ou longínquo e não pelo próprio requerente do ofício e, ainda assim, utilizados em favor de outrem.

Mesmo considerando o valor dos "serviços" para a Coroa portuguesa e a praxe de se recompensar os indivíduos que assim procedessem com uma mercê para sempre, do ponto de vista estrito do preenchimento da vaga, há que encarar o acto destituído, à partida, de qualquer intenção prática. Isto quer dizer que nestes casos de provimento por *Alvará de Lembrança*, havia-se de esperar do proprietário menos a serventia do ofício e mais a sua co-participação na escolha de quem havia, de facto, de exercitá-lo.

No capítulo da atribuição dos ofícios, assim como em outros planos institucionais, observamos a concorrência de duas lógicas diferentes: aquela em que os aspectos mais valorizados nos candidatos são a fidelidade e os "serviços" prestados a *el-rei* e a que considera de maior relevância a aptidão e a competência técnica para a função. Tudo leva a crer que, de modo geral, nas suas escolhas, os governadores, enquanto responsáveis pelo bom governo da terra, tenham tido uma ponderação muito mais pragmática, no que toca as necessidades da administração pública. Isto equivale

⁷¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 84, 1657.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem*.

a dizer que, no confronto das duas ordens de valores, ter-se-á, na periferia, caminhado mais rapidamente para a consagração da aptidão e eficiência do oficialato do que no centro. Francisco Manuel da Nóbrega, um dos muitos governadores que passaram por Cabo Verde, teve, a pretexto de informar *el-rei* acerca do preenchimento da vaga de escrivão da correição das ilhas, oportunidade de manifestar esta tendência. Em carta datada de Junho de 1727, referindo-se ao tenente Teodósio Pinto, um dos candidatos ao lugar e de quem dizia querer o ouvidor-geral impor a nomeação, relatava o seguinte: "mandei, por vaga, a por editais para se oporem a ela os sujeitos que a quisessem pretender ordenando-lhe primeiro, que me apresentasse os seus serviços, não para lhos premiar com esta, absolutamente, pois se devia respeitar mais aspectos pessoais, mas para que em igual capacidade fosse preferido, o que o[s] tivesse"⁷⁴.

Se a declaração correspondia, neste caso em concreto, a um desejo sincero de ver os postos da administração mais eficazmente servidos, é difícil dizer. Os graves conflitos mantidos com o ouvidor-geral das ilhas, durante todo o tempo do seu governo, não nos ilude acerca da conveniência, pura e simples, do princípio confessado. No entanto, ainda que assim seja, a estratégia do governador, Francisco Manuel da Nóbrega, não podia ser outra que não a de convencer o centro, com argumentos aceites e reconhecidos, ou seja, "convenientes" também do ponto de vista de quem ditava a ordem, da capacidade que tinha de ponderação justa daqueles valores. Esta mesma intenção tinha-a o seu maior adversário político, o ouvidor-geral Sebastião Bravo Botelho, que, paradoxalmente, veio contestar a eleição do governador na pessoa de Domingos Lopes, exactamente por ser este, na sua opinião, "pessoa incapaz" para exercer aquele ofício⁷⁵. Entendia ainda o ouvidor-geral, que no fundo batia-se pelo mesmo quesito da competência, que o sucedido alertava para a necessidade de prevenção de "casos futuros" e daí a súplica a Sua Magestade para "mandar declarar se provendo os governadores desta ilha em algum ofício pessoa que não seja capaz de bem o servir por ser falta de prática, e dos mais requisitos necessários se estão os ouvidores gerais obrigados a admitir esta pessoa a servir sem reparar no dano que dos seus defeitos se segue à República"⁷⁶. Nesta conta, ou seja, na dos argumentos convergentes dos oficiais com maior responsabilidade na capitania, é que apontamos a tendência, senão para a inversão dos critérios utilizados no preenchimento das vagas, para uma ponderação mais valorizante de atributos que directamente tivessem a ver com o exercício da função. De resto, era o próprio rei a vir confirmá-la. Numa Provisão de 1728, ordenava ao governador das ilhas duas importantes coisas: que não mandasse passar provimento algum de ofício de justiça "sem receber informação do ouvidor sobre a capacidade do provido" e que para a serventia deste e de outros ofícios públicos "se há que atender mais a capacidade dos providos, para os exercitarem, do que aos serviços militares, provendo o pretendente que for mais capaz"⁷⁷.

⁷⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, docs. 22 e 25.

⁷⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 4, 1727.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 13, doc. 30.

*Entre os excluídos e os seleccionáveis: os valores e atributos étnico-religiosos aplicados a uma sociedade em processo de mestiçagem*⁷⁸

Os oficiais deviam ser cristãos mas, ainda assim, *velhos*, o que nos códigos da época queria dizer *legítimos*, de conversão não recente e ascendência comprovada. A este valor acrescentado, que circunscrevia mais ainda o número de indivíduos virtualmente admissíveis na organização, proclamava-se *limpeza de sangue*. Os atributos *cristão* e *limpo* eram tidos como complementares e se o primeiro deles visava o afastamento de mouros e judeus das candidaturas, a segunda das exigências o que pretendia, especialmente, era impedir também o ingresso de cristãos-novos nos ofícios. Um terceiro grupo, finalmente, havia de completar, pela mesma razão de ideias mas com juízo ainda mais avantajado, a lista dos escusos. Os negros e os de sua procedência, logo conotados também como não possuidores das *partes e qualidade necessárias* para os cargos, figurariam, a seu tempo, como outros potenciais opositores não desejáveis às hostes da organização⁷⁹.

Ser branco, cristão e sem qualquer indício de ascendência de outra cor ou religião foram, durante muito tempo da história das ilhas, condições elementares para se pretender algum ofício de importância no quadro do oficialato régio⁸⁰. Qualquer suspeita sobre a origem étnica do candidato ou de um oficial já em exercício podia comprometer a aspiração de uns e a carreira de outros. Veja-se, a este propósito, o processo desencadeado, em meados do século XVII, para o provimento do ofício de escrivão da correição de Cabo Verde "e mais anexos" que andava sendo servido "há muitos anos" por Anastácio da Fonseca, entretanto dado como cristão-novo e casado com uma mulata. Competindo ao *Conselho Ultramarino* a escolha e o preenchimento das vagas⁸¹, dignou-se o mesmo órgão, com base nas referências colhidas do gover-

⁷⁸ Cf. Zelinda Cohen, *Controle e Resistência no Quadro do Funcionalismo Régio Insular*, pp. 110 e segs.

⁷⁹ Cf. com a análise feita por António Carreira, a partir dos dados recolhidos pelo Anónimo de 1784. Diz ele, referindo-se a um período mais recuado do que este do final do século XVIII: "Os brancos de então estabeleciam nítida discriminação baseada na eventual «diferença de sangue». De um lado, os cristãos, e de outro os judeus ou tidos como tais. Estes eram considerados de *sangue impuro*. Como o facto não tinha comprovação imediata punham-nos em «quarentenas» na rua do Calhau, espécie de *ghetto*. Marginalizavam-nos de pronto até a verificação da tal pureza de sangue. De um mesmo modo, estabeleciam discriminação em relação aos pretos. É o mesmo Anónimo a referi-lo". António Carreira, *Cabo Verde, formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Instituto Caboverdeano do Livro, Praia, 1983, p. 302.

⁸⁰ Do conjunto dos ofícios existentes em Cabo Verde, o único para o qual foram sempre admitidos negros e mulatos, e isto desde os mais remotos tempos, foi o de carcereiro. Há que ressaltar, no entanto, a especificidade de não se tratar de um oficial tipicamente régio, cumprindo-lhe servir também as outras estruturas judiciais existentes (camarária e donatária onde a havia). V. *idem*, *ibidem*, p. 110.

⁸¹ A respeito da competência do Conselho Ultramarino nesta área, v. o item 1.1. deste mesmo capítulo.

nador das ilhas, fazer o seguinte pronunciamento acerca da candidatura de alguns *naturais da terra* àquele preciso lugar:

"De todos os quatro pretendentes referidos se pediu informação ao governador Pedro Ferraz Barreto [...], a que respondeu [...], que João Rodrigues Freire é tido, e havido por cristão-novo e oficial de ourives com tenda na mesma ilha, que João do Couto é homem criminoso [...] e que Fernão Rodrigues da Silva é negro, e que lhe faltam as partes e qualidade necessárias para servir este ofício, a que também são anexos e compatíveis o de escrivão da chancelaria e chanceler". Depois, a propósito dos novos opositores inscritos num segundo tempo, destacou o mesmo *Conselho*: "E por de Manoel Serra haver também informação que não é limpo, se deixa de votar nele"⁸².

A recusa dos candidatos ou perseguição dos oficiais em exercício por motivos religiosos e/ou racionais, longe de ser um acto social e politicamente isolado, traduzia, de modo mais ou menos coerente, o lugar reservado pela sociedade portuguesa, no pensamento e na lei, àqueles que, apesar de fazer parte da comunidade nacional, viviam sempre sob o estigma de não ter sangue *limpo* ou/e de lhe faltar *as partes*⁸³. Os judeus, os cristãos-novos e os negros, para não falar também dos mouros cuja presença em Cabo Verde não é conhecida, compunham essa categoria de indivíduos marginalizados ou, melhor seria dizer, marginalizáveis em uma série de instituições ou actividades sociais entendidas como monopólio de um certo grupo de portugueses considerados sem qualquer mácula sanguínea⁸⁴.

A documentação que nos chega, relativa à evocação dos atributos *limpeza de sangue* e *qualidade e partes*, sugere a grande força que tinham estes valores como argumento acusatório e de exclusão. Utilizados muitas vezes contra aqueles a quem se pretendia descredibilizar ou incriminar pelos mais variados motivos, a simples suspeição lançada sobre um oficial de não possuir o *sangue limpo* ou lhe faltarem *as partes*, já de si suscitadora de reserva sobre o visado, podia funcionar como uma falha adicional e de muito peso imputada a alguém que se queria punido ou lançado fora da organização. Muitos pretendentes ao lugar ocupado por um determinado oficial, convictos da eficácia de tal revelação, não deixavam de apontar o "defeito congénito" do titular quando acontecia almejarem a sua destituição em favor da própria pessoa. Assim o fez, entre outros, o aludido António Peres de Souto que, não tendo ganho o concurso para os ofícios de contador, distribuidor e inquiridor da Ribeira Grande, decidiu, um

⁸² AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 84, 22 de Outubro de 1657.

⁸³ Cf. V. Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Arcádia, s/d. No capítulo III, especialmente dedicado à estratificação social e discriminações existentes no Antigo Regime, v. pp. 80 e segs.

⁸⁴ Um estudo de Sérgio Luis de Carvalho, intitulado *Assistência e Medicina em Portugal Medieval* (Edição do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, s/d), fornece-nos dois exemplos extremos deste tipo de exclusão étnica praticada até pelas entidades hospitalares. Se no hospital escalabitano de João Afonso (ou Jesus Cristo) o rigor religioso a que se achava submetido chegava "ao ponto de não admitir médico não-cristão", pois, ainda que os não houvesse, "era aí interdita a entrada a médico judeu ou mouro, mesmo em caso de necessidade", no de Nossa Senhora, em Leiria, exigia-se "a 'limpeza de sangue' de quem o frequentava, que não podia ser (segundo se crê) judeu ou mouro", p. 20.

ano mais tarde, pedir a revogação da mercê concedida ao seu concorrente Domingos Dias que, para além do mais, não passava de um "homem mulato, filho bastardo havido de uma mulher preta, e ele, suplicante ser um homem branco, português, nascido de legítimo matrimónio, natural deste Reino, de Vila Viçosa, limpo"⁸⁵.

O procedimento vinha de trás, não se verificando, quanto à ideia que o suportava, nenhuma evolução essencial entre os anos quinhentos e seiscentos. Quase que uma centena de anos antes, quando Francisco Pereira resolveu solicitar para si os ofícios de escrivão dos órfãos e dos defuntos em Santiago, de que era provido Diogo Barasa, era ele a lançar mão do mesmo tipo de argumento. Na petição dirigida para este fim (1559), em que falava dos muitos erros cometidos pelo titular no exercício dos tais ofícios, antes de nomear as faltas que haviam, de facto, de sustentar a ausência de probidade do oficial, teria o aspirante apelado à "fraqueza" de nascença do funcionário, sugerindo, sub-repticiamente, uma relação de causa e efeito entre os dois factores: "Diogo Barasa, cristão-novo, natural de Fronteira, homem que fora cardador de lãs [...] tinha cometido muitos erros nos ditos ofícios"⁸⁶.

A acusação de carácter étnico mostrava-se estratégica para quem tinha como objectivo realçar, antes das incorrecções propriamente ditas (se é que, de facto, haviam sido cometidas), a incompatibilidade natural do sujeito em questão para com aqueles ou quaisquer outros ofícios públicos. Neste exemplo recuado, recorre-se, aliás, como no de João Rodrigues Freire, que também era "cristão-novo e oficial de ourives com tenda na mesma ilha", a uma associação bastante frequente, sendo os visados de origem judaica. Expressar, em tais casos, a actividade menestrel antes (ou ainda) desempenhada pelo sujeito que se queria ver exposto e pôr em evidência a sua categoria de pertença não tinha outra intenção senão vincar, definitivamente, a total falta de condições desse indivíduo para ingressar ou permanecer numa organização propensa a não admitir, para as suas fileiras, pessoas oriundas de certos grupos sociais minoritários e que podiam ser identificados, inclusivamente, pela sua tradicional ligação a certos ofícios⁸⁷. Fragilizava-se o concorrente, antes de qualquer outro aspecto, naquele que se julgava incontornável para a sua admissão ou permanência no ofício. Na perspectiva do outro, chegava-se à autopromoção pela negativa.

A rejeição dos cristãos-novos, negros e mulatos, no domínio do ofício público não pode, todavia, ser encarada como um mero reflexo da organização estamental da sociedade no quadro do aparelho administrativo. É que sobre estas ou quaisquer outras identidades recaíam não somente "incapacidades" e exclusões do mesmo género, mas ainda maiores do que aquelas a que se achava submetida grande parte da população portuguesa, também ela, por condição social, impedida de ascender aos tais cargos e ofícios⁸⁸. Aos judeus ligam-se incapacidades de natureza étnico-religiosa e são estas, sobretudo, e não propriamente as que se fincam na origem socioeconómica de certos segmentos, que se encontram na base da exclusão desta minoria. Já no que

⁸⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 79, 14 de Dezembro de 1647.

⁸⁶ ANTT, *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique*, L.º 1, fls. 278 v.-280; 13 de Março de 1559.

⁸⁷ A propósito da tradição do povo hebraico nesta actividade, em especial, V. Nuno Vassalo e Silva, "Ourives e Aferidores judeus no Portugal dos Descobrimentos", in *Actas do Simpósio Internacional Os Judeus e os Descobrimentos*, Edição do Secretariado do Simpósio, Tomar, 1992, pp. 33-39.

⁸⁸ Cf. V. Magalhães Godinho, *op. cit.*, pp. 71 e segs.

se refere aos negros, mulatos e pardos havia, para além do mais, factores acrescidos que sustentavam as resistências à sua aceitação nos quadros públicos. Neste caso, à diversidade étnica e à condição social adversa devem-se adicionar as características ráticas, na maior parte das vezes muito mais evidentes e, por isso, logo denunciadas pelos traços fenotípicos.

Em ambos os casos, porém, o que se verifica, paradoxalmente, é que, apesar dos pesares, a organização em Cabo Verde achou-se sempre polvilhada de indivíduos pertencentes aos dois grupos de exclusão. Mesmo que a contragosto, mesmo que de maneira não muito pacífica, muitos foram os que conseguiram entrar para o quadro de funcionários régios, fosse como serventuários apenas, fosse como proprietários dos diferentes ofícios⁸⁹. Factores de ordem histórica, relacionados com a configuração social que se foi delineando em Cabo Verde, estarão na raiz da alteração, na prática, dos critérios de categorização racial justificadora dos ajustes conducentes ao ingresso.

Na primeira metade do século XVII, a mestiçagem já se achava tão generalizada na terra que talvez somente alguém de fora, um reinol não amalgamado e imbuído de valores colhidos exclusivamente na vivência metropolitana, fosse capaz de observar, com a devida distância, essa original feição social, tão genuinamente representada nos órgãos de gestão local e tão bem denunciadora do processo de contínua e crescente assimilação de identidades diversas daquela que se queria manter hegemónica. Um dos que tiveram tal olhar, o padre jesuíta Sebastião Gomes, referindo-se a Santiago, em 1627, afirmava: "A gente desta Ilha é mui pouca, e se entre todos os moradores dela se acharem vinte homens da governança que de todo sejam brancos não será pouco e destes não raro são os que sejam da nação"⁹⁰. Um século depois, era o ouvidor-geral das ilhas, recém-chegado, quem confirmava, com uma descrição muito mais expressiva ainda, a irreversível tendência, com algumas de suas consequências no plano da administração pública. Em carta, de 1724, dirigida a *el-rei* D. João V, Sebastião Bravo Botelho procedia ao seguinte informe:

"Consiste a República desta ilha em trinta homens brancos, pouco mais ou menos, alguns de Portugal, mas poucos e ruins por ser gente que a desgraça ou pobreza ou infamia aqui lançou, e os mais da terra, e já se sabe que destes serão muito poucos os que forem bons. Abaixo deles há uns homens pretos a que chamam brancos por andarem calçados e terem a sua fazendinha, e todos os mais são escravos e pretos vadios [...]". Convergingdo, mais à frente, para assuntos de administração, desenvolvia assim aquela ideia: "Pode Vossa Magestade propor-me em objecção, uma grande dúvida, e vem a ser, que referindo eu haver na ilha somente trinta homens brancos, como há quatro ou cinco vezes em dobro os postos, cargos e ofícios? Respondo a Vossa Magestade que só trinta homens brancos, pouco mais ou menos, haverá na ilha e ainda destes, os mais são mulatos a que chamam de brancos e há mais de quatro ou cinco vezes em dobro os postos, cargos e ofícios, incluindo os da guerra,

⁸⁹ Mais ainda do que a este nível, a dos ofícios da administração régia, a presença destes grupos é notada em força na organização camarária e, no caso específico dos cristãos-novos, não se deve esquecer também o grande papel que desempenham como rendeiros.

⁹⁰ ARSI, *Lus*, cód. 83, fls. 316-321 e 401-405, in António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. V, doc. 56, 30 de Maio de 1627.

justiça e governança porque os capitães, tenentes e alferes que há infinitos, são negros e tão pobres que alguns andam descalços. E os mais postos lá se multiplicam e repartem de sorte, que o que é escrivão, distribuidor, guarda, tesoureiro, procurador da Coroa e requerente das auditorias é juntamente capitão-mór, sargento-mór e outros mais cargos multiplicados⁹¹. Quer dizer, para além de ser infimo o número de brancos em Santiago, nesta categoria já se achavam incluídos os *mulatos*, sendo que mesmo com estes, aliás, percentualmente maioritários no grupo, não era possível cobrir todas as vagas. De uma descrição a outra fica-nos, contudo, a ideia de ter havido, do ponto de vista dos grupos que se impuseram como alternativos nas funções do Estado, a substituição de um por outro, ou seja, em desfavor da *gente da nação*, os que passam a reivindicar mais os lugares, constituindo-se, ao mesmo tempo, nos particularmente visados, são, a partir de um certo momento, os mestiços.

Imagine-se, agora, a fragilidade do já diminuto número de brancos quando submetido, juntamente com a restante população das ilhas, a um forte surto epidémico, como, aliás, ciclicamente ocorria. Dos registos existentes, e que, directa ou indirectamente, acusam o impacto destas calamidades sobre o corpo de oficiais instituídos, há um, da autoria do ouvidor José da Costa Ribeiro, que nos parece bastante expressivo. Em Dezembro de 1732, a propósito do agravamento de uma situação por ele já denunciada, e que tinha a ver com o "estado" geral da ilha de Santiago e da Ribeira Grande, em particular, que então se via com uma população bastante reduzida, escrevia este oficial a *el-rei*, dando conta da triste realidade aí vivida e mais dramaticamente ainda que "de um ano a esta parte" em que tinha representado a Vossa Magestade "a falta de gente que havia". Agora, afirmava o ouvidor, acusando a pioria "está tão diferente, como não haver hoje existente nesta cidade mais de que o escrivão da correição e um do judicial, nem oficial da câmara mais que um vereador; porque de Janeiro para cá se averigua morrerem quase duas mil pessoas entre as quais muita parte da gente principal e governança, e algum destes que há está fora na sua fazenda com o motivo de queixa própria ou de sua família"⁹².

Marcadas por certos condicionalismos, as ilhas de Cabo Verde impunham, de facto, ao centro decisor, alguma flexibilização nos princípios por ele difundidos acerca da *limpeza de sangue* e das *partes e qualidade* da gente que queria ver no quadro do seu oficialato local. A relativa tolerância da sociedade quanto ao estabelecimento da *gente da nação* e à inevitável miscigenação ocorrida entre europeus e africanos, enfim, a crioulação da comunidade daí surgida teve, para todos os efeitos, de ser ponderada pela administração nos seus critérios de admissão. E se isto não era possível acontecer a um nível mais formal, conduzindo à superação dos princípios de etnicidade e racionais vindos de trás, foi-se admitindo operacionalmente, de forma envergonhada e nunca assumida totalmente, com toda a resistência e preconceito próprios da época, o ingresso dos "escusos" no funcionalismo régio.

⁹¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 95.

⁹² AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 1; Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 264. Pela mesma altura, o governador das ilhas, Francisco de Oliveira Grans, escrevia a *el-rei* dando conta da repercussão da mesma epidemia sobre "os brancos" em geral, a que classificava de estarem "quase extintos". Dai ser de opinião que "se acha tão necessitada de homens brancos esta Ilha que necessita muito que V. Mgde novamente a mande povoar" (cx. 14, doc. 87, 9 de Agosto de 1732).

A *gente da ilha*, a que se refere o jesuíta na exposição de 1627, compunha-se especialmente das pessoas aí nascidas (exceptuando-se a escravaria, é claro, não contabilizada nestes termos) e, por isso mesmo, desde logo identificadas como os *naturais da terra*. Constituindo-se no segmento da população livre de há muito maioritário e consequentemente dominante nas instituições locais, tiveram de ser, naturalmente, atendidos em muitas das reivindicações de carácter social e político que faziam chegar à Corte, quase sempre por intermédio das organizações camarárias. Um dos seus ganhos significativos, e que há-de comprovar a personalidade política que iam desenvolvendo face às estratégias e interesses metropolitanos, traduziu-se, sem dúvida, na promulgação das leis de 1608, pelas quais ficavam logo reconhecidos os direitos dos naturais a ocuparem os postos vagos na sua própria terra. Assente a prerrogativa primeiro aos eclesiásticos⁹³, a medida foi imediatamente estendida aos ofícios leigos, aos quais os mesmos naturais da terra aspiravam, também aqui, poder contar com igual vantagem de ser priorizados na escolha, quando se tratasse de preencher alguma vaga. Ponderando, a este título, os inconvenientes "que resultam dos oficiais da dita Ilha se proverem em pessoas que não são naturais", proclamou o soberano, quase que em simultâneo ao primeiro diploma, a seguinte ordem:

"Hei por bem e me praz [...], que vagando na dita ilha alguns officios de propriedade, havendo pessoas naturais delas que os pretendam que sejam de partes, qualidade, suficiência e serviços, mostrando disso justificação passada pelo capitão e Camara, que as tais pessoas sejam preferidas na provisão dos ditos officios a todas as outras que não forem naturais da dita ilha"⁹⁴.

Para uma compreensão mais real e verdadeira do alcance da lei atenhamo-nos, por um instante, ao entendimento dado, na época, a essa nova realidade sociológica a que se resolveu fixar com o nome de *naturais da terra*. Utilizaremos para isto dois depoimentos: um emitido pelo mesmo padre Sebastião Gomes, em 1617, e o outro pelo ouvidor-geral de Cabo Verde, o licenciado Pedro do Canto Pacheco, em 1643. Em carta ao padre-geral da Companhia de Jesus, a propósito do projecto de construir um Colégio da *Ordem* na Ribeira Grande, informava o missionário, referindo-se ao contingente humano com o qual haviam de deparar-se para o efeito: "[...] digo que há aqui quatro sortes de gente, scilicet crioulos, que são os naturais da terra, cristãos-novos, clérigos da terra e de Portugal, e alguns cristãos velhos de Portugal, mas muito poucos"⁹⁵.

No depoimento do magistrado, emitido anos mais tarde, carregava-se ainda mais na caracterização e talvez, até, por irem-se acentuando os sinais da diferença entre os naturais da terra e o restante da comunidade local. Intimado, pelo poder central, a pronunciar-se acerca da "qualidade" dos presumíveis beneficiados com a lei de 1608, respondia este ouvidor, nos seguintes termos: "Vossa Magestade mandou

⁹³ ANTT, *Chanc. da Ordem de Cristo*, L.º 17, fls. 297-297 v., in Brásio, MMA, 2ª série, vol. IV, pp. 321-322.

⁹⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 20, 4 de Dezembro de 1608.

⁹⁵ ARSI, *Luz*, cód. 74, fls. 141-143 v., in Brásio, MMA, 2ª série, vol. IV, 27 de Junho de 1617.

informasse de algumas pessoas naturais desta ilha para provimento de alguns officios e na informação, da qualidade quando digo que são naturais desta ilha mostro bem que são gente preta pelos naturais o serem todos e porque me sobreveio esta dúvida quis explicar minha tensão porque há mui poucos homens neste lugar do Reino⁹⁶.

A dificuldade manifesta do ouvidor, que bem se vê ter-se apercebido do descompasso dos pressupostos da lei de 1608 com a realidade sobre a qual pretendia incidir, revela a grande contradição com a qual tiveram de lidar os poderes decisórios, responsáveis, em qualquer dos casos, por garantir o funcionamento da organização em toda a periferia colonial. A articulação entre os dois termos, isto é, da posição de princípio para com as minorias e o compromisso assumido com a comunidade local, não se mostrava fácil. Mesmo considerando a ressalva posta na lei acerca das *partes, qualidade e sufficiência* exigida aos naturais, aos quais se prometia prioridade na escolha, não parecia lícito negar a todos, por lhes faltarem os requisitos de base, o ingresso no funcionalismo.

Entre uma solução e outra, ficou-se pelo meio-termo. Nem os critérios de admissão foram clara e formalmente alterados, nem se derogou a lei de 1608 e nem se deixou de prover os "escusos" nos diversos officios. Ponderando-se caso a caso, frisando, sempre que possível, a conveniência que havia em se recrutar, para este ou aquele officio, naturais do Reino, por ser "coisa essencial para ser mais respeitado"⁹⁷, os brancos, cada vez mais escassos na ilha, e os de fora, mostrando-se menos disponíveis, foram cedendo lugar à população crioula que também, por via dos officios, reforçava a identidade no seu curso de afirmação política.

A resolução apresentada pela organização, que, no máximo da sua cedência, chegou a admitir poderem-se "prover nos melhores não indo providos do Reino"⁹⁸, indica, naturalmente, o relativo recuo quanto ao princípio de etnicidade. Mas não deixa de mostrar também a resistência em aceitar, pacificamente, a integração dos *naturais da terra* no quadro do officialato régio local. A ideia de que tanto melhor se fosse official oriundo do Reino é expressa inúmeras vezes e de variadas formas. Em 1666, por exemplo, o mesmo discurso aparece em uma outra resolução do *Conselho Ultramarino*, na qual se tratou da sucessão de Manuel Quaresma nos officios de almoxarife e feitor da Fazenda Real da Ribeira Grande. Não havendo de contar com mais do que um único candidato, que quis responder aos éditos publicados pelos clássicos quinze dias para efeito de preenchimento da vaga, ponderaram os conselheiros presentes que *el-rei* deveria fazer mercê dos ditos officios ao próprio Gonçalo Soares da Costa, natural de Braga, entre outras coisas, por "não convir que por não haver quem o vá servir deste reino, o proveja o governador em gente da terra, que de ordinário são homens pardos e nunca vem dar contas no reino na forma do regimento"⁹⁹. Considerações de carácter funcional acerca dos inconvenientes encontrados pelo centro no provimento dos *naturais da terra* (e que neste caso, em particular, se prendem à dificuldade de deslocação ao Reino para a *tomada de contas*

⁹⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 24, 15 de Junho de 1643.

⁹⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 19, 21 de Maio de 1654.

⁹⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 24, 15 de Junho de 1643.

⁹⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx 6, doc. 15, 8 de Fevereiro de 1666.

destes oficiais) apareciam apenas como complementares àquela que se julgava inconveniência maior: a de ordinário serem, tais opositores, *homens pardos*.

É evidente que, em se tratando do topo da hierarquia assente em Cabo Verde, composta pelos governadores, ouvidores-gerais, feitores e provedores, o acesso dos naturais a estes postos foi sempre muito mais dificultado. Não somente pelas qualificações ou atributos singulares exigidos a tão altos servidores – aliás, nem sempre reconhecíveis na gente da terra – como é especialmente pela responsabilidade debitada àqueles que haviam de responder, como principais implementadores e garantes da política traçada pela metrópole para aquela colónia, pelos sucessos da mesma. Que esta motivação, a de carácter político, tenha sido, de facto, decisiva para efeitos da não admissão regular dos ilhéus naquelas funções, não parece haver dúvidas. No entanto, mesmo a este nível do oficialato e principalmente em função das inesperadas mortes em pleno mandato encontraremos excepções feitas, no mais das vezes, a título de provimentos interinos. Eis aqui algumas delas: Manuel Dias da Calheta, vizinho e procurador da cidade de Santiago, no qual se reconhecem *partes e qualidades* para ser instituído provedor dos defuntos das ilhas em 1588¹⁰⁰; Francisco da Cunha Serqueira, "pessoa benemérita", eleito "ouvidor da terra" (1614-1615) pelo governador Nicolau de Castilho em função do falecimento de Manuel Rodrigues Parreira, titular do cargo¹⁰¹; Valentim Fernandes Lucas, "cidadão da cidade da Ribeira Grande", que servia, por provimento dos governadores da ilha, os cargos de ouvidor-geral e provedor da fazenda (1645)¹⁰²; Pedro Semedo Cardoso, natural de Santiago e governador das ilhas pelos anos de 1650¹⁰³; e Pedro de Barros, "cidadão e morador da ilha", nomeado provedor da Fazenda de Cabo Verde em 1661¹⁰⁴ e, para o mesmo cargo, em 1683¹⁰⁵; João Freire de Andrade, "morador naquela ilha e casado nela, pessoa nobre e afazendado [...] inteligente e formado pela Universidade de Coimbra"¹⁰⁶. Acrescente-se a estes os nomes de António Jácome Bezerra, juiz mais velho da cidade, nomeado interinamente, nos inícios de setecentos, ouvidor e provedor da fazenda¹⁰⁷ e ainda o de Francisco Xavier de Araújo, "homem residente na colónia"¹⁰⁸, nomeado, em 1748, ouvidor-geral das ilhas.

Em contrapartida, a propósito da malograda candidatura de um outro Pedro de Barros, natural de Cabo Verde, para o cargo de governador das ilhas, em 1736, pronunciaram-se dois dos conselheiros do Conselho Ultramarino: "parece não propor a

¹⁰⁰ ANTT, *Chanc. D. Filipe*, Doações, L.º 17, fl. 141 v., 5 de Fevereiro de 1588.

¹⁰¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 40.

¹⁰² AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 40.

¹⁰³ Cf. Anónimo, 1784 (Apresentação, notas e comentários de António Carreira), *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde [...] 1784*, Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, Lisboa, 1985, p. 67.

¹⁰⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 97, 24 de Março de 1661; cx. 6, doc. 3, 21 de Abril de 1665.

¹⁰⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. 7, doc. 49.

¹⁰⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 129.

¹⁰⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 29A.

¹⁰⁸ Cf. Luís de Bivar Guerra, "A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde em 1753 e o regimento que deixou à ilha de São Nicolau", *Separata da revista Sívdis* nº 2, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1958, p. 167.

Vossa Magestade a Pedro de Barros para este governo porque na sua pessoa não concorrem circunstâncias que o habilitem para ele, e por ser natural da ilha de Cabo Verde e assistente nela¹⁰⁹. Preferiu-se, na altura, nomear para a vaga então existente, ao invés de Pedro de Barros, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e com um *curriculum* de serviços prestados na ilha que remontavam ao ano de 1696 e que vieram a culminar com o cargo de capitão da vila da Praia "de que deu boa residência" e com a experiência que se lhe proporcionou ter como "adjunto do governo por falta do provedor", o sargento-mor José da Fonseca Barbosa¹¹⁰, natural de Setúbal¹¹¹, "atendendo aos serviços, merecimentos e capacidade"¹¹².

Governadores e Ouvidores-gerais: acerca do perfil dos candidatos, dos factores motivantes e desmotivantes da missão e das dificuldades para preenchimento das vagas; as soluções interinas de governo

Compreende-se que, no quadro da administração das ilhas ou mesmo de outras conquistas e espaços de dominação portuguesa, nem todas as funções fossem susceptíveis de estar submetidas ao regime patrimonial. Se a maioria dos ofícios foi sempre pensada a nível da propriedade e serventia dos mesmos, em relação a certos postos da administração, nomeadamente os mais altos em cada um dos diferentes aparelhos instituídos localmente, a estratégia régia foi a de mantê-los, a todo o tempo, em regime de comissão. Referimo-nos, especialmente, aos governadores, ouvidores-gerais e diferentes provedores instituídos para a capitania (fazenda, defuntos e órfãos), frequentemente nomeados para mandatos trienais. Como expoentes da administração periférica, e portadores de uma autonomia não experimentada por nenhum outro oficial da organização régia, em Cabo Verde – o que lhes confere, aliás, algum protagonismo na história das ilhas –, estes mereceram de nós um tratamento especial que apontasse para a caracterização dos quadros nomeados e conducente a um esboço do perfil de cada uma destas categorias. Para o efeito, fixar-nos-emos, todavia, apenas nos governadores e ouvidores-gerais que, na maior parte do tempo em análise, acabaram por encarregar-se, especialmente estes, das provedorias firmadas no local.

Para o cargo de governador exigia-se, primeiramente, um bom *curriculum* de serviços militares, considerando-se, a par dos "feitos", o número de anos dedicados, no Reino ou nas conquistas, à grandeza da Coroa. Os providos eram, na sua maioria, militares de carreira e que, de acordo com as suas *fés de ofício*¹¹³, eram recrutados e

¹⁰⁹ AHU, Cabo Verde, cx. 16, doc. 32, 26 de Março de 1736.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ José C. Carlos de Chelmicki e Francisco Adolfo de Varnhagen, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Histórica da Provincia das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, tomo II, Typografia de L. C. da Cunha, Lisboa, 1841, p. 219.

¹¹² AHU, Cabo Verde, cx. 16, doc. 32, 26 de Março de 1736.

¹¹³ Designação dada à folha de serviços de um funcionário público ou militar. Cf. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2ª edição, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.

aceitavam ir servir em Cabo Verde, nas condições que se lhes apresentavam. Quase todos eles com experiência e merecimento que justificassem o encargo do governo das ilhas, mas nem sempre suficientes para reger outras partes do Império, consideradas de maior peso para a Coroa. O governo de Cabo Verde era, como chegaram a alegar dois ministros do *Conselho Ultramarino*, em 1722, do "mesmo predicamento" que o de São Tomé, contrapondo-o(s) aos do Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Paraíba e ao de Angola¹¹⁴. Os oficiais mais qualificados, pretendentes ao governo do *Ultramar*, como poderiam preferir opor-se ao cargo em Cabo Verde, podendo candidatar-se aos do Brasil, Índia ou Angola onde encontrariam, de certo, impensáveis possibilidades de granjear maiores honras e riqueza?

Pela análise dos inúmeros *curricula* desses oficiais, que nos chegaram às mãos, pudemos, de facto, encontrar o profundo sentido da caracterização feita por Gilberto Freire, relacionada com a trajectória e o percurso de um certo segmento da sociedade portuguesa, no qual se mostram logo incluídos tanto os governadores como os ouvidores-gerais providos para o Portugal ultramarino. Na sua mais do que reconhecida obra *Casa Grande & Senzala*, referindo-se ele, de modo genérico, aos reinóis destacados para os serviços no *Ultramar*, constatou o autor com extrema perspicácia que "Os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças num tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para a África [...]. Uma mobilidade espantosa. O domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo então conhecido como num formidável jogo de quatro cantos"¹¹⁵.

Se em todos os casos nomeados a afirmação é pertinente e comprovável, para os que foram servir de governador e capitão-general das ilhas de Cabo Verde e distrito de Guiné ela parece-nos por demais evidente. O almirante João Serrão da Cunha, por exemplo, obteve, em 1640, carta para governar Cabo Verde "em atenção aos grandes serviços que prestou no cerco de Moçambique, conquista do Ceilão, etc."¹¹⁶; Gonçalo de Gamboa Aiala, depois de servir mais de seis anos como capitão-mor de Cacheu, tendo aí "procedido com valor e satisfação, tomando navios castelhanos que àquela costa foram fazer resgate de escravos", foi, em 1649, nomeado para o governo das ilhas¹¹⁷; Manuel Pacheco de Melo, escolhido, algum tempo depois, para ir governar a capitania, havia assistido não só em várias partes do Reino como na Madeira, Brasil, costa africana e Angola. Exibia no seu *curriculum*, para além das marcas físicas que foi adquirindo nas diversas ocasiões de guerra em que participou, todos os postos militares por que havia passado no decurso dos trinta e dois anos de serviços à Coroa portuguesa, como soldado, capitão de Infantaria e de Mar e Guerra, sargento-mor da nobreza da corte, tenente de mestre de campo geral e mestre de campo. Ocupando-se, nos diversos níveis, de diferentes missões, tinha em terra e no mar acumulado grande

¹¹⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 36.

¹¹⁵ Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala*, 22ª edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1983, p. 9.

¹¹⁶ Barcellos, *op. cit.*, p. 243.

¹¹⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 7.

experiência militar sendo, por isso, recomendado pelo monarca para o governo de uma de suas conquistas. Coube-lhe o de Cabo Verde, em 1670¹¹⁸.

No sentido oposto, os que sobreviviam aos seus mandatos em Cabo Verde (física e civilmente) eram destacados para outros serviços e para outras terras: Jorge de Castilho, após ter governado aquela capitania, tornou-se um dos ministros *d'el-rei* no *Conselho Ultramarino*¹¹⁹ e José Pinheiro da Câmara, que antes tinha estado como capitão-mor da Praça de Bissau¹²⁰, teve, em seguida ao governo de Cabo Verde (1711-1715), o de São Tomé¹²¹.

Mas não obstante a experiência militar fosse um quesito necessário, exigido aos que iam servir em Cabo Verde, antes do mais, como capitães-generais, na qualidade de governadores, função que haviam de exercer, por inerência àquele posto, muitas vezes não passavam de estreatantes, sem nenhuma prática e traquejo em questões de governança civil e, em alguns casos até, sem nenhum respeito aos limites de jurisdição do cargo. Faltava-lhes, entre outras coisas, o próprio conhecimento das leis pelas quais haviam de guiar-se nas acções que empreendiam como governantes e isto havia de redundar, quase sempre, numa escandalosa intromissão da jurisdição alheia e não melhor gestão dos conflitos políticos da terra. Isto, aliado à crença de uma fiscalização deficitária sobre as suas intervenções nos múltiplos sectores da vida pública, conduzia a um desempenho largamente repreensível porque dissonante com a natureza e fundamentos do cargo. Particularmente críticos destas deficiências apresentadas pelos governadores, eram os ouvidores que, num misto de rivalidade e de interpretação mais rigorosa dos Regimentos, frequentemente tentavam provar, com as suas denúncias, a total ausência de sensibilidade daqueles para com a própria função.

O ouvidor Bravo Botelho, que terá muito bem conhecido os malefícios da desfasagem de preparação dos governadores, num e noutro aspecto, chegou a ajuizar o seguinte: "sucede [dizia ele, com algum escárnio] virem para estas ilhas alguns governadores tão inimigos das letras que não reconhecem que a mesma Palas que respeitam armada, se venera togada, e não lêem o Regimento tendo só por Regimen a sua vontade vendo-se deificados em uma terra em que se não segue a razão, senão o partido, e em que mais se teme o estrondo das armas, que a suavidade das leis"¹²².

Menos condescendente não seria o seu sucessor, o desembargador José da Costa Ribeiro, que, a seu tempo, viria experimentar, em várias frentes, a prepotência de Bento Gomes Coelho. As inúmeras e minuciosas críticas feitas a este governador iam suscitando da Corte pronunciamentos de repreensão às atitudes consideradas, também neste caso, pouco conformes com o Regimento pelo qual se deviam guiar os governantes. Em reacção a uma das cartas de Costa Ribeiro, avançava um dos órgãos do centro metropolitano com o seguinte parecer: "Ainda que nesta [...] se haja o ouvidor com demasiada e prolixa largueza, são tantos os desmanchos, insolências e desordens que noticia, que necessariamente se deve desculpar. É conhecida a ignorân-

¹¹⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 33.

¹¹⁹ Cf. Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. V, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1979, p. 511, 2 de Setembro de 1647.

¹²⁰ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 186.

¹²¹ Barcellos, *op. cit.*, parte II, pp. 208 e 241.

¹²² AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 73.

cia dos que regularmente são governadores destas ilhas, e capitães-mores, [e por isso] se fazem críveis todos os excessos que o ouvidor refere, e muito mais, na consideração de que qualquer destes governantes se persuade pode tudo o que S. Mgde pode. É preciso que o Conselho os advirta de que não podem tanto como cuidam, e que se devem conter em os limites de seus Regimentos"¹²³.

Para a Coroa, no entanto, importava sobretudo a defesa militar da província e, por isso, os governadores regulares eram, quase sempre, recrutados entre os que apresentassem no *curriculum* o pleno domínio das artes da guerra.

A par desta qualidade, a tendência, cristalizada em ordem expressa em meados do século XVII, foi exigir-se, também, que os governadores tivessem foro de fidalgo. Por isso, o *Conselho*, em consulta de 12 de Dezembro de 1681 para o governo de Cabo Verde, dos seis candidatos que se opuseram, indicou para a escolha apenas três, com o seguinte argumento: "E declara o Conselho que não vota nos mais sujeitos propostos (sem embargo dos seus bons serviços) por lhes faltar o requisito do foro, na forma que Vossa Alteza ordena por resolução de 23 de Janeiro de 1651 [...] que as pessoas [que] se lhe houvessem de consultar para os governos, fossem fidalgos, conhecidos e de merecimentos"¹²⁴.

A exigência de tal atributo considerado, aliás, ser "qualidade que convém que tenha, quem ocupar aquele governo, para ser mais respeitador"¹²⁵ com o passar dos tempos, teve, no entanto, de ser revista. Com a mingua dos candidatos, mormente os de tal estado, *el-rei* foi obrigado, sob pena de ter de deixar o governo (e não só o de Cabo Verde) sistematicamente vago, a não insistir neste quesito ou até mesmo a dispensá-lo como bem acusa uma consulta de 1694, em que o *Conselho* faz a seguinte declaração: "Por decreto de 19 de Dezembro do ano passado, ordena Vossa Magestade a este Conselho lhe possa consultar para o governo de Cabo Verde pessoas que não tenham o foro de fidalgo de sua Casa como se requer na forma dos Regimentos, vista a falta que há de opositores, procurando que sejam aquelas pessoas, em quem concorram os serviços e merecimentos que os pode fazer dignos desta ocupação"¹²⁶.

Nesta ocasião, nomeou-se para o governo das ilhas António Gomes Mena. Não era fidalgo e nem tão-pouco a maioria dos que lhe sucederam. Para o mandato seguinte, quando o *Conselho* deu parecer favorável a D. António Salgado, considerou: "e suposto que não tenha foro de fidalgo, um dos requisitos que Vossa Magestade recomenda se ache nos que houverem de opor aos governos, que V. M. lhe deve suprir nesta parte; atendendo [...] a que esta mesma graça fez a grandeza de V. M. a Ignácio Coelho da Silva quando o nomeou para o governo do Maranhão, e da mesma maneira Thomás de Brito de Aquino, quando o nomeou para este governo de Cabo Verde de que ele se escusou [...] E isto mesmo praticou com António Gomes Mena que presentemente governa aquelas mesmas ilhas, a quem V. M. depois de o haver nomeado o honrou com o foro de fidalgo em satisfação de seus serviços"¹²⁷.

¹²³ AHU, Cabo Verde, cx. 15, doc. 66, 1734.

¹²⁴ AHU, Cabo Verde, cx. 6A, doc. 171.

¹²⁵ AHU, Cabo Verde, cx. 4, doc. 7, 1649.

¹²⁶ AHU, Cabo Verde, cx. 8, doc. 1.

¹²⁷ AHU, Cabo Verde, cx. 8, doc. 64.

António Gomes Mena e D. António Salgado não sendo fidalgos eram, no entanto, ambos, cavaleiros professos da *Ordem de Cristo*¹²⁸. Todavia, mesmo esta "atenuante" nem sempre tiveram-na os que se lhes seguiram no mesmo governo. As dificuldades conjunturais encontradas para cumprir os requisitos do cargo conduziam a tolerância dos critérios. Esperava-se com a sua flexibilização o preenchimento regular das vagas, mas mesmo assim, nem com estas dispensas se conseguia sempre, como no mencionado caso de Tomás de Brito de Aquino, evitar as "escusas".

O facto é que não raras vezes a metrópole se viu em apuros para conseguir alguém que aceitasse aquele governo. O período que se segue imediatamente ao da Restauração foi, neste aspecto, especialmente crítico. Em 1644, por exemplo, sendo escolhido Rodrigo de Miranda Henriques, o mesmo recusou o governo por "razões" que apresentou¹²⁹ "e por isso foi nomeado António de Sousa Menezes [que] não chegou a tomar posse"¹³⁰. Foi então provido Gonçalo de Barros da Silva (1646) "e intimou-se-lhe que, sem a mais pequena demora, seguisse a tomar posse do lugar [...]". O novo governador impôs condições, sem o que não iria para o governo, pedindo 400 soldados, pólvora e balas¹³¹. Perante a recusa parcial destas exigências, escusou o lugar, fugindo em seguida para Castela, "pouco lembrado da fidelidade, e amor que me devia como a seu Rei, e senhor natural, e à sua própria pátria"¹³². O ocorrido mereceu áspere censura do *Conselho da Fazenda*, que recomendou a Sua Magestade "obrigar os seus vassallos a não renunciarem o serviço depois de nomeados"¹³³. Seria isto possível ou mesmo aconselhável como regra? Entretanto, o bom senso ditava uma ponderação mais equilibrada deste problema. A saída talvez estivesse num entendimento mais aturado entre as partes antes de serem efectuadas as nomeações.

Seis anos mais tarde (1651), à Coroa se depararam novas dificuldades para preencher a vaga do governo de Cabo Verde, surgida em virtude da morte prematura de Gonçalo de Gamboa Aiala. Nomeando-se primeiramente Constantino de Cadena, que já havia servido na Índia, Brasil e actualmente no Reino, este declarou-se incapaz de o aceitar devido à sua idade e "achques" e ainda por ser portador de uma "doença larga e perigosa de que esteve à morte"¹³⁴. Seguiu-se nova consulta e o *Conselho* apresentou cinco novos sujeitos, todos igualmente fidalgos, mas três deles aleijados de guerra, com mutilações várias, adquiridas nos campos de batalha, a serviço do Império: Miguel Ferraz Bravo, nas fronteiras do Minho e Trás-os-Montes; Manuel Pacheco, na recuperação de Angola; e Filipe Bandeira de Melo, em Pernambuco. Neste seu último parecer, o *Conselho*, que já se encontrava bastante admoestado pelas recusas sistemáticas, reparou com maior prudência: "E lembra-se Vossa Magestade por conveniência de seu real serviço, que o sujeito que V. M. escolher, se deve primeiro saber se aceitará por depois (não se acomodando) servir de ruim exemplo, e

¹²⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, docs. 1 e 64.

¹²⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 55.

¹³⁰ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 5.

¹³¹ *Idem*, pp. 8-9.

¹³² Brásio, *MMA*, vol. v, doc. 167; Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 11.

¹³³ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 9.

¹³⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 16.

as mercês que em semelhante ocasião se fazem, não se estimarem como elas merecem, de mais de os cargos enfeitados ficarem com menos predicamento¹³⁵.

Percebe-se das recusas, por muitas darem-se em função de recaírem as escolhas em pessoas que não haviam se candidatado ao cargo, por iniciativa própria. Foi também assim com Francisco Pita Malheiro, mestre de campo da província do Entre Douro e Minho, onde se encontrava exercitando o posto. Avisado da sua nomeação, em 1691, respondeu que "suposto esta honra era mui particular para a sua estimação como não merecida, nem solicitada, sentia agora mais do que nunca ver-se com sobrados achaques procedidos dos muitos anos de serviço, e com tão forçosas, como indispensáveis obrigações domésticas, como eram achar-se viúvo com uma filha entravada, outra de sete anos e um filho de dez, sem parente algum de quem fiasse a administração de sua fazenda, e educação de seus filhos, fundamentos que deviam empenhar clemência de Vossa Magestade para o escusar desta ocupação permitindo continue seu Real serviço naquela Província o que sempre faria com aquele efeito reciproco a sua obrigação"¹³⁶.

Não há dúvida de que o supostopositor àquele lugar não tinha a mínima intenção de ser honrado com o governo de Cabo Verde, para o qual fora arbitrariamente escolhido. Mas sob pena de causar alguma ofensa a *el-rei*, este e outros não podiam negá-lo simplesmente, sem deixar de fundamentar muito bem a escusa, o que deveriam fazer, com todo o tacto e delicadeza que a situação exigia. A uma justificativa considerada relevante para o efeito, um invólucro não menos cuidado pelo solicitante a fim de não ser sumariamente banido do *exército de reserva* mantido pela Coroa para a ocupação dos diversos postos existentes no Portugal imperial.

É que na verdade, entre a nomeação e o emposse do governo, no processo intermédio de confirmação e de concessão de provisão para o posto, havia ainda a possibilidade de escusa. Ou por parte do sujeito proposto, o que parece ter-se dado mais comumente, ou então, o que chegou também a acontecer, por uma reconsideração da escolha, motivada por exigências do eleito, entendidas como demasiadas ou mesmo impertinentes. Na citada consulta feita para o preenchimento da vaga deixada por Gonçalo de Gamboa Aiala, o monarca, após ter-se decidido por um dos candidatos recomendados pelo *Conselho*, rejeitou-o em seguida, face à reacção por ele apresentada, quando avisado da sua nomeação: "respondeu que ele não se escusa de servir a Vossa Magestade em tudo, e em qualquer lugar, mas que pretende que V. M. o mande acomodar para poder servir". Pedidos semelhantes, e que envolviam a solicitação de ajuda de custo para o "apresto e embarcação" do governador ou ouvidor nomeado, eram frequentes. No entanto, seguindo uma determinada fórmula, quase que padronizada, em que os solicitantes, munidos de um certo número de provas de análogas concessões anteriores, os faziam a título de mercê. No caso, em particular, por indignação, talvez ocasionada pela ausência de termos conformes naquele pedido, decidiu-se o monarca, ainda em 1651, pela nomeação de um dos outros opositores: Jorge de Mesquita de Castelo Branco¹³⁷.

¹³⁵ AHU, Cabo Verde, ex. 4, doc. 16. Parecer de 8 de Março de 1651.

¹³⁶ AHU, Cabo Verde, ex. 7A, doc. 130.

¹³⁷ AHU, Cabo Verde, ex. 4, doc. 16. Resolução real de 7 de Julho de 1651.

No capítulo das "escusas", também ele repleto de ocorrências significativas para uma compreensão mais globalizante do fenómeno dos provimentos, parece-nos igualmente importante citar o caso relacionado com o preenchimento da vaga deixada por António Galvão (1666), aquando do término do seu triénio. Estando já nomeado para o governo das ilhas e recusando o lugar por forçosos motivos que apresentou ao *Conselho* (viuvez recente e tutela de filhos e sobrinhos menores), António de Almeida de Carvalhais não quis, no entanto, abdicar total e definitivamente do lugar para o qual tinha sido escolhido. Por isso, juntamente com a nega, resolveu solicitar a Sua Magestade que a mesma proovesse outra pessoa para o dito mandato: "E que a mercê que lhe está feita haja efeito [...] indo suceder a pessoa provida"¹³⁸. A ideia seria, portanto, a da não rejeição pura e simples do lugar mas sim o retardamento, por três anos, da sua aceitação. Quando, porém, António de Almeida de Carvalhais voltou a candidatar-se, para a vaga de 1670, apesar de o *Conselho* ser unânime na indicação do seu nome para o mesmo posto, *el-rei* resolveu preterir-lo em favor de Manuel Pacheco de Melo¹³⁹. A reacção régia nos leva a pensar que sendo a conjuntura outra, talvez já não houvesse a mesma disponibilidade para prover António Almeida Carvalhais para o referido governo e, quem sabe, até, para o de outra capitania qualquer.

A escusa, por parte *d'el-rei*, poderia dar-se, também, pelo real desejo de colocação de alguém, em especial, no dito lugar. Esta reserva de soberania, embora não chegasse a concorrer com as vias normalmente utilizadas para a realização dos provimentos, foi, por algumas vezes, accionada. Em 1652, por exemplo, na consulta sobre sujeitos para o governo de Cabo Verde, feita excepcionalmente "em razão das queixas repetidas que tem chegado a Vossa Magestade dos procedimentos de Jorge de Mesquita de Castelo Branco, que está no mesmo governo de Cabo Verde, e que V. M. quer que saia logo dele", perante a apresentação da lista de candidatos, a resposta régia foi simplesmente: "Não tem já lugar"¹⁴⁰. Não se tratou este de um caso único, pois, em 1731, noutra consulta realizada para o mesmo fim, registou-se atitude semelhante. Encaminhada a *el-rei* com os nomes para que o mesmo procedesse à escolha, o monarca fê-la retornar ao *Conselho*, com a seguinte resolução: "Com a petição inclusa de Bento Gomes Coelho, torne-se a consultar"¹⁴¹. Com efeito, foi Bento Gomes Coelho, que apresentou um *curriculum* de mais de trinta e dois anos de serviços prestados no Reino e na Catalunha, o candidato provido para o governo das ilhas, em 1732¹⁴².

Mas se assim podia agir o soberano, contrariando, de certa forma, a sequência dos actos do provimento, do *Conselho*, porém, não se esperava outra coisa senão o cumprimento da norma regimental. Qualquer desvio, mesmo que justificado, era susceptível de reparo e, a seguir, de correcção. Duas ocorrências, relacionadas com a apresentação de candidatos para o cargo de governador das ilhas, poderão ilustrar esta ideia. Referiremos, em primeiro lugar, a recusa do próprio *Conselho* em atender ao

¹³⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 19.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 49.

¹⁴¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 23.

¹⁴² AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 64.

pedido de João Ferrão de Castelbranco, que fora de horas quis oferecer-se para suprir a demora do sujeito provido. Sabendo o solicitante da nomeação de Francisco de Figueiroa para render Pedro Ferraz Barreto que já de há muito tinha acabado o seu tempo como governador em Cabo Verde; e sabendo, também, do pouco empenho daquele em seguir imediatamente para o seu novo posto, decidiu requerer "entrar no dito governo", entre um e outro mandato, até que aquela nomeação se pudesse consumir¹⁴³. A reacção do *Conselho* a tal requerimento, que num parecer de 1658 dava mostras de inequívoca discordância com semelhante proposta, sublinha a necessidade de preservação e de seguimento da norma em vigor. Expressou-se, na altura, nos seguintes termos: "que João Ferrão tem o foro de fidalgo, e [vem] servindo a Vossa Magestade muito bem, e se tem por capaz de ser consultado quando o governo de Cabo Verde que pretende esteja vago, o que de presente não está, pois Pero Ferraz o ocupa, e Francisco de Figueiroa tem despachos passados dele; E quando constar com certeza que ele não vem, então se proporá a Vossa Magestade a João Ferrão, com os mais sujeitos que aparecerem"¹⁴⁴.

Atento às normas e à sequência dos passos considerados necessários para a efectuação das nomeações, o *Conselho* porém não se achava totalmente isento de constrangimentos à realização da sua função, tal qual se previa. Uma outra ocorrência reafirma, em circunstância diversa, a importância da manutenção, no processo de escolha, da obrigatoriedade de apresentação de uma pluralidade de opções. Considera-se para o efeito a consulta de 1680 em que o tribunal indicou apenas o nome de Duarte Teixeira Chaves para o governo de Cabo Verde. Sendo recusada a confirmação deste único sujeito para o dito governo foi-lhe, da parte *d'el-rei*, exigida nova consulta, com o seguinte argumento: "O Conselho Ultramarino (não obstante houvesse um só opositor a esse governo) me consulte três sujeitos dos que julgar mais convenientes para ele, na forma do regulamento e nos proporá remetendo de novo esta consulta"¹⁴⁵. Os conselheiros foram então obrigados a acrescentar mais dois nomes na sua lista de opositores (possivelmente, de não solicitantes) o que terá servido somente para cumprir a formalidade exigida já que o soberano, entre todos, não deixou de escolher o próprio Duarte Teixeira Chaves para o referido governo¹⁴⁶.

Esta última passagem nos induz a um maior questionamento, ainda acerca da mesma problemática do preenchimento das vagas de governo, sobre as dificuldades de recrutamento dos titulares. É que se a proposição de vários sujeitos para a escolha havia, em tese, de propiciar uma melhor opção para o governo daquela capitania, de outra parte, como se viu, nem sempre se mostrou fácil recrutar pessoas dotadas dos requisitos tidos e havidos como necessários e que, mesmo assim, estivessem dispostas a aventurar-se ao serviço daquelas ilhas. Consideremos que para lá dos problemas individuais, apresentados por aqueles que optassem por rejeitar a missão em Cabo Verde, existiram outros, de carácter impessoal e externo, também inibidores dos potenciais candidatos.

¹⁴³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 50.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 155.

¹⁴⁶ Não chegou a tomar posse.

Uma das razões frequentemente alegadas para recusa dos postos era a afamada "malignidade do clima". O clima, no entender do ouvidor João Coimbra Soeiro (1697), "não convidava" ou mesmo "desanimava" o ânimo dos pretendentes ao governo daquela capitania¹⁴⁷. Esta ideia, sempre recorrente, encontraria lugar também nos textos de António Pusich, que governou as ilhas na segunda década do século XIX. Numa análise por ele feita, algum tempo depois do término do seu mandato, chegaria à seguinte conclusão: "Uma das coisas de pouca prosperidade das ilhas de Cabo Verde, e que os homens de habilidade e préstimo repugnam de ir aí servir os cargos públicos, é sem dúvida o existir na ilha de Santiago a sede do Governo, e as mais autoridades administrativas; porque sendo aquela ilha doentia, todos fogem dela"¹⁴⁸. Aos que não tivessem fugido antecipadamente, por mesmo assim querer aceitar o desafio, restava o lamento, quase que certo, registado *a posteriori*. O desabafo do governador Bartolomeu de Sousa de Brito Tigre (1765) pode ser, entre muitos, citado como exemplo, pois também ele, em estando na ilha, iria padecer de "infinitas" doenças "que por cinco vezes tenho chegado ao último da vida"¹⁴⁹.

A segunda razão apresentada para a não aceitação da missão naquela capitania tinha a ver com a insegurança que ali se vivia em função dos frequentes ataques de corso e pirataria a que as ilhas, por serem uma rota importante de navegação e tráfico, nunca puderam escapar¹⁵⁰. A título de ilustração, apenas lembramos a famosa invasão de Santiago, em Maio de 1712, perpetrada por uma esquadra francesa composta por 12 navios de guerra, a qual deixaria marcas indeléveis sobre aquela sociedade. Carreira chegou a resumir o episódio iniciado com o desembarque dos respectivos soldados na Praia Negra: Logo "Prenderam o capitão-mór e espalharam-se pela ilha roubando o que podiam, incendiando casas e fazendas agrícolas, e destruindo quanto não se podia transportar. Prenderam mulheres e crianças como reféns, por os homens, na maioria, se terem retirado para os montes, alguns deles com o objectivo de preparar a resistência, outros para escapar a possíveis actos de violência. Depois de queimarem as casas, e o seu recheio, incluindo valiosa documentação, pilharam as igrejas e, em especial, as casas ricas. Levaram os sinos da Sé e de quantas igrejas existiam dentro da cidade; toda a pólvora e balas miúdas do armazém e fortaleza; mais de 110 peças de escravos, entre forros e captivos, entre rapazes e raparigas; quanta prata havia na Misericórdia, mais de 8000 cruzados; quantas pratas e vasos sagrados havia na Sé e por fim o Santo Crucifixo do Santo Lenho, todos os cálices das igrejas que puderam apanhar, afora muitas cousas que o povo escondera nas igrejas e conventos, cuidando que ali estariam seguros, e todas as fazendas que pelas casas acharam; mesas, escritórios, contadores, leitões, tudo o que tinha metal de bronze não escapou"¹⁵¹. A reper-

¹⁴⁷ AHU, *Cabo Verde*, ex. 8, doc. 62.

¹⁴⁸ António Pusich, "Esboço sobre a forma de governo administrativo das ilhas de Cabo Verde" in *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde* (Recolha, anotações e apresentação de António Carreira), Lisboa, 1987, p. 141.

¹⁴⁹ AHU, *Cabo Verde*, ex. 29, doc. 12.

¹⁵⁰ V. a este propósito António Carreira, *Cabo Verde. formação e extinção de uma sociedade escravocrata*, capítulo IX, intitulado "Assaltos dos corsários. Sua influência na fuga de escravos e no tipo de povoamento.", pp. 337 e segs.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 344.

cussão destas infelizes façanhas sobre os candidatos aos altos cargos em Cabo Verde era inevitável. E se em outras latitudes a população autóctone constituiu-se no principal alvo de preocupação dos colonizadores a nível de segurança, em Cabo Verde, a ameaça maior vinha de fora. Estes dois factores, de ordem tão diversa – o climático e o relativo à segurança –, contribuíam para uma ideia negativa do arquipélago e em muitos casos funcionaram como elementos desmotivantes para o livre concurso aos cargos e ofícios em Cabo Verde.

A própria travessia até Santiago, em mar coalhado de corsários e aventureiros, prontos a surpreender quem quer que lhes cruzasse os caminhos, mereceu, em alguns momentos considerados críticos para a navegação portuguesa, larga ponderação dos que haviam de ter a Ribeira Grande como destino. O licenciado Francisco Pereira encontra-se entre as vítimas dos apresamentos praticados nas águas do Atlântico. Nomeado para ir servir de ouvidor e provedor da fazenda das ilhas, embarcou para Cabo Verde, mas no percurso "foi cativo pelos mouros e levado para Argel, onde o venderam por excessivo preço por ser ministro de Vossa Magestade"¹⁵². Resgatado, depois, pela Coroa "chegou de Argel em Dezembro de 1674, livre do cativeiro de mais de cinco anos"¹⁵³. Este desvio fez-lhe adiar o serviço nas ilhas por mais de um quinquénio, mas, enfim, para lá seguiu novamente, em 1675, a fim de efectivar a sua nomeação.

Pouco depois, em data muito próxima àquela (1678), era Manuel da Costa Pessoa a ter de lidar com o mesmo tipo de constrangimento. Provido, pela segunda vez, no governo de Cabo Verde e manifestando-se já pronto para seguir, teve de retardar a sua ida por não conseguir encontrar, de imediato, quem o quisesse transportar. Dos três mestres de navio, consultados para o efeito, um deles, pelo menos, apresentava como argumento "não ser a nau capaz de ir a Cabo Verde pelos riscos que naquela costa há para os navios deste porte, e achava que se este navio fosse lá o mandava para perder-se"¹⁵⁴. Neste caso, a intervenção do monarca revelou-se decisiva para a persuasão do mestre do navio "Santo Lenho" que, por fim, em troca de uma boa quantia, concordou em seguir em direcção a Cabo Verde para "deitar" o governador juntamente com o seu fato e matalotagem e toda a gente que o acompanhava¹⁵⁵.

Insalubres e condicionadas a uma trajectória perigosa, sempre sujeitas às hostilidades das nações inimigas, as ilhas, para além do mais, foram-se transformando, pela sua crioulização demasiadamente surpreendente para alguns, num local pouco atraente, para os portugueses, do ponto de vista social. A crescente escassez de brancos e o consequente aparecimento de uma gente parda, ocupando os lugares antes reservados àquelas pessoas com as quais os reinóis recém-chegados e em missão podiam identificar-se, eram outro factor de ponderação. Por vezes, estes argumentos vinham sequenciados nos depoimentos sobre a terra, expressos pelos que lá se encontravam cumprindo o seu triénio e, em seguida, nos documentos emitidos pelas

¹⁵² AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 36.

¹⁵³ Barcellos, *op. cit.*, parte II, pp. 49 e 56.

¹⁵⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 128.

¹⁵⁵ *Ibidem*.

instituições centrais encarregadas de apreciá-los. Tantas vezes foram retomados que, no Reino, a ideia genérica que se podia ter dos postos em Cabo Verde incluía sempre invariáveis de conteúdo negativo. Veja-se, a propósito, o parecer emitido pelo procurador da fazenda, em 1713, quando solicitado pelo *Conselho Ultramarino*, para pronunciar-se acerca de certos gastos que na altura se faziam, necessários para com a estrutura defensiva de Santiago. Ainda sob o impacto dos recentes acontecimentos sobre a ilha, escrevia ao *Conselho*: "lhe parece, que toda a despesa que se fizer com Cabo Verde e suas ilhas é perdida porque tudo está não só a cortezia das nações, e piratas, mas ainda dos mesmos negros, porque são terras tão inclementes para os naturais da Europa, que se escapam da doença da terra, que são poucos, não duram mais que dez anos"¹⁵⁶.

Os argumentos iam-se, de facto, sedimentando com as sucessivas cartas e relatórios enviados, de Cabo Verde à Corte, a título de queixas, denúncias ou de mera informação. O ouvidor Bravo Botelho, que, depois de perder parte dos homens que o haviam acompanhado nesta missão, teve de experimentar na própria pele a afamada "inclemência" climática do lugar¹⁵⁷, lamentava, em uma de suas cartas, a má sorte que lhe tinha vindo ao encontro desde que pisara em Santiago: "Parece-me supérfluo [começava assim a sua missiva] expor a Vossa Magestade a malignidade do clima desta Ilha, que é inimigo cruel da vida humana, e principalmente dos homens brancos; porque bem provada está a sua malignidade com a experiência de tantas vidas tiradas ao impulso do seu rigor e dominando nela Cancer, parece que domina Saturno, pois enfim é terra que na sua limitada grandeza dá mais trabalho a Átropos que todas as terras do mundo, e me parece mais cemitério que povoação". Seguiu, depois, explicando: "Para ela vim por minha livre vontade servir a Vossa Magestade sem me servirem de óbices as calamidades que nela ouvia contar. Logo que cheguei a ela não senti o seu rigor, porque como havia de fazer grandes estragos, gastou mais tempo no descarregar do golpe e assim sucedeu porque faleceu meu irmão e um criado que trazia; e eu estive em grande perigo, e escapei por misericórdia divina depois de inumeráveis calamidades que padeci e ainda padeco, e na verdade não posso dizer que vivo senão que duro"¹⁵⁸.

Bravo Botelho havia rumado para as ilhas ciente, por ter "ouvido contar", de algumas das dificuldades que teria de enfrentar naquela missão. Para além das mencionadas ter-se-ia, certamente, inteirado da situação económica de Cabo Verde, nada propícia ao enriquecimento e pouco para a satisfação dos salários do quadro administrativo e eclesiástico local¹⁵⁹. Para muitos, esta talvez tenha sido a causa

¹⁵⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 75.

¹⁵⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 27.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ O problema do descompasso sistemático das receitas com as despesas efectuadas nas ilhas, a nível da folha de pagamentos, remonta ao tempo do contratador João Sociro. Já naquela altura (1613) inúmeras queixas chegavam a Lisboa, acusando a dívida que se ia acumulando para com as ordinárias. Entre as muitas cartas enviadas ao Reino pelas diversas autoridades da capitania, naquele ano, seguia a do governador Francisco Martins de Sequeira em que lamentava o "miserável estado em que ficava esta ilha [i. é, a de Santiago] assim por não haver registos como por não pagarem as ordinárias" (AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 28; também in Brásio, *MMA*, vol. IV, doc. 126).

decisiva para a não candidatura aos lugares que lá se ofereciam. A fragilidade financeira das ilhas, advinda de uma actualização do percurso do tráfico que não mais as incluía como entreposto obrigatório de escravos para o Novo Mundo, atingia visceralmente os "filhos da folha", dependentes que eram dos recursos recolhidos localmente, a nível de impostos. Para quem havia de governá-las, o constrangimento derivado desta situação era redobrado, pois, não podendo contar, a tempo e horas, com os próprios ordenados, havia ainda de gerir a tensão social ocasionada pela falta geral de salários. O mesmo se poderá dizer dos ouvidores-gerais, incumbidos que estavam, como provedores da fazenda régia nas ilhas, de repartir os parcos recursos arrecadados, quando isto se tornava possível. Não foi por acaso que os momentos mais difíceis de recrutamento de governadores (e também de ouvidores-gerais) para Cabo Verde tenham ocorrido a partir da segunda metade do século XVII. Nessa época, a economia das ilhas encontrava-se em franco declínio, pela ausência de navios nos seus portos. Daí para a frente, a situação tendeu sempre a piorar para os moradores das ilhas e para os "filhos da fôlha", privados por largos períodos das suas remunerações. Os reclamos dos que lá serviam faziam eco em Lisboa, desincentivando os possíveis pretendentes aos lugares disponíveis, mormente para os cimeiros e de maior responsabilidade, como eram o de governador e o de ouvidor-geral das ilhas.

Mas mesmo assim, com mais ou menos expediente e trabalho para os organismos centrais, acabava-se sempre por encontrar alguém que, por necessidade ou profundo sentido da sua condição de peça estratégica no grande tabuleiro do Império, rumava para a capitania para preencher o lugar que se oferecia. Seguiam intementes estes ouvidores e governadores, convictos da sua resistência e tenacidade para cumprir, no mínimo, o triénio para o qual haviam sido providos e não para sucumbir, em plena missão, sem que a mesma tivesse chegado ao seu término. Esta foi, infelizmente, a condição de muitos que, à chegada ou poucos meses depois de pisarem em Santiago, viam-se fatalmente apanhados pelas enfermidades da terra ou, quando não, pelo golpe dos rivais que, com arma ou peçonha, ceifavam, para sempre, a vida destes oficiais.

Estas mortes, quase sempre inesperadas para eles próprios e prematuras para a organização, bastas vezes deixaram a capitania à mercê de soluções internas para a eleição de governador ou ouvidor, evidentemente, em carácter interino. Tratava-se, em regra, especialmente no caso das vacaturas do governo por morte, nas quais nos fixaremos por ora, de situações tensas e conturbadas devido à luta travada entre as várias autoridades locais pretendentes ao lugar. Na linha da frente desta disputa encontravam-se a câmara, o bispo e o ouvidor em exercício que, na falta de "vias de sucessão" ou de uma indicação prévia anunciada no regimento do governador sobre o sucesso do governo no caso de falecimento, vinham reivindicar, cada um de sua parte e maneira, o direito a tal substituição. O primeiro destes momentos críticos, e que serviu para inaugurar um período quase que cíclico de governos interinos pela frequência dos acontecimentos, deu-se com a morte do governador Francisco Rolim (1622), que não chegou a atingir mais do que cinco meses no cargo¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Barcellos, *op. cit.*, parte I, p. 219.

Desprovido, Francisco Rolim, de qualquer documento oficial que indicasse a sucessão em caso de morte, resolveu, por iniciativa própria, quando possivelmente sentiu que aquele seria o seu fim, declarar, no seu testamento, o bispo D. Manuel Afonso Guerra, como seu sucessor. Tal escolha, inicialmente contestada pela câmara, que reivindicava ser ela, naturalmente, a assumir o governo em tais situações, veio depois contar com a concordância da instituição¹⁶¹. A grande tensão social, gerada em torno do acontecimento, e o claro entendimento de que o problema não havia de esgotar-se no caso em si impunham, todavia, uma chamada de atenção para a questão das sucessões interinas. Por isso, mesmo aceitando a eleição do bispo, não se escusou a mesma câmara de apresentar ao centro decisor, por via de certos capítulos, a sua preocupação para com os casos vindouros, o que o juiz das Índias, mediante a inquirição de certas testemunhas "que ultimamente vieram daquela ilha", traduziu num relatório que evocava a extrema necessidade que havia em "dar Vossa Magestade ordem certa que se haja de guardar nas eleições de Governador quando aconteça de falecer a pessoa que estiver governando sem haver vias. Porque com isso se escusarão grandes perigos, e inconvenientes que há nas eleições, porque há muitos pretendentes ao governo na dita ilha. E já por falecimento de Dom Francisco Rolim estiveram arriscados a grande alteração, e agora dizem que se falecesse o bispo que governa, haviam de governar às semanas, ou se haviam de matar; e assim me parece necessário [concluía o magistrado] ordenar V. M. o que se deve fazer quando falecer quem governar sem haver vias"¹⁶².

O bispo, na altura D. Fr. Afonso da Guerra, governou interinamente pouco mais de um ano, vindo também a falecer (1624)¹⁶³, antes que do Reino chegasse algum enviado de Sua Magestade para o lugar. Assim, pôde a câmara, agora ela, ocupar-se da governança da capitania até à tomada de posse de D. Francisco de Vasconcelos da Cunha, entretanto nomeado para o governo de Cabo Verde para o triénio de 1625-1628¹⁶⁴.

Cerca de vinte anos depois, face à inesperada morte do governador João Serrão da Cunha (1645), era a vez do bispo Fr. Lourenço Garro repetir a façanha, em moldes muito parecidos com a de D. Afonso Guerra, pois também ele não se livraria da morte e nem seria imediatamente substituído por um novo governador, havendo de ser a câmara a completar mais este período de interinidade do governo¹⁶⁵. A grande novidade aqui reside, porém, na fonte de contestação, deslocada, neste caso, para a pessoa do ouvidor em exercício. Não tendo o dito bispo sofrido qualquer resistência por parte da câmara que, aliás, de imediato, o elegeu para o referido governo, veio a encontrar oposição em Pedro do Canto Pacheco que, para além de não querer reconhecê-lo "por governador", fez tudo para invalidar a escolha de Jorge de Araújo de Mogueimes para tenente do governo interino¹⁶⁶. O sucedido põe em evidência o

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

¹⁶² V. Brásio, *MMA*, vol. v, pp. 14-17.

¹⁶³ Cf. Anónimo de 1784 (Apresentação, notas e comentários de António Carreira), *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde* ..., p. 45.

¹⁶⁴ V. Chelmicki e Varnhagen, *op. cit.*, tomo II, pp. 14-15.

¹⁶⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 67.

¹⁶⁶ Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. v, p. 444.

forte esquema de alianças existente na terra e a grande luta de facções rivais, particularmente aguçada nestes momentos de disputa em torno do exercício interino do governo¹⁶⁷. Assumindo novamente a direcção da capitania, com o ulterior falecimento de D. Fr. Lourenço Garro (fins de 1646)¹⁶⁸, a câmara há-de repartir esta função com o distinto morador da ilha, Jorge de Araújo de Mogueimes, elevado então a capitão-mor "para acudir as cousas da milícia"¹⁶⁹.

Aceitando o lugar de governo após a intervenção do bispo, nas alturas, porém, em que a própria sé se encontrasse igualmente privada do seu titular, era a câmara a propor-se, imediatamente, para o preenchimento interino da vaga. Na segunda metade do século XVII, a participação do Senado da Ribeira Grande nesta esfera de governação da capitania foi particularmente intensa, chegando, em alguns momentos até, a quase alternar-se com os governos regulares. Considere-se, para o efeito, os mandatos de Roque de Barros Rego e de Gonçalo de Gamboa Aiala que acabaram por tornar-se, involuntariamente, nos casos mais emblemáticos de inversão da normalidade em termos de exercício de governo em Cabo Verde. Enviado o primeiro, em 1648, para render o governo interino em gestão, seis meses depois de iniciar o seu mandato já se encontrava morto, vindo a suceder-lhe novamente a câmara¹⁷⁰ pela vacância da sé, que, aliás, iria perdurar por vinte e seis anos consecutivos¹⁷¹. Voltou assim a câmara a governar com o auxílio do ouvidor Manuel Pais de Aragão¹⁷², até meados de 1650, quando, então, Gonçalo de Gamboa Aiala chegou para assumir o posto. Pouco mais de cento e vinte dias, no entanto, duraria o seu governo¹⁷³.

A morte novamente do governador "em falta de vias de sucessão e de bispo que lhe sucedesse" trouxe, desta vez, muito provavelmente em função dos resultados da experiência anterior, ao invés da conciliação entre as duas maiores forças pretendentes à vaga – a câmara e o ainda ouvidor Manuel Pais de Aragão –, uma verdadeira luta pela posse do governo¹⁷⁴. Movendo-se agora dúvidas "sobre a pessoa que governasse enquanto Vossa Magestade não mandasse o contrário", debaixo de muita tensão e discórdia acabaram por prevalecer os votos do senado que, com o apoio dos cidadãos, conseguiu eleger Pedro Semedo Cardoso para o lugar¹⁷⁵. Esta solução de governo era, de facto, inédita e estava longe de ser pacífica. Concentrar num único cidadão, natural da própria terra, tamanha responsabilidade era acto surpreendente, mesmo para alguns conterrâneos. Contrastava logo com a governação interina anterior, em que câmara e

¹⁶⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 74.

¹⁶⁸ Cf. Anónimo de 1784 (Apresentação, notas e comentários de António Carreira), *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde...*, p. 46.

¹⁶⁹ Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. v, p. 480.

¹⁷⁰ Anónimo (Apresentação, notas e comentários de António Carreira), *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde...*, p. 67.

¹⁷¹ V. Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares, "Igreja, Missionação e Sociedade", in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II (coord. Maria Emília Madeira Santos), IICT – Portugal / INAC – Cabo Verde, Lisboa, 1995, p. 412.

¹⁷² V. AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 175.

¹⁷³ Cf. Chelmicki e Varnhagen, *op. cit.*, tomo II, p. 214.

¹⁷⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 16.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

ouvidor haviam governado, "ambos com voto igual"¹⁷⁶. Contra esta eleição, para além do inconformado ouvidor, insurgir-se-ia também Pedro de Barros que, como Manuel Pais de Aragão, havia de reivindicar a mesma sucessão dizendo que "só a ele como sargento-mór competia o governo"¹⁷⁷.

A inquietação com que viveu a ilha durante este período de governação interina, de que era dado ao Conselho Ultramarino pleno conhecimento, aconselhava a rápida reposição da normalidade. Pedia-se, insistentemente, que "sem dilação" fossem logo propostas ao monarca pessoas para o dito governo e lembrava-se, a tal propósito, da conveniência que havia "do novo governador levar regimento geral em que se especificasse quem devia substituí-lo no caso de morte ou impedimento"¹⁷⁸. Em Lisboa, o Tribunal já se movimentava no sentido de sanar o problema, quando a situação veio a agravar-se ainda mais com a eleição camarária de 1651, menos favorável a Semedo Cardoso. No compasso de redobrados apelos ao centro decisor para que não deixasse perpetuar a situação, considerada muito ruínosa para a terra, é que se tem conhecimento da régia deliberação acerca da nomeação de um governador para a capitania e da norma a seguir quando a interinidade se impusesse, neste caso, "que a sucessão e serventia nas vacantes recaísse na câmara e ouvidor"¹⁷⁹. A decisão ficou sendo de facto esta, implicando regularmente, o que a resolução não chega a particularizar, a participação nesta gestão interina do sargento-mor de Santiago "a quem nas vagantes toca o governo da guerra assim como ao ouvidor a justiça e a câmara o político"¹⁸⁰.

Evidentemente que apesar destas declarações feitas pretensamente para a generalidade dos casos, mas a propósito de um em concreto, persistia sempre a dúvida acerca do caminho a seguir a cada nova vaga de governo inesperada. Por ter-se também em conta o "estilo" utilizado na terra e por haver, dependendo dos governantes enviados, alguma ordem régia específica acerca da matéria, a questão "da sucessão" extraordinária seguia permanecendo mais ou menos em aberto. Se o bispo, como figura influente da arena política local, mantinha-se em geral como potencial candidato aos governos interinos, também os ouvidores-gerais, entendidos como "adjuntos" da câmara em algumas destas governações, procuravam ter, entre os parceiros, o protagonismo necessário que lhes possibilitasse pleitear, nestas situações, a hegemonia política. Assim, mau grado as definições tendentes à fixação de uma norma, no terreno o que acabava mesmo por prevalecer era o prestígio pessoal em combinação com as alianças possíveis no quadro dos notáveis da terra e que podiam, a qualquer tempo, rearranjar-se de modo diferente.

Na vaga de 1676, por exemplo, originada pela surpreendente morte do governador João Cardoso Pizarro, que não chegou a durar dois meses no poder¹⁸¹, a questão da sucessão interina se punha novamente com características muito seme-

¹⁷⁶ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 16.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 17.

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁹ Barcellos, *op. cit.*, parte II, pp. 17-18.

¹⁸⁰ AHU, Cabo Verde, cx. 5, doc. 50, 1656.

¹⁸¹ Cf. Chelmecki e Varnhagen, *op. cit.*, tomo II, p. 215.

lhantes às de antes. Mas era agora o ouvidor, acusado pelo bispo de não querer "ficar de fora do governo", a tomar a dianteira do processo de nomeação. Para tal, recorrendo-se o magistrado primeiramente a esta autoridade eclesiástica com a estratégia de virem a ser os dois nomeados para o dito governo, perante a recusa ponderada de D. Fr. António de S. Dionísio, "se juntara com os oficiais da câmara subornando os votos para a eleição, e se fizeram governadores"¹⁸². Não obstante, como apontava o bispo, "saber conforme os assentos dos livros da câmara que por morte dos governadores era estilo elegerem-se os bispos quando os havia"¹⁸³. Da apreciação do procurador da Coroa, levado a pronunciar-se sobre a eleição e disputa gerada em torno dela, percebe-se bem a ausência de uma norma sistemática para tais situações. Respondeu, pois, o procurador ao *Conselho Ultramarino*, "que para poder dizer neste negócio, [...] lhe era preciso saber duas cousas, a primeira se os governadores levavam no seu regimento poder para que vendo-se em perigo de vida, nomeassem pessoas que sucedam no governo, a segunda se havia resolução de Vossa Alteza pela qual estivesse determinado quem deveria governar em semelhante caso, ou se por ela se mandava fazer eleição"¹⁸⁴.

A ignorância total do procurador acerca das orientações anteriores e da prevalência de uma ou outra nos casos antepostos denuncia, a nível da definição do problema face à lei e normas regimentais, o estado da questão da sucessão interina no último quartel do século XVII. E tal era ele que o próprio *Conselho* não se coibia em chamar a atenção para as "discórdias e novidades" frequentemente apontadas por "não haver nas conquistas vias de sucessão". À excepção do Estado da Índia, referenciado como caso único na observância de uma norma neste particular, não se contava em nenhuma outra parte do Império, inclusivamente nas ilhas, com um entendimento genérico do problema aplicável a todos os casos de impedimento ou morte do governador. Ao invés, com o que se podia realmente contar era, como em Cabo Verde, com uma ordem pontualmente emitida a um governador, de execução imediata mas que podia, contudo, ser tomada, em circunstâncias semelhantes, como um precedente a seguir.

Na vacância do governo, em 1676, a questão da precedência mostrou-se fundamental para justificação do acto da eleição que veio a realizar-se no local pois, não dispondo os interessados de uma ordem especial emitida ainda em vida do governador, aceitou o *Conselho Ultramarino* a iniciativa, parecendo-lhe que "procederam com o estilo que acharam do tempo que governou João Serrão da Cunha que faleceu naquela Ilha, ficando o bispo governando conforme a eleição que se fez, e isto mesmo observaram na morte de João Cardoso Pizarro"¹⁸⁵. Quer dizer que, na ausência de lei, parecia lógico aceitar a adopção do *estilo*¹⁸⁶ para a resolução de um problema semelhante. Dos males, o menor, pois, mesmo reconhecendo ter havido uma grande

¹⁸² AHU, Cabo Verde, cx. 6A, doc. 115, 1677.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ A propósito da importância do *estilo* e das circunstâncias da sua adopção V. Zelinda Cohen, *Controle e Resistência no Quadro do Funcionalismo Régio Insular*, p. 37.

tensão social em volta da constituição do governo interino, defendia o tribunal não ser conveniente a sua contestação "por se entender que se Vossa Alteza ora inovar outra forma da em que está aquele governo, servirá de maior perturbação ao sossego dos moradores e conservação daquela ilha"¹⁸⁷.

No fundo, a questão parecia permanecer em aberto com a tradicional vantagem para o bispo. Aceitava-se, na verdade, que, estando um prelado em exercício e mostrando-se o mesmo apto e disponível, havia de ser ele o candidato mais indicado para a vaga do governo. Caso contrário, como viria a ocorrer em 1690, por altura da morte do governador Diogo Ramires Esquível, era a câmara a ficar a governar "com o ouvidor geral por adjunto"¹⁸⁸. Nesta precisa ocasião, um marco para todos os efeitos, não pela ausência do prelado e nem talvez por indigitar-se de *motu proprio* indisponível, mas antes pelas "grandes culpas" que pesavam sobre o pontífice¹⁸⁹.

D. Fr. Vitoriano Portuense, bispo em exercício e com experiência recente no domínio da governação interina, assumida por ele antes do curto mandato de Ramires Esquível, não devia, aos olhos das demais autoridades, reencarnar, novamente, a figura de bispo-governador. Aplaudido pelo senado da câmara e pelo ouvidor-geral por ter aceite acumular as funções dois anos antes, D. Fr. Vitoriano Portuense veio a ser severamente criticado por ambos pela dual gestão que fizera, considerada confusa, despótica, abusiva e cheia de irregularidades¹⁹⁰. A repercussão nos organismos centrais destas críticas faz-se logo notar no procurador da Coroa que, no parecer emitido a respeito, passa a requerer do *Conselho Ultramarino* que alerte Sua Magestade para "os grandes inconvenientes e absurdos que se seguem, de que se entregue a jurisdição secular nas conquistas aos bispos, para que em nenhum caso a tenham, ainda que seja em falta de governadores"¹⁹¹. Um alerta importante mas que poderia revelar-se de pouca eficácia se, na prática, não se tivessem cuidados adicionais para com os apetites dos bispos.

O governador António Gomes Mena, quanto a este particular, rumou para as ilhas muito mais prevenido. Quando em 1696 sentiu rondar a morte, por achar-se devidamente instruído no caso de tais vicissitudes, tratou imediatamente de convocar a câmara e o ouvidor-geral, aos quais entregou o governo "dizendo que Vossa Magestade lhe tinha encomendado que no caso que lhe sucedesse alguma cousa não entregasse o governo senão aos oficiais [da câmara], e com efeito, fez jurar pleito e homenagem dele ao presidente deste senado [*i. é, o ouvidor-geral*] e ao juiz mais velho em nome dos mais"¹⁹². Morreu Gomes Mena em 11 de Novembro do mesmo ano¹⁹³, ficando a câmara a governar até à posse de D. António Salgado, em inícios de 1698. Manifestamente despeitado por não ser ele agora a servir de governador, lamentava D. Vitoriano Portuense, a meio das críticas que ia tecendo aos resultados desta solução, a composição do senado, para ele, com demasiado peso dos naturais da

¹⁸⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 115.

¹⁸⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 129.

¹⁸⁹ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 103.

¹⁹⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, docs. 106 e 107.

¹⁹¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 106.

¹⁹² AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 62; Cf. Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 132.

¹⁹³ *Ibidem*.

terra. Num misto de reparo político e étnico, ironicamente concluía: "como são três brancos desse Reino, e três pardos dessa ilha, são as resoluções de furta-côres"¹⁹⁴.

Este governo da câmara, exercido no último quartel do século XVII, servirá, de qualquer das maneiras, para demarcar o primeiro tempo em que era dado aos bispos assumir a governância interina das ilhas. Perdendo o prelado este antigo direito (que viria, no entanto, a ser readquirido quase que um século depois), ficava o senado inteiramente à vontade para constituir-se em governo provisório, sempre que a ocasião o exigisse. As vezes seguintes, em que o problema se pôs, podem confirmar o pleno exercício desta prerrogativa por parte da instituição camarária. Por exemplo, em decorrência da morte do governador Rodrigo de Oliveira da Fonseca, em 1707, em que a câmara ficou a governar¹⁹⁵; em 1715, por altura do falecimento do governador Manuel Pereira Calheiros que supõe-se ter sido envenenado¹⁹⁶; com a morte do governador António Vieira, em Janeiro de 1725, em que a câmara assumiu o governo "na forma da ordem de Vossa Magestade"¹⁹⁷, contando a mesma com a assistência do ouvidor Sebastião Bravo Botelho e de João Pereira de Carvalho "que serve de governador das armas"¹⁹⁸; de José da Fonseca Barbosa, falecido em 1738, dando lugar a que a mesma câmara se apossasse do governo "na forma do estilo e prática, que sempre se observou nesta ilha"¹⁹⁹; de D. António José d'Eça e Faria que, iniciando o seu governo em Abril de 1751, em Junho do mesmo ano já tratava a câmara de assumir o posto, em função da sua morte²⁰⁰; de Marcelino Pereira d'Ávila, falecido aos vinte e três dias de sua posse (1761), dando lugar a que a câmara viesse a assumir mais uma vez o governo, o que fez, desta vez, com a assistência do coronel António de Barros Bezerra como "governador das armas"²⁰¹; e ainda de D. João Henriques Baena, com cinco meses apenas de governo (1767)²⁰².

Os exemplos proliferaram até que se entendesse retornar, novamente, à antiga opção. Se bem que nunca tenham faltado contestações a estes governos interinos, das que tiveram lugar na sequência deste último, houve que tirar consequências. Sentiram-se os cidadãos tão vexados pela experiência a ponto de pedir a Sua Magestade "que por ausência ou óbito do governador passasse o governo ao Bispo, e em sua falta ao Deão, junto com o ouvidor e um militar de maior patente, todos juntamente; e em falta destes os que fizessem suas vezes, sem que a câmara se intrometesse a governar mais"²⁰³. A resposta, dada pelo decreto de 12 de Dezembro de 1770, devolvia ao bispo a antiga prerrogativa²⁰⁴.

¹⁹⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 66.

¹⁹⁵ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 184; Anónimo de 1784 (Apresentação, notas e comentários de António Carreira), *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde...*, pp. 68-69.

¹⁹⁶ Barcellos, *op. cit.*, parte II, pp. 225-226.

¹⁹⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 2.

¹⁹⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 20.

¹⁹⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 17, doc. 41.

²⁰⁰ Chelmicki e Varnhagen, *op. cit.*, tomo II, p. 220.

²⁰¹ Chelmicki e Varnhagen, *op. cit.*, tomo II, p. 221.

²⁰² Anónimo de 1784 (Apresentação, notas e comentários de António Carreira), *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde...*, p. 73.

²⁰³ Idem, *ibidem*, p. 73.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 74.

Os governos interinos, fundados na maior parte das vezes no passamento prematuro dos titulares do posto, podiam advir, no entanto, de outras situações. De uma situação de doença, por exemplo, em que o governador não se achasse em condições de concluir a missão ou, então, de um inesperado interregno entre o fim de um mandato e o começo de outro. Em qualquer destes casos, no entanto, todos implicando *levantamento de homenagem* por parte do sujeito implicado, a não permanência no governo até determinação régia era interpretado pelo poder central como acto de grande gravidade e de extrema insubordinação. Desincentivados ao máximo pelos órgãos superiores a não "largar" o governo sem que estivesse assegurada a sucessão no homólogo seguinte, os governadores que optaram mesmo assim por contrariar a norma, nem sempre puderam encontrar *n'el-rei* a validação que precisavam para ser considerado acto legítimo e imune de severa punição. Portanto, mesmo que com argumentos bastante sólidos, a saída em tais circunstâncias ou, se se quisesse, o "abandono" do governo não se podia efectuar sem áspera censura.

Veríssimo de Carvalho da Costa, que tomou posse da capitania em 1687, foi, por motivos de saúde, um dos casos de desistência prematura da função²⁰⁵. Como consequência, impôs-se novamente a nomeação de um governo interino.

Pouco tempo depois de assumir o governo e, ao que tudo indica, em consequência de uma viagem que logo fizera à Costa da Guiné, o seu corpo veio a acusar grandes debilidades por doenças lá contraídas. A fraqueza e dificuldades em manter-se na função eram óbvias, mas mesmo assim, por algum tempo ainda, quis o governador não se render às evidências. Barcellos nos descreve a passagem, com alguns pormenores, acerca do estado e da resistência do governador até o desfecho lógico da precária condição com que então se achava para continuar à testa do governo: "Havia ele [diz Barcellos, referindo-se a Veríssimo de Carvalho da Costa] chegado da Guiné bastante doente com diarreia, ramo de estupor e com um accidente apoplético, de que ficou paralytico do lado esquerdo, mas nem por isso deixou de usar de uma grande actividade, reedificando as fortalezas, cavalgando a artilheria, renovando e construindo quartéis para a infantaria e cavallaria, armazéns para munições e uma casa forte para prisão. Duraram estes trabalhos dez meses, findos os quais por conselhos do cirurgião, visto não haver na ilha nem medico, nem medicamentos, teve de regressar a Lisboa, entregando o governo ao bispo em 24 de abril de 1688"²⁰⁶.

Datam ainda de 1687 os seus pedidos de retorno ao Reino, acusando o extremo desconforto porque passava o governador. O mal-estar, originado do mau estado físico do official, mostrava-se ainda mais agravado pela angústia de saber o quão difficil seria conseguir uma resolução que lhe fosse favorável e que ainda assim conseguisse chegar em tempo hábil. Veríssimo de Carvalho da Costa, que na sua solicitação clamava "pelo amor de Deus e da Santíssima Senhora do Pilar" para que o deixasse ir logo embora, por não se achar "em estado" de lá estar, não poupava argumentos no seu requerimento e no limite do desespero arriscava mesmo confessar

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 68.

²⁰⁶ Barcellos, *op. cit.*, parte II, pp. 82-83.

que "não lhe mandando V. Magestade licença ou governador para lhe suceder, se põe em risco de deixar a Praça"²⁰⁷. "Certidões de médicos", conseguidas talvez à distância e que serviam para atestar a necessidade que tinha da dita licença para tratar-se, seguiam no processo acompanhadas do nome do sargento-mor António da Fonseca Pinto que então sugeria para ficar a governar em seu lugar, enquanto S. Magestade não provesse outro governador²⁰⁸. Entretanto, surgia em cena a figura do novo bispo provido para Cabo Verde, Fr. Vitoriano Portuense, a quem Veríssimo de Carvalho da Costa tentava também persuadir, mesmo antes de seguir para as ilhas, a assumir o governo assim que chegasse, até segunda ordem²⁰⁹.

Um pouco por pressão, um pouco por dever de zelo e talvez também em função do "estilo" utilizado na terra, Fr. Vitoriano Portuense acabava, em meados de 1688, por dar continuidade ao governo de Veríssimo da Costa. Fê-lo, no entanto, de alguma forma enganado das reais circunstâncias em que o titular lhe largava o posto, sem a devida consciência de que S. Magestade não chegara a dar "por levantada a Veríssimo Carvalho da Costa a homenagem que deu do governo de Cabo Verde", o que não deixou de ter consequências, pelo menos para este, a quem um dos membros do *Conselho Ultramarino* foi implacável na condenação²¹⁰. Contrariando o parecer comum dos seus pares, mais condescendentes com o governador a quem tendiam desculpar o acto, considerando o bom governo que fizera e a enfermidade de que padecia, o doutor Bento de Teixeira Saldanha registava apartadamente que Sua Magestade devia "ordenar ao corregedor do crime da corte forme culpa ao dito Veríssimo Carvalho da Costa de largar o governo de que tinha dado homenagem pelo ruim exemplo que se segue e que lhe dê livramento, tendo em atenção as certidões que tem em seu abono"²¹¹. Apesar de minoritária, a opinião de Bento de Teixeira Saldanha foi a que prevaleceu na decisão final de prisão imediata do governador, para daí "se livrar do crime de haver deixado o seu governo sem lhe levantar a homenagem"²¹². Foi este o sucesso de um dos governadores de Cabo Verde que, por incapacidade notória, conduziu mais um bispo, neste caso, Fr. Vitoriano Portuense, à governação interina desta capitania, por quase um ano inteiro²¹³.

A descoincidência ou descompasso prolongado entre dois triénios de exercício de governo, o do oficial cessante com o que se lhe seguia imediatamente, deveria impor, logicamente, tal qual no caso de morte ou impedimento, a ocupação do posto pela eleição local. O oficial, quase sempre ansioso por voltar a casa depois de acabado o tempo para que fora provido ou mesmo retardando um pouco mais o retorno na esperança de chegar substituto para rendê-lo, desejando ultimar as *démarches* ou tratar convenientemente da sua próxima colocação no quadro da distribuição dos oficiais da Coroa pelo Império, sentindo-se, via de regra, muito debilitado na sua saúde e com necessidades urgentes de cuidados médicos não disponíveis nas ilhas, via-se, por

²⁰⁷ AHU, Cabo Verde, cx. 7A, docs. 85 e 87.

²⁰⁸ AHU, Cabo Verde, cx. 7A, doc. 90.

²⁰⁹ AHU, Cabo Verde, cx. 7A, doc. 102.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² *Ibidem*; Cf. Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 84.

²¹³ Cf. Chelminski e Varnhagen, *op. cit.*, tomo II, p. 182.

vezes, tentando a partir sem passar testemunho ao legítimo herdeiro do lugar. A Coroa, no entanto, muito embora a elevada pressão que chegou a sofrer nas variadas situações em que o problema se lhe pôs, nunca se mostrou propensa a ceder aos insistentes rogos dos oficiais cessantes. A experiência das sucessivas governações interinas a que não podia, de facto, escapar, má na maioria das vezes e mesmo caótica em certas delas, impunha redobrada cautela nestes outros casos, os quais tendia considerar evitáveis, mesmo que a contragosto dos solicitantes. Sendo assim, não deferindo imediatamente os pedidos, ganhava tempo para que, entretanto, o processo, decorrente do provimento e empossamento do novo governador, chegasse ao seu término.

Uma das vezes em que o poder central teve de lidar com semelhantes pressões foi pelos anos de 1657, entre o governo de Pedro Ferraz Barreto e o de Francisco de Figueiroa. Já aquele havia ultrapassado um ano dos três que tinha de governo²¹⁴, com insistentes reivindicações de querer muito "recolher-se à sua casa" em função da saúde e dos achaques que lhe sobrevieram no decurso da dita missão, sem que o segundo, ainda que provido para o lugar, desse sinal de chegada. Quedo em Pernambuco, casado e servindo de mestre de campo de um terço com "o mesmo soldo que o governo de ordenado" seguia Francisco de Figueiroa, retardando sucessivamente a sua apresentação na ilha para que lhe fosse dada a posse do governo para o qual tinha sido provido. Agastado com a demora, apelou Ferraz Barreto que lhe fosse concedida licença para deixar o governo nas mãos apenas da câmara e do sargento-mor da ilha, "por estar o ouvidor morto"²¹⁵. Se tal licença chegou, de facto, a ser concedida, como indica Barcellos²¹⁶, terá Pedro Ferraz Barreto não ter tido tempo para usufruir da mesma ou abdicado da sua utilização. Senão, como justificar o registo de ter sido ele próprio a fornecer a Francisco de Figueiroa, em Julho de 1658, quando chegou à ilha sem os aprestos necessários para instalar-se, "cama, cadeira e o mais necessário para o serviço de sua casa"²¹⁷?

A despeito dos constrangimentos porque então passava e da mais do que manifesta vontade de Pedro Ferraz em não esperar pela chegada de seu sucessor, Francisco de Figueiroa terá recebido das suas próprias mãos a capitania das ilhas, evitando assim a eleição de um governo intermédio, a julgar pelos anteriores, cheio de contratempos e de atribulações. E o mais provável, é que assim tenha ocorrido também com Antônio Galvão, sucessor deste, pois também Figueiroa, que não se viu imediatamente substituído ao expirar o seu tempo, terá prorrogado o mandato até à tomada de posse daquele, em Maio de 1663²¹⁸. Uma prorrogação ainda assim não despendiendia, considerando que já em meados de 1661, altura em que havia passado um mês apenas da expiração do seu mandato, Francisco de Figueiroa dava mostras de não estar disposto a arrastar por muito tempo a sua missão em Cabo Verde. Por isso, escrevia a Sua Magestade, a título de sentir-se "velho de sessenta e cinco anos" que a mesma fosse servida "mandar levantar-me a homenagem"²¹⁹.

²¹⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 52.

²¹⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, docs. 50 e 67.

²¹⁶ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 35.

²¹⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 114; Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 36.

²¹⁸ Cf. Chelmicki e Varnhagen, *op. cit.*, tomo II, p. 214.

²¹⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 115.

Tal qual os governadores acima mencionados e por constrangimentos vários, sendo o principal deles o da ineficiência do centro em substituir atempadamente os seus quadros administrativos no ultramar, muitos outros que estiveram na mesma posição que eles – como por exemplo, Serafim Teixeira Sarmento que governou de 1716 a 1720²²⁰ ou então, Francisco de Oliveira Grans que exercitou o cargo por mais de quatro anos (1728-1733)²²¹ – excederam o tempo dos seus mandatos em Cabo Verde. O governador Bento Gomes Coelho, que serviu pela década de trinta de setecentos, estará nesta mesma linha de conta, pois também em seu nome havia de dar entrada em Lisboa, em finais de 1736, uma petição cujos termos bem demonstram o desgaste físico a que se achavam submetidos os governadores em Cabo Verde e a ansiedade que normalmente tinham em dar por finda as suas comissões. Na solicitação que faz, pode-se ler o seguinte: "Por ter acabado o triénio neste governo e estar entrando em quatro anos; e o ter no decurso deste tempo graves e várias enfermidades, por causa da malignidade do clima e dos seus ares, me obriga a pedir a Vossa Magestade sucessor"²²². A constância com que nos deparamos com petições do tipo é indicadora segura da demora das substituições de governo, mas também das condições físicas e morais normalmente apresentadas pelos oficiais cessantes, derivadas dos castigos infringidos pelas inclemências da terra.

Os exemplos dos ouvidores apontam para uma situação idêntica de sistemáticas prorrogações de mandato. Citemos, a este título, o caso do licenciado Manuel Pais de Aragão que tendo, já em 1649, passado um ano de ter acabado o seu triénio sem que se lhe achasse sucessor nas duas vezes em que foram postos éditos para tal, "foi o mesmo Manuel Pais continuando até o presente [1651], que seu pai Martins Pais pede se nomeie sucessor a seu filho, com receio de que por a terra ser mui doentia, lhe seja danosa a mais assistência à saúde e vida"²²³. Ou, então, o do bacharel Francisco Pereira que chegou a servir "oito anos e treze dias" (1684)²²⁴ e o de Manuel Delgarte da Costa, de cinco para seis anos (1694)²²⁵. Mas excedendo a todos, José da Costa Ribeiro, que já muito antes, mediante sinais evidentes de cansaço, manifestava o desejo de ser substituído, não seria rendido no seu posto antes de completar uma dúzia de anos como ouvidor-geral das ilhas (1743)²²⁶. Os pedidos para se retirar à Corte datam, pelo menos, de 1736, quando, então, alegando ter despacho "por tempo fixo de seis anos", havia já servido oito, "nos quais tem sido tantas as doenças, sustos, trabalhos e perigos de vida como os meses deles, porque além do clima adverso à natureza humana, tem aqui os ministros de V. M. outro maior risco, como o em que já me vi, e de que me livrou Deus"²²⁷.

²²⁰ AHU, Cabo Verde, cx. 10, doc. 31.

²²¹ AHU, Cabo Verde, cx. 16, doc. 2; Barcellos, *op. cit.*, parte II, pp. 260-261.

²²² AHU, Cabo Verde, cx. 16, doc. 51.

²²³ AHU, Cabo Verde, cx. 4, doc. 13.

²²⁴ AHU, Cabo Verde, cx. 7, doc. 35.

²²⁵ AHU, Cabo Verde, cx. 8, doc. 13.

²²⁶ AHU, Cabo Verde, cx. 19, doc. 4.

²²⁷ AHU, Cabo Verde, cx. 16, doc. 36.

O ser homem de letras era uma exigência que se tinha para com aqueles que, como Bravo Botelho, iam para as ilhas nesta última condição. Diferentemente dos governadores, admitidos precipuamente pelos seus serviços e destreza na carreira das armas, aos ouvidores-gerais requeria-se habilitação académica, reconhecida pelo *Desembargo do Paço*. Somente os que eram examinados por essa entidade – dizia-se na época, terem "lido" no *Desembargo do Paço* – podiam ser providos para a ouvidoria de uma comarca, não se admitindo a ninguém antes de "ler" a ocupação do posto. Ser bacharel ou licenciado e ter "lido" no *Desembargo do Paço*, para um pretendente a ouvidor, eram, portanto, "valores curriculares" tão cruciais quanto ser oficial de "serviços e merecimento" para um aspirante a governador.

Os ouvidores eram, como se sabe, os oficiais a cujo cargo encontravam-se os "feitos da justiça" e por isso haviam de achar-se munidos de conhecimentos e preparação que lhes permitisse arbitrar segundo os ditames da legislação, "estilos" e "costumes" metropolitanos combinados com as leis e regimentos particulares seguidos nas ilhas²²⁸. E esta capacitação técnica se fazia tão mais necessária por estarem eles mesmos, a partir de certo período, incumbidos cumulativamente das provedorias criadas para as ilhas: da Fazenda Real, dos órfãos e capelas, e das fazendas dos defuntos e ausentes²²⁹. Deveriam, portanto, estar aptos para lidar com todas e quaisquer questões de justiça e fazenda à luz das normas e ciência do direito português da época. Neste sentido, acerca da petição de Manuel Pais de Aragão, candidato em 1646 aos cargos de ouvidor-geral e provedor da fazenda das ilhas de Cabo Verde, considerava o *Conselho Ultramarino*: "E porque ele suplicante tem lido no Desembargo do Paço e está habilitado entrar no serviço de Vossa Magestade como consta da certidão que oferece [...] pede a V. M. lhe faça mercê haver por bem de o prover nos ditos cargos"²³⁰.

²²⁸ V. Zelinda Cohen, *Controle e Resistência no Quadro do Funcionalismo Régio Insular*, pp. 30 e segs.

²²⁹ As Provedorias da Fazenda Real, dos resíduos (*i. é*, das obras, dos órfãos, capelas, hospitais, confrarias, gafarias e albergarias) e da fazenda dos defuntos que, primeiramente, estiveram nas mãos dos capitães-corregedores enviados para a Ribeira Grande, com a instalação do governo-geral em Cabo Verde ficaram, cada uma delas, ao encargo dos seguintes oficiais: a da fazenda, do governador; a dos resíduos, do ouvidor-geral das ilhas; e a dos defuntos, de um provedor instituído especialmente para ela. A partir de 1613, sendo o governador frequentemente contestado, por alegados desvios de dinheiro no exercício da provedoria da fazenda (AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 25), ensaiou-se por várias vezes, mas sempre contando com a activa resistência destes oficiais, que a mesma não se mantivesse nas mãos dos governadores. Data de 1615 o primeiro alvará régio determinando "que os ouvidores que forem da dita ilha [de Santiago] sirvam juntamente com o cargo de Provedor da fazenda, e não os ditos governadores" (Alvará de 21 de Março de 1615 in ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 22, fl. 19; AHU, *Cabo Verde*, cx. 2, doc. 3; citado por Barcellos, *in op. cit.*, parte I, p. 208). No entanto, a questão só nos aparece de alguma forma resolvida, em favor do ouvidor-geral que passou a ser sistematicamente provido para as três provedorias, após a Restauração (AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 36, 1644). Alguns recuos esporádicos, como os de 1661 ou de 1678, em que se defende a conveniência da provedoria da fazenda ser exercida separadamente (AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 97 e cx. 6A, doc. 129, respectivamente), não conseguem, no entanto, inverter a tendência se se deixar esta e as outras duas nas mãos dos ouvidores.

²³⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 56.

Na consulta feita para o preenchimento dos mesmos cargos vagos, em 1653, fica ainda mais explícita a obrigatoriedade deste requisito. Contando apenas com a apresentação de um candidato, o licenciado João Homem de Meneses, ordenou o monarca que se pusessem novos editais para aquele lugar, mesmo porque, mais em desfavor deste opositor único, contava o facto de haver sido condenado a um ano de suspensão e 20.000 réis "por culpas que contra ele resultaram". Com efeito, o *Conselho* os pôs por mais três vezes, "cada um dos editais por quinze dias" mas, apesar da insistência, apareceu somente um outro concorrente, o bacharel Francisco da Cunha. Este, por sua vez, "nobre e cristão velho" (era assim que se apresentava), embora alegasse ser formado há mais de vinte anos pela Universidade de Coimbra, não tinha "lido" no *Desembargo do Paço*. No seu parecer, o *Conselho*, que deu o seu voto a João Homem de Meneses, ressaltou: "E não nomeia mais opositores por os não haver, que se também os houvera, não se tratava de Francisco da Cunha antes de ler". E assim se proveu João Homem de Meneses para a Ouvidoria-Geral das ilhas²³¹. O posto agora alcançado, na sequência dos oito anos de serviços como juiz de fora e provedor da fazenda das vilas de Óbidos e Alenquer, dava-lhe a possibilidade de "desmentir o procedimento que teve em Alenquer, que não foi bom"²³².

João Homem de Meneses ansiava por um "melhoramento de lugar"²³³ e por isso havia concorrido à Ouvidoria-Geral em Cabo Verde. No fundo, esta era a estratégia comum da maioria dos que se ofereciam para semelhantes vagas pois, havendo de lidar com mandatos trienais, podiam, quando expirados, pleitear "melhores" lugares. Neste aspecto, as vantagens do alto oficialato civil sobre o clero recrutado no Reino se mostravam evidentes pois, como chegou mesmo a observar Bravo Botelho, "é de ponderar que nenhum clérigo que tenha letras, e capacidade se delibera a vir para terras como estas a servir estas ocupações por serem perpétuas sem rendimento de consideração, e sem acrescentamento e não trienais com promessas de maiores lugares como têm os ministros de Vossa Magestade cujo o aumento os delibera a vir para semelhantes climas"²³⁴.

Motivados muitas vezes por promessas de serem agraciados com a beca, o hábito da Ordem de Cristo, ou um lugar na Relação da Baía ou do Porto, os doutores em leis, de preferência já lidos, dispunham-se a servir em Cabo Verde, um triénio ou dois, tendo em mira alcançar lugares mais promissores para as suas carreiras²³⁵.

²³¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 11.

²³² *Ibidem*.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 73 (carta de 30 de Maio de 1724).

²³⁵ Esta constatação, assim como outras aqui expostas relativamente às circunstâncias, ocorrências e formas de provimento do oficialato civil em Cabo Verde, faz parte do nosso já mencionado estudo sobre o tema, publicado na revista *Stvdia*, no ano de 1992, intitulado "O provimento dos oficiais da justiça e da fazenda para as ilhas de Cabo Verde". O esquema geral, a que chegámos na altura, assim como as problemáticas levantadas e descodificadas para a caracterização do oficialato recrutado para servir em Cabo Verde têm sido, por vezes, reconhecidos e aplicados ao corpo eclesiástico que, ao que parece, guarda nesta matéria, muitas semelhanças com o corpo civil. A transposição para o universo clerical da nossa elaboração, sendo em si uma iniciativa interessante e útil para uma compreensão mais abrangente do tema, nem sempre, porém, e isto é de lamentar, tem sido acompanhada de citações indicativas da origem dos argumentos.

O licenciado Manuel da Costa Palma foi um dos que partiu para as ilhas, com a esperança de ser devidamente recompensado no retorno. O *Conselho Ultramarino*, concordando, de antemão, "que para este julgador ir mais animado, servir em clima tão doentio, como Cabo Verde, e proceder como convém nas diligências, que leva a cargo; será justo que Vossa Magestade lhe faça mercê, para quando volte, e mostre que procedeu com satisfação, do hábito de Cristo, com 20.000 réis de pensão, em comenda da mesma Ordem"²³⁶, legitimava-lhe as aspirações. Requeceu, por isso (1664), pelos inúmeros serviços que prestara nas ilhas como ouvidor-geral, o hábito de Cristo com 50.000 réis de tença. E como o governador na altura o reconheceu como ministro capaz e correcto, recomendou que lhe fosse concedida também a beca de desembargador, caso realizasse uma última missão em Cacheu"²³⁷. "Deu-se-lhe a beca e o hábito de Cristo, com a pensão efectiva de 40.000 réis pela correcção com que andou na devassa de Cacheu de que resultou vir preso para Lisboa o capitão-mór"²³⁸.

Já ao doutor João de Coimbra Soeiro, a quem os oficiais da Câmara da Ribeira Grande atestaram bons procedimentos e pediram a sua recondução por mais três anos, alegando "que para ele seriam toleráveis, por haver livrado da doença da terra que é o maior perigo que tem quem a elas passa", *el-rei* prometeu um lugar na Relação da Baía se o mesmo desse "boa residência no segundo triénio"²³⁹. Este oficial, que se queria em Cabo Verde por mais um mandato, era então aliciado com uma oferta sugerida pelo *Conselho Ultramarino* que, ciente da pouca atractividade dos postos em Cabo Verde (1695), era de parecer "que se o temor do clima da terra não convidar o desejo daqueles pretendentes àquele lugar, os poderia Vossa Magestade saborear com a promessa da Beca da Baía, servindo primeiro de ouvidor geral nas ditas ilhas seis anos pois com esta honra se poderiam mover para a oposição, a que os não havia [de] persuadir o interesse de 200.000 réis que o dito lugar tem de rendimento somente que mal chegavam para o sustento de um Ministro como a ele"²⁴⁰. Quer dizer, mais do que o salário, considerado claramente insuficiente para aqueles ministros, o que verdadeiramente os atraía e impulsionava a ir servir em Cabo Verde eram as mercês futuras de poderem servir em outros lugares, considerados muito mais compensadores. Para João de Coimbra Soeiro, porém, que não resistiu à proposta de duplicação do tempo do seu mandato, a extensão foi demasiada. Traiu-lhe a sorte e a fama exactamente uma missão que fizera na Guiné, no ano de 1698, de onde trouxera "uma doença" da qual ainda padeceu por dois anos na ilha, antes de "se resolver a ir-se [..]

²³⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 119, Parecer de 21 de Janeiro de 1662.

²³⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 171. Bem mais cedo, na verdade, antes mesmo de seguir para Cabo Verde, havia este ouvidor iniciado a batalha por uma recompensa aos serviços que iria prestar nas ilhas. Ousando pedir antecipadamente a beca e perante a negação desta, "*o hábito de Cristo 80.000 réis de tença em sua vida*", aceitou depois ir cumprir o mandato com a promessa de que na volta ser-lhe-ia satisfeita semelhante mercê (AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 119, 1661/1662). No serviço prestado, há uma reavaliação, por parte do suplicante, do montante da tença solicitada, vindo ele a acatar, depois, uma terceira quantia estipulada.

²³⁸ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 47.

²³⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, docs. 22, 36 e 88.

²⁴⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 22.

para o Reino pelo enganarem que nesta terra não poderia ter cura e ter estado por vezes a perigo de vida²⁴¹. Em Julho de 1700, quando finalmente teve de ser evacuado de Santiago, o seu estado era tão lastimoso que nos dizeres do governador de então, a pedido do próprio enfermo, devia atestar o motivo e as condições da partida do ouvidor para a Corte, "se Deus lhe der vida que chegue ao Reino, a certidão de maior sorte que podia levar consigo é o estado em que vai"²⁴².

Os exemplos dos que conseguiram, de facto, galgar novos postos, obter mais elevados títulos e satisfazer outras ambições com o serviço prestado nas ilhas são muitos. No entanto, já essas honras achavam-se condicionadas ao sucesso dos respectivos mandatos, conhecem-se também excepções. Assim, ao pedido de Manuel Carneiro Ramos para que se lhe permitisse vestir a beca em Cabo Verde, e ainda levar-lhe em conta, na Baía, o tempo que permanecesse em Santiago, o procurador da Coroa respondeu que: "Deve-se escusar este requerimento, pois não é razão que o suplicante vista a beca aonde o governador o tem descomposto atrosmente, e o fará também com a beca, e quanto a lhe levar em conta o tempo que servir esta ouvidoria nos seis anos na Baía, não há razão para esta especialidade, nem o talento deste ministro merece esta singularidade, pelo que percebo das suas cartas"²⁴³. Recusas como estas, ou decididas no fim do mandato dos oficiais que não conseguiram chegar ao seu término isentos de graves culpas relacionadas com o exercício dos cargos, terão frustrado as ambições de carreira de muitos que rumavam para Santiago dispostos a potencializar-se aí para lugares e estados mais satisfatórios.

A Cabo Verde chegavam estes oficiais, quase sempre com um séquito de familiares e criados que os acompanhavam não só para lhes servir de apoio no exercício de suas funções – um apoio, inclusivamente psicológico para quem havia de enfrentar uma realidade estranha e nem sempre acolhedora para os que lá iam com missão de governança e administração da justiça –, como para lhes respaldarem a autoridade. O governador Francisco de Moura (1618) levou consigo para as ilhas um irmão, o qual incumbiu de fazer certas diligências na Guiné, relacionadas com os roubos, desordens e descaminhos que lá se faziam à fazenda régia²⁴⁴; Jorge de Mesquita de Castelo Branco (1651), o seu filho mais velho, de dezoito anos, "com a qualidade de servir na mesma ilha todo o tempo do triénio de seu pai"²⁴⁵; António de Aguiar, que acabou por tornar-se morador de Santiago, havia para lá embarcado em companhia do governador António Galvão (1664), "para lhe assistir nas cousas que forem necessárias do serviço de Vossa Magestade". Por dois triénios consecutivos serviu de escrivão da fazenda das ilhas²⁴⁶, junto com Manuel Pacheco de Melo (1671), foi o alferes António de Azevedo para servir de capitão de sua guarda e a quem pediu o governador que também fosse provido no ofício de escrivão da fazenda²⁴⁷; Manuel da Costa Pessoa, quando foi governar Cabo Verde pela segunda vez (1682), fez-se

²⁴¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 11.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 39.

²⁴⁴ Barcellos, *op. cit.*, parte I, p. 222, Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, p. 699.

²⁴⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 23.

²⁴⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 25.

²⁴⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 50.

acompanhar de "soldados, religiosos e criados que fazem por todos trinta"²⁴⁸; António Vieira (1720) e João Zuzarte de Santa Maria (1748) levaram consigo os seus filhos (José dos Santos e Francisco de Assis de Santa Maria, respectivamente), que lhes serviram de secretários²⁴⁹, sendo aquele, ainda, capitão-mor de Santiago²⁵⁰. O ouvidor João Homem de Meneses (1654), um filho e dois criados "a servir Vossa Magestade"²⁵¹; o doutor Manuel Carneiro Ramos (1720), pelo menos, um irmão de nome José de Almeida Ramos²⁵²; Sebastião Bravo Botelho (1724), dois irmãos (um deles, Miguel Caetano Bravo Botelho, capitão de cavalos, provido a capitão-mor da Fortaleza de São Filipe), um tio e criados²⁵³. O tio, Sebastião Pereira da Silva, ocupou o cargo de escrivão dos contos e almoxarifado da mesma ilha de Santiago²⁵⁴.

Cada um por sua vez, colocando os familiares ou agregados em cargos administrativos ou mesmo nos postos da guerra, contava com estes homens de confiança para se sustentar nos respectivos postos e poder alcançar certos objectivos, nem sempre lícitos ou compatíveis com a função pública para a qual haviam sido providos. O monarca, que muitas vezes fazia "vistas grossas" ao nepotismo praticado por estes seus oficiais – e fazia-as, exactamente, por faltarem, em determinados casos, reais alternativas para o preenchimento dos lugares²⁵⁵ –, não deixava, porém, de condenar a prática quando houvesse alguma denúncia da existência de irregularidades ou de corrupção. Foi o caso, por exemplo, da que fora feita, no primeiro quartel de setecentos, contra os funcionários da real fazenda, de não controlarem a lotação de escravos dos navios vindos de Cacheu. Com base na acusação e no facto de o ouvidor Bravo Botelho ter colocado um dos seus parentes nos quadros da fazenda, escrevia *el-rei*, em 1725, ao governador Francisco Manuel da Nóbrega: "e porque também há notícia que escreve de escrivão dos contos um primo [*sic!*] do ouvidor geral actual, o que é contra toda a boa ordem de que servindo dois parentes no mesmo juízo, e disto se possa seguir ao meu real serviço algum prejuízo. Sou servido ordenar-vos que nomeeis logo outrem em seu lugar em quem concorra toda suficiência e independência"²⁵⁶.

Reprovado por ter posto o tio como escrivão dos contos, o mesmo ouvidor teve também de responder pelos actos do irmão, Miguel Caetano Bravo, instituído capitão-

²⁴⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 128.

²⁴⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 101 e cx. 19, doc. 35.

²⁵⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 21.

²⁵¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 16.

²⁵² AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 70A.

²⁵³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, docs. 27, 41 e 49.

²⁵⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 49.

²⁵⁵ Este foi, pelo menos, um argumento utilizado pelos oficiais da fazenda das ilhas, em carta a *el-rei*. Solicitados, em 1663, a pronunciarem-se sobre um certo requerimento da câmara da mesma ilha, respondiam: "Os provimentos dos cargos e officios destas ilhas sempre são feitos pelos governadores em pessoas mais hábeis e beneméritas para os servirem e estas ainda que sejam familiares dos ditos governadores, o que poucas vezes sucede, são em officios inferiores e como tais ficam sujeitos aos superiores os castigarem, merecendo-o, e a limitação de gente e terra faz, talvez, com que o governador ocupe o seu familiar por não perecer o serviço de Vossa Magestade". V. AHU, *Cabo Verde*, cx. 5A, doc. 148.

²⁵⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 52. Não se tratava, porém, de um primo de Bravo Botelho, mas sim do seu tio, Sebastião Pereira da Silva.

-mor da ilha, pois este, segundo queixas de Damião Sarzão, "sem temor das justiças por ser irmão do ouvidor geral da mesma ilha, Sebastião Bravo Botelho, e sem respeito às leis de Vossa Magestade porque por aquele do dito seu irmão não há quem o acuse não só o usa de facas das proibidas como se tem visto usar e tirar por elas para ofender e matar como assim feriu a um escravo do capitão-mór Gregório de Andrade de Vasconcelos e a outras pessoas [...] mas também cometendo outros delitos andando de noite violentando as casas honradas para com o seu ingresso satisfazer seus apetites; arrombando as portas se lhas não abrem passando a maiores excessos se lhe não obedecem; como fez ao cónego João Gomes de Oliveira, a quem arrombou as portas para lhe ir ferir os seus escravos e assim também com estes e outros distúrbios traz inquieta aquela cidade de Ribeira Grande"²⁵⁷. A carta é dirigida a Sua Magestade com o pedido expresse para que fossem tomadas as devidas providências sobre o caso e que "para, com o castigo se dar emenda e seguir exemplo a outros que por irmãos e parentes dos ministros actuais se fazem régulos e causam desasossego, injúrias e danos às povoações em que os tais ministros servem"²⁵⁸. O apelo final, propositadamente generalizante, dá a verdadeira dimensão do problema que o caso específico apenas exemplifica.

A crítica levada a efeito pelo ouvidor Inocêncio Álvares da Silva, em 1748, visando os governadores em geral, mas a João Zuzarte de Santa Maria em particular, é outro bom exemplo de condenação do procedimento nepótico identificado como constante e considerado socialmente lesivo. Em carta endereçada a *el-rei*, escrevia agora este ministro, em tom de censura aos actos recentemente praticados pelo dito governador e seu filho, Francisco de Assis de Santa Maria, e que tiveram por alvo a admoestação do administrador do contrato da urzela e, como desdobramento, a prisão arbitrária do escrivão da correição de Santiago: "Grande é o poder dos governadores nesta terra [conclamava o ouvidor], porém eles ainda o fazem maior sendo despóticos, e maior o é dos filhos ou parentes quando o trazem consigo como no presente caso sucede"²⁵⁹.

Os governadores, enquanto os mais altos representantes da Coroa, instituídos para a capitania, encontravam-se imbuídos, de facto, de bastante poder. Uma das formas de estender este poder ainda mais, ou mesmo de extravasá-lo para além do pacto regimental, era confiar a parentes e criados próximos alguns lugares considerados chave no domínio dos postos militares e também da função pública. Seguiam-se-lhes nesta acção os ouvidores-gerais que, usando da influência que podiam ter naquele meio e também da sua atribuição como provedores da real fazenda, dos defuntos e ausentes e ainda dos órfãos, tratavam igualmente de colocar as suas "peças" e que lhes haviam de valer, ao menos, para assegurar o equilíbrio da relação estabelecida entre as autoridades.

Do ponto de vista do "cinturão de apoio" humano que uns e outros procuravam manter, do lado de lá, partia-se com uma vantagem evidente. A importância do cargo

²⁵⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 13, doc. 2.

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 22, doc. 21.

requeria, para além do mais, uma guarda pessoal composta por doze homens²⁶⁰ que cada um dos governadores tinha direito de nomear à sua discrição, dentro dos parâmetros propostos: estarem compreendidos entre 21 e 50 anos; serem eles, em princípio, reinóis mas podendo os governadores, apesar disso, "falecendo algum na dita ilha", vir a meter outros em seu lugar "que não sejam dos moradores da terra"²⁶¹. Todos os componentes da guarda deveriam receber de "mantimento e ordenado" 20.000 réis anuais não se excluindo disso nem os escravos que, por acrescentamento e mercê especial, puderam sempre os governadores substituir dos doze, até dez²⁶². Recrutada inicialmente no Reino, esta guarda pessoal vinha compor, com os demais familiares e criados pessoais, a comitiva do governador, preparada e organizada para servir com ele, na capitania das ilhas, um triénio ou talvez dois se as circunstâncias o exigissem e o corpo o não negasse.

Sublinhamos nas disposições estabelecidas para os "homens", que deveriam acompanhar o governador para a sua guarda e protecção, as de carácter étnico. Aqui também, tal qual havíamos chamado a atenção no caso do recrutamento dos oficiais da justiça e fazenda para as ilhas, há que notar a insistência no homem branco para a função de guarda e a rejeição do morador, ou seja, do "branco da terra" para preenchimento das inevitáveis "baixas" ocorridas durante o mandato. Prefere-se em tais casos, e mesmo para a substituição da maioria dos integrantes da guarda instituída²⁶³, em carácter alternativo aos brancos reinóis, a admissão de escravos, sempre entendidos como extensões dos seus senhores. Presume-se terem os governadores preferido logo esta solução alternativa que lhes possibilitava o emprego dos negros do seu próprio plantel, nesta função. Porque não, sendo obrigatório o pagamento a cada um dos guardas, brancos ou escravos, e em se tratando destes, servir o salário que lhes era dispensado de complemento ao que havia de ser pago ao governador²⁶⁴?

²⁶⁰ Na verdade, os governadores vêm herdar esta prerrogativa dos capitães-corregedores, a quem se falcultou também o direito de terem "12 homens para o acompanhar", com 15.000 réis anuais cada um deles, pagos pela fazenda régia. Referindo-se, por exemplo, ao doutor Manuel de Andrade (1555) ou a Luís Martins Evangelho (1558), v. Barcellos, *op. cit.*, parte I, p. 136 e pp. 139-140.

²⁶¹ A título de exemplo, v. as instruções sobre a matéria, recebidas pelo governador Jorge de Castilho, quando provido para Cabo Verde (1635), AHU, Cabo Verde, ex. 2, doc. 46.

²⁶² *Ibidem*.

²⁶³ Atente-se ao facto de, dos doze homens que os antigos capitães e corregedores também haviam de ter para os acompanhar, dois apenas poderem ser escravos (V. ANTT, *Chanc. D. João III*, L.º 5, Priv., fl. 274 (carta ao Dr. Manuel de Andrade, 1555) e *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 3, fl. 374 (carta a Luís Martins Evangelho, 1558). Esta inversão da norma com os governadores, que adquiriram o direito de possuir, sobre o mesmo número de guardas, tantos escravos como aqueles haviam de possuir de brancos, ou seja, uma dezena, suscita alguma reflexão. Imediatamente pensamos na crescente difusão deste tipo de mão-de-obra pelo Reino e colónias, mas também no processo de ladinização do escravo – o que em Cabo Verde terá ocorrido em elevado grau – pois deste contingente da guarda não era dispensado saberem falar a "língua portuguesa" e serem "aptos" para servir no lugar dos brancos que haviam de substituir (*ibidem*).

²⁶⁴ No caso dos antigos capitães-corregedores das ilhas, esta vantagem encontra-se logo expressa nas cartas que tratam da matéria pois como nelas se inscreve, a ele, isto é, ao capitão "ser-lhe-á pago o dito ordenado [i. é, dos escravos] pela maneira que se paga aos ditos homens" (*ibidem*).

Para lá do pólo de eleição: acerca das capitánias onde o sistema pôde permanecer e do assenhoreamento das ilhas sem data de jurisdição

No quadro das soluções para as ilhas periféricas: visão panorâmica

Do enquadramento e da cobertura institucional da periferia do arquipélago: primeira abordagem

Para lá de Santiago e do Fogo reconhece-se, no quadro das soluções específicas encontradas para as outras ilhas que compõem o mesmo espaço arquipelágico, duas orientações para o seu aproveitamento. A primeira, não se diferenciando, a rigor, da que conheceram aquelas duas de colonização antiga e implicando, por isso mesmo, outorga semelhante de jurisdição, tiveram-na a ilha de Santo Antão, por um lado, e o grupo formado pela Brava, Sal, Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso, por outro. A segunda, da qual já não se pode falar de capitania no sentido jurisdicional do termo, por faltar exactamente este conteúdo na doação, corresponde aos seis restantes núcleos e ainda Santo Antão, num primeiro momento. As concessões deste último género, levadas a efeito pelos grandes donatários ou pela Coroa (às vezes até com a designação de capitánias), por objectivarem apenas a exploração agro-pecuária das ilhas pelos senhores que as recebem, acabam por não implicar "faculdades de natureza pública"²⁶⁵.

Registe-se, todavia, o arrendamento anterior por que passa a Brava e as ilhas que com ela se achavam associadas até à altura em que se viram transformadas em mais uma capitania de Cabo Verde. Sendo aquela, porém, uma solução prévia na sua história e conservando, em certa medida, algumas semelhanças com as concessões de segundo tipo acima enunciadas — isto, quanto aos termos de exploração da ilha —, no quadro das orientações aqui propostas bem pode ser perspectivado o complexo da Brava na mesma óptica que se terá Santo Antão, ou seja, como transitando de um para o outro grupo. Teriam sido os resultados especiais alcançados pelos primeiros exploradores destas duas ilhas (e não pelos das outras) que vieram, de facto, determinar a referida transição? Pensamos que sim e ainda mais: que, excluindo a ilha de Santiago imediatamente eleita como núcleo para se deflagrar a colonização no arquipélago (o que terá logo implicado atribuições jurisdicionais aos seus primeiros agentes colonizadores), nos outros casos mencionados, tal qual teria acontecido prematuramente com a ilha do Fogo, a dada de jurisdição só se veio a justificar na sequência de acções determinadas, potencializadoras de um certo tipo de povoamento já, pelo menos, antevisto em cada um destes espaços.

Mas se assim foi, e há razões que nos levam a entender a opção desta forma, como interpretar a frustração imediata do novo enquadramento institucional nestas duas últimas ilhas? Se no caso do Fogo, o entendimento que se teve pôde corres-

²⁶⁵ Cf. Saldanha, *op. cit.*, p. 29.

ponder à evolução ulterior verificada naquela ilha, no de Santo Antão e da Brava teria faltado, até mais tarde, mormente em se tratando desta última, a base social para a plena materialização das capacidades jurisdicionais de que os donatários foram então investidos. No actual estado dos estudos, a explicação que nos parece mais lógica para esta desfasagem é aquela que aponta, em primeiro lugar, para as limitações próprias e intencionalmente criadas para os empreendimentos levados a cabo nas ilhas periféricas.

A exploração destas ilhas, entregue exclusivamente à iniciativa de cada um dos senhores (ausentes, em todos os casos), e a quem se designava também o mercado para onde haviam de escoar os produtos extraídos das suas ilhas, não poderia, nestas bases, promover o povoamento projectado. Nestes moldes a empresa era demais tímida para dar lugar ao concurso de outras gentes que não aquelas estritamente dependentes da acção donatária. Se o Fogo escapou às amarras da pouca ousadia do empreendimento donatário e de um certo controlo régio inibidor da sua expansão, terá sido por dois motivos que se conjugaram: por ter-se tornado, imediatamente a seguir à colonização de Santiago, uma extensão desta ilha para efeito de cultivo e estabelecimento dos moradores daquela; pela dada de jurisdição ao seu primeiro donatário pressupor já um contingente populacional estabelecido e com ligações ao grande tráfico, via Santiago²⁶⁶. Quer isto dizer que, neste caso, a dada de jurisdição teria seguido o estabelecimento de proprietários e moradores na ilha e não o contrário. Portanto, quer isto também dizer que, aqui, pelo menos, o povoamento deste núcleo, na altura em que veio constituir-se em objecto de doação jurisdicional, inclusive, já não se tratava de uma antevisão, apenas. O processo estava adiantado e mantinha-se em pleno curso.

A expressão, aparentemente contraditória, das fontes seguidas cronologicamente para a verificação do ritmo de povoamento das outras ilhas (e aqui não falamos somente de Santo Antão e da Brava), denuncia o quão difícil terá sido a ascensão destes núcleos ao estatuto de espaços sociais reconhecidos e carentes de novas instituições. Compare-se, por exemplo, a afamada proto-estatística de Francisco de Andrade (1582), em que acusa para as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Brava, Boa Vista e Maio a existência de igrejas «nas quais [...] se confessão e comungam no ano todos os moradores delas» por um padre para lá deslocado²⁶⁷, com o depoimento do padre Baltasar Barreira emitido mais de vinte anos depois (1606), no qual informava o jesuíta não haver nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Boa Vista "mais que gado" e a viver no Maio (onde também predominava o "gado de vacas e cabras") não mais do que "dez ou doze pessoas"²⁶⁸. Para melhor constituição do quadro convém ainda considerar, para esta mesma época, duas outras referências: uma ordem do mestrado de Cristo, emitida em 1573, a pedido do próprio donatário de Santo Antão²⁶⁹ e uma

²⁶⁶ Cf. Zelinda Cohen, "Algumas reflexões sobre a colonização da ilha do Fogo", in *Magma*, nº 5/6, Gráfica do Mindelo, São Vicente, 1990, pp. 27-30.

²⁶⁷ AGS, *Guerra Antigua*, maço 122, fls. 180 e segs., in Brásio, MMA, vol. III, p. 98.

²⁶⁸ ARHM, *Papeles de Jesuítas*, ms. 185, doc. 13, e ANTT, *Cartório dos Jesuítas*, maço 68, doc. 119, in Brásio, MMA, vol. IV, p. 162.

²⁶⁹ ANTT, *Chanc. da Ordem de Cristo*, L.º 2, fl. 190, in Brásio, MMA, vol. III, p. 68.

petição do tesoureiro-mor da Sé de Cabo Verde, datada de 1595, relativa às igrejas e populações existentes nas ilhas de São Nicolau e do Maio²⁷⁰.

Na primeira delas, que parte do interesse manifesto do senhor de Santo Antão "de haver um capelão na igreja da dita ilha, que administre os Sacramentos aos fregueses dela", embora não se fale em números, a noção de já lá existir um contingente humano significativo parece-nos clara. Só assim se justifica o endossamento deste apelo, expresso agora na ordem, para que a instituição fosse então dotada de capelão permanente "que aos fregueses dela diga missa aos domingos e festas e dias de guarda, e lhes administre os Santos Sacramentos". Mas vejamos, ainda, o que podemos extrair da petição de 1595, portanto, feita a meio-caminho das anotações de Francisco de Andrade e do padre Baltasar Barreira, na qual se requer "que se ponha cura e faça Igreja na Ilha de São Nicolau" aonde já passavam "de setenta as pessoas do Sacramento". Tratavam-se, como dizia no seu apelo, de mais de setenta pessoas que há mais "de três anos que se não confessavam e nem administravam os sacramentos por falta de cura" pois o último para lá enviado, no ano anterior, havia sido "roubado e levado para a Inglaterra". A alusão feita à Igreja de Santo Antão, como já possuidora de um vigário fixo, e à do Maio, que se achava necessitada de ornamentos, completam as informações que aqui se mostram pertinentes.

A questão que se nos levanta, de imediato, tem a ver com o fundamento dos registos, de 1606, do padre jesuíta. Pois, não sendo as outras fontes totalmente concordes, serão, pelo menos, indicativas de haver em Santo Antão e São Nicolau, mais ainda do que no Maio, na Brava e na Boa Vista, uma presença humana capaz de mobilizar a Igreja, sediada em Santiago, para a prestação de assistência espiritual, esporádica ou permanente. Os dados parecem ser também conclusivos quanto à conquista dos "fregueses" santantonenses que, entre a década de setenta e noventa do século XVI, passaram a contar com um vigário residente²⁷¹. Porque, então, o padre Baltasar Barreira teria desprezado essa realidade? Por ignorância? Não é crível que assim seja, pois, apesar de estar a escrever da Serra Leoa, para onde seguiu poucos meses após ter chegado a Cabo Verde (5 de Julho de 1604)²⁷², o pouco tempo que permaneceu na capital das ilhas, até Dezembro daquele mesmo ano²⁷³, havia de ser suficiente, mormente em se tratando de quem era – padre experimentado e superior da missão –, para que se inteirasse da realidade demográfica da ilha. Coisa que também poderia vir a saber pelos companheiros que ficaram na Ribeira Grande e com quem manteve sempre correspondência. Teria o jesuíta assim escrito, em função do tipo de povoamento observado nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Boa Vista? Maioritariamente negra e escrava ou mesmo que branca pertencentes a estratos sociais menos valorizados ou então banidos, colorida aqui e ali por algum estrangeiro desenganado

²⁷⁰ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, L.º 1, fls.67v.-68, in Brásio, MMA, vol. III, pp. 381-382.

²⁷¹ A confirmar o facto, v. o "Alvará ao vigário de Santo Antão" de 22-02-1589 (ANTT, *Chanc. da Ordem de Cristo*, L.º 7, fl. 18 v.), in Brásio, MMA, vol. III, p. 179.

²⁷² Cf. Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Brotéria, Lisboa, 1996, p. 117.

²⁷³ Idem, *ibidem*, p. 123.

que por lá ficou e pelos frutos de suas ligações? Parece-nos conter a sua observação um juízo valorativo evidente.

Mas a razão desse arrolamento de fontes, à procura de sinais sobre o humano em todas estas ilhas, que finalidade teria para o enquadramento administrativo das mesmas? A resposta parece óbvia, pois ninguém discordará da importância que trás este elemento – o humano – para a gestão de qualquer espaço. E dessa evidência não devem escapar nem mesmo os que se acham submetidos ao regime donatário, sem dada de jurisdição. Sendo assim, para efeitos administrativos há que distinguir, em primeiro lugar, as ilhas habitadas ou que se acham nesse processo, das que não entraram ainda nele. Entre o ocaso do século XVI e a aurora do XVII, não se achariam Santo Antão e São Nicolau numa marcha diferente do Sal, por exemplo? Não suscitariam aquelas duas ilhas uma intervenção diferente da que vinham tendo até então? Mas saber que naquelas ilhas e nas demais, nas quais se consegue captar a existência de grupos de pessoas que clamam (ou se lhes impõe) a assistência cristã, embora sejam indícios importantes e que devem apontar para novas necessidades institucionais, estas podem se situar ainda ao nível da religião, apenas. A Igreja, em muitíssimos casos, antecipa-se a outras organizações intervenientes. Não somente por designio, mas também por ser mais abrangente a base social sobre a qual quer e pode actuar. Onde houver cristãos ou cristianizáveis, mesmo sendo estes escravos ou miseráveis, ela procurará estar, de forma pontual ou mais perene, segundo a evolução do grupo.

Do ponto de vista das organizações civis, esta mesma evolução poderá, no entanto, não justificar a sua presença, ao menos de forma regular. Imaginemos, por exemplo, no caso da ilha do Maio, com uma dúzia de pessoas residentes (quicá, não contando com os escravos), que necessidade teria de ser dotada de alguma estrutura de gestão pública? Pertencendo, certamente, a maior parte destas pessoas, às empresas conservadas pelos dois donatários da ilha, e podendo estes pagar os seus impostos em Santiago²⁷⁴, que razão teria a Coroa para ter *in loco* mais do que um "escrivão que vai assistir à matança"²⁷⁵ (para lá enviado de tempos a tempos) para acompanhar a exploração quase que doméstica levada a cabo no Maio? Em todo o caso, tratavam-se de cristãos, merecedores de assistência espiritual mesmo que esporádica. Havia, depois, a ilha da Boa Vista, mantida, em grande parte do tempo, arrendada pelos seus donatários²⁷⁶ e cujos despachos da courama, chacina e sebo lá produzidos eram também feitos em Santiago²⁷⁷. Tudo indica que, até à época em exame, possuía esta ilha uma população reduzida e muita dela, nomeadamente os caçadores contratados

²⁷⁴ AGS, *Guerra Antigua*, maço 122, fls. 180 e segs., in Brásio, *MMA*, vol. III, p. 98.

²⁷⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. I, doc. 13 (1612) e doc. 102, 1619.

²⁷⁶ Pedro Correia, por exemplo, arrendou a exploração do seu gado da Boa Vista, a Francisco Nunes, "curtidor" (ANTT, CC, II-104-78 (1522)); Francisco Correia, filho daquele, a Domingos Eanes durante uma década consecutiva (1581-1591), ANTT, *Cart. Not.* 7A, L.º 5, 1582, fl. 26 v.; *Cart. Not.* 11, L.º 13, 1592, fls. 35-36 v.; e depois, a Domingos Fernandes do Beco (ANTT, *Cart. Not.* 11, L.º 1592, fls. 38 v.-39); o donatário seguinte, António Correia da Silva teve como rendeiro Duarte Dias Lisboa (AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, docs. 10 e 11, 1641).

²⁷⁷ ANTT, *Cart. Not.* 11, L.º 29, 1596, fls. 131-133; AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, docs. 10 e 11, 1641.

sazonalmente pelos rendeiros para caçar gado na ilha, flutuante²⁷⁸. Terá sido obra dos donatários ou, então, de algum rendeiro mais devoto que, para o amparo da empresa e dos homens que lá mantinha, tratou logo de erigir uma igreja na Boa Vista? Destaque-se entre todos os possíveis beneficiários deste conforto espiritual, os sempre presentes feitores destes rendeiros²⁷⁹ e ainda os escravos e criados "que tem nas ditas ilhas [i. é, na Boa Vista e no Maio] para lhes matarem o gado que nelas cria"²⁸⁰.

No caso de São Nicolau, em que se verifica um processo de ocupação em curso, impõe-se também perguntar que tipo de realidade social havia de corresponder aos mais de setenta indivíduos lá residentes em finais de quinhentos? Pelos documentos relativos à ilha respeitantes a esta época, torna-se bastante difícil detectar a origem e a ocupação de tal contingente. Pois, provada está somente a manutenção de um feitor pelos donatários da mesma e, esporadicamente, dos "homens de soldada" recrutados, no Reino ou nas próprias ilhas, para "fazer fazenda" nesta, mas também na de São Vicente, pertencente aos mesmos senhores²⁸¹. A nossa hipótese é a de que, em função das características naturais apresentadas por esta ilha, a mesma ter-se-ia tornado, ao longo do século XVI e à revelia dos próprios donatários, num local de abrigo e refúgio de gente desafortunada que, fugindo à má sorte encontrada nas ilhas de colonização antiga ou mesmo de alguma embarcação que ali fosse parar por dever ou aventura, acabava por fazer de São Nicolau a sua morada. E pensando que aos seus donatários não lhes foi dada jurisdição sobre a ilha, não há que descartar nesta mesma hipótese a possibilidade de entre todos os que ali se foram acomodando tenham sido alguns enviados pelas próprias autoridades régias. Tratar-se-ia, portanto, de cerca de setenta pessoas, entregues a alguma actividade agrícola para garantir a sobrevivência, que podiam revestir-se de algum significado para a igreja, mas de nenhum, ainda, para as autoridades administrativas sediadas na Ribeira Grande, que à época só se haviam de ocupar com o despacho dos produtos oriundos do gado dos donatários de São Nicolau e São Vicente, realizado ali mesmo na capital das ilhas²⁸².

Registe-se, todavia, para os três casos mencionados – ilhas do Maio, da Boa Vista e de São Nicolau – o facto de somente um século depois, virem a alcançar a mesma conquista levada a efeito pelos "fregueses" de Santo Antão, na década de setenta do século XVI. Foi, com efeito, apenas em 1677 e mediante a iniciativa de D. Fr. António de São Dionísio, que as populações daquelas três ilhas vieram a ser providas de párocos permanentes "que nunca os haviam tido"²⁸³. Nesta altura, já "eram perto de mil" os moradores de São Nicolau²⁸⁴. Um milhar de residentes que, ao que tudo indica, para a orientação e disciplina de suas práticas, não havia de contar mais do que com um feitor donatário que com a ajuda de um clérigo, primeiro

²⁷⁸ Afonso Rodrigues e Francisco Fernandes foram por duas vezes, pelo menos, (antes e em 1522) contratados por Francisco Nunes, rendeiro, para caçar o gado da ilha durante um ano, *ibidem*.

²⁷⁹ Para os feitores existem referências para 1522 (*ibidem*) e para 1570 (ANTT, *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 10, fls. 268-268 v.

²⁸⁰ ANTT, *Santo Ofício*, L.º 1327, fl. 76, in Brásio, *MM*, vol. III, p. 205.

²⁸¹ ANTT, *Cart. Notarial*, 7A, L.º 1580, fls. 53-56 v.

²⁸² *Ibidem*.

²⁸³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 133. V. também doc. 110.

²⁸⁴ *Ibidem*.

eventual²⁸⁵ e depois permanente, e sem maiores constrangimentos por parte do poder central metropolitano ou mesmo do seu braço regional sediado na Ribeira Grande, iam-lhes ditando as regras de comportamento individual e colectivo. Era esta a situação institucional de São Nicolau (e São Vicente), quando em 1696, em função da morte do seu donatário D. João da Silva, sem descendente algum que pudesse reivindicá-la, passava definitivamente para as mãos da Coroa²⁸⁶. Nesta época, como é óbvio, já de há muito os donatários da ilha, dispondo localmente de abundantes braços para a feitura de suas fazendas, tinham perdido de vista a inicial necessidade de transportar sazonalmente para aquela ilha todo o tipo de mão-de-obra necessário ao beneficiamento do gado. As vésperas de esta ilha ser revertida para a Coroa, a matança, o pastoreamento do gado e o "mais serviço" da dita ilha²⁸⁷ tinham-se tornado a única conquista destes "moradores pobríssimos"²⁸⁸ da ilha de São Nicolau.

Em situação similar à que se regista para São Nicolau nesta virada do século XVII para o XVIII, encontrava-se a ilha de Boa Vista. As diferenças naturais verificadas entre estas duas ilhas – esta (como a do Maio) apresentando condições quase que exclusivamente para a actividade pecuária e aquela "de vocação agrícola"²⁸⁹ – não se mostraram, até a data, como factores bastante fortes para a condução a soluções institucionais diferenciadas. E será de aceitar com mais facilidade ainda, no caso das "ilhas-montado", mais condicionadas pela natureza e tipo de exploração, o que quer dizer também, menos atractivas para quem quer que fosse, a persitência secular da velha ordem institucional. No entanto, também na Boa Vista, estante formalmente sob o regime donatário na época em que São Nicolau é revertida para a Coroa, se faz sentir a intervenção régia que aponta, a breve trecho, para igual reversão.

A pretexto das acusações do bispo das ilhas, incidentes sobre o donatário da Boa Vista "que não faz caso dela" e também sobre o feitor que lá tem, "homem pardo, natural dela, de quem se queixam os naturais que os oprime com excesso", será o *Conselho Ultramarino* a propor e o soberano a reconhecer, tudo isto em fins de 1698, a necessidade de intervir²⁹⁰. Por isso, na resolução respeitante ao caso – inspirada no parecer do *Conselho* que vai buscar fundamento no facto de que "ainda que esta ilha tenha donatário, sempre V. Mgde como rei e pai de seus vassallos tem a obrigação de os defender, e evitar que padeçam vexações" –, *el-rei* não titubeia em ordenar ao governador das ilhas "que achando culpas graves ao feitor da Boa Vista o suspenda e nomeie outro que sirva enquanto dá conta para que assim se evite a opressão daqueles moradores"²⁹¹. Moradores, certamente em número bastante inferior aos constatados para São Nicolau, mas igualmente "pobríssimos"²⁹², situando-se estes de cá como os

²⁸⁵ Cf. AHU, *Cabo Verde*, ex. 1, doc. 13, 1612; doc. 102, 1619.

²⁸⁶ V. Senna Barcellos, *op. cit.*, parte II, pp. 116-117.

²⁸⁷ AHU, *Cabo Verde*, ex. 9, doc. 64, 1711.

²⁸⁸ Esta foi a informação fornecida a *el-rei*, pelo *Conselho Ultramarino*, no ano de 1701. Cf. Senna Barcellos, *op. cit.*, parte II, pp. 165-166.

²⁸⁹ Cf. António Correia e Silva, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, p. 35.

²⁹⁰ AHU, *Cabo Verde*, ex. 8, doc. 79.

²⁹¹ *Ibidem*.

²⁹² Cf. Senna Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 166.

de lá na mesma dependência da estrutura donatarial que os foi absorvendo, até então, na sua medida e conveniência²⁹³.

A decisão da Coroa de, por um lado, chamar a si a gestão das ilhas de São Nicolau e São Vicente e, por outro, de suspender, mesmo que a título provisório, a representação donatarial na ilha da Boa Vista acabou, no entanto, por não implicar mais do que a substituição dos antigos feitores por outros, ou, se se quiser, por um "feitor e recebedor" no caso de "São Nicolau e sua anexa"²⁹⁴. O que imediatamente se segue à acção do poder central nestas duas fracções periféricas da capitania de Cabo Verde, e que bem demonstram a importância relativa que os seus moradores podiam ter para a Coroa, são medidas tendentes apenas a organizar as milícias num e noutro local. Essa iniciativa, decorrente do medo das investidas estrangeiras sobre aquelas ilhas, teve, segundo Senna Barcellos, uma razão imediata: a façanha de um navio francês que, em 1701, tencionando ir explorar a ilha do Sal, então despovoada, teria recolhido na Boa Vista, em São Nicolau e mesmo em Santo Antão "alguns naturais" para, naquela ilha, "fazerem caçadas de animais bravos e pescarem âmbar"²⁹⁵. Mesmo que frustrada (a tentativa veio a culminar com a morte de todos os franceses e a submersão do respectivo navio), do intento adveio a deliberação do governador das ilhas que "com o fim de defender São Nicolau e a Boa Vista da acção dos piratas, ordenou aos feitores delas que diligenciassem com os moradores para que todos comprassem armas" e se seguisse a criação de companhias "com os seus oficiais" naquelas duas ilhas²⁹⁶. Seguiu-se, com efeito, a organização das companhias de milícias na Boa Vista e São Nicolau (com a proposta de criação de um sargento-mor para cada uma), pedindo-se, porém, armas para elas, já que se veio a reconhecer não disporem os moradores do mínimo recurso para isso²⁹⁷.

Em termos de desdobramento administrativo ficava, entretanto, decidido "que o ouvidor geral passasse uma vez no seu triénio à Boa Vista e São Nicolau para pôr em forma a administração da justiça"²⁹⁸. De resto, continuariam os feitores dos rendeiros destas ilhas, em caso de insubordinação ou crime de algum morador, a dar "parte ao governador ou ouvidor de Cabo Verde, para os castigarem como merecer o seu delito"²⁹⁹.

A presença de navios estrangeiros no mar ou mesmo em terra das ilhas periféricas cabo-verdianas e a cobiça das suas parcas riquezas por pretendentes de diversas nacionalidades, tendo sido uma constante na sua história, terão, contudo, uma forte expressão nos finais de seiscentos. Todas elas vão verificar alguma ou mesmo várias experiências que, com a cumplicidade ou não dos naturais e das poucas autoridades estabelecidas, acabam por torná-las mais visíveis para os centros metropolitano e insular. O Maio não será excepção e poder-se-á mesmo relacionar a sua reversão para a Coroa, processo, aliás, mal conhecido nos seus múltiplos aspectos, com a presença inglesa que lá antes se verifica, mas que a documentação só vem

²⁹³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 64.

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ Senna Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 165.

²⁹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 165-166.

²⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 172.

²⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 170.

²⁹⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 64.

acusar quando já adentrado o século XVIII. O primeiro dado a considerar quanto a isto é a imprecisão da data em que ter-se-ia extinguido para esta ilha o regime donatário: "tempo d'el-Rei D. Pedro II" é o que nos informa Lopes de Lima³⁰⁰. Portanto, entre 1667 e 1706, ou seja, em período coincidente com o processo de São Nicolau e da Boa Vista, atrás descritos. A ter em conta esta indicação, mesmo que vaga, estaríamos face a uma tendência de reversão de todas as doações feitas no arquipélago, sem dada de jurisdição. Reversões que não haviam, no entanto, de implicar a criação de quaisquer órgãos de gestão, como se poderá constatar também no caso da ilha do Maio, pois nesta, como naquelas, as únicas autoridades mencionadas para o início do século XVIII são o feitor e o vigário, nesta altura já posto em carácter permanente.

Consideremos, em segundo lugar, o perfil demográfico da ilha. Para o Maio, cuja gestão mantinha-se entre feitor e vigário, o que se estima da sua realidade populacional, avaliada a um século de distância daquela primeira projecção, surpreende mais pelo emprego do contingente lá radicado do que propriamente pelo número. Nos inícios do século XVIII, mas provavelmente muito antes, grande parte da população desta ilha, que agora deveria totalizar uns sessenta indivíduos, encontrava-se vinculada à extracção do sal³⁰¹. A exploração das salinas do Maio, levada a efeito pelos ingleses, não se sabe exactamente desde quando, fazia convergir para os seus portos, nomeadamente o de Guindaste, uma quantidade enorme de navios estrangeiros que para lá rumavam, em busca do produto. Fala-se no número de 110 para o ano de 1713. "A fabricação era feita pelos estrangeiros com a sua marinhagem, e a condução pelos moradores, que o transportavam em cavalgadas até a praia", sendo o pagamento efectuado "em fazendas e mantimentos, e muito pouco em dinheiro"³⁰². Barcellos acusa o sistema localmente adoptado para a "repartição da condução" do sal até o seu esgotamento: "entrava o feitor da ilha, que tinha uma parte, o vigário com outra e a terceira para os moradores"³⁰³.

Esta situação, de clara hegemonia inglesa no local, fundamentada, inclusive, na afirmação de pertencer-lhes, de facto, a ilha por ter sido dada "em dote de Dona Catarina" havia de encontrar uma das suas maiores expressões na pretensão que os mesmos tiveram de levantar um forte no Maio "para defender a salina contra outras nações" e mesmo dos portugueses e naturais a quem também proibiam de tirar o sal "quando ali estivessem navios a carregar"³⁰⁴. Partirá do *Conselho Ultramarino*, em função, talvez, de alguma denúncia feita pelo governador Serafim Teixeira Sarmento, a sugestão de que "se devia ali mandar um engenheiro para tratar das fortificações, para que os ingleses ou outra nação não se antecipsassem em ir ocupá-la, a fim de se impedir a liberdade com que ali vão tirar o sal"³⁰⁵. A ordem régia daí decorrente (1718) e que intimava este mesmo governador a que se informasse "sobre a produção

³⁰⁰ José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguezas...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, parte II, p. 33.

³⁰¹ Senna Barcellos, *op. cit.*, pp. 228-229.

³⁰² *Idem, ibidem*, p. 228.

³⁰³ *Idem, ibidem*, p. 229.

³⁰⁴ *Idem, ibidem*.

³⁰⁵ *Idem, ibidem*.

de sal na ilha e sobre a possível fortificação do Maio³⁰⁶ encerra a medida das preocupações e alcance dos poderes dos dois centros (metropolitano e local) sobre mais este espaço periférico.

Outros pressupostos

A pré-história das capitanias da Brava e de Santo Antão

Até o ano de 1545, quando D. João III resolveu agraciar mais um representante da sua nobreza com uma capitania em Cabo Verde, a ilha da Brava, ao que parece, chegara até a ter, em tempos, um capitão nomeado por um dos grandes donatários das ilhas³⁰⁷, já se vinha diferenciando do subgrupo no qual se achava inserida. Explorada desde inícios do século por uma única família, mas à base de sucessivos contratos de arrendamento³⁰⁸, a ilha viria a constituir-se, em conjunto com as outras mais e ilhéus que a ela estavam associados, na capitania que D. João Pereira, membro do conselho real, havia de receber em função dos excelentes serviços prestados à Coroa, em especial como capitão de Goa³⁰⁹. D. João Pereira era, como se vê, um nobre, e o antigo rendeiro, Francisco d'Afonseca, "gibeteiro" da casa real³¹⁰. As razões que os ligam à história da Brava, assim como o estatuto que conservaram face a ela são de natureza diferente. Depreende-se que este teria alcançado o arrendamento da ilha pela proximidade ao monarca, derivada do exercício do seu ofício. Mas o prolongamento do mesmo contrato nos seus filhos talvez tenha-se dado em função dos resultados continuados desta empresa.

A ruptura ou a nova orientação adoptada para a exploração do conjunto de ilhas a que pertencia, de facto, acha-se em sintonia com a tendência geral de favorecimento de uma nobreza reinol, a qual era preciso recompensar condignamente pela lealdade e serviços apresentados. Numa percepção particular da forma como se deu esta transição, não é possível desconsiderar as causas imediatas de suspensão do arrendamento, então assumido pelos filhos de Francisco d'Afonseca. O processo desencadeado pelo Tribunal da Santa Inquisição contra Diogo d'Afonseca e seu irmão Pedro d'Afonseca, a partir da denúncia de um mareante, em 1542, teria como desfecho a anulação do contrato e, com certeza, outras consequências mais para a vida dos herdeiros de Francisco d'Afonseca. Matéria de acusação: serem cristãos-novos e exercitarem, principalmente o primeiro, cognominado "o Manquinho", algumas práticas judaicas

³⁰⁶ AHU, Cabo Verde, cx. 9, doc. 93.

³⁰⁷ Trata-se de Lopo Afonso, inscrito como escudeiro d'el-rei e capitão da ilha Brava em uma carta em que se lhe faz mercê das minas de metais que ele venha a descobrir durante os dois anos próximos. ANTT, *Chanc. D. João II*, L.º 13, fl. 19 v., 30 de Novembro de 1489, in *HGCV-CD*, vol. II, pp. 67-68.

³⁰⁸ ANTT, *Chanc. D. João III, Doações*, L.º 26, fl. 260 v., 10 de Julho de 1509, in *HGCV-CD*, vol. I, pp. 183-185.

³⁰⁹ ANTT, *Chanc. D. João III*, L.º 66, fls. 160-160 v., in Brásio, *MMA*, vol. II, pp. 381-383, 22 de Outubro de 1545.

³¹⁰ ANTT, *Chanc. D. João III, Doações*, L.º 26, fl. 260 v., 10 de Julho de 1509, in *HGCV-CD*, vol. I, p. 183.

relacionadas com a guarda dos sábados, preparação da comida, rezas e manifestações de crença³¹¹. Findou-se assim o arrendamento da Brava, mantido por mais de quadro dezenas de anos pelos mesmos senhores, para dar lugar à formação da capitania-donatária que envolvia esta ilha. A transição, que colocava nas mãos de D. João Pereira a continuidade da gestão dos recursos desta e das demais ilhas e ilhéus, era feita timidamente, declarando-se, no fim da carta, "que se os ditos filhos de Francisco d'Afonseca tiverem direito e se lhes não dever de tirar em suas vidas por bem das provisões que têm as ditas ilhas e ilhéus e julgando-se por sentença que as tenham em tal caso esta mercê não haverá efeito senão depois que as ditas ilhas e ilhéus vagarem"³¹².

Pela mesma altura, era a ilha de Santo Antão concedida em capitania a Gonçalo de Sousa, a título não dos seus préstimos mas sim de um seu tio, Manuel de Sousa, fidalgo da casa real, a quem D. João III pretendia também homenagear pelo elevado desempenho que tivera na guerra da Índia e como capitão da Fortaleza de Diu, onde morrera ao serviço da Coroa³¹³. Na história anterior desta ilha acham-se também vinculados os nomes de João d'Afonseca e de seu filho Pedro d'Afonseca, como quem, cada um a seu tempo, a tivera "em sua vida"³¹⁴. Gonçalo de Sousa, filho secundo-génito deste, foi favorecido pelo destino. Fruto do casamento de Pedro d'Afonseca com D. Violante de Sousa, acabou por se constituir, em 1548, no capitão-donatário que mais poderes jurisdicionais alcançou em Cabo Verde, por algumas razões que se conjugaram. Sendo o pai igualmente fidalgo da casa real e com serviços prestados "na guerra d'Africa e em outras partes"; a mãe, irmã de Manuel de Sousa, a quem com mais razão queria *el-rei* galardoar, na circunstância ter este morrido sem "filho nem filha nem irmão nem parente a que seus serviços com mais razão devessem ser satisfeitos"; e ter também falecido Pedro d'Afonseca, potenciou-se logo Gonçalo de Sousa como o segundo homem na linha de sucessão desta ilha. O primeiro, João de Sousa, herdeiro natural da honra e da memória que se queria perpetuar, porque primogénito de D. Violante e de Pedro d'Afonseca, morreu sem chegar a tirar carta. Daí ter ido parar a capitania de Santo Antão às mãos de Gonçalo de Sousa³¹⁵.

Se a Brava, antes de ser doada em capitania, teve os seus recursos aproveitados – a saber, gado e algodões –, por Francisco d'Afonseca e em seguida pelos seus herdeiros, isto, pelo menos, desde 1503³¹⁶, quanto à ilha de Santo Antão sabe-se que, em 1504, ao tempo em que ainda "a tinha" João d'Afonseca, chegavam a Lisboa, 12 687 peles e 67 quintais de sebo³¹⁷. Destes produtos, como também da carne que

³¹¹ ANTT, *Inquirição de Lisboa, Denúncias*, L.º 1, fls. 169 v.-170, 19 de Junho de 1542 e 173-173 v., 1 de Julho de 1542; 5 de Julho de 1542.

³¹² ANTT, *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 36, fls. 53 v.-56, 22 de Outubro de 1545.

³¹³ ANTT, *Chanc. D. João III*, L.º 70, fl. 29 v., 13 de Janeiro de 1548, in Brásio, *MMA*, vol. II, pp. 390-391.

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ *Ibidem*.

³¹⁶ ANTT, *Chanc. D. João III, Doações*, L.º 26, fl. 260 v., 10 de Julho de 1509, in *HGCV-CD*, vol. I, pp. 183-185.

³¹⁷ ANTT, *CC*, III-2-35, 1504, in *ibidem*, pp. 149-151.

deve ter seguido outro destino que não Lisboa, pagava João d'Afonseca quarto e dizimo à Coroa³¹⁸, o que nos termos do arrendamento da Brava importou a cobrança de "metade de todo para nós em salvo postas à beira d'água"³¹⁹.

A prerrogativa de cobrança de impostos aos senhores das ilhas

O dizimo e o quarto, sendo os mais comuns dos impostos régios aplicados sobre a exploração do gado cabrum e vacuum, lançados nas ilhas, atingiram quase todos os seus concessionários. As duas excepções conhecidas referem-se: aos donatários da Brava, Sal, Santa Luzia e Ilhéus que, a partir de D. Martinho Pereira, seu segundo donatário, conseguiram, por mercê especial, a isenção do pagamento da totalidade destes impostos³²⁰ e aos condes de Portalegre que, ao que parece, nunca chegaram a pagar o quarto sobre a exploração do gado das suas ilhas de São Vicente e de São Nicolau³²¹.

Os serviços apresentados pelos agraciados de ambas as casas justificavam as isenções por eles alcançadas e que ainda lhes foi permitido transmitir. D. Martinho, fidalgo da casa d'el-rei, membro do seu conselho e vedor da fazenda, acrescentava a esta sua *fólia* o cargo de governador da casa de D. António, sobrinho do monarca³²², enquanto D. Diogo, que somava ao título de conde de Portalegre o de escrivão da puridade e senhor de Celorico, tinha ainda se distinguido nas guerras de Castela da África, onde havia permanecido cativo na cidade de Tânger, como também nas conquistas das ilhas Canárias e como aio d'el-rei³²³. Todos os donatários das outras ilhas, especialmente os que receberam as dotadas de características especiais para a actividade de criação — o Maio e a Boa Vista, por exemplo, para não nos referirmos também à do Fogo —, ficaram sujeitos ao pagamento de tais contribuições.

O vínculo entre a exploração do gado e o pagamento dos dois impostos e, ainda, o modo e as condições da sua arrecadação eram detalhadamente declarados, como aliás se pode ver na carta de doação do gado bravo da Boa Vista a Rodrigo Afonso (1490), seu primeiro donatário: "me praz [declarava o doador] que ele tenha de mim em dias de sua vida o gado bravo da minha ilha de Boa Vista por esta guisa: que ele possa mandar matar aos tempos e seções que lhes bem parecer. E de tudo o que matar me pague das peles enxutas e carregadas e postas no porto. E assim do sebo

³¹⁸ *Ibidem*.

³¹⁹ ANTT, *Chanc. D. João III, Doações*, L.º 26, fl. 260 v., 10 de Julho de 1509, in *HGCV-CD*, vol. I, pp. 183-185.

³²⁰ ANTT, *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique*, L.º 36, fls. 53 v.-56.

³²¹ Encontrando-se a casa de Portalegre de posse do gado destas ilhas desde 1498, pela concessão feita a D. Diogo da Silva de Meneses respeitante ao gado da ilha de São Nicolau (ANTT, *Chanc. D. Manuel*, L.º 31, fls. 88-88 v., 30 de Março de 1498, in *HGCV-CD*, vol. I, 116) e logo depois ao de São Vicente (ANTT, *CC*, III-2-35, in *HGCV-CD*, vol. I, pp. 149-151), da dispensa que tiveram, no acto ou na sequência da doação, só se vem confirmar *a posteriori*. Somente em 1504, através de um registo respeitante às "peles que vieram da ilha de São Nicolau e de São Vicente de que paga o dizimo e mais não (*ibidem*) é que se pode dar por certo a concessão de tal mercê.

³²² ANTT, *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 33, fls. 88-89.

³²³ ANTT, *Chanc. D. Manuel*, L.º 31, fls. 88-88 v., in *HGCV-CD*, vol. I, p. 115.

e das carnes se as ele aproveitar o dízimo tirado de todo o monte e depois de tirado o dízimo de todo o all o quarto. E isto com a condição que quando ele quiser mandar matar o dito gado mo faça primeiro saber para eu ver se é meu serviço mandar lá escrivão que o escreva por minha parte e receba e traga o meu quarto e dízimo ou dar ao meu o aviamento que mais meu serviço me parecer. E querendo eu mandar o dito escrivão ao dito Rodrigo Afonso será obrigado de o levar e trazer em seu navio à sua custa. E se o dito meu escrivão quiser trazer meu quarto no navio que ele mandar também será obrigado de o trazer e em Lisboa lhe será pago o quarto do frete, porque ele o navio trouxer fretado³²⁴.

O excerto não podia ser mais ilustrativo quanto às vantagens auferidas pelos concessionários destas doações, mas também não esconde, da sua parte, o quão grande investimento se fazia, necessário para, de facto, se chegar a ter proveito numa doação deste tipo. Se o rei (ou, antes, o grande donatário) estava disposto a doar o monopólio da exploração do gado de uma determinada área, ele o fazia nas seguintes bases: com a condição de ser-lhe reservada parte da produção (traduzida nos impostos) e de despendar no empreendimento somente o mínimo ao qual não se podia furtar, ou seja, o pagamento do frete das contribuições, mas isto já no destino. Todos os gastos requeridos pela indústria, mesmo aquele que o rei se comprometia saldar posteriormente, corriam por conta do senhor. Para além dos mencionados (compra ou fretamento de navio para transporte, custeamento das viagens e estadia do escrivão régio), há muitos outros relacionados com a própria matança, beneficiamento e acondicionamento do produto a que só podia realmente responder um senhor bastante avantajado de meios. Por isso, "são geralmente homens de prestígio e de posição social relevante na sociedade reinól de então os alvos das doações"³²⁵.

Rodrigo Afonso, segundo donatário da capitania do Norte de Santiago, sem que fosse originário da alta nobreza, fazia parte daquela classe de homens. Herdeiro do tio nesta doação, chegou a somar a este título o de cavaleiro do duque de Viseu e Beja, escrivão de sua fazenda, membro do conselho real e vedor de Dna. Beatriz, viúva do infante D. Fernando³²⁶. No Reino, foi «senhor de Salvaterra de Magos e Bellas»³²⁷. Em Cabo Verde, para além de capitão dos Alcatrazes e das mencionadas doações que lhe foram feitas da saboaria de Santiago e do gado bravo da Boa Vista coube-lhe, ainda, a capitania da ilha do Maio (1490)³²⁸ que apresentava também grandes disponibilidades de terreno para criação. Embora não se tenha nenhum documento desta doação, a qual, aliás, não chegou Rodrigo Afonso a conservar por muito tempo, preferindo vender a "capitania" a um certo João Baptista, sabe-se, pela carta aos herdeiros deste, terem sido idênticos aos da Boa Vista os termos de pagamento e cobrança do quarto e dízimo sobre a exploração do gado do Maio³²⁹.

³²⁴ Barcellos, *op. cit.*, pp. 49-50.

³²⁵ António Correia e Silva, "Espaço, Ecologia e Economia Interna", in *HGCV*, vol. 1, p. 216.

³²⁶ ANTT, *Chanc. D. Manuel*, L.º 30, fl. 130 v., 9 de Abril de 1473; 27 de Outubro de 1496, in *HGCV-CD*, vol. 1, pp. 39-40.

³²⁷ Barcellos, *op. cit.*, p. 37.

³²⁸ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 63.

³²⁹ *Ibidem*, p. 61.

Na Brava, mesmo ao tempo em que andou arrendada, no que ao mesmo item dizia respeito, pouco mudavam as exigências régias. Conservando-se para Francisco d'Afonseca e herdeiros as mesmas normas quanto ao aviso das matanças, custeamento do escrívão para lá enviado e transporte do produto dos direitos reais, apenas se encontrava limitado o período de realização das ditas matanças que não podiam ser feitas "senão em seus tempos e seções ordenadas"³³⁰.

Mas o gado não era, como se sabe, o único produto a ser mencionado nas cartas dos senhores destas ilhas. Objecto também de tributação específica, o algodão dividia, aqui, lugar com a criação. Para o rei, capitães e senhores tinha esta espécie, portanto, e veja-se o caso do Fogo, um estatuto especial. Do algodão, pagava-se o dízimo. Na Brava, sendo introduzido pelo antigo reendeiro que obteve para isso "lugar e licença [...] em semear algodão", não só era cultivado como beneficiado pelos "engenhos de limpar algodão" a que se deu igualmente permissão a Francisco d'Afonseca para os erigir "nas Ribeiras da dita ilha". Ao fim de alguns anos e com o investimento que fizera em escravos e escravas e compra de uma caravela "para andar no dito trato deles", o negócio se tornou próspero³³¹. A Flandres era, seguramente, um dos mercados para o dito algodão que ali ia parar, via porto da Ribeira Grande³³².

No Maio, desde o início da exploração da ilha por Rodrigo Afonso, deparamo-nos com realidade semelhante, havendo o senhor de vender esta capitania ao já referenciado João Baptista "com algum gado que aí trazia apastorado e bem assim [...] alguns algodões e outras bem feitorias"³³³. Na carta aos sucessores deste – os irmãos Egas e João Coelho – fica logo declarado que "dos algodões e bem feitorias outras que na dita ilha tiverem pagará o dízimo"³³⁴. O mesmo imposto, não existente para Santo Antão nos primeiros tempos da sua exploração, viria a constituir-se depois, possivelmente em finais do século XVI, em uma outra fonte de receita da Coroa³³⁵.

No quadro dos tributos pagos pelos senhores merece ainda destaque a "pensão" que, não se sabe ao certo a que título, se fizera introduzir naquelas ilhas. Há notícias de terem sido submetidos a esta contribuição os donatários das ilhas de São Nicolau e São Vicente, da Boa Vista³³⁶ e, ainda, os do Maio e da Brava, Sal, Santa Luzia e Ilhéus³³⁷. No caso da Boa Vista, em que se pode chegar à antiguidade desta cobrança, sabe-se, inclusive, que a um dos senhores da ilha, António Correia, exigiu-se que, para poder ter a carta da Boa Vista, "provasse ter Francisco Correia, pai do pretendente, pago 150.000 de pensão a que era obrigado à fazenda real, em cada um ano"³³⁸.

³³⁰ ANTT, *Chanc. D. João III, Doações*, L.º 26, fl. 260 v., 10 de Julho de 1509.

³³¹ *Ibidem*.

³³² HGCv, *Corpo Documental*, vol. II, p. 280.

³³³ Barcellos, *op. cit.*, pp. 61-62.

³³⁴ *Idem, ibidem*.

³³⁵ AGS, *Guerra Antigua*, maço 122, fls. 180 e segs., "Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde", 6 de Janeiro de 1582, in Brásio, *MMA*, vol. III, p. 97.

³³⁶ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 148. AHU, cód. 284, fls. 255-259, 1614; AGS, *Secretarias Provinciales*, Libro 1473, fls. 41-41 v., 1620; AHU, *Conselho Ultramarino*, cód. 32, fls. 91 v.-92, 1620; AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, docs. 10 e 11, 1641.

³³⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 17, doc. 15.

³³⁸ Barcellos, *op. cit.*, p. 210.

Francisco Correia, 3º donatário do gado bravo desta ilha, (1569)³³⁹, sempre havia pago, de facto, os 150.000 réis que lhe tinham sido impostos por altura em que se devia confirmar nele a doação de há muito mantida pela sua família, mas ao tempo feita, "com condição que pagasse cada ano os 150.000 réis de pensão"³⁴⁰. Esta quantia, recebida do próprio senhor ou do agente que lhe arrendasse a exploração dos "frutos" da ilha (a quem o donatário repassava o tributo)³⁴¹, tinha normalmente como destino a satisfação de certas famílias reinóis a quem *el-rei* fazia mercê da dita pensão "no gado bravo da ilha da Boa Vista"³⁴². Quanto às outras ilhas aqui mencionadas, cujas informações não são tão abundantes, sabe-se apenas pagarem os donatários do Maio e da Brava 60.000 réis por cada uma delas, tratando-se, no caso desta última, da "pensão imposta àqueles moradores nos frutos da terra que são milho, feijão e abóboras"³⁴³.

Esforços e iniciativas em prol da defesa e conservação da soberania sobre as ilhas periféricas

Isentos de quaisquer outras obrigações tributárias que não as acordadas com *el-rei* no acto da doação ou da sua renovação, mas comprometidos implicitamente com a defesa dos núcleos por eles explorados, não haviam os senhores destas ilhas, até por conveniência própria, de demitir-se desta sua função quando se mostrasse necessário. Cite-se, a propósito, duas iniciativas diferentes, respeitantes à mesma ilha da Boa Vista: a do apresamento do corsário português, com a tomada de um navio contendo 70 escravos, levado a cabo por Diogo Cardoso, feitor da Boa Vista, (c. 1570)³⁴⁴; e a licença concedida em 1663 a Manuel Correia da Silva, donatário, "para fazer à sua custa um reduto nessa ilha, acabado o qual e em estado de receber artilharia *el-rei* o mandaria guarnecer, fornecendo pólvora, munições e arcabuzes"³⁴⁵. Os exemplos da ocupação dos donatários com este preciso item da defesa, embora não abundem, apontam para o princípio de combinação de vontades e esforços para a conservação das ilhas, e que havia de nortear cada uma das doações. Em todas elas, mormente naquelas que implicaram também jurisdição dos espaços, como é o caso de Santo Antão e da Brava, Sal, Santa Luzia e Ilhéus, encontra-se subjacente um compromisso assumido de parte a parte e que não se esgota nos termos da exploração das circunscrições estabelecidas.

Esta necessidade de defesa e de preservação de cada um dos núcleos insulares, transformada em pacto na medida da realização das doações, há-de ser também avaliada pelo outro lado, ou seja, pelo das iniciativas da organização régia rela-

³³⁹ ANTT, *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 23, fl. 105.

³⁴⁰ ANTT, *Chanc. D. Filipe I, Doações*, L.º 10, fl. 384 v.

³⁴¹ AHU, *Cabo Verde*, ex. 3, docs. 10, 12 de Setembro de 1641, e 11, 26 de Setembro de 1641.

³⁴² Foi o caso de Manuel Quaresma Barreto, membro do conselho d'*el-Rei*, e de sua mulher e "filho ou filha que nela nomear", depois de sua morte (ANTT, *Chanc. D. Filipe I, Doações*, L.º 10, fl. 384 v.).

³⁴³ AHU, *Cabo Verde*, ex. 17, doc. 15.

³⁴⁴ ANTT, *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 10, fls. 268-268 v.

³⁴⁵ Barcellos, *op. cit.*, vol. II, p. 43.

cionadas com conservação e manutenção da capitania como um todo. Da parte dos altos poderes sediados na Ribeira Grande e que localmente haviam de traduzir a vontade e os desígnios régios nesta esfera, este tipo de missão há-de revelar-se logo cedo. Já em 1527, o contador e corregedor das ilhas, que na altura representava o máximo de autoridade estabelecida, lograva fretar uma caravela da armada estante na Ribeira Grande para que a mesma fosse "às ilhas de Santo Antão e São Vicente e Santa Luzia e São Nicolau em busca de uma caravela de castelhanos que nas ditas ilhas andava a roubar e se dizia andar carregada de escravos"³⁴⁶. Não foi com pouco dispêndio para a Fazenda Régia, que a mesma manteve-se por quinze dias naqueles mares, à procura do tal navio castelhano³⁴⁷. Acções similares ou de maior alcance ainda, como se verá, haveriam de ter lugar ao longo da história destas ilhas, ficando porém, se comparado, o nível das respostas e das intervenções realizadas com a quantidade das investidas estrangeiras por aquelas bandas, infinitamente aquém do desejável.

Mas pelos mares das ilhas ou mesmo já em terra desses núcleos periféricos não somente era preciso reprimir a actividade de assalto levada a cabo por estrangeiros pois também navios nacionais ou por eles patrocinados navegavam por aquelas bandas com propósitos igualmente ilícitos. Lembramos a este título, e para indicar a prática, o episódio relacionado com os dois portugueses que, juntamente com o corsário João Bartolomeu Baião³⁴⁸, com quem haviam tratado e concertado nos inícios dos anos setenta de quinhentos, tencionaram, a partir das "Ilhas Brabas do Cabo Verde", baldear para as Índias de Castela um certo carregamento de escravos que este último havia de, clandestinamente, ir resgatar à Guiné³⁴⁹. Ou então, do furto sistemático das couramas da Boa Vista ("comprada aos negros" do rendeiro da ilha), praticado nos anos oitenta deste mesmo século, e que tinha como autor o mareante madeirense Gaspar Rodrigues³⁵⁰.

As observações do padre Baltasar Barreira, feitas já no início do século XVII, ajudam-nos a compor o quadro nesta abordagem inicial. A propósito, agora, da frequência das "visitas" estrangeiras especialmente à ilha do Maio, escrevia ele naquele ano de 1606: "É o mar destas ilhas infestado de corsários e são muitos os navios que tomam, uns que vem dessas partes de Europa, e outros que vão deste Guiné carregados de escravos e outras mercadorias; o que muito lhes facilita estes roubos, e os cometimentos e os mais, que para passar às Índias, Brasil, São Tomé e outras partes, ordinariamente se vem ajuntar na ilha do Maio, que está mui perto, por ter bom porto"³⁵¹. Os estrangeiros ajuntavam-se no Maio precisamente por aí existir "uma marinha natural donde se carregam muitas naus de estrangeiros de sal"³⁵². Daí o

³⁴⁶ ANTT, CC, II-145-161.

³⁴⁷ *Ibidem*, CC, II-141-179.

³⁴⁸ Sobre as acções e importância desta personagem v. Ilídio Cabral Baleno, "Pressões Externas. Reacções ao Corso e à Pirataria", in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, pp. 132-133.

³⁴⁹ ANTT, *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 13, fl. 481, 1573.

³⁵⁰ ANTT, *Cart. Not. 7A*, L.º 1585, fl. 91.

³⁵¹ ARM, *Papeles de Jesuitas*, ms. 185, doc. 13, ANTT, *Cartório dos Jesuitas*, maço 68, doc. 119, in Brásio, *MMA*, vol. IV, p. 61.

³⁵² *Ibidem*.

parecer do Conselho da Índia, ao qual teria chegado a notícia, sugerindo que "o capitão da ilha de Cabo Verde passe à ilha do Maio e procure pôr em efeito o entulho das marinhas de sal para impedir os holandeses de lá tomarem sal"³⁵³. A este parecer ajuntar-se-ia posteriormente outro (1607), no sentido de o governador das ilhas envidar todos os esforços para impedir os holandeses de fazerem "uma fortaleza na ilha do Maio"³⁵⁴.

Os holandeses ter-se-iam interessado pelo Maio, mas logo também pela ilha de São Vicente, a qual haveriam de transformar numa importante "base de apoio para minar a hegemonia ibérica sobre as costas atlânticas da África e da América"³⁵⁵. Foi António Correia e Silva, com documentos selectivamente colhidos, quem conseguiu marcar esta passagem, iniciada seguramente antes de 1628, segundo se pode deduzir da alusão feita, por De Laet, às estadas holandesas em São Vicente "nos anos precedentes"³⁵⁶. Os registos para o ano indicado de 1628, e que se referem, concretamente, à escala na ilha de duas frotas holandesas da *Companhia das Índias Ocidentais*, destinadas ao saque dos navios portugueses, nas imediações de Pernambuco, são, no entanto, mais consistentes. São-no tanto quanto outro do ano seguinte relativo a uma terceira frota da mesma proveniência, constituída por 52 navios e 13 chalupas, e que agora havia de ter por missão a conquista, no Brasil, da cidade de Olinda. Durante quatro meses, em 1629, o capitão da esquadra, general Loncq, teria feito de São Vicente a sua base e daí realizado "viagens exploratórias às demais ilhas do arquipélago, nomeadamente as orientais com o fito de apanhar o sal"³⁵⁷.

Sediados em São Vicente, dotada de um magnífico porto para abrigar as suas embarcações, mas que não consegue satisfazer todas as necessidades da tripulação até o prosseguimento da viagem, os holandeses saltam dali também para Santo Antão com o fito de "adquirir frutos e frescos para os doentes" e onde se dizem "bem acolhidos pelos habitantes"³⁵⁸. reacção conhecida a estas incursões foi somente a do donatário de Santo Antão que, sabendo da cumplicidade dos habitantes desta sua ilha nas acções holandesas, "para tirar a ocasião de irem ali os corsários refrescar-se", fez logo proibir o cultivo das hortas que nela haviam junto ao mar, o que imediatamente comunicou a el-rei, mostrando-se ainda propenso, caso S. Mgde. entendesse ser a ilha "de algum prejuízo", a concordar com a decisão de "queimar e castigar seus moradores"³⁵⁹.

Na sequência dos holandeses, chegam os franceses à mesma ilha de São Vicente, primeiramente por naufrágio (c. 1638), mas depois intencionalmente e mesmo com alguma pretensão no estabelecimento de soberania. Isto já na década de quarenta: quando o capitão Lambert, vindo da Senegâmbia, "instala-se por uns tempos

³⁵³ Biblioteca da Ajuda, cód. 51-VIII-20, fl. 211 v., 1606.

³⁵⁴ Biblioteca da Ajuda, cód. 51-VII, fl. 151, 1607.

³⁵⁵ António Leão Correia e Silva, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, p. 27.

³⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 28 (apud Nize Isabel de Moraes, *À La Découverte de la Petite Côte au XVIIe Siècle (Sénégal et Gambie)*, Tome II, Université de Dakar-IFAN Cheikh Anta Diop, Dakar, 1995).

³⁵⁷ António Leão Correia e Silva, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, p. 28.

³⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 28.

³⁵⁹ ANTT, CC, II-352-33, 1630, citado por Ilídio Cabral Baleno, "Pressões Externas, Reacções ao Corso e à Pirataria", in *HGCY*, vol. II, p. 167.

em São Vicente, onde fez desembarcar homens e uma peça de canhão" e, posteriormente, com a passagem de uma expedição para Barbados, em que a bandeira e a cruz da monarquia francesa são fincadas na ilha enquanto a expedição se abastece de água, lenha e carne de cabrito³⁶⁰. A ilha vai conhecendo também expedições desta mesma nacionalidade com destinos mais além, que rumam para o oceano Índico, mas que param em São Vicente para aprovisionar-se de sal e carne antes de tomarem caminho para as ilhas Mascarenhas, Maurícias e, por fim, Madagáscar. É o caso do navio "Saint-Alexis" e de outros tantos, identificados como lá tendo fundeado entre aquelas mesmas datas: finais de trinta e ao longo de quarenta³⁶¹. Em São Vicente, chegou-se a observar "os estrangeiros não só dormiam em terra como também faziam as suas embarcações, porque não havia ninguém para denunciar a presença deles"³⁶².

A denúncia feita pelo governador das ilhas, ao bispo D. Fr. Vitoriano Portuense, de estarem os párocos do Barlavento "casando nelas os piratas que ali querem ficar", parece lógica, pois, sendo frequentadas aquelas ilhas por tripulações de tantas origens e destinos tão diversos, não era de estranhar que entre todos houvesse os que, por um motivo ou por outro, recusassem prosseguir viagem. Escolhiam para morar, como também parece lógico, as ilhas com vocação agrícola, por serem estas as que melhor podiam oferecer alguma perspectiva de futuro. No ano de 1700, já eram seis os casados, "três na de São Nicolau e três na de Santo Antão", estando ainda "outros apalavrados para vir casar às ditas ilhas"³⁶³. O governador D. António Salgado chamava a atenção para o facto com alguma apreensão, pois achava que disto poderia resultar "a perdição delas [i. é, das ilhas] e desta conquista e outras consequências de que podem resultar grandes ruínas". Para convencer o bispo chamava-lhe à memória o que acontecera em São Nicolau "onde os ingleses haviam preso e despojado, de toda a fazenda que tinha em sua casa, um tal de João Miguel, casado e morador naquela ilha". São Nicolau estava reduzida, para ele, num "armazém dos roubos dos piratas"³⁶⁴.

A pressão e ameaça estrangeira sobre as ilhas periféricas revestiram-se de várias formas. A mais insólita de todas, por ter contado com todo o favoritismo do donatário, conheceu-a Santo Antão, já em plena década de vinte do século XVIII. Surgiu sob a forma de um contrato, estabelecido em circunstâncias bastante estranhas, entre o donatário, D. João de Mascarenhas, marquês de Gouveia, e mercadores ingleses, no ano de 1724³⁶⁵.

Considerado extremamente nocivo à soberania portuguesa na área, o acordo, assim que noticiado, motivou a mobilização tanto das autoridades estabelecidas em Lisboa como as de Santiago que, num esforço conjunto, tentaram acertar o passo para coartar o processo, já em curso desde fins de 1724, de feitorização da ilha pelos

³⁶⁰ Correia e Silva, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, pp. 29-30.

³⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 30.

³⁶² ANTT, ms. da Livraria, n.º 1633, fls. 351-351 v. [post. 1625], citado por Baleno, "Pressões Externas, Reacções ao Corso e à Pirataria, in *HGCV*, vol. II, pp. 165-166, e por Correia e Silva, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, p. 31.

³⁶³ Senna Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 162.

³⁶⁴ Idem, *ibidem*, pp. 162-163.

³⁶⁵ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 250.

ingleses. De facto, a notícia que chegava aos centros decisores por meio de uma representação feita pelos moradores da ilha acusava já a chegada a Santo Antão de um navio inglês "para tomar posse dela", o que teria começado a fazer deixando lá um feitor "e voltando em seguida para a Inglaterra a buscar casais, armas e artilharia, e outras cousas para a sustentação das gentes"³⁶⁶.

Do centro, logo que informado pelo governo e ouvidoria locais, chegavam à capital das ilhas as coordenadas para a reacção. O impedimento imediato da execução do acordo era a primeira delas e, para tal, o governador havia de passar "as ordens necessárias para que na ilha de Santo Antão se não observasse o contrato que sobre ela tinha feito o marquês de Gouveia, em Londres"³⁶⁷. O parecer do procurador da Coroa, sobre a questão, indicava as medidas a tomar: fosse logo mandada a Santo Antão uma "embarcação armada a impedir que os ingleses se fortifiquem nesta ilha, e expulsar o feitor inglês que nela se acha, sequestrando-se a jurisdição do donatário"³⁶⁸. E assim instruído, cuidou o governador Francisco Manuel da Nóbrega de enviar àquela ilha uma galera com soldados e cabos militares, que apetrechou na Ribeira Grande, não se esquecendo ainda de incluir na tripulação, ao que parece, a contragosto deste, o escrivão João Araújo³⁶⁹.

Em simultâneo, com a acção reactiva perpetrada a partir de Santiago preparava-se, em Lisboa, um outro navio – a fragata "Nossa Senhora da Vitória", da Armada real – com destino àquela mesma ilha, de modo a assegurar o sucesso da missão. Nele havia de seguir, como comandante, o coronel Álvaro Sanches de Brito, a quem se confiava a diligência de "ir a Santo Antão a remover dela a pessoa que estava feitorizando e governando-a por ordem do marquês de Gouveia" e ainda que pusesse, em seu lugar, uma outra "que lhe parecesse capaz de a governar"³⁷⁰. O nome que apresentou e a que não se ofereceu resistência foi o de Sebastião de Mendonça de Zuniga que, com uma guarnição de 12 soldados (um dos quais, sargento) "e um Regimento para se haver nas obrigações do posto", passou a governar Santo Antão, em nome da Coroa³⁷¹. A operação e transição faziam-se pacificamente pois, não obstante o capitão tivesse instruções para usar a força das armas na expulsão dos ingleses, se necessário fosse, "não teve efeito o dito ataque porque chegando à dita ilha de Santo Antão [certificava ele] achei terem-se retirado já dela os ditos ingleses, e não ser necessário fazer ocupação alguma de armas"³⁷².

Sebastião de Mendonça de Zuniga tomou posse do referido governo, à 29 de Julho de 1727³⁷³, seguindo-se a 10 de Agosto do mesmo ano a cerimónia solene de passagem de Santo Antão para a administração da Coroa, então presidida pelo ouvidor-geral das ilhas, Sebastião Bravo Botelho. Contou este acto oficial, decorrido

³⁶⁶ Idem, *ibidem*.

³⁶⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 27, 1727.

³⁶⁸ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 250.

³⁶⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 27.

³⁷⁰ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 251; AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 39, 1727.

³⁷¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 39, 3 de Agosto de 1727; Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 151.

³⁷² AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 40, 1727.

³⁷³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 48.

na povoação da Ribeira Grande de Santo Antão, com a presença do próprio governador da ilha recém-nomeado, com a de Manuel Loureiro Henriques, "procurador do marquês de Gouveia na dita ilha", e, para além deles, com o conjunto das autoridades já estabelecidas. As de feitura ou confirmação dos donatários, segundo as prerrogativas que tinham, eram as seguintes: os juízes Tomé Fernandes e João da Rocha Pinto, os almotacés Manuel Delgado, João Pires e António Pires e os meirinhos Domingos Fernandes Lopes, Manuel Branco e Manuel da Cruz Ventura³⁷⁴. Esta é a data mais antiga em que nos aparece concretizada esta capacidade dos donatários de Santo Antão, a quem foi sempre facultado o direito de nomear oficiais e de confirmar juizes, podendo-se, no entanto, no caso da câmara, recuar um pouco mais. Ou não teria sido ela, "a câmara que governava", uma das anunciadoras, em Fevereiro de 1725, da chegada e pretensões inglesas em Santo Antão?³⁷⁵

Para além de Sebastião de Mendonça de Zuniga, Santo Antão chegou a ter, ainda, dois outros capitães de nomeação régia: Cláudio Roquete da Silva, em 1731³⁷⁶, e José Vieira da Silva, provido em fins de 1734, mas que não chegou a tomar posse por ter morrido, na ilha de São Nicolau, quando ia a caminho de Santo Antão³⁷⁷. A devolução posterior do senhorio de Santo Antão, ao conde mordomo-mor D. José de Mascarenhas (1739), irmão do malogrado D. João, para tê-lo em sua vida somente³⁷⁸, foi a última doação efectuada. Consumava-se em 1740, com a nomeação, já da parte do novo donatário, de Francisco de Lima para governar a ilha, com a patente de capitão-mor³⁷⁹. Este último fôlego da capitania de Santo Antão, a única a permanecer para além da década de 30 de setecentos, expiraria quase duas dezenas de anos depois, com a condenação do seu donatário pela tentativa de assassinato *d'el-rei* D. José I, de que então fora acusado. O motivo era inegavelmente sério e, por isso, "caçou-se a verba e trancou-se a carta de doação da referida ilha para que, em nenhum tempo, se possa extrair coisa alguma do livro de registo, dessa carta"³⁸⁰.

Da velha à nova ordem nas ilhas periféricas

Acerca das actualizações institucionais verificadas nas ilhas periféricas

Se ao donatário é concedida toda a "jurisdição e senhorio da dita ilha e mero e misto império" e ainda o direito de "dar por suas cartas os officios de tabeliães e quaisquer outros officios de justiça que bem forem necessários para a governança da dita ilha", de "confirmar juizes que forem eleitos por eleição" e de conhecer os seus

³⁷⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 47.

³⁷⁵ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 250.

³⁷⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 40.

³⁷⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 16, doc. 49.

³⁷⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 18, doc. 17.

³⁷⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 18, doc. 3.

³⁸⁰ Barcellos, *op. cit.*, vol. III, p. 27.

ouvidores "dos agravos que saírem dentre os juizes e oficiais dela assim e da maneira que o faria o meu corregedor que à dita ilha fosse"³⁸¹, o que de facto se pode reter numa primeira leitura é, por um lado, o elevado grau de confiança que a doação encerra, mas, por outro, a enorme responsabilização, por parte do agraciado. Não fosse a reserva de correição e alçada para *el-rei*³⁸², o que aliás vem também reforçar a ideia de compromisso entre as partes no tocante à realização da justiça, a doação seria quase que plena. Esta "largueza" de jurisdição em Santo Antão, consubstanciada na alienação de algumas regalias normalmente retidas (como a dada de ofícios, por exemplo), nenhuma outra capitania alcançou. No entanto, nesta como na doação a D. João Pereira, que terá sobre a capitania da Brava não mais do que "jurisdição e alçada no civil e crime que tem os capitães da ilha da Madeira"³⁸³, o fundamento contratual é basicamente o mesmo, equiparando-se em dada altura ambas as doações – em função da actualização dos termos da carta no que respeita aos poderes dos capitães – às concessões levadas a efeito nas ilhas de povoamento antigo.

Interessante é reparar nestas duas doações, realizadas na década de 40 de quinhentos, no novo enquadramento conhecido pelas ilhas que a elas correspondem. Ao arrendamento da exploração de umas e concessão de capitania, quase que com o mesmo carácter, da outra, evolui-se para a constituição de dois senhorios jurisdicionais, sem desprezo das cláusulas "económicas" anteriores a que se vai acrescentar esta nova dimensão. É claro que este novo estado, sendo expressão da avaliação que se faz das conquistas até então alcançadas sobre os dois espaços, que de meros campos para criação já podem ser perspectivados nas suas outras possibilidades, requer alguma actualização contratual não só no que diz respeito ao económico mas também ao social. Assim é que para além do quarto e dízimo mantidos sobre a exploração do gado das duas capitánias, anuncia-se que do rendimento da "fazenda" que eventualmente o donatário ou outros vierem a fazer em cada uma daquelas ilhas serão cobrados, como em Santiago, direitos de exportação e importação. Previne-se quanto aos novos tributos, mas também noticia-se a vontade régia de mandar "dar foral" aos que forem moradores daquelas circunscrições para se saber, ao certo, o que haviam de pagar e, ainda, no caso de Santo Antão, para lhes facultar iguais privilégios "que tem e de que gozam os moradores da dita ilha de Santiago"³⁸⁴.

Assim constituídas e regimentadas, puderam estas capitánias, mesmo que com alguns ajustes nas cláusulas contratuais dos seus donatários, sobreviver com uma longevidade muito superior à alcançada por aquelas situadas nas ilhas de povoamento antigo. Talvez, mesmo, por trair em muito a expectativa de virem a constituir-se em brevíssimo tempo, tal como aquelas, em locais abertos e de interesse à imigração europeia, puderam as capitánias de Santo Antão e da Brava entrar pelo século XVIII adentro quase que intocadas por outro tipo de administração que não a donatária. Neste percurso, o Maio, a Boa Vista, São Vicente e São Nicolau, e até com menos espanto ainda, não teriam diferente sorte.

³⁸¹ Barcellos, *op. cit.*, pp. 125-127.

³⁸² *Idem, ibidem.*

³⁸³ Barcellos, *op. cit.*, pp. 120-122.

³⁸⁴ V. Barcellos, *op. cit.*, pp. 120-122 e 125-127.

A longa trajetória destas ilhas ou capitánias, mantidas pelos seus donatários até que se ordenasse a reversão de cada uma delas para a Coroa, longe porém de ser linear, acha-se permeada de vicissitudes e acontecimentos, mal conhecidos a maioria deles, é certo, mas que, mesmo assim, conseguem desfazer a ideia de viverem estes espaços, séculos a fio, uma realidade caracterizada pela monotonia³⁸⁵. Mesmo que marginalizadas do grande tráfico, estas conseguirão atrair para si, para além dos agentes económicos situados na órbita dos donatários e da Coroa, e de que os sucessivos arrendamentos da exploração e das rendas e direitos de cada uma delas são prova, para além da estrutura eclesiástica que vai seguindo de perto a evolução social verificada em cada uma delas, diferentes representantes da categoria dos excluídos do sistema que as comporta. São piratas que lá chegam, em busca de saque ou abrigo temporário, corsários que, a mando das suas nações, insistem em desafiar a soberania portuguesa sobre toda aquela área, comerciantes estrangeiros que descobrem o valor e a facilidade com que podem extrair alguma das riquezas lá encontradas, esquadras em trânsito, a caminho do Oriente ou do Ocidente, em missão de colonização de terras mais longe, escravos ou mesmo libertos fugidos e que chegam àquelas ilhas sabe-se lá como, degredados talvez, propositadamente mandados para uma ou outra delas, naufragos de navios encalhados nas suas proximidades. Todos eles contribuirão, quase que gota a gota, para um maior dinamismo da exploração e humanização desta periferia insular. A mesma contará, a par disso, com algumas pontes legais de contacto interno identificadas na circulação dos navios dos exploradores oficiais e que haverão de propiciar, obviamente, alguma migração. Ou dos próprios donatários que, possuindo mais de uma ilha, tentam ainda assim rentabilizar as suas embarcações, transportando também as fazendas recolhidas nas ilhas de outros donatários; ou então, dos rendeiros ou arrendatários que muitas vezes arrematam em bloco os direitos sobre diferentes unidades de ilhas.

Mas fixemo-nos, ainda, até para não perder de vista outra dimensão bem diversa da mesma realidade periférica, na vivência institucional destas ilhas, verificando aqui também o comportamento das partes na sucessão dos donatários. É que a este nível da história destas capitánias registam-se, tal como nas de Santiago e do Fogo, ocorrências várias que, para além do valor episódico, ajudam-nos a compor o quadro do regime. São duas realidades que quase não se tocam, mas que se faz preciso olhá-las em paralelo: esta, da corte, dos interesses restritos da realza e da fidalguia reinol com aquela que envolve, no chão da doação, agentes estranhos ao pacto daqueles. Comum entre todas as doações que se fizeram nas ilhas foram, por exemplo, as "vendas" da capitania, verificadas na Ribeira Grande e, aqui, na ilha do Maio. Mas também a divisão de uma circunscrição em duas porque passou esta última ilha, muito tempo depois de se ter verificado a dimidação de Santiago.

A transformação do Maio em duas capitánias, logo nos inícios de quinhentos, deu-se de forma turbulenta e traz-nos à reflexão um aspecto do regime, até aqui não aflorado, e que tem a ver com a "imposição" a *el-rei*, pela parte que a requer, de uma concessão situada fora do seu interesse imediato. O episódio em questão, surgido anos depois da "compra" da capitania a Rodrigo Afonso pelo já mencionado João Baptista,

³⁸⁵ Cf. António Correia e Silva, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, p. 31.

tem início no facto de os genros deste, os irmãos Egas e João Coelho, terem, após a sua morte, e sem qualquer licença, tomado posse da ilha e de toda a criação que lá havia, inclusive do "gado vacuum que para lá tinha lançado o almoxarife por ordem d'el-Rei", o qual passaram a matar e a carregar, sem distinção e à revelia da ordem que lhes foi dada para saírem da ilha. Depois de travarem uma luta renhida com o almoxarife de Santiago e de ter-lhes el-rei concedido um ano para que tirassem o gado que traziam, deixando a ilha despejada, mediante o agravo apresentado pelos irmãos, acabaram por concertar-se as partes, do que resultou a doação do Maio para ambos "em suas vidas", das respectivas mulheres e ainda dos filhos mais velhos³⁸⁶. Assim se dividiu a dita ilha, no ano de 1504, não demorando mais que vinte anos para que a Coroa, já com D. João III, viesse, por um alvará de lembrança, prometer ao barão de Alvito, vedor da sua fazenda, também por três vidas e segundo as mesmas condições, a parte da ilha que primeiro vagasse³⁸⁷. Cerca de cinquenta anos depois (1573), quando finalmente findaram os direitos que tiveram a mulher e a filha de João Coelho sobre a sua metade da ilha do Maio, o alvará se fazia cumprir na pessoa de Dna. Antónia de Vilhena, filha do barão d'Alvito, que então pôde receber esta dita parte para "ter, lograr e possuir e haver os frutos e rendimentos em dias de sua vida"³⁸⁸.

Dna. Antónia de Vilhena e Francisca Coelho, que a antecedeu na mesma doação, não foram as únicas mulheres a herdar a capitania ou o senhorio de algumas destas ilhas. Ao lado delas, inscrevem-se muitos outros nomes femininos entre os quais, só na capitania do Maio, podemos contar ainda com o de Dna. Filipa Baptista, viúva de João Coelho e antecessora de ambas³⁸⁹, Dna. Maria de Meneses, a quem se fez doação na metade da mesma ilha também em três vidas, e Dna. Isabel Castelo Branco³⁹⁰. Para a Boa Vista é o nome de Dna. Maria, "mulher de António Correia defunto" que, na *Relação de Francisco d'Andrade* (1582) àquela doação se encontra associado³⁹¹, enquanto para São Vicente e São Nicolau aparece-nos, na linha de sucessão, Dna. Filipa da Silva, que herda o gado bravo destas ilhas, por ser neta de D. Álvaro da Silva, conde de Portalegre, e também por casar-se com D. João da Silva, embaixador de Castela (1584)³⁹².

Pelos próprios filhos, mulheres ou sobrinhos dos donatários ou mesmo por algum "comprador" dos direitos sobre determinada capitania, estas ilhas foram sendo mantidas até que, por uma circunstância ou outra, nem sempre bem esclarecida, se resolvesse confiscar para a Coroa todos os direitos económicos e jurisdicionais antes alienados. Isolando o caso da extinção da capitania de Santo Antão, a mais tardia de todas, e que de facto parece ter tido um sentido político evidente, o falecimento das outras, se bem que nos faltem ainda elementos contextuais para perceber os meandros de cada processo, quase que não se podem explicar senão pelo desinteresse comum dos donatários e da Coroa em perpetuar tais mercês nas famílias que tradicionalmente

³⁸⁶ Cf. Barcellos, *op. cit.*, pp. 60-63.

³⁸⁷ Barcellos, *op. cit.*, pp. 92-93.

³⁸⁸ Barcellos, *op. cit.*, pp. 148-150.

³⁸⁹ Idem, *ibidem*.

³⁹⁰ Barcellos, *op. cit.*, vol. II, p. 54.

³⁹¹ AGS, *Guerra Antigua*, maço 122, in Brásio, *MMa*, vol. III, p. 98.

³⁹² ANTT, *Chanc. D. Filipe II, Doações*, L.º 22, fs. 100 v.-102.

as haviam conservado e, em convergência ou por consequência disto, algum receio de perda de soberania sobre alguma fracção do arquipélago já regularmente frequentada por estrangeiros. São Vicente e São Nicolau, "que reverteram para a Coroa [...] por falta de descendente em linha direita masculina" do seu donatário, falecido em 1696, é um caso típico³⁹³. Pela mesma época e sem que se saiba o real ou aparente motivo também desta extinção, punha-se termo à doação da Boa Vista, que teve como seu último senhor João de Melo da Silva³⁹⁴. Depois, já no século seguinte, seria a vez do Maio e das ilhas Brava, Sal, Santa Luzia e Ilhéus, cujas últimas notícias, que nos vêm de 1736, respeitam ao sequestro que se fez (seguramente alguns anos antes)³⁹⁵ "da jurisdição do donatário da ilha do Maio" e da incorporação, no almoxarifado de Santiago, do rendimento de ambas, "pelo que toca aos donatários", por os mesmos "não haverem procurado aquele rendimento" que alguns anos àquela data se achava em depósito³⁹⁶. A dúvida que aqui nos surge coincide com a do ouvidor-geral das ilhas da altura, encarregado da execução de tais ordens: teriam falecido os donatários destas ilhas "sem dependência" ou não sendo estas doações de juro e herdade teriam as mesmas, com uma e outra morte, vagado para a Coroa³⁹⁷? A resposta a esta questão não parece, no entanto, esclarecer muito, pois num caso ou noutro a possibilidade de proceder a uma nova doação sempre existia. O fundamental, parece-nos, seria encontrar o nexo político para tais extinções.

Restou a capitania de Santo Antão que, não obstante terem passado os seus donatários por momentos bastante críticos, nomeadamente na segunda década do século XVIII, só se veria de facto abolida em 1759, por ordem do marquês de Pombal. A ilha que, desde a época dos Filipes, deixara de pertencer à casa de Gonçalo de Sousa, por o mesmo ter "morrido sem geração", manteve-se, a partir de então, nas mãos de uma única família: na de D. Francisco de Mascarenhas, que foi quem primeiro a recebeu, em 1593, juntamente com as ilhas das Flores e do Corvo, nos Açores, "pelos serviços feitos na Índia (aonde foi vice-rei), e em satisfação das ilhas do Faial e do Pico [...], permitindo-lhe tomar o título de Conde da Vila de Santa Cruz, que é na ilha das Flores"³⁹⁸. Exibindo um enorme *curriculum*, no qual se apontava a categoria de membro do conselho de Estado, capitão-mor dos ginetes e um dos governadores dos Reinos e Senhorios de Portugal, com feitos na Índia, no Reino e em Lisboa, o novo agraciado recebia do senhor, em regime idêntico à carta de 1548 dada ao seu antecessor, a capitania da ilha de Santo Antão e das outras duas dos Açores, as quais deveria tomar posse com todo o gado, escravos e "os mais móveis que nas ditas ilhas há"³⁹⁹. Para isso, precisou largar, como aliás muitas vezes se impunha, uma outra

³⁹³ Barcellos, *op. cit.*, vol. II, pp. 116-117.

³⁹⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 64, 8 de Julho de 1711.

³⁹⁵ Pelo menos, desde 1731, quando o ouvidor José da Costa Ribeiro as inclui no rol das ilhas povoadas e que devem ser munidas dos organismos administrativos adequados (AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, docs. 27 e 28). V. também cx. 17, doc. 15, e Barcellos, *op. cit.*, parte II, pp. 275-276.

³⁹⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 17, doc. 15, 27 de Julho de 1737.

³⁹⁷ *Ibidem*.

³⁹⁸ Lopes de Lima, *op. cit.*, pp. 72-73.

³⁹⁹ ANTT, *Chanc. D. Filipe I, Doações*, L.º 1º, fl. 3; L.º 2º, fl. 277, in Brásio, *MMA*, vol. III, pp. 216-218.

mercê antes feita e que com esta nova, alegadamente mais valiosa, se dava por anulada. Assim como Gonçalo de Sousa que teve de renunciar, com a doação da ilha de Santo Antão, Flores e Corvo, o ofício de escrivão da chancelaria régia que antes se lhe tinha feito mercê⁴⁰⁰, esta mesma doação alcançou-a também D. Francisco Mascarenhas "em satisfação das ilhas do Faial e Pico, que lhe foram tomadas com suas pertenças e de todas suas pretenções"⁴⁰¹.

Indícios há-de ter havido, ao longo de todo o tempo em que Santo Antão foi mantida sob regime donatário, de algumas alterações do contrato de 1548, promovidas nem sempre a contento dos senhores da ilha. Já na época de Gonçalo de Sousa, quando nos deparamos, em 1576, com a extensão a Santo Antão da carta de 1520, regimentadora da jurisdição dos capitães⁴⁰², infere-se ter havido, por parte do monarca, alguma necessidade de limitar, também nesta capitania, os largos poderes jurisdicionais até então usufruídos pelo seu capitão. A carta, como se sabe, que primeiramente serviu ao Funchal, acabou por se tornar o modelo regimental para as capitanias de Santiago e outras circunscrições insulares, nomeadamente aquelas em que a "jurisdição e alçada no cível e no crime" dos seus capitães foram inscritas como as "que têm os capitães da ilha da Madeira por suas doações"⁴⁰³. A grande incógnita é saber o porquê da demora para os capitães de Santo Antão serem abrangidos pelo mesmo regimento. Haveria algum motivo particular para somente nesta altura (1576) estender-se ao donatário desta ilha uma lei que desde 1520 já se encontrava em vigor para os capitães de Santiago? Terá isto sido motivado pelo processo, ainda pouco conhecido, de povoamento da ilha e do consequente exercício das prerrogativas jurisdicionais do donatário? Para além desta dúvida fica ainda por esclarecer, acerca do mesmo donatário, uma outra questão e que se relaciona com a herança da capitania. Qual terá sido o real significado da declaração, inserta na carta a D. Francisco Mascarenhas, de não conservar Dna. Beatriz de Távora, viúva de Gonçalo de Sousa, direito nenhum sobre o gado, escravos e demais móveis da capitania, mas "somente as terras que o dito seu marido e seus antecessores tinham e compraram na dita ilha"⁴⁰⁴? A nota indica não ter-se dado a transição da capitania de uma família para outra de forma pacífica. Mais tarde, já na primeira década do século XVII, era então o conde de Santa Cruz a entrar em litígio com a Coroa, a propósito dos impostos cobrados sobre a exploração do algodão, em Santo Antão. O conflito, que "foi por apelação ao Reino", fez parar por alguns anos, pelo menos desde 1609 a 1613, o carregamento normal desta receita, permanecendo a mesma em depósito até que finalmente fosse resolvido por sentença do tribunal competente⁴⁰⁵. Com a hipoteca da ilha aos ingleses, por D. João de Mascarenhas, o ajuste já não foi possível. Pelo menos, na sua pessoa. Mas

⁴⁰⁰ ANTT, *Chanc. D. João III*, L.º 70, fl. 29, in Brásio, *MMA*, vol. II, pp. 393-394.

⁴⁰¹ ANTT, *Chanc. D. Filipe I, Doações*, L.º 1º, fl. 3; L.º 2º, fl. 277, in Brásio, *MMA*, vol. III, pp. 216-218, 17 de Setembro de 1593.

⁴⁰² ANTT, *Confirmações Gerais*, L.º 4º, fls. 184-185, 10 de Abril de 1576.

⁴⁰³ V. Carta de doação da capitania da Brava, Sal, Santa Luzia e ilhéus Raso e Rombo, (23 de Dezembro de 1545), in Barcellos, *op. cit.*, pp. 120-122.

⁴⁰⁴ ANTT, *Chanc. D. Filipe I, Doações*, L.º 1º, fl. 3; L.º 2º, fl. 277, in Brásio, *MMA*, vol. III, pp. 216-218.

⁴⁰⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 29, 28 de Julho de 1613.

seria-o depois, como vimos, com D. José de Mascarenhas, seu irmão, que a pôde manter por mais de duas décadas ainda.

Do surgimento das novas instituições administrativas nos núcleos periféricos

Quando em 1727 cuidava-se de privar o donatário de Santo Antão de todos os direitos que havia tido sobre a ilha, a população daquele núcleo periférico já havia passado de "4.000 pessoas de confissão das quais são escravos 502"⁴⁰⁶. Nos dizeres de Sebastião Bravo Botelho, ouvidor das ilhas, encarregado de dar posse ao seu novo governo e antes do próprio instituído, tratava-se de "um povo grande" a que "o dito Sebastião de Mendonça se vê em grande consternação no modo de governar a dita ilha pois se lhe não acha forma alguma de governo, nem se lhe constitui por Regimento"⁴⁰⁷. Na opinião do ouvidor era, com efeito, "muito justo que um povo tão grande haja modo e forma de governo e administração da justiça pois de outra sorte tudo é confusão e ruína pois ainda que é povo muito pobre contudo é muito e necessita de haver nele quem administre justiça e para este efeito se lhe façam algumas intruções com clareza acomodadas ao uso e necessidade da terra para melhor aceitação e boa conservação dos moradores"⁴⁰⁸.

Os apelos apontam para uma flagrante indefinição do cargo para o qual fora nomeado Sebastião de Mendonça de Zuniga que, sendo eleito para "governar" a ilha, não fora dotado de normas regimentais para tal e nem mesmo de simples instruções para uma convivência institucional com a câmara, já formada em Santo Antão, assim como com o oficialato de apoio, representado pelos dois meirinhos, constantes na cerimónia de posse do novo governo. Esta indeterminação de funções começava por manifestar-se, aliás, na titulação da nova autoridade, vagamente taxada de *governador* da ilha, o que o *Conselho Ultramarino* não demoraria em detectar o erro, até por, em si mesma, constituir-se numa potencial fonte de conflito com o verdadeiro governador da capitania, sediado na Ribeira Grande. Por isso, este tribunal cuidaria logo de alertar, num dos seus pareceres, que "a nomeação [...] do dito Sebastião de Mendonça Zuniga não devia ser com o título de governador, senão com o de capitão-mór, por este somente ser dado aos que estão encarregados de semelhantes Ilhas, e o é também o da praça de Cacheu sendo a mais importante que V. Mgde tem debaixo de seus reais domínios em Guiné, e que nestes termos lhe deve passar patente de capitão-mór para o servir enquanto V. Mgde não tomar outra resolução da dita ilha por evitar dúvidas que podem haver entre ele e o governador das ilhas de Cabo Verde porque poderá haver acidente tal que queira com ele competir em questões de jurisdição com o pretexto de ser também governador ainda que seja seu subordinado"⁴⁰⁹.

Mas Sebastião Bravo Botelho, que nesta missão a Santo Antão não havia de restringir o seu olhar apenas a esta ilha, não deixou de manifestar, na mesma altura em

⁴⁰⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 39, 1727.

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 48, 1727.

que apelava para a formulação de normas e regras de governo para ela, igual preocupação para com o estado da ilha vizinha de São Nicolau, já possuidora de um núcleo populacional, menor, é certo, mas igualmente relevante para uma cobertura institucional mais significativa do que a com que lograra contar até então. Nesta conta, aproveitava o ensejo para clamar o mesmo para São Nicolau "que está já muito povoada, e não tem forma nem modo de se administrar nela justiça às partes por não ter governança [fazendo, cada um] justiça por sua mão"⁴¹⁰.

A resposta imediata do *Conselho Ultramarino* a estas questões, ao que parece inusitadas, por não se ter até à data pensado mais consequentemente num *Regime* para aquelas ilhas, pode ser assim resumida: adopção, por parte de Sebastião de Mendonça, do Regimento dado ao capitão-mor de Cacheu, "do qual usará por ora provisionalmente, aplicando-o naquelas cousas que se puderem acomodar à dita ilha"; envio de instruções, por Bravo Botelho, "para se formar novo Regimento, assim no que respeita à justiça, como à boa arrecadação da fazenda real"; constituição de companhias de ordenanças em Santo Antão que pudessem absorver a população da ilha. Chamava-se a particular atenção para este último item pensando-se na capacitação daquela gente "que não tem nenhuma lei da disciplina militar", para "resistir as nações que intentem invadi-la e dominá-la"⁴¹¹. O problema de São Nicolau iria ser considerado à parte, mas já agora numa perspectiva de incluir a ilha de São Vicente na mesma solução apresentada pelo mesmo *Conselho*: "E como se acha sem capitão-mor a Ilha de São Nicolau, e a de São Vicente, as quais se podem ajudar umas às outras pela sua vizinhança, e convenha que haja quem as governe, assim no que respeita a administração da justiça como da fazenda de V. Mgde sugere-se e aceita-se (1729) que se passe patente de capitão-mor a Sebastião de Mendonça Zuniga da de Santo Antão, e que seja também das ditas ilhas de São Nicolau e São Vicente, ficando sempre subordinado ao governador das ilhas de Cabo Verde". O provimento era "por tempo de três anos, com o soldo de 240.000 réis cada ano"⁴¹².

A solução parecia preguiçosa, considerando encontrar-se tudo por fazer, nos vários domínios da organização de cada um daqueles núcleos, a que se resolvia agora submeter a um único capitão-mor. Preguiçosa e perigosa, como se veio a constatar posteriormente pelas inúmeras irregularidades encontradas no governo de Zuniga, relacionadas com a opressão dos moradores e autoridades constituídas em Santo Antão, desobediência ao governo das ilhas mas também e sobretudo com descaminhos da Fazenda Régia⁴¹³. Mas o pior, talvez, pelo menos no caso de Santo Antão, em que já se podia contar com alguns órgãos de gestão pública a funcionar, era verificar o quanto estes se encontravam, mesmo antes da instituição desta capitania-mor, manietados pela prepotência, talvez secular, dos donatários daquela ilha. Perguntamos, por exemplo, qual o tipo de força ou intervenção genuína que poder-se-ia esperar de uma câmara emanada de uma sociedade em que um dos *estilos* observados era "de que o dito donatário é herdeiro de todos os bens dos moradores que morrem nela ainda que

⁴¹⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 39.

⁴¹¹ *Ibidem*.

⁴¹² AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 66, e cx. 13, doc. 21.

⁴¹³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, docs. 42, 43, 65 e 72; cx. 15, doc. 8.

tenham filhos"⁴¹⁴? A herança, sendo má, não fazia transitar para o novo contexto experiências que pudessem contribuir para a neutralização dos excessos e exercício equilibrado das funções existentes.

Face a tão grandes trabalhos, a inércia e as dificuldades demonstradas pela organização régia para preencher o vazio não eram pequenas. O relatório do ouvidor José da Costa Ribeiro (1731)⁴¹⁵ é prova de que quase todas as intenções manifestadas nos anos anteriores, de dotação àquelas ilhas dos seus próprios organismos de gestão (ou de *Regiment*), não se haviam realizado até então. Afora a constituição da capitania-mor de Santo Antão, São Nicolau e São Vicente (e mesmo assim, sem regimento próprio) e que agora se defendia desdobrar-se em duas, pouco se havia avançado nos planos de construção da superestrutura administrativa das ilhas periféricas. O documento de Costa Ribeiro, que será talvez o primeiro instrumento prático e concreto para a implantação destas estruturas naquelas ilhas, dá conta da persistente carência institucional verificada naqueles espaços ao mesmo tempo que aponta para o que entende ser a principal razão do impasse. Por isso, reproduzimo-lo em algumas das suas partes:

"São cinco as ilhas povoadas que há sem administração de justiça, nem forma delas pertencente ao governo e correição desta ilha de Santiago: a ilha de Santo Antão, a Ilha de São Nicolau, a da Boa Vista, ilha de Maio e ilha Brava", assim começava ele, no extenso relatório que se seguia. São Nicolau já possuía, nesta altura, 260 vizinhos concentrados na Ribeira Brava e, segundo o mesmo ouvidor, tanto ela como Santo Antão, onde anotou a existência de 360 fogos na povoação da Ribeira Grande, "ambas tem suficiente capacidade de se criarem vilas com juizes ordinários, vereadores e mais oficiais de câmara e outros a ela concernentes, pois em número de moradores de cada uma destas ilhas não é possível deixar de haver 24 capazes de servirem 12 em cada três anos, a se tirarem deles os mais officios"⁴¹⁶.

"E ainda que se possa dizer [aí vinha a explicação] que não há homens brancos do Reino, e sim brancos da terra, como cá lhe chamam e propriamente sejam mulatos e muitos pretos, respondo que segundo a qualidade da gente da terra, assim a governança dela, como acontece no Reino, e eu vi servir muitos vereadores que não sabiam ler, e em lugar de juiz de fora um juiz vereador com o mesmo defeito, e sem embargo dele não eram recusados, porque não haviam os bastantes com todas as circunstâncias essenciais para aqueles officios"⁴¹⁷. Seguia-se à analogia com o Reino outra, considerada de maior peso argumentativo, exactamente por ser maior a proximidade com a realidade com que então se ocupava. Pois, em Santiago mesmo, afirmava o ouvidor, aquele género de brancos da terra é quem dominava todos os cargos, postos e officios "principalmente os officios de justiça e fazenda" onde também se podiam encontrar "ainda pretos, como são os guardas da alfândega, procuradores do auditório, carcereiro, porteiro, etc. Além de que o mesmo sucede nas ordenanças

⁴¹⁴ AHU, Cabo Verde, cx. 12, doc. 66.

⁴¹⁵ AHU, Cabo Verde, cx. 14, docs. 27 e 28.

⁴¹⁶ *Ibidem*.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

onde há muitos capitães, alferes, tenentes, ajudantes pretos". Tudo isso, aponta o ouvidor, para concluir "que não servirá de obstáculo ser gente daquelas duas ilhas de semelhante côr para nelas se deixarem de criar dois Concelhos, acautelando-se somente que se atenda nos provimentos, e eleições dos homens brancos que houver"⁴¹⁸.

As sugestões e conselhos que Costa Ribeiro mais apresenta no relatório acerca de todo o quadro de pessoas e instituições administrativas que entendia necessárias para aquelas duas ilhas demonstram não ter nenhuma delas conhecido, até então, nem mesmo a de Santo Antão, órgãos perenes de gestão. Que tipo de câmara teria funcionado nesta ilha, enquanto esteve debaixo do regime donatário? Com que periodicidade teria ela funcionado? Fazer daqueles núcleos, verdadeiras unidades administrativas do arquipélago, parece ter sido o sentido deste primeiro esboço de *Regimem* para as ilhas periféricas mais populosas do arquipélago. Tudo estava na mesma e, segundo dá a entender o oficial, uma das razões, senão a razão para que assim fosse, era a falta de crença de poderem os moradores daquelas ilhas, compostas fundamentalmente de negros e mestiços, bastar-se para o efeito. Concluindo pelo contrário, defendia a criação nas mencionadas e respectivas povoações de "duas vilas com juizes ordinários e mais oficiais da câmara como há na ilha do Fogo", não necessitando as mesmas senão do Regimento das *Ordenações* "para todos aqueles officios que servirem na República". O conhecimento que trazia o brilhante Costa Ribeiro de outras paragens indicava o caminho prático para a gestão dos recursos humanos disponíveis para o intento. Por isso, sugeria, para aquelas vilas, o acúmulo de funções nalguns oficiais: que o escrivão da câmara fosse também do público judicial e notas e almotaceria "como acontece em muitas vilas do Reino"; o alcaide, carcereiro e "um dos juizes seja dos órfãos"⁴¹⁹.

Para a Boa Vista, Maio e Brava, dotadas, obviamente, de menores possibilidades, o plano do ouvidor é mais modesto, ficando-se pela sugestão de se ter em cada uma delas um juiz anual "feito por eleição dos homens principais do povo", um alcaide e um escrivão do judicial e notas, pois tratar-se-ia aqui de estabelecimento apenas de *lugares* e não de *vilas* como nas ilhas precedentes. E das três, somente se previa feitor com um escrivão para a Boa Vista "como têm e devem ter as duas ilhas de Santo Antão e de São Nicolau", dotados de Regimento próprio e com mandato trienal. Postas as instituições de pé, o que se requeria finalmente, na opinião de Costa Ribeiro, era o pleno exercício da correição por parte dos ouvidores-gerais que, "ao menos de três em três anos", deveriam ir em missão a cada uma delas "porque sem esta correição que deve ser infalível, ficará frustrado todo o trabalho deste estabelecimento e criação"⁴²⁰. Acresce-se nesta nova proposta, para além do desdobramento em duas da capitania-mor de Santo Antão, São Nicolau e São Vicente, a instituição nas outras ilhas povoadas de mais dois capitães "e o mais velho com o título de capitão-cabo para exercer as mesmas obrigações que naquelas duas devem ter os capitães-mores"⁴²¹.

⁴¹⁸ *Ibidem*.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

⁴²⁰ *Ibidem*.

⁴²¹ *Ibidem*.

De facto, a proposta de Costa Ribeiro, elaborada com algum pormenor e sentido prático, havia de ser, no seu conjunto, bastante apreciada pelos organismos centrais que, numa das suas expressões mais críticas mas ao mesmo tempo incentivadoras, consideravam que se "devia logo passar as ordens necessárias para se por em prática, o que já se devia ter praticado"⁴²². Surgia daí, pela resolução régia claramente favorável à implementação do plano⁴²³, a ordem correspondente ao governador das ilhas⁴²⁴ e, por fim, o envio do ouvidor-geral das mesmas a Santo Antão, em Abril de 1732, "a pôr em prática o conteúdo da sua carta nas ilhas de Barlavento". Levava o ministro por incumbência, de Santo Antão passar a São Nicolau, "a criar as mesmas justiças", e daí à Boa Vista, ficando para um segundo momento o Maio e Brava, para onde seguiria depois de retornar a Santiago⁴²⁵.

Dos sucessos alcançados por Costa Ribeiro, na primeira parte desta missão, sabe-se que "elevou à categoria de vilas as povoações de Ribeira Grande em Santo Antão e Ribeira Brava em São Nicolau, constituindo-se câmaras"; criou em cada uma delas companhias de ordenança, "nomeando capitães, tenentes e alferes"; e mandou fazer eleição, em São Nicolau, para o posto de capitão-mor, que não havia⁴²⁶. Em Santo Antão, pôde ainda dar posse ao segundo capitão-mor para lá nomeado, Cláudio Roquete da Silva⁴²⁷, mas este, agora, sem os poderes que o antecessor logrou ter nesta ilha e, ainda, sobre as circunvizinhas. A este, deixou Regimento que lhe consagrava um governo militar apenas, declarando pertencer exclusivamente à câmara o governo político da ilha "e que esta seria isenta da jurisdição do capitão-mór" como também o feitor da ilha, a quem "os escravos ficavam sujeitos" para trabalhar⁴²⁸.

Esvaziado de poderes, o novo capitão-mor, a quem não se facultou nem sequer a jurisdição sobre a ilha de Santa Luzia – que na "repartição" de Costa Ribeiro ficava "sujeita à ilha de São Nicolau, com o fundamento de ficar mais vizinha" –, contestou cada uma destas medidas, pedindo alteração do estabelecido⁴²⁹. O saldo alcançado na primeira batalha contra a "usurpação" das "regalias que logram os capitães-móres" e no domínio das ilhas circunvizinhas "principalmente", alegava ele, sobre as de São Vicente e Santa Luzia, que estava ainda muito aquém das suas pretensões. Por isso, tendo conseguido que lhe fosse restituída a jurisdição sobre São Vicente⁴³⁰, requeria,

⁴²² AHU, Cabo Verde, ex. 14, doc. 27.

⁴²³ AHU, Cabo Verde, ex. 14, doc. 68.

⁴²⁴ *Ibidem*.

⁴²⁵ *Ibidem*.

⁴²⁶ Barcellos, *op. cit.*, parte II, p. 272; Sobre a criação, cerimónia de empossamento e reunião de Costa Ribeiro com o corpo de oficiais camarário santantonense para estabelecimento de "prerrogativas sobre o município", v. Maria José Lopes, "A câmara municipal de Santo Antão: criação e evolução (1732-1870)", in *Africana*, nº 5, Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Mindelo, 1988, p. 111.

⁴²⁷ AHU, Cabo Verde, ex. 14, doc. 67.

⁴²⁸ AHU, Cabo Verde, ex. 13, doc. 23.

⁴²⁹ *Ibidem*.

⁴³⁰ AHU, Cabo Verde, ex. 14, doc. 89; ex. 17, doc. 46. "O Concelho de Santo Antão criado em 1732, constituía um Julgado Ordinário abrangendo a ilha de São Vicente". José da Silva Évora, "Separação Jurídico-administrativa da Ilha de São Vicente da Comarca de Santo Antão", in *Africana*, nº 5, p. 82.

agora, o capitão, "a superintendência dos negócios da câmara" e o lugar de uma espécie de juiz de segunda instância face a ela; que fizesse as vezes de provedor da Fazenda Real no que tocasse à administração da fazenda e ainda, novamente, a submissão de Santa Luzia "por razão de que todo o rendimento que tem de algodão e vindo para esta se pode fabricar pelas escravas da fazenda em panos o que não se pode fazer em São Nicolau pela fazenda lá não ter escravos"⁴³¹.

As notícias, que cronologicamente se seguem à documentação respeitante ao contencioso estabelecido em torno da jurisdição do capitão-mor de Santo Antão, não são suficientemente esclarecedoras acerca do desfecho da questão. No entanto, terá algum significado a carta (14-07-1733) em que *el-rei*, de forma não totalmente explícita, é certo, manifesta ao desembargador Costa Ribeiro alguma apreensão na delimitação extrema que o mesmo havia feito nos poderes do referido capitão-mor, especialmente na esfera da fazenda e face à instituição camarária. A recomendação que, nesta altura, recebeu o ministro é tão incerta quanto isto: "que deveis insinuar aos moradores e oficiais da dita ilha de Santo Antão que devem observar as ordens do seu capitão-mór que deu *homenagem* e lhe devem dar conta de tudo o que necessitar de providência para a quietação pública; e sou servido concorrais para que o capitão-mór se dê a devida obediência ao seu cargo"⁴³². Como havia de ser a tradução disto na prática ou regimentalmente?

Quanto ao raio de jurisdição do capitão-mor, mais nebulosa ainda fica a compreensão, por existirem actos indiciando alguma dubiedade na definição da superintendência imediata sobre aqueles espaços. Repare-se, por exemplo, na notícia dada pelo capitão-mor ao governador das ilhas, de estar "para mandar uma lanchinha a tomar conhecimento do estado da ilha de Santa Luzia [e ainda de fazer] tenção de mandar aos da câmara nomeiem três sujeitos para escolher um para a dita ilha que sempre o necessitará". Um nome que aparece associado à iniciativa da prospecção de Santa Luzia é o do feitor de São Vicente, João Delgado Nazário, a quem o capitão-mor teria incumbido de usar a dita lancha (que havia já enviado a São Vicente), para tal efeito, não obstante permanecer-lhe a dúvida se devia ou não continuar a avançar "já que o doutor deixou esta na repartição de São Nicolau lhe havia de fazer feitor"⁴³³. Em contraste, encontramos, também, outras fontes em que determinadas ordens régias enviadas ao capitão-mor de São Nicolau, depois de devidamente registadas por ele "nos livros da câmara", são daí reinviadas para Santa Luzia (1734)⁴³⁴.

Mas o facto é que, para os inícios dos anos trinta de setecentos, o que se pode confirmar em termos de estabelecimento de oficiais componentes da organização prevista para os cinco núcleos povoados da periferia insular cabo-verdiana é o seguinte: de capitães-mores em Santo Antão, São Nicolau e Boa Vista⁴³⁵, de feitores em Santo Antão, São Vicente (sendo este, subordinado àquele)⁴³⁶ e São Nicolau e Boa

⁴³¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 13, doc. 23.

⁴³² *Ibidem*.

⁴³³ AHU, *Cabo Verde*, cx. 16, doc. 18.

⁴³⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 43.

⁴³⁵ *Ibidem*.

⁴³⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx. 17, doc. 17, 16 de Setembro de 1737; doc. 46, 17 de Novembro de 1738.

Vista; escrivão da feitoria (ou da fazenda; ou da alfândega e dos contos) em Santo Antão, São Nicolau e Boa Vista; câmaras em Santo Antão e São Nicolau⁴³⁷; escrivão da câmara em Santo Antão e São Nicolau; meirinho da Fazenda Real (ou da feitoria) em Santo Antão, em São Nicolau e na Boa Vista; guardas da alfândega em Santo Antão, em São Nicolau e na Boa Vista; guardas do campo em São Nicolau e na Boa Vista; um alcaide em Santo Antão⁴³⁸. Esta edificação, à qual não se poderá dissociar o nome do desembargador Costa Ribeiro, implicou, obviamente, a regimentação dos institutos e oficialato correspondentes, o que se fez, a um certo nível, pelos Regimentos deixados não só em Santo Antão como em São Nicolau e na Boa Vista⁴³⁹.

O esforço manifesto em dotar aquelas ilhas de órgãos de gestão capazes de imprimir-lhes alguma personalidade administrativa no seio da capitania, se bem que notável, falhava no essencial: na fiscalização e no controlo que o centro periférico deveria estar vocacionado para exercer, mormente estando núcleos sob a sua jurisdição. E uma coisa parecia evidenciar-se com a nova experiência: Se ao tempo dos donatários a fiscalização e o combate a todos os actos ilícitos praticados naquelas ilhas foram francamente deficitários, com introdução da administração realenga não se conseguiu, de imediato, nenhum ganho significativo nesta área. O que no máximo se poderá constatar, o que em termos de perdas para a Fazenda Régia será igual, é a mudança dos elementos facilitadores dessa agressão à soberania régia. Do vazio institucional encontrado em algumas das ilhas ou da precariedade de estruturas criadas por alguns donatários, deparam-se agora os que ali chegam, atrás de alguma vantagem que as mesmas pudessem oferecer, com oficiais ambiciosos e facilmente corruptíveis para as suas causas ou intentos. Por isso, as queixas ou denúncias que se verificam a partir de então, e que indiciam continuadas perdas para a Fazenda Régia sobre a gama de produtos explorados naquelas ilhas, apontam sempre para a implicação desses agentes nas operações em que tal se pode detectar.

Esta constatação, que encontra nos capitães-mores nomeados para Santo Antão o principal alvo, há-de manter-se, curiosamente, pelo tempo em que a ilha volta, pontualmente, ao regime donatário. Verifica-se, por conseguinte, na periferia das ilhas, uma grande generalização de práticas danosas à organização régia e que, a esta altura, tanto fará ser aquele capitão de nomeação do próprio rei como donatário. Francisco de Lima e Melo, capitão nomeado pelo donatário, será, sem nenhum exagero, talvez, tão repreensível na sua conduta como Sebastião Zuniga ou Roquete da Silva. Todos eles hão-de revelar-se prepotentes a nível da população que se lhes acha subordinada, e "expansionistas", no que se refere à área de jurisdição a que deviam confinar-se, e corruptos ao mais alto grau⁴⁴⁰.

⁴³⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 43.

⁴³⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 17, doc. 46; António Carreira, "Alguns Aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII", Separata do nº 105 do ano XXVII do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, 1972.

⁴³⁹ Cf. João Lopes Filho, *Ilha de São Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, vol. 1, Lisboa Secretaria-Geral da Educação, 1996, p. 51.

⁴⁴⁰ Uma das acusações feitas a Francisco Lima e Melo é a de o mesmo ter "senhoreado da ilha de São Vicente e suas praias", aliás, como o capitão-mor que o precedeu, sendo agora, porém, muito mais grave este acto por não compreender a doação ao senhor que representa, D. José de Mascarenhas, mais

No entanto, a par de tudo observa-se, da parte dos poderes competentes, a persistente determinação de continuar a dotar estas ilhas periféricas dos devidos órgãos para a sua gestão, o que segue realizando em paralelo também à acção de aperfeiçoamento que se observa nos Regimentos que vai deixando às funções já instituídas. Em 1745, parece ser a vez da ilha Brava que, silenciosamente, foi albergando uma população que a esta altura chegava a "mais de 300 homens"⁴⁴¹. Estando formalmente sujeita à capitania-mor da ilha do Fogo, muito provavelmente desde o tempo da sua reversão para a Coroa, a Brava, no entanto, foi-se conservando até ao provimento do capitão e sargento-mor Caetano de Melo Albuquerque para a ilha vizinha, sem nenhuma instituição administrativa de relevo e quase que votada a um isolamento sem igual: "ou fôsse pelos seus antecessores não se exporem ir à ela, por não quererem passar o dito canal em uma das pequenas lanchas que há sem coberta, ou por eles não quererem obedecer as ordens que lhes mandavam lá por nela não haver oficial nenhum de milícia ou justiça, que as executasse, nem prendesse aos desobedientes, viveram até agora pelas leis da vontade, os seus moradores, que pelas da razão"⁴⁴².

Foi precisamente Caetano de Melo Albuquerque quem resolveu assumir, de facto, a tutela sobre esta ilha, à qual, imediatamente à tomada de posse do cargo em São Filipe, mandou noticiar a sua chegada "e que todo o que se quisesse opôr aos ditos postos que se houveram fazer [i. é, das companhias a criar], viessem a esta do Fogo para que informando-me do seu procedimento fizesse o que melhor fôsse ao serviço de S. M."⁴⁴³. A iniciativa, que encontrou relutância naquela população, ter-lhe-ia confirmado a extensão do isolamento em que vivia aquela gente, mantida, inclusive, alienada da extinção do regime donatário que houvera lugar naquela ilha. Mas os planos de Melo Albuquerque, que, pela explicação e ameaça que lhes fizera, conseguiu logo torná-los "mais domésticos", não ficavam pela organização apenas do militar, pois pensava ainda "pôr nela um feitor da fazenda real ou almoxarife com escrivão, e meirinho para a cobrança de direitos que lá houverem de navios que aportam por vezes lá, e remetem a esta Provedoria [i. é, do Fogo], e juntamente para a cobrança dos dízimos reais pois todos eles os cobra e arrecada um clérigo que lá lhes

do que a ilha de Santo Antão, apenas; outra, ou melhor seria dizer, outras, a de permitir, sem ter poder para isso, que o vigário da mesma ilha nomeasse um meirinho do eclesiástico, como "nomeou a um Thimóteo Sanches com quem o dito capitão-mor tinha correspondência para haver de se fazer contrato com a urzela, e venda dos escravos com os estrangeiros, sendo intérprete do negócio um irlandês que vive há anos na dita ilha de Santo Antão chamado Conel cujo negócio de escravos e urzela tem V. Mgde por muitas ordens, impedido a que se faça o fim de que não vão escravos à mão de pessoas infiéis, e a erva urzela seja administrada por contrato"; e mais ainda a de o capitão-mor mandar, "a título de degradados, tantas pessoas católicas para uma ilha deserta falta de bens espirituais e mantimentos para que a necessidade os obrigue ao apanho da urzela com tanto risco da vida dos homens [...] só a fim de que colhida a tal erva a poder haver a si o dito capitão [...] para fazer a sua negociação": finalmente a de "nos anos de fome" chegarem alguns forros de Santo Antão a vender "por limitada porção ao capitão-mór os seus filhos, com os quais tem feito seus negócios de vendas e trocas em navios estrangeiros, e portugueses" (AHU, *Cabo Verde*, cx. 19, docs. 4, 61 e 63).

⁴⁴¹ AHU, *Cabo Verde*, cx. 20, doc. 39.

⁴⁴² *Ibidem*.

⁴⁴³ *Ibidem*.

pôs o Bispo de Cabo Verde com o título de vigário, consignando-lhe todo o dízimo para a sua cõgrua". Isto no que se refere à fazenda, pois, quanto à justiça tencionava-se pôr ali "um juiz com o seu escrivão e meirinho para acudir as causas dos ditos moradores, e tirar as devassas de mortes e ferimentos; e o mais que se oferecer, o qual pode sair todos os anos no pelouro que se faz nesta vila [ou seja, de São Filipe] das novas justças"⁴⁴⁴.

Caetano de Melo Albuquerque, que, ao que parece, teria tomado a dianteira do ouvidor-geral na missão de prover a Brava dos órgãos necessários à sua governação, não deixou de justificar o avanço. Ao fazê-lo, punha em evidência um problema que, por se constituir no embaraço maior para a fiscalização de todas as mais ilhas periféricas, não se esgotava no caso nem na época em questão. Ouçamo-lo no argumento que, aliás, contém o elemento que há-de explicar, em bloco, a dificuldade encontrada pelos órgãos cimeiros da administração insular em assumir sobre estas ilhas a sua função de centro periférico: "que suposto tenha dado eu notícia que V. Mgde tem mandado ordem ao Ouvidor geral de Cabo Verde para que vá à dita ilha fazer o dito juiz; faz-se-me preciso dizer a V. Mgde que nunca há de ter efeito a dita ordem pois os ditos ouvidores não se animam a ir a ela em lanchas sem coberta e pequenas que há nesta ilha [...] e recearem lhes suceda algum perigo, e não haver facilmente ocasião de navio para ela em que possa ir, e assim e vão passando anos; e crescendo as desordens, e na forma sobredita se atalharão, podendo os ditos juizes espadanos se tirar pelos capitães-mores desta ilha [...] pois por ele se hão de passar os provimentos dos demais"⁴⁴⁵.

A grande questão de fundo e que há-de aparecer como empecilho, até então intransponível, para uma boa assistência e coordenação das ilhas a partir de Santiago, é a falta de embarcação. Desta falta queixaram-se muitos oficiais⁴⁴⁶ e moradores delas desde a mais remota época da história destas ilhas. Nunca foi resolvida. Talvez por isso, o argumento da "vizinhança" de certas ilhas com outras para a tutela e submissão de umas às outras (São Vicente a Santo Antão ou São Nicolau, conforme a época, ou mesmo as duas a Santo Antão; Santa Luzia a São Nicolau; a Brava ao Fogo), ao invés do estabelecimento, em exclusivo, de uma relação directa, de cada uma delas com o centro periférico, fosse uma opção pensada à medida das capacidades reais para se contornar o problema. Tal recurso tornou-se comum, e tanto se facultou ao feitor de Santo Antão nomear o de São Vicente⁴⁴⁷ como aos oficiais da Câmara de São Nicolau proporem três sujeitos para o governador poder eleger um deles para feitor da ilha de São Vicente⁴⁴⁸ ou, ainda, que o juiz ordinário da vila da Ribeira Brava de São Nicolau tirasse devassa dos descaminhos praticados pelos oficiais de Santo Antão.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁴⁶ V. AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 43; cx. 15, doc. 8 (1730); Luiz de Bivar Guerra, "A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às ilhas de Cabo Verde em 1753 e o regimento que deixou à ilha de São Nicolau".

⁴⁴⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 17, doc. 46, 1738.

⁴⁴⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 19, doc. 62, 1743.

Na esfera do aperfeiçoamento dos Regimentos, já dados ou apenas esboçados, assume particular relevância o legado deixado pelo desembargador Custódio Correia de Matos a São Nicolau (1753) e que trata detalhadamente das funções de cada um dos oficiais do quadro instituído para esta ilha: o feitor, o escrivão, meirinho, dois guardas da alfândega e outros tantos do campo⁴⁴⁹. Mais tarde, já pelos anos de 1793, o governador Marcelino António Bastos, aproveitando-se das bases bastante sólidas deixadas por Correia de Matos, encarregar-se-ia de uma nova edição do Regimento, muito mais acabada, que é a versão que hoje conhecemos⁴⁵⁰.

⁴⁴⁹ Luiz de Bivar Guerra, *op. cit.*

⁴⁵⁰ *Idem, ibidem.*

RECONVERSÃO DO COMÉRCIO EXTERNO EM TEMPO DE CRISE E O IMPACTO DA COMPANHIA DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO

Ilídio Baleno

Como ficou suficientemente esclarecido ao longo do precedente volume, o período compreendido entre as últimas décadas do século XVI e meados do XVII da história de Cabo Verde é caracterizado por uma progressiva desaceleração da economia deste arquipélago. A sua importância, enquanto entreposto por excelência do comércio de escravos, sofre fortes abalos, culminando em 1647¹ na perda a favor de Cacheu da função de centro de controlo privilegiado de todo o tráfico português na zona da Guiné.

Ao se revogar a obrigatoriedade de os barcos provenientes da Guiné escalarem Santiago para aí serem “quartejados”, suprim-se por esta via uma das principais fontes de receitas de que o erário público se mantinha. Repare-se que sobre todas as mercadorias provenientes da Costa da Guiné recaía uma taxa *ad valorem* de 25 % (o chamado quarto), que representava o grosso da receita geral arrecadada no arquipélago. A retracção do movimento comercial implicava pois, de imediato, a quebra do montante da receita fiscal captada através da alfândega. Mas também punha em causa toda a economia interna, produtora de matérias-primas e manufacturas para a troca, na compra de escravos da Costa da Guiné. E ainda afectava a actividade paralela gerada pela afluência da navegação aos portos do entreposto, que consistia na permuta ou venda de produtos locais à tripulação dos navios que ali se iam abastecer.

Na primeira metade do século XVII, o arrefecimento da economia externa provocou um buraco financeiro de tal ordem, que o erário público mal chegava para fazer face às despesas correntes. O atraso sistemático no pagamento de salários aos

¹ Foi na Provisão Régia, datada de Dezembro de 1647, que ficou definitivamente assente que “... sem embargo dos decretos e ordens que houver em contrário se paguem (os direitos) nas partes donde saírem” os navios. Isto significa que Santiago, como “depósito” de escravos para exportação apenas funcionou de 1462 a 1647, ou sejam 185 anos. Cândido da Silva Teixeira, *Bol. do A. H. C.*, vol. I, Lisboa, 1950, pp. 95 a 96, António Carreira, *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2ª ed., Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1983, pp. 177, 179.

chamados “filhos da folha” constitui um dos exemplos mais elucidativos do que acabamos de afirmar. Na segunda metade desse século, assiste-se ao agravamento de todos esses sintomas e nas últimas décadas entra-se visivelmente numa crise alargada à totalidade dos sectores da economia que vai prolongar-se, mas que por isso mesmo vai também exigir soluções locais de sobrevivência.

Se na esfera pública as dificuldades eram mais que notórias, na privada não o eram menos. Com efeito, em virtude das mudanças conjunturais entretanto ocorridas no Atlântico, a elite comercial do arquipélago não tardaria a perder o protagonismo que antes tinha no tráfico. Acabou praticamente por sucumbir perante a desenfreada concorrência que lhes era movida tanto por estrangeiros como por nacionais do Reino. Parte dessa elite, quando muito, seria cooptada por agentes económicos alheios ao arquipélago, assumindo portanto um papel secundário, quando comparado com o desempenhado na época em que desfrutava uma quase exclusividade sobre o comércio com a Guiné.

Por seu turno, o próprio arquipélago ver-se-ia esvaziado da sua importância estratégica enquanto ponto nevralgico dos circuitos marítimos que articulavam os impérios português e castelhano, na África e na América². Assim, talvez não seja de todo abusivo afirmar-se que a primeira metade do século XVII marca o início da desinserção de Cabo Verde do grande “mercado Atlântico”. A partir daí, as ilhas perdem interesse e são votadas a um certo abandono por parte do poder central. Disso se aproveitam outras potências estrangeiras cuja presença no arquipélago se acentua, preenchendo o vazio deixado pelos portugueses.

Tal segundarização terá consequências a vários níveis, internos e externos, embora neste capítulo nos debruçemos especialmente sobre os aspectos económicos.

Seja por decisão política do Estado português, devido à pressão dos *lobbies* comerciais que defendiam a cobrança de direitos em Cacheu³, seja por imperativos de ordem conjuntural que tornavam contraproducente o despacho em Santiago, o certo é que a retracção do tráfico implicou uma reconversão do comércio externo acompanhada necessariamente de mudanças socioeconómicas internas.

Ao longo deste capítulo tentaremos esclarecer o modo como os moradores reagem às profundas alterações havidas na conjuntura atlântica e qual o papel desempenhado pelas ilhas após perderem a função de entreposto do comércio transatlântico de

² Ver sobre este assunto a tese de Maria Manuel Torrão, *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos num Espaço Atlântico (1466-1595)*, 2 vols., Provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, 2000, 808 p. (em preparação para publicação).

³ Antes de prosseguirmos gostaríamos de chamar a atenção para uma opção metodológica que tivemos necessidade de fazer. É que ao invés do que se verificou na elaboração dos dois volumes anteriores, onde o arquipélago e a Costa da Guiné são analisados como uma realidade económica una, plenamente justificada pela complementaridade existente, neste optamos por uma abordagem mais autocentrada no espaço cabo-verdiano. Isto na medida em que no período abarcado por este volume o que realmente se verifica é que estes dois espaços tendem a autonomizar-se cada vez mais, em todos os aspectos. Só em termos formais é que a Guiné continua a ser considerada pertencente ao “distrito” de Cabo Verde. Isto é, embora a alçada e jurisdição dos governadores e ouvidores de Cabo Verde se estendesse a toda a Costa da Guiné, conforme previsto nos seus respectivos regimentos, o capitão-mor de Cacheu encontra-se dotado de competências que o colocam fora da alçada dessas mesmas autoridades.

escravos. Com efeito, se antes o discurso se centrava no tráfico de escravos, agora só pontualmente incidirá sobre esse tema, mas outros vão surgir, num esforço enorme de sobrevivência, a uma nova escala, que envolve a totalidade da população livre.

O declínio do grande tráfico

A ascensão de Cacheu

A concorrência estrangeira no Atlântico tropical e austral, para além dos danos provocados, forçou também a Coroa portuguesa, ainda durante o período da união das duas Coroas ibéricas, a rever a sua linha de orientação relativamente a Cabo Verde e à Guiné, no que diz respeito ao comércio de escravos. A questão central era a de saber em qual das feitorias seria mais conveniente investir: Santiago ou Cacheu. Por outras palavras, onde deveria ser processada a cobrança dos direitos sobre os escravos resgatados. Como já se viu, a opção política do poder central foi sendo progressivamente favorável a Cacheu que, a partir de 1647⁴, substitui Santiago na cobrança desses direitos, dando sustentação legal a uma situação que, de facto, já se vinha a verificar muito antes dessa data. Na verdade, já estava tacitamente autorizada. A complacência do poder central perante a falta de cumprimento da obrigatoriedade dos escravos serem despachados em Santiago e não em Cacheu é consequência da pressão dos *lobbies* comerciais ligados ao tráfico. Efectivamente, só aos moradores de Santiago é que poderia interessar a cobrança dos direitos nessa ilha. Para todos os outros mercadores ibéricos, portugueses e castelhanos, tal medida era descabida, porquanto a escala em Santiago significava apenas mais atrasos no transporte desta delicada mercadoria – os escravos – para os portos de destino na América. Se podiam fazer viagens em direitura, porquê o transbordo em Santiago? E se tivermos em conta que a concorrência não tinha essas limitações, facilmente compreenderemos a reticência dos mercadores ibéricos quanto a essa escala.

É certo que a Coroa portuguesa tinha algum interesse em manter o centro de controlo do tráfico sediado no arquipélago. Se aqui exercia a sua soberania, o mesmo já não se poderá dizer em relação à Costa da Guiné, onde o seu poder era mais esbatido, sendo inclusive tributária dos chefes locais. Todavia, face à pressão dos ingleses, franceses e holandeses teve que optar por concentrar os seus esforços em Cacheu, relegando para segundo plano os interesses dos moradores de Santiago. Caso contrário, a Coroa portuguesa correria o risco de perder a influência que ainda lhe restava na Costa da Guiné e que lhe permitia deter uma quota-parte no lucrativo tráfico que ali se desenvolvia. Aliás, deve dizer-se que se tratava de um risco muito real porquanto a presença francesa e inglesa tornara-se cada vez mais forte e agressiva. Em 1686, o célebre capitão-mor da praça de Cacheu, António de Barros Bezerra, informava, um tanto desalentado, que não tinha como impedir que os navios franceses e ingleses entrassem nos Rios de Guiné⁵.

⁴ Ver *supra* nota 1.

⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 68, 12 de Novembro de 1686.

Com este cenário, visivelmente adverso, parece-nos natural que a Coroa portuguesa tentasse canalizar os seus esforços para a manutenção da praça de Cacheu. Económica e militarmente enfraquecida pela restauração, não tinha como conciliar os interesses do arquipélago com os da costa, o que leva o poder central a praticar uma política ambígua em relação a esses dois espaços. Na verdade, quer em termos económicos quer em termos administrativos, a ambiguidade é tal que não poucas vezes surgem conflitos de competências entre as autoridades de Santiago e as de Cacheu. Também não é clara a questão da hierarquia entre as diversas instituições e cargos. O capitão-mor de Cacheu, por exemplo, em princípio encontrava-se subordinado ao governador de Cabo Verde, mas não se consegue definir até que ponto essa subordinação é efectiva. De resto, é de sublinhar que, na maior parte das vezes, o capitão-mor de Cacheu aparece como uma figura completamente independente que só responde perante o monarca. E mais: em termos fiscais embora também esteja subordinado ao provedor da fazenda (cargo geralmente desempenhado pelo ouvidor-geral), do mesmo modo não se vê na prática no que consiste essa subordinação.

Na ausência de soluções para atender aos problemas levantados, tanto pelos moradores e autoridades de Santiago como pelos de Cacheu, a Coroa tinha de recorrer ao expediente de não clarificar muito bem as coisas, por forma a ter sempre um espaço de manobra para melhor poder acautelar os seus próprios interesses. Com a sua capacidade de intervenção enfraquecida, tanto na costa como no arquipélago, a Coroa não se podia dar ao luxo de adoptar medidas de força. Através de uma política oscilante, parece favorecer ora os de Santiago ora os de Cacheu, mas nota-se que esta última praça tende a ganhar uma certa ascendência no quadro de prioridades, definido pela Coroa. Efectivamente, o comércio de escravos passa a ser fiscalizado a partir de Cacheu, tendo os moradores de Santiago que sujeitar-se às regras dali emanadas. Exemplo disso é o facto de passarem repentinamente a pagar direitos sobre os escravos resgatados. É o que, por exemplo, sucede, já em 1653, quando se institui a obrigatoriedade de pagamento de três barafulas⁶ por cada escravo que os moradores resgatassem, sem embargo dos privilégios atribuídos e que lhes concediam total isenção⁷.

Isto significa que, para além da concorrência, os mercadores de Santiago têm de enfrentar os excessos das autoridades de Cacheu, de quem passam a depender no que concerne ao tráfico. Ao longo da segunda metade do século XVII o tráfico é controlado a partir de Cacheu, basicamente sob as directrizes definidas pelas companhias comerciais entretanto criadas.

O fim do entreposto em crise

Parece ser já um ponto assente que a posição estratégica do arquipélago constituiu, desde muito cedo, um factor que, de certo modo, potenciou o desenvolvimento

⁶ Segundo António Carreira, "barafula ou berefula é o termo que se usou em pequena escala (e com impropriedade ou confusão) para definir um tipo de pano de vestir. No seu significado autêntico corresponde à banda, faixa, tira, siga, teada, da largura mínima de 13 cm e máxima de 21 cm, e com a qual se forma o pano". António Carreira, *Panaria Cabo-Verdeano-Guineense*, Instituto Caboverdeano do Livro, Lisboa, 1983, p. 107.

⁷ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 41, 20 de Junho de 1655.

socioeconómico desse espaço, favorecendo a sua plena integração no grande “mercado atlântico”⁸). Neste cenário coube a Cabo Verde o papel de entreposto do comércio de escravos. O período que medeia entre o início do povoamento e meados do século XVII constitui um ciclo da vida do arquipélago que pode muito bem ser designado de ciclo do tráfico⁹. Efectivamente, toda a vida económica e social gravita e é condicionada pelo comércio de escravos. Isto é tanto mais evidente quanto se sabe que a afluência *versus* a ausência de “navios de registo”¹⁰ são os indicadores invariavelmente usados para se aferir do bom ou mau estado da economia local. Na perspectiva dos moradores, a questão punha-se nestes termos: Se há navios de registo provenientes da Guiné, a situação é boa; se estes, pelo contrário, primam pela ausência, então a situação é má. Este indicador é considerado tanto pela gente da terra como pelos oficiais régios. A título de exemplo, atentemos numa carta de um ouvidor de Cabo Verde, em 1663, corroborando a opinião dos oficiais da Câmara da Ribeira Grande sobre o lamentável estado da economia local. Considera as informações dos munícipes em que “referem suas misérias dignas de que Vossa Magestade lhes dê crédito pois há dois anos que lhes falta registo que de tudo os tem exaustos de cabedal sendo os registos o único remédio desta ilha”¹¹.

Pode parecer simplista e demasiado redutora esta forma de encarar a realidade e, de facto, não deixa de o ser, mas através dela podemos fazer um juízo mais claro da extrema dependência do arquipélago face ao comércio de escravos. Até às primeiras décadas de seiscentos as ilhas viveram do tráfico. O erário público mantinha-se fundamentalmente da cobrança de direitos alfandegários, lançados sobre os escravos resgatados na Guiné; a produção local era garantida quase exclusivamente pela mão-de-obra escrava; a acumulação de riquezas era conseguida sobretudo através da venda do escravo para o exterior; em suma, a sobrevivência da própria sociedade escravocrata cabo-verdiana dependia do tráfico. Por isso, não deixa de fazer sentido o peso e significado atribuídos aos chamados navios de registo ou, por outras palavras, ao comércio de escravos. O sentido oculto que logicamente podemos extrair da referência aos navios de registo como único “remédio da terra”, tão recorrente na documentação deste período, é que o tráfico se tinha extinguido para os moradores das ilhas.

O término do ciclo do tráfico aqui referido pode ser situado sensivelmente por volta de meados do século XVII. Falamos, evidentemente, do tráfico feito de forma

⁸ Maria Emília Madeira Santos e Ilídio Baleno, “Litoral: linha de atracção, repulsão e compressão (arquipélagos e costa ocidental africana)”, Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia.

⁹ Ver capítulos de Maria Manuel Torrão nos anteriores volumes da História Geral de Cabo Verde, *História Geral de Cabo Verde* (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), vol. I, Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991, e *História Geral de Cabo Verde* (coord. Maria Emília Madeira Santos), vol. II, Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, Lisboa, 1995.

¹⁰ Navios de registo é a designação geralmente dada àqueles ligados ao comércio de escravos. Deixam nos cofres das alfândegas consideráveis somas provenientes dos direitos e daí a sua importância.

¹¹ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 5A, 25 de Junho de 1663.

sustentada, ou seja, com a exportação dos contingentes resgatados na Guiné. O outro tipo de comércio de escravos (a venda esporádica de um ou outro escravo para o exterior), que é geralmente praticado nas ilhas, só termina no século XIX, com a abolição definitiva do tráfico.

De entre os factores que concorrem para a quebra deste ciclo destaca-se a concorrência estrangeira a que os agentes económicos de Cabo Verde passam a estar sujeitos na Costa da Guiné. O resultado mais visível deste facto é a dificuldade cada vez mais crescente na obtenção de escravos, quer para consumo interno quer para realimentar as *stocks* que se destinam à exportação. Sem escravos é óbvio que o papel do arquipélago como entreposto não podia ser desempenhado. A própria Coroa portuguesa tinha dificuldades em fazer frente a essa concorrência, acabando por ficar confinada à região da actual Guiné, mais concretamente a Cacheu.

Com a perda da hegemonia portuguesa na costa, não havia como defender a política de exclusividade comercial anteriormente praticada, já que ela não dependia da vontade política. A partir do século XVII, o comércio atlântico é uma actividade onde o poderio militar naval tem um peso cada vez mais decisivo, pelo que não basta ter pretensões locais de exclusivo. Há que dispor de meios para o impor sobre os rivais¹².

Dado haver muitas potências interessadas em estabelecer novas áreas de influência no Atlântico, o comércio transforma-se numa verdadeira operação militar, onde impera a lei do mais forte. Com efeito, a marinha mercante propriamente dita implica necessariamente a presença de navios de guerra para os escoltar, nas áreas de perigo¹³.

É com esta conjuntura extremamente adversa que os moradores de Cabo Verde passam a confrontar-se. Se na primeira metade do século XVII ainda conseguem ter algum acesso aos portos de resgate e manter uma operacionalidade irregular, na segunda metade as dificuldades são muito maiores. O comércio atlântico implica não só o investimento em mercadorias, mas sobretudo grandes investimentos em meios técnicos (embarcações adequadas e seus respectivos apetrechos) e militares. Aliás, não é por acaso que o comércio marítimo passa a ser explorado e depois monopolizado por grandes companhias com capitais suficientes para satisfazer todos esses requisitos.

Face ao exposto, a ilação que podemos tirar é a de que os agentes económicos de Cabo Verde não se encontravam em condições de continuar a operar no circuito comercial Cabo Verde/Guiné/Cabo Verde e de usufruir os lucros que o tráfico proporcionava. Apesar de contarem com uma mercadoria procurada, de conhecerem bem a região, de terem a seu favor a proximidade, na verdade não dispunham de cabedais suficientes para investir na aquisição de embarcações, armamento e outros equipamentos essenciais que lhes permitissem continuar ligados, com regularidade e segurança, ao tráfico.

¹² Sobre o assunto, ver o interessante trabalho de síntese de Philippe Haudrère, *O Grande Comércio Marítimo do Século XVIII. Os Europeus e o Espaço Marítimo*, Lisboa, Europa-América, 2000.

¹³ *Idem*.

Armar para a Guiné passou a ser uma actividade ocasional para os moradores do arquipélago, dado os riscos e custos nela envolvidos.

A extrema militarização do Atlântico e a agressiva concorrência estrangeira que tinham de enfrentar na Costa da Guiné eram factores que penalizavam e desmotivavam. É de referir que o tráfico nessa região, na altura, é já dominado pelos franceses, ingleses e holandeses, encontrando-se a própria influência portuguesa na zona ameaçada por essa presença. Por conseguinte, os moradores estavam um tanto entregues à sua sorte, sem poderem contar com nenhum apoio por parte da metrópole, a qual na verdade nada podia fazer para reverter a situação. A correlação de forças entre as potências presentes na região alterara-se por completo e, nesta nova fase, Portugal, que anteriormente mantinha o monopólio do comércio, aparece numa situação subalterna em relação aos franceses e aos ingleses, sem condições de poder zelar pelos interesses dos seus vassallos.

Neste contexto extremamente adverso, os moradores de Cabo Verde conseguem ainda assim resgatar escravos na Guiné, mas não com a regularidade nem em número suficiente para manter activo o entreposto. E a dificuldade não pode ser só imputada à concorrência estrangeira. Os próprios moradores também não dispunham de embarcações para as ligações com a Costa da Guiné. Se anteriormente contavam com os seus próprios navios para fazer essas mesmas ligações, a partir de meados de seiscentos passam a estar totalmente dependentes de terceiros. Deste modo, ficam sujeitos às condições impostas para o transporte das mercadorias destinadas ao resgate e dos escravos adquiridos que pretendessem conduzir para as ilhas. E é de referir que essas condições lhes eram desfavoráveis, não só devido ao elevado preço dos fretes, mas também às arbitrariedades e abusos cometidos, sobretudo por parte dos governadores cuja participação no comércio é muito activa.

Estas questões são parcialmente levantadas de forma muito clara numa representação da Câmara da Ribeira Grande, datada de 1661, em que se denuncia alguns excessos e irregularidades cometidas pelo governador¹⁴. Nessa carta solicitam ao monarca uma pronta intervenção:

“Que V. Magestade nos faça mercê de confirmar todas as provisões, alvarás cartas isenções liberdades e privilégios que Os Reis Seus antepassados e Infantes forão servidos conceder aos vizinhos e moradores desta Ilha asy sobre as Liberdades dos frutos della, como da navegação e comércio de Guiné /.../ que se tome Residência aos governadores no fim do seu governo como se fez aos governadores passados /.../ porquanto por aver alguns annos que se não faz tem dado lugar a que os governadores procedão com muita largueza /.../ que os governadores não impeçam aos moradores desta Ilha os navios portugueses que quizer fretar para a navegação de Guiné para neles poderem comduzir suas fazendas áqueles rios, e tirarem os escravos para esta ilha, que vem a pagar os direitos a fazenda de V. Magestade; porque os ditos governadores por terem navios seus não dão lugar a se mandarem outros, pello lucro do frete que dá a seus navios assim de ida como de volta, /.../ não concentindo que os

¹⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 112, 13 de Agosto de 1661.

moradores os embarquem por lhe não tirarem seu lucros e ficarem elles sos senhores do resgate de Guiné”. Na opinião dos oficiais da câmara tudo isto era provocado pelo facto de “haver falta de navios que conduzão escravos a esta ilha e não haver mais navios que os dos ditos governadores”¹⁵.

Afinal, os governadores tiravam partido da falta de capitais no arquipélago, para subordinar os mercadores às suas próprias iniciativas no comércio externo, designadamente no que dizia respeito aos meios de transporte.

Face a esta situação os oficiais da câmara solicitam “/.../ que outro sy os ditos governadores não impidão aos moradores desta Ilha que tiveram seus navios ou parte delles que os posam navegar livremente para onde lhes papper, e que os ditos governadores com pretexto do serviço de V. Magestade muitas vezes tomão os ditos navios e os impedem fazendo os navegar para aonde a eles lhes convém, e a mais seu lucro em prejuizo dos donos deles, sem que haja mais serviço de V. Magestade que seu cómodo, e dizerem eles que o é; que não possão impedir os ditos navios sem claramente conste aos officiaes da camera desta cidade o serviço de V. Magestade para que os mandão”¹⁶.

Desviando os poucos navios de particulares para o serviço público, o governador posicionava-se como monopolista do comércio de escravos entre a costa e Cabo Verde, elevando o preço do frete, como informam os moradores: “há muitos anos que se observa nesta ilha aver postura sobre os fretes dos navios de Guiné que he pagar-se de cada escravo mil reis, e de presente se tem alterado e se leva dous mil reis, e vai crescendo de maneira que andam neste resgate por razão de serem só os dos governadores, e a este respeito todas as mais couzas que pagão frete tem crescido a cento e cinquenta, e a duzentos por cento de que esta ilha e Republica padesse grande detrimento sem que se possa fazer guardar as posturas antigas desta Câmara”¹⁷.

Pelos excertos da carta aqui transcritos pode ver-se que os problemas dos moradores não resultavam só da nova ordem internacional no Atlântico. As dificuldades por que tinham de passar repercutiam-se ao nível local, onde a classe mercantil perdera posição. Com efeito, a ganância e a falta de escrúpulos, por parte de algumas autoridades, terão contribuído também para o agravamento da situação dos agentes económicos ligados ao tráfico. E não se trata de um caso isolado protagonizado por um governador corrupto. O envolvimento das autoridades civis e até eclesiásticas no comércio com a Guiné não era um facto novo, e quase todos o faziam aberta ou dissimuladamente. Só que agora os governadores usam do seu poder para fazer uma concorrência desleal aos moradores, cujas capacidades se reduziram acentuadamente, numa tentativa de monopolizar o tráfico e, como dizem os oficiais da câmara, “ficarem eles sós senhores do resgate de Guiné”. Na verdade, os governadores ocupavam o espaço de manobra que o recuo dos moradores-armadores lhes deixava livre. Mas não se limitavam a isso, prejudicavam e reprimiam as iniciativas que aqueles ainda podiam tomar.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

Esta situação torna-se de tal modo insustentável que os moradores resolvem, em 1661, fazer uma subscrição para custear a viagem de um procurador por eles nomeado para ir à Corte expor directamente todos os problemas que enfrentam. As queixas contra os governadores são várias e, no que diz respeito ao comércio, dizem o seguinte a propósito do governador Francisco de Figueiroa que, na altura, servia o cargo: “desde o tempo que entrou nesta Ilha até o presente mais pareceu homem mercantil que governador”¹⁸.

Sendo parte interessada no comércio com a Guiné é evidente que o governador não poderia agir com isenção, já que encarava os moradores como concorrentes.

O comércio passa a constituir um foco de conflitos permanente entre governadores e moradores, dando origem a sucessivas queixas e denúncias de fraudes por parte destes últimos que eram, afinal, os prejudicados. Na verdade, a sociedade insular entra numa grave crise económica, pelo que cada um tenta aproveitar ao máximo todas as oportunidades de negócio que lhe surgem, mesmo que isso implique a transgressão das leis vigentes.

Aqui convém abrimos um parêntesis para dizer que o clima de crescente tensão envolvendo todas as forças activas da sociedade insular (os representantes do poder central, os oficiais da câmara, o clero, o povo), por questões muitas vezes ligadas ao comércio externo, perpassa toda a história deste período, e não raras vezes o desfecho é trágico. São disso prova os frequentes levantamentos, desacatos, abusos de poder e homicídios que se registam nestes tempos. No que se refere aos homicídios, a preferência parece recair sobre a figura do ouvidor, muito provavelmente por lhe caber a ele a odiosa tarefa não só de julgar e sentenciar os casos, mas também de regular e fiscalizar a actividade comercial, já que passa a acumular o cargo de provedor da fazenda. Portanto, não é de estranhar que os ouvidores do período em apreço vivessem praticamente com a cabeça a prêmio.

Mas deixemos esse parêntesis necessário, para voltar à questão entretanto interrompida.

O avolumar das queixas contra os governadores levaria o poder central a decidir-se na década de noventa do século XVII por proibir-lhes a participação nesse comércio¹⁹. Esta medida, embora sensata, servia apenas de paliativo, não resolvendo a questão de fundo que afectava os moradores desde o desaparecimento dos grandes armadores: a crónica falta de embarcações próprias para as deslocações à Guiné. A pressão directa dos governadores pode ter sido aliviada, mas a dependência face a terceiros persiste. Quem possui navios para se deslocar à Guiné fá-lo com o único objectivo de obter lucros no tráfico e, nesta perspectiva, não está interessado em conceder facilidades a potenciais concorrentes. Pelo contrário, a tendência é no sentido de lhes criar o maior número de dificuldades possíveis, quer através do aumento brutal do preço dos fretes (mais de 100 % sobre o valor estipulado, como já vimos) quer simplesmente pela recusa em transportar-lhes as mercadorias. Aliás, como veremos mais adiante, uma das principais reticências dos moradores de

¹⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Agosto de 1661.

¹⁹ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa 1899, p. 145.

Santiago, quanto à criação das companhias de comércio, tem a ver precisamente com a questão dos transportes.

Com todas as vicissitudes apontadas, a participação dos moradores de Cabo Verde no tráfico com a Guiné reduz-se a níveis insignificantes, culminando no fim previsível da função desse arquipélago como entreposto do comércio de escravos. Mercê dos inúmeros condicionalismos, que transcendem a sua capacidade de resposta, os agentes económicos do arquipélago encontram, cada vez mais, dificuldades em operar no circuito comercial Cabo Verde/Guiné/Cabo Verde.

Em 1682, por exemplo, um navio pertencente ao governador de Cabo Verde, que vinha de Cacheu carregado de mercadorias dos moradores das ilhas e da Companhia de Cacheu (escravos, gatos-de-algália, âmbar, cera, marfim, ouro), foi tomado por um navio de guerra francês, não respeitando as capitulações entre França e Portugal. Os franceses alegavam que os portugueses estavam a comerciar na costa sem sua licença²⁰. Despojaram o navio de toda a carga que transportava, deixando apenas dois escravos moribundos e que, efectivamente, acabaram por morrer. Os prejuízos foram estimados em 70.000 cruzados (28.000\$000 réis) e, segundo um passageiro, os escravos eram cerca de 500, dos quais 100 pertenciam à Companhia de Cacheu²¹.

A pergunta que se pode colocar é a seguinte: Se Cabo Verde continua a ter a Guiné como o principal receptor do seu algodão, sobretudo na forma de panos, porque é que, no entanto, não há um retorno significativo em escravos? A razão principal reside no facto de já não serem os armadores de Cabo Verde quem opera no circuito Cabo Verde/Guiné. Este circuito passa a ser explorado fundamentalmente ou pelos estrangeiros ou por agentes sem ligações prévias ao arquipélago e que, por razões óbvias, não têm quaisquer interesses em regressar ao lugar de origem, onde o poder de compra é muito fraco. Da Guiné, os mercadores de um modo geral derivam para outras paragens onde conseguem melhores preços para os escravos resgatados. Assim, o vaivém Santiago/Cacheu/Santiago não se completa, uma vez que, chegando a Cacheu, os barcos praticamente já não regressam a Santiago com os tão lucrativos escravos.

Se antes havia uma correspondência biunívoca entre o arquipélago e a Costa da Guiné, agora ela se desenvolve quase exclusivamente num único sentido: de Cabo Verde para a costa. Isto acontece porque os moradores de Cabo Verde, principais interessados em abastecer o mercado local, perdem a capacidade de actuar nesse circuito. Continuam a produzir o algodão, género que tem muita aceitação, sobretudo depois de tecido sob a forma da afamada panaria local, mas já não são eles próprios a colocá-lo nos mercados da costa. Os poucos escravos que entram nas ilhas chegam através de intermediários, com os custos decorrentes da intermediação. Portanto, nestas condições, deixou de haver o fluxo constante de escravos a preços acessíveis, quer para produção interna quer para revenda aos mercadores que nas ilhas os iam comprar. Sem a reposição dos contingentes, eram poucas as hipóteses de reprodução

²⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 3, 25 de Agosto de 1682.

²¹ *Idem*.

da sociedade escravocrata nas ilhas e do desempenho pleno da função de entreposto que, nas primeiras décadas de seiscentos, estas ainda desempenharam.

O último fôlego do tráfico

A despeito dos constrangimentos assinalados, verifica-se que as ilhas continuam a vender escravos para o exterior. A grande diferença é que este comércio agora não é sustentado pelos excedentes do fluxo contínuo de escravos que todos os anos aportavam às ilhas. Com a retracção desse fluxo, a exportação passou a socorrer-se também, e principalmente, dos escravos já residentes e nascidos nas ilhas, em princípio, afectos à produção local. Não obstante a venda permitir a obtenção imediata de lucros, e aliviar o senhor da obrigação de sustentar o escravo desnecessário em anos de crise agrícola, tal prática acabaria por ter como efeito perverso a escassez de mão-de-obra escrava, comprometendo a produção interna e levando à ruína muitas propriedades rurais. A venda de escravos para o exterior deixa de ser compensada com a entrada maciça de novos escravos da Guiné, pelo que se torna difícil repor os *stocks*, quando os bons anos agrícolas o justificam. Portanto, não é possível controlar o equilíbrio entre os escravos que saem e os que entram. O que agrava este quadro são as fomes cíclicas que não só ceifam a vida a um número considerável de escravos, mas também forçam os proprietários a vendê-los ao desbarato, por forma a não perder todo o capital investido na sua aquisição. Esta é uma situação particularmente dramática no decorrer do século XVIII²².

Embora não tenhamos elementos que nos permitam apresentar, em termos quantitativos, a evolução do tráfico ao longo do período tratado neste volume, é de sublinhar a incidência significativa que o comércio de escravos teve no decurso da década de cinquenta do século XVII. Tudo parece configurar um certo “boom” económico ou uma eventual retoma no sector do tráfico, mas como veremos de seguida, trata-se de uma situação excepcional de muito curta duração, que pode bem ser entendida como o último fôlego do entreposto. Isto surge na sequência de uma carta régia de 1651, em que se concede aos espanhóis liberdade para comerciarem escravos em Cabo Verde²³. É uma permissão concedida a título excepcional e de forma oficiosa, porquanto não se trata de nenhum acordo comercial celebrado entre portugueses e espanhóis, quando as lutas da Restauração estavam ainda acesas. De resto, não se estendia a todos os mercadores espanhóis. Destinava-se exclusivamente àqueles que das Índias de Castela se dirigissem “em diretura” aos portos de Cabo Verde para comprar escravos, e que para tal levassem ouro, prata ou outros metais preciosos. Só aos navios daí procedentes é que se daria entrada nas ilhas, estipulando-se o pagamento de uma portagem consoante a sua arqueação: 800\$000 réis para os

²² O governador Saldanha Lobo é um dos que a isso se refere com muita frequência. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 35, doc. 5, 20 de Março de 1776.

²³ António Carreira, *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, Lisboa, 1983. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, p. 19.

navios de 200 toneladas, 600\$000 réis para os de menor tonelagem e 1600\$000 réis para os de maior capacidade²⁴. Para além desta portagem, designada de “donativo”, os mercadores tinham de pagar os direitos sobre os escravos que comprassem.

Para os devidos efeitos, esse comércio deveria ocorrer de modo a dar a entender que se tratava de uma iniciativa pessoal do governador e que não vinculasse a Coroa portuguesa. Repare-se que um dos principais objectivos almejados por qualquer das potências marítimas da época era a exclusividade comercial nos territórios sob a sua esfera de influência, pelo que não convinha à Coroa reconhecer oficialmente essa permissão. As relações entre Portugal e Espanha continuavam tensas e tal atitude não era politicamente aconselhável. Esse gesto poderia ser interpretado como sinónimo de cedência no ultramar, quando na Europa a diplomacia portuguesa pedia alianças contra a Espanha. Acontece, porém, que Portugal se encontrava de facto economicamente debilitado e não tinha meios para combater o assédio dos castelhanos na Guiné ou em Cabo Verde. A Coroa portuguesa deixara de ser a fornecedora de escravos da Coroa espanhola, mas as Índias de Castela continuavam a necessitar de grandes contingentes de escravos. Dado que se se mantivesse a proibição, os espanhóis tentariam obter os escravos através do contrabando, a Coroa entendeu por bem que a única forma de sair menos lesada desse assédio era liberar sob determinadas condições o comércio de escravos nas ilhas.

É assim que na década de cinquenta, por imperiosa necessidade de mão-de-obra para a exploração das Índias Ocidentais, e porque o entreposto continuava a oferecer toda a eficiência no abastecimento, os espanhóis aparecem em força no mercado insular para se abastecer de escravos. A necessidade de mão-de-obra para as suas possessões no Novo Mundo é tal que não se importam com o pagamento dos “donativos”, com os direitos alfandegários, com o agravamento dos preços dos escravos, com o pagamento de comissões ilegais (“luvas”), etc. Chegam carregados de ouro e prata e não olham a custos para conseguir rapidamente os tão necessários escravos. O destino continua a ser as Índias de Castela, com ramificações para áreas da América do Sul, tão distantes como as minas de prata do Peru.

Em 1676, a permissão concedida aos espanhóis de poderem comerciar nas ilhas é justificada do seguinte modo, no capítulo 21 do Regimento dado ao governador, João Cardoso Pizarro:

“E porque a Paz celebrada entre esta Coroa, e a de Castela não declara o recíproco Comércio, que há de haver entre ambas as Nações, e somente no artigo terceiro do tratado, que os vassallos de uma e outra Coroa poderão usar, e exercitar comércio com toda a segurança por terra, e por mar assim, e da maneira que se usava em tempo do Senhor Rei Dom Sebastião, quando os Vassallos da Coroa de Castela vão sem Licença minha aos portos do vosso governo procedereis contra eles na forma das Leis, e proibições, que são passadas, e só mandareis dar entrada aos Navios, que vierem das Índias occidentais com prata, e ouro, e outras fazendas assim nessas Ilhas, como no distrito de Guiné, para em troco levarem Escravos pagando os direitos costumados e o mais que é ordenado por carta de vinte e dois de Setembro de mil seis

²⁴ Idem.

centos cinquenta e hum (22 de Setembro de 1651), e vinte e três de Maio de mil seiscentos e treze (21 de Maio de 1613), a que dareis comprimento procurando por todos os meios, que vos parecer a que nessas Ilhas e distrito de Guiné, se abra este Comércio assim como os vassallos de El Rei de Castela na forma apontada, como com os desta Coroa tendo ocasião de praticar, e introduzir este Comércio com as ditas Índias de Castela, pois vos é presente, quanto convém a meu serviço, e a bem de meus vassallos e estar já determinado antes do dito tratado da Paz. E logo que a esse Governo vier Navio de Índias Comerciar, e trazendo ouro, e prata, e outras fazendas, e só proibireis, os que trazendo fazendas não trouxerem ouro e prata”²⁵.

Como se pode ver, só mediante excelentes contrapartidas (ouro e prata) seria franqueado aos espanhóis o comércio de escravos nas ilhas.

A escolha de Santiago pelos espanhóis prende-se a uma série de factores de que destacamos os seguintes: tradicionalmente, sempre tinham estado dependentes dos comerciantes de escravos sedeados ou representados nas ilhas; Santiago era uma escala quase obrigatória na rota para as Índias Ocidentais; os escravos fornecidos por Cabo Verde eram tidos por muito capazes; por último, os espanhóis não tinham estabelecido áreas de influência bem definidas na Costa da Guiné, não podendo por isso adquirir escravos nas condições em que, por exemplo, os franceses, os ingleses e os portugueses o faziam. Comprar escravos em Cabo Verde era por conseguinte uma boa alternativa, dado que, para além de ser cómodo, acarretava também menos riscos e não exigia reconversão de técnicas comerciais. Os únicos aspectos negativos prendiam-se com a questão dos preços praticados e com as “luvas” abusivamente cobradas por funcionários corruptos. Efectivamente, sem capacidade de oferta para corresponder à súbita demanda, já que não havia tanta quantidade de escravos para vender como antigamente, os moradores reagem com o aumento substancial do preço dessa mão-de-obra. Por outro lado, também não se vislumbravam formas de se garantir uma estabilização do preço dos escravos em Cabo Verde, na medida em que era cada vez mais difícil manter os níveis da oferta. Como já dissemos, desaparecidos os grandes armadores e limitada a circulação pelo governador, os moradores perderam a capacidade de garantir o reabastecimento do entreposto com novos escravos provenientes da Guiné. Assim, a especulação nos preços parecia ser uma alternativa tentadora para aqueles que procuravam um lucro fácil com a venda de seus escravos. Por seu turno, algumas autoridades locais, cegas pela cobiça e valendo-se da sua posição, recorrem a métodos pouco lícitos para extrair o máximo de dinheiro aos castelhanos, numa prática de completa extorsão que os levaria a “matar a galinha dos ovos de ouro”. Reportam-se a este cenário de corrupção algumas devassas tiradas aos governadores que, durante o período, assistiram nas ilhas. Na que foi tirada a Jorge de Mesquita de Castelo Branco, em 1653, ficou provada uma série de acusações que lhe foram imputadas:

“Constará a V. Magestade por quase todas as pessoas que jurarão nesta informação contra o dito Governador que nos poucos meses de seu governo, procedeu

²⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 101, AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 101A e AHN, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 273-301, 10 de Maio de 1676.

muito contra o que devia a obrigação de seu cargo, tratando neste somente de grangear fazenda, por todas as vias, impedindo o comércio aos moradores da dita ilha, tomando-o sobre si, com grande clamor e queixa publica, obrigando aos moradores a que lhes vendessem as fazendas por menor preço do que valiam e tornando-as a vender por excessivo /.../ aos contratadores das Índias de Castella, de que resultou sahirem da dita Ilha mui acuzados publicando que nenhum não tornaria mais ao dito porto, de que rezultaria grande perda a fazenda de V. Magestade pelos grandes direitos que pagão e fazendo com o mesmo instinto outras extorções. /.../ indo a ilha uma nao de castelhanos que vinha de Havana o governador lhe deu entrada e os armadores lhe mandarão logo um presente que importou mil patacas²⁶ e um contador que nas Índias havia custado quinhentas (...).

E começando a descarga mandou o governador que levassem a sua casa toda a prata lavrada e jóias ouro e peças da China e tudo o mais que traziam para vender e lhes mandou que não vendessem coisa alguma senão a ele (...).

E de tudo tomou o governador cento e setenta marcos de prata lavrada contra a vontade dos armadores por muito menos preço do que nas Índias avia custado e tão bem colar de ouro que pesava huma livra tão bem por menos preço do que custou impedindo aos armadores que não vendessem aos moradores da terra cousa alguma e sabendo que tinham vendido huma pessa a hum cônego mandou que os armadores se fossem para o navio e não viessem a terra. E vendo-se os armadores assim apertados mandarão ao governador quinhentas patacas pelos deixar vir a terra. E depois de virem a terra lhe negou licença pera comprarem por tempo de mais de hum mês em rezão de hum navio seu que esperava vir de Cacheu e vendose assim apertados lhe deram os armadores outras quinhentas patacas e nesse meio tempo por tardar o navio que esperava de Cacheu comprou o governador aos moradores particulares da terra muito contra suas vontades alguns negros pelos preços que quis impedindo que os não vendessem aos castelhanos e alguns que se vendião em leilão depois de os terem os compradores lhos tomava pelos preços per que os tinham comprados contra as suas vontades com o que ajuntou vinte e oito negros e tendo os tomado por trinta e quarenta mil reis obrigou por força aos armadores que lhos comprassem por oitenta e sinco mil reis cada um bom e mau e dois deles lhe vendeu por duzentos mil reis²⁷.

As acusações não terminam por aqui, mas os excertos transcritos permitem-nos avaliar as excepcionais condições em que os castelhanos adquiriam os escravos e a opressão exercida pelo governador sobre os moradores. Enquanto estes eram obrigados a vender-lhe os escravos abaixo do preço corrente, aquele revendia-os aos castelhanos a mais do dobro do valor de compra. Uns e outros eram literalmente espoliados. A extrema necessidade que tinham de mão-de-obra escrava para as Índias de Castela e o facto de chegarem às ilhas repletos de ouro, prata e jóias, são factores que estão na origem da especulação e excessos verificados nesse comércio. É um

²⁶ 1500 patacas equivale a cerca de 750\$000 réis. A cotação da pataca oscila bastante, mas na altura o seu valor é de cerca de 500 réis. O grosso da moeda em circulação nas ilhas nos séculos XVII e XVIII é de origem espanhola.

²⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 7, 22 de Agosto de 1653.

comércio que envolve muito dinheiro e todos tentam tirar partido disso. Na devassa acima referida diz-se que o governador, “no pouco tempo que governou tem adquirido e grangeado mais de cinquenta mil cruzados (mais de 20.000\$000 réis)”, o que é um valor extremamente elevado para a época. Basta dizer que um ouvidor ganhava cerca de 200\$000 réis por ano²⁸.

Apesar de os castelhanos ameaçarem não voltar às ilhas, devido às constantes vexações de que eram objecto, o certo é que na década de cinquenta a sua presença ainda se mantém com alguma regularidade. O cenário de corrupção permanece inalterável, a avaliar pelas informações colhidas na devassa feita a um outro governador, em 1664, pelo ouvidor Manuel da Costa Palma, na qual consta o seguinte:

“/.../ os últimos seis Navios de Índias que forão aquellas Ilhas comprar escravos levou cada hum delles de quinhentas peças para sima sendo o menor preço da mais inferior de passante de cinquenta mil reis²⁹, constando dos livros despacharem-se duzentas e cinquenta pouco mais ou menos, das quais se pagarão somente os direitos de menos da duas partes, e que consta darem os castelhanos hum donativo secreto de mil patacas pello despacho ao governador e officiais /.../ que se mostra mais da devassa fazerem-se muitas moléstias e vexações aos castelhanos que forão comerciar aquelas ilhas pelas dádivas e donativos que lhe tiravam o governador Francisco de Figueiroa e os mais officiais /.../ de que resultou não tornassem ali mais navios vai em três anos no que a Fazenda de Vossa Magestade e aquele povo tem recebido grande dano³⁰.”

Pelos números aqui apresentados pode-se ter uma ideia da importância desse comércio. Repare-se que, se cada navio transportasse 500 escravos e admitindo-se a hipótese³¹ de que aportassem a Santiago uma média de dois navios por ano, teremos um total de 1000 escravos saídos anualmente com destino às Índias de Castela. Partindo da convicção de que esse comércio se desenvolve com sucesso ao longo da década de cinquenta, podemos estimar que nesse período terão sido exportados cerca de 10 000 escravos a preços muito superiores aos praticados na época e pagos em metais preciosos. Em termos de direitos arrecadados, não dispomos de quaisquer registos que nos permitam estimar os montantes envolvidos, mas tudo leva a crer que

²⁸ No início do século XVII o ouvidor-geral tinha de ordenado anual 200\$000 réis. António Carreira, “A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (organização civil, eclesiástica e militar, séculos XVI-XIX)”, *Revista de História Económica e Social*, Sá da Costa, Lisboa, 19, 1987, pp. 33-76. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. IV, doc. 55, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1958-1968, c. 1606.

Em 1693, “o cargo de Ouvidor Geral, provedor das capelas e residios e órfãos tem de ordenado 200\$000 rs. he provido por S.M. e terá de emolumentos um ano por outro 30.000 rs”, AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 147, 27 de Julho de 1693.

Em 1735, o ordenado do ouvidor era o mesmo. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 12A, 31 de Julho de 1728 a 19 de Novembro de 1735.

²⁹ O preço corrente do escravo na altura era cerca de 40\$000 réis.

³⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 1, 19 de Fevereiro de 1665.

³¹ Durante o triénio do mandato do governador Francisco de Figueiroa, este afirma que apareceram para comerciar seis navios das Índias de Castela, o que dá uma média de dois navios por ano.

nessa década as verbas terão sido também avultadas. A ser verdade a afirmação do governador Francisco de Figueiroa que, em 1661, dizia que “entram nesta cidade (Ribeira Grande) todos os anos de Índias mais de quinhentos mil cruzados” (200.000\$000 réis), não temos razões para duvidar da relativa opulência que os números avançados sugerem³². Acreditamos que haja exageros, mas o importante a reter é que o comércio nessa altura se encontra excepcionalmente florescente. A presença dos navios de registo das Índias de Castela é uma situação de que todos beneficiam, incluindo a própria Coroa, através dos avultados “donativos” cobrados e que ciosamente manda guardar num cofre de três chaves na Fortaleza Real de S. Filipe, não podendo o governador estar na posse desse dinheiro por mais de uma hora³³. Basta dizer que, de apenas seis navios entrados durante o mandato de Francisco de Figueiroa, este acusa o envio de 3000\$000 réis, só dos donativos. Tendo em conta que o comércio de escravos nas ilhas se encontra na altura em declínio e que a capacidade de resposta do entreposto é limitada, confirma-se que muitos dos escravos vendidos fazem parte dos que já residiam nas ilhas, completando-se as armações com os importados da Costa da Guiné pelos governadores e outros operadores. Alguns moradores ainda possuíam muitos escravos, e diante da oportunidade única de arrecadarem bons lucros em ouro e prata com a venda de uns quantos, não se coíbiam de o fazer. Para além disso, contavam certamente com a possibilidade (cada vez mais remota, é certo) de repor os *stocks*, encomendando novos escravos aos intermediários que actuavam no circuito Cabo Verde /Costa da Guiné.

Analisando as condições em que esse comércio era feito, parece-nos que se trata de uma situação excepcional e pouco sustentável a médio prazo. Aliás, a especulação excessiva sobre os preços dos escravos e os excessos praticados pelas autoridades locais com a cobrança abusiva e aleatória de comissões extras e outras práticas menos correctas não deixam de constituir anomalias que indiciam a existência de fragilidades na economia local. Até porque a grande quantidade de dinheiro que entra nas ilhas escoar-se através da aquisição de uma série de bens de consumo provenientes do Reino e de outros países da Europa, ou então é amealhado e levado directamente para fora por um grupo privilegiado de funcionários régios.

Esta é uma situação magistralmente exposta pelos oficiais da Câmara da Ribeira Grande em 1663, quando tentam desmistificar uma certa ideia de desafoço económico que no Reino se tinha a propósito das ilhas, devido aos donativos e direitos pagos pelos espanhóis: “e suposto que a general opinião tem feito grande dano aos moradores desta ilha em razão das naus dos registos que a ela vem tendo a todos para ricos e abundantes de prata, e jóias a ninguém mais que a V. S. será já hoje presente os poucos interesses que desta negociação ficam aos moradores, pois esta ilha somente serve de uma ponte por onde passa a prata que os ditos navios trazem para diversas nações: aos ingleses nas mercadorias que se lhes comprem necessárias para o uso de vestir que na terra não há, aos holandeses e franceses comprando-se lhe géneros que eles sos tem para o resgate de Guiné, e para o nosso Reino comprando-se /.../ nas mãos dos mercadores que aqui assistem, o alqueire da farinha azeite e mais

³² AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 116, 16 de Agosto de 1661.

³³ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Agosto de 1661.

mantimentos que a terra não produz, e para a ilha da Madeira a mor parte do dinheiro nos vinhos que se vendem que a terra não dá, e vem da dita ilha, em que se gasta e ainda não chega a satisfazer a necessidade de cada um pelo grande valor que valem as coisas que de fora vem”.³⁴

Os oficiais da câmara não rejeitam o facto de entrar nas ilhas grande quantidade de dinheiro, mas explicam com muita eloquência como o processo de escoamento da moeda para fora ocorre. Alguma parte, no entanto, ficou retida, entesourada ou apenas reservada para ocasiões mais difíceis. A verdade é que, em 1710, quando as ilhas chegam a um “miserabilíssimo estado” por causa da falta de dinheiro para pagamentos, ainda existia algum dinheiro castelhano de prata que valia aos moradores na compra de géneros aos estrangeiros³⁵.

Diante das condições extremamente desfavoráveis com que se confrontam, os castelhanos vêem-se forçados a desistir do mercado cabo-verdiano e, a partir da década de sessenta, a sua presença torna-se de facto mais esporádica, deixando os moradores apreensivos quanto ao evoluir da situação económica das ilhas.

Acreditamos que a situação vivida na década de cinquenta tenha sido o último fôlego do tráfico transcontinental. Na verdade, passados o frenesim e o “boom” vividos nessa década, em que os navios das Índias de Castela aportavam as ilhas carregadas de ouro, prata e jóias para comprar escravos, as perspectivas do futuro revelam-se de um momento para o outro mais sombrias do que nunca.

Na década de sessenta, surgem propostas concretas por parte dos franceses no sentido de estabelecer relações comerciais nos moldes semelhantes ao desenvolvido com os castelhanos, mas a iniciativa é abortada pelo poder central. Trata-se de uma proposta apresentada por carta enviada pelo governador da Guiana francesa ao seu homólogo em Cabo Verde e consiste basicamente no estabelecimento de um comércio franco entre essas duas colónias. Os navios provenientes de França abasteceriam Cabo Verde das “coisas que fossem necessárias a bom preço” e em contrapartida levariam “aquelas das quais há abundância nessa terra”. O que supostamente havia de abundante na terra eram os escravos e era sobre esses que recaía o interesse

³⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 138, 25 de Junho de 1663. Aproveitando a alusão feita à Madeira acresce sublinhar que os mercadores deste arquipélago mantêm contactos comerciais com os moradores de Cabo Verde, fornecendo com alguma regularidade vinhos e outros géneros a estes últimos. A documentação é lacónica no que se refere a estes contactos, mas a frequência com que os mercadores da Madeira são referidos denota a existência de laços comerciais arraigados entre Cabo Verde e estes dois arquipélagos atlânticos. A relativa proximidade, aliada ao facto de o vinho ter grande aceitação em Cabo Verde, quer para o consumo interno quer como mercadoria apreciada no tráfico na Costa da Guiné, podem em certa medida justificar a estreiteza desses laços comerciais. Em Cabo Verde produzia-se algum vinho (sobretudo na Ribeira da Janela, na ilha de Santo Antão), mas não em quantidade suficiente para satisfazer a demanda interna. O mercado cabo-verdiano é por conseguinte abastecido de fora, e é então que os madeirenses aparecem, fornecendo boa parte do vinho que ali se consome. Vendem-no directamente aos moradores, mas em muitos casos o vinho é usado para adquirir escravos. Primordialmente os escravos comprados em Cabo Verde se destinavam à Madeira e aos Açores. A partir dos finais do século XVII surgem, porém, alguns indícios que apontam no sentido de um certo envolvimento de mercadores madeirenses e açorianos no tráfico de escravos para o Brasil. De qualquer modo trata-se de informações muito dispersas que não nos permitem aprofundar o tema.

³⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 56, 8 de Julho de 1710.

do governador francês que, inclusivamente, queria saber por que preço eram vendidos³⁶.

O governador de Cabo Verde em resposta diz reconhecer vantagens recíprocas no estabelecimento dessas relações comerciais e quanto aos escravos afirma haver grande quantidade deles em Santiago e muito bons, e que o seu preço se encontra muito inflacionado pelos espanhóis “que chegam a dar por cada um cento e sessenta e cento e setenta patacas” (cerca de 80\$000 a 85\$000 réis). Porém, e como prova de boa vontade, promete fazer “todo o possível com o Senado da Câmara desta cidade e mais povo para que nesta primeira embarcação que Vossa Excelência mandar buscar negros não passe nenhum de mais de cinquenta mil reis, que fazem cento e quatro patacas”. Sabendo que o comércio de escravos com os estrangeiros era proibido, o governador faz condicionar a continuidade do negócio à autorização do rei, mas dispõe-se a assumir as consequências de permitir um primeiro fornecimento.

É evidente que uma proposta desta natureza não podia ter um acolhimento favorável por parte do monarca. Apesar dos argumentos avançados pelo governador, mostrando a utilidade e oportunidade deste comércio, pelo facto de ser péssima a situação económica das ilhas e de haver muita penúria de dinheiro, a reacção do poder central é negativa. E outra não seria de esperar, já que o oposto iria contra toda a lógica da política comercial colonial. É de lembrar que, via de regra, qualquer colónia tem por função servir os interesses da metrópole, acima dos das próprias conveniências locais. Neste caso concreto, o que se apura é que a razão avançada pelo Conselho Ultramarino para não se permitir esse comércio é a de os escravos serem utilizados na produção do açúcar e tabaco na Guiana francesa, agravando a situação da produção brasileira que já se ressentia devido à concorrência feita pelos ingleses, com a exploração desses géneros nas Barbados³⁷.

De qualquer modo, independentemente da Coroa o permitir ou não, é pouco crível que, depois de uma década de sangria, pudesse haver ainda quantidade de escravos na ilha de Santiago a ponto de sustentar um comércio como o pretendido. Uma exposição dos oficiais da Câmara da Ribeira Grande, datada de 1663, corrobora a ideia das limitações do entreposto. Referindo-se à situação crítica da ilha de Santiago, diziam que poucas eram as fazendas em condições de serem beneficiadas “/.../ por falta de escravos aos quais as fomes e necessidades dos anos atrasados acabou sem aver nos presentes com que possam recuperar a dita falta”³⁸. Na mesma exposição, dizem ainda “não haver em toda esta ilha mais de 50 e tantos cidadãos a maior parte dos quais são pobríssimos carregados de filhos e filhas que apenas tem modo e conveniência para as poderem casar por serem os cabedais de todos os que tem nomes de ricos quando muito quatro negros nas quais sucede de ordinário havendo anos contrários ficarem pobríssimos faltando com que os sustentarem vindo a morrer por os caminhos como se vio nestes anos próximos em que de todo se consumirão”³⁹.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 138, 5 de Junho de 1663.

³⁹ Idem.

Com este cenário, Santiago não teria capacidade de resposta para o estabelecimento de relações comerciais, mesmo a curto prazo, com a Guiana francesa. Daí o que se pode concluir da expressão usada pelo governador de Cabo Verde, ao dizer que “negros e muito bons não faltam nesta ilha”, é que ele contava com os seus próprios navios para se abastecer na costa e monopolizar o entreposto, sem a participação dos moradores que, entretanto, haviam esgotado todas as reservas. Quer a posição do governador, ao assumir responsabilidades que não podia tomar, quer a atitude incongruente dos moradores, despojando-se de mão-de-obra não excedentária, demonstram que no arquipélago já não residiam mercadores com visão comercial capaz de avaliar os riscos do negócio em paridade com os lucros do momento. Decerto, o que se depreende da exposição da Câmara da Ribeira Grande, é que não se vislumbrava, na conjuntura da época, condições “com que possam recuperar a dita falta” (de escravos entenda-se)⁴⁰. O entreposto perdera a capacidade de resposta para atender à demanda externa e às necessidades internas.

Soluções informais internas face à crise

O estrangulamento ocorrido no circuito Cabo Verde/Costa da Guiné é crucial para a compreensão da história do arquipélago, na fase que estamos a tratar. As principais alterações verificadas no decurso deste período decorrem sobretudo dessa nova conjuntura, na medida em que implicou reajustamentos estruturais que tiveram por objectivo minimizar os efeitos da crise na relação com o exterior. O comércio informal e o contrabando são, sem dúvida, as principais manifestações das mudanças que ocorrem na economia local para fazer face à crise. Os moradores tiveram que recorrer a essas actividades para se adaptarem à nova conjuntura atlântica. De meados de seiscentos até à instalação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em Cabo Verde, em meados do século XVIII, pode dizer-se que a actividade económica das ilhas se resume basicamente ao comércio informal e ao contrabando.

Este é um dos períodos menos esmiuçados pela historiografia cabo-verdiana⁴¹, tornando-se por isso num terreno muito propenso a especulações e a ideias feitas. A ideia geralmente veiculada é a de que, com o declínio do comércio de escravos, o arquipélago mergulha, ele próprio, numa decadência e num isolamento profundo. No entanto, quando nos confrontamos com a documentação desse período, somos forçados a ter sérias reservas quanto à aceitação desta opinião. Na verdade, não é isto que acontece. Há isolamento sim, mas só no que se refere às relações entre a metrópole e a colónia e entre esta e a Costa da Guiné, isto é, com as áreas tradicionalmente mais próximas. Outras vias de abertura ao exterior se desenham. Também não tem sustentação documental a ideia de estagnação comercial, a menos que deixemos de enquadrar o comércio informal dentro da categoria de actividade comercial. Parece-nos lícito aceitar que a situação económico-financeira do arquipélago é geralmente

⁴⁰ Idem.

⁴¹ António Carreira é dos poucos autores que fez incursões mais específicas ao período.

difícil, já que as avultadas receitas geradas pelo tráfico escassearam significativamente, mas as verdadeiras dificuldades situam-se ao nível da fiscalidade.

O comércio miúdo

Neste período, verifica-se que as ilhas passam por um profundo processo de reconversão económica, onde o que conta agora é o que a terra e os homens dão de si: agricultura, pecuária, manufacturas. É um processo muito complexo e de difícil rastreio, porquanto envolve uma actividade comercial que não tem tanta visibilidade documental como a que tinha o comércio com a Costa da Guiné. Referimo-nos concretamente ao comércio miúdo, com os seus panos de algodão, seus porcos, suas galinhas, suas cabras, suas vacas, seus cavalos e burros, seus frutos frescos, etc. Não é de facto uma actividade comercial que desperte a atenção imediata do investigador, cuja grelha interpretativa é geralmente dirigida ao tráfico. Ofuscado pela importância que este último sector teve no desenvolvimento socioeconómico do arquipélago, o comércio miúdo tende a ser encarado como uma mera actividade subsidiária desse mesmo tráfico. Enfim, uma actividade menor inerente à “aguada” e, daí, julgamos nós, o facto de ser subestimada enquanto objecto de estudo.

A verdade é que embora não se trate de uma ruptura, a documentação da época sugere a ideia de mudanças deslizantes a ocorrer na economia e na sociedade caboverdianas. Neste capítulo, ocupamo-nos sobretudo do que diz respeito ao comércio. Desaparece a figura do morador-armador⁴² e surge a do atravessador, desaparecem os navios de longo curso para as ligações com a Guiné e surgem as pequenas lanchas para a navegação de cabotagem, desaparecem os mercadores do Reino e surgem os estrangeiros, desaparecem os regimentos da alfândega e surge o “uso e costume”, etc.

Aparentemente, trata-se de um comércio miúdo sem importância que surge por acréscimo da operação de aguada, pelo que num primeiro momento não se nota uma preocupação por parte da administração fiscal no sentido de regulamentá-lo. No entanto, importa referir que, contrariamente ao que a expressão “comércio miúdo” possa sugerir, não se trata de uma actividade insignificante nem sequer desorganizada. Para além dos viveres destinados ao abastecimento dos navios, são vendidas outras mercadorias que transcendem a simples operação de aguada. Os panos de algodão, os cavalos, as vacas, disponibilizados no meio do Atlântico e, mais tarde, a urzela são mercadorias de grande valor e a sua comercialização proporcionava apreciáveis lucros aos agentes nela envolvidos. E é de sublinhar que a demanda por parte dos estrangeiros era intensa. Eles nem tinham sequer alternativa, antes de se lançar na travessia do Atlântico até às Américas.

Aliás, não é por acaso que surgem as tentativas de monopólio desse comércio, quer por parte dos atravessadores (a que na língua crioula chamaríamos de rabidentes) quer pelos governadores. A questão dos atravessadores é algo que perpassa toda a

⁴² Ver Maria Emília Madeira Santos e Iva Cabral, “O nascer de uma sociedade através do morador-armador”, *História Geral de Cabo Verde* (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), vol. 1, Lisboa, 1991.

história da época tratada neste volume e, na maior parte das vezes, são os mais altos responsáveis quem faz esse papel, quer directamente quer por intermédio de terceiros. Na verdade, estes intermediários exploravam os produtores, camponeses, pastores, rendeiros, gente livre pobre dispersa pelo interior, comprando a preços baixos e impedindo-os muitas vezes de conduzir os seus géneros até ao mercado.

No final do período, o governador Joaquim Saldanha Lobo tenta por todas as formas dar combate a essa condenável prática, mas tudo indica que não terá logrado resultados significativos. Em 1770, através de um bando, proíbe “todo o género de contrabandos como também que haja atravessadores dos mantimentos, e mais efeitos desta terra por costumarem alguns andar comprando tudo para serem eles só os que ganhem, vendendo pelo que querem contra o bem comum que deve prevalecer”⁴³. Três anos mais tarde insiste no mesmo assunto, o que prova que as medidas não estavam a ter os resultados esperados. Os atravessadores não só continuavam com essa prática, mas abusivamente até se aproveitavam do nome do governador para conseguir melhores negócios:

“Faço saber a todos os que vem a esta Praça vender os efeitos da terra por negocio nas ocasiões de estarem navios no Porto que constando-me tem sucedido muitas vezes, que algumas pessoas tem cometido o abuso de (...) enganar os que a ela vem vender, comprarem até quase por força o mercado que trazem, parte ou todo, com a voz e autoridade do meu nome para negociarem, abusando assim do respeito, como de incorrerem no crime de atravessadores, e na transgressão do bando que se publicou a respeito destes, e para evitar o dito abuso e engano de que resulta detrimento aos pobres: Hey por bem declarar a todos os ditos moradores, e vendedores, que nunca jamais vendão /.../ pelo respeito do meu nome, e só muito por sua vontade poderão vender, e quando se necessite de alguma coisa para gasto de minha casa, para esta não venderão alguma, se não a porta do meu quartel, aonde logo receberão o preço ou importância do que venderem, e que (...) não vendão couza alguma a ninguém que vá comprar em meu nome excepto só que leve algum dos meus domésticos, ou (...) ordem por mim assinada”⁴⁴.

A avaliar pelas informações atrás referidas, conclui-se que, por detrás do chamado comércio miúdo, há uma rede bem montada pelos poderosos locais e que se dedica à comercialização em grande quantidade dos géneros mais lucrativos, enquanto a arraia-miúda se acotovela nas praias para tentar vender galinhas, porcos, cabras, frutas e outras miudezas.

Escala atlântica. Aguada/feira

Os moradores tentam sobreviver consoante podem, explorando ao máximo as potencialidades que o arquipélago oferece enquanto escala marítima. Efectivamente, o

⁴³ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandos e Editais publicados na Ilha de Santiago*, 035/AIR, L.º 28, doc. 2, fls. 6 v.-7 v., 21 de Janeiro de 1770.

⁴⁴ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandos e Editais publicados na Ilha de Santiago*, 035/AIR, L.º 28, doc. 15, fls. 18 v.-19, 5 de Fevereiro de 1773.

tráfego transatlântico internacional intensifica-se enquanto a função geoestratégica do arquipélago se valoriza. Todos os indícios apontam no sentido de uma intensificação do movimento marítimo alargado a vários portos do arquipélago, agora procurados por ingleses, holandeses e franceses. Isto porque, segundo o governador Manuel Pacheco de Melo, em 1671, os mares de Cabo Verde eram “estrada de todas as armadas portuguesas e estrangeiras para a Índia, Brasil e Índias”⁴⁵.

Aproveitando e atualizando a metáfora usada pelo governador, diríamos que o arquipélago se transformou numa autêntica estação de serviço nessas auto-estradas que eram as rotas do Atlântico, portanto com uma importância vital para aqueles que demandavam as Índias Ocidentais, o continente africano e a Ásia. Cada um pelas suas razões, o certo é que todos sentem necessidade de escalar as ilhas, o que se traduz num intenso movimento marítimo em quase todos os portos. Neste sentido, a posição estratégica do arquipélago continua a ser uma preciosa mais-valia, já que a grande afluência de navios por si só potencia oportunidades de negócio. É a altura para os moradores escoarem o fruto da sua produção agro-pecuária, a qual é geralmente permutada directamente contra outros géneros de primeira necessidade.

A troca directa é feita de modo informal entre moradores e tripulantes dos navios, tendo como cenário as praias que se transformam em autênticas feiras. A aproximação dos navios é anunciada através das usuais salvas de artilharia, disparadas pelos canhões dos fortes costeiros. Têm uma dupla função, a de prevenir os moradores e a de demonstrar que o porto dispõe de meios de defesa.

Alertada pelas salvas, a população acode às praias com suas galinhas, porcos, cabras, frutas, panos de algodão e vacas, para vender ou trocar por roupa velha, chapéus, facas, vasilhames, trigo, azeite, linho, seda, tafetá, ou outra quinquilharia diversa. As praias transformam-se então em turbulentas feiras, onde cada um tenta vender o que tem, numa desorganização que as autoridades não conseguem controlar.

Embora estas feiras ou mercados tenham surgido espontaneamente como uma actividade inerente à operação de aguada, cada vez mais dispersa pelos vários portos, nota-se no entanto que começa a haver uma atenção especial por parte das autoridades locais, procurando intervir na sua organização e funcionamento. Até porque o comércio externo passa a resumir-se essencialmente a esses contactos de “ponta de praia” (expressão crioula que significa beira de água ou beira-mar) entre a população e os tripulantes dos navios. O facto de essas feiras começarem a despertar a atenção das autoridades também não deixa de ser sintomático das mudanças ocorridas no sector comercial que deixará de ser controlado e tributado pela administração régia.

As informações mais concretas sobre o assunto surgem já no início do século XVIII. Em 1702, o ouvidor-geral António da Fonseca Escobar refere-se às feiras, informando o rei que nesses contactos havia “continuas diferenças” entre os moradores e “os estrangeiros de que muitas vezes resultavam grandes rebates na ilha”⁴⁶. Dizia também que, em virtude disso, tinha expedido ordens “ao capitão mor

⁴⁵ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 57, 1671.

⁴⁶ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 24A, 15 de Dezembro de 1702.

da vila da Praia que se não vendessem os refrescos aos estrangeiros senão no sítio da igreja de Nossa Senhora da Esperança aonde se poria uma guarda enquanto ali assistissem”⁴⁷.

Para permitir um melhor controlo por parte das autoridades, visto não haver guardas em número suficiente para fazer o policiamento efectivo ao longo das praias, começa-se por tentar predefinir os locais onde as trocas deverão decorrer. Como se pode ver, um primeiro local estabelecido é junto à Igreja de Nossa Senhora da Esperança, na vila da Praia. Posteriormente são indicados outros, mas os vendedores ambulantes teimam sistematicamente em esperar os clientes junto à orla das praias. As tentativas de afastar as feiras das praias no sentido de as disciplinar e fiscalizar não terão sido bem sucedidas, na medida em que, com o passar do tempo, constatamos que as referências quanto à forma como elas decorrem permanecem inalteráveis. Vejamos, por exemplo, como é que o governador Francisco de Oliveira Grans se reporta a essas feiras em 1729:

“/.../ e como as praias na dita vila são largas não pode o capitão mor facilmente evitar que o gentilismo que acodem a fazer negocio na dita vila com os navios que aquele porto vem se alarguem pelas praias, aonde tenho dado ordem se façam o negocio só na vila por evitar os descaminhos dos direitos da Fazenda Real, mas como os géneros da terra são cabras, porcos, vacas e outros refrescos não querem esperar que os estrangeiros aí vão buscar e assim /.../ andam pelas praias, sem terem obediência às ordens que se lhe passam nem o capitão mor o pode evitar pelos muitos que acodem e os poucos que vem as guardas”⁴⁸.

Na verdade, em cerca de três décadas a situação das feiras pouco se alterou, mantendo-se a confusão típica e intencional a que o governador pejorativamente rotula de gentílica. E pelo que pudemos apurar, nem mesmo durante a administração da Companhia do Grão-Pará e Maranhão a questão da organização dessas feiras foi resolvida. É o que se depreende de mais um dos muitos bandos publicados pelo governador Joaquim Saldanha Lobo durante o seu mandato: “... faço saber a todos os moradores desta ilha que tendo-me chegado a noticia que em diversas ocasiões têm acontecido desordens entre os mesmos moradores, e os estrangeiros que vem a este porto, sendo por essas que se tem dado em comum beneficio a providencia de se proibir o comércio entre uns e outros fora dos lugares públicos, que foram para ele destinados, e que ainda presentemente, ou por abuso, ou lapso do tempo, quando se achão no dito porto com eles se comunicação os mesmos moradores particularmente comerciando pelas praias e lugares ocultos, com prejuízo da Real Fazenda da quietação publica, e bem comum dos povos desta Ilha, como também acontecendo que algum da terra faça violência de roubo, ou ferimento em algum dos referidos estrangeiros, estes costumão pedi-lo para tomarem dele satisfação castigando-o a seu arbitrio, o que de nenhuma sorte convém pelo que tudo devendo eu evitar todos estes inconvenientes provendo de remédio: Hei por bem do serviço de Sua Magestade

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 30, 26 de Abril de 1729.

proibir que o comércio com os estrangeiros, que só devem ser dos mantimentos, e gêneros, que o mesmo senhor tem permitido se faça, em outros lugares que não sejam os públicos desta vila junto a casa da Câmara, e pelourinho, e assim mesmo na Cidade, e nunca em outro qualquer lugar oculto, sobre pena de que sabendo-se ou achando-se algum vendendo, ou comprando escondido, ou particularmente incorrerá no crime de desobediência, e perderá as fazendas que trouxe para o negocio ou já levar dele, que serão aplicadas para as obras das fortificações de que se fará carga ao almoxarife, e será prezo na cadeia, que lhe fique mais perto, ou nos lugares que eu determinar, aonde serão castigados ao meu arbitrio...”⁴⁹.

Apesar das sanções previstas, a situação não dava mostras de melhoria, levando a que três anos mais tarde (1773) o governador tivesse necessidade de voltar a insistir no assunto:

“Faço saber a todas as pessoas que costumão nesta praça vender refrescos aos estrangeiros, que devendo reputar bem os seus viveres a troco de fatos velhos, ou dinheiro, como esta permitido o fazem pelo contrario, juntando-se todos os que fazem mercado com preferência o qual há de vender primeiro, de que se segue continuadas desordens, alem de fazerem o grave prejuizo a todos os que vendem por que os estrangeiros vendo o grande empenho de quererem vender, barateyão de forma que levão as couzas muitas por menos do que valem. E porque os ditos viveres se devem sempre respugar pelo seu justo e costumado valor em beneficio dos moradores, e tão bem pelas perniciosas consequências que dos ditos ajuntamentos se seguem ordeno que daqui em diante cada um dos que vier fazer o seu mercado tome o lugar que lhe convier e dele se não levante fazendo venda no mesmo lugar sem ir atrás dos Estrangeiros, nem fazer-lhe roda, para que assim possam melhor reputar os seus gêneros”⁵⁰.

A concorrência entre os feirantes, na sua ânsia de vender, era uma situação que só beneficiava os estrangeiros, que acabavam por comprar os gêneros ao desbarato. Referindo-se a isso, o ouvidor Bravo Botelho dizia que os moradores chegavam a trocar uma galinha por uma agulha ou então três por uma faca⁵¹.

A transcrição quase integral destes bandos aqui no texto pode ter sido um tanto maçadora para o leitor, mas face à riqueza dos pormenores neles contidos vimo-nos impelidos a evitar cortes. Até porque se trata de textos muito fluidos e de uma grande riqueza informativa que nos permite visualizar o quotidiano⁵².

⁴⁹ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandos e Editais publicados na Ilha de Santiago*, 035/AIR, L.º 28, doc. 2, fls. 6 v.-7 v., 21 de Janeiro de 1770.

⁵⁰ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandos e Editais publicados na Ilha de Santiago*, 035/AIR, L.º 28, doc. 18, fls. 20 v.-21, 14 de Fevereiro de 1773.

⁵¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 77, 27 de Julho de 1724.

⁵² A parte final deste último bando, por exemplo, onde o governador descreve a forma como os estrangeiros são assediados e cercados, traz-nos logo à memória cenas não muito remotas vividas com os vendedores ambulantes nas ruas da capital do país, apesar do distanciamento temporal de mais de duzentos anos.

Produtos de troca

Como dissemos atrás, todos os géneros da produção local são transaccionados nessas feiras ribeirinhas, mas aqui só iremos abordar os de maior importância comercial. Mesmo assim, e atendendo ao facto de alguns destes géneros, nomeadamente os panos e a urzela, terem sido já objecto de exaustivos estudos por parte de outros autores⁵³, escusamo-nos a fazer uma análise profunda a seu respeito. Optamos pela apresentação de um trabalho de síntese que parece mais adequado ao âmbito de uma história geral. Feita esta ressalva, vejamos então como é que se processou a evolução desse comércio.

Gado: vacas e cavalgadas

A pecuária constituiu um dos poucos recursos com que a economia do arquipélago sempre contou desde o início do povoamento. A abundância de gado nas ilhas é frequentemente referida na documentação, embora a sua importância dentro da economia local nunca tenha sido suficientemente valorizada, ao que não será alheio o facto de o tráfico de escravos absorver toda a atenção dos estudiosos. No período agora estudado, torna-se porém incontornável uma abordagem mais destacada, dado que o gado-vacuum desempenha importante papel relativo à nova conjuntura em que o volume de transacções e o valor dos lucros se reduzem e parcelam.

Após terem sido proibidos de participar directamente no comércio com a Guiné em 1698⁵⁴, os governadores refugiam-se num privilégio que alegadamente obtiveram do rei, um privilégio especial que lhes dava primazia na venda de vacas aos muitos navios que escalavam Santiago, como forma de melhorar os seus rendimentos e de compensar, ainda que escassamente, o facto de já não poderem comerciar para a Guiné. Essa venda aparece como uma espécie de emolumento. Até à década de vinte, detêm uma quase exclusividade sobre essa venda, perdendo-a de seguida graças à pronta intervenção do provedor da fazenda, Sebastião Bravo Botelho.

A venda das vacas constituía um excelente negócio dentro das novas limitações, pelo que todos esperavam ter alguma participação nele. Até à “redescoberta” da urzela nas ilhas, a venda de gado constitui, juntamente com os panos, uma das actividades comerciais mais lucrativas da época. Mas é preciso fazer notar que, no que diz respeito às transacções de maior vulto, estamos perante os tais atravessadores. Daí, a razão pela qual se instala nas ilhas um clima de conflito permanente entre todos os agentes implicados: produtores, atravessadores e homens poderosos. Os portos de Santiago são visitados por inúmeras armadas estrangeiras e todas têm necessidade de refresco para continuar as suas rotas atlânticas. Abastecem-se de carne fresca ou salgada, mas muitas vezes compram gado vivo, nomeadamente vacas. Referindo-se ao assunto, o ouvidor José da Costa Ribeiro, em 1733, dizia que “em certos anos passam

⁵³ Ver António Carreira, *Panaria Cabo-Verdeano-Guineense*, Lisboa, 1983.

⁵⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 8, doc. 101, 18 de Novembro de 1698; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, p. 145.

muitos navios que compram vacas para refresco” e que, já descontadas as despesas, o produto desta venda ascendia a 600 ou 700\$000 réis. Também diz que “os estrangeiros de passagem compram somente cinco ou seis para refresco e somente as vendem as pessoas poderosas que vivem na vila da Praia”⁵⁵.

Repare-se como tudo se alterou na economia das ilhas, tendo como indicador esta escala. Os poderosos digladiavam-se entre si para vender cinco ou seis vacas a cada navio que passava, enquanto antes se transaccionavam centenas de escravos: Na verdade, já não estamos perante mercadores profissionais que conhecem as regras da concorrência e asseguram a continuidade do mercado.

A luta pelo controlo do comércio da venda de gado aos estrangeiros é titânica, provocando sérios desentendimentos entre os homens poderosos da ilha de Santiago. Os exemplos são muitos, mas basta citar o caso do capitão-mor da vila da Praia, João Nunes Castanho, que, em 1719, se amotina e põe em levantamento a dita vila, desafiando a autoridade do governador-geral. Durante quase dois anos esse capitão-mor comandou os destinos da vila da Praia, dando entrada a todos os navios que apareciam e aos quais vendeu 184 vacas, seis cavalos e 40 jumentos, afora os panos de obra, sem pagar direitos ao fisco. Disso se queixava o governador em carta dirigida ao rei, alegando prejuízos na ordem de 1.900\$000 réis, decorrentes do facto de o capitão-mor o ter privado de exercer o direito de exclusividade sobre a venda das vacas e das cavalgadas. Reportando-se a este caso, o provedor da fazenda dizia que só em direitos o capitão-mor terá sonogado 720.000 réis⁵⁶.

Pelos montantes acima referidos, e dentro da escala agora em vigor, pode concluir-se ser o comércio da venda de gado aquele que proporcionava os maiores lucros, justificando plenamente o empenho e paixão colocados na luta pelo seu controlo.

QUADRO 1

Vacas vendidas pela Câmara no porto da Praia

Ano	Quantidade	Preço por cabeça	Rendimento das vacas
1730	90	4\$500	413\$740
1731	59	4\$500	265\$500
1732	58	3\$500	203\$000
1733	54	3\$500	189\$000

Para acabar com o clima de tensão permanente entre as partes interessadas nesse comércio, o ouvidor Costa Ribeiro, no início da década de trinta, propõe uma série de medidas moralizadoras, em carta escrita ao rei:

Acha que deve existir um almoxarife próprio para esta receita, eleito pela câmara e presidindo à eleição o ouvidor; o almoxarife terá de ordenado 10 %, isto é,

⁵⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 78, 20 de Junho de 1732.

⁵⁶ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, pp. 229, 240; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 92, 6 de Abril 1718; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 3, 20 de Março de 1720. Sobre esse assunto ver, neste volume, o capítulo de Iva Cabral, “Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena”.

de cada 10 vacas que vender, uma será para si e as outras 9 para a Fazenda Real. Desta forma, considera que terminariam as habituais desinteligências entre governador, ouvidor, provedor da fazenda e capitão-mor. Informa também que não encontrou o documento que dava aos governadores o privilégio da venda das vacas e pensa que isso nasceu de uma dúvida que existiu entre o capitão-mor da Praia e os magnatas da ilha sobre a venda de vacas a um navio inglês, tendo aquele ido à cidade persuadir o governador a ficar com esse privilégio, por forma a evitar as contendas entre os grandes. Os seus sucessores continuaram depois e daqui nasceu a descompostura do ouvidor Afonso Roiz Bernardo de Sampaio, o distúrbio entre Serafim Teixeira Sarmiento e o capitão-mor João Nunes Castanho, bem como as lutas entre o governador António Vieira e o ouvidor Manuel Carneiro Ramos⁵⁷. O ouvidor Costa Ribeiro diz que também não descobriu a origem do abusivo costume de que todos os que vão matar carne ao açougue darem um lombo de carne ao governador, pelo que ninguém queria matar vacas no açougue, tanto mais que também é costume o almotacé ficar com outro lombo⁵⁸.

O que se pode concluir pelo exposto é que o sector mais lucrativo do comércio externo era controlado pelos governadores, originando resistências e conflitos. Os governadores controlavam completamente o comércio da venda das vacas em Santiago. Mais tarde esse comércio é regido mediante contratos, até passar para o controlo directo da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1757.

Panos da terra

Uma das principais moedas de troca usadas pelos moradores no comércio com a Guiné, desde os primórdios do povoamento, foi o algodão. Inicialmente era exportado em bruto. No século XVI já encontramos referências quanto à utilização dos chamados panos da terra, mas o seu uso generalizado acontece a partir do século XVII. Tudo leva a crer que os mercados da Costa da Guiné passaram a estar mais receptivos aos panos do que ao algodão em bruto, o que explica a especialização que se verifica nas ilhas a partir de meados desse século.

Se é certo que com a invasão de outras mercadorias, introduzidas nos resgates pelos franceses, ingleses e holandeses, o algodão perdera muito da importância que tinha enquanto moeda de troca, não é menos verdade que a relevância dessa matéria-prima é reforçada através dos panos cuja mais-valia lhe é conferida pela mão-de-obra especializada. Transformando-se numa das mercadorias mais apreciadas no comércio de escravos na Costa da Guiné, passam a ser objecto de uma intensa procura, quer por mercadores nacionais quer por estrangeiros. Trata-se de uma moeda-mercadoria que, para além de ter grande valor comercial, adquire também valor estratégico para a Coroa portuguesa. À medida que a importância dos panos da terra se consolida na

⁵⁷ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 78, 20 de Junho de 1732.

⁵⁸ Idem.

Costa da Guiné, assiste-se efectivamente a um cuidado muito especial por parte do poder central, expresso nas frequentes recomendações feitas às autoridades das ilhas, no sentido de não se permitir aos estrangeiros o acesso a essa mercadoria. Em 1686, por exemplo, ordena-se ao governador, Veríssimo de Carvalho, que tenha especial cuidado para que os estrangeiros não possam usar no seu comércio a panaria de Cabo Verde⁵⁹.

É óbvio que dificilmente a governança das ilhas consegue dar seguimento às medidas restritivas pretendidas pelo poder central. Prova disso é o facto de se ter decidido, em 1687, a pena de morte para aqueles que vendessem panos aos estrangeiros⁶⁰. Por esta pena extrema pode ter-se uma noção da importância que essa mercadoria tinha para a Coroa. Convém salientar que na altura já nem havia as chamadas mercadorias defesas, nem tão-pouco penalidades tão graves para crimes de natureza comercial. Porém, aos olhos da Coroa, facultar o acesso de estrangeiros aos panos atingia contornos políticos. Era praticamente atentar contra a presença portuguesa na Costa da Guiné, pois era também com os panos de algodão que os estrangeiros vinham consolidando a sua influência nessa região. Aliás, esta conotação está claramente expressa no alvará em que o rei proíbe tal comércio e prevê a pena de morte para os infractores:

“/.../ tendo consideração a proceder um dos principais danos do Comércio dos Estrangeiros na costa de Cacheu do que tem com eles os meus Vassallos: Hei por bem de proibir que se não possam vender a Estrangeiros os panos e roupa que se fazem nas ilhas de Cabo Verde, e que todos aqueles meus Vassallos, que nas mesmas ilhas e nas Costas de Guiné tiverem este Comércio, ou qualquer outro com Estrangeiros por si, ou por interpostas pessoas incorrerão em pena de morte que esta se execute sendo achados no dito comércio, ou provando-se contra eles tão claramente que se não possa duvidar de Sua culpa admitindo-se para este efeito denúncias ainda que sejam dos cúmplices os quais serão pelo mesmo feito a metade do que importarem as ditas denúncias fazendo-as certas com declaração que os denunciadores ficarão na regra comum de direito sem especialidades de que não serão castigados ainda que não provarem as denúncias e os culpados serão remetidos a este Reino com as culpas para se lhe dar o castigo que parecer Justiça por se considerar a dita culpa a mais prejudicial para a conservação dos meus domínios naquela conquista mando ao meu Governador, e Capitão Geral das Ilhas de Cabo Verde, Ouvidor Geral delas, Capitão Mor da Praça de Cacheu, e mais Ministros da Justiça, a que pertencer cumprão e guardem esta Lei, sem duvida alguma...”⁶¹.

A concorrência a que os portugueses estavam sujeitos na Costa da Guiné era de facto muito forte, com a agravante dela ser feita com uma mercadoria produzida num

⁵⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 73, 26 de Dezembro de 1686.

⁶⁰ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 148-151, 23 de Janeiro de 1687.

⁶¹ Idem.

dos seus domínios ultramarinos. Por isso, a adopção de tal medida drástica justificava-se por razões políticas: “por se considerar a dita culpa a mais prejudicial para a conservação dos meus domínios naquela conquista”. Era grande a aceitação que os panos tinham nos portos de resgate da Costa da Guiné pelo que quem tivesse a exclusividade de seu fornecimento certamente estaria em situação de vantagem face aos demais concorrentes. Era isso que a Coroa pretendia ao tentar intimidar os moradores com a pena de morte, mas sem efeitos práticos a assinalar. No arquipélago, os estrangeiros conseguem adquirir panos sem quaisquer dificuldades. O célebre capitão inglês George Roberts, profundo conhecedor das ilhas, na década de vinte do século XVIII alude a essa demanda de panos (*barafooles*) pelos estrangeiros e no seu relato não se vislumbram quaisquer indícios que eventualmente possam sugerir tratar-se de um comércio ilegal⁶². Na verdade, a despeito de não se ter revogado em nenhum momento a pena de morte, o que transparece é que ninguém no arquipélago parece levar essa proibição muito a sério.

Localmente, a importância dos panos é tal que, nos períodos em que a moeda escasseia, usualmente se recorre a eles para se fazer o pagamento dos chamados filhos da folha. Esta manufatura reveste o carácter de moeda, oficialmente sancionada pelas autoridades, que pagam salários com panos e os introduzem nos pagamentos quotidianos. Esta é uma situação já testemunhada na época imediatamente anterior⁶³ à que estamos a analisar de momento e que continua a verificar-se ao longo do século XVIII. Sempre que o tesouro público tem problemas de liquidez, os panos aparecem como forma de pagamento alternativo. Em 1654, por exemplo, o Conselho Ultramarino informa o monarca que os oficiais da Câmara da Ribeira Grande “tem representado a V. Majestade e tornam a representar o aperto em que cada dia se vêem naquela ilha por falta de moeda corrente, chegando por isso a mandar ao açougue e a praça escritos e panos para se lhes enviar o mantimento quotidiano, e isso mesmo sucede nas mais coisas ordinárias para a vida humana⁶⁴”.

Eram os próprios representantes do poder local que legalizavam esse meio de pagamento. Dez anos mais tarde os oficiais da câmara voltam a focar o problema da falta de moeda e dizem que “chegou a ver-se em tal miséria esta ilha por vezes que se chegou a fazer assento em Câmara por não haver dinheiro na terra para que corresse panos e algodão e com ele se comprasse o que a cada um fosse necessário⁶⁵”.

É evidente que o dinheiro de ouro e prata entrado através do comércio com as Índias de Castela neste período, destinado ao entesouramento, não circulava na vida quotidiana.

⁶² “As Ilhas de Cabo Verde nos anos 1720. Quatro anos de viagens do capitão George Roberts”, tradução e introdução de Désiré Paul Bonnaïffoux em *Ponto & Vírgula, Revista de Intercâmbio Cultural*, Praia, n.º 9, Maio/Junho, 1984, p. 7.

⁶³ Ver capítulo de Maria Manuel Torrá, “Rotas comerciais, Agentes económicos, Meios de pagamento”, *História Geral de Cabo Verde* (coord. Maria Emília Madeira Santos), vol. II, Lisboa, 1995.

⁶⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 22, 27 de Junho de 1654.

⁶⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 138, 25 de Junho de 1663.

O que importa sublinhar é que os panos de algodão têm uma importância vital na economia do arquipélago, durante todo o século XVIII, com uma produção de muitos milhares por ano⁶⁶. Em 1756, o governador Luís Antônio da Cunha de Eça, referindo-se a este comércio, garantia que só na vila da Praia sete ou oito moradores (atravessadores) exportavam anualmente entre 3000 a 4000 panos, acreditando que se esse comércio fosse liberalizado poderiam ser vendidos cerca de 15 000 a 20 000 por ano⁶⁷. A estimativa feita pelo governador parece fiável se entrarmos em linha de conta com todos os portos não controlados. Através dela podemos fazer um juízo aproximado da dimensão que a manufatura de panos atinge no arquipélago e das potencialidades que apresenta. Convém não esquecer também que a produção se estendia às ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão, São Nicolau, Brava, em suma, a todas as ilhas então habitadas.

A importância dos panos é descrita em 1762 pelos oficiais da Câmara da Ribeira Grande da seguinte forma:

"Nos tempos antigos havia nesta ilha muita gente rica e muita quantidade de escravatura sempre os ditos panos tiveram estes preços sem diminuição, em diferença que naquele tempo havia muita abundância de algodão e por consequência de panos /.../ e havendo qualquer falta de algodão, /.../ só bastava haver concurso de muitos navios portugueses a esta ilha para os panos subirem de preço acima destes, porque os ordinários se vendiam a doze tostões a dinheiro e muitas vezes a mil quinhentos e os de bicho a meia moeda e três mil reis e os de agulha de vestir de boca de bicho a dois mil reis a dinheiro. Também se fazem deste género de pano de bicho e boca de bicho os chamados de obra que são tecidos com lã e com retrós de varias cores e sortes e ainda do mesmo algodão que se vendiam de quatro mil reis até doze, e quinze a dinheiro, e as vezes mais conforme a obra de sua manufatura, e eram panos especiais que as senhoras destas ilhas faziam para o seu uso particular, e das suas escravas, de maneira que em Guiné com dois destes referidos panos se comprava uma boa peça de escravo que nesta ilha chamamos lotados e valem a sessenta mil reis"⁶⁸.

Os panos de bicho, de boca de bicho e de obra, aqui referidos, eram os de maior valor comercial, mas para além destes produziam-se nas ilhas uma série de outros, destacando-se o chamado pano ordinário⁶⁹.

À falta de outros elementos de estatística, com base nos números fornecidos pela alfândega de Santiago e respeitantes aos anos de 1758, 1759 e 1760, apresentamos os quadros referentes aos direitos tributados sobre panos entrados (vindos de outras ilhas) e saídos (para a Costa da Guiné).

⁶⁶ Ver António Carreira, *Panaria Cabo-Verdeano-Guineense*, Lisboa, 1983.

⁶⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 6, 24 de Janeiro de 1756.

⁶⁸ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AIR, L.º 19, fls. 50 v.-57, 3 de Fevereiro de 1762.

⁶⁹ Para mais pormenores ver António Carreira, *Panaria Cabo-Verdeano-Guineense*, Lisboa, 1983, pp. 99-129.

QUADRO 2

Relação das receitas da alfândega sobre panos: Ano de 1758

Navio	Capitão	Origem	Destino	Panos entrados	Panos saídos	Direitos
	José dos Santos	(Santiago)	Cacheu		500 panos	23.700
D. José	José Ferreira de Azevedo	(Santiago)	Bissau		720 panos	34.845
S. Tomé	Antônio Pereira da Neves	(Santiago)			1070 panos	53.085
		Ilha do Fogo		137 panos		8.220
		Ilha do Fogo		5 panos e 1ª colcha		0.360
		Ilha do Fogo		102 panos		6.120
		São Nicolau		177 panos		10.620
Total				421 panos e 1ª colcha	2290 panos	136.950

Em 1758, a alfândega de Santiago recebeu 136.950 réis de direitos, resultantes da tributação de panos.

QUADRO 3

Relação das receitas da alfândega sobre panos: Ano de 1759

Navio	Capitão	Origem	Destino	Panos entrados	Panos saídos	Direitos
S. Tomé	Antônio Pereira das Neves	Ilha do Fogo, S. Nicolau, Santo Antão, Boa Vista, Maio e Brava		(panos?)		670.633
S. José	Jerônimo Gonçalves	(Santiago)	Cacheu		1551 panos	67.410
S. José	Jerônimo Gonçalves	(Santiago)	Cacheu		110 panos	3.570
Companhia		Ilha do Fogo		736 panos		44.160
Companhia		Ilha de Santo Antão		343 panos		19.905
Companhia		Ilha do Fogo		1176 panos		70.560
	Máximo Gomes	Ilha do Fogo		(panos?)		25.600
Total				2255	1661 panos	901.836

No ano de 1759, a alfândega de Santiago recebeu 901.836 réis de direitos, resultantes da tributação de panos.

QUADRO 4

Relação das receitas da alfândega sobre panos: Ano de 1760

Navio	Capitão	Origem	Destino	Panos entrados	Panos saídos	Direitos
S. Pedro	José de Oliveira Bulhão	(Santiago)	Cacheu		1350 panos	67.175
S. Pedro	José de Oliveira Bulhão	?		3 colchas de algodão		0.180
S. José		(Santiago)	Cacheu		100 panos	3.000
S. Sebastião	José da Silva Costa	(Santiago)	Bissau		970 panos	42.960
Companhia		Fogo		788 panos		46.770
S. Tomé	António Pereira das Neves	(Santiago)	Cacheu		207 panos	9.975
S. José	Gaspar dos Reis		Bissau		765 panos	38.775
Total				1758 panos mais 3 colchas	2422 panos	208.835

No ano de 1760, a alfândega de Santiago recebeu 208.835 réis de direitos, resultantes da tributação de panos.

Importa salientar que os números aqui fornecidos dizem respeito ao que é legalmente declarado na alfândega de Santiago, o que não espelha a realidade vivida em todo o arquipélago. Há que ter em conta que os panos são fabricados em quase todas as outras ilhas e que as vendas directas aos estrangeiros não são, por razões óbvias, declaradas na alfândega. Aliás, o governador há pouco citado de certo modo vem confirmar o que acabamos de dizer, ao recomendar ao capitão-mor da vila da Praia especial cuidado com os navios ingleses que só frequentavam o porto com o único objectivo de comprar panos, completando os carregamentos nas ilhas do Barlavento onde o povo os vendia publicamente. A grande percentagem dos panos vendidos das outras ilhas para Santiago e tributados nesta alfândega deixa adivinhar quão grande era a produção do arquipélago na sua totalidade. Durante a permanência da Companhia do Grão-Pará e Maranhão no arquipélago (1758-1778) a sua administração draconiana faz subir a exportação de panos. Enquanto a média anual no período compreendido entre 1758-60⁷⁰ é de 2124 panos, de 1766 a 1776 regista-se um aumento da média para 8635⁷¹. Isto demonstra claramente as capacidades da produção manufatureira de panos de algodão nas ilhas e o volume do contrabando que só decresce em épocas de controlo muito apertado.

⁷⁰ Ver quadros 2, 3, e 4.

⁷¹ António Carreira, *As Companhias Pombalinas...*, Ed. Presença, Porto, 1983, pp. 210-211.

A urzela

Um dos outros géneros, cuja importância merece ser destacada, é a urzela. Conhecida nas ilhas desde os primórdios do povoamento, a urzela teve no entanto uma exploração muito irregular até ao século XVIII, apesar do seu alto valor comercial. Durante cerca de dois séculos, reina um silêncio absoluto sobre a existência deste líquen. Na verdade, desde o último contrato celebrado em 1527⁷² não se regista qualquer notícia a seu respeito até à década de vinte do século XVIII. Daí para a frente, redescobre-se a urzela em todas as ilhas do arquipélago e, repentinamente, este transforma-se num autêntico eldorado, provocando movimentações comerciais inusitadas por parte dos agentes económicos, tanto nacionais como estrangeiros. A corrida seria despoletada pelos ingleses, interessados nesta planta tintureira para a sua indústria têxtil.

As primeiras informações referentes à existência da erva urzela nas ilhas começam a chegar ao conhecimento das autoridades locais e do poder central por volta de 1730. O ex-capitão-mor de Cacheu, Manuel Lopes Lobo, informa que, nas ilhas de S. Nicolau, S. Vicente e Brava, havia uma erva a que os moradores chamavam urzela, e da qual os ingleses procuravam controlar a exploração⁷³.

Um certo António Rodrigues da Costa acrescentava ainda outros pormenores, informando que: "nas ilhas há uma erva a que chamam urzela da qual os naturais não fazem caso e se dá pelo campo, e a troco de 100 ou 120 réis apanham um saco cada um e dão aos ingleses que depois vendem por duas libras esterlinas cada libra de urzela que tem muito préstimo para tintas"⁷⁴.

Deve salientar-se que uma libra de peso equivale a cerca de 450 gramas. Mas verifica-se que as autoridades estavam ainda na ignorância do negócio que, efectivamente, os ingleses já faziam com a planta tintureira.

A informação prestada pelo ouvidor Costa Ribeiro, também em 1730, é um pouco mais completa: "todas as ilhas do barlavento povoadas e desertas produzem urzela, uma erva branca e curta e com pouca humidade, semelhante ao musgo; nasce sobretudo nos rochedos junto ao mar. Os ingleses beneficiaram deste produto durante 6 ou 7 meses, bem como fizeram salinas sem nada pagarem, mais do que um jornal de 100 réis por cada surrão ou saca de peso de uma arroba aos pobres moradores que com tanto risco a vão colher"⁷⁵. Avançando o ouvidor diz que "os feitores, por ignorância do valor da urzela, apenas cobravam direitos de 5 %, que eram 200 réis por quintal, estimando seu valor em 4.000 reis o quintal". Os montantes aqui referidos realmente vêm confirmar a profunda ignorância que grassava em relação ao valor da urzela. Um quintal (cerca de 60 kg) vendido a 4\$000 réis é manifestamente baixo, sobretudo se tivermos em conta os elevados riscos que o seu apanho acarreta. Basta

⁷² António Carreira, *Estudos de Economia Caboverdeana*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982, p. 17.

⁷³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 20, 7 de Novembro de 1730.

⁷⁴ Idem. O nome de António Rodrigues da Costa aparece referido na lista dos oficiais dos portos de Santiago como sendo capitão do porto de Rincão. Repare-se que este é um dos chamados portos "extraviados" da ilha, onde o comércio ilícito com os estrangeiros era muito activo. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730. Ver quadro 9.

⁷⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 43, 24 de Abril de 1731.

dizer que os senhores não envolviam os escravos nesta actividade por receio de os perder. Era um trabalho a que se dedicavam os homens livres pobres como forma de conseguir algum dinheiro para o seu sustento. No período da Companhia do Grão-Pará, o preço da urzela situa-se à volta de 3\$000 réis a arroba (15 kg), pelo que se conclui que, nos primeiros anos, a urzela era vendida praticamente a um quarto do seu real valor.

O governador Francisco de Oliveira Grans, que em 1732 estava mais bem informado sobre os movimentos dos ingleses, afirma ter sido avisado que um inglês muito conhecido, o capitão George Roberts, a extraía das ilhas de S. Nicolau, S. Vicente e Santa Luzia há cinco ou sete anos. Diz também que em Santiago não se sabia que tal erva existia e que ele só teve conhecimento disso no ano anterior, quando o próprio capitão inglês carregou em Santiago três embarcações pequenas⁷⁶.

O interesse suscitado pela urzela e o seu grande valor comercial levam a que de imediato se pense na melhor forma de garantir uma boa arrecadação de receitas. Assim, surgem os primeiros contratos de arrendamento, celebrados entre as autoridades locais e investidores particulares. A iniciativa parte do capitão-mor de Santo Antão, Cláudio Roquete da Silva, que, já em 1731, assina com um castelhano chamado João Baptista Sevillon um contrato de exploração da urzela em todas as ilhas do Barlavento, por um período de um ano, mediante o pagamento de 400\$000 réis⁷⁷. Trata-se de um contrato, porém, cheio de irregularidades e dado que o capitão não tinha competência legal para o fazer, as autoridades de Santiago decidiram anulá-lo. Resolve-se então pôr em praça pública um novo arrendamento das cinco ilhas do Barlavento por um período de seis meses, tendo o mesmo castelhano conseguido arrematá-lo pelo valor de 260\$000 réis⁷⁸.

O que se verifica por estes contratos é que, embora a urzela fosse sem dúvida um bom negócio para o intermediário que a levava para as manufacturas europeias, poucos eram ainda os concorrentes, deixando os preços na produção extremamente baixos. Ainda assim, atendendo à crise do comércio externo e, em especial, a fuga ao fisco, os benefícios da urzela já em 1732 se fazem sentir nos cofres do erário público. Neste ano, por exemplo, o ouvidor José da Costa Ribeiro informava que os rendimentos eram melhores, sobretudo devido à renda da urzela⁷⁹.

Porém, face a enorme procura desencadeada pelos ingleses, a Coroa sem meios para fazer uma fiscalização adequada, em 1733 resolve cautelosamente proibir o apanho desse género pelos "insulanos" e a sua venda aos estrangeiros⁸⁰. O interesse dos ingleses pela urzela era tal que pagavam os direitos em dinheiro (200 réis por quintal), o que raramente faziam. Se fosse em géneros pagavam o dobro⁸¹.

⁷⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 65, 6 de Abril de 1732.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 105, 10 de Outubro de 1732.

⁸⁰ Alvará de 15 de Maio de 1733. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 50, 18 de Dezembro de 1738.

⁸¹ Carta do governador Francisco de Oliveira Grans ao rei, datada de 5 de Maio de 1731. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 65, 6 de Abril de 1732.

Suspeitava-se que a maior parte da urzela vendida em Londres era proveniente do arquipélago de Cabo Verde e, visto que a exploração deste género se mostrava bastante promissora, a Coroa sentiu necessidade de intervir. Com a dita proibição ela contava ter mais tempo para avaliar melhor as potencialidades do negócio.

Do arquipélago, as autoridades locais informavam, porém, que era completamente impossível fazer cumprir tal proibição e que seria muito mais vantajoso para a Fazenda Real permitir a venda, cobrando neste caso direitos aos ingleses⁸².

O contrabando da urzela parece constituir também crime passível de ser punido com pena de morte, como se infere de uma carta do ouvidor Costa Ribeiro ao rei: diz que os moradores de Santiago, que classifica de piores que os “gentios de Guiné”, colhem e vendem continuamente urzela aos ingleses, “ainda que vendo enforcar todos os dias os delinquentes”⁸³.

A ideia de liberalização do comércio da urzela, sugerida pelas autoridades das ilhas, não teve qualquer eco junto do poder central e a solução adoptada seria, uma vez mais, os contratos de arrendamento.

Do primeiro contrato celebrado com Sevillon até ao aparecimento da Companhia do Grão-Pará são assinados vários outros de que destacamos os seguintes⁸⁴:

QUADRO 5

Contratos de arrendamento da urzela

Nome do arrendatário	Ano	Duração	Valor
João Batista Sevillon	1731	6 meses	260\$000
João Enes Ingleses	1733	3 anos	865\$000
Filipe Balesty & C ^o	1740	6 anos	4.000\$000
José Gomes da Silva ⁸⁵	1750	3 anos	9.200\$000

No essencial, esses contratos prevêem que os contratadores possam mandar extrair a urzela em todas as ilhas do arquipélago desde que não o façam em terras pertencentes a algum proprietário⁸⁶.

Tributação, contrabando e os interlocutores estrangeiros

No período em que a economia do arquipélago assentava fundamentalmente no tráfico de escravos, o pequeno comércio desenvolvido entre a população e as tripulações constituía uma actividade paralela que nunca mereceu especial atenção, nem por parte das autoridades locais nem do poder central. Era o chamado refresco. O interesse incidia sobre as mercadorias provenientes da Costa da Guiné, fonte de

⁸² AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 18, doc. 42, ant. 30 de Janeiro de 1742.

⁸³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 18, doc. 12, 25 de Maio de 1740.

⁸⁴ António Carreira, *Estudos de Economia Caboverdeana*, Lisboa, 1982, pp. 17-18.

⁸⁵ Idem. Este contrato compreende os arquipélagos de Cabo Verde, Madeira e Açores.

⁸⁶ Sobre este assunto ver: António Carreira, *Estudos de Economia Caboverdeana*, Lisboa, 1982; António Carreira, *As Companhias Pombalinas...*, Porto, 1983; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899.

receitas consideráveis para o erário público. Neste aspecto, não se poupavam esforços no sentido de garantir uma boa arrecadação dos direitos devidos à Fazenda Real. Para o efeito, o Estado dispunha de um aparelho fiscal que lhe permitia exercer um controlo eficiente sobre esse comércio. Sem ignorarmos as frequentes irregularidades cometidas por alguns funcionários, pode-se dizer que se tratava de um aparelho bem montado e com um significativo grau de eficácia.

Com a crise instalada no sector do comércio de escravos, o interesse do poder central pelo arquipélago passa a ser muito periférico, e assiste-se à consequente desadequação do aparelho fiscal, todo ele montado quase exclusivamente em função do referido tráfico.

As mudanças ocorridas no comércio local são porém profundas e não só apanham a Fazenda Real desprevenida, mas também a deixam sem capacidade de resposta adequada. Por isso, as medidas adoptadas pelo poder central, visando acompanhar o processo, pecam, ou por serem tardias ou desajustadas ou, simplesmente, por serem inexequíveis perante a capacidade de fuga ao fisco dos agentes económicos.

Medidas fiscais para o controlo do comércio miúdo

Tendo mudado a matéria colectável e dispersado os locais de cobrança, a grande dificuldade consiste em adaptar a administração fiscal à evolução do comércio informal. O movimento nos portos é intenso bem como a actividade comercial, mas a Coroa não colhe dividendos nenhuns desse comércio, porque as mercadorias usadas nas transacções, de um modo geral, não passam pela alfândega. É uma actividade de controlo que se encontra por legislar e organizar. Os regimentos da alfândega, por vezes, não são encontrados ou são mal interpretados pelos provedores. Outras vezes tenta-se tributar por analogia com o que se verificava na alfândega da Madeira ou dos Açores, transplantando procedimentos que pouco têm a ver com a realidade local. A dificuldade é tanto maior quanto tradicionalmente se sabe que os géneros procedentes da produção interna por norma não eram tributados, quando vendidos aos navios que nas ilhas aportavam. Sobre os produtos comprados também não recaíam quaisquer impostos. Deve dizer-se, no entanto, que a isenção do pagamento de impostos alfandegários é mais um direito confirmado pelo uso e costume do que decorrente de qualquer legislação específica. As grandes receitas arrecadadas com o lucrativo comércio da Guiné permitiam o desinteresse da fiscalidade sobre esse pequeno comércio e, aos poucos, o não pagamento de direitos vai-se transformando em uso e costume, difícil de erradicar. A agravar o quadro, é de referir a falta de preparação por parte dos responsáveis da fazenda, acompanhada, por vezes, de um défice de zelo, porque em muitos casos também se encontram envolvidos neste comércio. Porém, à medida que o erário público principia a ressentir-se com a falta de liquidez, devido ao declínio do tráfico, o aparelho fiscal começa a procurar fontes de receitas alternativas e a preocupar-se mais com o comércio miúdo. A inexistência de legislação específica para regulamentar este sector leva a que, na segunda metade do século XVII, a situação fiscal se caracterize por uma certa anarquia.

No século XVIII, sobretudo a partir da segunda década, as medidas tendentes a regulamentar o comércio informal tornam-se, porém, mais consistentes. Esta é uma

situação a que não será alheio o facto de começar a surgir nas ilhas um tipo de provedor da fazenda (cargo desempenhado pelo ouvidor-geral) com uma maior preparação técnica para se desenvencilhar no confuso mundo dos regimentos da alfândega e dos usos e costumes. A administração fiscal ganha de facto em termos de consistência e de eficiência, mas isto não se traduz em resultados práticos muito visíveis nem duradouros no que diz respeito ao combate à fuga fiscal. Consegue-se cobrar alguns direitos com o despacho de uma ou outra mercadoria que entra ou sai dos portos das ilhas, mas isto não é feito de forma sistemática.

A dificuldade maior consiste em fazer cumprir o estipulado nos regimentos, porque estes colidem frontalmente com o direito consuetudinário que longos anos de permissividade fiscal consolidou. A contradição entre o uso e costume e os regimentos da alfândega passa a ser então a principal fonte de desentendimento entre a administração fiscal e os agentes ligados ao comércio. A situação económica difícil força a que todos procurem aproveitar-se das oportunidades de negócio que lhes surgem. E se puderem eximir-se ao pagamento de direitos sobre os géneros comprados ou vendidos tanto melhor. Para isso, alegam usos e costumes antigos que os isentam de pagamento de direitos sobre os produtos que transaccionam. Nem mesmo os estrangeiros que aportam às ilhas para se abastecer pagam direitos, também pelas mesmas razões.

Em 1685, por exemplo, a câmara, o bispo e o ouvidor reclamavam contra o facto de o provedor da fazenda, João Freire de Andrade, pretender cobrar direitos sobre as mercadorias que fossem conduzidas para fora de Santiago, porque nunca se pagava direitos do que se comprava e se vendia aos estrangeiros que aportavam às ilhas para se abastecer⁸⁷. Nesta altura não havia regimento da alfândega, pelo que o provedor optou por aplicar por analogia os capítulos 3º e 17º do foral da ilha da Madeira⁸⁸.

Em 1683, já se tinha mandado elaborar um regimento para a alfândega⁸⁹ da ilha de Santiago, mas só passaria a ser praticado, e mal, em 1689⁹⁰. Portanto, só a partir da data acima citada é que as ilhas passam a dispor de um regimento, o que porém não significa que a actividade comercial passe a decorrer dentro da legalidade, com a implementação das medidas nele contidas. Na década de vinte, a situação ainda permanecia inalterável, persistindo o uso e costume de não se pagar direitos, como se de um porto franco se tratasse. Em 1724, por exemplo, o provedor da fazenda, Bravo Botelho, perguntou ao almoxarife da vila da Praia quanto rendia o almoxarifado. Este respondeu-lhe que não rendia “nada porque os navios portugueses e estrangeiros não pagavam direitos e não há memória de nenhum provedor da fazenda os ter procurado pôr em arrecadação”⁹¹.

Como se pode ver, a prática de não se pagar direitos de entrada e saída era algo que já nem havia memória.

⁸⁷ Requerimento dos cidadãos e mais povo aos oficiais do Senado da Câmara da Ribeira Grande datado de 7 Junho de 1685. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 49, 2 de Abril de 1686.

⁸⁸ Carta de João Freire de Andrade, provedor da fazenda da ilha de Santiago, datada de 8 de Abril de 1686. *Idem*.

⁸⁹ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, pp.75-76.

⁹⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 108, 4 de Agosto de 1689.

⁹¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 77, 27 de Julho de 1724.

No entanto, o abastecimento dos navios (o refresco) era uma actividade que se encontrava bem definida no regimento da alfândega, como concluiu o ouvidor Bravo Botelho após uma minuciosa leitura do documento, no sentido de tentar descobrir algum pressuposto legal sobre o qual esta prática se assentava. Com efeito, não encontrou nada. Também no livro de registo das ordens régias não havia determinação alguma que isentasse do pagamento de direitos os moradores e os tripulantes dos navios com quem comerciavam. O que descobriu no regimento da alfândega, no título 4º, respeitante ao comércio, foi que todos os que vendessem refrescos aos estrangeiros deviam pagar a dízima e redízima, que se avaliaria não pelo preço da terra, mas sim pelo valor da venda. Só as galinhas e frutas é que estavam isentas do pagamento de direitos⁹².

É óbvio que a aplicação à letra do estipulado no tal título 4º do regimento tinha poucas probabilidades de ser bem sucedida. Tratava-se de uma questão extremamente delicada e arriscada, porquanto mexia com os interesses de poderosos agentes económicos e outras destacadas figuras da governança local, nomeadamente do governador. Aliás, não deve ter sido por acaso que os ouvidores anteriores terão deixado a situação arrastar-se tanto. O regimento da alfândega já existia, pelo que acreditamos que terá havido da parte dos provedores da fazenda um défice de empenho provocado ou pelo facto da permissividade fiscal beneficiar a todos ou por simples receio de entrar em choque com esses poderosos. Inclina-mo-nos pela ideia de que a conjugação desses dois factores tenha sido decisiva.

A cobrança de direitos sobre os géneros era impopular e a sua aplicação requeria uma articulação entre os diversos poderes locais (governador, ouvidor/provedor, bispo e câmara), o que, porém, não acontecia. Pelo contrário, o relacionamento entre eles pautava-se por aberta hostilidade e, no caso dos governadores e ouvidores, a luta era então, por vezes, literalmente de morte. Não se trata de metáfora⁹³. E se tivermos em conta que os governadores tinham também, por uso e costume, o exclusivo da venda de vacas e cavalgadas a estrangeiros, não podendo ninguém antecipar-se-lhes em tal negócio, chegaremos à conclusão que os provedores tinham uma missão odiosa a cumprir. Como apurou o ouvidor Bravo Botelho, os privilégios reclamados pelos governadores não tinham qualquer sustentação legal, pelo que da venda dos cavalos e vacas também deviam pagar a dízima e a redízima⁹⁴.

⁹² Idem. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 78, 29 de Julho de 1724.

⁹³ Segundo o ouvidor Inocêncio Álvares da Silva, numa carta datada de 25 de Abril de 1748, "vários ouvidores passados largaram o lugar, fugindo da terra por dissensões", foram presos ou assassinados: em 1700, Manuel de Azevedo Soares sem ter servido dois anos completos foi remetido para o Reino; Em 1705, Afonso Rodrigues Bernardes de Sampaio, de quem o governador Gonçalo Lemos era inimigo capital, fugiu "ignominiosamente largando a vara"; Em 1710, Xavier Lopes Vilela teve de permanecer alguns anos em Santiago "para mostrar a sua inocência"; Brás Brandão de Sousa, "não podendo suportar as perseguições que lhe fazião largou o lugar e se foi para o reino (1718)"; Manuel Carneiro Ramos, em 1720, foi "de tal modo perseguido pelo governador António Vieira que o prendeu em ferros no presídio, aonde padeceu fome, nudez, misérias" e depois o remeteu para o Reino; Em 1727, Sebastião Bravo Botelho foi assassinado; Em 1728, José da Costa Ribeiro "sofreu taes cousas ao governador Bento Gomes que só ele as pode explicar"; António Pinheiro faleceu seis meses (1640) depois de ter chegado "se he que com veneno lha não derão como muitos afirmão." AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 21, doc. 17, 28 de Setembro de 1746.

⁹⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 77, 27 de Julho de 1724, e AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 78, 29 de Julho de 1724.

Apesar de todos os condicionalismos apontados e dos riscos que corria ao mexer com os altos interesses económicos dos poderosos da ilha de Santiago e do próprio governador, o citado ouvidor pugnou por aplicar o estipulado no regimento da alfândega. O zelo colocado na tentativa de pôr cobro às anomalias que grassavam no comércio terá sido certamente um dos motivos que conduziu ao seu assassinato em 1728⁹⁵.

Mau grado o sucedido, importa referir que a sua determinação trouxe alguma ordem à administração fiscal, porque a partir do seu mandato nota-se que nos livros de receitas e despesas do almoxarifado é acusada a cobrança de direitos de entrada e saída sobre algumas mercadorias transaccionadas, o que até então não acontecia. Aliás, não deixa de ser elucidativo o facto de o primeiro livro de contas do almoxarifado que encontramos neste período ser referente aos anos de 1728 a 1732⁹⁶.

QUADRO 6

Receitas do almoxarifado da vila da Praia de Agosto a Dezembro de 1728

Nacionalidade/ou nome do navio	Origem	Destino	Mercadorias importadas	Mercadorias exportadas	Direitos
	Ilha do Fogo		(Panos?)		13\$510
Francês					73\$300
Inglês				(Refrescos?)	9\$080
Francês				(Refrescos?)	1\$300
Francês			(Panos?)		40\$080
Total					137\$270

QUADRO 7

Receitas do almoxarifado da vila da Praia de Agosto a Dezembro de 1729

Nacionalidade/ou nome do navio	Origem	Destino	Mercadorias importadas	Mercadorias exportadas	Direitos
Português		Cacheu		(Panos?)	128\$330
Francês				(Panos?)	34\$900
Inglês				Refrescos	2\$000
Português		Cacheu		(Panos?)	70\$594
Português	Cacheu		(Escravos?)		1.427\$062
Inglês			Cera		17\$250
Francês			(Escravos?)	(Panos?)	70\$270
	Ilha do Fogo			(Panos?)	15\$960
	Ilha de Santiago		Dízimos do ano de 1728		508\$320
Total					2.273\$688

⁹⁵ Sebastião Bravo Botelho, "summa infelicidade dos Ministros", depois de cinco anos de serviço foi assassinado (1728) alegadamente a mando do governador Francisco Manuel da Nóbrega e "feito em quartos o levarão em hum couro de boy para a Misericórdia". AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 21, doc. 17, 28 de Setembro de 1746. Ver também sobre este caso AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, docs. 69, 70, c. de 1728; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 8, 30 de Maio de 1728; António Carreira, "Conflitos Sociais em Cabo Verde no século XVIII", *Revista de História Económica e Social*, n.º 16, Lisboa, 1985, e capítulo de Iva Cabral neste volume, "Política e Sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena".

⁹⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 12A, 31 de Julho de 1728 a 19 de Novembro de 1735.

QUADRO 8

Receitas do almoxarifado da vila da Praia de Agosto a Dezembro de 1730

Nacionalidade/ou nome do navio	Origem	Destino	Mercadorias importadas	Mercadorias exportadas	Direitos
Português				(Panos?)	33\$460
Português				(Panos?)	23\$360
Português		Cacheu		(Panos?)	27\$000
Francês				Couros	24\$160
Português		Costa da Guiné?		(Panos?)	139\$450
Português	Cacheu		(Escravos?)		44\$755
	Ilha de Santo Antão		(Panos?) "Direitos de quarto que pagarão as fazendas que vierão da ilha de S. Antão"		54\$148
Francês				Couros	77\$030
Inglês	Gâmbia		(Escravos?)		82\$113½
	Ilha do Fogo		(Panos?)		8\$950
Inglês				Refrescos?	19\$620
Inglês	Gâmbia			Refrescos?	55\$506
Português				Refrescos?	27\$300
Português		Cacheu	(Escravos?)	Refrescos?	66\$730
Inglês		Barbados		Porcos	26\$025
	Ilha do Fogo				\$600
Inglese				Refrescos comprados na vila da Praia	72\$205
	Ilha de São Nicolau		"Rendimentos direitos e mais coisas"		226\$695
	Ilha de Santiago		Importância dos dízimos da terra do ano de 1729		392\$670
	Ilha de Santiago e ilhas do Barlavento		Dízimos do ano de 1730		427\$142
Total					1.828\$919½

QUADRO 9

Receitas do almoxarifado da vila da Praia de Agosto a Dezembro de 1731

Nacionalidade/ou nome do navio	Origem	Destino	Mercadorias importadas	Mercadorias exportadas	Direitos
Português					87\$700
Português		Cacheu		(Panos?)	31\$057
Francês				Couros e peles	56\$355
Português	Cacheu		(Escravos?)		73\$206
Francês				(Panos?)	26\$000
Português	Guiné		(Escravos?)		966\$910
Inglês				Couros e peles	15\$180
Português		Cacheu		(Panos?)	40\$661
Português		Cacheu		(Panos?)	48\$740
	Ilha de São Nicolau		Rendimento "do pelame como das fazendas de direitos"		481\$264
	Ilha da Boa Vista		Direitos		434\$755
	Ilha Brava		Direitos que se cobraram		101\$000
	Ilha do Maio		Direitos do sal		19\$980
	Ilha da Boa Vista		Manteiga		18\$900
	Ilha de S. Vicente			Urzela	52\$000
				Refrescos vendidos na vila da Praia	312\$740
Total					3427\$448

A avaliar pelos números fornecidos nos quadros pode dizer-se que houve mudanças significativas na arrecadação de direitos relativamente à situação antes descrita por diversas autoridades locais. Isto vem demonstrar que o empenho do malogrado ouvidor podia ser posto em prática. Verifica-se que os estrangeiros (ingleses e franceses) já começam a pagar direitos de entrada e saída, que já se cobra direitos sobre o sal da ilha do Maio, que se cobra direitos sobre o refresco na vila da Praia, em suma, que o aparelho fiscal começa a ficar mais actuante, funcionando com um mínimo de eficácia. A escrita contabilística é ainda incipiente, mas podemos verificar as comunicações marítimas e comerciais interilhas, algumas ligações directas entre Cabo Verde e a Costa da Guiné, cujos carregamentos se pode supor que são escravos importados e panos exportados.

É óbvio que os números apresentados estão longe de traduzir o universo do movimento comercial que se desenvolve em todo o arquipélago, na medida em que dizem respeito ao que é legalmente declarado. De qualquer modo o que isso significa é que havendo meios para garantir uma melhor cobrança dos direitos, as receitas aumentariam consideravelmente, porquanto uma parte significativa do intenso comércio que se faz nas ilhas escapa ao fisco.

As melhorias verificadas na cobrança fiscal são apenas significativas na ilha de Santiago e na do Fogo. Segundo o ouvidor Costa Ribeiro, em 1731, todas as outras ilhas do arquipélago nunca tinham apresentado rendimentos de direitos e despacho de navios e que só a partir do momento em que começou a servir o cargo é que se passou a tratar da sua arrecadação⁹⁷. Em 1732, o governador Francisco de Oliveira Grans alude também ao facto, dizendo que “em nenhuma daquelas ilhas se pagam direitos reais; as rendas que o rei aí obtém provêm dos gados que nelas há da fazenda real, nomeadamente cabras de que se tiram as peles e algumas vacas, jumentos e cavalos”⁹⁸. Por isso, tinha mandado ordens a todas no sentido de se passar a cobrar direitos aos navios estrangeiros, o que ficou estipulado em 5 % de entrada e saída, à excepção dos mantimentos. Caso os estrangeiros se recusassem a pagar os direitos, os feitores tinham instruções para não lhes permitir o negócio⁹⁹.

A questão da arrecadação de direitos aduaneiros nas outras ilhas do arquipélago não era fácil de resolver, porquanto a administração régia, recentemente instalada, não dispunha de meios suficientes para fazer um controlo mais apertado sobre cobrança fiscal¹⁰⁰. De resto, os meios disponíveis mal davam para cobrir a própria ilha de Santiago. Em virtude disto, o comércio livre com os estrangeiros enraiza-se profundamente em todas as ilhas povoadas do arquipélago, assumindo proporções tais que tornam praticamente infrutíferas as iniciativas tendentes à sua regularização. O pagamento de direitos é algo que não agrada, nem aos habitantes nem aos estrangeiros. Há uma forte dependência da população dessas ilhas em relação aos estrangeiros que lhes fornecem os géneros essenciais para a sua subsistência e temem que a tributação possa afugentar a navegação. Este constitui o motivo principal das fortes reticências que se manifestam quanto à cobrança de direitos aos estrangeiros. Os navios portugueses quase não tocavam nessas ilhas, as comunicações com a ilha de Santiago eram esporádicas, pelo que os moradores dependiam fundamentalmente do comércio com os estrangeiros. No Maio, segundo informações de várias personalidades que visitaram a ilha, em anos de chuvas regulares podia-se produzir muito milho, feijão, abóboras e batatas, mas os moradores pouco cuidavam disso “por comprarem os mantimentos aos estrangeiros”¹⁰¹.

Na verdade, a administração fiscal tinha dificuldades acrescidas, na tentativa de regulamentação da actividade comercial nas então designadas “ilhas adjacentes”. Nestas, a proibição de comércio com os estrangeiros que em certos momentos vigora e as medidas visando a cobrança de direitos, quando lhes é permitido o negócio, quase não têm efeito.

Estava assim autonomamente estabelecida uma escala com tantas estações de abastecimento quantas as ilhas habitadas e produtivas que funcionavam sem o controlo da Fazenda Real. Todo o arquipélago era uma grande escala internacional. Toda

⁹⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 29, 30 de Abril de 1731.

⁹⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 65, 6 de Abril de 1732.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Sobre o tema da administração ver, neste volume, o capítulo de Zelinda Cohen, “A administração de Cabo Verde pós União Ibérica: continuidade e rupturas”.

¹⁰¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 93, 18 de Maio de 1718.

a actividade estava de novo direccionada para o comércio externo como no tempo do grande entreposto escravagista.

Panos de algodão, vacas, cavalos, burros, couros e urzela são vendidos aos estrangeiros à revelia de todas as proibições ou restrições existentes. Para lá do porto da vila da Praia, da Ribeira Grande e de São Filipe, o que existe é o mundo do contrabando. Aliás, importa referir que o contrabando é um fenómeno com que todas as potências coloniais se deparam nas suas possessões ultramarinas¹⁰². Todas elas procuram defender a exclusividade comercial nos espaços sob a sua esfera de influência, impondo restrições ao livre comércio. Consequentemente, o contrabando surge como reacção a tal política, dado que os encargos com a venda ou aquisição de produtos através das vias legais são muito pesados, onerando sobremaneira as transacções.

O contrabando: “portos extraviados”, ingleses, franceses e holandeses

Tentar impedir ou pelo menos conter o contrabando é uma das mais árduas tarefas que as autoridades fiscais encontram nas ilhas. Quando experimentam organizar e disciplinar os mercados que espontaneamente se formam nas praias, assim que os barcos aportam à Praia ou à Ribeira Grande, a preocupação não é apenas no sentido de acautelar os frequentes incidentes que esses ajuntamentos provocam. O principal objectivo, subjacente a essa iniciativa, é evitar o contrabando. Ao se determinar que as transacções só possam ter lugar em locais previamente estabelecidos, ao se proibir que as mercadorias não possam ser embarcadas ou desembarcadas senão de dia, o que se pretende é garantir uma melhor forma de arrecadar os direitos devidos à alfândega, e combater o contrabando que ocorre nos chamados portos “extraviados” ou “excusados”. Essas iniciativas começam a surgir logo no início do século XVIII, mas o facto de o governador Saldanha Lobo insistir nelas, ainda em 1770¹⁰³, vem demonstrar que a situação não se alterou muito.

Proíbe também o contrabando, mas tudo leva a crer que o problema persiste ainda por muito tempo.

Se, em relação a Santiago, a questão do contrabando estava longe de ser resolvida, que dizer das outras ilhas? Nestas pode afirmar-se que o contrabando transforma-se na actividade comercial por excelência. Em primeiro lugar, porque o comércio é feito quase exclusivamente com os ingleses, franceses e holandeses, o que nem sempre é legal; em segundo, porque, quando não o é, imperam restrições sobre a venda de determinados géneros, o que também não é cumprido; por último, porque não se pagam os direitos legalmente estipulados.

A concorrência é algo que preocupa todas as potências envolvidas no comércio marítimo e, por conseguinte, qualquer uma delas tenta accionar os mecanismos de defesa que lhe permitam acautelar melhor os seus interesses comerciais. Isto é feito

¹⁰² Philippe Haudrère, *O Grande Comércio Marítimo do Século XVIII. Os Europeus e o Espaço Marítimo*, Lisboa, Europa-América, 2000.

¹⁰³ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandas e Editais publicados na Ilha de Santiago*, 035/AIR, L.º 28, doc. 2, fls. 6 v.-7 v., 21 de Janeiro de 1770; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandas e Editais publicados na Ilha de Santiago*, 035/AIR, L.º 28, doc. 15, fls. 18 v.-19, 5 de Fevereiro de 1773.

através de restrições à comercialização de determinados produtos ou simplesmente através de proibição de comércio com países concorrentes.

É de referir que nas ilhas, durante todo o período aqui analisado, o comércio com os estrangeiros praticamente se limitava ao refresco e a casos excepcionais previamente definidos, como se pode ver no Regimento dado ao governador João Cardoso Pizarro em 1676:

“... Por ser proibido por Leis, e Ordenações do Reino o Comércio dos Estrangeiros nesse Governo e no distrito de Guiné, e convir muito a meu serviço que estes senão admitão sem permissão minha mandareis proceder contra aqueles, que a não levarem na forma das ditas leis e ordenações, mas com os ingleses, franceses, e holandeses vos havereis na forma dos tratados celebrados entre esta Coroa e estas nações para o que se vos entregarão os capítulos dos ditos tratados que falam sobre o comercio, e forma que deveis ter com elas, advertindo-vos que não consentireis comerciar estas nações aliadas nos portos de vossa jurisdição sem vos apresentarem documentos, e vos constar certamente vão dos Portos de Portugal a esse efeito, e os que entrarem nesses portos, e distrito de Guiné contra esta forma os não admitteis, nem lhes dareis entrada, e somente sucedendo derrotarem nesses mares Ilhas, e distrito de Guiné, e ser lhes necessário tomar Porto, e valer-se de algum fornecimento, ou ajuda ordenareis se lhes não falte com a boa correspondência, que pede a boa amizade, e aliança, que tenho com estas nações, mas que por nenhum modo se lhes permita comprar, nem vender fazendas algumas, nem Escravos pelo dano que disso poderá resultar a meu serviço”¹⁰⁴.

Todas as restrições impostas ao comércio com os estrangeiros demonstram a profunda preocupação existente quanto à concorrência e, por outro lado, permitem-nos antever o perfil da política comercial portuguesa em relação aos espaços ultramarinos. Pode dizer-se que se trata da mesma política de exclusividade comercial adoptada pelos seus concorrentes. O comércio nesses espaços só é permitido aos estrangeiros nos casos em que possa significar vantagem para os cofres do Estado e desde que os interesses dos mercadores nacionais (da metrópole sobretudo) sejam salvaguardados. No caso concreto de Cabo Verde é o que se verifica na excepção feita aos espanhóis quanto ao comércio de escravos.

É bom lembrar que a permissão concedida aos espanhóis ocorreu numa altura em que as relações entre as duas monarquias ibéricas continuavam tensas. Contudo, por convir aos interesses da Fazenda Real portuguesa e dos próprios moradores abriu-se tal precedente, mantendo-se todas as outras proibições referentes ao comércio com os estrangeiros.

Quando, por exemplo, se verifica que os panos de algodão são comprados directamente em Cabo Verde por estrangeiros que os utilizam no resgate de escravos, fazendo concorrência aos mercadores nacionais, a Coroa portuguesa reage imediatamente e começa a impor restrições.

¹⁰⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 101; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 101A e AHN, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 273-301, 10 de Maio 1676.

O combate à concorrência impunha, por vezes, a adopção de medidas drásticas, tais como a pena de morte. O grande contrabando que se fazia destes famosos “panos da terra” lesava sobremaneira os interesses dos mercadores portugueses na aquisição de escravos na Costa da Guiné, justificando, por isso, essa medida extrema.

Nas ilhas, a aplicação dessas proibições era não só praticamente impossível, mas também injustificada, porquanto o comércio era feito essencialmente com os estrangeiros. As comunicações com o Reino eram escassas, como frequentemente lembravam as autoridades locais e, face aos sucessivos apelos encaminhados ao poder central denunciando a injustiça e impraticabilidade dessas proibições, o rei viu-se obrigado a fazer algumas concessões. No início da década de vinte do século XVIII acaba-se por liberalizar o comércio com os estrangeiros¹⁰⁵, mas mantêm-se as restrições quanto à venda de produtos considerados de valor estratégico. Assim, a venda aos estrangeiros de “panos da terra” continua expressamente proibida, enquanto a venda de escravos, cavalos, “bestas menores” e urzela é condicionada. Em suma, os moradores só podiam vender livremente os chamados refrescos, couros e sal.

Neste ambiente de proibições e de restrições é evidente que o contrabando tinha de proliferar. Até porque, por se tratar de ilhas, o contrabando tinha a seu favor a descontinuidade territorial, a existência de muitos e bons portos sem fiscalização e a escassez de meios por parte da administração fiscal. A isto se refere o ouvidor António Pinho em 1740, informando o seguinte: vários navios ingleses têm frequentado o porto de Santiago, distante nove léguas da Ribeira Grande, o do Tarrafal e o da Praia Formosa a comprar vacas e urzela sem despachar; que já foram tomadas várias medidas defensivas, mas que os oficiais fogem com medo; que os povos daquelas localidades são todos parentes, vizinhos e compadres e, de noite, fazem negócio com os ingleses; que em Março passado, tendo notícia da presença de ingleses nesses portos, mandou ali um guarda da alfândega e outros oficiais de milícia para fazerem a apreensão das lanchas e fazendas contrabandeadas, tendo conseguido apresar uma balandra inglesa que levava alguma urzela. Por último, o referido ouvidor informa que os ingleses têm a colaboração de pilotos “práticos” da ilha que os encaminham para os portos¹⁰⁶.

Para além dos portos acima mencionados, aparecem citados outros onde o contrabando parece muito activo. É o caso de Mangues, Fazenda, Ribeira Prata e Águas Podres, sem contar com os portos das outras ilhas onde essa actividade proliferava¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Alvará régio datado de 18 de Outubro de 1721. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 10, 1 de Julho de 1720.

¹⁰⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 18, doc. 10, 8 de Abril de 1740.

¹⁰⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 18, doc. 12, 25 de Maio de 1740.

QUADRO 10

“Lista dos Portos, e oficiais deles tomada em mostra geral de 20 de Abril de 1730 desde o Tarrafal até a vila da Praia, principiando do norte para o sul, pela parte de leste”¹⁰⁸

Portos	Capitães e cabos
Porto da Ribeira da Prata e Mangues	Luís Simão Cardoso
Porto da Fazenda e da Ruelas	Nicolau Gonçalves
Porto Formoso	Bonifácio Carvalho
Porto Marques de Sete Ribeiras	Bonifácio Carvalho
Porto de Ponta Verde	Tomé Lopes
Porto da Calheta	Domingos Lopes Távora
Porto do Manguinho	Domingos Lopes Távora
Porto da Batalha	Domingos Lopes Távora
Porto da Aguada	Pedro de Pina
Porto de Santa Cruz	António Mendes dos Santos
Porto de Santiago	Fernando Tavares
Porto Fundo	Fernando Tavares
Porto da Madeira e Morte Negro	Domingos Tavares Vilhano
Porto da Praia Formosa e Castelo	Diogo de Aredas de Matos
Porto da Achada Balcia	Não tem capitão
Porto de Nossa Senhora da Luz	Está vago
Porto Bella	Filipe Dias
Porto Lobo	Filipe Dias
Porto de São Francisco	Severino de Barros
Porto do Portete	Está vago, não tem cabo
Porto de Ribeirão das Eguas	Está vago, não tem cabo
Porto Praia Negra (perto da vila da Praia)	Não tem capitão por ficar vizinho à vila da Praia
Porto da Praia Maria (porto principal da dita vila da Praia)	Não tem capitão por ficar vizinho à vila da Praia
Porto de Palmarejo	Não tem capitão por ficar vizinho à vila da Praia
Porto da Aguada	Não tem capitão por ficar vizinho à vila da Praia
Porto de Isabel Lopes	Não tem capitão por ficar vizinho à vila da Praia
Porto de São Martinho	Tomás Correia de Lacerda
Porto da Calheta	Tomás Correia de Lacerda
Porto do Ribeirão Selo	Tomás Correia de Lacerda
Porto de Ribeirão Correia	Não tem cabo
Porto da cidade da Ribeira Grande	
Porto dos Caniços Grandes e Pequenos	Não tem capitão por serem vizinhos à cidade
Porto do Castelo e Gouvêa	José Coelho da Silva
Porto de Guiomar Move e Prainha	Está vago
Porto dos Mosquitos	Está vago
Porto de Santa Clara	André de Brito do Lago
Porto de Angra e do Rincão	António Rodrigues da Costa
Porto de Charco	Boaventura de Araújo

Segundo o governador Oliveira Grans estes “são os portos que a ilha tem em sua circunvalação todos em costa brava, mas, todos dão desembarque a lanchas”¹⁰⁹. As características do litoral e a dispersão dos habitantes tornavam praticamente inúteis as

¹⁰⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730.

¹⁰⁹ *Idem*.

medidas, ainda que pesadas, contra o contrabando¹¹⁰. Na década de trinta com a corrida à urzela o contrabando recrudescer de forma radical, criando inclusive alguma insegurança nas povoações ribeirinhas, já que por vezes os estrangeiros entram pela terra dentro para roubar os haveres (gado, escravos e até homens livres) dos indefesos moradores¹¹¹.

O contrabando de panos bem como da urzela continuou ao longo do século XVIII, contando em muitos casos com a cumplicidade das próprias autoridades locais. Em 1756, por exemplo, em carta endereçada ao Reino, o governador sugeria que o comércio de panos fosse totalmente liberalizado, dado que todos o faziam, incluindo o capitão-mor da vila da Praia. Era de opinião que a proibição só favorecia os contrabandistas, e que se esse comércio fosse livre, a Fazenda Real lucraria muito mais com a arrecadação de direitos¹¹².

Não deixa de ter razão o governador, pois o contrabando é uma actividade cujo crescimento se encontra intimamente ligado às proibições. Onde há proibições e restrições quanto à circulação de certas mercadorias, o contrabando tende a prosperar, sobretudo se a fiscalização for deficiente. Com a instalação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão nas ilhas, a sua prática monopolista tem alguns efeitos de repressão sobre o contrabando. Em 1759, o governador diz que tem o contrabando de panos controlado e que agora com o estabelecimento das lojas da companhia “se segurarão tudo melhor”¹¹³. O optimismo não é injustificado, já que se regista de facto uma diminuição momentânea dessa actividade com a chegada da Companhia do Grão-Pará. Mesmo assim, o contrabando não cessa e, mais tarde, os próprios agentes da companhia são acusados de ser os principais contrabandistas.

Os interlocutores comerciais. O protagonismo inglês

Não obstante as medidas legislativas e os esforços desenvolvidos, os mares e portos do arquipélago acabam por se transformar num espaço internacional, com a presença cada vez mais forte de ingleses, franceses, holandeses e espanhóis. E não é uma presença decorrente do simples facto de o arquipélago ser um ponto de passagem para a navegação que cruza o Atlântico em direcção às Índias Ocidentais, África ou Ásia. É certo que a necessidade de reabastecimento impõe uma paragem nas ilhas para a “aguada” e aprovisionamento de víveres, mas não se trata de uma mera escala técnica para os navios que demandam os portos do arquipélago. Por detrás da escala técnica estão motivações comerciais e consequências políticas que não podem ser ignoradas. Convém não esquecer que as ilhas têm uma importante indústria de panos de algodão, cujo valor comercial é reconhecido por todos; produzem sal em abundância; têm uma expressiva criação de gado; e, por último, urzela em quantidades apreciáveis.

Se, por um lado, os moradores têm toda essa produção interna para escoar, por outro, necessitam de uma série de bens de consumo que tem de vir do exterior, o que

¹¹⁰ Christiano José de Senna Barcellos, *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*, Typ. do Jornal “As Colónias Portuguezas”, Lisboa, 1892.

¹¹¹ AHU, *Cabo Verde*, *Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 31, ant. a 28 de Fevereiro de 1738.

¹¹² AHU, *Cabo Verde*, *Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 6, 24 de Janeiro de 1756.

¹¹³ AHU, *Cabo Verde*, *Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 76, 25 de Julho de 1759.

gera condições favoráveis para a intensificação do comércio nas ilhas. Esta dependência do abastecimento de produtos de primeira necessidade fora sempre colmatada com os navios do Reino que os traziam da Europa e os dos armadores locais que conduziam arroz e milho da Costa da Guiné.

Após o declínio do tráfico, quem parece descurar as potencialidades comerciais do arquipélago são os mercadores reinóis, os quais praticamente desaparecem do mercado cabo-verdiano. É um profundo vazio que se estabelece, deixando todo o mercado a descoberto e à disposição da concorrência. Paulatinamente os estrangeiros preenchem este vazio, esquecido pela administração portuguesa. Ao longo do período aqui analisado, ascendem à condição de principais parceiros comerciais dos habitantes das ilhas. O arquipélago transforma-se num autêntico porto franco, onde as transações entre moradores e tripulação dos navios decorrem de modo informal, nas condições já descritas anteriormente.

Quando o poder central desperta para esta incómoda presença, os laços comerciais estabelecidos entre moradores e estrangeiros já se encontram fortemente enraizados, pelo que se torna difícil pôr cobro à situação. A dificuldade é tanto maior quanto a Coroa é confrontada não só com falta de meios materiais e humanos, para restringir o acesso dos estrangeiros aos portos das ilhas, mas também com o facto de a própria sobrevivência dos moradores se encontrar em certa medida condicionada pelos contactos comerciais que mantêm com os mercadores estrangeiros ou nacionais. Estes últimos primam pela ausência e, nas poucas vezes que aparecem, oferecem os seus géneros a preços muito elevados, em nítido contraste com os estrangeiros que abastecem regularmente o mercado insular com mercadorias a preços mais acessíveis.

A conjugação dos factores acima referidos faz com que os estrangeiros se transformem nos parceiros comerciais por excelência dos moradores.

Dentre os muitos estrangeiros que frequentam as ilhas importa destacar o protagonismo assumido pelos ingleses, pois são eles quem de facto melhor explora as potencialidades económicas das ilhas. Não dispomos de dados estatísticos que nos permitam comprová-lo, mas todos os indícios apontam no sentido de uma predominância inglesa no comércio das ilhas. Em 1662, por exemplo, na sequência de uma ordem régia, determinando que “/.../ não se despache em nenhuns portos sujeitos a ilha de Santiago navios ingleses, salvo trazendo expressa ordem de V. Majestade”, os moradores do Fogo pedem que a mesma não se aplique à ilha, porquanto dependem “em tudo do comércio dos ingleses, /.../ por não virem a esta praça navios de comércio de nenhuma outra parte do mundo, mais que somente os ingleses”, passando “muitas vezes ano e meio” sem terem embarcação proveniente de Santiago¹¹⁴.

Avançando na sua argumentação, os oficiais da câmara dizem: “/.../ E no tocante as coisas de guerra as poucas armas que temos entre mãos são a maior parte delas compradas aos ingleses com o dinheiro que pagão de direitos das fazendas que vendem e géneros com que se lhes faz o pagamento não servem aos mercadores portugueses por ser somente vacas, e burros, e outras miudezas que a terra dá de si, e compramos pólvora, mosquetes e outras munições de guerra, e a roupa do uso dos moradores é dos ingleses porque só eles se pagavam nestes géneros que a terra dá de si e é esta ilha

¹¹⁴ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 130, 4 de Julho de 1662.

muito remota e limitada e por estas razões os moradores desta ilha uniformemente nos requereram assim o pedissemos a V. Majestade assim eclesiásticos como seculares pedindo humildes e necessitados a V. Majestade que visto a necessidade não poder ser socorridos por nenhum outro caminho queira piedosamente dar licença para que se despachem neste porto da ilha do Fogo os Ingleses que vierem"¹¹⁵.

Esta carta dá-nos uma noção muito clara da predominância e do papel que os ingleses desempenham no comércio da ilha do Fogo, situação que pode ser extensível às demais ilhas. Face a tamanha dependência dos moradores em relação aos ingleses, o Conselho Ultramarino mostra-se favorável à ideia de se permitir na ilha o comércio com os ingleses, mas o monarca não cede. Este mantém a sua política de conceder pontualmente licenças individuais, o que porém não impede que os ingleses se apossam de todo o comércio local, beneficiando em muitos casos dos tratados comerciais que o Estado português mantém com a sua velha aliada, a Inglaterra. É por isso que, apesar da exportação de animais de tracção (bestas menores) para as Barbados ser lesiva aos interesses da Coroa, se verifica, no entanto, que, por razões políticas, várias licenças são concedidas aos ingleses. Em 1657, ao apreciar o requerimento de um capitão inglês que pede permissão para levar algumas mercadorias a Cabo Verde a fim de as trocar por algumas bestas menores e outros géneros para levar a Barbados "onde delas se necessita, e tem já ido outros navios da mesma forma", o Conselho Ultramarino emite o seguinte parecer: que se autorize "por ser de conveniência o tratamento e favor que se fizer a nação Inglesa no tempo presente"¹¹⁶.

É dessas facilidades concedidas ao abrigo dos tratados firmados entre Portugal e Inglaterra que os ingleses se aproveitam para consolidar a sua influência em Cabo Verde, movimentando-se com visível à-vontade por todos os recantos das ilhas. Exemplo flagrante disso é o facto de controlarem a própria produção do sal na ilha do Maio, chegando ao ponto de impedir a extracção deste género pelos moradores. No que se refere à urzela também é evidente o domínio inglês, mormente através do contrabando. Acresce referir os casos de Santo Antão que, inclusivamente, chega a ser comprada pelos ingleses aos donatários da ilha, sem que a Coroa se aperceba, e da Brava que fica na posse de um grupo de corsários, liderados por um inglês chamado Pedro Morgan, durante um período de seis meses, que se dedica a roubos, violação de mulheres, homicídios e outros crimes"¹¹⁷.

É um protagonismo incómodo a que a Coroa tenta pôr cobro, mas sem grande sucesso, não só por falta de meios materiais, mas também, e sobretudo, por dependências políticas europeias que não convém pôr em causa.

Os franceses e holandeses têm igualmente uma significativa presença nos portos do arquipélago e dedicam-se às mesmas actividades que os ingleses, mas a sua relação com as ilhas não nos parece ser tão estreita quanto à desenvolvida por estes últimos. De qualquer modo, a Coroa não aceita de bom grado a presença tanto de uns como de outros, porquanto o tipo de comércio que mantém com os moradores não gera receitas que justifiquem o franqueamento dos portos. A dificuldade de tributar o

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 53, 19 de Janeiro de 1657.

¹¹⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 55, 9 de Julho de 1686.

comércio' miúdo deixa de fora a Fazenda Real. As trocas traduzem-se em benefícios para os estrangeiros e sobrevivência para os moradores.

Os espanhóis (os provenientes das Índias Ocidentais) constituem um caso à parte, sendo os únicos cuja presença é bem aceite. Aparecem ligados preferencialmente ao comércio de escravos. A taxa de portagem (os chamados "donativos"), cobrada à chegada, e os direitos pagos sobre os escravos, que compram aos moradores, constituem uma substancial fonte de receitas para as finanças públicas, justificando o tratamento diferenciado que lhes é dispensado no âmbito da política comercial seguida pelo Estado português em relação ao comércio com os estrangeiros.

Os espanhóis têm a seu favor o facto de serem os únicos que injectam dinheiro nas ilhas. De resto, é de salientar que a moeda que circula nas ilhas é predominantemente de origem espanhola, o que se deve ao caso de os mercadores provenientes das Índias de Castela fazerem os pagamentos preferencialmente em metal sonante, contrariamente ao que se verifica com os outros estrangeiros que geralmente pagam em espécie.

Se, por um lado, os espanhóis são quem injecta dinheiro, por outro, os ingleses, franceses e holandeses se especializam na sangria do metal precioso amodado para fora das ilhas, através das relações de troca viciadas que mantêm com os moradores. Com efeito, sempre que podem, vendem as suas mercadorias a dinheiro, enquanto adquirem os géneros da produção local via de regra através de permuta directa, usando para o efeito roupa velha, utensílios de pouca valia e bugiganga diversa. Apesar de as transacções se traduzirem em mais benefícios para os estrangeiros, não se pode negar a importância que estes contactos tiveram dentro da sociedade insular. Se para o poder central a presença estrangeira era incómoda, para os moradores ela representou uma autêntica tábua de salvação. De facto, sem os estrangeiros a economia das ilhas e a própria sobrevivência da população estariam seriamente comprometidas, já que a atenção da Coroa e dos mercadores reinóis estava toda ela virada para o Brasil. Aliás, não será por acaso que um dos períodos mais dramáticos vividos pelos moradores ocorre precisamente numa altura em que o contacto directo com os mercadores estrangeiros lhes é dificultado pela acção da Companhia do Maranhão (1758-1778). Não será também pelo mesmo motivo que a fome ocorrida nesse período teve consequências mais graves do que as anteriores? É o que tentaremos averiguar mais adiante quando tratarmos dessa companhia.

Dos contratos de arrendamento às companhias

Primeiras experiências

De meados do século XV a meados do XVII, o comércio nos chamados territórios ultramarinos passou por diversos modelos de exploração, variando, consoante as áreas, entre a exploração directa feita pela Coroa e a desenvolvida por operadores privados. Na área que nos interessa aqui abordar (Cabo Verde e a Costa da

Guiné) prevaleceu sempre a iniciativa privada, quer através de licenças individuais de curta duração quer por intermédio dos contratos de arrendamento, geralmente celebrados por um período de tempo mais lato¹¹⁸.

Embora estas duas formas de exploração tenham coexistido, nota-se uma preponderância dos contratos de arrendamento, talvez por ser esta a solução que mais garantias oferecia ao poder central. Este modelo de exploração permitia à Coroa acautelar melhor os seus interesses, nos casos de incumprimento por parte dos contratadores. Com efeito, ela podia sempre accionar os mecanismos legais à sua disposição para cobrir eventuais perdas sofridas. Quem de facto acabava por suportar o ónus dos incumprimentos eram os moradores das ilhas, nomeadamente os chamados “filhos da folha”, cujas ordinárias eram geralmente pagas pelos contratadores. Para além disso, é de sublinhar que os contratos de arrendamento também cerceavam a capacidade de actuação dos moradores no comércio com a Guiné, devido às inúmeras regalias concedidas aos contratadores. Daí derivam as reservas dos moradores quanto aos contratos. Repare-se que, quando vigoram os contratos, a Coroa, no sentido de garantir maior capacidade de manobra aos contratadores, acaba geralmente por restringir os privilégios dos moradores. Não lhes proíbe o comércio na Costa da Guiné, mas reitera a interdição quanto à utilização das chamadas mercadorias defesas.

Trata-se, pois, de uma situação lesiva dos interesses dos armadores de Cabo Verde que, paulatinamente, vão perdendo a possibilidade de participar de forma competitiva no tráfico, numa altura em que este se encontra mais florescente devido à intensa procura por parte das Índias de Castela.

A partir do início do século XVII, o regime de contratos de arrendamento passa a revelar-se francamente ineficaz e desadaptado à realidade. Os contratadores não cumprem perante o rei, entram em insolvência, acabando o contrato por ser revogado. Durante algumas décadas persiste-se neste sistema que por si próprio se desacredita e torna obsoleto.

Assiste-se agora na Europa ao aparecimento de grandes companhias de comércio com uma política comercial ultramarina agressiva, o que não se verificava antes¹¹⁹. A opção pelas companhias insere-se dentro da política mercantilista ligada à centralização governativa, dominante na época, e subjacente à sua criação se encontra o objectivo de combater a hegemonia luso-castelhana na Ásia, na África e nas Américas.

¹¹⁸ Sobre este assunto ver capítulos de Maria Manuel Torrão nos anteriores volumes da História Geral de Cabo Verde, *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa, 1991, e *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, Lisboa, 1995, e a sua tese *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595)*, 2 vols., Lisboa, Provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, 2000, IICT-CEHCA (políc.).

¹¹⁹ António Carneira, *As Companhias Pombalinas*, Ed. Presença, Porto, 1983, pp. 272-277; Jorge Borges de Macedo, “*Companhias Comerciais*”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, pp. 636-644; Tito Augusto de Carvalho, “As companhias portuguesas de colonização”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 19ª série, Abril-Junho 1901, nº 406; José Ribeiro Júnior, As companhias coloniais no processo de acumulação originária: um estudo de caso (o nordeste brasileiro), *Anais de História*, Instituto de História e Psicologia de ASSIS, ano 8, 1976, São Paulo. Maria Carlota das Neves Barbosa de Andrade, *A ocupação portuguesa dos “Rios de Guiné” e a concorrência francesa no período de 1680 a 1750 (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, Dissertação para a licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (políc.) (1967).

Estas organizações, implicando avultados investimentos em meios financeiros, técnicos e humanos, envolvem os próprios Estados. Tais fenómenos de organização comercial exigem estatutos: estatuto jurídico específico, estrutura orgânica, e formas de exercício garantindo a sua continuidade. Até porque os objectivos perseguidos transcendem a esfera meramente comercial. Pretende-se que o comércio seja realizado por organizações responsáveis perante o Estado.

Para além dos reinos peninsulares, são várias as potências europeias envolvidas no comércio de longa distância que lutam por consolidar ou conquistar novas áreas de influência no ultramar, em que os encargos de exploração eram muito pesados e precisavam da participação de capitais com sólidas garantias e nesse processo as companhias desempenham papel determinante. De resto, não é por acaso que os Estados, ao centralizarem os negócios políticos e diplomáticos, delegam nestas novas empresas poderes fiscais, administrativos e até militares.

Enquanto na primeira metade do século XVII as restantes potências marítimas europeias adoptam as companhias como modelo privilegiado para a exploração do comércio ultramarino, na Península Ibérica as coroas de Portugal e Castela mantêm ainda a opção pelos contratos de arrendamento, cujos reveses demonstram cada vez mais a sua desactualização e inércia numa época em que a hegemonia luso-castelhana no comércio marítimo é gravemente prejudicada por ingleses, franceses e holandeses, inclusive nas áreas onde portugueses e espanhóis (não esqueçamos a unidade das duas coroas até 1640) tinham sido até então preponderantes.

À parte algumas tentativas que não resultaram, as primeiras diligências levadas a cabo pela Coroa portuguesa, no sentido de implementar esse modelo de exploração, aparecem só na segunda metade do século XVII. Deve dizer-se que o sistema dos contratos detidos por sociedades capitalistas colmatou a falta das companhias até ao tempo de D. João IV. As iniciativas esboçadas pelo Estado português, recém-saído de um desgastante processo de restauração, demonstram, por isso mesmo, que o país não era estranho ao sistema das companhias, envolvendo porém meios escassos quando a pressão estrangeira na Guiné exige uma posição de força. De qualquer modo, é de referir que há um esforço por parte da Coroa em se adaptar às mudanças conjunturais verificadas no comércio marítimo. Neste sentido, a criação da companhia do comércio com o Brasil, em 1649, constitui uma experiência muito positiva, dado o papel que desempenha na protecção ao tráfico brasileiro atacado intensamente por holandeses, espanhóis e ingleses.

Na chamada Costa da Guiné, a situação é tanto mais complexa quanto um centro fornecedor de mão-de-obra escrava é um ponto nevralgico para a satisfação das necessidades de todas as potências envolvidas na exploração das terras do Novo Mundo. Por conseguinte, o comércio de escravos é um sector que todos procuram controlar. Apesar da precedência dos portugueses na exploração do tráfico na Costa da Guiné, nota-se que na primeira metade do século XVII a sua influência tende já a diminuir drasticamente, em virtude da progressão dos franceses, ingleses e holandeses. Face a este avanço, a Coroa reconhece a necessidade de experimentar outras soluções para a exploração do comércio da Guiné, sob pena de perder a favor dos rivais a possibilidade de ter uma quota-parte no tráfico.

Alguns autores afirmam que a Companhia da Costa da Guiné, também conhecida por Companhia do Porto de Palmida, é a primeira a ser criada, em 1664, mas muito pouco se sabe sobre a sua actividade¹²⁰.

No início da década seguinte, em virtude da caótica situação da praça de Cacheu, com a presença de outras potências rivais em toda a Costa da Guiné, começa a ganhar expressão no Reino a ideia de se criar uma companhia para a exploração do comércio na região, por forma a fazer face à concorrência estrangeira, na altura extremamente lesiva dos interesses dos portugueses.

A ideia da formação de uma companhia surge em 1671, através de um grupo de agentes ligados ao comércio com a Guiné, que se oferecem para criar à sua custa uma companhia capaz de introduzir na praça de Cacheu todas as mercadorias necessárias para o resgate, por forma a contrariar o comércio com os estrangeiros¹²¹. Esta proposta merece uma apreciação favorável por parte do Conselho Ultramarino, iniciando-se as negociações com vista à sua concretização. Trata-se de um processo moroso que se arrasta por cerca de cinco anos, com sucessivas propostas e contrapostas, trocadas entre o Conselho Ultramarino e os membros da companhia, na procura de um contrato que satisfaça os interesses de ambas as partes. Entretanto, essas negociações chegam ao conhecimento dos moradores de Cabo Verde, os quais se mostram muito pouco receptivos à ideia de se criar uma companhia para a Costa da Guiné. Cientes de que a constituição de uma companhia de comércio só lhes acarretaria dificuldades, os moradores de Santiago reagem de pronto, em carta dirigida ao monarca, em Abril de 1673, antecipando todos os eventuais inconvenientes que poderiam advir de tal facto¹²². Argumentam que “os moradores desta ilha não poderão viver nem sustentar-se em coisa alguma havendo tal contrato e companhia por a cultivação dela ser com escravos trazidos da Guiné, que ainda que digam ficar-nos-á livre para com os frutos da terra negociarmos escravos depois não será porque trazendo seus negócios e navios nesta carreira não há de haver outros senão os da companhia e, o pior de tudo, tomar-nos-á os nossos frutos da terra pelos preços que quiserem, ou dar-nos-ão um negro pelo preço quatro”¹²³. Dizem ainda que assim “que houver tal assento sem nossa roupa não hão de poder negociar, e para a haver nos há de oprimir com não nos dar lugar a ir negociar, e se for lá navio particular o estanquearão por tal maneira que não haverá embarcação que queira lá ir”¹²⁴.

Os moradores já tinham experiência negativa dos contratos de arrendamento dos tratos e resgates, pelo que sabiam de antemão que uma companhia iria traduzir-se

¹²⁰ António Carreira, *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, Lisboa, 1983.

¹²¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 91, 16 de Outubro de 1671; António Carreira, *As Companhias Pombalinas*, Porto, 1983; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 65, 4 de Janeiro de 1673.

¹²² AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 91, ant. 16 de Maio de 1672; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 91, 18 de Junho de 1674.

¹²³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 65, 4 de Janeiro de 1673; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 91, 17 de Agosto de 1674.

¹²⁴ Idem.

em dificuldades acrescidas para a sua actividade comercial, sobretudo no tocante ao comércio de escravos. Aliás, poucos meses depois reiteram suas preocupações, dizendo ao monarca que “esta Ilha se não pode conservar nela este povo sem terem livre a navegação de Guiné”¹²⁵. Alegam que não poderão cultivar sem os escravos que vão comprar a Cacheu e mais rios, não só com os frutos da terra, mas também com outros géneros; que não haverá espaço nos navios da carreira para os seus produtos; que a companhia levará os escravos para o Brasil e o marfim para o Reino, sem passar pela ilha; e que assim não haverá com que se pague os filhos da folha que dependem dos direitos da alfândega, pelo que os cônegos já estão a ser pagos com os sobejos da ilha da Madeira¹²⁶.

Efectivamente, os moradores de Santiago já estavam acostumados com todos esses métodos pouco lícitos, pois era prática a que os governadores frequentemente recorriam. Antevendo-se um quadro de monopólio com a criação de uma companhia de comércio para a região da Costa da Guiné, os receios dos moradores justificavam-se ainda mais.

Mostrando-se sensível a essas inquietações, o rei, em resposta às cartas, assegura que irá proceder de forma a “tudo se acomodar, de modo que os moradores dessa ilha fiquem remediados por ser justo que se trate de sua conservação”¹²⁷. Entretanto, as negociações com vista à instituição da companhia prosseguem e três anos depois funda-se a Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné, por alvará datado de 19 de Maio de 1676, com uma duração fixada em seis anos¹²⁸. A companhia é encabeçada por um dos moradores mais poderosos da ilha de Santiago, António de Barros Bezerra¹²⁹, mas com fortes interesses na Guiné. Das dezasseis cláusulas constantes do contrato destacamos as seguintes:

- A companhia obriga-se a pagar toda a despesa dos soldados e soldos e pagar a folha secular e eclesiástica, o que tudo importará em cerca de 6500 cruzados;
- Os moradores de Cabo Verde terão 1/3 da carga dos navios que a companhia tiver naquela carreira e poderão mandar todo o tipo de géneros da terra, bem como trazer escravos e drogas da Guiné, pagando os fretes à companhia, sendo-lhes também reservado o mesmo 1/3 nos navios de escravos que a companhia mandar para o Brasil, Reino ou Castela;
- A navegação de Cabo Verde para a Guiné será livre e os moradores poderão resgatar em Cacheu e toda a Costa da Guiné, não podendo apenas comerciar com os estrangeiros;
- As fazendas da companhia não pagam direitos de entrada e saída em Cacheu;
- O rendimento da tinta (anil), cola e rio Casamansa, ficará para a companhia caso seja arrendado, bem como o resultante do imposto de três barafulas sobre cada escravo que sair para o Reino, Cabo Verde ou outras partes;

¹²⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 70, 3 de Junho de 1673.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 70, 7 de Julho de 1673.

¹²⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 102, 19 de Maio de 1672, idem, pp. 244-247.

¹²⁹ Sobre a preponderância económica e política da família Barros Bezerra em Santiago ver, neste volume, o capítulo de Iva Cabral, “Política e Sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena”.

- Se a companhia conduzir escravos para Castela ou Índias Ocidentais em navios castelhanos metade dos direitos de saída ficarão para a Fazenda Real e se for em navios portugueses pertencerão à companhia, não podendo tirar fazendas de Castela;
- Das fazendas que trouxer para o Reino a companhia só pagará metade dos direitos, da que se vender em Cabo Verde pagará os direitos costumados, ficando isentos as que apenas baldear;
- Só os navios da companhia poderão levar a Cacheu fazendas do Reino, nomeadamente vinhos, aguardentes, ferro, contaria, breu, baciame, estanho, lençaria e azeite, ficando os moradores de Cabo Verde reduzidos aos frutos da terra¹³⁰.

Aparentemente, os interesses dos moradores do arquipélago encontram-se devidamente salvaguardados, mantendo-se os privilégios comerciais com que sempre contaram. O único aspecto que pode ser considerado uma “inovação” (sem no entanto o ser de facto) é o pagamento do imposto de três barafulas sobre cada escravo resgatado. Quanto às restrições relacionadas com as mercadorias usadas no resgate pode dizer-se que se trata de uma situação idêntica à vivida em épocas anteriores com as chamadas “mercadorias defesas”. O grande problema dos moradores reside no facto de se encontrarem agora muito fragilizados economicamente, sem capacidade para armarem eles próprios os navios para os resgates. É uma fragilidade que os coloca à mercê da companhia e daí a origem dos receios e queixas constantemente levados à apreciação do poder central.

A Companhia de Cacheu desenvolveu a sua actividade durante o prazo estabelecido, sem no entanto ter cumprido os objectivos que nortearam a sua criação. Na verdade, para os moradores de Cabo Verde e de Cacheu e mesmo para a Coroa, não são visíveis quaisquer benefícios. A situação económica de Cacheu não melhora e não se consegue conter o avanço das outras potências rivais. Aliás, o facto de Barros Bezerra ter sido preso, devido a questões ligadas às contas da companhia, não deixa de ser revelador de anomalias na condução do empreendimento¹³¹. Na perspectiva da Coroa, porém, os resultados terão sido animadores, porquanto logo de seguida é criada uma outra companhia, para a qual transferem os direitos e os próprios sócios¹³². Referimo-nos à Companhia de Estanco do Maranhão e Pará, que substitui a de Cacheu, cuja concessão findara em 1682.

¹³⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 102, 19 de Maio de 1672.

¹³¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 158, ant. 17 de Dezembro de 1680; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 6, 15 de Julho de 1682.

¹³² António de Barros Bezerra aparece também ligado a esta nova companhia, apesar de ter sido preso por questões referentes às contas da anterior Companhia de Cacheu, como se pode apurar numa consulta do Conselho Ultramarino de Agosto de 1682, em que se aprecia um requerimento onde pede para ser solto da prisão. Bezerra era uma figura muito influente, quer no Reino quer na Guiné, quer ainda em Cabo Verde, pelo que o próprio governador do arquipélago reconhecia ser ele a pessoa mais indicada para fazer a introdução da nova companhia na Guiné. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 27, 20 de Julho de 1684.

O prazo concedido a esta última companhia, criada ainda no mesmo ano, foi de vinte anos, comprometendo-se os seus sócios a introduzir no Maranhão o total de 10 000 escravos, à média de 500 por ano¹³³.

A Companhia de Estanco do Maranhão estava porém fadada ao fracasso, mercê dos violentos protestos de que seria objecto. Despertou reacções enérgicas em Cacheu, levantando-se os moradores contra o capitão-mor daquela praça em 1684, o qual prenderam, não querendo "aceitar a Companhia que segundo ordens de Sua Mag. seria reformada por 20 anos"¹³⁴. Por seu turno, os oficiais da Câmara da Ribeira Grande, na mesma data, solicitavam a extinção do imposto de três barafulas sobre cada escravo resgatado, o que, segundo eles, entrou em vigor com a Companhia de Cacheu¹³⁵.

As acções de protesto, autênticas rebeliões contra esta nova companhia, movidas em Cabo Verde, em Cacheu e no Brasil, precipitariam o seu fim, levando o monarca a extingui-la cerca de dois anos após a sua criação.

Reconhecendo-se porém que as companhias eram o modelo de exploração mais consentâneo com a conjuntura da época, em Janeiro de 1690 volta-se a formar uma outra que fica conhecida como Companhia de Cacheu e Cabo Verde¹³⁶. O período de duração é estabelecido em seis anos, sendo-lhe atribuídos privilégios e obrigações praticamente semelhantes aos concedidos à Companhia de Cacheu, Comércio e Rios de Guiné. Dentre as cláusulas do contrato salientamos as seguintes:

- 2ª – O comércio de Cacheu ficará livre para todas as pessoas que o quiserem fazer licitamente, sendo proibido a estrangeiros;
- 3ª – A companhia poderá vender negros a quem quiser desde que não sejam hereges;
- 5ª – A praça de Cacheu deve ser imediatamente provida com géneros livres de direitos de entradas, saídas;
- 7ª – A companhia só pagará em Cacheu os direitos antigos que nunca serão aumentados durante os 6 anos da sua vigência;
- 8ª – Todos os géneros que a companhia mandar para Cabo Verde e Cacheu serão livres de direitos;
- 10ª – Os géneros que a companhia comprar nas ilhas de Cabo Verde também serão isentos de direitos;
- 12ª – Se a companhia levantar imoderadamente os preços dos géneros dos produtos que levar a Cacheu ou Cabo Verde, o rei estipulará uma taxa que será acordada com a companhia;
- 13ª – Se os produtos faltarem, os contratadores pagarão os direitos dos produtos em dobro¹³⁷.

¹³³ António Carreira, *As Companhias Pombalinas*, Porto, 1983.

¹³⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 29, 22 de Julho de 1684.

¹³⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 26, 19 de Julho de 1684.

¹³⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, docs. 120, 125, 25 de Junho de 1690.

¹³⁷ Alvará régio da constituição da Companhia de Cacheu e Cabo Verde e assento com as pessoas nele declaradas. AHU, *Cabo Verde e Guiné*, maço 19, doc. 28, 3 de Janeiro de 1690, Maria Carlota das Neves Barbosa de Andrade, *A ocupação portuguesa dos "Rios de Guiné" e a concorrência francesa no período de 1680 a 1750 (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, 1967.

Como se pode ver não há grandes alterações de fundo a registar na forma como o comércio da Guiné vinha sendo explorado. Há porém um aspecto que merece ser analisado, já que para os moradores de Cabo Verde e de Cacheu constitui uma questão crucial: o abastecimento e o preço dos géneros.

Nas cláusulas 12ª e 13ª é abordado explicitamente esse problema, e ao que parece as directivas do rei no sentido de regular o preço dos géneros surgem na sequência das constantes reclamações feitas pelos moradores de Cabo Verde e de Cacheu sobre essa matéria¹³⁸. No entanto, como veremos de seguida, a Companhia de Cacheu, à semelhança das anteriores, pauta a sua actuação pelo não cumprimento do estipulado no contrato, dando origem a uma série de reclamações.

Das várias cartas dirigidas ao rei pela Câmara da Ribeira Grande seleccionamos uma datada de Agosto de 1694, que parece traduzir melhor a forma de actuar da companhia e o consequente descontentamento da população local:

“Nós como oficiais deste Senado desta Ilha de Cabo Verde em nome dos moradores dela (...) nos queixamos dos Contratadores da Companhia desta Ilha e Cacheu a causa da nossa queixa é que sendo eles obrigados por hum capítulo a nós dar embarcação capaz para nos reconduzir as nossas fazendas a esse Reino o tem feito ao contrario, como se viu este ano que mandaram uma embarcação somente capaz para lhes reconduzir as suas fazendas para esse Reino, só afim de nos impossibilitarem para não pudermos mandar vir para nossas casas o que nos é necessário. Isto só a fim de quererem meter nesta Ilha as suas fazendas mandando-as deste Reino por carregação com cinquenta por cento, e manda ao seu caixa nesta Ilha que não as vendam pela carregação que lhe mandam se não que nos ponha nelas outros cinquenta em cima, que fazem cento por cento (...) só a fim de nos verem atados todos os moradores desta Ilha e tanto assim que um contratador deste contrato deu ordem por papel ao mestre deste limitado navio que chamam Manuel Tavares que nos alterasse os preços dos fretes dos escravos, cera e marfim que é uso costume nesta dita Ilha pagar-se de frete por um escravo vindo de Guiné mil quinhentos reis e pelo quintal de cera um cruzado e de marfim outro, o que há anos está julgado por uma sentença da relação, queria este mestre Manuel Tavares cobrar por cada escravo dois mil reis e pelo quintal de cera e marfim a quinhentos reis cada quintal ao que acudimos, donde procedeu agravar o dito mestre de nós para o Juízo da Índia e Mina e por uma maneira e outra nos querem ver os contratadores arruinados porque se nos dessem navio capaz que pudessemos embarcar para esse Reino as nossas fazendas para com elas mandarmos buscar o que nos é necessário para nossas casas e famílias escusáramos de comprar as suas por tão exorbitante preço”¹³⁹.

Pelo teor deste escrito, pode ver-se que a situação dos moradores mantém-se a mesma, persistindo os problemas relacionados com a falta de embarcação e com a questão dos altos preços praticados.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 21-22, 3 de Agosto de 1694.

Na sequência desta carta, o rei informa os oficiais da câmara que “aos interessados da Companhia se notificou mandassem mais navios para que pudessem conduzir os géneros dos moradores dessa conquista para este reino e que prometeram mandar duas embarcações na ocasião presente com o que tem cessado por este meio a vossa queixa, e quando o não façam vos ordeno me deis conta com documentos jurídicos para se prover nesta matéria com remédio pronto. E enquanto ao mais e alteração dos fretes, hei por bem se guardem muito (...) inviolavelmente as sentenças da relação”¹⁴⁰.

Se é evidente um certo empenho do monarca na procura de uma solução para os problemas levantados pelos moradores, não é menos verdade que as medidas tomadas não são cumpridas pela companhia. Com efeito, dois anos mais tarde, em 1696, os oficiais da Câmara da Ribeira Grande voltam a referir-se aos mesmos problemas, obtendo do rei resposta praticamente idêntica à anterior:

“havendo mandado ver o que me escreveste em carta de trinta e um de Julho do ano passado, em como esse Povo se achava mui queixoso da Companhia não mandar as embarcações capazes em que pudessem embarcar os seus géneros para este reino o que resultava ficarem parte deles em terra privando esses moradores do pouco comercio que hoje tem para se poderem sustentar e comerciar o pouco que possuem sendo obrigados a comprar por este respeito aos administradores da mesma companhia o de que necessitam por preço muito alto e que não seria assim se o mandassem ir deste reino e que neste particular devia eu prover o remédio conveniente. E pareceu dizer-vos que aos interessados da Companhia de Cacheu fui servido ordenar que mandassem não só todas as embarcações necessárias para a condução dos vossos géneros mas ainda todas as fazendas de que necessitarem os moradores de Cacheu de que também se me fez presente não tinham nem se lhe mandavam as de que necessitavam para o seu provimento”¹⁴¹.

Cremos que os exemplos apontados são mais que suficientes para demonstrar o quanto eram ineficazes as medidas tomadas pelo monarca no intuito de tentar conciliar os interesses dos moradores de Cabo Verde com os da companhia. Esta não cumpre as determinações régias e acaba por ditar as regras que mais favorecem os seus próprios interesses.

No que diz respeito ao comércio de escravos, interesse prioritário para todos quantos actuam na Costa da Guiné, a companhia faz tudo para dificultar a actividade dos moradores. Quando estes porventura conseguem resgatar alguns escravos, depa-ram-se uma vez mais com a questão dos meios de transporte, porque, segundo afirmam, em Cacheu havia “ordens para que não recebessem escravos dos passageiros ou moradores desta Ilha”, no intuito de se verem forçados a vender “as ditas peças a mesma Companhia pelos preços que muitas vezes lhes não acomoda”¹⁴².

¹⁴⁰ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 28-29, 3 de Novembro de 1694.

¹⁴¹ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 41-42, 16 de Novembro de 1696.

¹⁴² AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 43 v.-44 v., 8 de Julho de 1697.

Pode dizer-se que a situação dos moradores é mais fruto de fragilidades estruturais do que consequência directa da forma de agir da companhia. Repare-se que os problemas evocados nessas cartas já aparecem referidos muito antes das companhias começarem a actuar nas ilhas e na Guiné. Em suma, tudo se resume à questão da inexistência nas ilhas de meios de transportes adequados que permitam aos moradores uma participação directa no tráfico. Sem mobilidade para lá do espaço das ilhas, caem numa situação de extrema dependência face aos agentes comerciais alheios ao arquipélago, com todos os inconvenientes daí resultantes.

Para conseguir seus objectivos, a companhia tinha necessariamente que tentar, por todos os meios ao seu alcance, neutralizar os moradores de Cabo Verde detentores de antigos privilégios, mas incapazes de os fazer valer perante os estatutos da companhia.

Quando as companhias passaram a operar na região da Costa da Guiné, ultrapassadas as lutas de Restauração entre as duas Coroas, as Índias de Castela constituíram o principal mercado de destino dos escravos. No entanto, nos finais do século XVII, com a crescente necessidade de mão-de-obra para a valorização das terras no Norte e Nordeste do Brasil, parte dos escravos adquiridos na Costa da Guiné ou no arquipélago passa a ser canalizada para este novo destino. Com a Companhia de Cabo Verde e Cacheu, criada em 1690, esta tendência torna-se mais evidente. Na altura da criação desta companhia, por exemplo, o rei, no sentido de atender as solicitações entretanto feitas pelos moradores do Pará e Maranhão, recomenda que sejam introduzidos nessas regiões 145 escravos por ano, disponibilizando-se a subsidiar o empreendimento no valor de 8.000\$000 réis¹⁴³.

Comparado com a demanda das Índias de Castela pode dizer-se que a importação de escravos provenientes da região da Costa da Guiné para o Norte do Brasil é insignificante. Em 1696, já no fim da vigência do contrato da Companhia de Cacheu e Cabo Verde, esta acordou com o Conselho Real das Índias, em Espanha, o fornecimento de "10.000 toneladas" de escravos (30 000 escravos) às Índias de Castela, durante o prazo de seis anos e oito meses, o que dá uma média de 4500 por ano¹⁴⁴.

A forte procura castelhana e o elevado preço por que eram vendidos os escravos nas Antilhas são factores que terão levado as companhias a investir nos mercados espanhóis, restabelecendo a ligação entre as zonas de compra de escravos, dominadas pela Coroa portuguesa em África, e os mercados de venda de escravos, dominados pela Coroa castelhana na América. O preço dos escravos inflaciona-se com a demanda cada vez mais crescente de mão-de-obra e são sobretudo os produtores castelhanos quem se mostra disposto a acompanhar essa subida. Os moradores de Cabo Verde, como já vimos, dizem que a companhia lhes vendia um escravo pelo preço de quatro, enquanto os do Pará pediam, em 1696, ao rei, que lhes fosse prestado novo auxílio em

¹⁴³ António Carreira, *As Companhias Pombalinas*, Porto, 1983; AHU, *Conselho Ultramarino*, cód. 296, fls. 79-80, 2 de Dezembro de 1692, Maria Carlota das Neves Barbosa de Andrade, *A ocupação portuguesa dos "Rios de Guiné" e a concorrência francesa no período de 1680 a 1750 (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, 1967, p. 44.

¹⁴⁴ António Carreira, *As Companhias Pombalinas*, Porto, 1983. Uma "tonelada" equivale a 3 escravos adultos e bem constituídos.

escravos; mas “com diminuição no preço por ser excessivo o que aí se dá por cada um”¹⁴⁵.

Apesar de se mostrar sensível às queixas que lhe eram apresentadas, o monarca tinha plena consciência de que nada podia fazer para alterar as regras do mercado. Aliás, deixa isso bem patente na resposta que dá aos moradores do Pará, quando lhes diz que em relação aos escravos tinham que os adquirir pelos preços por que ali eram vendidos¹⁴⁶.

O caso dos moradores de Cabo Verde era porém mais complexo e dramático, não só pelo facto da sua situação económica não lhes permitir comprar os escravos a preço de mercado, mas, sobretudo, pela extrema dependência que tinham face às companhias. Daí que as reclamações fossem frequentes, consistindo as queixas, no essencial, na questão da falta de embarcações para o transporte de suas mercadorias e no excessivo preço cobrado pela companhia tanto nos fretes como nas mercadorias que lhes vendiam. Apesar das notificações feitas pelo monarca aos administradores da companhia, o problema dos moradores não se resolve, agravando-se ainda mais a situação económica do arquipélago, com os cofres públicos falidos pela falta de receitas. Convém não esquecer que o despacho dos escravos era feito em Cacheu, pelo que, mesmo que a companhia introduzisse escravos nas ilhas, o erário régio não arrecadava direitos nenhuns devido à isenção fiscal de que beneficiava¹⁴⁷.

A Companhia de Cabo Verde e Cacheu é extinta em 1696, surgindo em sua substituição a Real Companhia das Índias que durou cerca de dez anos. Tal como as outras que a antecederam, nenhuns benefícios trouxe aos moradores de Cabo Verde, cujas queixas não paravam de chegar ao poder central.

Na sequência dos sucessivos apelos feitos a partir de Santiago, devido à constante falta de dinheiro para pagamento dos filhos da folha, em 1713, o Conselho Ultramarino acaba por sugerir aos moradores que o melhor que eles tinham a fazer era organizar-se em companhias e adquirir navios próprios para navegar para a Guiné¹⁴⁸. Esta sugestão é de facto bem acolhida pelos moradores e começam as iniciativas no sentido de a materializar. Volvidos porém cerca de três anos, o governador dá conta da impossibilidade de se levar o projecto avante por serem diminutas as quantias que os moradores pretendiam despendar para criar essa companhia local. Queriam admitir sócios com cotas de valor inferior a 400.000 réis, o que à partida tornaria a companhia inviável¹⁴⁹. Isto apesar do coronel Paulo Gomes de Abreu e Lima se ter disponibilizado a fornecer de imediato dois navios, oferecendo-se também a servir de capitão-mor¹⁵⁰. A criação de uma companhia de comércio implicava investimentos

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ A única instituição que se mostra com alguma capacidade para extrair algum lucro do tráfico que, embora em pequena escala, ainda passa pelas ilhas é a Igreja, valendo-se do argumento de que os escravos não deveriam sair para fora das ilhas sem ser previamente catequizados e baptizados. A medida tem o aval do rei, mas para não afectar os interesses da companhia, o rei exclui os escravos que esta coloca nas ilhas em escala. Por conseguinte, quem acaba por suportar mais este encargo são os moradores.

¹⁴⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 78, 19 de Abril de 1713.

¹⁴⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 89, ant. a 27 de Julho de 1716.

¹⁵⁰ Idem.

financeiros elevados, o que não se encontrava acessível às posses dos interessados. Até porque a criação destas companhias não visava tanto o desenvolvimento dos territórios ultramarinos como o controlo centralizado do comércio em regiões rendosas, mas em que os capitais corriam riscos e, por isso, o Estado se assumia como seu garante. Em Cabo Verde não havia pessoas com capitais, nem o Estado lhes daria qualquer garantia.

A Companhia do Grão-Pará e Maranhão

Ao contrário das companhias criadas no decurso do último quartel do século XVII, com gente ligada ao comércio na Costa da Guiné, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão tem subjacente à sua formação um contexto que envolve interesses muito mais vastos de acordo com as novas características impostas no reinado de D. José: embora visando o comércio, prevê-se que realize o fomento das zonas em que vai actuar¹⁵¹. Trata-se de um projecto encabeçado por homens de negócios do Norte do Brasil. Tem por finalidade a valorização económica das terras do Pará e do Maranhão, e todos reconhecem ser impossível sem o concurso maciço da mão-de-obra escrava africana. O empreendimento é ambicioso e requer não só avultados meios financeiros mas também forte apoio do Estado. Ao projecto se associam outros negociantes de Lisboa que investem o capital necessário para a formação da companhia.

A ideia da constituição de uma companhia suficientemente forte, capaz de competir em pé de igualdade com as suas congéneres europeias, tem o patrocínio do Estado, na pessoa do homem forte do regime: o marquês de Pombal. As negociações com vista à organização da companhia começam no início da década de cinquenta e assim que a proposta é formalizada é imediatamente aprovada, em 6 de Junho de 1755, sem restrição a nenhuma das regalias, poderes e garantias solicitados nas cinquenta e uma cláusulas que a compõem¹⁵².

Contra as inúmeras regalias concedidas protestaram energicamente os homens de negócio de Lisboa, considerando-as lesivas aos interesses dos comerciantes do Reino e, para além disso, nocivas ao País, mas a contestação foi sufocada violentamente pelo marquês de Pombal que mandou castigar os mentores.

A Companhia do Grão-Pará tem sido objecto de aprofundados estudos, pelo que nos escusamos de tratar o tema na generalidade, ainda que de forma superficial. Aqui apenas nos interessa entender qual é a linha de orientação da política comercial seguida pela companhia no que ao arquipélago de Cabo Verde diz respeito.

A Companhia do Grão-Pará é uma empresa de estrutura tentacular muito complexa e, por razões óbvias, uma abordagem mais profunda transcende o âmbito deste capítulo. Não era só uma companhia de comércio, mas também de agricultura.

¹⁵¹ António Carneira, *As Companhias Pombalinas*, Porto, 1983, pp. 272-277; Jorge Borges de Macedo, "Companhias Comerciais", *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 636-644; Tito Augusto de Carvalho, "As companhias portuguesas de colonização", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 19ª série, Abril-Junho 1901, nº 406; José Ribeiro Júnior, *As companhias coloniais no processo de acumulação originária: um estudo de caso (o nordeste brasileiro)*, *Anais de História*, ano 8, 1976, São Paulo.

¹⁵² Idem.

Usufrua de grandes privilégios fiscais, era independente dos tribunais, dirigida por um provedor e oito deputados com mais de 4.000\$000 réis investidos, tinha licença para construir navios mercantes e de guerra, ficava com o comércio exclusivo do Pará e Maranhão, fomentava a cultura do algodão e do arroz, desenvolvia intensa actividade de transportes no tráfico negreiro e também de produtos agrícolas, como seja o algodão.

Devido a esta grandiosidade, é aconselhável que nos restrinjamos aos aspectos mais específicos que dizem respeito ao arquipélago de Cabo Verde e a este capítulo, sob pena de nos perdermos na vastidão do tema. Assim, centraremos a nossa atenção essencialmente no impacto que teve a companhia na economia das ilhas, deixando de lado aspectos de administração civil e militar. Para tal, impõe-se como suporte obrigatório a leitura das obras de António Carreira, que é, sem dúvida, a autoridade máxima no que se refere à problemática do papel da Companhia do Grão-Pará e Maranhão nas ilhas¹⁵³.

O interesse imediato da Companhia do Grão-Pará e Maranhão pelo continente africano prende-se com a questão do tráfico, pois as crescentes necessidades de mão-de-obra no Brasil implicam um fluxo permanente de levas de escravos para garantir uma eficaz exploração dos vastos recursos desse espaço. É o objectivo a que se propõe a companhia, sendo uma das razões que a terão levado a solicitar ao rei o “privilégio de resgatar os ditos escravos negros nas costas de Africa (...) para que só ela possa exclusivamente introduzir os referidos escravos negros nas sobreditas duas capitania e vendê-los pelos preços que se ajustar”¹⁵⁴.

Ao começar a sua actividade, a companhia apercebe-se, porém, que o tráfico se encontra compartimentado em áreas de influência mais ou menos definidas pelas potências europeias envolvidas no tráfico e que há toda a conveniência em concentrar os esforços naquelas onde a liberdade de acção dos portugueses é maior. É dentro deste contexto que se enquadra a petição apresentada pela companhia ao rei, em Novembro de 1757, na qual solicita o exclusivo do comércio na tradicional área de Cabo Verde e Costa da Guiné:

“(...) desejando eficazmente estabelecer na Costa da Guiné o comércio da mesma companhia para que dele resultem as utilidades que se podem esperar não somente em aumento da fazenda Real, beneficio do reino e daquela conquista, mas também em facilidade de se introduzirem nele os escravos necessários para a sua cultura, suplicam humildemente a Vossa Majestade seja servido conceder-lhe privativamente para a mesma Companhia por tempo de vinte anos o comércio exclusivo das ilhas de Cabo Verde suas anexas e Costa da Guiné desde o Cabo Branco até ao Cabo das Palmas (...)”¹⁵⁵.

Pelo excerto aqui transcrito pode ver-se que a companhia tenta concentrar os seus esforços na antiga área onde os portugueses sempre tinham actuado, embora na altura já estivessem praticamente confinados à que hoje corresponde à actual Guiné-

¹⁵³ António Carreira aborda este tema em quase todos os seus mais importantes trabalhos.

¹⁵⁴ António Carreira, *As Companhias Pombalinas*, Porto, 1983, p. 41.

¹⁵⁵ Idem, esta petição está integralmente transcrita nas pp. 272 a 277.

-Bissau. A delimitação geográfica equivale, em suma, à área de intervenção atribuída aos moradores de Cabo Verde logo no início da colonização.

Na Costa da Guiné, porém, a concorrência estrangeira já assume contornos de facto consumado e para a conter torna-se indispensável a presença de uma companhia suficientemente forte capaz de se opor aos rivais. As experiências anteriores haviam falhado por completo, assistindo-se à gradual perda da influência portuguesa na região. O comércio da Guiné é dominado pelos estrangeiros, com a agravante de serem as ilhas que lhes facultam um dos meios para que esse domínio se efective. Como já foi dito atrás, parte significativa do comércio na Costa da Guiné é feita com os apreciados panos de algodão das ilhas de Cabo Verde, sendo os estrangeiros os principais responsáveis pela sua colocação no mercado africano.

O súbito interesse da companhia pelo arquipélago e as condições em que pede o exclusivo são reveladores da importância do papel que as ilhas ainda desempenham no comércio da Guiné, embora já sem capacidade de dinamizar o tráfico de escravos. É uma importância residual de que os concorrentes muito bem se aproveitam. As ilhas funcionam como uma base de apoio logístico para os estrangeiros que demandam os seus portos, quer para se “refrescarem quer para se abastecerem de panos de algodão”. Na sua actividade no terreno a companhia terá reconhecido que dificilmente lograria ter sucesso no tráfico sem chamar a si o controlo do espaço cabo-verdiano, que desde o século XV desempenhara continuamente a função de “feitoria insular” da Costa da Guiné, primeiro para os portugueses, depois também para os castelhanos. E o mais grave é que outros concorrentes estrangeiros estavam a utilizar informalmente as grandes vantagens daquela escala atlântica, secundarizada e deixada a descoberto pela Coroa.

As condições requeridas pela companhia na petição do exclusivo estão contidas em dezasseis cláusulas e abrangem privilégios e monopólios em áreas que vão do fisco ao militar e às relações internacionais, substituindo-se aos poderes instituídos e à própria Coroa. Condições de excepção de tal modo agravadas que mandava a cautela que ficassem secretas em parte. Transcrevemos as de maior interesse para o nosso tema:

9ª – “Que para suprir a grande despesa de que a Companhia se encarrega para a manutenção, fortificação e defesa das sobreditas ilhas e seus presídios haja Vossa Majestade por bem conceder à Companhia por tempo de vinte anos, contados da data de confirmação de Vossa Majestade todas as rendas reais e mestrais que naqueles domínios pertencem actualmente, e para o futuro pertencerem à Real Coroa de Vossa Majestade, compreendendo-se nesta generalidade os rendimentos das alfândegas, dízimos, foros chancelarias impostos e outros quaisquer rendimentos que por respeito do Real e Supremo Domínio de Vossa Majestade pertencem à Coroa (...)”.

10ª – “E porque não bastam os expressados rendimentos para suprir às referidas despesas: Suplicam a Vossa Majestade se sirva conceder também à dita Companhia o comércio privativo da erva urzela, livre de todo o encargo ou direito, debaixo do título aparente de um arrendamento, para que só a Companhia o possa fazer em toda a extensão dos referidos domínios e ilhas dos Açores e da Madeira, como actualmente se pratica (...). E que em

consequência desta graça seja Vossa Majestade servido ordenar que enquanto durar o privilégio da Companhia se não torne a arrematar o contrato da dita erva urzela que por esta condição ficará privativamente pertencendo à dita Companhia, a qual a poderá descarregar imediatamente para os seus armazéns, sem ser obrigada a levá-la às alfândegas”.

- 11ª – “E porque nem assim deixaria a Companhia de ficar prejudicada pelo grande excesso das despesas: Suplicam a Vossa Majestade seja servido conceder à dita Companhia o comércio privativo e exclusivo das ilhas de Cabo Verde, suas anexas e da Costa da Guiné desde o Cabo Branco até ao Cabo das palmas inclusive, em todas as praças e feitorias que até ao presente se acham estabelecidas e para o futuro se estabelecerem para que só a dita Companhia pelos seus feitores e comissários, e com os seus navios o possa fazer; havendo por bem que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja, por si nem por interposta pessoa, o possa fazer deste Reino, nem das suas conquistas, para os portos dos referidos domínios. Em ordem a este fim e ao de dissimular este privilégio, enquanto for possível, se servirá Vossa Majestade de o mandar impedir por meios indirectos, como o de se denegarem despachos aos navios e de se confiscarem pelos governadores aqueles que forem sem despachos e outros semelhantes, sendo nacionais. Porém sendo de nações estrangeiras, se usará de todos os possíveis meios indirectos para que lhes seja nocivo o comércio que buscarem nas referidas ilhas e Domínios, e para que neles lhes falem os meios de o continuarem. Mas no caso de o quererem introduzir com força declarada, se depois das escusas que os governadores lhes fizerem com os seus regimentos insistirem ainda, se lhes protestará que vejam que rompem a paz como injustos agressores, passando-se de tudo actos por escrito, para constar desta moderação. E se apesar dela tornarem ainda a insistir, ofendendo com tiros ou com outros actos de hostilidade se lhes responderá repelindo então a força com a força em natural defesa”¹⁵⁶.

Pela abrangência dos privilégios solicitados conclui-se que está em curso um processo de privatização do arquipélago, propondo-se a companhia a substituir o Estado nas competências e atribuições que por norma pertencem a este último. Com efeito, no seu todo, as cláusulas constantes da petição prevêem uma transferência da soberania das mãos do Estado para as da companhia e acautelam o seu carácter sigiloso, prevendo forte reacção dos moradores de Cabo Verde.

A companhia apresenta a petição dois anos após ter iniciado a sua actividade, tempo suficiente que lhe terá proporcionado uma visão clara das potencialidades oferecidas pelas ilhas. Todos os indícios apontam no sentido de que só após uma prospecção feita *in loco* a companhia avaliou bem a necessidade de exercer um forte domínio ao nível político, militar e económico no arquipélago. A referência à urzela, à questão dos estrangeiros e ao relatório das despesas e receitas constante na petição

¹⁵⁶ Idem, pp. 278-279.

levam-nos a essa conclusão. Embora não apareça mencionada, acresce sublinhar a produção manufactureira dos panos cuja importância no tráfico não escapou à avaliação da companhia. Por isso, julgamos que ao pedir o exclusivo a companhia fê-lo na convicção de que o investimento nas ilhas pode ser lucrativo, apesar de estrategicamente deixar transparecer que “difícilmente” irá ter lucros devido aos muitos encargos que terá de suportar. A possibilidade de monopolizar o tráfico, de explorar em regime de exclusividade a urzela bem como o comércio dos panos, por si só justificava o esforço. Isso sem contar com as receitas provenientes da alfândega, dos foros, dos impostos, e dos dízimos que também passam a ser arrecadados pela companhia. Com todas essas regalias e poderes a empresa dificilmente poderia ter “prejuízos”.

Mas acima de tudo a companhia pretendia adquirir um meio de controlo sobre a escala internacional que eram as ilhas de Cabo Verde e, consequentemente, sobre a navegação estrangeira na área. Por um lado, a sua frota dificultava o acesso aos portos para o “refresco”, por outro lado, a administração monopolizava a moeda de troca preferencial na compra de escravos na Costa da Guiné, que eram os panos.

A petição a que nos referimos é aprovada sem qualquer ressalva por parte da Coroa, num processo rodeado do máximo sigilo e extremamente rápido. A proposta é apresentada a 14 de Novembro de 1757 e aprovada por alvará de confirmação a 28 do dito mês. Deste último diploma iremos transcrever apenas um pequeno excerto: “(...) Hei outro sim por encarregada e metida de posse a dita Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão pelo referido tempo de vinte anos somente, do comércio privativo e exclusivo, e do governo político e militar das ilhas de Cabo Verde e suas anexas (...) para que na forma contida nos ditos dezasseis capítulos entre logo a exercitar desde o dia da data deste o dito comércio e governo em todo o referido continente, sem mais dependências que a das minhas Reais resoluções, imediatamente emanadas de mim em particularíssimo segredo enquanto existirem os motivos políticos que assim o requerem”¹⁵⁷.

Com este alvará consuma-se o processo de “privatização” das ilhas, cabendo à companhia o papel de entidade substituta da acção governamental, com majestático poder sobre esse espaço e essa comunidade, por um período de vinte anos.

Desde logo se temeu a luta política pelo poder numa comunidade que fazia questão em estabelecer ligação directa ao poder do próprio Estado na pessoa do rei. Os “motivos políticos” referidos na carta, e subjacentes à necessidade de se procurar evitar a todo custo que o conteúdo da petição seja do conhecimento público, têm a ver com a resistência da elite local à amplitude dos privilégios e poderes concedidos à companhia. Na verdade, trata-se de uma concessão extremamente prejudicial aos interesses dos “homens poderosos” de Cabo Verde. O governo tem plena consciência deste facto, sendo por isso que na petição se sugere que o processo seja conduzido com o máximo sigilo e que os privilégios sejam dissimulados tanto quanto possível. Nota-se que em várias passagens do documento se refere a necessidade das acções serem conduzidas, ou de forma “dissimulada” ou sob a capa “aparente” de, ou ainda

¹⁵⁷ *Idem, ibidem.*

com “cautela”, porque assim “se encobrirá melhor a concessão particular da dita companhia”.

Esta excessiva preocupação, no sentido de se procurar encobrir as acções, não deixa de ser sintomático de que a concessão padecia de grandes anormalidades, não sendo por isso aconselhável politicamente, no sentido da manutenção do poder do próprio Estado, a divulgação do seu conteúdo. Repare-se que os moldes, em que o exclusivo estava concebido, faziam da companhia a senhora absoluta das ilhas com poderes majestáticos, reservando aos moradores o papel de meros servidores. A extensão dos poderes atribuídos e as excepcionais regalias concedidas transformavam a companhia numa entidade opressiva e onnipresente, por conseguinte incómoda em todos os aspectos. Se os moradores de Cabo Verde, reputados de revoltosos e orgulhosos, dados a levantamentos contra as autoridades coloniais, tivessem conhecimento prévio das negociações, poderiam comprometer os intentos da companhia que se apresentava como substituta de algumas dessas autoridades. Assim, por “razões políticas”, as condições em que lhe é dada a posse das ilhas são consideradas segredo de Estado, inviolável enquanto o monarca o entender por bem. Daí também a razão da celeridade do processo.

Ação da companhia como força de bloqueio. Neutralização das iniciativas dos moradores

Aprovados os estatutos, “a companhia estabelece-se nas ilhas pouco mais de um mês depois, dando logo início às suas actividades e usando de todos possíveis meios indirectos para que (...) seja nocivo o comércio” aos estrangeiros. É o que deixa transparecer a carta do governador do arquipélago, escrita em Janeiro de 1758. Informa que chegou uma galera do contrato do Maranhão e que recebeu do seu capitão as cartas régias em que lhe manda declarar as obrigações do contrato, devendo prestar toda a ajuda aos administradores da companhia e proibindo o comércio de navios estrangeiros e nacionais¹⁵⁸.

Na verdade, a Companhia do Grão-Pará não lograria obter sucesso no tráfico se não tivesse sob seu controlo a comercialização e, em certa medida, a própria produção dos afamados panos de algodão nas ilhas. Estes eram uma das mercadorias de maior aceitação no resgate de escravos, sendo por isso muito procurados. Por um lado, impunha-se à companhia o controlo imediato e efectivo sobre o comércio dessa mercadoria estratégica e, por outro, tentar pôr cobro à presença da navegação estrangeira, cujo interesse pelo arquipélago muito se devia aos panos. Com efeito, pode perceber-se, na cláusula 11ª da petição, que a companhia sublinha a necessidade imperiosa de se fazer com que se crie todas as dificuldades possíveis aos estrangeiros com o fim de lhes fazer perder o interesse no comércio local. Afastando os estrangeiros, a companhia estaria em melhores condições de poder exercer, de forma plena, as prerrogativas que lhe foram conferidas e impor o seu domínio sobre os moradores. Estes sem outras alternativas teriam forçosamente de recorrer aos serviços da companhia, submetendo-se às regras por ela impostas.

¹⁵⁸ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 56, 2 de Janeiro de 1758.

Não eram só os panos o motivo de interesse da companhia pelo arquipélago. A alta cotação da urzela no mercado europeu constituiu também um dos factores que terá pesado na petição de exclusivo apresentada pela Junta da Companhia, porquanto a produção deste género nas ilhas era abundante. Ao se instalar nas ilhas a companhia descobriria outros motivos de interesse, acabando por se assenhorear, inclusive, do próprio comércio miúdo.

São extintos todos os ofícios da fazenda, incluindo o de provedor (desempenhado pelo ouvidor), mantendo-se apenas o de escrivão da alfândega. Quem neste caso chama a si o direito de exercer tais funções são os administradores da companhia, muitas vezes sem preparação adequada e sem base legal para o fazer. É uma ilação que se pode extrair da carta do ouvidor-geral Carlos José de Souto Maior ao rei, em 1761. Diz que depois da companhia se ter estabelecido nas ilhas entendeu o administrador-geral que, com a extinção dos ofícios da fazenda, estava também extinto o de provedor, pelo que o dito administrador se tinha arvorado em provedor-comissário, tomando conta a alguns almoxarifes e feitores. Diz ainda que o administrador tem feito arrendamento dos dízimos e direitos reais que se pagam à Fazenda, o que devia ser feito em praça pública e com a intervenção de uma autoridade judicial, e que também tem visto muitas irregularidades nos livros das contas, nomeadamente a omissão de significativas parcelas do rendimento das vacas¹⁵⁹.

Não temos informações sobre a forma como a companhia é acolhida, mas é de crer que as reacções não terão sido as melhores. A amplitude do exclusivo é tal que não deixa aos moradores nenhum espaço de manobra, pelo que o choque com a companhia é portanto inevitável. Uma outra carta do mesmo ouvidor de 1761¹⁶⁰, três anos após a companhia se ter instalado nas ilhas, permite-nos detectar os primeiros indícios de descontentamento. É um documento extenso e de grande interesse, mas transcreveremos apenas alguns excertos.

Reportando-se à situação económica, o ouvidor diz que “o estado do comércio desta ilha de Santiago está por ora florescente para os interesses da Companhia do Grão-Pará e Maranhão pelos avultados lucros que dele resultam”. Porém, face às circunstâncias anómalas em que esse comércio se processava, o ouvidor mostra-se pessimista quanto a uma evolução positiva da situação, caso não fossem tomadas as “providências” necessárias para corrigir as anomalias. Continuando a carta, o ouvidor, num tom muito crítico, expõe os motivos do descontentamento da população:

“Queixa-se geralmente o povo de que sendo exclusivo todo o comércio da Companhia se tenham alterado os preços de algumas fazendas que se lhe vendem a troco das suas manufacturas e mais géneros que conservam no seu antigo e inalterável custo, porque não tendo a liberdade de permutá-los com outrém se sujeitam a vendê-los a mesma Companhia com a lesão do acréscimo que esta lhe vão aumentando nas ditas fazendas e mais géneros. E se esta permutação não for favorável para os

¹⁵⁹ Carta do ouvidor Carlos José de Souto Maior, AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 20, 14 de Abril de 1761.

¹⁶⁰ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 18, 14 de Abril de 1761. António Carreira, *As Companhias Pombalinas*, Porto, 1983.

habitantes declinarão as fábricas dos seus panos, agricultura dos algodões e colheita da urzela, que são os únicos braços do seu comércio, porque as mais produções da terra, sendo fertilíssima têm muito pouca saída¹⁶¹.

O ouvidor diz também que “pela mesma razão de ser exclusivo o comércio se queixam outro sim os habitantes de não poderem dar saída a mais de 2000 panos que dá nesta ilha porque não querem os administradores compra-los a dinheiro e só sim alguns escolhidos a troco dos seus géneros, de que nem sempre necessita pois com eles não pode satisfazer as rendas da terra e foros a que são obrigados. Queixa-se outro sim este povo de que estando na posse de vender aos estrangeiros e nacionais carneiros, porcos, cabras e mais víveres, exceptuando somente bois e vacas por ser contrato da Real Fazenda tenha a Companhia arrogado privativamente a si a venda das sobreditas carnes, estendendo-se presentemente também a galinhas, abóboras laranjas e mais frutas da terra, que a mesma companhia compra aos habitantes pelo seu preço costumado, e revende aos estrangeiros por outro excessivo, quando lhos pedem por rol, utilizando deste lucro que a principio tinha reservado para o povo, como Vossa Majestade foi servido declarar nas ordens que se expediram ao governador destas ilhas de cuja inobservância resulta irreparável prejuízo ao bem comum, concorrendo mais este motivo para a sua decadência¹⁶²”.

Esta carta traduz bem o impacto negativo que a Companhia do Grão-Pará tem sobre as ilhas. Como pode ver-se é uma introdução omnipresente sobre toda a actividade económica, desde a mais rentável à mais modesta. Para chamar a si o comércio miúdo, a companhia organiza uma rede de lojas e armazéns que desde cedo manda instalar em todas as ilhas habitadas¹⁶³. Apropria-se do pequeno comércio maneado pela arraia-miúda, enquanto assume inclusive o papel de “atravessador”, comprando ao povo os géneros a baixo preço para depois vendê-los aos estrangeiros por preços exorbitantes. Isto à revelia de uma directiva régia de 1759 que recomendava à companhia que nestes casos comprasse os géneros aos moradores pelos preços que estes os vendiam aos estrangeiros¹⁶⁴.

Os altos preços praticados fazem parte da estratégia preconizada pela companhia, no sentido de tornar “nocivo” aos estrangeiros o comércio nos portos das ilhas. Afastar os estrangeiros é, como já vimos, um dos objectivos que a companhia visa alcançar, e para o conseguir não pode deixar nenhum espaço de manobra aos moradores, impedindo-os de contactar com os estrangeiros. É evidente que, com apenas as quatro embarcações de que a companhia dispõe para o “giro das ilhas”, dificilmente pode pretender afugentar a navegação estrangeira dos mares do arquipélago, mas neutralizando a acção dos moradores, pode criar dificuldades no apoio logístico que estes prestam aos mercadores estrangeiros que procuram os portos das ilhas. Aqui, os estrangeiros estavam acostumados a adquirir todos os géneros de que

¹⁶¹ Idem; António Carreira, *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, Lisboa, 1983, pp. 234 e segs.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 76, 5 de Julho de 1759.

¹⁶⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 38, 8 de Julho de 1771.

necessitavam quase ao desbarato, e ao aumentar excessivamente os preços a companhia esperava conseguir tornar "nocivo", ou seja, pouco atractivo, esse comércio.

A exclusividade comercial é uma política que a companhia procura levar ao extremo, e pode dizer-se que, no combate ao comércio ilícito com os estrangeiros, consegue ter um maior grau de eficácia do que o alcançado antes pelos funcionários régios. Mormente por dispor de melhores meios para uma fiscalização mais apertada: possui embarcações que podem fazer a vigilância nos portos, tem funcionários espalhados por todas as ilhas e usa de forma discricionária o poder de que está investida. O seu raio de acção é de tal ordem que acaba por se verificar um abrandamento momentâneo da intensidade do contrabando, bem como da presença da navegação estrangeira nas ilhas. No que diz respeito ao contrabando, já vimos que a companhia consegue ter algum controlo. Quanto à quebra registada no movimento marítimo, há também alguns indícios que apontam nesse sentido. Em 1764, o bispo Fr. Pedro Jacinto Valente diz que a ruína que as ilhas experimentam deve-se à falta de comércio, pela pouca abundância de barcos, pois, em tempos idos, ainda vinham uma ou duas embarcações inglesas e que agora passam-se anos sem que se tenha notícia de umas ilhas para outras¹⁶⁵. Pela mesma altura, o Senado da Câmara da Ribeira Grande, referindo-se a essa situação, compara a cidade a uma "segunda Tróia destruída", alegando não poder proceder às necessárias obras de reparação porque é tal a pobreza que nem as festas reais pode fazer. Isto pelo facto de a câmara não ter mais rendimento que o de duas vacas por navio, sendo já poucos os que vêm fazer refresco¹⁶⁶.

Cremos que os exemplos apontados são elucidativos do afrouxamento momentâneo da presença estrangeira nos mares do arquipélago. Sem os principais interlocutores comerciais, a população fica na completa dependência da companhia. Os moradores ainda recorrem a algum contrabando e alguns chegam, inclusive, a desafiar a autoridade da companhia, comerciando abertamente com os estrangeiros, mas em qualquer dos casos, quando são descobertos, ela usa o seu poder absoluto para mandar prender os infractores, confiscar-lhes os bens e cometer toda uma série de arbitrariedades.

É através desta política de terror que os moradores se vão sujeitando às prepotências da companhia, que tem carta branca e protecção da única instância a que podem recorrer: o rei. Importa salientar que a companhia do Grão-Pará e Maranhão nada mais é do que a extensão do poder colonial nas ilhas, sendo através dela que altos interesses de Estado se realizam. Se a companhia entende, por exemplo, que para potenciar o desenvolvimento do Norte do Brasil, prioritário para a Coroa, é preciso sacrificar a economia das ilhas, os interesses dos seus moradores pouco contam.

Com efeito, face a forma como a companhia opera no arquipélago, parece-nos que uma hipótese a colocar é a de que um dos objectivos por ela pretendidos é o de bloquear a economia local, retirando-lhe a possibilidade de contactar com o exterior e, ainda que de maneira indirecta, lucrar com o tráfico de escravos. Só assim se explica o facto de a companhia não ter investido no fomento do cultivo do algodão, o que é tanto mais intrigante quanto se sabe que este género é a matéria-prima usada na con-

¹⁶⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 36, 4 de Junho de 1764.

¹⁶⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 41, 23 de Junho de 1764.

fecção dos panos, mercadoria de importância vital no resgate de escravos na Costa da Guiné. O declínio do algodão tem muito a ver com a falta de mão-de-obra escrava, e todas as sugestões avançadas pelas autoridades locais para colmatar essa lacuna convergem no mesmo sentido: introdução de novos escravos, com a colaboração da companhia. Em 1761, por exemplo, na opinião do ouvidor Carlos José de Souto Maior a escassez de mão-de-obra “facilmente poderia obviar-se, pagando a companhia aos filhos da folha com alguns escravos e vendendo aos habitantes cada ano um certo e determinado número dos mesmos a dinheiro ou a troco dos géneros da terra, e não tendo possibilidade para compra-los por este modo se venderia a cada três ou quatro lavradores um escravo fiado com obrigação de aplica-lo a plantar algodoeiros e agricultural as terras frutíferas para do seu produto satisfazerem o custo deles como praticou a Companhia Francesa quando se estabeleceu nas Martinicas, de que lhes tem resultado avultadíssimos lucros”¹⁶⁷.

No ano seguinte, são os oficiais da Câmara da Ribeira Grande que abordam o problema, avançando uma solução praticamente idêntica:

“Para subsistir esta Ilha, e ter algum aumento; não há outro meio mais que os senhores da Companhia mandarem logo meter nela duzentos escravos, e cem escravas ao menos aqueles para cultivarem as fazendas, e estas para fiarem o algodão. Sendo repartidos pelos moradores conforme as fazendas, e posse que tiverem, dando lhes fiado por tempo de três anos pela primeira vez para pagarem nos efeitos da terra acima ditos por quanto os escravos boçais sempre adoecem no primeiro ano e estranhão a terra e nela não trabalham nada do segundo ano em diante começam a trabalhar, e para as mais vezes bastara espera de hum ano para pagarem, e conforme forem aumentando mandarem os ditos senhores meter mais escravos, porque os pretos forros da terra não trabalham a jornal, e só para si, quanto basta para comerem hum par de meses, pois é certo que os escravos são mortais e morrem muitos. Nesta Ilha pessoa houve nela que veio de Guiné haverá vinte e oito anos com muita escravatura, e tem morrido mais de cento e vinte escravos no espaço deste tempo: E se os ditos Senhores assim fizerem poderá ter algum melhoramento a Ilha de grande decadência em que está, e pelo contrario se experimentará a sua ultima ruína com brevidade de quatro até cinco anos, e com evidencia o sentirão os Administradores com a falta dos panos”¹⁶⁸.

A falta de mão-de-obra escrava é, com efeito, um sério problema, na altura agravado pelo facto de a população livre se mostrar reticente ao trabalho assalariado. Qualquer das soluções apresentadas, quer pelo ouvidor quer pelos oficiais da câmara, poderia resultar, mas é evidente que a companhia não as ia pôr em prática, já que os interesses das capitânias do Pará e Maranhão eram prioritários. Aliás, é de realçar que a companhia em certos momentos não se coíbe de recorrer ao mercado das ilhas para ajudar a satisfazer a crescente procura por parte dessas regiões brasileiras, servindo-se

¹⁶⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 18, 14 de Abril de 1761.

¹⁶⁸ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AIR, L.º 19, fls. 50 v.-57, 3 de Fevereiro de 1762.

inclusivamente de métodos coercivos para forçar os moradores a vender-lhe escravos¹⁶⁹.

A companhia via de regra não introduz escravos nas ilhas, apesar dos apelos das autoridades locais. O principal objectivo da companhia é o de abastecer de escravos o Norte do Brasil. O arquipélago apenas aparece associado a esse circuito de troca mercê da sua manufatura de panos, mas não colhe nenhum benefício.

A rota de tráfico com destino ao Pará e Maranhão, timidamente esboçada ainda no século anterior, é agora confirmada pela companhia, que estabelece uma carreira regular que, partindo de Portugal, tem o arquipélago como escala obrigatória. Pelo que se pode apurar, os navios saem de Lisboa, escalam o arquipélago para adquirir panos, seguem para Cacheu ou Bissau onde são comprados os escravos, e daqui rumam com destino a Maranhão ou Pará. A torna-viagem é geralmente feita em direcção aos portos de origem, iniciando-se então novo ciclo.

Confirmando uma tendência que já se vinha a verificar, a participação de Cabo Verde no tráfico é feita de forma indirecta. Fornece os panos com os quais boa parte do tráfico é feito, mas é cada vez mais escasso o número de escravos que entram nas ilhas. A companhia apenas vende nas ilhas os escravos "mascabados" que não se encontram em condições de seguir viagem para o Brasil. Para além destes os moradores só podiam contar com um ou outro escravo introduzido nas ilhas através do contrabando.

O argumento usado para fundamentar a recusa em abastecer as ilhas com novos escravos vem explicitamente referido numa carta da própria companhia, datada de 1768, em que afirma "não ser conveniente mandar carregação deles para elas pelo diminuto preço que ali valem"¹⁷⁰. Para atender às necessidades das ilhas, a companhia só admite como solução a remessa de escravos "mascabados que lá se possam vender até 40\$000 ou 60\$000, os melhores", permitindo, porém, que os moradores possam levar consigo algumas peças nos barcos da empresa, mediante o pagamento dos fretes¹⁷¹. Sabe-se, no entanto, que o elevado preço praticado nos fretes serve de argumento dissuasor para os moradores que, porventura, pretendam deslocar-se à Guiné, pelo que essa permissão se revela de pouco efeito prático.

Na verdade, não há da parte da companhia nenhum interesse em tomar medidas de fundo para atacar o problema da escassez de mão-de-obra escrava no arquipélago. O poder de compra dos moradores é baixo, e a companhia prefere canalizar os escravos para o Brasil onde são vendidos por melhores preços. Por outro lado, é de referir que o declínio do cultivo do algodão nas ilhas acaba até por servir os interesses da companhia, porquanto lhe permite ter um maior controlo sobre o mercado dos panos. A razão é simples: quando o cultivo do algodão declina (sobretudo em Santiago), quem assegura a permanência da manufatura dos necessários panos da terra é a companhia, que acaba por fornecer matéria-prima para que esse sector não entre em colapso. O valor acrescentado no arquipélago fica resumido à mão-de-obra barata. Ao fornecer o algodão, ela coloca-se numa posição que lhe permite controlar a

¹⁶⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1762.

¹⁷⁰ António Carreira, *As Companhias Pombalinas...*, Porto, 1983, p. 103.

¹⁷¹ Idem.

produção dos panos, reduzindo-a às suas próprias necessidades, e dificultar o comércio ilícito com os concorrentes estrangeiros. Com efeito, se a companhia, não obstante o declínio verificado no cultivo do algodão, consegue exportar grandes quantidades de panos para a Guiné, a única ilação a tirar é que ela, de facto, acaba por ter um significativo grau de eficácia no controlo do comércio ilícito, retirando aos estrangeiros boa parte da parcela que certamente lhes seria destinada.

Nas circunstâncias atrás referidas, é óbvio que a companhia não vê necessidade de investir no fomento da exploração do algodão. Aliás, por norma, ela não investe qualquer dinheiro nas ilhas, na medida em que isto não lhe impede de realizar os objectivos pretendidos. Explora a urzela, planta espontânea que apenas exige a colheita (ainda que em condições de grandes riscos para quem a apanha), proporcionando consideráveis lucros ao ser vendida na Inglaterra e na Holanda; dificulta a formação das feiras nas praias, por forma a impedir o contacto directo do povo com os compradores; tem nas mãos o comércio miúdo, cobra todos os rendimentos antes arrecadados pela Fazenda Real, não se coibindo de agravar impostos; e, sobretudo, recorre a uma série de expedientes que têm como único objectivo espoliar os moradores do pouco cabedal que, porventura, lhes resta.

A enumeração de todas estas práticas seria fastidiosa, pelo que falaremos daquelas de consequências mais dramáticas e que contribuem de forma decisiva para o depauperamento acelerado da economia local.

A especulação nos preços parece ser a mais lesiva de todas. Como facilmente se percebe, a companhia recebe as mercadorias da terra pelo “preço costumeiro”, enquanto ela vende as suas por preços cada vez mais elevados. Esta é uma situação denunciada à exaustão por diversas autoridades locais, mas são os oficiais da Câmara da Ribeira Grande que a ela se referem de forma mais enfática, no relatório de 1762. Reportando-se, por exemplo, aos panos, dizem que antigamente o seu preço variava consoante a procura, mas que agora “a mesma necessidade nos obriga a dá-los pelo mesmo valor e chorá-los, pois vemos que isto não sucede com as fazendas que a Companhia nos dá por eles, alterando-se os preços delas cada ano conforme mais ou menos abundância das ditas fazendas em Lisboa”¹⁷².

Pela mesma altura, referindo-se aos excessos da companhia, o ouvidor-geral João Vieira de Andrade diz que os moradores de Santiago estão de muito “má fé” contra a companhia, porque os administradores vendem-lhes as fazendas 100 % mais caras que o preço praticado no Reino, prejudicando-os igualmente nos pesos e medidas; que os moradores do Barlavento também se queixam, dizendo que a companhia lhes toma os escravos e os vende sem seu consentimento; e que em Santo Antão, Francisco de Cima queixa-se que a companhia lhe tomou violentamente terras que, anteriormente, eram maninhas e que ele tinha cultivado¹⁷³.

Para além dos excessos e abusos apontados a companhia institui como prática não fazer pagamentos em dinheiro, optando por fazê-lo em espécie, inclusive aos chamados “filhos da folha”, muitas vezes com géneros de que os moradores não neces-

¹⁷² AHN, Secretaria Geral do Governo, *Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/A1R, L.º 19, fls. 50 v.-57, 3 de Fevereiro de 1762.

¹⁷³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1762.

sitam e cotados arbitrariamente pelos preços que lhe convém. A isso se refere o governador Joaquim Saldanha Lobo (um dos maiores críticos da companhia) em 1771, dizendo que “chora o Ministro, o Bispo chora e choram todos e os soldados clamam” porque só lhes pagam em breitanhas a 2000 réis por peça que não conseguem vender por mais de 15 tostões, pelo que perdem em cada mês 5 a 8 tostões e muitos já não as conseguem vender por não haver quem as queira comprar¹⁷⁴. Também diz que a companhia, a cada dia que passa, eleva o preço das mercadorias que vende¹⁷⁵. Dois anos mais tarde, o governador Saldanha Lobo volta a tocar na questão do excessivo aumento dos preços, e apresenta dados para ilustrar essa subida¹⁷⁶.

QUADRO 11
Relação dos preços entre 1758 e 1773¹⁷⁷

Mercadorias	Medidas	Preço de 1758 a 1765	Preço de 1765 a 1773
Biscoitos	1 arroba	2.000 réis	8.000 réis
Vinho	½ canada	300 réis	470 réis
Telha	1 milheiro	10.000 réis	25.000 réis
Cal	12 alqueires	2.100 réis	13.000 réis
Pano de linho	1ª vara	400 réis	600 réis
Pimenta	1ª libra	300 réis	600 réis
Casquinha	1ª tábua	500 réis	1.000 réis
Pinho da terra	1ª tábua	150 réis	530 réis
Ripas	1ª dúzia	350 réis	1.100 réis
Retrós	1ª oitava	066 réis	120 réis
Azeite	½ canada de azeite	500 réis	1.000 réis
Chapéu grosso	1	600 réis	750 réis
Tafetá	1 côvado	400 réis	620 réis
Baeta	1 côvado	600 réis	770 réis
Esguião	1ª vara	800 réis	1.200 réis
Droguete encarnado	1 côvado	800 réis	1.000 réis

Como se pode verificar, em algumas mercadorias, com destaque para os materiais de construção, o aumento chega a atingir os 600 %, como é o caso da cal. Daí, a grande degradação do património construído. Só os chapéus é que registam um aumento relativamente baixo quando comparado com as demais.

Quanto aos géneros da produção local, não dispomos de um quadro de preços tão elucidativo, mas informações dispersas colhidas num ou noutro documento permitem-nos concluir que não se verificam flutuações muito significativas nas mercadorias vendidas pelos moradores, como aliás convinha à própria Companhia do Grão-Pará, que, em suma, é quem estabelece as tabelas. Se, por exemplo, tomarmos como referência o preço das vacas, dos panos e mesmo dos escravos, veremos que a subida de custos permanece muito distante dos percentuais apresentados pelos géneros impor-

¹⁷⁴ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 4, 5 de Maio de 1771.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 12, 19 de Maio de 1773. Dados apurados numa carta do governador Saldanha Lobo.

¹⁷⁷ Idem.

tados. No que diz respeito aos panos, por exemplo, verifica-se que no período de vinte anos não houve um aumento significativo dos preços como se pode ver no seguinte quadro:

QUADRO 12
Preços dos panos em 1760 e 1777¹⁷⁸

Tipos de panos	Preço por unidade no ano de 1760	Preço por unidade no ano de 1777
Panos de Bicho	3\$000	3\$500
Panos agulha	2\$000	3\$000
Panos de vestir	2\$000	2\$250
Panos de obra	3\$500	3\$500
Panos ordinários	1\$500	1\$500
Panos com fio de retrós	(não há registo do preço destes panos para 1760)	9\$000
Panos com fio de lâ	"	3\$000 a 6\$000
Panos de cordão	"	2\$250
Panos pretos	"	3\$750

Com as relações de troca extremamente desfavoráveis para os moradores, a situação económica das ilhas degrada-se cada vez mais, entrando em colapso total e condenando à ruína a sociedade insular de um modo geral. Mesmo perante este cenário, também não é de estranhar que, nos vinte anos em que esteve na posse das ilhas, a companhia tenha conseguido "avultados" lucros. Basta dizer que, no que toca à urzela, a companhia terá arrecadado de lucro, segundo a abalizada opinião de António Carreira¹⁷⁹, mais de 300 contos de réis, e no comércio de escravos mais de 100, valores muito significativos para a época. Se a isto acrescentarmos os lucros não devidamente apurados, provenientes da comercialização de outros géneros da produção local, facilmente chegaremos à conclusão que o montante global terá sido exorbitante.

Isto é conseguido mediante uma sobreexploração a que os habitantes das ilhas ficam sujeitos durante todo o período de vigência da companhia. Esta transforma-se, por conseguinte, numa força opressora muito mal aceite, quer pela população, de um modo geral, quer pelos governadores, quer pelos ouvidores, quer ainda pelos bispos. Não há quem não se queixe da companhia, mas como ela tem a protecção régia de nada servem as reclamações.

A agravar o quadro, surgem as fomes que assolam o arquipélago no fim do período aqui analisado, situação de que a própria Companhia do Grão-Pará também se aproveita para colher benefícios, conforme sugere o governador Saldanha Lobo na sua vasta correspondência com a metrópole, durante o seu mandato nas ilhas¹⁸⁰. Inclusivamente, este governador chega a responsabilizar a companhia pela fome em Santo Antão. Diz que só há falta de mantimentos, porque a companhia "sufoca" os moradores, já que ao menor sinal de fome ela recomenda de imediato aos administradores que levem milho e feijão de outras ilhas onde existam, para os vender por maior preço¹⁸¹.

¹⁷⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 13, 1 de Abril de 1760.

¹⁷⁹ António Carreira, *As Companhias Pombalinas...*, Porto, 1983, p. 217.

¹⁸⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 2, 20 de Março de 1773.

¹⁸¹ *Idem*.

Vende, por exemplo, um alqueire de milho a 300 réis, quando o preço geralmente praticado é de apenas 100. Atribui a causa dos anos de fome em Santo Antão à má gestão da companhia. Isto porque, sendo a população da ilha superior a 11 000 pessoas, estas não deveriam estar concentradas numa única ribeira (povoação da Ribeira Grande), sem terem terra suficiente para cultivar, quando havia muitos solos incultos da Fazenda Real e muitas ribeiras que poderiam ser melhor aproveitadas se fossem repartidas em foros e não arrendadas como a maior parte delas se encontrava, com a agravante de a companhia desapossar delas os rendeiros, depois de as terem amanhadas¹⁸².

Será por demais forçado imputar à Companhia do Grão-Pará a responsabilidade pela grande fome de 1773/1776, pois as crises famínicas são um fenómeno recorrente ao longo da história do arquipélago, encontrando-se muito mais ligadas a factores de ordem climática do que de outra natureza. Aliás, na década imediatamente anterior à companhia se ter instalado nas ilhas, há referência a uma outra grande fome ocorrida nos anos de 1748 e 1749¹⁸³. De qualquer modo, o que não se pode negar é que, no contexto em que surge esta última fome, as consequências são de facto agravadas pela actuação da companhia. Convém não esquecer que, ao se apropriar das redes de troca existentes, a companhia reduz a capacidade de manobra dos moradores, dificultando-lhes o contacto com os únicos parceiros de onde eventualmente pode vir algum auxílio: os mercadores estrangeiros. Privada desse contacto, a população fica entregue às mãos dos agentes da companhia, os quais apenas vêem na crise mais uma excelente oportunidade para realizar lucros. Neste sentido, a companhia não está isenta de culpas, pois a sua política contribui de forma decisiva para agravar os efeitos da crise.

Para se ter uma noção exacta da dimensão do flagelo, o quadro que a seguir apresentamos não deixa de ser bastante esclarecedor.

QUADRO 13

Mapa do número de habitantes extraído em Setembro de 1774 e Fevereiro de 1775¹⁸⁴

Ilhas	Número de habitantes 1774	Número de habitantes 1775	Número de mortos	%
Santiago	24 358	11 580	12 778	52,5
Fogo	5728	4225	1503	26
Brava	3190	2115	1075	33,5
Maio	708	604	104	14,5
S. Nicolau	5000	2920	2080	41,5
Boa Vista	1440	1256	184	13
Santo Antão	10 215	5668	4547	44
Total	50 639	28 368	22 271	44

Como se pode verificar, a população das ilhas fica reduzida a cerca de metade, no curto espaço de tempo que medeia entre Setembro de 1774 e Fevereiro de 1775, registando-se as maiores baixas nas ilhas de Santiago, Santo Antão e São Nicolau,

¹⁸² Idem.

¹⁸³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 23, doc. 27, ant. 22 de Setembro de 1750; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 23, doc. 54, 30 de Abril de 1751.

¹⁸⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 34, doc. 37, 22 de Julho de 1775. Quadro feito com base em números fornecidos pelo governador Saldanha Lobo.

onde o número de óbitos ronda os 50 % da população total. Os números apresentados traduzem de forma iniludível a dimensão da tragédia, mas para concluir este item parece-nos oportuno apresentar o balanço feito pelo governador Saldanha Lobo, em 1776, logo após o fim da esterilidade:

“Tenho por infalível que se Vossa Majestade por sua real grandeza não puzer os olhos de sua atenção providente nesta conquista ficará totalmente inútil, porque nem haverá homens que tenham suficiência para servir na república (...).

O comércio também já quase concluído porque não havendo outro mais que o da fábrica dos panos de algodão para o negócio da Costa da Guiné, como têm secado quase todas as árvores que o produzem nesta capital aonde mais se fabricam os ditos panos, com a esterilidade de três anos contínuos, e havendo grande falta de escravos para nova cultura fica sem mais algodão do que algum que vem das ilhas adjacentes de barlavento e este também o vende a dita administração por preço exorbitante, de sorte que os moradores não tiram utilidade alguma de os fabricar, do que se segue por infalível consequência que havendo abundância de mantimentos da terra que a fome não os obrigue fabricá-los para comprarem sustento, já não farão mais que para se vestirem, e como os habitantes são quase todos pretos se contentam com uma simples vestia e calção do mesmo algodão, e as mulheres por serem da mesma qualidade se embrulham nos ditos panos que é o seu vestuário usual cá e assim deixarão de os fabricar para negócio por não lhes resultar conveniência deste trabalho.

E a erva urzela, além de não haver já alguma senão nas ilhas desertas, chega a pequena utilidade do seu apanhamento poucos habitantes, porque só a tirão alguns montanhese em rochas inalsas (entenda-se inacessíveis), com o evidente perigo de suas vidas, que tem muitas vezes sucedido, e o mais povo principalmente as casas particulares nunca trataram de semelhante negócio porque também nele perderiam muitos escravos.

Também o negócio das rezes que os habitantes vendiam aos administradores da Companhia por dois e três mil reis, postas na casa da administração, e esta vendia aos estrangeiros de refresco, por dez a doze patacas espanholas, de cujo negócio tinha o Senado da Câmara em cada navio o lucro de duas rezes que Vossa Majestade foi servido conceder-lhe para as despesas do mesmo Senado. E das mais que se vendessem para as fortificações, o que antigamente estava destinado para o prato dos governadores, com a esterilidade tem cessado este negócio de módica utilidade para os moradores, e nem por espaço de dez ou doze anos ainda haverá rezes que se possam vender aos navios ficando consequentemente a fazenda real e o Senado da Câmara sem este rendimento, e porque o dito Senado não tem outro se não cuidará por muitos anos no reparo das obras públicas (...)¹⁸⁵.

Pelo que expõe o governador Saldanha Lobo, pode concluir-se que a economia do arquipélago se encontra em total declínio. De seguida, apresenta algumas sugestões para relançar a economia local, nomeadamente através da instalação de fábricas de azeite de purga, planta abundante nas ilhas, da introdução de máquinas de descaroçar e de fiar algodão, e do melhoramento na fabricação do anil.

¹⁸⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 35, doc. 5, 20 de Março de 1776.

Continuando com a carta o governador escreve:

“É igualmente necessário ordenar a mesma Companhia aos seus administradores que mande vir os algodões das ilhas de barlavento para esta capital e para a do Fogo e que o vendam por preço mais racionável (razoável) e proporcionado à suma pobreza a que presentemente estão reduzidos estes miseráveis habitantes e não como eles o vendem, a dez tostões a arroba, com o caroço porque comprando-o os moradores por este preço por os descoroçar, fiar, tingir e tecer e para depois vender a mesma Companhia por fazendas que também lhes dá com excessivo preço, não lhes fica resultando conveniência alguma do seu trabalho principalmente com a diminuição de preços a que os ditos administradores tem reduzido o valor dos panos alterando o costume nas condições de qualidade e assim ficam sendo inteiramente sendo escravos da Companhia os que obrigados da necessidade o fazem (...).

Finalmente do que ainda mais se necessita nesta ilha é de escravos boçais de Guiné porque dos que havia morreram a maior parte com a fome e outros se venderam pela mesma causa (...).

Por isto necessariamente se precisa que a Companhia mande vir para estas ilhas escravos de Guiné para vender as casas particulares, com espera de pagamento por alguns anos, não a dinheiro porque o não há, mas sim a efeitos da mesma terra e por preço racionável, não como até agora venderam um escravo boçal e as vezes mascabado, com risco por não ser ainda acostumado ao clima e alimento da terra, por setenta e oitenta mil reis, como a mim mesmo me aconteceu, querendo comprar dois aos administradores, de quatro que lhes tinham chegado da Guiné, (...) me pediram Oitenta mil reis (...) e por este excesso deixei de o comprar, porque o preço que corre na terra são de Sessenta mil reis por um escravo lotado e ladino, e comprando a mesma Companhia aos moradores da ilha escravos desta qualidade e por mais lotados que sejam não lhes dão mais que cinquenta e três mil reis, em fazenda, ficando os ditos moradores nimamente prejudicados, quando antes da Companhia se trocava um escravo ladino lotado por dois boçais mascavados. Esta exorbitância extraordinária de que uzam os ditos administradores da Companhia nos seus negócios com os miseráveis habitantes destas ilhas tem sido a causa primária da decadência delas que com a esterilidade e fome de três anos mais se arruinaram”¹⁸⁶.

Cremos ser completamente desnecessário acrescentar algo às palavras do governador Saldanha Lobo quanto aos efeitos da catastrófica administração da companhia nos vinte anos em que teve nas suas mãos o destino das ilhas, faltando “inteiramente ao que se prometeu a Vossa Magestade na suplica do estabelecimento dela (a companhia), que o seu motivo principal era para aumento da mesma conquista o que a experiência tem mostrado pelo contrário”^{187, 188}.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Meus especiais agradecimentos à Dr.^a Maria Emília Madeira Santos pelas preciosas sugestões feitas e inquietações deliberadamente provocadas, a Maria João Soares pelas longas e sugestivas conversas que mantivemos e pelo espírito de entajada, e a Iva Cabral simplesmente pela enorme cumplicidade desenvolvida ao longo dos nossos respectivos trabalhos.

POLÍTICA E SOCIEDADE: ASCENSÃO E QUEDA DE UMA ELITE ENDÓGENA

Iva Maria Cabral

A afirmação da sociedade cabo-verdiana no período em análise – após o desmoronamento da ordem escravocrata – ganha em compreensão ao ser abordada através do estudo da elite insular, sua nova composição, novas formas de relação com a população livre, com o poder central e seus agentes no arquipélago.

Na verdade, sujeito da história, as elites¹ – fracção da população onde se concentram poder, autoridade e influência – evoluem, tal como a classe camponesa ou a classe operária, segundo os ritmos da sociedade onde se inserem, mas imprimem impreterivelmente nela o seu reflexo e a sua ideologia. As elites, independentemente da sua natureza, seja ela baseada no sangue, no dinheiro ou no saber, colhem a sua inspiração e a sua substância do povo. Todos os conflitos que atravessam a sociedade se repercutem nelas e as afectam. A tendência das elites em se isolar não as resguarda de serem implicadas a todos os níveis do tecido social e, beneficiadas ou vítimas, serem sempre o alvo privilegiado das evoluções².

Instituições com duração e peso diverso – a Câmara Municipal, a Milícia e a Misericórdia³ – trespassaram a longa caminhada endógena da formação da sociedade cabo-verdiana, e consubstanciaram o poder político local da comunidade, contrabalançando o poder político central, representado pelo governador (capitão-geral) e pelo ouvidor-geral das ilhas.

O estudo da organização, composição e funcionamento do poder local nas suas vertentes, civil e militar, dá-nos a possibilidade de estudar e compreender a evolução, resistência e cristalização da elite, natural das ilhas, sua adaptação aos novos tempos

¹ Utilizamos aqui o conceito de elite no sentido de “/.../ uma fracção da população onde se concentram poderes, autoridade e influência /.../”, apresentado por Guy Chaussinand Nogaret (directão de), *Historie des Elites em France du XVIe au XXe Siècle – L'honneur – Le Mérite – L'Argent*, Editions Tallandier, Paris, 1991, pp. 11 a 13.

² Idem, *ibidem*, pp. 11-13.

³ Sobre a posição e actuação da elite dentro da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago ver, neste volume, o capítulo de Maria João Soares.

de penúria económica, de secas e fomes, de restrições nas ligações internacionais, de isolamento e da tentativa de monopólio absolutista das companhias de comércio.

A Câmara e a Milícia funcionaram como um instrumento de solidariedade que permitiu à elite cabo-verdiana, apesar de existirem no seu seio divergências de interesses pontuais, unir-se, mobilizar-se, resistir e lutar contra o esvaziamento dos seus privilégios, prerrogativas e honrarias; contra as vexações dos governadores e ouvidores; contra a prepotência dos feitores das companhias de comércio; contra os ataques dos piratas como elemento fundamental para a protecção dos portos das ilhas.

Internamente actuaram como poder político e militar no domínio da sociedade insular, legitimando a “nobreza concelhia” como único representante dos interesses de todos os vizinhos enquanto principal interlocutor da Coroa nas ilhas, controlando os moradores através dos poderes judiciais que possuíam, para além de “disciplinarem” militarmente o povo miúdo por meio da Milícia.

Desde o século XVI que a Assembleia Concelhia era a instituição onde as tensões sociais existentes na sociedade insular se tornavam mais visíveis. Em torno dela, da sua constituição e poderes giravam os conflitos entre o povo miúdo (que reclamava a entrada no concelho⁴ e a possibilidade de agir activamente na política local) e os grandes mercadores-armadores, proprietários rurais ou cidadãos mais abastados (que constituíam a categoria dos “homens bons”, dos “mais ricos, e mais poderosos”) que pretendiam assegurar o seu monopólio na política local. Com o desaparecimento dos armadores e homens poderosos reinóis esse conflito será vencido por uma terceira força, a oligarquia⁵ local, que, a partir do século XVII, distribui entre as famílias “da governança” o poder político e militar representado nas câmaras municipais e na Milícia.

As restrições à escolha dos oficiais do concelho – juizes, vereadores e procurador – evoluiu de tal modo que, no século XVI, eram muito poucos os homens com “qualidade e condição” aptos para serem eleitos para tais cargos. No princípio do século XVII, os cargos concelhios ficaram reservados apenas àqueles que eram naturais da terra e de famílias de “gente nobre e da governança”. O cargo municipal não era um cargo vitalício, mas o poder mantinha-se sempre nas mãos das mesmas famílias. Não era um poder pessoal, mas sim de uma classe – à escala insular – que, apesar da existência no seu seio de facções em conflito e em lutas fratricidas e sangrentas, não ficava afectada, conservando a sua força e autoridade enquanto grupo.

⁴ Em 1546, já os pretos e baços da ilha de Santiago pedem a mercê para entrar no concelho da Câmara: “/.../ e os pobres seriam senhores do seu e não seriam pela gente e familiares dos poderosos vexados /.../”, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, 1-78-17, 26 de Maio de 1546; António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958-1968, doc. 117, pp. 386-387.

⁵ Oligarquia – regime político em que o poder era exercido por uma pequena classe de pessoas que dele usavam no seu interesse próprio exclusivo. Preponderância de um pequeno grupo nos negócios públicos. *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1991.

Regime político em que a autoridade se encontra concentrada num pequeno número de indivíduos, isto é, numa minoria. *Nova Enciclopédia Larousse*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores e Larousse, 1996.

Usaremos o termo oligarquia com o significado de uma pequena classe de pessoas com preponderância nos negócios públicos e que deles usa no seu interesse próprio exclusivo.

Instituiu-se, assim, a perpetuação do mando nas mesmas e poucas famílias, formando uma oligarquia insular que irá monopolizar o poder local em Cabo Verde durante cerca de dois séculos.

O exercício das funções concelhias e a actuação na Milícia era o único modo que a elite cabo-verdiana, dessa época, tinha para adquirir honrarias e receber mercês do rei. Não podemos esquecer que a participação na câmara era procurada pelos moradores poderosos das ilhas de Cabo Verde, porque essa era nos séculos XVII e XVIII a única forma de ascensão social possível para os filhos da terra. Esta não era possível sem a passagem pelo concelho camarário ou pela direcção da Milícia. A designação para a chefia da Milícia possibilitava ao morador não só um cargo vitalício, muitas vezes hereditário, mas também um poder e uma influência na sociedade insular que apenas os membros da Igreja Católica detinham no arquipélago.

Desaparecidos os fidalgos e os cavaleiros que, no século XVI, ocupavam o topo da sociedade cabo-verdiana, a nova elite preservou as relações de leal vassalagem para com o rei, sujeição essa que era valorizada graças à autonomia que a estrutura municipal concedia. O rei representava o poder absoluto e paternal distante que transferira para os oficiais camarários uma parcela da sua autoridade política incontestada, sem mediações nem intermediários⁶.

Esse privilégio conquistado pelos povos das cidades peninsulares desde a Idade Média⁷ foi zelosamente defendido pela elite local cabo-verdiana, e representou uma das causas principais dos atritos registados entre os vizinhos e os representantes do poder régio nas ilhas⁸ – os corregedores e, mais tarde, os governadores (capitães-gerais) e ouvidores-gerais.

No século XVII, mas principalmente no século XVIII, é perceptível uma estratégia constante da elite insular em gerar divisões, desentendimentos e inimizade entre o governador e o ouvidor-geral das ilhas, criando partidos de apoiantes – as chamadas “parcialidades” – consoante as épocas e os interesses.

A oligarquização do poder local, representado pela Câmara e pela Milícia, possibilitou uma resistência contínua durante os séculos XVII e XVIII da elite cabo-verdiana à autoridade dos oficiais do poder central. As intervenções legislativas da Coroa, que, pelo menos desde o século XVII, impõem restrições à eleição para as câmaras e para a Milícia unicamente à “gente da governança”, “principais da terra” e

⁶ Segundo Joaquim Romero de Magalhães, “Em Portugal havia no Antigo Regime apenas duas autoridades políticas: o Rei e as Câmaras. Uma una e outra fragmentada [...]”, “Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 16, Julho-Dezembro, 1985.

⁷ Sobre os movimentos concelhios na Idade Média ver: António Borges Coelho, “Comunas ou Concelhos”, *Colecção Cadernos de Hoje*, n.º 13, Lisboa, Prelo editora, 1973.

⁸ “As Câmaras agem em nome do monarca, mesmo quando actuam contra os interesses gerais ou contra as ordens recebidas. E podem mesmo ir longe em certas situações. A distância ajuda ao êxito ou fracasso da intervenção régia. É visível que as Câmaras brasileiras (como as demais do ultramar) têm uma margem de manobra bem superior às do território continental. Podem polidamente recusar-se a cumprir algumas ordens. Mas podem ir até à violência da recusa do pagamento de tributos [...] ou à de embarcar preso um governador capitão-general e expedi-lo para Lisboa [...]”, Maria da Luz Coelho e Joaquim Romero de Magalhães, *O Poder Concelhio, das origens às cortes constituintes*, Coimbra, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

“pessoas” da melhor nobreza, christandade e desinteresse”, geram uma patrimonialização do poder local que possibilita apenas a poucas famílias a utilização, em proveito próprio, dos recursos que advêm da influência política e militar⁹.

Da maior ou menor vitalidade e autonomia do poder local cabo-verdiano, com ligação directa ao rei, e da oligarquia que o representava, dependeu o desempenho do papel político desta classe, como contraponto constante ao governo central e seus agentes.

Os poderes locais

A Câmara: estruturas¹⁰

A estrutura municipal das ilhas de Cabo Verde nasce em simultâneo com a fixação, como moradores-vizinhos, de gente do Reino na ilha de Santiago. O primeiro documento, que menciona a Câmara como uma instituição já estabelecida, é de 1497¹¹.

A criação das câmaras, segundo a legislação ordinária do Reino, estendia a esta nova conquista o regime judicial e administrativo fixado pelas Ordenações¹².

A criação de concelhos camarários nos novos espaços ultramarinos traduz o sentido estratégico da política levada a cabo pela Coroa. As câmaras foram um instrumento de fixação e atracção de novos moradores, funcionaram como um poder limitativo da acção dos capitães e agruparam as elites insulares em autónomos poderes municipais. O capitão passa a deter quase exclusivamente a função militar, embora o regimento das ordenanças de 1569-1570 consagre a intervenção das câmaras nessa área. Os concelhos têm o seu poder de intervenção alargado na esfera económica e social. A experiência da Madeira e dos Açores foi fundamental na política estratégica da Coroa para a transferência e adequação de formas de organização política e militar

⁹ A., Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIII, début du XIX siècle, contribution à l'Histoire agraire comparée*, Paris, 1966, vol. I, p. 165.

¹⁰ Este tema já foi desenvolvido no primeiro volume da *História Geral de Cabo Verde* por Ângela Domingues. Parte do que aqui exponho está já contido nesse texto. Mas como este capítulo se debruça sobre uma época que não foi retratada nesse volume, e a documentação existente permite uma visão de certo modo diferente, achei necessário retomar o tema. *História Geral de Cabo Verde* (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), vol. I, Lisboa, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991.

¹¹ Nesse documento o rei determina que as fazendas das pessoas que falecessem em Santiago sem testamento fossem entregues ao administrador do hospital, que mandara erguer na ilha, escolhido pelos capitães e “homens bons das Câmaras da dita ilha, damballas ditas capitânias”. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, L.º 29, fl. 15, 30 de Junho de 1497, *História Geral de Cabo Verde. Corpo Documental*, vol. I, doc. 39, p. 109, Lisboa, Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988.

¹² Legislação sobre os juizes de fora e os corregedores; Ordenação dos pelouros de 1391; “Regimento dos Officiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos” – 1504; Reforma Manuelina dos Forais – 1497-1520. Ver *Ordenações Afonsinas* (reprodução fac-similada da edição da Universidade de Coimbra de 1792), 5 vols., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984 e *Ordenações Manuelinas* (reprodução fac-similada da edição da Universidade de Coimbra de 1797), 5 vols., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

que se vão revelar decisivas na estruturação das novas sociedades nascidas no Atlântico¹³.

A carta de foral era o documento regulamentador do poder das câmaras que institucionalizava os concelhos e tinha como principal objectivo estabelecer e fixar o direito público local.

No arquipélago da Madeira foi o infante D. Henrique quem concedeu o primeiro foral que, não sendo conhecido, é no entanto referido em vários outros documentos. É possível que, em Cabo Verde, o foral tenha sido doado aos moradores da ilha pelo infante D. Fernando, já que a Coroa depositara nele os poderes jurídicos, económicos e fiscais¹⁴. Nesses documentos sobressaem as obrigações e privilégios no que respeita à eleição dos juizes, vereadores e procurador do concelho; a autorização de construir casa da câmara junto da igreja; a concessão por D. Fernando, em 1461, da bandeira e do selo com "sinais que lhe praz que esse comcelho traga".

Em suma, a carta de foral organizava os núcleos povoadores e legalizava o carácter autónomo da administração concelhia, aproximava-o do poder eclesiástico e concedia-lhe símbolos que representavam e autenticavam o seu exercício. O poder central reconhecia uma ordem jurídica local, concretizada na existência de magistrados eleitos.

A concessão da carta de foral tornava a vila/cidade independente de uma outra vila ou cidade, autonomia que era representada pelos símbolos de poder: o pelourinho¹⁵ (marca da jurisdição e da justiça na área concelhia), o selo, a bandeira, as casas da câmara, a cadeia¹⁶. E pelos agentes desse poder-mando¹⁷ (juizes vereadores, procurador do concelho e escrivão).

Como já foi escrito no 1º volume da *História Geral de Cabo Verde*¹⁸, a orgânica municipal implantada nas novas conquistas era em tudo semelhante à do

¹³ Ver Victor Rodrigues, "A Administração do Concelho de Ponta Delgada na década de 1739-49", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Separata do vol. XLI, Angra do Heroísmo, 1984.

Victor Rodrigues, "As companhias de Ordenança no Estado Português da Índia, 1510-1580." *Oceanos*, n.º 19-20, Lisboa, CNCDP, 1994, pp. 212 e segs.

¹⁴ Ângela Domingues, "Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento", *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, 1991.

¹⁵ "Colocados em lugar central das vilas ou cidades, os pelourinhos ou picotas, símbolo em terras senhoriais da jurisdição activa dos Donatários, eram uma presença familiar aos portugueses desde os finais do século XII. Neles – símbolo público do *jus gladii* do Donatário – se puniam e expunham os criminosos, mas não só; por ocasião da tomada de posse da Capitania pelo Capitão ou seu procurador, o pelourinho desempenhava um papel fundamental na simbólica arcaica do cerimonial". António Vasconcelos de Saldanha, *O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992, pp. 173-174.

¹⁶ "A existência de cadeias, ainda mais directamente que a dos pelourinhos, decorria da jurisdição criminal dos Capitães Donatários e não há Capitania que as não possuísse na sua sede ou em qualquer das localidades mais importantes. Pertencendo as cadeias à administração do Donatário, estavam também sujeitas a inspecção superior do rei que, frequentemente, pela acção dos corregedores, se viu obrigado a salvaguardar o interesse público da incúria dos Capitães". Idem.

¹⁷ Maria da Luz Coelho e Joaquim Romero Magalhães, *O Poder Concelhio, das origens às cortes constituintes*, Coimbra, 1986.

Joaquim Romero de Magalhães, "Os Concelhos", *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

¹⁸ Ver Ângela Domingues, "Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento", *HGCV*, vol. I, 1991.

sistema peninsular, evoluindo e adaptando-se depois consoante o meio geográfico e social.

Podiam fazer parte das assembleias municipais apenas os indivíduos que fruissem do estatuto de vizinho¹⁹ das ilhas, possuíssem no concelho bens de raiz e fossem considerados como “homens bons” “de qualidade e condição”. Mais tarde, na época que estamos estudando, “homens nobres e da governança”. Esta estrutura constituía o primeiro órgão concelhio e representava a autonomia e a “democraticidade” do poder local.

A Assembleia Concelhia tinha como funções, no domínio político, a defesa da jurisdição do concelho, a formulação de regras gerais (posturas) que valiam como direito concelhio suplementar ao foral. No domínio económico, a guarda e gestão dos bens do concelho (sesmarias, pastos, águas), recebendo foros e arrendamentos, dívidas e coimas; a supervisão das obras; o reparo e manutenção dos bens comuns; a criação de bosques e a reparação e construção de poços, caminhos, fontes; tinha também como tarefa a garantia do abastecimento dos géneros (almotaçaria); a vigilância dos preços alimentares e das manufacturas e o tabelamento das jornas e salários dos oficiais mecânicos, dos jornaleiros, dos moços de soldada.

No domínio financeiro a Assembleia Camarária devia decidir sobre as despesas do concelho, mandar fazer a escritura desses gastos, propor ao poder central o lançamento de fintas e, finalmente, gerir fundos especiais.

No domínio judicial, os seus membros julgavam os feitos de almotaçaria e os feitos de injúrias verbais²⁰.

Os officios camarários – officios honorários e não remunerados – eram exercidos por titulares ocasionais e não de carreira (cidadãos com qualidades para assumirem funções de governo do concelho) eleitos anualmente de entre os membros da Assembleia Municipal. A eleição realizava-se através de um complexo sistema de votação secreta de listas de voto que eram feitas de três em três anos, sob a vigilância do corregedor, primeiro, e, depois, do ouvidor, pelos oficiais dos anos anteriores ou por um número reduzido de homens-bons. A votação anual realizava-se no dia ou na véspera do Ano Novo, sendo escolhido um estranho à câmara para retirar do saco os nomes dos eleitos²¹.

A eleição era efectuada geralmente na presença do ouvidor que fiscalizava o acto e, na sua ausência, pelo juiz ordinário mais velho. A lista dos cidadãos capazes para o governo (a chamada “pauta”) era escolhida sigilosamente por seis representantes eleitos para esse fim, através de uma reunião de todos os chefes de família “nobres e da governança”, que eram os mesmos que estavam habilitados a votar (homens-bons). Elaborada a lista, para cada nome constante nela, fazia-se uma bola de cera correspondente (“pelouro”), metiam-se todas num saco, na arca da câmara, e cada ano, tirava-se à sorte o número de “pelouros” necessários para a nomeação dos officios electivos vagos, guardando-se os restantes para os anos posteriores. Finalmente, a lista dos oficiais sorteados era enviada ao senhor da terra (nomeadamente o

¹⁹ Idem.

²⁰ *Ordenações Filipinas*, Livro I, tit. LXVI, Lisboa, ed. Calouste Gulbenkian, 1985.

²¹ C. R. Boxer, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1969, p. 268.

rei ou corregedor) para confirmação²². Quando a elite local não tinha forças para se impor, este sistema era desvirtuado e, na prática, era o senhor (donatário, rei ou ouvidor) a escolher, da “pauta”, os nomes de seu agrado.

O desempenho dos cargos camarários interessava à elite não só pelo prestígio que lhes era inerente, mas também pelas possibilidades de obtenção de vantagens económicas que a situação de proeminência social e política proporcionava.

O senado camarário era composto por juizes ordinários, vereadores, procurador, tesoureiro e escrivão. Em Cabo Verde, os vereadores (dois na Ribeira Grande, dois na vila da Praia e um no Fogo), apesar de serem os magistrados por excelência da ordem administrativa local, que tinham por função o “carrego de todo o regimento da terra e das obras do concelho” e aos quais competia “tudo poderem saber, e entender, porque a terra, e os moradores della possam bem viver”, aparecem na prática relegados a um segundo plano²³.

Foram os juizes ordinários (dois na cidade da Ribeira Grande, dois na vila Praia e um na ilha do Fogo) que tiveram maior relevo na história das câmaras cabo-verdianas.

Estes oficiais camarários constituíam outro órgão da administração autónoma do concelho, encarregado de administrar a justiça (em primeira instância) entre vizinhos, e julgar as causas dos navegantes e do mar²⁴. Além de manterem a ordem pública tinham o dever de fiscalizar a execução das posturas camarárias e das leis do Reino. Tinham também a função de conceder cartas de segurança e emitir ordens para o pagamento.

A par dos juizes ordinários existiam juizes vintenários²⁵, correspondentes aos de determinados cargos: magistrados das vintenas, que julgavam pequenas causas

²² *Ordenações Afonsinas*, I, 32, § 43, António Manuel Hespanha, *História das Instituições – Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

²³ *Ordenações Manuelinas*, L.º I, tit. XLVI, 224, Lisboa, 1984.

²⁴ Anónimo, *Viagens de um piloto português do século XVI à Costa de África e a São Tomé*, (Introdução, tradução e notas por Arlindo Manuel Caldeira), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

²⁵ Segundo o ouvidor-geral, João Gomes Ferreira, numa carta dirigida ao governador das ilhas, datada de 29 de Maio de 1764, na ilha de Santiago se “/.../ observão e praticaão as Câmaras da cidade (Ribeira Grande) e da vila da Praia, nas freguesias dos seus termos o mesmo que a ordenação do Reino /.../ manda observar a respeito dos juizes da vintena nas aldeias; /.../ em qualquer aldeia, em que houver 20 vizinhos e dali para cima até 60 e for uma légua ou mais afastada da cidade ou vila, os juizes da cidade ou vila, com os vereadores e procuradores, escolhão em cada hum ano hum homem bom da dita aldeia que seja nela juiz ao qual darão juramento em Câmara, que bem e verdadeiramente conheça e determine verbalmente as contendas que forem entre os moradores da dita aldeia, de quantia até 100 réis /.../ (até) 400 réis e das ditas quantias todas sem apelação, nem agravo e verbalmente, sem sobre isso fazer processo. E da mesma maneira conhecerão segundo as posturas dos Concelhos das coimas e damnos, e isto entre os moradores dessa aldeia e darão à execução com efeito as ditas sentenças. Poderão prender os malfetores, que forem achados cometendo os malefícios, na aldeia e seu limite, ou lhes for requerido, pelas partes que os prendão, sendo-lhes mostrados mandatos ou querelas, por que o devão ser. E tanto que forem presos os mandarão entregar aos juizes ordinários de cujo termo for a dita aldeia. (E também em flagrante delicto podem prender os soldados, e ainda clérigos, como hé certo de Direito).

Estes juizes da vintena (ou rurais como também lhe chama o Direito) são pela dita Lei providos pelas Câmaras e não pelos Sr. governadores /.../ E cada hum destes juizes de vintena tem seu escrivão, e seu meirinho ou alcaide eleitos também e providos pelas mesmas Câmaras, como também assim se

suscitadas entre grupos de vinte fogos²⁶. Cabia-lhes velar pela ordem pública, segurança dos povos e dos bens, promovendo vigilância, medidas sanitárias e policiamento. Em 1774, durante a fome que se abateu sobre Santiago, o governador Joaquim Salema Saldanha Lobo encarrega-os de organizar rondas pelas ribeiras cultivadas, prender os ladrões e malfeteiros, enterrar os mortos abandonados nos campos e caminhos, para que se evitassem epidemias. Deviam também responsabilizar os donos das terras e rendeiros não só pelo seu cultivo, mas também pela vigilância e conservação dos seus frutos²⁷.

Era também eleito o procurador do concelho, ao qual competia agir nos feitos relativos às rendas e bens municipais e, na ausência do tesoureiro da câmara, arrecadar e guardar as terças do concelho²⁸.

Entre os ofícios superiores e não remunerados, mas envolvendo grandes interesses, incluíam-se os de almotacés (2) e de seus escrivães. Embora não fizessem parte das câmaras (pois eram estas que os elegiam), os almotacés tinham atribuições importantes na administração concelhia, tais como a inspecção dos pesos e das medidas, o controlo sobre o abastecimento de géneros e a fiscalização dos preços, o saneamento urbano, a vigilância de construções privadas e obras públicas, a cobrança de multas pela violação das posturas edilícias e sanitárias, a sindicância sobre a acção dos rendeiros do concelho e dos oficiais da vereação²⁹. Estes lugares eram nas épocas de prosperidade económica muito cobiçados (embora neles devessem ser providos os juizes e vereadores cessantes) e, por isso, constituíam uma fonte de receita, quando arrendados pela câmara, não só pelas suas atribuições, mas sobretudo pelo facto de eles julgarem sem possibilidade de recurso. Isto porque os recursos das sentenças dos almotacés estavam fora da jurisdição da câmara ou dos corregedores e só podiam ser dirigidos ao rei e mais tarde ao Desembargo do Paço³⁰.

Os escrivães cobravam emolumentos pelos seus serviços junto do juiz. O alvará real, datado de 10 de Outubro de 1754, descreve a quantia que cada escrivão de almotaçaria deveria receber: de cada acção e absolvição da instância do Juízo, assentada em caderno, ganhavam quarenta réis. De uma apelação entre partes para o juiz ou câmara, recebiam oitenta réis, o mesmo que lhes pagava cada testemunha. De uma sentença, cem réis. De uma pena, posta entre partes, oitenta réis. No provimento

prática no Reino. A estes Alcaides dos ditos juizes é que nesta ilha, segundo me informão, chamão alcaides gerais (talvez corrompido o nome de rurais em gerais)". AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 44, 30 de Janeiro de 1767.

²⁶ Os juizes (ordinários ou vintenários) eram fiscalizados pelos ouvidores, ver António Carreira, "Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII", *Revista de História Económica e Social*, nº 16, Julho-Dezembro, Sá da Costa, 1985.

²⁷ Carta do governador Joaquim Salema Saldanha Lobo aos oficiais da Câmara da Ribeira Grande. AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandos, Circulares e Outras Determinações deste Governo às Diferentes Autoridades da Província*, L.º 26, doc. 122, fls. 83-84 v., 14 de Junho de 1774.

²⁸ Na Ribeira Grande "há dois juizes e dois vereadores e hum procurador do concelho, eleitos em Câmara, na forma da ordenação". Relação da Costa da Guiné, Biblioteca da Ajuda, cód. 51-VIII-25, fls. 119-122 v., António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. IV, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, doc. 55, p. 211, c. 1606.

²⁹ *Ordenações Manuelinas*, Liv. I, tit. XLIX, Lisboa, 1984.

³⁰ António Manuel Hespanha, *História Das Instituições*, Coimbra, 1982.

pela cidade, ou pela vila, quando acompanhavam os almotacés, auferiam de cada culpado e condenado vinte réis. E se tivessem que ordenar processo, e guardar a ordem do Juízo, cobravam dos que processassem, o mesmo que os mais escrivães e tabeliães do judicial³¹.

De acordo com as Ordenações Manuelinas, os almotacés deviam ser providos num período extremamente curto, um mês, para evitar a corrupção e os abusos. No primeiro trimestre do ano serviam os oficiais que haviam auxiliado no ano anterior, cabendo a tarefa em Janeiro aos juizes ordinários, em Fevereiro, a dois vereadores, e em Março, ao procurador do concelho com o vereador restante. Para os outros meses do ano era eleita, em Março, na presença do capitão ou do ouvidor, uma lista de nomes de homens-bons do concelho. Os nomes dos escolhidos eram então colocados no bolso dos almotacés, de onde se retirava mensalmente o par preferido³².

Desta forma devem ter sido eleitos os almotacés em Cabo Verde até 1562, quando os juizes, vereadores e procurador da Ribeira Grande fizeram uma representação ao rei D. Sebastião expondo “/.../ que para a dita cidade ser melhor regida e governada, era necessário que os almotacés que a ella houvessem de servir em cada hum anno, servissem mais tempo do que era determinado pela ordenação do livro primeiro, titulo dos almotacés, e isto porque na dita cidade não havia tantos homens para que elles já pudessem eleger vinte e quatro pessoas autas (aptas) para o dito officio em cada hum anno”. Assim, por determinação real, os almotacés de Santiago passaram a servir três meses e a ser eleitos da seguinte forma: nos primeiros três meses do ano serviam os juizes que “foram o ano passado”, no período imediato eram eleitas “duas pessoas aptas” segundo a ordenação e, no terceiro período do ano, serviam o vereador mais novo e o procurador do concelho que “foram no ano passado³³”. Toda essa regulamentação demonstrava a importância desses oficiais camarários para o regular funcionamento do mercado municipal e visava que a escolha recaísse sobre os munícipes menos corruptíveis e mais capacitados para o exercício dessa função, tais como “fidalgos e pessoas beneméritas filhos e netos de fidalgos e pessoas de governança”.

Ao alcaide³⁴ cabia o policiamento da urbe, lugares e campo, tarefa em que era auxiliado pelos quadrilheiros (eleitos de igual modo pela câmara), aos quais competia

³¹ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/AIR, fls. 237-273.

³² *Ordenações Manuelinas*, L.º I, tít. LXVII, Lisboa, 1984.

³³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, L.º 4, fl. 261; António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. II, Lisboa, 1958-1968, doc. 152, pp. 501-502; Christiano José de Senna Barcellos, Lisboa, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Typografia da Academia Real da Sciencias, 1899.

Na Madeira a forma de eleição era nessa época a mesma, por trimestres: entre Janeiro e Março são eleitos dois homens da governança; de Abril a Junho o procurador do concelho e um homem-bom; de Julho a Setembro os dois vereadores; finalmente, de Outubro a Dezembro os juizes ordinários. Nessa ilha, a partir de 1649, a eleição passa a fazer-se no início do ano e não trimestralmente. Ver: Alberto Vieira, Avelino Meneses e Victor Rodrigues, “O Município do Funchal (1550-1650). Administração, Economia e Sociedade. Alguns elementos para o seu estudo”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, II vol., Governo Regional da Madeira, 1986.

³⁴ O primeiro alcaide que aparece na documentação é Gonçalo Vaz, que serviu o cargo em 1528, IAN/TT, *Núcleo Antigo* nº 528, fl. 35 v., 1528;

evitar desordens, imoralidades, furtos nas ruas e a prisão dos homiziados³⁵. O alcaide da cidade era eleito juntamente com o carcereiro com base numa lista de três nomes previamente apresentados pelo ouvidor, necessitando apenas de confirmação régia. O cargo de alcaide é agrupado com outro ofício³⁶ e, a partir do século XVII, vem mesmo incorporado ao de carcereiro³⁷.

O guarda-mor (dos navios³⁸, do porto³⁹ e da cidade⁴⁰) tinha como incumbência controlar os movimentos portuários de entrada e saída, fazer cumprir as posturas municipais e o fechamento dos portos em caso de peste. A sua eleição era mensal e era escolhido de uma lista de cinco nomes. Em cidades com movimento portuário intenso, este cargo estabelecia relação com todos os sectores da economia direccionados para o comércio externo⁴¹.

Além destes magistrados electivos, outros havia de nomeação concelhia:

O meirinho da serra (um na cidade da Ribeira Grande), embora segundo a ordenação tivesse como dever zelar pela conservação da floresta, prevenindo e acudindo aos incêndios, devia, acima de tudo, garantir a segurança dos moradores, visto que a sua principal atribuição era a “caça” e captura dos escravos fugidos. Nas suas tarefas era ajudado por dois homens a seu serviço (os homens do meirinho).

Em 1570 é alcaide da cidade Diogo Lopes, IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 29, fls. 302-302 v., D. 2, 29 de Dezembro de 1570;

Em 1598, serve de alcaide da Ribeira Grande, André Vaz, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, II-291-108, 8 de Março de 1598.

³⁵ *Ordenações Manuelinas*, L.º I, tít. LIV, Lisboa, 1984.

³⁶ Em 1526, Garcia Fernandes serve de alcaide e porteiro da vila da Praia, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, II-183-34, 5 de Julho de 1526, António Brásio, *MMA, 2.ª série*, vol. II, Lisboa, 1958-1968, doc. 63.

³⁷ António Pais de Carvalho serve de alcaide e carcereiro da ilha de Santiago, em 1616, no lugar de Manuel Pais (proprietário do ofício desde 1610) que se ausentou da ilha. IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 36, fls. 83-83 v., D. 2, 7 de Janeiro de 1616; Ver *infra* 132, 212.

Em 1654, serve esses ofícios António Pereira porque o seu proprietário por “ser pessoa de qualidade não tratava deles”, AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 20, 21 de Maio de 1654. Ver *infra* 142.

³⁸ O primeiro guarda de navios que encontrei na documentação é Gonçalo Rodrigues que se ausentou da vila da Ribeira Grande e, por isso, serve o seu cargo (de 17 de Outubro a 29 de Janeiro de 1529) Gonçalo Vaz, alcaide. Este último recebeu de ordenado, por esses 3 meses, 1170 réis. Isto porque o ordenado de guarda-mor dos navios era nessa época 4000 réis por ano. IAN/TT, *Núcleo Antigo* n.º 528, fls. 35 v. e 82-82 v., 1528.

³⁹ Em 1566, António Varela de Campos serve de guarda-mor do porto da cidade da Ribeira Grande, IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 20, fl. 203, 19 de Abril de 1566.

⁴⁰ Fernandes Ambrósio, guarda-mor dos navios da cidade da Ribeira Grande, é nomeado, em 1547, pelos serviços prestados, guarda-mor da cidade da Ribeira Grande, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-79-86, 21 de Setembro de 1547.

⁴¹ Existiram também os alcaides do mar, cuja incumbência era velar sobre tudo o que dissesse respeito ao policiamento da ribeira, em especial na carga e descarga dos navios. Em 1532, era alcaide do mar da ilha de Santiago, João Gouveia. Em 1610, servia o mesmo ofício Manuel Colaço Mendonça. Estas mesmas funções poderiam ser executadas pelo meirinho do mar e porto. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, L.º 16, fl. 65 v., D. 1, 20 de Abril de 1532. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 4 de Julho de 1616.

Devia, por lei, todos os anos apresentar um auto dos danos e trazer perante a câmara os transgressores. Este oficial era provido por alvará régio, mas tinha de ser aceite pelo senado da câmara a quem devia prestar juramento.

O cargo de meirinho da serra parece com os anos ter perdido a importância, na medida em que o número de escravos decresceu. Tal evolução pode seguir-se através do ordenado⁴² e da categoria social dos indivíduos que exercem esse cargo. Se no século XVI, em 1534⁴³, foi nomeado como meirinho da serra Tomé Falcão, vizinho de Santiago, que era proprietário rural e tinha servido o cargo de almoxarife, após 1611, ano em que morre Bernardo da Lomba⁴⁴, armador, esse cargo é ocupado por naturais de Santiago, mulatos⁴⁵, cabos de milícia⁴⁶. Em 1654, quando Manuel Barbosa de Almada, morador da ilha pede a mercê do mesmo cargo, o Conselho Ultramarino, verificando que esse ofício tinha pouca consideração em Cabo Verde, e querendo recuperá-lo, elege para ele Diogo Serrão de Bulhões, por ser natural do Reino, "coisa essencial para ser mais respeitado"⁴⁷.

O escrivão da câmara (um em cada câmara) era o escrivão ordinário do concelho, encarregado de reduzir a escrito o expediente da vereação, o registo do acto eleitoral dos vereadores e das despesas e receitas do concelho⁴⁸. Os escrivães eram escolhidos pelas câmaras e providos pela Coroa, podiam ser de nomeação vitalícia ou hereditária. Apesar deste cargo ser subalterno, os moradores que o ocupavam tinham uma grande influência na sociedade insular, já que eram dos poucos que sabiam ler e escrever e que mais rendimentos obtinham. Isto, sobretudo, quando ao cargo de escrivão da câmara se junta o de escrivão do judicial e notas. O escrivão posicionava-se entre a sociedade iletrada e o poder municipal e até judicial.

⁴² O ordenado de meirinho da serra era, em 1534, de 20.000 reais por ano e o de dois homens a seu serviço de "6000 reais por ano cada um". Este oficial e seus homens eram pagos a meias pela feitoria real de Santiago e pelo Concelho da Câmara da Ribeira Grande. Em 1693, o mesmo ofício não tem ordenado pelo novo Regimento, recebendo de emolumentos 5000 réis. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III, Doações*, L.º 7, fl. 10 v., doc. 1, 21 de Março de 1534; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 147, 27 de Julho de 1693.

⁴³ IAN/TT, *Chancelaria de D. João III, Doações*, L.º 7, fl. 10 v., D. 1, 21 de Março de 1534; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 14, fl. 310 v., D. 1, 21 de Dezembro de 1564.

⁴⁴ IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 29, fls. 30-30 v., 12 de Agosto de 1611, AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 22, 6 de Junho de 1613.

⁴⁵ Em 1611, ocupa o cargo de meirinho da serra, Henrique Vaz Lugo, filho ilegítimo de Fernão Fiel de Lugo (grande proprietário da ilha de Santiago), mulato, prático de Guiné. Ele obteve esse ofício como recompensa pelos serviços prestados à Coroa. IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 29, fls. 30-30 v., 12 de Agosto de 1611.

⁴⁶ Diogo de Unhão, cabo de uma esquadra e meirinho da serra da ilha de Santiago, foi nomeado em 1617 alcaide e carcereiro da mesma ilha. IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 41, fl. 145 v., 8 de Janeiro de 1617; IAN/TT, *Col. S. Vicente*, cx. 8, L.º 8, fl. 23, 10 de Janeiro de 1619.

⁴⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 19, 21 de Maio de 1654.

⁴⁸ *Ordenações Filipinas*, L.º 1, tit. LXXI, Lisboa, 1985.

A Milícia: estruturas⁴⁹

A tropa da Milícia (ordenanças) constituía uma das instituições mais importantes do poder local português do Antigo Regime e teve um papel relevante nas formações e estruturação da sociedade cabo-verdiana.

António Carreira, embora não dispusesse de documentos que o comprovassem, intuiu e chama a atenção para o importante papel destes agentes militares na vida de todo o arquipélago⁵⁰.

Os historiadores situam no reinado de D. João III (Agosto de 1549) as primeiras tentativas de estender as obrigações militares gerais a todo o espaço português e a todos os homens com idades compreendidas entre os 20 e os 65 anos. A lei de 9 de Dezembro de 1569⁵¹ define concretamente as obrigações militares da população, conforme as categorias sociais, a propriedade territorial, os bens móveis e, bem assim, as profissões de cada indivíduo.

A lei concedia, aos que tivessem armas e cavalos correspondentes à sua categoria, vários privilégios. Dispunha igualmente de penas diversas para os que não estivessem preparados para actuar quando chamados.

O passo definitivo na organização da Milícia local ou ordenanças foi dado com o Regimento dos capitães-mores de 10 de Dezembro de 1570⁵². A instituição criada por esse regulamento manteve-se activa no Reino e nos territórios ultramarinos durante quase três séculos, sendo extinta pela revolução liberal (1830).

⁴⁹ Sobre o início da organização das ordenanças no arquipélago e defesa das ilhas de Santiago e Fogo contra os piratas ver Ilídio Baleno, "Pressões externas: reacções ao corso e à pirataria", *HGCV*, vol. II, pp. 125-187, 1995.

⁵⁰ António Carreira no seu artigo "Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII" diz o seguinte: "A esta distância no tempo, as simples indicações dadas pouco nos dizem do papel destes agentes militares. Há certa tendência para julgar os milicianos como desprovidos de interesse e a sua acção inócua. Mas ... não. Tiveram um importante papel na vida de todo o arquipélago." *Revista de História Económica e Social*, nº 16, Lisboa, 1985.

⁵¹ Por essa lei de D. Sebastião todos os fidalgos, cavaleiros ou escudeiros da corte e províncias, deviam possuir armas e cavalos para actuar na guerra, quando necessário. As obrigações militares das populações eram enquadradas pelos rendimentos de cada um: os que possuíam 200\$000 réis ou mais de renda deveriam ter cavalos e armas; aqueles que atingissem um rendimento até 100\$000 réis eram obrigados a estar armados pelo menos com arcabuzes; os não-proprietários, os mecânicos ou trabalhadores rurais a levar lanças, meias-lanças ou dardos para as convocações. Lei das Armas de 9 de Dezembro de 1569, Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Temas Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1931, p. 324.

Essas tentativas de estender as obrigações militares gerais a todo o Reino não surtiram qualquer efeito, vendo-se o rei, a exemplo do que já sucedera na década de 20, obrigado a desmobilizar os primeiros corpos organizados militarmente no Reino, tarefa em que muito se empenhara e para a qual mandara vir instrutores. Ver Jean Aubin, "Le Capitaine Leitão, un sujet insatisfait de D. João III", *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. xxx, Coimbra, Ed. da Universidade de Coimbra, 1982, pp. 89 e segs., e Victor Rodrigues, "As companhias de Ordenança no Estado Português da Índia, 1510-1580", *Oceanos*, nº 19-20, Lisboa, CNCDP, 1994, p. 212 e segs.

⁵² "Regimento dos capitães-mores e mais oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé, e da ordem que devem ter em se exercitarem" ou "Regimento das companhias de ordenanças (Ordenanças Sebásticas)". Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, 1931, pp. 323-326 e 383-388.

Esse Regimento criou em todo o Reino e territórios sob administração portuguesa distritos de recrutamento, as Capitânias-mores, comandadas por capitães-mores, geralmente os senhores da terra ou, na falta destes, os fidalgos ou homens nobres eleitos pela câmara municipal de cada distrito⁵³. A organização militar, que era assim instalada, tinha um carácter miliciano, já que era comandada por oficiais honorários. Nela as tropas locais continuavam a não ter uma cadeia permanente e organizada de comando, mas aumentavam as obrigações e responsabilizavam severamente os faltosos. O Regimento dos Capitães descreve claramente a forma e a quantia que devia ser paga pelos reticentes em irem aos exercícios e rebates. Eram os cabos-de-esquadra que apontavam os faltosos, remetiam listas de nomes aos capitães de suas companhias e cobravam as penas⁵⁴.

No topo da hierarquia das ordenanças, encontrava-se o capitão-mor coadjuvado pelo sargento-mor, que tinham como obrigação o alistamento de todos os homens válidos (com mais de 16 e menos de 60 anos) para a formação de companhias. Eram excluídos desse recrutamento os privilegiados e os doentes. Os homens assim recrutados poderiam ser escolhidos para o exército de primeira linha ou reservados para actuarem localmente como milícia, quando tal fosse necessário.

Cada companhia de infantaria era constituída por 250 homens, dividida em 10 esquadras com 25 homens cada. A companhia era comandada por um capitão de ordenanças (comandante de companhia), que tinha sob as suas ordens um alferes, um sargento e, às vezes, um meirinho e um escrivão. As esquadras eram chefiadas por 10 cabos-de-esquadra. Todos esses oficiais eram escolhidos e propostos pelo capitão-mor ou pelas câmaras e nomeados por carta-patente do rei.

Existia também uma companhia de cavalo, para enquadrar militarmente a gente nobre do concelho. A mesma lei estruturou a organização dos serviços de vigilância dos portos para os concelhos do litoral que estavam expostos ao perigo de ataque dos corsários.

A representação exterior da hierarquia revestia aspectos meramente formais, mas com grande significado social. Em 15 de Maio de 1574, o rei determinava que os fidalgos, escudeiros de linhagem, criados da Casa Real, da rainha ou dos infantes, que por pobreza não pudessem ter cavalo, constituiriam unidades (esquadras ou companhias) que deviam formar sempre no lugar de honra. A mesma provisão régia excluiu dos cargos de ordenanças os oficiais de justiça e fazenda⁵⁵. Parece encontrar-se nestas

⁵³ Nuno Gonçalves Monteiro, "A Sociedade local e os seus protagonistas", in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à união Europeia)*, direcção de César Oliveira, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 29-77.

⁵⁴ As penas eram as seguintes: "pela 1ª vez que qualquer pessoa for compreendida, pagará com 50 réis e pela 2ª vez um tostão, e pela 3ª será preso e havido por revel e da cadeia pagará 500 réis e além da dita pena de dinheiro será degradado por seis mezes para fora da villa e termo na qual pena de degedo o condenará o capitão-mor e não os capitães das bandeiras [...] E os que não forem a cada hum dos dous alardos gerais, que cada anno se ande fazer, emcorrerá cada hum em pena de myl reaes, que pagará da cadeia sendo pião, e sendo de cavalo ou de maior calidade que pião pagará dous myl reaes da prisão que se lhe der, conforme a calydade da sua pessoa". "Regimento dos capitães-mores e mais oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé, e da ordem que devem ter em se exercitarem" ou "Regimento das companhias de ordenanças (Ordenanças Sebásticas)". Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, 1931.

⁵⁵ Idem.

unidades a origem do que em Cabo Verde surge no século XVIII com a designação de companhias da nobreza.

A educação militar das populações era assegurada por meio de exercícios semanais (aos domingos) e de alardes semestrais. Os exercícios de tiro à barreira, manobras de campanha, eram dirigidos pelos oficiais de cada companhia. Deviam realizar-se todos os anos (Primavera e Outono) dois alardes ou revistas gerais, convocados pelos capitães-gerais (governadores) e dirigidos pelos capitães-mores ou sargento-mor. Essa vistoria geral à tropa miliciana servia para a inspecção do seu grau de instrução, da disciplina e do estado do armamento.

As despesas efectuadas nesses exercícios e nas vigias das costas eram cobertas pelas rendas dos concelhos, pelos fundos próprios de cada companhia (penas pecuniárias impostas pela falta nos exercícios semanais ou aos rebates/alarmes³⁶) ou por impostos especiais.

Logo após a Restauração, D. João IV, ao mesmo tempo (1641) que organiza o primeiro exército permanente em Portugal, nomeia governadores militares para as províncias que reactivam a antiga organização das Ordenanças (de 1570), alistando em todas as comarcas os homens válidos de 16 a 60 anos.

Em 1646, as tropas milicianas³⁷ já estão mobilizadas e organizadas, no arquipélago, em companhias. A hierarquia dessas tropas teve uma função fundamental na afirmação e sedimentação “dos filhos da terra” como elite autenticamente cabo-verdiana.

Com a reorganização militar de D. João V, em 1707, os terços de Infantaria passaram a ser designados por regimentos de Milícia. Eram compostos por 600 homens comandados por um coronel, mestre de campo, de nomeação régia, com seu estado-maior, um sargento-mor, dois ajudantes. Cada uma dessas unidades militares compreendia um certo número de companhias, neste caso 12, também chamadas bandeiras, comandadas por um capitão, coadjuvado por um alferes, um sargento e cabos-de-esquadra.

Essa reorganização chega a Cabo Verde com o governador José Pinheiro da Câmara, em 1713. Ela é visível no Regimento que lhe é dado e nas ordens sobre a gente capaz de pegar em armas. Nessa carta, D. João V ordena que o governador, de acordo com o recenseamento fornecido pelo bispo, organize toda a gente capaz de pegar em armas para se formarem três terços de ordenanças com seus oficiais. “/.../

³⁶ O caso de Manuel Moreno (de 66 anos) é exemplar. Em 1598, foi condenado pelo capitão-geral e governador, Duarte Lobo da Gama, a pena máxima de “quatro mezes de degredo na cidade (Ribeira Grande) e 2.000 reis em dinheiro para as despesas da guerra”, por ter faltado ao rebate feito para socorrer a vila da Praia que estava sendo atacada pelos flamengos. Essa sentença foi redigida com base no Regimento dos capitães. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 108. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, p. 180, 20 de Outubro de 1598, Lisboa, 1899.

³⁷ A Milícia – forças militares de segunda linha – foi inicialmente organizada apenas em algumas comarcas sob forma de terços de auxiliares, generalizando durante a Guerra de Restauração a todo o Reino. A hierarquia das forças milicianas (coronéis, tenentes-coronéis e majores de milícia) teve uma presença marcante e distinta na sociedade local dos finais do Antigo Regime. Ver Nuno Gonçalves Monteiro, “A Sociedade local e os seus protagonistas”, in *História dos Municípios e do Poder Local / dos finais da Idade Média à união Europeia*, Lisboa, 1996, pp. 29-77 e 47-49.

Me pareceu haver por bem que reduzaís toda a gente que há nessa Cidade de Santiago, e Vila da Praia aos ditos três terços, provendo-os em pessoa de Maior distinção em nobreza, e préstimo, os quais serão obrigados a pedir confirmação das suas Patentes na forma de minhas ordens /...⁵⁸.

Vejamos como evoluiu concretamente a organização militar e qual a composição das tropas milicianas em Cabo Verde.

No final do século XVI, os 508 vizinhos da cidade da Ribeira Grande e os seus 5700 escravos estavam alistados em três companhias de ordenança, comandadas por capitães. Competia-lhes acudir aos rebates nos três baluartes de vigia então existentes: São Brás, Vigia e Ribeira. A vila da Praia de Santa Maria tinha nessa época 200 vizinhos que, juntamente com seus 1000 escravos, defendiam a povoação com uma companhia de Artilharia. Os cerca de 300 moradores da ilha do Fogo guardavam os dois baluartes existentes, arrolados em uma companhia sob o comando de um capitão⁵⁹.

No início do século XVII, no conjunto da ilha de Santiago, existiam 6 companhias de Infantaria e uma companhia de Aventureiros⁶⁰, cada uma com seu capitão, com um alferes, um sargento, quatro cabos-de-esquadra e um meirinho. As companhias ou bandeiras tinham em conjunto um escrivão-geral⁶¹.

Estas companhias fortalecem-se e multiplicam-se ao longo do século, sendo possível acompanhar a carreira de alguns dos seus membros. Assim, no início do século XVIII, das seis companhias de Infantaria passa-se a 23, que têm alistados 1830 soldados “exercitados e com bastante conhecimento do manejo das armas, e estas todas comsertadas”.

Também os postos de chefia sobem na escala hierárquica militar e aumentam consideravelmente de número. Em 1730, as tropas de milícia da ilha de Santiago eram pela primeira vez chefiadas por um tenente-general, dois ajudantes do tenente-general, seis capitães-mores das fortalezas, seis tenentes das fortalezas, seis alferes das fortalezas, um sargento-mor da praça, um ajudante da praça. Os três regimentos da ilha, dois da Ribeira Grande e um da vila da Praia, eram comandados por três coroneis que tinham sob suas ordens três sargentos-mores e doze ajudantes. Os regimentos da Ribeira Grande eram compostos por nove companhias cada um e o da vila da Praia

⁵⁸ AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/AIR, fls. 306 v.-307 v., 25 de Fevereiro de 1713.

⁵⁹ Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde, AGS, *Guerra Antigua*, m. 122, fls. 180 e segs. Antônio Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 42, pp. 99-101, 26 de Janeiro de 1582.

⁶⁰ É provável que, a exemplo do que sucedia no Oriente, onde em finais do século XVI, surgiram as chamadas armadas de “navios aventureiros”, formadas na sua quase totalidade por elementos vindos da nobreza que custeavam as suas próprias despesas com o produto dos saques, também em Cabo Verde essas companhias fossem formadas maioritariamente por elementos da nobreza, eventualmente com o intuito de participar em acções militares – navais ou outras.

⁶¹ “Relação da Costa da Guiné”, Biblioteca da Ajuda, cód. 51-VII-25, fls. 119, Antônio Brásio, *Monumenta Missionária Africana, 2ª série*, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 55, pp. 213-214; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, 1899, pp. 214-217, 1606.

contava com onze companhias. Cada uma delas era comandada por um capitão, um alferes, dois sargentos e quatro cabos-de-esquadra⁶².

Nessa época, surgem na ilha de Santiago duas companhias de Cavalos e uma da Guarda com seus respectivos capitães, tenentes, alferes e furriéis. O cargo de capitão da companhia de cavalos, não remunerado, era provido pelo governador “nas pessoas de mais qualidade e cabelal”, consoante seu arbítrio, e não pelo rei⁶³. Trata-se de uma tropa de elite na qual “ficão montados” 196 cavaleiros “todos armados com pistolas, e muitos com pistolas e clauvinas”.

Nesta mesma data, a cidade da Ribeira Grande era defendida por 6 guarnições de artilharia que actuavam na Fortaleza de S. Filipe e nos Baluartes de Santo António, Cavaleiros, São Veríssimo, São Brás e São Lourenço. Cada uma dessas guarnições de artilheiros era chefiada por um capitão-mor que tinha a seu comando um tenente, um alferes e dez cabos que controlavam os soldados.

A existência de 27 portos exigia uma vigilância que estava longe de ser eficaz, já que “são os portos que a ilha tem em sua circunvalação todos em costa brava, mas, todos dão desembarque a lanchas” de contrabandistas⁶⁴.

Na década de trinta do século XVIII, o governador de Cabo Verde, Francisco de Oliveira Grans, cumprindo as ordens régias, funda uma companhia de Cavalaria, formada com os “soldados novos tirados da companhia da Nobreza /.../ por serem brancos”. Na verdade, experimentara dificuldades em reconstituir a companhia da Nobreza, por se compor dos oficiais “escusos por achaques ou pobreza”, e também em organizar a companhia da Guarda, pelo facto de, entre outras razões, serem categóricas as ordens reais para que nessa companhia “não entre homem preto, e os brancos serem hoje tão poucos” em Santiago⁶⁵.

No período que estamos analisando, a classe militar em Cabo Verde compreendia dois grupos: o primeiro era constituído pelos oficiais de carreira⁶⁶; o segundo, pelos oficiais milicianos.

Faziam parte do primeiro grupo os condestáveis, artilheiros, bombardeiros, facheiros⁶⁷. Comandava esses oficiais o sargento-mor da ilha de Santiago⁶⁸, único militar pago, que era o responsável maior pelo enquadramento e educação militar da milícia. Tinham pouco significado numérico, mas eram, de certo modo, os agentes reais nas forças armadas do arquipélago. Sobre eles recaía a responsabilidade de manter as tropas de milícia em forma para “uma gloriosa defesa em caso que os nossos inimigos empreendam tomar essa Conquista”.

⁶² AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730.

⁶³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 47, 27 de Setembro de 1656.

⁶⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729.

⁶⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730.

⁶⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 45, 17 de Janeiro de 1671.

⁶⁷ As atribuições dos facheiros e bombardeiros estão explícitas no capítulo de Ilídio Baleno, “Pressões externas: reacções ao corso e à pirataria”, in *HGCV*, vol. II, 1995.

⁶⁸ O governador de Cabo Verde Francisco Manuel da Nóbrega numa carta dirigida ao rei, em 1727, afirma que o sargento-mor da ilha de Santiago tem por obrigação assisti-lo na sua casa para dar seguimento à expedição das ordens, já que ele ocupa o único posto militar pago e, por isso, é a segunda pessoa na hierarquia militar. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 96, 10 de Novembro de 1726.

No Regimento dado ao governador e capitão-geral das ilhas Manuel Pacheco de Melo, em 1671, o rei ordenava que os oficiais militares pagos, pela Fazenda Real fossem obrigados a trazer suas armas limpas e concertadas, estivessem preparados para a defesa da ilha e fizessem exercícios de barreira para se prepararem e se "adestrarem uns aos outros".

No início do século XVII, quando os holandeses e ingleses atacavam os impérios ibéricos no Atlântico, os ordenados dos oficiais de carreira eram já correspondentes a uma situação de instabilidade na área. Especialmente bem pagos, eram os técnicos responsáveis pelo funcionamento da artilharia, instalada nos portos mais frequentados. O sargento-mor da ilha de Santiago tinha já como ordenado 50\$000 réis, o condestável da Fortaleza de São Filipe, 30\$000 réis, os três bombardeiros da mesma fortaleza e os dois do Baluarte de São Sebastião recebiam 21\$600 réis. Os seis facheiros "que servem desde o monte de Pescado alto até a fortaleza" ganhavam 16\$000 réis, o armeiro e serralheiro, 18\$000 réis, e o porteiro da fortaleza da cidade, 12\$000 réis, por ano. O bombardeiro da vila da Praia arrecadava 24\$000 réis; as duas bombardas mortas (uma no porto da cidade e outra na Fortaleza de S. Brás) tinham cada uma 21\$600 réis, o bombardeiro da ilha do Fogo recebia 12\$000 réis⁶⁹.

A tal ponto os ordenados pagos aos oficiais de guerra eram elevados, dada a conjuntura internacional, que não sofreriam aumentos até à segunda década do século XVIII⁷⁰. Convém não esquecer que, dada a reunião das duas coroas, os ordenados dos militares portugueses tendiam a equiparar-se aos dos castelhanos. Mas, também não podemos olvidar que, na maioria dos casos, os soldados não tinham expressão para a sobrevivência dos homens que ocupavam tais cargos, já que estes se dedicavam em paralelo ao comércio e outras actividades.

É interessante sublinhar também que todos esses oficiais militares de carreira (além do sargento-mor) eram considerados nessa época como exercendo ofícios camarários⁷¹.

O segundo grupo era composto pelos oficiais milicianos não remunerados. Foram estes oficiais, filhos da terra, que detiveram até ao final do século XVIII e início do século XIX a quase totalidade da responsabilidade da defesa do arquipélago, dada a dificuldade de meios para suportar, com os rendimentos das ilhas, a vinda de oficiais de carreira, oriundos do Reino⁷². Efectivamente, foram os oficiais milicianos que, com

⁶⁹ Relação da Costa da Guiné, Biblioteca da Ajuda, cód. 51-VII-25, fls. 119 e segs., António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 55, pp. 213-214. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, c. 1606, Lisboa, 1899, pp. 213-214.

Sobre os ordenados em 1613 (os mesmos) ver: Ilídio Baleno, *HGCV*, vol. II, pp. 181-182.

⁷⁰ "Avaliação que mandou fazer o Ouvidor Geral das Ilhas, o Dr. João Coimbra Soeiro, dos rendimentos dos oficiais de justiça e guerra destas ilhas", AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 147, 27 de Julho de 1693, e AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 12A, 31 de Julho de 1728 a 19 de Novembro de 1735.

⁷¹ Idem.

⁷² Segundo António Carreira, "O grosso dos agentes do serviço público nos primeiros séculos pertenciam às classes civis e eclesiástica. Só a partir da segunda metade do século XIX é que os oficiais europeus tomaram algum vulto no conjunto do arquipélago. Basta dizer que dos 158 agentes referenciados até meados do século XVIII, 42 estavam afectos à classe civil (26,6 %), 33 à militar (20,9 %) e 83 à eclesiástica (52,5 %)", "A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (organização civil, eclesiástica e militar nos séculos XVI-XIX)", *Revista de História Económica e Social*, Sá da Costa, Lisboa, nº 19, 1987, pp. 33-76.

poucos recursos, mas conhecedores da realidade e do meio em que se moviam, bem ou mal enfrentaram a pirataria e defenderam a soberania portuguesa no arquipélago. A chegada de tropas reinóis, em 1764, mostrará a diferença entre a actuação do exército miliciano e a do exército colonial.

O capitão-mor (comandante da ilha) detinha o cargo mais relevante, já que exercia funções militares e civis. Fazia parte da Câmara (da Ribeira Grande) e desempenhava muitas vezes, cumulativamente, as funções de feitor da Fazenda Real⁷³.

Os coronéis, capitães e outros oficiais milicianos não só não recebiam qualquer ordenado pela sua acção na defesa das ilhas, como eram obrigados a convocar a população e a financiar a defesa do arquipélago através da utilização de seus escravos e dos mantimentos e armas por eles utilizados. A mobilização dessa força pessoal era obrigatória cada vez que os sinos tocavam a rebate, anunciando um ataque de corsários, a entrada nos portos de navios estrangeiros suspeitos, ou quando havia tentativas de motins. A não comparência ao alarme era punida com pena de prisão, aplicada pelo governador⁷⁴.

Com a reorganização militar de 1707, aboliu-se a faculdade de os capitães das companhias nomearem os seus subalternos e foi restringido por várias cláusulas proibitivas o antigo uso do alistamento e organização de tropas, a soldo de particulares. Em Cabo Verde, já desde 1676, apenas o governador, como capitão-geral, detinha a competência de conceder, sem limite de número, "cartas patentes" aos oficiais milicianos, que deviam depois ser confirmadas (no prazo de seis meses) pelo Conselho Ultramarino⁷⁵. Esta concessão era deveras lucrativa, já que o governador auferia por cada "carta patente" passada uma apreciável propina (emolumento)

⁷³ Até ao final do século XVII as nomeações dos capitães-mores faziam-se sem qualquer regra definida dependendo de compadrios e do livre arbítrio do poder político local. Após a criação do Conselho Ultramarino (1640) foram definidas e observadas regras para o provimento do cargo de capitão-mor de Cacheu, regulamentos que seriam seguidos para as nomeações dos capitães-mores das ilhas.

⁷⁴ Ver o registo do bando para alardo em Janeiro de 1772, no qual o governador determina ".../ que os Regimentos, Companhia de cavalaria e guarnição dos Fortes infalivelmente se achem na Vila da Praia nos dias que abaixo vão declarados: O Regimento do Coronel José Maria Cardoso no dia treze. O Regimento do Coronel José dos Reis Borges no dia dezassete. As três Companhias de cavalaria no dia dezoito, os Officiais e Soldados da guarnição dos Fortes no dia 19, todos do presente mês de Janeiro, e igualmente sem falta acudirão todos os soldados de novo alistados pelos ditos coronéis, e seus respectivos oficiais ao alardo do Regimento a que pertencem sob pena de que todo que faltar sem que faça constar legítimo impedimento por certidões, será castigado na forma das ordens de S. Magestade F. I.../". AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandos e Editais publicados na Ilha de Santiago*, 035/AIR, L.º 28, doc. 13, fls. 16-17, 3 de Janeiro de 1772.

⁷⁵ No Regimento dado ao governador e capitão-geral das ilhas de Cabo Verde e distrito de Guiné, João Cardoso Pizarro, o rei ordena ao seu agente: "Proverá os postos milicianos das ordenanças desse governo nas pessoas principais e capazes e idóneas para os servirem e lhe mandarei passar patentes por vos assinadas aos capitães e ajudantes e sargentos mores quando estes postos precisamente sejam necessários escolhendo sempre os que tiverem serviços e préstimos e aos que mandares passar patentes serão obrigados a mandar tirar a este Reino confirmação minha dentro em seis meses por evitar por este modo os grandes inconvenientes que se seguem a meu serviço, e os nomeados registrarão as ditas patentes nos contos de minha fazenda pera quando tratarem de seus requerimentos tirem suas fees de officios na forma em que o tenho resoluto I.../". AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/AIR, fls. 273-301, Lisboa, 10 de Maio de 1676.

que lhe permitia receber um rendimento pessoal nada desprezível⁷⁶. Os emolumentos eram proporcionais aos postos conferidos. Em 1786, uma patente inteira de capitão-mor custava 14.000 réis, de sargento-mor, 12.000 réis, de capitão, 8.000 réis, os tenentes, ajudantes e alferes pagavam 4.000 réis. A reconfirmação das patentes antigas custava metade⁷⁷. Podiam candidatar-se a esses cargos todos aqueles que tivessem merecimento, possuísem bens de raiz ou influência social.

Ocupavam cargos nas ordenanças, independente da cor da pele – “branco da terra, mulato ou preto” – os homens ricos, proprietários rurais ou morgados que pagassem a propina devida ao governador. Em contrapartida buscavam, através desse serviço prestado à Coroa, honras, prestígio e uma posição social de relevo.

O privilégio e a autonomia com que os governadores passavam cartas-patentes sem limites criaram na sociedade insular um aumento desproporcional de oficiais milicianos que teve como consequência um certo descontrolo por parte dos agentes da Coroa sobre a Milícia cabo-verdiana⁷⁸. Situação que se tentará resolver no final do século XVIII com a redistribuição das patentes e com a instalação nas ilhas de uma companhia paga e de chefias providas com oficiais de carreira.

Homens e funcionamento das instituições locais

A história cronológica da composição e funcionamento das duas instituições do poder local, que são a Câmara e a Milícia, reflecte não só o processo de formação da sociedade nelas representada, mas também a sua capacidade de se adaptar a novas conjunturas e de encontrar novas soluções para fazer valer a sua condição única “somente por habitarem na dita ilha”.

No antigo espaço: Santiago e Fogo

A Câmara da Ribeira Grande era não só a fiel depositária da Carta de Privilégio, concedida pelo rei aos moradores da ilha de Santiago desde o século XV, como desempenhara o papel de sua legítima defensora quando tais privilégios não eram respeitados. Era tal a importância reconhecida a essa carta que o registo guardado na casa da câmara foi roubado no início do século XVI, tendo esse facto permitido ao

⁷⁶ Segundo as “Notícias dos governadores das Ilhas de Cabo Verde”: Foi o governador João Zuzarte de Santa Maria (1743-1751) “/.../ que introduziu o modo furtivo de cobrarem os Governadores as patentes que até então eram emolumentos dos secretários e sargentos mores da Praça; que por isso os Governadores não tinham empenho em mandar passar novas patentes”. António Carreira, (Recolha, anotações e apresentação de), *Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde* (1784), Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, Lisboa, 1985.

⁷⁷ Carta do Governador das Ilhas ao capitão-mor da ilha do Maio, Manuel Cardoso da Silva, AHN, Secretaria Geral do Governo, *Cartas do governador das ilhas de Cabo Verde a diversas personalidades das ilhas. Correspondência com as autoridades da província*, L.^a 49, fls. 90 v.-91 v., 24 de Outubro de 1786.

⁷⁸ António Carreira, “A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (organização civil, eclesiástica e militar, séculos XVI-XIX)”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 1987, pp. 33-76.

corregedor das ilhas, Gil Álvares, desrespeitar os privilégios dos vizinhos da ilha. Em consequência desse acto de prepotência, João Jorge, escudeiro do rei e procurador da Câmara da Ribeira Grande, fez uma exposição ao monarca, em 1510, na qual explicava a necessidade premente da confirmação do documento, para que as actividades da ilha pudessem continuar a servir os interesses mais gerais das terras ultramarinas e, em particular, as navegações transcontinentais, que asseguravam as comunicações entre as partes mais longínquas do império. Após longas viagens, os navios aportavam ali necessitados de tudo: alimentos frescos, água, serviços de calafates e até homens que a bordo pudessem manejar as bombas, minorando avarias graves impossíveis de resolver fora dos estaleiros de Lisboa.

Mas, para o tema em análise, o que essa exposição nos permite vislumbrar é a condição social e económica dos oficiais da Câmara da Ribeira Grande, na primeira década do século XVI.

Segundo João Jorge, os moradores da ilha de Santiago (base de apoio às carreiras da Índia e de Guiné) valem à Coroa “/.../ somente por habitarem na dita ilha /.../”, já que eram eles que, através da câmara e à sua custa, prestavam auxílio às armadas reais que escalavam a ilha, fornecendo-lhes serviços, géneros e mão-de-obra escrava⁷⁹.

Paralelamente, o procurador da câmara e escudeiro João Jorge solicita ao rei a solução para problemas nascidos nas relações internas de poder de uma sociedade cuja composição era muito particular. Nesse sentido, em nome do concelho da Ribeira Grande, propõe que os donatários sejam obrigados a nomear como seus capitães homens com determinada categoria social e capacidade económica, isto é, que pelo menos tenham o título de escudeiros do rei ou de algum fidalgo “de mão beijada”, que sejam casados e que “/.../ tenham fazenda de duzentos mil reis pera cima /.../”. Apenas assim, eles poderiam ter autoridade e poder numa ilha povoada por vizinhos que socialmente se achavam superiores aos representantes dos donatários que eram “/.../ rendeyros homes de pouca autoridade e menos fazenda /.../”. Ainda se consideravam competentes para exercer poder judicial em casos “menores”. Por isso, pediam também o privilégio para que os juizes e vereadores da câmara da ilha pudessem, juntamente com o capitão, julgar os casos de morte dos negros e cativos⁸⁰.

O acima exposto permite-nos concluir três pontos sobre a posição social e económica dos membros da Câmara da Ribeira Grande: eram social e economicamente iguais ou superiores aos capitães do donatário; eram ricos e abastados a tal ponto que guarneciam de géneros e escravos as armadas reais, não esperando o pagamento directo por parte do erário público, mas considerando esses gastos um investimento que o rei devia compensar através da concessão de favores; eram senhores de escravos e, por isso, pretendiam substituir-se ao poder judicial quando da decisão sobre a vida ou morte de suas peças.

Em Maio de 1512, os oficiais da Câmara da Ribeira Grande escreveram duas cartas ao rei, que nos permitem elucidar sobre as gentes que dominavam o Concelho

⁷⁹ “E allguma prova disto Vossa Alteza poderá saber por Álvaro Barreto ora cando hi chegou e dos outros capytaes que vierom hy teer da Índia aos quaes fornecerom e lhes derom taes aviamentos com que vierom a salvamento a Portugal e o que com elles gastarom ainda nom he pago /.../”. Idem, doc. 69, pp. 189-190.

⁸⁰ Idem.

Municipal e que, na realidade, saíam do seio da elite local. Nelas, eles descrevem claramente a posição social dos homens que são vizinhos da ilha de Santiago. Eles eram segundo a carta: “/.../ mercadores e outros muitos escudeiros, cavaleiros e aynda fidalgos pobres que nela (ilha) se remedeão e sostee sua vida /.../”⁸¹. Os que não eram nobres actuavam no comércio externo (escravos) e necessariamente eram ricos; os que não eram ricos mas eram fidalgos usavam os seus privilégios; os que eram nobres e ricos representavam o topo da hierarquia de uma elite em que todos e cada um conhecia o seu lugar.

QUADRO I

O Senado da Câmara da vila da Ribeira Grande em 1512⁸²

Nome	Categoria social, naturalidade, parentesco e idade	Cargos na Administração Pública e Camarária	Actividades militares e outra
Dias, Afonso ⁸³		Oficial da câmara (1512)	Armador (1516, 1524)
Dias, Álvaro ⁸⁴	Escudeiro do rei	Oficial da câmara (1512) Almoxarife (proprietário, 1512-1534)	Armador (1515, 1516)
Dias, Vicente ⁸⁵		Oficial da câmara (1512) Juiz da câmara (1514)	Armador (1513, 1514, 1515)
Fernandes, Lopo ⁸⁶		Oficial da câmara (1512)	Armador (1513, 1514)
Jorge, João ⁸⁷	Escudeiro do rei	Procurador do concelho (1510-1512)	
Lopes, Duarte ⁸⁸		Oficial da câmara (1512)	Capitão do navio (1513, 1514, 1515)
Luís, António ⁸⁹		Oficial da câmara (1512) Verador ou juiz (1521)	Mercador
Noli, João da ⁹⁰	Cavaleiro da Ordem de Santiago	Oficial da câmara (1512)	Rico proprietários da ilha de Santiago Armador (1528)

⁸¹ IAN/TT, *Leis*, m. 2, doc. 27; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. II, Lisboa, 1958-1968, doc. 19, p. 54, 24 de Outubro de 1512. IAN/TT, CCI, II 2-23; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. II, Lisboa, 1958-1968, doc. 20; *História Geral de Cabo Verde, Corpo Documental*, vol. I, doc. 77, 25 de Outubro de 1512, Lisboa, 1988-1990.

⁸² Retirámos as assinaturas do livro do Padre António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. I, Lisboa, 1958, doc. 20, p. 49.

⁸³ *HGCV, Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, p. 202, 1513-1516; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, L.º 37, fls. 76, 92, 10 de Junho de 1524.

⁸⁴ IAN/TT, *Chancelaria de D. João III, Doações*, L.º 7, fls. 39 v.-40, D. 3; *HGCV, Corpo Documental*, vol. I, Lisboa, 1988, doc. 75, 4 de Maio de 1512; *HGCV, Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 200, 201, 1513-1516; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III, Doações*, L.º 26, fl. 130 v., D. 1, 28 de Abril de 1539.

⁸⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo n.º 757*; *HGCV, Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 60, 120, 194, 1513-1516.

⁸⁶ *Idem*, pp. 57, 122.

⁸⁷ *HGCV, Corpo Documental*, vol. I, Lisboa, 1988, doc. 44, 21 de Junho de 1501.

⁸⁸ *HGCV, Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 61, 122, 123, 163, 1513-1516.

⁸⁹ IAN/TT, *Corpo Cronológico*, II-146-84, 3 de Março de 1521.

⁹⁰ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, 1899, pp. 20, 75, 77; IAN/TT, *Núcleo Antigo n.º 528*, fls. 16 v., 68 v., 69, 75 v., 76, 1528.

Peçanha, João ⁹¹		Escrivão da câmara (1512) Tabelião (1513, 1514)	Grande proprietário
Pereira, Rui ⁹²	Fidalgo da Casa do Rei	Assina carta da câmara (1512)	Proprietário rural Povoador da ilha do Fogo Armador (1514, 1515, 1527, 1528)
Pires, António ⁹³	Criado do bispo de Lamego	Assina carta da câmara (1512) Tesorreiro da fazenda dos defuntos (1529-1546)	Mercador Proprietário rural
Rodrigues, Garcia ⁹⁴		Assina carta da câmara (1512) Juiz ordinário (1521)	Proprietário rural
Santa Ana, Álvaro Anes de ⁹⁵		Assina carta da câmara (1512) Alcaide (1515)	Armador Proprietário rural
Vasconcelos, Fernão Mendes de ⁹⁶		Assina carta da câmara como capitão da vila da Ribeira Grande (1508-1517)	Armador (1513-515)
Vaz, Pedro ⁹⁷		Assina carta da câmara (1512)	Mercador

Pelo quadro que foi possível elaborar sobre a composição do senado da câmara durante a segunda e terceira décadas do século XVI, período de crescente prosperidade da terra, podemos verificar que entre quinze membros, oito são grandes empresários do tráfico (armadores); cinco são membros da nobreza, desde o simples criado do bispo até ao fidalgo da Casa d'el-Rei; dos sete que não são armadores, três são proprietários rurais (dos quais um é também mercador), um é capitão de navio, dois são mercadores e o último, embora se desconheça a sua fonte de rendimentos, é o próprio João Jorge, procurador do concelho, escudeiro da Casa Real, homem que detém o acesso directo ao rei, seu senhor.

⁹¹ HGCV, *Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 63, 71, 75, 82, 108, 116, 142, 161, 172, 1513-1516; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, 1899, p. 75.

⁹² IAN/TT, *Núcleo Antigo* nº 757; HGCV, *Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 57, 60, 87, 103, 104, 122, 162, 164, 289, 290, 1513-1516; IAN/TT, *Corpo Cronológico*, II-140-148, 8 de Maio de 1527; IAN/TT, *Núcleo Antigo* nº 528, fls. 19-25, 38-43, 65 v., 67, 68, 1528.

⁹³ IAN/TT, *Núcleo Antigo* nº 528, fls. 24, 25v., 1528; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, L.º 41, fl. 61 v., D. 4, 10 de Abril de 1529; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. II, Lisboa, 1958-1968, doc. 101, 25 de Junho de 1540.

⁹⁴ IAN/TT, *Corpo Cronológico*, II-94-169, 28 de Fevereiro de 1521; IAN/TT, *Corpo Cronológico*, III-10-32, fls. 6-9 v., 20 de Novembro de 1528.

⁹⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo* nº 757; HGCV, *Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 127, 128, 130, 217, 1513-1516; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, 1899, p. 75.

⁹⁶ IAN/TT, *Núcleo Antigo* nº 757; HGCV, *Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 54, 70, 106, 109, 145, 146, 229, 266, 311, 1513-1516.

⁹⁷ Idem, pp. 141, 1513-1516; IAN/TT, *Núcleo Antigo* nº 528, fl. 35 v., 1528.

A análise da posição social dos assinantes dessas cartas confirma-nos que o poder local na ilha de Santiago estava nas mãos de um grupo de “homens poderosos”, vindos do Reino. Entre eles encontravam-se escudeiros, fidalgos, cavaleiros da Ordem de Santiago. Instalaram-se na ilha para armar⁹⁸ e comerciar, e, por necessidade do trato, tornaram-se grandes proprietários rurais. Falavam de igual para igual com os oficiais régios e contavam sempre com o apoio de suas famílias no Reino.

Estes homens viviam numa sociedade cosmopolita, estavam ligados ao mar e para ele virados. Os seus vínculos à ruralidade, ao interior da ilha, eram de armadores, comerciantes que como proprietários rurais cultivavam nas suas terras os produtos necessários para a sua actividade mais lucrativa – a armação.

A elite que dominou as ilhas de Santiago e Fogo detinha através de seu poder económico uma clientela fiel e leal. Cada um dos armadores/proprietários rurais “/.../ dava de comer /.../ na sua mesa e todo o agasalhamento necessário /.../”⁹⁹ a um grupo de apaniguados, dependentes, que eram utilizados por ele na defesa dos seus interesses e dos do grupo social a que pertencia.

A elite insular que dominou o arquipélago de Cabo Verde, durante quase um século, tinha um contacto directo com a Coroa, não somente através da câmara mas, sobretudo, através de seus contactos pessoais no Reino. Parte deles, em especial os nobres e suas famílias, pertencia à aristocracia reinol, vivia nas ilhas por ser ali que se adquiria riqueza e se abria as portas para o mundo novo que estava a ser criado. Em Cabo Verde, eles tinham a possibilidade de fazer parte do grupo de vanguarda que entrou na aventura das descobertas marítimas e da colonização de novos espaços, adquirindo lucros no comércio de longa distância¹⁰⁰ com a venda dos produtos que o continente africano introduziu no mercado global, tais como, os escravos, a cera, o marfim, etc.

O poder político, representado pelas câmaras municipais, foi um dos principais instrumentos utilizados pela elite comercial das ilhas. Isto, porque a participação na câmara tinha uma importância enorme numa sociedade dividida entre “/.../ a câmara e os oficiais dela fidalgos cavaleiros e pessoas nobres do regimento da terra /.../” e o povo “/.../ homens baços pretos forros (carpinteiros, mercadores, mareantes) /.../”¹⁰¹.

Mas a alçada sobre as atribuições municipais não os satisfazia, eles pretendiam também atingir o poder judicial. Na carta de 25 de Outubro de 1612, os oficiais camarários insistiam na importância da ilha de Santiago como escala para a navegação; queixavam-se dos rendeiros e pediam que não fosse enviado corregedor para as ilhas¹⁰².

⁹⁸ Sobre os moradores-armadores da ilha de Santiago ver Maria Emília Madeira Santos e Iva Cabral, “O nascer de uma sociedade através do morador-armador”, publ. *HGCV*, vol. 1, Lisboa, 1991, pp. 371-409.

⁹⁹ IAN/TT, *Chancelaria D. João III, Doações e Privilégios*, L.º 45, fl. 62 v., D. 1, 11 de Julho de 1533.

¹⁰⁰ Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, 3 vols., Lisboa, Editorial Teorema, 1992-1993.

¹⁰¹ IAN/TT, *Fragmentos*, m. 9, n.º 10, 23 de Dezembro de 1555.

¹⁰² Porque os que “/.../ já quá vierã todos derã de sy maoos testemunho, e hus mor/r/erã, outros foram de quá emprazados, outros presos por mamdado de sua alteza e outros todos foram por mall cabo,

O poder discricionário encontrava lugar nesta sociedade, em que o poder individual ou grupo dominante atemorizava o povo¹⁰³ e enfrentava as autoridades régias, em especial os oficiais da justiça, que ficavam desarmados perante esses homens, dada a sua categoria social e as influências que conseguiam mover em Lisboa, obtendo quase sempre o perdão real.

A luta entre os vizinhos e as autoridades judiciais começa cedo quando aqueles tinham interlocutores directos na corte para acusar os oficiais régios que, embora denunciem a situação nas ilhas e acabem por ser inocentados pelas instâncias superiores do governo central, já perderam a oportunidade de desempenhar o seu cargo, gastaram tempo e fazenda e apenas podem defender-se, em vez de imporem o castigo àqueles que os ultrajaram¹⁰⁴.

Os homens que dominaram o poder político local das ilhas na primeira metade do século XVI eram fiéis vassallos do rei, seus escudeiros e fidalgos. As lutas que travavam com os corregedores e outros agentes da Coroa eram relacionadas com a vontade de uma maior autonomia na busca de lucros com o trato na Costa da Guiné. Eles sabiam como dirigir-se à real indulgência, resguardavam quanto podiam as relações com o soberano, apresentando-se como inocentes vivendo numa terra solitária ao seu serviço¹⁰⁵.

A tensão entre os “homens poderosos” da terra e os representantes do poder central atingiu, por vezes, contornos de conflito violento.

Em 1555, os oficiais da Câmara da Ribeira Grande escreveram ao rei uma carta¹⁰⁶ explicando o levantamento (“levantamento e sossensão”) ocorrido na cidade contra o corregedor, provedor da fazenda e capitão da ilha de Santiago, João Rodrigues Cardoso (1551-1555) que, segundo os juizes e vereadores, faltou ao respeito aos oficiais da câmara, fidalgos, cavaleiros e pessoas nobres do Regimento da terra, quando, em vez de os contactar e pôr a par de uma Provisão que o rei mandou para a

cousa que fizerã nuca veo a lume, mas antes danarã esta terra e despeytarã ho povo /.../. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-12-23; *HGCY, Corpo Documental*, vol. I, Lisboa, 1988, doc. 77, p. 214, 25 de Outubro de 1512.

¹⁰³ Amaro Mendes, vizinho da ilha do Fogo, foi assim descrito numa carta de perdão datada de 1558: “/.../ um dos homens poderosos na dita vila e ilha e que nela e muitas vezes juiz pela Câmara e rico e abastado e que sendo assi he homem áspero e [de] forte condição e que sendo juiz como quer mal a alguém indevidamente faz querelas dele afim de o destruir /.../ e quando não e juiz ameaça as pessoas dizendo eu serei juiz para (o) ano /.../”. IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 36, fls. 177 v.-178, 3 Abril de 1558.

¹⁰⁴ “/.../ E olhe Vossa Alteza e seja lembrado de se enformar como os outros corregedores que a esta ilha vieram como foram tratados dos maos que nenhum a ela nom veo que podese acabar de vos servir seis meses do ano porque com estas cousas que la vam dizer fazem causa pera Vossa Alteza os mandar hyr /.../”. Ver carta do corregedor Pedro Guimarães, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-36-93, 6 de Maio de 1517.

¹⁰⁵ Os oficiais da Câmara da Ribeira Grande acabam assim a carta que enviaram ao secretário do Reino, António Carneiro: “Pedimos a vossa mercê que estes serviços e outros que cada dia fazemos a sua alteza, lhe apresente per nós quando compryr. E asy ficamos, leyxando nas mãos de vossa mercê como cryados vossos.” IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-12-23; *HGCY, Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1988, doc. 77, p. 214, 25 de Outubro de 1512.

¹⁰⁶ Carta da Câmara da Ribeira Grande ao rei, IAN/TT, *Fragmentos*, m. 9, n.º 10, 23 de Janeiro de 1555.

câmara, preferiu dirigir-se às pessoas do povo, homens baços, pretos forros, oficiais mecânicos e estrangeiros estantes na cidade. Queixavam-se, também, por o dito corregedor, os ter insultado de “faraós” e afirmado que “a gente desta terra eram piores que os de Sodoma”. Como consequência desses actos do corregedor a câmara decidiu desobedecer-lhe e o depor de seus cargos. João Rodrigues Cardoso foi chamado à casa da câmara “/ / e tanto que lla fora o injuriarão de pallavras e lhe tomarão a vara e o quyserão premdr /.../”¹⁰⁷. Tendo o corregedor conseguido fugir, foi alvo de perseguição pelas ruas até sua casa onde os homens da câmara não podiam entrar.

Após esse acto de insubmissão, os homens nobres, juizes e oficiais da câmara desertaram da cidade e foram para as suas fazendas no interior da ilha, à espera que o rei lhes fizesse justiça¹⁰⁸. A Coroa agiu rápida relativamente ao corregedor, nomeando outro (Manuel de Andrade) no seu lugar. Mas não deixou sem castigo os vassallos revoltosos. Três moradores nobres com elevados cargos na administração foram condenados a degredo, por dez anos, para o Brasil. São eles: Baltasar Vilela, moço da Câmara do Rei, proprietário rural, feitor da Fazenda Real na ilha de Santiago nos anos de 1550 a 1553, juiz e contador de Guiné, nomeado pela Câmara da Ribeira Grande, em 1555¹⁰⁹; João Fidalgo, moço da Câmara do Rei, escrivão da feitoria da ilha de Santiago¹¹⁰; e Álvaro Fernandes Gago, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, que serviu de contador, juiz dos resíduos e provedor dos órfãos das ilhas de Cabo Verde, no ano de 1533¹¹¹.

João Rodrigues Cardoso, para não ser preso, fugiu para Castela¹¹². O único vizinho de Santiago que cumpriu o degredo no Brasil foi João Fidalgo¹¹³. Baltasar Vilela foi perdoado pelo rei¹¹⁴. Álvaro Fernandes Gago, que tinha influência na corte, ficou em Lisboa, onde recebeu carta de perdão em 1563, e foi-lhe permitido voltar à ilha de Santiago passados dois anos.

¹⁰⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 26, fls. 340-341, 25 de Setembro de 1567.

¹⁰⁸ Carta de perdão a João Fidalgo que foi condenado por “/.../ culpa que teve nas offensas e injurias que fez e ajudou a fazer com outros ao doutor Johão Rodriguez Cardoso que na dita ilha de São Tiago do Cabo Verde estava servindo cargo de capitão per minhas provisões e lhe ajudara tomar a vara e depois de lha ter tomada ajudara correr após o dito corregedor ate sua casa pera o prenderem como mais largamente hera contheudo e declarado na dita sentença /.../”. Idem.

¹⁰⁹ IAN/TT, *Fragmentos*, m. 9, n.º 10, 23 de Janeiro de 1555; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, L.º 23, fls. 349-349 v., D. 3, 19 de Junho de 1555.

¹¹⁰ IAN/TT, *Fragmentos*, m. 9, n.º 10, 23 de Janeiro de 1555; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 2, fls. 343-343 v., D. 2, 21 de Março de 1567. Ver *infra* 112.

¹¹¹ IAN/TT, *Fragmentos*, m. 9, n.º 10, 23 de Janeiro de 1555; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III, Doações*, L.º 45, fl. 16 v., D. 2, 1 de Setembro de 1533; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 6, fl. 226, D. 2, 29 de Janeiro de 1563; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 26, fls. 340 v.-341, 22 de Setembro de 1567; IAN/TT, *Cartório Notarial* n.º 7A., L.º 1573, Julho 27-Novembro 26, fl. 104 v., 21 de Outubro de 1573.

¹¹² O “corregedor pelas culpas de sua parte se fora pera Castela”, IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 2, fls. 343-343 v., D. 2, 21 de Março de 1567.

¹¹³ O rei na carta de perdão que concede a João Fidalgo diz que ele lhe pede a mercê porque “/.../eu tinha perdoado a Allvaro Guago matiheiro da Infante Dona Maria e Baltazar Vyllella que também forão condenados na tomada da dita vara cada hum em dez anos de degredo /.../”. IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 26, fls. 340-341, 25 de Setembro de 1567. Ver *supra* 109.

¹¹⁴ Idem.

Podemos concluir que o corregedor acabou destroçado pelo grupo de homens poderosos que, embora condenados por um acto tão provocatório, obtiveram a condescendência régia para com vassallos que sustinham uma terra e prestavam serviços públicos. “/.../ a justiça he firmamento de vosso estado /.../” afirmava o corregedor Pedro Guimarães em 1517¹¹⁵, mas quem sustinha a longínqua terra no oceano Atlântico eram os fiéis vassallos d’el-rei.

Nos finais do século XVI, surge na ilha de Santiago outra instituição ligada intimamente à câmara – as tropas milicianas. Assim, em 1582, como já foi dito, encontram-se organizadas cinco companhias de milícia no arquipélago (quatro na ilha de Santiago e uma na do Fogo). Fazem parte da chefia dessas tropas os mesmos homens que até agora dirigiam a política local em Cabo Verde. Um dos membros dessa elite local era André Rodrigues dos Mosquitos¹¹⁶, “de nobre geração”, membro de uma família de grandes proprietários que, em 1590, servia na Milícia “com seus cavalos, escravos e criados”. No mesmo ano serve na Milícia, Pedro de Pina, que, em 1610, pelos serviços assim prestados à Coroa, foi agraciado com a mercê do ofício de tabelião do público e judicial da Ribeira Grande¹¹⁷. Cipriano Álvares de Almada¹¹⁸, cavaleiro da Ordem de Santiago e pai de André Álvares de Almada¹¹⁹ (o escritor), foi “capitão e defensor” da ilha de Santiago no final do século XVI.

Nessa época de grande insegurança no Atlântico, também chegam a Cabo Verde militares de carreira técnicos de artilharia, estrangeiros e nacionais, que tinham como função enquadrar e educar as tropas milicianas. Assim, em 1586, chega à Ribeira Grande, João Rabelo, “vassallo italiano de nação”, para servir de “condestável dos artilheiros”, cargo que ele desempenhará até, pelo menos, 1609, ano em que é agraciado pelos serviços prestados¹²⁰. Em 1593, o veneziano João Paulo França começa a servir de bombardeiro em Santiago, onde casou, tornando-se assim vizinho da ilha. Serviu nela pelo menos até 1618, pretendendo dois anos antes abrir uma

¹¹⁵ IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-36-93, 6 de Maio de 1517.

¹¹⁶ Neto de André Rodrigues dos Mosquitos que foi contador das ilhas de Cabo Verde (1524-1528), irmão de Bernardo Rodrigues dos Mosquitos. Recebedor dos dinheiros que os moradores de Santiago juntaram para ajudar a pagar as dívidas de Flandres (1567). Desde 1590 serve o rei na milícia da ilha de Santiago com seus cavalos, escravos e criados (1590-1610). *Arquivo do Hospital de S. José*, 4º Livro de receitas, m. 568, fl. 22 v., D. 3, 14 de Julho de 1565; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, L.º 25, fl. 37, D. 1, 10 de Maio de 1567; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 19, fls. 290 v.-291, D. 1, 4 de Julho de 1567; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações*, L.º 40, fl. 99 v., 27 de Outubro de 1567; IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Perdões e Legitimações*, L.º 21, fl. 9 v., 28 de Janeiro de 1610; IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Perdões e Legitimações*, L.º 30, fl. 34 v., 30 de Outubro de 1617.

¹¹⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 23, fl. 227, 2 de Outubro de 1610.

¹¹⁸ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, L.º 18, fls. 205 v.-206, IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, L.º 17, fls. 2 v.-3; António Brásio, *AMM, 2ª série*, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 106; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, 1899, p. 176, 19 de Agosto de 1598; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, L.º 6, fl. 226 v., 12 de Março de 1567.

¹¹⁹ Idem, ver *infra* 131, 141, 196, 222, 226, 247, 266.

¹²⁰ Em 1609, é-lhe feita mercê do cargo de condestável das artilharias e “mestre dos reparos” de Cabo Verde por serviços prestados à Coroa “/.../ por espaço de vinte e três annos que rezide na dita Ilha e suffisencia que tem mostrado no officio de condestável dos artilheiros que nella servio /.../”. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, *Boletim do Arquivo Histórico Colonial*, doc. 25, 1612.

escola de artilharia para aí ensinar as técnicas do seu ofício¹²¹. Assim, nos finais do século XVI e início do século XVII, dava-se instrução especializada e já estava montada uma força militar organizada na ilha de Santiago¹²².

Uma das primeiras notícias que temos sobre as ordenanças na ilha do Fogo é-nos dada por Cristóvão de Gouveia e Miranda, reinol, aquando da sua candidatura ao cargo de capitão e sargento-mor da dita ilha, em 1681. Na petição que dirigiu ao rei, diz ter servido de sargento-mor na ilha do Fogo seis anos (1672 a 1678), nos quais zelou pela defesa daquela praça, fez o Forte de São Sebastião e o Forte de São Filipe “/.../ e o portão da entrada da vila com um reduto por cima armando outro forte dahy meia légua”. Diz ter construído à sua custa e do povo a casa da câmara, a cadeia e a residência do alcaide e ter “passado mostras gerais todos os anos e exercitado os soldados em tudo o que hera necessário, acudindo a todos os rebates que houve naquele tempo, que ali assistiu com grande cuidado particularmente no ano de 1673 quando um navio botou gente em terra junto da Telha e por parecer de levantados e que querião fazer preza de gados mandou os socorros necessários /.../ e na mesma maneira no ano de 1676 em que veio um navio de Turcos aquela ilha pelejou com muito valor por espaço de 5 horas /.../”¹²³.

Apenas em 1734, conseguimos encontrar dados mais explícitos sobre as forças milicianas da ilha do Fogo, quando, numa carta, o escrivão da gente de guerra da vila de São Filipe relatava existirem na ilha seis capitães de Infantaria, 12 sargentos e 383 soldados, “entrando nesse número os cabos de esquadra que ordinariamente assistem as guardas”. Segundo esse oficial, servia também na ilha do Vulcão uma tropa de cavalos composta de um alferes, um tenente e um furriel que enquadravam 49 soldados “com seus cavalos aligeirados”. Além dessa companhia de cavalaria, havia uma outra composta por 34 oficiais reformados e “entretenidos” que eram obrigados a acudir aos rebates e alardes, montados a cavalo. Eram alistados nas ordenanças mais seis ajudantes e 211 milicianos reformados obrigados a comparecer ao apelo do governador cada vez que eram chamados¹²⁴. Passados dez anos, o capitão e sargento-mor do Fogo, Caetano de Melo e Albuquerque, reestruturou a milícia da ilha, formando 12 companhias de Infantaria (com mais ou menos 50 homens cada), duas companhias de Cavalaria (uma com 65 e outra com 68 cavalos) e uma companhia da Nobreza, com 19 cavaleiros. Pela análise das cartas escritas pelo dito sargento-mor pode-se concluir que, em 1745, na ilha do Vulcão, as forças da Milícia eram formadas por 864 homens¹²⁵.

Com o declínio do trato entre a ilha de Santiago e a costa africana, a elite comercial e armadora da ilha foi gradualmente desaparecendo, deixando lugar à emergência de uma terceira força que já não tem capitais para armar e tratar por sua conta e risco na Costa da Guiné.

¹²¹ Em 1611, era bombardeiro da Fortaleza de São Filipe. IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 23, fl. 309, 25 de Novembro de 1611; AGS, *Secretarias Provinciales*, L.º 1516, fls. 110-110 v., 3 de Março de 1618, e AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 90, 15 de Agosto de 1616.

¹²² Ver capítulo de Ilídio Baleno em *HGCV*, vol. II, 1995.

¹²³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 162, 5 de Julho de 1681.

¹²⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 16, doc. 17, 23 de Novembro de 1735.

¹²⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 20, doc. 55, 13 de Dezembro de 1745; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 20, doc. 56, 18 de Novembro de 1745; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 20, doc. 57, 19 de Novembro de 1745.

Com a concorrência comercial dos franceses, holandeses e ingleses, com a entrega do tráfico na Costa da Guiné aos contratadores reinóis e castelhanos, a ilha de Santiago tornou-se cada vez mais distante da rota principal do comércio que ligava o continente africano às Índias de Castela e ao Brasil. Nessa conjuntura, a nova elite de Cabo Verde recorre à sua capacidade de contactos e de experiência adquirida no comércio de produtos africanos, tornando-se a representante nas ilhas e na Costa da Guiné dos contratadores e grandes comerciantes reinóis e castelhanos¹²⁶. É ela também que ocupa quase todos os cargos do funcionalismo régio (muitas vezes apenas com a serventia), já que poucos reinóis se aventuravam, a partir da segunda década do século XVII, a ir servir numas ilhas longínquas, de clima doentio, sem nenhuma contrapartida de lucro fácil quando tinham outras opções.

Assim, a elite local, que sempre desejava substituir-se aos funcionários reinóis, viu agora esses lugares vazios, à sua disposição.

A época dos Filipes caracteriza-se em Cabo Verde (como em todo o território controlado pela Coroa) por uma reorganização do funcionalismo público e por leis que cerceavam, cada vez mais, a autonomia comercial dos moradores do arquipélago. Essa época também se caracterizou pela organização e montagem de uma estrutura miliciana que, após a Restauração, terá uma importância primordial na afirmação e cristalização de uma elite nacional, constituída por filhos da terra que defenderam os seus interesses, sobreviveram a mais de um século de "isolamento das ilhas" e constituíram, juntamente com os homens forros e livres e com o trabalho dos escravos, uma sociedade nova, crioula, completamente diferente daquela que, durante os primeiros dois séculos, existiu nas ilhas.

Esta nova elite, no período que decorreu entre a Restauração e a instalação no arquipélago da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, apoderou-se não só das três vertentes principais do poder local, as Câmaras, a Milícia e a Santa Casa da Misericórdia, mas também dos ofícios, da alfândega e da justiça.

O isolamento de que falamos advém do desvio da rota do tráfico legal, da falta da vinda de mercadores e novos moradores para as ilhas, do fim de uma sociedade cosmopolita que era composta não apenas pelos vizinhos e seus escravos, mas também por estantes e gente de passagem.

A elite de Cabo Verde nos meados do século XVII não só é forçada, pelo desvio da rota comercial, a alterar a sua relação com o mar, mas também a viver num isolamento cultural e social que os seus antepassados nunca sofreram. O contacto que Cabo Verde tem com o mundo nessa época reduz-se ao pequeno mas intenso comércio com os ingleses, franceses e holandeses¹²⁷, à passagem rápida pela vila da Praia de armadas reinóis que se dirigem para a Índia ou, pela negativa, aos ataques consecutivos de piratas.

¹²⁶ Ver capítulos de Iva Cabral e Maria Manuel Torrão na *HGCV*, respectivamente, "Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação" e "Rotas comerciais, agentes económicos e meios de pagamento", vol. II, 1995. Aspecto tratado também por Maria Manuel Torrão na sua tese *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595)*, Lisboa, 2000, 808 p. (em preparação para publicação).

¹²⁷ Ver, neste volume, o Capítulo de Ilídio Baleno, "Reconversão do Comércio Externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão."

O desinteresse do poder central, o arrefecimento da economia, a ausência de novos imigrantes livres ou escravos levam ao isolamento da elite, mas também à sua autonomia, introversão e reprodução endogâmica.

QUADRO 2

Lista de homens poderosos que faziam parte da Assembleia Camarária da cidade da Ribeira Grande em 1626¹²⁸

Nome	Categoria social, naturalidade, parentesco e idade	Cargos na Administração Pública e Camarária	Actividades militares e outras
Andrade, Pedro Fidalgo de ¹²⁹		Juiz ordinário da Câmara da Ribeira Grande (1626) Assina documento da Câmara da Ribeira Grande (1639) Oficial da Câmara da Ribeira Grande (1677)	Capitão (1626)
Almada, Ciprião Álvares de ¹³⁰	Nasceu em Santiago em 1588 Cidadão e principal da ilha de Santiago Filho de André Álvares de Almada ¹³¹	Assina documento da câmara (1614, 1626, 1648)	Escrivão da Santa Casa da Misericórdia (1628?) Alferes de Infantaria (1648)
Carvalho, António Pais de ¹³²	Natural de Santiago Nasceu em 1580	Escrivão dos contos e almoxarifado (1603-1627) Tabelião do público e judicial e notas (1609-1625) Vereador da câmara (1615, 1626)	Procurador de moradores do Reino Serve de sargento de uma companhia (1616) Irmão da Santa Casa da Misericórdia (1628)

¹²⁸ António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 42, 15 de Abril de 1626; idem, doc. 50, 28 de Novembro de 1626.

¹²⁹ Idem, doc. 42; idem, doc. 102, 1636-1640; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 111, 2 de Junho de 1677; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 152, ant. 14 de Junho de 1679; Nuno da Silva Gonçalves, *Os jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, ed. Brotéria, 1996, p. 362. Ver *infra* 213.

¹³⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 1614; António Brásio, *AMM*, 2ª série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 135, 1614; idem, doc. 50, 28 de Novembro de 1626; idem, vol. v, doc. 213, 1648; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, p. 64, (1640-1750), Lisboa 1899; IAN/TT, *Cartório Notarial*, m. 58, nº 159, 13 de Julho 1628. Ver *infra* 197 e 248.

¹³¹ Ver *supra* 119 e *infra* 141, 196, 222, 226, 247, 266.

¹³² IAN/TT, *Cartório Notarial* nº 1A, L.º 1596, Dezembro 6, 1597, Abril 12, fls. 115-116, 21 de Janeiro de 1597; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 4 de Julho de 1616; IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 21, fl. 37, 13 de Abril de 1609; IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe III, Doações*, L.º 11, fls. 283 v.-184, 18 de Novembro de 1625; António Brásio, *AMM*, 2ª série, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 213, 1648; IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II*, L.º 18, fls. 73 v.-74, D. 1, 6 de Dezembro de 1602; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos, Boletim do Arquivo Histórico Colonial*, doc. nº 2, 1612; António Brásio, *AMM*, 2ª série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 138, 6 de Julho de 1615; idem, doc. 159, 10 de Outubro de 1619; António Brásio, *AMM*, 2ª série, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 54, 15 de Abril de 1627; idem, doc. 42, 15 de Abril de 1626; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 40, 28 de Janeiro de 1615; IAN/TT, *Cartório Notarial* nº 1A, L.º 1596, Dezembro 6, 1597, Abril 12, fls. 115-116, 21 de Janeiro de 1597; IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 36, fls. 83-83v., D. 2, 7 de Janeiro de 1616; IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 58, nº 159, 13 de Julho de 1628. Ver *supra* 37 e *infra* 212.

Fonseca, Dinis Eanes da ¹³³	Filho de André Álvares de Almada Nasceu, em Santiago em 1580	Juiz da câmara (1615) Oficial da câmara (1626, 1639) Serve interinamente de ouvidor das ilhas e de provedor da Fazenda Real (1634)	Capitão de Infantaria (1613, 1614) Serviu de sargento-mor Candidata-se para a Capitania de Cacheu (1624)
Jorge, Luís Rodrigues ¹³⁴	Nasceu em 1574	Oficial da câmara (1619, 1626)	Capitão de uma companhia (1616) Irmão da Casa da Misericórdia (1619)
Mascarenhas, Custódio Fernandes ¹³⁵	Pai de João Fernandes Mascarenhas	Assina documento da câmara (1626) Foi escrivão da almotaçaria da cidade da Ribeira Grande	Solicitador da Casa da Misericórdia (1628) Solicitador e procurador na Ribeira Grande (1631)
Mendes, Antônio ¹³⁶	Nasceu em 1584	Assina documento da câmara (1626)	Age como procurador de mercadores reinóis (1609-1615) Mercador (1610, 1614) Irmão da Santa Casa da Misericórdia (1628)
Mogueimas, Jorge de Araújo de ¹³⁷	Filho de Gaspar de Araújo de Mogueimas Casou com a filha de André Álvares de Almada	Escrivão da Fazenda Real e Feitoria da ilha de Santiago (1610-1619) Oficial da câmara (1615, 1626) Juiz ordinário (1648)	Serviu o rei na ilha desde 1600 Capitão de Infantaria (1626) Irmão da Casa da Misericórdia (1628) Tenente-general do bispo-governador D. Fr. Lourenço Garro (1646) Capitão-mor da Ribeira Grande – como tal governou interinamente as ilhas (1646-1648)

¹³³ Antônio Brásio, *AMM*, 2ª série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 134, 5 de Julho de 1614; doc. 135, 1614; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 1614; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 40, 28 de Janeiro de 1615; AGS, *Secretarias Provinciales*, L.º 1467, fls. 257-259v, 4 de Julho de 1624; AGS, *Secretarias Provinciales*, L.º 1467, fls. 262-265, 1624; Antônio Brásio, *AMM*, 2ª série, vol. V, Lisboa, 1979, doc. 50, 28 de Novembro de 1626; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 2, doc. 42, 4 Julho de 1634.

¹³⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 4 de Julho de 1616; Antônio Brásio, *AMM*, 2ª série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 158, 11 de Julho de 1619; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 107, 7 de Outubro de 1619; Antônio Brásio, *AMM*, 2ª série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 160, 11 de Outubro de 1619; Antônio Brásio, *AMM*, 2ª série, vol. V, Lisboa, 1979, doc. 50, p. 168, 28 de Novembro de 1626.

¹³⁵ IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 58, nº 159, IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 58, nº 161; 13 de Julho de 1628; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 14, 11 de Janeiro de 1654, AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 138, 13 de Maio de 1679.

¹³⁶ IAN/TT, *Cartório Notarial* nº 1, L.º 1608, Abril 15, Junho 23, fls. 95 v.-98, 30 de Janeiro de 1608; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 22, 8 de Junho de 1613; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 1614; IAN/TT, *Cartório Notarial* nº 7A, L.º 1615, Setembro 23, 1616, Fevereiro 1, fls. 58 v.-59 v., 6 de Novembro de 1615; IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 58, nº 159, 13 de Julho de 1628.

¹³⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 20, fl. 241, D. 2, 2 de Outubro de 1610; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, *Boletim do Arquivo Histórico Colonial*, doc. 25, 1612; AHU, *Cabo*

Pita, Feliciano Viegas de ¹³⁸		Almoxarife da alfândega da ilha de Santiago (1603-1612) Oficial da câmara (1626, 1639, 1648)	Capitão de uma companhia (1648)
Soares, Martins ¹³⁹		Escrivão da almotaçaria da cidade da Ribeira Grande (1626-1627)	Serviu sem soldo de soldado na bandeira dos Aventureiros (desde c. 1616) Irmão da Santa Casa da Misericórdia (1628)
Veiga, Fabião de Andrade da ¹⁴⁰	Nasceu em 1584	Oficial da câmara (1617, 1626)	Provedor e irmão da Santa Casa da Misericórdia Sargento-mor da Ribeira Grande (1628)

Dos dez homens poderosos que, em 1626, constituíam a Assembleia Camarária da Ribeira Grande, oito exerceram cargos militares, tais como soldado da companhia de Aventureiros, alferes e capitães de companhias de ordenança. Um deles foi capitão-mor da Ribeira Grande e, como tal, presidiu a um governo interino da câmara, outro teve o cargo de sargento-mor da guarnição da cidade e finalmente um deles candidatou-se à capitania de Cacheu; oito pertenceram à Misericórdia como irmãos, sendo um escrivão, um solicitador e um provedor da Santa Casa. Os dois elementos que não estão integrados na Milícia são irmãos da Misericórdia. Cinco destes homens estiveram na vida pública mais de 20 anos, entre funções na câmara, nas tropas milicianas e na Misericórdia. Três deles serviram mais de 30 anos, sendo, dois destes, filhos de André Álvares de Almada¹⁴¹ e um, seu genro. Este último, Jorge de Araújo de Mogueimas¹⁴², mantém-se 48 anos no activo com um *curriculum* que passa por escrivão da feitoria, capitão de Infantaria, tenente-general do bispo-governador, juiz ordinário, capitão-mor da Ribeira Grande e, como tal, governador interino de 1646 a 1648.

Entre 1613 e 1648, esta família tem três membros como figuras públicas de relevo na sociedade cabo-verdiana, servindo em três frentes: civil, militar e religiosa. Todos eles, nascidos nas últimas décadas do século XVI, atingiram lugares de

Verde, Papéis Avulsos, cx. 1, doc. 77, 4 de Julho de 1616; IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 58, n.º 159, 13 de Julho de 1628; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, p. 9; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 3, doc. 41, 26 de Abril de 1645; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 3, doc. 66, 18 de Março de 1647; António Brásio, *AMM*, 2.ª série, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 213, 1648. Ver *infra* 142, 187, 221.

¹³⁸ IAN/TT, *Cartório Notarial* n.º 1, L.º 1612, Setembro 24, 1613, Janeiro 21, fls. 15 v.-16, 3 de Dezembro de 1612; António Brásio, *AMM*, 2.ª série, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 50, 28 de Novembro de 1626; *idem*, doc. 102, 1636/1640; doc. 213, 1648.

¹³⁹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe III, Doações*, L.º 16, fls. 158 v.-159, 18 de Março de 1626; IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 58, n.º 159.

¹⁴⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 4 de Julho de 1616; António Brásio, *AMM*, 2.ª série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 148, 27 de Maio de 1617; IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 58, n.º 159, 1628.

¹⁴¹ Ver *supra* 119, 131 e *infra* 196, 222, 226, 247, 266.

¹⁴² Ver *supra* 137 e *infra* 187, 221.

responsabilidade na vida pública durante a segunda década do século XVII, quando a introversão da sociedade é já irreversível. Aliás, é toda esta plêiade que assegura, até meados do século, as condições para que a nova elite experimente e comprove a sua competência para ocupar os lugares do poder.

Nos finais do século, a descoberta do ouro e diamantes no Brasil e a exploração numa escala nunca vista dessa riqueza mineral transformaram completamente as relações no Atlântico português. Todo o empenho da organização administrativa portuguesa vira-se para a defesa de sua soberania na “Terra de Vera Cruz” e sua política comercial se reduz essencialmente na procura de novos mercados de escravos para abastecer o seu território americano. A relação da Coroa com os outros territórios atlânticos torna-se dependente dos interesses da economia brasileira.

Esta nova conjuntura fez com que as ilhas de Cabo Verde perdessem cada vez mais a importância que tinham na política comercial portuguesa. O arquipélago foi durante anos esquecido pelo poder político reinol, que se limitou a nomear governadores e ouvidores e, a partir de certo momento, a criar leis que tendiam cada vez mais a restringir a actuação comercial legal dos moradores das ilhas¹⁴³.

O desinteresse quase total da Coroa portuguesa, absorvida na Guerra de Sucessão espanhola e na administração e preservação dos seus direitos num território do “Novo Mundo”, deu margem à sociedade cabo-verdiana para criar hábitos de autonomia e de autogestão que só uma elite preparada podia tomar nas mãos.

Nos novos espaços: Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista, Maio e Brava

Só em 1731, o rei manda pôr em vigor, nas ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista, Maio e Brava, as leis do Reino¹⁴⁴, criando-se as condições para eleição de câmaras e alistamento das tropas milicianas.

Em 1729, o Conselho Ultramarino pedira informação no sentido de conhecer a situação económica, social e demográfica destas ilhas¹⁴⁵.

O ouvidor José Costa Ribeiro informa, em 1731, que a povoação da Ribeira Grande, na ilha de Santo Antão, compreendia 360 fogos, e a principal localidade da ilha de São Nicolau, Ribeira Brava, tinha 260 vizinhos, o que permite a instalação do poder local “legalizado”, porque tem população suficiente para que em cada uma possam ser eleitos doze oficiais camarários. Apesar de não viver nessas ilhas nenhum homem branco do Reino, mas apenas brancos da terra, “como cá lhes chamam e propriamente sejam mulatos”, e muitos pretos, o ouvidor-geral era de opinião que “segundo a qualidade da gente da terra assim a governança della”.

¹⁴³ Sobre a economia do arquipélago ver, neste volume, o capítulo de Ilídio Baleno.

¹⁴⁴ Ver, neste volume, o capítulo de Zelinda Cohen, “A Administração de Cabo Verde pós União Ibérica: continuidades e rupturas”.

¹⁴⁵ Carta do Conselho Ultramarino, datada de 8 de Julho de 1729, AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 27, 16 de Abril de 1731.

Por isso, propõe a criação de dois novos municípios nas ilhas de Santo Antão e S. Nicolau, criando-se duas vilas “com juizes ordinários e mais oficiais da câmara como há na ilha do Fogo”, precavendo-se que nos provimentos e nas eleições para o senado da câmara fossem escolhidos os homens “brancos” que houvesse.

Sugere para o bom andamento desses novos concelhos as seguintes medidas: Que o escrivão da câmara sirva também de escrivão do público, judicial, notas e almotaçaria; que o alcaide¹⁴⁶ seja carcereiro; que um dos juizes ordinários ocupe o cargo de juiz dos órfãos; que desempenhe o cargo de escrivão dos órfãos a “pessoa mais capaz e abonada que houver no povo”; e, finalmente, que o governo nomeie um feitor e um escrivão para cada ilha, por proposta e com o abono das câmaras.

Para as ilhas da Boa Vista, Maio e Brava, o ouvidor-geral aconselhava em cada uma delas a eleição anual de um juiz “pelos homens principais do povo” e com a aprovação do ouvidor¹⁴⁷. Teriam igualmente que ser nomeados em cada ilha um alcaide e um escrivão do judicial e notas. Nas ilhas do Maio e Brava, o juiz ordinário deveria se encarregar das tarefas do feitor da fazenda. Na ilha da Boa Vista, esse feitor deveria ser nomeado como nas ilhas de Santo Antão e S. Nicolau.

No ano seguinte, o ouvidor, encarregado de pôr em prática a criação de municípios, começa pela ilha de Santo Antão a “criar as justiças e tropas” para passar depois a S. Nicolau e, por fim, à Boa Vista e Maio¹⁴⁸.

Na vila da Ribeira Grande, o ouvidor Costa Ribeiro conseguiu fazer o primeiro termo de vereação para a pauta e eleição dos oficiais da câmara, em 7 de Maio de 1732. Por não existir ainda na vila casa da câmara ele decide que esta funcionaria nas casas da fazenda. Foram eleitos os oficiais da câmara e nomeado o escrivão (com o ordenado de 10.000 réis por ano), o alcaide (8.000 réis por ano) e o porteiro e pregoeiro (4.000 réis por ano). Ocupou o cargo de feitor e recebedor da fazenda, Manuel Gonçalves Babo¹⁴⁹.

Quanto à organização das tropas milicianas nessas ilhas, José Costa Ribeiro é de opinião que se use o Regimento das ordenanças do Reino, tal como já se verificava nas ilhas de Santiago e Fogo.

Nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau deveria ser proposto¹⁵⁰ pelos oficiais da câmara e confirmado pelo rei um capitão-mor. Este oficial teria como incumbência o

¹⁴⁶ “O ordenado deste escrivão da Câmara e alcaide he visto pagarse do Concelho, e por aquele rendimento que se lhe aplicar se lhe pode satisfazer e as mais despesas”. Idem.

¹⁴⁷ “.../ como se estila no lugar da Cuba do termo da cidade de Beja /.../”. Idem.

¹⁴⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 68, 5 de Junho de 1732.

¹⁴⁹ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, cap. IV, Lisboa, 1899, p. 267.

¹⁵⁰ Numa carta dirigida à Câmara de Santo Antão, o governador António Machado de Faria e Maia diz o seguinte: “A Ordem que Vm.cês apontão de ser estabelecimento dessa Ilha propor a Câmara três pessoas para o lugar de Capitão Mor, não hé Ordem de Sua Magestade /.../ Quando essa Ilha se anexou a Real Coroa sim houve o procedimento de se ouvir as Pessoas Principaes, para se nomear aquele, que tivesse mais votos /.../ como constara a Vm.cês pelos Homens antigos. Com tudo porém se há alguma Ordem Regia, que determina o contrario /.../ aceitarei a proposta, que me fizerem, por que eu não quero outra couza se não o que for mais conveniente.” AHN, Secretaria Geral do Governo, *Cartas do*

alistamento de pessoas capazes de tomar armas; a requisição dos provimentos para os capitães e mais oficiais que necessitasse; a distribuição das guardas e vigias nos portos; a cobrança de multas e a aplicação de castigos aos soldados.

Para as ilhas da Boa Vista, Maio e Brava, que possuem muito menos população¹⁵¹, dever-se-ia nomear dois capitães para cada uma delas, dos quais o mais velho com o título de capitão-cabo¹⁵².

Assim, em 24 de Abril 1732¹⁵³, chegou a Santo Antão, Cláudio Roquete da Silva, que, três dias depois, foi empossado no cargo de capitão-mor da ilha pelo ouvidor-geral, José Costa Ribeiro. Em Maio desse mesmo ano, o governador foi informado sobre o alistamento de 812 homens¹⁵⁴ capazes para a formação de quatro companhias de 200 soldados cada uma, um capitão, um alferes e um escrivão. Em 1735, são alistados na ilha de São Nicolau 612 soldados, apesar de não haver pólvora, armas e balas para a defesa da ilha¹⁵⁵.

Em 1745, o sargento-mor do Fogo, Caetano Melo de Albuquerque, ao qual a ilha da Brava era sujeita, informa que nessa última havia mais de 300 homens capazes de pegar em armas, mas não existindo aí nenhum oficial militar ou de justiça era impossível alistar soldados para a criação de companhias de ordenança. Esse capitão-mor propõe-se passar o canal que divide as duas ilhas e criar companhias de infantaria de 50 homens com seus capitães, alferes, sargentos e cabos-de-esquadra “/.../ e que o mais velho sirva de mandante como é estilo para governar os mais e executar as ordens que eu lhe mandar /.../ tendo seo ajudante para a execução delas /.../”. Pensa alistar também 40 homens para a formação de uma companhia de Cavalos¹⁵⁶.

Estavam assim as duas instituições do poder local, Câmara e Milícia, adaptadas caso a caso, e instaladas em todas as ilhas habitadas do arquipélago nos meados do século XVIII.

governador das ilhas de Cabo Verde a diversas personalidades das ilhas. Correspondência com as autoridades da província, L.º 49, fl. 128, 11 de Julho de 1787.

¹⁵¹ Segundo as listas da população das ilhas mandadas pelo bispo de Cabo Verde em 1731, viviam na ilha da Boa Vista, nesse ano, 119 homens passíveis de ser alistados, entre os quais 32 mulatos e 87 forros. Os 19 escravos homens serviriam também para a defesa da ilha quando necessário. Na ilha do Maio viviam dois homens brancos, 43 mulatos e 66 forros. O que dá no total 111 homens alistáveis na Milícia. Viviam aí também nove escravos homens. Na ilha Brava, de um total de 587 moradores, incluindo 33 escravos, viviam 16 homens brancos, 101 mestiços e 58 forros passíveis de ser chamados para as ordenanças. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 33, 10 de Maio de 1731.

¹⁵² Esses capitães-cabos exerceram as mesmas tarefas que, nas ilhas de Santo Antão e S. Nicolau, desempenhavam os capitães-mores. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 27, 16 de Abril de 1731.

¹⁵³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 66, Maio de 1732.

¹⁵⁴ No censo de 1731 do bispo de Cabo Verde, encontramos em Santo Antão 1064 homens alistáveis, entre os quais oito homens brancos, 473 mulatos e 583 forros. Poderiam ser aproveitados para a defesa da ilha também os 157 escravos homens que aí viviam. Na ilha de S. Nicolau, eram passíveis de alistamento na Milícia 677 homens, entre os quais 17 brancos, 528 mulatos e 132 homens forros. Nesta ilha, viviam 58 escravos homens. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 33, 10 de Maio de 1731.

¹⁵⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 43, 27 de Fevereiro de 1734.

¹⁵⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 20, doc. 39, 7 de Agosto de 1745.

Os vadios¹⁵⁷ no exército ou a emergência de uma consciência de classe

Não se pode escrever a história da Milícia em Cabo Verde sem analisar a grande derrota que foi para essa instituição local a invasão de Santiago pelos franceses, que pôs a claro a pouca viabilidade desta instituição para uma eficaz defesa da ilha, mas também a incapacidade das chefias militares mobilizarem o exército para a defesa do “bem comum”.

O general francês Cassard e seus homens não só desembarcaram na vila da Praia, em Maio de 1712, como atacaram e devastaram a cidade da Ribeira Grande, sem que houvesse qualquer resistência dos cerca de 3000 homens de guerra que compunham a milícia da ilha.

A 4 de Maio, o general francês aporta na vila da Praia com 12 navios de guerra, desembarcando no porto da Praia Negra 800 homens, “sem a mínima contradição e repugnância dos insulares, nem implicância do capitão mor” que decidiu render-se e entregar a vila ao francês. Cassard, após prender a chefia da guarnição da Praia na Igreja Matriz e se ter informado “do estado em que a terra se achava”, dirigiu-se com os seus homens para a cidade da Ribeira Grande. No caminho, queimaram algumas casas em S. Martinho e chegaram ao Ribeirão Seco, sem que ninguém lhes perturbasse a viagem. Enquanto o inimigo passeava pela ilha, o governador, José Pinheiro da Câmara, e seus milicianos encontravam-se na Fortaleza de São Filipe esperando notícias, vigiando e atirando tiros de rebote na esperança que os viessem acudir do interior da ilha. A cidade da Ribeira Grande amanheceu deserta com as portas e janelas das casas trancadas. Isto porque os moradores, vendo que o governador mandou entregar os seus bens na Fazenda de Santa Ana, propriedade do comissário-geral Pedro Robalo Valdevesso¹⁵⁸, não esperaram pelo amanhecer para se recolher

¹⁵⁷ Segundo o ouvidor João Vieira de Andrade (1762), vadios são os “pretos forros” da ilha de Santiago. Em 1774, o governador Joaquim Salema Saldanha Lobo descreve assim o povo miúdo de Santiago: “/.../ intitulam-se ostensivamente vadios e entregam-se a toda a espécie de vícios, agouros e superstições sem grande diferença dos gentios /.../”; quando a câmara os manda chamar para consertar e limpar caminhos e fontes desobedecem, retirando-se para as rochas; metem gado nas hortas alheias e roubam as culturas. Segundo este governante a única forma de controlar a ilha é mandar vir do Reino 6 companhias de soldados pagos, com seus oficiais. Isto porque, não há esperança de se disciplinarem tais “crioulos indomitos”. Muitos não têm morada certa e outros acoitam-se em moradas e esconderijos quase inacessíveis às forças da ordem. Por isso, é impraticável alguma forma de defesa e respeito. Joaquim Saldanha Lobo pensa que toda esta gente poderia ir povoar as ilhas desertas ou o sertão do Pará para aprender a trabalhar. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 46, 23 de Fevereiro de 1774.

¹⁵⁸ Nasceu em 1666. Cidadão e homem poderoso da cidade da Ribeira Grande. Em 1691 e 1692 serviu de oficial da Câmara da cidade da Ribeira Grande. Um ano depois encontramo-lo como capitão da companhia dos Aventureiros e tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago. Em 1699, serve de provedor da Misericórdia e de oficial da câmara. Em 1712, ocupa o posto de comissário-geral. Em 1718, é coronel da milícia da ilha de Santiago. Em 1719, foi descrito pelo governador da seguinte forma:

“/.../ há nessa cidade um Pedro Robalo Valdevesso, que não há tira-lo de querer governar essa Ilha e ainda o mundo com o séquito de sua parentela com o pretexto de virtude excluindo-se de tudo que pode ser obrigação sem proveito, e para as couzas que ameaça conveniências há o procurar ser sempre o primeiro, e que logra muito boa saúde, não idade decrépita nem falta de Cabelal, e ocupou os postos

também no interior da sua ilha. Na cidade ficaram apenas os milicianos da guarnição da Fortaleza (160 homens) e dos Baluartes de Santo António (doze homens e um artilheiro), de S. Lourenço (dez homens e um artilheiro), de S. Veríssimo (dezoito homens e um artilheiro), do Presídio ou portão (50 homens e um artilheiro), e de S. Brás (10 homens e um artilheiro)¹⁵⁹.

Os franceses mandaram uma embaixada à fortaleza, a qual transmitiu a José Pinheiro da Câmara a proposta seguinte: "o meu general me manda dizer vos que ali tem consigo 800 homens, e que no porto da Praia tem doze centos, que se vos quereis entregar-lhe a praça que vos dará bom quartel, e quando não que há de passar tudo a espada". O governador negou-se a entregar a cidade.

Jacques Cassard, utilizando um intérprete, achou "um caminho falso onde chamam Maria Parda ou Ribeira Grande e por ele baixou com seis companhias e com eles fez a marcha a cidade". Quando os milicianos, que estavam com o governador, viram os franceses descenderem as rochas e dirigirem-se para a cidade, fazendo "pouco caso da fortaleza", compreenderam a inviabilidade de uma defesa vitoriosa e convenceram o governador a mandar um capitão fazer uma proposta de capitulação aos franceses, que tinha como objectivo principal salvar a vida dos 20 homens presos, resguardar as igrejas, as casas dos moradores dos roubos, e prevenir desacatos e injúrias às mulheres. Chegou-se a um acordo, no qual ficou decidido que os moradores da ilha pagariam aos franceses um donativo "segundo o estado e miséria da terra" e que os franceses permitiriam a José Pinheiro da Câmara abandonar em

nessa Ilha até o de Coronel em que acharei já reformado, e que ele e os mais procuram semelhantes postos para contar nas honras e os largão para exhibir-se do serviço e que agora se achava síndico dos Frades [...] e com este fundamento não só ficava eximido do serviço mas ainda dos rebates e alardes gerais, e como ele não acode por ser o magnata da terra tomavão exemplo os oficiais reformados, e com eles os soldados que tudo redundava em desserviço meu [...]".

Em 1724 e 1726, foi juiz ordinário da Ribeira Grande. Em 1729, é descrito pelo governador como fazendo parte do grupo dos "brancos bem procedidos e Homens principais ou seja naturais da terra ou do Reino" (B e T R M e P). Em 1632, serviu de juiz mais velho, de meirinho e interinamente de ouvidor-geral na ausência de José da Costa Ribeiro. Serviu durante muitos anos de procurador dos dízimos. No ano de 1734, aparece na documentação como tendo falecido. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 129, 7 de Agosto de 1691; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 142, 19 de Agosto de 1692; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 148, ant. 30 de Julho de 1693; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 149, 8 de Agosto de 1693; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 8, doc. 129, 1699; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 65 v.-67 v., 15 de Agosto de 1699; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 93, 18 de Maio de 1718; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 4-5, 1 de Julho de 1719; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 26, 29 de Julho de 1725; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 65, 25 Abril de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 89, 22 de Junho de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 2, 30 de Junho de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 43, Post. a 26 de Setembro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 80, 27 de Junho de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 8, 11 de Março de 1733; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 54, 18 de Julho de 1734.

¹⁵⁹ Eram 255 homens, mas muito mal treinados, mal armados, com fome e sem água. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, pp. 187-192, 204.

marcha a fortaleza com toda a gente de guerra, com “caixas bélicas tocando, e os soldados com bala em boca, e duas pias de campanha”.

Depois da saída do governador da fortaleza com os 58 homens que lhe restavam, os franceses tomaram conta da praça, dos baluartes e da cidade. Isto porque antes de assinada a capitulação já os baluartes inferiores estavam desertos e mesmo na fortaleza muitos capitães e soldados se puseram em fuga. Os franceses, donos da cidade, começaram de imediato a desrespeitar o acordo feito, iniciando o arrombamento de casas e “roubando sem atensão a nada, entrando nas mais principais e de maior autoridade investindo pela rua alguns capitães, tomando-lhes as espadas e descompondo-os”.

Nesse mesmo tempo, o bispo, que já se tinha afastado da cidade com o consentimento do governador para se instalar na freguesia de São João, com receio de que os franceses avançassem para o interior da ilha retirou-se para a freguesia de S^{ta}. Catarina. Aí escreveu uma pastoral que mandou ler pelo interior da ilha. Nessa pastoral, o bispo determinava que, no dia 12 de Maio, deveriam se ajuntar todos os homens capazes de guerrear, com suas armas, na Matriz do Salvador dos Picos, para se decidir como reconquistar a cidade e expulsar os franceses.

Nesse dia, chegaram à freguesia de Salvador muitos “fregueses das mais freguesias aonde se tinha publicado a Pastoral” que foram organizados em uma companhia de Cavalaria e em companhias de Infantaria. Essa tropa dirigiu-se ao sítio do Bugendo, onde se encontravam, José Pinheiro da Câmara e os homens que com ele tinham vindo da Ribeira Grande. À noite, o conselho de guerra, composto pelo governador, bispo e nobreza da ilha, decidiu assaltar a cidade.

No dia 13 de Maio, a tropa miliciana subiu o mato Gomes Eanes e acampou nas achadas. Foi aí que os moradores da ilha tiveram conhecimento do fogo que os franceses tinham posto nos edifícios da cidade, tais como os armazéns reais, a casa do bispo e a do governador.

Na manhã seguinte, dos 500 homens vindos das várias partes da ilha, havia apenas 200. Os outros tinham-se amotinado; “dizendo que não tinham nada na cidade e que se hão pera suas casas”. Apesar dessa deserção, o governador decidiu mandar a milícia retomar a cidade. Mas quando chegaram à Ribeira Grande, já os franceses tinham saído e deixado a cidade devastada e deserta.

A responsabilidade do fracasso da acção da milícia de Santiago contra os franceses foi, segundo os oficiais da Câmara da Ribeira Grande, dos soldados que “forão tão remissos que huns não acodirão, e os outros desamparando os postos fugirão com o temor do inimigo”. O ouvidor-geral das ilhas, Xavier Lopes Vilela, também pensava que “com soldados negros se nam pode defender esta praça porque sam muito desobedientes e muitos em número e os brancos tam poucos que só seram 50 ou 60, e o desígnio dos negros he acaba-los”.

O que este caso nos permite concluir é que a Milícia em Cabo Verde tinha pouca valia para uma defesa eficaz da ilha. Isto porque, apesar de conter um grande número de oficiais milicianos, não tinha uma base disciplinada, armada e incentivada a defender a cidade. Cidade essa que representava o poder de uma elite e de um governo que não só os oprimia economicamente mas que os descriminava. Os soldados tinham consciência de que aquilo que os franceses estavam roubando não lhes

pertência e até muitos houve que, segundo o relato de José Pinheiro da Câmara, “teriam dito que essa era a ocasião de matarem todos os brancos, e ficarem senhores da terra”.

Em suma, tinha razão o ouvidor-geral Sebastião Bravo Botelho, quando descrevia a milícia da ilha de Santiago como “hum monstruosidade de um corpo com tantas cabeças ou tantas cabeças sem corpo”. A verdade é que o corpo – “os soldados são vadios” – só obedecia às cabeças – “capitães e coronéis de si mesmos” – porque estava parcelado e cativado por interesses que mais ou menos directamente lhe diziam respeito. Quando os interesses eram exclusivamente e obviamente da elite negavam-se a obedecer. E numa ocasião como a do assalto de Jacques Cassard, em 1712, era já evidente, para quem observava de fora, que a reunião dos soldados num exército lhes dava a consciência de que estava nas suas mãos eliminar as chefias e “ficarem senhores da terra”.

O jogo dos poderes: Afirmação dos “brancos da terra”

Com a derrocada do comércio externo do arquipélago e subsequente isolamento das ilhas de Cabo Verde deu-se a interiorização e ruralização da sociedade e o empobrecimento e “crioulização” dos homens poderosos. Nessa nova conjuntura nasceu uma nova elite, virada para a terra, sua única riqueza¹⁶⁰, e apoiada no poder e na busca de vantagens sociais que a participação nos organismos locais, tais como as câmaras e as ordenanças, lhe proporcionava.

A câmara representava o único meio de contacto directo com o poder central, pelo qual a “nobreza” das ilhas podia defender seus interesses e direitos, e denunciar as arbitrariedades dos representantes régios no arquipélago.

As tropas milicianas tiveram uma importância primordial na afirmação e sedimentação dos “filhos da terra” como elite autenticamente cabo-verdiana. Isto porque, com a criação das companhias de ordenança, a elite local adiciona à sua esfera de acção a autoridade de chefia sobre uma tropa miliciana que veio legalizar e substituir, com vantagens, as hordas de forros e escravos que cada “homem poderoso” utilizava, quando necessário, na defesa de seus interesses¹⁶¹.

A nomeação para um alto cargo na Milícia conferia ao seu titular uma grande influência e autoridade na sociedade, que emanava não só da estabilidade da fonte de poder, que o seu cargo vitalício lhe proporcionava, mas principalmente da faculdade que tinha de escolher quem devia ou não ser recrutado para as fileiras¹⁶².

¹⁶⁰ A riqueza dos principais das ilhas era apresentada, em 1781, como vinda de “muitas rendas e seus escravos e o rendimento do que trabalho asi na cultivação dos asucares e algodões como na Roupá que fazem pera Guiné /.../”. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 169, 24 de Outubro de 1681.

¹⁶¹ Joaquim Romero de Magalhães, “As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime: os concelhos”, *Notas Económicas*, nº 4, 1994.

¹⁶² Aspecto tanto ou mais importante em virtude de se tratar de um meio profundamente ruralizado em que era vital a mão-de-obra desses homens para o amanho das suas terras, representando as suas ausências (mesmo que breves) um desequilíbrio para a economia do agregado familiar, em especial no período das colheitas.

A utilização desse poder discricionário sobre a população deu à elite miliciana um estatuto que mesmo os oficiais da câmara nunca possuíram. Os oficiais de milícia, assim como os párocos, integravam redes (companhias, paróquias) que estavam mais próximas da população do que os concelhos camarários¹⁶³. Isto, principalmente na ilha de Santiago, onde a população rural estava espalhada pelas montanhas e era de difícil contacto para quem não conhecesse bem o terreno e a realidade social.

As chefias milicianas também conseguem exercer influência junto dos dois pólos do poder régio nas ilhas, o governador e o ouvidor, porque são elas que controlam os homens armados e proporcionam a defesa pessoal desses dois oficiais vindos do Reino, apenas com um pequeno grupo de guarda-costas¹⁶⁴ quantas vezes inferior aos capangas de que se faziam acompanhar os "homens da governança".

A actuação desses homens poderosos teve, nos finais do século XVII e durante todo o século XVIII, um peso preponderante na formação e estruturação da sociedade cabo-verdiana. Essa época de retracção do comércio, de isolamento em relação ao Reino e à Costa da Guiné, de ingente ruralidade obrigou a sociedade insular a viver numa introversão ao nível da elite que criou a base do que hoje é a nação cabo-verdiana. Foi nesses anos, de secas, de restrição do comércio, de desmonetização, de escassez de mão-de-obra escrava e sequente retraimento da produção agrícola, de ruína e abandono da cidade da Ribeira Grande e consequente desvitalização da vida urbana e cosmopolita, que a elite endógena cabo-verdiana se afirmou. Este novo grupo não só se impôs politicamente através do controlo das câmaras, da Misericórdia e do comando da Milícia, mas também monopolizava os cargos e ofícios da fazenda e justiça e controlava através de seus parentes as paróquias e o cabido. Interessava-nos conhecer individualmente os "homens da governança" que adquirem poder e força, apoiando-se numa estrutura oligárquica, onde umas poucas famílias ocupam os vários ramos de poder político, militar, religioso e económico, do arquipélago.

O estudo da biografia, sem a abstracção da realidade histórica em que se encerer, começa a interessar cada vez mais os estudiosos das ciências sociais¹⁶⁵.

¹⁶³ Por isso, eram estas redes que através do rol de confessados e dos livros das companhias de ordenanças tinham a possibilidade, quando necessário, de fazer censos e obter listas dos moradores das ilhas.

¹⁶⁴ Em 1618, o governador D. Francisco de Moura obteve um alvará que lhe permitia ter ao seu serviço doze homens, vencendo, cada um, 20\$000 réis de ordenado por ano. A mesma mercê tiveram os governadores que lhe sucederam. Em 1653, uma provisão régia permite que o governador tivesse dez escravos em lugar dos doze homens para sua guarda, com o mesmo mantimento de 20.000 réis mensais. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, p. 209, parte II, p. 24, Lisboa, 1899. António Carreira diz a esse respeito que os governadores e ouvidores "por lei possuíam os seus "guarda-costas" pagos pela Fazenda Real, escolhidos pelos próprios, procuravam recrutá-los na "fina flor" dos marginais, degredados ou entre os mais destemidos capangas. Os "guarda-costas podiam ser brancos do Reino, escravos ou libertos", "Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII", *Revista de História Económica e Social*, nº 16, Lisboa, 1985.

¹⁶⁵ Ver Jean Peneff, *La méthode biographique. De l'école de Chicago à l'histoire orale*. Paris, Armand Colin, 1990; Giovanni Levi, "Les usages de la biographie", *Annales ESC*, 44.º ano, 1989, nº 6,

Entre a história, que, segundo Marc Bloch, é o estudo dos homens em sociedade, e a biografia, que é o estudo do homem do ponto de vista individual, existe um meio-termo, que está a ser divulgado sob a designação de prosopografia. A prosopografia é, segundo Hubert Bonin, “a reconstituição de um conjunto de biografias, para detectar as características de um grupo social ou profissional”. Este novo ramo da ciência histórica pode desempenhar um papel importante no conhecimento das elites, porque, incidindo o estudo sobre vários indivíduos, o que é diferente da biografia, “trata-se de, a partir de personalidades, preparar a definição dos tipos, fazer sobressair os traços comuns e as diferenças – a partir do singular, fazer do singular plural”. Pode dizer-se que a prosopografia é uma espécie de “biografia colectiva”, e é esse exercício que vamos fazer de seguida.

Os “homens da governança”

Durante a época por nós estudada, a oligarquia cabo-verdiana, através do senado da câmara, administrou autonomamente várias vezes o arquipélago na vacância de governador¹⁶⁶ e, às vezes, até de ouvidor, com todas as prerrogativas destes altos funcionários régios que personalizavam o vínculo do governo central à colónia.

Na segunda metade do século XVII, a Câmara da Ribeira Grande exerce o cargo de governador interino, pelo menos durante 14 anos: Com a morte do bispo/governador D. Fr. Lourenço Garro¹⁶⁷, ela governou o arquipélago durante quase cinco anos¹⁶⁸, com pequenos intervalos¹⁶⁹, entre Novembro de 1646 e Maio de 1648, Novembro de 1648 e Junho de 1650. O falecimento na ilha do governador João Cardoso Pizarro deu oportunidade ao senado camarário de dirigir os destinos do arquipélago durante sete anos: de Agosto de 1676 a 1682¹⁷⁰. No final de 1690¹⁷¹ até ao ano de 1692¹⁷² a elite cabo-verdiana governa outra vez, com o ouvidor como adjunto.

Durante o século XVIII, a Câmara da cidade da Ribeira Grande esteve interinamente no poder como governador, pelo menos, vinte e quatro anos: Com o falecimento de António Gomes Mena, a elite camarária e miliciiana governa a partir de Junho de 1697 até 15 de Abril de 1698, quando toma posse o governador Dom

pp. 1325-1336; “*Problèmes et méthodes de la biographie*”. *Actes du colloque*. Sorbonne 3-4 mai 1985, Paris, Publ. Sorbonne/Histoire au Présent, 1985.

¹⁶⁶ Sobre as vacâncias de governador ver o já referido capítulo de Zelinda Cohen, neste volume.

¹⁶⁷ Que foi eleito pela câmara em 1645 e faleceu em Novembro de 1646.

¹⁶⁸ O governador Jorge de Mesquita Castelo Branco tomou posse a 24 de Dezembro de 1651.

¹⁶⁹ A câmara deixou de governar durante 6 meses, aquando da vinda para a ilha do governador Roque de Barros Rego (Maio-Novembro de 1648) e durante 4 meses quando foi governador Gonçalo Gamboa de Aiala (Junho-Outubro de 1650).

¹⁷⁰ O governador Manuel da Costa Pessoa governa as ilhas pela 2ª vez de 1682 a 1685.

¹⁷¹ O governador Diogo Ramires tomou posse em 1 de Março de 1690 e morreu a 16 de Novembro de 1690, tendo governado apenas 8 meses.

¹⁷² O governador Manuel António Pinheiro da Câmara entrou no governo em 1692.

António Salgado. De Dezembro de 1707¹⁷³ até à posse do governador Rodrigo de Oliveira Fonseca, a 26 de Outubro de 1711¹⁷⁴, o senado da câmara é outra vez governador interino durante três anos. A morte do governador António Vieira, a 4 de Janeiro de 1725, possibilita-lhe ocupar de novo interinamente o governo¹⁷⁵. Em 1738¹⁷⁶, a Câmara da capital tomou de novo posse do governo civil e militar e comandou os destinos das ilhas durante quatro anos, isto é, até 1742¹⁷⁷.

A 15 de Junho de 1751, morre em Santiago o governador António José d'Eça e Faria que governou as ilhas apenas 44 dias depois de tomar posse¹⁷⁸, ficando a câmara novamente com o governo interino até Junho de 1753¹⁷⁹. Em Dezembro de 1761¹⁸⁰, a Câmara da Ribeira Grande tomou de novo posse do governo civil e militar das ilhas, até Fevereiro de 1764¹⁸¹. Três anos depois, com o falecimento do governador D. João Jácome Henrique Baena¹⁸², a câmara governa outra vez as ilhas até à posse de Joaquim Salema Saldanha Lobo, em Dezembro de 1769¹⁸³.

Durante um século e meio de história do arquipélago, os anos de autogovernança da câmara estenderam-se ao longo de, pelo menos, 38 anos. A experiência de poder e de autonomia influenciou necessariamente o comportamento dos poderosos, a sua forma de se relacionar com os representantes régios e com o "povo miúdo das ilhas". Até ouviremos interinos eles chegaram a ser. Veja-se o caso de António de Barros Bezerra de Oliveira, em 1756¹⁸⁴.

A prática de governação e o contacto com o poder desenvolveram na elite cabo-verdiana dessa época uma ténpera que dificultou, ou mesmo impossibilitou, uma coabitação pacífica com a ordem imposta por gentes vindas de fora, representantes de um poder exterior, cada vez mais longínquo e ausente. A jurisdição dos representantes do poder central será posta em causa cada vez com mais intensidade.

O monopólio das instituições locais e o encargo de governos interinos durante anos conferiram aos "homens da governança" oportunidades de instalar nos sítios de

¹⁷³ O governador Rodrigo de Oliveira Fonseca tomou posse a 26 de Outubro de 1707. Faleceu a 4 de Dezembro do mesmo ano. Era casado na ilha de Santiago com Dona Isabel de Barros Bezerra, formando assim uma das famílias que mais influência teve na história do arquipélago do século XVIII.

¹⁷⁴ O governador José Pinheiro da Câmara, nomeado a 12 de Outubro de 1710, apenas tomou posse em 19 de Agosto de 1711.

¹⁷⁵ O governador Francisco Manuel da Nóbrega Vasconcelos tomou posse a 24 de Janeiro de 1726.

¹⁷⁶ O governador José da Fonseca Barbosa faleceu a 7 de Agosto de 1738.

¹⁷⁷ João Juzarte (Zuzarte) de Santa Maria tomou posse a 2 de Maio de 1742. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 19, doc. 11, 18 de Janeiro de 1743.

¹⁷⁸ Tomou posse a 5 de Junho de 1751. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 23, doc. 72, 22 de Dezembro de 1751.

¹⁷⁹ O governador Luís António da Cunha d'Eça tomou posse a 24 de Junho de 1753.

¹⁸⁰ O governador Marcelino Pereira de Ávila chegou à Ribeira Grande a 6 de Outubro de 1761 e faleceu a 3 de Novembro de 1761. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 44, 12 de Novembro de 1761.

¹⁸¹ A 18 de Fevereiro de 1764, tomou posse na Ribeira Grande o governador Bartolomeu de Sousa e Brito Tigre. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 13, 2 de Março de 1764.

¹⁸² António Carreira (Recolha, anotações e apresentação de), *Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde* (1784), Lisboa, 1985.

¹⁸³ Tomou posse a 13 de Dezembro de 1769 e morreu em Junho de 1776. *Idem*.

¹⁸⁴ Ver *infra* 246, 260, 267, 269, 300, 333, 336, 339, 363, 377.

poder seus parentes e parceiros, formando assim um grupo composto por poucas famílias que, durante a época por nós estudada, trespassou toda a vida política, militar e até religiosa do arquipélago.

As famílias

Para estudar e compreender a posição que tinham na sociedade insular aqueles que constituíam a oligarquia, continuaremos aqui a análise da composição do senado da câmara, das chefias milicianas e também a composição da Mesa da Santa Casa da Misericórdia, atingindo agora não apenas o nível do indivíduo, mas o nível das famílias e dos cruzamentos dos seus membros, concentrando poderes e alargando influências.

Os dicionários dos séculos XVII e XVIII apresentam como quase sinónimos as noções de “parentesco”, “linhagem”, “raça”, “casa” e “família”. Quando se investiga o papel dos laços de parentesco na constituição das clientelas, é preciso tomar em consideração os consanguíneos e os clientes e afins assim como os parentes do chefe. O conceito de família estava dividido entre a ideia de residência comum e a ideia de parentesco. A palavra evocava, de facto, um conjunto de parentes que podiam não morar juntos, mas designava também frequentemente um conjunto de pessoas que coabitavam e que não estavam necessariamente ligadas pelo sangue ou pelo casamento. Família podia ser “todos aqueles que vivem numa mesma casa, sob o mesmo chefe” que eram a “gente da casa”. Assim, a noção de família estende-se “a gente da casa, composta por um chefe e os seus criados, sejam esposa, filhos ou servidores”. Afinal, todos os que dependiam do mesmo senhor. Pode dizer-se que na época por nós estudada existem dois sentidos para a palavra família. Ela representava ou o grupo limitado entre pais, filhos e consanguíneos, ou eram incluídos na noção de família, para além dos parentes consanguíneos, os servidores, a clientela, enfim, todos os que dependiam do “pai de família”. Embora saibamos que o segundo conceito de família, sem falarmos nas famílias paralelas e nos filhos ilegítimos, era o que funcionava em Cabo Verde, os registos disponíveis apenas nos permitem detectar os elementos da família restrita.

Podemos assim passar do primeiro nível de análise – identificando o indivíduo – para o segundo nível – integrando famílias.

Vejamos quem efectivamente deteve o poder. Quem são os homens, mas também a que famílias pertencem.

Entre 1648¹⁸⁵ e 1651, verificando-se uma vacância de governador, a Câmara da Ribeira Grande tornou-se governo interino durante três anos¹⁸⁶.

¹⁸⁵ Morte do governador Roque de Barros Rego. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655.

¹⁸⁶ Governou com um intervalo de quatro meses. O governador Gonçalo de Gamboa de Aiala tomou posse a 29 de Junho de 1650 e faleceu na ilha de Santiago a 9 de Outubro do mesmo ano.

QUADRO 3

Câmara e pessoas da governança da ilha de Santiago em 1648

Nome	Categoria social, naturalidade, parentesco e idade	Cargos na Administração Pública e Camarária	Actividades militares e outra
Mogueimas, Jorge de Araújo de ¹⁸⁷	Natural de Santiago – Filho de Gaspar de Araújo de Mogueimas Santiago ¹⁸⁸ Casou com a filha de André Álvares de Almada	Escrivão da Fazenda Real e feitoria (1610-1619) Oficial da câmara (1626) Capitão-mor da Ribeira Grande – como tal governou interinamente as ilhas entre Novembro de 1646 e Maio de 1648 (1646-1651)	Capitão de Infantaria (1619-1645) Irmão da Misericórdia (1628)
Barros, Belchior Barbosa de ¹⁸⁹		Juiz ordinário (1648)	
Ovando, Diogo Sanches de ¹⁹⁰		Oficial da câmara (1648, 1700)	Irmão da Misericórdia (1677, 1679)
Almada, Carlos Mendonça de ¹⁹¹	Irmão de Manuel Barbosa de Almada	Oficial da câmara (1648, 1649, 1663)	Capitão da vila da Praia (1657) Sargento-mor da vila da Praia (1666)
Lucas, Valentim Fernandes ¹⁹²		Requer a propriedade de juiz dos órfãos (1641) Oficial da câmara (1648, 1649)	Proprietário

¹⁸⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 20, fl. 241, 2 de Outubro de 1610; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 20A, 25 de Maio de 1613; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 4 de Julho de 1616; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 100; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. iv, Lisboa, 1968, doc. 159, 10 de Outubro de 1619, Lisboa, 1958-1968; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 42, 15 de Abril de 1626; idem, doc. 213, 1648; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; IAN/TT, *Chancelaria de D. João IV*, L.º 19, fl. 82; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 3, doc. 66; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 182, 18 de Março de 1647; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 2, doc. 252, 18 de Março de 1647; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, 1899, pp. 9, 64. Ver *supra* 137, 142, e *infra* 221.

¹⁸⁸ Ver *infra* 219.

¹⁸⁹ António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 213, 1648; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655.

¹⁹⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 152, ant. de 14 de Junho de 1679; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/A1R, fls. 81 v.-83 v., 15 de Junho de 1700.

¹⁹¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 1614; IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 68, doc. 33; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. iv, Lisboa, 1968, doc. 135, 1614; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 50, 28 de Novembro de 1626; idem, doc. 213, 1648; IAN/TT, *Cartório Notarial*, m. 58, n.º 159, 13 de Julho de 1628; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 52, de Janeiro de 1657; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 16, 10 de Setembro de 1666; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 138, 25 de Junho de 1663.

¹⁹² AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 40, 15 de Maio de 1645; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 52, 10 de Março de 1627.

Machado, Bartolomeu Rodrigues ¹⁹³		Oficial da câmara (1647) Vereador da câmara (1648)	
Pereira, Filipe ¹⁹⁴		Escrivão da câmara (1648)	
Abreu, Lucas de ¹⁹⁵	Nasceu em Santiago em 1598	Faz parte da câmara (1639, 1647) Assina documento da câmara (1648) Juiz da câmara (1656)	Capitão de uma companhia (1648, 1661, 1662, 1663)
Almada, André Álvares de ¹⁹⁶	Natural de Cabo Verde – mulato. Cavaleiro da Ordem de Cristo (1603) Cavaleiro-fidalgo da Casa Real	Faz parte da câmara (1647) Assina documento da câmara (1648)	Capitão de uma companhia (1591, 1595, 1598, 1648) Escreveu o “Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde desde o rio Sanaga até aos baixos de Sant’Ana” (1594)
Almada, Ciprião Álvares de ¹⁹⁷	Nasceu em Santiago em 1588 Filho de André Álvares de Almada	Assina documento da câmara (1614, 1626, 1648)	Escrivão da Misericórdia (1628?) Alferes de Infantaria (1648)
Aranha, Manuel Barbosa ¹⁹⁸		Assina documento da câmara (1648)	Alferes de Infantaria (1648) Capitão de uma companhia (1661)

¹⁹³ Idem, doc. 178, 16 de Março de 1647; idem, doc. 180, 17 de Março de 1647; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655.

¹⁹⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 5, 15 de Setembro de 1655.

¹⁹⁵ António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 102, 1636-1640; idem, doc. 178, 16 de Março de 1647; idem, doc. 180, 17 de Março de 1647; idem, doc. 213, 1648; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 140, 25 de Junho de 1663; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Agosto de 1661; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 129, 19 de Maio de 1662; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 40, 20 de Junho de 1656; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 47, 26 de Setembro de 1656.

¹⁹⁶ António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. iii, Lisboa, 1964, doc. 92, 1594; idem, doc. 106, 13 de Julho de 1678; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 178, 16 de Março de 1647; idem, doc. 180, 17 de Março de 1647; idem, doc. 213, 1648; IAN/TT, *MCO*, Registo de Consultas, L.º 17, fls. 205 v.-206, 23 de Janeiro de 1603; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, 1899, pp. 64, 93, 153, 176, 190, 191; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; IAN/TT, *Cartório Notarial* nº 7A, L.º 1601, Junho 20-Outubro 22, fl. 27, 5 de Outubro de 1601; IAN/TT, *Cartório Notarial* nº 11, L.º 1591, Agosto 6-Novembro 21, fls. 66 v.-67 v., 14 de Setembro de 1591; AGS, *Secretarias Provinciales*, L.º 1467, fls. 257-259, 4 de Junho de 1624. Ver *supra* 119, 131, 141 e *infra* 222, 247, 266.

¹⁹⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 1614; IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 68, doc. 33, António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. iv, Lisboa, 1968, doc. 135, 1614; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 50, 28 de Novembro de 1626; idem, vol. v, doc. 213, 1648; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, p. 64; IAN/TT, *Cartório Notarial*, m. 58, nº 159, 13 de Julho de 1628. Ver *supra* 130 e *infra* 248.

¹⁹⁸ António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 213, 1648; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Outubro de 1661.

Barros, António ¹⁹⁹	Reinol, nasceu em 1608 Licenciado – veio para Santiago em 1636	Ouvidor interino e provedor da fazenda (1644) Assina documento da câmara (1648)	Capitão-mor (1669)
Barros, João Barbosa de ²⁰⁰		Oficial da câmara (1639) Assina documento da câmara (1648) Juiz ordinário (1656)	Capitão de Infantaria da Milícia (1648)
Cardoso, Diogo Semedo ²⁰¹	Nasceu em 1602 Cidadão e principal da ilha de Santiago	Assina documento da câmara (1639, 1648) Oficial da câmara (1647) Juiz ordinário (1677)	Ajudante (1647, 1648) Capitão de uma companhia (1661)
Cardoso, Pedro Semedo ²⁰²	Homem branco, natural da ilha de Santiago Casado com a filha de André Álvares de Almada	Assina documento da câmara (1639, 1648, 1651) Serviu interinamente de governador eleito pela câmara (1650-1651)	Capitão de uma companhia (1648, 1663)
Carvalho, Manuel ²⁰³	Cidadão e principal da ilha de Santiago	Assina documento da câmara (1614, 1648) Vereador da câmara (1617)	Capitão de uma companhia (1648) Ajudante do coronel (1669)
Costa, Manuel Fidalgo da ²⁰⁴	Nasceu em 1603 Reinol – chegou à ilha de Santiago em 1616	Assina documento da câmara (1639, 1648) Oficial da câmara (1649, 1655) Juiz ordinário (1663)	Capitão de uma companhia (1648) Sargento-mor da ilha de Santiago – reformado em 1661

¹⁹⁹ António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 213, 1648; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, pp. 5-6; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 34, 9 de Outubro de 1669; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 140, 25 de Junho de 1663.

²⁰⁰ António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. vi, Lisboa, 1968, doc. 33, 16 de Abril de 1656; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 102, 1636-1640; idem, doc. 213, 1648; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 40, 20 de Junho de 1656; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 42, 17 de Julho de 1656; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, p. 93. Ver *infra* 291.

²⁰¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 140, 25 de Junho de 1663; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 102, 1636/1640; idem, doc. 178, 16 de Março de 1647; idem, doc. 180, 17 de Março de 1647; idem, doc. 213, 1648; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 111, 2 de Junho de 1677; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 152, ant. a 14 de Junho de 1679; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Agosto de 1661; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 34, 9 de Outubro de 1669.

²⁰² AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 48, 9 de Maio de 1671; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, pp. 6, 10, 16, 17; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 4, doc. 16, 10 de Janeiro de 1651; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 4, doc. 17, 6 de Julho de 1651; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 116, 16 de Agosto de 1661; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 213, 1648; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 3, doc. 20, 29 de Março de 1643; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 140, 25 de Junho de 1663. Ver *infra* 228, 235.

²⁰³ IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 68, doc. 33; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 135, 1614; idem, doc. 148, 27 de Maio de 1617; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 79, 27 de Maio de 1617; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 213, 1648; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 34, 9 de Outubro de 1669.

²⁰⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 138, 25 de Junho de 1663; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 140, 25 de Junho de 1663; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 108, 4 de Agosto de 1661; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Agosto de 1661; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 116, 16 de Agosto de 1661.

Henriques, João Gomes ²⁰⁵		Assina documento da câmara (1639) Almoxarife (1643) Vereador da câmara (1647, 1648)	Capitão (1661)
Lago, André de Brito do ²⁰⁶	Nasceu em 1619 Pertence a uma das principais famílias da ilha de Santiago	Assina documento da câmara (1648) Serviu interinamente de ouvidor-geral das ilhas (1662)	Capitão de uma companhia (1648, 1661, 1669)
Ribeiro, Ambrósio ²⁰⁷		Assina documento da câmara (1648) Vereador mais velho da câmara (1661)	Capitão de milícia (1648, 1661)
Silva, Luís da ²⁰⁸		Assina documento da câmara (1648)	Sargento-mor da ilha de Santiago (1648)

Este quadro apresenta-nos dezanove homens poderosos da ilha de Santiago, em plena actividade, nos meados do século XVII. Nessa época, já está instalada no poder local a elite que, durante o próximo século e meio, dominará a vida social, política, militar e económica do arquipélago. No entanto é de realçar que apenas um deles é nobilitado com o hábito da Ordem de Cristo, indício de uma chegada recente ao patamar cimeiro da sociedade.

Podemos afirmar que dos dezanove homens da governança, mencionados na tabela acima, cinco eram inegavelmente naturais de Santiago, dois vieram do Reino e os restantes, apesar de não encontrarmos registos, têm apelidos de famílias poderosas locais (Barros²⁰⁹, Ribeiro²¹⁰,

²⁰⁵ António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. V, Lisboa, 1979, doc. 102, p. 305, 1636-1640; idem, doc. 178, p. 473, 16 de Março de 1647; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Agosto de 1661; IAN/TT, *Cartório dos Jesuitas*, m. 36, doc. 78; Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuitas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, 1996, p. 391, 20 de Agosto de 1643; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655.

²⁰⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 56, 3 de Maio de 1657; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 34, 9 de Outubro de 1669; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 129, 19 de Maio de 1662; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Outubro de 1661; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. V, Lisboa, 1979, doc. 213, 1648.

²⁰⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 103, 6 de Julho de 1661; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Agosto de 1661; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. V, Lisboa, 1979, doc. 213, 1648.

²⁰⁸ Idem, doc. 213, 1648.

²⁰⁹ Lucas de Barros foi um homem poderoso do início do século XVII tendo sido oficial da Câmara da Ribeira Grande nos anos de 1614 e 1616. Idem, doc. 135, 1614 e doc. 142, 14 de Março de 1616.

Um dos membros mais importantes desta família foi, sem dúvida, Pedro de Barros, homem de alta estirpe, cavaleiro professor da Ordem de Cristo. Nasceu em 1681. Serviu o rei na ilha de Santiago desde os 15 anos, passando por todos os cargos das ordenanças: alferes, tenente, ajudante, capitão de Cavalos, capitão de Infantaria, tenente-general e capitão-mor da vila da Praia. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 29A, 1 de Junho de 1703; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 14, ant. 17 de Janeiro de 1721; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 39, 3 de Setembro de 1725.

²¹⁰ Mateus Ribeiro, moço da câmara da infanta D. Maria, serviu de alcaide do mar na ilha de Santiago, de 1573 a 1592. Em 1628 foi irmão da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande. IAN/TT,

Aranha²¹¹, Carvalho²¹², Andrade²¹³, Freire²¹⁴, Freire de Andrade²¹⁵ e Amaral²¹⁶) e tudo indica que a sua naturalidade é a dos restantes familiares²¹⁷.

Analisemos agora as famílias dos homens da governança de 1648, cuja naturalidade de Santiago não oferece dúvidas. Na reconstrução das famílias utili-

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, L.º 22, fl. 174 v., D. 2, fl. 175, D. 1, 30 de Outubro de 1573 e 17 de Setembro de 1568; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 23, fl. 56 v., D. 2, 3 de Novembro de 1568; IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 58, n.º 159.

²¹¹ Em 1614 um dos principais moradores da ilha de Santiago era António Barbosa Aranha. Em 1626, era capitão de uma companhia de Ordenança e procurador da Câmara da Ribeira Grande. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 1614; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 42, 15 de Abril de 1626; idem, doc. 50, 28 de Novembro de 1626.

²¹² António Pais de Carvalho, natural de Santiago, escrivão dos contos e almoxarifado da ilha de Santiago de 1603 a 1627, foi vereador (1626) e irmão da Casa da Misericórdia da Ribeira Grande (1628). Teve na Milícia o posto de sargento-mor de uma companhia. Ver *supra* 37, 132.

Frutuoso de Carvalho, pessoa benemérita da cidade da Ribeira Grande serviu de escrivão dos órfãos (1654), do público e judicial (1655-1669), da correição (1662). AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 21, 16 de Junho de 1654; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 34, 9 de Outubro de 1669; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 136, 17 de Novembro de 1678.

²¹³ Francisco Vidlo de Andrade nasceu em 1584. Serviu de capitão de Infantaria na Milícia e foi, em 1614, vereador da Câmara da Ribeira Grande. Juntamente com sua mulher, Ana de Sequeira, instituíram, na fazenda que possuíam na Ribeira de Santana, uma capela com pensão de duas missas cantadas e 52 rezadas pelos cônegos do cabido. Faleceu em 1654. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 77, 1614; AHU, cód. 284, fls. 263-264; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. iv, Lisboa, 1968, doc. 131, 28 de Junho de 1614; IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 68, doc. 33; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. iv, Lisboa, 1968, doc. 134, 5 de Julho de 1614; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 54, 18 de Abril de 1734.

Ver Pedro Fidalgo de Andrade, *supra* 129.

Em 1639, fez parte da Câmara da Ribeira Grande, Manuel Fidalgo de Andrade. António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. v, Lisboa, 1979, doc. 102, 1636-1640.

Em 1677, Miguel Barbosa de Andrade era oficial da Câmara da Ribeira Grande e capitão de Infantaria. Uns anos depois serviu de tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 111, 2 de Junho de 1677; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 152, ant. 14 de Junho de 1679; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 48, 9 de Maio de 1671.

²¹⁴ Em 1607 serviu de juiz ordinário e de capitão da vila da Praia, Francisco Martins Freire. IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Perdões e Legitimações*, L.º 1, fl. 122, D. 1, 9 de Abril de 1607.

Jerónimo Álvares Freire foi juiz da Câmara da Ribeira Grande no ano de 1657. António Brásio, *MMA*, vol. vi, Lisboa, 1991, doc. 46, 4 de Maio de 1657.

João Rodrigues Freire, oficial de ourives, foi, em 1661, escrivão dos contos e almoxarifados da ilha de Santiago. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 84, 22 de Outubro de 1657.

²¹⁵ Em 1655 era escrivão na ilha de Santiago, Matias Freire de Andrade. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 51, 9 de Janeiro de 1657.

Em 1666 serve de capitão na Milícia o vizinho de Santiago, Francisco Freire de Andrade, que foi nesse ano nomeado pelo governador almirante do galeão "São Bento". AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 16, 10 de Setembro de 1666.

²¹⁶ João de Sousa Amaral serviu de oficial da câmara/governo, em 1677. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 152, 14 de Junho de 1679.

²¹⁷ Sobre estas e outras famílias poderosas veja-se a composição do Regimento de Milícia em 1730 e a biografia dos respectivos oficiais. Ver *infra* pp. 290-295.

zamos dados de Senna Barcellos²¹⁸, tendo rectificado certos nomes e completado outros, fazendo um trabalho de introdução, reunião e coordenação de dados biográficos dispersos, o que permitiu desenhar o perfil de cada indivíduo de forma a poder compreender-se “quem é quem” e como se incorpora na sociedade cabo-verdiana.

A família Mogueimas – a primeira personagem conhecida dessa família é Gaspar de Araújo de Mogueimas, (pai de Jorge de Araújo) que faleceu na ilha em 1605. Trata-se de um homem do século XVI, que não chegou a conhecer a grande crise da segunda década do século XVII. Este vizinho serviu de escrivão da feitoria real (1560-1585), de tabelião do público e judicial da Ribeira Grande e de vereador mais velho da câmara da mesma cidade, no ano de 1597²¹⁹. Sebastião de Araújo de Mogueimas serviu também de tabelião em 1618²²⁰. Nas últimas décadas do século XVII, a família alia o poder político à capacidade económica e toma posições firmes perante a justiça e a política económica estatal.

Jorge de Araújo de Mogueimas²²¹ casou-se com Lourença de Almada, uma das filhas de André Álvares de Almada²²² e de Francisca de Queirós²²³, entrando assim numa das mais importantes famílias da ilha de Santiago. Em 1673, Lucas de Araújo de Mogueimas²²⁴, proprietário rural, o alferes Pedro Araújo de Mogueimas e o capitão Diogo de Mogueimas assinam, juntamente com outros vizinhos da ilha de Santiago, uma carta da câmara, na qual expressam a sua posição contrária à

²¹⁸ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, pp. 64-65.

²¹⁹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 20, fl. 241, D. 2, 2 de Outubro de 1610; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 6, fls. 122-123, D. 1, 22 de Maio de 1560; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 45, fl. 22 v., D. 2, 16 de Novembro de 1579; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 45, fls. 310-311, D. 2, 19 de Janeiro de 1582; IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, L.º 12, fl. 50 v., D. 1, 30 de Julho de 1585; IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L.º 45, fl. 2 v., D. 2, 16 de Novembro de 1579; IAN/TT, *Corpo Cronológico*, II-290-210; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 105, 10 de Junho de 1598; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, 1899, pp. 155, 180; IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, L.º 15, fl. 177 v., 5 de Novembro de 1605. Ver *supra* 188.

²²⁰ IAN/TT, *Cartório dos Jesuítas*, m. 58, n.º 159, 13 de Julho de 1628.

²²¹ Ver *supra* 137, 142, 187.

²²² Natural de Cabo Verde, neto de João Álvares de Almada, um dos mais poderosos proprietários da ilha de Santiago e de uma mulher preta. Filho de uma mulher parda cujo pai foi um nobre e principal da ilha de Santiago. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, 1899, p. 153; António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 92, 1594; idem, doc. 106, 19 de Agosto de 1598. Ver *supra* 119, 131, 141, 196 e *infra* 226, 247, 266.

²²³ Filha de D. Catarina Monteiro de Queirós (instituidora do vínculo da Boa Ventura) e do capitão Garcia Contreiras, que serviu de juiz da Câmara da cidade da Ribeira Grande, em 1611 e em 1613, e foi oficial da mesma câmara em 1619, ano em que era irmão da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago. IAN/TT, *Cartório Notarial* n.º 1, L.º 1611, Setembro 17-Novembro 23, fls. 62-63 v., 21 de Outubro de 1611; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 1, doc. 107, 7 de Outubro de 1619. Ver *infra* 227.

²²⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7, doc. 49, 2 de Abril de 1686; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 65, 1 de Abril de 1673. Ver *infra* 232.

formação de uma companhia de comércio na Costa e Rios de Guiné, isto porque sabem que, apesar de poderem resgatar com os frutos da terra, serão os navios da companhia os únicos desta carreira que lhes comprarão os frutos da terra pelo preço que quiserem, desculpando-se de não poderem levar as suas mercadorias por falta de espaço²²⁵.

André Álvares de Almada²²⁶ (o escritor), fundador de mais uma família poderosa, pai de Lourença e genro de Jorge Araújo de Mogueimas, teve mais uma filha do seu casamento com Francisca de Queirós²²⁷. Era ela Brites Monteiro de Queirós, que se casou com Pedro Semedo Cardoso²²⁸, governador das ilhas em 1650.

Do casamento de Lourença de Almada nasceram Isabel Barradas de Araújo (1ª), que casou com o capitão Manuel Coelho de Melo²²⁹, e o capitão André Álvares de Almada (2º)²³⁰.

As duas famílias Mogueimas e Almada aliam-se publicamente no caso de António de Barros Bezerra²³¹, em 1681, oferecendo terras, casas e escravos para pagamento da fiança. Assim, Lucas de Araújo de Mogueimas²³² oferece de fiança umas casas na Rua de São Pedro, uma fazenda de algodoal, umas terras de sementeira em Pedra Janela e escravos. Manuel Coelho de Melo²³³ ofereceu os seguintes bens: “/.../ a sua fazenda do Ribeirão livre e desembargado, humas terras de sementeira chamado Gil Bispo sobre elas devo 100.000 de juro, umas casas terreas em São Brás livre sem foro nem penção, trinta peças de escravos entre fêmeas e machos, e os mais bens moveis /.../”²³⁴.

De Brites Monteiro de Queirós com Pedro Semedo Cardoso²³⁵ nasceu Luís de Santa Maria²³⁶.

²²⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 65, 1 de Abril de 1673.

²²⁶ Ver *supra* 119, 131, 141, 196, 222 e *infra* 247, 266.

²²⁷ Ver *supra* 223.

²²⁸ Natural da ilha de Santiago, eleito pela câmara por morte de Gonçalo de Gamboa Aiala, governador interino das ilhas (Junho de 1650 a Dezembro de 1651), contra a vontade do ouvidor-geral, Manuel Pais de Aragão. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 4, doc. 16, 10 de Janeiro de 1651; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 4, doc. 17, 6 de Julho de 1651. Ver *supra* 202 e *infra* 235.

²²⁹ Nasceu em 1617, era morador e vizinho da Ribeira Grande e proprietário rural. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 34, 9 de Outubro de 1669; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 169, 24 de Outubro de 1681. Ver *infra* 233.

²³⁰ Fazia parte do grupo de 24 capitães, sargentos-mores, alferes e tenentes que se encontravam juntamente com o governador na Fortaleza de São Filipe da cidade da Ribeira Grande, quando esta foi atacada pelo general francês Cassard, a 5 de Março de 1712. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713.

²³¹ Ver *infra* 252.

²³² Ver *supra* 224.

²³³ Ver *supra* 229.

²³⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 169, 24 de Outubro de 1681.

²³⁵ Ver *supra* 202, 228.

²³⁶ Nasceu em 1627, na ilha de Santiago. Em 1656, Luís de Santa Maria, pessoa nobre, foi capitão de Cavalos de uma das companhias que fazem guarnição na cidade da Praia. Em 1677, era já tenente-geral e governador das armas. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 47, 27 de Setembro de

Isabel Barradas de Araújo teve uma filha, de seu nome D. Catarina de Sousa Barradas (1ª), que casou com o capitão Afonso Vicente de Almada²³⁷. Desse casamento nasceram Lourença de Almada (2ª) que, por sua vez, casou com o capitão de Cavalos Paulo Cardoso Pizarro²³⁸, Jorge de Araújo e Nicolau Araújo da Fonseca²³⁹, casado com Maria Semedo da Silva²⁴⁰ (1ª).

Apenas este último teve uma filha, Isabel Barradas (2ª), casada com João Luís da Silva²⁴¹. Desta união nasceram, pelo menos, cinco filhos: o cônego Nicolau da Fonseca de Araújo²⁴², o coronel Joaquim Afonso da Fon-

1656; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 113, 25 de Julho de 1661; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 152, ant. 14 de Junho de 1679.

²³⁷ Afonso Vicente de Almada foi o instituidor do vínculo do Serrado. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, p. 64.

²³⁸ Filho do governador João Cardoso Pizarro. Em 1687, concorre ao posto de capitão-mor da Praça de Cacheu. Numa carta escrita a um amigo de seu pai ele diz o seguinte: "Depois do falecimento de meu pai João Cardoso Pizarro no mesmo ano que veio governar esta ilha fiquei nela servindo a V. M. e ocupei todos os cargos em que os governadores me ocuparão até o de capitão de cavalos que servi alguns anos e se o deixei de servir foi por impedimento de um crime não cometido em meu ofício do qual estou hoje livre". Foi oficial da câmara/governo em 1691 e irmão da Misericórdia em 1693. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, p. 63; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 81, 3 de Junho de 1687; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 129, 7 de Agosto de 1691; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 149, 8 de Agosto de 1693.

²³⁹ Natural da ilha de Santiago. Foi capitão de Cavalaria, oficial camarário em 1695 e irmão da Misericórdia no ano de 1700. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 8, doc. 23, 26 de Outubro de 1695; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 8, 20 de Junho de 1700; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 57, 15 de Julho de 1710; AHN, *Cabo Verde, Secretaria Geral do Governo, Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AIR, L.º 19, fls. 39-40, 27 de Abril de 1744.

²⁴⁰ Natural da ilha de Santiago. AHN, *Cabo Verde*, idem, fls. 39-40, 27 de Abril de 1744.

²⁴¹ Natural da vila de Mafra. Foi oficial da Câmara da Ribeira Grande em 1724; capitão-mor do Forte de São Veríssimo (1625-1630). Teve o cargo de comissário-geral da cavalaria. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 26, 29 de Julho de 1725; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 37, 13 de Agosto de 1725; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 36, 17 de Setembro de 1727; AHN, *Secretaria Geral do Governo, Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AIR, L.º 19, fls. 39-40, 27 de Abril de 1744.

²⁴² Nasceu em Cabo Verde no ano de 1732. Aos 18 anos foi provido, pelo rei, cônego da Sé da Ribeira Grande. Em 1764, foi acusado de ter participado na morte do ouvidor-geral, João Vieira de Andrade, preso e enviado para Lisboa. Em 1773, volta para a ilha de Santiago após sete anos na corte. Um ano depois é nomeado vigário-geral. Em 1776, serve de cônego da Sé da Ribeira Grande, de mestre-escola da mesma sé e faz parte do cabido e da câmara/governo. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 23, doc. 43, ant. 27 de Dezembro de 1750; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 34, 30 de Junho de 1771; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 59, 30 de Abril de 1772; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 2, 20 de Março de 1773; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 54, 21 de Março de 1774; AHN, *Secretaria Geral do Governo, Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AIR, L.º 19, fls. 39-40, 27 de Abril de 1744; AHN, *Secretaria Geral do Governo, Bandos, Circulares e Outras Determinações deste Governo às Diferentes Autoridades da Província*, L.º 26, doc. 121, fls. 82 v.-83, 4 de Junho de 1774; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 35, doc. 2, 24 de Fevereiro de 1776; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 35, doc. 20, ant. 20 de Abril de 1776; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 35, doc. 30, ant. 24 de Outubro de 1776. Ver *infra* 367, 368.

seca²⁴³, o cônego Afonso Vicente da Fonseca Araújo²⁴⁴, Ana da Luz Barradas casada com o coronel José Maria Cardoso²⁴⁵ e Maria Semedo da Silva (2ª), casada com António de Barros Bezerra de Oliveira²⁴⁶.

André Álvares de Almada²⁴⁷ (o escritor) teve mais três filhos de um segundo casamento com Ana de Lemos: Ciprião Álvares de Almada²⁴⁸, Paula de Almada, casada com Domingos Lourenço Rosado²⁴⁹, e Inês Gomes de Almada, casada com Manuel Semedo Cardoso²⁵⁰.

Do casamento de Ana de Mendonça (filha de Paula de Almada) com o sargento-mor Pedro Cardoso Valdevesso²⁵¹ nasceu Maria Semedo Valdevesso. Esta casou com o capitão-mor João de Barros Bezerra (1º)²⁵², filho de António de Barros Bezerra (1º),

²⁴³ Pessoa de conhecida nobreza. Serviu o rei desde o ano de 1738, ocupando os postos de alferes do Mestre, sargento-mor da vila da Praia (antes de 1760) e coronel. Era cunhado de António Barros Bezerra de Oliveira e tinha casa na Ribeira dos Órgãos na ilha de Santiago. Morreu em 1765 quando uma grande epidemia se abateu sobre a ilha. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 9, ant. 11 de Outubro de 1760; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 33, 18 de Abril de 1761; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 5, 20 de Fevereiro de 1765.

²⁴⁴ Segundo Senna Barcellos, o seu nome é Afonso Vicente de Almada, mas segundo documentos por nós transcritos, o nome desse cônego era Afonso Vicente da Fonseca Araújo. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 26, ant. 27 de Março de 1764; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Registro de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AIR, L.º 19, fs. 39-40, 27 de Abril de 1744.

²⁴⁵ Coronel. Em 1771, o seu regimento guarnece a Ribeira Grande, freguesia de parte da Ribeira Grande, S. João, Santa Catarina e Santo Amaro. Em 1772, fez parte da Câmara da Ribeira Grande. Foi capitão-mor da Fortaleza de S. João Baptista de Bissau até 1773. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 44, 26 de Junho de 1771; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 58, 20 de Abril de 1772; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 1, ant. 16 de Março de 1773; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 54, 21 de Março de 1774; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandos e Editais publicados na Ilha de Santiago*, 035/AIR, L.º 28, doc. 9, fs. 10-11, 14 de Novembro de 1770. Ver *supra* 74.

²⁴⁶ Ver *supra* 184 e *infra* 260, 267, 269, 300, 333, 336, 339, 363, 377.

²⁴⁷ Ver *supra* 119, 131, 141, 196, 222, 226 e *infra* 266.

²⁴⁸ Natural da ilha de Santiago, nasceu em 1588. Ver quadros 2 e 3 e *supra* 130, 197.

²⁴⁹ Capitão de Infantaria. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, p. 65.

²⁵⁰ Não encontrei nenhum dado sobre ele. Mas aparece na documentação, na mesma época, um Manuel Lopes Cardoso, morador na ilha de Santiago. Em 1588, encontra-se nos Rios de Guiné onde contribuiu para a construção da povoação e forte de Cacheu. André Álvares de Almada diz que ele foi o "autor de se fazer este forte e aldeia" e que isso só foi possível por que ele "por industria houve licença do rei da terra chamado Mapala, para fazer no dito sitio o forte [...]". Foi feitor do contrato de Guiné e Cabo Verde no Rio São Domingos (1593, 1594). António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 92, p. 300; IAN/TT, *Cartório Notarial* nº 1, L.º 1579, Setembro 30-Novembro 23, fs. 13-14, 6 de Outubro de 1579; IAN/TT, *Cartório Notarial* nº 11, L.º 18, fs. 101 v.-102, 26 de Dezembro de 1593.

²⁵¹ Foi oficial da câmara em 1663, sargento-mor da ilha de Santiago, esteve preso mais do que três meses na prisão da Ribeira Grande a mando do governador Francisco de Figueiroa "I..." porque estando ouvindo missa não sahio a o acompanhar [...] (1661). Faleceu em 1732. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 114, 13 de Agosto de 1661; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 138, 25 de Junho de 1663; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 77, 19 de Junho de 1732; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, p. 65.

²⁵² Nasceu em Santiago no ano de 1640. Em 1666, era capitão de Infantaria e juiz ordinário da Câmara da vila da Praia. Foi para Cacheu como tenente do capitão-mor da praça António de Barros Bezerra, praça que governou aquando da ausência deste último. No ano de 1680, encontra-se preso em Lisboa sendo solto em 1682 juntamente com seu pai. Em 1667 ou 1668 "I..." no termo da cidade, no sitio a que chamam do órgão, dizem as testemunhas de ouvida que João de Barros mandara chamar uma negra

fundador da primeira companhia de Cacheu. Desse enlace nasceram duas filhas, Catarina de Barros e Isabel de Barros Bezerra, que veio a casar com o governador das ilhas Rodrigo de Oliveira da Fonseca²⁵³. Desse casamento nascem, pelo menos, quatro filhos: O tenente de Cavalos Pedro Cardoso do Amaral²⁵⁴, Antônio de Barros Bezerra (2º)²⁵⁵, que foi casado em primeiras núpcias com D. Leonor²⁵⁶, filha do capitão Manuel Lopes Lobo²⁵⁷ e, em segundas núpcias, com D. Filipa da Penha, Maria Semedo (3ª),

para ter com ela ajuntamento carnal, sendo impedida por um seu irmão (o capitão de Infantaria Francisco de Barros Bezerra) que João de Barros mandou matar; o caso foi ocultado. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 129, 19 de Maio de 1662; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 16, 10 de Setembro de 1666; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 44, 26 de Dezembro de 1670; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 152, ant. 14 de Junho de 1679; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 158, ant. 17 de Dezembro de 1680.

²⁵³ Natural do Reino, cavaleiro da Ordem de Cristo. Embarcou, em 1685, voluntariamente do Reino para a ilha de Santiago. "Por ser pessoa nobre e de valor" foi nomeado pelo capitão-mor da praça de Cacheu, Antônio Barros Bezerra, no posto de alferes-tenente dessa praça. Em 1690, foi provido ao posto de capitão de Infantaria da ordenança. Em 1695, concorre ao posto de sargento-mor das ilhas de Cabo Verde, ficando em primeiro lugar na eleição do Conselho Ultramarino. No ano de 1701, serve de capitão-mor da Fortaleza de Bissau. Foi governador das ilhas de Cabo Verde, de Outubro a Dezembro de 1707, vindo a falecer no cargo. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 149, 8 de Agosto de 1693; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 8, doc. 25; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 17, 20 de Abril de 1701; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 9, ant. 22 de Maio de 1737.

²⁵⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713. Ver *infra* 315, 318, 325.

²⁵⁵ Natural de Santiago, cavaleiro confesso da Ordem de Cristo. Serviu o rei em muitos cargos (de 1704 a 1722), como praça de soldado, capitão de Cavalos, coronel de Infantaria, capitão-mor de Cacheu (1717). Em 1727, foi juiz ordinário da cidade da Ribeira Grande. Em 1731, candidata-se ao cargo de governador das ilhas de Cabo Verde. Faleceu em 1737, na ilha de Santiago. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 32A, post. 27 de Abril de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 2, 30 de Junho de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 10, 10 de Maio de 1730; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 23, 3 de Março de 1731; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 9, ant. 22 de Maio de 1737.

²⁵⁶ Em 1722, já era falecida. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 35, 3 de Novembro de 1722.

²⁵⁷ Morador em Lisboa. Veio degredado para a ilha de Santiago. Também era pai do cônego da Sé de Cabo Verde Leonel de Abreu e Meneses (falecido em 1722). Em 1693, fazia parte da mesa da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago. Foi mandado, em 1696, para ocupar o posto de feitor da praça de Cacheu pelo governador Gomes Mena, mas pôs embargo nesta decisão. Em 1698, serve de procurador do concelho da Ribeira Grande. No ano de 1700, serve de escrivão da Misericórdia da mesma cidade. Dois anos depois, ocupa o cargo de sargento-mor do Forte Santo António, tendo feito à sua custa "dois lanços de muralha para o lado do mar". Numa carta do bispo das ilhas de Cabo Verde, datada de Janeiro de 1703, este relatando as crueldades feitas pelos moradores de Santiago aos seus escravos diz o seguinte: "I.../ também Manuel Lopes Lobo tem um escravo seu acorrentado há 6 meses e com cabo no pescoço I.../". No ano de 1708, foi provido capitão-mor da praça de Cacheu. Como tal em 1713 "I.../ matou a um negro poderoso de nome Salmo e queimou a sua aldeia, queimou várias aldeias dos Felupes I.../". AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 149, 8 de Agosto de 1693; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 8, doc. 34, 23 de Julho de 1696; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 8, doc. 87, 20 de Julho de 1698; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 8, 20 de Junho de 1700; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 24A, 15 de Dezembro de 1702; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 29A, 1 de Junho de 1703; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 78, 19 de Abril de 1713; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 91, ant. Junho de 1717; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 35, 3 de Novembro de 1722; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 20, 7 de Novembro de 1730; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 41, 3 de Agosto de 1731; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 49, ant. 24 de Outubro de 1731.

casada com o capitão Marques Barbosa²⁵⁸ e, finalmente, Maria de Oliveira, casada com o capitão-mor João Pereira Carvalho²⁵⁹ (2^a). Desse casamento nascem Antônio Barros Bezerra de Oliveira²⁶⁰, D. Catarina de Sousa Barradas (2^a), que foi casada com Gabriel Antônio Cardoso²⁶¹, filho de Pedro Cardoso²⁶², e D. Antônia de Barros Pereira e Carvalho²⁶³, casada com o sargento-mor da praça de Santiago, Francisco de Assis de Santa Maria²⁶⁴, filho e herdeiro do governador João Zuzarte de Santa Maria²⁶⁵.

²⁵⁸ Não encontrei nenhum dado sobre ele.

²⁵⁹ Nasceu em 1690. Pai do capitão-mor da Praia Francisco Álvares de Almada (1755). Cavaleiro da Ordem de Cristo (1747). Em 1748, era capitão de uma companhia de Ordenança. Foi capitão-mor da praça de Cacheu e irmão da Misericórdia da cidade da Ribeira Grande, em 1751; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 21, doc. 43, 3 de Junho de 1747; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 22, doc. 45, 20 de Novembro de 1748; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 23, doc. 47, ant. 12 de Janeiro de 1751; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 57, 16 de Dezembro de 1755; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 64, 2 de Maio de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 52, ant. 28 de Junho de 1762.

²⁶⁰ Ver *supra* 184, 246 e *infra* 267, 269, 300, 333, 336, 339, 363, 377.

²⁶¹ Natural do Reino. Foi para Santiago com seu pai Pedro Cardoso. Casou-se na ilha com a filha de uma das principais famílias da ilha, tornando-se cunhado de Antônio de Barros Bezerra de Oliveira. Serviu de capitão de uma companhia da guarnição da vila da Praia (no regimento do coronel Manuel Semedo de Andrade Vasconcelos) de 15 de Janeiro de 1760 até 26 de Outubro de 1761 quando foi nomeado, por patente do governador, no posto de sargento-mor do regimento do coronel Joaquim Afonso da Fonseca que fazia guarnição na Ribeira Grande. Nesse ano foi também eleito vereador da Câmara da Ribeira Grande. A 8 de Setembro de 1762, a câmara/governo deu-lhe posse interina do posto de capitão-mor da vila da Praia por falecimento de João Delgado Figueira. Em 1764, foi preso e mandado para o Reino juntamente com seu cunhado Antônio de Barros Bezerra de Oliveira, nas fragatas vindas à ilha de Santiago aquando da morte do ouvidor João Vieira de Andrade. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 44, 12 de Novembro de 1761; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 52, ant. 28 de Junho de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 5, 21 de Fevereiro de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 17, 4 de Março de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 48; ant. 20 de Setembro de 1771. Ver *infra* 338, 365 e 391.

²⁶² Ver *infra* 270.

²⁶³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 23, ant. 29 de Agosto de 1766.

²⁶⁴ Serviu o rei no Reino, no estado do Maranhão e em Cabo Verde, desde 5 de Julho de 1730. Foi soldado de cavalo, cabo-de-esquadra, sargento de número, alferes, tenente de Cavalos da companhia da guarda do governador e capitão de Infantaria do regimento do coronel Francisco Álvares de Almada que fazia guarnição na cidade da Ribeira Grande. Foi nomeado por “deixação” de Jorge Machado Cardoso no posto de sargento-mor (pago) da praça da ilha de Santiago por patente do governador datada de 11 de Janeiro de 1743 e confirmada pelo rei a 10 de Junho de 1744. Foi guarda-mor da alfândega da ilha de Santiago em 1747. Em 1751, pede o hábito de Cristo. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 19, doc. 40, 8 de Novembro de 1743; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 19, doc. 65, 10 de Junho de 1744; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 19, doc. 99, 22 de Dezembro de 1744; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 20, doc. 52, ant. 9 de Novembro de 1745; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 21, doc. 55, ant. 30 de Outubro de 1747; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 22, doc. 21, 22 de Julho de 1748; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 22, doc. 81, ant. 12 de Setembro de 1749; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 23, doc. 25, 19 de Agosto de 1750; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 23, doc. 73, 1751; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 23, doc. 50, ant. 8 de Maio de 1751; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 36, ant. 17 de Janeiro de 1755; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 47, 22 de Julho de 1757; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 23, ant. 29 de Agosto de 1766.

²⁶⁵ Teve carta de governador em 1741 e tomou posse a 2 de Maio de 1742. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 18, doc. 25, 21 de Fevereiro de 1741.

Estamos em pleno século XVIII, quando nasce a sétima geração desta complexa família, que vai manter-se na crista do poder até à liquidação das cabeças da oligarquia cabo-verdiana, mandada executar pelo marquês de Pombal e completada localmente pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a nível económico.

Nobilitada, rica, bem relacionada, esta complexa família absorve os próprios agentes régios chegados às ilhas a partir do Reino.

Vários membros desta família (Mogueimas, Almadas, Bezerras, Oliveiras) ou a ela aparentados foram homens que exerceram um papel primordial na afirmação da elite oligárquica de Cabo Verde, a começar em meados do século XVII e a terminar nos finais do século XVIII. Estes homens percorreram um longo caminho, desde o isolamento a vários níveis até à demonstração de capacidade para servir a Coroa e ao reconhecimento da parte do rei da sua existência como vassallos distinguidos, a quem se pedem serviços e se dão recompensas. No caso vertente trata-se de exercer as funções de capitão-mor da vila da Praia, de capitão-mor da praça de Cacheu e sargento-mor de Cabo Verde.

O primeiro que nos chama a atenção é, evidentemente, o mulato André Álvares de Almada²⁶⁶, único cavaleiro da Ordem de Cristo do Senado da Câmara em 1648, “homem da governança”, grande proprietário rural e, principalmente, profundo sabedor da Costa da Guiné, sobre a qual escreveu um tratado que até hoje é imprescindível para qualquer pessoa que queira conhecer a história dessa parte do continente africano. O segundo, o capitão João de Barros Bezerra, foi juntamente com seu pai, o capitão-mor António de Barros Bezerra, um dos fundadores da Companhia de Cacheu e Rios de Guiné (1676), além de ter várias vezes governado essa praça na ausência de seu pai. Fez parte dessa família, também, João Pereira de Carvalho, que foi feito cavaleiro da Ordem de Cristo em 1747, e governou a mesma praça de Cacheu em 1751.

Temos igualmente o filho deste último, o cavaleiro da Ordem de Cristo António de Barros Bezerra de Oliveira²⁶⁷, que era apelidado de “rei da ilha” e, segundo o governador Zuzarte de Santa Maria, era “branco como os do Reino e não como os desta ilha que têm este nome de brancos e não o são”. Serviu o rei como soldado durante muitos anos. Em 1743, tinha o cargo de alferes da companhia do coronel Francisco Álvares de Almada²⁶⁸. Nesse mesmo ano, foi provido pelo governador no cargo de capitão de Infantaria de uma companhia desse regimento. Serviu de juiz mais velho da Câmara da Ribeira Grande, em 1754. Um ano depois, com apenas 31 anos,

²⁶⁶ Ver *supra* 119, 131, 141, 196, 222, 226, 247.

²⁶⁷ Nasceu em Santiago em 1726. Ver *supra* 184, 246, 260 e *infra* 269, 300, 333, 336, 339, 363, 377.

²⁶⁸ Natural da ilha de Santiago. Serviu o rei em praça de soldado infante, alferes de Cavalaria, capitão de Infantaria no regimento de que foi coronel Manuel Afonso Silva, e de sargento-mor do mesmo regimento. Em 1742, recebe a patente de coronel da Milícia da ilha de Santiago por ser “homem da principal nobreza da ilha” e ter “cabeçais para poder manter o seu terço em qualquer ocasião”. Em 1743 serviu de almoxarife da ilha de Santiago. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 18, doc. 38, ant. 5 de Janeiro de 1742; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 19, doc. 40, 8 de Novembro de 1743; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 19, doc. 43, 10 de Junho de 1744; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 20, doc. 52, ant. 9 de Novembro de 1745.

era coronel. Numa carta ao governador, ele descreve-se como sendo “um dos homens principais da terra por seus pais, inteiramente branco e todos foram cavaleiros da ordem de Cristo e serviram os mais importantes postos no militar, cargos na república e alguns foram governadores e muitos capitães-mores de Cacheu e Bissau”. Foi ouvidor-geral interino, em 1756, no lugar do Dr. João Antônio da Silveira e Sampaio. Foi síndico dos religiosos do Convento de S. Francisco da Ribeira Grande (1757). Em 1762, serviu de juiz ordinário mais velho e governador das armas no governo interino da câmara. Dois anos depois, foi preso e acusado da morte do ouvidor-geral João Vieira de Andrade²⁶⁹.

E, finalmente, Pedro Cardoso, sogro de D. Catarina de Sousa Barradas, irmã de Antônio de Barros Bezerra de Oliveira, que foi, aquando da instalação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, escolhido para seu administrador. O ouvidor-geral das ilhas João Vieira de Andrade, numa carta ao rei, queixa-se do administrador da companhia, por ele ter em conta nesse cargo, sobretudo, os interesses da família, com a qual seu filho se aparentou pelo casamento²⁷⁰.

No início do período em análise, a elite, tendo perdido os elementos reinóis e a acessibilidade directa ao poder central, já não comportava nobres de sangue, nem tinha ainda adquirido capacidade para se nobilitar. Na verdade, a posição dos homens na estrutura social – desde que não herdada pelos laços de sangue – era definida pela capacidade que estes tinham de conquistar, através de serviços prestados à Coroa ou por meios financeiros, as distinções simbólicas que proporcionavam estatuto social. Nas sociedades coloniais, o símbolo mais frequentemente obtido por mercê do rei era o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, que conferia ao portador uma certidão de nobreza à escala do seu pequeno universo²⁷¹.

Esta elite já não se limita a assumir um papel dominante dentro da sociedade insular, à escala local. Passa a desempenhar cargos de representação do poder central,

²⁶⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 20, doc. 52, ant. 9 de Novembro de 1745; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 22, doc. 81, 12 de Setembro de 1749; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 35, ant. 7 de Janeiro de 1755; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 57, 16 de Dezembro de 1755; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 24, 22 de Outubro de 1756; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 44, 28 de Junho de 1757; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 30, ant. 10 de Julho de 1761; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 50, ant. 18 de Junho de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 52, ant. 28 de Junho de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 10, 28 de Fevereiro de 1764. Ver *supra* 184, 246, 260, 267 e *infra* 300, 333, 336, 339, 363, 377.

²⁷⁰ Natural do Reino. Pai do capitão-mor da vila da Praia, Gabriel Antônio Cardoso. Foi capitão-mor do Forte de S. Veríssimo da Ribeira Grande e primeiro administrador-geral da Fazenda Real e da Companhia do Grão-Pará e Maranhão nas ilhas de Cabo Verde. Faleceu em 1764. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 57, 16 de Dezembro de 1755; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 72, 7 de Maio de 1759; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 13A, 1 de Janeiro de 1760; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 23, 15 de Abril de 1761; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 23, 15 de Abril de 1761; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 24; 26 de Março de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 44, 2 de Setembro de 1764. Ver *supra* 262.

²⁷¹ Ver Jorge Miguel Pedreira, “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII”, *História Social das Elites, Revista Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXVII, nº 116-117, Lisboa, 1992.

quer nas áreas da política e da estratégia militar quer na nova ordem económica, que eram as grandes companhias de comércio. As “famílias” atingiam assim, de direito próprio, a nobilitação e com ela a faculdade de uma ligação directa ao exterior, Reino e Costa da Guiné, pontos de partida originais, sempre presentes na construção de sua identidade.

A hierarquização pela via militar

Mais uma vez se impõe fazer justiça ao grande historiador que foi António Carreira, cuja obra vai encontrando, a cada passo, confirmação e complementaridade na *História Geral de Cabo Verde*. Ao referir-se ao aumento desproporcional de oficiais milicianos e ao descontrolo por parte dos agentes da Coroa sobre a Milícia cabo-verdiana²⁷², o referido historiador afirma no seu estilo virulento: “copiara-se o Brasil, onde os “coronéis” se deviam contar por largas centenas ou mesmo milhares”. Trata-se antes de dois fenómenos paralelos em sociedades de composição e evolução semelhantes, mas cronologicamente desfasadas.

Em 1730, o governador de Cabo Verde, Francisco de Oliveira Grans, apresenta ao rei mapas das companhias de Artilharia, Cavalaria e Nobreza e das guarnições de Artilharia da ilha de Santiago, com seus respectivos oficiais e número de soldados²⁷³.

QUADRO 4
Estrutura da plana do governador

Tenente-general	Ajudante do tenente-general	Sargento-mor da praça	Ajudante da praça	Total
1	2	1	1	5

ESTRUTURA DO REGIMENTO COMANDADO PELO CORONEL JOÃO PEREIRA DE CARVALHO CUJA GUARNIÇÃO SE ENCONTRAVA NA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE NO ANO DE 1730²⁷⁴

QUADRO 5
Oficiais do regimento

	Nomes	Total
Coronel	João Pereira de Carvalho	1
Sargento-mor	Manuel da Costa Coelho	1
Ajudantes	António Cardoso Pascoal Rodrigues Rocha Simão Gonçalves José Rebelo	4
		6

²⁷² Ver *supra* 50, 78.

²⁷³ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730.

²⁷⁴ *Idem*.

QUADRO 6

Estrutura das companhias

Companhias	Capitães	Alferes do mestre	Sargentos	Cabos-de-esquadra	Soldados	Total
Do coronel		Bernardo da Costa	2	4	70	
2ª companhia	Jorge Machado Cardoso	Manuel Mendes	2	4	91	
3ª companhia	Domingos Simões	João da Veiga	2	4	60	
4ª companhia	Filipe Serrão de Bulhões	Simão Gomes de Sequeira	2	4	87	
5ª companhia	Nazário Gonçalves	Miguel Sanches	2	4	63	
6ª companhia	Gabriel Rodrigues	Lourenço Gonçalves	2	4	80	
7ª companhia	Luís Ramos Martins	João Garcias	2	4	65	
8ª companhia	Antônio Pereira da Cunha	Asenço Rodrigues Tavares	2	4	49	
9ª companhia	Filipe Rodrigues Santiago	Não tem	2	4	77	
10ª companhia	Luís Monteiro	Diogo de Spínola	2	4	87	
	9	9	20	40	729	807

QUADRO 7

Estrutura da companhia²⁷⁵ de Cavalos²⁷⁶

Capitão	Tenente	Alferes	Furriel	Soldados	Total
João de Almeida Godinho	Antônio Borges	Antônio de Almeida			
1	1	1	0	20	23

QUADRO 8

Estrutura da companhia da Nobreza

Capitão	Tenente	Alferes	Soldados	Total
Paulo José de Santa Maria	Francisco Tavares de Mendonça	Diogo de Spínola		
1	1	1	13	16

Total de homens alistados no regimento comandado pelo coronel João Pereira Carvalho: 852.

²⁷⁵ Companhia criada com homens brancos vindos da companhia da Nobreza. Idem.

²⁷⁶ Cada regimento tinha ligada a si uma companhia de Cavalaria. Existiam 2 companhias na Ribeira Grande e uma na vila da Praia. Idem.

**ESTRUTURA DO REGIMENTO COMANDADO PELO CORONEL MANUEL FRANCO
DA SILVA CUJA GUARNIÇÃO SE ENCONTRAVA NA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE
NO ANO DE 1730²⁷⁷**

QUADRO 9
Oficiais do regimento

	Nomes	Total
Coronel	Manuel Franco da Silva	
Sargento-mor	Domingos Lopes de Andrade	1
Ajudantes e sargentos-mores	Domingos Sanches Domingos da Veiga Barraza Marcos Gracias Antônio Dias	4
		6

QUADRO 10
Estrutura das companhias

Companhia	Capitão	Alferes do mestre	Sargentos	Cabos-de-esquadra	Soldados velhos	Soldados novos	Total
Do coronel		Pedro da Costa	2	4	36	19	
2ª companhia do capitão	Gaspar Martins	Francisco Cardoso	2	4	24	31	
3ª companhia do capitão	Gregório Nunes	Sebastião Tavares	2	4	20	13	
4ª companhia do capitão	Manuel de Brito do Lago	Fabião de Andrade	2	4	44	40	
5ª companhia do capitão	Diogo Robalo	Antônio Fernandes	2	4	31	9	
6ª companhia do capitão	André Semedo	Escuso em mostra	2	4	20	17	
7ª companhia do capitão	Francisco Álvares	Passou a ajudante	2	4	21	4	
8ª companhia do capitão	Manuel José de Oliveira	Francisco da Silva	2	4	29	21	
9ª companhia do capitão	Francisco da Costa	Manuel Gomes	2	4	52	29	
10ª companhia do capitão	Manuel Tavares	Manuel da Veiga	2	4	40	34	
Total	9	9	20	40	317	217	612

QUADRO 11
Companhia de Cavalos

Capitão	Tenente	Alferes	Furriel	Cabos ²⁷⁸	Soldados velhos	Soldados novos	Total
João Delgado Figueira	João de Matos	Francisco Rodrigues	Francisco Mendes	10	14	32	
1	1	1	1	10	14	32	60

Total de homens alistados no regimento comandado pelo coronel Manuel Franco da Silva: 678.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Os cabos foram repartidos por esquadras para fazerem guardas. Idem.

**ESTRUTURA DO REGIMENTO COMANDADO PELO CORONEL JOÃO DE BARROS
DE SOUSA BEZERRA CUJA GUARNIÇÃO SE ENCONTRAVA NA VILA DA PRAIA
DE SANTA MARIA EM 1730²⁷⁹**

QUADRO 12
Oficiais do regimento

	Nomes	Total
Coronel	João de Barros de Sousa Bezerra	1
Sargento-mor	Antônio de Brito do Lago	1
Ajudantes e sargentos-mores	Sebastião Tavares Nicolau Tavares Pedro Cardoso Francisco Rodrigues Rocha	4
		6

QUADRO 13
Estrutura das companhias

Companhia	Capitão	Alferes do mestre	Sargentos	Cabos-de-esquadra	Soldados velhos	Soldados novos	Total
Do coronel		Tomé Lopes	2	4	36	32	
2ª companhia do capitão	Luís Tavares	Francisco Moreira	2	4	36	54	
3ª companhia do capitão	Francisco Frz de Sequeira	Martinho Ramos	2	4	14	41	
4ª companhia do capitão	André Coelho	Martins Coelho	2	4	27	39	
5ª companhia do capitão	Martinho Afonso de Melo	Jorge Anes Baptista	2	4	14	47	
6ª companhia do capitão	Rodrigo Ribeiro	Passou a ajudante	2	4	20	45	
7ª companhia do capitão	Martinho Rodrigues Soeiro	Fernando Álvares de Gamboa	2	4	20	58	
8ª companhia do capitão	Teodósio Pinto	Luís da Silva	2	4	20	31	
9ª companhia do capitão	Manuel de Oliveira	Luís da Veiga	2	4	13	31	
10ª companhia do capitão	Manuel Martins de Carvalho	Passou a ajudante	2	4	13	30	
11ª companhia do capitão	Antônio Rodrigues da Fonseca	Manuel da Fonseca	2	4	29	40	
Total	10	9	22	44	242	448	775

²⁷⁹ Idem.

QUADRO 14

Companhia de Cavalos ligeira da guarnição da vila da Praia

Capitão	Tenente	Alferes	Furiel	Soldados velhos	Soldados novos	Total
Francisco Rodrigues Soeiro	Belchior Moreira	Manuel Rodrigues da Silva	Manuel Soares	4	33	
1	1	1	1	4	33	41

Total de homens alistados no regimento comandado pelo coronel João de Barros de Sousa Bezerra: 822.

ESTRUTURA DAS GUARNIÇÕES DE ARTILHARIA QUE SERVEM NA FORTALEZA E FORTES DA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE EM 1730²⁸⁰

QUADRO 15

Estrutura da guarnição da Fortaleza Real de São Filipe

Capitão-mor	Tenente	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados velhos	Soldados novos	Total
Cândido de Almeida Spínola	João da Cruz Araújo	Pedro Delgado	0	10	28	18	59

QUADRO 16

Estrutura da guarnição do Baluarte de Santo António

Capitão-mor	Tenente	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados velhos	Soldados novos	Total
Pedro Pereira de Silveira	Luís Pereira de Silveira	0	0	10	32	22	66

QUADRO 17

Estrutura da guarnição do Baluarte de Cavaleiros

Capitão-mor	Tenentes	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados velhos	Soldados novos	Total
Lourenço da Costa Alvarenga	0	0	0	10	28	14	53

QUADRO 18

Estrutura da guarnição do Baluarte de São Veríssimo

Capitão-mor	Tenente	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados velhos	Soldados novos	Total
João Luis da Silva	Vicente de Figueira Mascarenhas	João Rodrigues	0	10	38	25	76

²⁸⁰ Idem.

QUADRO 19

Estrutura da guarnição do Baluarte de São Brás

Capitão-mor	Tenente	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados velhos	Soldados novos	Total
Rodrigo de Silveira	Francisco Furtado de Mendonça	Miguel Correia	0	10	27	11	51

QUADRO 20

Estrutura da guarnição do Baluarte de São Lourenço

Capitão-mor	Tenente	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados velhos	Soldados novos	Total
Mateus Moniz da Silva	Estácio de Araújo	Pedro Vaz	0	10	20	30	63

Total de homens alistados nas guarnições de artilharia da cidade da Ribeira Grande: 368.

Fazendo as contas, podemos ver que, em 1730, as tropas milicianas dispunham em Santiago de um total de 2725 homens.

Pelo censo estatístico feito pelo bispo de Cabo Verde, Fr. José de Santa Maria de Jesus, verifica-se que, no ano de 1727, viviam na ilha de Santiago e eram passíveis de ser arrolados na Milícia 5541 homens, dos quais 169 eram “brancos”, 693 mulatos e 4679 forros²⁸¹. Por estes números constata-se que cerca de metade da população masculina activa estava incorporada nas forças milicianas. Apura-se também que estas forças eram compostas principalmente por mulatos e pretos forros.

Em Maio de 1729²⁸², o governador Francisco Oliveira Grans redigiu uma lista dos oficiais milicianos que se encontravam no activo ou na reforma, descrevendo “a distinção e qualidades de cada um”. O oficial régio explicava que distinguiria a “qualidade” dos homens dessa lista da seguinte forma: Brancos do Reino com as letras B. e R.; Brancos da Terra – B. e T.; Brancos da Terra²⁸³ como do Reino – B. e T. e R.; Brancos Mulatos – B. T. e M.; “Brancos bem procedidos e Homens principais ou seja naturais da terra ou do Reino” – B. R. M.; homens pretos – P.

A articulação desta lista com os quadros acima apresentados ajudar-nos-ão a analisar a situação social e a origem dos homens que compunham as tropas milicianas na primeira metade do século XVIII²⁸⁴.

Vejamus com especial atenção, qual o perfil dos coronéis. O coronel João Pereira Carvalho (BT e M e P – Branco mulato e preto) comandava o regimento principal da cidade da Ribeira Grande (Quadros 5-8). Nasceu em 1686, filho legítimo de Domingos

²⁸¹ Em 1731, o mesmo bispo manda ao rei um novo censo da população das ilhas de Cabo Verde. Nele os homens alistáveis na ilha eram 5542, entre os quais 162 brancos, 701 mulatos e 4679 forros. Isto sem contar os 1354 escravos homens que eram também utilizados na defesa da ilha. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 51, 7 de Outubro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 33, 10 de Maio de 1731.

²⁸² AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729.

²⁸³ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 27, 16 de Abril de 1731.

²⁸⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729 e AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730.

Pereira Corgo, natural de Vila Real. Serviu o rei na ilha de Santiago em praça de soldado, alferes, no posto de capitão de Infantaria e de sargento-mor do terço do coronel Paulo Gomes de Abreu e Lima²⁸⁵ (1716), e coronel de um regimento da cidade da Ribeira Grande em 1718-1730. Pede o hábito de Cristo em 1728. Em 1729, era juiz ordinário da Câmara da Ribeira Grande; no mesmo ano, fez parte da mesa da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago. Terá sido um dos oficiais camarários que escrevem nesse ano, o seguinte, sobre os problemas da câmara: “/.../ não há quem queira servir na Câmara e andamos dez ou doze homens servindo nela como se fossemos proprietários”; em 1732, era nomeado capitão-mor da vila da Praia, no mesmo ano foi provido capitão da praça de Cacheu. Em 1736, ainda era capitão de Cacheu²⁸⁶. Esse coronel é descrito pelo governador como sendo “branco da terra, mulato e preto”.

Manuel da Costa Coelho²⁸⁷, Branco do Reino (B e R), servia de sargento-mor e tinha como seus subalternos nove capitães, dos quais cinco eram pretos e três Brancos

²⁸⁵ Neto de Paulo Gomes de Abreu que morreu na dita ilha de Cabo Verde no ano de 1664 “hindo por Almirante dos 4 navios que naquela ocasião hião para o Estado da Índia”. Filho do reinol João de Sousa de Abreu e Lima que se aprontou a fortificar a vila da Praia à sua custa e foi agraciado com o posto de capitão-mor da dita vila e ocupou também o cargo de capitão-mor da praça de Cacheu. Serviu o rei na ilha de Cabo Verde e praça de Cacheu desde 1684 como soldado, alferes de uma companhia de Infantaria (1687), tenente, capitão-mor da vila da Praia após a morte de seu pai em Cacheu (1691) e da praça de Cacheu. No exercício de tenente como no de capitão-mor da Praia continuou as obras e sustentou os soldados à sua custa por decurso de 3 anos, e passando a praça de Cacheu no ano de 1697 foi nomeado pelo capitão-mor de cabo “de alguma gente para ir castigar o gentio de Farim” e socorrer o capitão-mor de Bissau que se “achava apertado do mesmo gentio”. No ano de 1693, era oficial da câmara da cidade da Ribeira Grande. Em 1706, foi provido no posto de capitão-mor da praça de Cacheu por patente do governador Gonçalo de Lemos Mascarenhas, serviu esse posto até Junho de 1708.

E sendo o rei “/.../ servido ordenar ao governador daquelas ilhas encarregar da manufactura e cultura do anil a hua das pessoas que melhor lhe parecesse de maior inteligência cabedal e verdade e oferecendo-se o suplicante para este ministerio foy Vossa Magestade servido dele fazer promoção de posto de Capitão mor de Cacheu /.../ e por certidões mostra não só ter estabelecido a fabrica de 4 tanques mas cultivado o dito anil e remetido a Casa da Índia em barril de 6 arrobas /.../”.

Em 1710, serve de juiz ordinário mais velho da câmara/governo e, como tal, ocupa o posto de tenente-general e governador das armas. Em 1711, foi de novo provido na capitania de Cacheu. Em 1717, recebeu confirmação régia da patente de coronel de Infantaria de um regimento da guarnição da cidade da Ribeira Grande que vagou por “deixação” que fez António de Andrade Figueira. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 80, 2 de Junho de 1687; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 148, ant. 30 de Julho de 1693; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 29A, 1 de Junho de 1703; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 45, 7 Janeiro de 1707; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 57, 15 de Julho de 1710; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 59, 26 de Agosto de 1710; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 136, 7 de Dezembro de 1711; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 89, ant. 27 de Julho de 1716; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 91, ant. Junho de 1717; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 10, ant. 3 de Junho de 1728.

²⁸⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 10, ant. 3 de Junho de 1728; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 31, 26 de Abril de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 37, 3 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 77, 19 de Junho de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 16, doc. 40, 5 de Outubro de 1736. Ver *supra* 274 e *infra* 324.

²⁸⁷ Serviu ao rei quinze anos em praça de soldado infante, soldado de cavalo da companhia da guarda, alferes. Chegou a Santiago, em 1727, da Costa da Guiné onde serviu de feitor de Cacheu. Foi

da Terra. Os alferes desse regimento eram, na sua maior parte, homens pretos (quatro).

A companhia de Cavalos desse regimento era comandada pelo capitão João de Almeida Godinho²⁸⁸, descrito como sendo “branco bem procedido e homem principal ou seja natural da terra ou do Reino” (B e RM e P). A companhia da Nobreza tinha como capitão-mor Paulo José de Santa Maria²⁸⁹. Feitas as contas podemos dizer que, além dos soldados que na sua maioria eram forros, o regimento do coronel João Pereira de Carvalho tinha nas suas fileiras trinta e um oficiais milicianos entre os quais um Homem Branco do Reino, cinco Brancos da Terra e 12 oficiais pretos.

O segundo regimento (Quadros 9-11) da cidade tinha como coronel o “branco bem procedido, mulato e preto” (B e RM e P), Manuel Franco da Silva²⁹⁰, que em 1728 esteve envolvido na morte do ouvidor Sebastião Bravo Botelho. Era casado com D. Margarida Pedrosa de Andrade, natural da ilha de Santiago, e teve com ela seis filhos. Foi administrador dos bens (entre os quais três capelas, uma nos “Picos da Casa”, outra nos Flamengos e outra na Furna) herdados por sua mulher de seu pai o capitão de Cavalos João Barbosa Barros²⁹¹. Faleceu em 1732 e foi enterrado a 15 de Agosto na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da cidade da Ribeira Grande.

nomeado pelo governador Oliveira Grans no cargo de sargento-mor do regimento de João Pereira de Carvalho. Em 1730, foi procurador e tesoureiro da Câmara da Ribeira Grande. Faleceu dois anos depois. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 61, 21 de Outubro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 46, ant. 18 de Setembro de 1731; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 78, 20 de Junho de 1732.

²⁸⁸ Nasceu em 1694, morador na Ribeira Grande. Serviu de capitão de uma companhia de Infantaria (1722). Foi nomeado por patente do governador António Vieira no cargo de capitão de Cavalos da companhia da guarda da cidade. Em 1727 fez parte da mesa da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago, vereador da câmara em 1730, de juiz ordinário dois anos depois. Em 1738, 1743 e em 1746, serviu de juiz mais velho. Nesse último ano ele já era coronel e servia de ouvidor-geral e provedor interino da Fazenda Real. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 89, 22 de Junho de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 36, 17 de Setembro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 37, 3 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 78, 20 de Junho de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 56, 11 de Agosto de 1734; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 41, 11 de Outubro de 1738; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 19, doc. 3, 14 de Janeiro de 1743; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 19, doc. 35, 18 de Setembro de 1743; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 21, doc. 4, 22 de Março de 1746.

²⁸⁹ Em 1727 assina uma representação da Câmara da Ribeira Grande e mais moradores pedindo a recondução do ouvidor Sebastião Bravo Botelho. Serviu como capitão de Infantaria de uma companhia do regimento de João Pereira de Carvalho. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 2, 30 de Junho de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729.

²⁹⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 8, 30 de Maio de 1728; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 103, 30 de Setembro de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 41, 30 de Janeiro de 1734. Ver *infra* 297, 328.

²⁹¹ Em 1687, ofereceu-se para reconstruir o Forte de Santa Marta que se encontra arruinado. Disse estar disposto a gastar mais de 1 conto de réis, “/.../ e the a de montar a artilharia, e fazer casas para o alojamento dos soldados /.../”. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 82, 4 de Junho de 1687; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, p. 93 (1640-1750), Lisboa, 1899. Ver *supra* 200.

Neste regimento miliciano, encontramos também o capitão de Cavalos João Delgado Figueira²⁹², natural do Reino, cavaleiro-escudeiro fidalgo da Casa Real. Casado em Santiago com uma filha da terra tornou-se num dos homens principais da ilha. Ele é descrito pelo governador Oliveira Grans como sendo “branco bem procedido e homem principal ou seja natural da terra” (B e RM e P).

O regimento que fazia guarnição na vila da Praia de Santa Maria (Quadros 12-14) era comandado pelo “branco bem procedido, homem principal ou seja natural da terra ou do Reino e preto” (B e RM e P), o coronel João de Barros de Sousa Bezerra. Nos anos de 1726, 1727 e 1736 serviu de vereador da Câmara da Ribeira Grande; em 1729, era coronel do regimento que fazia guarnição na vila da Praia; em 1731, era coronel de um regimento da Ribeira Grande; em 1732, foi nomeado pelo governador para o cargo de capitão-mor da vila da Praia, que expôs da seguinte forma a razão dessa nomeação: “porque os soldos que eles vencem alem de serem limitados raras vezes os cobrão por causa de serem poucos os rendimentos da alfândega. São homens nobres e brancos e como aquela villa continuamente estão chegando navios assim de guerra como mercantes de todas as nações e estas ilha se acha exaustas de gente branca e em semelhante lugar por respeito dos estrangeiros esta melhor haver um capitão mor branco que preto ou mulato”. Faleceu a 20 de Agosto de 1738 de um “contagio que houve na terra”²⁹³.

²⁹² Serviu o rei na ilha de Santiago de alferes de cavalo na companhia da Nobreza, de capitão de uma companhia de Infantaria da guarnição da Ribeira Grande e de capitão de Cavalos da mesma cidade. Foi almoxarife da Ribeira Grande e oficial da câmara (1729). Em 1732 serve de tesoureiro e procurador da câmara. Um ano depois ocupa o cargo de capitão da companhia da Nobreza e de irmão da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande. Serve também de escrivão da gente de guerra e da Fazenda Real das ilhas de Cabo Verde. Em 1736, foi nomeado pela câmara feitor da praça de Cacheu. Três anos depois voltou à ilha de Santiago e pediu para lhe ser restituído o posto de capitão de Cavalos já que, enquanto esteve em Cacheu, a câmara nomeou outro no seu lugar. O pedido foi-lhe negado porque “indo qualquer oficial militar por feitor para a praça de Cacheu nunca foi exercer com retenção de seu posto que logo que se hião deste porto se provia o posto como vago”. Foi juiz e vereador mais velho com posse dada por António Barros Bezerra de Oliveira; procurador do concelho em 1750; juiz ouvidor por ausência de Francisco Xavier de Araújo e governador das armas por morte de António Faria d'Eça (1751). Em 1754, ocupa o posto de comissário-geral da Cavalaria. Cunhado do governador Luís António da Cunha d'Eça (1753). Em 1757, foi nomeado capitão-mor da vila da Praia, posto que ocupava ainda em 1761. Faleceu em 1762. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 42, ant. 3 de Outubro de 1725; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 36, 17 de Setembro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 31, 26 de Abril de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx.13, doc. 43, 9 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 78, 20 de Junho de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 15, 10 de Junho de 1733; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 17, post. 15 de Junho de 1733; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 16, doc. 17, 23 de Novembro de 1735; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 54, ant. 23 de Fevereiro de 1739; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 35, ant. 7 de Janeiro de 1755; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 23, doc. 2, 29 de Janeiro de 1750; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 58, 25 de Dezembro de 1755; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 43, 1755; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 52, ant. 10 de Novembro de 1757; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 22, 14 de Abril de 1761. Ver *infra* 354.

²⁹³ João de Barros de Sousa Bezerra serviu desde 1715 continuamente em praça de soldado, alferes do coronel, capitão de Infantaria do coronel João Pereira de Carvalho, tenente-general do regimento que fez guarnição na vila da Praia, de coronel de um dos regimentos que fazem guarnição da cidade da Ribeira Grande. Durante o seu serviço “/.../ prendeu o capitão Nicolau Rodrigues sequestrando

A companhia de Cavalos da vila era comandada pelo capitão de Cavalos Francisco Rodrigues Soeiro²⁹⁴, designado pelo governador por branco da terra (B e T) e pelo tenente Belchior Moreira²⁹⁵, "branco da terra-mulato" (B e T M).

A fortaleza real e os quatro baluartes (Quadros 15-20) eram comandados por capitães-mores, que faziam parte do grupo de moradores que eram chamados de brancos da terra. Eram secundados por tenentes, filhos da terra. Por exemplo, comandava a guarnição da Fortaleza de São Filipe, Cândido de Almeida Spínola, membro de uma das mais velhas e nobres famílias cabo-verdianas²⁹⁶. Nasceu na ilha de Santiago por volta de 1698. Serviu o rei na ilha de Santiago desde muito novo em praça de soldado infante e de cavalo na companhia da Nobreza; de alferes de Cavalaria; de capitão e sargento-mor de Infantaria do terço do coronel Manuel Franco

os seus bens, gados que andavam espalhados, escravos que andavam ausentes; sequestrou também os bens do capitão Manuel Tavares e do coronel Franco da Silva fazendo muitos gastos com os soldados que com estas diligências levaram morrendo-lhe 5 escravos que pela falta de sua assistência e contágio que naquele tempo havia como andava correndo toda esta ilha em partes mui distantes lhe não pode assistir /.../. Em 1733, foi irmão da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 60, ant. 14 de Março de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 12, ant. 22 de Fevereiro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 1, 15 de Junho de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 36, 17 de Setembro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 6, 5 de Maio de 1728; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 77, 19 de Junho de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 111, ant. 20 de Novembro de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 88, 12 de Junho de 1733; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 17, post. 15 de Junho de 1733; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 16, doc. 52, 31 de Outubro de 1736; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 41, 11 de Outubro de 1738; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 56, 10 de Março de 1739.

²⁹⁴ Já servia de capitão de Cavalos da companhia de Cavalaria da guarnição da vila da Praia em 1727 por patente do senado da câmara. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 36, 17 de Setembro de 1727.

²⁹⁵ Em 1726 assina uma petição do senado da câmara e da nobreza e povo da ilha de Santiago, pedindo a recondução de Sebastião Bravo Botelho no cargo de ouvidor-geral das ilhas. Três anos depois servia de tenente da companhia de Cavalos da vila da Praia. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 65, 25 Abril de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729.

²⁹⁶ Esta família aparece na documentação como Espínola ou Spínola. É oriunda da ilha do Fogo, já que o primeiro membro dessa família foi António de Espínola que, em 1513, era almoxarife da ilha do Fogo. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, L.º 42, fl. 118 v.; HGCY, *Corpo Documental I*, Lisboa, 1988, doc. 82, 4 de Agosto de 1513, p. 227.

Em 1594 serve na Milícia da ilha de Santiago, com suas armas e cavalos, Dominico Espínola de Sequeira, natural de Cabo Verde. IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e Legitimações*, L.º 6, fl. 188 v., D. 2, 8 de Janeiro de 1594.

Em 1669, era vigário-geral na ilha de Santiago o cônego Sebastião de Spínola. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 34, 9 de Outubro de 1669.

João de Spínola Veiga foi vereador da vila da Praia em 1688 e vereador mais velho da Câmara da Ribeira Grande, em 1692. Um ano depois, ainda era oficial da câmara da cidade, exercendo o cargo de tesoureiro e procurador. Nesse ano ocupava também o posto de sargento-mor das ilhas. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 141, 28 de Maio de 1692; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 148, ant. 30 de Julho de 1693.

Em 1698, assina um termo escrito na Câmara da Ribeira Grande, Apolinário da Veiga Spínola. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 8, doc. 87, 20 de Julho de 1698.

da Silva²⁹⁷, da guarnição da Ribeira Grande. Em Outubro de 1727, chega a Santiago vindo da Costa da Guiné, onde serviu de escrivão da Fazenda Real. Um ano depois, foi nomeado para o cargo de capitão-mor da Fortaleza de São Filipe com patente do governador Francisco Manuel da Nóbrega Vasconcelos. Aos trinta e cinco anos (1733), já era coronel de um dos regimentos que fazia guarnição à cidade e era composto por 617 homens. Serviu duas vezes de juiz ordinário da Câmara da vila da Praia e, por ser o coronel mais antigo, foi eleito pela câmara governador das armas das ilhas de Cabo Verde. Em 1738, foi provido pela Câmara da Ribeira Grande no cargo de capitão-mor da vila da Praia “/.../ por ser pessoa de valor e de antiga nobreza, e abastado de bens e de serviços, apesar de ser um dos juizes do senado /.../”. Foi casado com D. Angélica Rodrigues da Fonseca²⁹⁸.

A reconstituição possível da biografia dos oficiais da Milícia acima feita, embora com lacunas, teve como objectivo, mais do que definir a tipologia deste grupo profissional, demonstrar a presença dos filhos da terra em todas as áreas do poder político, económico e, principalmente, militar, das ilhas. O controlo que a elite endógena teve sobre todas as esferas da vida insular fez dela, na época por nós estudada, dependendo das circunstâncias, por vezes uma aliada preciosa e, outras, uma inimiga temível dos representantes da Coroa no arquipélago. Os homens poderosos posicionaram-se, nessa época, estrategicamente, ante o governador e o ouvidor-geral, dependendo dos interesses económicos e políticos do momento e das personalidades com quem deviam dialogar.

Cotejando as informações fornecidas pelos mapas das companhias da Milícia com as colhidas em outra documentação dispersa, pode-se também constatar um imbricamento racial de tal ordem que não só o conceito de “branco” mas também o de “preto” têm uma conotação muito indefinida para os próprios contemporâneos. Parece que “branco” ou “preto” não são cores, mas categorias sociais. Pode ser enquadrado na categoria de branco quer o indivíduo de raça branca propriamente dito, quer o mestiço, quer ainda o negro. Mas também pode ser enquadrado na categoria de negro o indivíduo mestiço de elevada categoria social, igualmente chamado de “branco”. O coronel João Pereira de Carvalho, filho legítimo de Domingos Pereira Corgo (branco do Reino), é apresentado como branco da terra, mestiço e preto. Um mesmo indivíduo integrava toda a escala de coloração, o que parece ser a representação, ao nível individual, de uma sociedade desligada das suas origens que ainda não se sabe identificar a si própria e está tentando utilizar referências desactualizadas, anteriores à fusão étnica ocorrida no cadinho insular.

²⁹⁷ Ver *supra* 290 e *infra* 328.

²⁹⁸ O seu filho, Manuel Fidalgo de Almeida, serviu, em 1765, de sargento-mor da cidade da Ribeira Grande. Em 1774 e 1787, serve de sargento-mor da praça da ilha de Santiago um certo Cândido de Almeida Spinola. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 61, 21 de Outubro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 78, 20 de Junho de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 89, ant. 24 de Agosto de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 56, 11 de Agosto de 1734; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 16, doc. 17, 23 de Novembro de 1735; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 16, doc. 55, 1736; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 41, 11 de Outubro de 1738; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 25, ant. 5 de Outubro de 1765; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Correspondência com Guiné e Ilha de Santiago*, AG/598, doc. 109, fl. 49 v., 26 de Abril de 1787.

Na visão de um dos poucos brancos do Reino, o letrado e forasteiro ouvidor-geral Sebastião Barros Botelho, a população da ilha de Santiago, em 1724, consistia “em 30 homens brancos”, alguns deles de Portugal, embora “poucos e ruins por ser gente que a desgraça, ou pobreza ou infâmia aqui lançou”; abaixo destes existem uns homens pretos a que chamam brancos “por andarem calçados” e terem sua fazenda; tudo o mais são “escravos e pretos vadios que não tem mais fazenda que zagaia, bacarmates, pistolas e espadas”. No mesmo documento, o oficial régio diz existir em Santiago “um sem número de capitães, tenentes e alferes de infantaria e cavalaria, condestáveis e artilheiros, porque todos o são ou querem ser”. Entre eles os mais dos brancos são mulatos “a que aqui chamam brancos”.

Opinião idêntica tem o ouvidor-geral José da Costa Ribeiro, seis anos mais tarde, que, reportando-se às ilhas de Santo Antão e São Nicolau, diz que praticamente “não há homens brancos do Reino, e sim brancos da terra como cá lhes chamam e propriamente sejam mulatos, e muitos pretos”. Face a esta situação, o ouvidor é de opinião que o rei deve contar com os meios humanos disponíveis para a estruturar, nas ilhas acima referidas, as câmaras e a Milícia à semelhança do que já acontecia em Santiago onde, segundo o próprio, não havia excepção “/.../ deste género de brancos da terra para servirem na Republica, tanto na Câmara da vila da Praia como na desta cidade pois muitos deles ocupam os tais cargos e principalmente os oficiais da justiça e fazenda e ainda pretos, como são os guardas da alfândega procuradores do auditório, carcereiro, porteiro para além de que o mesmo sucede nas ordenanças aonde há muitos capitães, alferes, tenentes, ajudantes pretos e não é muito que sendo da mesma cor todos os soldados descalços e sem camisa, que um que a veste e se calça quiçá na ocasião que vem a guarda seja seu capitão e a razão de tudo isto é por não haver outros para ocupar os postos, cargos e officios a que já de mais tempo a esta parte dizem acontece, e virá pelo tempo futuro ainda pior porque mortos os 40 ou 50 homens brancos que há na ilha, e a maior parte destes de mais de 50 anos, que assistem por fora nas suas fazendas virão a ser todos os officios ocupados por pretos e nem destes hoje é já povoada a cidade porque só nela assistem os cônegos”.

Pelo exposto conclui-se que, por esta altura nas ilhas, praticamente não há brancos reinóis, mas o imaginário mantém ainda associada a imagem do branco ao elevado estatuto social e à situação económica abastada do individuo. Por conseguinte, tanto o mulato como o negro podem ter a categoria de brancos, bastando neste caso que possuam cabedal suficiente ou estatuto social que assim o justifique. Em suma, são os homens da governança. É curioso notar, por exemplo, que nos postos de chefia da milícia todos são chamados de brancos. Cruzando as informações apuradas, no entanto, que alguns dos titulares dos principais postos da milícia, mencionados como brancos (quando não se trata de brancos do Reino), são em rigor mulatos ou mesmo negros.

Dependendo dos contextos, a designação da cor da pele dessa elite parece variar, criando dificuldades quanto à definição da sua identidade. A nível interno tudo leva a crer que, na altura, era politicamente correcto tratar os principais moradores como brancos, independentemente da sua cor. Prova disso é o facto de se terem agravado do governador Francisco Manuel da Nóbrega Vasconcelos por este os ter chamado de “mulatos”.

Na verdade, tinha-se encontrado uma fórmula para caracterizar os membros da elite. Eles já não eram apenas “filhos da terra”. Para evitar melindres surgira a designação de “branco da terra”, seguida do qualitativo mulato e/ou preto. É o que prudentemente faz o governador Francisco Oliveira Grans ao elaborar o mapa das companhias²⁹⁹, no qual só usa a designação de preto nos escalões mais baixos. Em 1756, António de Barros Bezerra de Oliveira³⁰⁰, cavaleiro da Ordem de Cristo e ouvidor interino das ilhas de Cabo Verde, queixa-se ao rei do seu antecessor, João António da Silveira e Sampaio, por este ter faltado ao respeito aos “homens da governança” quando os apelidou a todos na audiência “/.../ com palavras injuriosas que vão desde o soldado ao coronel, alguns dos quais com o hábito de Cristo. Chama-lhes ladrões, negros e mulatos; diz que as cores dos brancos da terra lhes vêm dos pais que foram criados de bispos, ouvidores e governadores e que pelas mães descendem do gentilismo da Guiné”.

O que é preciso não esquecer é que quem vê na elite “mulatos, negros, filhos de criados e descendentes de gentios de Guiné” são os oficiais régios, estranhos à sociedade. A elite, os homens da governança, vê-se branca e nobre. E não será excessivo concluir que outros estratos da população a veja também como tal. O próprio governador Oliveira Grans, que parece compreender esta complexidade, ao caracterizar um indivíduo de “branco da terra como do Reino” ou outro como “branco da terra, mulato e preto”, não está mais que a colocar-se na posição dos vários observadores. O primeiro caso é, evidentemente, de raça branca, mas nasceu na colónia: é um branco de segunda classe, como seriam muito mais tarde classificados pela metrópole os brancos nascidos nas colónias. O segundo é necessariamente mestiço e pertencente à elite. Mas porquê “preto”? Ele é branco aos olhos da sociedade cabo-verdiana. É mulato para o governador, que vem de fora, de um império de muitas e variadas gentes e compreende a especificidade do meio. Para quem é este indivíduo ou este tipo de indivíduos considerado “preto”? É o próprio governador, quando é preciso seleccionar alguém para o cargo de capitão-mor da vila da Praia, quem nos esclarece. O posto deve ser provido num homem branco que tenha cabedal para que possa receber em sua casa os estrangeiros e “/.../ porque vem capitães de Naos de guerra personagens muito soberbos, e duvidão a sentarem-se diante deles os pretos, que os pretos ou pardos pera elles tudo são negros /.../”. Sebastião Gomes Noia³⁰¹,

²⁹⁹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729.

³⁰⁰ Ver *supra* 184, 246, 260, 267, 269 e *infra* 333, 336, 339, 363, 377.

³⁰¹ Nasceu em Santiago, em 1687. Filho do capitão Martinho da Rocha e de Maria Gomes, ambos naturais da ilha de Santiago. Serviu o rei na ilha de Santiago à sua custa com armas e escravos desde 1701 em praça de soldado infante. Em 1703, foi nomeado no cargo de alferes de Infantaria do terço do coronel João Nunes Castanho. Cinco anos mais tarde foi provido capitão de Infantaria da guarnição da cidade da Ribeira Grande. Em 1709, serve de soldado da Cavalaria. Em 1717, foi nomeado pelo governador Serafim Teixeira Sarmento de Sá para o posto de capitão-tenente da guarnição da vila da Praia. Em 1731, foi-lhe passada patente pelo governador Oliveira Grans, de coronel de um regimento da guarnição da mesma vila. Um ano depois, é nomeado almoxarife da ilha. Para os oficiais da câmara de 1738 ele era um dos nobres da ilha. Em 1743, foi arrendatário da Capela de Chuva-Chove. Em 1755, este oficial miliciano já aparece na documentação como falecido. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 56, 10 de Março de 1739; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 35, 7 de Junho de 1731; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 51, ant. 12 de Janeiro de 1739; AHU, *Cabo Verde*.

pretendente ao cargo de capitão-mor da vila da Praia, embora sendo nobre, coronel do regimento e juiz da vila da Praia, seria sempre um negro para os "personagens soberbos" da corte de Lisboa³⁰².

Embora a cor da pele não constituísse *de per si* entrave à assumpção de quaisquer cargos nas ilhas, não se pode inferir a partir daí que os preconceitos raciais estivessem erradicados da sociedade insular³⁰³. Em alguns casos, o facto de se ser branco é apresentado como uma mais-valia, enquanto ser negro constitui um *handicap*, mas nas ilhas não havia condições para que a triagem fosse feita com base em critérios puramente raciais. Reconhece-se a conveniência que a companhia da Nobreza e a da guarda do governador sejam compostas por brancos do Reino, mas ante a rarefacção destes, chega-se à conclusão que serão "os brancos da terra" a preencher os lugares.

A elite cabo-verdiana recupera poder e estatuto: as chefias militares, os cargos camarários e judiciais, a hierarquia eclesiástica, os títulos de nobreza são propriedade dos seus membros. Mas a sua posição não é sólida, mesmo quando, ou talvez porque, não aceitam a ordem colonial estabelecida e a anulam na pessoa dos seus representantes.

Da autogestão ao impacto colonial

O crescendo dos "Coronéis": casos paradigmáticos

Um dos fenómenos constantes que podemos verificar no período por nós analisado era a confrontação permanente entre os governadores e os ouvidores-gerais, isto é, a própria presença do poder da metrópole estava enfraquecida, porque dividida. Nesse quadro, apesar da elite local se posicionar, muitas vezes publicamente, do lado dos ouvidores, eram estes oficiais da justiça e da fazenda (não esqueçamos que os ouvidores eram também provedores da Fazenda Real e dos defuntos e ausentes) que mais incomodavam os interesses económicos dos poderosos das ilhas e, por isso, foram eles, os agentes régios, eliminados com uma frequência significativa.

O governador Francisco de Oliveira Grans, respondendo à pergunta porque é que os moradores têm mais respeito pelos ouvidores-gerais do que pelos governadores, explicou que era "porque todos temem que eles os avexem, a uns pellos crimes, a outros pelos testamentos não cumpridos /.../ outros pelas capelas /.../ e por

Papéis Avulsos, cx. 19, doc. 3, ant. 14 de Janeiro de 1743; AHU, *Cabo Verde*, *Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 43, 1755.

³⁰² AHU, *Cabo Verde*, *Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 56, 10 de Março de 1739.

³⁰³ Chega-se à conclusão que o problema da identidade do cabo-verdiano tem raízes remotas, revelando ainda hoje contornos pouco claros para muita gente. Se para a elite cabo-verdiana do século XVIII era motivo de melindre ser chamado de "preto ou mulato", passados séculos persiste ainda a problemática de o cabo-verdiano se assumir ou não como africano. Junto com o colega Ilídio Baleno temos em mente a elaboração, num futuro muito próximo, de um trabalho onde iremos aprofundar este tema.

estas razões seguem sempre a parcialidade do ouvidor e se elle he mal inclinado logo que lhe conhecem o génio lho fomentam e depois de servidos desdizem tudo o que disserão e fizerão dizendo lhes fizerão fazer a força. Com os governadores têm menos que lisonjear porquanto (se) os acusem, hé por huma guarda ou por huma diligencia que lhes não tira dinheiro e em se vendo favorecidos de hum, e elles inimigos, nesse caso entram com tantos enredos /.../ dizendo mentiras a hum e não fazendo caso do outro³⁰⁴.

O ouvidor-geral Inocêncio Alves da Silva diz, em 1746, que “/.../ na classe dos lugares se reputa o de corregedor das ilhas por morgado dos Bacharéis, e esta por inferno delles, não só pelo mau clima, mas pelas injustiças que aqui têm padecido /.../”³⁰⁵.

Para o ouvidor João Gomes Ferreira, a inimizade entre os dois agentes régios era devida à baixa posição social dos governadores que, segundo ele, “não tinham sequer a qualidade de moço fidalgo da casa real e os postos de alguns eram de alferes, tenente ou capitão” quando os ouvidores-gerais eram “togados por mercê de D. José I (1714-1777) e com posse na Relação e Casa do Porto”. Na verdade, vêm de longe as reclamações da elite cabo-verdiana sobre a falta de qualificação dos agentes régios que a metrópole lhes enviava³⁰⁶.

A história de Cabo Verde dos séculos XVII e XVIII está repleta de levantamentos, motins e assassinatos de oficiais régios, principalmente daqueles que ocupavam os cargos de ouvidores-gerais e provedores da Fazenda Real. Estes factos tendem a ser tratados pela historiografia com algum relevo, dada a violência, as posições de força, os rasgos de audácia, o teatro de guerra, que acabam por se instalar durante os levantamentos. Como exemplo, não podemos deixar de descrever rapidamente os casos mais graves ocorridos, um, no século XVII, outro, no século XVIII. Um, com os oficiais camarários, outro, com a Milícia:

1º – Em 1661, o governador Francisco de Figueiroa teve um grave litígio com os oficiais da Câmara da Ribeira Grande³⁰⁷ que se negaram a acompanhá-lo à igreja no dia de Santa Isabel, como sempre fora costume. Segundo António Galvão, governador de Cabo Verde, que, chegando à ilha, fez uma devassa sobre esse caso, em 1662, o povo da Ribeira Grande tinha “/.../ por maior brasão da vida a cerimónia da sua bandeira e estão postos em costume de tempos muito antigos que os governadores lha acompanhem; os dias das festas e procissões Reais e sentem tanto esta pertinência que mais depressa deixarão morrer o filho, e a mulher e perdendo toda a sua fazenda que perder esta pertinência, a qual dizem elles que se acostumou desde que se povoou a terra /.../”³⁰⁸. Segundo este antigo costume, os cidadãos e oficiais da câmara iam

³⁰⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 33, 28 de Abril de 1729.

³⁰⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 21, doc. 17, 28 de Setembro de 1746.

³⁰⁶ Sobre a nomeação de governadores para Cabo Verde ver o já atrás citado capítulo de Zelinda Cohen, neste volume.

³⁰⁷ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, pp. 38-39.

³⁰⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 140, 25 de Junho de 1663.

buscar os governadores a sua casa e todos juntos iam à casa da câmara, de onde saía o juiz ordinário mais velho com a bandeira e se punha ao lado do governador para seguirem assim para a igreja. Da mesma forma tornava a bandeira à câmara, indo depois os oficiais camarários acompanhar o governador à sua morada. Segundo Antônio Galvão, isso foi possível enquanto as ilhas eram governadas por corregedores e por capitães-mores que ocupavam o cargo de presidentes das câmaras e, por isso, acompanhavam a bandeira do concelho, que também era a deles. A Francisco de Figueiroa, esse costume ancestral, que obrigava o governador a ir “buscar um pendão do conselho”, pareceu pouco digno para um homem a quem o rei deu o título de capitão-geral, cargo tão importante que o vai buscar a sua casa uma companhia “com seu capitão e ordenança com bandeira tendidas e tocando caixas a fazer-lhe guarda a sua porta: e esta bandeira sendo real se lhe abate quando sai”. Mas para os moradores da ilha esse acto de agravo a seus costumes foi tomado como desprezo à sua República, o que fez com que decidissem que, se os governadores se negassem a acompanhar a bandeira da câmara, eles também não tinham a obrigação de fazer a “cortesia” de o escoltar. Quando os oficiais camarários se negaram a acompanhar o governador a sua casa, este mandou prender o sargento-mor da ilha de Santiago e provedor da Fazenda Real, Pedro de Barros³⁰⁹, e ao juiz ordinário, sargento-mor Manuel Fidalgo da Costa³¹⁰. Esta decisão do governador fez com que o senado mandasse fazer pregão para que se ajuntassem todos os cidadãos na casa da câmara a fim de se tomar uma resolução sobre a questão da bandeira. Neste caso foi o ouvidor-geral, Manuel da Costa Palma, que serenou os ânimos, evitando que se juntasse o povo e eclodisse um motim o que, segundo o governador Galvão, sucedia “em semelhantes ajuntamentos populares sobre semelhante matéria e com gente quase toda preta endêmica e de pouca razão”. Qual era o controlo da elite sobre esta “gente quase toda preta endêmica e de pouca razão”? Quem podia dominar um motim após ter deflagrado?

³⁰⁹ Nasceu em 1604, no Reino. Chegou à ilha de Santiago em 1618. Em 1634, serviu o posto de capitão de uma companhia de Ordenança. Em 1649, ocupou o cargo de sargento-mor da ilha de Santiago. Em 1651, fez parte da Câmara da cidade da Ribeira Grande e como sargento-mor achou que lhe cabia governar após a morte do governador das ilhas. Em 1652, foi preso a mando do governador Jorge Mesquita de Castelo Branco, por ter juntamente com outros vizinhos pedido ao rei uma sindicância aos actos do dito governador e sua substituição no cargo. Em 1661, foi nomeado no cargo de provedor da Fazenda Real. Faleceu em 1667. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 4, 6 de Outubro de 1649; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 84, 1 de Fevereiro de 1658; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 97, 24 de Março de 1661; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 116, 16 de Agosto de 1661; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 140, 25 de Junho de 1663; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6, doc. 22, 14 de Junho de 1667; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 129, 24 de Abril de 1677; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, pp. 17, 21, 37.

³¹⁰ Natural da ilha de Santiago, nasceu em 1603. Em 1649, 1655, 1661 e 1663, serviu de oficial da Câmara da Ribeira Grande. Em 1712, aquando do ataque dos franceses à ilha de Santiago, era capitão-tenente do Forte de São Brás. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5, doc. 35, 15 de Setembro de 1655; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 138, 25 de Junho de 1663; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 5A, doc. 140, 25 de Junho de 1663.

2º – Na segunda década do século XVIII houve vários conflitos sociais em Santiago³¹¹ que resultaram em levantamentos e acções contra os oficiais representantes da Coroa nas ilhas³¹².

O ouvidor-geral, Brás Brandão de Sousa, foi incumbido de fazer uma devassa contra o capitão-mor da vila da Praia, João Nunes Castanho³¹³, que chefiara o levantamento da praça dessa vila, em 8 de Setembro de 1719, contra o governador. O oficial da justiça, numa carta dirigida ao rei, toma o partido dos moradores, explicando que eles sofreram com as muitas ofensas que o governador lhes fazia e, por isso, “já desrespeitados tinham dezamparado as suas cazas em que vivião na cidade, e tinham hido viver dentro da ilha com suas famílias para por este modo se livrarem das perturbações que o governador lhes estava fazendo”. E porque não era fácil, segundo o ouvidor, achar-se naquela ilha quem deponha e diga a verdade contra os homens poderosos, tentou informar-se sobre o caso com os cônegos e vigários do termo da vila da Praia.

Estes religiosos contaram ao ouvidor que quando o governador quis destituir do cargo de capitão-mor da vila da Praia João Nunes Castanho para nomear no seu lugar Pedro Cardoso do Amaral³¹⁴, o dito capitão-mor replicou que havia de morrer

³¹¹ Sobre a situação económica e social da ilha de Santiago no início do século XVIII, ver Daniel A. Pereira, *A situação da ilha de Santiago no 1º quartel do século XVIII*, Gráfica do Mindelo, Lda., S. Vicente, 1984.

³¹² Sobre esse tema ver António Carreira, “Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, nº 16, Lisboa, 1985.

³¹³ Em 1703, era capitão de uma companhia que fazia guarnição na cidade da Ribeira Grande. Em 1712, tinha o posto de comissário-geral e fazia parte dos oficiais milicianos que ficaram com o governador durante o ataque do general francês Cassard à ilha de Santiago. Foi acusado pelo capitão João Freire de ser “homem rico e fascinoroso” e de ter mandado matar seu filho, Luís de Palma, na freguesia de S. Domingos (1707). Mas como o juiz ordinário era seu amigo, não foi inculcado. O ouvidor das ilhas, incumbido pelo rei de fazer a devassa sobre o caso, foi a S. Domingos. Teve uma desilusão já que esperava que S. Domingos fosse uma povoação, mas era, segundo este oficial régio, nesse tempo “/.../ apenas uma ribeira com distância os moradores uns dos outros (num raio) de um tiro ou dois de bala e os mais vizinhos que eram seis ou sete e os mais com huma tal distancia que de meio quarto de légua the o fim da freguesia faz distancia de mais de légua /.../”. Por isso foi-lhe impossível tirar a devassa de 30 testemunhas nesta freguesia e o mesmo succedeu nas mais freguesias por “/.../ não haver nesta ilha povoações juntas; fora a cidade e a vila da Praia, tudo o mais são ribeiras /.../”. Em 1717, João Nunes Castanho serviu de capitão-mor da vila da Praia e já tinha desavenças com o governador ao ponto do rei mandar prendê-lo por alguns dias e obrigá-lo a voltar de novo a fazer preito e homenagem ao mesmo governador. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 27, Janeiro de 1713; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 76, 17 de Fevereiro de 1713; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 92, 6 de Abril 1718; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 52, ant. 22 de Fevereiro de 1739.

³¹⁴ Nasceu em 1697 na ilha de Santiago. “Pessoa da mais conhecida nobreza da ilha por si seus pais e avos que todos servirão a esta coroa em postos muito honrosos assim na da Milícia assim como da republica /.../”. Cunhado de João Pereira de Carvalho e tio de António de Barros Bezerra de Oliveira. Ele serviu o rei em Santiago, desde 1713, em praça de soldado “infante e tenente de cavalos e de sargento mor das ordenanças desta cidade”. Foi acusado pela viúva do governador António Vieira de ter mandado assassinar, às pedradas, seu marido por negros encapuçados (5 de Junho de 1724). A mesma viúva queixa-se também que este morador mandou açoitar seu filho, o capitão-mor do Forte de S. Veríssimo, José dos Santos Vieira, que para não ser morto teve que fugir para a Guiné. A câmara aproveitando a fuga deste último para Cacheu nomeou no seu lugar Pedro Cardoso do Amaral. Todos estes crimes foram, segundo a mesma fonte, encobertos pelo ouvidor-geral Sebastião Bravo Botelho e pelo governador, que assim que chegou recebeu do irmão de Pedro Cardoso 600.000 réis e mandou pôr na praça umas mulatas que tinham vindo de Lisboa e arrematou uma para si pelo escrívão dos ausentes. Foi

primeiro antes que isso sucedesse. Numa demonstração de força tirou toda a artilharia dos postos, em que se encontrava, virados para o mar, e colocou-a nos caminhos que iam da cidade da Ribeira Grande para a vila da Praia³¹⁵.

O governador Serafim Teixeira Sarmento de Sá considerava, por seu lado, a situação em Santiago muito difícil, descrevendo-a (em várias cartas³¹⁶) como uma "rebelião" dos moradores da ilha. Queixa-se também do sindicante Brás Brandão de Sousa que, além de ser seu inimigo, pertencia à casa de Dona Isabel (mãe de Pedro Cardoso do Amaral³¹⁷) por ser seu parente e era cliente do "levantado" João Nunes Castanho por "obrigado e subornado". Considerava-se sitiado e com menos liberdade que os soldados do presídio de Mazagão, porque os homens principais da ilha "são parentes do levantado João Nunes e levantados como ele". Relações de "família", no conceito mais alargado, que funcionava em Cabo Verde e não podem ser ignoradas. Diz não controlar o comércio com os estrangeiros já que os navios aportam, sobretudo, na vila da Praia e aí fazem negócios com o capitão-mor, com a cumplicidade de seus parentes, assim como do cabido, frades e clérigos. Nunes Castanho, segundo o governador, "dá entrada a todos os navios, portugueses e estrangeiros, fazendo todo o tipo de negócios proibidos sem dar parte da entrada dos navios como foi sempre estilo entre os governadores e capitães-mores". O governador estava também apreensivo com o levantamento da vila da Praia, já que a impossibilidade de controlar o comércio feito naquele porto lhe trouxe grandes prejuízos e lhe custou cerca de 1.900.000 réis (um conto e novecentos mil réis) e seis cavalos, 40 jumentos e 184 vacas vendidas durante estes três anos aos estrangeiros, prerrogativa que somente pertencera ao governador³¹⁸. Diz que também já perdeu os lucros da compra de panaria para a Guiné e resgate de escravos. Como os navios não vinham despachar à alfândega, não havia dinheiro para lhe pagar e o Estado já lhe estava devendo dos ordenados dos anos de 1719 e 1720 mais de um conto de réis. Isto tudo porque não existia na ilha justiça que fizesse pagar aos poderosos o que deviam³¹⁹.

nomeado pela câmara/governo, em 1726, no posto de capitão-mor da Fortaleza de São Filipe. Eram juízes da câmara, nesse ano seu parente João de Barros de Sousa Bezerra e seu cunhado João Pereira do Amaral. AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 21, 25 de Junho de 1725; AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 48, 9 de Novembro de 1725; AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 12, ant. 22 de Fevereiro de 1727; AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 37, 20 de Setembro de 1727. Ver *supra* 254 e *infra* 318, 325.

³¹⁵ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 2, 10 de Fevereiro de 1720.

³¹⁶ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 7A.

³¹⁷ Ver *supra* 254, 315 e *infra* 325.

³¹⁸ Segundo o provedor da fazenda, os governadores das ilhas tinham o privilégio imemorável do exclusivo da venda das vacas e cavalgaduras a estrangeiros. "I.../ as vacas por preço de dez patacas cada uma; os cavalos por preço de 16 até 20 patacas cada um; os jumentos, quatro a seis patacas cada um, sem que os moradores ou outra pessoa os possa perturbar desta regalia l.../". AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 7A. Sobre este tema ver, neste volume, o capítulo de Ilídio Baleno, "Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da companhia do Grão-Pará e Maranhão".

³¹⁹ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 4, 15 de Julho de 1720; AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 6, 1 de Julho de 1720; AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 6, 1 de Julho de 1720.

Sobre João Nunes Castanho, escreve também ao rei o padre Manuel Ribeiro de Macedo, provido na vigairaria de S. Nicolau Tolentino da ilha de Santiago. Ele conta que, em 1712, o capitão João Nunes Castanho, acompanhado de seus sócios e de 50 homens armados a cavalo, foi à sua fazenda no sítio de Gamboa para o "afrontarem e matarem". Nunes Castanho mandou então açoitá-lo Jerônimo Quaresma "escrivão vintenário" e uma mulher forra, Helena Fernandes, "por ser família desta casa" e levou consigo o escrivão do eclesiástico preso e amarrado para a Praia onde o manteve encerrado e humilhado numa gaiola no meio da sua sala "fazendo de cárcere privado por estar levantado com a Praça" da dita vila.

O religioso informa o rei que o capitão-mor gasta os bens régios em banquetes e em brindes para suas concubinas. Faz comércio com os navios estrangeiros sem pagar direitos, carrega couros, peles e panos de algodão da terra, vende vacas, cabras, burros, cavalos e porcos. Utiliza um certo Manuel Varela para conduzir essas bestas "pelas praias do mar em horas diferentes de não serem com toda a publicidade sabida". Além disso, segundo o vigário de S. Nicolau Tolentino, o levantado capitão-mor queria "com seu poder e força" servir de ouvidor-geral e provedor da Fazenda Real. Isso não veio a acontecer porque o governador Serafim Teixeira Sarmento de Sá suspendeu a todos os escrivães e mais oficiais que sabiam escrever, evitando assim que este roubasse os autos "das devassas e mais papeis dos seus crimes e dividas". Mas como tem "adquirido este levantado tão grande respeito por forssa que não há quem queira servir os cargos que ocupa, sendo provedor". Manuel Ribeiro no fim da sua carta afirma que se João Nunes Castanho "não for preso e remetido a presença de V. M. pouco ou nenhum castigo terá porque com os cabedais que tem adquirido com a fazenda de V. M.; e com outros alheios dos órfãos por haver sido juiz delles, e também os de defuntos e auzentes encobre sempre as suas culpas"³²⁰.

A 27 de Setembro de 1720, quando chegaram à vila da Praia o ouvidor-geral Manuel Carneiro Ramos e o novo governador das ilhas (António Vieira) não encontraram os seus antecessores nem os oficiais camarários à sua espera. Resolveram então ir à cidade da Ribeira Grande, mas no caminho encontraram o governador Serafim Teixeira Sarmento de Sá que os acompanhou até a porta da cidade e os avisou que era melhor não passar dali para diante porque "não havia justiça para nos dar posse e assim era desnecessário hirmos a Câmara". Apesar disso, o ouvidor diz ter insistido em apresentar-se na câmara onde procurou os oficiais "do ano passado para levantarem varas", mas encontrou apenas o procurador da câmara que lhes deu posse. Passados alguns dias empossou os novos oficiais "que saíram do pelouro por não terem culpas /.../ e assim ficou cessando toda a confusão que havia nesta terra porque eram numerosas as mortes, roubos e insultos". Segundo o oficial da justiça, os moradores "andavam acompanhados de vinte e trinta negros e estes carregados de armas" mas ele conseguiu desarmá-los a tal ponto que "hoje não aparece uma nem os moradores desta cidade andam acompanhados mais do que um até dois escravos sem armas aos que estavam inimigos se amistarão com a minha ajuda, e do meu governo, de sorte que vivem hoje em uma perpetua paz /.../".

³²⁰ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 8, 9 de Julho de 1720.

Informa também que quis mandar João Nunes Castanho degredado para o Reino, como lhe fora ordenado pelo rei, mas que este, antes de o navio partir, vendeu tudo que tinha e “ajuntou todos os vadios que pode e com eles e com seus escravos, todos montados, andam assolando este povo, sem domicilio certo senão em continuo movimento por todos os pontos desta ilha /...³²¹”

O caso do capitão-mor da vila da Praia, João Nunes Castanho³²², demonstra que à gente da governança tendia a não se impor limites e que numa situação de excepção, como foi a deste levantamento, a Milícia e os “exércitos privados” se envolviam indistintamente naquilo a que o governador chamou uma “rebelião”. E mais revela que, uma vez dominada a desordem, os culpados, quando homens poderosos e arrogantes, protegidos por suas famílias, não podiam ser castigados, enquanto tivessem possibilidades de arregimentar, controlar e manter satisfeitas as exigências das suas hordas, compostas por vadios e escravos, desintegrados da milícia e das suas casas, sem paradeiro certo, incontroláveis pelas forças presentes nas ilhas.

A verdade também é que quanto mais crescia o exercício da força arbitrária e os casos se tornavam mais “facinorosos”, mais estes verdadeiros cabos-de-guerra se apartavam da ordem militar e da República e ficavam nas mãos dos vadios. Gente que conquistou a sua liberdade e independência com demasiado esforço, para arriscar a partir de determinado grau de insegurança. Tanto mais que a dispersão do povoamento, a inacessibilidade das serras, a mobilidade e a consciência de classe os tornava inabordáveis ao exército ou à justiça.

3º – Em 1725, morre de apoplexia, resultante de uma pedrada, o governador António Vieira³²³. São acusados deste crime, mas nunca castigados, João Pereira de Carvalho³²⁴ e seu cunhado Pedro Cardoso do Amaral³²⁵. Em 1727, foi assassinado, nas ruas da Ribeira Grande, o ouvidor-geral, Sebastião Bravo Botelho, juntamente com seu irmão o sargento-mor Miguel Caetano Bravo de Barros³²⁶ e seu tio, o capitão-mor Sebastião Pereira da Silva³²⁷ “e toda a mais família de sua casa”. Foram acusados, em

³²¹ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 13, 10 de Janeiro de 1721.

³²² Sobre este caso ver Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte II, Lisboa, 1899, pp. 229, 240.

³²³ Ver *supra* 175.

³²⁴ Ver *supra* 274, 286.

³²⁵ Ver *supra* 254, 315, 318.

³²⁶ Natural do Reino. Serviu na ilha de Santiago de capitão de Cavalos da cidade da Ribeira Grande e de capitão-mor da Fortaleza de S. Filipe (1725). Em 1726, foi destituído, pelo governador, do posto de coronel da milícia de Santiago por “ser um homem revoltoso e desinquieto”. Aquando do seu assassinato detinha o posto de sargento-mor. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 42, ant. 3 de Outubro de 1725; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 50, ant. 12 de Novembro de 1725; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 68, 26 Abril de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 12, ant. 22 de Fevereiro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, docs. 69 e 70, c. 1728; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 6, 5 de Maio de 1728.

³²⁷ Natural do Reino. Em 1726, era capitão-mor e detinha o cargo de escrivão dos contos e almoxarifado da ilha de Santiago. Aquando do seu assassinato servia de meirinho e guarda-mor da alfândega da mesma ilha. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 85, 15 de Junho de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 89, 22 de Junho de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 39A, 24 de Setembro de 1727.

1732, desse assassinato, o coronel da milícia de Santiago Manuel Franco da Silva³²⁸, o sargento-mor da praça Agostinho Rebelo³²⁹, o capitão Domingos Lopes de Campos³³⁰, e o capitão Nicolau Rodrigues, de alcunha Bolombolo³³¹. Nenhum deles foi castigado, já que tinham falecido antes da devassa durante uma epidemia³³². Em 1754, morre repentinamente o ouvidor sindicante Custódio Correia de Matos. Correu o boato que foi assassinado pelo "régulo da ilha" Antônio de Barros Bezerra de Oliveira, mas como nunca houve devassa não se pôde provar essa acusação³³³.

A autogestão, a violência e a impunidade atingiam o seu clímax quando chega ao poder o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1750), disposto a reforçar a autoridade do Estado, reduzir os privilégios mercantis a grupos restritos, através da

³²⁸ Em 1712, aquando da invasão da ilha de Santiago pelo general francês Cassard ele ocupava o posto de capitão-mor da Fortaleza Real de São Filipe da Ribeira Grande. Em 1726, era coronel de uma das companhias que fazia guarnição na mesma cidade. O governador das ilhas, Francisco Manuel da Nóbrega de Mascarenhas, descreve-o como "homem moço e afazendado". Em 1729, o governador, Francisco Oliveira Grans, descreve este coronel como sendo homem principal, natural da terra, mulato e preto (B e RM e P). Foi sepultado pelo cabido na Igreja de Nossa Sr.^a da Conceição da cidade da Ribeira Grande, a 15 de Outubro de 1732. Dois anos depois, sua viúva, Dona Margarida Pedrosa de Andrade Barros, natural e moradora na ilha de Santiago, numa representação ao rei, pede levantamento do sequestro nos bens vinculados (três capelas que ela herdara de seu pai, das quais seu marido era administrador). Esses bens foram sequestrados após o coronel Manuel Franco da Silva ter sido incriminado na morte do ouvidor Sebastião Bravo Botelho. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 15, 8 de Junho de 1725; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 60, ant. 14 de Março de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 68, 26 Abril de 1726; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, doc. 36, 17 de Setembro de 1727; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 15, 15 de Maio de 1730; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 103, 30 de Setembro de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 41, 30 de Janeiro de 1734. Ver *supra* 290, 297.

³²⁹ Em 1712, assina a carta dos oficiais da câmara, cidadãos e nobreza de Santiago sobre o ataque de Cassard à dita ilha. Em 1720, serve de escrivão da Câmara da cidade da Ribeira. Em 1725, ocupa o posto de sargento-mor da ilha de Santiago. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 10, doc. 12, 15 de Outubro de 1720; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 11, doc. 50, ant. 12 de Novembro de 1725.

³³⁰ Não encontrei dados sobre este capitão.

³³¹ Em 1729, já era capitão de uma companhia. Foi uma das "principais cabeças" da morte do ouvidor Sebastião Bravo Botelho e de seus familiares, em 1728. E, por isso, foi preso pelo coronel João de Barros de Sousa Bezerra, por ordem do ouvidor João Pereira Barroso. Possuía no sítio de Figueira da Nau umas salinas e montados, no sítio da Boa Vista umas casas, e no sítio das Furnas mais umas casas e terras. No ano de 1732, morre na prisão. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, docs. 69 e 70, c. 1728; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 43, 9 de Maio de 1729; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 77, 19 de Junho de 1732; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 15, doc. 43, 27 de Fevereiro de 1734; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 16, doc. 1, 27 de Janeiro de 1735; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 17, doc. 33, ant. 22 de Março de 1738.

³³² AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 12, docs. 69 e 70, c. 1728; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 8, 30 de Maio de 1728; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 27, 20 de Abril de 1729.

Ver sobre este caso Antônio Carreira, "Conflitos Sociais em Cabo Verde no século XVIII", *Revista de História Econômica e Social*, n° 16, Lisboa, 1985.

³³³ Idem, *ibidem*. Ver *supra* 184, 246, 260, 267, 269, 300 e *infra* 336, 339, 363, 377.

criação de companhias comerciais, e atacar a posição da nobreza do ponto de vista do poder político, enfim, a dar uma nova orientação à administração ultramarina³³⁴.

As reformas pombalinas e o impacto colonial

Em Março de 1761, tomou posse o governador Marcelino Pereira de Ávila³³⁵. Governou apenas 23 dias, vindo a falecer logo depois da sua chegada a Santiago. Com a vacância do governo, a câmara assume a governação e nomeia para o cargo de governador das armas o cavaleiro professo da Ordem de Cristo, o síndico dos religiosos, o juiz mais velho, o provedor dos defuntos e ausentes, o coronel António de Barros Bezerra de Oliveira³³⁶.

Este homem, filho da família mais poderosa da ilha, tinha nessa época todo o poder civil e militar das ilhas. Não só estava sob seu comando um regimento que se compunha de uma dezena de companhias, entre as quais encontramos uma companhia de soldados brancos do Reino³³⁷, como era governador das armas, o que queria dizer que possuía poder sobre toda a milícia da ilha de Santiago. Mas este homem também usufruía da confiança dos religiosos do Convento de São Francisco e era parente de vários cônegos da ilha. Não nos esqueçamos que o bispo encontra-se a residir nessa época na ilha de Santo Antão.

O que quer dizer que António Bezerra controlava a Milícia, a Câmara, e tinha influência sobre a Igreja. Mas este homem também manejava a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, já que seu cunhado Gabriel António Cardoso³³⁸ era filho de Pedro Cardoso que foi o primeiro administrador da dita companhia.

Em Maio do mesmo ano, morre na ilha o ouvidor-geral Carlos José de Sousa e Matos. Cabo Verde fica assim sem governador e sem ouvidor-geral durante pelo menos sete meses. A ilha de Santiago é governada pelos poderosos da ilha e principalmente pelo "régulo da ilha", António de Barros Bezerra de Oliveira, e sua família. Este coronel/régulo era um homem culto, inteligente, sabia lidar com os ministros da Igreja e praticar a caridade para com os pobres, assegurava a relação com a hierarquia eclesiástica e com o escalão mais baixo da sociedade, enquanto salvava a

³³⁴ Marcelo Caetano, "As Reformas Pombalinas e post-pombalinas respeitantes ao Ultramar. O Novo Espírito em que são concebidas", *História da Expansão Portuguesa*, vol. III, Lisboa, 1940, pp. 251-260.

A. Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVII*, AGU, Lisboa, 1970.

³³⁵ António Barros Bezerra de Oliveira é acusado pelo ouvidor João Vieira de Andrade de também ter assassinado este oficial régio com veneno "introduzido no seu tabaco". AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1761.

³³⁶ Ver *supra* 184, 246, 260, 267, 269, 300, 333 e *infra* 339, 363, 377.

³³⁷ Deve ser a companhia da guarda que, segundo a documentação, tinha 30 soldados pagos. Estes soldados deviam ser degredados do Reino, isto porque num documento, datado de 1758, aparecem como "soldados brancos degredados". AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 59, 20 de Fevereiro de 1758; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 30, ant. 10 de Julho de 1761; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 31, ant. 18 de Julho de 1761; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1761.

³³⁸ Ver *supra* 261 e *infra* 365 e 391.

sua alma e obtinha indulgências para os pecados cometidos contra seus iguais ou quem se lhe atravessasse no caminho³³⁹.

Assim, durante meio ano, a oligarquia de Santiago tem total autonomia na gestão da vida política, judicial, económica e militar da ilha e isto apesar da instalação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão no arquipélago e de sua acção devastadora na economia³⁴⁰.

Numa carta dirigida ao rei, em 1762³⁴¹, os oficiais da Câmara da Ribeira Grande descrevem pormenorizadamente a situação económica da ilha de Santiago. Segundo eles, a fome de 1749 devastou a população e a economia do arquipélago, matando só na ilha de Santiago 800 pessoas: “e chegou em tal consternação que mais de cinquenta corpos forão comidos dos cães pelos campos por não haver gente capaz para enterrar os mesmos corpos mortos”.

Além das intempéries climáticas existia, segundo os mesmos, outra razão para o descalabro da economia santiaguense, era a política económica da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que vendia as mercadorias importadas do Reino a preços exorbitantes e pagava os produtos dos moradores da ilha em espécies³⁴² e não respeitando os preços. A Companhia também proibiu o único negócio que dava algum lucro aos moradores, a venda de galinhas, laranjas, hortaliça e outros produtos da terra.

Os homens da governança advertem que o único meio da ilha “subsistir”, se salvarem os moradores e a “terra ter algum aumento” era a Companhia do Grão-Pará e Maranhão rever a sua acção na ilha e respeitar mais os interesses dos insulares. Como primeiro passo devia-se introduzir dinheiro nas ilhas através da compra dos frutos da

³³⁹ António de Barros Bezerra era assim descrito pelo “Anónimo de 1784”: “/.../ Este coronel que era o que governava as Armas, e era professo na Ordem de Cristo, foi o maior perito que houve na ilha, era grande filósofo, grande jurista, muito curioso na medicina, e tinha rara habilidade para tudo o que se applicava, e com tal facilidade de memória que tudo quanto lia fixava /.../. Era zeloso do culto Divino que a sua casa era uma officina de encarnação imagens de paramentos que fazia para as igrejas. Muito caritativo e esmoler, a ponto de todos os anos mandar buscar remédios para curar os pobres, a sua casa parecia mais uma enfermaria da pobreza /.../.” António Carreira, “Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, nº 16, Lisboa, 1985. Ver *supra* 184, 246, 260, 267, 269, 300, 333, 336 e *infra* 363, 377.

³⁴⁰ Sobre este assunto ver, neste volume, capítulo de Ilídio Baleno.

³⁴¹ São oficiais da câmara, nesse ano, António de Barros Bezerra de Oliveira, João Coelho Monteiro da Fonseca, João de Araújo da Fonseca, Francisco de Barros do Amaral e Sebastião de Andrade da Veiga. Mais tarde, em 1764, quando a situação já estava invertida, os membros da câmara nomeados pelos oficiais régios, incumbidos de prender os moradores incriminados na morte de João Vieira de Andrade, diriam com alguma parcialidade que, nessa época, os habitantes sofriam vexações e perseguições durante o despótico e absoluto governo “/.../ do coronel António de Barros Bezerra e Oliveira, José Romão da Silva e seus sequazes /.../ pois não admitião, se não o rigor absoluto que obravão na suposição que nem havia Deus nos Céus nem Vossa Magestade no seu Reino /.../.” AHN, Secretaria Geral do Governo, *Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/A1R, L.º 19, fls. 50 v.-57, 3 de Fevereiro de 1762; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/A1R, L.º 19, fls. 70-71, 12 de Abril de 1764.

³⁴² A “/.../ falta de dinheiro é suma e os pobres não tem real para pagarem as suas rendas aos Senhores das terras que cultivão e estes não carecem de frutos por não terem saída logo com eles /.../”, *idem*. Sobre este tema ver, neste volume, o já atrás citado capítulo de Ilídio Baleno.

terra e que não sejam “os moradores obrigados a tomarem fazendas por força a troco destes frutos, mas sim voluntários”. Isto porque, segundo os oficiais da câmara, o dinheiro que a companhia manda, para pagar os filhos da folha, não é suficiente “porque o pagamento que vulta mais é do Senhor Bispo e dos senhores governadores, e ouvidores, e destes não ficam dinheiro na terra, e somente ficarão de alguns cônegos, e vigários; porque o pagamento dos seculares não é nada”; a segunda medida urgente é a importação para Santiago de duzentos escravos ou pelo menos cem, uns “/.../ para cultivarem as fazendas, certos para fiarem o algodão. Sendo repartidos pelos moradores conforme as fazendas, e posse que tiverem, dando lhes fiado por tempo de três anos pela primeira vez para pagarem nos efeitos da terra acima ditos por quanto os escravos boçais sempre adoecem no primeiro ano ou estranhão a terra e nela não trabalham nada do segundo ano em diante começam a trabalhar, e para as mais vezes bastara a espera de hum ano para pagarem, e conforme forem aumentando mandarem os ditos senhores meter mais escravos, porque os pretos forros da terra não trabalham a jornal, e só para si, quanto basta para comerem hum par de meses /.../”. Os escravos importados deveriam ser vendidos pelo preço que o são nas capitânias do Grão-Pará e Maranhão³⁴³.

Como vimos, a política económica da Companhia do Grão-Pará e Maranhão baseava-se no monopólio total do comércio com os estrangeiros e com a Costa da Guiné, num aumento dos preços das mercadorias europeias (que era a oligarquia que consumia), na obrigação da venda dos produtos da terra em troca de espécies, num aumento de preços e na retracção da importação de escravos. Essa política trouxe um mal-estar geral nas ilhas. Mas principalmente teve um grande impacto na oligarquia local que viu a possibilidade de conservar o nível de vida ao qual estava acostumada e manter os símbolos de seu *status* social reduzidos ao mínimo³⁴⁴.

Mas apesar desta situação económica, até 1761, a oligarquia local ainda considerava ser ela o principal agente da política das ilhas e actuava como tal. Essa ilusão desaparece quando a câmara, após ter assumido o governo interino, teve a possibilidade de ler os livros da secretaria do governador, onde encontrou transcritas as condições que o provedor e deputados da Companhia do Grão-Pará e Maranhão pediram, secretamente, ao rei. Assim, os poderosos de Santiago descobrem que o rei concede num alvará, datado de 29 de Novembro de 1757, à companhia não só o monopólio do comércio das ilhas de Cabo Verde e da Costa da Guiné, desde o cabo Branco até ao cabo das Palmas, mas também a posse e o exclusivo do governo político e militar, sem mais dependência que a das resoluções régias, imediatamente emanadas do rei em particularíssimo segredo. O “governo particular” da companhia e os actos por este obrados tinham, segundo o alvará régio, “a mesma força, vigor e efeito, como se fossem obrados por autoridade pública”. Estas decisões, de importância capital para as populações das ilhas, deveriam, segundo o alvará, ficar

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ A Companhia do Grão-Pará e Maranhão provocou também no Brasil conflitos directos “com interesses estabelecidos e transtornaram padrões de comércio, política e vantagens vigentes”. Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, Companhia das Letras, S. Paulo, 1995, pp. 338-339.

“no mais inviolável recato e segredo, sem passar aos livros do Registo da Companhia”.

A Junta da Companhia do Grão-Pará e Maranhão ficava assim com a possibilidade de propor as pessoas de sua escolha para os governos político e militar, a quem em seguida seria dada patente real. O único poder que escapava ao controlo da companhia era o poder religioso que ficava fora de sua jurisdição.

Os governadores, capitães-mores e ouvidores-gerais estavam proibidos, segundo este acordo secreto, de se intrometer na fazenda da companhia, que nomearia os seus administradores nas ilhas. O acordo previa também a criação de novos Regimentos para os capitães-mores, governadores e ouvidores-gerais.

A Companhia do Grã-Pará e Maranhão receberia a incumbência de pagar aos filhos da folha, seculares e eclesiásticos, com a condição de que não houvesse nenhuma alteração nos ordenados sem autorização prévia da sua direcção. Nesse acordo, todos os edificios públicos de Cabo Verde e Guiné ficariam pertencendo à companhia. Edificios esses que eram as fortalezas, as fortificações, os armazéns, as casas da alfândega, da feitoria, as residências dos governadores e capitães-mores. Isto para serem usados “pelas pessoas dos governadores por ela nomeados e na conformidade das instruções secretíssimas que lhes der para este efeito, como de coisa própria”.

Assim, a oligarquia de Santiago ficava a saber que as ilhas estavam em poder da Junta de Administradores da Companhia e que o rei lhes tinha, na realidade, outorgado a maior parte de sua soberania.

Foi neste quadro, de uma prática de autogestão governativa local e de uma percepção por parte da oligarquia de Santiago do verdadeiro âmbito dos poderes da companhia, que, segundo as directivas da metrópole, podia e devia governar os destinos das ilhas, que desembarca em Dezembro de 1761, o ouvidor-geral João Vieira de Andrade.

Numa das primeiras cartas³⁴⁵ que este oficial da justiça escreve ao rei expõe a situação em que achou a ilha. Diz que não encontrou nas praças da Praia e da Ribeira Grande nenhum governo civil, já que os juizes e escrivães se tinham retirado para o interior. Como medida de retaliação, os habitantes abandonaram a cidade para os caníços e só a ela regressam para alguma festividade.

Descreve os moradores da ilha como sendo réus de delitos públicos. Sendo o principal deles António de Barros Bezerra de Oliveira que se intitulava de “Príncipe de Cabo Verde” e que estava mancomunado com o administrador da companhia e com os cônegos Francisco Robalo de Valdevesso³⁴⁶ e Manuel António da Silva Estrela³⁴⁷. João Vieira de Andrade queixa-se sobretudo do administrador da compa-

³⁴⁵ AHU, *Cabo Verde*, *Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1762.

³⁴⁶ Nasceu em Cabo Verde no ano de 1720. Filho de José Barbosa Martins. AHU, *Cabo Verde*, *Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 59, 30 de Abril de 1772. Ver *infra* 347, 358, 367.

³⁴⁷ O ouvidor João Vieira de Andrade no ano de 1762 descrevia assim o poder dos religiosos na ilha de Santiago: “Tem o governo desta ilha entregue ao seu chantre, o qual é de muito perversa vida e costumes: vive publica e escandalosamente amancebado, pelo que consentiu aos outros que assim vivessem; está feito régulo e anda com uma escolta de homens armados, fazendo-se assim de todos temido e respeitado. [...] Com o mau exemplo e relaxação do chantre, igualmente são assim todos os

nhia, Pedro Cardoso, que se submetera à ordem local e vive em concubinato público com uma mulher casada e só se preocupa com os negócios das pessoas da família Carvalho/Bezerra com quem se aparentou pelo casamento de seu filho Gabriel Antônio Cardoso.

O oficial da justiça dá conta ao rei da revolta dos habitantes contra a companhia que lhes vende as fazendas cem por cento mais caras do que o preço do Reino, os prejudica nos pesos e medidas e não compra os produtos da terra.

Quanto à organização militar, o ouvidor a encontra em "tão irregular e indigesta disciplina" que os trinta soldados pagos da praça não se acham na cidade e andam dispersos pela ilha.

Seis meses depois de ter escrito esta carta, contando um ano no exercício das suas funções, João Vieira de Andrade é assassinado na sua casa, na vila da Praia³⁴⁸. Na noite de 13 de Dezembro de 1762, um bando de homens armados, após arrombarem a porta à machadada, entraram na casa do ouvidor, mataram-no com zagaia e machados. Os malfeteiros resistiram ao corpo de tropa militar, dizendo que também eram soldados e que estavam cumprindo ordens do governador das armas³⁴⁹.

A 17 de Dezembro, o juiz ordinário, António de Barros Bezerra de Oliveira, mandou fazer um auto sobre a morte do ouvidor-geral³⁵⁰. Mas só passado um ano, José Romão da Silva³⁵¹, juiz mais velho e que então servia de ouvidor interino, acusa do assassinato de João Vieira de Andrade o capitão-mor João Freire de Andrade³⁵². Não procedeu judicialmente contra ele porque tal como António Barros Bezerra de Oliveira era um "homem da governança", provido pela câmara/governo, em 1761, no posto de capitão-mor no Forte de S. Veríssimo da guarnição da Ribeira Grande. Teria sido da confiança do todo-poderoso coronel Bezerra de Oliveira, mas tudo leva a crer que, entretanto, se apresentava como seu potencial concorrente ao título e ao poder até então reconhecido ao coronel/régulo. José Romão da Silva³⁵³, homem de baixa

eclesiásticos, sé, coro, o mestre escola Bernardo Rodrigues Pereira, que não tem nota e os mais escandalosos e relaxados depois do chanfre são os cônegos Francisco Robalo Valdevesso e António Manuel da Silveira Estrela, não só pela lassidão dos costumes, como pelas violências que operam. Os cônegos entendem que são senhores absolutos com mero e misto império da jurisdição eclesiástica e respondem que o rei ou o bispo não lhes podem fazer nada". AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1762. Sobre este tema ver capítulo de Maria João Soares, neste volume.

³⁴⁸ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 24, 26 de Março de 1764.

³⁴⁹ Também no Brasil os senhores de engenho registaram os seus protestos contra o controlo dos preços do açúcar pela companhia, mas não se arriscaram a expressar uma oposição política. Stuart B. Schwartz, *op. cit.*, 1995, p. 341.

³⁵⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 62, 17 de Dezembro de 1762.

³⁵¹ Nasceu em 1732. Foi oficial camarário em 1763 e juiz mais velho, ouvidor interino e tesoureiro dos defuntos e ausentes em 1764. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 52, ant. 28 de Junho de 1762. Ver *infra* 353, 359 e 388.

³⁵² Ver *infra* 361, 412, 413.

³⁵³ Em 1762, segundo o ouvidor João Vieira de Andrade, José Romão da Silva era caixeiro de José Gomes da Silva, contratador da urzela, e apropriou-se de tudo o que lhe foi entregue. Para não ser punido, agregou a si um grande número de pretos forros a que vulgarmente chamam vadios e anda continuamente escoltado por eles, armados de clavinhas, pistolas e catanas. Nesse ano, ele já era

extracção, recentemente provido no lugar, ostentando poder rodeado de capangas, acusa João Freire de Andrade do crime e de arrogância. Afirmar que “se ostenta formalmente como régulo passeando publicamente associado a vadios e escravos armados de toda a qualidade de armas proibidas, o que já fazia em vida do falecido ouvidor, do qual se fingia amigo; porem como não deu boa conta como testamenteiro do capitão mor da Praia, João Delgado Figueira³⁵⁴, ficou-lhe com menos affecto e apreço”.

Na verdade se “preto não prende preto”, nenhum ouvidor, dispondo apenas dos meios locais, se atreveria a prender um “coronel”, fosse ele Barros Bezerra de Oliveira ou Freire de Andrade. Mas na metrópole os ventos não corriam de feição a poderes políticos paralelos, fossem eles da nobreza ou das ordens religiosas poderosas, como eram os Jesuítas. Os Távoras tinham sido supliciados no patíbulo em 1759, como exemplo para a nobreza que hostilizava as medidas absolutistas do marquês de Pombal. Como podiam, uns simples cavaleiros da Ordem de Cristo, militares de segunda linha, mestiços nascidos nas colónias, afrontar os delegados do poder real nas terras ultramarinas³⁵⁵? A resposta não se fez esperar.

No dia 19 de Fevereiro do ano seguinte, surgiram ao largo da vila da Praia as fragatas de guerra “Nossa Senhora da Penha de França” e “Nossa Senhora de Nazaré”. Desembarcaram nesse mesmo dia o governador Bartolomeu de Sousa e Brito Tigre, para o domínio das armas, e o ouvidor-geral João Gomes Ferreira, “para o governo político e expediente”, com ordens expressas do rei para prenderem os culpados do assassinato de João Vieira de Andrade e mandá-los vivos para o Reino³⁵⁶. Juntamente com esses oficiais régios, chegaram à ilha de Santiago tropas reinóis e uma companhia de Infantaria “escolhida, composta do destacamento das duas fragatas e mais 40 homens das suas guarnições”.

Nesse mesmo tempo, encontravam-se ao largo da ilha quatro navios da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, esperando as decisões do governador. Este oficial régio ordena a todos os navios da companhia, fragatas régias e embarcações da terra que ficassem “longe da vista de Santiago para darem execução de certa diligência de serviço do rei e que não possam contactar ninguém das ditas ilhas ou remeter cartas, nem mandar embarcações miúdas a terra sem para isso terem ordem expressas”.

A 20 de Fevereiro, o ouvidor-geral manda que o comandante da fragata “Nossa Senhora da Nazaré” tenha pronta uma companhia de Infantaria com os seus oficiais,

reformado do posto de sargento-mor da praça. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 46, 16 de Março de 1762. Ver *supra* 351 e *infra* 359 e 388.

³⁵⁴ Ver *supra* 292.

³⁵⁵ Num parecer, datado de 13 de Setembro de 1763, o Conselho Ultramarino decide não levar à presença do rei a devassa feita na ilha de Santiago a mando de António Barros de Oliveira, já que não é credível. Os conselheiros reais decidem ser necessário averiguar o assassinato do ouvidor João Vieira de Andrade “com a maior excepção, para os culpados serem castigados com todo o rigor e de molde a servir de exemplo a outros, o que não acontecera se não se fizer essa averiguação”. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 67, 29 de Junho de 1763.

³⁵⁶ As ordens eram de “levar os pássaros vivos”. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 16, 4 de Março de 1764.

armada e municuada (com dez tiros cada soldado) e com 18 horas de mantimentos para a marcha³⁵⁷.

No dia em que chegaram, dirigiram-se de imediato à cidade da Ribeira Grande para tomar posse na câmara. Não encontraram ninguém; apenas um cônego, Francisco Robalo de Valdevesso³⁵⁸, que se dizia estar governando as armas. Ao terceiro dia, chegaram o juiz, José Romão da Silva³⁵⁹, e o escrivão, Francisco Rodrigues Guerra³⁶⁰, que lhes deram posse perante muito poucas pessoas “porque todos os cabeças estavam dispersos e fugidos sem quererem aparecer no auto de posse”.

Após a posse iniciou-se a prisão sistemática dos “cúmplices da tirana morte do ouvidor e também os da inconfidência”. Foi fundamental para o desfecho positivo dessa missão o cerco efectivo da ilha que impediu a saída de pessoas e de toda a correspondência. Isso só foi possível graças à acção simultânea da companhia de Infantaria, vinda do Reino, e do controlo pela frota de todos os portos.

Prenderam, antes de mais, o ouvidor que, no ano anterior, incriminara João Freire de Andrade³⁶¹ como mandante do crime, José Romão da Silva e o escrivão dos autos Francisco Rodrigues Guerra³⁶², e depois com “toda a cautela” continuaram com as demais prisões.

Que informações terão chegado ao Reino, não sabemos, mas é evidente que a denúncia feita pelo ouvidor interino, José Romão da Silva, reverteu em desfavor de Barros Bezerra de Oliveira e daí o seu autor ter sido o primeiro a ser detido, mesmo antes do principal suspeito.

Foram logo presos, além dos dois acima citados, os seguintes moradores: o coronel António de Barros Bezerra de Oliveira, fugido com seus homens na Fazenda de S. Jorge, a seis léguas da Ribeira Grande³⁶³, João Coelho Monteiro da

³⁵⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 4, 20 de Fevereiro de 1764.

³⁵⁸ Ver *supra* 346, 347 e *infra* 367.

³⁵⁹ Ver *supra* 351, 353 e *infra* 388.

³⁶⁰ Homem pardo. Foi escrivão da câmara em 1741. Tinha o posto de sargento-mor do regimento de Infantaria do coronel Joaquim Afonso da Fonseca, em 1755. Seis anos depois estava reformado. Em 1756, serve de escrivão da Fazenda Real. Foi escrivão da correição desde 1760; dos defuntos e ausentes e da fazenda e guerra em 1764. Serviu de escrivão da câmara por impedimento do provido. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 22, doc. 32, ant. 6 de Outubro de 1748; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 43, 1755; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 26, doc. 9, 15 de Abril de 1756; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 52, ant. 28 de Junho de 1762; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Registro de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AlR, L.º 19, fls. 61 v.-62 v., 2 de Janeiro de 1763; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 17, 4 de Março de 1764. Ver *infra* 362, 389.

³⁶¹ Capitão-mor no Forte de S. Veríssimo da guarnição da Ribeira Grande. Em 1761, é nomeado pela câmara/governo capitão-mor do Forte de São Lourenço da cidade da Ribeira Grande, vago por “deixação e reanimação” do capitão-mor Carlos de Mendonça Barros. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 59, 23 de Agosto de 1762. Ver *supra* 352 e *infra* 412, 413.

³⁶² Ver *supra* 360 e *infra* 389.

³⁶³ Descrito pelo ouvidor-geral João Gomes Ferreira como sendo a “/.../ principal cabeça e absoluto régulo nesta ilha, que consta se fazia forte com escravos e vadios na sua fazenda de S. Jorge /.../”. Idem. Foi preso dia 28 de Fevereiro de 1764 pelos irmãos João Freire de Andrade e Bartolomeu Rodrigues Soeiro e, pelo cunhado destes, Manuel Gonçalves de Carvalho, conhecidos na ilha de Santiago por “os Freires”. Essa missão foi-lhes dada, segundo o ouvidor-geral das ilhas João Gomes Ferreira, pelo governador, aconselhado por José de Évora Macedo, capitão-mor da Praia. Os “Freires” cumpriram a

Fonseca³⁶⁴, Gabriel António Cardoso³⁶⁵, os cônegos Nicolau da Fonseca de Araújo³⁶⁶, Francisco Robalo de Valdevesso³⁶⁷ e Pedro Cabral³⁶⁸, o chantre, vigário-geral, Inácio Martins Gordo³⁶⁹, os pretos vadios, Paulo Lopes³⁷⁰, Manuel Lopes³⁷¹, Próspero da Veiga³⁷². Foram todos, excepto os cônegos³⁷³, presos a ferros e com proibição de comunicação.

Os cônegos foram apenas acusados pelo letrado e degredado António Bernardino de Sousa Correia de Sá de dizerem mal do rei e do ministério do conde de Oeiras.

Segundo escreve o governador Bartolomeu Tigre, foram ao todo presos 33 moradores. Para que a operação corresse como o previsto, foi feito um cerco à ilha de Santiago que durou vinte e quatro dias. A companhia que desembarcou foi posta de guarda nos seus postos e “tudo se executou com sossego da tropa e do povo sem perda de um só soldado”. Em suma, a operação estava bem montada e foi executada como o previsto. O governador considera que as ordens reais sobre a prisão dos assassinos de

missão prontamente já que eram inimigos de António Barros Bezerra de Oliveira e de “sua parcialidade”. Após as prisões, o governador nomeou “os Freires” nos cargos mais cobiçados da ilha: Manuel Gonçalves de Carvalho foi feito juiz ordinário, provedor da Misericórdia e coronel de um dos regimentos de Infantaria que faziam guarnição na Ribeira Grande; seus cunhados foram nomeados sargentos-mores. Eis outra família que acede ao topo da hierarquia do poder local em Santiago. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 5, 20 de Fevereiro de 1765. Ver *supra* 184, 246, 260, 267, 269, 300, 333, 336, 339 e *infra* 374.

³⁶⁴ Filho de “D. Simoa que vive na Montanha”. Foi oficial da câmara em 1762. Era, segundo o ouvidor-geral, infamado na dita morte e deu ao seu antecessor uma bofetada, quando este já estava moribundo ou morto. Idem: AHN, Secretária Geral do Governo, *Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AIR, L.º 19, fls. 50 v.-57, 3 de Fevereiro de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 4, 27 de Janeiro de 1766. Ver *infra* 378.

³⁶⁵ Capitão-mor da Praia, cunhado de António de Barros Bezerra; idem. Ver *supra* 261 e 338 e *infra* 391.

³⁶⁶ Ver *supra* 242 e *infra* 368.

³⁶⁷ Em 1772, os cônegos da Sé de Cabo Verde, Nicolau da Fonseca de Araújo e Francisco Robalo Valdevesso escrevem uma petição ao rei na qual dizem que se encontram na corte há 8/9 anos, desde que vieram remetidos pelo ouvidor João Gomes Ferreira ao Limoeiro (1764) onde estiveram em segredo. Foram logo soltos pelo desembargador que os interrogou (“por clemência e piedade”). Porém não têm meios para se recolher aos seus “benefícios” em Cabo Verde. Retornam à ilha de Santiago apenas em 1774. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 59, 30 de Abril de 1772; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 54, 21 de Março de 1774. Ver *supra* 346, 347, 358.

³⁶⁸ Este morador foi, segundo o ouvidor, preso “/.../” pela revolta e travessura que com grande escândalo desta República tinha cometido há poucos meses, tendo ido dentro do presídio da Ribeira Grande dar umas bofetadas a um dos dois soldados que estavam de guarda e na mesma noite os seus escravos foram dar pancadas com paus ao mesmo soldado, mas como o soldado foi contar ao governador, os ditos escravos mataram-no!.../” AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 24, 26 de Março de 1764. Ver *supra* 388 e *infra* 395.

³⁶⁹ Este foi preso pelo capitão-mor da Praia José de Évora “/.../” que serviu de muito por ser prático no país!.../”. Idem.

³⁷⁰ Preto vadio “/.../” que dizem fora o que dera uma machadada na cabeça do ouvidor e daí lhe ficou de alcinha o machado!.../”. Idem.

³⁷¹ Homem pardo. Idem.

³⁷² “/.../” vadio preto!.../” morador nos Leitões e alcaide geral na freguesia de S. João há muitos anos!.../”. Idem.

³⁷³ Os cônegos foram soltos seis meses depois. Idem.

João Vieira de Andrade foram cabalmente cumpridas depois de vinte e quatro dias de cerco e guardas aos portos da ilha, mesmo sem precisar recorrer aos destacamentos de infantaria das fragatas régias “Nossa Senhora da Penha de França” e “Nossa Senhora da Estrela”. Nenhum dos comprometidos no dito assassinato ficou por prender. A 5 de Março, a fragata “Nossa Senhora da Penha de França” partiu da vila da Praia para o Reino com os presos³⁷⁴, deixando atrás a outra fragata para proteger o ouvidor e os outros oficiais régios, receber os presos menos importantes e, sobretudo, esperar os autos da devassa³⁷⁵.

Os detidos chegaram a Lisboa e foram entregues na prisão do Limoeiro a 11 de Abril de 1764³⁷⁶. A sentença foi proferida a 18 de Dezembro e condenou António de Barros Bezerra de Oliveira a que, com baraço e pregão, fosse arrastado preso à cauda de um cavalo pelas ruas de Lisboa, conduzido até ao Rossio à força e que aí lhe fosse cortada a cabeça e levada para a vila da Praia, onde ficaria exposta até que o tempo a consumisse³⁷⁷. Os réus João Coelho Monteiro da Fonseca³⁷⁸ e Manuel José de Oliveira³⁷⁹ foram enforcados no Rossio e decapitados; Luís Antunes³⁸⁰, Manuel Correia³⁸¹, Jorge Semedo³⁸², Francisco Spínola³⁸³, Feliciano de Barros³⁸⁴, Domingos da Veiga³⁸⁵ e Sebastião Correia³⁸⁶ foram enforcados na Cruz dos Quatro Caminhos e decapitados. Pela sentença proferida, as cabeças destes moradores de Cabo Verde deveriam ser levadas para a vila da Praia, lugar do delito, e expostas até serem consumidas pelo tempo.

³⁷⁴ Segundo o capitão Joseph Boleen VanDeck, foram construídos na fragata dez camarotes separados pois os presos não podiam ter comunicação entre si ou com as pessoas da guarnição. Tinha esse oficial da Marinha ordens expressas do rei para “/.../ conservar os presos a bordo com toda a segurança e cautela, a ferros e incommunicáveis, excepto os cônegos no que toca aos ferros. Os camarotes eram fechados à chave à noite e sempre com sentinela à vista; não tinha camarotes para alojar todos os pretos, pelo que os conservou com ferros, correntes e algemas por serem muito atrevidos /.../.” AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 29, 11 de Abril de 1764.

³⁷⁵ Segundo o ouvidor-geral, a fragata Nossa Senhora da Estrela “/.../ teria de ficar na ilha de 20 a 25 ou mesmo 30 dias, pelo que o capitão da fragata Nossa Senhora da Penha de França remeteu para bordo 30 caixas de biscoito para a guarnição, género que não existia nas ilhas, carne fresca por ser aqui muito abundante e barata, economizando assim a fazenda real /.../.” Idem.

³⁷⁶ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 28, 11 de Abril de 1764.

³⁷⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 48, 18 de Dezembro de 1764.

Collecção das Leys, Decretos e Alvarás..., vol. II (1760-1769), p. 399: “Sentença proferida na Caza da Supplicação, contra os réos comprehendidos na devassa, que Sua Magestade Fidelissima mandou tirar pela morte do Bacharel João Vieira de Andrade, sendo Ouvidor nas Ilhas de Cabo Verde, Lisboa, MDCCCLXIV”. Ver *supra* 184, 246, 260, 267, 269, 300, 333, 336, 339, 363.

³⁷⁸ Ver *supra* 364.

³⁷⁹ Natural do Reino, nascido no ano de 1726. Em 1762, era morador e ajudante do número da praça da vila da Praia. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 62, 17 de Dezembro de 1762.

³⁸⁰ Pardo. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 34, 28 de Abril de 1764.

³⁸¹ Preto vadio. Idem.

³⁸² Preto vadio. Idem.

³⁸³ Pardo. Idem.

³⁸⁴ Escravo de António Barros Bezerra. Idem.

³⁸⁵ Pardo. Idem.

³⁸⁶ Preto vadio. Idem.

Firmino da Costa³⁸⁷ também foi sentenciado a ser enforcado na Cruz dos Quatro Caminhos. José Romão da Silva³⁸⁸, Francisco Rodrigues Guerra³⁸⁹ e José Morais³⁹⁰ foram açoitados e degredados por toda a vida. Gabriel Antônio Cardoso³⁹¹, reinol, foi condenado a dez anos de degredo para a Índia e a pagar 300 mil réis aos herdeiros de João Vieira de Andrade. Jorge Sanches³⁹² foi condenado a ser açoitado e a cinco anos de galés. Domingos Lopes³⁹³, a ser açoitado e mandado para as galés para toda a vida. Gabriel Cardoso e Jorge Sanches foram obrigados a assinar um termo de não tornarem a Cabo Verde, sob pena de morte. O cônego Pedro Cabral³⁹⁴ foi absolvido e Pedro Sanches da Gama³⁹⁵ morreu na prisão antes do fim do julgamento³⁹⁶.

Em Fevereiro de 1765, chegam à ilha de Santiago dois caixotes com as cabeças dos réus e são levadas para o presídio da vila da Praia. No dia seguinte, juntaram-se "todas as justiças e braço militar", as três companhias de Ordenança do coronel Manuel Semedo de Andrade Vasconcelos³⁹⁷ e a companhia paga do capitão Francisco Antônio da Fonseca Araújo³⁹⁸ e muito povo para assistirem ao pregão da sentença do crime proferido pelo ouvidor. Depois, todos seguiram para a cadeia da Praia onde estavam as cabeças e dali, com elas, para o lugar do delito. O ouvidor estava de beca a cavalo, com a sua vara de alçada, acompanhado dos juizes ordinários da vila e da cidade, todos também a cavalo com as suas respectivas varas. Isto tudo para que o

³⁸⁷ Escravo do cônego Pedro Cabral de Brito. Idem. Ver *supra* 369 e *infra* 395.

³⁸⁸ Ver *supra* 351, 353 e 359.

³⁸⁹ Ver *supra* 360 e 362.

³⁹⁰ Soldado branco. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 2, 6 de Fevereiro de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 34, 28 de Abril de 1764.

³⁹¹ Ver *supra* 261, 338 e 365.

³⁹² Pardo. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 34, 28 de Abril de 1764.

³⁹³ Preto vadio, casado na Praia, vive do seu trabalho. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 63, 15 de Outubro de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 34, 28 de Abril de 1764.

³⁹⁴ Irmão da Misericórdia em 1764. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 10, 15 de Maio de 1765. Ver *supra* 388, 369.

³⁹⁵ Pardo. Nasceu em 1700, na ilha de Santiago. Em 1762, servia de capitão de uma companhia na vila da Praia. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 62, 17 de Dezembro de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 24, 26 de Março de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 34, 28 de Abril de 1764.

³⁹⁶ Antônio Carreira, "Conflitos Sociais e Cabo Verde no século XVIII", *Revista de História Económica e Social*, nº 16, Lisboa, 1985; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 48, 18 de Dezembro de 1764.

³⁹⁷ Morador no sítio da Nora na ilha de Santiago. Em 1760, já era coronel do regimento que fazia guarnição na vila da Praia. Em 1765, o governador Bartolomeu Tigre manda que o sargento-mor da praça, Manuel Tavares, lhe tire uma devassa militar. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 7, ant. 3 de Setembro de 1760; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 5, 20 de Fevereiro de 1765; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 44, 30 de Janeiro de 1767.

³⁹⁸ Natural do Reino. Serviu no regimento do conde de Lippe. Em 1763, foi nomeado para o cargo de alferes e sargento do número da recém-criada companhia paga para fazer guarnição da ilha de Santiago. Em 1764, foi nomeado capitão-mor dessa companhia pelo governador Bartolomeu Tigre. Em 1766, morava na Rua S. Pedro na cidade da Ribeira Grande. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 80, 5 de Novembro de 1763; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 5, 20 de Fevereiro de 1765; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 13, 3 de Março de 1766.

acto se revestisse de toda a solenidade judicial possível. No lugar do delito, as tropas foram agrupadas pelo capitão-mor da Praia, José Évora de Macedo³⁹⁹, e perante o povo e a nobreza da ilha foram pregadas as cabeças em postes altos e novamente apregoada a sentença⁴⁰⁰.

Toda a sentença está impregnada de uma intenção de exemplaridade e de hierarquia, do “hediondo crime” cometido e da condição social do condenado. Mas, acima de tudo, trata-se de um castigo exemplar executado na capital do império com o aparato conveniente e repercutido no local do crime sob a forma espectacular de exposição das cabeças degoladas. Por isso, a execução da sentença tem dois tempos e dois cenários: a consumação das mortes em Lisboa e a corroboração do castigo na colónia. O exemplo serve para a nobreza e o funcionalismo régio que o rei movimentava no tabuleiro do império, mas também para as elites locais que ousam aqui e além ensaiar posições de força. Não esqueçamos que o Brasil atingiria a independência em 1822 e estava a prepará-la nesta altura⁴⁰¹. Cabo Verde, como sempre, acelerando⁴⁰² todo o processo colonial, manifestando-se precocemente⁴⁰³, atraiu sobre si a atenção do marquês de Pombal e da sua política absolutista.

³⁹⁹ Natural do Reino. Residia em Cabo Verde desde 1757. Serviu de almotacé na Ribeira Grande, em 1760, onde consertou à sua custa as passagens de água da rua principal da cidade e algumas calçadas; Em Janeiro do ano seguinte foi nomeado pelo governador, Manuel António de Sousa Meneses, capitão da companhia de homens brancos reinóis do regimento que fazia guarnição na cidade da Ribeira Grande. Em 1771, foi encarregue de ir prender uns “régulos” à ilha Brava que se levantaram contra o administrador da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Em 1777, foi mandado pelo governador António do Vale Sousa e Meneses, como seu secretário às ilhas de São Nicolau, Santo Antão, Boa Vista e Fogo para fazer alarde geral aos soldados milicianos. A 12 de Janeiro de 1762, foi nomeado no posto de capitão-mor da Praia, com o soldo de 19 200 réis. Em 1771, foi preso pelo governador Saldanha Lobo. Em 1774, pede o hábito de Cristo e uma tença por via de seu irmão e procurador em Lisboa, Luís Évora de Macedo. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 30, ant. 10 de Julho de 1761; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 56, 17 de Agosto de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 68, 15 de Julho de 1763; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 24, 26 de Março de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 13, 4 de Julho de 1765; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 12, 26 de Junho de 1771; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 54, ant. 22 de Janeiro de 1772; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 44, ant. 21 de Fevereiro de 1774.

⁴⁰⁰ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 5, 20 de Fevereiro de 1765.

⁴⁰¹ A criação das Companhias Gerais de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba e, principalmente, a decisão de Pombal em ceder a cobrança fiscal a sociedades particulares ou a individualidades que entregavam uma quantia à coroa a troco do exercício da cobrança provocaram descontentamentos que desencadearam a revolta conhecida por “Inconfidência Mineira”, em 1789. Apesar de frustrada, pela denúncia de seus planos, essa conspiração representou os ideais de um grupo de intelectuais, clérigos e militares que, influenciados pela revolução americana e pelos ideais das Luzes, aspiravam pela independência do Brasil.

⁴⁰² Maria Emilia Madeira Santos e Iva Maria Cabral, “Um laboratório expedito para uma sociedade crioula (Cabo Verde – Siglos XVI-XVIII)”, *Cabo Verde*, ed. Agência Española de Cooperación Internacional com la colaboración del Ministério de Cultura de Cabo Verde, 2001.

⁴⁰³ Maria Emilia Madeira Santos, Iva Cabral, Maria Manuel Ferraz Torção, Maria João Soares, “Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)”, *Africana*, n.º 6 Especial (2001), Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portuguesa, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, pp. 49-78.

Para além disso, uma ilha patrulha-se com algumas fragatas, e 33 cabecilhas prendem-se em 14 dias “com socego da tropa e do povo”. Uma operação relâmpago executada por um exército colonial às ordens de um governador “para o domínio das armas” e de um ouvidor “para o governo político e expediente”, detentores de ordens expressas do rei e respectivos poderes delegados, beneficia ainda do factor surpresa.

A acção militar e política inesperadamente dura, comandada a partir do Reino, e a sentença invulgarmente severa tiveram como consequência um retraimento de qualquer possível resistência. O aparato militar nunca visto, o cerco feito à ilha durante quase um mês, a prisão dos cabecilhas das instituições locais – Milícia e Câmara – anularam toda a altivez e soberba da oligarquia santiaguense que, esmagada, assume uma vassalagem humilde. Mas é preciso salientar aqui que “todo o mundo emudeceu”. Onde estão os homens armados que acompanhavam a “gente da governança”? Que fizeram os vadios armados pelos “coronéis”, grupos que tudo desafiavam e a todos atemorizavam?

Esta era uma guerra de “brancos” com uma força externa que não lhes dizia respeito. São classes diferentes com interesses que só segmentariamente coincidem e divergem logo que surge uma situação de excepção. A oligarquia ficou esmagada entre os chamados vadios e o poder colonial.

A 14 do mesmo mês, o ouvidor-geral João Gomes Ferreira mandou fazer, à sua custa, um ofício de defuntos pela alma do seu antecessor “/.../ e em desagravo dos seus ossos na matriz da vila da Praia, onde foi enterrado /.../.” Assistiram a esse acto os oficiais da câmara e nobreza da vila. O “/.../ coro foi aumentado com quatro jesuítas, capelães da fragata e do bergantim /.../.” Vieram da cidade da Ribeira Grande os frades franciscanos e o “seu bom guardião” fez a oração fúnebre. Entre as pessoas presentes estava “o mais bem procedido, cônego Gregório Freire de Andrade”⁴⁰⁴ (familiar de João Freire de Andrade e de Manuel Gonçalves de Carvalho) que oficiou a missa e vários clérigos que encheram o coro. O ouvidor mandou colocar a caveira de João Vieira de Andrade “/.../ num prato de prata que o bom padre vigário da Praia cinco dias antes de eles chegarem tinha feito desenterrar para lhe dar enterro condigno e nela se vêem bem as duas machadadas mandadas dar por Barros Bezerra /.../”⁴⁰⁵. As cerimónias fúnebres, com a presença de figuras de relevo na sociedade, não ligadas aos implicados no assassinato e inconfidência, são já a demonstração de que uma nova ordem está a ser acatada.

Isto fica patente na linguagem de total e humilde vassalagem, utilizada numa carta dirigida ao rei, a 12 de Abril de 1764, pelos oficiais da câmara. Para esses moradores as duas fragatas que chegaram à ilha vieram “tão carregadas de segredo

⁴⁰⁴ Era tio de João Freire de Andrade, de Violante Freire, mulher de Manuel Gonçalves Carvalho, e de Jerónimo Martins Freire que era provedor da Misericórdia em 1771 e que, segundo o governador, fora eleito “de forma fraudulenta pelo seu tio cônego”. Sobre este religioso, o governador Saldanha Lobo diz o seguinte: “Os cônegos que actualmente são perturbadores são Gregório Freire de Andrade e Pedro Gomes de Abreu e Lima”. Com a morte do bispo de Cabo Verde, em 1774, foi eleito provedor. AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 34, 30 de Junho de 1771; AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 23, 26 de Junho de 1771; AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 54, 21 de Março de 1774.

⁴⁰⁵ AHU, Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 24, 26 de Março de 1764.

que pelo inviolável, que se guardou quase todo o povo emudeceu uns com o contentamento e outros com o temor, que estava ameaçando a cautela com que deportarão aqueles dois gigantes". Os dois agentes régios que nelas chegaram "vierão do Céu /.../ porque são homens angélicos, e por eles rendemos todos as graças a Vossa Magestade, e lhe beijamos os pés em nome de todo este povo pela sua paz e tranquilidade" são "dois paraninfos para sustentarem nos ombros a tranquilidade e paz desta Republica ofendida e hoje desafiada". E essa obra feita "se faz incompreensível por ser toda de Deus e de Vossa Magestade, de Deus porque tudo governa /.../ e de Vossa Magestade também por ser Rei da Luz Monárquica /.../ que tem o seu Trono no Sagrado Lado do mesmo Deus".

Esta linguagem, pouco habitual nas cartas dos oficiais camarários de Cabo Verde, demonstra que a orientação levada a cabo pelo marquês de Pombal, de impedir qualquer tentativa de acção política da nobreza⁴⁰⁶ ou de autonomia das elites locais, teve um efeito fulgurante na ilha. A decisão de agir com força e determinação contra os homens poderosos de Santiago não pode ser vista apenas como um castigo pelo assassinato do ouvidor-geral das ilhas, já que este era mais um caso entre tantos outros e a sua autoria oferecia dúvidas⁴⁰⁷, mas sim como uma política determinada em controlar as elites⁴⁰⁸ e através de um castigo exemplar extinguir qualquer perigo à soberania portuguesa nos territórios ultramarinos⁴⁰⁹. Pode dizer-se que, pela primeira vez em Cabo Verde, houve uma reacção colonial contra a veledade da oligarquia local em desafiar o poder da Coroa, através da humilhação ou assassinato de seus agentes na ilha.

Nada que não se tente recompor. Rapidamente a família Freire de Andrade retoma comportamentos da oligarquia dizimada. Em 1766, já segundo o ouvidor João Gomes Ferreira, Manuel Gonçalves de Carvalho e seu cunhado João Freire de Andrade são os moradores "mais poderosos e os únicos orgulhosos e revoltosos" que "querem governar e dominar toda" a ilha de Santiago. Acha que estes se podem tornar "outro coronel António de Barros de Oliveira", já que retomaram a estratégia de provocar conflitos entre ele e governador⁴¹⁰.

⁴⁰⁶ Ver o processo dos Távoras em Portugal. Pedro de Azevedo, *O Processo dos Távoras*, Lisboa, 1921, e Guilherme de Oliveira Santos, *O processo dos Távoras (Importância do Processo Revisório)*, Lisboa, 1979.

⁴⁰⁷ A corte demonstra relativamente aos conflitos sociais em Cabo Verde aquilo em que em meados do século XIX se chamava uma "criminosa apatia, e lançando-se no extremo oposto passou a ser feroz, erguendo o patíbulo, aonde fez subir homens que a voz pública ainda hoje designa como completamente puros no assassinio do ouvidor João Vieira de Andrade em 1762". José Maria de Sousa Monteiro, *Diccionario Geographico das Provincias e Possessões Portuguezas no Ultramar...*, Lisboa, 1850, p. 187.

⁴⁰⁸ Segundo o bispo de Cabo Verde, D. Fr. Pedro Jacinto Valente, os moradores de Santiago são opostos por natural inclinação aos brancos e ministros "reiniculos" e por isso na ilha não haverá reforma nem emenda enquanto o rei não tirar o governo aos seus moradores ricos e por isso soberbos. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 36, 4 de Junho de 1764.

⁴⁰⁹ Nessa mesma época houve vários levantamentos contra o capitão-mor do Fogo.

⁴¹⁰ Segundo o mesmo ouvidor, estes dois homens chamados "vulgarmente os Freires" foram os que prenderam o coronel António Barros Bezerra, afastando assim um empecilho para ascensão social da dita família. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 5, 20 de Fevereiro de 1765; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 1, 3 de Janeiro de 1766.

Mas em 1771, os coronéis de Infantaria Manuel Gonçalves Carvalho⁴¹¹ e João Freire de Andrade⁴¹² são presos pelo governador e queixam-se ao rei por verem providos nos seus postos criados do governador. Trata-se da continuação da reformulação dos poderes locais na ilha, pondo nos postos estratégicos gente de confiança do governador e do Reino, sendo de preferência escolhidos brancos, mesmo que degradados. Focos de resistência da oligarquia local e medidas enérgicas do poder colonial chocam-se neste final do século com resultados irregulares⁴¹³.

⁴¹¹ Nasceu em 1737. Veio do Reino para a ilha de Santiago, em 1751. Em 1763, casou com Violante Freire, irmã de João Freire de Andrade e de Bartolomeu Rodrigues Soeiro, e tornou-se caixeiro de uma "logea" que a Companhia do Grão-Pará e Maranhão tinha na Ribeira Grande. Assim, entra para uma das principais famílias de Santiago, tornando-se "parcial" de seus cunhados. Sua carreira militar e política foi meteórica: serviu o rei na ilha de Santiago desde Agosto de 1751 em praça de soldado infante. Em 1759, é compensado pelo governador Bartolomeu Tigre por seu empenho na prisão de Antônio Barros Bezerra de Oliveira, com a ascensão ao posto de coronel de um regimento da Ribeira Grande (posto que era ocupado por Antônio Barros). Nesse mesmo ano, serve de juiz ordinário da cidade, provedor da Misericórdia, e de ouvidor-geral "por se achar suspenso" José Gomes Ferreira. O ouvidor-geral das ilhas diz temer que este coronel se torne outro régulo como era Antônio Barros. AHN, Secretaria Geral do Governo, *Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004/AIR, fls. 202 v.-204 v., 8 de Novembro de 1756; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Registro de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AIR, L.º 19, fls. 28 v.-30, 21 de Dezembro de 1757; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 50, ant. 18 de Junho de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 20, ant. 22 de Março de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 30, 12 de Abril de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 35A, ant. 9 de Maio de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 5, 20 de Fevereiro de 1765; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 7, 27 de Fevereiro de 1765; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 10, 15 de Maio de 1765; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 1, 3 de Janeiro de 1766; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 27, 14 de Outubro de 1766; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 44, 30 de Janeiro de 1767; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 15, 22 de Maio de 1773. Ver *supra* 363, 410 e *infra* 413.

⁴¹² Mulato, natural de Santiago. Serviu o rei desde 8 de Maio de 1757 nos postos de capitão de Infantaria da vila da Praia, capitão-mor do Forte de São Veríssimo. Em 1764, ocupa o posto de sargento-mor de Infantaria de um dos regimentos da guarnição da Ribeira Grande e um ano depois é investido no posto de coronel do mesmo regimento. Em 1768, serve de juiz ordinário da câmara/governo da cidade da Ribeira Grande. Reside geralmente na sua fazenda na Ribeira de Belém. Era um dos "maiores lavradores" da ilha de Santiago. AHN, Secretaria Geral do Governo, *Registro de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões*, 009/AIR, L.º 19, fls. 30-31 v., 24 de Dezembro de 1757; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 59, ant. 23 de Agosto de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 27, doc. 63, 15 de Agosto de 1762; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 49, 16 de Dezembro de 1764; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 5, 20 de Fevereiro de 1765; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 29, doc. 14, 16 de Julho de 1765; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 30, doc. 27, 14 de Outubro de 1766; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 31, doc. 3, ant. 22 de Abril de 1768; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Cartas do governador das ilhas de Cabo Verde a diversas personalidades das ilhas. Correspondência com as autoridades da província*, L.º 49, fl. 30, 16 de Fevereiro de 1786; AHN, *idem*, fls. 30-30, 17 de Fevereiro de 1786; AHN, *idem*, fls. 63-64, 5 de Junho de 1786. Ver *supra* 352, 361 e *infra* 413.

⁴¹³ Em 1770, os coronéis Manuel Gonçalves Carvalho e João Freire de Andrade encontravam-se presos na Ribeira Grande. Em 1772, o governador Saldanha Lobo os envia para o Reino. Em 1773, encontram-se também presos o sargento-mor de um dos regimentos da cidade, João Spínola da Veiga, e o sargento-mor da praça de Santiago, José Anastácio Freire. Estes presos queixam-se pelo facto do governador ter provido outros nos seus postos e dado baixa aos seus ajudantes e ao ajudante da vila da Praia, sendo estes cargos pagos e de patente real. Queixam-se pelo facto do governador ter provido nos seus

O desembarque na ilha, em 1764, de uma tropa estrangeira, com comando próprio, disciplinada e bem armada e, sobretudo, sem nenhuma ligação à oligarquia local⁴¹⁴ e a decisão régia, em 1770, de que em nenhum caso a câmara poderia ser governo⁴¹⁵, redefiniram o poder na ilha⁴¹⁶ e deram aos governadores a possibilidade de

postos degredados e criados seus. Segundo estes milicianos o governador deu também baixa e reformou vários militares, todos com patente régia.

Em 1774, o mesmo governador informa o rei que remeteu para o tribunal do Conselho Ultramarino todos os papéis que foram feitos em seu desabono pelo réu Manuel Gonçalves de Carvalho que “manifesta intenções de ainda vir a governar em Cabo Verde, pelo que vai levando para o seu lado, alguns sob ameaça, muita gente nomeadamente na junta da Companhia do Grão-Pará e Maranhão”.

Em 1775, os coronéis Manuel Gonçalves de Carvalho e João Freire de Andrade “foram livres e soltos”. Em 1776, o rei manda que sejam reintegrados nos seus postos na Milícia.

Em Junho desse mesmo ano, morre o governador Saldanha Lobo e toma posse do governo interino uma junta formada pelo cônego Nicolau da Fonseca Araújo, pelo coronel José dos Reis Borges, como juiz ouvidor, e pelo coronel João Freire de Andrade.

Em 1781, já no governo de D. Maria I e apartado o marquês de Pombal, João Freire de Andrade faz, outra vez, parte do governo interino.

Em 1786, os moradores de Santiago acusam o governador, António Machado de Faria e Maia, de os tratar como escravos; de vexar os oficiais militares e de dar patentes indiscriminadamente para receber emolumentos. Entre os queixosos encontramos o coronel João Freire de Andrade, degredado na ilha da Boa Vista, D. Violante Freire de Andrade, degredada na sua fazenda dos Orgãos, e os capitães Paulo da Silva Rebelo e Cândido Almeida Spinola, ambos degredados na Guiné. Em 1790, João Freire de Andrade está de volta a Santiago. Em 1795, faz de novo parte da junta/governo interino. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, ex. 33, doc. 1, ant. 16 de Março de 1773; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, ex. 32, doc. 4, 25 de Maio de 1771; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, ex. 32, doc. 60, 16 de Maio de 1772; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, ex. 33, doc. 54, 21 de Março de 1774; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Decretos, Alvarás e Provisões*, L.º 25, fls. 28 v.-29, 7 de Maio de 1776; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, ex. 35, doc. 20, ant. 20 de Abril de 1776; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, ex. 35, doc. 21, 7 de Maio de 1776; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, ex. 35, doc. 24, 13 de Julho de 1776; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Cartas do governador das ilhas de Cabo Verde a diversas personalidades das ilhas. Correspondência com as autoridades da província*, L.º 49, fls. 8-8 v., 19 de Maio de 1785; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Decretos, Alvarás e Provisões*, L.º 25, fls. 105 v.-107, 24 de Junho de 1785; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Cartas do governador das ilhas de Cabo Verde a diversas personalidades das ilhas. Correspondência com as autoridades da província*, L.º 49, fls. 63 v.-64, 5 de Junho de 1786; AHN, idem, fls. 144-146, 1 de Setembro de 1793; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte III, pp. 51, 55, 72, 87, 95, 109, 127, 130, 131.

⁴¹⁴ Não se pode esquecer que os 30 soldados pagos da companhia da guarda (ou dos homens brancos) faziam parte de um regimento comandado geralmente por “filhos da terra”.

⁴¹⁵ O capitão-mor da vila da Praia Luís Pedro de Araújo e Silva diz o seguinte sobre os governos interinos da Câmara: “O Governo Interino [...] em esta Ilha não é outra couza, se não hum despotismo e aproveitamento para cada hum se vingar”. AHN, Secretaria Geral do Governo, *Decretos, Alvarás e Provisões*, L.º 25, fls. 105 v.-107, 10 de Novembro de 1785.

⁴¹⁶ Na Provisão, datada de 23 de Julho de 1770, D. José manda o seguinte: “[...] atendendo as dezordens que se tem seguido nessas Ilhas de recair o Governo dessa Capitania na falta de Governador na sua respectiva Câmara: Sou servido [...] abolir este Estilo como se nunca ouvece existido, e declarar que se pratique nessa Capitania o que se observa no Governo dos Corpos Militares, e nas mais Capitania do Brazil. Recaindo o Governo Interino no Oficial de mayor Patente que existir ao tempo da morte ou auzencia do proprietário [...]”.

O alvará régio, datado de 12 de Dezembro de 1770, ordena-se que, por morte do governador, o governo passasse ao bispo e na sua falta a uma junta composta pelo deão, o ouvidor e o oficial de maior patente, e que nunca mais governasse a câmara.

Em 1795, o governador Maldonado de Eça pede a alteração desse alvará para que, em lugar do oficial com maior patente, fizesse parte da junta o capitão da vila da Praia. Esse posto deveria sempre

agir na administração civil e militar sem depender da vontade dos homens poderosos. As terríveis fomes de 1773, 1774 e 1775⁴¹⁷ não terão deixado de contribuir para fortalecer a posição do governador, única entidade capaz de intervir ao nível das várias ilhas⁴¹⁸. As medidas da metrópole e a conjuntura vivida no arquipélago dificultaram a reemergência da elite local e promoveram a preparação das bases para uma colonização moderna do arquipélago⁴¹⁹.

recair num filho do Reino, evitando-se assim que o governo das ilhas entrasse sempre em pardos, como tem sucedido, por diversas vezes, com João Freire de Andrade. AHN, Secretaria Geral do Governo, *Decretos, Alvarás e Provisões*, L.º 25, fls. 2 v.-3, 3 de Julho de 1770; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 31, doc. 50, 21 de Julho de 1770; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 18, 26 de Junho de 1771; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandas, Circulares e Outras Determinações deste Governo às Diferentes Autoridades da Província*, L.º 26, doc. 48, fls. 37 v.-38, 18 de Abril de 1771; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte III, pp. 50, 125.

⁴¹⁷ Em Agosto de 1775, o governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo anuncia a caída de uma "prodigiosa abundância de chuvas" que veio pôr fim à esterilidade que flagelou o arquipélago de Cabo Verde durante três anos contínuos. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 32, doc. 55, 17 de Março de 1772; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 2, 20 de Março de 1773; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 21, 31 de Julho de 1773; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 22, 31 de Julho de 1773; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 46, 23 de Fevereiro de 1774; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Decretos, Alvarás e Provisões*, L.º 25, fls. 17 v.-18, 15 de Novembro de 1774; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 34, doc. 5, 22 de Fevereiro de 1775; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 35, doc. 2, 24 de Fevereiro de 1776; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 35, doc. 5, 20 de Março de 1776.

⁴¹⁸ Ver Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, 1899, pp. 56-72; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Bandas, Circulares e Outras Determinações deste Governo às Diferentes Autoridades da Província*, L.º 26, doc. 75, fls. 56-56v., 6 de Junho de 1773; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 33, doc. 54, 21 de Março de 1774; AHN, Secretaria Geral do Governo, *Correspondência com as Autoridades da Província, Cartas e Ordens das Ilhas Adjacentes desta Capital*, L.º 43, doc. 7, fls. 11-12 v., 18 de Agosto de 1775.

⁴¹⁹ Gostaria de agradecer primeiro à Investigadora Maria Emília Madeira Santos por tudo que me ensinou, e pelo apoio que me vem demonstrando. Agradeço também aos meus colegas Maria João Soares e Ilídio Cabral Baleno pela equipa que formámos durante este terceiro volume sem a qual não seria possível escrever este capítulo. Agradeço igualmente o apoio moral que me foi dado pelo Prof. Dr. Joaquim Romero de Magalhães e pelo Dr. Victor Rodrigues.

A IGREJA EM TEMPO DE MUDANÇA POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL

Maria João Soares¹

À semelhança dos marcos cronológicos fixados para o primeiro e segundo volumes da *História Geral de Cabo Verde* (respectivamente 1460-c. 1560 e daí a 1647), também o lapso temporal por nós estabelecido para este terceiro tomo derivou da evolução endógena das ilhas de Cabo Verde. Se, em 1647, de acordo com a carta régia de 1 de Junho, Santiago perdia na letra da lei a capacidade exclusiva de cobrar os direitos fiscais dos navios do trato dos Rios de Guiné, já meio século antes perdera aquilo que criara as opulentas riquezas dos armadores da “ilha mãe”, isto é, a sua posição estratégica na rota dos navios negreiros rumo às Índias de Castela².

Depois de ter passado aquilo que os santiaguenses do século XVIII guardaram na memória comum como um tempo longínquo a que chamaram “século dourado”, a situação evolui paulatinamente para a perda da participação activa das ilhas de Cabo Verde no trato atlântico, onde tem doravante meramente uma posição subalterna e subsidiária³.

Deste condicionalismo económico, logo derivam novas linhas estruturantes da sociedade e do poder político insulares, caracterizadas pelo enfraquecimento das relações à distância, sejam elas com a terra firme fronteira ou com o Reino. Todo o

¹ Este capítulo vem na continuidade de estudo semelhante que já realizámos em co-autoria com Maria Emília Madeira Santos no 2º vol. da *HGCV* sobre a presença da Igreja em Cabo Verde e outros artigos entretanto publicados. O estudo da Igreja em Cabo Verde será continuado na dissertação para efeitos de provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar que se encontra em curso. Quero aqui aproveitar a oportunidade para agradecer à coordenadora do projecto pelo incentivo e sugestões de que este capítulo foi alvo, bem como aos meus colegas Iva Cabral e Ilídio Baleno pelo trabalho de equipa efectuado, mormente no que concerne à troca de documentação.

² ANTT, *Chanc. de D. João IV*, L.º 15, fl. 99, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. v, p. 487, 1 de Junho de 1647. Sobre este assunto ver o capítulo de Maria Manuel Torráo, “Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento”, *HGCV*, vol. II, pp. 17-123.

³ Carta do governador Luís António da Cunha d'Eça ao rei, AHU, *Cabo Verde*, cx. 25, doc. 25, 4 de Junho de 1754. Refere que os “mais antigos chamavam e ainda chamam século dourado”, presume-se que aos tempos refulgentes do comércio de Santiago nos séculos XV e XVI.

circuito de entradas no arquipélago se fragiliza, tanto a nível de recursos económicos como humanos, materiais ou administrativos. Na prática, isto significa que entra menos gente nas ilhas, sejam eles mercadores reinóis, oficiais mecânicos ou escravos, entra menos moeda, riqueza ou objectos de luxo importados, tal como enfraquecem os mecanismos políticos, administrativos e eclesiásticos de controlo por parte da Coroa e da Igreja. A sociedade insular interioriza-se e empobrece, vivendo quase em circuito fechado sobre si própria.

As ilhas vivem a partir da 2ª metade do século XVII e durante toda a centúria de Setecentos uma das situações mais paradoxais ao longo da sua evolução histórica. Cabo Verde, apesar de ser escalado quase ininterruptamente por navios de todas as nacionalidades, rumo a destinos tão diferenciados como a América espanhola, as Antilhas francesas e inglesas, o Brasil ou mesmo as Índias Orientais, está cada vez mais isolado no Atlântico médio, quer seja da África, Europa ou América, pois pouco mais tem a oferecer que refresco, se excepcionarmos alguns produtos estratégicos como o sal, urzela ou panos da terra, todos eles de baixo valor unitário e nominal. A sociedade urbano/mercantil de Quinhentos volve-se lentamente para uma economia agrária escravocrata centrada nas fazendas do interior das ilhas de Santiago e Fogo. É nos campos que se esboça aquela que pensamos ser a grande linha de força deste período, isto é, a precarização e progressiva desestruturação da sociedade escravocrata, apesar desta vir ainda a perdurar em moldes diferenciados durante o século XIX. A rígida ordem e hierarquia fracturam-se devido, entre outros factores, ao empobrecimento dos terratenentes que perdem definitivamente a pouca capacidade de armar para os Rios de Guiné, que alguns dos "principais" ainda detinham à data da criação das companhias privilegiadas de Cacheu e Comércio dos Rios de Guiné e Companhia de Cacheu e Cabo Verde⁴. Afrouxa assim a ligação entre a terra de Cabo Verde e os destinos transatlânticos, pois, c. de 1720, já não existe nenhum grande armador insular, ou seja, já ninguém detém embarcações oceânicas próprias que lhes permitam transaccionar mercadorias de e para os Rios de Guiné ou de e para o Reino, de onde provinham as suas elevadas mais-valias. Tudo o que agora é exportado ou importado é-o em navios de outrem, seja de estrangeiros ou das companhias comerciais da metrópole, dos quais Cabo Verde passa a depender integralmente, perdendo assim toda sua prévia capacidade de autonomia económica e financeira. Os senhores de escravos vêem o seu potencial agrário-mercantil reduzido, pelo que são literalmente obrigados a vender ou alforriar a troco de dinheiro os grandes contingentes escravos que outrora detinham, para conseguir manter uns poucos cativos necessários à cultura das fazendas, pastoreio ou manufactura de panos. As ilhas de Santiago e Fogo começam a transbordar de forros, que não detêm capacidade para exercer uma actividade profissional agrária autónoma, que recolhem frutos recursos das terras que arrendam ou aforam, quando não são devastados pelos cada vez mais recorrentes ciclos das "esterelidades", isto é, das fomes e das secas. Um dos principais problemas sociais de Santiago, senão mesmo o principal, reside precisamente na contenção e

⁴ Sobre a questão comercial, ver, neste volume, o capítulo de Ilídio Baleno, "Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão".

capacidade desta fatia social largamente maioritária em termos numéricos, mas, marginalizada social, económica e politicamente. São os forros os grandes agentes do conflito social em Santiago e Fogo e, o poder central, dado que não conseguia pôr no terreno mecanismos eficazes de controlo (administrativos, judiciais ou militares), abandona esta função essencial à elite local, pelo que acaba por ser forçado a ceder-lhe grande parte do poder político e, com isso, condescender com os seus desmandos, arbitrariedades, exercício fraudulento dos officios, monopólio do comércio local, prática generalizada do contrabando, política especulativa dos preços, etc.

Toda esta conjugação de factores económicos e sociais desfavoráveis gera um clima de conflitualidade extrema nas ilhas de povoamento antigo, com elevados índices de criminalidade, seja roubo de bens, ferimento ou mesmo homicídio.

A acção da Igreja tem naturalmente de ser inserida neste contexto de mutação social e conflito político, para os quais é impelida pela participação dos seus agentes locais, quer sejam os bispos, sempre arrastados nos conflitos político-institucionais entre governadores, ouvidores e elite, quer os padres da terra, mormente o cabido, tomado de assalto pelas principais famílias e parcialidades.

Se, de início, o objectivo central deste capítulo era o de observar o processo de “fincar os pés na terra” por parte da Igreja, ou seja a lenta emergência de uma igreja cabo-verdiana e de uma religiosidade crioula, cedo percebemos que este passo era demasiado grande para o tamanho da perna. Resolvemos, por isso, centrar a nossa análise no posicionamento e participação da Igreja (ou falta deles) nos fenómenos e mudanças sociais, conflitos políticos, reajustamentos espaciais, entrada em cena das companhias majestáticas e monopolistas, etc., bem como o processo inverso, isto é, ver como toda esta nova conjuntura se reflectiu nas suas formas de actuação, composição interna e estrutura hierárquica.

Consagramos finalmente uma atenção privilegiada àquela que, no entender da equipa da *História Geral de Cabo Verde*, é uma das principais linhas motrizes deste período, isto é, o alargamento quase pleno do povoamento às “ilhas-outras” do Sotavento e, sobretudo, do Barlavento, que agora irrompem em força como peças diferenciadas de um mesmo todo, ao lado de Santiago e Fogo, na perspectiva da participação da Igreja neste surto arquipélágico.

Constrói-se um novo arquipélago, mais alargado e diversificado no espaço terrestre e marítimo, com alterações nas zonas de atracção e rejeição, novos pontos de dinamização, aumento da comunicação interinsular, prefigurando a história polarizada que Cabo Verde vai conhecer no séc. XIX, com a deflagração de ilhas como a Boa Vista, na década de 30, S. Nicolau, a partir de meados do século, com a instalação do seminário-liceu e sede da diocese na Ribeira Brava, ou S. Vicente, a partir da década de 80, com o desenvolvimento da principal porta transoceânica de Cabo Verde, isto é, o Porto Grande do Mindelo.

Questões prévias: fontes e historiografia

A elaboração deste estudo sobre igreja e religião no arquipélago de Cabo Verde durante os cerca de 150 anos a que este volume se reporta alicerça-se nos tradicionais

esteios da “métrica” do historiador, isto é, fontes históricas de tipo diverso, produção historiográfica correlativa e sua interpretação.

A atenção que dedicámos a esta problemática desde 1993, aquando da redacção do 2º volume da *História Geral de Cabo Verde*, conduziu a uma incontornável reflexão sobre as ferramentas de trabalho, metodologias e bibliografia utilizadas, dado que elas condicionaram desde logo o nosso produto final⁵. Cremos igualmente que condicionarão, no futuro, a historiografia de Cabo Verde, nos aspectos das mentalidades, religiosidade, vida quotidiana e cultura material.

A primeira questão que aqui perpassa é forçosamente a da natureza das fontes primárias para a história da igreja e religião em Cabo Verde. Por diversas ordens de razões, o repositório aqui utilizado foi quase em exclusivo o das fontes escritas dos arquivos portugueses e do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. Só subsidiariamente complementámos aquelas com fontes iconográficas, vestígios materiais e arqueológicos e tradição oral. No caso da iconografia, os fundos são assaz parcos em volume e qualidade, limitando-se a fontes cartográficas, plantas de povoações urbanas, alçados de edifícios eclesiásticos e uma dezena de gravuras de paisagens e costumes. Quanto ao caso do prometedor acervo aportado pelos vestígios da cultura material carece de trabalho de campo arqueológico e tratamento museológico sistemáticos, bem como recenseamento do património artístico e edificado, tarefas que, embora com resultados muito estimulantes, estão ainda em estado embrionário para que possamos incorporar com segurança os seus resultados já obtidos. De igual modo, o campo da tradição oral, de importância crucial para o nosso objecto de estudo, só muito recentemente conheceu em Cabo Verde recolhas com metodologias e amostras consistentes no âmbito de projectos específicos de antropologia e sociologia ou de trabalhos de autor. Porém, poucos resultados destes trabalhos de campo foram dados à estampa, além de que, a tradição oral não pode ser transposta arbitrariamente para tempos mais recuados, sem riscos de anacronismo ou de comprometer o estudo diacrónico das crenças e manifestações religiosas. Por muito tentador que se afigure transpor para os séculos XVII e XVIII as conclusões de recentes estudos antropológicos sobre festividades, rituais e manifestações da cultura material cabo-verdianas, resulta impossível fazê-lo, sem que a espessura temporal desses fenómenos saia comprometida ou adulterada. As insistentes perguntas que o público cabo-verdiano fez à história sobre determinada comemoração e festa de santo, certos rituais de nascimento, casamento e morte ou acerca da polémica tabanca não pode levar o historiador a filiar ou encaixar “à força” estas manifestações contemporâneas em fenómenos similares de que encontra notícia em séculos anteriores, mesmo que se trate de fenómenos que se plasman no tempo longo.

Também o vasto núcleo de informação escrita tratado reveste uma determinada óptica ou enfoque que coloca inúmeros obstáculos de acesso aos temas da história da Igreja e das manifestações religiosas de Cabo Verde. As fontes históricas correntes são as da correspondência entre as estruturas político-administrativas e eclesiásticas da “ilha de Cabo Verde” (Santiago) e os órgãos do poder central no Reino, isto é, as

⁵ Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, in *HGCV*, Lisboa, IICT-INAC, 1995, pp. 359-508.

fontes da burocracia e de expediente corrente. Para as outras ilhas do Sotavento e do Barlavento, os documentos são muito mais rarefeitos, só vindo à luz de forma significativa no último terço do séc. XVIII ou na centúria de Oitocentos. A título de exemplo, resulta muito frustrante para o historiador a sua incapacidade para responder a questões concretas sobre o povoamento e formas que terá revestido a ocupação inicial de ilhas como Santo Antão, S. Nicolau ou Boa Vista. Acresce que várias destas ilhas permaneceram sob tutela privada dos respectivos donatários até ao séc. XVIII, o que travou a implantação de estruturas administrativas públicas nessas ilhas, como por exemplo as câmaras, limitando ainda mais o leque de informação disponível. A documentação é basicamente produzida na óptica do poder civil reinol ou dos órgãos político-administrativos de Santiago, ilha “capital” do arquipélago; nela avultam naturalmente as questões económico-financeiras, as querelas de jurisdição e exercício dos oficiais, as devassas judiciais ou as queixas recorrentes sobre o exercício dos ofícios e o provimento administrativo dos mesmos. As próprias missivas das instituições eclesiásticas locais (bispo, vigário-geral, cabido ou missionários) são contagiadas pela óptica meramente política e administrativa. Dado que a Igreja insular se correspondia essencialmente com órgãos administrativos e judiciais do poder civil central com jurisdição sobre as igrejas ultramarinas (Conselho Ultramarino, Mesa da Consciência e Ordens ou Junta das Missões), os seus dados decalcam o teor burocrático e formal dos documentos do oficialato civil. Desta forma, ressalvando a devida excepção da correspondência jesuítica entre 1604 e 1642, ambos os poderes são pouco prolixos sobre as temáticas das crenças e rituais religiosos, ou mesmo, sobre questões mais prosaicas, como a orgânica, modos de funcionamento e actuação da Igreja, ensino, clero, etc.

Este rápido relance “arqueológico” sobre as fontes escritas relativas à presença da Igreja em Cabo Verde não pode esquecer os saques a que aquelas foram sujeitas, nomeadamente nos ataques de Emanuel Sarradas, partidário de um dos candidatos ao trono português, D. António, prior do Crato, em 1583, do corsário inglês Francis Drake, em 1585, à cidade da Ribeira Grande. Do ataque de Drake resultou a destruição do primitivo acervo documental do cabido de Cabo Verde, o chamado “tombo velho”, bem como do cartório da câmara⁶. Semelhante devastação foi perpetrada pelos corsários franceses, chefiados pelo general Cassard, em Maio de 1712,

⁶ O bispo D. Fr. António de S. Dionísio informa o Conselho Ultramarino em carta de 25 de Junho de 1677 que não encontrou na visita que fez à sé as obrigações que aí se deviam cumprir por sufrágio dos defuntos, dado que a documentação a elas referente tinha sido queimada no ataque que Francis Drake fez à Ribeira Grande, em 1585, referindo-se a esse acervo como o “tombo velho”. Consulta do Conselho Ultramarino, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 131, 25 de Junho de 1678. A partir desta data é constituído novo acervo do cabido, também referenciado com o mesmo nome, que irá servir de base a posteriores medidas administrativas, como seja o tombamento das capelas das ilhas de Santiago e Fogo, existente no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. O tombo civil das capelas foi destruído no ataque dos franceses de 1712 e, em 1735, o ouvidor José da Costa Ribeiro pede ao rei para que esse se possa fazer de novo, a partir do “tombo velho” do cabido. Em 1688, D. Fr. Vitoriano, a propósito do fundo financeiro designado por “depósito da sé”, refere que este se encontrava discriminado nos livros da Câmara da Ribeira Grande, cujo cartório foi queimado no mesmo episódio. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a informação do bispo D. Fr. Vitoriano Português acerca da construção da sé. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 7A, doc. 116, 29 de Novembro de 1689.

que, depois de desembarcarem na vila da Praia, prosseguiram por via terrestre até à Ribeira Grande⁷. Não encontraram qualquer resistência por parte das companhias de milícia e não foi disparado qualquer tiro. Acamparam na cidade abandonada por todos à pressa e aí estacionaram durante uma semana, vasculhando as casas dos principais e edifícios administrativos susceptíveis de conter riquezas, nomeadamente os armazéns, casas da alfândega, almoxarife, bem como as moradias do governador e o domicílio onde despachava o ouvidor/provedor da fazenda e os respectivos fundos documentais que continham⁸. As igrejas e outros edifícios eclesiásticos foram os principais alvos do saque, sendo depois alguns deles incendiados. O palácio episcopal e o Convento de S. Francisco ficaram vazios e as igrejas, nomeadamente a Igreja de S. Pedro, a da Misericórdia e a Sé, viram-se despidas dos ornamentos e alfaia litúrgicas mais ricas, principalmente imagens, prata dos altares, vestimentas, sinos, etc. As chamas consumiram o paço episcopal cujas paredes caíram por terra e, desde logo, o bispo D. Fr. Francisco de Agostinho lastima a destruição de toda a livreria dos bispos "que era mais que boa" e da qual não sobrou sequer um breviário para poder dizer missa⁹.

Destas operações de pilhagens resultou o desaparecimento de parte significativa dos principais arquivos civis e eclesiásticos da Ribeira Grande. Após 1712, foi interrompida a prática de guardar sistematicamente a documentação em muitas dessas unidades arquivísticas, até porque muitos dos oficiais passaram a exercer o seu expediente em casas alugadas na cidade. A elite de Santiago rapidamente se apercebe da importância do acesso à documentação e, sempre que existia um governo interino ou a morte de oficial cimeiro (governador, ouvidor ou sindicante), passava revista a essas casas, apropriando-se muitas vezes de provas que a pudesse comprometer. Esta prática atinge o paroxismo nas décadas de 50 e 60, mormente aquando da suspeita morte do desembargador Custódio Correia de Matos, em 1754, cujos testamenteiros, nomeadamente António de Barros Bezerra e Oliveira, se apossaram de todos os documentos da sua sindicância¹⁰. Foi igualmente responsável, na noite de 13 de Dezembro de 1762, pelo roubo dos baús de papéis da casa do ouvidor João Vieira de

⁷ O relato da invasão e saque dos franceses na ilha de Santiago, em Maio de 1712, inclui-se num conjunto de documentos, entre eles o relatório "infausto da Exungnassam daas fortalezas e e cidade de S. Tiago do Cabo Verde feita por Monsieur Casar [Cassard] General Frances em sinco de Mayo deste presente anno de Mil Seteçentos e Doze" feito pelo bispo D. Fr. Francisco de Santo Agostinho e carta do governador José Pinheiro da Câmara ao rei de 23 de Novembro de 1712. Consulta do Conselho Ultramarino, AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713.

⁸ O ouvidor Xavier Lopes Vilela em carta ao rei de 12 de Fevereiro de 1712 informa que os franceses tinham rasgado os processos judiciais existentes nos cartórios. Dado que era impossível reatar esses processos, o ouvidor pede que se possam tirar segundas devassas para que os crimes não ficassem sem castigo. Cf. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 74, 2 de Dezembro de 1712. Em 20 de Junho de 1735, o ouvidor e provedor Costa Ribeiro informa, a propósito dos tombos das capelas, que os arquivos e cartórios da provedoria das capelas, defuntos, ausentes, órfãos e resíduos ficaram destruídos depois do saque dos franceses. Consulta do Conselho Ultramarino, *Cabo Verde*, cx. 16, doc. 35, 8 de Setembro de 1736.

⁹ Carta do bispo D. Fr. Francisco de Santo Agostinho ao rei sobre as obras do paço episcopal, AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 73, 25 de Novembro de 1712.

¹⁰ Termos do testamento de Custódio Correia de Matos de 1754, contido em instrumento de procuração do coronel António de Barros Bezerra de 2 de Maio de 1762. AHU, *Cabo Verde*, cx. 27, doc. 64.

Andrade, de cujo assassinato fora o principal mandante nessa mesma manhã¹¹. Como resultado desta prática de roubo sistemático dos papéis oficiais e de incúria no seu registo, o governador Saldanha Lobo apenas encontra, em 1771, na secretaria do governo, dois livros de registo das ordens, provisões e alvarás “todas dilaceradas” (...) “riscadas e roubadas”, enquanto João Gomes Ferreira, ouvidor contemporâneo daquele, se queixa que os ouvidores/provedores da fazenda nem sequer tinham Ordenações ou livros de registo¹². Será a partir deste mandato de Saldanha Lobo, um governador marcada-mente iluminista e centralizador, que a secretaria do governo voltará a ser organizada de forma sistemática e que todos os capitães-mores das “ilhas adjacentes” receberam regimentos que reuniam todas as ordens gerais anteriores, em que se estipulava, de forma minuciosa, a obrigatoriedade de fazer autos de posse, livros de matrícula da milícia e da guarnição dos portos, bem como de reformar os livros da fazenda e das câmaras.

Acrece ainda, relativamente à Igreja, que o bispo D. Fr. Pedro Jacinto Valente, logo após tomar posse na sé em Maio de 1754, abandonou Santiago. Saiu em visita pastoral pelas ilhas e, depois de permanecer em S. Nicolau os restantes 8 meses desse ano, acabou por passar em Fevereiro de 1755 a Santo Antão, de onde iria dirigir o governo da diocese durante mais de 20 anos, até à sua morte, em Janeiro de 1774. Para aí levou muitos ornamentos e livros preciosos da mitra, que encontrou no paço episcopal da Ribeira Grande, que deixou depois arruinar por completo, ficando literalmente de janelas e portas escancaradas. O novo bispo D. Fr. Francisco de S. Simão só chegaria a Santiago em 1781, tendo residido sempre numa remota fazenda em Ribeira da Prata, junto do então longínquo porto do Tarrafal, no extremo oposto da sede do bispado, 5 meses depois. A partir desta data, os bispos alternam a sua residência por diversas ilhas, nomeadamente S. Nicolau, onde residiram D. Fr. Cristóvão de S. Boaventura (1786-1798) e D. Fr. Silvestre de S. Maria (1803-1813), Brava, onde permaneceu entre 1835 e 1844 o bispo D. João Henriques Moniz, e Santiago, onde o bispo D. Fr. Jerónimo do Barco (1821-1827) mandou reedificar o paço episcopal bem como construir o mais antigo seminário das ilhas na Ribeira Grande. Ambos ruíram rapidamente. O primeiro, porque nunca foi habitado por nenhum bispo e o segundo, porque nem sequer nele foram inauguradas as aulas. Esta errância só terminaria com a transferência da sede da diocese para S. Nicolau pelo bispo D. José Luís Alves Feijó, onde viria a fundar o Seminário-Liceu de S. José, na vila da Ribeira Brava, em 1866. Até ao período republicano, aquela instituição funcionou como o mais importante foco de ensino insular e de irradiação da Igreja. A partir de 1910, a Igreja é fortemente cercada pelos governadores republicanos que fecham as portas de vários institutos eclesiásticos de ensino, como o Seminário-Liceu de S. Nicolau e o Instituto de D. Manuel II no Tarrafal, assistido pelas irmãs franciscanas hospitalteiras. A sede da Igreja voltará a mudar para Santiago, desta vez para a

¹¹ Carta do ouvidor João Gomes Ferreira ao rei sobre as diligências do caso do assassinato do ouvidor João Vieira de Andrade. AHU, *Cabo Verde*, cx. 28, doc. 24, 26 de Março de 1764.

¹² Carta do governador Saldanha Lobo sobre a desordem nos papéis da secretaria do governo. AHU, *Cabo Verde*, cx. 32, doc. 8, 26 de Junho de 1771. Carta do ouvidor João Gomes Ferreira sobre o ouvidor cessante Dionísio Gonçalves Branco. AHU, *idem, ibidem*, doc. 37, 5 de Julho de 1771.

Praia, no ministério de D. Faustino Moreira dos Santos, no início dos anos 40, depois do ressurgimento do esforço eclesiástico ultramarino colonial, patente na Concordata, e posterior acordo Missionário¹³.

Esta constante itinerância e sobressaltos da Igreja de Cabo Verde repercutiram-se naturalmente na dispersão e fragmentação dos arquivos eclesiásticos pelas diversas igrejas, nas quais os bispos fizeram a sua catedral, onde tiveram assento prolongado ou realizaram visitas pastorais. Muita dessa documentação foi simplesmente perdida e outra parte encontra-se ainda abandonada em várias igrejas.

Em síntese, o deão Francisco Ferreira da Silva afirma, em 1889, que existia memória de “grande cópia de documentos” nos arquivos do cabido; porém, à data em que é incumbido da direcção do seminário-liceu em S. Nicolau, afirma que já pouco ou nada existia. Para este facto enumera vários factores como o desleixo, a mudança de residência dos bispos, a inexistência de casa própria para o arquivo e o puro desaparecimento de muitos bens e papéis da mitra “que se perderam como coisas que não tinham dono”.

O presente arquivo diocesano de Cabo Verde terá, pois, herdado fragmentos de núcleos avulsos de documentação episcopal, do cabido e restante clero. Porém, este não se encontra ainda sistematizado ou aberto a investigadores, tal como permanece por arquivar de forma ordenada toda essa documentação, remanescente em sacristias de muitas igrejas das ilhas.

O que daqui resulta para a elaboração de um capítulo de síntese sobre a história da Igreja em Cabo Verde?

Dado que não subsistiu nas ilhas um corpo compacto, consistente e sequente de documentação eclesiástica, e que muitas das fontes escritas, que perduraram, não se encontram disponíveis, esta é apenas uma história da Igreja possível e do momento. Este facto foi desde logo um óbice para que se fizessem estudos ou existisse uma historiografia da Igreja em Cabo Verde, contrariamente às dioceses de outros arquipélagos atlânticos, como a Madeira e os Açores, ou dos diversos bispados do Brasil e de Angola onde se conservaram os chamados “arquivos de diocese”, nos quais se radicaram obras clássicas de referência, como *Histórias da Diocese de...*, *Histórias da Sé de...*, ou *Subsídios para a história da igreja em...* Nestes casos, permaneceu muita da documentação estruturante sobre a fundação e regulamentação dessas cristandades além-mar, tais como, constituições sinodais, capítulos do cabido, compromissos da Misericórdia e outras confrarias, documentos do auditório ou tribunal eclesiástico ordinário, nomeadamente devassas e regulamentos internos, etc. Em Cabo Verde, este tipo de documentação que devia constar do tombo do cabido não subsistiu ou não chegou sequer a ser elaborado¹⁴. Lançamos aqui a hipótese das

¹³ Esta síntese sobre as mudanças de residência dos bispos de Cabo Verde foi elaborada a partir do autor Anónimo (1784), *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde...*, edição e notas de António Carreira, Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1985, pp. 58 e segs. e do artigo do padre Henrique Pinto Rema, “Diocese de Cabo Verde”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp. 280-284.

¹⁴ O exemplo prático mais relevante desta questão é abordado naquele que cremos ser o exemplo único daquele tipo de obras historicistas e a obra citada na nota anterior. O deão Francisco Ferreira da Silva teve acesso aos Estatutos do Cabido, elaborados pelo bispo D. Fr. Lourenço Garro, em 1627,

descontinuidades do enraizamento da Igreja e, sobretudo, de um corpo clerical competente, ilustrado e coeso em Cabo Verde, não terem permitido formar localmente uma tradição de produção de documentação eclesial que permitisse, por exemplo, a reunião da Igreja em sínodo para produzir as suas próprias constituições de bispado, compromissos de misericórdia ou de outras irmandades. Por défice, observavam-se na Igreja de Cabo Verde as constituições sinodais e os compromissos da Misericórdia da Matriz de Lisboa, regulamentos totalmente exógenos da realidade cabo-verdiana, face à qual se revelavam desajustados.

Por outro lado, dados de natureza normativa, como os imprescindíveis relatórios das visitas pastorais e consequentes devassas, que sabemos terem sido elaborados pelos bispos ou visitadores quando saíam nesses exames de disciplina eclesiástica e das práticas religiosas, só se contam algumas unidades relativas a Cabo Verde. Quanto aos dados de natureza serial, como róis de confessados, róis de confirmados ou registos paroquiais (de baptismo, casamento e óbito), nada subsistiu anterior ao século XIX, até porque só temos notícias muito fragmentárias da sua existência, o que aponta para o facto provável da maioria dos párocos não elaborar de forma sistemática esse registo que o Concílio de Trento tornara obrigatório. Também outros documentos de natureza particular registados publicamente, como sejam, testamentos, procurações, inventários e instituição de legados pios ou de propriedade vinculada a obrigações espirituais, são muito escassos e lacunares, o que compromete seriamente uma análise aprofundada da evolução das atitudes face à morte em Cabo Verde.

O presente capítulo ressent-se naturalmente deste “vazio” da documentação que tradicionalmente é utilizada pelos especialistas de história da Igreja, mentalidades e atitudes religiosas, o que nem sempre permitiu a sua objectivação no espaço e no tempo ou a sua diferenciação por grupos étnicos e sociais. Esta redacção apoiou-se sobretudo na análise e interpretação dos muitos fragmentos documentais que os mais diversos actores deixaram escapar sobre a Igreja e a religião em Cabo Verde, e sua caracterização no seio das linhas motrizes da conturbada evolução política, económica e social do arquipélago, na segunda metade do século XVII e século XVIII, até à década de 80. Foi do trabalho de ligação desses minúsculos retalhos num grande tecido que nasceu este estudo sobre a afirmação de uma igreja cabo-verdiana.

Atitudes da Igreja de Cabo Verde numa sociedade em mudança

A história, mesmo neste caso de uma história geral, não deve deixar de lado personalidades que foram influentes no seu curso. Esta afirmação elementar é particularmente pertinente para os bispos de Cabo Verde, ao longo do período que aqui é objecto de análise. Tratando-se de benefícios perpétuos e não de ofícios temporários, como dos governadores ou dos ouvidores, alguns bispos permaneceram à cabeça da

também referidos por Senna Barcellos, fonte de que se desconhece o paradeiro. Refere que se encontravam “carcomidos pelo tempo e a tal ponto furados pella traça que mal se podia decifrar o que nelles se continha”, como é indicado no preâmbulo dos estatutos reformados em 29 de Abril de 1798 pelo bispo D. Fr. Cristóvão de S. Boaventura. Cf. *op. cit.*, p. 45.

Igreja cerca de 20 anos, o que aumenta consideravelmente a territorialidade e enraizamento do seu poder relativamente àqueles; para mais, bispos como D. Fr. Portuense ou D. Fr. Pedro Jacinto Valente imprimiram à sua acção um cunho muito particular que virá a ser deveras influente no desenrolar dos acontecimentos ocorridos nas diversas ilhas de Cabo Verde, pelo que aqui se justifica a análise das suas principais linhas de actuação¹⁵.

Ruptura das relações de Portugal com a Santa Sé e duas desistências (1640-1668)

A recuperação do trono por D. João IV, em 1640, após 60 anos de unificação das duas monarquias ibéricas, sob o ceptro dos Habsburgo, abre três décadas de profunda perturbação política no Reino com consequências directas nas fracções atlânticas sob o seu domínio. O arquipélago de Cabo Verde não ficou imune a esta difícil conjuntura marcada pela guerra e por intensas negociações diplomáticas. A atenção da Coroa é obrigada a dispersar-se por assuntos e palcos tão diversificados como o reconhecimento internacional da nova dinastia pela Santa Sé e pelas principais potências europeias, as guerras da Restauração entre Portugal e Espanha e a acesa disputa nos palcos ultramarinos. A título de exemplo, no Índico, várias praças são tomadas, enquanto, no Atlântico Sul, se assiste ao esforço que conduziu à expulsão dos holandeses do Brasil, Angola, Mina e mesmo de S. Tomé¹⁶.

As ondas de ressonância desta vaga de fundo também se manifestam na zona económica dos Rios de Guiné onde se opera um reajustamento dos circuitos económicos negreiros em favor de novos agentes e rotas comerciais. Basta lembrar que o porto de Cacheu chega a oscilar para o lado castelhano, uma vez que a nova situação política pôs fim ao anterior sistema de contratos de fornecimento de escravos às Índias de Castela. Dominada pelas redes internacionais de cristãos-novos, que agora rumam a outras paragens, os seus moradores temeram pela interrupção desta rota que fora o seu principal suporte e modo de vida¹⁷.

Quanto a Cabo Verde, que logo manifesta completa lealdade à nova dinastia, verificamos que não sofreu qualquer invasão directa por parte dos concorrentes marí-

¹⁵ Para não sobrecarregar o leitor com datas e factos referentes ao percurso de cada um dos bispos ou governadores deste período, remetemos aqueles para os respectivos quadros no final do volume.

¹⁶ Em 1648-49 a frota capitaneada por Salvador Correia de Sá recuperaria aos holandeses Luanda, Benguela, Pinda e Loango, entre outras praças angolanas e ainda S. Tomé e Príncipe. Em 1654, caberia a vez aos territórios ocupados no Brasil. Ver Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, 2ª ed., vol. V, Lisboa, Verbo, pp. 100, 116 e 122.

¹⁷ Esta problemática tem vindo a ser estudada por Maria Manuel Torrão, nomeadamente no capítulo "Rotas comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento", in *HGCV*, vol. II, pp. 17-123, e no estudo *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico*, Lisboa, 2 vols., IICT-CEHCA, Dissertação de acesso à categoria de Investigador Auxiliar (no prelo). Sobre a conjuntura de Cacheu no período pós-Restauração ver Maria Luísa Esteves, *Gonçalo Gamboa de Alala, Capitão-Mor de Cacheu e o Comércio Negroiro Espanhol (1640-1650)*, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Lisboa, 1988.

timos dos portugueses, os quais, no entanto, intensificaram a sua frequência nas águas territoriais das ilhas. Naturalmente, toda esta conjuntura absorveu de tal forma a atenção e as energias da Coroa, que se assistiu a um afrouxamento, em alguns casos mesmo hiato, nas ligações entre Cabo Verde e a metrópole, no período compreendido entre 1640 e 1670. Os organismos reinóis limitaram-se a uma gestão corrente do expediente administrativo, isto é, a prover os ofícios cimeiros e intermédios do arquipélago e a responder às petições e pedidos de resolução formulados pelos governadores ou ouvidores sobre casos concretos. As decisões tomadas foram essencialmente reactivas e prendem-se com assuntos prementes como, por exemplo, a presença de navios estrangeiros nas ilhas ou de missionários franceses e espanhóis nos Rios de Guiné.

No que à Igreja diz directamente respeito, uma das consequências político-diplomáticas imediatas da Restauração foi a rotura das relações entre Portugal e a Santa Sé, que deixou em suspenso, ou por vezes mesmo paralisadas, as estruturas eclesiásticas tanto do Reino como do império, uma vez que os bispados da metrópole e do padroado português, que entretanto vagaram, deixaram de ser providos por Roma¹⁸.

A diplomacia de D. João IV procurou ser lesta na resolução deste conflito, já que, em parte, passava pela Santa Sé o posicionamento de Portugal no conturbado contexto europeu da 2ª metade do séc. XVII. Nos bastidores da cúria movimentavam-se activamente cardeais e enviados de Espanha que procuravam tolher a diplomacia portuguesa. O pretexto que a cúria romana encontrou para criar um impasse nas relações com Portugal foi precisamente a fórmula de apresentação dos bispos pelo rei e a sua posterior confirmação apostólica. D. João IV pretendia, neste caso, igualar-se aos monarcas espanhóis e fazer vingar em definitivo para Portugal as mesmas condições de apresentação episcopal que aqueles detiveram e que praticaram durante a união dinástica, isto é, a súplica da confirmação do prelado nomeado pelo rei de Portugal, devendo ficar bem expreso o nome do monarca no documento de apresentação. Pressionada por Espanha, a Santa Sé não acedeu, recusando-se mesmo a receber embaixadores portugueses. D. João IV centrou as negociações neste argumento da ausência de prelados, que deixava em suspenso o funcionamento das dioceses, sujeitas aos excessos e irregularidades dos governos dos cabidos. Os grandes eclesiásticos do Reino não tardaram em expor repetidamente esta questão ao papa e, em 1649, informam a cúria que na metrópole só já existia um bispo no activo e outros dois nas dioceses asiáticas. Todos os restantes bispados estavam vagos.

Dado o ascendente espanhol em Roma, a situação prolongou-se sem uma solução à vista, até que as relações entre Portugal e a Santa Sé foram reatadas após a assinatura, em 1668, do tratado de paz entre as duas Coroas ibéricas.

Em Cabo Verde, à data da Restauração, encontrava-se em exercício D. Fr. Lourenço Garro, prelado que também viria a acumular interinamente, em 1645, o cargo de governador por falecimento de D. João Serrão da Cunha. Com a morte do bispo, a

¹⁸ Sobre a quebra de relações entre Portugal e a Santa Sé no período pós-Restauração ver essencialmente Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, dir. de Damião Peres, 2ª ed., vol. II, Lisboa-Porto, Livraria Civilização, 1968, pp. 335-342.

1 de Novembro de 1646, iniciava-se um longo período de mais de 25 anos de sede vacante, que só viria a terminar em 16 de Maio de 1672 com a confirmação apostólica do novo bispo de Cabo Verde, o frade carmelita D. Fr. Fabião dos Reis.

Entre 1646 e 1672, a diocese permaneceu entregue a mais um atribulado governo do cabido. Este alcançou do Reino, por via da chancela administrativa da Ordem de Cristo (que conferia ao rei o padroado das igrejas ultramarinas), a apresentação de algumas conezias e dignidades que, entretanto, vagaram por morte dos seus ocupantes. No entanto, o número de novos cônegos e dignitários eclesiásticos, apresentados durante este período, foi muito diminuto, tratando-se provavelmente apenas da promoção a ofícios cimeiros da catedral de capitulares que já se encontravam na diocese antes do início da vacatura. A estrutura eclesiástica ficou assim parcialmente paralisada, sobretudo no que dizia respeito à nomeação de vigários permanentes para as paróquias ou à concessão de ordens maiores a clérigos, sacramento reservado ao bispo.

O governo do cabido cedo se consumiu nas habituais querelas internas entre facções afectas aos diferentes grupos, em que se encontrava dividida a oligarquia de Santiago, e nas constantes rivalidades com governadores e ouvidores.

Logo os capitulares se envolveram num conflito aberto com o governador Pedro Ferraz Barreto (1653-1657) que lançou sobre o cabido as mais diversas acusações: irregularidades financeiras, privação de padres, apresentados pelo rei, do exercício do seu ofício, colocando outros em sua substituição, e descortesias públicas nas igrejas da Ribeira Grande. Afirma que o cabido se encontrava “revoltoso e dividido em 2 bandos”. E conclui dizendo que “eu não hey de ir como governador publico onde este cabido estiuer e pera ter o exersissio de cristão, me vim para este mosteiro dos padres Capuchos da Piedade”. A elite local, através da câmara e cabido, coliga-se contra o governador no mesmo tom acusatório; o cabido apenas consegue retorquir com o facto de Pedro Ferraz Barreto ter suspenso e prendido o vigário da ilha do Fogo, padre Sebastião Fernandes, e, acusação banal, de negociar escravos com estrangeiros¹⁹.

Entretanto, sem que o cabido desse conta, verificavam-se no Reino algumas alterações no campo da organização missionária, que viriam a repercutir-se rapidamente na diocese de Cabo Verde. Com efeito, D. João IV viu-se confrontado com a retoma da iniciativa da Santa Sé que, em 1622, criou a Propaganda Fide e com a consequente intromissão de missionários estrangeiros nas áreas de presença portuguesa, nomeadamente nos Rios de Guiné. Portugal tinha de dar mais ênfase e conteúdo prático à justificação espiritual do império, agora que a doutrina do *mare clausum* já há muito era letra-morta para os concorrentes do Norte da Europa. A resolução para este assunto acabou por ser sugerida pelo conselheiro e confessor do rei, o eminente jesuíta padre António Vieira. Em 1656, é criado o organismo da Junta ou Tribunal das Missões para a Propagação da Fé, instituição encarregada de emitir pareceres sobre os problemas da missionação e de dar resposta às questões concretas suscitadas pelos missionários. Por casualidade, Vieira escalou Santiago em 1652 a

¹⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de Junho de 1657, em que vem inserta a carta do padre Sebastião Fernandes, vigário da ilha do Fogo, Abril de 1656. AHU, Cabo Verde, cx. 5, doc. 71.

caminho da missão no Maranhão e, tendo constatado o seu abandono pelos jesuítas, comprometeu-se pessoalmente junto do príncipe D. Teodósio e do rei na resolução da questão²⁰.

Os jesuítas acabaram por decidir formalmente o fim da missão de Cabo Verde em 1653 e a escolha veio a recair nos franciscanos da província da Soledade, que chegaram a Santiago em 1657. Com uma só decisão, a Coroa solucionava vários problemas em aberto: a necessidade de uma deliberação oficial dos jesuítas sobre a sua permanência nas ilhas, questão que se vinha arrastando havia algum tempo, e a consequente instalação de uma nova missão em Cabo Verde e Terra Firme de Guiné; por sua vez, esta permitia remediar as carências de assistência espiritual nas ilhas, fruto da longa ausência de um prelado, bem como acudir aos Rios de Guiné, assistindo agora às autoridades um argumento sólido para daí expulsar os capuchinhos franceses e espanhóis que, entretanto, se tinham instalado.

Depois do reconhecimento do novo poder dinástico português pelas principais nações europeias e da assinatura do tratado de paz com a Espanha em 1668, as relações com a Santa Sé foram reatadas e reiniciou-se o normal provimento dos bispos portugueses e ultramarinos. Com tantas oportunidades em aberto, a diocese de Cabo Verde não era por certo a opção mais atractiva, pelo que alguns prelados escolhidos recusaram o cargo, como foram os casos de D. Fr. Francisco de S. Diogo, em 1668, e de D. Leonardo de Santo Agostinho, em 1670²¹.

No microcosmos da Ribeira Grande, o cabido mantinha-se no centro da conflitualidade, nomeadamente com o ouvidor Dr. Manuel da Costa Palma, por aquele ter acolhido na Igreja da Misericórdia, durante a Semana Santa de 1664 e ao abrigo do privilégio do direito de asilo, Domingos Belchior Viegas, chefe de um grupo de homiziados; estava também de relações cortadas com o conhecido António de Barros Bezerra²².

Com os atrasos na designação de um novo bispo, a situação da Igreja local agudizou-se, ao ponto de o deão, o reinol Dr. Manuel Dinis Ribeiro, que exercia paralelamente os officios de provisor e vigário-geral do bispado, ter sido assassinado na sua residência na Ribeira Grande, em 17 de Janeiro de 1668. Dada a dignidade dos cargos que detinha, Ribeiro era o dirigente máximo do cabido. Da devassa feita na corte sobre a sua morte, resultou que os principais suspeitos fossem alguns dos seus pares no cabido, que o deão denunciara à justiça eclesiástica²³.

²⁰ Sobre a participação do padre António Vieira nestes assuntos ver Maria João Soares, "A caminho do Maranhão passando por Cabo Verde: a estada do padre António Vieira na ilha de Santiago (1652)" in *Actas do Congresso Internacional do Terceiro Centenário da morte do Padre António Vieira*, vol. 1, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1999, pp. 563-586.

²¹ Anónimo (1784), *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*..., edição e notas de António Carreira, Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1985, p. 46.

²² Sobre o primeiro episódio ver Daniel Pereira, "As insolências do capitão Domingos Belchior Viegas e do seu irmão Belchior Monteiro de Queiroz contra as autoridades da ilha de Santiago (1653-1665)" in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 16, Julho-Dezembro, 1985, pp. 31-61.

²³ Devassa que veio de Cabo Verde da morte do Dr. Manuel Dinis Ribeiro, feita na corte pelo Dr. Pedro Álvares Seco de Macedo. AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 34, 9 de Outubro de 1669. Esta devassa foi primeiro tirada localmente pelo cabido, acabando no entanto por ser embargada a pedido dos herdeiros do deão que consideravam os capitulares juizes em causa própria e ser feita nova devassa em Lisboa.

A situação da Igreja em Cabo Verde, nas vésperas da nomeação de um novo bispo, era marcada pela falta de curas nas paróquias de Santiago, do Fogo e ilhas do Barlavento. A gestão temporal e espiritual da diocese encontrava-se seriamente manietada e comprometida devido aos conflitos internos do cabido e à sua participação em disputas sociais e institucionais mais latas.

D. Fr. Fabião dos Reis (1672-1674): retoma da actividade episcopal

Em Janeiro de 1672, foi escolhido o bispo D. Fr. Fabião dos Reis, carmelita e qualificador do Santo Ofício; homem de idade avançada, chegou à ilha de Santiago a 3 de Maio, falecendo passados 9 meses, a 8 de Fevereiro de 1674. Se este curto lapso de tempo poderia fazer pensar que a presença de D. Fr. Fabião em Santiago teria sido irrelevante, tal não aconteceu em termos da actividade da Igreja local²⁴.

Cabo Verde tinha visto morrer o último bispo em 1646, o que significa que, durante 28 anos, não foram ali ordenados padres, já que esta é uma prerrogativa exclusiva do bispo. É provável que durante esta longa ausência muitos indivíduos se tenham preparado para receber ordens sacras, pelo que logo teriam sido ordenados por este novo bispo, proporcionando, assim, quer o retomar do regular funcionamento da carreira eclesiástica quer o provimento destes novos sacerdotes nas paróquias de há muito vagas. Por outro lado, durante o ano que permaneceu em Lisboa à espera dos preparativos da viagem para o governo da diocese, alcançou novas e importantes prerrogativas para o bispado de Cabo Verde; pela primeira vez, um bispo detinha a faculdade de nomear, por sua exclusiva autoridade, todas as dignidades, conezias, titulares das vigairarias e outros benefícios eclesiásticos. Depois de providos localmente, os designados apenas teriam de obter do rei a respectiva sanção formal, isto é, apresentação e uma carta de mantimento do respectivo ordenado. O rei, no sentido de não abdicar por completo destas faculdades do padroado, reservava somente o privilégio de nomear o deão, a mais alta dignidade do cabido²⁵.

D. Fr. Fabião dos Reis obteve igualmente do monarca várias melhorias e comodidades para o exercício da actividade episcopal: um aumento de 400.000 réis na ordinária dos bispos, acréscimo nas suas ajudas de custo para preparação da viagem, a obrigatoriedade de ser facultada ao bispo ou visitador embarcação e mantimento sempre que saíssem de Santiago em visita às outras ilhas ou aos Rios de Guiné, diversas concessões que pretendiam agilizar o pagamento atempado e regular dos prelados, bem como diversos ornamentos litúrgicos de que a sé necessitava. Alcançou, para a Igreja de Cabo Verde, diversas prerrogativas e privilégios de que todos os seus sucessores viriam a beneficiar, invocando este precedente²⁶.

²⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 59, 16 de Fevereiro de 1672. D. Fr. Fabião dos Reis foi confirmado bispo pela bula de 15 de Maio de 1672 e sagrado em Lisboa a 11 de Setembro de 1672. Cf. António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. VI, p. 321, e Anónimo (1784), *op. cit.*, p. 47.

²⁵ Alvará régio a D. Fr. Fabião dos Reis, ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, L.º 63, fs. 178 v. -179, 20 de Janeiro de 1673.

²⁶ Ver consultas do Conselho Ultramarino de 11 de Novembro de 1672. AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 61, 23 de Novembro de 1672, 5 de Dezembro de 1672, 26 de Novembro de 1672 e 12 de Outubro de 1672. *Idem, ibidem*, docs. 62, 63, 64 e 75.

Finalmente, é durante o seu episcopado que D. Pedro II dá ordem para que se retome a construção da catedral e para que esta fosse concluída o mais célere possível²⁷.

Apesar de curto, este bispado, por ter sido o que sucedeu imediatamente ao longo período de sede vacante no pós-Restauração, irá condicionar o quadro de funcionamento pelo qual a acção da Igreja se pautou durante o século XVIII, uma vez que proporcionou novas condições de acesso aos cargos eclesiásticos e ganhos no que aos poderes e privilégios episcopais diz respeito. Finalmente, abriu-se caminho para que a sé catedral fosse finalmente (re)construída, o que terá implicações óbvias na contro-
vêrsia em torno da complexa questão da localização da capital política de Cabo Verde.

D. Fr. António de S. Dionísio e D. Fr. Vitoriano Portuense: a Igreja a par das tentativas de dinamização das ilhas no último terço do século XVII

Os últimos 30 anos do século XVII foram marcados pela reactivação da iniciativa política do Reino, relativamente a Cabo Verde. Ultrapassada a conturbada conjuntura pós-Restauração, observa-se, como é bem sabido, uma recentragem do império português no Atlântico Sul, sendo recuperadas aos Holandeses diversas praças e fracções territoriais que aqueles haviam tomado, e alcançada uma paz relativamente estável com as principais potências europeias. Mesmo com as crises do açúcar de 1640 e 1670, ganha forma consistente o complexo que é designado, por alguns autores, por "Atlântico luso-brasileiro", doravante o eixo central do comércio marítimo português²⁸. Urgia assim tentar reconverter o papel de Cabo Verde neste novo espaço, o que se vai manifestar através da execução de uma série de iniciativas político-administrativas e comerciais. Saem do Conselho Ultramarino vários novos regimentos e outros instrumentos legais com alíneas alteradas para os oficiais e instituições cimeiras do arquipélago; tenta-se, na medida do possível, correlacioná-los com a realidade local e com os privilégios das novas companhias comerciais. Porém, todo este esforço de redefinir a governabilidade local vai ter efeitos práticos reduzidos, quer ao nível da operacionalidade da administração insular quer quanto à participação activa de Cabo Verde nos grandes circuitos marítimos do Atlântico²⁹.

²⁷ Consulta do Conselho Ultramarino. António Brásio, *MMA, 2ª série*, vol. VI, pp. 349-350, 16 de Outubro de 1673.

²⁸ Ver de Frédéric Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle*, Paris, Centre Culturel Portugais, 1983 e a obra coordenada pelo mesmo autor, *O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*, vol. VII da colecção *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 1991.

²⁹ Em 1667, o bacharel Manuel Coelho Feio recebeu regimento como provedor dos órfãos, capelas e resíduos, conforme é referido em consulta do Conselho Ultramarino de 8 de Setembro de 1736. AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 35. Em 17 de Janeiro de 1671, o regimento do governador Manuel Pacheco de Melo contempla já o estabelecimento da paz e de acordos com as diversas potências europeias e, em 10 de Maio de 1676, o regimento do governador João Cardoso Pizarro tenta renovar o conteúdo funcional deste cargo (ver, respectivamente, AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 45 e cx. 6A, doc. 101). Mais tarde, em 12 de Outubro de 1694, o ouvidor Manuel Correia Lacerda e o sindicante e

No âmbito desta curta conjuntura, marcada por iniciativas várias, a Coroa decide agir também ao nível da Igreja, procurando prover os bispos de forma mais expedita e ser mais criteriosa na sua escolha. Procuravam-se eclesiásticos conhecidos no Reino pelo seu perfil enérgico, decidido e rigoroso, que tivessem capacidade para administrar mais eficazmente a difícil diocese de Cabo Verde. D. Fr. António de S. Dionísio e, sobretudo, D. Fr. Vitoriano Portuense são disso exemplo.

D. Fr. António de S. Dionísio (1675-1684): Repor a ordem na "Casa de Deus"

O Conselho Ultramarino age de forma rápida. Num lapso de 6 meses a Coroa respondeu, nomeando D. Bernardo de Santa Maria bispo de Cochim. Porém, este declinou o cargo, pelo que foi iniciado um novo processo de provimento³⁰. Nos começos de 1675, a escolha recai sobre D. Fr. António de S. Dionísio, franciscano e mestre de Teologia, que só viria a chegar a Santiago a 24 de Junho de 1676, mais de ano e meio decorridos sobre aquela data. Esta nomeação era parcialmente conforme ao pedido da Câmara de Santiago para que a escolha recaísse num franciscano da província da Piedade³¹.

D. Fr. António logo se queixa que a longa ausência dos bispos provocara uma grande desordem nos assuntos institucionais da Igreja, pelo que vai tentar tomar o pulso à gestão da "Casa de Deus".

Um dos seus primeiros actos relevantes no terreno foi a visita pastoral que fez à ilha do Fogo, ainda em 1676; logo excomungou o capitão e sargento-mor Cristóvão Gouveia de Miranda, sobre quem recaíam acusações de concubinato, incesto, rapto de uma donzela e assistência a um casamento clandestino. O oficial reincidiu ostensivamente no seu comportamento, pelo que o bispo começou a aperceber-se, de imediato, da pouca importância em que as censuras eclesiásticas eram tidas em Cabo Verde, mesmo quando se tratava de um oficial régio.

provedor da fazenda Manuel da Costa Palma obtém também novos regimentos em 12 de Outubro de 1694, conforme documentos insertos em AHU, *Cabo Verde*, cx. 30, doc. 44. Em 4 de Abril de 1695, é dado novo regimento aos provedores e tesoureiros dos defuntos de Guiné, Brasil e mais domínios ultramarinos. Finalmente, pela mão do sindicante e provedor da fazenda Manuel da Costa Ramalho, é criado o novo regimento da alfândega de Santiago, de 12 de Maio de 1696, que fora mandado elaborar em 1683. AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 107. O chamado foral da alfândega de Santiago, cujo original se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi publicado por Luís da Cunha Pinheiro, "O Foral da alfândega da ilha de Santiago de Cabo Verde de 1696", AHAM, vol. II, 2001, pp. 347-377. Sobre estes novos instrumentos legais e respectivas conjunturas ver, neste volume, os capítulos de Zelinda Cohen e Ilídio Baleno, respectivamente "A Administração de Cabo Verde pós União Ibérica: continuidades e rupturas" e "Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão".

³⁰ O bispo foi confirmado pela cúria romana em 2 de Agosto de 1675. Ver Anónimo (1784), *op. cit.*, p. 46.

³¹ A bula de confirmação data de 2 de Dezembro de 1675. ANTT, *Bulas*, 39-17, António Brásio, MMA, 2ª série, vol. VI, p. 374; para as outras datas ver Anónimo (1784), *op. cit.*, p. 47.

Depois desta primeira constatação, que estava à vista de todos, outra evidência se lhe seguiu. Tratava-se de uma questão de natureza comercial prevista na chamada bula da Ceia, por via da qual se proibia o comércio de cavalos com “heréticos” (neste caso ingleses, na ilha do Fogo) e de espingardas, alfanges e outras armas com os gentios dos Rios de Guiné, práticas que sempre tinham sido correntes nos circuitos comerciais de Cabo Verde. A conclusão foi a mesma que no caso anterior, mas agora referente a uma das mais elementares normas do papado que tinha poucas condições para conhecer eco no contexto de Cabo Verde³².

Depois das visitas pastorais às ilhas de Santiago e Fogo, D. Fr. António de S. Dionísio foi um dos primeiros prelados a ter como uma das prioridades do seu governo as condições de assistência espiritual à ilha do Maio e às ilhas do Barlavento, das quais apenas Santo Antão já possuía um vigário permanente desde inícios do séc. XVII. Porém, com que meios humanos e materiais se poderia acudir a estas ilhas “desamparadas”, onde só uma vez por ano se deslocava um visitador que oficiava aos seus habitantes a chamada “missa anual” e lhes ministrava os sacramentos da confissão e comunhão?

Fr. António, em tom de desabafo, afirma que os que aí morriam só podiam levantar os olhos ao céu e os outros esperar pela missa anual. Com esmolas e fretes despendidos do seu bolso e de algumas alfaías litúrgicas tiradas das igrejas de Santiago, destacou três párocos e um visitador para remediar essa carência. Contudo, a necessária embarcação tardaria 9 meses. Apesar desta solução temporária, o problema de fundo persistia. O aumento da ocupação humana, naquelas como em Santiago, que agora se designavam por “ilhas adjacentes”, já não se coadunava com uma presença sazonal e itinerante da Igreja, como tinha sucedido desde finais do séc. XVI e durante toda a centúria de Seiscentos. Demonstrando grande espírito pragmático e sagacidade na compreensão das condições locais, D. Fr. António de S. Dionísio preconizou que aquelas ilhas fossem assistidas por “moços da terra (...) dos mais limpos e com mais jeito para os estudos”. Para tal, ordenou o referido visitador que recrutasse dois jovens em cada uma das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista e Maio (2 por ilha). Seriam ensinados em Santiago e depois restituídos às suas origens para aí paroquiarem³³.

Para assegurar a estes párocos meios de sustento, uma vez que não estavam cabimentados na folha eclesiástica oficial que apenas compreendia os de Santiago e Fogo, escreveu aos feitores dos donatários da ilha do Maio, Boa Vista, S. Nicolau e Santo Antão para que, em conjunto com os moradores, contribuíssem para o pagamento dos párocos conforme estavam obrigados, afirmando que esta iniciativa obteve boa resposta nas ilhas do Maio e Boa Vista, cumprindo as ordens dos respectivos donatários. A propósito desta questão do pagamento aos párocos das ilhas periféricas, D. Fr. António de S. Dionísio tocou uma complexa e melindrosa questão de fundo com que se debatia a Igreja em Cabo Verde. Trata-se da questão do pagamento dos

³² Carta do bispo D. Fr. António de S. Dionísio ao rei sobre a sua visita à ilha do Fogo. AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 140, 28 de Junho de 1676.

³³ Carta de D. Fr. António de S. Dionísio ao rei. AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 110, 2 de Junho de 1677.

dízimos, a que todos os fiéis estavam obrigados para mantimento da Igreja, quer se tratasse de produções agrícolas, manufacturas ou transacções comerciais. Informa a este respeito que, em Santiago, não se pagavam dízimos de várias actividades económicas e produtos, como o tabaco, a algália, os panos e o peixe, enquanto nas ilhas do Barlavento, à excepção dos couros e peles, não eram tributadas as transacções de sal, gado cavalar e muar, pelo que, continua o bispo, tinha dado ordens ao visitador para tentar regularizar o pagamento do dízimo eclesiástico³⁴.

A embarcação que trouxera o bispo do Fogo para Santiago seguia para Cacheu. Uma vez mais, manifesta a sua intenção de garantir assistência espiritual ao maior número possível de crentes da sua diocese, nomeadamente os que habitavam em zonas mais remotas, em que se incluíam os Rios de Guiné, cuja cobertura espiritual o bispo confiava aos missionários franciscanos. Tentou dar novo vigor a uma linha de actuação cuja finalidade visava disciplinar o desregrado clero que estava sob a sua tutela, mesmo que para isso tivesse de o penalizar judicialmente. Neste sentido, desenvolve uma dura diatribe contra os visitadores dos Rios de Guiné, “clérigos ambiciosos e dominados pela cobiça”, que não só tinham deixado arruinar a Igreja de Cacheu, como a haviam despojado dos seus ornamentos, pelo que declara ser sua intenção pedir auxílio junto do Conselho Ultramarino para reedificar esse templo. Fez uso da sua jurisdição sobre os clérigos faltosos, de que resultou a aplicação de uma prisão e uma pena de degredo para os confins da ilha de Santiago. Penalizou igualmente outros clérigos que haviam sido negligentes na aplicação da justiça eclesiástica. A partir destas e de outras críticas e da aplicação de sanções judiciais a visitadores e outros membros do clero, D. Fr. António de S. Dionísio foi entrando naturalmente em choque com os membros mais proeminentes do cabido³⁵. Durante a visita pastoral à catedral, observara, no tocante às obrigações de missas de sufrágio, que o cabido há muitos anos não dizia as 52 missas anuais, a que estava obrigado, pela alma do infante D. Henrique; isto devia-se quer a desleixo nas suas obrigações quer ao facto de o almoxarife habitualmente não ter dinheiro para pagar esta despesa. O bispo acabou assim por constranger o cabido a retomar este uso e costume, apesar de por todos ser sabido que dificilmente seria remunerado³⁶.

Ao conflito com os capitulares, segue-se o embate pessoal e jurisdicional com o ouvidor Francisco Pereira, que havia já assentado raízes em Santiago, onde entretanto tinha casado. O governador João Cardoso Pizarro falecera em 20 de Agosto de 1676 e deixara vias de sucessão para que o bispo D. Fr. António de S. Dionísio o rendesse, com base no “uso e costume” de a câmara já anteriormente ter eleito bispos para o cargo de governadores interinos, como se passara por exemplo com D. Manuel Afonso da Guerra, em 1622, e com D. Fr. Lourenço Garro, em 1646. Contudo, desta vez, a municipalidade da Ribeira Grande decidiu ignorar as regras nominais da suces-

³⁴ Carta de D. Fr. António de S. Dionísio ao rei. AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 142, 20 de Julho de 1679.

³⁵ Carta de D. Fr. António de S. Dionísio ao rei. AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 111, 2 de Julho de 1677.

³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino sobre carta do bispo D. Fr. António de S. Dionísio, 25 de Julho de 1677. AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 131, 13 de Julho de 1678.

são. A câmara, em conluio com o ouvidor Francisco Pereira, deliberou que o governo interino ficaria na posse daquele órgão colegial, à cabeça do qual estava, nessa altura, o ouvidor, uma vez que os oficiais da câmara tinham morada nas fazendas rurais de que eram proprietários e onde os afazeres agrícolas, pecuários ou manufactureiros reclamavam a sua presença, não podendo, por isso, ocupar-se quotidianamente das tarefas da governação. Porém, alguns moradores, provavelmente afectos a uma facção distinta, protestaram contra esta ilegalidade e instaram o bispo a acudir à situação. D. Fr. António de S. Dionísio, presente na câmara no dia da eleição, recusou a nomeação que sobre ele recaíra, a pretexto de não ter carta régia para o efeito e de a sua condição de eclesiástico não condizer com o que afirmava ser a prática irregular segundo a qual era exercido aquele governo³⁷.

Seguiu-se um confronto jurisdicional com o mesmo ouvidor, sobre o polémico caso da pertença dos testamentos à esfera dos oficiais civis ou eclesiásticos, que só terminaria em 1679, após sentença desfavorável ao ouvidor, a quem se ordenava que não se intrometesse nos testamentos que pertencessem ao juízo eclesiástico³⁸.

A última grande questão que marca este episcopado partiu da iniciativa pessoal de D. Fr. António, no sentido de dar termo à infundável questão da construção da sé. Como atrás dissemos, D. Pedro II ordenara a finalização das obras da sé a custos controlados e o mais breve possível. Localmente, a questão era complexa de resolver: reconhecia-se que a Igreja da Misericórdia, que sempre servira de sé, era demasiado acañhada ("por crescer o povo ou ser maior a devoção") e que, dada a pobreza da ilha e os poucos recursos financeiros que o Reino disponibilizaria, a obra nunca poderia ser concluída de acordo com o desmesurado plano original³⁹. Porém, circulava entre os moradores e os eclesiásticos da Ribeira Grande uma série de hipóteses sobre a feitura, forma e local da obra. Os irmãos da confraria da Misericórdia, onde estava largamente representada a oligarquia de Santiago, defendiam que se deveria acrescentar a Igreja da Misericórdia, para que pudesse continuar a servir de sé, de forma mais condigna; outros, porém, pretendiam que, para o mesmo efeito, se fizessem obras de beneficiação e ampliação na Igreja de Nossa Senhora do Rosário; finalmente, o bispo e alguns reinóis queriam ver a sé construída no mesmo local onde, cerca de 1570, as obras haviam sido iniciadas por D. Francisco da Cruz. Para que fosse encontrada uma solução, o bispo agiu de forma sagaz e avisada. Mandou reunir na Igreja da Misericórdia o cabido, câmara, irmandade da Misericórdia e mais povo para discutir e votar a questão da sé. Na primeira votação, muito renhida, ganhou a proposta de acrescento da Igreja da Misericórdia, por 31 votos a favor e 25 contra. O bispo jogou então o seu trunfo: argumentou que aquela igreja nunca poderia ser sé, por se tratar da

³⁷ Carta de D. Fr. António de S. Dionísio ao rei. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 6A, doc. 115, 13 de Julho de 1677.

³⁸ Provisão de 6 de Novembro de 1679 a favor do bispo D. Frei António Dionísio para que o vigário-geral, como juiz dos resíduos das coisas eclesiásticas, possa tomar conta dos testamentos dos defuntos nos meses que lhe tocassem, conforme a Concordata da alternativa. José Justino de Andrade e Silva, in *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1675-83*, vol. IX, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1859, pp. 347-348.

³⁹ Carta do cabido ao rei. AHU, cx. 6A, António Brásio, *MMA, 2.ª série*, vol. VI, pp. 463-464, 21 de Maio de 1681.

igreja de uma confraria, finalidade para que fora destinada desde a sua fundação, pelo que os irmãos da Misericórdia poderiam dela expulsar o cabido, como já tinha sucedido por duas vezes. A questão voltou a ser discutida, acabando por triunfar a proposta da construção da sé no local que inicialmente fora assinalado, mas agora com um plano que previa um edifício de menores dimensões, mais proporcionado à precária situação económica que Santiago e o Reino actualmente viviam⁴⁰.

Os últimos anos do seu episcopado foram de desilusão e cansaço. Desde o início que fizera repetidos pedidos e diligências para que as suas ordinárias em atraso fossem satisfeitas. Em 1684, já se sabia que esses pedidos haviam sido efectuados em vão, pois tinham-se acumulado mais de três anos de ordinária em atraso e, para sustentar a sua casa e família, viu-se obrigado a empenhar a prata da mitra, vender os bens que trouxera do Reino e pedir dinheiro a juros⁴¹. A esta situação de penúria material acresceu uma progressiva debilidade física. Num momento de maior franqueza, queixa-se que aqueles que mais lhe deviam ajuda e obediência eram precisamente os que mais o difamavam, nomeadamente o deão e o clérigo Estêvão Freire, induzidos pelo governador Manuel da Costa Pessoa. Santiago afigurava-se-lhe como um purgatório, pelo que foi o primeiro de vários bispos de Cabo Verde a pedir ao rei para renunciar ao bispado e regressar à vida conventual.

Veio a morrer em 13 de Setembro de 1685, tendo sido sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Mesmo neste último episódio, esteve patente a sua cisão com o cabido, pois, de acordo com o seu estatuto, deveria ser sepultado na Igreja da Misericórdia, que acolhia a catedral.

D. Fr. Vitoriano Portuense (1685-1705): um bispo “absoluto”

É difícil e até algo ingrato tratar numa história geral uma personagem como a do bispo D. Fr. Vitoriano Portuense⁴²: difícil, porque se trata de resumir um dos mais ricos, intensos e bem documentados episcopados que Cabo Verde conheceu; ingrato, porque teremos de deixar de lado a descrição aprofundada dos múltiplos episódios e peripécias em que se envolveu com governadores, ouvidores, câmara, comerciantes, escravocratas, frades, chefes africanos e suas famílias, etc.⁴³.

⁴⁰ Informação da sé iniciada e da obra que nela se pode fazer escrita pelo bispo D. Fr. António de S. Dionísio. AHU, *Cabo Verde*, cx. 6A, doc. 161, 21 de Maio de 1681.

⁴¹ Petição do bispo D. Frei António de S. Dionísio inserida em consulta do Conselho Ultramarino. AHU, *Cabo Verde*, cx. 7, doc. 39, 11 de Novembro de 1684.

⁴² O seu nome de baptismo era Vitoriano da Costa, mas como era usual, quando se professava na província franciscana da Soledade, o nome civil dava lugar a um nome religioso para marcar a nova identidade que agora nascia. Nesta regra, os frades juntavam ao primeiro nome próprio de baptismo (Vitoriano) o topónimo de nascimento (Porto). Porém, a designação mais comum de D. Fr. Vitoriano do Porto, nome com o qual assinava, é D. Fr. Vitoriano Portuense, nome pelo qual foi designado em Cabo Verde e na historiografia local, pelo que aqui a escolhemos.

⁴³ Os vários historiógrafos da província da Soledade, nomeadamente Fr. Francisco de Santiago e Fr. Manuel da Mealhada, consagraram nas suas obras dedicadas à história desta província um lugar de destaque à personalidade e ao bispado do seu confrade D. Fr. Vitoriano Portuense, descritos de forma

Voltemos a relembrar a conjuntura. No reinado de D. Pedro II, as instituições reinóis, bem como grupos privados de mercadores, continuam a desenvolver “projectos” político-administrativos e comerciais para o complexo geográfico Cabo Verde/Rios de Guiné. O arquipélago era ainda parte activa da estratégia imperial. É este o caso dos diversos regimentos atrás referidos, da criação da Companhia de Cacheu e Cabo Verde, dos planos de fortificação da vila da Praia e das praças de Cacheu e Bolor, da criação da capitania e fortaleza de Bissau e da manutenção da actividade missionária, entre outros.

Uma vez que a Igreja era um dos braços executivos da metrópole, ao lado do poder civil e das iniciativas privadas, contava-se com a sua participação enérgica em algumas daquelas diligências, sobretudo no que diz respeito aos Rios de Guiné. A Coroa é novamente célebre na escolha do novo bispo de Cabo Verde, que é apresentado ainda em 1686 a Roma, embora só chegue a Santiago em 17 de Abril de 1688. Além de expedito, o Conselho Ultramarino manifestou-se criterioso nesta nomeação, uma vez que se tratava de um promissor eclesiástico franciscano com cerca de 30 anos, que havia estudado teologia em Aveiro, tendo rapidamente sido promovido a pregador e confessor⁴⁴. O seu carisma e personalidade vigorosa imprimiram a este episcopado uma intensa vitalidade à actividade da Igreja, cuja dinâmica extravasou os estritos limites eclesiásticos, acabando por abarcar alguns dos mais importantes aspectos da vida local.

Um dos primeiros actos simbólicos de D. Fr. Vitoriano, ao chegar a Santiago em 17 de Abril de 1688, foi a visita que efectuou ao Convento de S. Francisco, na Ribeira Grande, onde pediu celeridade ao guardião. Convém relembrar que eram confrades e que o bispo conheceria provavelmente alguns deles dos tempos de estudo e profissão nos conventos da província da Soledade, em Portugal. Esboça-se logo aqui uma aliança estratégica que, como veremos, será constante ao longo do seu episcopado⁴⁵.

O passo seguinte foi o de fazer visita a todas as freguesias de Santiago, algumas das quais não viam um bispo desde os tempos de D. Fr. Lourenço Garro e outras nunca tinham vislumbrado a figura do líder da Igreja.

Cerca de 6 meses depois de chegar, logo um episódio vem interromper a sua actividade pastoral, bem como azedar as suas relações com o ouvidor, câmara, Misericórdia e pessoas gradadas da terra.

O governador Veríssimo de Carvalho, chegado a Santiago em 24 de Agosto de 1687, sentiu-se atemorizado com a evolução dos acontecimentos: em Santiago, temia

panegirica e laudatória. Tal facto veio a resultar numa projecção exagerada de D. Fr. Vitoriano na historiografia, elevando-o ao que consideram ser o cume da actividade da Igreja em Cabo Verde a que se seguiria uma inevitável decadência, o que, do nosso ponto de vista, é uma interpretação pouco rigorosa. Ver Caio Boschi, “Ordens Religiosas, Clero Secular e Missão em África e na Ásia” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. III, *O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 319-321.

⁴⁴ É confirmado por bula de Clemente XI de 2 de Junho de 1687; sagra-se bispo em 14 de Setembro de 1687. Vide Anónimo (1784), *op. cit.*, p. 47 e P. Manuel Pereira Gonçalves, *A missão dos Jesuítas e dos Franciscanos nos ‘Rios de Guiné’ no século XVII*, 1991, pp. 223-224.

⁴⁵ P. Manuel Pereira Gonçalves, *op. cit.*, p. 224.

o poder daqueles a que chama “fidalguia” da terra e sentia-se impotente perante as fugas de escravos para os matos; nos Rios de Guiné, confronta-se com a declaração de Cacheu como distrito independente e com a revolta e consequente prisão de Bibiana Vaz. O governador, escudando-se nos habituais pretextos de incapacidade física e da inexistência de cuidados médicos, acabou por largar literalmente o governo sem sequer ter licença régia para o efeito, facto severamente penalizado. A “deixação” teve lugar em reunião de senado de câmara em 24 de Outubro de 1688 na presença do bispo, do ouvidor Manuel Delgarte da Costa, oficiais da câmara e mais “cidadãos e nobreza” de Santiago; por se temer a turbulência que normalmente resultava dos governos interinos da câmara, Veríssimo de Carvalho entregou o governo a D. Fr. Vitoriano Portuense que, depois de pressionado pelo ouvidor e homens do município, acabou por aceitar o cargo⁴⁶.

O conturbado governo interino de D. Fr. Vitoriano durou mais de um ano até à posse do novo governador, Diogo Ramires Esquível, em 1690⁴⁷. Contrariamente a anteriores governos interinos de eclesiásticos, D. Fr. Vitoriano como que fundiu num todo indistinto os cargos de bispo e governador, aglomerando igualmente as jurisdições civil e eclesiástica, bem como a justiça de 1ª instância da câmara e a provedoria da fazenda. Esta concentração indiscriminada de todo o tipo de poderes e jurisdições na sua pessoa e o uso efectivo que deles fez, logo lhe vale o qualificativo de “bispo absoluto e despótico”. Não tardaram a seguir para Lisboa as queixas violentas da câmara e, sobretudo, do sindicante Manuel da Costa Ramalho, dando a conhecer ao rei que este governador de “báculo” transformara os circuitos normais do poder numa desordem e confusão totais: a título de exemplo, colocava oficiais eclesiásticos a executar audiências judiciais de primeira instância nas igrejas e mandava os oficiais seculares fazer diligências do eclesiástico; imiscuia-se na esfera do ouvidor, mandando fazer devassas e executar sentenças do foro cível, passando igualmente cartas de seguro e cartas de alforria, além de que nomeou um provedor da fazenda; relativamente à câmara, condenou, sem qualquer pejo, juizes e vereadores e mandou promulgar posturas ao som de tambores. A vereação dá igualmente conta que o bispo/governador consumia a maior parte do seu governo em visitas pastorais, na reedificação das suas casas de moradia e no início das obras da sé, enquanto os trabalhos de fortificação, da competência dos governadores, haviam sido suspensos por completo⁴⁸. A resposta do Conselho Ultramarino a esta indefinição foi veemente: nenhum bispo poderia dispor da jurisdição secular, pelo que se sugere ao rei a situação inédita de o ouvidor de Cabo Verde poder servir de juiz da Coroa, sugestão

⁴⁶ O governador Veríssimo de Carvalho teve carta de governador em 5 de Março de 1686. ANTT, *Chanc. D. Pedro II*, L.º 64, fl. 39; o ouvidor-geral Manuel Delgarte da Costa teve carta a 26 de Novembro de 1687, *idem, ibidem*, L.º 18, fl. 127 v.. Sobre a reunião na Câmara da Ribeira Grande ver Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de Agosto de 1689. AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 102.

⁴⁷ Teve carta patente em 1688 e tomou posse a 28 de Fevereiro de 1690. Ver carta do governador Diogo Ramires Esquível ao rei. AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 128, 25 de Junho de 1690.

⁴⁸ Carta do ouvidor Manuel Delgarte da Costa ao rei. AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 106, 3 de Agosto de 1689; carta da Câmara da Ribeira Grande ao rei, *idem, ibidem*, doc. 107, 4 de Agosto de 1689.

que D. Pedro II imediatamente corrobora⁴⁹. D. Fr. Vitoriano será o prelado a ser designado pela câmara para ocupar o exercício do governo interino, inaugurando-se aqui a longa e conturbada série de governos temporários por parte da municipalidade ao longo do séc. XVIII, de onde a oligarquia arreda definitivamente a figura e poder de consenso dos bispos/governadores⁵⁰.

Ainda em 1688, D. Fr. Vitoriano consagra-se energicamente ao seu múnus pastoral. A sua primeira preocupação, diremos mesmo obsessão, é a de (re)edificar a sé catedral, a chamada Sé Nova, que nunca nenhum bispo conseguira concretizar devido à oposição surda da sociedade local, à qual interessava manter a sé na Igreja da Misericórdia, onde mais facilmente podia exercer pressão sobre o bispo e cabido; por isso, sempre que do lado reinol vinha uma nova ordem para construir a sé, os senhores da terra deixavam deliberadamente esmorecer o assunto. Só uma vigorosa iniciativa pessoal poderia vencer esta desejada inércia. Aquela acção vai caber a D. Fr. Vitoriano para quem a presença efectiva da Igreja em Cabo Verde era indissociável da construção da sé. A sé era para ele o mais poderoso símbolo da Igreja na sociedade local, bem como da autonomia da autoridade episcopal e da sua supremacia sobre o poder civil e os poderosos da terra. Em 1689, já o bispo tinha enviado para Lisboa cinco petições sobre diligências da construção, designadamente no que dizia respeito às necessidades financeiras, materiais e de mão-de-obra. Acontece que, nos alvares do século XVIII, a sociedade local já não dispunha de riqueza económica e de liquidez monetária para dispensar financiamento a uma obra de tão grandes dimensões, orçada em mais de 80.000 cruzados, pelo que a consideravam desnecessária e desajustada ao que designam por "miséria" da ilha de Santiago. D. Fr. Vitoriano não esmorece perante todo este conjunto de adversidades com que esbarrava a construção de um templo grandioso e à moda do Reino, mesmo que as dimensões do plano original de D. Francisco da Cruz já tivessem sido reduzidas⁵¹. Cabo Verde já não tinha "dinheiro fresco" e liquidez para importar directamente materiais e ornamentos de Lisboa, mas tanto a sociedade como a Igreja haviam entesourado ao longo do século XVI vultosas riquezas na forma de ricos ornamentos e alfaia litúrgica, jóias, mobiliário e outros

⁴⁹ Carta régia ao ouvidor de Cabo Verde para servir de juiz da Coroa. AHN, *Secretaria Geral do Governo*, 004, A100, fls. 163 v.-167, 22 de Setembro de 1690.

⁵⁰ Sobre o papel da oligarquia e da câmara nos governos interinos ver, neste volume, o capítulo de Iva Cabral, "Política e Sociedade: Ascensão e Queda de uma Elite Endógena".

⁵¹ A traça do edifício, que podemos apelar de manciartista, segue o estilo das igrejas "salão" da arquitectura jesuítica, cuja fachada era composta de três corpos, correspondentes às três naves interiores, ladeada por duas torres com rosácea ao centro. Segundo Senna Barcellos, o plano inicial contemplava paredes com 22 palmos de alto e a parede do corpo da igreja com 15. A capela-mor tinha de vão 75 palmos de comprimento por 35,5 de largo, com 5,5 de largura. O cruzeiro media 128 palmos de comprimento por 28 de largo, e ainda se deu começo a três arcos em cada parte do cruzeiro para três altares. Esta sé seria formada, segundo o plano, de 3 naves com o comprimento de 133 palmos do cruzeiro para baixo e com 76 passos de largura. Os planos da Sé Velha foram reduzidos e redimensionados. A capela-mor e a sacristia foram concluídas de acordo com o desenho original, o corpo da igreja foi reduzido a uma só nave sem cruzeiro e com 3 capelas de cada lado. A capela-mor teria de vão 35,5 palmos e as paredes de lado 5,5 palmos de largo e 61 palmos de comprimento. Ficou com um comprimento total de 110 palmos e 50 de largo. Cf. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios...*, vol. I, p. 125.

objectos domésticos, escravos, etc. Em tempos de empobrecimento, este precioso activo imobilizado vai servir para custear as novas necessidades e obras da igreja e, progressivamente, desbarata-se parte significativa do património eclesiástico diocesano vendido em Lisboa ou localmente para pagar as despesas correntes de funcionamento. D. Fr. Vitoriano, bem ao seu estilo arrojado, lança mão de todos os expedientes possíveis para mandar vir do Reino os materiais e oficiais mecânicos necessários e para pagar localmente a mão-de-obra. O seu fim justificava os meios, pelo que o bispo se converte neste momento num grande comerciante, um “mercador de logea” como o próprio se definiu. Mandou ao seu procurador em Lisboa vários produtos, escravos, cera, algália, etc., bem como diversas peças de ouro e prata pertencentes à mitra, nomeadamente o “grandioso serviço de prata” que a sé detinha desde 1635 para guarnecer a mesa episcopal. Retirou dinheiro e ornamentos das fábricas das igrejas e das irmandades de Santiago que também enviou à capital, o que gerou grande mal-estar no cabido e mais membros da clerezia local e um pedido de esclarecimento por parte do Conselho Ultramarino. Afectou ainda à obra o montante das suas cóngruas, o que conseguiu arrecadar do chamado depósito da sé (originalmente 9000 cruzados), o legado de 3000 cruzados que deixou o seu antecessor, 400.000 réis que, para o efeito, lhe foram entregues pelo cabido, numerário deixado em testamentos com vista a missas de sufrágio e algum dinheiro angariado em esmolas⁵². As obras terão tido início cerca de 1690 e, em 1693, já a parte da capela-mor estaria concluída, saindo o cabido da Igreja da Misericórdia em 1694, quando se começaram ali a celebrar os ofícios divinos⁵³. As obras progrediram a bom ritmo até 1696/97, arrastando-se depois por carência de dinheiro, faltando concluir as torres, o frontispício, o coro e cobrir o corpo do templo. D. Fr. Vitoriano tentou ainda solicitar do rei, em 1698, a ordem para que a Câmara da Ribeira Grande lançasse, a título de finta ou subsídio, 1000 cruzados sobre os fregueses da cidade, concedendo em troca ao senado assento cativo e privilegiado na sé; este pedido não viria a ter efeito, até porque a câmara tinha concorrido com as esmolas possíveis e já detinha aquele lugar-privilegio por costume imemorial⁵⁴. Com diversas pequenas somas alcançadas a custo, das mais variadas proveniências, e a inclusão de materiais da terra, como pedra de cantaria da ilha do Maio e madeira de coqueiros de Santiago, D. Fr. Vitoriano conseguiu concluir no bispado o maior emblema do poder da Igreja que se erguia majestosamente na cidade, sendo também o maior conjunto edificado que, ao longe, logo se vislumbra do mar.

A construção do magnífico edifício da catedral (e os consequentes avultados custos financeiros dispensados para a obra) é marcadamente anacrónica face ao lento

⁵² Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de Novembro de 1689. AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 116 e outra consulta do mesmo de 18 de Abril de 1690, *idem, ibidem*, doc. 123.

⁵³ Em 1693, o bispo tira da Igreja da Misericórdia todos os ornamentos e alfaias litúrgicas aí colocados para o seu serviço de catedral e que, no ano seguinte, o Conselho Ultramarino envia 400.000 réis em ornamentos e 600.000 réis em materiais. Consulta do Conselho Ultramarino de 9 de Dezembro de 1694. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 15. Consulta do mesmo de 3 de Julho de 1698. *Idem, ibidem*, doc. 79.

⁵⁴ Carta do bispo D. Fr. Vitoriano ao rei de 18 de Março de 1698. AHN, *Secretaria Geral do Governo*, 004, A10, fls. 31-32. Carta da Câmara da Ribeira Grande ao rei de 20 de Julho de 1698. *Idem, ibidem*, fls. 53-54.

crepúsculo urbano da Ribeira Grande e à pauperização do arquipélago e seus moradores. Este acto, fora do tempo, é contudo prenhe de consequências. Com a nova sé, a Igreja aprofunda o já de si desmedido investimento religioso da cidade. Desta forma, dá mais um fôlego ao movimento quotidiano da Ribeira Grande e à sua posição agonizante de capital político-administrativa das ilhas, num momento em que a centralidade económica já pulverizara por diversos outros pontos da ilha de Santiago, essencialmente pela aguada da vila da Praia de Santa Maria.

Contudo, não importava apenas materializar na cidade o poder da Igreja em edifícios. Era necessário que a jurisdição eclesiástica enfrentasse os outros poderes institucionais e, sobretudo, curvar a elite da terra, cônegos incluídos. Esta fora levada de vencida na construção da sé, mas vai esgrimir forças com o bispo a propósito da Igreja e irmandade da Misericórdia, onde tinha, junto com a câmara, um dos principais esteios oficiais do seu poder. Em 1693, Fr. Vitoriano transferiu da Misericórdia para a sé todas as ricas alfaías e ornamentos litúrgicos que por direito lhe pertenciam, obrigou o cabido a fazer os ofícios na catedral e, argumentando que as igrejas paroquiais tinham falta de clérigos, não quis nomear um capelão para dizer missa naquela igreja, sob pena de excomunhão. A igreja dos oligarcas fechou as suas portas e não se puderam cantar missas ou fazer funerais; aqueles acabaram por apelar para o rei, afirmando que a Misericórdia tinha uma provisão, datada de 1614, do bispo D. Fr. Sebastião da Ascensão para ter um capelão que se encarregasse da decência do sacrário e do culto divino e da administração dos sacramentos aos enfermos do hospital, auferindo uma cõgrua de 16.000 réis pagos pela irmandade. O bispo foi obrigado a dispensar um oficiante, mas não devolveu o sacrário, sem o qual não se poderia dizer missa. Em 1697/8, esta querela simbólica ganha contornos jurídicos, uma vez que a câmara, provedor e irmãos da Misericórdia invocavam que o bispo não tinha o direito de aí interferir, por ser aquela instituição da imediata protecção do rei e, por consequência, isenta da jurisdição ordinária do bispo⁵⁵. O governador António Gomes Mena tentou conciliar as partes e alcançou a assinatura de uma concordata entre a irmandade e o bispo. A questão passa ao Conselho Ultramarino. O rei sentiu-se ferido nos seus *regaliae*, pois, só ele, como guarda imediato das Misericórdias, podia dar assentimento para tal acordo, declarando-o, por consequência, nulo. Mais, restituiu o sacrário e capelães à igreja. D. Fr. Vitoriano não se deu por vencido e quis usar o seu direito fiscalizador de visita ao templo e à irmandade. A este choque de poderes, respondeu com uma sólida argumentação jurídica, afirmando que a Misericórdia era da esfera da jurisdição episcopal pois tinha tido por patrono fundador o bispo D. Francisco da Cruz, que usara as suas cõgruas e outros bens da mitra para construir. Para mais, a igreja funcionara desde a sua construção, cerca de 1570, como catedral, condição que a tornava da estrita esfera eclesiástica⁵⁶. A Igreja da Misericórdia mantivera sempre esta natureza híbrida de catedral e igreja da irmandade

⁵⁵ Sobre os privilégios de que usufruíam as Misericórdias e o papel protector do rei ver, entre muitos outros, Isabel dos Guimarães Sá, "Quando o rico se faz pobre". *Misericórdias nos territórios sob administração portuguesa, séculos XVI-XVIII*, Lisboa, CNCDP, 1997.

⁵⁶ Consulta e parecer do Conselho Ultramarino sobre a querela da Misericórdia. AHU, Cabo Verde, cx. 8, doc. 79, 3 de Julho de 1698.

com o mesmo nome, onde os principais da terra tinham assento como provedor, mesários e demais irmãos, pesando mais na esfera jurisdicional este último estatuto, que só tornava possíveis os direitos fiscalizadores do bispo com autorização expressa do rei. Em 1698, o bispo tentou por duas vezes visitar a Misericórdia, ameaçando entrar pela força, sendo barrado por ordem do governador Antônio Salgado, pelo tenente-general Paulo Cardoso Pizarro, um dos mais importantes magnates locais à época, que logo mandou os moradores pegar em armas para defender as portas da igreja. O rei acabaria por censurar o bispo, mandar conservar o sacrário e permitir a visita ao bispo apenas em aspectos materiais e formais do culto, como o estado dos santos óleos, forma e usos dos altares e ornamentos sacerdotais⁵⁷.

Toda esta querela sobre o governo interino do bispo e da Misericórdia resultou numa derrota temporária e parcial da elite local. No entanto, tal só foi possível, porque esta luta resvalou para aspectos da jurisdição reservada do rei e dos governadores, vendo-se D. Pedro II obrigado à iniciativa quase inédita e de recurso de erigir em Santiago um juiz da Coroa para resolver exclusivamente este assunto, ofício que seria desempenhado pelo ouvidor revestido de poderes especiais⁵⁸.

As relações entre o bispo e a elite da Câmara da Ribeira Grande deterioraram-se assim com esta questão da construção da sé e da controvérsia sobre a Misericórdia e, doravante, assiste-se a um contínuo travar de razões. D. Fr. Vitoriano aproveitava todos os pretextos possíveis da esfera da sua jurisdição para aquietar e amesquinhar os poderosos de Santiago, cujos excessos procura travar.

Encontra o primeiro dos motivos naquele que era um facto quase universal em Cabo Verde, ou seja, a irregularidade das situações matrimoniais dos principais e a regra das relações extraconjugais, que poucas excepções conhecia. Logo, em 1689, refere, sem citar o nome do maior em questão, que existia em Santiago um "comendador" professo da Ordem de Cristo que sempre que via o bispo esgueirava-se dele como "foge o demónio da cruz", uma vez que o prelado o obrigava a manter em casa a sua mulher legítima, por a separação pública ser motivo de escândalo, argumentando aquele que estava isento da jurisdição do prelado por privilégio inerente à sua ordem, o que foi mandado averiguar na Mesa da Consciência e Ordens. Desabona Paulo Cardoso Pizarro, natural da ilha, filho do governador João Cardoso Pizarro e possível candidato ao governo, uma vez que tinha contraído matrimónio legal em Santiago, tendo outra mulher em Cacheu. O próprio bispo, quando foi em visita aos Rios de Guiné, trouxe compulsivamente consigo 8 homens casados que aí viviam, deixando as suas mulheres em Santiago ao abandono. Também o capitão de Cavalos Nicolau de Araújo, outro dos principais da ilha e cunhado do comissário João de Araújo e Pina, tentou ludibriar o bispo, uma vez que este sentenciara a degredo uma sua concubina, que aquele, a título de obra pia, fez casar e alforriou; apesar de todos

⁵⁷ Carta do governador Antônio de Galvão. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 105, 7 de Janeiro de 1699. Carta do provedor e irmãos da Misericórdia. *Idem, ibidem*, doc. 109, 1699.

⁵⁸ Em 22 de Setembro de 1690, o rei escrevera já ao ouvidor de Cabo Verde para que servisse de juiz da Coroa no caso das irregularidades judiciais do governo interino de D. Fr. Vitoriano; em 16 de Novembro de 1696, o rei informa da mesma decisão o governador Antônio Mena, agora para que o ouvidor decidisse sobre a querela entre o bispo e a Misericórdia. Ver AHN, *SGG*, A1, fls. 163 v.-167 e *idem, ibidem*, fls. 167-168 v.

estes interditos, continuou no entanto a relacionar-se com ela, vivendo em parte remota da ilha. Depois, escondeu-a e negou-se a entregá-la ao marido, pelo que o prelado lhe moveu mais censuras⁵⁹. O bispo já tinha porém clara consciência da progressiva inoperância da justiça eclesiástica face a estes casos de mancebia dos poderosos, praticamente um elemento estrutural da constituição familiar em Cabo Verde. O administrador da Companhia de Cabo Verde e Cacheu, capitão-mor António Moniz da Silva, assistia em Santiago há 13 anos, esquecido do vínculo sagrado do matrimónio que contraiu em Lisboa. Acusa-o de viver escandalosamente e “andar perdido” por uma mulher casada, cujo marido se encontrava ausente, e sendo ela pobre “a trata com alcatifa”, servida por grande número de escravos; o prelado acabou por a degredar para fora da cidade para viver junto de uma viúva recolhida; porém, o acusado, apesar de se ter comprometido por três vezes a não reincidir neste delito, continuava a buscar mulheres de noite. Além de administrador da companhia, servia igualmente na câmara e na Misericórdia, pelo que o vigário-geral dificilmente o poderia prender por temer ser morto pelos da sua parcialidade⁶⁰.

Não admira assim que D. Fr. Vitoriano ficasse conhecido por ter esgrimido “bem a espada da Igreja, principalmente contra os concubinatos, em que os seus diocesanos se mostravam bem relaxados. Saía de casa à noite para tirar as concubinas da casa de clérigos e seculares e fora da cidade e degredava as concubinas escravas para o Rio de Janeiro e as forras para a ilha de Santo Antão”⁶¹.

Muitos outros comportamentos irregulares, do ponto de vista religioso e moral, serviam para tentar manter a preponderância da justiça eclesiástica sobre a elite, uma vez que D. Fr. Vitoriano já se desenganara sobre a reforma dos seus costumes cristãos. De uma só assentada, condenou vários “ilheos mais absolutos” que tinham assento na câmara, nomeadamente o já atrás referido juiz mais velho João de Araújo e Pina, por ter deixado morrer a sua mulher sem o sacramento da extrema-unção, bem como o vereador Diogo Ramos e o procurador da câmara Francisco Teixeira, por arrematarem ilegalmente a uma viúva pobre e seus filhos órfãos as terras que lhes serviam de sustento⁶².

O ensino aos escravos da doutrina católica, por forma a que pudessem receber um sacramento baptismal válido canonicamente, e a alegação da figura jurídica do crime de usura por parte dos mercadores e da companhia foram as últimas causas que

⁵⁹ Carta de D. Fr. Vitoriano ao rei sobre os privilégios dos membros da Ordem de Cristo. AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 109, 7 de Agosto de 1698. Carta do governador Gomes Mena ao rei de 2 de Agosto de 1696 sobre o capitão de Cavalos Nicolau de Araújo, inserta em consulta de 20 de Novembro de 1696. Idem, *ibidem*, cx. 8, doc. 45. Carta do bispo sobre os crimes de morte ocorridos em Cabo Verde sem serem sancionados. Idem, *ibidem*, cx. 8, 20 de Junho de 1694.

⁶⁰ Consulta do Conselho Ultramarino sobre carta do bispo de 22 de Junho de 1697 referente ao comportamento escandaloso de António Moniz da Silva. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 60, 22 de Julho de 1697.

⁶¹ Esta frase é citada por Senna Barcellos, retirada do desconhecido manuscrito B 8-60 da Biblioteca Nacional. Vide Senna Barcellos, *Subsídios...*, vol. II, p. 174.

⁶² Carta de D. Fr. Vitoriano ao rei, dando conta da morte do sindicante Manuel da Costa Ramalho e pedindo novo sindicante para averiguar os desmandos da câmara. AHU, *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 110, 8 de Outubro de 1689.

moveram o bispo contra a oligarquia, tentando resguardar os escravos e forros pobres de Santiago do seu jugo e opressão.

A questão da validade do baptismo dos escravos já era conhecida em Santiago, uma vez que os jesuítas da missão local e o seu congénere de Cartagena, padre Alonso de Sandoval, conseguiram com as suas obras e missivas que se tornasse um caso público relevante junto do Conselho de Portugal e da corte em Madrid⁶³. Assim, em 1622, Filipe IV mandou reunir em Lisboa uma junta para analisar as circunstâncias do baptismo dos escravos da Guiné e de Cabo Verde⁶⁴. Contudo, a Igreja cabo-verdiana nunca conseguiu impor as disposições aí aconselhadas, aos negreiros que se dirigiam às ilhas de Castela.

Com a criação da Companhia de Comércio de Cabo Verde e Cacheu, que fazia rumar os escravos ao Maranhão, no Brasil, a missão jesuítica aí localizada volta a interrogar-se sobre o que fazer perante os escravos vindos dos Rios de Guiné que aí chegavam. Teriam ou não sido catequizados convenientemente de forma a interiorizar o sacramento do baptismo, apenas baptizados formalmente e em massa, ou nem sequer visto a água do baptismo? Esta questão colocava sérios problemas canónicos acerca da nulidade de tais baptismos ou do proibido baptismo duplo.

Já depois de terem sido sanadas as disputas sobre a construção da sé e a jurisdição sobre a Misericórdia, o escrúpulo e as dúvidas de D. Fr. Vitoriano levam-no a reavivar esta questão do baptismo dos escravos. Será ele que, pela primeira vez, aborda em nome da Igreja insular, de uma forma convicta e rigorosa, o baptismo dos escravos saídos dos Rios de Guiné ou de passagem em Cabo Verde, de modo a dar solução definitiva a este melindroso problema. Em carta régia de 23 de Janeiro de 1690, D. Afonso VI, por via da Secretaria de Estado, ordenou ao bispo que não permitisse o embarque de escravos de Santiago sem que primeiro fossem baptizados, conforme estava estipulado na lei geral do Reino e recomendado pela junta atrás citada e pelo Conselho Ultramarino. Dito e feito. Em 1696, o bispo proibiu que o caixa da companhia embarcasse vários escravos em poder de alguns senhores de Santiago há mais de um ano, pois, foi examiná-los pessoalmente à casa da alfândega e observou que de doutrina só tinham apreendido o gesto maquinal do sinal da cruz, pelo que estavam incapazes de receber o baptismo. Denuncia os senhores por sobreexplorarem e maltratarem os escravos “que muitas vezes he demaziado com grande dano dos corpos”, negligenciando por completo o cuidado das suas almas⁶⁵.

⁶³ Cf. Alonso de Sandoval, *Un tratado sobre La esclavitud [De instauranda Aethiopum salute]*, Introducción, transcripción y traducción de Enriqueta Vila Vilar, Editorial, Madrid, 1987.

⁶⁴ A junta de teólogos e moralistas deu como parecer, que o baptismo devia ser efectuado em Cacheu e não em Santiago, como anteriormente se defendia, uma vez que a permanência dos navios negreiros era mais prolongada. Os missionários ficariam encarregues do baptismo, podendo impedir o seu embarque se não tivessem sido convenientemente catequizados, a fim de se evitar um baptismo inválido ou o duplo baptismo dos escravos, quando chegados às Índias de Castela. Sobre este assunto cf. Nuno da Silva Gonçalves, “Escravidão”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Lisboa, CEHR da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000, volume C-I, pp. 160-162.

⁶⁵ Carta de D. Fr. Vitoriano ao rei sobre o baptismo dos escravos em resposta a carta régia de 23 de Janeiro de 1690. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 33, 4 de Julho de 1696.

O governador Gonçalves Mena, conluiado com os interesses da companhia, é estabelecido pelos seus accionistas e mercadores de Santiago como testa-de-ferro contra o bispo, nesta matéria. Entendia que a regra só se applicava aos escravos que estavam na ilha há muito tempo e não nos que aí passavam por “baldeação”, uma vez que rumavam a terras católicas e não conseguiriam interiorizar a doutrina no tempo breve da escala. Governador e moradores descartam aquela responsabilidade para os negreiros dos portos de Cacheu e Bissau, uma vez que aí se demoravam mais algum tempo à espera de embarque que permitiria a sua doutrinação e consequente baptismo. O rei mandou fazer duas consultas na Junta das Missões sobre o assunto e, pragmaticamente, respondeu que o factor espiritual nunca poderia fazer perigar a navegação e mercancia e, no caso de existirem dúvidas sobre a nulidade ou infrutividade do baptismo, o bispo devia mandar nessa embarcação um clérigo para os ensinar na viagem⁶⁶.

Não tardou a resposta pronta de D. Fr. Vitoriano que, desde logo, afirma que ficaria muito consolado se o assunto fosse tão fácil de praticar como o asseveravam os organismos do Reino e os homens da companhia. A questão é colocada em termos muito simples: não era possível baptizar um escravo sem previamente o catequizar. Os escravos da Guiné não entendiam nem sequer o crioulo e os de Santiago só passado mais de um ano é que principiavam a pronunciar os seus rudimentos, momento em que se devia começar a ministrar a catequese nas fazendas dos senhores, o que estes não permitiam. Mais assevera que não dispunha de clérigos suficientes para mandar em cada embarcação e que as más condições de viagem nos navios da companhia, em que só era dado de beber aos escravos uma vez por dia, não eram propícias à aprendizagem, pelo que Deus castigava repetidamente a culpa dos mercadores com a morte de muitos escravos gentios embarcados. Acrescenta que, à semelhança do que se fizera em Angola, o rei devia mandar catequistas práticos nas línguas dos negros para Santiago e Cacheu e admoestar os administradores da companhia a fim de permitir o acesso destes aos escravos. Quando as armações chegassem aos portos, os senhores deviam solicitar-lhes o ensino dos escravos e se não o pudessem realizar em terra, esses capelães seguiriam viagem com eles rumo ao Brasil⁶⁷. Perante a pressão dos homens da companhia, por via do governador Gomes Mena e dos impedimentos que o bispo continuava a fazer no embarque de cativos em Santiago, o Conselho Ultramarino concluiu que o prelado devia cumprir as resoluções e que estava a ser excessivamente zeloso. Face a este desvelo de D. Fr. Vitoriano, na intenção de construir uma casa para que os escravos boçais fossem aprendendo a doutrina e na defesa intransigente dos servos gentios (nem que fosse “à espada” como chega a afirmar), os negrinhos educandos de Santiago apelidaram-no de “o Paciência”, uma vez que todas as outras autoridades e grupos sociais – governador, senhores e mercadores – passavam puramente ao lado desta questão de consciência⁶⁸. Para o

⁶⁶ Consulta do Conselho Ultramarino sobre carta do governador Gomes Mena de 20 de Julho de 1696 sobre o baptismo dos escravos. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 56A, 4 de Março de 1697.

⁶⁷ Carta de D. Fr. Vitoriano em resposta à resolução acima. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 59, 17 de Julho de 1697. Carta do mesmo. Idem, *ibidem*, doc. 65, 9 de Novembro de 1697.

⁶⁸ Consulta do Conselho Ultramarino sobre carta do governador António Salgado. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 12, Dezembro de 1699.

bispo, este era um assunto do seu foro pessoal de cristão e, por isso, não se podia conformar com situações como a do tenente-general Paulo Cardoso Pizarro que tinha escravos gentios na sua fazenda havia onze anos, ou de senhores que impediam os seus escravos de cumprir o preceito anual da Quaresma e de assistir à catequese, pelo que nem sabiam debitar a oração do Padre Nosso⁶⁹.

Para aliviar a sua alma desta culpa, nada mais restava a D. Fr. Vitoriano senão agir nas únicas esferas onde ainda considerava ter voto: altar, púlpito e confessionalário. Desde que entrou no governo do bispado que se comprometeu no acesso dos escravos à igreja, nomeadamente para ouvir missa nos domingos e dias santos. Ouve dos próprios cativos o motivo porque o não faziam: afirmavam que os senhores não lhes davam "pano para vestir" e de alimento só uma "limitada ração", pelo que lhes era indispensável trabalhar nesses dias para o seu sustento e para não irem nus às igrejas. Pede ao rei que os senhores de Cabo Verde sejam obrigados a decretar um dia semanal de feriado aos seus escravos, já que só algum senhor mais temente o praticava e, nesse sentido, já tinha posto num capítulo de visita a ordem para que tanto senhores como escravos fossem castigados se não observassem o preceito do dia do Senhor. Esta carta surge incluída numa Consulta do Conselho Ultramarino que aborda vários problemas relativos ao bispo, mas que silencia por completo esta pretensão que ficou sem resposta por parte do Reino⁷⁰.

Em 1700, faz ler nas igrejas uma carta pastoral em que se limitava a copiar a norma das Ordenações e as resoluções da Junta e do Conselho Ultramarino sobre o assunto: os senhores teriam de mandar ensinar catequese aos escravos e se em seis meses não soubessem rezar, seriam retirados aos seus donos para poderem aprender a doutrina. Os escravos gentios que viessem por escala podiam embarcar, desde que fossem para terra de cristãos. Como estava ciente que os interesses mercantis se sobrepunham aos espirituais, sabia que tal era inexecutável, uma vez que não só não dispunha de catequistas línguas, como os senhores nunca deixariam que os privassem do seu principal capital ou que temiam que esta via contribuisse para uma maior emancipação do escravo. Acaba por confidenciar que teme por um levantamento dos escravos, como já tinha intentado uma vez sem sucesso por os forros, a mando dos escravocratas, os terem impedido. Acresce que se viesse a acontecer o dia em que escravos e forros se conjugassem não ficaria vivo um branco⁷¹.

No final do seu episcopado, já desiludido e desenganado quanto à capacidade da Igreja para travar a prepotência dos escravocratas, diz abertamente aquilo que omitira para tentar manter um relacionamento cordial com aqueles. D. Fr. Vitoriano, também numa atitude singular em Cabo Verde, deixa cair o véu sobre o espinhoso assunto das condições da escravatura, aduzindo a acusação de que os escravos eram alvo de maus tratos por parte dos seus senhores. Em carta de 1703, dá a conhecer que

⁶⁹ Carta do bispo de Cabo Verde D. Frei Vitoriano ao rei, em que apresenta as mais importantes queixas do seu bispado. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 7, 13 de Junho de 1700.

⁷⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 5 de Fevereiro de 1698, em que vem inserta uma carta de D. Fr. Vitoriano sobre o acesso dos escravos à missa nos domingos e dias santos. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 60, 13 de Julho de 1697.

⁷¹ AHN, *Treslados das cartas pastorais de D. Fr. Vitoriano Portuense*, fls. 101-104, c. de 1700.

um homem pardo natural de Santiago, o capitão de nome Próspero de Veiga Albernaz, tinha mandado prender um escravo casado fujão, bem como a sua mulher, trazendo-os bem à vista amarrados desde a sua casa no campo até à cidade, onde os prendeu em habitações separadas; o escravo foi preso com uma corrente que nem sequer lhe permitia sentar-se e foi de tal forma açoitado que morreu num espaço de dez dias, não recebendo mais sacramentos que o da absolvição. Como já tinha feito capítulo de visita, em que penalizava os pais de família que deixassem morrer os de sua casa sem tempo para lhes administrar a extrema-unção, o vigário-geral tentou multar aquele oficial da milícia que anatemizou e ameaçou de morte os oficiais eclesiásticos. Dá também a conhecer ao rei que o sargento-mor Manuel Lopes Lobo tinha um escravo acorrentado há seis meses com cabo no pescoço e intentava prendê-lo por esta e outras "crueldades"⁷². Diz que os crimes destes "homens ricos" ficavam sem castigo, nomeadamente por parte do juiz mais velho da câmara, o todo-poderoso António de Barros Bezerra, pelo que os escravos, vendo-se sem qualquer apoio, ficaram muito queixosos, chegando a temer-se uma "revolução"⁷³.

Outra intervenção inusitada e inédita da Igreja, nos moldes de funcionamento da economia e sociedade cabo-verdianas, prende-se com a interferência de D. Fr. Vitoriano, na habitual questão da especulação dos preços no mercado de compra e venda de produtos, que era da esfera de competência do Reino e, localmente, da câmara. Quanto ao comércio miúdo, o bispo deu a conhecer o caso do governador António Salgado que vendeu 100 reses, a 9.000 réis cada, a um navio espanhol com destino a Buenos Aires, que escalou Santiago, em Junho de 1698. Uma vez que o preço corrente de cada vaca era de 6.000 réis, o governador tinha embolsado um ganho de 50 %, margem de lucro que já podia ser considerada como usura, delito da reserva eclesiástica. Saindo em visita pela ilha de Santiago, D. Fr. Vitoriano mandou publicar um manifesto para que o governador restituísse os 300.000 réis que tinha arrecadado ilegalmente para aplicar à Misericórdia e à bula da Santa Cruzada e que ficasse excluído da sua normal condição de cristão, pois não lhe seriam ministrados os sacramentos sem que primeiro pagasse aquela soma; mais, ameaçou excomungar os moradores que tivessem incorrido na mesma prática, solicitando parecer aos moralistas da Coroa sobre se havia lugar para tal restituição. O governador e a câmara protestam energicamente contra esta intervenção, que consideravam abusiva por parte do bispo, e pedem recurso ao rei. Da consulta feita ao procurador da Coroa em Lisboa, resulta o parecer que o bispo não se pode intrometer nestas questões de preços ou imiscuir-se na mercancia e, sobretudo, fazer publicar editais públicos sobre esses assuntos, já que competia à câmara taxar os preços dos mantimentos, incumbindo

⁷² Manuel Lopes Lobo foi várias vezes oficial da Câmara da Ribeira Grande, fazendo igualmente parte da Misericórdia e da Milícia, tendo chegado ao posto de capitão. Em finais do século XVII seria feitor em Cacheu e entre cerca de 1709-1712 foi capitão-mor daquela praça; era sogro de António de Barros Bezerra.

⁷³ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem os oficiais da câmara, bispo D. Fr. Vitoriano, ouvidor-geral, capitão-mor da vila da Praia e outras pessoas acerca do procedimento do governador Gonçalo Lemos Mascarenhas. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 29A, anexo 7, 31 de Janeiro de 1703.

apenas ao bispo verificar se havia matéria para imputar o crime de usura⁷⁴. A opinião do prelado, escudado nas Ordenações do Reino, não só era afirmativa, como tal era prática corrente no mercado cabo-verdiano, cujos grandes terratenentes/mercadores procuravam monopolizar a oferta local a fim de obterem margens de lucro acrescidas. A Coroa, emersa no capitalismo mercantil de cujos agentes e rendimentos dependia, já pouca margem de manobra ou sensibilidade tinha para a questão da usura, pelo que, mais uma vez, fechou os olhos à especulação dos preços praticada em Cabo Verde, tanto mais que os visados, argumentaram que nesses anos tinha havido uma grande fome e mortandade do gado, que fizera subir os preços respectivos.

Em ocasião anterior, o bispo tomara o partido contrário, isto é, a voz de alguns moradores contra a companhia, uma vez que as suas mercadorias vinham falsificadas (nomeadamente barras de ferro mais pequenas e maços de contas com milheiros a menos) e que tudo era vendido a preços excessivos, retirando assim a pouca competitividade que os mercadores cabo-verdianos e luso-africanos, que resgatavam nos Rios de Guiné, ainda poderiam ter⁷⁵.

Além da investida contra os excessos da elite nos governos interinos, na Misericórdia e costumes morais, também os governadores e ouvidores seriam alvo do vigoroso governo de D. Fr. Vitoriano, que mostra querer manter o seu poder pessoal e a jurisdição eclesiástica a par (ou mesmo acima) das daqueles. Durante o seu episcopado sucederam-se 5 governadores e com todos eles o bispo manteve acesas polémicas, conflitos de jurisdição ou contendas pessoais. Com Manuel António Pinheiro da Câmara, que governou sensivelmente entre 1692 e 1694, a questão limitou-se ao tradicional privilégio simbólico de que gozavam (e abusavam) os governadores nos actos públicos e festas da igreja. Por duas vezes, D. Fr. Vitoriano tirou a ostensiva cadeira de espaldas que o governador mandara levar para a igreja durante a Semana Santa, estando exposto o Santíssimo Sacramento, sucedendo o mesmo na festa de N.ª Sr.ª da Conceição. Permitiu-lhe apenas assento raso, o que estava conforme as deliberações régias. Já com o governador António Salgado (1698-1701), as inextricáveis questões pessoais-jurisdicionais assumiram proporções mais sérias. Colocando-se ao lado dos principais da terra, o governador mandou barrar com gente armada a entrada do bispo na Igreja da Misericórdia, onde pretendia fazer visita. D. Fr. Vitoriano respondeu com a já referida publicação de um manifesto que acusava aquele oficial da prática de usura na venda de gado a estrangeiros, obrigando-o a restituir os lucros abusivos. A partir daqui, as relações pessoais deterioraram-se ao ponto de o governador se escusar a ter qualquer encontro com o bispo e de assistir a missas oficiadas na sé, onde temia que o prelado o investisse publicamente com "pás-quins". Ia por isso ouvir missa ao Convento de S. Francisco, onde mais uma vez não tardou a surgir a "guerra" das cadeiras, visto que os capuchos eram os mais fiéis aliados de D. Fr. Vitoriano. Palavra puxava palavra. Em 1700, o bispo acusa a

⁷⁴ Carta da Câmara da Ribeira Grande ao rei sobre o procedimento do bispo. AHN, SGG/004/A10., fls. 67 v.-70, 15 de Agosto de 1699. Carta do governador António Salgado sobre o mesmo assunto. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 127, 12 de Dezembro de 1699.

⁷⁵ Carta de D. Fr. Vitoriano Portuense sobre os desregramentos cometidos na ilha de Santiago. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 8, 29 de Junho de 1694.

“família e casa” do governador de se arvorar com privilégios e imunidades indevidas, pois, de noite, as suas negras descompostas e os rondas passavam ostensivamente pelo adro da sé, portas do paço episcopal e aljube eclesiástico, que eram lugares imunes onde os delinquentes não podiam ser presos por gozar do direito de asilo. No entanto, o bispo não hesitou em pô-los a ferros na cadeia do bispado, vendo-se depois obrigado a libertá-los pela força das armas, objecto de censura por parte do Conselho Ultramarino⁷⁶.

D. Fr. Vitoriano encetou assim toda uma série de acções pastorais e jurisdicionais, através das quais pretendia moralizar a sociedade de Santiago e conter os abusos dos poderosos, bem como reequilibrar as relações de poder entre a Igreja e os poderes civis.

Tão ou mais importante que estas, foi o seu exercício eclesiástico à frente do bispado, procurando acima de tudo tornar mais efectiva e eficaz a acção da Igreja em todos os cantos da diocese e aperfeiçoar a condição e cuidados prestados pelo clero local. Tal como no caso anterior, também aqui os seus trabalhos seriam hercúleos, dado o estado de desregramento em que se encontrava a Igreja cabo-verdiana.

Dando continuidade ao trabalho do seu antecessor, D. Fr. Vitoriano teve como uma das suas diligências iniciais aos comandos da diocese visitar “todas as ilhas do bispado”, o que entendia naturalmente por ilhas já povoadas e com comunidades significativas. Estão documentadas visitas à ilha do Fogo, Boa Vista, S. Nicolau, Santo Antão e, provavelmente, S. Vicente, sendo as fontes omissas relativamente às duas ilhas mais pequenas do Sotavento, Maio e Brava⁷⁷. Foi o primeiro prelado a visitar os Rios de Guiné, onde se deslocou duas vezes em 1694 e 1697, de forma a contribuir junto com as autoridades civis locais, isto é, os capitães-mores de Cacheu e Bissau, os missionários capuchos e a companhia comercial, para o que aqui designamos por “projecto Bissau”⁷⁸. A Igreja continuava assim a ser percursora da implantação de uma estrutura institucional cimeira no consecutivamente aumentado território das ilhas de Cabo Verde, indo os bispos onde nunca os governadores foram, ou os ouvidores e sindicantes só esporadicamente aportavam; estes saíram normalmente em

⁷⁶ Carta do governador António Salgado ao rei sobre as prisões feitas indevidamente por D. Fr. Vitoriano. BADE, cód. CXVI, 2-10, n.º 2, 9 de Outubro de 1700. Consulta do Conselho Ultramarino sobre diversas cartas do bispo D. Fr. Vitoriano. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 7, 13 de Junho de 1700.

⁷⁷ O historiógrafo da província franciscana da Soledade, D. Fr. Francisco de Santiago, afirma que logo após a chegada do seu confrade Fr. Vitoriano visitou a ilha do Fogo e as “quatro ilhas do barlavento”, concluindo, pela análise do livro das visitas pastorais, que algumas delas não eram visitadas há mais de 80, pelo que se devem ter verificado nos anos 1688 e 1689. Cf. Fr. Francisco de Santiago, *Chronica da Província de Nossa Senhora da Soledade*, tomo II, Lisboa, 1761. Em carta de 1694, o bispo já afirma que visitou todo o bispado, o que incluía naturalmente os povoados luso-africanos dos Rios de Guiné. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 8, 29 de Junho de 1694.

⁷⁸ Esta feliz expressão é utilizada por Zelinda Cohen a propósito da instalação dos rudimentos da administração régia em Cacheu com a criação do cargo de capitão-mor em Cacheu. Vide “Administração das Ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização” in *HGCV*, vol. II, p. 205. Repetimo-la a propósito de semelhante iniciativa relativamente a Bissau a partir de finais da década de 1680. Sobre esta visita ver Avelino Teixeira da Mota, *As Viagens do Bispo D. Frei Vitoriano Portuense à Guiné e a cristianização dos reis de Bissau*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, “série Memórias n.º 14”, 1974 e João Dias Vicente, “Os bispos de Cabo Verde que visitaram a Guiné (1533-1940)”, *Itinerarium*, XXXI, 1993, pp. 287-350.

correição à ilha do Fogo ou a Cacheu para instruir um caso judicial ou tomar conhecimento de um crime grave cujas proporções pudessem fazer perigar a supremacia da jurisdição régia delegada ou mesmo a presença portuguesa. Neste contexto, seguiram algumas ordens régias aos ouvidores de Cabo Verde para passarem às ilhas já saídas da esfera donatária, como é o caso da Boa Vista e S. Nicolau “para pôr em forma a administração da justiça”⁷⁹. Neste caso, D. Fr. Vitoriano limitava-se a ir averiguar o estado da assistência espiritual das “ilhas adjacentes” (ou comprovar a sua inexistência), permanecendo alguns dias nos povoados mais importantes, onde fazia prédicas aos fiéis, movendo-os à penitência, ou ministrava sacramentos da sua competência exclusiva, como o crisma, que consolidava a condição cristã. Não manifestou mesmo qualquer pejo em suspender alguns vigários que considerava incapazes ou indignos de oficiar. Durante essas visitas, fazia-se normalmente acompanhar por frades capuchos que aí deixava a paroquiar por alguns anos e, depois de regressar a Santiago, diligenciava periodicamente para que os religiosos fossem assumir a cura de almas das outras ilhas do arquipélago, cuja importância económica agora emergia com mais vigor. Idêntica atitude teve quando visitou os Rios de Guiné. Contudo, não lhe bastava prover as paróquias das ilhas “adjacentes” do Sotavento e do Barlavento no momento ou apenas durante o seu episcopado. Era necessário resolver o problema na sua raiz, isto é, garantir que essas paróquias longínquas tivessem meios de subsistência permanentes, uma vez que não possuíam ordinárias consignadas na já onerosa folha eclesiástica paga através da alfândega de Santiago; nesse sentido solicitou, em 1702, e obteve do Reino no ano seguinte, ordem para que esses curas fossem pagos através dos dízimos das respectivas ilhas, cujo remanescente seria canalizado para a alfândega da ilha capital⁸⁰.

D. Fr. Vitoriano delineou uma tática peculiar para a escolha do clero paroquial, contrária à do seu antecessor e singular durante o período que estamos a estudar. Dado que era confrade dos religiosos do Convento de S. Francisco da Ribeira Grande da província da Soledade, conseguiu acordar com os religiosos uma parceria estratégica que se vai manter até à sua morte. Bispos e missionários ampararam-se mutuamente na tarefa pastoral que chegou mesmo a ser una, o que foi manifestamente oposto ao que se passara no período da missão jesuíta, mais consentânea com o quadro habitual de separação do clero secular e regular nas zonas ultramarinas portuguesas. Com efeito, em vez de nomear o clero da terra para paroquiar ou os membros do cabido por visitadores ou vigários da vara nos Rios de Guiné, escolhe sempre frades franciscanos, afirmando que só nessas circunstâncias se sentia tranquilo. Encontram-se documentadas mais de quinze destas nomeações e a regra era a do serviço de dois frades por dois ou três anos numa paróquia de uma ilha, rumando

⁷⁹ Ver determinação do Conselho Ultramarino de 17 de Janeiro de 1702. AHU, *Conselho Ultramarino*, cód. 478, fls. 142-142 v. Ordens régias de 20 de Outubro de 1720. Idem, *ibidem*, cód. 489, fls. 183-183 v., que estipulavam que os ouvidores deviam deslocar-se às ilhas do Barlavento pelo menos uma vez durante o seu triénio.

⁸⁰ Carta régia datada de 1703, em que se determinou que o dízimo das ilhas do Barlavento fosse dado aos párocos a pedido do bispo D. Fr. Vitoriano. Cf. Christiano José Senna Barcellos, *Subsídios...*, vol. II, p. 171.

depois para novo “turno” em outra. Nada é mais elucidativo desta parceria do que a escolha do irmão leigo Fr. Bento de Baião para seu assistente pessoal, posto que ocupou durante mais de dezasseis anos, no paço episcopal, acompanhando-o até à data da sua morte, indo pessoalmente chamar ao cabido o confessor para assistir aos seus cuidados de “bem morrer”.

Para além da natural solidariedade entre membros de uma mesma província, D. Fr. Vitoriano foi também forçado a esta situação, uma vez que a construção da sé e consequente obrigação dos membros do cabido mudarem da Igreja da Misericórdia para a nova catedral provocaram a natural hostilidade daqueles, mais agravada ainda pela “questão” da Misericórdia. Cabido e bispo correspondiam-se separadamente para o Reino, abordando questões diferentes, com ópticas também diferenciadas e alguns capitulares chegam mesmo a endereçar queixas de D. Fr. Vitoriano. Apenas mostrava confiança no deão, o licenciado João Gonçalves Sarzedas, e no chantre António Soares Vieira, pelo grau de letras que detinham. Teria afirmado que “He certo que a unica consolação que tenho neste degredo he a companhia dos religiosos, assim por serem da minha Provincia, como porque os acho capazes de qualquer Ministério. Elles ainda que obrigados, assistem nas Igrejas em falta de sacerdotes seculares. Elles me visitão a christandade da Guiné, Ilhas do Fogo e Barlavento, quando he necessario, porque não tenho clérigos letrados aquem cometta esta deligencia, excepto o Deão, que preside no coro. Elles me ajudão no pulpito e confessorario e finalmente elles me ajudam e curão e já não fora vivo se me não acompanhasse a Sua fidelidade”⁸¹.

O entendimento de D. Fr. Vitoriano sobre o clero da terra era muito adverso e desfavorável. Por um lado, desde que chegou à diocese, constatou que muitos membros do cabido faziam parte da extensa rede familiar e clientelar dos poderosos de Santiago, por outro, observou nas suas visitas pastorais que os curas das paróquias tinham uma formação sacerdotal medíocre em letras e teologia moral, julgando-os incapazes de pastorear os fiéis que estavam à sua guarda. Tece um duro juízo sobre o clero “pardo e preto” da terra, considerando que as suas ordenações eram notoriamente “irregulares e viciosas” e que só se conseguiam sagrar padres fechando os olhos à sua condição ilícita e à sua deficiente formação, uma vez que não entendiam qualquer palavra de latim e só tinham adquirido alguns rudimentos de teologia moral. A sua ordenação exigia inúmeras dispensas relativamente aos requisitos necessários para ascender ao sacerdócio. Contrariamente aos seus antecessores, Fr. Vitoriano não transigiu com estas enviesadas formas de ordenação sacerdotal, pelo que considerava não existirem em Cabo Verde sujeitos idóneos e com uma formação doutrinal que os tornasse aptos à administração do sacramento de ordem. Foi até mais longe, chegando a suspender muitos padres da terra. Preferia que as igrejas e os fiéis ficassem sem assistência espiritual, pois estes vigários serviam “mais para destruir do que para edificar”.

Perante este quadro catastrófico que o bispo traça, considerava que a única esperança dos prelados de Cabo Verde seria a criação de um seminário na Ribeira Grande, onde, ao menos, se pudessem formar dez sacerdotes capazes de assistir nas igrejas matrizes. D. Fr. Vitoriano retoma assim decididamente a velha e sempre adiada questão da construção de um seminário em Cabo Verde, cuja edificação tinha

⁸¹ Fr. Francisco de Santiago, *op. cit.*, fl. 462.

sido ordenada em 1570 por D. Sebastião, na sequência das directrizes do Concílio de Trento⁸². Desde 1696, representou várias vezes ao rei a indispensabilidade da criação dessa escola de padres, solicitando que as rendas das ilhas do Barlavento fossem aplicadas por 10 anos para as obras do edifício e pagamento dos mestres de ensino de Teologia Moral e Latinitude. A questão era premente, dado que tinham morrido vários párocos de Santiago e Cacheu, bem como alguns capitulares e, quando o bispo colocou estes postos a concurso, não surgiram candidatos. O Conselho Ultramarino indeferiu a consignação destas rendas, mas em 1698 o rei acabou por decidir que a obra se fizesse por via do Conselho da Fazenda⁸³. Este mandou recolher os rendimentos das ilhas do Barlavento para essa finalidade, em 1699, mas, no ano seguinte, ainda nenhuns materiais tinham sido mandados. D. Fr. Vitoriano havia gasto grande parte das suas cóngruas e delapidado largamente o património da mitra para construir a sé, o aljube eclesiástico e para reedificar o paço episcopal, pelo que já não dispunha de fundos bastantes para iniciar o edifício do seminário. O que terá pesado mais na decisão de D. Fr. Vitoriano em lançar esta obra sem meios suficientes que garantissem a sua conclusão foi, no nosso entender, uma carta endereçada de Roma pela Propaganda Fide, instando-o a que concluísse essa instituição pedagógica. Em 1702, o rei mandou remeter ao bispo as fazendas que vieram arrematadas das ilhas do Barlavento para esse efeito e assegurou-lhe que, depois de construído o edifício, se faria consignação nas mesmas verbas para pagar ao reitor, mestres e colegas⁸⁴. O edifício foi iniciado a expensas do bispo com planta do capitão-engenheiro José Soares da Rocha, mas à morte de D. Fr. Vitoriano estava por acabar, pelo que o cabido representou para Lisboa se o edifício deveria ser concluído, dado que não existiam verbas cabimentadas para o continuar⁸⁵. Do Reino, nada mais veio que o silêncio. Estas obras teriam o mesmo fadário de muitos dos edifícios religiosos construídos ou iniciados em Cabo Verde: o erguer dos alicerces, a paragem da obra, a consequente ruína e o aproveitamento dos materiais de construção para outros fins.

Os três últimos anos de D. Fr. Vitoriano Portuense, de 1702 a 1705, restringem-se a esta e outras obras na ilha de Santiago, nomeadamente à edificação das igrejas na freguesia de Santiago Maior, S. Lourenço dos Orgãos, na povoação do mesmo nome, Santa Catarina do Mato, na Assomada, e a Igreja de S. Salvador do Mundo, na alcantilada e inacessível povoação dos Picos, erigida como freguesia e com cóngrua

⁸² ANTT, *Chanc. da Ordem de Cristo*, L.º 2, fl. 6 v., in António Brásio, *MMA*, 2.ª série, vol. III, pp. 3-4, 12 de Janeiro de 1570. Sobre o acidentado percurso desta instituição nos meandros da administração régia e local ver o nosso capítulo e de Maria Emília Madeira Santos, "Igreja, Missionação e Sociedade" in *HGCV*, vol. II, pp. 387 e segs.

⁸³ Carta de D. Fr. Vitoriano ao rei sobre a questão do seminário, inserta em consulta do Conselho Ultramarino de 28 de Novembro de 1698. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 65, 28 de Novembro de 1697. Consulta do Conselho Ultramarino e resolução régia sobre a mesma questão. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 99, 7 de Novembro de 1698.

⁸⁴ Carta régia ao bispo D. Fr. Vitoriano sobre a consignação de verbas para o seminário de 20 de Março de 1702. Christiano José de Senna Barcelos, *Subsídios...*, vol. II, p. 166.

⁸⁵ Plantas do seminário da ilha de Santiago e outros documentos anexos enviados para o Reino pelo cabido. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 42A, 26 de Fevereiro de 1706.

consignada na folha eclesiástica para o respectivo pároco. Esta última ficaria também por concluir à data da morte do bispo; no entanto, o chantre António Soares Vieira, por promessa expressa que lhe fizera, continuou posteriormente os seus trabalhos de cobertura e a igreja foi dada por acabada.

Nos seus últimos tempos, já só se limitava a exercícios espirituais, jejuns e outras abstinências no paço episcopal ou no Convento de S. Francisco ou à assistência aos fiéis no confessionário, púlpito e no paço onde dava lições de catequese. Desengano sobre a utilidade e eficácia da igreja relativamente aos “ilhéus absolutos” e à enorme mole de gente pobre que não tinha disponibilidade ou possibilidade de aceder às igrejas, onde assistiam os padres da terra que considerava incapazes, D. Fr. Vitoriano solicita várias vezes ao rei a renúncia ao bispado; pretendia despojar-se da púrpura e das vestes pontificais, para que, à semelhança do que fizera no Reino D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, cujo exemplo invoca, pudesse vestir de novo o capelo de S. Francisco e o burel que sempre usava em privado. O rei recusou a renúncia e, para retribuir o seu trabalho pastoral, já reconhecido e elogiado por Roma, Propaganda Fide e núncios, oferece-lhe um bispado no Reino. D. Fr. Vitoriano rejeita e afirma pretender continuar até ao fim com a ordem religiosa que tinha desposado. Depois de fazer a última missa pontifical no dia da Epifania de 1705, recolheu ao paço, de onde mandou chamar ao cabido um confessor, vindo a morrer no dia 21 de Janeiro. Segundo os historiôgrafos da ordem, acudiu logo muita gente ao paço com grande alarido e brados de que tinham perdido o seu bem, sendo necessário barricar as salas para que não fossem danificadas. Foi sepultado na capela-mor da sé, na tumba que aí tinha mandado fazer para os bispos, onde nunca nenhum outro prelado, à maneira de homenagem, quis ser enterrado.

A dinâmica episcopal de D. Fr. Vitoriano foi por certo impar e não teria continuidade nos tempos próximos, já que, tanto no Reino como na terra, novos rumos viriam a desvanecer, perturbar ou mesmo bloquear a acção da Igreja sobre a sociedade insular. Foi o último prelado a edificar templos e outros edifícios eclesiásticos em Santiago, a promover activamente a presença da Igreja nas ilhas que agora despontavam para a construção mais alargada do arquipélago, bem como a enfrentar abertamente a elite local, a tentar evitar os seus desmandos e a denunciar antecipadamente os conluios dos governos interinos da câmara. Já não a levou de vencida e os seus oficiais de justiça viram-se manietados por ameaças de morte ou mesmo pela força das armas.

Igual atitude teve face aos governadores e ouvidores que se sucederam nos seus dezassete anos de actividade, no sentido de colocar a jurisdição e poder eclesiásticos a par dos demais. Tentou igualmente, mas em vão, pôr fim a privilégios que a Igreja local, nomeadamente o cabido, conquistara por “uso e costume imemoriais”, tornando-se isenta da acção fiscalizadora do bispo.

Depressa se viriam a desvanecer este forte cunho pessoal de governo e a acção efectiva que D. Fr. Vitoriano Portuense imprimira à Igreja durante o seu episcopado. Agora, a elite local iria tomar de assalto, pela violência ou pela mancomunação, o poder na sociedade cabo-verdiana, impossibilitando até meados do século XVIII o normal exercício e funcionamento dos poderes governativo, militar e judicial e, naturalmente, do poder da Igreja.

Fr. Francisco de Santo Agostinho (1709-1719) e D. Fr. José de Santa Maria de Jesus (1721-1736): tentativa de salvaguarda da Igreja face à anarquia social e política

Para melhor compreendermos a actuação destes dois bispos, é necessário voltar a recordar a conjuntura política do Reino e os rumos económicos do Atlântico Sul, que contribuem para o aprofundamento da crise económico-social de Cabo Verde nas duas primeiras décadas do século XVIII.

Com a descoberta do "El Dorado" brasileiro nas "Minas Gerais" do sertão paulista, os novos ataques dos franceses (1710-1714), extensão longínqua da Guerra de Sucessão de Espanha e as difíceis negociações com Espanha a propósito da colónia do Sacramento, D. João V, que ascende ao trono em 1706, centra-se, quase por exclusivo, na colónia que será durante todo o século XVIII o ponto nevralgico do império⁸⁶.

Os anteriores planos de D. Pedro II para o quadrante Cabo Verde/Rios de Guiné abrandam, cessam por completo ou ruem por si próprios. O "projecto Bissau" é aniquilado por D. João V que, em 1707, numa decisão inusitada, manda arrasar a fortaleza construída a expensas da Companhia de Cacheu e Cabo Verde. Dado que os seus accionistas reinóis tiveram sempre a oposição dos moradores das ilhas e Rios de Guiné, a companhia, pouco capitalizada, não tardou a dar prejuízo, o que levou a Coroa a não renovar o contrato de concessão do exclusivo comercial. Cabo Verde vê-se assim privado de navegação comercial regular com o Reino e os seus moradores, já debilitados pela política especulativa de preços daquela companhia, são agora compelidos a comprar aos navios estrangeiros, que aí faziam escala, géneros em moeda forte. Assim, o precioso numerário em prata espanhola, que os locais haviam entesourado desde 1640, esvai-se de Cabo Verde, cuja economia atinge o estágio final de um longo processo de desmonetização, imperando presentemente o comércio de retalho em espécie⁸⁷. Estes constrangimentos económicos agora chegados a extremos atacam o já secular processo de desestruturação da sociedade escravocrata santiaguense. Santiago é, nas duas primeiras décadas do século XVIII, uma ilha levantada "em armas", assistindo a convulsões e lutas intestinas que arrastam todos os grupos sociais e, com estes, as autoridades político-administrativas das ilhas. O prestígio e a autoridade da nomenclatura política insular ressentem-se: o Conselho Ultramarino dispensou o foro de fidalgo aos governadores: em 1697, só D. António Salgado se opôs ao cargo de governador; em 1702, Jorge Cotrim Melo não aceitou o posto e Gonçalo Lemos de Mascarenhas comportou-se de uma forma inadequada à sua condição, não se esforçando sequer por "parecer sério", o que motivou uma rara carta unânime da câmara, bispo, ouvidor, capitão-mor da Praia e outros principais sobre o

⁸⁶ Sobre a questão brasileira, ver, entre muitos outros, a síntese de Jacques Marcadé, "O Quadro Internacional e Imperial", *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII, *O Império Luso-brasileiro (1620-1750)*, coord. de Frédéric Mauro, Lisboa, Estampa, 1991, pp. 17-90.

⁸⁷ Sobre esta questão ver o já citado capítulo de Ilídio Baleno, neste volume.

seu procedimento⁸⁸. Até 1707 não se encontrou quem quisesse assumir o governo de Cabo Verde; a câmara, já atevendo o que se estava a maquinar, pediu que não fosse provido um natural da terra. Acabou por ser escolhido Rodrigo de Oliveira da Fonseca que, embora reinol, era um dos apaniguados da parcialidade de António de Barros Bezerra e, depois de ascender na Milícia, foi nomeado, por aquele, capitão-mor de Cacheu, em 1685, e capitão-mor de Bissau, em 1698.

A todo este quadro de desordem, acrescia mais uma curta situação de sede vacante, em que os membros do cabido se apressaram a desbaratar a mais-valia que D. Fr. Vitoriano tinha alcançado através do preenchimento da rede paroquial de Santiago, ilhas do Barlavento e Rios de Guiné com os frades capuchos do Convento de S. Francisco. Cremos que aqui estava em causa algo mais do que os tradicionais antagonismos, entre o clero secular e clero regular, que se verificaram por todas as igrejas ultramarinas. Illegal e unilateralmente, o cabido fez publicar na sé, no início de 1706, uma pastoral que retirava as prévias licenças episcopais que permitiam aos religiosos exercer a cura de almas nas paróquias, nomeadamente dizer missas, confessar e pregar nas festividades mais solenes, campo cuja supremacia lhe fora retirada pelo bispo, nomeadamente os rentáveis postos de visitador. O diferendo só poderia ser sanado por alguém a quem o cabido reconhecesse autoridade e temesse. A câmara, grata pelo acréscimo quantitativo e qualitativo da assistência espiritual dos franciscanos nas paróquias e nas festividades e pelo ensino dos “meninos”, escreveu aos “reverendos capitulares”, normalmente ligados aos oficiais municipais por laços directos de parentesco, que transigissem, o que veio a acontecer. Contudo, o padre guardião e mais religiosos do convento não deixaram passar o episódio em claro e quiseram vincar a diferença face à atitude sobranceira do cabido, dizendo que aceitavam solenizar as festas da Ribeira Grande, com as pregações que os moradores lhes pediam, livre e graciosamente, sem por isso receberem qualquer esmola⁸⁹.

D. Fr. Francisco de Santo Agostinho: um bispo mediador de conflitos sociais e políticos

A análise deste episcopado vê-se prejudicada pela extrema carência de documentação de cerca de 1708 a 1720, muita dela queimada ou rasgada – no saque que os franceses fizeram à Ribeira Grande em Maio de 1712 – ou feita desaparecer na sequente desordem dos órgãos de governo civil, judicial e eclesiástico e dos respectivos arquivos. Aí corriam processos muito delicados, como o do episódio de resistên-

⁸⁸ Consulta do Conselho Ultramarino para escolha do governador de Cabo Verde, saindo eleito D. António Salgado, o único opositor. AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 63, 30 de Agosto de 1697. Sobre a recusa de Jorge Cotrim de Melo, cf. Christiano José Senna Barcellos, *Subsídios...*, vol. II, p. 164. Sobre as críticas à acção do governador Gonçalo Lemos Mascarenhas, ver consulta do Conselho Ultramarino, AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 29A, Junho de 1703.

⁸⁹ AHN, *Secretaria Geral do Governo, Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte*, 004, A1 (R). Carta do senado da câmara aos capitulares, sede vacante de 9 de Janeiro de 1706, fls. 129-130 v.; idem. resposta do cabido aos oficiais da câmara de 10 de Janeiro de 1706, fls. 130 v.-132 v.; *ibidem*, carta do padre guardião e mais religiosos do Convento de S. Francisco ao senado da câmara, 13 de Janeiro de 1706.

cia dos “bravos de Julangue”, a que os poderosos da terra deram cobertura, acoitando e protegendo os escravos fujões e os forros levantados. Para além disso, perante a investida francesa, o governo militar e a hierarquia dos oficiais de milícia e respectivos soldados debandaram simplesmente para o interior da ilha, sem esboçar qualquer acto de defesa ou resistência ao seu desembarque na vila da Praia, percurso terrestre até à Ribeira Grande e durante a ocupação da cidade. É assim combinado entre o governador José Pinheiro da Câmara e os principais membros da elite, que chefiavam as companhias da milícia e os sistemas de defesa da Praia e da Ribeira Grande, um verdadeiro pacto de silêncio, que se transformou numa barreira intransponível à investigação judicial e apuramento de responsabilidades por parte dos oficiais mandados do Reino com esse perigoso e delicado encargo que a todos comprometeria. O “silêncio era de ouro” e os poderosos instalam um clima de intimidação, de medo e de desconfiança generalizada para que ninguém se sentisse tentado a falar e revelar os factos; alcançam, deste modo, o objectivo pretendido, que era o de enfraquecer a correspondência e a comunicação entre as instituições insulares e o Reino, tolhendo a sua capacidade judicial e penal.

O bispo D. Fr. Francisco de Santo Agostinho estava ainda no recesso do Reino longe de tudo isto. O seu processo de nomeação e a súplica da sua confirmação para Roma seguiram de forma mais ou menos expedita cerca de 1707 e, em finais de 1709, desembarcava em Santiago. D. Fr. Francisco de Santo Agostinho era frade franciscano da Ordem Terceira, mestre de Teologia Moral e pregador jubilado. Já tinha alguma experiência da realidade ultramarina, pois havia ocupado o posto de capelão-mor das Armadas e assistido como missionário em Angola. Logo que é sagrado bispo em Janeiro de 1709, começa a preparar os seus aprestos e comitiva para seguir viagem e, para saber o que necessitava e se informar sobre o estado da diocese, escreve ao cabido, ao qual pede o ponto da situação. Este, ofendido com a atitude de D. Fr. Vitoriano por vender bens da mitra de ouro e prata para custear a sua febre de construções, informa que, a pretexto de construir um seminário, tinha mandado demolir parte das casas de habitação dos prelados, que se encontravam arruinadas e incapazes de acomodar o novo bispo. Os capitulares chegam ao extremo de afirmar que o bispo “só tem uma cadeira de pau rasa, pelo que deve levar da corte tudo o que for conveniente à sua dignidade episcopal”⁹⁰.

Ao chegar a Santiago, o novo bispo encontra uma situação social convulsa e que tinha ainda muito fresco o caso dos “valentes de Julangue” e suas consequências. Ao nível eclesial, constata que os bens e cofres da mitra estavam depauperados e que não dispunha de residência capaz na cidade nem de meios para a edificar. Depara igualmente com um cabido, agora apostado na estratégia de uma posição de força face ao novo bispo que o ia dirigir, que não queria ver repetida a posição de subalternidade e afastamento a que D. Fr. Vitoriano o votara. O cabido era essencialmente composto nesta época por cônegos brancos reinóis e muitas das conezijs e dignidades encontravam-se vagas, uma vez que D. Fr. Vitoriano congelara as admissões por considerar o clero formado localmente incapaz para o exercício desses postos cimeiros. Prova-

⁹⁰ Petição do bispo de Cabo Verde D. Frei Francisco de Santo Agostinho ao rei para custear a preparação da sua viagem. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 50, 1 de Junho de 1709.

velmente, pressionado pelas forças da terra, D. Fr. Francisco de Santo Agostinho faz nomeações muito polémicas e até algo insólitas: ordena padre o capitão António de Andrade Figueira, apenas oito dias após a morte da sua mulher e em pouco tempo nomeou-o cônego e vigário-geral, ofício que na hierarquia de uma diocese significava ser o colaborador mais directo do bispo, podendo mesmo substituí-lo e executar todos os actos administrativos da competência episcopal, excepto os que o prelado reservasse para si⁹¹. Seguindo a lógica predominante dos factores parentesco e clientelismo no acesso aos postos administrativos, fossem eles civis ou eclesiásticos, o bispo soma mais uma parcela àquele erro: designou para outra das dignidades superiores do cabido o filho legítimo de António de Andrade Figueira, chamado José Bacalhau Gamboa, que passou de simples diácono a arcebispo. António de Andrade Figueira será doravante uma das figuras mais polémicas da Igreja de Cabo Verde, sempre no centro de todas as lutas. Era aparentado com Tomé Fidalgo da Costa (irmão ou cunhado) e com Pedro Robalo Valdevesso (cunhado), dois dos “pater familias” mais proeminentes de Santiago, nas primeiras décadas do século XVIII⁹². O novo bispo vergou perante a força destes poderosos e ampliou significativamente a extensão da oligarquia de Santiago no cume da hierarquia da Igreja em Cabo Verde, que irá perdurar e mesmo aumentar ao longo do século XVIII; isto irá traduzir-se na manietação do poder e ascendente dos seus sucessores, obrigando-os a viver de forma discreta e retirada, longe do enredo e intriga da Ribeira Grande, onde o cabido imperava à-vontade na catedral.

Desde logo, vítima das suas decisões, D. Fr. Francisco de Santo Agostinho ficou conhecido, com base na descrição do clérigo anónimo de 1784, como um bispo que teve grandes “desintelências” com o cabido, com o qual “ficou sempre desgostoso”.

O problema com que o bispo se confrontou de imediato foi o de encontrar uma residência permanente. O paço episcopal da Ribeira Grande raramente serviu de domicílio fixo dos bispos, devido aos conhecidos fenómenos do “clima doentio”, “decadência” e clima de perturbação da Ribeira Grande, servindo apenas de moradia temporária quando aí se deslocavam sazonalmente para as festas mais importantes do ano litúrgico. Acrescia que a sua zona habitacional tinha sido adaptada por D. Fr. Vitoriano para a construção do seminário, que nunca foi concluído e que rapidamente se arruinou. A sua escolha foi sensata e perspicaz: dado que a rentável e produtiva

⁹¹ Ver, a propósito desta dignidade, o verbete “vigário” de Manuel Saturnino Gomes, *DHRP*, vol. P-Z, pp. 344-345.

⁹² Tomé Fidalgo da Costa nascera em Santiago; foi várias vezes juiz e vereador da câmara nas décadas de 1660 a 1690, bem como provedor e irmão da Misericórdia. Era capitão-mor e serviu de governador interino em 1698. Formava uma parcialidade com o capitão Pedro Semedo Cardoso que também foi governador interino na década de 50, oposta à de António Barros Bezerra. Ainda no século XVII e no século XVIII existem vários homónimos de todos estes, pelo que é necessária pericia para desembaraçar este emaranhado. Pedro Robalo Valdevesso foi também várias vezes membro da câmara na década de 1690 e provedor da Misericórdia em 1693; era coronel de um dos terços da Ribeira Grande e comissário-geral da Milícia; foi também muitos anos procurador dos dízimos em Santo Antão e, em 1719, é acusado pelo governador de querer governar a ilha com todo o seu séquito e parentela; por esta época estava já reformado e era síndico do Convento de S. Francisco. Sobre estes homens poderosos ver, neste volume, o capítulo de Iva Cabral, “Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena”.

Fazenda da Trindade, por onde corriam as boas águas da ribeira com o mesmo nome, era terra de capela pertencente à mitra e estava situada a uma distância confortável da cidade – perto para aí acudir e longe para escapar aos enredos do cabido –, D. Fr. Francisco de Santo Agostinho fixou lá a casa de residência da sua “família”. Depois construiu (ou reconstruiu o primitivo edifício fundado no século XVI por Fernão Fiel de Lugo) uma pequena capela oitavada de estilo renascença, onde cumpria os seus exercícios e obrigações espirituais.

Daqui resultou algo mais do que uma simples mudança de residência, já que a distância garantia ao bispo a devida salvaguarda e independência face aos poderes civis e eclesiásticos da Ribeira Grande, emergindo como autoridade local de reserva e de recurso quando os conflitos sociais ou institucionais atingiam proporções extremas.

O ouvidor-geral Xavier Lopes Vilela, chegado a Santiago em companhia do bispo, em Dezembro de 1709, logo no mês seguinte, estava a braços com as sequelas do episódio dos “valentes de Julangue” e pretendia agir de forma exemplar⁹³. Pediu por isso a colaboração da jurisdição eclesiástica, ao que D. Fr. Francisco respondeu com o recurso à excomunhão dos revoltosos fujões, forros homiziados e dos poderosos que os acoitavam nas suas fazendas que, por esta altura, se encontravam vedadas e guardadas por aqueles membros dos seus exércitos privados. Os escravocratas agiram aqui como única força capaz de sustentar o potencial de revolta aberta dos forros contra as autoridades, e estas, por seu lado, também não prosseguiram com a penalização dos poderosos cúmplices de fuga, pois ficaram bem cientes do seu papel no frágil equilíbrio do sistema, cuja pedra angular residia no preciso controlo dos forros, por esta época já mais de metade da população de Santiago. O ouvidor resignou-se com a nulidade dos resultados desta aplicação maciça de excomuniões que, por esta ocasião, não tinham quaisquer consequências práticas numa sociedade em alvoroço. Pediu ao rei que sobre este incidente fosse feita devassa com pena de morte para os revoltosos e perda de bens para os chefes, sem possibilidade de apelação e agravo. O Conselho Ultramarino conhecia bem a situação e o procurador da Coroa sabia que os órgãos políticos e judiciais locais não tinham capacidade para efectivar essa medida, pelo que a indefere, levantando também a questão de ser rara na ordem jurídica a aplicação de excomuniões a semelhantes casos. Só cerca de 1717 seria preso um único dos matadores do Julangue, chamado Domingos Gomes, “o Neto”, e, mesmo assim, o governador Serafim Teixeira Sarmiento de Sá não se responsabilizava que o

⁹³ Tratou-se de uma incursão fracassada do governador Gonçalo Lemos de Mascarenhas, à frente de um grupo de 400 oficiais e soldados para capturar os 600 escravos fujões e forros homiziados negros acoitados nas recônditas grutas ou abrigos escavados na rocha das escarpas do Pico António. Aqueles, fortemente armados com espingardas, zagaia e manducos, recusaram render-se, resultando vários mortos das duas partes. Descobertos e expulsos do seu esconderijo do Julangue espalharam-se pelas serranias, formando grupos armados autodenominados “valentes de Julangue”, que semearam a violência e o pavor pelas povoações, pequenas propriedades e casas dispersas, às quais roubavam gado, alimentos e outros pertences. Ver consulta do Conselho Ultramarino de 8 de Julho de 1710 em que vem incluída uma carta de 8 de Janeiro do ouvidor sobre esta questão. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 56A. Igual consulta referente a uma carta da viúva Maria Henriques de 20 de Setembro de 1708 ao governador de Cabo Verde para prender os delinquentes responsáveis pela morte do seu filho capitão Francisco Soares. *Idem*, *ibidem*, doc. 95, 14 de Outubro de 1719.

rêu fosse levado à justiça, uma vez que a cadeia da Ribeira Grande era reconhecidamente pouco segura⁹⁴.

Entretanto, o bispo prosseguia a sua cooperação com as autoridades civis, neste caso com o governador José Pinheiro da Câmara, que pretendia efectuar um alardo geral para convocar todos os homens forros maiores de 14 anos para a milícia de Santiago. Pediu para isso ao bispo o rol dos confessados, que este entregou prontamente, e solicitou-lhe que os párcos das freguesias de Santiago indicassem quais os indivíduos que estariam aptos para o serviço militar. Tal comprovava que a Igreja continuava a ser a instituição com maior abrangência espacial e implantação efectiva do território. Os párcos eram assim os mais eficazes intermediários entre o poder civil do governador e os habitantes sujeitos à sua jurisdição, já que divulgavam as suas ordens nas missas dominicais, pelo que se pode repetir para Cabo Verde "que a freguesia foi, durante o Antigo Regime, uma circunscrição territorial decisiva no enquadramento político do espaço"⁹⁵.

Não deixa de ser irónico que, em 1711-1712, o governador José Pinheiro Câmara se manifeste muito empenhado na nova organização da Milícia que, de acordo com instruções do Reino, devia ser feita em novos moldes: reduzir as companhias de Ordenança a 80 homens, não misturar brancos e negros e criar três terços de ordenança, um para o movimentado porto da Praia e dois para a cidade⁹⁶.

Três meses depois desta consulta do Conselho Ultramarino sobre a orgânica militar, em 4 de Maio de 1712, uma esquadra francesa de doze navios chefiados pelo general Cassard aporta na vila da Praia e simplesmente desembarca 800 homens, sem qualquer oposição militar, já que a guarnição local se rendeu imediatamente. Marcha em seguida por terra até à cidade, onde a milícia se desmorona como um castelo de cartas, debandando todos os soldados e seus oficiais. Os franceses permanecem aí mais de uma semana saqueando e incendiando o que de mais importante e valioso existia na cidade e seus arredores⁹⁷. Incluir este episódio militar num capítulo sobre a Igreja só se justifica devido à invulgar participação directa do bispo, D. Fr. Francisco de Santo Agostinho, nas operações militares de reacção, episódio que o notabilizou entre os diversos bispos de Cabo Verde.

O que nos interessa realçar neste incidente rocambolésco é o que ele traduz sobre a posição da Igreja no seio da sociedade de Santiago e, sobretudo, a proemi-

⁹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de Julho de 1710, supracitada.

⁹⁵ Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha, "O quadro espacial", *História de Portugal*, vol. V, *O Antigo Regime*, coord. de António Manuel Hespanha, p. 43.

⁹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino sobre a organização da Milícia. AHU, Cabo Verde, cx. 9, doc. 65, 28 de Janeiro de 1712.

⁹⁷ Este ataque tinha como pretexto o contexto europeu da Guerra da Sucessão de Espanha, onde o que realmente estava em causa era a luta pela supremacia entre ingleses e franceses. Portugal acabou por ser obrigado a alinhar no grupo inglês, fruto da secular aliança diplomática entre os dois países, pelo que se encontrava, de facto, em guerra com a França. Dadas as circunstâncias e pesadas consequências desta verdadeira invasão, o Reino pede rapidamente esclarecimentos para Cabo Verde, pois, nesse delicado momento da diplomacia europeia, centrada nas negociações de Utreque, a débil posição que Portugal aí detinha ficou ainda mais exposta aos olhos das potências europeias. Sobre este assunto ver, entre muitos outros, a síntese de Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. V, *A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, pp. 222-243.

nência dos bispos (a nível pessoal e de ofício) face aos governadores que as descrições pretendem neste caso acentuar para denegrir a figura de José Pinheiro da Câmara. D. Fr. Francisco encontrava-se na cidade e mostrou intenção de aí querer permanecer para auxiliar o governador. Este e o cabido, numa atitude que não nos parece inocente, mostram-se particularmente interessados em afastar o bispo para o lugar mais distante possível do palco dos acontecimentos. Surgiram rumores que os franceses pretendiam saquear os arredores da Ribeira Grande e que tinham particular interesse em encontrar o prelado, uma vez que já haviam comprovado a incapacidade e menoridade do governador. Os cônegos insistem na sua saída para a Fazenda da Trindade e, em colaboração com o governador, considerando este afastamento insuficiente, forçam a sua retirada para a freguesia de S. João Baptista, com sede em Santa Ana (Santana). Todos fogem para o interior da ilha para a barreira das montanhas. D. Fr. Francisco dirigiu-se para a freguesia de Santa Catarina do Mato, mais concretamente para a Fazenda dos Engenhos. Aqui começa a nascer a sua iniciativa. Teve conhecimento através de um padre que a capitulação acordada entre os franceses e o governador junto com os membros do cabido estava esgotada, uma vez que nem os moradores quiseram contribuir com o donativo estipulado, nem os franceses cumpriram o prometido de não pilhar as igrejas e casas dos principais na cidade. O bispo, consciente de que detinha a única possibilidade real de comunicar com todas as gentes da ilha, faz publicar, em 9 de Maio, uma pastoral em todas as igrejas de Santiago, informando os fregueses da situação e de como agir. Este comunicado à população, de tom bastante dramático e alarmista, avisava que a ilha estava totalmente “oprimida” pelos inimigos que tinham roubado e destruído tudo o que de mais valioso existia na cidade e que todos corriam o risco de ver as suas casas e bens incendiados e as suas mulheres e seus filhos cativos. Sob pena de excomunhão maior, convoca-os à Igreja de S. Salvador do Mundo, nos Picos, no dia 12 de Maio, devendo trazer géneros da terra para entregar aos franceses, bem como cavalos, armas e escravos. Os vigários deviam fazer tocar os sinos para chamar os fregueses. O governador, por seu lado, também já mandara publicar um manifesto, mas só obtivera uma resposta. O bispo, feito governador militar, ordenou ao seu capitão/cônego António de Andrade Figueira que, juntamente com os cerca de 300 homens que entretanto tinham acorrido, barrasse o caminho aos franceses que ameaçavam vir pela freguesia de S. Lourenço dos Orgãos, no que foi seguido por muita gente que desceu dos montes com grandes alaridos. O bispo tinha decidido marchar sobre a cidade e aí combater os franceses; no caminho encontrou o governador em Buguende e não confiando nele dissimulou as suas intenções, afirmando que ia entregar o donativo aos franceses. É aqui que D. Francisco e o governador José Pinheiro da Câmara se enfrentam: o bispo disse que, dado ter sido ele a organizar as tropas (isto é, os tradicionais grupos armados dos senhores, com a sua força privativa de forros e escravos), não accitaria quaisquer ordens suas, uma vez que a milícia, tanto principais como soldados, não lhe obedecera. O governador, por seu lado, decidiu ser ele a organizar nessa noite as tropas e a comandar a investida no dia seguinte. Quando se quis pôr em marcha, os soldados, vendo que era ele quem comandava, abandonaram a dura caminhada à torreira do sol; quando chegou às achadas perto da cidade, já não lhe restava mais que um punhado de homens, pelo que adiou o combate para o dia seguinte. Os franceses, alarmados com o

que pensavam ser o grande exército do bispo, decidiram abandonar a cidade e fizeram-se ao mar, nada deixando no seu rasto, pois explodiram o paço episcopal, a casa do governador e os armazéns reais. Os frades do Convento de S. Francisco permaneceram sempre na cidade e dois deles, que foram sequestrados a bordo dos navios franceses, assistiram ao incêndio final⁹⁸.

Para o historiador, esta "invasão francesa" deve ser vista para além do mero episódio militar caricato e das suas pesadas consequências materiais imediatas. Este acontecimento singular amplifica e aprofunda os rumos da conturbada conjuntura social e política que já se vinha a verificar desde os primeiros anos do século XVIII, além de tornar completamente visível no Reino a real situação do arquipélago, no seguimento da atitude apreensiva que o Conselho Ultramarino já vinha a manifestar. A todo este emaranhado somam-se os efeitos mais visíveis que o ataque teve no já depauperado nível de riqueza dos moradores e no desvanecimento da já moribunda centralidade da Ribeira Grande.

Começando pelo nível mais concreto dos resultados materiais, verifica-se que a Ribeira Grande foi totalmente despojada do que ainda continha de valor e viu destruídos ou seriamente danificados os poucos edifícios públicos que ainda estavam de pé. Os antigos sobrados de família, que os grandes moradores ainda conservavam na cidade para encontrar tecto quando aqui se deslocavam episodicamente para acudir às funções que exerciam na câmara, Misericórdia ou assistir os ofícios divinos, foram também saqueados e queimados. A única imagem que vem à mente é a de uma qualquer cidade contemporânea em cinzas, após bombardeamento, incêndio e pilhagens⁹⁹.

Não fazia já qualquer sentido reconstruir nada numa cidade cuja função económica há muito se perdera e cuja função político-administrativa estava também seriamente abalada. Restavam, como âncoras, a sé e os demais edifícios religiosos, a que o cabido e padres estavam obrigados canonicamente a assistir, pelo que a cidade ainda mantêm, embora de forma mais esbatida, uma função religiosa que irá prolongar a sua existência agonizante. A Igreja e os eclesiásticos serão os últimos a sair no século XIX, quando já só tinham como vista ruínas ou como vizinhos os pobres moradores do Bairro de S. Sebastião.

Já as consequências político-sociais são mais complexas de discriminar.

⁹⁸ Todo o conjunto de documentos sobre o ataque dos franceses (8 anexos) está contido numa só relação de uma consulta do Conselho Ultramarino. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713. Para mais fácil acesso ver a transcrição publicada por Daniel Pereira em *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, pp. 128-145.

⁹⁹ A enumeração dos pertences roubados e dos edifícios saqueados ou destruídos é incalculável; dentre os mais importantes salientamos a destruição pelo fogo ou pela artilharia de parte da Fortaleza de S. Filipe e casa da pólvora, armazéns da alfândega, casas do governador e paço episcopal. A nível de documentação queimaram a preciosa livraria episcopal, atearam fogo aos livros da ouvidoria com breu e alcatrão e rasgaram os processos e devassas dos cartórios. As igrejas foram naturalmente das mais penalizadas: roubaram todas as peças de prata da mitra, os vasos sagrados da sé e um crucifixo do santo lenho, bem como diversos ornamentos, alfaia litúrgicas, cálices, mesas, escritórios, contadores e vestes das imagens, muitas das quais foram quebradas. Saquearam as capelas de Nossa Senhora da Conceição e de S. Pedro, bem como o Convento de S. Francisco, que ficou sem nada; além disso, levaram ainda grande parte da artilharia de bronze e os sinos da sé, Misericórdia e convento. Não é possível contabilizar o que resultou do saque das casas particulares.

A primeira vítima foi naturalmente o governador José Pinheiro da Câmara que deu entrada na prisão e viu os seus bens sequestrados; porém, o que verdadeiramente soçobrou foi a autoridade política e militar da figura do governador, cujo papel na organização da Milícia era factício e cuja supremacia política se esvai finalmente às mãos da elite. Cada um assacava as culpas ao elo seguinte: o governador José Pinheiro da Câmara culpou os principais e vociferou a sua cobardia; aqueles, por sua vez, através de carta dos oficiais da câmara, culparam os soldados que desertaram, isentando o governador. Os poderosos tinham tanta ou mais culpa que o governador, pois formavam o comando da cadeia militar, que ficou paralisado ou se pôs em fuga. Responderam com um silêncio ensurdecedor e mantiveram-se expectantes, intimidando, ameaçando ou mesmo matando os que quisessem falar, sendo particularmente visados os únicos que poderiam ter a veleidade de investigar e fazer devassa do caso, isto é, os ouvidores e os sindicantes.

Ao Conselho Ultramarino, para salvar a face, só restava mandar prender e sequestrar os bens do governador e ordenar uma devassa que à partida se sabia impossível de levar a bom termo. A frieza do parecer do procurador da fazenda fala por si: todas as despesas que se fizessem em Cabo Verde seriam sempre sem préstimo; porém, dado que nas ilhas se conservava o nome de Deus e do rei, elas deviam ser mantidas, pelo que o normal provimento prosseguiu: em Março de 1713, foi nomeado como ouvidor Miguel de Freitas Meneses para substituir Xavier Lopes Vieira, tendo também competência de sindicância do caso dos franceses.

Nos primeiros meses de 1715, passaram a Cabo Verde, Manuel de Freitas Meneses, como ouvidor/sindicante, e Manuel Pereira Calheiros e Araújo, como governador. O destino de ambos seria o mesmo. O ouvidor iniciou a devassa e logo mandou preso para o Reino o governador José Pinheiro da Câmara; porém, quando chegou ao núcleo duro, isto é, aos postos e ofícios militares que o rei também mandara inquirir, afirma que a hierarquia militar estava na mais completa anarquia e que seria impossível devassar “desde os coronéis aos Alferes”. Este inquérito judicial afigurava-se-lhe odioso e diz que o faria correr perigo de vida, pois nunca sairia vivo da ilha se tivesse todos os principais por inimigos. O que é dito é feito: o ouvidor morre em Junho de 1715, um mês e meio depois de chegar a Santiago, e o mesmo sucede ao governador Calheiros e Araújo, que toma posse em 29 de Abril e morre em 20 de Junho. As circunstâncias das mortes de governadores e ouvidores em Cabo Verde acabam sempre por recair na suspeita de assassinato velado que nunca ninguém sequer vira ou sequer ouvia falar. O natural mutismo das autoridades locais e a atitude resignada de “deixar andar”, seguida pelos poderes do Reino, acabam por fazer cair estes casos no esquecimento judicial; o tempo encarregava-se do resto.

Igreja e câmara reagem como podem para tornar de novo habitáveis e funcionais alguns edifícios da Ribeira Grande. D. Fr. Francisco começa a reerguer os paços episcopais e, depois de levantar as paredes que tinham ruído, vigar, emadeirar o forro, assoalhar e telhar, recolheu-se de novo para aqui com a sua família. Não havia porém ninguém que arrematasse as obras por falta de dinheiro e de mestres pedreiros e carpinteiros que pudessem tomar a seu cargo a construção¹⁰⁰. Como o cabido não lhe

¹⁰⁰ Carta do bispo D. Fr. Francisco ao rei sobre a reconstrução do paço episcopal. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 73, 25 de Novembro de 1712.

deu tréguas, em pouco tempo o bispo voltaria para o que descreve como residência de pedra e barro, coberta de palha e com uma mera esteira de tabuga na residência da Trindade.

A administração eclesiástica paralisara à semelhança das suas congêneres civis. O bispo não tinha condições para a exercer, pelo que não nomeia mestres de Gramática Latina e Teologia Moral nem ordena novos sacerdotes, agravando para o futuro a habitual carência de párocos. Vê-se também confrontado com "clérigos revoltosos", nomeadamente com o padre Manuel Ribeiro de Macedo, anteriormente capitão da Milícia, que começou a paroquiar e confessar sem para isso ter a devida licença do bispo que sentenciou a sua suspensão, degredo e prisão pelo governador Gonçalo de Lemos de Mascarenhas. Foi aberta no tribunal da diocese uma acção judicial com quinze quesitos, um dos quais por homicídio de um seu freguês. Dentre os seus fiéis atemorizava em especial os homens forros, talvez por reccar o seu poder armado. No entanto, o vigário-geral não teve força para levar esta causa até ao fim no prazo previsto, uma vez que o acusado colocara um tapume e um cerco armado na sua casa para que não o prendessem.

Igualmente ficaram imunes dois padres naturais da ilha do Fogo, que paroquiavam em Cacheu, sendo apontados pelo ouvidor Brás Brandão de Sousa de estar à cabeça de levantamentos e motins que haviam ocorrido nessa praça em 1719 e que o bispo mandara regressar à sua terra natural, sem no entanto os entregar à justiça civil¹⁰¹. Entretanto, também o já nosso conhecido cônego António de Andrade Vieira fora mandado por D. Fr. Francisco a Cacheu como visitador, cerca de 1720, sendo acusado de "grandes excessos", pois excomungara o capitão-mor e moradores e mandara tirar da Igreja de Nossa Senhora do Vencimento a cadeira em que os capitães-mores se costumavam sentar, diligência ordenada aos soldados de sentinela¹⁰². No entanto, nunca a jurisdição eclesiástica ou mesmo a secular, a quem este caso fora relaxado, conseguiu deitar mão a este poderoso cônego que, apesar da sua condição de eclesiástico, pouco se diferenciava, na sua actuação, dos chefes laicos de Santiago, até porque provinha do seu núcleo.

Entre a vinda e saída ou a morte de governadores e ouvidores e sua manietação pelos maioraes, a ilha de Santiago estava completamente fora do controlo político-administrativo. Sucediã-se os tumultos, levantamentos e roubos por parte de cada uma das "parcialidades" mais importantes, sendo neste período de 1717 das mais activas a que era chefiada por D. Isabel de Barros Bezerra e pelo capitão-mor da Praia, João Nunes Castanho. Do Reino só vinham soluções por decreto e face a este contexto generalizado de revolta social sai, em 1717, um novo alvará régio, em forma de lei, uma medida extrema que determinava que em Cabo Verde o "ajuntamento" de quinze pessoas, livres ou escravas, fosse causa suficiente para devassa, uma vez que podia ser sinal de levantamento ou assuada, norma totalmente impraticável e que nunca vimos

¹⁰¹ Carta régia ao deão Manuel Marques Galano para que entregasse os referidos dois clérigos. AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 3, 4 de Abril de 1721.

¹⁰² Carta régia ao governador António Vieira para que a justiça secular prendesse o visitador António de Andrade Vieira e o remetesse ao Reino. AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 48, 15 de Maio de 1723.

invocada para dar início a qualquer processo judicial¹⁰³. Em 1716, tomou posse o governador Serafim Teixeira Sarmiento de Sá e, no meio da maior turbulência, chegou o ouvidor Brás Brandão de Sousa, em 1718.

A situação agudiza-se a propósito do controlo do apetecido porto da vila da Praia, onde o capitão-mor João Nunes Castanho e o seu parceiro João Pereira de Carvalho tentavam monopolizar o comércio com os navios estrangeiros ou mesmo nacionais. Acresce que esse negócio, nomeadamente a venda de muitos escravos, era verdadeiro contrabando, pois nem as mercadorias que entravam e saíam passavam pela alfândega para pagar direitos. A vila da Praia era o porto mais frequentado por toda a navegação nacional e estrangeira que aí fazia escala de refresco ou alimentos, e muitos principais, nomeadamente cônegos, tinham casa para aceder (em nome próprio ou de terceiros) ao maior fluxo mercantil de Santiago. Tanto a elite da Ribeira Grande como o governador, com o seu habitual privilégio de venda das vacas, queriam continuar a ter livre acesso e a dominar o porto da Praia. Em 1717-18, está no ar uma verdadeira guerra civil entre o capitão-mor da Praia, secundado pela respectiva câmara e povo de um lado, e grupos rivais e o governador por outro. O governador enfrenta directamente João Nunes Castanho e mostra intenção de o prender, no que é demovido por intervenção do povo e do bispo. Só o recurso à máxima instância do rei podia contemporizar as duas facções, e daí resultou uma das habituais sentenças paliativas: Serafim Teixeira é censurado pela sua obsessão em prender João Nunes Castanho que provocava um clima de constante “desassossego público”, eufemismo para guerra civil; ordena ao ouvidor Brás Brandão de Sousa que prendesse João Nunes Castanho e o soltasse em oito dias¹⁰⁴. Em seguida, seria repetido o preito de homenagem do capitão-mor da Praia ao governador, actos simbólicos de conciliação que seriam mediados pelo bispo D. Fr. Francisco de Santo Agostinho, que já tinha impedido o governador de marchar sobre a Praia e de prender o seu capitão-mor. Esta interposição do bispo na mediação das partes veio a revelar-se decisiva na contenção de uma guerra civil, de consequências imprevisíveis. Este episódio terá sido fixado na tradição oral e, posteriormente, esta glosada pelo historiógrafo eclesiástico de 1784, que considera este bispo o exemplo acabado da figura do pacificador e defensor, pelo que Ferreira da Silva o recorda, em finais do século XIX, da seguinte forma: “As luctas entre os governadores e ouvidores encontravam sempre um conciliador no bispo que ou derimia a acesa contenda ou se colocava de lado do mais fraco, sobre tudo ao lado do povo indefeso e buçal que tímido e mal instruído tinha no seu bispo um desvellado protector”¹⁰⁵.

Em 8 de Maio de 1719, o bispo morreu na Fazenda da Trindade. Mesmo a sua morte foi tumultuosa, uma vez que exigiu ser sepultado na capela que aí fundara e não nas tradicionais igrejas/necrópoles da Ribeira Grande. Marcava assim simbolicamente

¹⁰³ Alvará régio em forma de lei, 12 de Agosto de 1717. Cf. Senna Barcellos, *Subsidios* ..., vol. II, p. 228.

¹⁰⁴ Carta régia ao governador Serafim Teixeira sobre o seu conflito com o capitão-mor da Praia, João Nunes Castanho. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 92, 6 de Abril de 1719.

¹⁰⁵ Francisco Ferreira da Silva, *Apointamentos para a história da administração da Diocese e da organização do Semynario Lyceu*, Lisboa, 1899, p. 37.

a sua cisão com o cabido e a autonomia do seu poder, associada à “sua” casa que doou aos seus sucessores. Mesmo em época de turbulência, um funeral episcopal devia respeitar as normais regras protocolares de participação dos principais representantes dos órgãos político-administrativos e das figuras sociais proeminentes. Ao cabido, competia assegurar a pompa desse féretro emblemático e, mesmo desavindo com D. Fr. Francisco de Santo Agostinho, não deixou de representar ao governador e ao ouvidor que os oficiais de guerra não o acompanharam à sua derradeira morada, numa atitude final de desagravo¹⁰⁶.

No último momento, o cabido deixa novamente cair a máscara e, na habitual carta de etiqueta que escrevia ao rei a anunciar a morte do prelado e a pedir a rápida nomeação de um novo, queixa-se que fora pouco zeloso e não guardara os preceitos de Trento ao viver fora da sua sé, que assim tinha jazido abandonada, degradada e falha dos mais elementares ornamentos pontificais¹⁰⁷.

D. Fr. José de Santa Maria de Jesus (1721-1736): a Igreja entre uma sociedade levantada

Rapidamente, cinco meses depois da morte de D. Fr. Francisco de Santo Agostinho, começou a correr no Conselho Ultramarino o normal procedimento de nomeação do bispo que, no entanto, só viria a ser designado em finais de 1720¹⁰⁸. Esta delonga deve-se à contrariedade de D. Fr. José de Santa Maria de Jesus em aceitar o provimento, sendo no final persuadido por D. João V, em cujo círculo pessoal de convivência se incluía o novo prelado. Protelaria por mais um ano a ida para Cabo Verde, onde chega no dia de Natal de 1721¹⁰⁹.

Este habitual compasso de espera dos bispos em Lisboa foi aproveitado por D. Fr. José de Santa Maria para preparar a comitiva e obter privilégios para a sua diocese, valendo-se das suas relações pessoais com o rei. Fruto da correspondência que trocara com o cabido e com o provincial da Piedade em Lisboa, estava ao corrente da situação real da diocese, nomeadamente no que se referia à costumada falta de sacerdotes e sua deficiente formação. Numa só petição feita ao rei, por via da Junta das Missões, tenta atalhar este problema recorrente. Obtém do Conselho Ultramarino a devida verba para levar consigo para Cabo Verde doze estudantes destinados às

¹⁰⁶ Sobre as circunstâncias deste funeral ver Anónimo, *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*..., p. 47. Na pedra tumular que ficou na Capela da Trindade o epitáfio em latim reza: “Usque ad Ultimum diem in Hac Foosa lacebunt Francisci Ossa”. Ver também carta do governador Serafim Teixeira Sarmento de Sá de 30 de Maio de 1719 sobre queixa do cabido a propósito do funeral do bispo, em Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios*..., vol. II, p. 233.

¹⁰⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 23 de Agosto de 1719, onde se inclui a carta do cabido sobre o bispo D. Fr. Francisco de Santo Agostinho. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 99, 27 de Maio de 1719.

¹⁰⁸ Consulta do Conselho Ultramarino para nomeação de pessoas para bispo de Cabo Verde por ter falecido D. Frei Francisco de Santo Agostinho. AHU, *Conselho Ultramarino*, cód. 21, fls. 344-345, 19 de Setembro de 1729.

¹⁰⁹ Sobre os pormenores do seu provimento ver Henrique Pinto Rema, *História das Missões Católicas na Guiné*, p. 201, e Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*..., ed. em CD-ROM.

paróquias; consegue igualmente que as cadeiras de mestres de Gramática Latina e Teologia Moral fossem cabimentadas como despesa fixa na folha eclesiástica de pagamentos, com os ordenados respectivos de 60 e 80 mil réis, o que poderia ter representado um ganho substancial para o prosseguimento do ensino em Cabo Verde se elas tivessem efectivamente funcionado continuamente¹¹⁰. D. Fr. José de Santa Maria, ao contrário dos seus antecessores, nem sequer se podia valer dos missionários, uma vez que quando aí chega, em 1722, só existiam no Convento da Ribeira Grande quatro frades "operacionais". A solução apontada por D. João V para a falta do clero paroquial sugeria o uso dos recursos humanos locais, recomendando ao bispo que "(...) vos pella Vossa parte procureis alguns dos naturais dessas Ilhas pera que por este meyo tambem possa hauer sacerdotes a quem encarregueis a cura das almas das vossas ovelhas continentes nesse bispado, prouendoos nas igrejas que há nelle"¹¹¹. Porém, houve sempre um grande diferencial entre o que se pedia e até se obtinha por concessão régia e o que se conseguia pôr em prática. Dos doze estudantes reinóis acordados, o bispo só pôde trazer dois para o bispado. Quanto aos mestres das referidas disciplinas, uma vez que nem sempre se conseguiam cobrar na alfândega de Santiago os seus ordenados, só exerciam temporariamente e tendiam a abandonar as cadeiras, pelo que D. Fr. José se mostra apreensivo quanto à continuidade do ensino dos ordinandos que já se encontravam em formação. O bispo vai assim assumir o encargo pessoal, quer do ensino da catequese quer da formação dos clérigos, aos quais, segundo Senna Barcellos, mandava tomar lições quase todas as noites em sua casa, designadamente de música¹¹².

Contudo, este esforço individual veio a revelar-se insuficiente para prover as igrejas do bispado, sobretudo as das ilhas "adjacentes". Em 1727, o bispo revela que muitos dos templos das ilhas periféricas estavam sem párocos por largos períodos, uma vez que os clérigos mostravam relutância e negavam-se mesmo a ir servir fora de Santiago, o que só faziam coagidos pelas censuras eclesiásticas, nomeadamente sob pena de excomunhão¹¹³.

Quando D. Fr. José de Santa Maria de Jesus desembarca em Santiago, no início da década de vinte, irá deparar durante vários anos com uma sociedade "levantada" em todos os níveis da sua estratificação e com um complicadíssimo enredo político onde os actores mais visíveis eram os governadores e ouvidores. Todas as "parcialidades" das principais famílias de Santiago, que se dividiam e digladiavam violentamente *in loco*, unem-se em uma só e inultrapassável barreira face ao poder metropo-

¹¹⁰ Consultas do Conselho Ultramarino sobre petição feita pelo bispo D. Fr. José de Santa Maria de Jesus. AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, docs. 27 e 28, ambos de 14 de Outubro de 1721. As cadeiras de Latim e Moral tinham sido instituídas em Cabo Verde em 12 de Março de 1555, mas só podiam ser exercidas por eleição e provimento do bispo e pagas na alfândega de Santiago mediante certidão do mesmo em como tinham exercido o seu magistério. Ver Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios...*, vol. I, p. 136.

¹¹¹ Carta régia ao bispo D. Fr. José de Santa Maria sobre o clero paroquial. AHU, *Conselho Ultramarino*, cód. 486, fl. 104, 27 de Agosto de 1722.

¹¹² Cf. Senna Barcellos, *Subsídios...*, vol II, p. 238.

¹¹³ Carta do bispo D. Fr. José de Santa Maria ao rei sobre a falta de párocos. AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 64, 27 de Outubro de 1727.

litano e sua capacidade de intervenção e controlo. A tática deliberada que seguem nesta estratégia comum é a de desgastar o mais possível o poder e autoridade dos governadores e o exercício judicial dos ouvidores, criando um ambiente propício ou mesmo instigando a discórdia entre os dois principais ramos do poder político insular, que assim se fracciona. Por forma a alcançar este objectivo, as diversas facções procuram sempre agregar às suas “parcialidades” os governadores e ouvidores e respectivos oficiais secundários, pelo que as lutas pessoais entre ambos eram muitas vezes apenas a face visível dos conflitos daquelas e do seu cometimento em maniar o governo e a jurisdição destes.

Os bispos haviam-se esforçado por manter a independência da sua posição e o primado da jurisdição eclesiástica. No entanto, por muito que D. Fr. José de Santa Maria de Jesus o tivesse tentado evitar, a Igreja insular é forçosamente enleada neste torvelinho político-social e também sai debilitada.

Logo meio ano depois de chegar, o bispo depara-se, em meados de 1722, com a disputa entre o governador António Vieira e o ouvidor Manuel Carneiro Ramos, sendo este secundado pela câmara. A propósito de pormenores de indefinição jurisdicional sobre a visita às fortalezas e da questão das precedências nas festas religiosas, aqueles travam-se de razões entre si e insultos mútuos. Dado o impasse atingido apelaram ao bispo para que mediasse o conflito e para que fosse o único que pudesse dar informação sobre o caso para Lisboa, deixando assim transparecer que o consideravam a única fonte insular isenta. Os termos do acordo “amizade e composição” foram assinados em Agosto de 1722 nos paços episcopais e o bispo relatou tudo para o Conselho Ultramarino, onde o caso suscitou muitas dúvidas e também dividiu os conselheiros¹¹⁴. Contudo, aquela ferida nunca ficaria completamente cicatrizada, pois, em finais do ano seguinte, o governador acabou por prender o ouvidor e remetê-lo a Lisboa. Entrava em cena o novo e polémico ouvidor Sebastião de Bravo Botelho, que tomou posse em Santiago em Janeiro de 1724, e logo entrou em choque com o governador António Vieira, que seria assassinado em finais do mesmo mês, conforme foi atestado pelo cirurgião de serviço no hospital da Misericórdia¹¹⁵. Os suspeitos que a viúva apontou foram o novo ouvidor, bem como o capitão-mor Pedro Cardoso do Amaral, filho da então “chefe” da família Bezerra, a viúva D. Isabel de Barros Bezerra, e irmão de António de Barros Bezerra e Oliveira e o seu cunhado, o coronel João Pereira de Carvalho, que ficou a governar interinamente à cabeça do senado da câmara.

Perante este quadro de perigo eminente, tanto mais que o seu vigário-geral e provisor eram afectos a António Vieira, o bispo retira-se cautelosamente para a residência da Trindade e sai em visita pastoral pelas outras ilhas do bispado. Nada diz para Lisboa sobre este assassinato, já que qualquer testemunho local poderia ser ou seria mesmo fatal.

¹¹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino sobre a discórdia entre o governador António Vieira e o ouvidor Manuel Carneiro Ramos, onde vêm incluídos os termos do acordo assinado no paço episcopal em 22 de Agosto de 1722. AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 65, 6 de Outubro de 1723.

¹¹⁵ Consulta do Conselho Ultramarino onde se inclui a petição da viúva do governador António Vieira a relatar o caso da sua morte. AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 21, 25 de Junho de 1725.

A situação da Igreja era igualmente conturbada. Para atenuar a posição de força do ameaçador cabido local, D. Fr. José de Santa Maria de Jesus escudou-se na nomeação de dois clérigos letrados que tinham vindo na sua comitiva pessoal. Manuel Leitão Manuel, que já estava provido pelo rei como cônego, foi nomeado tesoureiro-mor e provisor, e o seu irmão António Henriques Leitão, logo se viu provido como mestre-escola, mestre de Gramática e vigário-geral. Esta polémica dupla viria necessariamente a trazer sérios dissabores e problemas ao bispo, uma vez que os deixou como seus "guardas-avançados" no turbilhão da Ribeira Grande, onde não tardam a entrar em choque com a câmara e com o ouvidor Sebastião de Bravo Botelho, tanto mais que revestiram a figura de "clérigos-mercadores", na sua qualidade de visitantes do "distrito" de Guiné.

Tal como o seu antecessor, D. Fr. José de Santa Maria de Jesus vai procurar gerir nos moldes possíveis o bispado a partir da residência da Trindade, pelo que se distancia o mais que lhe era possível da conflitualidade reinante. Opta assim por uma clara "separação das águas" entre os assuntos de expediente e governo da diocese e o clima de sublevação social, tratando daqueles como se este não existisse. Resulta algo desconcertado ler as suas serenas cartas ao rei a agradecer o envio de ornamentos, imagens e alfaia litúrgica para a sé ou a informar que enviara três recém-chegados frades franciscanos para parocar nos Rios de Guiné, quando Santiago vivia um dos períodos mais tumultuosos do século XVIII¹¹⁶.

Mais útil do que deixar corroer o seu poder e autoridade em Santiago, o bispo terá julgado de maior proveito partir em visita pastoral pelas diversas ilhas, o que terá decorrido em parte dos anos de 1723-24, juntando a si uma comitiva para o efeito. Afirma que visitou "todas as seis ilhas" (Fogo, Maio, Boa Vista, S. Nicolau, Santo Antão e, provavelmente, S. Vicente), queixando-se de forma veemente ao rei da falta de navegação regular interilhas, já que só esta permitiria um maior contacto com o centro da diocese e o consequente envio regular de párocos, quando disponíveis, ou a ida trimestral de visitantes para oficiarem e acudir aos sacramentos mais prementes¹¹⁷.

Em 1725, o bispo está de novo em Santiago e é agora o centro das atenções, junto com o seu vigário-geral António Henriques Leitão, contra o que considera ser a parcialidade do governador interino, coronel João Pereira Carvalho, o seu cunhado capitão-mor Pedro Semedo Cardoso e o ouvidor Sebastião Bravo Botelho. No quadro deste conflito, sucedem-se os episódios, ameaças e intimidações. O ouvidor acusa-o de fazer "coute de criminosos" no paço episcopal, sé e seus espaços adjacentes, ameaçando de excomunhão quem os fosse prender e, ao mesmo tempo, tenta forçar no Reino a suspensão e expulsão do seu directo adversário jurisdicional, o já referido vigário-geral¹¹⁸. D. Fr. José de Santa Maria contrapõe que os membros da parcialidade

¹¹⁶ Carta do bispo D. Fr. José de Santa Maria de Jesus. AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 41, 1 de Fevereiro de 1723. Outra de 8 de Junho de 1723. Idem, *ibidem*, doc. 50.

¹¹⁷ Carta do bispo D. Fr. José de Santa Maria de Jesus. AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 28, 8 de Agosto de 1725.

¹¹⁸ Consulta do Conselho Ultramarino sobre carta do ouvidor Sebastião de Bravo Botelho. AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 13, 29 de Maio de 1725. Igual consulta sobre queixa do ouvidor e oficiais da câmara contra o vigário-geral António Henriques Leitão. Idem, *ibidem*, doc. 15, 8 de Junho

o tentaram atemorizar, fazendo “pasquins” à porta da sé e arruaças junto à sua residência para onde teriam lançado uma caveira. Esta facção tinha já garantido a adesão da maior parte do cabido, incitando-o para que declarasse a sede vacante, pelo que, em meados do ano, o bispo se viu obrigado a retirar da cidade para o recato da Fazenda da Trindade. Já nem a habitual “paz da igreja” no período pascal era observada, uma vez que o bispo nem sequer conseguiu ministrar missa ou pregar na Ribeira Grande durante a Semana Santa, vendo-se obrigado a prender um escrivão da correição em plena homilia do Domingo de Páscoa. É igualmente impedido de sair em visita pastoral pela ilha de Santiago, pois daí poderiam resultar mais conflitos ou denúncias das quadrilhas armadas de “jagunços” que, a mando de um chefe, roubavam e destruíam bens, colheitas e gado aos mais desguarnecidos ou aos seus opositores.

Protegido pelas cercas e tapumes da Fazenda da Trindade, também ela com um exército privado, D. Fr. José de Santa Maria passa à ofensiva e escreve para o Reino, denunciando vários crimes e delitos assacados ao coronel José Pereira de Carvalho e ao capitão-mor Pedro Semedo Cardoso, acobertados judicialmente pelo ouvidor¹¹⁹.

O bispo não se limita a estas acusações pessoais e procura ir ao que considerava ser uma das principais raízes da conflitualidade social. Em Agosto desse ano, faz afixar e ler em todas as igrejas paroquiais de Santiago uma polémica carta pastoral que determinava que toda a pessoa a quem fugissem escravos pagasse dois mil réis por cada cativo ou os entregasse no juízo eclesiástico para publicamente serem açoitados pelas ruas por ordem do referido tribunal. Em situação de normalidade social, tratar-se-ia de uma determinação “às avessas”, uma vez que a criminalização incidia no lesado, isto é, o proprietário de escravo, e não no infractor, o pretendo escravo fugido. No entanto, esta pastoral ganha pleno sentido se a inserirmos na crise precoce do sistema escravagista de Santiago e nas repetidas conjunturas de estio e fome. Os escravos tornaram-se um ónus para os seus detentores, uma vez que a sua manutenção resultava mais num passivo do que num bem activo. Era preferível alforriar (por pretendo acto pio ou compra) ou simplesmente abandonar à sua sorte os escravos, camuflando depois este abandono deliberado como fuga. Privado de algum amparo ou meios de subsistência, o antigo cativo ia engrossar as volumosas fileiras dos forros desocupados e errantes que agarravam um qualquer novo meio de vida, fosse ele pertencer à clientela armada de um senhor, ou sair à toa para uma das ilhas onde pudesse surgir uma qualquer oportunidade de emprego. Esta firme atitude da

de 1725. A acusação feita ao bispo de acoitar malfeteiros revela que aquele acolhia e dava protecção a pessoas contrárias à facção do ouvidor, quando já não tinham outro recurso. Parece ser este o caso do capitão-mor da Fortaleza de S. Filipe José dos Santos Vieira, incriminado de negociar com estrangeiros em auto feito pelo ouvidor e pelo coronel João Pereira de Carvalho, pelo que procurou o refúgio da casa do bispo, fugindo posteriormente para Cacheu, sendo por isso considerado desertor. AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 31, 9 de Agosto de 1725.

¹¹⁹ Carta do bispo D. Fr. José de Santa Maria de Jesus ao rei, acusando o coronel João Pereira de Carvalho e o ouvidor Sebastião de Bravo Botelho. AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 20, 22 de Junho de 1725. Igual carta sobre Pedro Cardoso do Amaral, idem, *ibidem*, doc. 29, 28 de Janeiro de 1724, inserta em consulta do Conselho Ultramarino de 8 de Agosto de 1725.

Igreja desmascarou o esquema dos poderosos que não tardaram em informar o Reino deste ataque à ordem estabelecida. D. Fr. José de Santa Maria foi proibido pelo rei de voltar a anunciar semelhantes pastorais, tanto mais que entrara na esfera da jurisdição régia e ameaçava privilégios adquiridos¹²⁰.

A chegada do novo governador Francisco Manuel da Nóbrega, em Janeiro de 1726, agravou ainda mais a situação, já que vinha de sobreaviso com o assassinato do seu antecessor e com a incumbência secreta de se informar sobre o caso. Logo enjeitou esta responsabilidade, afirmando que teria "sérios embaraços para saber a verdade sobre um facto tão grave, e demais achando-se os ânimos dos moradores perturbados, a ponto de negarem de tarde tudo o que diziam de manhã". Confirma que António Vieira morrera do ferimento resultante de uma pedrada e pede que se encarregue um ministro isento da respectiva devassa "porque se este acaso ficasse impune era a porta aberta para maiores ruínas, como ele o tinha já experimentado"¹²¹. Vinha ainda incumbido de uma outra determinação régia que o tornava num verdadeiro alvo a abater, pois devia averiguar sobre a melindrosa questão de irregularidades nas nomeações da milícia.

A facção ouvidor/câmara, seriamente comprometida no homicídio de António Vieira e intimidada por uma eventual devassa, tinha assim de permanecer numa posição de força face ao novo governador. Perante este clima de alto risco, o governador vê-se obrigado a responder na mesma moeda, isto é, formar localmente um núcleo de apoio em que se pudesse escudar nos confrontos que inevitavelmente se seguiriam.

O primeiro amparo facultado a Francisco Manuel da Nóbrega veio-lhe das mãos do bispo que, consciente do risco de vida do novo governador, logo o levou a residir junto de si na cidade poucos dias depois de ter chegado, retirando-se ambos em seguida para a Trindade.

A situação degrada-se rapidamente e depressa se chega à incompatibilidade total entre os dois grupos e ao bloqueio do exercício do poder, uma vez que cada caso era um mero pretexto para tomar posições de força. Sucede-se o rol de queixas mútuas para o Reino e, enquanto o governador pede ao rei a renúncia ao ofício por "motivos de saúde", as forças mais representativas de Santiago, como a câmara, cabido, vigários de Santiago e frades de S. Francisco, subscrevem ou são constrangidas a subscrever mais de dez pedidos de recondução do ouvidor Sebastião de Bravo Botelho, com listas exaustivas de assinaturas, nas quais, porém, nunca se encontra a rubrica do bispo D. Fr. José de Santa Maria ou do seu vigário-geral.

O episódio que precipita a situação é o da tomada de posse da ilha de Santo Antão nos meses de Julho e Agosto de 1727, depois de esta ter sido sequestrada ao seu donatário, D. Martinho de Mascarenhas, 6º conde de Santa Cruz e 4º marquês de

¹²⁰ Carta régia ao bispo de Cabo Verde. AHN, *Secretaria Geral do Governo*, L.º 25, doc. 4A, fls. 48-48 v., 17 de Outubro de 1725.

¹²¹ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios...*, vol. II, p. 252, *apud* António Carreira, "Conflitos Sociais em Cabo Verde no século XVIII", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, nº 16, Junho-Dezembro, 1985, p. 71.

Gouveia¹²². O rei manda de Lisboa a fragata da armada real *Nossa Senhora da Vitória*, comandada pelo coronel Álvaro Sanches de Brito, que rumou a Santiago, onde, junto com outras embarcações, devia formar uma expedição composta por oficiais de justiça e um pequeno exército com o objectivo de dar execução à referida tomada de posse. O governador forçou um navio particular a acompanhar a jornada, bem como alguns oficiais judiciais e, em Maio de 1727, fez publicar na cidade um bando em que declarava traidores todos os oficiais que não quisessem embarcar. Num só golpe, criou de novo várias patentes e postos militares, proveu em altos cargos da Milícia homens pretos e pardos de alforria recente e aproveitou para destituir dos seus postos alguns oficiais afectos ao ouvidor, como o seu afilhado capitão Teodósio Pinto, escrivão da correição em Cacheu e depois almoxarife de Santiago, nomeado pela câmara. Exonerou igualmente o capitão-mor da Fortaleza de S. Filipe, Miguel Caetano Bravo, irmão do ouvidor, sob o pretexto de abandonar o seu cargo para acompanhar o ouvidor a Santo Antão, tendo depois dado voz de prisão aos oficiais da câmara por o readmitirem no seu posto, pelo que aqueles, em seguida, o declararam incapaz para exercer o governo. A ilha estava de novo levantada, agora entre grupos que tinham o ouvidor e o governador como “testas-de-ferro”. Sebastião de Bravo Botelho barricou-se nas suas casas na Ribeira Grande e o governador na Fortaleza de S. Filipe, onde estava guardado pelas forças militares que lhe eram afectas. O governador chegou a dar várias vezes voz de “El-Rei” contra o ouvidor. Em Fevereiro de 1728, saiu da cidadela sob as ordens do governador uma força armada de cerca de 180 homens para prender (pretensamente) o ouvidor, e embora bispo, câmara e cabido tivessem acudido, não a conseguiram sustar. Depois de uma escaramuça que abriu as hostilidades, aquela força investiu sobre a casa do ouvidor matando o seu tio, capitão-mor Sebastião Pereira da Silva, bem como vários escravos e criados do ouvidor. Este e seu irmão fugiram por uma janela das traseiras, buscando refúgio no Convento de S. Francisco, em cujas escadas foram mortos, bem à vista dos frades. O cadáver do ouvidor foi sujeito a maus tratos e ficou por sepultar por várias horas, até que o provedor da Misericórdia acorreu, enterrando-o discretamente sem funeral, clérigos, sufrágio ou sequer mortalha, na igreja da irmandade¹²³. Seguiu-se o habitual saque da

¹²² O episódio que vem a resultar no sequestro da ilha de Santo Antão ao seu donatário D. Martinho de Mascarenhas remonta a Janeiro de 1724, quando, encontrando-se em Inglaterra refugiado devido a um episódio sentimental, teria feito um contrato por 27 anos com mercadores ingleses de Londres, cedendo-lhes a posse útil da ilha, no que foi visto como um contrato de venda. Em Dezembro, um navio inglês desembarcou em Santo Antão para tomar posse da ilha, deixando aí um feitor. Os moradores apressaram-se a dar conhecimento do caso ao Conselho Ultramarino, pelo que, em 1725, o rei enviou um navio de guerra a Santiago, com o propósito de tomar a ilha para a Coroa. Ver Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios...*, tomo II, pp. 246 e 250. O rei mandou a Santiago a fragata real *Nossa Senhora da Vitória*, chefiada pelo coronel da armada real Álvaro Sanches de Brito, que ia com o objectivo de expulsar os ingleses e de dar regimento militar ao primeiro capitão-mor de Santo Antão, Sebastião de Mendonça e Zuniga. Ver certidão do coronel Álvaro Sanches de Brito, AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 40, ant. a 25 de Setembro de 1727, e consulta do Conselho Ultramarino sobre o regimento do capitão-mor de Santo Antão, *idem, ibidem*, doc. 48, 29 de Julho de 1727.

¹²³ O episódio do assassinato do ouvidor e seus familiares comporta múltiplas peripécias que são descritas em petição do pai do ouvidor contra os que considera ser responsáveis pela sua morte, acusando directamente o governador e seus sócios, coronel Manuel Franco da Silva, capitão Nicolau Roiz,

casa do assassinado, avaliado em mais de onze mil réis, sendo os bens móveis, dinheiro, ouro e prata divididos entre os participantes. Como já se tinha tornado prática habitual, o governador mandou roubar todos os papéis e autos-crime que o ouvidor tinha entre mãos, queimando-os depois na fortaleza.

Depois do crime, pairou em Santiago o habitual silêncio e ninguém ousou acusar o mandante Francisco Manuel da Nóbrega e os executantes; o governador logo fugiria para a Guiné na embarcação em que chegou o seu sucessor Francisco de Oliveira Grans. A averiguação do caso e respectiva devassa só teriam lugar quatro anos depois por parte do sindicante João Pereira Barroso que, em 1732, já não conseguiu prender nenhum dos mandantes brancos e dos cúmplices executores, uma vez que se tinham homiziado, falecendo entretanto "todos" de uma epidemia que nesse ano se abateu sobre Santiago, morrendo mais de oitocentas pessoas. Perante a situação consumada, D. João V, mesmo com o parecer contrário do Conselho Ultramarino, concede um perdão geral aos que foram considerados culpados nesta devassa¹²⁴.

Este ambiente de desgoverno e de tumulto social teve naturalmente as suas repercussões na situação interna da Igreja. D. Fr. José de Santa Maria vê-se confrontado com um clero local que, em grande parte, lhe era desavindo e que se encontrava profundamente dividido no seu interior.

O alvo preferencial de todas as críticas era o vigário-geral António Henriques Leitão, a quem o bispo entregou todo o expediente quotidiano da igreja, nomeadamente o tribunal eclesiástico, ficando desta forma resguardado e com maior disponibilidade para se dedicar ao trabalho pastoral que sempre preferiu. Como homem forte da Igreja, cedo se vai incompatibilizar com o ouvidor Sebastião de Bravo Botelho e membros da sua facção, nomeadamente câmara e cabido; sucedem-se as querelas jurisdicionais que, na maior parte dos casos, decorriam do braço-de-ferro político e luta pela supremacia travada por ambos. António Henriques Leitão (ou o bispo na qualidade de seu superior hierárquico) é continuamente admoestado pelo Reino para se abster de tomar conhecimento de causas da jurisdição civil, de dar protecção a réus sob a capa do direito de asilo e de se intrometer na esfera dos outros oficiais régios. A partir de 1725, o Conselho Ultramarino solicita repetidas vezes ao bispo que o suspenda do seu ofício e que seja enviado na primeira embarcação à corte, a fim de dar conta das irregularidades que lhe eram imputadas, mesmo que tivesse de a isso ser obrigado pela força das armas, pedido este que é corroborado pelos seus pares, mormente os vigários da ilha de Santiago¹²⁵. O bispo, mesmo perante estes

sargento-mor Agostinho Rebelo e capitão Domingos Lopes, entre muitos outros. Ver petição de António de Bravo Botelho, AHU, *Cabo Verde*, cx. 17, doc. 70, c. de 1727. Esta descrição é corroborada pelo ouvidor José da Costa Ribeiro, *idem*, *ibidem*, cx. 13, doc. 9, 30 de Maio de 1728.

¹²⁴ Sobre a devassa elaborada pelo sindicante João Pereira Barroso, entre Março e Junho de 1732, ver informações dadas pelo governador Francisco de Oliveira Grans, em carta do rei. AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 77, 19 de Junho de 1732. Carta do próprio sindicante sobre o mesmo assunto. *Idem*, *ibidem*, cx. 16, doc. 1, 27 de Janeiro de 1735. Ver também carta régia de perdão aos culpados na morte do ouvidor Sebastião de Bravo Botelho, incluída em consulta do Conselho Ultramarino de 6 de Junho de 1733. AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 12.

¹²⁵ Como exemplo das querelas entre o ouvidor Sebastião de Bravo Botelho e o vigário-geral António Henriques Leitão, aquele mandou montar guarda de noite em torno da sé, à espera de apanhar

dissabores, nunca cedeu a tal pretensão, comum às autoridades reinóis e locais, para expulsar o seu vigário-geral e manteve-o até ao fim nesse posto cimeiro. Estava ciente que a Igreja tinha de sustentar uma posição vigorosa perante as principais forças sociais e políticas, mesmo que fosse por vias pouco ortodoxas, e António Henriques Leitão era o homem certo para o efeito.

O ambiente de insurreição social também se fez sentir ao nível eclesial, vendo-se o bispo a braços com vários clérigos “revoltosos” ou “levantados” que se recusavam a obedecer às suas ordens. Alguns religiosos, como o padre Cosme Correia ou Filipe da Costa Veiga, ignoravam os mandados para ir servir nas paróquias das outras ilhas onde o bispo determinava ou em benefícios na sé, e imitavam o padrão geral nos casos de desobediência, escondendo-se como qualquer homiziado de delito comum¹²⁶.

O caso emblemático do clérigo insurrecto é o do padre Manuel Monteiro de Macedo, vigário da freguesia de S. Nicolau Tolentino, com sede em S. Domingos. Antes de aceder à carreira eclesiástica tinha sido militar, sendo-lhe assacadas várias irregularidades, ofensas públicas e mesmo crimes de sangue. À semelhança de outros capitães rebeldes da milícia, tinha uma propriedade vedada com um tapume alto com espinhos e guarnecida com um exército privado de “vadios e homens forros criminosos”, situada no sítio da Gamboa, perto do lugar de Órgãos Pequenos, na freguesia de S. Lourenço dos Órgãos. Ainda no tempo do bispo D. Fr. Francisco de Santo Agostinho, fora preso pelo governador Gonçalo Lemos de Mascarenhas por ter começado a curar almas e a confessar sem possuir ordens sacras. Foi depois provido na referida vigairaria cerca de 1712 e, no final da década de vinte, intitulara-se já doutor e protonotário apostólico do papa, garantindo-lhe pretensamente este benefício reservada imunidade face à justiça eclesiástica. Uma vez que não quis reconhecer António Henriques Leitão como juiz eclesiástico, incompatibilizou-se pessoalmente com ele e revoltou-se abertamente contra o bispo. Fez publicar na missa das terças uma nota intimidatória aos seus fregueses para que nenhum o denunciasse nas visitas gerais, dizendo publicamente que não “precisava de bispo para governar a sua freguesia”. Finalmente, foi também ameaçar o bispo à Fazenda da Trindade, com negros munidos de armas de fogo e catanas, de que resultou ser declarado levantado, excomungado e suspenso da sua paróquia, embora a câmara e o ouvidor abonassem a seu favor. Mesmo perante estas sentenças extremas, o padre Manuel Ribeiro de Macedo não as quis acatar, pelo que foi expulsar pela força das armas o padre Filipe Gomes dos Santos, que o bispo, entretanto, havia colocado como seu substituto.

réus ou mesmo presos fugidos que se acoitavam no espaço sagrado da sé, adro e lugares adjacentes. Carta do ouvidor Sebastião de Bravo Botelho ao rei sobre este abuso do direito de asilo. AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 34, 12 de Agosto de 1725. Consulta do Conselho Ultramarino sobre queixa dos oficiais da ilha contra o vigário-geral António Henriques Leitão. AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 15, 8 de Junho de 1725. Igual consulta de 7 de Maio de 1727. AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 16. Carta dos vigários da ilha de Santiago e do senado da câmara sobre o mesmo assunto. Idem, *ibidem*, doc. 24, 15 de Junho de 1727.

¹²⁶ Carta do vigário-geral António Henriques Leitão sobre o mandato de prisão do padre Cosme Correia. AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 58, 30 de Junho de 1726. Carta do mesmo sobre a prisão e excomunhão dos padres Manuel Ribeiro de Macedo e Filipe da Costa Veiga. AHU, *Cabo Verde*, cx. 12, doc. 38, 24 de Setembro de 1727.

Finalmente, foi sentenciado a degredo, apelando da sua sentença para o Conselho Ultramarino e Mesa da Consciência e Ordens, permanecendo rebelde ao bispo, situação que só viria a ficar resolvida com a intervenção conjugada dos novos oficiais régios, o governador Francisco de Oliveira Grans e o ouvidor José da Costa Ribeiro¹²⁷.

De toda esta situação, resultou a manietação da aplicação da justiça eclesiástica, cuja isenção processual soçobrou perante a politização dos processos e o jogo de interesses. As testemunhas eram coagidas a depor e o seu depoimento era feito sob pressão. As indispensáveis inquirições forenses para constituição dos processos judiciais eram frequentemente inviabilizadas. Os escrivães do tribunal eram intimidados ou mesmo ameaçados de morte pelos suspeitos, pelo que se negavam a sair em diligências ou só o faziam coagidos pela ameaça de excomunhão por parte do bispo ou do vigário-geral¹²⁸.

O clima de caos social e político falava mais alto que a autoridade do bispo e os votos de obediência dos clérigos. O tesoureiro-mor e provisor do bispado Manuel Leitão Manuel (irmão do vigário-geral), à semelhança de outros padres reinóis, pediu licença ao bispo para voltar ao Reino por motivos de doença e, dada a carência de eclesiásticos e a possibilidade do seu abandono massivo, viu tal solicitação indeferida; porém, em 1725, durante o seu exercício de visitador dos Rios de Guiné, aproveitou para recolher ao Reino, não sendo demovido nem sequer com a promessa de promoção a deão. Logo em 1727, D. Fr. José de Santa Maria apelou ao rei para procurar refrear a previsível sangria dos seus sacerdotes. Dado que lhes era mais difícil sair pelos portos de Santiago, onde alguém sempre podia denunciar o seu embarque, faziam-no por via dos Rios de Guiné, de onde seguiam nos navios negreiros com destino ao Brasil, para daí regressarem ao Reino. Ali, o seu embarque devia ser travado pelos capitães-mores de Cacheu, que só poderiam deixar sair os membros do clero (mesmo no caso dos visitantes) para Santiago; caso quisessem rumar a outras paragens, tinham de apresentar licença expressa do bispo. Uma vez que a debandada dos padres persistia, o bispo reiterou este pedido oito anos depois¹²⁹.

Mesmo nesta conjuntura de levantamento generalizado, o bispo esforçava-se por levar a cabo a tarefa de efectuar o cadastro populacional do "distrito de Cabo Verde" (que incluía as praças da Guiné) de que fora incumbido por D. João V, em 1726¹³⁰. Até ao período republicano, a tarefa de registo civil (os chamados registos

¹²⁷ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o padre Nicolau Ribeiro de Macedo, em que vem incluso auto de justificação de testemunhas contra o referido padre, elaborado nos meses de Setembro e Novembro de 1726. AHU, *Cabo Verde*, ex. 12, doc. 37, 20 de Setembro de 1727. Carta do vigário-geral António Henriques Leitão denunciando o seu levantamento em armas. Idem, *ibidem*, doc. 58, 17 de Outubro de 1727.

¹²⁸ A título de exemplo, o escrivão do auditório eclesiástico padre Manuel Lopes Mascarenhas negou-se a fazer uma diligência no caso do padre Nicolau Ribeiro de Macedo, uma vez que foi recebido no portão da sua propriedade por homens armados que ameaçaram fazer fogo. Auto de testemunhas sobre o padre Nicolau Ribeiro de Macedo. AHU, *Cabo Verde*, ex. 12, doc. 37, 20 de Setembro de 1727.

¹²⁹ Carta do bispo D. Fr. José de Santa Maria ao rei. AHU, *Cabo Verde*, ex. 12, doc. 46, 1 de Outubro de 1727. Outra igual de 6 de Dezembro de 1735. Idem, *ibidem*, ex. 16, doc. 19.

¹³⁰ Não foi encontrada a carta régia ao bispo de Cabo Verde, ordenando o envio para o Reino do recenseamento da população de Cabo Verde. No entanto, o capitão-mor de Cacheu Pedro de Barros

paroquiais de nascimento, casamento e óbito) estava a cargo dos curas das paróquias, visto que estas eram as circunscrições mais abrangentes do espaço político-administrativo, pelo que D. Fr. José de Santa Maria terá solicitado aos párocos da sua diocese esse cômputo para, posteriormente, reunir todos os dados e remetê-los ao Reino. Ainda em 1727, expede para Lisboa os dados referentes às ilhas do povoamento primitivo, isto é, Santiago e Fogo, escusando-se a enviar os restantes, ou porque não lhe tinham chegado por falta de comunicação ou porque foi necessário repetir essa operação, nos casos em que as listas estavam “diminutas e confusas”. Quatro anos depois, as listas completas da população das ilhas de Cabo Verde e praças da Guiné são enviadas na totalidade para Lisboa. O censo demorara mais de quatro anos a elaborar, o que é bem significativo das dificuldades político-administrativas do centro diocesano face às periferias, e da frágil competência burocrática dos seus agentes¹³¹.

A chegada, em 1729, do ouvidor José da Costa Ribeiro e do governador Francisco de Oliveira Grans, aliviou e camuflou temporariamente as tensões sociais e políticas que tinham resultado, no seu apogeu, no assassinato do ouvidor Sebastião de Bravo Botelho¹³². Os homens envolvidos no crime debandaram para lugares recônditos de Santiago ou para a Guiné. Os novos representantes do poder central efectuaram uma operação superficial de desarmamento, recolhendo em armazém algumas zagaia, que agora eram armas proibidas em Santiago. O bispo, mesmo perante esta nova lei e uma recomendação expressa do rei, requereu-lhes que pudesse conservar as suas azagaia (entenda-se do grupo armado que lhe garantia protecção), o que traduz uma atitude prudente e receios reais de ataques futuros que poderiam ocorrer novamente depois desta precária acalmia.

D. Fr. José de Santa Maria retomou, na medida do possível, a administração da diocese e a reconciliação com os membros do cabido. A irmandade da Misericórdia conseguiu finalmente do bispo, às custas da intervenção do novo ouvidor, licença para ter capelão, que reabriu a igreja e recomeçou a assistência espiritual aos doentes do hospital. A sé também conservava muitas vezes as portas fechadas, visto que o seu chão permanecia em terra batida, sendo solicitados, pelo bispo e cabido, madeiras e outros materiais de construção para assoalhamento das entradas da igreja, deixando-se para reparo posterior o corpo central.

Um outro problema, que viria a ser o seu último acto à frente da diocese, perpassava na mente do bispo de Cabo Verde, pelo que, em Maio de 1732, escreve a D. João V, informando que tencionava deslocar-se aos Rios de Guiné para averiguar pessoalmente e em segredo do “escrupulo na escravatura comprada na Guiné” que, na

informa que recebera carta régia sobre o mesmo assunto de 18 de Maio de 1726, pelo que presumimos como hipótese mais provável que tenha sido enviada em simultâneo ao bispo. AHU, Guiné, cx. 5, 10 de Maio de 1727.

¹³¹ Carta do bispo D. Fr. José de Santa Maria ao rei, enviando o censo das ilhas de Santiago e Fogo. AHU, Cabo Verde, cx. 12, doc. 50, 9 de Outubro de 1727. Carta do mesmo enviando as listas completas. Idem, *ibidem*, cx. 14, doc. 33, 10 de Maio de 1731.

¹³² Sobre o mandato do ouvidor-geral José da Costa Ribeiro, ver o artigo de Alexandra Pinheiro Pelúcia, “José da Costa Ribeiro. Um Madeirense ao serviço da Ouvidoria-Geral das ilhas de Cabo Verde (1728-1740)”, in *Isleinha*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, n.º 21, Julho-Dezembro, 1997, pp. 124-144.

sua opinião, se fazia “indiferentemente” e sem qualquer averiguação das circunstâncias do cativeiro. Confessa que esta questão o atormentara constantemente desde a sua chegada e que a tinha sempre calado consigo para não “inquietar as consciências”¹³³. Esta inusitada iniciativa pessoal foi a primeira e única por parte de qualquer autoridade civil ou eclesiástica de Cabo Verde para averiguar *in loco* a melindrosa questão das condições de escravização e venda de escravos na Guiné. Tal averiguação era manifestamente inoportuna face ao modelo económico mercantilista que imperava nos conselhos da administração régia e até extemporânea num momento em que se assistia à completa vinculação do tráfico negreiro dos Rios de Guiné aos poderosos interesses coloniais brasileiros dos estados do Grão-Pará e Maranhão. Confrontado com esta incômoda visita, D. João reafirma a legitimidade e até a piedade desses cativos e, mesmo constrangido, não pôde deixar de anuir à vontade do bispo, aconselhando-o a que tomasse notícia “distinta e clara” da matéria. A voz viva sobre o assunto sai da boca dos conselheiros do rei que, livres de quaisquer embaraços morais, podiam expressar abertamente a opinião corrente, mas não convinha voltar a suscitar este melindroso problema, uma vez que, “o bolir-se nestas materias não serviria de maes que de se embarçarem maes as consciências”¹³⁴.

A visita pastoral de D. Fr. José de Santa Maria aos Rios de Guiné, na qual foi acompanhado por vários clérigos e membros do cabido, demorou mais de um ano, entre Março de 1732 e Abril de 1733. Esta demora foi justificada pelas graves lacunas da assistência espiritual nos Rios de Guiné e pelo comportamento indisciplinado e irregular dos párocos aí assistentes. Os percalços desta viagem resultaram no afastamento do bispo da diocese e no seu regresso ao Reino: D. Frei José de Santa Maria terá ficado cego quando visitava a igreja de Farim e, quando regressava a Santiago, uma avaria no leme da embarcação em que seguia, na perigosa barra de Cacheu, desviou-o do seu destino, indo arribar à costa do Brasil (Baía), de onde o bispo se dirigiu para o Reino em finais de 1733¹³⁵. D. João V, pesaroso com a condição pessoal do seu antigo confidente, tratou de o fazer recolher ao Convento de Xabregas, onde viria a morrer em 7 de Junho de 1736¹³⁶.

Daqui resultou uma situação ambígua, durante a qual o bispo geriu a sua diocese à distância (dos Rios de Guiné, do Brasil ou de Lisboa), entre 1732 e 1736. No Reino, a possibilidade da sua renúncia chegou mesmo a ser equacionada no

¹³³ Para o tratamento global deste questão, ver Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências: A escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995.

¹³⁴ Carta do bispo D. Frei José de Santa Maria, informando o rei do seu propósito de se deslocar à Guiné. AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 31, 4 de Maio de 1731. Resposta do rei à mesma de 12 de Julho de 1732, incluindo parecer do procurador da Coroa que aconselhava o bispo a não se intrometer nesta questão e o citado parecer do procurador da fazenda. AHU, *Conselho Ultramarino*, cód. 478, fl. 248.

¹³⁵ Sobre o assunto ver João Dias Vicente, “Os bispos de Cabo Verde que visitaram a Guiné (1533-1940)”, *Itinerarium*, xxxi, 1993, pp. 287-350.

¹³⁶ Este episódio da cegueira do bispo em Farim e da arribada da sua embarcação à costa do Brasil, conseqüente retorno ao Reino e acolhimento piedoso no Convento de Xabregas foram considerados pelos historiógrafos de Cabo Verde e da Igreja como um caso de martírio e sacrifício pessoal de D. Frei José de S. Maria pelos fiéis da sua diocese. Ver, por exemplo, o relato de Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Crítica e Chorologica...*, 4ª ed. em CD-ROM, coord. de André Belo, Lisboa, CNCDP, 2001, p. 873.

Conselho Ultramarino, uma vez que foi reconhecido que o bispo se encontrava fisicamente incapacitado para voltar a Santiago. Esta decisão foi protelada por vontade pessoal do rei, vindo nela uma descortesia e desconsideração pelos serviços que o bispo prestara em Cabo Verde.

Ainda nos Rios de Guiné, a maior preocupação do bispo continuava a centrar-se na falta de clérigos paroquiais, que se agravara com a epidemia e consequente mortandade ocorridas em Santiago em 1732, deixando muitas igrejas vagas. Pede ao rei que escreva aos bispos de Braga, Porto, Guarda e Coimbra para exortarem os seus clérigos menoritas a ir para as paróquias de Cabo Verde, onde usufruíam do privilégio de ser ordenados mais rapidamente, tendo depois a possibilidade de regressar ao Reino após dez anos de serviço. O Conselho Ultramarino despachou cartas para esses bispados, sem que daí tenha resultado uma única candidatura. Só houve uma oposição ao deado, cargo máximo do cabido, tendo no entanto o candidato sido rejeitado por não cumprir os necessários requisitos.

Ao cruzar-se ocasionalmente com um navio do Reino com destino à Guiné, D. Fr. José de Santa Maria soube que o rei concedera que o encargo das cadeiras de Gramática e Latim passasse para os padres do Convento de S. Francisco, conforme pedido expresso do ouvidor José da Costa Ribeiro. Manifestou-se contra a perda desta prerrogativa do ensino a favor do clero regular, que assim se poderia eximir à autoridade episcopal neste campo e, não obtendo qualquer resposta, voltou a expressar esta recusa em Lisboa, em 1734¹⁷⁷.

Em Cabo Verde, a irregularidade e casualidade das navegações idas do Reino ou da Guiné perturbaram seriamente a fluência dos canais de comunicação e a circulação da informação, pelo que eram confusas as notícias sobre o bispo. Em finais de 1732, o ouvidor José da Costa Ribeiro estranhava a demora do bispo na Guiné; em meados de 1733, o cabido, face à sua longa ausência, aproveita para assumir a "regência" do bispado, enquanto em Agosto, o governador Bento Gomes Coelho dizia, para Lisboa, não ter qualquer notícia do bispo, desde a sua saída de Cacheu. O anúncio terá chegado em 1734, pelo que os capitulares, já cientes do retorno do bispo ao Reino e da possibilidade da sua renúncia, declaram a sede vacante.

As preocupações e apreensão sentidas pelo bispo em Lisboa, no seu retiro do Convento de Xabregas, eram plenamente justificadas. Em Cabo Verde, a diocese encontrava-se novamente desgobernada: eram incessantes as críticas dos capitães-mores de Cacheu, João Perestrelo e João Pereira de Carvalho, contra as arbitrariedades dos párocos e prática do comércio em larga escala pelo visitador António Mendes Leitão, enquanto em Santiago o novo vigário-geral António de Andrade Figueira (já antes tinha tido este posto com o bispo D. Fr. Francisco de Santo Agostinho) era alvo das habituais acusações de estar desavindo com o cabido e de se comprometer com a facção do coronel Diogo Sanches de Ovando que pretendia ascender à posição de

¹⁷⁷ Carta do bispo D. Fr. José de Santa Maria ao rei sobre as cadeiras de Moral e Latim de 3 de Maio de 1754. Anexa a carta do ouvidor José da Costa Ribeiro sobre o mesmo assunto de 27 de Setembro de 1732. AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 96.

"magnata e mayor da terra" em detrimento dos partidários do coronel João Pereira de Carvalho.

O topo da hierarquia eclesial em Cabo Verde encontrava-se, assim, praticamente paralisado, pois, a somar às dissensões locais, vários dos seus membros tinham acompanhado o bispo na sua visita pastoral à Guiné, seguindo este séquito para Lisboa. D. Fr. José de Santa Maria procurava manter os clérigos reinóis em Cabo Verde a todo o custo e, mesmo que alguns deles tivessem comportamentos licenciosos ou mesmo ilegais, não os mandava submeter à justiça ou suspender dos seus ofícios. Os padres do Reino chegam ao extremo de procurar ultrapassar a hierarquia diocesana, pedindo licença directamente à Mesa da Consciência e Ordens para regressar a Portugal, escudando-se em certidões médicas que atestavam a necessidade de virem convalescer ao Reino¹³⁸. Outros, nomeadamente os capitulares brancos, desertavam simplesmente dos seus benefícios, a pretexto de virem tratar de assuntos da Igreja de Cabo Verde a Lisboa, pelo que muitos postos da catedral ficavam desocupados, sem no entanto poderem ser declarados vagos a fim de permitir a nomeação de novos elementos.

Esgotada a possibilidade de provimento de clérigos reinóis, o bispo tenta como derradeira hipótese a vinda de estudantes cabo-verdianos à corte para se ordenarem. Dado que não tinham meios para custear a viagem, o bispo alcançou do rei a consignação de 40.000 réis para as suas ajudas de custo, o que entretanto não teve efeito, devido à sua morte.

No fim deste episcopado, os efectivos da Igreja em Cabo Verde atingiam níveis mínimos, sobretudo no que diz respeito ao clero paroquial, vendo-se os cônegos na necessidade de suprir algumas freguesias. Iguais carências materiais se faziam sentir: a sé, devido ao mau estado dos tectos e forros, encontrava-se em risco de derrocada, pelo que o cabido não tinha lugar seguro para officiar quando caíam grandes chuvadas. A cóngrua oficial paga aos eclesiásticos achava-se muito desvalorizada e dado que estava cabimentada na alfândega do Funchal quando não existissem rendimentos na de Santiago, raramente aí a conseguiam cobrar, pois, ninguém aceitava procuração para essa difícil operação ou só o fazia a troco de 30 % do valor arrecadado.

Ainda antes de morrer, o bispo diligenciou que os padres e cônegos naturais de Santiago, que o haviam acompanhado a Lisboa, tivessem meios para regressar a Cabo Verde, dividindo com eles os seus bens pessoais como forma de retribuir o auxílio que lhe dispensaram, deixando o resto às igrejas mais carenciadas do bispado.

Os historiógrafos de Cabo Verde, nomeadamente o eclesiástico anónimo de 1784, Senna Barcellos e os cronistas franciscanos, cristalizaram de uma forma benevolente a memória deste bispo, no que respeita aos problemas mais prementes do seu rebanho. Salientou-se por pregar todos os anos no mês de Outubro, "por ser o de escassez de chuvas e de mantimentos da terra e nunca se experimentou fome enquanto aí residiu", e por ser sensível ao problema da escravatura, recordando-se um pretenso episódio em que "chamando o bispo a um seu escravo por um nome pouco decoroso,

¹³⁸ Ver, a título de exemplo, a petição de licença para vir ao Reino, pelo cônego José Nunes dos Santos. AHU, Cabo Verde, doc. 104, post. a 3 de Outubro de 1732.

posto que naquele continente assim comumente se apelidam os escravos, reflectindo no que tinha dito, se prostrou aos pés do escravo pedindo que lhe perdoasse pois era criatura de Deus como ele, e talvez que tivesse mais merecimentos e que com eles agradasse mais ao Senhor".¹³⁹

Duas presenças fugazes: D. Fr. João de Faro (1738-1741) e D. Fr. João de Moreira (1743-1747)

A Igreja de Cabo Verde vai permanecer sem governo episcopal residencial e efectivo durante quase duas décadas, período que podemos delimitar entre 1732 (data da saída de D. Fr. José de Santa Maria de Santiago para visitar a Guiné e consequente retorno ao Reino) e 1754, ano da chegada de D. Fr. Pedro Jacinto Valente. Pelo meio sucederam dois bispados episódicos, cujas repercussões directas na vida interna do arquipélago foram praticamente nulas.

O leque de possibilidades de nomeação para bispos de Cabo Verde, por parte do Conselho Ultramarino, tornou-se cada vez mais diminuto, restringindo-se praticamente às diversas províncias franciscanas (nomeadamente da Piedade e da Soledade) cujos provinciais tinham de envidar todos os esforços possíveis para encontrar, dentro da sua regra, eclesiásticos com formação superior ou de reconhecido mérito, como pregadores e confessores que aceitassem o difícil e pesado encargo de ir dirigir esta diocese. A nomeação raramente resultava da escolha de vários candidatos que voluntariamente se opusessem ao cargo, mas antes de demoradas manobras de persuasão de um religioso de carreira a fim de que ele aceitasse o bispado.

Em Junho de 1738, dois anos depois da morte do seu antecessor, foi apresentado como bispo D. Fr. João de Faro, que nos é apenas referenciado como frade da província da Piedade, sem que sejam mencionados outros atributos relevantes. Só partiria para Cabo Verde, integrado na frota da Baía e Pernambuco, dois anos e meio depois. Dado que os franciscanos faziam votos de pobreza, os bispos desta ordem não tinham normalmente bens próprios ou de família que lhes permitissem custear por si só a comitiva e respectivos apetrechos pessoais que, por regra, seguiam com cada novo prelado. A demora no tempo de partida resultava normalmente desses preparativos e dos respectivos meios de financiamento, pelo que logo o novo bispo sacou da tesouraria do Conselho Ultramarino um conto de ajudas de custo para pagar dívidas e penhores que tinha entremetidos contraído, depois aumentadas para um conto e seiscentos mil réis a título de adiantamento.¹⁴⁰

D. Fr. João de Faro encontrava-se ao corrente da rarefacção do clero em Cabo Verde, uma vez que muitos capitulares estavam velhos e incapazes para a cura de almas ou simplesmente ausentes, enquanto nenhuma das freguesias tinha coadjutor ou

¹³⁹ As citações pertencem respectivamente a Christiano José de Senna Barcellos, *Subsidios...*, vol. II, p. 235 e a um homónimo do bispo chamado D. Fr. José de Maria Santíssima, em *História do Real Convento e Seminário do Varatojo...*, Porto, 1800, pp. 83-84.

¹⁴⁰ Petição de ajuda de custo pelo bispo D. Fr. João de Faro inserta na respectiva consulta do Conselho Ultramarino de 12 de Novembro de 1738. AHU, Cabo Verde, cx. 17, doc. 49. Outra igual de 30 de Janeiro de 1740. Idem, *ibidem*, cx. 18, doc. 2.

sequer pároco, recordando que o seu antecessor não conseguira atrair qualquer clérigo reinol a Cabo Verde. A sua prioridade residiu na formação de uma largo séquito de padres, frades ou estudantes para “conservação” do cabido, ou seja, para serviço nos benefícios cujos titulares se encontravam doentes ou fora de Cabo Verde e para acudir às vastas paróquias locais, nomeadamente das ilhas adjacentes. Conseguiu reunir um conjunto muito significativo de vinte e seis eclesiásticos (dezassete padres seculares, sete frades franciscanos da província da Soledade e dois da Piedade), cujas ajudas de custo individuais estavam compreendias naquele montante dado ao bispo. Além disso, levava também consigo materiais para apetrechamento (sino, órgão e relógio) e obras de reparação do forro e soalho da sé, bem como ornamentos e paramentos pontificais.

Porém, toda esta cuidadosa preparação da comitiva episcopal seria desbaratada pelo naufrágio do navio *S. Sebastião e Alma*, nos baixios do rio Casamansa, a 22 de Janeiro de 1741, e consequente sequestro do bispo e de grande parte dos seus acompanhantes, em Jambarém, por parte de um chefe felupe. D. Fr. João de Faro seria libertado do seu cativeiro, de cerca de 2 meses e meio, por via de negociações conduzidas por um dos principais moradores de Cacheu, Nicolau de Pina Araújo, pelos frades franciscanos do hospício e pelo visitador cônego Bernardo Henriques Leitão, utilizando este para pagamento do resgate o espólio de cinco mil cruzados, que o anterior visitador António Henriques Leitão, falecido nos Rios de Guiné, lhe deixara na condição de seu testamenteiro. O bispo recolheu ao hospício de Cacheu onde convalesceu durante mais um mês. Partiu para Santiago em 8 de Junho, vindo a morrer de febres, na viagem, treze dias depois¹⁴¹. Deste caso de martírio resultou, para além da morte do bispo, igual destino de vários dos seus acompanhantes eclesiásticos (pelo menos dez) e a destruição ou extravio de todos os materiais e ornamentos que trazia para a sé catedral e igrejas paroquiais. De toda a comitiva só três eclesiásticos ingressaram nos quadros do bispado, recolhendo os sobreviventes ao Reino.

A diocese continuou assim desguarnecida em meios materiais e humanos, situação tanto mais grave uma vez que o contingente de eclesiásticos no activo estava cada vez mais debilitado devido à sua não renovação com clérigos do Reino ou ordenação local de sacerdotes.

A Coroa estava ciente da premência da situação da Igreja em Cabo Verde, nomeando cerca de um ano depois, em Junho de 1742, D. Fr. João de Moreira, frade franciscano da província da Soledade; a confirmação papal e sagração do novo bispo decorreu no ano seguinte e só no Sábado de Ramos de 1744 fez a sua entrada na Catedral da Ribeira Grande. O habitual compasso de espera em Lisboa foi mais uma

¹⁴¹ Todo este atribulado episódio foi registado pelo secretário do bispo Dr. António Martins Pereira na *Relação da viagem que fez D. Fr. João de Faro para a sua Sé da cidade da Ribeira Grande, ilha de Sant'Iago de Cabo Verde*, Lisboa, 1741. Também o próprio bispo escreveu em Cacheu, a 18 de Junho de 1741, uma carta ao rei, relatando o naufrágio e sequestro, inserta em consulta do Conselho Ultramarino sobre carta do capitão-mor de Cacheu, Manuel Pires, informando da morte do bispo. AHU, *Cabo Verde*, cx. 18, doc. 33, 6 de Outubro de 1741. Podemos também encontrar uma rigorosa descrição do acontecido em Henrique Pinto Rema, *História das Missões Católicas na Guiné*, pp. 206-208.

vez aproveitado pelo novo bispo para se informar das condições da sua diocese, correspondendo-se, para esse efeito, com o cabido. As notícias chegadas de Cabo Verde não podiam ser mais confrangedoras: nas igrejas paroquiais de Santiago tudo era “velho”: os altares não tinham retábulos e os tectos estavam arruinados ou mesmo a descoberto, como era o caso da igreja da freguesia de Santo Amaro e Santa Catarina do Mato; as alfaías litúrgicas, ornamentos e vestes encontravam-se muito deteriorados pelo uso e incapazes de serventia e as respectivas fábricas não tinham dinheiro para acudir aos reparos. O corpo capitular achava-se seriamente desfalcado: o deão havia sido nomeado há cerca de cinco anos e não viera residir, três cônegos tinham-se ausentado para o Reino sem licença, havia mais de cinco anos, e duas outras conezias estavam vagas, enquanto o tesoureiro-mor recusava voltar a residir ou desistir do seu benefício¹⁴².

O bispado de D. Fr. João de Moreira apresenta-se subdocumentado, o que deriva, entre outros aspectos, da sua curta duração que em pouco ultrapassou os dois anos. A sua acção salda-se mais em dar continuidade aos assuntos materiais e financeiros, interrompidos ou anulados pelo naufrágio e morte prematura de D. Fr. João de Faro. A repetida reivindicação sobre a necessidade de actualizar os ordenados eclesiásticos, que se encontravam muito depreciados, foi finalmente satisfeita, sendo aumentadas as côngruas do bispo, cabido e outros postos eclesiásticos da sé, cujos montantes dos vencimentos datavam de 1609.

A sé, paço episcopal e Fazenda da Trindade, onde o bispo ia residir na estação das chuvas, conheceram obras que também já tinham sido delineadas pelo bispo anterior. Em 1745/46, o telhado e forro da catedral foram reparados sob a direcção do chantre João Gomes de Oliveira, que tinha arrematado as obras e se valeu dos officios de um frade leigo que o bispo trouxera na sua companhia, uma vez que em Santiago não existiam mestres ou officiais de carpintaria habilitados para tal obra. No entanto, mais uma vez, os trabalhos de reedificação não ficaram concluídos, visto que o tabuado enviado do Reino não foi suficiente para forrar o telhado da capela-mor, retornando o dito frade ao Reino por morte do bispo. O pavimento do corpo da sé permanecia por assoalhar desde a sua construção por D. Fr. Vitoriano Portuense e, embora aquele responsável assegurasse que as madeiras locais serviriam para o efeito, confessa igualmente que não dispunha de mão-de-obra qualificada para o efeito, pelo que a poeira do chão ia continuar a cobrir de pó as alfaías e vestes litúrgicas, bem como as imagens, forçando a igreja a ficar fechada¹⁴³. Oito igrejas paroquiais de Santiago, à excepção das matrizes de Santiago Maior e S. Salvador do Mundo (Picos), receberam alfaías litúrgicas, vestes sacerdotais e paramentos, etc.

Dado que o processo local de ordenação de sacerdotes se encontrava paralisado há mais de dez anos, D. Fr. João de Moreira teve muitas solicitações de ordenação e

¹⁴² Ver consultas do Conselho Ultramarino que contém petições do bispo D. Fr. João de Moreira e certidões do cabido ou do vigário-geral João Pereira Barreto sobre o estado da diocese. AHU, *Cabo Verde*, cx. 18, docs. 28, 29, 30 e 31, todos indicados com data anterior a 8 de Agosto de 1743.

¹⁴³ Carta do cabido de Cabo Verde de 25 de Abril de 1747, inserta em consulta do Conselho Ultramarino sobre várias questões respeitantes à Igreja. AHU, *Cabo Verde*, cx. 21, doc. 54, 19 de Outubro de 1747.

não podia sequer manifestar muitos escrúpulos quanto às condições de formação e ensino dos novos padres, devido à extrema carência de clero que se fazia sentir em Cabo Verde. Desta vez, a comitiva de clérigos reinóis, que acompanhava o bispo e sua família, era apenas de seis membros e destes, à exceção de um seu sobrinho elevado a cônego, todos os outros debandaram logo após a sua morte.

Em finais da década de 1730, a habitual agitação político-institucional de Santiago sobrepunha-se uma situação aguda de fome nos anos de 1738-40 e 1741-45. Face a esta esterilidade generalizada que se abateu sobre todas as ilhas e que consumia todas as suas energias, não havia espaço para as frequentes querelas entre cabido e bispo, tanto mais que este beneficiava ainda da habitual atitude de prudência dos capitulares, que se seguia à chegada de cada novo dignitário, e não teve sequer tempo para se enraizar na diocese.

A persistência destes anos sucessivos de fome resulta em mais um agravamento na debilitada economia de Santiago e num novo golpe na estrutura escravocrata. A paralisação da produção agrícola e consequente esgotamento dos recursos pecuários fazem irromper uma nova crise de subsistência e vendas massivas de escravos, único e último recurso económico disponível que restava aos terratenentes. A Câmara da Ribeira Grande endereça ao rei, em 1738 e 1746, lancinantes pedidos de socorro, reforçados por um retrato desolador de Santiago: os principais não vinham assistir à administração municipal e aos officios da República, os soldados nem sob ameaça de morte acudiam às sentinelas, as festas reais não se celebravam por falta de homens honrados para pegar nos pálios e poucos compareciam aos obrigatórios officios divinos por não terem trajes decentes para entrar nos templos, ao que a Igreja respondeu com numerosas penas de excomunhão que só vinham corroborar a situação de marginalidade social¹⁴⁴. À situação de exclusão social de grande parte da população de Santiago, a Igreja respondia com a exclusão religiosa, diabolizando os levantados, os vadios e outros errantes, aos quais se chegava mesmo a negar a sepultura cristã¹⁴⁵. Outras ilhas, como o Fogo, Brava ou Santo Antão, conheciam igualmente situações de levantamento e convulsão social, expressas através de revoltas abertas contra os respectivos capitães-mores. No caso daquelas duas ilhas vizinhas de Santiago, a responsabilidade dos levantamentos e contendas era mesmo assacada a alguns membros do clero. Um destes clérigos revoltosos intitulava-se abusivamente “pregador e confessor por El-Rei” sem que tivesse, para isso, a correspondente licença episcopal, o que, junto com

¹⁴⁴ Carta de 16 de Dezembro de 1738 da Câmara da Ribeira Grande, solicitando ao rei o fim da proibição da venda de panaria aos estrangeiros e resposta régia de 2 de Setembro de 1739, endereçada ao governador de Cabo Verde, para que desse parecer sobre as consequências do pedido dos moradores e carta do governador João de Zuzarte de Santa Maria de 2 de Janeiro de 1743, todas inseridas em consulta do Conselho Ultramarino de 18 de Janeiro de 1743. AHU, *Cabo Verde*, cx. 19, doc. 11.

¹⁴⁵ O governador João Zuzarte de Santa Maria, em carta dirigida ao rei a 8 de Janeiro de 1742, relata o estranho caso do levantado Manuel Moreira, que se fazia acompanhar pelos seus irmãos e outros vadios que os soldados tinham relutância em prender, por correr o boato de que “tinha entregue a alma ao diabo”. Dado que andava há muitos anos excomungado, queria que só fosse enterrado o seu corpo e que a cabeça fosse entregue ao governador, vontade que os soldados respeitaram, pelo que a sua cabeça esteve três dias exposta no pelourinho, sendo depois enterrada fora do espaço sagrado da cidade. *Idem*, *ibidem*.

outros assuntos, motivou a sua suspensão e pena de excomunhão maior por parte do bispo¹⁴⁶.

D. Fr. João de Moreira chega a Santiago em pleno período crítico de fomes, que resultara no habitual clima de rixas entre os membros das principais facções (nomeadamente entre a dos coronéis António Brito do Lago e João Pereira de Carvalho ou entre o coronel Sebastião Gomes Nóia e o capitão-mor Martinho Tavares da Fonseca) e de levantamento dos grupos sociais marginalizados que as justiças ordinárias não conseguiam travar. Os movimentos sociais escapavam novamente por completo ao controlo das autoridades e instituições e o bispo ter-se-á limitado a comeder a participação de membros do clero nesses conflitos, na medida do que era possível a um recém-chegado.

Os ciclos recorrentes das secas e fomes, sobretudo os que se alongavam por vários anos, como era agora o caso, há muito tinham gerado na população insular uma intensa espiritualidade de intercessão pelo “pão nosso de cada dia” que não lhes era dado, expressa em inúmeras manifestações religiosas de grande fervor, como procissões, romarias, rezas e ladainhas. Eram momentos de particular reconciliação com o sagrado, em que cada fiel procurava o perdão ou a expiação dos pecados pessoais como tentativa de redenção de uma sociedade prevaricadora e que consideravam ter sido castigada por Deus com as fomes. Nestas ocasiões, os fiéis procuravam o socorro dos pregadores mais reconhecidos, nomeadamente do bispo, chamados a conduzir os pedidos colectivos de súplica, aos quais garantiriam maior força propiciatória. A fome aproximava periodicamente os fiéis da Igreja e dos membros do clero, que eram solicitados em massa para administrar o sacramento da confissão que garantisse a absolvição de pecados acumulados de muitos anos. D. Fr. João de Moreira terá tido uma participação bastante activa nestes actos religiosos de súplica, bem como de apaziguamento dos fiéis através da concessão de indulgências. Para corresponder a esse anseio descia frequentemente da sua residência, na Fazenda da Trindade, à cidade. Numa destas ocasiões, em 13 de Agosto de 1746, viria a falecer. Foi a enterrar na sé, junto à sepultura de D. Fr. Vitoriano Portuense. Os fiéis manifestaram grande reconhecimento pelo seu amparo e o governador João Zuzarte de Santa Maria registou que “houve um geral sentimento e se assistiu ao seu funeral com toda a decência”, enquanto outras fontes assinalam que a sua morte foi muito “pranteada” pelo povo¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Carta do capitão e sargento-mor da ilha do Fogo, Caetano de Melo e Albuquerque, informando o rei de desordens nas ilhas do Fogo e Brava e sobre a responsabilidade do vigário de S. Filipe, padre Manuel Barbosa Fiúza Montenegro, do mestre de capela, Mateus Rosado, do beneficiado, Francisco Álvares, e do cônego e vigário da vara, Manuel Resende, todos da ilha do Fogo e do vigário da Brava, padre Inácio Mendes Rosado. AHU, *Cabo Verde*, cx. 20, doc. 53, 11 de Novembro de 1746. Outra sobre igual assunto, do mesmo, de 26 de Janeiro de 1747, *idem, ibidem*, cx. 21, doc. 13, inserta em consulta do Conselho Ultramarino de 12 de Agosto de 1746. Em Santo Antão, verificou-se, em 1744, um levantamento dos moradores contra o capitão-mor do donatário Francisco Lima e Melo, sendo este preso e posto a ferros, bem como depositos todos os oficiais conforme informou o governador Zuzarte de Santa Maria em carta dirigida ao rei, de 11 de Junho de 1744. AHU, *Cabo Verde*, cx. 19, doc. 70.

¹⁴⁷ Carta do governador de Cabo Verde João Zuzarte de Santa Maria ao rei. AHU, *Cabo Verde*, cx. 21, doc. 39, 26 de Maio de 1747. Referência ao pranto na morte do bispo por parte de Senna Barcellos, *Subsídios...*, vol. II, p. 300.

D. Fr. Pedro Jacinto Valente (1754-1774): a divisão da Igreja em dois corpos polarizados em Santiago e Santo Antão

Após a morte de D. Fr. João Moreira, em 1747, o bispado conheceu a mais longa vacância desde o período pós-Restauração, pois decorreram seis anos até que fosse apresentado e confirmado como bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, em 1753, já que em meados do século XVIII se tornara um verdadeiro feito encontrar um clérigo de craveira que aceitasse o governo da atribulada diocese de Cabo Verde.

D. Fr. Pedro Jacinto Valente, freire da Ordem de Avis, chegaria a Santiago a 13 de Maio de 1754 e aqui se deteve apenas um mês e meio, zarpando rapidamente no mesmo navio do contrato da urzela que para ali o havia conduzido de Lisboa.

Desde logo surge a questão: o que teria motivado esta saída apressada do bispo, que abandonou literalmente e sem qualquer licença a sede da catedral onde, em termos canónicos, era obrigado a residir?

A resposta está implícita, no nosso entender, na própria evolução da situação interna do arquipélago, nas décadas de 30 a 50. O acréscimo da importância relativa das ilhas do Barlavento, plasmado nos anos trinta com a implantação de mecanismos administrativos locais na Boa Vista, S. Nicolau e Santo Antão pelo ouvidor José da Costa Ribeiro sob determinação do Conselho Ultramarino, acentua-se e aprofunda-se nas décadas seguintes com os contratos da urzela e, posteriormente, com a exploração monopolista da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, dado que estas empresas mercantis transoceânicas, interessadas na exploração de recursos endógenos, propiciaram meios de navegação interinsulares de maior regularidade.

A atractividade do Barlavento tornou-se tanto maior, na medida em que Santiago conheceu nas décadas de 40-50 um novo surto de conflitos políticos e institucionais de que resultou grande desgaste dos ofícios de governador e, sobretudo, de ouvidor estrategicamente promovido pelas parcialidades dos grandes oligarcas da ilha, nomeadamente a de António Barros Bezerra e Oliveira e dos Freires de Andrade. Bezerra e Oliveira e seus apaniguados tomaram o poder de assalto por via dos exercícios interinos dos governadores e ouvidores, postos para os quais se automandatavam por via da Câmara da Ribeira Grande, onde imperavam. Depois da relativa acalmia propiciada pelo longo exercício do ouvidor José da Costa Ribeiro entre 1729 e 1740, assistiremos até ao assassinato do seu ulterior João Vieira de Andrade, em 1762, a uma voragem de mandatos irregulares e conturbados destes oficiais judiciais cimeiros: dois deles são liminarmente suspensos do exercício do seu ofício (Inocêncio Alves da Silva, em 1749, e Francisco Xavier de Araújo, em 1753), um abandona o posto (João António da Silveira e Sampaio) e sobre três recai a suspeita de assassinato velado (António de Pinho, em 10 de Junho de 1740, Amaro Luís Mesquita Pinto, em 18 de Janeiro de 1758, e Carlos José Souto de Matos, em 28 de Maio de 1761), sucedendo-se nos tempos intermédios de nomeação as referidas ouvidorias interinas.

O Conselho Ultramarino tenta sem sucesso travar o desmoronamento dos normais mecanismos de funcionamento dos poderes político e judicial com a nomeação do "super-sindicante" Custódio Correia de Matos, em 1750. Só chega a Santiago dois anos depois de, em Lisboa, ter exigido e obtido de forma célere os privilégios do hábito de Cristo e da beca, bem como vastos poderes de sindicância na esfera do

governo, ouvidoria e fazenda, cujas diligências seriam acompanhadas com o auxílio de oficiais que tinha poder para nomear em Cabo Verde. Viria também a morrer em Santiago, em 2 de Junho de 1754, nas circunstâncias já habituais, mesmo tendo passado a maior parte do seu exercício em correição pela ilha de S. Nicolau¹⁴⁸.

A chegada do bispo D. Fr. Jacinto Valente a Santiago, a 25 de Abril de 1754, decorreu de forma rocambolesca. O primeiro incidente verificou-se logo no desembarque. Dado que o aparato da sua investidura exigia a presença de tropas, o governador Cunha d'Eça solicitou que desembarcasse mais cedo para evitar a delonga das companhias de milícia, que vinham de longe. Porém, o bispo marcou a data para mais tarde, a fim de dar tempo ao cabido poder preparar a tradicional cerimónia protocolar da entrada episcopal, seguida da sua posse na sé¹⁴⁹. Neste dia, sobreveio uma grande tempestade e consequente incêndio da galera de acostagem, pelo que a população, temendo uma explosão, debandou, ficando a procissão reduzida a alguns membros do cabido que rapidamente subiram à sé onde a cerimónia da posse foi feita apressadamente. Os prelados procuravam efectuar as suas primeiras aparições públicas nas principais datas festivas do calendário litúrgico, para que concorresse muita gente, normalmente atraída pelas indulgências plenárias que elas proporcionavam. D. Fr. Pedro marcou essa festa para o dia da Ascensão e, mais uma vez, o cabido quis adiar a data para que essa solenidade pudesse ser publicada por todas as freguesias. O bispo terá sido dissuadido pelo sindicante Custódio Correia de Matos, que tinha vindo expressamente a Santiago da ilha de S. Nicolau para assistir à sua posse. O sindicante deu-lhe a conhecer a situação de total desgoverno que se vivia na ilha, provocada pela parcialidade chefiada por António Barros Bezerra de Oliveira, que também controlava o cabido; resolveram então embarcar os dois para S. Nicolau, argumentando aquele ser aí o "ar mais saudável". Custódio Correia de Matos morreu em circunstâncias suspeitas em 2 de Junho e o bispo, atemorizado, parte três dias depois, chegando a S. Nicolau a 13 do mesmo mês. Oficialmente, afirmou sair em visita pastoral, para a qual havia garantido previamente do rei ajudas de custo e promessas, raramente concretizadas, de facilidades nos transportes. Porém, essa ida nunca teria uma volta à sede da sua catedral em Santiago. Depois de visitar as ilhas do Fogo, Brava e Maio e de permanecer nove meses em S. Nicolau, chegou a Santo Antão, em 23 de Novembro de 1755. Aqui fixou a sua residência, daqui governou o bispado durante mais de 20 anos e aqui morreria a 19 de Janeiro de 1774, sendo sepultado na pequena capela de N.ª Sr.ª da Penha de França, no bairro do mesmo nome, zona de fixação primitiva da vila da Ribeira Grande¹⁵⁰.

¹⁴⁸ A sindicância de Custódio Correia de Matos de que poucos documentos restaram, por terem sido retidos ou mesmo destruídos em Cabo Verde, foi analisada por Luís Bivar Guerra, "A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às ilhas de Cabo Verde em 1753 e o regimento que deixou à ilha de S. Nicolau", *Síndia*, n.º 2, 1958, pp. 164-293.

¹⁴⁹ Sobre a importância e significado deste cerimonial ver José Pedro Paiva, "O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses. Uma encenação de poder (1741-1757)", separata da revista de *História das Ideias*, Faculdade de Letras, Coimbra, vol. 15, 1993, pp. 117-146.

¹⁵⁰ Carlos Ribeiro Nogueira Ferrão, *Estudos sobre a ilha de S. Antão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 47.

À análise deste bispado reveste-se de grande complexidade, dado que não só se verificam alterações decisivas no topo da estrutura eclesiástica, agora dividida em dois corpos com assento em ilhas diferentes, como se avolumam as questões sociais e políticas no arquipélago, fruto da deterioração das condições do exercício do poder em Santiago e da verdadeira alienação de que o arquipélago foi objecto às mãos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.

A primeira questão, que naturalmente avulta quanto a este bispado, é a das circunstâncias que rodearam a decisão da mudança da sede da catedral, autorizada pela bula *Pater Misericordiarum* de 29 de Maio de 1756, solicitada por D. José I ao papa Bento XIV¹⁵¹.

No presente estado dos conhecimentos, é impossível seguir, passo a passo, todos os meandros desta decisão, nomeadamente quanto ao seu percurso e agentes. Porém, sabemos que se tratou de algo exógeno a uma aspiração local, nunca antes manifestada por qualquer autoridade eclesiástica ou civil de Cabo Verde. Esta resolução foi tomada no Reino, em data posterior à nomeação apostólica do bispo D. Fr. Pedro Jacinto Valente (1753) e anterior à sua partida para Santiago nos inícios do ano seguinte, fazendo o prelado depender a sua accitação do bispado desta condição prévia de mudança da sua residência¹⁵². Dado que por essa altura se havia já iniciado o consulado pombalino, e se esboçava também novo projecto colonial no estado brasileiro do Grão-Pará e Maranhão, em que as longínquas ilhas de Cabo Verde se viriam a incluir como peão sacrificado desse xadrez, parece-nos verosímil que a importante decisão da mudança da catedral tenha tido a chancela directa do futuro marquês de Pombal¹⁵³.

Nenhuma fonte identifica o local da nova sede episcopal (ilha ou povoação) e D. Fr. Pedro Jacinto Valente só assentou residência fixa na povoação da Ribeira Grande de Santo Antão, depois de ter passado previamente por Santiago, Maio, Brava, Boa Vista e S. Nicolau, pelo que esta escolha terá resultado da sua decisão pessoal, depois de uma experiência de um ano e meio no terreno insular. O factor que mais nos parece ter pesado nesta solução foi procurar escapar ao turbilhão político-social que Santiago vivia em meados do século e salvaguardar desta forma o poder da Igreja. Será o próprio bispo a dar a conhecer ao rei, em 1764, em missiva endereçada ao marquês de Pombal, os motivos que o levaram a abandonar a Ribeira Grande, manifestando "(...) esperança que esta carta desfça os malentendidos criados, mas deixa

¹⁵¹ Não encontramos no bulário português (cf. Santos Abranches, *Fontes de direito eclesiástico português. Suma do Bulário Português*), no fundo das bulas da Torre do Tombo ou em outra documentação manuscrita, a transcrição desta bula, mas apenas referências indirectas à mesma na documentação do AHU e em Francisco Ferreira da Silva, *op. cit.*, p. 39.

¹⁵² Em carta de Julho de 1757, D. Fr. Pedro Jacinto Valente relembra ao rei que veio para o bispado com a promessa régia "de mudar logo de residência" (sem referência ao local) e, para o efeito, afectou-se para as despesas desta deslocação a metade do rendimento de uma igreja da diocese de Lamego, cujo padroado pertencia ao bispado de Tânger, dizendo respeito a outra metade à mudança da catedral de S. Tomé que teria sido decidida na mesma época. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 81, 5 de Julho de 1757.

¹⁵³ Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, foi nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra a 31 de Julho de 1750, vindo depois a receber a pasta do Reino em 1756.

tudo à consideração régia". O primeiro argumento "oficial", por ele pronunciado, foi o habitual, isto é, procurar resguardar a sua saúde dos sempre apregoados "maus-ares" da Ribeira Grande e da ilha de Santiago, onde residir significava para ele "morte certa", fruto das "doenças da terra". Porém, daquilo a que verdadeiramente fugia era dos "soberbos e incorrigíveis (...) ricos e malévolos" moradores de Santiago, cujo poder logo pressentiu na sua tomada de posse na Ribeira Grande e a propósito da morte do sindicante Custódio Correia de Matos. Considerava a capital "incorrigível e deplorada" e sentia-se nela como "O Paraltico da Picina, sem que me dê a mam", uma vez que os ministros "reinículos" se conluíavam com as gentes da terra e com os administradores (da Companhia do Grão-Pará e Maranhão) contra ele, obrigando-o assim a "desfazer a sua casa". Termina com a justificação de que julgava ter "(...) prestado mais fruto a Deus aqui [Santo Antão] do que residindo na capital, verificando-se o que os doutores chamam acomodar as leis com as possibilidades da terra, como se verifica neste bispado em que tudo he impossivel pela sua miseria e pela sua positura e por isso costumam os pontífices conceder a este tipo de bispados todas as faculdades, facilitando as leis para cobrir estes impossíveis"¹⁵⁴.

Da atitude individual deste prelado, resulta um contributo fundamental por parte da Igreja para duas importantes reestruturações estratégicas que se operaram no arquipélago no século XVIII e que há muito se desenhavam: o fim da capitalidade da Ribeira Grande e o reforço efectivo da territorialidade insular.

Quanto à omnipresente polémica da capital das ilhas, D. Fr. Pedro Valente é o primeiro representante de um poder cimeiro, neste caso o eclesiástico, a abandonar definitivamente a Ribeira Grande, seguido cerca de quinze anos depois pelo governador Saldanha Lobo, este em direcção à vila da Praia de Santa Maria.

Acresce que D. Fr. Pedro ao fixar a sua residência em Santo Antão bifurca as sedes dos poderes civil e eclesiástico, doravante domiciliados em ilhas diversas, situação que se prolongou ainda no século XVIII com a residência dos bispos D. Fr. Francisco de S. Simão e D. Frei Cristóvão de S. Boaventura em S. Nicolau. Esta situação de separação das capitais do poder civil e eclesiástico em ilhas diferentes será opção defendida por vários bispos, nomeadamente por D. Fr. Pedro Jacinto Valente, o primeiro a levá-la à prática. Esta postura perdura por todo o século XIX, tendo a sua máxima expressão na fundação do seminário-liceu na Ribeira Brava, em 1866, vila que posteriormente viria a ser consagrada como capital da diocese, que só voltará a Santiago nos anos 40 do século XX, agora na cidade da Praia.

O reposicionamento insular viu-se assim alterado de forma significativa, aumentando o peso político do Barlavento, nomeadamente das ilhas de Santo Antão e S. Nicolau, onde a Igreja se estabelece como um poder mais independente das autoridades civis e da sociedade de Santiago e, mesmo algumas vezes, como um contrapoder. Além disso, o rumo particular destas ilhas, sobretudo da de S. Nicolau, é marcado de forma indelével pela presença da cúpula eclesiástica, fundamentalmente pelo estabelecimento de diversas instituições de ensino.

¹⁵⁴ Carta de D. Fr. Pedro Jacinto ao rei, por via do marquês de Pombal, explicando os motivos que o levavam a residir em Santo Antão. AHU, *Cabo Verde*, cx. 28, doc. 42, 12 de Julho de 1764.

Com D. Fr. Pedro Jacinto, esta mudança político-jurídica da catedral não viria contudo a ter lugar. De acordo com a opinião “oficial” do historiógrafo da Igreja de Cabo Verde, Francisco Ferreira da Silva, o marquês de Pombal, bastante desagradado com o bispo pelo facto de ter abandonado a sede da catedral sem a necessária aprovação régia logo após a sua chegada a Cabo Verde (leia-se sua aprovação) e de ter deixado degradar o complexo episcopal (paço episcopal e aljube eclesiástico), não deu o devido “*exequator*” à transferência da diocese¹⁵⁵. Esta tese é, no nosso entender, demasiado simplista e superficial, já que a ilha de Santiago em peso, por via de governadores, ouvidores, cabido e câmara, se insurgiu contra a ausência de D. Fr. Pedro Jacinto Valente da catedral, cuja metáfora canónica é a da sua esposa, à qual se encontrava indissoluvelmente ligado.

À data da sua morte, em 1774, todo o extenso legado que deixou em dinheiro, bens, ornamentos e alfaias litúrgicas foi afectado por decreto pombalino à reconstrução do paço episcopal na Ribeira Grande e a regressar à catedral. Porém, D. Fr. Pedro Jacinto Valente abriu o caminho para muitos dos seus sucessores que vão optar por residir fora da sede da catedral, mesmo que tal não estivesse contemplado juridicamente.

As linhas de força deste longo bispado de vinte anos são bastante diversificadas, quer no âmbito espacial quer no seu objecto. Extravassam o estrito âmbito da Igreja e da acção episcopal e tocam alguns dos mais prementes problemas políticos e sociais de Cabo Verde nas décadas de cinquenta a setenta do séc. XVIII.

No que à hierarquia da Igreja dizia directamente respeito, D. Fr. Pedro Jacinto Valente fraccionou a estrutura e poder eclesial em dois corpos, agora distantes no espaço, mas de há muito concorrentes ou mesmo em manifesta oposição, ou seja, bispo, radicado na ilha de Santo Antão, e cabido, cuja função e condição de existir era a assistência litúrgica, cerimonial e funcional à sé catedral, junto da qual permanece na Ribeira Grande, manifestando-se mais do que nunca como uma extensão dos oligarcas de Santiago, de cujos troncos familiares provinham os principais cônegos e capitulares, os únicos habitantes permanentes da cidade.

O bispo contrapôs à opinião dominante, escudada no preceito de direito canónico, segundo o qual o lugar do bispo é junto da catedral, um argumento jurídico de direito natural que prevalecia sobre todos os outros, isto é, a norma primeira da conservação da sua vida que poderia ser posta em perigo se vivesse em Santiago. Daí que não sentisse qualquer escrúpulo de natureza moral em não viver na sé, tanto mais que Santiago era a ilha que melhor se encontrava quanto à assistência espiritual, fruto da presença do cabido, doze párocos e frades do Convento de S. Francisco; quanto à norma tridentina que mandava que os prelados assistissem nas suas catedrais nas festividades mais solenes do calendário litúrgico, D. Fr. Pedro Jacinto Valente faz uma afirmação plena de consequências futuras para o quadro jurídico das igrejas ultramarinas: é sua convicção que o Concílio de Trento não se aplicava ao bispado de Cabo Verde. Esta asserção bombástica, de que a lei geral da Igreja Católica não podia ser transposta *ipsis verbis* para um bispado extra-europeu, era agora possível tornar pública no contexto do ideário iluminista da Europa, enquanto nos séculos anteriores

¹⁵⁵ Francisco Ferreira da Silva, *op. cit.*, p. 39.

seria simplesmente julgada como herética. Subjacente a esta ideia, cremos estar aqui a germinar uma nova concepção do quadro legal que devia pautar as igrejas ultramarinas, isto é, o advento de um direito eclesiástico local, emanado das realidades religiosas e eclesiásticas autóctones, que não haviam sido contempladas no direito eclesiástico europeu.

Dado que o bispado de Cabo Verde não dispunha de constituições sinodais próprias, observando-se as da diocese de Lisboa, e que os seus antecessores tinham estipulado poucas normas intrínsecas, D. Fr. Pedro Jacinto Valente será um dos fundadores da legislação eclesiástica do bispado de Cabo Verde.

Em Junho de 1755, quando efectuou uma visita pastoral à Igreja Matriz da Ribeira Grande em Santo Antão, que pretendia destinar para sede de catedral, elaborou os habituais capítulos da visita, datados de 28 de Setembro, na forma de regulamentos sinodais de que o bispado carecia e que acabaram por constituir o regulamento de base do funcionamento da diocese¹⁵⁶.

Os trinta e dois capítulos destes estatutos representam uma das melhores sinopses sobre as práticas e comportamentos religiosos nascidos, criados e desenvolvidos em Cabo Verde ao longo de três séculos, sob iniciativa de uma sociedade e cultura popular crioula e, em grande parte, em paralelo, ou mesmo, à margem da Igreja oficial. Era já tarde para "Derrogar, anular e proibir" por decreto os "costumes antigos" que há muito se haviam enraizado como os reinados, as festas de santos, as cerimónias do "guarda-cabeça" ou da esteira, os enterros nocturnos ou outros, como os casamentos extracanánicos, o costume de a noiva ser obrigada a permanecer oito dias resguardada no funco, a coexistência de família legítima e família de fora ou o que hoje chamaríamos de regime nupcial de separação de bens¹⁵⁷. Quanto à disciplina litúrgica, o bispo obriga os párocos a officiar missa, usar vestes e paramentos e ministrar os sacramentos de acordo com o ritual romano, o que deixa antever que os sacerdotes locais, sobretudo os padres da terra, celebrariam à moda insular. Especifica igualmente os "requisitos mínimos" materiais para dizer missa, como determinadas quantidades de cera, velas, vinho, roupas lavadas ou remendadas, respondendo desta forma à queixa corrente de as missas serem muitas vezes celebradas sem espécie ou

¹⁵⁶ As visitas pastorais ou visitas são uma das formas privilegiadas de exercício do poder episcopal, um dos mecanismos mais eficazes de implantação da Igreja no espaço e de fiscalizar essa actuação, nomeadamente através da produção de novos regulamentos jurídicos, os chamados capítulos de visita. Em Cabo Verde, vários bispos efectuaram visitas, quer a Santiago quer às ilhas periféricas, elaborando a esse propósito os referidos capítulos de visita que pretendiam corrigir os desvios observados, quer na disciplina do clero quer nas práticas espirituais dos fiéis. No entanto, à excepção de D. Fr. Pedro Jacinto Valente, poucos desses textos chegaram até nós. Sobre este assunto ver o verbete "Visitações" de Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva, *DHRP*, vol. P-V, pp. 365-369. Quanto às constituições diocesanas elas são, por definição, um instrumento jurídico-pastoral formado por leis, decretos ou disposições que servem para regular a vida de uma diocese, nomeadamente em aspectos disciplinares, litúrgicos e doutrinais. Resultavam da conjugação do direito canónico e tradição da Igreja com práticas consuetudinárias locais que eram impostas pelos bispos sobre leigos e eclesiásticos. Cf. o artigo "Constituições Diocesanas" de José Pedro Paiva, *DHRP*, vol. C-I, pp. 9-15.

¹⁵⁷ Ver artigos 1 a 6 dos capítulos de visita feitos pelo bispo D. Fr. Pedro Jacinto Valente para o governo da Matriz de Santo Antão de 28 de Setembro de 1755. AHU, Cabo Verde, cx. 25, doc. 56, 29 de Novembro de 1755.

espécies adulteradas, santos óleos por consagrar, e azeite de purgueira para alumiar, em vez de cera. O que os insulares designavam por "miséria da terra", chegara ao ponto extremo de não serem enviados do Reino para Cabo Verde os mais emblemáticos símbolos e géneros litúrgicos cristãos do pão e do vinho que a terra adaptou à medida das suas capacidades e recursos, nomeadamente a adopção generalizada do chamado "vinho da terra", por ser mais durável¹⁵⁸. Este regulamento especifica ainda a forma precisa como deviam sair as procissões das irmandades, nomeadamente quanto à forma do cortejo, participantes, indumentária, precedências e entrada na igreja, uma vez que todo este cerimonial simbólico também havia sido apropriado e moldado pela sociedade local em formas pouco consentâneas com as de uma sociedade que, por definição, era católica em manifestações como os já referidos reinados e as festas de irmandades de negros onde, por certo, as tabancas beberam de raiz.

Este regulamento estipulava, igualmente, a forma que as irmandades e comunidades paroquiais deveriam revestir no que concerne ao número e função de cada um dos seus membros ou ofícios, condições de acesso, usos fúnebres; prescrevia também a obrigatoriedade de todos os fiéis efectuarem testamento (entenda-se os fiéis que deixavam bens), como a componente financeira das comunidades, principalmente os montantes que cada freguês ou casal era obrigado a entregar aos párocos e coadjutores (normalmente géneros), bem como os emolumentos a pagar pelos fiéis aos oficiantes, pelas diversas funções litúrgicas ou administração de sacramentos, observando-se a excepção, que em Cabo Verde era a regra, dos fiéis pobres. Uma vez que praticamente só o clero de Santiago e Fogo estava contemplado na folha oficial de pagamentos, tentava-se assim garantir a auto-sustentação financeira de cada igreja por via dos contributos obrigatórios dos fiéis (a título, por exemplo, dos dízimos) e do pagamento dos serviços eclesiais. D. Fr. Pedro Jacinto Valente deixou igualmente outros capítulos de visitação por ocasião das visitas que fez a S. Nicolau, em Janeiro de 1755, à Boa Vista, em Setembro, aquando da erecção de uma nova paróquia em S. João Baptista na povoação do Norte (Fundo das Figueiras), e a Santo Antão, em Novembro do mesmo ano, tendo também este seu périplo, iniciado em 1754, incluído as outras ilhas do Sotavento, isto é, Fogo, Brava e Maio, mas neste último caso sem actividade muito expressiva e sem que dela tenham ficado notícias. A todas as novas comunidades paroquiais ou irmandades que nelas criou, deixou estatutos semelhantes aos que atrás referimos quanto a Santo Antão, com igual tipo de disposições reguladoras da actividade eclesial e da prática dos fiéis.

¹⁵⁸ Já no fim da sua vida, D. Fr. Jacinto Valente confessa que todas estas tentativas de reforma tinham sido vãs, devido à contínua calamidade da miséria e pobreza das ilhas. Em 1772, diz, em tom de desabafo, ao núncio de Lisboa, D. Inocêncio Conti, que (...) "Ninguém pode mudar as regras canónicas dos sacramentos; porém aqui se mudam de tal forma que me parece não há sacramentos nem Missa porque as farinhas são cheias de avaria por ocasião do mar e outras estão adulteradas; as nações estrangeiras as fazem de todas as sementes e algumas são tão antigas que não se sabe a idade; o mesmo sucede com os santos óleos por falta de embarcações que os conduzam ou de matéria com que se façam; o mesmo se passa com o vinho porque nas ilhas em o não há próprio e o pároco, para não perder os seus emolumentos conserva-o por tanto tempo que já nem é reconhecível". Carta de D. Fr. Pedro Jacinto Valente ao núncio apostólico em Lisboa, D. Inocêncio Conti. AHU, *Cabo Verde*, cx. 32, doc. 55, 17 de Março de 1772.

D. Fr. Pedro Jacinto Valente está para a administração eclesiástica das ilhas do Barlavento, como esteve o ouvidor-geral José da Costa Ribeiro no tocante à implantação dos mecanismos político-administrativos civis.

Ao radicar-se na ilha de Santo Antão, onde estabelece a sede *de facto* do poder eclesiástico, nomeadamente a residência episcopal e o tribunal eclesiástico, D. Fr. Pedro Jacinto Valente irá dedicar a parte mais significativa da sua actividade pastoral às ilhas do Barlavento que careciam de uma orgânica semelhante à que já existia em Santiago e Fogo. Gere e administra todo o espaço e expediente diocesanos a partir de Santo Antão que, durante este episcopado, é a capital do bispado, da qual dimanam as ordens e decisões, nomeadamente para o cabido, vigários de outras ilhas e Rios de Guiné, como dantes saíam de Santiago. Isto obrigou a uma reestruturação dos mecanismos de funcionamento da diocese, nomeadamente quanto aos seus agentes, canais de comunicação, etc. A consequência mais significativa foi naturalmente a subalternização do poder decisório do cabido ou, pelo menos, a tentativa de o fazer, esvaziando-o de competências, congelando a apresentação de novos capitulares para Santiago, ou nomeando-os apenas para exercerem junto de si em Santo Antão algumas das funções que pertenciam àquele órgão colegial.

Excluído, ou melhor, auto-excluído de Santiago, D. Fr. Pedro Jacinto Valente considerava que o poder da Igreja se encontrava aí sustido pela estratégia de conflito e divisão movida pelos oligarcas e por sistematicamente obstruírem o regular funcionamento do poder político e judicial. Opta assim por exercer a sua actividade onde o pudesse fazer sem obstruções sociais e políticas de maior e onde fosse até de alta relevância pastoral, tanto a nível da implantação da Igreja no espaço insular e consequente crescimento das suas infra-estruturas como num melhor controlo do clero e capacidade de persuasão junto dos fiéis. Encontra este espaço "ideal" nas ilhas do Barlavento, nas quais vai desenvolver a parte mais significativa do seu apostolado.

Uma das principais facetas da sua actividade foi, à semelhança de D. Fr. Vitoriano Portuense na ilha de Santiago, a construção de raiz de novas igrejas nas ilhas de S. Nicolau, Santo Antão e Boa Vista ou a substituição dos precários templos inaugurais por novas edificações ou sua reparação.

A ilha de Santo Antão foi naturalmente o espaço privilegiado da sua actuação. Para que a catedral pudesse mudar de Santiago era necessário um templo condigno, pelo que mandou erigir a espaçosa Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com diversas capelas, cuja traça foi decalcada, em escala mais reduzida, da da Sé Catedral da Ribeira Grande, embora da construção estivessem ausentes as ricas cantarias do Reino, limitando-se à pedra, barro e telha. Mesmo assim, as obras terão custado mais de 60 000 cruzados. Para aqui transferiu parte do espólio da mitra que trouxera consigo de Santiago, bem como um altar e imagens antigas de S. Francisco e de Cristo Crucificado, que existiam na igreja primitiva do mesmo nome e que, segundo a tradição, foram mandadas para Santo Antão no século XVI pelo seu primeiro donatário, D. Francisco de Mascarenhas, primeiro conde de Santa Cruz¹⁵⁹. No Bairro de N.ª Sr.ª da Penha de França da mesma vila construiu uma capela do mesmo nome, bem como a pequena capela no Bairro do Tarrafal e de Nossa Senhora da Piedade na

¹⁵⁹ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios...*, tomo II, vol. IV, p. 21.

Ribeira da Janela, na pequena aldeia de igual nome. Já numa fase mais adiantada do bispado, D. Fr. Pedro Jacinto Valente viria, no entanto, a reconhecer que Santo Antão tinha um sério *handicap* como futura capital eclesiástica, isto é, falta de um porto decente, por os existentes serem muito “ásperos” (presumimos que se refira à navegação transoceânica), embora defronte do Porto dos Carvoeiros (primitivo Porto Inglês), ficasse o “magnífico” porto de S. Vicente, que descreve como uma enseada e baía muito pacatas, que permitiam a estadia de navios durante todo o ano. Sem o saber, previa já o posterior desenvolvimento do futuro Porto Grande do Mindelo.

Na ilha de S. Nicolau, também reergueu a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na vila da Ribeira Brava, mandando-a assoalhar com madeira e cobrir com telha, que anteriormente era um pequeno templo coberto de palha. Esta contava já com uma dotação de 4000 cruzados dos ordenados do sindicante Custódio Correia de Matos para aí instituir uma capela, em agradecimento àquela padroeira por o ter livrado “(...) da malícia e infelicidade e de todos os males, corporais e espirituais” que sofrera nas ilhas, legando-lhe igualmente um anel de topázio e diamantes de seu uso pessoal¹⁶⁰. Na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, à semelhança do que depois fará na Matriz de Santo Antão, criou uma comunidade paroquial para auxiliar nas missas cantadas, festas e cerimónias fúnebres, ao mesmo tempo que fundou as irmandades das Almas, Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição, por forma a garantir maior solenidade à Eucaristia e ao tempo de Quaresma e Semana Santa, bem como ao zelo pelas almas do Purgatório. Dado que a matriz era de difícil acesso para os habitantes da rica zona agrícola do Noroeste (nomeadamente da Ribeira da Prata, Fajã de Baixo e de Cima, Caramujo e Cachaço), o bispo criou uma nova freguesia com invocação de Nossa Senhora na povoação das Queimadas, no que denomina como zona do campo, que ficaria a abranger toda a região leste da ilha, dotando-a de pároco permanente a ser sustentado pelos fregueses em géneros locais (100 réis ou um alqueire de milho por casal)¹⁶¹.

Quanto à ilha da Boa Vista, procedeu de igual forma a S. Nicolau; tendo constatado que a população da parte leste da ilha não se deslocava à Igreja Matriz de S. Roque, na povoação do Rabil, para assistir aos ofícios divinos ou solicitar a administração de sacramentos, fundou a nova freguesia de S. João Baptista, com assento no pequeno lugar de Fundo das Figueiras. Esta nova paróquia correspondeu a uma solicitação local, através de uma petição assinada por vários moradores boavistenses, que argumentavam que as famílias de mais de dez povoações dessa zona ficavam sem sacramentos por não poderem acorrer à matriz “por conveniência dos seus gados e cultura”. Igualmente nomeou comunidades paroquiais para assistirem aos vigários,

¹⁶⁰ Termo de doação de Custódio Correia de Matos à irmandade de N.ª Sr.ª da Conceição na Ribeira Brava de S. Nicolau, assinado na capela da mesma a 17 de Janeiro de 1754. Este documento vem anexo num instrumento de procuração feito por António de Barros Bezerra e Oliveira, datado em documento do Conselho Ultramarino de 2 de Maio de 1772. AHU, Cabo Verde, cx. 27, doc. 64.

¹⁶¹ Relatório da visita *ad limina* apresentada pelo procurador do bispo em Roma em Novembro de 1770 e publicado por João Dias Vicentê, “Importância de dois arquivos eclesiásticos de Roma (A. S. Vaticano e Propaganda Fide) para a história da missionação na Guiné-Bissau, *Itinerarium*, Braga, vol. XLV, 2000, pp. 520-531.

bem como sete irmandades, dispersas pelas igrejas da ilha, às quais se comprometeu a dar estatutos¹⁶².

Comparativamente às ilhas de Santiago e Fogo, onde muitas igrejas, capelas e irmandades tinham partido do patrocínio de leigos ricos e poderosos nos séculos XV e XVI, que assim se procuravam destacar socialmente como patronos de templos e como membros das ricas confrarias, nas ilhas do Barlavento, o processo parece ser ao contrário. Aqui terão existido, desde as primeiras vagas de povoamento, pequenos e frustes templos (muitas vezes sob a forma de igreja-palhota), com toda a probabilidade fruto da iniciativa comunitária movida por algum sacerdote permanente ou algum visitador, mais zeloso, sendo posteriormente dotadas com alfaia e ornamentos trazidos de Santiago pelos diversos bispos ao longo do período 1680-1750, ou edificadas pelos mesmos em materiais firmes e com plantas mais alargadas, como foi o caso que vimos a observar de D. Fr. Pedro Jacinto Valente. Este prelado auto-intitula-se fundador dessas igrejas, agregando-lhes depois comunidades e irmandades de leigos com estatutos saídos e sujeitos directamente à sua autoridade episcopal, que lhes fixava estritas normas, direitos e deveres na assistência às funções eclesiais. Em Santiago e Fogo, as ricas comunidades paroquiais e confrarias conquistaram com o tempo importantes mercês régias, ou mesmo privilégios e hábitos particulares por “uso e costume imemorial”, sem deterem os devidos estatutos e sanção episcopal que só vieram a conhecer *a posteriori* ou nunca chegaram sequer a existir, pelo que o poder ordinário do bispo era aí mais limitado, sendo algumas delas isentas da sua jurisdição e do seu direito de visita. A pujante sociedade quinhentista de Santiago, formada muito antes de existir bispo em Cabo Verde, impôs-se, logo de princípio, nas igrejas e irmandades da cidade da Ribeira Grande, poderosos veículos de exteriorização simbólica da sua supremacia social¹⁶³. Os prelados do século XVI e primeira década do século XVII curvam-se perante a sua preponderância, condescendem em novos privilégios ou não chegam a pugnar pela supremacia da jurisdição episcopal, abstendo-se de aí intervir ou fiscalizar os moldes do seu funcionamento, mormente em aspectos financeiros, nas obrigações decorrentes de legados pios e missas por sufrágio, encargos espirituais das capelas, etc., enquanto a sua interferência era mais estreita nas igrejas das ilhas do Barlavento, regulamentadas sob a sua égide e carentes de um escopo social suficientemente forte e coeso para se opor a um bispo.

¹⁶² Carta do Dr. José Gomes Furtado, beneficiado da Sé da Ribeira Grande, provisor e vigário-geral e visitador pelo bispo Valente, referindo que efectuou capítulos de visita na Boa Vista e respectiva devassa. AHU, *Cabo Verde*, cx. 25, doc. 51, 22 de Outubro de 1755. Trelado da pastoral que D. Fr. Pedro Jacinto Valente mandou passar em 19 de Novembro de 1755 acerca da ereção da freguesia de S. João Baptista em Fundo das Figueiras, respectivos limites geográficos (compreenderia as povoações de João Galego, Cabeço dos Tarafes e Fundo das Figueiras, ficando os lugares de Campo da Cerra e Furna dos Almocreves como povoações-limite), condições de nomeação e pagamento ao pároco pelos fiéis, regulamento da nova organização paroquial, festas e irmandades. AHU, *Cabo Verde*, cx. 25, doc. 56, 29 de Novembro de 1755.

¹⁶³ Sobre questão similar no Brasil, mais concretamente em Minas Gerais, ver Caio César Boschi, *Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*, São Paulo, ed. Ática, “Ensaio”, nº 116, 1986.

D. Fr. Pedro Jacinto Valente, em atitude análoga à do seu antecessor D. Fr. Vitoriano Portuense, usa todos os expedientes possíveis para financiar a construção de igrejas nas ilhas do Barlavento, pois considerava que as que aí existiam, “eram uns currais sem coisa alguma que as cobrisse”. A título de curiosidade, o bispo foi acusado pelo governador Bartolomeu Tigre de comprar a maior parte das madeiras de um navio francês naufragado em S. Vicente, para as obras dos templos em Santo Antão¹⁶⁴.

Do Reino, por meados do século XVIII, já não se disponibilizava dinheiro e materiais para estes fins, e muito menos para estas paragens, enquanto na diocese de Cabo Verde, a situação de tesouraria quase nunca era suficiente para remunerar o clero ou para subvencionar as fábricas das igrejas já existentes. O bispo desinveste em Santiago e manda novamente vender, na Ribeira Grande ou em Lisboa, parte significativa do património da mitra, particularmente os ornamentos de prata¹⁶⁵. A este fundo financeiro junta os montantes das cóngruas vencidas ou do pouco que, entretanto, lhe foi pago, mas, dado que toda esta quantia não era a bastante, lança o imposto de uma pataca por casal sobre os moradores de Santo Antão e S. Nicolau, ao mesmo tempo que os compele a cortar madeiras e a trabalhar nas obras, o que foi considerado como um abuso manifesto, arrogando-se nessas ilhas de uma autoridade similar à do governador¹⁶⁶. D. Fr. Pedro Jacinto Valente chega mesmo ao extremo de fixar aos párocos destas ilhas periféricas uma cóngrua de 40.000 réis, retirando-lhes o restante dos dízimos eclesiásticos que era costume “comerem”. Do Reino responde-se, por via do sindicante Custódio Correia de Matos, que se devia pagar aos referidos sacerdotes 50.000 réis a título de cóngrua interina, averiguar sobre a questão da apropriação dos dízimos e qual o montante que seria justo remunerá-los. Também aqui o bispo pretendia fazer cessar os irregulares “costumes antigos” e normalizar os pagamentos aos párocos do Barlavento. A Coroa, por seu lado, sanciona a estrutura eclesiástica das ilhas periféricas, ao assentir, pela primeira vez, no pagamento de uma cóngrua fixa aos seus sacerdotes, a sair do produto dos dízimos eclesiásticos das mesmas¹⁶⁷.

¹⁶⁴ Carta do governador Bartolomeu Tigre ao rei. AHU, *Cabo Verde*, cx. 29, doc. 02, 30 de Janeiro de 1765.

¹⁶⁵ D. Fr. Pedro Jacinto Valente ordenou ao mordomo da sua casa que vendesse todo o recheio do paço episcopal, nomeadamente mobília e livraria, determinando igualmente ao procurador da mitra que não fizesse qualquer despesa no complexo episcopal, sem prévia licença sua. Cf. Senna Barcellos, *Subsídios...*, vol. III, p. 21. Em duas cartas ao rei, o ouvidor Silveira Sampaio acusa o bispo de vender os bens do paço episcopal na Ribeira Grande e de mandar o espólio da mitra para Lisboa. AHU, *Cabo Verde*, cx. 25, doc. 54, 20 de Novembro de 1755 e *idem, ibidem*, doc. 56, 29 de Novembro de 1755. Igual queixa é endereçada pelo governador Luís António da Cunha d'Eça. *Idem, ibidem*, cx. 26, doc. 13, 20 de Abril de 1756.

¹⁶⁶ Cf. Senna Barcellos, *idem, ibidem*. Mais afirma que o bispo, arrogando-se da autoridade de um governador, impôs penas a todos os que não pagassem o imposto ou se recusassem a contribuir com a sua mão-de-obra.

¹⁶⁷ Carta régia a Custódio Correia de Matos sobre queixa que D. Fr. Pedro Jacinto Valente lhe endereçou acerca dos párocos das ilhas do Barlavento “comerem” os dízimos eclesiásticos. AHU, *Cabo Verde*, cx. 25, doc. 24, 24 de Fevereiro de 1754.

Como atrás vimos, a acção pastora de D. Fr. Pedro Jacinto Valente só verdadeiramente se inicia e tem autêntica expressão, com a sua partida de Santiago e consequente saída em visita pastoral pelas ilhas periféricas, em busca de um novo assento para a sede da sua diocese, embora manifestasse já poucas esperanças que a prometida mudança se viesse a efectivar. Ainda antes de se enraizar em Santo Antão, queixa-se, em carta ao ouvidor João Gomes Ferreira, que não tinha casas para se acomodar com a sua “família”, vendo-se na “situação indecorosa de ser hóspede em casa alheia, (...) sem cadeira em que se sentar e prato em que comer”, de residir numa “tebaida franciscana” ou de andar “com o fato às costas de cazas de palha para cazas de palha”¹⁶⁸. Desabafa que “isto não é vida de bispo”, que a maior parte da sua família havia entretanto falecido e que já não estranhava não ter luz de noite, uma vez que a miséria das ilhas não permitia a compra desses géneros agora considerados supérfluos, como o azeite ou a cera.

Destas condições de precaridade, resulta uma forte invectiva, a primeira de muitas que vai produzir ao longo de todo o seu bispado. O alvo preferido é o contratador da urzela José Gomes da Silva, a quem competia pagar a cônica do bispo e garantir-lhe “livre-trânsito” nas embarcações do contrato¹⁶⁹. O bispo dava assim voz a um surdo coro local, sobretudo dos moradores de menos posses ou mesmo pobres, aos quais o contrato exauria os poucos meios de riqueza que ainda pudessem deter. Dado que não cumpriu as obrigações ajustadas e o deixou retido sem transporte em S. Nicolau por mais de 9 meses, o referido contratador é violentamente denunciado pelo bispo: considera que as cláusulas do contrato e a forma como era administrado eram “horrorosos” e os seus administradores locais “verdadeiros ladrões”. Aproveitavam a situação de exclusivo comercial e de carência de embarcações para levar altíssimos preços pela “passagem dos insolanos” e para pôr “o pé no pescoço dos pobres, a quem vendiam por 20 o que nem sequer custava 5”, numa margem de lucro que estima em 400 %. Acrescenta que os homens do contrato, como administradores, caixas, ou gente das embarcações, se esquivavam de aportar onde o bispo se encontrava para assim viverem na “lei da natureza” e fora da lei de Deus ou dos preceitos da Igreja, não observando sequer a obrigatoriedade básica de trazer capelães a bordo ou de comer peixe nos dias de preceito. É uma das primeiras e únicas vozes a denunciarem

¹⁶⁸ Carta de D. Fr. Pedro Jacinto Valente, escrita em Santo Antão, ao ouvidor João Gomes Ferreira. AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 81, 7 de Maio de 1756. A expressão viver numa “tebaida” ganhou o significado de viver em solidão, num retiro ou ermo. Literalmente, *Tebaida* é a designação geográfica de uma das três circunscrições do Alto Egipto, com capital em Tebas, para cujos desertos se retiraram os primitivos eremitas cristãos ou anacoretas.

¹⁶⁹ Carta régia ao desembargador Custódio Correia de Matos fazendo saber que a cônica do bispo devia ser paga na provedoria de Santiago e, caso os rendimentos fossem insuficientes ou mesmo inexistentes, seria paga pelo contrato da urzela, verba que em Lisboa seria descontada ao contratador. AHU, *Cabo Verde*, cx. 25, doc. 21, 13 de Abril de 1754. A cônica foi aumentada em 200.000 réis, a conceder ao vigário-geral e ao provisor do bispado, ou, normalmente, a um titular único que ocupava estes dois officios. Esta politica de cabimentar a cônica episcopal e a folha eclesiástica em fontes de receita eventuais, como o almoxarifado do Funchal ou outros, já vinha de longe e, geralmente, o clero raramente conseguia cobrar os montantes em dívida. O rei negociara igualmente com o referido contratador para que as suas embarcações estivessem sempre à livre disposição do serviço episcopal, ordem a que o contratador não correspondeu.

as atrozês condições a que eram sujeitos os urzeleiros, transportados em número de 200 ou 300 para as ilhas desertas, onde assistiam muitos meses na recollecção do precioso líquen, sem qualquer amparo religioso que os sacramentasse à hora da morte ou lhes desse sepultura eclesiástica e consagrada, sendo enterrados "à inglesa". Mais tarde, o bispo chegará mesmo a mover um auto cível ao contratador José Gomes da Silva, com vista a embargo dos seus bens, por conta das ordinárias que lhe devia¹⁷⁰. O bispo deixou para mais tarde a denúncia das desumanas condições de assistência material aos urzeleiros¹⁷¹.

No seguimento desta denúncia, D. Fr. Pedro Jacinto Valente vai naturalmente imputar aquela e outras críticas à Companhia do Grão-Pará e Maranhão, movendo uma verdadeira diatribe à sua actuação, que só conheceu expoente semelhante com a atitude condenatória do governador Saldanha Lobo. No "acordo secreto" de concessão do exclusivo do comércio das ilhas de Cabo Verde e suas praças anexas na Costa da Guiné, celebrado com a Coroa em 14 de Novembro de 1757, esta ficava encarregue de toda a administração das mesmas no governo político e militar, com a excepção do provimento e nomeação dos bispos, cónegos e mais ministros da jurisdição eclesiástica, e, se por um lado lhe competia o ónus do pagamento da folha eclesiástica, por outro, poderia cobrar todos os rendimentos "reais e mestrais" da ilha, nomeadamente os dízimos eclesiásticos¹⁷².

Tal como a maioria dos seus contemporâneos, o bispo preparou a sua morte, deixando estipuladas em testamento as regras protocolares do seu funeral e o local de enterramento. Na morte, como durante a sua vida, o bispo afrontou mais uma vez a sociedade de Santiago e o cabido, já que preferiu ser sepultado em frente da entrada da modesta ermida de N.^a Sr.^a da Penha de França, que ele mesmo havia mandado edificar, situada no bairro do mesmo nome na zona limítrofe da vila da Ribeira Grande de Santo Antão, onde exercera o seu múnus episcopal, em vez do sepulcro canónico na Sé Catedral da Ribeira Grande de Santiago.

¹⁷⁰ Consulta do Conselho Ultramarino sobre queixas várias do bispo de Cabo Verde; inclui requerimento do bispo sobre os montantes que o contratador da urzela, José Gomes da Silva, lhe devia, bem como o referido auto cível. AHU, *Cabo Verde*, cx. 27, doc. 39, 26 de Outubro de 1761.

¹⁷¹ Carta do bispo D. Fr. Pedro Jacinto Valente ao rei sobre as condições em que operava o contrato da urzela arrematado por José Gomes da Silva. AHU, *Cabo Verde*, cx. 25, doc. 44, 26 de Junho de 1755.

¹⁷² Ver contrato privado estabelecido entre o provedor e deputados da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Coroa de 14 de Novembro de 1757, confirmado 15 dias depois "em particularíssimo segredo". AHU, *Pará*, cx. 15, cf. António Carreira, *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, ed. Presença, 1983, pp. 272-277.

CONCLUSÃO

Maria Emília Madeira Santos

Tornadas escassas as relações com a África e o Reino, as ilhas de Cabo Verde encontraram meios endógenos para alargar o seu próprio espaço e não ficar limitadas à linha adversa dos litorais. A sociedade cabo-verdiana vai continuar a evoluir de forma acelerada e, por isso, precisa encontrar ou apenas procurar formas precoces e originais de reconversão.

As ligações internas entre as várias ilhas estabelecem-se, intensificam-se, institucionalizam-se. É a partir deste período que Cabo Verde se vai converter de simples conjunto de ilhas em arquipélago, num processo ainda experimental, mas que havia de se revelar irreversível. Até agora, cada ilha ou cada grupo de ilhas fizera a sua evolução com poucos pontos de contacto. Daqui para diante escuta-se o pulsar do arquipélago. Não poderemos mais compreender o que se passa em Santiago, sem indagar o que se verifica em Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista e nas outras ilhas pela mesma época, em circunstâncias e com actores semelhantes.

O poder local desempenhou desde o início um papel decisivo na sociedade. Quando finalmente se estende a todo o arquipélago, tal como a administração régia, em que circunstâncias funcionam, como são rendibilizados, quem ocupa os cargos, quem são os poderosos, onde está a elite? A sociedade escravocrata desmoronava-se em Santiago, mas mostrava-se mais resistente no Fogo. E nas restantes partes do arquipélago, que sucedeu aos escravos dos donatários na sua maioria alforriados pelo rei? A fome matou grande percentagem da população. Onde, quando e quanto, em cada lugar? Os povos pedem o estabelecimento de comunicações interilhas. Quem viajava, o que conduzia? O bispo saiu da ilha de Santiago, abandonou a Sé diocesana, mas permaneceu no arquipélago. Que razões o levaram a optar por outra ilha, como dirigiu a diocese a partir de um novo centro?

Corolário desta identificação de Cabo Verde como arquipélago foi o governo de Saldanha Lobo que governou todos os habitantes, todas as povoações, todas as instituições, estivessem eles em que ilha estivessem, com a mesma atenção e competência, auscultando e deliberando sobre todos os problemas no conjunto do arquipélago.

Mas outro factor, este externo, vai permitir à sociedade cabo-verdiana vencer o isolamento. Se os navios do Reino são raros e o comércio com a Costa da Guiné vai diminuindo, a função de escala marítima internacional intensifica-se e é participada por uma população livre que responde activamente, à margem das autoridades e até contra a lei vigente. Ingleses, holandeses, franceses e espanhóis ali se abastecem de frescos para enfrentar a travessia do Atlântico e, em troca, fornecem produtos de primeira necessidade.

O vazio deixado pelos reinóis só em parte foi preenchido por presenças várias e estadas curtas das tripulações, suficientes para que a população em geral tivesse acesso ao comércio miúdo feito à medida das possibilidades de cada um.

Agora os homens estrangeiros vêm apenas de passagem. Ao contrário dos séculos anteriores quando, à parte os escravos em trânsito e os tripulantes, todos tinham chegado àquela terra para ali viver. Vindos do Reino ou da costa de África, todos os habitantes, europeus e africanos, ali tinham sido estrangeiros numa primeira geração.

Agora, todos ou quase todos são “filhos da terra”, à parte os representantes do poder central e seus acompanhantes. Todos ou quase todos são mestiços. E muitos, numa maioria inacreditável, para uma sociedade que nascera e crescera escravocrata, eram livres.

Foi na segunda década do século XVII que nos deparámos com uma ruptura na sociedade cabo-verdiana, analisada e esclarecida no segundo volume da *História Geral de Cabo Verde*.

O processo não se deteve. Um século mais tarde (1727) a população da ilha de Santiago apresenta uma percentagem de 2 % de brancos, 80 % de mestiços e forros e 16 % de escravos. A primeira sociedade escravocrata do mundo atlântico é também a primeira em que a grande maioria de escravos passa à condição de forros, provocando uma mudança social abrupta, substantivada numa nova relação: antigo senhor/antigo escravo, evoluindo rapidamente para a relação que só de forma simplista se pode designar por elite/campesinato. De facto, toda a sociedade empobrece, enquanto a distância entre pobres e ricos se estreita. A falta de liquidez faz-se sentir a todos os níveis.

A antiga ordem da sociedade escravocrata foi profundamente abalada sem que entretanto tivesse passado o tempo necessário à emergência de estruturas sociais e mentais capazes de sustentar e, como tal, dar resposta ao ritmo acelerado da mudança. As clivagens sociais esbatem-se, a sociedade já não reflecte a bipolarização senhor/escravo, mas contraditoriamente a conflitualidade é exacerbada. Efectivamente, dentro da larga base populacional de 80 % de homens livres (mestiços e forros como são designados nas estatísticas) perfilam-se dois novos grupos sociais: o primeiro, o dos “homens poderosos”, “homens da governança” ou “brancos da terra” e, o segundo, o dos forros e/ou “vadios”. Aos novos grupos correspondem novas formas de acção e relações sociais que não encontram antecedentes capazes de as reger.

A nova disciplina social tem de ser inventada. A sua aprendizagem não se fará sem confrontos marcados pela violência.

O ex-escravo, o forro, como homem livre que agora é, tem capacidade de acção e de opção. Os “homens poderosos”, sem dinheiro nem berço reinol, vão legitimar-se

através do exercício de cargos de chefia no poder local e na milícia, até porque são eles, como filhos da terra, os únicos que podem ter mão nos homens forros e não os funcionários régios. Mas para que esse poder passe do papel à prática, o senado municipal precisa dos municípios, o coronel precisa do regimento e toda a milícia precisa do soldado.

O estatuto social já não depende tanto do trabalho do escravo, mas da interacção com o forro, o homiziado e seus descendentes. Estamos, pois, perante relações ainda desconhecidas.

Se a elite de "brancos da terra" quer exercer o poder precisa de subordinados, se quer ser cabeça, precisa do corpo. Ora o corpo deveria ser constituído pela grande camada da população livre e pobre. Mas os forros, que, em Santiago, se intitulavam ostensivamente "vadios", desobedeciam às ordens da câmara e não compareciam aos rebates militares. Assim, a uma oligarquia quase endogâmica, acumulando postos de chefia, não correspondia um corpo diferenciado, acabando por se produzir uma autêntica "monstruosidade política". No dizer de um jurista da época está-se perante "um corpo com tantas cabeças ou tantas cabeças sem corpo". A situação atinge a caricatura no funcionamento das milícias. Quando há um alardo, não se juntam mais de 30 homens, "todos são capitães e coronéis de si próprios".

A oligarquia funciona mais por alianças familiares, as chamadas "parcialidades", do que com o apoio de clientelas fiéis que já não pode sustentar em permanência. Não esqueçamos que o homem rico não tem liquidez.

O grupo dos "homens da governança" é de tal modo desprovido de instrumentos de execução e sobrecarregado de officios, postos, cargos e dignidades, que corre o risco de desaparecer sem base de sustentação e chega a receber claras ameaças de extermínio, quando as tropas milicianas tomam consciência do seu poder real face à fragilidade do poder ostentado pela oligarquia.

Daqui se gera um desequilíbrio interno reprodutor de comportamentos específicos que percorrem transversalmente a sociedade.

Por oposição à antiga ordem escravocrata, a nova ordem é a desordem, que parece dinamizar por repercussão toda a sociedade e se acha perfeitamente identificada, consciencializada e denominada. É o "levantamento". Os seus promotores e participantes são os "levantados", os líderes são significativamente conhecidos como "régulos".

Para que se possa compreender a abrangência deste fenómeno social, que difere, quer da acção das comunidades dos quilombos da América quer dos motins populares do Reino¹, deve dizer-se que um "levantado" ou um "régulo" pode ser um forro, um "homem da governança" e até um padre. A todos se aplicavam as mesmas qualificações, desde que participassem ou liderassem um "levantamento".

O "levantamento" é mais do que resistência, chega a ser rebelião armada, mas não é dotado da organização e unidade patente na acção concertada dos quilombos americanos. Em contrapartida, aqui, os levantamentos sucedem-se, propagam-se e, à

¹ Existe uma vasta bibliografia sobre os quilombos na América Espanhola e no Brasil e estudos de grande qualidade sobre levantamentos populares em Portugal que podem ser encontrados na Bibliografia deste volume.

medida que a sociedade se creouliza, contaminam as várias classes sociais subvertendo todas as relações civis, militares e eclesiásticas. Propagação essa que, em meados do século XVIII, se estendia já a várias ilhas.

Estamos perante a negação generalizada da ordem estabelecida. As várias jurisdições ou estão em conflito umas com as outras ou foram simplesmente esvaziadas. Todas são postas em causa, desde o senhor do escravo, passando pelo militar, até aos representantes do poder central e à justiça eclesiástica.

Aqui reside a crise provocada pela abrupta mudança social já detectada no segundo volume da *História Geral de Cabo Verde* e que agora atravessa todo o terceiro volume.

São aprendizagens precoces e intensas da liberdade e da autonomia que, embora protagonizadas por classes sociais diversas em confronto com jurisdições distintas, utilizam meios semelhantes.

No século XVII adiantado e durante o século XVIII, os casos de grupos organizados de resistentes aos “homens da governança” e às autoridades coloniais são compostos, na sua maioria, por forros. Como classe intermédia e numericamente em progressão, os forros são já decisivos na dinâmica da sociedade. Incomparavelmente mais activos na luta do que a já débil camada de escravos, eles são homens livres que já não estão a fugir ao trabalho escravo. Estão a forçar a mudança, a partir do interior da própria sociedade que não remunera o trabalho assalariado, lhes cobra rendas inoportáveis sobre terras pobres e os integra numa milícia defensora de interesses que não são os seus.

Camponeses, rendeiros, soldados movem-se dentro da mesma camada social de gente livre, pobre e solidária. Situação bem traduzida na expressão “preto não prende preto”. Na verdade “negros forros, régulos e levantados” afrontavam a justiça com a cumplicidade da população, terminando por percorrer a ilha, numa espécie de desfile triunfal, demonstrativo da sua temeridade. Não sabemos onde terminava o aplauso e começava o medo da pilhagem por parte das populações sujeitas à passagem destes bandos armados. A verdade é que necessariamente se renovavam tensões sociais tão fortes ou mais do que as existentes na sociedade escravocrata.

A resistência dos soldados ao cumprimento de ordens que visavam os seus pares produzia um vazio desestabilizador tanto ao nível do poder judicial como militar. Na prática, este vazio de poder era compensado pelos “homens da governança” que criavam, às suas custas, uma falsa, mas temível demonstração de poder institucional do exército miliciano. Eram bandos armados recrutados com vista na pilhagem ou recompensas pontuais. Tais bandos heterogéneos actuavam em duas frentes: na repressão e inviabilização de levantamentos e na promoção de outros levantamentos.

Na primeira frente os “homens da governança” exerciam abusos para com todos os seus inferiores e subordinados, vexando escandalosamente aqueles povos com violências, injúrias, castigos e ameaças. Exacerbavam afinal a desordem, quando figuravam estabelecer uma ordem que, já não sendo a escravocrata, e recusando-se o forro ao trabalho assalariado, só podia ser a extorsão, a violação e a compulsão.

E na segunda frente, contra quem se levantava a oligarquia cabo-verdiana? A oligarquia levantava-se contra as autoridades coloniais. Punha assim em causa a

jurisdição intermédia, reclamando a articulação directa ao rei. As frequentes vacaturas deram às câmaras municipais, ao exército miliciano, ao cabido – e, por consequência, às famílias poderosas que ali ocupavam os cargos de chefia – uma aprendizagem governativa e a capacidade de autogestão dos negócios públicos como delegados do poder central.

O confronto atingiu frequentemente o topo da hierarquia: quando, por exemplo, um capitão-mor desobedece às ordens do governador, usa armas contra ele e, desprezando a decisão judicial, termina com uma manifestação de força, exibindo-se e assolando toda a ilha de escravos e “vadios”, acompanhado do seu bando armado.

As lutas violentas entre a oligarquia e as autoridades coloniais – governador e ouvidor –, que emergem recorrentemente em Santiago ao longo deste período, só podem ser compreendidas quando se conhece este cenário e estes actores. “Vadios” executantes ao serviço de coronéis mandantes, como foi o caso dos assassinatos consecutivos de ouvidores.

Quando dizemos que o fenómeno atravessa transversalmente toda a sociedade, incluímos os próprios membros da Igreja. Durante o século XVII, todo o corpo eclesiástico foi sendo preenchido por “filhos da terra”. A insatisfação do clero africano, relativamente à hierarquia da Igreja era já bem conhecida no primeiro quartel do século XVIII, quando se falava de existência de “padres que andam levantados” contra o “miserável estado a que chegou a justiça eclesiástica”. A capacidade de liderança de um modesto pároco de uma humilde paróquia podia gerar um movimento contra o vigário-geral e o próprio bispo, agregando a si outros párocos que andavam “publicamente levantados”, leigos revoltados contra a justiça eclesiástica e até mesmo o ouvidor. Os eclesiásticos também sabiam servir-se de “forros” armados para pressionar o bispo, mas conheciam formas mais subtis para fazer alastrar o levantamento, como seja, falar na homilia e fazer correr abaixo-assinados.

Ao contrário do que aconteceu na Europa do século XVII, com revoltas antifiscais e outras, o “levantamento”, em Cabo Verde, não se vai resolver pelo restabelecimento da ordem imposta de cima para baixo.

Os fortes desequilíbrios resultantes do desmoronamento da ordem escravocrata e da “monstruosidade política” que se lhe seguiu geram levantamentos que raramente são dominados. O excesso de energia que se desprende de cada levantamento não se consome, só aparentemente se dilui após o “desfile triunfal”, funciona antes como rastilho para desencadear um outro desequilíbrio latente.

A divergência de interesses entre os vários grupos e a gestão dos conflitos não permitem uma convergência de acções com vista a um fim comum. Mas o aparente desencontro das acções esconde a sua coerência: a longa crise interna reside na busca de uma nova ordem e a aprendizagem desta só se pode fazer através da desordem.

É a instalação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, com a própria intervenção do marquês de Pombal, que faculta a toda a população em geral um inimigo comum, presente em todos os aspectos da vida do arquipélago. Os interesses do rico e do pobre são igualmente lesados: os cargos ocupados, o comércio externo monopolizado, os preços dos produtos importados elevados, os preços dos produtos exportados estacionários ou mesmo aviltados, o próprio comércio miúdo apropriado.

A companhia impõe a ordem colonial sustentada por suportes jurídicos, meios materiais e humanos que, por sua vez, põe ao serviço da política absolutista, quando um castigo “exemplar” se abate sobre a oligarquia da terra. A população sente em conjunto o peso da colonização e encontra um objectivo comum sobre o qual podem começar a convergir energias díspares. Nessa convergência das partes pode estar o germen de reorganização identitária.

A grande tarefa desta sociedade singular – a de inventar a sua própria ordem – não termina aqui, mas “pode dizer-se que o século XVIII é o momento íntimo do nascimento da nação cabo-verdiana, após um período de gestação, ocorrido ao longo dos séculos anteriores”².

² A frase que acima se transcreve é da autoria de dois autores deste volume, Iva Cabral e Ilídio Baleno. Não se encontra ainda publicada, mas, com a devida autorização, coloquei-a no lugar que me pareceu certo.

APÊNDICE

Governadores de Cabo Verde: 1640-1781

por Iva Cabral e Maria João Soares

Nome	Categ. social	Carta	Posse	Fim	Observações
João Serrão da Cunha		5/6/1640	1640	†10/1645	Por sua morte o bispo D. Fr. Lourenço Garro foi escolhido como governador interino e depois da sua morte em 1/11/1646 a câmara ficou na posse do governo até 1648.
Roque Barros do Rego		10/6/1647	10/5/1648	15/11/1648	Após a sua morte, a câmara ficou a governar.
Gonçalo Gamboa de Aiala		12/6/1649	29/6/1650	† 9/10/1650	Foi anteriormente capitão-mor e feitor de Cacheu provido a 16/7/1641. Por sua morte a câmara escolheu como governador interino Pedro Semedo de Cardoso.
Pedro Semedo de Cardoso			16/10/1650		Era capitão da Milícia; mandou tirar devassa de um levantamento de forros contra os "brancos" de Santiago, em 1652, e no resultado desta mandou prender o ouvidor Manuel Pais de Aragão, devido a desavenças pessoais, procedimento que foi julgado incorrecto.
Jorge Mesquita de Castelo Branco		13/7/1651	24/12/1651	Preso em finais de 1652	Teve regimento em 12/12/1651; foi mandado sucessor antes de completar o termo; foi sujeito a devassa pelo ouvidor João Carneiro de Moraes e preso na Fortaleza de S. Filipe e depois mandado para Lisboa.
Pedro Ferraz Barreto		19/10/1652	21/4/1653	Meados de 1658	Foi devassado pelo sindicante Dr. António Pereira de Sousa e pelo ouvidor Manuel da Costa Palma.
Francisco de Figueiroa		1/4/1656	31/7/1658	Abril de 1662	O ouvidor Manuel da Costa Palma tirou residência do seu mandato, encontrando várias irregularidades. Teve graves conflitos com a Câmara da Ribeira Grande e com o capitão-mor de Cacheu Manuel Dias Cotrim, nomeando em seu lugar António da Fonseca Ornelas.
António Galvão	Fidalgo	29/12/1661	12/5/1663* 19/5/1663	1667	Ficou em terceiro lugar no concurso. Teve conflitos com a câmara e com o ouvidor Manuel da Costa Palma. O seu mandato foi sujeito a devassa pelo governador Manuel da Costa Pessoa, depois concluída pelo ouvidor Manuel Coelho Feio, em 1667.
Manuel da Costa Pessoa	Fidalgo e tenente-general de cavalaria.	1/2/1667	21/5/1667	1670	O morador e juiz da Câmara da Ribeira Grande, Francisco de Lemos Coelho, dedicou-lhe a sua obra de descrição da Guiné, que lhe teria sido por ele solicitada ¹ . Foi impulsor da Companhia de Comércio de Cabo Verde e Cacheu. Em 16/1/1671 foi dado parecer favorável à companhia em consequência do contrato e, devido a este, teve novos capítulos no seu regimento. Já depois do seu governo propôs-se integrar a companhia.

¹ *Dois Descrções Seiscentistas da Guiné*, 2.ª ed., introdução e anotação de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990

* Data da chegada a Santiago

Manuel Pacheco de Melo		10/7/1670	25/5/1671	1673	Em 20/10/1671 teve novos capítulos no seu regimento que consagra as consequências comerciais das pazes celebradas com as nações europeias na sequência do reconhecimento diplomático da nova dinastia. Teve instruções para inquirir sobre o funcionamento do oficialato em Cacheu e para tentar fazer a sua fortificação. Tirou inquirição ao capitão-mor de Cacheu, Manuel Moniz de Mendonça.
João Cardoso Pizarro		1674	30/6/1676	† 20/8/1676	O ofício teve novo regimento em 10/5/1671. Casou em Santiago. Depois da sua morte, o bispo D. Fr. Antônio de S. Dionísio recusou o governo interino, ficando a câmara a governar.
Manuel da Costa Pessoa		29/3/1678	4/1678	1682	Foi nomeado pela segunda vez a pedido da Câmara da Ribeira Grande, que governava interinamente. Em 1679, acudiu às revoltas dos chefes felupes de Mata de Putama e Monpatás contra Cacheu. Existiram rumores de um atentado contra a sua vida.
Inácio de França Barbosa		7/1/1680	10/10/1682	1687	Como não podia tomar posse imediatamente, o governo foi provido interinamente em Duarte Teixeira Chaves que nunca chegou a tomar posse. Teve nova carta de governador depois das escusas de Duarte Teixeira Chaves e Francisco da Silva de Moura e Azevedo. A residência do seu ofício foi tomada pelo ouvidor Manuel da Costa Ramalho. Acudiu com socorro aos levantamentos de Cacheu em 1685/86.
Veríssimo de Carvalho da Costa		3/5/1686	28/2/1687* 19/6/1687	1687	Já concorrera a governador em 1682, sendo preterido a favor do seu antecessor. Em 1687, passou a Cacheu para resolver o caso da chamada revolta de Bibiana Vaz e só depois tomou posse; em 1687, logo pediu dispensa do seu ofício e licença para regressar ao Reino, o que fez em 20/10/1687 sem licença régia. O bispo D. Fr. Vitoriano Portuense tomou posse interina do governo até 1/3/1690. Foi-lhe tomada residência favorável pelo ouvidor Manuel Delgarte da Costa.
Diogo Ramires Esquivel	Fidalgo		28/2/1690	16/12/1690	Ficou a governar a câmara com o ouvidor Manuel Delgarte da Costa por adjunto até 1692.
Manuel Antônio Pinheiro da Câmara		18/1/1692	1692	Finais de 1694	A primeira escolha recaiu em Francisco de Pita Malheiro que desistiu do cargo. Manteve grave conflito com o bispo D. Fr. Vitoriano Portuense.
Antônio Gomes Mena		20/2/1695	21/4/1696	† 11/11/1697	Para este concurso de governador apenas existiram dois opositores, e o Conselho Ultramarino considerou não ser necessário o foro de fidalgo. Teve ordem para arrendar e remeter para o Reino os rendimentos das ilhas de S. Nicolau e S. Vicente que, por morte sem sucessão do donatário, passaram para a Coroa. Por sua morte ficou a governar a câmara.
Antônio Salgado		4/11/1697	13/4/1698	24/5/1702	Foi o único opositor ao cargo.
Jorge Cotrim de Melo		10/2/1702			Não aceitou o cargo.

* Data da chegada a Santiago.

Gonçalo de Lemos Mascarenhas		12/4/1702	24/5/1702* 25/5/1702	1706	Todos os poderes locais – bispo, ouvidor, câmara e capitão-mor da Praia – se manifestaram contra “absurdos” do seu governo e comportamentos irregulares. Por sua morte ficou a governar a câmara.
Rodrigo de Oliveira da Fonseca	Cavaleiro da Ordem de Cristo; natural de Santiago		26/10/1707	† 4/12/1707	Em 1685, foi capitão-mor de Cacheu e aí serviu nas revoltas de 1685 e 1693; em 1699 foi nomeado por D. António Salgado capitão-mor de Bissau, posto que exerceu até 1702. Casou em Santiago. Depois da sua morte ficou a governar a câmara.
José Pinheiro da Câmara	Capitão de Infantaria	12/2/1710	19/11/1711	1715	Foi capitão-mor de Cacheu em 1694. Foi o primeiro capitão-mor de Bissau e ouvidor de Bissau com regimento de 1696. Como chefe militar máximo, não acudiu prontamente ao ataque dos franceses à Praia e Ribeira Grande, em 1712; na sequência deste episódio, D. João V retirou-lhe o governo e foi enviado preso a Lisboa.
Manuel Pereira Calheiros e Araújo			29/4/1715	20/6/1715	Prendeu e remeteu o seu antecessor para o Reino. Suspeita-se da sua morte por envenenamento, tal como aconteceria pouco tempo depois ao ouvidor Miguel de Freitas Teixeira. A câmara ficou a governar interinamente.
Serafim Teixeira Sarmiento de Sá		16/12/1715	6/4/1716	1720	Em 1718, esteve eminente uma luta aberta com o capitão-mor da vila da Praia, João Nunes Castanho. Queixou-se da inação do ouvidor Brás Brandão de Sousa.
António Vieira		11/3/1720	8/9/1720* 28/9/1720	† 4/1/1725	Em 1724, obteve um aumento do ordenado dos governadores de 3000 para 4000 cruzados, resultado de legislação prévia que proibia o comércio aos oficiais ultramarinos. Em 1723, prendeu e enviou para Lisboa o ouvidor Manuel Carneiro Ramos. Foi assassinado.
Francisco Manuel da Nóbrega de Vasconcelos	Serviu nos estados do Pará e Maranhão	1725	24/1/1726	1728	O seu processo de nomeação começou em 1723, data do fim do triénio do seu antecessor. Em 1728, fugiu para a Guiné por culpas no assassinato do ouvidor Sebastião de Bravo Botelho. O ouvidor José da Costa Ribeiro considerou-o responsável por aquele assassinato, o que foi corroborado na sindicância para o efeito elaborada por João Pereira Barroso, em 1732.
Francisco de Oliveira Grans		10/7/1729	23/12/1728* 23/12/1728	30/3/1733	Em 1730, foi-lhe pedida informação do Reino sobre a erva “urzel” das ilhas de Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau e Brava; em 1731, arrendou localmente a urzela a mercadores estrangeiros. Pediu a demissão do primeiro capitão-mor de Santo Antão, Sebastião de Mendonça e Zuniga, e queixou-se igualmente do exercício irregular do capitão-mor de Cacheu, João Perestrelo.
	Nasceu em 1687 em Moura; cavaleiro da Ordem de Cristo	1/1732	30/3/1733* 30/3/1733	Janeiro de 1737	Em 1740, o ouvidor António de Pinho tirou residência do seu ofício. Segundo fontes posteriores, apoiou um pretenso projecto de povoamento de S. Vicente a cargo de um João de Távora em 1734, que no entanto acabou por não ter efeito.

* Data da chegada a Santiago

José da Fonseca Barbosa	Sargento-mor	1/5/1736	28/2/1737	† 7/8/1738	Só se opuseram ao cargo dois candidatos. Depois da sua morte, a câmara assumiu o governo interinamente.
Cristóvão Palha de Almeida		27/10/1739			Não chegou a tomar posse por entretanto falecer no Reino, permanecendo o governo da câmara.
João Zuzarte de Santa Maria	Natural de Santarém	21/2/1741	1742	c. 1751 † 1/1752	Em 1740, foi o único opositor ao cargo e alcançou um aumento do soldo para 6000 cruzados. Em 1743, queixou-se dos abusos do capitão-mor de Santo Antão, Francisco de Lima e Melo, e no ano seguinte deu conta do levantamento de alguns moradores de Santo Antão contra o mesmo, que foi preso e deposto. O ouvidor Francisco Xavier de Araújo estava incumbido de fazer a residência do seu ofício, de que pediu escusa, acabando por ser feita pelo sindicante Custódio Correia de Matos. Teve graves conflitos com o deão Bernardo Lopes Martins que cercou a fortaleza com gente armada. Morreu em Santiago.
António José d'Eça e Faria	Fidalgo; cavaleiro da Ordem de Cristo	6/3/1751	5/6/1751	† 7/1751	Em 1749, opuseram-se três pessoas ao cargo e foi ele o escolhido por os outros dois candidatos não terem os requisitos mínimos. Solicitou a patente de capitão-general e segundo Senna Barcellos obteve-a. A câmara ficou a governar interinamente.
Luís António da Cunha d'Eça		6/1752	8/1754*	3/1757	Teve grandes conflitos com o ouvidor João António da Silveira e Sampaio. Remeteu para o Reino os poucos papéis remanescentes das acções de sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos. Chegou a temer-se que sucedesse novo clima de guerra civil entre o governador e o capitão-mor da Praia, Francisco Álvares de Almada. Ficou aparentado com as principais famílias da terra. Passou à ilha do Maio onde vendeu patentes militares que depois não registou e criou de novo ofícios militares na Brava. Em 1756, teve um conflito armado com o cabido.
Manuel António de Sousa Meneses		21/6/1756	26/3/1757* 27/3/1757	6/10/1761	Tem uma atitude dúbia relativamente à Companhia do Grão-Pará e Maranhão: inicialmente pediu a extinção dos seus privilégios, mas posteriormente afirma que foi responsável pelo aumento do negócio. Foram-lhe sequestrados diversos bens, fruto de desvios que fez na alfândega e nas casas da companhia.
Marcelino Pereira de Ávila	Cavaleiro da Ordem de Cristo; alferes de granadeiros	20/12/1760	6/10/1761* 11/10/1761	† 3/11/1761	Foi promovido a tenente-coronel. O ouvidor João Vieira de Andrade afirma que existem suspeitas de que foi morto por envenenamento. A câmara ficou a governar interinamente durante um longo período.
Bartolomeu de Sousa Brito Tigre	Tenente de Infantaria	30/8/1763	19/2/1764* 22/2/1764	12/1766	Foi promovido a coronel de Infantaria. Seguiu de Lisboa em companhia do ouvidor João Gomes Ferreira em duas naus de guerra, com o objectivo de cooperarem na prisão dos suspeitos da morte do ouvidor João Vieira de Andrade, com o qual se viria a incompatibilizar. Aproveitou a organização da expedição para a construção da fortaleza de Bissau para se livrar de todos os pronunciados em crimes.

* Data da chegada a Santiago.

João Jácome Henrique Baena		30/8/1763	25/12/1766* 27/12/1766	† 4/5/1767	Foi promovido a tenente-coronel; chegou a Santiago junto com o ouvidor Dionísio Gonçalves Branco e ambos já tiveram casas de residência na Praia. Colaborou com os administradores da Companhia do Grão-Pará e Maranhão na preparação de nova expedição para Bissau. Sucedeu longo período de governo interino da câmara até 12/12/1769.
Joaquim Salema Saldanha Lobo	Fidalgo	25/11/1768	8/12/1769* 13/12/1769	† 3/3/1776	Obteve a patente de tenente-coronel e depois de capitão-general. Da sua iniciativa resultou o alvará régio de 12/12/1770, para que nos governos interinos nunca mais sucedesse a câmara, mas uma junta composta pelas autoridades eclesiástica, judicial e militar supremas. Fez regimentos para os capitães-mores das outras ilhas, tal como regulamentou as milícias. Manifestou-se sempre contra os administradores da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, sobretudo Maurício José da Silva Cardoso. Em 1770, manda fazer devassa ao capitão-mor do Fogo, Marcelino José Jorge Henriques, e mandou averiguar sobre o levantamento dos escravos em Santo Antão contra o administrador Manuel de Lima e Melo, filho daquele. Em 1772, percorreu os portos de Santiago, regulando as guarnições e jurisdições dos oficiais dos portos. Durante a grande fome de 1773/75, organizou o socorro, envio e distribuição dos mantimentos às diversas ilhas. Mandou sindicat o caso da venda de pessoas livres nas ilhas de S. Nicolau e Brava durante a fome. Depois de falecer na Quinta do Bom-Pau, foi sepultado na sé catedral no jazigo dos cônegos. Sucedeu um governo interino.
António do Vale de Sousa Meneses		10/3/1777	21/5/1777	1781	Era filho de Manuel António de Sousa Meneses que já fora governador. Requisitou a construção de uma casa para residir na Praia por não estarem capazes as da Ribeira Grande. O rei fez saber que a Companhia do Grão-Pará e Maranhão fora extinta e que as ilhas passariam à forma antiga de administração e foram criados novos postos da fazenda nas ilhas periféricas para arrecadar os direitos alfandegários e outros rendimentos. Tentou, sem êxito, obrigar os moradores da Ribeira Grande a reedificarem as casas em ruínas, bem como o paço episcopal e a Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição. Pediu para ir visitar todas as ilhas porque os capitães-mores não cumpriam as suas ordens, requisitando para esse fim uma embarcação.
Duarte de Melo Silva e Castro		7/8/1780	19/2/1781	19/3/1781	Governou apenas durante um mês e para "promover a felicidade dos povos" pediu professores de Retórica e Filosofia.

* Data da chegada a Santiago.

Ouvidores de Cabo Verde
por Iva Cabral e Maria João Soares

Nome	Qualificações e cat. social	Provimto	Posse	Fim	Observações
António de Barros	Licenciado	1652	1653		
João Homem de Meneses	Licenciado	1/2/1654		19/9/1656	Serviu de provedor da fazenda e dos defuntos, órfãos e ausentes. Queixou-se do governador Pedro de Ferraz Barreto por prática comercial indevida e intromissão nos assuntos da fazenda. A sua morte foi considerada suspeita.
Belchior Teixeira Cabral	Cavaleiro-fidalgo da casa real; serviço na Índia e na restauração do Brasil	1657	1659	1662	Não era ouvidor letrado. Foi provido por 4 meses como provedor da fazenda e provedor dos resíduos, capelas e órfãos. Foi pouco antes capitão-mor de Cacheu por ausência de Gonçalo Gamboa de Aiala.
Manuel da Costa Palma	Licenciado		1663	1664	Ida com poderes de juiz sindicante. Fez devassa do governador Pedro Ferraz de Barreto e tinha ordem para tomar residência nos governadores António de Galvão e Francisco de Figueiroa, bem como ao ouvidor Belchior Teixeira Cabral. Deslocou-se a Cacheu para devassar o capitão-mor António da Fonseca Ornelas, que acabou por vir preso a Lisboa. Pelos seus serviços, foi recompensado com a beca e o hábito de Cristo com uma pensão de 40.000 réis.
Manuel da Costa Feio	Licenciado	3/8/1665	1665	1667	Foi provido como provedor da fazenda, bem como provedor das capelas, resíduos e órfãos. Fez devassa ao governador António de Galvão.
Domingos de Figueiredo Relvado	Natural do Reino e licenciado		1668		Era morador de Santiago, onde foi capitão, sargento-mor e juiz da câmara; serviu como provedor da fazenda. Carta de ouvidor interino.
Manuel Correia de Lacerda	Era provavelmente natural de Santiago; cavaleiro da Ordem de Cristo	28/11/1668	1669		Teve carta de ouvidor interino. Tomou conta do procedimento do capitão-mor de Cacheu, Manuel Moniz de Mendonça.
João Rodrigues da Serra	Licenciado	9/7/1671	1672	Finais de 1674	Foi provido nesta qualidade por o cargo ter ficado vago devido ao cativo em Argel do ouvidor provido, Francisco Pereira. Serviu igualmente de provedor da fazenda. Em finais de 1676, foi provido como ouvidor na capitania de Pernambuco.
Francisco Pereira	Bacharel	25/2/1675	1675	Finais de 1684	Teve carta de ouvidor em 17/1/1670, mas ficou cativo dos mouros de Argel por 5 anos e depois de solto teve nova carta de ouvidor; teve regimento em 1674; foi em correição pela ilha de Santiago. Casou na ilha de Santiago. Serviu muito além do seu triénio e por morte do governador João Cardoso Pizarro, em 1676, a câmara ficou a governar interinamente.

Luis Rodrigues Belo	Licenciado	26/3/1685	1685	1688	Na mesma data em que teve carta de ouvidor, saiu uma provisão régia que unia o cargo de ouvidor aos de provedor da fazenda, dos defuntos, ausentes e órfãos (a partir desta provisão, estes ofícios andarão, quase sempre, unidos num só titular).
Manuel Delgarte da Costa	Licenciado	26/11/1687	19/4/1688	20/4/1693	Em 1689, queixou-se do governo interino do bispo D. Fr. Vitoriano Portuense por usurpar a jurisdição régia. Tirou residência ao governador Veríssimo Carvalho da Costa e devassa do capitão-mor de Cacheu Diogo Monteiro Coelho.
João Coimbra Socio	Licenciado	23/2/1693	4/1693*	6/1700	Em 1693, deu parecer favorável à divisão da Ribeira Grande em 2 freguesias, proposta pelo bispo D. Fr. Vitoriano. Veio para o Reino sem licença.
António da Fonseca Escobar	Licenciado		2/4/1701	†12/1701	
Manuel de Azevedo Soares	Nat. de Lamego; licenciado; cav. da Ordem de Cristo e juiz de fora de Melgaço e Beja		1702		Foi-lhe prometido um lugar sem concurso na Relação da Baía onde exerceu e, em 1719, passou a desembargador da suplicação. Saiu rapidamente de Cabo Verde por dissensões com os principais da terra.
António Coelho de Melo	Morador de Santiago		1703	1703	Na qualidade de juiz mais velho serviu de ouvidor interino.
Afonso Rodrigues Sampaio	Licenciado	1703	1705	5/1706	Terminava o seu triênio em Março, mas foi exonerado pelo governador Gonçalo de Lemos Mascarenhas.
Francisco Lopes de Beja Vilarinho			1706	Início de 1707	Foi suspenso pelo mesmo governador.
Xavier Lopes Vilela	Licenciado	1709	7/1709*	1715	Em 1711, passou a Cacheu para proceder ao sequestro dos bens do capitão-mor António Moniz da Silva. Embora o seu triênio terminasse em 1712, permaneceu em Santiago até 1715, para provar a sua inocência nas irregularidades que lhe foram apontadas. Foi considerado inapto para tirar devassa do caso do ataque dos franceses.
Miguel de Freitas Teixeira	Licenciado	17/3/1713	29/4/1715	†10/6/1715	Ia com poderes de sindicância sobre a invasão dos franceses. Existem suspeitas de que teria sido assassinado, tal como acontecera dois meses antes ao governador Manuel Pereira Calheiros e Araújo.
Brás Brandão de Sousa	Licenciado	11/11/1717	1718	1720	Em 1718, tirou devassa de um levantamento e motins ocorridos em Cacheu; em 1719, saiu sem licença para a Guiné, correndo depois o rumor que teria seguido para o Brasil.
Manuel Carneiro Ramos		18/6/1720	27/9/1720* 28/9/1720	Finais de 1723	Tirou residência ao seu antecessor. Em 1721, teve ordem para tirar residência ao que tinha sido capitão-mor da vila da Praia, João Nunes Castanho. Ficou privado para sempre do serviço régio. Em 1723, foi preso pelo governador António Vieira e enviado para o Reino.

* Data da chegada a Santiago.

Sebastião de Bravo Botelho	Filho de Antônio de Bravo Botelho, meirinho dos pinhais reais em Leiria; licenciado	1723	23/1/1724* 25/1/1724	†19/2/1728	Pede a reforma do regimento da alfândega de 1696, sendo o primeiro provedor a pô-lo em prática. Foi a Santo Antônio tomar posse régia da ilha, em Agosto de 1727. Na madrugada de 17/2/1728, uma larga força armada investiu sobre sua casa para o prender. Daqui resultou a morte do seu tio Sebastião Pereira, do seu irmão Manuel Caetano, bem como do próprio ouvidor, junto ao Convento de S. Francisco, onde se tentou refugiar.
José da Costa Ribeiro	Natural da Madeira; cavaleiro da Ordem de Cristo; licenciado e desembargador	4/10/1728	5/2/1729	1740	Foi o primeiro ouvidor togado de Santiago. Devia tomar residência ao seu antecessor e para sindicat o governador Francisco da Nóbrega de Vasconcelos, no que toca ao assassinato de Sebastião de Bravo Botelho; é o grande responsável pela implantação de um aparelho administrativo nas ilhas do Barlavento, Maio e Brava, em 1731/32, conforme lhe fora sugerido pelo Conselho Ultramarino, em 1727. Percorreu várias ilhas em correição, nomeadamente Santo Antônio, S. Nicolau e Boa Vista, bem como a Guiné, para fiscalizar a acção do capitão-mor de Cacheu, João Perestrelo. Teve conflitos com o governador Bento Gomes Coelho, chegando a refugiar-se no Convento de S. Francisco. Em 1738, tratou da arrecadação dos rendimentos da ilha Brava e informou das irregularidades do feitor de Santo Antônio e das suas tentativas para submeter S. Vicente à sua jurisdição.
Antônio Pinho	Bacharel	29/10/1739	14/1/1740	†10/6/1740	Fez residência ao governador Bento Gomes Coelho; pede o fim da apelação das sentenças ordinárias e que os réus e processos sejam remetidos ao Reino; segundo o Anônimo de 1784, correu o rumor de que teria morrido envenenado; o ofício de ouvidor ficaria vago por quatro anos e sucederam-se vários ouvidores interinos.
Inocência Alves da Silva	Desembargador e letrado	4/5/1743	29/5/1744	1749	Teve grandes conflitos com o governador Zuzarte de Santa Maria e com o capitão-mor do Fogo, Caetano de Melo e Albuquerque; foi em correição ao Fogo, Santo Antônio, Boa Vista e Cacheu, onde tirou residência ao capitão-mor. Foi destituído pelo rei, com base em parecer do Conselho Ultramarino.
Francisco Xavier de Araújo	Desembargador	23/10/1748	19/12/1749	10/2/1754	Residia em Cabo Verde; tomou o partido do ouvidor cessante e abriu também hostilidades com o governador Zuzarte. Foi em correição às ilhas do Barlavento; como se mantinha a inépcia da justiça foi destituído sumariamente em 1753, após um ano e meio de serviço. O juiz mais velho da câmara serviu de ouvidor interino.
João Antônio da Silveira e Sampaio		28/9/1753	10/2/1754	1756	Seguia com instruções rigorosas para inquirir, dos seus antecessores e do governador Zuzarte de Santa Maria, devassas que nunca chegou a completar. Teve conflitos com o governador Antônio da Cunha d'Eça, cabido e bispo. Foi em correição a todas as ilhas, onde foi acusado de roubar nas feitorias. Abandonou o posto, tornando os oficiais da câmara a servir de ouvidores interinos.
Amaro Luis Mesquita Pinto	Desembargador; serviu em Sergipe	17/3/1757	1/1758	†18/1/1758	Tirou residência ao seu antecessor. A sua morte foi considerada suspeita.
Carlos José Soto de Matos	Desembargador e cavaleiro da Ordem de Cristo	6/1/1761	6/3/1761	†28/5/1761	Em 1761, redigiu um relato sobre os inconvenientes da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, sendo manifestamente contrário à sua presença. Tinha ido ao Fogo em correição e 18 dias depois de aí ter chegado faleceu, sendo a sua morte considerada suspeita. Os oficiais da câmara ficaram novamente com a ouvidoria interina.

* Data da chegada a Santiago.

João Vieira de Andrade		16/11/1761	17/12/1761	†13/12/1762	Tinha residência na vila da Praia; em 1762, foi assassinado publicamente na sua casa na vila da Praia e a devassa sobre a sua morte só ocorre em 1764. A seguir à sua morte sucederam vários ouvidores interinos.
João Gomes Ferreira	Desembargador e cavaleiro da Ordem de Cristo	12/9/1763	21/2/1764		Vinha nomeado por 6 anos; fez as prisões relacionadas com o caso do assassinato do ouvidor João Vieira de Andrade e logo se incompatibilizou com o governador Bartolomeu de Sousa Tigre. Foi em correição pelas ilhas. Foi suspenso antes do fim do triénio.
Bernardo Ramires			1764		A câmara ficou com a ouvidoria interina.
Dionísio Gonçalves Branco	Desembargador	15/11/1766	25/12/1766*		Vinha nomeado por 6 anos; chegou junto com o governador João Jácome Baena Henriques e não tinha quaisquer bens próprios quando veio, pelo que logo aceitou presentes e pediu dinheiro emprestado. Tinha residência na Praia.
João Gomes Ferreira	Desembargador e cavaleiro da Ordem de Cristo		26/9/1770* 28/9/1770	1775	O seu segundo mandato foi solicitado pelo governador Saldanha Lobo. Em 1771, prendeu o seu antecessor e remeteu-o a Lisboa, mandou tirar auto do administrador-geral da companhia Maurício José Cardoso, de que resultou a sua prisão e envio para Lisboa. Saiu em correição pelas ilhas; teve ordem para remeter 400 criminosos e os mais que encontrasse para a expedição da construção da Fortaleza de Bissau; foi à Guiné devassar dos conflitos entre o capitão-mor de Bissau, Sebastião da Cunha, e o administrador da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e depois seguiu para Lisboa. Ficou a servir de ouvidor interino, Manuel Tavares da Silva.
Francisco de Sá Sarmiento	Desembargador e cavaleiro da Ordem de Cristo		3/1780	3/1781	

* Data da chegada a Santiago.

Sindicantes de Cabo Verde

por Iva Cabral e Maria João Soares

Nome	Carta	Posse/Final		Observações
Dr. Manuel da Costa Ramalho	17/12/1687	15/4/1688*	†4/1689	Tinha por objectivo essencial syndicar o caso "Bibiana Vaz" e o consequente levantamento que ocorrera em Cacheu em 1686. Devia também tirar residência ao governador Inácio Barbosa França. Em 1688, foi investido de vastos poderes judiciais: podia servir de juiz em Cabo Verde e Cacheu e conhecer todas as causas já movidas ou por mover, bem como dar apelação às acções já iniciadas; podia fazer modificações nos direitos em Cacheu. Solicitou ao rei o ofício de provedor da fazenda e obteve parecer favorável, faleceu na Guiné e os papéis da sua sindicância foram enviados por via eclesiástica.
Desembargador Dr. Manuel Lopes de Barros	12/1690	8/2/1690*	1692	A sua sindicância tinha os mesmos objectivos da do seu antecessor: assuntos da fazenda e continuação da devassa em Cacheu para onde devia seguir em direitura. Demitiu o capitão-mor Diogo Monteiro Coelho, nomeado pela Câmara de Santiago, e que tinha saído por culpado na devassa tirada pelo ouvidor Manuel Delgarte da Costa. Fez eleger entre o povo de Cacheu o capitão-mor Santos Vidigal Castanho. Como resultado final da sindicância conseguiu perdão régio para os culpados no caso da revolta de Bibiana Vaz que seriam soltos se pagassem a pena pecuniária estabelecida. Fez novo regimento para a alfândega de Santiago aprovado pelo rei em 12/5/1696 de que se queixaram os moradores de Santiago, e que só viria a ser posto em prática pelo ouvidor Sebastião de Bravo Botelho. Já no Reino iria ascender ao posto de corregedor do cível da corte (1704) e desembargador dos agravos da Casa da Suplicação (1705).
Desembargador João Pereira Barroso	30/1/1732	3/1732	6/1732	Dada a impossibilidade do ouvidor José da Costa Ribeiro tirar devassa imparcial do assassinato do ouvidor Sebastião de Bravo Botelho em 1728, foi nomeado para este efeito e só chegou a Santiago mais de quatro anos depois do crime. A questão já estava ultrapassada porque já haviam fugido ou morrido muitos dos que se encontravam implicados, nomeadamente o capitão Nicolau Roiz, o capitão de Infantaria Martinho Tavares da Fonseca, o sargento-mor Agostinho Rebelo e o capitão Domingos Lopes de Campos. Limitou-se essencialmente a prender alguns operacionais e ao sequestro dos bens daqueles e em Junho regressa a Portugal. O governador Oliveira Grans sugeriu, a seu conselho, um perdão geral para os culpados, e, apesar da oposição do Conselho Ultramarino, o rei concedeu-o em 7/11/1732.
Dr. Custódio Correia de Matos	12/1750	29/4/1752*	†2/6/1754	Natural da Baía; licenciou-se em Coimbra em 1735 e em seguida leu no Desembargo do Paço do Porto; em 1739 foi nomeado ouvidor do Piauí (Brasil). Veio para Cabo Verde na sequência dos exercícios desastrosos dos ouvidores Francisco Xavier de Araújo e João António Silveira e Sampaio e dos seus conflitos com o governador Zuzarte de Santa Maria. Exigiu e obteve o hábito de Cristo e a beca e foi-lhe concedido lugar na Desembargação do Porto sem necessidade de concurso. Tinha poderes muito vastos, que iam desde a sindicância ao capitão-mor da Praia e ouvidor Silveira e Sampaio à sindicância da fazenda, podendo mesmo nomear oficiais localmente para o acompanharem na sua sindicância. Logo que chegou a Santiago seguiu em sindicância para S. Nicolau, realidade a partir da qual elaborou o seu famoso regimento que viria a vigorar, com algumas alterações a partir de 1792 por ordem da Real Junta da Fazenda das Ilhas de Cabo Verde. Regressou a Santiago em 1754 para assistir à posse do bispo D. Fr. Pedro Jacinto Valente e pouco tempo depois morreu com as habituais suspeitas de assassinato.

* Data da chegada a Santiago.

Bispos de Cabo Verde – 1676-1774

por Maria João Soares

Nome	Curriculum	Apresentação	Sagração	Confirmação	Chegada	Óbito	Observações
D. Fr. Fabião dos Reis	Carmelita; qualificador do Santo Ofício		11/9/1672	16/5/1672	3/5/1673	8/2/1674	
D. Fr. António de S. Dionísio	Franciscano; mestre de Teologia			2/8/1675	24/6/1676	13/9/1684	Sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
D. Fr. Vitoriano Portuense	Nasceu no Porto em 1651. Tinha como nome de baptismo Vitoriano da Costa e era filho de Manuel da Costa Neves e Maria Barbosa de Barros, gente abastada. Entrou no Convento de Santo António de Aveiro da província franciscana da Soledade aos 23 anos, em 1674, e professou em 1677. Em 1679, é instituído como pregador e, em 1682, é promovido a confessor.		14/9/1687	12/5/1687	17/4/1688	21/1/1705	Sepultado na Sé Catedral.
D. Francisco de Santo Agostinho	Natural de Loures. Franciscano da Ordem Terceira; Capelão-mor das armadas		20/1/1709		29/12/1709	1719	Sepultado na Capela da Mitra na Quinta da Trindade em Santiago.
Fr. José de Santa Maria de Jesus	Nasceu em Évora a 8/11/1670; professou no Convento de Xabregas e passou depois ao seminário do Varatojo; estudou jurisprudência em Coimbra	12/12/1720	8/6/1721	2/2/1721	25/12/1721	7/6/1736	Sepultado no Convento de Xabregas, em Lisboa; escreveu uma obra intitulada <i>Brados de Pastor</i> em 1731; dividia-se em 2 partes: 1ª - <i>Práticas doutrinaes para maior utilidade espiritual do bispado de Cabo Verde</i> e 2ª - <i>Um espelho para desenganos para peccadores confiados</i> .

D. Fr. João de Faro	Franciscano da Província da Piedade	16/7/1738	5/10/1738	16/6/1738	22/2/1741 (Cacheu)	21/5/1741	Apenas segue para Santiago em 14/1/1741 na corveta <i>S. Sebastião e Almas</i> , que naufragou nos baixos do Casamansa a 22/2/1741; junto com outros foi sequestrado pelos felupes de Jambarém e resgatado a 11/5/1741. Recolheu-se no hospício dos franciscanos de Cacheu. Faleceu na viagem de Cacheu para Santiago.
D. Fr. João de Moreira	Franciscano da Província da Soledade	6/1742	17/2/1743	6/1743	Sábado de Ramos de 1744	13/8/1747	
D. Fr. Pedro Jacinto Valente	Natural de Santa Olaia, termo de Évora. Freire da Ordem de Cristo; coadjutor da Igreja de Santa Maria de Alcáçova, em Évora	12/1752	25/7/1753	1753	25/4/1754	19/1/1774	Adro da Capela de Nossa Senhora da Penha de França, na vila da Ribeira Grande em Santo Antão.

BIBLIOGRAFIA

I — Fontes:

a) Manuscritas:

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS:

Secretarias Provinciales — Libros: 1467, 1473, 1516.

ARQUIVO DA PROVÍNCIA PORTUGUESA DA ORDEM FRANCISCANA:

Fr. Francisco de Santiago, *Chronica da Provincia de Nossa Senhora da Soledade...*,
Tomo II, Lisboa, 1761.

ARQUIVO DO HOSPITAL DE S. JOSÉ, LISBOA:

Manuscritos — 568.

ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL, CABO VERDE:

Livro de Registo de Vínculos da Ilha de Santiago.

Livro do Tombo das Capelas da Ilha do Fogo.

Secretaria Geral do Governo — Livros de Registo:

Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte, 004/A1R.

Bandos e Editais publicados na Ilha de Santiago, liv. 28.

Bandos, Circulares e Outras Determinações deste Governo às Diferentes Autoridades da Provincia, liv. 26.

Cartas do governador das ilhas de Cabo Verde a diversas personalidades das ilhas.

Correspondência com as autoridades da Provincia, liv. 49.

Correspondência com as Autoridades da Provincia, Cartas e Ordens das Ilhas Adjacentes desta Capital, liv. 43.

Decretos, Alvarás e Provisões, liv. 25.

Livro de Registo. Correspondência com Guiné e Ilha de Santiago, AG/598.

Ordens, Cartas Régias, Patentes, Provisões, liv. 23.

Preito e Homenagem (Ribeira Grande, Santiago), n.º 828/A1R.

Registo de Ordens, Alvarás, Patentes e Provisões, liv. 19.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, LISBOA:

Cabo Verde, Papéis Avulsos — caixas 1 a 42.

Conselho Ultramarino, Códices — 3, 4, 5, 6, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 32, 34, 35, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 92, 93, 117, 118, 169, 173, 275, 278, 283, 284, 296, 402, 404, 405, 478, 479, 480, 486, 489, 1187.

Guiné, Papéis Avulsos — caixas 1 a 12.

ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO:

Cartório dos Jesuítas — Maços: 36, 58, 68.

Cartório Notarial — nºs 1, 1A, 7A, 11.

Chancelarias régias:

Chancelaria de D. Manuel:

Doações — livs. 29, 42.

Chancelaria de D. João III:

Doações — livs. 7, 16, 26, 41, 45.

Perdões e Legitimações — liv. 23.

Privilégios — liv. 37.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique:

Doações — livs. 3, 6, 14, 19, 20, 22, 23, 33, 36, 45.

Perdões e Legitimações — livs. 2, 6, 10, 13, 26, 29, 36, 40.

Privilégios — livs. 4, 6, 25.

Chancelaria de D. Filipe I:

Doações — livs. 10, 12, 17.

Perdões e Legitimações — liv. 6.

Chancelaria de D. Filipe II:

Doações — livs. 15, 18, 20, 21, 22, 23, 29, 36, 41.

Perdões e Legitimações — livs. 1, 21, 23, 30.

Chancelaria de D. Filipe III:

Doações — livs. 11, 16.

Chancelaria de D. João IV:

Livros de Padrões, Doações e Ofícios, livs. 10, 16, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 28.

Chancelaria de D. Afonso VI:

Doações — livs. 4, 5, 7, 8, 10, 11, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54.

Perdões e Legitimações — livs. 1, 2, 6.

Chancelaria de D. Pedro II:

Doações, livs. 18, 20, 23, 49, 51, 62.

Chancelaria de D. João V:

Ofícios e mercês, livs. 38, 73, 74, 75, 76, 86, 97, 116, 122.

Chancelaria da Ordem de Cristo — livs. 12, 16, 18, 21, 22, 24, 25, 28, 194, 271.

Colecção de São Vicente — Caixa 8.

Confirmações Gerais — liv. 4.

Corpo Cronológico:

Parte I — maços 12, 36, 78, 79.

Parte II — maços 94, 104, 140, 141, 145, 146, 183, 290, 291.

Parte III — maço 10.

Espólio do Arquitecto Luís Benavente:

Carta a sua Excelência o Ministro do Ultramar acerca de papéis velhos, antigas pedras, venerandas imagens, alfaías do culto e outras coisas mais da Província de Cabo Verde, Lisboa, de Fernandes Carlos Henriques de Bastos, 1969 (dactilogr.).

Fragmentos — 9.

Inquisição de Lisboa:

Denúncias, liv. 1.

Núcleo Antigo — 528, 757.

BIBLIOTECA DA AJUDA DE LISBOA:

Códices — 51-VII, 51-VIII.

Relaçom da viagem que fez D. Fr. Joao de Faro para a sua Sé da cidade da Ribeira Grande, ilha de Sant-Iago de Cabo Verde, feita pelo seu secretário Dr. António Martins Pereira, Lisboa, 1741.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA:

Colecção Pombalina — Códices: 249, 644.

Fundo Geral — Manuscritos: 172, 637, 1678, 1771, 6752, 6938, 7626, 7627.

Fr. Manuel de Monforte, *Chronica da provincia da Piedade, primeira capucha de toda a ordem ... de nosso Seraphico Padre S. Francisco*, Lisboa, 2.ª impressão, Miguel Manescal da Costa, 1751.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

Fundo Azevedo, Manusc. n.º 1, Fr. Manoel da Mealhada, *Coronica da Provincia da Soledade da mais estreita observancia no Reyno de Portugal*, Tomo II, Coimbra, redigida a partir de decisão do capítulo de 13 de Abril de 1771.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA:

ÁLVARES, Padre Manoel, *Etiópia Menor e Descripção Geographica da Provincia da Serra Leoa* (edição em preparação no Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical por Paul Hair).

b) Impressas:

ALMADA, André Álvares de, "Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde desde o rio de Sanagá até aos Baixos de Sant'Ana", in António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2.ª série, vol. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964, pp. 229-378.

ALMEIDA, António L. da Costa, *Repertório Remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar comprehendida nos annos de 1317 até 1856*, Lisboa, 1856.

ANGUIANO, P.º Mateo de, *Misiones Capuchinhas en Africa*, vol. II, *Misiones al Reino de la Zinga, Benin, Arda, Guinea y Sierra Leona*, Madrid, ed. de Buaneventura de Corrodera, 1957.

Annaes do Conselho Ultramarino, Parte Não Oficial, série II, Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

As Gavetas da Torre do Tombo, dir. A. Silva Rego, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1975.

"As Ilhas de Cabo Verde nos anos 1720. Quatro anos de viagens do capitão George Roberts", tradução e introdução de Désiré Paul Bonaffoux, *Ponto & Virgula, Revista de Intercâmbio Cultural*, Praia, n.º 8, Março-Abril de 1984, pp. 3-11; n.º 10 e 11, Julho-Outubro, 1984, pp. 5-11; n.º 12, Novembro-Dezembro, 1984, pp. 4-11; n.º 13, Janeiro-Março, 1985, pp. 5-11; n.º 17, Dezembro, 1987, pp. 16-21.

Boletim do Conselho Ultramarino, Legislação Antiga, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 329-337.

BRÁSIO, António, *Monumenta Missionária Africana*, 2.ª série, vols. I, II, III, IV, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958-1968.

—, *Monumenta Missionária Africana*, 2.ª série, vols. V, VI, Academia Portuguesa de História, 1979 e 1991.

Cartas do Padre António Vieira, ed. de Lúcio de Azevedo, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1970.

"Catálogo dos Bispos da Diocese de Cabo Verde...", *Annaes do Conselho Ultramarino, Parte Não Oficial*, série II, Fev. 1859, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 9-16.

COELHO, Francisco Lemos, *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné*, introdução e anotações por Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1992.

- Collecção das Leys, Decretos e Alvarás que comprehende o feliz reinado del Rey Fidelissimo D. José I*, 7 vols., Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1771-1807.
- DAMPIER, Guillaume, *Nouveau voyage autour du Monde*, tome premier, 4^{ème} ed. revue et corrigée, Amsterdam, 1724.
- DAPPER, O., *Description de l'Afrique contenant les noms, le situation et les confins de toutes les parties, leur rivières leurs villes et leurs habitations, leurs plantes et leurs animaux ...*, tradução do flamengo, Amsterdam, 1686.
- Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, edição patrocinada pela Presidência da República de Cabo Verde, Mem Martins, Gráf. Europam, 1987.
- DONELHA, André, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)*, edição do texto em português, introdução, notas e apêndices por A. Teixeira da Mota e Paul Hair, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, "Memórias, 18", 1977.
- FEIJÓ, João da Silva, *Ensaio Económico sobre as Ilhas de Cabo Verde*, apresentação e comentários de António Carreira, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, 1986.
- História Geral de Cabo Verde, Corpo Documental*, vols. I e II, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988-1990.
- JORDÃO, Levy Maria, *Bullarium Patronatus Portugalliae*, Tomo I, Olissipone, 1868.
- LACERDA, João Cesário de, *Relatório do Governador-Geral da Província de Cabo Verde pelo Governador-Geral Conselheiro João Cesário de Lacerda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, edição fac-similada, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- Lista dos Governadores que tem tido a província de Cabo Verde*, Praia, Imprensa Nacional, 1960.
- MARINHO, Joaquim Pereira, *Memoria Official em Resposta às Acusações Dirigidas a Sua Magestade Contra o Governador Geral da Província de Cabo Verde, o Brigadeiro...*, Lisboa, Typ. A. S. Coelho, 1839.
- MENEZES, Sebastião Lopes de Calheiros e, *Apointamentos Apresentados à Comissão Encarregada dos Melhoramentos da Província de Cabo Verde*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866.
- MORAES, Nize Isabel de, *À la Découverte de la Petite Côte au XVIII^e Siècle (Sénégal et Gambie)*, Dakar, Université Cheikh Anta Diop-IFAN, Tome I, 1600-1621, 1993; Tome II, 1995; Tomes III-IV, 1998.
- Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde, dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados dos livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento deles por se achar na última decadência*, apresentação, notas e comentários por António Carreira, Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1985.
- Ordenações Afonsinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, reprodução fac-similada da edição da Universidade de Coimbra de 1792, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Ordenações Filipinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, ed. fac-similada da edição do Rio de Janeiro de 1780, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- Ordenações Manuelinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, reprodução fac-similada da edição da Universidade de Coimbra de 1797, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Peregrinação de André de Faro a terra dos gentios*, ed. e notas de Luis da Silveira, Lisboa, Bertrand, 1960.

Planta de Bissau e suas Adjacentes, publicação, introdução e notas por Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990.

Primeira Parte do Relatório de Alguns Acontecimentos... Acusações Feitas Contra o Brigadeiro Joaquim Pereira Marinho, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1838.

SANDOVAL, P.º Alonso, *Un tratado sobre la esclavitud [De instauranda Aethiopum salute]*, introducción, transcripción y traducción de Enriqueta Vila Vilar, Madrid, Alianza Editorial, 1987. Nova edição de *Natureza Política, Sagrada e Profana, Costumbres e Ritos, Disciplina e Catecismo, Evangélico de todos os Etipos*, Edição de Francisco Lira, Sevilha, 1927.

SENNA, Manuel Roiz Lucas de (1818), *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde*, anotações e comentários de António Carreira, Lisboa, edição do autor, 1987.

Viagens de um piloto (anónimo) português do século XVI à Costa de África e a São Tomé, introdução, tradução e notas por Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

II — Guias de fontes e bibliografias, dicionários e enciclopédias:

ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contento (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

AMARAL, Ilídio do, *Bibliografia Geral de Cabo Verde (anotada e ilustrada)*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1980-1981.

ANDRADE, Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja*, 2 vols., Lisboa, Ed. Resistência, 1979.

AZEVEDO, Carlos Moreira de, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 5 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000-2001.

BARBOSA, L. Grandvaux, "Subsídios para um dicionário utilitário e glossário dos nomes vernáculos das plantas do arquipélago de Cabo Verde", in *Garcia de Orta*, Revista da Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, vol. 9, n.º 1, pp. 37-91.

Bibliografia Nacional, (1975-1995), vol. 1, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1996.

DIAS, L. F. de Carvalho, "Notícia dos documentos da Secção dos Reservados, Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa, respeitantes às províncias ultramarinas de Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor", separata de *Garcia de Orta*, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, 1957, vol. 5, n.º 3, pp. 345-357.

Encyclopedia Catholica: an international work of reference on the constitution, doctrine, discipline and history of the Catholic Church, by Charles G. Hermann et al., London, Caxton Publishing Company, 1903, ed. on-line.

FITZLER, M. A. Hewig; ENNES, Ernesto, *A Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1928.

LERENO, Álvaro, *Dicionário Corográfico do Arquipélago de Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952.

LIMA, José Joaquim Lopes de, *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas (...)*, vol. 1, parte II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Chronologica na qual se comprehende a noticia dos auctores portugueses...*, 4.ª ed. em CD-ROM, coord. de André Belo, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

- MONTEIRO, Jozé Maria de Souza, *Diccionario Geographico das Provincias e Possessões Portuguezas no Ultramar; em que se Descrevem as Ilhas, e Pontos Continentaes que Actualmente Possue a Corôa Portuguesa, e se Dão Muitas Outras Noticias dos Habitantes, sua Historia, Costumes, Religião e Commercio*, Lisboa, Typographia Lisbonense, 1850.
- MORAIS DA SILVA, António, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.^a ed., 12 vols., Lisboa, Edições Confluência, 1949-1959.
- Nova Enciclopédia Larousse*, Lisboa, Círculo de Leitores e Larousse, 1996.
- Secretaria Geral do Governo (1803-1927). Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1996.
- SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965-1971.
- , *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, reedição em 1979.
- SILVA, Inocêncio Francisco da et al., *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 23 vols., (1858-1958), ed. em CD-ROM, coord. de André Belo, Lisboa, ed. da Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994.
- VALDEZ, Francisco Valdez, *Africa Occidental. Noticias e Considerações*, tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases (...)*, 1.^a ed. crítica, 2 vols., Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1965-1966.
- , *Idem*, 2.^o vol., edição crítica por Mário Fiuza, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1984.

III — Estudos gerais:

- Actas do Colóquio 'Comunicação e Império'*, Lisboa, IICT-CEHCA, 2002, (no prelo).
- Actas do Congresso Internacional de História. Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, 4 vols., Braga, Universidade Católica Portuguesa e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.
- Actas do Congresso Internacional "O Rosto Feminino na Expansão Portuguesa"*, Lisboa, ed. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.
- Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, 2 vols., Porto, Reitoria da Universidade, 1991.
- ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Portugal no Mundo*, 6 vols., Lisboa, Alfa, 1989.
- ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal* (edição preparada e dirigida por Damião Peres), 4 vols., Porto, Portucalense Editora, 1967-1971.
- BAIÃO, António; CIDADE, Hernâni; MÚRIAS, Manuel (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 3 vols., Lisboa, Editorial Ática, 1937-1939.
- BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal (séculos XII a XV)*, 2.^a ed., 11 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1945-1954.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vols. II e III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

- FAGE, J. D.; OLIVER, Roland, *The Cambridge History of Africa*, vol. IV, *From c. 1600 to c. 1790*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- GALVÃO, Henrique, SELVAGEM, Carlos, *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1950.
- HESPAHIA, António Manuel (coord.), *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (coord.), *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. III, *No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- MAURO, Frédéric (coord.), *O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750*, Lisboa, Editorial Estampa, "Nova História da Expansão Portuguesa, n.º 7", dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1991.
- MENESES, Avelino Freitas de (coord.), *Portugal, da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Lisboa, Presença, "Nova História de Portugal, vol. VII", dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 2001.
- OLIVEIRA, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, ed. revista e atualizada, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.
- PERES, Damião (dir.), *História de Portugal, 1640-1815*, vol. VI, Barcelos, Portucalense Editora, 1934.
- , *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959.
- REGO, A. da Silva, *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1823)*, 2.ª ed., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, Lisboa-Praia, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, 1995.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (dir.), *Pombal Revisitado*, Actas do Colóquio Internacional das Comemorações do 2.º Centenário da Morte dos Marques de Pombal, 2 vols., Lisboa, Estampa, "Imprensa Universitária n.º 34 e 35", 1984.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, vols. II (3.ª ed.), 1980, III, (3.ª ed.), 1980, IV, 1979, V, (2.ª ed.), 1996 e VI, 1982.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *O império luso-brasileiro, 1750-1822*, Lisboa, Editorial Estampa, "Nova História da Expansão Portuguesa, n.º 6", dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1986.
- TORGAL, Luís Reis; VARGES, Isabel (coord.), *O Marquês de Pombal e o seu tempo*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *Revista de História das Ideias*, n.º 4, especial, 1982-1983.

IV — Estudos especiais:

- "A Religião em Cabo Verde", *Portugal em África. Revista de Cultura Missionária*, 2.ª Série, vol. XIII, n.º 75, Maio-Junho 1956, pp. 147-175.
- ALBUQUERQUE, Luís de, *Escalas da Carreira da Índia*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, "Série Separatas, 110", 1978.
- ALENCASTRO, Luís Filipe de, *O Trato das Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*, S. Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ALMADA, David Hopffer, *Caboverdianidade & Tropicalismo: 2ª Jornadas de Tropicologia*, org. por Sílvia Soares da Silva e Lúcia Carneiro Cunha, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, "Cursos e Conferências, n.º 49", 1992.

- AMARAL, Ilídio do, "O homem e a sociedade em regiões tropicais: o caso brasileiro, segundo Gilberto Freyre", *Garcia de Orta, Série Geografia*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, vol. 15, n.º 1, 1996.
- , *Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, "Memórias, 48", 1964.
- AMSELLE, Jean-Loup, *Logiques Métiſses, Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris, Payot, 1990.
- ANDRADE, Elisa Silva, "La formation des villes au Cap-Vert", in Michel Cahen (dir.), "*Vilas*" et "*Cidades*", *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, éditions L'Harmattan, 1989, pp. 147-160.
- ANDRADE, Maria Carlota das Neves Barbosa de, *A ocupação portuguesa dos "Rios de Guiné" e a concorrência francesa no período de 1680 a 1750 (Subsídios para a sua História)*, Lisboa, Dissertação para a licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967, (políc.).
- ARAGÃO, A. C. Teixeira de, *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1874-1880.
- Arqueologia do Estado. Primeiras Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul (séculos XIII a XVIII)*, 2 vols., Lisboa, *História e Crítica*, 1988.
- AUBIN, Jean, *Le Capitaine Leitão, un sujet insatisfait de D. João III*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XXIX, 1983.
- AZEVEDO, Lúcio de, *O Marquês de Pombal e Sua Época*, 2.ª edição emendada, Porto, Renascença Portuguesa, 1922.
- AZEVEDO, Pedro de, *O Processo dos Távoras*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1921.
- BALENO, Ilídio, "O Corso e a pirataria em Cabo Verde: seus reflexos na vida local", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 675-686.
Ver tb. SANTOS, Maria Emília Madeira.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna, *Alguns Apontamentos sobre as fomes de Cabo Verde desde 1719 a 1904*, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1904.
- , *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*, Lisboa, Typ. do Jornal "As Colónias Portuguesas", 1892.
- , *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, tomo I, partes I e II; tomo II, partes III e IV, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899-1900.
- BARRETO, João, *História da Guiné*, Lisboa, ed. do autor, 1938.
- BECKLHES, Hilary; SHEPHERD, Verene (eds.), *Caribbean Slave Society and Economy. A Student reader*, London, James Currey Publishers, 1991.
- BLANK, Stefanie, "Patrons, brokers and clients in the family of the elite in colonial Caracas, 1595-1627", *The Americas: A Quarterly Review of Inter-American Cultural History*, vol. XXXVI, July, 1979, n.º 1, pp. 90-115.
- BORGES, Pedro (dir.), *Historia de al Iglesia en Hispanoamerica y Filipinas*, vol. I, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1992.
- BOSCHI, Caio César, *Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*, São Paulo, ed. Ática, "Ensaio, n.º 116", 1986.
- BOUDON, Raymond, *O lugar da desordem*, Lisboa, Gradiva, 1990.
- BOULÈGUE, Jean, *Les Luso-Africains de SÉNÉGAMBIE (XVI^{ème}-XIX^{ème} Siècles)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centre de Recherches Africaines, 1989.
- BOXER, Charles R., *A Igreja e a Expansão Ibérica. 1440-1770*, Lisboa, Edições 70, 1989.

- BOXER, Charles R., *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 1977.
- , *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*, Madison/Milwaukee, University of Wisconsin Press, 1965.
- BRASILEIRO, Sheila, "Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: notas sobre uma comunidade negra rural no Oeste baiano", *Afro-Ásia*, Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, n.º 23, 2000, pp. 331-343.
- BRÁSIO, António, *História e Missionologia. Inéditos e Esparsos*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, 3 vols., Lisboa, Editorial Teorema, 1992-1993.
- BRITO, A. de Paula, "Subsídios para a corografia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 8.ª série, n.º 9 e 10, 1888-89, pp. 449-525.
- BROOKS, George, "Landlords and Strangers: Ecology, Society and Trade in Western Africa, 1000-1630", Boulder, Westview Press, 1993.
- , "Notas Genealógicas de Proeminentes Famílias Luso-Africanas no Século XIX na Guiné", *Soronda*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, n.º 9, 1990, pp. 53-71.
- BRUNSCHWIG, Henri, "Colonisation - Décolonisation. Essai sur le vocabulaire usuel de la politique coloniale", *Cahiers d'Etudes Africaines*, Paris, n.º 1, Janvier, 1960, pp. 45-54.
- CABRAL, Iva Maria, "Dos povoadores aos 'filhos da terra': a dinâmica da sociedade", *Svudia*, Lisboa, CEHCA-IICT, n.º 56-57, 2000, pp. 279-300.
- CABRAL, Iva Maria Ataíde V., "A Fazenda Real, campo de contradições entre a Coroa e os moradores de Santiago: o exemplo de Álvaro Dias, almoxarife da Ribeira Grande", *Svudia*, Lisboa, CEHCA-IICT, 1991, n.º 51, pp. 177-189.
- CABRAL, Iva Maria; TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, "Ensaio de uma feitoria régia no espaço económico e social da ilha de Santiago (1520-1550)", *Svudia*, Lisboa, CEHCA-IICT, n.º 54/55, 1996, pp. 33-49.
- Ver tb. SANTOS, Maria Emília Madeira.
- CAETANO, Cônego Joaquim da Silva, "A ilha de S. Nicolau", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Imprensa Nacional, 1882, 3.ª série, n.º 5, pp. 311-320 e n.º 6, pp. 347-361.
- CAETANO, Marcello, *O Conselho Ultramarino. Esboço da sua história*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967.
- , *História do Direito Português. Direito Público (1140-1495)*, 2.ª ed., Lisboa, Verbo, 1985.
- , "As reformas pombalinas e post-pombalinas respeitantes ao Ultramar. O novo espírito em que são concebidas" in *História da Expansão Portuguesa*, vol. III, Lisboa, 1940, pp. 251-260.
- CAHEN, Michel (dir.), "Vilas" et "Cidades". *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*. Paris, L'Harmattan, 1989.
- CALDEIRA, Arlindo, *Mulheres, Sexualidade e Casamento no arquipélago de S. Tomé e Príncipe (séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Cosmos, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarión S., *A Afro-América. A Escravidão no Novo Mundo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- , *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1982.
- CARREIRA, António, "Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XXVII, n.º 105, Janeiro, 1972, pp. 123-203.

- CARREIRA, António, "Cabo Verde e Guiné e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (um documento inédito para a sua história)", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, vol. XXII, n.º 87, 88, 1967, pp. 309-324.
- , *Cabo Verde, Classes sociais, Estrutura familiar*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.
- , *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2.ª ed., Lisboa, Instituto Caboverdiano do Livro, 1983.
- , "A Capitania das ilhas de Cabo Verde: organização civil, eclesiástica e militar (séculos XVI-XIX). Subsídios", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 19, 1987, pp. 33-76.
- , *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*, vol. II, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro, 1988.
- , *As Companhias de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*, Porto, Imp. Portuguesa, 1969.
- , *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.
- , "Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 16, Julho-Dezembro, 1985, pp. 63-88.
- , "Crises em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII", *Geographica*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 6, 1966, pp. 35-46.
- , *Demografia caboverdeana: subsídios para o seu estudo*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, 1985.
- , *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e "Rios da Guiné": séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Europa-América, 1983.
- , *Estudos de economia caboverdeana*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982.
- , *A ilha do Maio. Demografia e problemas sociais e económicos*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, separata da revista do Centro de Estudos Demográficos, 1971.
- , *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, 2.ª ed., Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.
- , *Panaria Cabo-Verdeano-Guineense, Aspectos históricos e sócio-económicos*, Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.
- , *Os Portugueses nos Rios de Guiné (1500-1900)*, Lisboa, ed. do autor, 1984.
- , "O Primeiro 'censo' de população da capitania das ilhas de Cabo Verde (1731)", *Revista Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 13, 1984, pp. 51-66.
- , "Tratos e resgates dos portugueses nos rios da Guiné e ilhas de Cabo Verde nos começos do século XVII", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 2, 1987, pp. 91-103.
- , "A Urzela e o Pano de Vestir: dois produtos de Exportação das Ilhas de Cabo Verde", *Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde*, série de Ciências Humanas, Praia, 1973, vol. I, n.º 1, pp. 3-35.
- CARVALHO, Carlos, "Da Ribeira Grande à Cidade Velha. Património da Nação Cabo-Verdiana", in *Olhares sobre Cabo Verde*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996.
- CARVALHO, José Jorge de (org.), *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.
- CARVALHO, Sérgio Luis de, *Assistência e Medicina em Portugal Medieval*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, s. d.

- CARVALHO, Tito Augusto de, "As companhias portuguesas de colonização", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 19.ª série, n.º 4-6, Abril-Junho 1901, pp. 265-381.
- , *As Companhias Portuguesas de Colonização*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.
- CASIMIRO, Augusto, *Ilhas Crioulas*, Lisboa, ed. Cosmos, "Cadernos Coloniais n.º 3", 1939.
- CERRONE, Frederico, *Cabo Verde. Cruzamento no Atlântico Sul*, 2.ª ed., Mindelo, ed. conjunta Rádio Nova e Centro de Missões Estrangeiras dos Capuchinhos de Turim, 1998.
- , *História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios)*, Mindelo, 1983.
- CHALHOUB, Sidney, *Visões da liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CHELMICKI, J. Carlos de; VARNHAGEN, F. A., *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde*, 2 vols., Lisboa, Typographia L. C. da Cunha, 1841.
- CIDADE, Hernâni, *O Marquês de Pombal: o Homem e a Obra na Metrópole e no Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963.
- COELHO, António Borges, "Comunas ou Concelhos", *Colecção Cadernos de Hoje*, n.º 13, Lisboa, Prelo Editora, 1973.
- COELHO, Maria da Luz; MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *O Poder Concelhio, das origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.
- COHEN, Zelinda, "Algumas reflexões sobre a colonização da ilha de Fogo", *Magma*, São Vicente, 1990, pp. 27-30.
- , *Controle e resistência no quadro do funcionalismo régio insular*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, (polic.).
- , "O Provimto dos oficiais da justiça e da fazenda para as ilhas de Cabo Verde", *Studia*, Lisboa, CEHCA-IICT, n.º 51, 1992, pp. 145-176.
- Colóquios Cabo Verdianos*, Lisboa, Estudos de Ciências Sociais e Políticas, n.º 22, 1959.
- CORREIA, António Mendes, *Ultramar Português*, vol. II, *Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1943.
- COSTA, António; MAGALHÃES, Hernâni, "A população de Cabo Verde. Aspectos sociais e demográficos", *Finisterra*, Lisboa, vol. XVIII, n.º 36, 1983, pp. 351-363.
- COSTA, Joaquim Vieira Botelho da, "A ilha de São Vicente: comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa", Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 3.ª série, n.º 2, 1882, pp. 80-129.
- , "A ilha do Fogo de Cabo Verde e o seu vulcão", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 5.ª série, n.º 6, 1885, pp. 376-390.
- , "A ilha do Sal de Cabo Verde", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 3.ª série, n.º 11, 1882, pp. 656-689.
- DAGET, Serge, *La Traite des Noires*, Paris, Editions Ouest-France Université, 1990.
- DELUMEAU, Jean, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, 6.ª éd. refondue, Paris, Presses Universitaires de France, 1996.
- DIAS, António Joaquim, "Glórias missionárias da nossa história. O primeiro bispo que foi à Guiné", *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e da Ordem Terceira*, ano XXX, 1937, pp. 19-25.
- DIAS, J. S. da Silva, *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal, séc. XVI a XVIII*, tomo I, Coimbra, Inst. de Estudos Filosóficos, 1960.
- , *Pombalismo e projecto político*, Lisboa, separata da revista *Cultura, História e Filosofia*, vols. 2-3, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

- DIAS, J. S. da Silva, *Pombalismo e teoria política*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- DIAS, Manuel Nunes, *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*, São Paulo, S. Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, "Coleção da revista de História, n.º 37", 1978.
- , "Fomento e mercantilismo: política económica portuguesa na Baixada Maranhense (1755-1778)", *Sivdia*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 16, 1965, pp. 7-110. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, "Coleção da revista de História, n.º 37", 1978.
- DINIZ, A. Castanheira; MATOS, G. Cardoso, "Carta de zonagem agro-ecológica e da vegetação de Cabo Verde", *Garcia de Orta, Série Botânica*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 8 (1-2), 1986, pp. 39-82, 9 (1-2), 1987, pp. 35-69.
- , "Carta de zonagem agro-ecológica e da vegetação de Cabo Verde, VII – Ilha de S. Nicolau", *Garcia de Orta, Série Botânica*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1999, vol. 14, n.º 1, pp. 1-54.
- , "Carta de zonagem agro-ecológica e da vegetação de Cabo Verde: IV – Ilha da Boavista", separata de *Garcia de Orta, Série Botânica*, 10, 1988.
- DUARTE, Fausto, "Cartas de capitães-mores, bispos, visitadores e assistentes das praças e presídios da Guiné", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, vol. VI, n.º 24, 1951, pp. 961-984.
- , "Os capitães-mores das Praças da Guiné", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 1951, vol. VI, n.º 21, pp. 173-220.
- DUNCAN, T. Bentley, *Atlantic Islands Madeira, the Azores and Cape Verde in Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, Chicago, University of Chicago Press, 1972.
- ENES, Maria Fernanda, *Reforma Tridentina e Religião Vivida. (Os Açores na Época Moderna)*, Ponta Delgada, Signo, 1991.
- ESTÊVÃO, João, "Peuplement et phénomènes d'urbanisation au Cap-Vert pendant la période coloniale, 1462-1940", in Michel Cahen (dir.), "Vilas" et "Cidades", *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, Editions L'Harmattan, 1989, pp. 42-59.
- ESTEVES, Maria Luísa, *Gonçalo Gamboa de Aiala, Capitão-Mor de Cacheu e o Comércio Negroiro Espanhol (1640-1650)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.
- ÉVORA, José da Silva, "Separação jurídico-administrativa da ilha de São Vicente da Comarca de Santo Antão", *Africana*, Porto, Revista do Centro de Estudos Africanos, Universidade Portucalense, n.º 5, especial, Setembro, 1998, pp. 81-91.
- FANON, Frantz, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Porto, Paisagem, 1975.
- FAORO, Raymondo, *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Brasileiro*, Rio de Janeiro, Edições Globo, 1984.
- FARIA, Ana Mouta, "Função da carreira eclesiástica na organização do tecido social do Antigo Regime", *Ler História*, n.º 11, 1987, pp. 29-46.
- FARIA, Francisco Leite de, OFM. Cap., *A Primeira Missão dos Capuchinhos em Cabo Verde*, separata de *Colectânea de Estudos*, Braga, 2.ª série, ano V, n.º 1, 1954.
- FARINHA, António Lourenço, *A Expansão da Fé na África e no Brasil; Subsídios para a História Colonial*, vol. 1, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.
- FARRO, Maria Haydée Ferreira, *Subsídios para a História da ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462-1900)*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 1998.
- FERNANDES, José Manuel, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Lisboa, Instituto Camões, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996.

- FERRÃO, Carlos Ribeiro Nogueira, *Estudos sobre a ilha de S. Antão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- FERRÃO, José E. Mendes, *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993.
- FLANDRIN, Jean-Louis, *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- FREIRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, 22.^a ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1983.
- , *O Luso e o Trópico*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- , *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1940.
- FREIRE, Verónica dos Reis, "A experiência cabo-verdiana no domínio do património", *Africana*, Revista do Centro de Estudos Africanos, Porto, Universidade Portucalense, n.º especial, 1993, pp. 65-73.
- PREITAS, António Alfredo Barjona de, *Considerações Sobre a Província de Cabo Verde*, Lisboa, Typ. da Livraria Féria, 1905.
- FRIEDLAENDER, Immanuel, *Subsídios para o Conhecimento das Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1914.
- GARCIA, Rozendo Sampaio, "Contribuição ao estudo do aprovisionamento de escravos negros na América Espanhola (1580-1640)", *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, xvi, 1962, pp. 5-195.
- GARCIA PEÑA, Carlos (coord.), *Cabo Verde. Fortalezas, Gente e Paisagem*, Bilbao, ed. da Agência Espanhola de Cooperação Internacional em colaboração com o Ministério da Cultura de Cabo Verde, ed. bilingue, 2001.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Arcádia, s. d.
- , *Ensaio sobre a História de Portugal*, 2.^a ed., vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 1978.
- , *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.^a ed., 4 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- , *Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar - séculos XIII a XVIII*, Lisboa, Difel, 1990.
- GOMES, Flávio dos Santos, *Histórias de Quilombos: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- GONÇALVES, Nuno da Silva, *Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, ed. Brotéria, 1996.
- GONÇALVES, Padre Manuel, *A Missão dos Jesuítas e dos Franciscanos nos "Rios da Guiné" no Século XVII*, Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991 (políc.).
- GORENDER, Jacob, *O Escravidão Colonial*, 3.^a ed., São Paulo, Editora Ática, 1980.
- GRACIAS, João Baptista Amâncio, *Monografia sobre a Província de Cabo Verde*, Praia, Imprensa Nacional, 1922.
- GUERRA, Luís Bivar, "A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às ilhas de Cabo Verde em 1753 e o regimento que deixou à ilha de S. Nicolau", *Svvdia*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 2, 1958, pp. 165-293.
- GUERREIRO, Inácio, "A Sociedade Real Marítima e o exame das cartas hidrográficas: Censura da Carta de Cabo Verde de Francisco António Cabral (1790)", Coimbra, IICT-CEHCA, "série Separatas, n.º 180", 1985.
- HAIR, Paul E. H. *African Encounter. European Contacts and Evidence*, Aldershot, Variorum, 1997.
- , "Franciscan Missionaries and the 1752 'Donation of Sierra Leone'", *Journal of Religion in Africa*, Leiden, vol. XXX, n.º 4, 2000, pp. 408-432.
- , "Heretics, Slaves and witches – as seen by Guinean Jesuits c. 1610", *History in Africa*, n.º 28, 1998, pp. 131-143.

- HAUDRÈRE, Philippe, *O grande comércio marítimo no século XVIII. Os Europeus e o Espaço Atlântico*, Lisboa, Ed. Europa-América, "Fórum da História, n.º 36", 2000.
- HESPAHIA, António Manuel, "Os Bens Eclesiásticos na Época Moderna. Benefícios, padroados e comendas", *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, Centro de Estudos de Além-Mar, n.º 1, 2000, pp. 59-76.
- , *História das Instituições – Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.
- , "L'Espace Politique dans l'Ancien Regime", separata do *Bol. da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.º especial, *Estudos em homenagem aos Profs. Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz*, Coimbra, Atlântida, 1983.
- , *Poder e Instituições no Antigo Regime. Guia de Estudo*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1992.
- , "As Vésperas do Leviathan". *Instituições e Poder Político, Portugal, séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994.
- HOBBSBAWN, E. J., *Rebeldes primitivos. Estudo de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, 2.ª ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- HOORNAERT, Eduardo et al., *História da Igreja no Brasil: Ensaio de Interpretação a Partir do Povo*, tomo II, Petrópolis, ed. Vozes, 1992.
- HOPFFER, Francisco Frederico, "A Ilha de S. Antão", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional, n.º 2, 1885, pp. 67-81; n.º 3, pp. 115-133, 203-208 e 217-249.
- HORTA, José da Silva, "Evidence for a Luso-African Identity in 'Portuguese' Accounts on Guinea of Cape Verde (Sixteenth-Seventeenth Centuries)", *History in Africa*, n.º 27, 2000, pp. 99-130.
- HORTON, Robin, *Patterns of Thought in Africa and the West. Essays on Magic, Religion and Science*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- HURON, Laënnec (dir.), *Le phénomène religieux dans la Caraïbe. Guadeloupe, Martinique, Guyane, Haïti*, Paris, Karthala, 2000.
- IANNI, Octávio, "Escravidão e racismo", *Anais de História*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Ano 7, 1975, pp. 66-94.
- KLEIN, Herbert, *La Esclavitud Africana en América Latina y el Caribe*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.
- LEITE, Mário, "Apontamentos para a História das ilhas de Cabo Verde", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1935, série 53.ª, n.º 7-8, pp. 285-310; 1937, série 55.ª, n.ºs 5-6, pp. 196-213; 1938, série 56.ª, n.ºs 11-12, pp. 485-500; 1939, série, 57.ª, n.ºs 7-8, pp. 363-86.
- LEREND, Álvaro, *Subsídios para a História da Moeda em Cabo Verde (1640-1940)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.
- LEVI, Giovanni, "Les usages de la biographie", *Annales ESC*, 44.ª ano, Paris, 1989, n.º 6, pp. 1325-1336.
- LIMA, António Germano, *Boavista. Ilha de Capitães*, Praia, 1999.
- LIMA, Humberto, "A tradição oral como património", in *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1998, pp. 109-126.
- LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa, *Tratado prático dos morgados*, 2.ª ed., Lisboa, 1841.
- LOPES, António, *Dioceses fundadas nos territórios Ultramarinos e Padroado Português a partir de Lisboa com seus respectivos bispos (e substitutos no governo das dioceses)*, Cucujães, ed. do Secretariado Nacional das Comemorações dos cinco séculos, "Biblioteca Evangelização e Culturas, 9", 1994.
- LOPES, Baltasar, *Cabo Verde visto por Gilberto Freire. Apontamentos lidos ao microfone da Rádio Barlavento*, Praia, Imprensa Nacional, 1956.

- LOPES, Carlos (ed.), *Mansas, escravos, grumetes e gentios. Cacheu na encruzilhada de civilizações*, ed. de Carlos Lopes, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.
- LOPES, João, "Folclore poético da ilha de Santiago", *Claridade*, S. Vicente, Julho de 1948, pp. 43-51.
- LOPES, Maria José, "A Câmara Municipal de S. Antão: criação e evolução (1732-1870)", *Africana*, Revista do Centro de Estudos Africanos, Porto, Universidade Portucalense, n.º 5, Setembro de 1998, pp. 109-117.
- LOPES FILHO, João, *Cabo Verde. Retalhos do Quotidiano*, Lisboa, Editorial Caminho, 1995.
- , *Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 2 vols., Praia, Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1996.
- , *O Corpo e o pão. O vestuário e o regime alimentar cabo-verdianos*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1997.
- LOPES FILHO, João; APARÍCIO, João Paulo, *O forte do Príncipe Real e a defesa da ilha de S. Nicolau*, Cascais, Patrimónia, 1998.
- MACEDO, Jorge Borges de, "Companhias Comerciais", *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Iniciativas Editoriais, pp. 636-644.
- , "Junta do Comércio", *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Iniciativas Editoriais, pp. 620-622.
- , *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s. d.
- , "Marquês de Pombal", *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Iniciativas Editoriais, pp. 415-423.
- , *Problemas da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 2.ª ed., Lisboa, Quercus, 1982.
- , *A Situação económica no tempo de Pombal (alguns aspectos)*, 3.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, "Algumas notas sobre o poder municipal no império português durante o século XVI", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 25-26, Dezembro 1988.
- , "Os Concelhos", *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. III, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993.
- , "As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime: os concelhos", *Notas Económicas*, n.º 4, 1994.
- , "Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira", *Revista de História Económica e Social*, n.º 16, Julho-Dezembro, 1985, pp. 17-30.
- MALHEIRO, Agostinho Perdigão, *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico, jurídico e social*, vol. II, 3.ª ed., Petrópolis, Vozes/INL, 1976.
- MARIANO, Gabriel, *Cultura Caboverdeana: ensaios*, Lisboa, Vega, 1991.
- MARK, Peter, "The Evolution of 'Portuguese' Identity: Luso-Africans on the Upper Guinea Coast from Sixteenth to the Early Nineteenth Century", *Journal of African History*, vol. 40, n.º 2, 1999, pp. 173-191.
- MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.
- MARTINEZ MILLÁN, José, "Elites de poder en tiempos de Felipe II", *Hispania*, XLIX, n.º 171, 1989, pp. 111-149.
- MARTINS, João Augusto, *Madeira, Cabo-Verde e Guiné*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1891.
- MARTINS, Luís Augusto Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1945.
- MATOS, Artur Teodoro de, "Santo Antão de Cabo Verde (1724-1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais" in *A Dimensão*

- Atlântica da África. Actas da II Reunião Internacional de História de África*, São Paulo, CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES, 1997, pp. 187-202.
- , "Santo Antão de Cabo Verde: Gente, Recursos e Organização do Poder nos Séculos XVI e XVII. Elementos para o seu estudo", in *História das Ilhas Atlânticas, Actas do IV Congresso Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, Madeira, Governo Regional, 1997, vol. II, pp. 343-349.
- , "Valor Estratégico das Ilhas de Cabo Verde: a África, o Brasil e a Rota da Índia", in *Oceanos*, n.º 10, Lisboa, CNCDP, 1992.
- MAURO, Frédéric, *Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1900)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- , "La Madère de 1425 à 1925: éléments pour une histoire comparée des îles atlantiques", *Actas do I Colóquio de História da Madeira*, vol. I, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1986, pp. 403-422.
- , *Le Portugal, le Brésil et L'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670) Études Economiques*, 2.^a ed., Paris, Fondation Caloust Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1983.
- MAXWELL, Kenneth, *Pombal: Paradox of the enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- MEDeiros, Carlos Alberto, "Notas e recensões. Acerca da ocupação humana das ilhas portuguesas do Atlântico", *Finisterra*, vol. IV, n.º 7, 1969, pp. 95-125.
- MEINTEL, Deirdre, *Race, Culture and Portuguese Colonialism in Cabo Verde*, New York, Syracuse University, 1984.
- MENDES, José Amado, "O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos", *Análise Social*, Lisboa, revista do Instituto de Ciências Sociais, 4.^a série, vol. XXVII, n.º 116-117, *História Social das Elites*, 1992, pp. 357-365.
- Monografia-Catálogo de Exposição de Cabo Verde, Semana das Colónias de 1938*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1938.
- MONTEIRO, Félix, "Bandeiras da Ilha do Fogo. O senhor e o escravo divertem-se", *Claridade*, S. Vicente, n.º 12, Maio de 1958, pp. 9-21.
- , "Tabanca. Evolução semântica", *Claridade*, S. Vicente, Julho de 1948, pp. 14-18.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "A sociedade local e os seus protagonistas", in *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, direcção de César Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 29-77.
- MONTEIRO JÚNIOR, Júlio, *Os Rebelados da ilha de Santiago de Cabo Verde. (Elementos para o estudo sócio-religioso de uma comunidade)*, Lisboa, Centro de Estudos de Cabo Verde, 1974.
- MORÁN, Maria Luz, "La teoría de las elites", *História de la Teoría Política*, ed. Fernando Vallespín, Madrid, Alianza Editorial, 1990-95.
- MORIN, Edgar, *Sociologia. A sociologia da microsociologia ao macroplanetário*, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d.
- MOTA, A. Teixeira da, *Mar, Além Mar, Estudos e Ensaios de História e Geografia*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, "Memórias, 11", 1972.
- , *Alguns aspectos da colonização e do comércio marítimo dos portugueses na África Ocidental*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, "Série Separatas, 98", 1976.
- , *Cinco Séculos de Cartografia das Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, "Série Separatas, 1", 1972.
- , *As Viagens do Bispo D. Frei Vitoriano Portuense à Guiné e a cristianização dos reis de Bissau*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, "Memórias, 14", 1974.

- MOURA, Clóvis, *Quilombos: Resistência ao Escravismo*, São Paulo, Editora Ática, 1987.
- MOURA, Jacinto José do Nascimento, *Crioulo e Folclore de Cabo Verde*, separata das *Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Porto, ed. da 1.ª exposição colonial portuguesa, 1934.
- NEME, Mário, "Notas para uma teoria do comércio colonial português", *Anais do Museu Paulista*, tomo XVIII, S. Paulo, 1963, pp. 9-40.
- NOGARET, Guy Chaussinand (dir.), *Histoire des Elites en France du XVI^e au XX^e Siècle. L'honneur, le mérite, L'Argent*, Paris, Éditions Tallandier, 1991.
- NOGUEIRA, Carlos, "Casamento do 'Badio'", *Portugal em África. Revista de Cultura Missionária*, 2.ª Série, vol. XII, n.º 70, Julho-Agosto, 1955, pp. 211-215.
- NOVAIS, Fernando, *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial (séculos XVI-XVII)*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, s. d.
- , "A evolução da sociedade brasileira: alguns aspectos do processo histórico da formação social no Brasil", *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XXIX, 1979, pp. 51-63.
- OLIVEIRA, Aurélio de, *Contribuição para o estudo das Revoltas e Motins Populares em Portugal durante a Época Moderna. As Sublevações de Viana do Castelo*, Porto, ed. do autor, 1979.
- OLIVEIRA, António de, "Levantamentos Populares do Algarve em 1637-1638: a repressão", Sep. da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Fac. de Letras, Inst. de História Económica e Social, n.º 20, 1980.
- , "Levantamentos Populares no Arcebispado de Braga em 1635-1637", Sep. de *Bracara Augusta*, Braga, 1980.
- , "Movimentos Sociais e Poder no séc. XVII", Sep. das *Actas dos 2.ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal, 1996.
- PAIVA, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem "caça às bruxas" (1600-1774)*, Lisboa, Ed. Notícias, 1997.
- , "O Cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses. Uma encenação de poder (1741-1757)", *História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras, vol. 15, 1993, pp. 117-146.
- PARSONS, Elsie Clews, *Folclore do arquipélago de Cabo Verde*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968 (tradução do original americano publicado em 1923).
- PEDREIRA, Jorge Miguel, "Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: Padrões de recrutamento e percursos sociais", *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXVII, n.º 116-117, *História Social das Elites*, 1992, pp. 407-440.
- PELÚCIA, Alexandra Pinheiro, "José da Costa Ribeiro. Um Madeirense ao serviço da Ouvidoria-Geral das ilhas de Cabo Verde (1728-1740)", *Ilzenha*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, n.º 21, Julho-Dezembro, 1997, pp. 124-144.
- PENEFF, Jean, *La méthode biographique. De l'école de Chicago à l'histoire orale*, Paris, Armand Colin, 1990.
- PENTEADO, Pedro, "Confrarias Portuguesas na Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação", *Lusitania Sacra*, 2.ª série, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, n.º 7, 1995, pp. 15-52.
- PEREIRA, Daniel, *Estudos de História de Cabo Verde*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, 1986.
- , "A Fundação da Companhia de Cacheu, 1671-1676", in *Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio. Cacheu na Encruzilhada de Civilizações. Actas do IV Centenário da Fundação da cidade de Cacheu - 1589-1988*, coord. de Carlos Lopes, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993, pp. 223-226.
- , "As insolências do capitão Domingos Belchior Viegas e do seu irmão Belchior Monteiro de Queiroz contra as autoridades da ilha de Santiago (1653-1665)", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n.º 16, Julho-Dezembro, 1985, pp. 31-61.

- PEREIRA, Daniel, *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1988.
- , "Regimento que deve observar o feitor da ilha de São Vicente, Vicente das Neves Caio (1752)", *Revista de História Económica e Social*, n.º 17, Janeiro-Junho, 1986, pp. 89-101.
- , *A Situação da ilha de Santiago no 1.º quartel do século XVIII*, S. Vicente, Gráfica do Mindelo, Lda, 1984.
- PICÓ, Fernando, "Eslavos, cimarrones, libertos y negros libres en Rio Piedras, 1774-1873", *Anuario de Estudios Americanos*, Escuela de Estudios Hispano Americanos, Universidad de Sevilla, tomo XLIII, 1986, pp. 25-33.
- PIMENTEL, Maria do Rosário, *Viagem ao fundo das consciências: A escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995.
- PINA, Marie Paule, *Des Îles du Cap Vert*, Paris, ed. Karthala, 1987.
- PINHEIRO, Luís da Cunha, "O Foral da alfândega da ilha de Santiago de Cabo Verde de 1696", *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos de Além-Mar, vol. II, 2001, pp. 347-377.
- PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada em Desenho Urbano ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1999, (polic.).
- PRICE, Richard, "Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações", *Afro-Ásia*, Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, n.º 23, 2000, pp. 241-265.
- PUSICH, António (publicado e anotado por Orlando Ribeiro), "As ilhas de Cabo Verde nos princípios do século XIX. Memórias", *Garcia de Orta*, vol. IV, n.º 4, 1956, pp. 605-637.
- QUENUM, Alphonse, *Les Églises Chrétiennes et la Traite Atlantique du XV^e au XIX^e Siècle*, Paris, Karthala, 1993.
- QUIJANO, José Antonio Calderón, "Poblacion y raza en hispanoamérica/negros, mulatos", *Anuario de Estudios Americanos*, Escuela de Estudios Hispano Americanos, Universidad de Sevilla, tomo XXVII, 1970.
- RAU, Virgínia, *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- , "Les Escales de la 'Carreira da Índia' (XVI^e-XVIII^e Siècles)", com a colaboração de Luis de Albuquerque, A. Teixeira da Mota, Alexandre Lobato e Maria Emília Madeira Santos, separata de *Les Grandes Escales*, 2.^a partie, *Les Temps Modernes*, Recueils de la Société Jean Bodin, Bruxelles, éd. de la Librairie Encyclopédique, 1972.
- REGO, A. da Silva, *Temas Sociomissionológicos e Históricos*, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1962.
- REIS, João José dos, *A Morte é uma Festa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- REIS, João José dos; GOMES, Flávio dos Santos, (org.), *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*, Companhia das Letras, 1996.
- REIS, João José dos; SILVA, Eduardo, *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravagista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- REMA, Henrique Pinto, *As Missões Católicas da Guiné*, Braga, ed. Franciscana, 1982.
- , "A primeira missão franciscana da Guiné (séculos XVII-XVIII)", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XXIII, 1968, pp. 89-90.
- RIBEIRO, Orlando, *A Ilha do Fogo e as suas erupções*, 2.^a ed., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- , "Papel das ilhas de Cabo Verde na Expansão Portuguesa", *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1962, pp. 156-158.

- RIBEIRO JÚNIOR, José, "As companhias coloniais no processo de acumulação originária: um estudo de caso (o nordeste brasileiro)", *Anais de História*, São Paulo, Instituto de História e Psicologia de Assis, Ano 8, 1976, pp. 41-55.
- RODNEY, Walter, *A History of the upper Guinea Coast, 1545 to 1800*, New York, Monthly Review Press, 1970.
- RODRIGUES, Moacyr, *Cabo Verde. Festas de Romaria. Festas Juninas*, Mindelo, ed. do autor, 1997.
- RODRIGUES, Moacyr; LOBO, Isabel, *A Morna na literatura tradicional. Fonte para o estudo histórico-literário e a sua repercussão na sociedade*, S. Vicente, Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 1996.
- RODRIGUES, Victor, "A Administração do Concelho de Ponta Delgada na década de 1739-49", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, separata do vol. XLI, Angra do Heroísmo, 1984.
- , "As Companhias de Ordenança no Estado Português da Índia, 1510-1580", *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 19-20, 1994, pp. 212-218.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português (1550-1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Capitânias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.
- SALGADO, Anastácio Mestrinho; SALGADO, Abílio José, *Formas de Sensibilidade na Assistência durante os Descobrimentos*, Lisboa, Rei dos Livros, 1991.
- SANTANA, Elisa Torres, *La Burguesia Mercantil de las Canarias Orientales (1600-1625)*, Las Palmas, ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, 1991.
- SANTOS, Catarina Madeira, "A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: S. Tomé, Primeira Metade do século XVI", *Svdiá*, Lisboa, n.º 54-55, pp. 51-91.
- , *Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- SANTOS, Eduardo dos, *Da Administração da justiça em Cabo Verde e Guiné até 1832*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Provas de acesso à categoria de Investigador-Coordenador, 1998, (políc.).
- SANTOS, Guilherme de Oliveira, *O processo dos Távoras (Importância do Processo Revisório)*, Lisboa, 1979.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, "Escravos e Escravocratas. Vadios e Coronéis. A crise da sociedade caboverdeana nos séculos XVII e XVIII vista através dos 'levantamentos'", comunicação apresentada ao colóquio internacional "Escravidão e Mudanças Sociais" organizado pelo Comité Português do projecto da UNESCO "A Rota do Escravo", Évora, Novembro, 2001, (no prelo).
- , "Experiências e Ensaio no Mundo Atlântico anteriores à 'Casa Grande e Senzala' no Brasil", comunicação apresentada ao colóquio *Relações entre África e o Brasil*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1994, (mimeogr.).
- , "A Defesa dos Litorais. O caso de Cabo Verde durante a Ocupação Filipina", in *Actas do V Colóquio 'Do Infante a Tordesilhas'*, Lisboa, 1994, pp. 115-120.
- , "Mulatos: sua legitimação pela chancelaria régia no século XVI", *Svdiá*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 53, 1993, pp. 237-246.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; BALENO, Ilídio, "Litoral: linha de atracção, repulsão e compressão (Arquipélagos e Costa Ocidental Africana)", in *Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia - Limites do Mar e da Terra*, Cascais, Patrimónia, pp. 147-152.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; CABRAL, Iva, "A primeira cidade colonial nos trópicos: Ribeira Grande (Cabo Verde), séculos XV-XVII", *Revista do Arquivo Histórico Angolano*, (no prelo).

- SANTOS, Maria Emília Madeira; CABRAL, Iva Maria, "Um laboratório expedito para uma sociedade crioula (Cabo Verde – Séculos XVI-XVIII)", Praia, ed. Agencia Española de Cooperación Internacional com la colaboración del Ministério de Cultura de Cabo Verde, 2001, pp. 19-34.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel, "Entre l'Amérique et l'Afrique, les Iles du Cap-Vert et São Tomé: les Cheminementes des Milhas (Mil, Sorgho et Maïs)", in *Plantes et Paysages de l'Afrique. Une histoire à explorer*, dir. de Monique Chastenot, Paris, ed. Karthala et Centre de Recherches Africaines, 1998, pp. 69-83.
- , *Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. A legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI (Cabo Verde: ponto de intercepção de dois circuitos comerciais)*, Lisboa, CEHCA-IICT, "Série Separatas, n.º 218", 1989.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; CABRAL, Iva; TORRÃO, Maria Manuel Ferraz; SOARES, Maria João, "Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVIII)", *Africana*, Porto, Universidade Portucalense, n.º 6 (especial), 2001, pp. 49-78.
- SANTOS, N. Valdez dos, "As fortalezas de Bissau", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XXVI, n.º 103, 1971, pp. 481-519.
- SARAIVA, José Mendo da Cunha, "A fortaleza de Bissau e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão", in *Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné*, Lisboa, vol. I, 1946, pp. 157-91.
- SCHWARTZ, Stuart B., *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- , *Slaves, Peasants and Rebels*, Chicago, University of Illinois Press, 1992.
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as Origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931.
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Ayres de Magalhães, *A Evolução Orgânica do Exército*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.
- SIDNEY, M. Wintz, "Nota sobre a definição dos campesinatos", *Histórias & Ideias*, Porto, Edições Afrontamentos, n.º 2, 1978.
- SILBERT, A., *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime XVIII, debut du XIX siècle, contribution à l'Histoire agraire comparée*, Paris, SEVPEN, 1966.
- SILVA, António Correia e, *Espaços urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades-porto*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- , "Os Fundamentos do povoamento de Cabo Verde", *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 5, 1990, pp. 68-77.
- , *Histórias de um Sahel insular*, Praia, Spleen Edições, 1995.
- , *Nos tempos do Porto Grande do Mindelo*, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português, 2000.
- , "Para uma sociologia de uma Cidade-Porto. As especificidades do Mindelo no contexto das cidades cabo-verdianas", *Anais*, Mindelo, n.º 1, 1999, pp.
- , "Praia: a lenta emergência de uma capital", *Cultura*, Praia, n.º 2, 1998, pp. 189-201.
- , "Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. As secas e as fomes nos séculos XVII e XVIII", *Strdvia*, Lisboa, CEHCA-IICT, n.º 53, 1994, pp. 365-382.
- SILVA, Baltasar Lopes da, *Dialecto Crioulo em Cabo Verde*, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Imprensa Nacional de Lisboa, 1963.
- SILVA, Francisco Ferreira da, *Apointamentos para a história da administração da Diocese e da organização do Semnario Lyceu*, Lisboa, 1899.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995.
- , *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- SILVA, Tomé Varela, "Crenças e religiões" in *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1998, pp. 153-175.
- SILVA, Valdêlio Santos, "Rio das Rãs à luz da noção de quilombo", *Afro-Ásia*, Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, n.º 23, 2000, pp. 267-295.
- SOARES, Maria João, "A caminho do Maranhão passando por Cabo Verde: a estada do padre António Vieira na ilha de Santiago (1652)" in *Actas do Congresso Internacional do Terceiro Centenário da morte do padre António Vieira*, vol. 1, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1999, pp. 563-586.
- , "'Há festa na cidade': Festividades religiosas e cerimonial na Ribeira Grande", texto apresentado ao colóquio *Cabo Verde: Percursos Arqueológicos da Construção de uma Identidade Nacional Crioula*, Praia, Junho de 1999, (no prelo na revista *Sivdia*, n.º 58-59).
- , "Para uma compreensão dos Lançados nos Rios de Guiné - Século XVI-meados do século XVII", *Sivdia*, Lisboa, CEHCA-IICT, n.º 56/57, 2000, pp. 147-122.
Ver tb. SANTOS, Maria Emília Madeira.
- SOLOW, Barbara, L. (ed.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge, Cambridge, University Press, 1991.
- SOUSA, Henrique Teixeira de, "A estrutura social da ilha do Fogo em 1940", *Claridade*, S. Vicente, n.º 5, Setembro de 1947, pp. 42-44.
- , "Sobrados, Lojas e Funcos. Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo", *Claridade*, S. Vicente, n.º 12, Maio de 1958, pp. 2-8.
- SOUSA, S. Sp., A. Nogueira de, "Costumes de Santiago de Cabo Verde (Cerimónias fúnebres)", *Portugal em África. Revista de Cultura Missionária*, 2.ª Série, Ano, Ano III, Março, 1946, pp. 77-80.
- SOUZA, Laura de Mello e, *Inferno Atlântico. Demonologia e Colonização (Séculos XVI-XVIII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- STOCKINGER, Gottfried, *Crônicas do Campo*, 2 vols., Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, 1990.
- TEIXEIRA, Cândido da Silva, "Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné (documentos para a sua história)", *Boletim do Arquivo Histórico Colonial*, vol. 1, Lisboa, 1950, pp. 85-132.
- THOMAS, Louis-Vicent, LUNEAU, René, *La Terre Africaine et ses Religions. Traditions et Changements*, 2.ª ed., Paris, l'Harmattan, 1992.
- THOMAZ, Hugh, *The Slave Trade. The History of Atlantic Slave Trade, 1440-1870*, London, Papermac, 1997.
- THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, 2.ª ed., Lisboa, Difel, "Memória e Sociedade", 1998.
- THORNTON, John, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1460-1680*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- TOMAZINHO, Maria José Clemente, *Uma perspectiva das relações entre senhores e escravos na ilha de Santiago na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado de Literatura e Cultura dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, 1996, (polic.).
- TORRÃO, Maria Manuel, *Diets Alimentares. Transferências e adaptações nas ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*, Lisboa, IICT-CEHCA, 1995.
- , *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595)*, Lisboa, Dissertação para efeitos de prestação de provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, IICT-CEHCA, 2 vols., 1999, (no prelo).

- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, "Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufatura africana", *Stvdia*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 50, 1991, pp. 157-176.
Ver tb. SANTOS, Maria Emília Madeira.
- VAINFAS, Ronaldo, *Trópico dos Pecados. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- VASCONCELLOS, Ernesto J. de C. e, *Arquipélago de Cabo Verde: estudo elementar de geographia física, economia e política*, Lisboa, Centro Typographico Colonial, "Colónias Portuguesas, I", 1916.
- VEIGA, Manuel (dir.), *Cabo Verde. Insularidade e Literatura*, Paris, Karthala, 1998.
- , "O crioulo de Cabo Verde: emergência e afirmação", in *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1998, pp. 109-126.
- , "A Língua Cabo-verdiana", *Africana*, Revista do Centro de Estudos Africanos, Porto, Universidade Portucalense, n.^o especial, 1993, pp. 75-87.
- VERAN, Jean-François, "Rio das Rãs: Memória de uma Comunidade Remanescente de Quilombo", *Afro-Ásia*, Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, n.^o 23, 2000, pp. 297-329.
- VICENTE, João Dias, "Importância de dois arquivos eclesiais de Roma (A. S. Vaticano e Propaganda Fide) para a história da missão na Guiné-Bissau", *Itinerarium*, Braga, vol. XLV, 2000, pp. 520-531.
- , "Novos subsídios para a história da primeira missão franciscana portuguesa na Guiné (1660-1834)", *Itinerarium*, Braga, ano XVIII, 1982, n.^o 112-113, pp. 122-220.
- , "Quatro Séculos de Vida Cristã em Cacheu", in *Mansas, Grumetes Escravos e Gentio. Cacheu na Encruzilhada de Civilizações*, coord. de Carlos Lopes, Lisboa, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993, pp. 99-133.
- VIEIRA, Alberto, *Os Escravos no Arquipélago da Madeira, Séculos XV e XVII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.
- VIEIRA, Alberto, *Portugal y las Islas del Atlantico*, Madrid, Mapfre, 1992.
- VIEIRA, Alberto, MENESES, Avelino, RODRIGUES, Victor, "O Município do Funchal (1550-1650): Administração, Economia e Sociedade. Alguns elementos para o seu estudo", *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. II, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1986, pp. 1004-1089.
- VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa-Rita, *História da Medicina em Cabo Verde*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 1989.
- YACOU, Alain (dir.), *Créoles de la Caraïbe, Actes du Colloque universitaire en hommage a Guy Hazaël-Massieux*, Paris, éd. Karthala et Université des Antilles et de la Guyanne, 1996.

V — Cartografia:

AHU, secção de Cartografia.
CEHCA, colecção da Cartoteca.
DSE, colecção da Mapoteca.

VI — Iconografia:

AHU, secção de Iconografia.

AMARAL, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, "Memórias, 48", 1964.

Museu Nacional de Etnologia, Reservas de panaria e teares caboverdeanos.

BARCELLOS, Christiano José de Senna, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, tomo I, partes I e II; tomo II, partes III e IV, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899-1900.

Catálogo da Exposição Histórico-Documental sobre Cabo Verde, Mindelo-Praia, ed. do Arquivo Histórico Ultramarino do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.

LOUREIRO, João, *Postais Antigos de Cabo Verde*, Lisboa, Fundação Macau, 1998.

SILVEIRA, Luís, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas no Ultramar*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, vol. II, s.d.

VALDEZ, Francisco Valdez, *África Occidental. Notícias e Considerações*, tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

ILUSTRAÇÕES

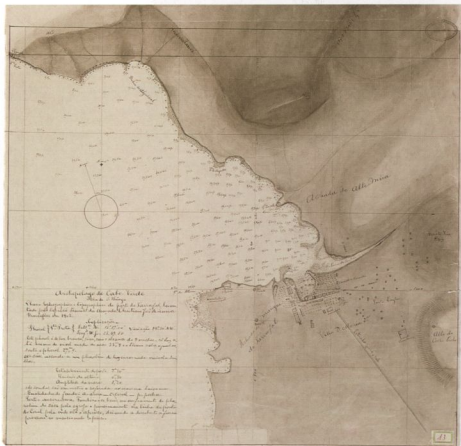
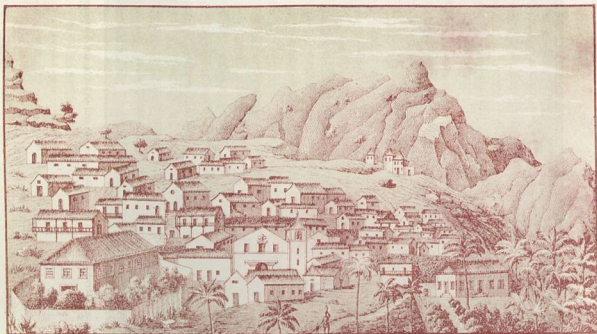


FIG. 2 – O Tarrafal começa por ser um dos portos "extravagantes" ou "insólitos" da ilha de Santiago tendo evoluído para uma vila, então chamada D. Maria II, com todos os apetrechos urbanos da época: câmara, igreja, escola, mercado, cadeia e cemitério.

FIG. 4 – As extensas salinas da Ilha do Maio desde cedo atraíram as tripulações das rotas transatlânticas que aí carregavam sal sem qualquer controlo por parte das autoridades coloniais.



POVOAÇÃO PRINCIPAL NA ILHA DE S. NICOLAU (Cabo Verde) *Lith. da Imp. N.º 1*

FIG. 6 – A povoação da Ribeira Brava de S. Nicolau foi elevada a Vila, em 1732, pelo ouvidor José da Costa Ribeiro, época em que dava impulso à integração de todas as ilhas num mesmo arquipélago.

VISTA DA POVOAÇÃO DA RIBEIRA GRANDE NA ILHA DE SANTO ANTÃO

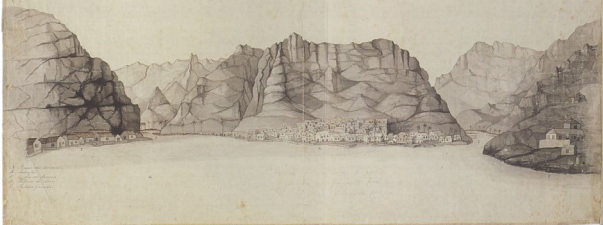


FIG. 8 - Preciosa vista da vila da Ribeira Grande de Santo Antão, em que o vigor e a beleza do traço de Senna Barcellos fazem ressaltar os contrastes da natureza violenta com a povoação acolhedora que surge entre as ribeiras da Torre e Grande e se abre ao mar.

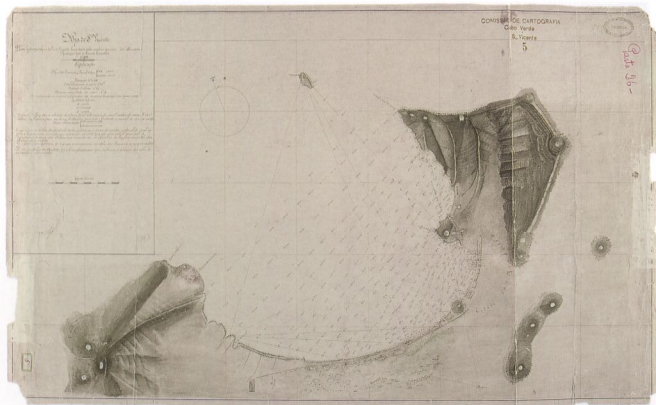


FIG. 9 – O plano hidrográfico do Porto Grande, aqui cartografado, representa o futuro da Ilha de S. Vicente como o grande porto transoceânico do arquipélago durante o período da navegação a vapor.

FIG. 10 – Esta é a representação de uma tumba envoltória em cerâmica. Entre outras características há de se distinguir as agulhas e as canas dos membros da família dominante no último quarto do século XVIII.

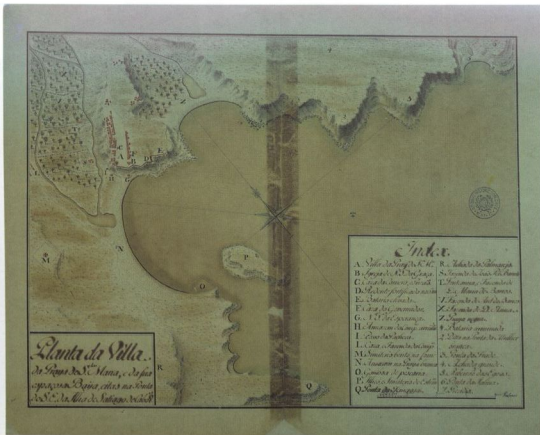


FIG. 11 – A Vila da Praia afirma-se como o porte de escala e aguada mais importante de Santiago, a ponto de as autoridades coloniais acabarem por ser compelidas a transferirem-se para esta urbe.



FIG. 12 – Na cidade de S. Filipe da Ilha do Fogo permanecem os antigos sobrados da elite local, alguns deles já recuperados.

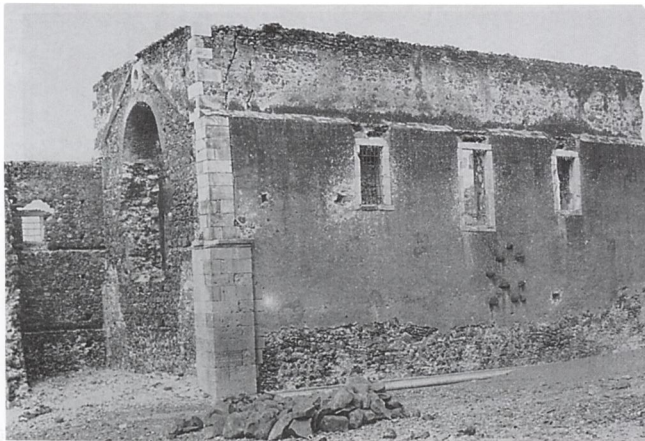


FIG. 13 – A Sé Catedral da Ribeira Grande, tal como foi fotografada no início da década de 1960 pelo Professor Ilídio do Amaral.



FIG. 15 – O interior de Santiago, com vales abertos fertilizados pelas ribeiras acolhiam as fazendas dos senhores, enquanto os picos davam guarida aos forros pobres, homiziados e escravos fujões. Foto de Luis Filipe Thomaz.

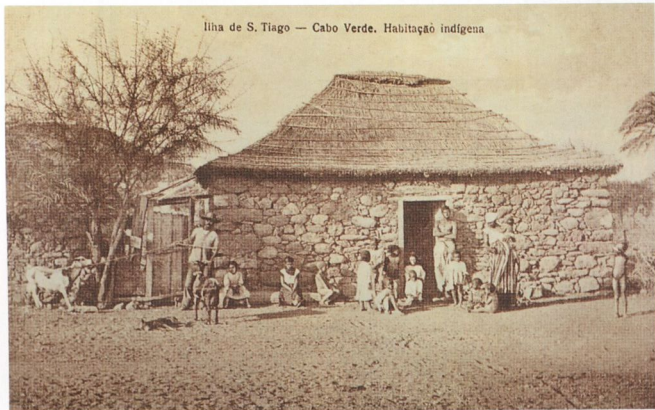


FIG. 16 – Habitação de uma família caboverdiana de nítida influência europeia que se pode observar na planta rectangular e no formato da porta.



FIG. 17 – As activas mulheres caboverdianas vendendo a sua produção agrícola e artesanal no mercado municipal da Praia. Foto de Maria Manuel Torrão.



FIG. 18 – Este conjunto de mercadorias coloridas e variadas pode ser interpretado como a representação actual do comércio miúdo que se adapta às capacidades de cada um. (Mercado da Assomada em S.ª Catarina). Foto de Maria Manuel Torrão.

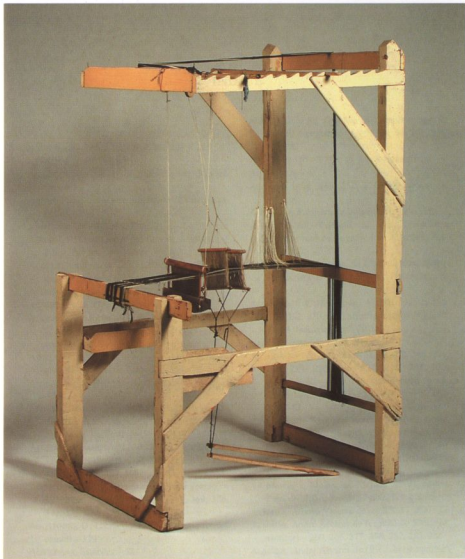


FIG. 19 – Tear móvel de urdidura horizontal, recolhido na década de 1940, na povoação da Volta do Monte, concelho de S.^a Catarina. Teares semelhantes a este teciam no século XVIII os panos da terra, negros ou anilados, o produto insular mais bem recebido no comércio dos Rios de Guiné. Foto amavelmente cedida pelo Museu de Etnologia de Lisboa.

ÍNDICE

A

- ABÓBORA – 11, 16, 19, 136, 198, 225 v.
ALIMENTOS
- ABREU, Lucas de (juiz ordinário da Ribeira Grande) – 278
- ABREU, Paulo Gomes de (almirante da carreira da Índia) – 296
- ABSOLUTISMO – 56, 316, 236, 321
- ACHADA BALEIA (porto da; ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS
- AÇORES, arquipélago dos – 219, 238; alfândega do – 192; comércio com o – 183
- AÇORIANOS, mercadores – 173
- AÇUGUE – 24, 27 v. tb. RIBEIRA GRANDE
- AÇÚCAR – produção de – 38, 174, 272; Cana-de-açúcar – 20; Canaviais – 53; trapiches – 38 v. ALIMENTOS
- ADEGA – 4
- AFONSO VI, (D.), rei de Portugal – 354
- AFONSO, Lopo (capitão-donatário da ilha Brava) – 131
- AFONSO, Rodrigo (1º donatário da Boavista, 2º donatário de Alcatrazes, ilha de Santiago, capitão da ilha do Maio) – 133, 134, 135, 143
- ÁFRICA/AFRICANOS – 1, 30, 31, 50, 60, 90, 95, 137, 158, 178, 203, 207, 215, 217, 218, 257, 261, 262, 328, 407, 408
- AGOSTINHO, D. Fr. Francisco de Santo (bispo) – 271, 332, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 372, 373, 374, 375, 383, 387
- AGOSTINHO, D. Leonardo de Santo (bispo renunciante) – 339
- AGRICOLAS, Estações – 52
- AGUADA, porto da (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS
- ÁGUAS PODRES, porto de (ilha de Santiago) – 201 v. PORTOS
- AGUIAR, António de (escrivão da fazenda) – 119
- AIALA, Gonçalo Gamboa de (capitão-mor de Cacheu e governador) – 95, 98, 99, 107, 274, 276, 283
- AJUNTAMENTO – 373 v. tb. LEVANTAMENTOS
- ALAMBIQUE – 4
- ALARDOS – 26, 248, 252, 321, 369, 409 v. tb. MILÍCIA
- ALBERNAZ, Próspero de Veiga (capitão) – 357
- ALBUQUERQUE, Caetano de Melo (capitão e sargento-mor do Fogo) – 154, 155, 261, 268, 393
- ALCATRAZES, povoação de (ilha de Santiago) – 22; donatário de – 134 v. Povoações: v. DONATÁRIOS
- ALFORRIA – 4, 18, 34, 46, 47, 48, 51, 61: 328, 329, 352, 379, 381; alforria forçada – 36, 48, 51, 64, teceadeiras de – 20
- ALGÁLIA, gatos de – 166, 344
- ALGODÃO – comércio de – 38, 61, 62, 166, 186, 218, 224, 225, 226, 227, 228, 232, 233; engenhos de – 5, 20, 135; manufactura do – 8, 10, 11, 20, 60, 61, 62, 65, 132, 135, 146, 232, 272, 313
- ALIMENTOS – Abóbora, Açúcar, Ananás, Arroz, Azeite, Banana, Batata, Caranguejos, Carne fresca, Carne salgada, Cuscuz, Farinha, Feijão, Feijão Verde, Frutos Silvestres, Galinhas, Goiabas, Laranjas, Leite de Cabra, Mandioca, Manteiga, Melancias, Melões bravos, Milho, Papa de Milho, Papais, Peixe, Peixe Seco
- ALMADA, Afonso Vicente de (capitão) – 284
- ALMADA, André Álvares de (capitão de Santiago; escritor) – 260, 265, 277, 278, 282, 283, 285
- ALMADA, André Álvares de (filho do homónimo) – 283, 288
- ALMADA, Carlos Mendonça de (oficial da câmara) – 277
- ALMADA, Cipriano Álvares de (cavaleiro da Ordem de Santiago) – 260

ALMADA, Ciprião Álvares de (neto de homónimo e filho de André Álvares de Almada) – 285

ALMADA, Francisco Álvares de (capitão-mor da vila da Praia, coronel) – 57, 287, 288

ALMADA, Inês Gomes de Almada (filha de André Álvares de Almada) – 285

ALMADA, João Álvares de (avô de André Álvares de Almada) – 282

ALMADA, Lourença de (filha de Afonso Vicente de Almada) – 284

ALMADA, Manuel Barbosa de (morador de Santiago) – 245, 277

ALMADA, Paula de (filha de André Álvares de Almada) – 285

ALMAS, confraria das – 402 v. Confrarias

ALMEIDA (alferes de cavalos) – 291

ALMEIDA, Cândido de (sargento-mor) – 65

ALMEIDA, Manuel Fidalgo de (sargento-mor de Santiago) – 300

ALVARENGA, Lourenço da Costa (capitão-mor de artilharia) – 294

ÁLVARES, Francisco (beneficiário da matriz de S. Filipe; ilha do Fogo) – 393

ÁLVARES, Francisco (capitão de infantaria) – 292

ÁLVARES, Gil (corregedor) – 254

ÁLVARES, padre João (jesuíta) – 22

ALVITO, Barão de (vedor da fazenda do rei) – 144

AMARAL, Francisco de Barros do (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 312

AMARAL, João de Sousa (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 281

AMARAL, Pedro Cardoso do (tenente de cavalos) – 286, 306, 307, 377, 378, 379

ÂMBAR, comércio de – 166; recollecção de – 15, 129

AMBRÓSIO, Fernandes (guarda-mor dos navios da Ribeira Grande) – 244

AMEAÇAS ÀS COLHEITAS AGRÍCOLAS – corvos, galinhas do mato, macacos, ratos – 19, 34

AMÉRICA DO SUL – 37, 168

AMÉRICA ESPANHOLA – 328

AMÉRICA/AMÉRICAS – 34, 50, 66, 137, 158, 176, 207, 215, 328, 409

AMNISTIA, pedido de – 43

ANANÁS, produção de – 20 v. ALIMENTOS

ANDRADE, Domingos Lopes (sargento-mor) – 292

ANDRADE, Fabião de (alferes) – 292

ANDRADE, Francisco de (sargento-mor) – 23, 124, 125, 144, 249

ANDRADE, Francisco Freire de (capitão) – 281

ANDRADE, Francisco Vidão de (vereador da Ribeira Grande) – 281

ANDRADE, Gregório Freire de (cônego) – 322

ANDRADE, João Freire de (coronel) – 65, 315, 316, 317, 322, 323, 324, 325, 326

ANDRADE, João Freire de (provedor da Fazenda Real) – 27, 93, 193

ANDRADE, João Vieira de (ouvidor) – 228, 269, 284, 287, 289, 311, 312, 314, 315, 316, 319, 320, 322, 323, 332, 333, 394

ANDRADE, Manuel de (capitão-corregedor) – 122, 259

ANDRADE, Manuel Fidalgo de (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 281

ANDRADE, Matias Freire (escrivão da Ribeira Grande) – 281

ANDRADE, Miguel Barbosa de (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 281

ANDRADE, Pedro Fidalgo de (juiz ordinário da Ribeira Grande) – 263, 281

ANDRADE, Violante Freire de (mulher do coronel Manuel Gonçalves Carvalho) – 322, 324, 325

ANDREIA, António Carlos (engenheiro) – 3, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 30,

ANGOLA – 95, 336, 355, 366

ANGRA, porto de (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

ANIL – 4, 210, 232, 296 v. tb. PANOS DA TERRA

ANTENELLI, Bautista (engenheiro militar italiano) – 23

ANTILHAS – 2, 37, 66, 215, 328

AQUINO, Tomás Brito de (governador desistente) – 97, 98

ARAGÃO, Manuel Pais de (ouvidor) – 107, 108, 115, 116, 283

ARANHA, António Barbosa (procurador da Ribeira Grande) – 281

ARANHA, Manuel Barbosa (capitão) – 278

ARAÚJO, Afonso Vicente da Fonseca (cônego) – 285

ARAÚJO, Boaventura de, capitão do porto de Charco; (ilha de Santiago) – 202

ARAÚJO, Estácio (tenente de artilharia) – 295

ARAÚJO, Francisco António da Fonseca (capitão) – 320

ARAÚJO, Francisco Xavier de (ouvidor) – 5, 8, 9, 14, 93, 298, 394

ARAÚJO, Isabel Barradas de (filha de Lourenço de Almada, 1ª) – 283, 284

ARAÚJO, João (escrivão do governador Francisco Manuel da Nóbrega Vasconcelos) – 140

ARAÚJO, João da Cruz (tenente de artilharia) – 294

ARAÚJO, Jorge de (filho de Afonso Vicente de Almada) – 284

ARAÚJO, Nicolau da Fonseca (cónego) – 284, 318, 325

ARAÚJO, Nicolau de Pina (morador de Cacheu) – 390

ARAÚJO, Manuel Pereira Calheiros e (governador) – 372

ARGEL – 103

ARMADOR, perda de capacidade do – 17, 54, 163, 164, 165, 166, 169, 175, 207, 211, 214, 257, 262, 328

ARMADOS, grupos – 40, 41, 46, 47, 64, 308, 309, 315, 316, 317, 368, 379, 383, 384, 385, 410, 411

ARMAS – alfanges – 343; zagaías – 45, 46, 315, 368, 385; bacarmantes – 45, 46; catanas – 315, 383; clavinhas – 315; compra de – 204; espadas – 46, 47; espingardas – 10, 343, 368; fucas – 47, 121; lanças – 47; machados – 315; manducos – 368; pistolas – 45, 46, 315, 383; uso de armas proibidas – 121, 385. V. tb. GRUPOS ARMADOS

ARRENDAMENTO, contratos de – 206, 207, 208, 328; arrendatários – 257

ARROZ – 24, 203, 218 v. Alimentos

ARTILHARIA – 251, 307; companhia de – 249, 290; ensino de – 261; guarnições de – 250, 260, 290, 294, 295 v. tb. MILÍCIA

ASCENSÃO, D. Fr. Sebastião da (bispo) – 351

ÁSIA – 178, 203, 207

ASILO, direito de – 339, 359, 378, 379, 382

ASSALARIADO, trabalho – 51, 52, 53, 60, 64, 65, 226, 313, 410; salários – 52, 53

ASSOMADA, povoação da (ilha de Santiago) – 362 v. POVOAÇÕES

ATLÂNTICO – VII, 13, 23, 28, 40, 43, 103, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 175, 176, 178, 239, 251, 260, 266, 327, 341, 364, 408; ilhas atlânticas – 24

ATRAVESSADOR – 176, 177, 181, 186, 224 v. tb. COMÉRCIO MIÚDO

AVENTUREIROS, companhia de – 248, 265 v. tb. MILÍCIA

ÁVILA, Marcelino Pereira d' (governador) – 111, 275, 311

AZEITE – 13, 24, 172 v. Alimentos

AZEVEDO, António de (capitão da guarda) – 119

AZEVEDO, José Ferreira de (capitão do navio *S. José*) – 187

B

BABO, Manuel Gonçalves (feitor de Santo Antão) – 267

BAÇOS, homens – 24, 236, 257, 258 v. HOMENS

BAENA, D. João Jácome Henriques (governador) – 111, 275

BAIA – 386; Tribunal da Relação da – 117, 118, 119 v. tb. OUVIDORES

BAIÃO, Fr. Bento de Baião (irmão leigo franciscano) – 361

BAIÃO, João Bartolomeu (corsário português) – 137

BAILES – 30 v. CERIMÓNIAS

BAIROS – S. Sebastião, S. Brás, Tarrafal, Figueira de Portugal, Penha de França

BAIXO, ilhéu do – 13 v. tb. DESERTAS

BALEIA, pesca da – 15 v. tb. PESCA

BALESTY, Philip (contratador da urzela) – 191 v. URZELA

BANANA, produção de – 11, 16 v. ALIMENTOS

BANDOS, publicação de – 5, 11, 14, 63, 177, 179, 180, 252, 381

BAPTISTA, D.ª Filipa (viúva de João Coelho, capitão do Maio) – 144

BAPTISTA, João (comprador da capitania da ilha do Maio) – 134, 135, 143

BAPTISTA, João Anes (alferes) – 293

BARAFULAS – 160; imposto das – 185, 210, 211, 213 v. tb. PANOS e TRÁFICO DE ESCRAVOS

BARASA, Diogo (escrivão dos órfãos e defuntos em Santiago) – 88

BARBADOS, ilhas – 17, 138, 174, 196, 205 v. tb. ÍNDIAS OCIDENTAIS

BARBOSA, José da Fonseca (governador) – 94, 111, 275

BARBOSA, Marques (capitão) – 287

BARCO, D. Fr. Jerónimo do (bispo) – 333

BARLAVENTO, ilhas do – 3, 4, 30, 61, 62, 139, 151, 188, 190, 196, 228, 233, 329, 340, 343, 344, 360, 361, 362, 365, 394, 397, 400, 403, 404

BARRADAS, Ana da Luz (mulher de José Maria Cardoso) – 285

BARRADAS, D. Catarina de Sousa (casada com Gabriel Antônio Cardoso) – 287, 289

BARRADAS, D. Catarina de Sousa (filha de Isabel Barradas de Araújo) – 284

BARRADAS, Isabel (filha de Nicolau Araújo da Fonseca) – 284

BARRAZA, Domingos da Veiga (ajudante) – 292

BARREIRA, padre Baltasar (jesuíta) – 22, 124, 125, 137

BARRETO, Álvaro (capitão da Armada Real) – 254

BARRETO, João Pereira (vigário-geral) – 391

BARRETO, Manuel Quaresma, (pensionário do gado bravo da ilha da Boa Vista) – 136

BARRETO, Pedro, Ferraz (governador) – 82, 87, 101, 114, 338

BARROS, Antônio (ouvidor interino) – 279

BARROS, Belchior Barbosa de (juiz ordinário da Ribeira Grande) – 277

BARROS, Carlos Mendonça (capitão-mor) – 317

BARROS, Catarina (filha de João de Barros Bezerra) – 286

BARROS, D. Margarida Pedrosa de Andrade de – 297, 310

BARROS, Feliciano de (escravo) – 319

BARROS, João Barbosa de (juiz ordinário da Ribeira Grande) – 279, 297

BARROS, Lucas de (morador da Ribeira Grande) – 280

BARROS, Pedro de (capitão-mor de Cacheu e da Praia, cavaleiro da Ordem de Cristo) – 93, 94, 108, 280, 305, 384

BARROS, Severino de, capitão do Porto de S. Francisco; (ilha de Santiago) – 202

BARROSO, João Pereira (sindicante) – 310, 382

BASTOS, Marcelino, Antônio de (governador) – 156

BATALHA, porto da (ilha de Santiago) – 201 v. PORTOS

BATATA, produção de – 11, 198 v. ALIMENTOS

BATUQUE – 30 v. CERIMÔNIAS

BEATRIZ, D^a (viúva do infante D. Fernando) – 134

BECA, privilégio de usar – 117, 118, 120, 394 v. tb. OUVIDORES

BEÇO, Domingos Fernandes do (reendeiro do gado da Boa Vista) – 126

BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e (conselheiro do Conselho Ultramarino) – 71

BERMUDAS, ilhas – 17 v. tb. ÍNDIAS OCIDENTAIS

BEZERRA, Antônio de Barros (capitão-mor de Cacheu) – 159, 210, 211, 285, 286, 288, 339, 355, 357, 365

BEZERRA, Antônio de Barros (filho do homônimo) – 286

BEZERRA, Antônio Jácome (ouvidor e provedor da fazenda, interino) – 93

BEZERRA, Francisco de Barros (capitão) – 286

BEZERRA, Isabel de Barros, (mulher do governador Rodrigo de Oliveira da Fonseca) – 275, 286, 307, 373, 377

BEZERRA, João Barros de (capitão-mor de Cacheu) – 285, 288

BEZERRA, João de Barros de Sousa (coronel) – 293, 294, 298, 307, 310

BISPOS, poder e prerrogativas dos – 105, 108, 110, 111, 193, 335, 340, 366, 370, 382, 383, 384, 398, 406; provimento dos – 337, 339, 342, 347, 375, 389, 394

BISSAU – 50, 96, 186, 188, 227; fortaleza de – 285, 286, 347, 364 capitão-mor de – 289, 359, 365

BOA VISTA, ilha da – 16, 17, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 187, 197, 231, 266, 267, 268, 321, 325, 329, 343, 359, 360, 378, 394, 396, 400, 401, 402, 402, 407; capitão-cabo da ilha da – 268; capitão-mor da – 152; feitor da – 128, 136, 150, 152, 267; juiz da – 150, 267;

BOA VISTA, sítio da; (ilha de Santiago) – 310 v. SÍTIOS

BOAVENTURA, D. Fr. Cristóvão de S.(bispo) – 333, 335, 397

BOAVENTURA, vínculo da – 282 v. VÍNCULOS e PROPRIEDADE VINCULADA

BOLOR, praça de – 347

BORGES, Antônio (tenente de cavalos) – 291

BORGES, José dos Reis (coronel) – 252, 325

BOTELHO, Antônio de Bravo – 382

BOTELHO, Miguel Caetano Bravo (capitão-mor da fortaleza de S. Filipe) – 120, 121, 309, 381

BOTELHO, Sebastião de Bravo (ouvidor) – 2, 73, 85, 104, 116, 117, 120, 121, 140, 147, 148, 180, 181, 193, 194, 195, 197, 272, 297, 299, 301, 306, 309, 310, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 385

BRAGA, arcebispo de – 387

BRANCO, Dionísio Gonçalves (ouvidor) – 333

BRANCO, ilhéu – 15, 68 v. ilhas Desertas

BRANCO, Manuel (meirinho de Santo Antão) – 141

BRANCOS – 49, 86, 89, 103, 104, 111, 125, 356, 369 v. Homens

BRANCOS DA TERRA – 3, 89, 90, 122, 149, 253, 288, 295, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 408, 408, 409 v. Homens

BRANCOS DO REINO – 3, 20, 29, 32, 43, 47, 74, 89, 90, 92, 149, 250, 257, 266, 268, 272, 288, 289, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 303, 320, 324, 366 v. HOMENS

BRANDÃO, Jorge Gomes (escrivão em S. Filipe; ilha do Fogo) – 81

BRASIL – 39, 40, 46, 95, 137, 138, 173, 178, 206, 209, 210, 212, 215, 217, 218, 225, 226, 227, 259, 262, 265, 290, 313, 315, 321, 328, 336, 354, 355, 383, 386, 396; (companhia de comércio do) – 208; (ouro e diamantes do) – 266, 364

BRAVA, ilha – 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 29, 30, 31, 123, 124, 125, 131, 132, 133, 135, 136, 142, 145, 149, 150, 151, 154, 155, 186, 187, 189, 197, 205, 231, 266, 267, 268, 321, 333, 359, 392, 393, 395, 396, 400; arrendamento da – 123, 131, 132, 133, 134, 135; capitão-cabo da – 268; capitão-donatário da – 131; juiz da – 150, 267

BRAVA, (povoação da ilha) – 12 v. Povoações

BRITO, coronel Álvaro Sanches de, comandante da fragata *Nº Sr.ª da Vitória* – 140, 381

BRITO, Pedro Cabral de (cônego) – 318, 319, 320

BUELOS AIRES – 357

BUGUENDE, povoação de (ilha de Santiago) – 271, 370 v. Povoações

BULHÃO, José de Oliveira (capitão do navio *S. Pedro*) – 188

BULHÕES, Diogo Serra de Bulhões (reinól, provido como meirinho da serra) – 245

BULHÕES, Filipe Serrão de (capitão de infantaria) – 291

C

CABANAS – 15, v. HABITAÇÕES

CABEÇO DOS TARAFES, povoação de; (ilha da Boa Vista) – 403 v. POVOAÇÕES

CABIDO – 322, 328, 334, 338, 339, 340, 344, 345, 346, 350, 351, 360, 361, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 374, 378, 379, 380, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 395, 398, 401, 406, 411

CABO BRANCO – 218, 220, 313

CABO DAS PALMAS – 218, 220, 313

CABOTAGEM, navegação de – 176

CAÇA – 10, 12, 126, 127

CACHAÇO – região do; (ilha de Santo Antão) – 402 v. REGIÕES

CACHEU – (porto de; praça de, vila de) 50, 56, 74, 95, 118, 157, 158, 159, 160, 166, 170, 186, 187, 188, 195, 196, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 227, 285, 286, 336, 344, 347, 348, 352, 354, 355, 360, 373, 379, 381, 387, 390; capitão-mor de – 118, 120, 147, 148, 158, 159, 160, 211, 252, 265, 285, 286, 287, 288, 289, 296, 359, 365, 373, 384, 387; barra de – 386; feitor de – 74, 75; hospício de – 390; igreja de – 344; V. tb. GUINÉ

CADEIA – 239 v. tb. RIBEIRA GRANDE

CADENA, Constantino de (governador desistente) – 98

CAGARAS – 14 v. TARTARUGAS

CALÇADO – 232

CALHEIROS, Manuel Pereira (governador) – 111

CALHETA, Manuel Dias (provedor dos defuntos) – 93

CALHETA, porto da; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

CÂMARA, José Pinheiro da (capitão-mor de Bissau e governador) – 96, 248, 269, 270, 271, 272, 275, 332, 366, 369, 370, 371

CÂMARA, Manuel António Pinheiro da (governador) – 274, 358

CÂMARAS/PODER LOCAL – 2, 3, 7, 91, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 252, 253, 257, 262, 266, 267, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 301, 407, 408, 409,

411; eleições dos oficiais das – 240; v. tb. PRAIA, RIBEIRA BRAVA, RIBEIRA GRANDE (cidade), RIBEIRA GRANDE (vila) e S. FILIPE CAMINHOS – 14, 64

CAMPO DA SERRA, povoação de; (ilha da Boa Vista) – 403 v. POVOAÇÕES

CAMPONESES/ECONOMIA CAMPONESA – 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 17, 18, 20, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 43, 53, 64, 408, 410; modo de vida camponês – 53, 54

CAMPOS, Antônio Varela de (guarda-mor do porto da Ribeira Grande) – 244

CAMPOS, Domingos, Lopes (capitão) – 310

CANAL (entre Santo Antônio e S. Vicente) – 14

CANIÇOS GRANDES, porto de (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

CANIÇOS PEQUENOS, porto de (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

CAPELAS, – 368, 403 v. PROPRIEDADE VINCULADA

CAPITÃO-GERAL – 238

CAPUCHINHOS ESPANHÓIS – 339

CARAMUJO, região do (ilha de Santo Antônio) – 402 v. REGIÕES

CARANGUEJOS, apanha de – 15 v. ALIMENTOS

CARDOSO, Antônio (ajudante) – 290

CARDOSO, Diogo (feitor da Boa Vista) – 136

CARDOSO, Diogo Semedo (juiz ordinário) – 279

CARDOSO, Francisco (alferes) – 292

CARDOSO, Gabriel Antônio (capitão-mor da Praia) – 289, 311, 314, 318, 320

CARDOSO, João Rodrigues (corregedor e capitão da ilha de Santiago) – 258, 259, 260

CARDOSO, Jorge Machado (sargento-mor de Santiago) – 287, 290

CARDOSO, José Maria, (coronel) – 64, 252, 285

CARDOSO, Lourenço Pinto (morador em Santiago) – 84

CARDOSO, Luís Simão (capitão dos portos da Ribeira da Prata e Mangués) – 202 v. PORTOS

CARDOSO, Manuel Semedo (morador de Santiago) – 285

CARDOSO, Pedro (administrador da companhia do Grão Pará e Maranhão) – 287, 289, 293, 311, 315

CARDOSO, Pedro Semedo (capitão) – 79; (governador interino) – 93, 107, 279, 283, 367

CARNE FRESCA – 181 v. ALIMENTOS

CARNE SALGADA – 12, 181 v. ALIMENTOS

CARNEIRO, Antônio (secretário régio) – 258

Cartagena – 354

CARTAS PATENTES, passagem de – 252, 253, 325 v. tb. MILÍCIA

CARVALHAIS, Antônio de Almeida (opositor ao cargo de governador) – 100

CARVALHO, Antônio Pais de (vereador da Ribeira Grande) – 244, 263, 281

CARVALHO, Bonifácio, (capitão de Porto Formoso e do porto Marques de Sete Ribeiras) – 202

CARVALHO, D. Antônia de Barros Pereira e (mulher de Francisco de Assis de Santa Maria) – 287

CARVALHO, Frutuoso de (escrivão da Ribeira Grande) – 281

CARVALHO, João Pereira de (coronel, capitão-mor de Cacheu) – 111, 287, 288, 290, 291, 295, 296, 297, 298, 306, 307, 374, 377, 378, 379, 387, 388, 393

CARVALHO, Manuel (vereador da Ribeira Grande) – 279

CARVALHO, Manuel Dias (proprietário do ofício de escrivão da correição) – 80

CARVALHO, Manuel Gonçalves de (coronel) – 317, 318, 322, 323, 324, 325

CARVALHO, Manuel Martins de (capitão de infantaria) – 293

CARVOEIRO, caminho dos (ilha de Santo Antônio) – 14 v. CAMINHOS

CARVOEIRO, porto dos (ilha de Santo Antônio) – 5, 14, 401 v. tb. PORTOS E PORTO INGLÊS

CASAMANSA, Rio – 210, 390 v. tb. GUINÉ

CASAMENTO – 399; noivado – 399 v. CERIMÔNIAS

CASAS, povoação das; (ilha de Santo Antônio) – 5 v. POVOAÇÕES

CASSARD, general (comandante da frota francesa que invadiu Santiago) – 269, 270, 272, 283, 306, 310, 332, 369 v. “INVASÃO FRANCESA”

CASTANHO, João Nunes (capitão-mor da Praia) – 182, 183, 302, 306, 307, 308, 309, 373, 374

CASTELA – 23, 24, 98, 208, 210, 259 v. tb. ESPANHA

CASTELHANOS, navegação e comércio dos – 95, 137, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 190, 200, 205, 208, 215, 262, 336

- CASTELO BRANCO, D.^a Isabel (donatária da ilha do Maio) – 144
- CASTELO BRANCO, Jorge Mesquita de (governador) – 72, 79, 99, 100, 119, 169, 170, 274, 305
- CASTELO, porto do; ilha de Santiago – 202 v. PORTOS
- CASTILHO, Jorge de (governador e conselheiro do Conselho Ultramarino) – 96, 122
- CASTILHO, Nicolau de (governador) – 93
- CASTRO, Martinho de Melo e (secretário de Estado da Marinha e Ultramar) – 16, 30, 61
- CATEQUESE – 354, 355, 356, 363, 376 v. tb. ENSINO
- CAVALARIA, companhias de – 247, 250, 252, 260, 261, 290, 291, 294 v. tb. MILÍCIA
- CAVALEIROS, forte dos (ilha de Santiago) – 250, 294; guarnição do – 294 v. FORTIFICAÇÕES
- CAVALOS, (meio de transporte) – 18
- CENSO DE 1727-31 – 4, 16, 18, 20, 28, 268, 295, 384, 385
- CERA – 166, 195, 213, 257 v. tb. COMÉRCIO EXTERNO
- CERIMÓNIAS – Baile, Bataque, Esteira, Guarda-Cabeça, Casamento, Noivado,
- CERQUEIRA, Francisco da Cunha (ouvidor interino) – 93
- CERRADO, sítio do; (ilha de Santo Antão) – 5 v. SÍTIOS
- CHARCO, porto do; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS
- CHAVES, Duarte Teixeira (Não chegou a tomar posse do governo) – 101
- CHEIAS – 16, 22 v. tb. CHUVAS
- CHELMICKI, José Conrado, tenente do corpo de Engenheiros, autor oitocentista – 30
- CHUVA-CHOVE (capela de) – 302 v. tb. CAPELAS e PROPRIEDADE VINCULADA
- CHUVAS – 11, 16, 19, 20, 34, 64, 198; estação das – 22, 34
- CIMA, Francisco de (proprietário de terras em Santo Antão) – 228
- CLÉRIGOS REBELDES – 383, 384, 392, 411 v. tb. LEVANTAMENTOS
- CLERO PAROQUIAL – 343, 351, 360, 361, 362, 363, 365, 368, 373, 375, 376, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 398, 402, 403, 404, 411; Clero local – 343, 359, 360, 361, 363, 366, 376, 382, 388, 411; Clero Reinól – 387, 388, 389, 390, 392 v. tb. BISPOS e CABIDO
- COELHA, Francisca (filha de João Coelho, capitão da ilha do Maio) – 144
- COELHO, André (capitão de infantaria) – 293
- COELHO, Bento Gomes (governador) – 73, 75, 96, 100, 115, 194, 387
- COELHO, Egas (genro de João Baptista, capitão da ilha do Maio) – 135, 144
- COELHO, João (genro de João Baptista, capitão da ilha do Maio) – 135, 144
- COELHO, Manuel da Costa (sargento-mor de Santiago) – 290, 296
- COELHO, Martins (alferes) – 293
- COIMBRA, bispado de – 387
- COLA – 210 v. COMÉRCIO EXTERNO
- COMÉRCIO EXTERNO – entreposto – 157, 158, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 172, 174, 175; aguada – 11, 27, 138, 176, 177, 178, 203, 254, 351; escala comercial – 12, 22, 23, 27, 159, 169, 177, 181, 198, 203, 219, 221, 227, 254, 257, 328, 357, 364, 408; refresco – 138, 179, 180, 181, 182, 191, 195, 196, 197, 199, 203, 219, 221, 225, 232, 254, 328; Exclusivo comercial – 31, 36, 37, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 75, 162, 168, 174, 198, 200, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 231, 364, 405, 406; Liberdade comercial – 54, 55, 56, 57, 166, 168, 186, 191, 198, 201, 202, 203, 204, 209, 210, 212; Monopólio do – 61, 203, 210, 236, 277, 313, 411; v. tb. CERA, COLA, COUROS, PANOS DA TERRA, PELES, URZELA
- COMÉRCIO INFORMAL – 175, 192, 204; Comércio Interno – 53; Comércio miúdo – 18, 27, 176, 177, 178, 179, 180, 191, 192, 205, 223, 224, 228, 312, 357, 408, 411; – mercadorias importadas: facas – 178, 180; agulhas – 180; roupa e calçado velhos – 28, 178, 180, 204, 206; chapéus – 178, vasilhame – 178; trigo – 178; azeite – 178, linho – 178; seda – 178; tafetá – 178; quinquilharia/bugiganga – 178, 206; mercadorias exportadas: galinhas – 28, 176, 177, 178, 179, 180, 194; porcos – 176, 177, 178, 179; cabras/cabritos – 28, 176, 177, 178, 179; vacas – 176, 177, 178, 179, 182; cavalos – 176, 177, 178, 179, 182; burros – 176, 177, 178, 179, 182; produtos horticolas –

- 28, 176, 177, 178, 179, frutas – 194;
Comércio por troca directa – 178, 205, 206,
224, 228, 229, 312, 313, 36
- COMPANHIA DA COSTA DA GUINÉ – 209 v. tb.
PALMIDA
- COMPANHIA DA GUARDA – 250, 325, 311 v. tb.
MILÍCIA
- COMPANHIA DE CACHEU E CABO VERDE – 212,
213, 214, 215, 216, 328, 347, 353, 354, 355,
358, 364; contrato da – 212, 213 v. tb
COMPANHIAS COMERCIAIS
- COMPANHIA DE CACHEU, Rios e Comércio de
Guiné – 166, 210, 211, 212, 285, 288, 328;
contrato da – 210, 211 v. tb. COMPANHIAS
COMERCIAIS
- COMPANHIA, capitão de – 250 v. tb. MILÍCIA
- COMPANHIA DO ESTANCO DO MARANHÃO E PERU
– 211, 212; v. tb. COMPANHIAS COMERCIAIS
- COMPANHIAS COMERCIAIS – 31, 36, 50, 54, 160,
162, 165, 207, 208, 209, 210-215, 216, 217,
236, 283, 290, 311, 328, 341 v. tb. Comércio
Externo
- CONEL, O' (irlandês, morador em Santo Antão) –
154
- CONFISSADOS, rol de – 273, 335, 369
- CONFLITOS SOCIAIS – 4, 39, 64; v. tb. LEVAN-
TAMENTOS
- CONFRARIAS – 66, 335, 350, 400, 402, 403
- CONFRARIAS – Almas, Misericórdia, N.º Sr.ª da
Conceição, Santíssimo Sacramento
- CÔNGRUAS ECLESIASTICAS – 340, 343, 346, 350,
360, 362, 376, 388, 391, 400, 402, 403, 404,
405, 406
- CONSTRUÇÃO NAVAL – 13, 14, 20
- CONTI, D. Inocêncio (núncio apostólico) – 400
- CONTRABANDO – 15, 16, 20, 27, 28, 56, 57, 168,
175, 177, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193,
197, 198, 199, 201, 202, 203, 205, 225, 227,
228, 250, 262, 328, 374
- CONTRATADORES – 207, 262
- CONTREIRAS, Garcia (juiz ordinário da Ribeira
Grande) – 282
- CORDA, caminho da; (ilha de Santo Antão) – 14
v. CAMINHOS
- CORGO, Domingos Pereira (reinól, sargento-mor)
– 295
- COROA – 2, 7, 8, 15, 24, 43, 50, 53, 55, 57, 64,
65, 73, 74, 75, 99, 103, 113, 114, 123, 125,
128, 129, 132, 135, 140, 143, 144, 146,
159, 160, 162, 168, 172, 174, 183, 184,
185, 190, 192, 199, 200, 203, 204, 205,
206, 207, 208, 211, 215, 219, 225, 236,
238, 239, 245, 253, 254, 257, 262, 266,
288, 289, 290, 306, 323, 328, 336, 337,
339, 342, 347, 357, 358, 368, 390, 404 v. tb.
REINO e CORTE
- COROA, Reversão das ilhas donatárias para a – 7,
68, 127, 128, 129, 130, 140, 141, 143, 144,
145, 146, 147, 154, 380
- CORREIA, António (donatário da ilha da Boa
Vista) – 135, 144
- CORREIA, Francisco (3º donatário da Boa Vista,
filho de Pedro Correia) – 126, 135, 136
- CORREIA, Miguel (alfere de artilharia) – 295
- CORREIA, padre Cosme – 383
- CORREIA, Pero (donatário da ilha da Boavista) –
126
- CORREIA, Sebastião (preto vadio) – 319
- CORREIÇÃO – 5, 142, 150, 151, 360, 394 v. tb.
OUVIDORES
- CORTE – 71, 91, 95, 104, 115, 118, 143, 165, 258,
259, 303, 323, 339, 388 v. tb. COROA e REINO
- COSTA, António Rodrigues da, (capitão dos
portos de Angra e Rincão) – 189, 202
- COSTA, Bernardo (alfere) – 291
- COSTA, Firmino (escravo) – 320
- COSTA, Francisco da (capitão de infantaria) – 292
- COSTA, Gonçalo Soares (provido como almo-
xarife e feitor da Ribeira Grande) – 92
- COSTA, José da Silva, (capitão do navio S.
Sebastião) – 188
- COSTA, Manuel Delgarte da (ouvidor) – 44, 115,
348
- COSTA, Manuel Fidalgo da (juiz ordinário) – 279,
305
- COSTA, Pedro da (alfere) – 292
- COSTA, Tomé fidalgo da (capitão-mor) – 367
- COSTA, Veríssimo Carvalho da (governador) –
44, 112, 113, 184, 347, 348
- COUROS – 21, 126, 137, 196, 198, 201, 308, 344 v.
tb. COMÉRCIO EXTERNO
- COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa (secretário de
Estado da Marinha e Ultramar) – 16
- COITO, João do (criminoso) – 87
- COVA, região da; caminho da; (ilha de Santo
Antão) – 14 v. tb. CAMINHOS e REGIÕES

CRIME – assaltos a propriedades – 40, 42, 43, 46, 47; assaltos nos caminhos – 42; roubos – 53, 64, 65, 121, 242, 308, 368, 373, 379, 410; homicídios – 46, 47, 165, 194, 304, 306, 309, 310, 311, 312, 315, 316, 317, 319, 323, 333, 339, 353, 372, 373, 377, 380, 381, 382, 385, 394, 395, 396, 411, ferimentos – 121, 308 v. ARMAS e GRUPOS ARMADOS

CRIOULO (língua) – 6, 355

CRIOULOS – 5, 6; criminalização – 30, 90, 92, 103, 272; 91 v. HOMENS

CRISTÃOS-NOVOS – 86, 87, 88, 89, 90, 91, 131, 132, 336 v. Homens

CRISTÃOS-VELHOS – 86, 91 v. Homens

CRUZ, D. Francisco da (bispo) – 345, 349, 351

CUNHA, António Pereira da (capitão de cavalaria) – 291

CUNHA, D. Francisco Vasconcelos da (governador) – 106

CUNHA, João Serrão da (governador) – 95, 106, 109, 337

CURRAIS – 7

CUSCUZ – 19 v. ALIMENTOS

D

DAMPIER, Guillaume, viajante holandês – 28

De Leat, viajante holandês – 138

DEFESA MILITAR – 13, 23, 251, 252, 269, 270, 271, 272, 366 v. tb. FORTIFICAÇÃO e MILÍCIA

DEGREDAÇÃO – 143, 286, 309, 311, 318, 320, 324, 325

DEGREDO, pena de – 259, 319, 320, 344, 352, 353, 373, 383

DELGADO, Manuel (almotacé de Santo Antão) – 141

DELGADO, Pedro (alfere de artilharia) – 294

DESERTAS, ilhas – 13, 14, 15, 29, 68, 232, 269, 406

DESMONETARIZAÇÃO – 36, 273, 364 tb. MOEDA

DIAS, Afonso (oficial da câmara da ribeira Grande) – 255

DIAS, Álvaro (escudeiro do rei) – 255

DIAS, António (ajudante) – 292

DIAS, Domingos, (mulato, bastardo) – 88

DIAS, Filipe (capitão dos portos de Porto Bela e Porto Lobo) – 202

DIAS, Vicente (juiz ordinário da Ribeira Grande) – 255

DIOGO, D. Fr. Francisco de S. (bispo renunciante) – 339

DIONÍSIO, D. Fr. António de S. (bispo) – 109, 127, 342, 343, 344, 345, 346

DIREITURA, viagens em – 50, 159, 167, 227

DÍZIMOS ECLESIÁSTICOS – 344, 360, 400, 404, 407

DOENÇAS DA TERRA – 102, 104, 105, 115, 118

DONATARIAS – v. DONATÁRIOS E ILHAS DE SANTIAGO, FOGO, MAIO, BRAVA, BOA VISTA, S. NICOLAU, SANTO ANTÃO E S. VICENTE

DONATÁRIOS – Donatário da Boavista – 126, 127, 128, 135, 136, 142, 144, 145; Donatário da Brava – 133, 136, 142, 145; Donatário de Santo Antão – 4, 5, 6, 8, 9, 11, 124, 125, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 205, 380; Donatário de S. Nicolau e S. Vicente – 127, 128, 135, 142, 144, 145; Donatário da ilha do Maio – 126, 135, 136, 142, 143, 144, 145; Donatários da ilha do Fogo – 21; Donatário de Santiago – 254; Donatário do Norte de Santiago – 22

E

EANES, Domingos, (reindeiro do gado da Boa Vista) – 126

EÇA, José da Silva Maldonado d' (governador) – 325

EÇA, Luís António da Cunha d' – (governador) – 48, 57, 185, 186, 275, 298, 327, 394, 404

ELITE – 158, 235, 236, 237, 240, 250, 255, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 266, 271, 272, 273, 274, 275, 288, 289, 301, 302, 303, 304, 305, 321, 323, 325, 328, 332, 338, 351, 352, 353, 358, 363, 366, 372, 374, 407, 408, 409 v. tb. OLIGARQUIA

EMBARCAÇÕES – Fragata, Navio

ENDIVIDAMENTO – 36, 51, 53, 65, 66

ENES, João (contratador da urzela) – 191

ENGENHOS, fazenda dos – 370 v. SÍTIOS

ENSINO – 333, 353, 354, 355, 361, 362, 365, 375, 376, 387, 392, 397

EPIDEMIA – 90, 285, 298, 242, 244, 299, 310, 382, 387

ERMIDAS – N.º Sr.ª da Esperança, N.º Sr.ª da Piedade, N.º Sr.ª da Penha de França, S. Sebastião, Trindade

ESCOBAR, António da Fonseca (ouvidor) – 178

ESCRAVOCRATA, crise – 410, 411

ESCRAVOS – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 17, 18, 20, 34, 37, 41, 43, 47, 49, 50, 51, 60, 61, 89, 91, 122, 125, 143, 147, 151, 161, 166, 167, 249, 254, 262, 272, 301, 309, 320, 353, 356, 358, 408, 409, 410; abandono de – 48, 51, 64, 379; africanos – 6, 19, 49, 60, 64; baptismo dos – 353, 354, 355; boçais – 5, 49, 64, 226, 233, 313, 355; custos de manutenção – 34, 35, 51, 64; escassez de – 34, 49, 50, 51, 60, 61, 63, 64, 74, 226, 227, 233, 273, 313; escravas – 186, 202; fuga de – 18, 25, 32, 34, 36, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 61, 348, 379; fujões – 19, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 64, 244, 245, 357, 366, 368, 379; ladinos – 122, 233; lotados – 63, 186, 233; mascavados – 63, 227, 233; maus tratos a – 354, 355, 356, 357; preço dos – 34, 51, 52, 59, 63, 168, 169, 171, 172, 174, 215, 227, 229, 233; venda forçada de – 2, 35, 36, 63, 167, 227, 392

ESCRAVOS, tráfico de – 12, 13, 21, 23, 33, 35, 48, 50, 51, 54, 56, 61, 95, 104, 137, 143, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 181, 182, 183, 191, 195, 196, 197, 200, 201, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 233, 254, 255, 256, 257, 262, 265, 307, 327, 336, 354, 355, 374, 384, 384 v.

COMÉRCIO EXTERNO

ESCRIVÃO DA CORREIÇÃO, ofício de – 81

ESCRIVÃO DOS ÓRFÃOS, ofício de – 82

ESMOLA – 350 v. LEGADOS PIOS

ESPANHA – 336, 337, 339; Guerra da sucessão de – 266, 364, 369; relações diplomáticas com – 168, 200; v. tb. CASTELA

ESQUIVEL, Diogo Ramires (governador) – 110, 274, 348

ESTAÇÕES AGRÍCOLAS – sementeira, munda, colheita – 35; meses de inactividade – 35; sazonalidade – 35, 48, 51, 52

ESTEIRA, cerimónia da – 399 v. CERIMÓNIAS

ESTRANGEIROS, ataques a navios por – 166; ataques de – 56, 248, 261, 262, 269, 270, 271, 272; concorrência de – 158, 159, 162, 166, 200, 203; investidas de – 137, 138, 202, 205;

ESTRELA, Manuel António da Silveira (cônego) – 314, 315

ESTUDANTES – 375, 376, 388, 390 v. ENSINO

EUROPA – 137, 168, 203, 207, 328, 337, 339, 341, 369, 398, 411; europeus – 2, 13, 22, 31, 90, 104, 408; produtos – 58, 59, 313; azeite – 59; baeta – 59; biscoito – 59; cal – 59; calçado – 58; casquinha – 59; chapéus – 59; droguete – 59; linho – 59; pimenta – 59; livros – 58; materiais de construção – 58; retrós – 59; tafetá – 59; tecidos – 58; telha – 59; vinho – 59;

EVANGELHO, Luís Martins (capitão-corregedor) – 122

EXCOMUNHÃO, pena de – 342, 357, 368, 370, 376, 378, 383, 384, 392, 393

F

FAIÁ DE ÁGUA, porto da; (ilha Brava) – 12 v. PORTOS

FAIÁ DE BAIXO, região da; (ilha de Santo Antão) – 402 v. REGIÕES

FAIÁ DE CIMA, região da; (ilha de Santo Antão) – 402 v. REGIÕES

FALCÃO, Tomé (meirinho da serra) – 245

FARIA, D. António José d'Eça e (governador) – 111, 275

FARIM, praça de; (Rios de Guiné) – 296, 386 v. tb. GUINÉ

FARINHA – 172 v. ALIMENTOS

FARO, D. Fr. João de (bispo) – 389, 390, 391

FAZENDA, Conselho da – 98, 362

FAZENDA, porto da; (ilha de Santiago) – 201 v. PORTOS

FAZENDA, Provedor da – 73, 94, 105, 116, 165, 192, 223, 303, 304, 307, 308, 342, 405 v. OFÍCIOS RÉGIOS

FAZENDAS – S. Jorge, Engenhos, Santa Ana, Trindade

FEIJÃO – 24, 198, 230; produção de – 4, 11, 19, 136 v. tb. ALIMENTOS

FEIJÃO VERDE, produção de – 11 v. ALIMENTOS

FEIJÓ, D. José Luís Alves (bispo) – 333

FEIJÓ, João da Silva (naturalista) – 30
 FEIO, Manuel Coelho (provedor dos órfãos, capelas e resíduos) – 341
 FEIRAS – 178, 179, 181, 228 v. tb. COMÉRCIO MIÚDO
 FEITOR, ofício de – 82, 93, 252; v. OFÍCIOS RÉGIOS;
 FEITORIA – 82
 FELLUPES, (etnia) – 286, 390 v. tb. GUINÉ
 FERNANDES, António (alferes) – 292
 FERNANDES, Francisco (contratado para caçar o gado da Boa Vista) – 127
 FERNANDES, Garcia, (alcaide e porteiro da vila da Praia) – 244
 FERNANDES, Helena (mulher forra) – 308
 FERNANDES, Lopo (juiz ordinário da Ribeira Grande) – 255
 FERNANDES, Manuel, (escrivão da câmara e órfãos e do almoxarifado) – 77, 78
 FERNANDES, padre Sebastião (vigário de S. Filipe, ilha do Fogo) – 338
 FERNANDES, Tomé (juiz de Santo Antão) – 141
 FERNANDO, Infante D. (donatário do arquipélago de Cabo Verde) – 134, 239
 FERREIRA, João Gomes (ouvidor) – 64, 241, 304, 316, 318, 322, 323, 324, 333, 405
 FERREIROS, porto de; (ilha Brava) – 12 v. PORTOS
 FESTAS RELIGIOSAS – 358, 365, 367, 377, 392
 FIDALGO, João (moço da câmara real e escrivão da feitoria) – 258
 FIDALGOS – 237; foro de – 97
 FIGUEIRA DA NAU, sítio da; (ilha de Santiago) – 310 v. SÍTIOS
 FIGUEIRA, António de Andrade, (coronel, cônego e vigário-geral) – 296, 367, 370, 373, 387
 FIGUEIRA, João Delgado (candidato a feitor de Cacheu, capitão de cavalos) – 75, 287, 292, 298, 315
 FIGUEIRAS BRAVAS, madeira de – 13, 14, 20
 FIGUEIRAS, região de; (ilha de S. Nicolau) – 10 v. REGIÕES
 FIGUEIRINHAS, região das (ilha de S. Nicolau) – 10
 FIGUEIROA, Francisco de (governador) – 101, 114, 165, 171, 172, 285, 304, 305
 FILHOS DA TERRA – 237, 248, 251, 262, 302, 325, 408, 409, 411 v. HOMENS
 FILIPE IV (D.), rei de Portugal – 354
 FISIOCRATISMO – 16
 FLAMENGOS – 248

FLAMENGOS, região dos; (ilha de Santiago) – 297 v. REGIÕES
 FLANDRES – 135
 FOGO (ilha do) – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 13, 17, 18, 20, 21, 29, 30, 31, 33, 35, 55, 62, 68, 123, 124, 135, 154, 155, 186, 187, 195, 196, 197, 204, 231, 233, 241, 249, 253, 257, 258, 260, 299, 321, 323, 328, 329, 338, 340, 342, 343, 359, 350, 361, 373, 378, 385, 392, 393, 395, 400, 401, 403, 407; cadeia da – 261; câmara da – 204, 258, 267; capitão-mor da – 154; companhias de milícia da – 260, 261; fortificação da – 261
 FOMES – 2, 12, 15, 20, 30, 31, 36, 49, 61, 62, 63, 64, 66, 154, 167, 174, 230, 231, 232, 233, 242, 312, 325, 328, 358, 379, 388, 392, 407 v. tb. SECAS
 FONSECA, Anastácio da, (cristão-novo, escrivão da correição) – 86
 FONSECA, António Rodrigues da (capitão de infantaria) – 293
 FONSECA, D. Angélica Rodrigues da (mulher de Cândido de Almeida Spínola) – 300
 FONSECA, Dinis Eanes (juiz ordinário) – 264, 265
 FONSECA, Diogo da (rendeiro da ilha Brava, filho de Francisco da Fonseca) – 131, 132
 FONSECA, Francisco da (rendeiro da ilha Brava) – 131, 132, 134
 FONSECA, Francisco Tavares da (feitor e almoxarife da Ribeira Grande) – 82
 FONSECA, João Coelho Monteiro da (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 312, 317, 319
 FONSECA, João da (possuidor vitalício de Santo Antão) – 132, 133
 FONSECA, João de Araújo da (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 312
 FONSECA, Joaquim Afonso (coronel) – 284, 287
 FONSECA, Manuel da (alferes) – 293
 FONSECA, Martinho Tavares da (capitão-mor) – 393
 FONSECA, Nicolau de Araújo da (capitão) – 284, 352, 353
 FONSECA, Pero da (fidalgo, filho de João da Fonseca e possuidor vitalício de Santo Antão) – 132
 FONSECA, Pero da (rendeiro da ilha Brava, filho de Francisco da Fonseca) – 131, 132

FONSECA, Rodrigo de Oliveira da (governador) – 111, 275, 286, 365

FONTE ANA, poço de; (vila da Praia) – 27

FONTES, Manuel Lopes de (escrivão em S. Filipe; ilha do Fogo) – 81

FORAL, carta de – 239, 240, 253, 254,

FOREIROS/AFORAMENTO – 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 29, 328; Foros – 3, 7, 8

FORROS – 2, 5, 6, 7, 9, 13, 14, 18, 19, 38, 40, 43, 45, 47, 48, 51, 52, 53, 64, 102, 226, 257, 258, 262, 268, 269, 272, 295, 297, 315, 328, 329, 353, 356, 365, 368, 369, 370, 373, 379, 383, 393, 408, 409, 410, 411; venda de – 154

FORTALEZAS – 377; Fortificações – Cavaleiros, Ribeira, S. Brás, Real de S. Filipe, S. Filipe, S. Lourenço, S.^a Maria, Vigia, S. Veríssimo, Santo António

FRAGATA N.^o Sr.^a *DA NAZARÉ*, – 316, 319, 322 v. EMBARCAÇÕES

FRAGATA N.^o Sr.^a *DA PENHA DE FRANÇA*, – 316, 319, 322

FRAGATA N.^o Sr.^a *DA VITÓRIA* – 140, 381

FRANÇA, João Paulo, veneziano; (bombardeiro) – 260, 261 v. MILÍCIA

FRANCESAS, Antilhas – 41

FRANCESES, navegação e comércio dos – 23, 28, 54, 138, 159, 163, 166, 169, 172, 173, 178, 183, 195, 196, 199, 203, 205, 206, 208, 262, 369, 408, 404; capuchinhos franceses – 339; investidas de – 36, 129, 138; invasão dos – 102, 269, 270, 271, 272, 305, 305, 310, 331, 332, 365, 366, 369, 370, 371

FRANCISCANAS HOSPITALEIRAS, freiras – 333

FRANCISCANOS – 322, 339, 342, 344, 358, 359, 360, 361, 365, 371, 376, 378, 380, 381, 387, 388, 389, 390, 398 v. tb. CONVENTO DE S. FRANCISCO

FREGUESIAS – S. Lourenço dos Órgãos, S. Salvador do Mundo dos Picos, Ribeira Grande, S.^a Catarina do Mato, S. Domingos, S. João Baptista, S. Miguel, S. Nicolau Tolentino, Santiago Maior, Santo Amaro v. tb. IGREJAS

FREGUESIAS/PARÓQUIAS – 241, 273, 306, 340, 347, 360, 362, 369, 370, 379, 382, 385, 388, 391, 392, 395, 400, 402, 403 v. tb. CLERO

FREIRE, Francisco Martins (juiz ordinário da Ribeira Grande) – 281

FREIRE, Jerónimo Álvares (juiz ordinário da Ribeira Grande) – 281

FREIRE, Jerónimo Martins (provedor da Misericórdia) – 322

FREIRE, João (capitão) – 306

FREIRE, João Rodrigues Freire (ourives; cristão-novo) – 87, 88, 281

FREIRE, José Anastácio (sargento-mor) – 324

FREIRE, Manuel Silva (almoixarife e feitor de Santiago) – 71

FREIRE, padre Estêvão – 346

FRETES, preço dos – 163, 164, 165, 210, 213, 214, 216, 227, 405

FRUTICULTURA – 20

FRUTOS SILVESTRES – 46 v. ALIMENTAÇÃO

FUNCHAL, ALFÂNDEGA DO – 388, 405; donataria do – 146

FUNCOS – 18, 399 v. Habitações

FUNDO DAS FIGUEIRAS, povoação de; (ilha da Boa Vista) – 400, 402, 403 v. POVOAÇÕES

FURNA DOS ALMOCREVES, povoação de; (ilha da Boa Vista) – 403 v. POVOAÇÕES

FURNA, porto da; (ilha Brava) – 12 v. PORTOS

FURNA, região da; (ilha de Santiago) – 297 v. REGIÕES

FURNAS, sítio das; (ilha de Santiago) – 310 v. SÍTIOS

FURTADO, José Gomes (vigário-geral) – 403

G

GADO – 124, 127, 142, 358; arrendamento do gado da Boavista – 126, 134; Gado Bravo – 10, 133, 134, 135, 136, 144; Gado Cabrum – 10, 11, 17, 19, 30, 133, 197, 224, 308; Cabras Bravas – 11; Gado Cavalair – 17, 124, 197, 198, 201, 308, 343, 344; Gado Muar – 17, 197, 198, 201, 204, 205, 308, 344; Gado Suíno – 30, 224, 308; Gado Vacum – 10, 17, 30, 124, 133, 144, 181, 182, 183, 198, 201, 203, 204, 223, 224, 229, 232, 308; Gado, chacinhas de – 21, 126, 127, 128, 134, 135; comércio de – 17, 181, 182

GAFANHOTOS, praga de – 34

GAGO, Álvaro Fernandes (cavaleiro-fidalgo e contador) – 259

GALAND, Manuel Marques (deão) – 373

GALINHAS – 224 v. tb. ALIMENTOS E COMÉRCIO
 MIÚDO

GALVÃO, António (governador) – 100, 114, 119, 304, 305

GAMA, Duarte Lobo (governador e capitão-geral de Cabo Verde) – 71, 248

GAMA, Pedro Sanches (capitão) – 320

GÂMBIA, rio – 196 v. tb. GUINÉ

GAMBOA, Fernando Álvares de (alferes) – 293

GAMBOA, José Bacalhau de (arceidiago) – 367

GAMBOA, sítio da; (ilha de Santiago) – 308, 383 v. SÍTIOS

GARCIA, Manuel (meirinho do mar de Santiago) – 83

GARCIAS, João (alferes) – 291

GARRO, D. Fr. Lourenço (bispo, governador interino) – 106, 107, 274, 335, 337, 344, 347

GODINHO, João de Almeida (capitão de cavalos) – 291, 297

GOIABAS, produção de – 20 v. ALIMENTOS

GOMES EANES MATO DE; (ilha de Santiago) – 271 v. REGIÕES

GOMES, Manuel (alferes) – 292

GOMES, Maria (mulher do capitão Martinho da Rocha) – 302

GOMES, Máximo (capitão de navio) – 187

GOMES, padre Sebastião (jesuíta) – 43, 89, 81

GONÇALVES, Jerónimo (capitão do navio *S. José*) – 187

GONÇALVES, Lourenço (alferes) – 291

GONÇALVES, Nazarío (capitão de infantaria) – 291

GONÇALVES, Nicolau, capitão do porto da Fazenda e das Ruelas – 202

GONÇALVES, Simão (ajudante) – 290

GORDO, Inácio Martins (chantre) – 318

GORGULHO – 8

GOUVEIA, Marqueses de, (donatários de Santo Antão) – 4, 9, 14, 139, 140, 141, 380

GOUVEIA, porto do; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

GOVERNADOR – 71, 72, 73, 74, 75, 76, 85, 93-15, 119-122, 147, 160, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 175, 181, 183, 184, 235, 236, 237, 248, 252, 253, 273, 274, 275, 303, 304, 305, 307, 311, 314, 323, 324, 325, 326, 358, 363, 364, 370, 372, 376, 377, 381, 394; escusa ao cargo de – 97, 98, 99; regimentos – 71, 72, 73, 96, 108, 200 v. OFÍCIOS RÉGIOS

GOVERNOS INTERINOS – 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 265, 274, 275, 276, 313, 325, 332, 344, 348, 349, 358, 363, 365, 377, 394, 411 v. tb. VIAS DE SUCESSÃO

GRACIAS, Marcos (ajudante) – 292

GRAMÁTICA LATINA, mestre de – 373, 376, 387 v. tb. ENSINO

GRANS, Francisco de Oliveira (governador) – 18, 25, 90, 115, 179, 189, 190, 198, 202, 250, 290, 295, 298, 301, 302, 303, 310, 382, 384, 385

GRÃO PARÁ E MARANHÃO (COMPANHIA DO) – VII, 9, 10, 11, 15, 16, 27, 28, 36, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 75, 76, 157, 175, 179, 183, 187, 188, 189, 191, 203, 206, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 262, 288, 289, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 321, 324, 325, 394, 396, 397, 406, 411, 412; prerrogativas e cláusulas contratuais – 75, 76, 218, 219, 220, 221 v. tb. COMPANHIAS COMERCIAIS E COMÉRCIO EXTERNO

GUARDA, bispado da – 387

GUARDA-CABEÇA – 399 v. CERIMÓNIAS

GUERRA, D. Fr. Manuel Afonso, (bispo, governador interino) – 106, 344

GUERRA, Francisco Rodrigues (surgento-mor) – 317, 320

GUIANA FRANCESA, governador da – 173, 174; comércio com a – 173, 174, 175; açúcar e tabaco da – 174 v. FRANCESES

GUIMARÃES, Pero (corregedor) – 258, 260

GUINDASTE, porto do; (ilha do Maio) – 130 v. PORTOS

GUINÉ (COSTA DA; RIOS DE; TRÁFICO NA) – I, 2, 8, 10, 19, 20, 31, 33, 49, 50, 53, 54, 56, 57, 61, 64, 71, 75, 95, 112, 118, 119, 137, 147, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 172, 173, 175, 176, 181, 183, 184, 185, 186, 191, 92, 196, 199, 200, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 226, 227, 228, 232, 233, 254, 258, 261, 262, 272, 273, 283, 285, 300, 306, 307, 313, 325, 283, 327, 328, 336, 337, 339, 340, 343, 344, 347, 352, 354, 358, 359, 360, 361, 364, 365, 378, 382, 384, 385, 386, 387, 389, 401, 406, 408 concorrência estrangeira na – 159, 162, 163, 165, 168, 183, 184, 200,

208, 209, 211, 215, 221, 262; missionários estrangeiros na – 337, 338, 339
 GUINÉ, sítio de; (ilha de Santo Antão) – 5 v.
 SÍTIOS
 GUIOMAR MOVE, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS
 GUSMÃO, Alexandre de (conselheiro do Conselho Ultramarino) – 71

H

HABITAÇÃO – 27; Habitações – Cubanas, Funcos, Sobrados
 HAVANA, porto de – 170
 HENRIQUE, Infante D., donatário do arquipélago da Madeira – 239; missas por sufrágio de – 344
 HENRIQUES, João Gomes (vereador da Ribeira Grande) – 280
 HENRIQUES, Manuel Loureiro (procurador de D. João de Mascarenhas, donatário de Santo Antão) – 141
 HENRIQUES, Rodrigo de Miranda – 98
 HOLANDA, relações diplomáticas com a – 228
 HOLANDESES (COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO DOS) – 23, 28, 137, 138, 159, 163, 172, 178, 183, 199, 203, 205, 206, 208, 251, 262, 336, 341, 408;
 HOMENS – Baços, Brancos, Brancos da Terra, Brancos do Reino, Crioulos, Cristãos-Novos, Cristãos-Velhos, Filhos da terra, Homens Livres, Mulatos, Naturais da terra, Negros, Pardos, Reinóis, Vadios
 HOMENS LIVRES – 2, 4, 5, 17, 29, 38, 45, 48, 51, 91, 159, 177, 202, 262, 408, 409, 410 v. HOMENS
 HOMIZIADOS – 38, 40, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 244, 339, 368, 382, 383, 385, 409
 HORTAS – 4, 20, 64, 138;
 HORTÍCOLAS, PRODUTOS – 16,
 HOSPITAL – 238, 377, 385

I

IGREJA – 124, 125, 126, 127, 237, 328, 329, 333, 335, 340, 341, 343, 347, 348, 351, 359, 363, 369, 370, 380, 396, 397, 399, 411

IGREJAS – N.^a Sr.^a do Rosário, N.^a Sr.^a do Vencimento, N.^a Sr.^a da Esperança, N.^a Sr.^a da Conceição, N.^a Sr.^a da Graça, S. Lourenço dos Órgãos, Matriz da Ribeira Grande (Santo Antão), S. Filipe, S. Pedro, S. Roque
 IGREJAS, PRECEDÊNCIAS NAS – 400
 ILUMINAÇÃO – 13, 398
 INCONFIDÊNCIA MINEIRA – 321
 INCULTAS, terras – 53
 ÍNDIA – 178, 262, 328, governo da – 95; estado da – 109; carreira da – 254
 ÍNDIA, Conselho da – 70, 138
 ÍNDIAS DE CASTELA – 137, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 178, 185, 206, 207, 215, 262, 327, 336, 354
 ÍNDIAS OCIDENTAIS – 17, 178, 203, 205, 210; v. também Bermudas, Barbados e Jamaica; companhia das – 138
 ÍNDIAS, Conselho Real de – 215; Real Companhia das – 216
 ÍNDICO, Oceano – 139, 336
 INFANTARIA, COMPANHIAS DE – 247, 249, 260, 261, 291, 292; companhia de infantaria paga – 316, 320, 321; terços de/regimentos de – 248, 249, 369 v. MILÍCIA
 INGLATERRA – 140, 228, 381; relações comerciais com – 205
 INGLESES, NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DOS – 11, 15, 16, 27, 28, 54, 56, 57, 139159, 163, 169, 172, 174, 178, 183, 188, 189, 190, 195, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 225, 251, 262, 343, 369, 380, 381, 408; investidas dos – 129, 130, 139, 140, 141, 146
 INQUIRIDOR (OFÍCIO CAMARÁRIO) – 81
 INSTITUTO D. MANUEL II – 333
 ISABEL LOPES, PORTO DE; (ILHA DE SANTIAGO) – 202 v. PORTOS

J

JAMAICA, ILHA DA – 17 v. tb. ÍNDIAS OCIDENTAIS
 JAMBARÉM, ALDEIA DE; (RIOS DE GUINÉ) – 390 v. tb. GUINÉ
 JANELA, POVOAÇÃO, (ILHA DE SANTO ANTÃO) – 5. 401 v. POVOAÇÕES
 JESUITAS – 339, 354, 360
 JESUS, D. FR. JOSÉ DE SANTA MARIA (BISPO) – 295, 364, 375, 376, 377, 378, 379, 380.

381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389

JOÃO GALEGO, POVOAÇÃO DE; (ILHA DA BOA VISTA) – 403 v. POVOAÇÕES

JOÃO III, (D.), REI DE PORTUGAL – 131, 144, 246

JOÃO IV, (D.), rei de Portugal – 208, 248, 336, 337

JOÃO V (D.), rei de Portugal – 89, rei de Portugal

– 248, 266, 364, 375, 376, 382, 384, 385, 386

JÓIAS – 170, 172, 173

JORGE, JOÃO (ESCUDEIRO DO REI) – 254, 255, 256

JORGE, LUÍS RODRIGUES (OFICIAL DA CÂMARA DA RIBEIRA GRANDE) – 264

JOSÉ I, (D.), REI DE PORTUGAL – 141, 217, 304, 325, 396

JUDEUS – 87, 88, v. tb. CRISTÃOS-NOVOS E HOMENS

JULANGUE, sítio do; (ilha de Santiago) – 40; confronto de – 40, 43, 44, 45, 46, 51, 366, 368 v. tb. SÍTIOS E LEVANTAMENTOS

JUNCALINHO, região do; (ilha de S. Nicolau) – 10 v. REGIÕES

JUNTA DAS MISSÕES – 338, 355, 356, 375 v. tb. FRANCISCANOS, CAPUCHINHOS E MISSIONAÇÃO

L

LACERDA, Manuel Correia (ouvidor) – 342

LACERDA, Tomás Correia de (capitão dos portos de S. Martinho, Calheta e Ribeirão Seco) – 202

LAGO, André Brito (capitão do porto de S.^a Clara) – 202

LAGO, André de Brito do (ouvidor interino) – 280

LAGO, António de Brito do (sargento-mor) – 293, 393

LAGO, Manuel de Brito do (capitão de infantaria) – 292

LAMBERT, capitão francês – 138

LAPA, porto da; (ilha de S. Nicolau) – 12 v. PORTOS

LARANJAS – 224 v. ALIMENTOS

LEÃO, António Serrão de (meirinho da serra de Santiago) – 78

LEGADOS PIOS – esmolas, missas por sufrágio, pensões – 35, 36, 41, 65, 66, 335, 350, 402, 403

LEITÃO, António Henriques (vigário-geral) – 378, 382, 383, 387, 390

LEITÃO, Bernardo Henriques (cônego, visitador) – 390

LEITÕES, sítio dos; (ilha de Santiago) – 318 v. SÍTIOS

LEMOES, Ana de (2^a mulher de André Álvares de Almada) – 285

LEOA, Serra – 125 v. tb. GUINÉ

LEONOR, D.^a (1^a mulher de António de Barros Bezerra, filho) – 286

LESTE, ilhas do – 16

LEVADAS – 7

LEVANTAMENTOS SOCIAIS – VII, 9, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 165, 182, 222, 258, 304, 306, 307, 308, 323, 356, 357, 364, 365, 368, 373, 376, 381, 382, 383, 384, 392, 393, 409, 410, 411 v. tb. REBELIÃO

LIMA, João de Sousa Abreu e (capitão-mor de Cacheu) – 296

LIMA, Paulo Gomes de Abreu (coronel) – 216, 296

LIMA, Pedro Gomes de Abreu (cônego) – 322

LIMOEIRO, prisão do – 318, 319

LÍNGUAS (INTÉRPRETES) – 15, 355, 356

LIPPE, Conde de – 320

LISBOA – 105, 108, 112, 115, 118, 133, 134, 139, 140, 217, 227, 228, 254, 258, 259, 285, 286, 303, 319, 321, 339, 340, 348, 349, 350, 353, 357, 362, 375, 377, 385, 387, 388, 390, 394, 404, 405; diocese de – 399

LISBOA, Duarte Dias (rendeiro do gado da Boa Vista) – 126

LOBO, Joaquim Salema de Saldanha (governador) – 28, 30, 49, 59, 61, 62, 63, 64, 76, 167, 177, 179, 180, 199, 229, 230, 231, 232, 233, 242, 269, 275, 321, 322, 324, 325, 326, 333, 397, 406, 407

LOBO, Manuel Lopes (capitão-mor de Cacheu) – 189, 286, 357

LOMBA, Bernardo da (armador de Santiago) – 245

LONCQ, General (capitão de esquadra holandesa) – 138

LONDRES – 140, 190; mercadores de – 381

LOPES, Diogo (alcaide da Ribeira grande) – 244

LOPES, Domingos (candidato a escrivão da correição, capitão) – 85, 382

LOPES, Domingos Fernandes (meirinho de Santo Antão) – 141

LOPES, Domingos, ("o neto", chefe do grupo de Julangue) – 44, 320, 368

LOPES, Duarte (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 255

LOPES, Manuel (preto vadio) – 318

LOPES, Paulo (preto vadio) – 318

LOPES, Tomé (alferes) – 293

LOPES, Tomé (capitão do porto de Ponta Verde) – 202

LOUREIRO, Manuel (procurador o marquês de Gouveia, donatário de Santo Antão) – 5,

LOURENÇA, Ana (filha de André Álvares de Almada) – 282, 283

LUCAS, Valentim Fernandes (juiz dos órfãos da Ribeira Grande, ouvidor e provedor da fazenda, interino) – 79, 93, 277

LUGO, Fernão Fiel de (terratenente de Santiago) – 245, 368

LUGO, Henrique Vaz de (meirinho da serra) – 245

LUÍS, António (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 255

M

MACEDO, José Évora de (capitão-mor da Praia; almotaçé da Ribeira Grande) – 15, 16, 317, 320

MACEDO, Luís Évora de (morador em Lisboa) – 321

MACEDO, Manuel Ribeiro de (padre, vigário de S. Nicolau Tolentino) – 308, 373, 383, 384

MACEDO, Pedro Álvares Seco de (desembargador da corte) – 339

MACHADO, Bartolomeu Rodrigues (vereador da Ribeira Grande) – 278

MADAGÁSCAR, ilha de – 139

MADEIRA, arquipélago da – 219, 238, 239, 243; alfândega da – 192, 193, 210; comércio com a ilha da – 173; donatários da ilha da – 142; vinho da – 173; mercadores madeirenses – 173

MADEIRA, porto da; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

MAGALHÃES, Estreito de – 23

MAIA, António Machado de Faria e (governador) – 267, 325

MAIO, ILHA DO – 16, 17, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 187, 197, 198, 205, 231, 266, 267, 268, 343, 350, 359, 378, 395,

396, 400; capitão-cabo da – 353, 268; capitania da – 134; juiz da – 134, 150

MALHEIRO, Francisco Pita (Escusou o ofício de governador) – 99

MANDIOCA, produção de – 11, 16 v. Alimentos

MANGUES, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

MANGUINHO, porto do; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

MANTEGA – 19, 24, 197 v. ALIMENTOS

MANUEL, D. (duque de Viseu e Beja) – 134

MANUEL, Manuel Leitão (tesoureiro-mor da sé) – 378, 384

MARANHÃO, capitania do; estado do; – 60, 61, 95, 211, 215, 217, 218, 226, 227, 313, 339, 354, 386, 396

MARFIM – 166, 209, 213, 257 v. tb COMÉRCIO EXTERNO

MARIA I, (D^a), rainha de Portugal – 66, 325

MARIA PARDA, caminho da; (ilha de Santiago) – 270 v. CAMINHOS

MARIA, D. Fr. Silvestre de S. (bispo) – 333

MARIA, D.^a (viúva de António Correia, capitão da Boa Vista) – 144

MARTINICA, ilha da – 226

MARTINS, Gaspar (capitão de infantaria) – 292

MARTINS, Luís de Almeida, (proprietário dos ofícios de contador, distribuidor e inquiridor da câmara da Ribeira Grande) – 81

MARTINS, Luís Ramos (capitão de cavalaria) – 291

MARTIRES, D. Fr. Bartolomeu dos (bispo de Braga) – 363

MASCARENHAS, Custódio Fernandes (procurador da câmara da Ribeira Grande) – 264

MASCARENHAS, D. Francisco da (1^o conde de S. Cruz, 1^o donatário de Santo Antão e ilhas das Flores e Corvo nos Açores) – 145, 146, 401

MASCARENHAS, D. João de (marquês de Gouveia, donatário de Santo Antão) – 139, 140, 141, 146

MASCARENHAS, D. José de (donatário de Santo Antão, irmão de D. João de Mascarenhas) – 141, 147, 153

MASCARENHAS, D. Martinho de (6^o conde de S. Cruz e 4^o marquês de Gouveia), donatário de Santo Antão – 381-381

MASCARENHAS, Gonçalo de Lemos (governador) – 40, 194, 296, 357, 364, 365, 368, 373, 383

MASCARENHAS, ilhas – 139

MASCARENHAS, João Fernandes de (filho de Custódio Fernandes de Mascarenhas) – 264

MASCARENHAS, padre Manuel Lopes – 384

MASCARENHAS, Vicente Ferreira de (tenente de artilharia) – 294

MATOS, Custódio Correia de (ouvidor-sindicante) – 3, 7, 8, 10, 15, 156, 310, 332, 394, 395, 396, 402, 404

MATOS, Diogo de Aredas de, capitão dos portos da Praia Formosa e Castelo – 202

MATOS, João de (tenente de cavalos) – 292

MAURÍCIAS, ilhas – 139

MÉDICO/CIRURGIÃO – 26

MELANCIAS, produção de – 16, 20 v. Alimentos

MELO, Francisco de Lima e (capitão-mor do donatário de Santo Antão) – 141, 153, 393

MELO, Jorge Cotrim (governador renunciante) – 364, 365

MELO, Manuel Coelho (morador de Santiago) – 283

MELO, Manuel Pacheco de (governador) – 72, 95, 100, 119, 178, 251, 341

MELO, Martinho Afonso de (capitão de infantaria) – 293

MELÕES BRAVOS, recollecção de – 15 v. ALIMENTOS

MENA, António Gomes (governador) – 97, 98, 110, 274, 286, 351, 353, 355

MENDES, Amaro (juiz da câmara de S. Filipe, ilha do Fogo) – 258

MENDES, António (procurador de mercadores reinóis) – 264

MENDES, Francisco (furriel de cavalos) – 292

MENDES, Manuel (alferezes) – 291

MENDONÇA, Ana de (filha de Paula de Almada) – 285

MENDONÇA, António Colaço (alcaide do mar da Ribeira Grande) – 244

MENDONÇA, Francisco Furtado de (tenente de artilharia) – 295

MENDONÇA, Francisco Tavares (tenente da companhia da nobreza) – 291

MENESES, António de Sousa (Não chegou a tomar posse como governador) – 98

MENESES, António do Vale Sousa e (governador) – 321

MENESES, D. Diogo da Silva, (conde de Portalegre, donatário de S. Nicolau e S. Vicente) – 133

MENESES, D^a Maria de (donatária da ilha do Maio) – 144

MENESES, João Homem de (ouvidor) – 117, 120

MENESES, Leonel Abreu e (cônego) – 286

MENESES, Manuel António de Sousa (governador) – 321

MENESES, Manuel de Freitas (ouvidor) – 372

MERCANTILISMO – 56, 207, 386

MESA DA CONSCIÊNCIA E ORDENS – 352, 384, 388

MESA, povoação de; (ilha de Santo Antão) – 5 v. POVOAÇÕES

MESTIÇOS – 300, 408; Mestiçagem – 30, 89 v. HOMENS

METAIS PRECIOSOS – 167, 168, 169, 170, 171, 185, 205 v. tb. MOEDA

MIGUEL, João (morador em Santo Antão, assaltado pelos ingleses) – 139

MILHO – 4, 8, 11, 16, 19, 24, 26, 40, 45, 46, 47, 56, 136, 198, 203, 230, 231; papa de – 19 v. ALIMENTOS

MILÍCIA – 26, 40, 45, 46, 47, 50, 56, 235, 236, 237, 246, 260, 262, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 297, 301, 309, 311, 315, 322, 325, 332, 365, 366, 369, 370, 372, 395, 408, 409, 410, 411; capitães – 46, 47; coronéis – 46, 47, 248, 249, 252, 272, 290, 322; bombardeiro – 250, 251, 260; capitães-mores – 247, 248, 249, 250, 252, 253, 265, 288; condestável – 250, 251, 260, 261; facheiro – 250, 251; sargento-mor – 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 265, 288; organização e hierarquia – 129, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 290, 292, 292, 293, 294, 295, 325; provimento dos postos da – 250, 252, 380, 381; companhia paga – 252, 253 v. tb. COMPANHIA DE AVENTUREIROS, COMPANHIA DE NOBREZA

MINA, forte da – 336

MINAS GERAIS, estado de – 364

MINDELO, Porto Grande do, porto (ilha de S. Vicente) – 138, 329, 402 v. Portos

MIRANDA, Cristóvão de Gouveia e (capitão e sargento-mor da ilha do Fogo) – 261, 342

MISERICÓRDIA, confraria da – 65, 66, 235, 262, 265, 273, 276, 335, 345, 346, 347, 351, 352, 354, 357, 358, 361, 371, 377, 381, 385; igreja da – 102, 332, 339, 345, 346, 349, 350, 351,

352, 353, 358, 361, 371, 381 v. **tb.**
CONFRARIAS E IGREJAS
MISSIONAÇÃO – 337, 338, 339, 344, 354, 359,
 360, 375, 378; missionários estrangeiros –
 337, 338, 339 v. **tb.** **FRANCISCANOS**
MITRA, bens da – 346, 350, 351, 362, 366, 367,
 371, 401, 404
MOCAMBOS – 44
MOEDA – 8, 36; entesouramento de – 172, 185,
 349, 364; escoamento da – 173, 206; falta de
 – 173, 185; Moeda-mercadoria (algodão e
 panos da terra) – 36, 55, 59, 183, 185
MOGUEIMAS, Diogo de (morador de Santiago) –
 283
MOGUEIMAS, Gaspar de Araújo (vereador da
 Ribeira Grande) – 264, 282
MOGUEIMAS, Jorge Araújo de (juiz ordinário;
 capitão-mor e governador interino) – 80, 106,
 107, 264, 265, 277, 282, 283
MOGUEIMAS, Lucas Araújo de (proprietário rural)
 – 282
MOGUEIMAS, Pedro Araújo de (alferezes) – 282
MOGUEIMAS, Sebastião de Araújo (tabelião) –
 282
MONIZ, D. João Henriques (bispo) – 333
MONTADO, terras de – 1, 9, 10, 11, 17, 29, 53,
 128, 310 v. **GADO**
MONTANHA, serra; região da; (ilha de Santiago) –
 19 v. **REGIÕES E SERRAS**
MONTE CHAMINÉ, serra; região; (ilha de Santiago)
 – 19 v. **REGIÕES E SERRAS**
MONTE NEGRO, porto; (ilha de Santiago) – 202 v.
PORTOS
MONTEIRO, Belchior (sargento-mor, combatente
 em Julangue) – 40
MONTEIRO, Luís (capitão de cavalaria) – 291
MONTENEGRO, padre Manuel Barbosa Fiúza
 (vigário de S. Filipe; ilha do Fogo) – 393
MORAIS, José (soldado branco) – 320
MOREIRA, Belchior (tenente de cavalos) – 294
MOREIRA, D. Fr. João de (bispo) – 389, 390, 391,
 392, 393, 394
MOREIRA, Francisco (alferezes) – 293
MOREIRA, Manuel (homem levantado) – 392
MORENO, Manuel (soldado) – 248
MORGADOS – 19, 38, 42
MORGAN, Peter (corsário inglês na ilha Brava) –
 205

MORTE, pena de – 4, 54, 184, 185, 190, 200, 368
MOSQUITOS, André Rodrigues dos (contador de
 Cabo Verde) – 260
MOSQUITOS, André Rodrigues dos (neto de
 homônimo; grande proprietário de Santiago)
 – 260
MOSQUITOS, Bernardo Rodrigues dos (irmão de
 André Rodrigues dos Mosquitos) – 260
MOSQUITOS, porto dos; (ilha de Santiago) – 202
 v. **PORTOS**
MOSTEIRO, região dos; (ilha do Fogo) – 20 v.
REGIÕES
MOTINS – 252, 304, 305 v. **tb.** **LEVANTAMENTOS**
MOIRA, Francisco de (governador) – 119, 273
MOURO – 87, 103 v. **HOMENS**
MULATOS – 3, 29, 88, 89, 90, 149, 245, 253, 266,
 268, 295, 297, 298, 301, 302, 303, 324;
 Mulatização – 38 v. **HOMENS**
MULHER BRANCA, Ponta da; (vila da Praia; ilha
 de Santiago) – 22
MULHERES DA TERRA – 186, 232

N

N. SR.^a DO ROSÁRIO (igreja de; ilha de Santiago) –
 345, 346 v. **IGREJAS**
N.^a SR.^a DA PENHA DE FRANÇA, (ermida; bairro na
 vila da Ribeira Grande, Santo Antão) – 395,
 401, 406 v. **tb.** **RIBEIRA GRANDE E SANTO**
ANTÃO
N.^a SR.^a DO VENCIMENTO DE CACHEU (igreja de) –
 373 v. **IGREJAS**
N.^a SR.^a DA ESPERANÇA (igreja/ermida da; (ilha de
 Santiago) – 27, 28, 179 v. **ERMIDAS**
N.^a SR.^a, FREGUESIA DE; (ilha de Santo Antão) –
 402 v. **FREGUESIAS**
N.^a SR.^a DA CONCEIÇÃO, igreja da; (ilha de
 Santiago) – 297, 310, 371 v. **IGREJAS**
N.^a SR.^a DA CONCEIÇÃO (igreja de; confraria de;
 ilha de S. Nicolau) – 402 v. **IGREJAS E**
CONFRARIAS
N.^a SR.^a DA GRAÇA, igreja matriz da; (vila da
 Praia) – 29, 322 v. **IGREJAS**
N.^a SR.^a DA LUZ, porto da; (ilha de Santiago) –
 202 v. **PORTOS**
N.^a SR.^a DA PIEDADE, ermida de; (ilha de Santo
 Antão) – 401 v. **ERMIDAS**

N.^o SR.^o DO ROSÁRIO (igreja de; ilha de Santo Antão) – 401 v. IGREJAS

NATURAIS DA TERRA – 91, 92, 110, 236 v. HOMENS

NAUFRÁGIOS – 138, 390, 404

NAVIO *D. JOSÉ* – 187

NAVIO FRANCÊS *SAINT-ALEXIS* – 139

NAVIO *S. JOSÉ* (navio capitaneado por Jerônimo Gonçalves) – 187

NAVIO *S. JOSÉ* (navio) – 188 v. EMBARCAÇÕES

NAVIO *S. PEDRO* (navio capitaneado por José de Oliveira Bulhão) – 187 v. EMBARCAÇÕES

NAVIO *S. SERASTIÃO E ALMA* – 390 v. EMBARCAÇÕES

NAVIO *S. SERASTIÃO*, (navio capitaneado por José da Silva Costa) – 188 v. EMBARCAÇÕES

NAVIO *S. TOMÉ* (navio, capitaneado por António Pereira das Neves) – 187, 188 v. EMBARCAÇÕES

NAVIO *SANTO LENHO* – 103

NAZÁRIO, João Delgado, (feitor de S. Vicente) – 152

NEGROS – 29, 30, 86, 87, 89, 90, 104, 122, 125, 271, 369 v. HOMENS

NEVES, António Pereira das, (capitão do navio S. Tomé) – 187, 188

NOBREZA, companhia de – 248, 250, 261, 290, 291, 297, 303 v. tb. MILÍCIA

NÓIA, Sebastião Gomes (coronel) – 302, 393

NOIVADO, costumes referentes ao – 399 v. CERIMÓNIAS

NOLI, João da (cavaleiro da Ordem de Cristo) – 255

NORA, sítio da; (ilha de Santiago) – 320 v. SÍTIOS

NORTE, ilhas do – 3, 9, 12, 13, 17, 18

NORTE-AMERICANOS, navegação e comércio – 11, 16, 17

NÚNCIOS APOSTÓLICOS – 363, 400

NUNES, Francisco (rendeiro do gado da Boavista) – 126, 127

NUNES, Gregório (capitão de infantaria) – 292

O

ÓBIDOS, Rodrigo (almoxarife da Ribeira Grande) – 42

OBJECTOS PRECIOSOS – 366

OFICIAIS RÉGIOS, provimento de – 68, 69, 70, 71, 76, 77, 94-121, 364, 365 v. tb. GOVERNADORES E OUVIDORES

OFÍCIOS CAMARÁRIOS – alcaide Geral – 75, 243, 244; alcaides Rurais – 242; almoxarife – 74, 82; alcaide do mar – 244; almotaçé – 242, 243; escrivão da câmara – 81, 82, 241, 242, 243, 245; carcereiro, – 75, 86, 244; chanceler – 81; contador – 81; distribuidor – 81; escrivão da almotaçaria, – 81, 82; escrivão da chancelaria, – 81; escrivão do almoxarifado – 81, 82; guarda-mor do porto – 244; guarda-mor dos navios – 244; inquiridor – 81; juiz de vintena – 241, 242; juiz ordinário – 241, 254; meirinho da serra – 42, 244, 245; procurador – 241, 242; quadrilheiros – 243; tesoureiro – 241; vereador – 241, 254; provimento dos – 71, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 121, 122, 240, 241, 242, 243

OFÍCIOS ECLESIÁSTICOS, provimento dos – 338, 366, 367, 401

OFÍCIOS LOCAIS, provimento de – 71, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 121, 122; anexação de – 81, 82, 116, 164, 303, 244, 245; exercício interino de – 68; propriedade de – 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84; serventia de – 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84

OFÍCIOS RÉGIOS – Capitão-geral, Provedor dos Defuntos e Ausentes; Provedor da Fazenda, Feitor, Governador, Ouvidor

OLIGARQUIA – 236, 237, 276, 288, 312, 313, 314, 322, 323, 324, 325, 338, 345, 349, 351, 354, 367, 394, 398, 401, 409, 410, 411, 412 v. ELITE

OLINDA, cidade de – 138

OLIVEIRA – 19

OLIVEIRA, António de Barros Bezerra e (coronel, governador interino) – 111, 275, 285, 287, 288, 289, 298, 302, 306, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 322, 323, 324, 332, 333, 377, 394, 395, 402

OLIVEIRA, João Gomes de (cônego, chantre) – 121, 391

OLIVEIRA, Luís Fortes de (escrivão e tabelião na Ribeira Grande de Santo Antão) – 82

OLIVEIRA, Manuel de (capitão de infantaria) – 293

OLIVEIRA, Manuel José de (capitão de infantaria) – 292

OLIVEIRA, Manuel José de (morador na vila da Praia) – 319

OLIVEIRA, Maria de (mulher do coronel João Pereira Carvalho) – 287

ORDEM DE CRISTO, Hábito da – 94, 98, 117, 118, 124, 280, 288, 289, 296, 302

ORDENANÇA, companhias de – 150, 151, 154, 238, 246, 247, 249, 253, 265, 302, 369 v. MILÍCIA

ÓRFÃOS, Defuntos e Capelas, provedoria da – 36, 73, 94, 116, 342

ÓRGÃOS PEQUENOS, povoação de; (ilha de Santiago) – 383 v. POVOAÇÕES

ÓRGÃOS, região dos; (ilha de Santiago) – 325 v. REGIÕES

ÓRGÃOS, Ribeira dos, (região de); (ilha de Santiago) – 285 v. REGIÕES

ÓRGÃOS, S. Lourenço dos, freguesia de, povoação de; igreja de; (ilha de Santiago) – 362, 370, 383 v. FREGUESIAS, POVOAÇÕES, IGREJAS

ORIENTAIS, ilhas – 29

OURO – 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 185 v. tb. MOEDA

OUVIDOR – 50, 73, 76, 85, 93, 94, 96, 97, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 115-121, 129, 150, 165, 194, 235, 236, 237, 240, 266, 267, 268, 273, 274, 275, 303, 304, 306, 307, 311, 314, 316, 348, 358, 360, 363, 372, 376, 377, 378, 381, 382, 394

OVANDO, Diogo Sanches de (coronel, oficial da câmara) – 277, 387

P

PACHECO, Pedro do Canto (ouvidor) – 79, 91, 106

PADRES, ordenação de – 340, 361, 372, 383, 387, 388, 390, 393 v. CLERO

PADROADO REGIO – 337, 340

PAIS, Manuel (proprietário do ofício de alcaide da Ribeira Grande) – 244

PALÁCIO EPISCOPAL – 22, 332, 333, 359, 361, 362, 363, 367, 371, 372, 377, 378, 391, 398, 404

PALHA CARGA DO INGLÊS, porto de; (ilha de S. Nicolau) – 12 v. PORTOS

PALHA CARGA, serra da; região da; (ilha de Santiago) – 19 v. REGIÕES E SERRAS

PALMA, Luís de (filho do capitão João Freire e assassinado na freguesia de S. Domingos) – 306

PALMA, Manuel da Costa (ouvidor; sindicante) – 118, 171, 305, 339, 342

PALMAREJO, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

PALMARES, Quilombo de – 44

PALMEIRA DE DENDÉ – 19

PALMIDA, Companhia do Porto de – 209 v. tb. COMPANHIAS COMERCIAIS

PALUDISMO – 22

PANOS DA TERRA/PANARIA – 8, 10, 20, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 308, 328, 344, 392; comércio de – 36, 38, 56, 166, 176, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 209, 219, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 307 proibição do – 184, 185; preço dos – 56, 186; produção de – 186, 188, 203, 220, 233, 272, 328; tipos de – pano de bicho – 186, 230; boca de bicho – 186; pano de obra – 186, 230; pano de lâ com retrós – 186, 230; pano ordinário – 186, 230; colchas – 187, 188; pano agulha – 230, pano de vestir – 230; pano de cordão – 230; pano preto – 230 v. tb. COMÉRCIO EXTERNO

PAPAIAS, produção de – 20 v. ALIMENTOS

PARÁ, capitania do; estado do – 60, 61, 215, 216, 217, 218, 226, 227, 269, 313, 386, 396; Companhia do Estanco do Maranhão e – 211, 212

PARAÍBA, estado da – 95; Companhia do Pernambuco e – 321

PARDOS – 88, 92, 93, 103, 111, 317, 319, 320, 326, 357, 361, 381 v. HOMENS

PARREIRA, Manuel Rodrigues (ouvidor) – 93

PASTORAIS, cartas – 356, 365, 370, 379, 380, 403

PASTOS – 10 v. MONTADOS

PATACAS – 170, 174, 205, 232 v. MOEDA

PAUL, ribeira do; (ilha de Santo Antão) – 4, v. RIBEIRAS

PEÇANHA, João (escrivão da câmara da Ribeira Grande) – 256

PECUÁRIA – 1, 2, 8, 9, 11, 12, 21, 24, 29, 126, 127, 128, 133, 176, 181 v. GADO E MONTADOS

PEDRO II, (D.), rei de Portugal – 130, 341, 345, 347, 349, 352, 364

PEER, James, mercador de Bristol e comandante de chalupa – 15

PEIXE – 344; Peixe Seco – 14 v. ALIMENTOS

PELES – 10, 12, 17, 21, 132, 196, 197, 201, 308, 344 v. COMÉRCIO EXTERNO

PELOURINHO – 239 v. RIBEIRA GRANDE

PENHA, D. Filipa da (2ª mulher de António de Barros Bezerra, filho) – 286

PERDÃO RÉGIO – 258, 259, 260; perdão geral – 382

PEREIRA, António (alcaide e carcereiro da Ribeira Grande) – 244

PEREIRA, António Martins (secretário do bispo D. Fr. João de Faro) – 390

PEREIRA, Bernardo Rodrigues (mestre-escola) – 315

PEREIRA, D. João, (capitão-donatário da ilha Brava) – 131, 132, 142

PEREIRA, D. Martinho (2º donatário da Brava) – 133

PEREIRA, Filipe (escrivão da ribeira Grande) – 278

PEREIRA, Francisco (opositor a escrivão dos órfãos e defuntos em Santiago) – 88

PEREIRA, Francisco (ouvidor) – 103, 115, 344, 345

PEREIRA, Matias (homem forro, saltador) – 64

PEREIRA, Rui (fidalgos) – 256

PERESTRELO, João (capitão-mor de Cacheu) – 387

PERNAMBUCO, capitania de; governo de – 44, 95, 138

PERÚ – 168

PESCA – 13, 14, 15

PESCADO ALTO, monte de; (ilha de Santiago) – 251 v. SERRAS

PESSOA, Manuel da Costa (governador) – 83, 103, 119, 274, 346

PICO ANTÓNIO, serra do; região do; (ilha de Santiago) – 19, 368 v. REGIÕES E SERRAS

PICOS DA CASA, região dos; (ilha de Santiago) – 297 v. REGIÕES

PICOS, S. Salvador dos, igreja de; freguesia dos; povoação dos (ilha de Santiago) – 297, 362, 363, 370, 391 v. FREGUESIAS, IGREJAS E POVOAÇÕES

PIEDADE, província franciscana da – 342, 375, 389, 390 v. FRANCISCANOS

PILÃO CÃO, serra de; região de; (ilha de Santiago) – 19 v. REGIÕES E SERRAS

PINA, João de Araújo e (comissário geral) – 352

PINA, Pedro de, (capitão do porto de Aguada) – 202

PINA, Pero de (tabelião do público e judicial na Ribeira Grande) – 260

PINHEIRO, António (ouvidor) – 194, 201, 394

PINTO, Amaro Luís Mesquita (ouvidor) – 394

PINTO, António da Fonseca (sargento-mor) – 113

PINTO, João da Rocha (juiz de Santo Antão) – 141

PINTO, Teodósio (tenente; escrivão da correição) – 85, 293, 381

PIRATARIA – 13, 22, 23, 39, 102, 103, 104, 129, 137, 138, 139, 143, 166, 236, 251, 252, 262; Corso – 102, 103, 136, 137, 138, 205

PIRES, António (almotacé de Santo Antão) – 141

PIRES, António (Tesoureiro da Fazenda dos Defuntos) – 256

PIRES, João (almotacé de Santo Antão) – 141

PIRES, Manuel (capitão-mor de Cacheu) – 390

PITA, Feliciano Viegas de (almoxarife da Ribeira Grande) – 265

PIZARRO, João Cardoso (governador) – 72, 108, 109, 168, 200, 252, 274, 284, 341, 344, 352

PIZARRO, Paulo Cardoso (oficial da câmara da Ribeira Grande, tenente-general) – 284, 352, 355

PÓLVORA, compra de – 204

POMBAL, Marquês de (Sebastião José Carvalho e Melo) – VII, 64, 66, 145, 217, 288, 310, 311, 316, 318, 321, 323, 325, 396, 397, 398, 411

PONTA DO SOL, porto da; (ilha de Santo Antão) – 12 v. PORTOS

PONTA VERDE, porto da; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

POPULAÇÃO, quantitativos da – 2, 3, 4, 16, 18, 20, 23, 25, 40, 43, 124, 125, 127, 130, 147, 149, 154, 231, 266, 268, 384, 385 v. tb. CENSO

PORTALEGRE, condes (donatários de S. Nicolau e S. Vicente) – 12, 133

PORTETE, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

PORTO BELA, porto; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

PORTO FORMOSO, porto; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

PORTO FUNDO, porto; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

PORTO INGLÊS, porto; (ilha de S. Nicolau) – 12, v. tb. PORTOS E PORTO VELHO

PORTO INGLÊS, porto; (ilha de Santo Antão) – 401 v. tb. PORTO DOS CARVOEIRO E PORTOS

PORTO LOBO, porto; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

PORTO MARQUÊS DE SEYE RIBEIRAS, porto; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

PORTO VELHO, porto; (ilha de S. Nicolau) – 12, v. PORTOS E PORTO DO INGLÊS

PORTO, bispado do – 387; Tribunal da Relação do – 117, 120, 304

PORTOS – 12, 13, 18, 20, 22, 23, 27, 28, 56, 137, 138, 178, 179, 181, 186, 192, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 225, 236, 250, 252, 317, 319, 355, 402

PORTOS – Achada Baleia, Aguada, Águas Podres, Angra, Batalha, Calheta, Caniços Grandes, Caniços Pequenos, Carvoeiros, Castelo, Charco, Fajã de Baixo, Fazenda, Ferreiros, Furna, Gouvêia, Guindaste, Guiomar Move, Isabel Lopes, Lapa, Madeira, Mangues, Manguinho, Monte Negro, Mosquitos, N.ª Sr.ª da Luz, Palha Carga do Inglês, Palmarejo, Ponta Verde, Ponta do Sol, Portete, Porto Bela, Porto Formoso, Porto Fundo, Porto Inglês, Porto Lobo, Porto Velho, Porto Marques de Sete Ribeiras, Praia Formosa, Preguiça, Ribeira da Barca, Ribeira da Prata, Ribeirão Correia, Ribeirão das Águas, Ribeirão Seco, Rincão, Ruelas, S. Francisco, S. Martinho, S.ª Clara, S.ª Cruz, Santiago, Tarrafal

PORTUENSE, D. Fr. Vitoriano (bispo, governador interino) – 110, 113, 139, 336, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 365, 366, 391, 393, 401, 404

PORTUGAL – 166, 168, 195, 196, 200, 208, 227, 336, 337, 338; Conselho de – 354

PORTUGAL, Domingos A. (conselheiro do Conselho Ultramarino) – 71

PORTUGUESES – 22, 47, 88, 91, 95, 167, 208; comerciantes – 54, 55, 56, 57, 138, 157, 158, 163, 169, 176, 183, 186, 187, 195, 196, 198, 200, 203, 204, 206, 208, 217, 262, 264, 347

POSTURAS – 240, 241, 244

POVOAÇÕES – Alcatrazes, Assomada, Brava, Buguende, Cabeço dos Tarafes, Campo da Serra, Casas, Fundo das Figueiras, Janela, João Galego, Mesa, Nora, Órgãos Pequenos, S. Lourenço dos Órgãos, Picos, Queimadas, Rabil, Ribeira da Barca, Ribeira Grande, S. Domingos, Santana, Telha

POVOAMENTO, ciclos de – 1, 2, 4, 11, 12, 15, 17, 29, 30, 31; tipos de – 5, 12, 13, 18, 23, 29, 31, 125; dispersão do – 25, 26, 33, 46

PRAIA FORMOSA, porto da; (ilha de Santiago) – 56, 201, 202 v. PORTOS

PRAIA NEGRA, porto da; (ilha de Santiago) – 102, 202, 269 v. Portos

PRAIA, vila da; porto da; – 18, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 56, 57, 74, 75, 76, 81, 177, 179, 180, 182, 185, 186, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 241, 244, 248, 249, 251, 252, 262, 269, 270, 283, 293, 294, 298, 306, 307, 308, 314, 315, 319, 320, 332, 334, 351, 366, 369, 374, 397; almoxarife/ almoxarifado da – 193, 195, 196; baía da – 23, 28, 76; câmara da – 28, 28, 29, 182, 301, 322; capitão-mor da – 179, 188, 202, 269, 288, 289, 373; casa da câmara – 180; cemitério da – 29; feira da – 29; fortificação da – 347; guarnição da – 299, 369; pelourinho – 28, 29, 180; plateau da – 23, 28, 29

PRAIAS, comércio nas – 177, 178, 179, 199, 228 v. tb. COMÉRCIO MIÚDO

PRAINHA, porto da; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

PRATA ESPANHOLA – 167, 168, 169, 170, 172, 173, 185, 364; minas de – 168 v. tb. MOEDA

PREÇOS, política de – 36, 37, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 177, 182, 204, 212, 213, 214, 215, 216, 223, 224, 225, 228, 229, 230, 232, 233, 283, 312, 313, 315, 357, 358, 364, 405, 411; Especulação de – 60; depreciação – 180; inflação – 34, 36, 58, 59; tabelas de preços – 59, 228, 230, 231

PREGUIÇA, porto da; (ilha de S. Nicolau) – 12 v. PORTOS

PRESÍDIO (baluarte), guarnição do – 270 v. FORTIFICAÇÕES

PRETOS – 4, 42, 43, 46, 47, 52, 53, 89, 92, 149, 140, 232, 236, 250, 253, 257, 258, 266, 269, 297, 298, 301, 302, 303, 305, 315, 316, 318, 319, 320, 361, 381 v. HOMENS

PROPAGANDA FIDE, Sacra congregação da – 338, 362, 363

PROPRIEDADE VINCULADA – 3, 7, 35, 36, 65, 66, 335; capelas – 3, 4, 19, 20, 35, 66, 303; morgadios – 3, 19, 20, 35, 66; reforma e abolição da – 66

PROVEDOR DOS DEFUNTOS E AUSENTES – 116, 303
v. OFÍCIOS RÉGIOS
PURQUEIRA, óleo de – 13, 232; fábricas de – 232
PUSICH, Antônio – 102

Q

QUARESMA, Jerônimo (escrivão da vintenário) – 308
QUARESMA, Manuel, (almojarife e feitor da Ribeira Grande) – 92
QUARESMA, Matias (feitor e recebedor da Fazenda) – 79
QUEIMADAS, povoação de; (ilha de Santo Antão) – 402 v. POVOAÇÕES
QUEIRÓS, Brites Monteiro de (filha de André Álvares de Almada) – 283
QUEIRÓS, D. Catarina Monteiro de (instituidora do vínculo da Boaventura) – 282
QUEIRÓS, Francisca (mulher de André Álvares de Almada) – 282, 283
QUILOMBOS – 46, 409

R

RABELO, João (italiano; condestável de Santiago) – 260
RABELO, Paulo da Silva (capitão) – 325
RABIDANTES – 176 v. ATRAVESSADOR
RABIL, povoação do; (ilha da Boa Vista) – 402 v., POVOAÇÕES
RAMALHO, Manuel da Costa (sindicante e provedor da fazenda) – 342, 348, 353
RAMOS, Diogo (vereador da Ribeira Grande) – 353
RAMOS, José de Almeida, (irmão do ouvidor Manuel Carneiro Ramos) – 120
RAMOS, Manuel Carneiro (ouvidor) – 73, 119, 120, 183, 194, 308, 377
RAMOS, Martinho (alferezes) – 293
RASO, ilhéu – 15, 68 v. tb. ILHAS DESERTAS
REBATES – 261, 269
REBELÃO – 15, 16, 40, 43, 46, 307 v. tb. LEVANTAMENTOS
REBELO, Agostinho (sargento-mor) – 310, 381, 382
REBELO, José (ajudante) – 290
REGADIO, terras de – 9, 11, 20, 64

REGIÕES – Cachaço, Caramujo, Cova, Fajã de Baixo, Fajã de Cima, Flamengos, Furna, Furna dos Almocreves, Juncalinho, Matos de Gomes Eanes, Montanha, Monte Chaminé, Mosteiros, Órgãos, Pico Antônio, Palha Carga, Picos da Casa, Píllão Cão, Ribeira dos Órgãos, Ribeira da Prata, Ribeira de Belém, S. Martinho

REGISTOS PAROQUIAIS – 335, 385

REGO, Roque de Barros (governador) – 107, 276

REINADOS, festa dos – 399, 400 v. CERIMÔNIAS

REINO – 24, 31, 54, 57, 58, 59, 62, 71, 72, 77, 92, 94, 95, 100, 104, 112, 119, 127, 134, 149, 158, 172, 175, 200, 202, 203, 208, 209, 210, 211, 213, 238, 248, 251, 257, 273, 287, 308, 312, 315, 316, 317, 318, 322, 327, 328, 330, 336, 337, 338, 341, 345, 346, 349, 350, 355, 356, 357, 362, 363, 364, 366, 369, 371, 372, 373, 378, 379, 380, 382, 384, 386, 387, 388, 390, 391, 396, 400, 401, 404, 408; navegações/comércio com o – 50, 54, 62, 407, 408; pedidos de regresso ao – 384, 388

REINÓS – 1, 3, 24, 54, 55, 68, 92, 104, 122, 143, 262, 286, 287, 288, 289, 296, 298, 316, 320, 321, 324, 328, 364, 365, 408 v. HOMENS

REIS, D. Fr. Fabião dos Reis (bispo) – 338, 340

REIS, Gaspar dos (capitão do navio *S. Tomé*) – 188

RENDEIROS – 177, 231, 242, 410; rendeiros da ilha Boa Vista – 127; rendeiros/arrendamento – 7, 9, 19

RESENDE, Manuel (cônego e vigário da vara da ilha do Fogo) – 393

RESTAURAÇÃO, época do pós – 70, 98, 116, 208, 248, 262, 336, 337, 340, 341, 394; guerras da – 215, 248, 336; relações diplomáticas – 337, 339, 341

RIBEIRA BRAVA, vila da; (ilha de S. Nicolau) – 2, 12, 13, 151, 329, 333, 397, 402; povoação – 148, 266; câmara de – 7, 149, 150, 151, 153, 155, 267 v. VILAS, POVOAÇÕES E CÂMARAS

RIBEIRA BRAVA, ribeira, (ilha de S. Nicolau) – 13 v. RIBEIRAS

RIBEIRA DA BARÇA, porto de; (ilha de Santiago) – 17 v. PORTOS

RIBEIRA DA GARÇA, ribeira; (ilha de Santo Antão) – 5 v. RIBEIRAS

RIBEIRA DA JANELA, ribeira; (ilha de Santo Antão) – 173 v. RIBEIRAS

- RIBEIRA DA PRATA, região da; (ilha de Santo Antão) – 402 v. REGIÕES
- RIBEIRA DA PRATA, porto de; região da (ilha de Santiago) – 201, 333 v. PORTOS E REGIÕES
- RIBEIRA DA TORRE, caminho da; (ilha de Santo Antão) – 14 v. CAMINHOS
- RIBEIRA DE BELÉM, região da; (ilha de Santiago) – 324 v. REGIÕES
- RIBEIRA DE SANTANA, capela em; ilha de Santiago – 281 v. CAPELAS
- RIBEIRA DE SANTO ANTÔNIO, ribeira; (ilha do Maio) – 16 v. RIBEIRAS
- RIBEIRA GRANDE, cidade da; (ilha de Santiago) – 12, 15, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 45, 47, 49, 55, 65, 68, 74, 75, 82, 86, 90, 92, 93, 102, 103, 121, 125, 127, 135, 137, 140, 141, 143, 147, 171, 180, 198, 199, 201, 202, 233, 241, 244, 249, 250, 251, 259, 260, 269, 270, 271, 273, 283, 285, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 306, 307, 308, 314, 317, 320, 322, 332, 333, 338, 339, 345, 347, 350, 351, 353, 361, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 374, 378, 379, 381, 382, 393, 396, 397, 398, 400, 401, 403, 404, 406; ; topografia – 21; guarnição da – 300, 315, 317; porto da – 24, 28; câmara da – 24, 25, 27, 28, 42, 43, 49, 55, 65, 74, 75, 90, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 161, 163, 164, 172, 173, 174, 185, 186, 193, 212, 213, 214, 225, 226, 228, 232, 242, 245, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 271, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 296, 298, 301, 304, 305, 308, 311, 312, 313, 322, 323, 324, 325, 338, 342, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 357, 363, 365, 371, 372, 377, 380, 381, 382, 383, 392, 394, 398; casas da – 27; procurador da – 165; freguesia da – 285; açougue – 183, 185; cadeia – 27, 369
- RIBEIRA GRANDE, vila da; (ilha de Santo Antão) – 2, 12, 82, 151, 395, 396, 406; povoação da – 141, 149, 231, 266; igreja matriz da – 399 v. VILAS, POVOAÇÕES E IGREJAS
- RIBEIRA, baluarte da; (Ribeira Grande) – 249 v. FORTIFICAÇÕES
- RIBEIRÃO CORREIA, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS
- RIBEIRÃO DAS ÉGUAS, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS
- RIBEIRÃO SECO, porto de; (ilha de Santiago) – 202, 269 v. PORTOS
- RIBEIRAS – Paul, Órgãos, Ribeira da Barca, Ribeira Brava, Ribeira da Barca, Ribeira da Graça, Ribeira da Janela, Ribeira de Santo Antão, Ribeira da S. Domingos, Ribeira da Trindade
- RIBEIRO, Ambrósio (vereador da Ribeira Grande) – 280
- RIBEIRO, José da Costa (ouvidor-geral) – 2, 3, 8, 47, 53, 73, 75, 82, 90, 96, 115, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 181, 182, 183, 190, 194, 198, 266, 267, 268, 301, 332, 382, 385, 387, 394
- RIBEIRO, Manuel Dinis (deão) – 339
- RIBEIRO, Mateus (alcaide do mar) – 281
- RIBEIRO, Rodrigo (capitão de infantaria) – 293
- RINCÃO, porto de; (ilha de Santiago) – 189, 202 v. PORTOS
- RIO DE JANEIRO, governo do – 95, 353
- ROBALO, Diogo (capitão de infantaria) – 292
- ROBERTS, George (capitão inglês) – 10, 11, 15, 46, 47, 185, 189, 190
- ROCHA, Francisco Rodrigues (ajudante) – 293
- ROCHA, José Soares (capitão-engenheiro) – 362
- ROCHA, Martinho da (capitão) – 302
- ROCHA, Pascoal Rodrigues (ajudante) – 290
- RODRIGUES, Afonso (contratado para caçar do gado da Boa Vista) – 127
- RODRIGUES, Álvaro, (escrivão do almoxarifado; almoxarife interino da Ribeira Grande) – 68
- RODRIGUES, Francisco (alferes de cavalos) – 292
- RODRIGUES, Gabriel (capitão de cavalaria) – 291
- RODRIGUES, Garcia (juiz ordinário da Ribeira Grande) – 256
- RODRIGUES, Gaspar (mareante madeirense, corsário) – 137
- RODRIGUES, Gonçalo (guarda-mor dos navios da Ribeira Grande) – 244
- RODRIGUES, João (alferes de artilharia) – 294
- RODRIGUES, Nicolau (capitão) – 298, 310, 381
- ROLIM, Francisco (governador) – 105, 106
- ROMA, cidade de – 337, 347, 362, 363, 366, 402
- ROMBO, ilhéu do – 13 v. ILHAS DESERTAS
- ROSADO, Domingos Lourenço (capitão) – 285
- ROSADO, Mateus (mestre de capela de S. Filipe; ilha do Fogo) – 393
- ROSADO, padre Inácio Mendes (vigário da ilha Brava) – 393

RUELAS, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

S

S. BRÁS, forte de – 249, 250, 251, 295, 306; guarnição do – 270, 295 v. FORTIFICAÇÕES

S.^a CATARINA DO MATO, freguesia de; igreja de – 271, 285, 362, 370, 391 v. FREGUESIAS E IGREJAS

S. DOMINGOS, ribeira de; freguesia de; povoação (ilha de Santiago) – 306, 383 v. RIBEIRAS E POVOAÇÕES E FREGUESIAS

S. FILIPE, fortaleza real de – 120, 172, 283250, 251, 261, 269, 271, 294, 299, 300, 306, 309, 310, 317, 371, 381; guarnição da – 270, 294 v. FORTIFICAÇÕES

S. FILIPE, vila de; (ilha do Fogo) – 81, 82, 154, 155, 198, 233, 261; igreja matriz de – 393; forte de – 261; câmara – 55, 155, v. VILAS, IGREJAS, FORTIFICAÇÕES, CÂMARAS

S. FRANCISCO, convento de – 289, 311, 332, 338, 347, 358, 360, 363, 365, 371, 376, 381, 387, 398 v. tb. FRANCISCANOS

S. FRANCISCO, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

S. JOÃO BAPTISTA, freguesia de; (ilha de Santiago) – 271, 285, 318, 370 v. FREGUESIAS

S. JOÃO BAPTISTA, freguesia de; (ilha da Boa Vista) – 400, 402, 403 v. FREGUESIAS

S. JORGE, fazenda de – 317 v. FAZENDAS

S. LOURENÇO, baluarte de; guarnição do – 270, 295, 317 v. FORTIFICAÇÕES

S. MARIA, forte de – 297 v. FORTIFICAÇÕES

S. MARTINHO, região de; (ilha de Santiago) – 269 v. REGIÕES

S. MIGUEL, freguesia de (ilha de Santiago) – 64 v. FREGUESIAS

S. NICOLAU (ilha de) – 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 29, 30, 31, 36, 82, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 137, 139, 142, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 186, 187, 189, 196, 231, 266, 267, 268, 301, 321, – 329, 333, 334, 359, 360, 378, 394, 395, 396, 397, 400, 401, 402, 404, 405, 407; capitão-mor de – 151, 152, 267; feitor de – 3, 127, 128, 150, 152, 267

S. NICOLAU TOLENTINO, freguesia de; (ilha de Santiago) – 308, 383 v. FREGUESIAS

S. PEDRO, igreja de (cidade da Ribeira Grande) – 371, 332 v. IGREJAS

S. ROQUE, igreja de; (ilha da Boa Vista) – 402 v. IGREJAS

S. SALVADOR DO MUNDO, freguesia de; igreja de; (ilha de Santiago) – 362, 370, 391 v. FREGUESIAS, IGREJAS E PICOS

S. SEBASTIÃO, capela de; (ilha de Santiago) – 21 v. ERMIDAS

S. SEBASTIÃO, bairro de; (cidade da Ribeira Grande) – 21, 371 v. BAIRROS

S. SEBASTIÃO, forte de – 251 v. FORTIFICAÇÕES

S. SEBASTIÃO, forte de; (ilha do Fogo) – 261 v. FORTIFICAÇÕES

S. TOMÉ, arquipélago de – 41, 137; bispado de – 336, 396; governo de – 95, 96

S. VERÍSSIMO, baluarte de – 250, 284, 289, 294, 306, 315, 317, 324; guarnição do – 270, 294 v. FORTIFICAÇÕES

S. VICENTE, ilha de – 13, 14, 15, 16, 31, 68, 127, 129, 135, 137, 138, 139, 142, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 189, 197, 329, 359, 378, 402, 404; feitor de – 152, 155

S.^a CLARA, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS

S.^a CRUZ, porto de; (ilha de Santiago) – 17, 202 v. PORTOS

S.^a CRUZ, condes de (donatários de Santo Antão) – 4, 380, 401

SÁ, António Bernardino de Sousa Correia de (letrado) – 318

SÁ, Serafim Teixeira Sarmiento de (governador) – 115, 130, 183, 302, 306, 307, 308, 368, 374, 375

SABOARIA – 134

SACRAMENTO, colónia do – 364

SAL – 14, 15, 16, 17, 128, 129, 130, 131, 137, 138, 197, 201, 203, 205, 328, 344 v. SALINAS

SAL, ilha do – 15, 16, 68, 123, 126, 129, 133, 135, 136, 146

SALDANHA, Bento Teixeira (Conselheiro do Conselho Ultramarino) – 113

SALGADO, D. António (governador) – 28, 74, 97, 98, 110, 139, 275, 352, 355, 357, 358, 359, 364, 365

SALINAS – 13, 29, 128, 189, 310 v. SAL

- SALMO, negro de Cacheu – 286
- SALTEADORES /MARGINAIS, grupos de – 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 64 v. GRUPOS ARMADOS
- SAMPAIO, Afonso Roiz Bernardo (ouvidor) – 183, 194
- SAMPAIO, João António da Silveira e (ouvidor) – 289, 302, 394, 404
- SANCHES, Domingos (ajudante) – 292
- SANCHES, Jorge (homem pardo) – 320
- SANCHES, Miguel (alferes) – 291
- SANCHES, Timóteo (meirinho do eclesiástico em Santo Antão) – 154
- SANDOVAL, padre Alonso de (jesuíta) – 354
- SANT' ANA, Álvaro Anes de (alcaide da Ribeira Grande) – 256
- SANTA ANA, fazenda de; (ilha de Santiago) – 269
- SANTA CRUZADA, bula da – 357
- SANTA LUZIA, ilha de – 13, 15, 16, 68, 123, 133, 135, 136, 151, 152, 155, 189 v. ILHAS DESERTAS
- SANTA MARIA, D. Bernardo de (bispo de Cochim, renunciante) – 342
- SANTA MARIA, Francisco Assis de (filho do governador João Zuzarte de Santa Maria; capitão-mor) – 120, 121, 287
- SANTA MARIA, Luís de (capitão) – 283
- SANTA MARIA, Paulo José (capitão da companhia da nobreza) – 291, 297
- SANTA SÉ – Acordo Missionário – 334; Concor-data com a 334; relações diplomáticas com a – 336, 337, 338, 339
- SANTANA, povoação de – 370 v. POVOAÇÕES
- SANTIAGO MAIOR, freguesia de; igreja de; (ilha de Santiago) – 362, 391 v. FREGUESIAS E IGREJAS
- SANTIAGO, Filipe Rodrigues (capitão de cavalaria) – 291
- SANTIAGO, ilha de – 1, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 29, 30, 31, 33, 35, 38, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 81, 82, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 102, 104, 105, 108, 112, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 134, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 151, 155, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 169, 171, 174, 175, 181, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 204, 209, 210, 216, 223, 226, 227, 228, 231, 236, 238, 242, 243, 245, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 306, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 316, 318, 320, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 346, 347, 349, 351, 352, 353, 354, 355, 357, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 372, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 381, 382, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 400, 401, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 411; centro político e fiscal insular – 126, 127, 129, 135, 141, 147, 148, 151, 152, 154 donataria do norte – 22, 134, 143;
- SANTIAGO, porto de; (ilha de Santiago) – 202 v. PORTOS
- SANTÍSSIMO SACRAMENTO, confraria do; (ilha de Santo Antão) – 402 v. CONFRARIAS
- SANTO AMARO, freguesia de; (ilha de Santiago) – 391 v. FREGUESIAS
- SANTO ANTÃO (ilha de) – 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 29, 31, 82, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 186, 187, 196, 205, 228, 230, 231, 266, 267, 268, 301, 311, 321, 333, 343, 353, 359, 378, 380, 381, 392, 393, 394, 394, 395, 396, 397, 398, 400, 401, 402, 403, 405; câmara de – 3, 9, 14, 140, 141, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 267, 268; capitão-donatário de – 132, 138; compa-nhias de ordenanças em – 148; feitor de – 150, 151, 152, 155, 267
- SANTO ANTÔNIO, baluarte de – 250, 286; gun-rição do – 270 v. FORTIFICAÇÕES
- SANTOS, António Mendes dos (capitão do porto de S.^a Cruz) – 202
- SANTOS, D. Faustino Moreira dos (bispo) – 334
- SANTOS, José dos (capitão de navio que levava panos de Santiago para Cacheu) – 187
- SANTOS, José dos (filho do governador João Zuzarte de Santa Maria) – 120
- SANTOS, José Nunes dos (cônego) – 388
- SANTOS, padre Filipe Gomes dos (vigário de S. Nicolau Tolentino) – 383
- SÃO DOMINGOS, rio de; (Rios de Guiné) – 285 v. tb. GUINÉ
- SARZEDAS, João Gonçalves (deão) – 361

SÉ CATEDRAL – 22, 102, 332, 333, 340, 341, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 358, 359, 361, 362, 363, 365, 367, 371, 375, 378, 379, 382, 383, 385, 388, 390, 391, 393, 395, 396, 398, 399, 401

SEBASTIÃO, (D.), rei de Portugal – 168, 243, 246 362

SEBO – 12, 126, 132, 134

SECAS – 11, 12, 20, 29, 34, 36, 43, 39, 48, 49, 51, 52, 61, 63, 64, 65, 273, 328, 388, 393 v. FOMES

SEMEDO, André (capitão de infantaria) – 292

SEMEDO, Jorge (preto vadio) – 319

SEMEDO, Maria (filha do governador Rodrigo de Oliveira da Fonseca) – 286

SEMENTEIRA, terras de – 9, 10, 11, 16, 20, 53; sementes – 65

SEMINÁRIO – 333, 361, 362, 366, 367; Seminário-liceu – 329, 333, 334, 397 v. tb. ENSINO

SEQUEIRA, Ana de (mulher de Francisco Vidão de Andrade) – 281

SEQUEIRA, Domenico Spínola de (oficial da milícia) – 299

SEQUEIRA, Francisco de (governador) – 43

SEQUEIRA, Francisco de (proprietário do ofício de escrivão da câmara e dos órfãos) – 80

SEQUEIRA, Francisco Fernandes de (capitão de infantaria) – 293

SEQUEIRA, Francisco Martins de (governador) – 104

SEQUEIRA, Simão Gomes de (alferes) – 291

SEQUEIRO, terras de – 20

SERRA, Manuel, (tabelião do judicial e notas) – 80, 87

SERRADO, vínculo do – 284 v. VÍNCULOS

SERRÃO, Diogo (meirinho da serra de Santiago) – 78

SERRAS – Montanha, Monte Chaminé, Palha Carga, Pescado Alto, Pico Antônio, Pilão Cão

SEVILHON, João Baptista (castelhano; contratador da urzela nas ilhas do Barlavento) – 190, 191

SILVA, Antônio Correia da (donatário da ilha da Boa Vista) – 126

SILVA, Antônio Moniz da (administrador da companhia de Cacheu e Cabo Verde) – 353

SILVA, Cláudio Roquete da (capitão-mor de Santo Antão) – 6, 11, 14, 141, 151, 152, 153, 190, 268

SILVA, D. João da (donatário de S. Nicolau e S. Vicente) – 128

SILVA, D^a Filipa da, (neta de D. Álvaro da Silva, conde de Portalegre) – 144

SILVA, Fernão Rodrigues da (negro) – 87

SILVA, Francisco Correia da (governador) – 72

SILVA, Francisco da (alferes) – 292

SILVA, Francisco Ferreira da (deão) – 334, 374, 398

SILVA, Gonçalo Barros da (governador escusante) – 98

SILVA, Inocêncio Álvares da (ouvidor) – 73, 121, 194, 304, 394

SILVA, João de Melo da (último donatário da Boa Vista) – 145

SILVA, João Gomes da (contratador da urzela) – 191, 315, 405, 406

SILVA, João Luís da (capitão-mor do forte de S. Veríssimo) – 284, 294

SILVA, José Coelho da – capitão dos portos de Castelo e Gouveia – 202

SILVA, José Romão da (juiz da câmara) – 312, 315, 316, 317, 320

SILVA, José Vieira (capitão-mor de Santo Antão) – 141

SILVA, Luís da (alferes) – 293

SILVA, Luís da (morador da Ribeira Grande) – 280

SILVA, Luís Pedro de Araújo e (capitão-mor da Praia) – 325

SILVA, Manuel Afonso (coronel) – 288

SILVA, Manuel Cardoso da (capitão-mor da ilha do Maio) – 253

SILVA, Manuel Correia da (donatário da Boa Vista) – 136

SILVA, Manuel Franco da (coronel) – 292, 297, 299, 310, 381

SILVA, Manuel Rodrigues da (alferes de cavalos) – 294

SILVA, Maria Semedo da (mulher de Antônio de Barros Bezerra de Oliveira) – 285

SILVA, Maria Semedo da (mulher de Nicolau de Araújo da Fonseca) – 284

SILVA, Mateus, Moniz da (capitão-mor de artilharia) – 295

SILVA, Sebastião Pereira da (capitão-mor) – 120, 309, 381

SILVEIRA, Luís Pereira de (tenente de artilharia) – 294

SILVEIRA, Pedro Pereira de (capitão-mor de artilharia) – 294

SILVEIRA, Rodrigo da (capitão-mor de artilharia) – 295

SIMÃO, D. Fr. Francisco de S.(bispo) – 333, 397

SIMOA, D.² (mãe de João Coelho Monteiro da Fonseca) – 318

SIMÕES, Domingos (capitão de infantaria) – 291

SÍTOS – Boa Vista, Cerrado, Engenhos, Figueira da Nau, Furnas, Gamboa, Guiné, Julangue, Leitões, Mindelo

SOARES, Francisco (capitão de infantaria assassinado em Julangue) – 40, 368

SOARES, Manuel (furiel de cavalos) – 294

SOARES, Manuel de Azevedo (ouvidor) – 194

SOARES, Martins (escrivão da almotaçaria da Ribeira Grande) – 265

SOBRADOS – 64 v. HABITAÇÕES

SOEIRO, Bartolomeu Rodrigues (sargento-mor) – 317, 324

SOEIRO, Francisco Rodrigues (capitão de cavalos) – 294

SOEIRO, João (contratador) – 104

SOEIRO, João Coimbra (ouvidor) – 73, 75, 102, 118, 251

SOEIRO, Martinho Rodrigues (capitão de infantaria) – 293

SOLDOS – 250, 251 v. tb. MILÍCIA

SOLEDADE, província franciscana da – 339, 342, 346, 347, 360, 389, 390 v. FRANCISCANOS

SOUSA, António (juiz ordinário, combatente em Julangue) – 40

SOUSA, Brás Brandão de (ouvidor) – 194, 306, 307, 373, 374

SOUSA, D. Violante (mãe de Gonçalo de Sousa, capitão-donatário de S. Antão) – 132

SOUSA, Gonçalo de (fidalgo, capitão-donatário de Santo Antão) – 132, 145, 146

SOUSA, Martin Tavares de (proprietário do ofício de feitor e recebedor da Fazenda) – 79

SOUTO MAIOR, Carlos José (ouvidor-geral e provedor da fazenda) – 59, 60, 61, 223, 224, 226, 311, 394

SOUTO, António Peres de (contador, inquiridor e distribuidor da Ribeira Grande) – 81, 82, 87

SPINOLA, António de (almoxarife da ilha do Fogo) – 299

SPINOLA, Apolinário da Veiga (morador de Santiago) – 299

SPINOLA, Cândido de Almeida (sargento-mor) – 294, 299, 300, 325

SPINOLA, Diogo de (alferes) – 291

SPINOLA, Francisco (preto vadio) – 319

SPINOLA, João de (sargento-mor) – 65

SPINOLA, Sebastião de (cônego) – 299

SUBSISTÊNCIA, regime de – 53

SUCESSÃO, vias de – 105, 106, 107, 108 v. tb. GOVERNOS INTERINOS

SIL (ilhas do) – 6

SURINAME – 46

T

TABACO – 8, 174, 344

TABANCA – 329, 400 v. CERIMÓNIAS

TARRAFAL, bairro do; (ilha de Santo Antão) – 401 v. BAIRROS

TARRAFAL, porto do; (ilha de S. Nicolau) – 12 v. PORTOS

TARRAFAL, porto do; (ilha de Santiago) – 56, 202, 333 v. PORTOS

TARTARUGAS, produtos derivados das – óleo, carne, carapaça – 15;

TAVARES, Ascendo Rodrigues (alferes) – 291

TAVARES, Fernando (capitão dos portos de Santiago e Porto Fundo) – 202

TAVARES, Luís (capitão de infantaria) – 293

TAVARES, Manuel (capitão de infantaria) – 292, 298

TAVARES, Manuel (mestre de navio da companhia de Cabo Verde e Cacheu) – 213

TAVARES, Manuel (sargento-mor) – 320

TAVARES, Nicolau (ajudante) – 293

TAVARES, Sebastião (ajudante) – 293

TAVARES, Sebastião (alferes) – 292

TÁVORA, D^a Beatriz de (viúva de Gonçalo de Sousa, donatário de Santo Antão) – 146

TÁVORA, Domingos Lopes (capitão dos portos da Calheta, Manguinho e Batalha) – 202

TÁVORA, marqueses de (donatários de Santo Antão) – 316, 323

TEIXEIRA, Francisco (procurador da câmara da Ribeira Grande) – 353

TELHA, povoação da; (ilha do Fogo) – 261 v. POVOAÇÕES

TEMEROSA, Ponta (vila da Praia) – 22
 TEODÓSIO, (príncipe D.) – 339
 TEOLOGIA MORAL, mestre de – 373, 376, 387 v.
 ENSINO
 TIGRE, Bartolomeu de Sousa de Brito (governador) – 102, 275, 316, 318, 320, 324, 404
 TRANSATLÂNTICO, tráfico 8, 12, 13, 17, 24, 28, 33, 49, 124, 137, 138, 143, 158, 173, 176, 178, 181, 207, 257, 158, 173, 176, 178, 181, 207 v. *ib.* COMÉRCIO EXTERNO E TRÁFICO DE ESCRAVOS
 TRAPICHES – 38 v. AÇÚCAR
 TRENTO, concílio de – 335, 362, 375, 398
 TRINDADE, Ribeira da; Fazenda da – 368, 370, 373, 374, 377, 379, 380, 383, 391, 393 v. PROPRIEDADES, RIBEIRAS, ERMIDAS
 TURCOS – 261

U

ULTRAMARINO, Conselho – 3, 43, 44, 70, 71, 75, 77, 78, 79, 92, 93, 95, 99, 100, 101, 104, 109, 110, 113, 116, 117, 118, 128, 130, 147, 148, 174, 185, 204, 205, 209, 211, 216, 245, 252, 266, 316, 325, 340, 342, 344, 347, 348, 350, 351, 354, 355, 356, 359, 362, 364, 368, 369, 371, 372, 375, 377, 381, 382, 384, 387, 389, 394
 UNHÃO, Diogo de (meirinho da serra) – 245
 URBANISMO – 12, 13, 18, 21; decadência urbana, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31; êxodo urbano – 23, 24, 25, 26; Degradação física – 25, 26
 URZELA (contrato da) – 121, 154, 176, 181, 188, 189, 190, 191, 197, 198, 201, 202, 203, 205, 219, 220, 221, 223, 224, 228, 230, 232, 328, 394, 405; comércio da – 15, 56, 57; preços da – 189, 190; Urzeleiros – 154, 405
 USURA, crime de – 353, 358
 UTREQUE, Paz de – 369

V

VACÂNCIAS EPISCOPAIS – 338, 340, 365, 379, 387, 389, 394 v. *ib.* BISPOS
 VACAS, privilégio da venda das – 28, 181, 183, 194, 224, 225, 232, 307, 374
 VÁRIOS – 38, 46, 47, 52, 53, 64, 89, 263, 265, 269, 272, 278, 301, 309, 315, 316, 317, 318,

319, 320, 322, 383, 392, 408, 409, 411 v.
 HOMENS
 VALDEVESSO, Francisco Robalo (cônego) – 314, 315, 317, 318
 VALDEVESSO, Maria Smedo (filha de Ana de Mendonça) – 285
 VALDEVESSO, Pedro Cardoso (sargento-mor de Santiago) – 285, 367
 VALDEVESSO, Pedro Robalo (coronel) – 269, 270, VALDEZ, Diego Florez (estratega espanhol) – 23
 VALENTE, D. Fr. Pedro Jacinto (bispo) – 225, 311, 323, 333, 336, 389, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406
 VAN DECK, Joseph Boleen (comandante da fragata *N.º Sr. da Penha de França*) – 319
 VARELA, Manuel (atravessador) – 308
 VASCONCELOS, Fernão Mendes (capitão da ribeira Grande) – 256
 VASCONCELOS, Francisco Manuel da Nóbrega de (governador) – 24, 26, 85, 120, 140, 141, 194, 250, 275, 300, 301, 309, 310, 380, 381, 382
 VASCONCELOS, Gregório de Andrade de (capitão-mor) – 121
 VASCONCELOS, Manuel Smedo de Andrade (coronel) – 287, 320
 VAZ, André (alcaide da Ribeira Grande) – 244
 VAZ, Bibiana (revolta de) – 348 v. CACHEU
 VAZ, Gonçalo (alcaide e guarda-mor dos navios da Ribeira Grande) – 243
 VAZ, Pedro (alferes de artilharia) – 295
 VAZ, Pero (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 256
 VEIGA, Domingos da (pardo) – 319
 VEIGA, Fabião de Andrade da (sargento-mor da Ribeira Grande) – 265
 VEIGA, Francisco Araújo, capitão, integrado na força que combateu em Julangue – 40
 VEIGA, João da (alferes) – 291
 VEIGA, João Spínola da (sargento-mor) – 299, 324
 VEIGA, Luís da (alferes) – 293
 VEIGA, Manuel da (alferes) – 292
 VEIGA, padre Filipe da Costa – 383
 VEIGA, Próspero (alcaide geral) – 318
 VEIGA, Sebastião Andrade da (oficial da câmara da Ribeira Grande) – 312
 VELHO, Jerónimo Dias, (proprietário do ofício de tabelião do judicial e notas) – 80

VENTURA, Manuel da Cruz (meirinho de Santo Antão) – 141
 VESTUÁRIO – 232
 VIEGAS, Domingos Belchior – 339
 VIEIRA, António (governador) – 111, 119, 183, 194, 275, 297, 306, 308, 373, 377, 380
 VIEIRA, António Soares (chante) – 361, 363
 VIEIRA, José dos Santos (capitão-mor do forte de S. Veríssimo) – 306, 379
 VIEIRA, padre António (jesuíta) – 338, 339
 VIGÁRIO-GERAL – 367, 378, 382, 383
 VIGIA, baluarte da; (Ribeira Grande) – 249
 VILA NOVA DE CERVEIRA, viscondes de (donatários da ilha do Fogo) – 21
 VILAS – Ribeira Brava (S. Nicolau); Ribeira Grande (Santo Antão), S. Filipe, Ribeira Brava
 VILELA, Baltasar (moço da câmara real e feitor na ilha de Santiago) – 259
 VILELA, Xavier Lopes (ouvidor) – 40, 194, 271, 332, 368, 372,
 VILHANO, Domingos Tavares, capitão dos portos da Madeira e Monte Negro – 202

VILHENA, D.^a Antónia (filha do barão de Alvito) – 144
 VINCULOS – Boaventura, Serrado
 VINHA, terras de; produção de – 5, 8, 11; vinho da terra – 173
 VISITA PASTORAL – 333, 334, 335, 340, 342, 344, 347, 348, 355, 359, 360, 361, 377, 378, 379, 383, 386, 388, 395, 399, 400, 403 v. Bispos
 VISITADORES – 335, 340, 343, 344, 360, 365, 373, 378, 384, 390, 403

X

XABREGAS, convento de – 386, 387

Z

ZAMBUNAS – 30. V. Bailes
 ZUNIGA, Sebastião de Mendonça e (capitão-mor de Santo Antão) – 5, 140, 141, 147, 148, 153, 381
 ZUZARTE DE SANTA MARIA, João (governador) – 26, 55, 56, 73, 120, 121, 253, 275, 287, 288, 392, 393

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Fig. 1 - DSE, Mapoteca, <i>Plano das Ilhas de Cabo Verde</i> , Francisco António Cabral, 1790	453
Fig. 2 - CEHCA/IICT, Cartoteca, <i>Arquipélago de Cabo Verde, Ilha de S. Thiago. Plano hydrographico do porto do Tarrafal</i> , pelo capitão tenente da armada, Christiano José de Senna Barcelos, 1902	455
Fig. 3 - CEHCA/IICT, Cartoteca, <i>Arquipélago de Cabo Verde, Ilha do Fogo. Plano hydrographico dos portos da villa da S. Filipe e de Nossa Senhora da Encarnação</i> , pelo capitão tenente da armada, Christiano José de Senna Barcelos, 1900	457
Fig. 4 - CEHCA/IICT, Cartoteca, <i>Arquipélago de Cabo Verde, Ilha do Maio. Plano topographico e hydrographico do porto do Porto Inglês</i> , pelo capitão tenente da armada, Christiano José de Senna Barcelos, 1900	459
Fig. 5 - CEHCA/IICT, Cartoteca, <i>Arquipélago de Cabo Verde, Ilha de S. Nicoláo. Plano hydrographico do porto da Preguiça</i> , pelo capitão tenente da armada, Christiano José de Senna Barcelos, 1901	461
Fig. 6 - CEHCA/IICT, Cartoteca, <i>Arquipélago de Cabo Verde. Plano hydrographico do porto da Ponta do Sol, ilha de S. Antão [até à vila de D. Maria Pia]</i> , pelo capitão tenente da armada, Christiano José de Senna Barcelos, 1899	463
Fig. 7 - CEHCA/IICT, Cartoteca, <i>Arquipélago de Cabo Verde. Plano hydrographico do porto da Ponta do Sol, ilha de S. Antão [até à vila de D. Maria Pia]</i> , pelo capitão tenente da armada, Christiano José de Senna Barcelos, 1899	465
Fig. 8 - DSE, Mapoteca, <i>Planta da cidade da Ribeira Grande</i> , pelo Eng.º António Carlos Andréis, c. 1778	467
Fig. 9 - AHU, Cabo Verde, Colecção de Cartografia Manuscrita, <i>Planta da villa da Praia de Santa Maria, e da sua espaçosa Bahia</i> , pelo Eng.º António Carlos Andréis, c. 1778	469
Fig. 10 - AHU, Cabo Verde, Colecção de Iconografia, <i>Povoação Principal da Ilha de S. Nicolau, [Ribeira Brava]. Colecção de 9 litografias panorâmicas da ilhas de Cabo Verde</i> , Anónimo, c. 1864, in Francisco Travassos Valdez, <i>África Occidental. Notícias e Considerações</i> , tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, a seguir à pág. 158	471
Fig. 11 - CEHCA/IICT, Cartoteca, <i>Vista da povoação da Ribeira Grande na ilha de S. Antão</i> , desenho a tinta da china, sem autor e sem data	473
Fig. 12 - Fotografia de um antigo sobrado restaurado na vila de S. Filipe na ilha do Fogo (fotografia de Maria Manuel Torrião)	475

Fig. 13 - <i>Ruínas da Sé Catedral da Ribeira Grande</i> , fotografia a preto e branco de meados do séc. XX, in Ilídio do Amaral, <i>Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens</i> , Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, "Memórias n.º 48", 1964, Est. XLI	477
Fig. 14 - AHU, Cabo Verde, Coleção de Iconografia, <i>Planta Ichonographica e Scenographica do Seminario da ilha de Sanct-Tiago de Cabo Verde</i> , pelo Eng.º Joseph Soares da Rocha, c. 1700	479
Fig. 15 - Fotografia do sistema montanhoso do interior da ilha de Santiago e de vale fértil, com plantação (Fotografia de Luís Filipe Thomaz)	481
Fig. 16 - <i>Ilha de S. Tiago - Cabo Verde. Habitação indígena</i> , postal editado por Levy & Irmãos, Praia, c. 1915 in João Loureiro, <i>Postais Antigos de Cabo Verde</i> , Lisboa, João Loureiro e Associados, Lda, 1998, postal n.º 92, p. 63	483
Fig. 17 - Fotografia do mercado municipal da cidade da Praia (fotografia de Maria Manuel Torrão)	485
Fig. 18 - Fotografia de produtos expostos no mercado municipal de S. Catarina, vila da Assomada (fotografia de Maria Manuel Torrão)	487
Fig. 19 - Tear móvel de urdidura horizontal, c. de 1940. Santiago, concelho de S. Catarina, povoação de Volta do Monte (fotografia cedida pelo do Museu Nacional de Etnologia, Lisboa)	489

ÍNDICE

	Págs.
Abreviaturas	VII
Nota Prévia	IX
Nota de Apresentação	XI
Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades	1
<i>Os ciclos históricos de povoamento de arquipélago</i>	1
<i>Os camponeses das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau e Brava buscam no mar o complemento à agricultura</i>	13
<i>As ilhas baixas e salineiras do Leste: Boa Vista e Maio</i>	16
<i>A convergência em Santiago e no Fogo</i>	17
<i>Espaços urbanos: decadência e recomposição</i>	21
A decadência das cidades	23
A vila da Praia de Santa Maria de Esperança: a resistência do espaço urbano	27
<i>Um ou vários arquipélagos: que imagem de conjunto?</i>	29
<i>O quadro de hipóteses</i>	32
Para uma complexificação da ideia de crise	32
A crise e o universo dos actores	37
Definição de perspectiva epistemológica	39
<i>A fuga, um traço estrutural da sociedade escravocrata</i>	40
A fuga como factor de mudança social	44
Da fome da mão-de-obra escrava às tentativas de assalariamento: do escravo ao proletário rural, a história de uma reconversão impossível	50
<i>A ruína da classe terratenente</i>	54
Os terratenentes escravocratas e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão	57
A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós-União Ibérica: Continuidades e Rupturas ...	67
<i>Introdução</i>	67
<i>Os homens da administração régia</i>	68
O provimento	68
O processo, os procedimentos e as entidades provedoras	68
Dos proprietários e serventários dos ofícios	76
Entre os excluídos e os seleccionáveis: os valores e atributos étnico-religiosos aplicados a uma sociedade em processo de mestiçagem	86
Governadores e Ouvidores-gerais: acerca do perfil dos candidatos, dos factores motivantes e desmotivantes da missão e das dificuldades para preenchimento das vagas; as soluções interinas de governo	94

	Págs.
<i>Para lá do pólo de eleição: acerca das capitanias onde o sistema pôde permanecer e do assenhoreamento das ilhas sem data de jurisdição</i>	123
No quadro das soluções para as ilhas periféricas: visão panorâmica	123
Do enquadramento e da cobertura institucional da periferia do arquipélago: primeira abordagem	123
Outros pressupostos	131
A pré-história das capitanias da Brava e de Santo Antão	131
A prerrogativa de cobrança de impostos aos senhores das ilhas	133
Esforços e iniciativas em prol da defesa e conservação da soberania sobre as ilhas periféricas	136
<i>Da velha à nova ordem nas ilhas periféricas</i>	141
Acerca das actualizações institucionais verificadas nas ilhas periféricas	141
Do surgimento das novas instituições administrativas nos núcleos periféricos	147
Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da companhia do Grão-Pará e Maranhão	157
<i>O declínio do grande tráfico</i>	159
A ascensão de Cacheu	159
O fim do entreposto em crise	160
O último fôlego do tráfico	167
<i>Soluções informais internas face à crise</i>	175
O comércio miúdo	176
Escala atlântica. Aguada/feira	177
Produtos de troca	181
Gado: vacas e cavaladuras	181
Panos da terra	183
A urzela	189
<i>Tributação, contrabando e os interlocutores estrangeiros</i>	191
Medidas fiscais para o controlo do comércio miúdo	192
O contrabando: "portos extraviados", ingleses, franceses e holandeses	199
Os interlocutores comerciais. O protagonismo inglês	203
<i>Dos contratos de arrendamento às companhias</i>	206
Primeiras experiências	206
A Companhia do Grão-Pará e Maranhão	217
Acção da companhia como força de bloqueio. Neutralização das iniciativas dos moradores	222
Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena	235
<i>Os poderes locais</i>	238
A Câmara: estruturas	238
A Milícia: estruturas	246
Homens e funcionamento das instituições locais	253
No antigo espaço: Santiago e Fogo	253
Nos novos espaços: Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista, Maio e Brava	266
Os "vadios" no exército ou a emergência de uma consciência de classe	269

	Págs.
<i>O jogo dos poderes: Afirmação dos “brancos da terra”</i>	272
Os “homens da governança”	274
As famílias	276
A hierarquização pela via militar	290
<i>Da autogestão ao impacto colonial</i>	303
O crescendo dos “Coronéis”: casos paradigmáticos	303
As reformas pombalinas e o impacto colonial	311
A Igreja em tempo de mudança política, social e cultural	327
<i>Questões prévias: fontes e historiografia</i>	329
<i>Atitudes da igreja de Cabo Verde numa sociedade em mudança</i>	335
Ruptura das relações de Portugal com a Santa Sé e duas desistências 81640-1668)	336
D. Fr. Fabião dos Reis (1672-1674): retoma da actividade episcopal	340
D. Fr. António de S. Dionísio e D. Fr. Vitoriano Portuense: a igreja a par das tentativas de dinamização das ilhas no último terço do século XVII	341
D. Fr. António de S. Dionísio (1675-1684): Repor a ordem na “Casa de Deus”	342
D. Fr. Vitoriano Portuense (1685-1705): um bispo “absoluto”	346
Fr. Francisco de Santo Agostinho (1709-1719) e D. Fr. José de Santa Maria de Jesus (1721-1736): tentativa de salvaguarda da Igreja face à anarquia social e política	364
D. Fr. Francisco de Santo Agostinho: um bispo mediador de conflitos sociais e políticos	365
D. Fr. José de Santa Maria de Jesus (1721-1736): a Igreja entre uma sociedade levantada	375
Duas presenças fugazes: D. Fr. João de Faro (1738-1741) e D. Fr. João de Moreira (1743-1747)	389
D. Fr. Pedro Jacinto Valente (1754-1774): a divisão da Igreja em dois corpos polarizados em Santiago e Santo Antão	394
Conclusão	407
Apêndice	413
<i>Governadores de Cabo Verde: 1640-1781</i>	415
<i>Ouvidores de Cabo Verde</i>	420
<i>Sindicantes de Cabo Verde</i>	424
<i>Bispos de Cabo Verde – 1676-1774</i>	425
Bibliografia	427
Ilustrações	451
Índice	491
Índice das gravuras	521
Índice Geral	523

Tornadas escassas as relações com a África e o Reino, as ilhas de Cabo Verde encontraram meios endógenos para alargarem o seu próprio espaço e não ficarem limitadas à linha adversa dos litorais. A sociedade caboverdiana vai continuar a evoluir de forma acelerada e por isso precisa encontrar ou apenas procurar formas precoces e originais de reconversão.

As ligações internas entre as várias ilhas estabelecem-se, intensificam-se, institucionalizam-se. É a partir deste período que Cabo Verde se vai converter de simples conjunto de ilhas em arquipélago, num processo ainda experimental, mas que havia de se revelar irreversível. Até agora, cada ilha ou cada grupo de ilhas fizera a sua evolução com poucos pontos de contacto. Daqui para diante escuta-se o pulsar do arquipélago.

Fora, na segunda década do século XVII que nos deparamos com uma ruptura na sociedade caboverdiana, analisada e esclarecida no 2º volume da História Geral de Cabo Verde.

A primeira sociedade escravagista do mundo atlântico é também a primeira sociedade escravocrata em que a grande maioria de escravos passa à condição de forros, provocando uma mudança social abrupta, substantivada numa nova relação: antigo senhor/antigo escravo, evoluindo rapidamente para a relação "homem poderoso"/forro.

A antiga ordem da sociedade escravocrata foi profundamente abalada sem que entretanto tivesse passado o tempo necessário à emergência de estruturas endógenas capazes de sustentar e, como tal, dar resposta ao ritmo acelerado da mudança. As clivagens sociais esbatem-se, a sociedade já não reflecte a bipolarização senhor/escravo, mas a conflitualidade é exacerbada.

Aos novos grupos correspondem novas formas de acção e relações sociais que não encontram antecedentes capazes de as reger.

A nova disciplina social tem de ser inventada. A sua aprendizagem não se fará sem confrontos marcados pela violência.

Estamos perante a negação generalizada da ordem estabelecida.

Todas as jurisdições são postas em causa, desde o senhor do escravo, passando pelo militar, até aos representantes do poder central e à justiça eclesiástica.

Aqui reside a crise provocada pela abrupta mudança social já detectada, e atrás referida, que agora atravessa todo o terceiro volume, até ao último quartel do século XVIII.

